



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVII – SUP. "A" AO Nº 145 – TERÇA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Aníbal Diniz- (PT-AC) ^(8,9)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Aníbal Diniz (25) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26) PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de julho de 2012	4
Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2012.....	23
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2012.....	57
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012	83
Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de setembro de 2012	104
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2012.....	140
1.1.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2012.....	151
1.1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de agosto de 2012 (realizada em conjunto com a 21ª reunião da CCT) (Publicada no item 1.1.9)	
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2012.....	177
Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2012.....	190
Ata da 36ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de setembro de 2012.....	197
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de setembro de 2012.....	223
1.1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012.....	230
1.1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de junho de 2012	263
Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de julho de 2012	283
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2012	303
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de julho de 2012	328
Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2012.....	350
1.1.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2012	371
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012.....	393
Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de setembro de 2012 (realizada em conjunto com a 36ª reunião da CMA) (publicada no item 1.1.3)	
Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de setembro de 2012 (realizada em conjunto com a 42ª reunião da CAE) (publicada no item 1.1.1)	
1.1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2012	409
1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2012.....	410
1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2012 (republicada para constar a íntegra do registro das notas taquigráficas)	423
Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de agosto de 2012.....	429
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012.....	464

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de julho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lídice da Mata, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e João Ribeiro, e, ainda, do Senador Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Assis Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em reuniões político-partidárias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar de licença para tratamento de saúde, e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 37ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, faz a leitura da apresentação dos resultados dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos no primeiro semestre do ano de 2012. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1- Mensagem (SF) nº 59 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até SRD 16.064.876 (dezesesseis milhões sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis direitos especiais de saque), entre o Estado da Paraíba e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó’”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cássio Cunha Lima. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos

do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2- Mensagem (SF) nº 60 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio Janeiro e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada a financiar parcialmente o ‘Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana’”, tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Lobão Filho, Relator da Matéria, José Agripino, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Sérgio Souza e Waldemir Moka. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 30 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que “requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de realização da segunda parte da audiência pública solicitada por meio do RQE nº 10/2012”. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 30 de 2012-CAE. Item 4- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 31 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que “requer, nos termos regimentais, a inclusão de um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC entre os convidados da audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2005 (RQE nº 12/2012), que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, em razão da relevância da matéria para o setor”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 31 de 2012-CAE. É apreciada, ainda, a seguinte matéria extrapauta. Item 5- Minuta de Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer urgência para o PRS nº de 2012, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2012, que ‘propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 319,675,000.00 (trezentos e dezenove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro

e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada a financiar parcialmente o ‘Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro – Pro-Vias’”. Colocada em votação, a Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Urgência. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 32 e 33 de 2012. O Requerimento nº 32 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a realização de audiência pública para debater a situação do setor de cartão de crédito no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Claudio Yamaguti – Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs); Sr. Motauri Chiochetti Sousa – Conselheiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Sr. Roque Pelizzaro Junior – Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL); e representante do Banco Central do Brasil (Bacen). O Requerimento nº 33 de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Braga, requer a realização de audiência pública para discutir o papel da biotecnologia na indústria farmacêutica, bem como sua inserção na balança comercial brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde; e Sr. Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Hoje, Senadora Ana Amélia, vou iniciar a nossa reunião fazendo um resumo dos grandes números da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos iniciar, agora,...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em nome do nosso grande Líder Francisco Dornelles, que está se recuperando de uma grande e profunda gripe

no Rio de Janeiro, eu queria saudar o Vice-Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando, o nosso Pezão, e os secretários que representam aquele Estado, porque na reunião de hoje da CAE alguns empréstimos desse Estado tão importante serão examinados. Então, eu queria saudá-los em nome de Francisco Dornelles e em meu próprio, dar-lhes as boas vindas e agradecer a V. Exa. por esta prestação de contas da CAE, que é muito importante para mostrar o quanto o Senado e os Senadores trabalham. E é uma prestação de contas que interessa à sociedade brasileira.

Parabéns pela iniciativa, caro Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Também quero cumprimentar o Senador Dornelles, que está em recuperação, pois pegou esse resfriado, essa gripe que está derrubando muita gente, Senadora Lídice da Mata. De qualquer maneira, ele lamenta não estar aqui presente num momento importante, como a Senadora Ana Amélia acabou de dizer, mas, de qualquer forma, acho que hoje é mais um dia importante para o Estado do Rio de Janeiro, com a presença do nosso querido Governador Pezão, grande amigo, e com o Hudson também, Secretário de Obras. E o Rio de Janeiro, mostrando que não dá moleza, tem aí trabalhado duro para garantir investimentos. Aliás, o Governador Pezão falou para mim, agora, que o Rio de Janeiro virou *Investment Grade*. Portanto, isso é um detalhe importantíssimo, mostrando a boa administração do Rio de Janeiro e esse trabalho que o Governador Pezão conduz lá com o Governador Sérgio Cabral, que foi companheiro nosso aqui e que tem, mais do que nunca, honrado os votos conferidos pelo povo do Rio de Janeiro.

Por isso, quero cumprimentar, mais uma vez, o meu querido amigo Pezão, meu caro Hudson também, aqui presente.

Vou começar, primeiro, fazendo uma exposição rápida sobre os números da CAE neste primeiro semestre e, depois, nós entramos na pauta propriamente dita.

Portanto, este é o relatório do primeiro semestre da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura – a CAE em números: 37 reuniões realizadas, 15 reuniões ordinárias, 14 reuniões extraordinárias.

Nós tivemos muitas reuniões extraordinárias exatamente por causa dos temas que nós debatemos aqui, Senador Pimentel, entre eles o Projeto de Resolução nº 72; o Projeto do *e-commerce* – portanto, nós tivemos muitas reuniões extraordinárias –; a questão do Fundo de Participação dos Estados; e os créditos também, como esses que estamos votando aqui, os empréstimos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Também tivemos várias reuniões conjuntas, reuniões com outras comissões, mais especificamente com a Comissão de Infraestrutura e com a Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto aos resultados, foram analisadas 126 matérias: aprovadas, 100; conhecidas e arquivadas, 2; rejeitadas, 18; e prejudicadas – eventualmente até porque não correspondiam às atribuições da comissão ou mesmo do Legislativo – 6.

Portanto, analisamos muitos projetos, e os números demonstram isso: 126 projetos.

Outro ponto importante também: PLS apreciados, 39; PLC apreciados, 10.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Isso demonstra também, Sr. Presidente, a quantidade de projetos de lei de iniciativa dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Projetos de lei de iniciativa dos Senadores – o Senador Pimentel lembra muito bem aqui.

Portanto, os Senadores têm marcado presença, têm feito um trabalho intenso aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, apresentando projetos relevantes para o desenvolvimento econômico e social, para a cidadania brasileira.

E é importante lembrar a iniciativa do Senado e a iniciativa da Câmara. Nós a sobrepomos: são 39 contra 10. Portanto, mostrando aí o trabalho efetivo dos Senadores.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – No segundo semestre, virá a nova partilha do Fundo de Participação dos Estados, que vai demandar muito esta comissão. Temos já um conjunto de projetos de lei de iniciativa dos Senadores sobre a matéria, e V. Exa. irá se debruçar sobre esse tema no segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós já iniciamos, Senador Pimentel, as primeiras audiências públicas tratando desse assunto, vamos continuar ao longo do segundo semestre, e nós esperamos, Senador Lídice, fechar uma proposta, aprovar uma proposta até o final do ano, porque, a partir do ano que vem, tem que vigorar um novo Fundo de Participação dos Estados. E esse trabalho vai ser conduzido pelo Senador baiano Walter Pinheiro, nosso Líder. Portanto, nós temos aí um grande desafio pela frente, que é definitivamente estabelecer as novas regras do FPE.

Outro ponto importante também, o Senador Pimentel disse aqui, são os empréstimos – dezesseis mensagens do Senado Federal.

Nós atendemos, ao longo deste primeiro semestre, Amazonas, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Piauí, São Paulo, Rio Grande do Sul com muitos pro-

jetos aqui, Sergipe, Tocantins, Goiás e Pará. Isso agregado por quantidade.

Agora, entramos também aqui no valor total dos empréstimos autorizados neste primeiro semestre: US\$4.263.170.472.00, dólares dos Estados Unidos da América, o equivalente a R\$8.665.000.000,00; portanto nós aprovamos aqui um pacote de empréstimos importante para os Estados, importante para investimento nos Estados, e ficamos muito contentes com o fato de, ao longo deste primeiro semestre, a CAE ser muito efetiva, sendo uma parceira dos Estados – o Senado que é, mais do que nunca, quem representa a Federação.

É importante também o número de sabatinas. O Luiz Edson Feltrim para o Banco Central, que foi aqui sabatinado, um Diretor de carreira do Banco Central, aqui aprovado com muita tranquilidade, porque é um quadro competente. A CVM também, com o Diretor Roberto Tadeu Antunes Fernandes, e também Ana Dolores Moura Novaes, Diretor e Diretora – a Relatora, inclusive, da sabatina da Sra. Ana Dolores foi a Senadora Ana Amelia, dois nomes também indicados pelo Governo Federal, muito competentes; e a sabatina do Cade, do novo Cade: Vinícius Marques de Carvalho como Presidente; Carlos Ragazzo como Superintendente-Geral; Ricardo Ruiz como Conselheiro; o Alessandro Octaviani Luis como Conselheiro; Ana de Oliveira Frasnão como Conselheira, e Eduardo Pontual Ribeiro também como Conselheiro. Agora, esse time aí responsável pelo Cade reestruturado, Senador Pimentel, um Cade muito forte, com novas atribuições e que, sem dúvida nenhuma, vai cuidar com afinco, determinação como sempre o fizeram com relação a essas questões de direito econômico e também da concorrência.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Essa parte da concorrência é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concorrência, Senador Requião – o Senador Requião acabou de chegar aqui.

Outra coisa também importante que nós citamos aqui – antes, eu quero só fazer um registro que eu não citei quanto aos recursos, por Estado, Senador Pimentel, que foram liberados: o Estado do Amazonas, US\$280 milhões; o Município do Rio de Janeiro, US\$150 milhões para o nosso amigo, competente Prefeito Eduardo Paes; para o Estado de Pernambuco, US\$500 milhões; para o Estado da Bahia, da Senadora Lídice, US\$60 milhões; para o Estado de Pernambuco, mais uma vez, US\$100 milhões; para o Estado do Piauí, US\$350 milhões; para o Estado de São Paulo, para o Rodoanel trecho norte, US\$1.148.663.000.00; para o Estado de Sergipe, água para Sergipe, US\$70.275.000.00; para o Estado

do Tocantins do Senador Vicentinho, US\$99 milhões para o programa de desenvolvimento da região; para o Estado do Tocantins também, modernização fiscal do Estado, US\$40.431.000,00; para o Rio Grande do Sul, US\$130.556.650,00; para o Estado do Rio Grande do Sul também – o sogrão ajudando os gaúchos – Programa de Apoio à Retomada do Estado do Rio Grande do Sul, também, US\$480 milhões; o Estado do Rio de Janeiro, Transporte II, PET II, Governador Pezão, US\$600 milhões; Município de Aparecida de Goiânia, de nosso Maguito Vilela, reestruturação viária, US\$35 milhões; o Estado do Pará, Projeto de Ação Metrópole, segunda etapa, R\$207.652.352,00 (empréstimo em iene); Município de Toledo, Paraná, do Senador Requião, R\$9.643.000,00; portanto, isso aqui perfaz US\$4.263.170.472,45. Portanto, é um pacote intenso e que atende vários Estados.

Agora, falando e relatando algumas matérias importantes que tramitaram aqui na CAE:

– O Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais, titulares de cargo efetivo, o famoso Funpresp, o PLC 2/2012, que foi aqui discutido e aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Um projeto importante, olhando a questão previdenciária no País; – Aposentadoria Especial às Pessoas com Deficiência, filiadas ao Regime Geral da Previdência Social – PLC 40/2010. Importante e atende, principalmente, aos deficientes;

– O disciplinamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional – PDS 71/2011. Aquelas férias... Aqueles dois meses adicionais e que a Câmara, recentemente, o aprovou, se não estou enganado... Não aprovou a Câmara, ainda... A Câmara não aprovou, mas o Senado já aprovou essa matéria, Senadora Lídice;

– Alíquotas de ICMS nas Operações Interestaduais com Bens e Mercadorias Importadas do Exterior, a famosa “Guerra dos Portos”, Projeto de Resolução do Senado nº 72. Amplamente discutido em uma sessão duríssima aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Um projeto importante também, dentro da filosofia do Governo Federal, da Presidenta Dilma, de promover essas mudanças no sentido de consolidar o Pacto Federativo em etapas, estruturar... É uma reforma tributária compatível com as expectativas de todos nós;

– Alteração da Lei 9613/98, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal de crimes de lavagem de dinheiro. Isso foi aprovado recentemente também. Já foi sancionado, inclusive, pela Presidenta Dilma. E, agora, em função dos últimos fatos, essa lei já foi aplicada, porque, a partir do momento em que ela foi sancionada, ela já tem validade, pelo mérito da lei;

– Também com relação à Informação aos Consumidores. Acerca de tributos que incidem diretamente

sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal, PLS 76/2012. Esse é importante para que cada um, quando compra uma mercadoria, entenda o que ele está pagando de imposto. Nós teremos uma pauta, no segundo semestre, importante na Comissão de Assuntos Econômicos. É fundamental registrar: nós temos o FPE, como foi falado aqui pelo Senador Pimentel; porque não dizer também: o FPM, essa nova proposta, uma variação linear, projeto do Senador, hoje Governador do Acre, Tião Viana; e também a discussão, Senador Lobão, diretamente do Maranhão, chegando aqui à Comissão de Assuntos Econômicos, nosso Vice-Presidente; e também

– a discussão da Dívida dos Estados, um problema importante, não só o fator de correção da dívida, mas o percentual líquido de repasse ao Governo Federal, ao Tesouro Nacional, da receita líquida corrente;

– ao mesmo tempo também, Senador Pimentel, a legalização dos incentivos fiscais e a discussão da unanimidade do Cade, que é também uma proposta extremamente importante, não só para legalizar os incentivos, mas também para criar regras, delegando o que pode ser delegado aos Estados, e aquilo que tem importância, sob o ponto de vista federativo, mantendo-se a unanimidade no Confaz. Isso tem sido discutido com os secretários de fazenda pelo presidente do Confaz, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, nós estamos também separando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... Uma nova etapa da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa. A Senadora Ana Amélia é a relatora numa Comissão e, em seguida, virá para cá. São mais ou menos catorze projetos de lei, de iniciativa dos Srs. Senadores, que dizem respeito à ampliação da lista de empreendedores incorporados pelo Simples Nacional, principalmente no setor de serviços. Portanto, V.Exa. deixa um espaço na nossa agenda no segundo semestre para essa importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Principalmente o Simples, que é de importância absolutamente fundamental para o País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria registrar que vi no eslaide anterior que V.Exa. tem designado com rapidez os projetos para serem relatados. Há um número pequeno. Só para

observar, matéria com relatoria, 196; prontos para a pauta, quinze; e apenas doze, que é um número relativamente pequeno, para designar relatores.

Quero cumprimentá-lo porque há ocasiões em que se diz que os presidentes demoram muito para designar relatores e V. Exa. tem sido eficiente. Meus cumprimentos por isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A gente tenta, meu caro Senador Suplicy. Às vezes, não consegue.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E se deve à equipe toda também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Secretaria, aqui comandada pela Adriana, tem sido muito competente no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. Às vezes, um pouco tecnocráticos demais para o meu gosto, mas têm sido muito eficientes. E acho que isso tem sido demonstrado pelo Senador Lobão, que também é vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós estamos procurando limpar a pauta, colocando para votar os projetos, desengavetando vários projetos que vinham arrastando a barriga ao longo dos últimos meses.

O Senador Suplicy já fez o comentário dessa tela. Isso é muito importante. É sinal de que estamos procurando acelerar a apreciação dos projetos.

Pode passar à tela seguinte.

Outra coisa também que nós procuramos fazer é distribuir as matérias de acordo com os blocos. Estamos procurando dar um equilíbrio para os vários blocos, não só atendendo nas relatorias os blocos de oposição, como também a base do Governo. Evidentemente, às vezes, a gente não consegue equilibrar efetivamente esses percentuais, mas estamos muito próximos. V. Exas. podem verificar que estamos trabalhando com percentuais bem próximos da realidade de distribuição das bancadas na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, não só o apoio na base de apoio ao Governo, como também o Bloco PMDB/PT, o Bloco PSDB/DEM, o Bloco PTB/PR, o Bloco PSD/PSOL. A gente tem procurado adotar, com muito equilíbrio, a distribuição das matérias para que todos os Senadores e Senadoras participem efetivamente, como relatores, dos projetos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Registro a presença do Senador Moka aqui, chegando para dar quórum à nossa Comissão. E o pessoal dizendo que, hoje, os Senadores já estavam em férias. E nós estamos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, votando matérias.

Senador Requião, do Paraná, estive, nesse final de semana, lá em Curitiba.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Eu soube. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V.Exa., com grande prestígio, como sempre.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Inclusive mandei investigar os objetivos da sua viagem. *(Risos.)*

Esteve reunido lá, almoçando com um cidadão que foi chefe do cerimonial em meu primeiro governo. Mande investigar. Estamos levantando as verdadeiras intenções.

Mas eu achei interessante a sua observação sobre o equilíbrio. E quero fazer um comentário a respeito disso. Eu vi, na sua exposição, que nós estamos, por meio da Comissão e do Senado, liberando empréstimos para Estados e Municípios, importantíssimos neste momento de paralisação dos investimentos públicos e privados no Brasil. Mas nós vivemos um paradoxo, e dificilmente o Reitor da Universidade de Salamanca, Miguel de Unamuno, daria sentido a ele. Eu estou tentando, através de uma emenda constitucional, eliminar esse paradoxo. Qual seja: nós temos a Cide, a famosa contribuição, que ajuda Estados e Municípios na manutenção de estradas. A Cide, através de uma emenda constitucional, destina 29% do seu valor para Estados e Municípios. Ela dá mais ou menos R\$9 bilhões por ano, um pouco mais. Então, nós teríamos aí – $3 \times 9 = 27$ – R\$2,7 bilhões para Estados e Municípios. E é uma transferência constitucional. Portanto, intocável. Mas ela tem sido tocada, Presidente Delcídio. Ela tem sido tocada porque o Governo Federal, e não é de hoje, viabiliza suas Desvinculações de Receitas da União antes da distribuição. A rigor, ele só poderia, e aí poderia legalmente, viabilizar uma desvinculação depois de separar a parte dos Estados e Municípios. Então, apesar de todos esses financiamentos, que são ônus para os Estados, nós estamos perdendo R\$2,7 bilhões por investimento.

E eu redigi uma emenda constitucional. Isso não é permitido. Não sei como se faz isso, se faz ao arrepio da ordem constitucional. Mas eu estou impedindo isso via emenda constitucional, para a qual vou começar a pegar as assinaturas.

Aproveito a oportunidade da sua intenção de equilibrar as coisas e peço aos Senadores que estão presentes na reunião apoio para que essa emenda tramite. Foram R\$2,7 bilhões retirados de Estados e Municípios este ano, serão ainda retirados, pela Desvinculação de Receitas da União. Daí aparece: R\$9 milhões para Toledo, um pouco para Salvador... Mas o que se está tirando é muito mais. E retira-se esse dinheiro num momento em que o investimento é fundamental. Então, eu aproveitei este espaço, depois de

ter tido a notícia do seu almoço em Curitiba, que está sendo, insisto, investigado com cuidado, só para pedir o apoio dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esperava um convite para o jantar comandado por V. Exa., mas não recebi o convite.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu fiquei espantado porque o normal seria que a sua presença fosse comunicada, para eu ter o prazer de convidá-lo para jantar. Mas passou a ser visto em restaurantes da cidade com personalidades políticas suspeitas da cidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu, quando vou ao Paraná, tomo o cuidado de avisar o Senador. Porque lá no Paraná dizem que ele não escova os dentes, mas que ele chaira a língua. Então, você tem que ter cuidado com essa língua ferina do Senador Requião.

Senador Requião, agora seriamente. O Governador André Puccinelli, na semana passada, me falava dessa questão da Cide. E dizia exatamente o que V. Exa. está dizendo aqui, que isso não é constitucional, não poderia ter sido feito, e foi. Então, se V. Exa. fizer essa emenda, eu já quero lhe adiantar que sou signatário, porque isso é realmente errado. O Governo Federal não pode tocar em recursos que constitucionalmente pertencem aos Estados e Municípios. Quando muito, ele pode, sim, depois de separar o que é devido aos Estados e Municípios. Aí sim, da parte que lhe toca, ele pode fazer o que quiser. É como se um governador do Estado concedesse isenção sem separar do ICMS os 25% dos Municípios. É a mesma questão.

Então eu acho que essa é uma questão que V. Exa. está colocando, mas que realmente... É quando o Governo isenta IPI e ele isenta sempre exatamente de quem... Não há isenção de contribuição, que é só arrecadado pelo Governo. As isenções sempre são em cima de impostos, e não observando a parte dos Estados e Municípios. Então, quero me somar à iniciativa de V. Exa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E não é, Senador, uma coisa nova, não é deste Governo. É um vício, é uma tendência fiscalista de todos os governos. Eu tenho certeza de que a minha emenda seria dispensável se a nossa Presidente fosse alertada e determinasse o fim desse tipo de operação. Mas vamos à emenda, de qualquer maneira, porque ela é definitiva para qualquer governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Requião, V. Exa. tem a assinatura aqui de todos nessa emenda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Portanto, já mandei pegar o texto no meu gabinete e vou colher as assinaturas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Lembrando que, a partir desta emenda, nenhum projeto de lei que trata de isenção fiscal pode mais tramitar. Se nós observarmos a ampla maioria dos projetos, é de iniciativa dos Congressistas, portanto, o que vale para o Executivo vale também para cá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para o Legislativo.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo porque V. Exa. marcou e conseguiu quórum para esta reunião deliberativa da CAE no último dia – espero que seja! – antes do recesso. Tivemos agora o início da reunião da CMO, foi suspensa, pela Ordem do Dia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, porque depende do Governo. Eu acho que esforço nós temos feito, falta empenho do Governo. Não há dúvida disso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esse Governo é um problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O próprio Presidente da Comissão Mista de Orçamento tem dito, repetidas vezes, que os parlamentares têm feito esforço na tentativa do acordo; agora, falta empenho do Governo para que possa realmente haver solução.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Literalmente falta empenho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu quero somar-me ao Senador Requião.

Senador Requião, V. Exa. traz aqui um assunto que eu já tenho... Quero dizer a V. Exa., Senador Requião, que já fiz vários projetos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Requião está um pouco...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Distraído.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... distraído. Ele está... Agora ele está... Agora ele...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu aguardo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu jamais farei um aparte ao Flexa Ribeiro. Eu sei o que ele faz com a Marta Suplicy, então eu me acautelo com ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – (*Risos*) Senador Requião, V. Exa. tem toda a razão em fazer o projeto que tem apoio, e todos nós vamos ser subscritores dessa emenda. Eu já fiz vários projetos nesse sentido. Ainda agora, na Medida Provisória nº 563, tive o meu guia na área da economia aqui, o Senador José Pimentel, contrário à emenda que fiz na 563, que propunha exatamente isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E aprovamos por unanimidade a questão do imposto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não a do IPI. Estou me referindo à do IPI, que era exatamente isto: que a União, ao dar o incentivo que é necessário para os momentos de crise, que ela o fizesse somente na parte que cabe a ela do bolo do imposto, e não na parte que cabe a Estados e Municípios. É muito fácil você fazer bondade com o chapéu alheio, que é o que a União faz.

Ainda há pouco, Senador Requião, ela o fez na Cide. Ela aumentou o preço do combustível para as distribuidoras, não levou esse aumento para as bombas porque ela reduziu a Cide, tirou da Cide, ou seja...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas, Flexa, porque a intenção é proteger o consumidor. Você quer que aumentasse para o consumidor?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas, espera aí, Senador Pimentel, em seguida... Eu tenho dito que V. Exa. está vivendo no Brasil da fantasia. Eu tenho dito isso, porque, em seguida, o Governo de V. Exa. deu outro aumento e aí, como ela não tinha mais o que reduzir da Cide, ou não podia mais, não tinha espaço político para fazer, ela levou para o consumidor. Vai ter o aumento na bomba do *diesel* da ordem de 6%, que é onde sobrecarrega exatamente o custo dos insumos, dos produtos para o consumidor final. Quer dizer, a resposta... Eu fico temeroso, Senador Delcídio. Nós temos aqui recebido o Ministro Guido Mantega, que tem vindo com aquela euforia dele, PIB de 5%, baixou para 4%, na última vez que ele teve aqui, e já está no “*ex my love*”: 1,99% – o PIB do Brasil, lamentavelmente. O PIB do Brasil agora já está em 1,99%. Eu gostaria que estivesse em 7%, mas a realidade é outra, a realidade é outra.

O que nós estamos vendo e que este Governo não enxerga é que as ações que estão sendo tomadas não estão mais surtindo efeito. O que ele tem que fazer é exatamente o que não está sendo feito, que é investir, investir em infraestrutura, fazer o que os Estados Unidos fizeram na crise, exatamente no que o

Brasil recuou. Se nós formos ver os gastos do PAC, Senador Pimentel, verificamos o encolhimento neste ano e meio, do gasto efetivo do Programa de Aceleração do Crescimento, do qual a Presidente era a mãe; virou madrasta. Então, não há como.

Acho que a CAE, Sr. Presidente, assim que voltarmos do recesso, se houver, V. Exa. poderia fazer aqui, junto com a CI – eu já propus na CI há quatro anos –, uma subcomissão de acompanhamento do PAC. Lamentavelmente, não consigo instalá-la. Não consegui quando o Presidente era o Senador Collor e não consigo agora, quando a Presidente é a Senadora Lúcia Vânia. Eu não sei o que está havendo que não consigo que seja instalada essa subcomissão. Mas V. Ex^a pode fazer uma série de audiências conjuntas para que a gente avalie o PAC. O PAC tem algo errado, no Brasil inteiro. Eu li...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu não sei o que eu vou ser, Presidente. O futuro a Deus pertence. Eu não pleiteio nada; estou aqui para servir o meu Estado do Pará, para servir o meu País, o Brasil. Eu faço uma oposição construtiva. Eu quero ajudar. Agora, lamentavelmente, o Governo não quer ser ajudado; o Governo quer “tratorar”. E “tratorar” não dá, aí é difícil. É uma pedrinha, mas é uma pedrinha difícil de ser passada por cima.

Espero que eu tenha o apoio da Base do Governo. Eu já disse, na CMO, que a base do Governo está ficando movediça, porque eu nunca vi, Senador Delcídio... A oposição fazer obstrução eu até entendo, mas a Base do Governo fazer obstrução, como fizeram lá na CMO... Eu nunca tinha visto isso. E fizeram obstrução aberta, aberta. Todos reclamando do tratamento que estão recebendo do Governo. Imaginem nós da oposição! Não adianta nós falarmos.

Eu estava dizendo nas nossas reuniões: “Gente, se eles são tratados desse jeito – eles no bom sentido e com todo o respeito –, os parlamentares da Base do Governo, imaginem nós.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Delcídio, “eles” somos nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Parabéns, Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O “eles” do Flexa somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Somos nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a, com certeza, é da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Requião, e vejo o Senador Fle-

xa preocupado em votar as matérias de interesse do Governo, preocupado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou preocupado porque eu preciso aprovar a 563, que tem uma emenda de interesse do Pará, de Minas, dos Estados mineradores. Mas foi aprovada ontem na Câmara e virá para o Senado dia 07, no esforço concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Flexa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu espero apoio de V. Exas. para que a Presidenta Dilma não vete, a começar pelo Senador José Pimentel.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Uma curiosidade, Senador Flexa Ribeiro. A Senadora Lúcia Vânia, que está impedindo a instalação da sua subcomissão temporária, qual é o partido dela?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ela é do PSDB. Eu também não entendo por que ela não instala essa subcomissão. Eu já fiz essa pergunta a ela e vou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Ainda mais o Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu já fiz essa pergunta a ela e vou pedir que ela responda a V. Exa., Senador Edinho...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, Senador Flexa, eu acho que V. Exa. é que vai presidir a Comissão de Infraestrutura em 2013. Eu acredito nisso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A única coisa que eu pleiteio é a amizade de V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A recíproca é verdadeira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Edinho também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza. Depois, a Senadora Ana Amélia.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Que bom, no último dia de trabalho – aparentemente, o último dia –, esse ânimo todo dos nossos colegas, não é? Isso demonstra que todos estamos engajados e preocupados com os Estados e com o País.

A MP 563, aprovada ontem na Câmara, Sr. Presidente, leva a emenda do Senador Flexa Ribeiro, que é uma discussão em que fomos até à Casa Civil levar essa situação – o Senador Pimentel trabalhou nisso,

mas, principalmente, o Senador Jucá nos ajudou a inserir na MPB 563 a questão da mineração. Lá, também foi colocada a questão da suinocultura. Vimos, na última semana, uma ação muito forte dos produtores que vieram ao Senado Federal, numa audiência pública da Comissão da Agricultura, a convite da Senadora Ana Amélia. Lá, pudemos ver a realidade por que está passando esse setor, ao ponto de o custo de um quilo suíno, no Paraná, ser de R\$2,45 e o cidadão estar vendendo a R\$1,60. No Rio Grande do Sul, parece-me que o custo é de R\$2,60 ou R\$2,70 com a venda a R\$1,60. Prejuízo drástico. O prejuízo de um leitão de 60 dias, 45 dias é de R\$40,00; se ele for ser engordado para se tornar um porco para vender, o prejuízo é de R\$80,00. Foi uma emenda do Deputado Sandro Mabel e fizemos uma gestão muito forte aqui, na MP 563, também conversando com o Governo. E, agora, vimos ser aprovada essa matéria ontem, na Câmara. Isso é muito importante.

Dentro dessa linha da política de desoneração fiscal, o Brasil Maior é um pouco disso e o Governo tem assumido as responsabilidades dentro da desoneração do custo da folha de pagamento – aí vão os encargos previdenciários. É o Governo que tem ajustado isso, aparentemente, sozinho. Eu percebo isso. Mas eu partilho o raciocínio do Senador Requião e do Senador Flexa, porque temos de repensar um pouco isso. Principalmente os pequenos Municípios vivem do FPM. Nós sabemos disso. A grande fonte de receitas dos pequenos Municípios é FPM ou a transferência voluntária. Por isso, o tanto que demora em votar uma LDO, porque os acordos não se convergem no sentido de liberar as transferências voluntárias, pagamentos de empenhos do passado ou empenhos futuros. Pequenos Municípios vivem disso. É uma aberração, mas é uma realidade. Se tirarmos do IPI ou do Imposto de Renda – principalmente, o IPI, que é a maior fonte do FPM –, estamos prejudicando em cadeia. O grande Município ou as capitais, como Curitiba ou Brasília, os grandes não têm problema com relação a isso, não. Isso realmente está a serviço do indutor do desenvolvimento econômico do País, necessário a uma estabilidade e a um crescimento que se almejam. Temos de tomar esses cuidados. Em relação à Cide, por exemplo, nós sabemos que a Cide é partilhada em todos os Municípios e os Estados. É um prejuízo em cadeia para os pequenos Municípios também.

Agora, vem a questão do etanol, por exemplo – só para finalizar, Sr. Presidente. A Presidente Dilma e a equipe econômica anunciaram 25% de adição na gasolina. Muito bom. Temos de aplaudir isso. O setor está feliz, o setor está contente e acha que isso é um passo... No entanto, há a preocupação que estamos

tendo, neste momento, com a balança do custo do petróleo - entre o barril lá fora e o barril interno, que é o prejuízo que a Petrobras está absorvendo. A Cide ameniza; o etanol, com aumento da adição na gasolina, ameniza um pouco; mas, se não cuidarmos da produção do etanol, não vamos ter 25% para adicionar, porque estão quebrando usinas no Brasil inteiro. No Paraná, está fechando uma usina a cada seis meses. E aqueles que são grandes estão vendo: “Também não vou comprar, porque não vale a pena. É algo temeroso”. E, aqui, no Senado Federal, no segundo semestre, vamos ter de repensar e discutir esse assunto, porque nós temos de cuidar também da cadeia do etanol, que é um combustível limpo e renovável. E é um combustível brasileiro, um orgulho nacional. Tínhamos o Presidente Lula como nosso garoto-propaganda, vendendo essa ideia mundo afora. No entanto, quando chegamos a um nível de competitividade, inclusive quebrando subsídios americanos, nós passamos a importar etanol dos Estados Unidos porque não temos produção suficiente.

Nós temos que tomar um pouco de cuidado. Sei que aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, sob a batuta de V. Exa., nós vamos criar os grandes debates necessários para o desenvolvimento econômico deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, do Paraná.

Senadora Ana Amélia

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio do Amaral, eu quero, em primeiro lugar, dizer que o resultado de uma comissão temática, como a CAE, deve muito à liderança, ao comando do seu presidente. Todos os números, todo esse trabalho, registrado no relatório do semestre que V. Exa. está apresentando, se deve ao seu desempenho pessoal e ao do Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, nos trabalhos desta Comissão e à participação efetiva, é claro, de todos os Senadores aqui empenhados. Então, eu queria apresentar a V. Exa. os cumprimentos pelo êxito obtido neste semestre em matérias relevantes.

Queria aduzir também a matéria relativa ao Simples, do Senador José Pimentel, que é extremamente relevante. Os setores estão mobilizados, e vamos ter muito trabalho no segundo semestre.

Também concordo e vou firmar com o Senador Roberto Requião essa questão da Cide, que ele levantou com muita propriedade, e também os argumentos usados.

Por fim, mas não menos importante, ressalto a referência feita pelo Senador Sérgio Souza. Informo que, às 12 horas, participarei de uma audiência mar-

cada com o Ministro Mendes Ribeiro Filho para tratar dessas questões da suinocultura e dos produtores do sul do País que sofreram com a estiagem.

Eu gostaria muito de contar com V. Exa. para entrarmos nos assuntos da pauta e facilitarmos os trabalhos, até porque penso que o Vice-Governador do Rio de Janeiro deve estar com grande expectativa. Não haverá problema, porque vamos votar o relatório do Senador Edison Lobão sobre o empréstimo do Rio de Janeiro.

Então, eu fico muito grata a V. Exa. pelo andamento dos trabalhos na manhã de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu só queria fazer um registro a respeito do que V. Exa. comentou aqui, assim como o Senador Sérgio Souza, o Senador Requião, o Senador Moka e o Senador Flexa. Refiro-me à Cide, que está sendo usada para não impactar diretamente o consumidor final de gasolina, de *diesel* e assim por diante. E vai chegar um determinado momento... Já chegou, pois essa alternativa da Cide está exaurida.

É evidente que é um assunto difícil, um assunto que o Governo está discutindo e com o qual está preocupado, mas eu quero aqui registrar que, em relação a essa questão da gasolina, o álcool vem vindo, o etanol vem vindo. O Brasil gastou muito para chegar aonde chegou.

Nossas plantas, Senador Sérgio Souza – S. Exa. falou disso com muita clareza –, eram as plantas mais eficientes em operação no mundo. Nós já perdemos essa liderança. Os custos estão crescendo e, lamentavelmente, muitas usinas estão fechando. Isso é muito ruim para nós, até pelas características do etanol, como combustível, como um combustível renovável, e com todos os benefícios que ele traz.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parabéns, Senador Delcídio, pela referência.

Até agora só 6% do Orçamento foi executado. Aí justificam-se muitas dessas coisas. E o Brasil, que tem plataformas fundamentais estratégicas, como é a questão do etanol, perde o bonde da história e o protagonismo numa área estratégica como a de energia limpa, cantada em prosa e verso especialmente na Rio+20. Nós perdemos também em outros setores em que a situação é idêntica. Estamos perdendo por deixar de instruir setores que são fundamentais para toda a economia, não apenas o setor do etanol, mas também outros setores, como a indústria gráfica, os vários setores da produção. Toda a indústria de transformação está sofrendo o impacto desse processo.

Penso que, apenas no momento em que o Orçamento for aprovado por esta Casa, não de forma autorizativa, mas de forma impositiva, talvez as coisas melhorem.

Muito obrigado, Senador.

Parabéns pela referência à questão estratégica do etanol.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Sem dúvida nenhuma, o Governo está atento e deve estruturar medidas, porque esse é um setor em que nós não podemos ficar para trás. Nós avançamos muito, e a população brasileira pagou por isso, sem falar na questão da paridade de preço de combustíveis. Nós estávamos importando gasolina por um valor e vendendo por outro, aqui dentro do Brasil, um valor menor. Mas são outras conversas e esse não é o momento para se falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Dalcídio, mas esse é exatamente o nó, porque os produtores de cana não vão fazer investimentos. O preço do álcool é limitado pelo preço da gasolina, então você não cobre o custo da produção. Basta ver essa produção de álcool de agora. É um problema sério que precisa ser resolvido. Sem isso nós não vamos ter investimentos novos nesse setor sucroalcooleiro.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka, é importante, dentro dessa mistura de 25% que o Senador Sérgio Souza mencionou... Nenhum interessado em comprar usina, quando faz estudo de viabilidade técnico-econômica... O valor presente líquido de todos esses projetos dá negativo. Todos, todos. Ou seja, se não for tomada uma medida, lamentavelmente o que vai acontecer com a produção de metanol no Brasil e com os investimentos que nós esperamos aconteçam...

Agora, concluindo a apresentação sobre os números da CAE, requerimentos aprovados 25, atendidos 7, parcialmente atendidos 3 e não atendidos 15.

Nós estamos inclusive programando alguns requerimentos que nós não pudemos atender ao longo deste primeiro semestre, até pela agenda que cumprimos nesse semestre. Vamos tentar fazer isso no esforço concentrado até as eleições e, depois disso, após as eleições municipais.

Só para resumir as audiências públicas, eu já falei do PRS nº 72, que foi motivo de grandes debates, assim como o e-commerce, o comércio eletrônico também, o ICMS do e-commerce, as audiências públicas com o Ministro Guido Mantega, já ressaltadas e elogiadas pelo Senador Flexa Ribeiro, as audiências públicas com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a audiência para instruir o PLS nº 118, que

foi importantíssima, uma audiência pública conjunta, relativa à exploração de instalações portuárias, com muita gente, uma audiência profunda e discutida, as audiências para o debate do novo pacto federativo, incluindo o FPE e o FPM, que nós já citamos, e a dívida dos Estados, e, em conjunto com a CAS, por iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, a audiência sobre a erradicação da pobreza, inclusive com a participação de especialistas internacionais.

Portanto cumprimos uma pauta importante neste primeiro semestre. Vamos continuar falando sobre economia, porque essa é a nossa tarefa principal, sobre a TJLP, que o BNDES já reduziu, mas o Banco do Nordeste, por exemplo, não. Quer dizer, se tem que valer redução de taxa de juros, tem que valer para todo mundo. Mas esses são temas dos quais vamos tratar no segundo semestre.

E quero mais do que nunca registrar aqui o trabalho dos Senadores e das Senadoras. Em todas as reuniões da CAE nós tivemos quórum. Em somente uma delas havia uma situação excepcional, da qual não consigo me lembrar. Mas em todas as situações nós tivemos quórum aqui na CAE, graças à determinação e ao trabalho de Senadores e Senadoras que se fizeram presentes e, sem dúvida alguma, transformaram a CAE, que já é uma Comissão importante, numa Comissão de ponta no Congresso Nacional, até pela legitimidade e pelos temas que foram tratados ao longo deste primeiro semestre, um trabalho forte, principalmente dos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos.

E hoje, como está provado aqui, todo mundo dizendo que os Senadores já haviam viajado, que já estavam de férias, e nós estamos aqui, na terça-feira, desde dez horas da manhã reunidos, debatendo temas importantes.

Nós vamos entrar agora no Item nº 1, que é uma mensagem do Senado Federal de 2012 – o Senador Cunha Lima já está aqui.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até SRD 16.064.876 (dezesseis milhões sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis direitos especiais de saque), entre o Estado da Paraíba e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – Fida, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial

do “Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard – nós vamos incorporar o Godard à Comissão de Assuntos Econômicos, ele vai virar titular da Comissão de Assuntos Econômicos –, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Marenilson Batista da Silva – Sr. Marenilson, muito bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos –, Secretário do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do Estado da Paraíba, aqui também representando o Governador da Paraíba, junto com o nosso Senador Cunha Lima.

Portanto, eu passo a palavra à relatora, a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Como V. Exa. já destacou, Presidente, trata-se de mensagem relativa a um projeto de empréstimo para o Estado da Paraíba com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor total de 16.074.876 direitos especiais de saque de principal, destinados ao financiamento parcial do projeto de desenvolvimento sustentável do Cariri e Seridó.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a esse financiamento e, segundo a documentação que instrui o processado, o objetivo geral do programa é contribuir com o desenvolvimento econômico da área rural e de reduzir a taxa de extrema pobreza da população que vive na região do semiárido da Paraíba. O projeto também tem como propósito melhorar, de forma sustentável, a renda dentro e fora da agricultura, os ativos produtivos, a capacidade organizacional e as práticas ambientais de seus beneficiários.

O projeto contará com investimentos totais, no período de 2011 a 2016, de US\$37,1 milhões, sendo US\$25 milhões financiados pelo Fida e os restantes US\$12,1 milhões provenientes de contrapartida do Estado da Paraíba.

O financiamento será contratado sob a modalidade de empréstimo ordinário, com taxa de juros definida semestralmente pela diretoria do Fida, acrescida da variação cambial dos direitos especiais de saque (SDR), que é a unidade de conta adotada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), formada por uma cesta das principais moedas do mundo.

Atualmente, a taxa de juros aplicada pelo Fida para seus empréstimos ordinários é de 1,6% ao ano. Situa-se, portanto, em patamar aceitável, considerando o custo atual da curva média de captação pelo Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vamos diretamente ao voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado da Paraíba para contratar a operação de crédito, com garantia da União, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2012

Autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor total de até SDR 16.064.876 (dezesesseis milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis direitos especiais de saque).

O Senado federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Paraíba autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no valor total de até SDR 16.064.876 (dezesesseis milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis direitos especiais de saque).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó”.

Sr. Presidente, a partir do artigo 2º se desenvolve o detalhamento da operação de crédito que estamos aqui definindo, ficando autorizada a União a conceder garantia ao Estado da Paraíba na operação de crédito externo referida nesta resolução, tendo como parágrafo 1º: a autorização prevista no *caput*, fica condicionada a que o Estado da Paraíba celebre contrato com a União para a concessão de contra-garantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, em conformidade com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado da Paraíba ou das transferências federais.

E o parágrafo 2º: Previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, o Estado da Paraíba comprovará, junto ao Ministério da Fazenda, o cumprimento das condições para o primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato de empréstimo, e a adimplência do Estado e de todos os seus órgãos e entidades

quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

O artigo 4º trata do prazo máximo para o exercício da presente autorização que é de quinhentos e quarenta dias contados a partir de sua publicação.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Peço a aprovação de todos os senhores e das senhoras Senadoras por se tratar de uma operação de crédito muito importante para aquele Estado que passa hoje por grande necessidade, assim como todos os Estados que compõem o Nordeste brasileiro, principalmente da região semi-árida, da nossa querida região nordestina que vive hoje uma situação de seca bastante agravada. Por alguns é considerada a mais grave seca dos últimos 40 anos. Por isso, em homenagem ao nosso governador, em homenagem ao Senador Cássio Cunha Lima, peço a aprovação de V. Exa. para que possamos não só aprovar o projeto mas também levá-lo em regime de urgência para o plenário do Senado a fim de podermos votá-lo ainda hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Senador Cássio Cunha Lima deseja usar da palavra?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, uma breve palavra, apenas para agradecer a presteza, a celeridade de V. Exa., tal qual da Relatora Senadora Lídice da Mata, que permite à Paraíba a contratação de mais um empréstimo cuja negociação, curiosamente, foi iniciada no período em que eu estava à frente do governo do Estado.

Fizemos àquela altura rigoroso ajuste fiscal no Governo da Paraíba, o que possibilita a ampliação da capacidade de investimento do nosso Estado. E, ao tempo em que formulo estas palavras de agradecimento, felicito o Deputado Assis Quintans, à época Secretário de Agricultura, que deu início a todas essas negociações. Também cumprimento o secretário Marínilson, que vai dar sequência a esse programa e cumprimento o Governador Ricardo Coutinho por todo o trabalho que vem desenvolvendo a frente do governo do Estado. Ao tempo de encerrar, apelo a V. Exa. para que possamos, em regime de urgência, encaminhar a

matéria ainda hoje ao plenário, para que na tarde desta terça-feira possamos ter a votação terminativa do projeto que autoriza a contratação desse empréstimo.

Agradeço a todos os meus Pares pela solidariedade para com a Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Quero parabenizar também o Estado da Paraíba e, através de V. Exa., o Governador Ricardo Coutinho e o Secretário do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, aqui presente, Secretário Marenilson Batista da Silva.

Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Cássio Cunha Lima.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

A matéria segue hoje direto para aprovação no plenário do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2012

- Não Terminativo -

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio Janeiro e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada a financiar parcialmente o “Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e os Srs. Luiz Fernando Pezão, Vice-Governador do Rio de Janeiro; Hudson Braga, Secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr Sr. Pre-

sidente, Sras. e Srs. Senadores, é uma grande honra hoje...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria convidar o Governador Pezão para acompanhar de perto a apreciação da matéria.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, é com grande honra que tenho o prazer de relatar hoje esse projeto de empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro, Estado que eu tanto amo, que vive um momento maravilhoso da sua história, com investimentos pesados sendo executados lá, com problemas graves da sociedade carioca sendo resolvidos pelo atual Governo, com muita competência, muita eficiência. Eu tenho o prazer de cumprimentar o Vice-Governador Pezão, cumprimento extensivo ao governador Sérgio Cabral neste momento de felicidade do Governo do estado do Rio de Janeiro.

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 60, de 2012, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor total de até US\$100.000.000,00.

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios subordinam-se à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nos 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo são sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também são sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana. O programa terá o valor total de US\$170 milhões, sendo US\$100 milhões financiados pela Corporação Andina de Fomento (CAF) e US\$67 milhões como contrapartida do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo do programa é a execução de obras de recuperação da infraestrutura das cidades da Região Serrana e outras medidas estruturantes que possibilitem a recuperação da malha viária e da estrutura urbana de seus municípios, com o objetivo de restabelecer as atividades tradicionais, além de recuperar as áreas atingidas de forma a permitir a retomada regular de suas atividades.

De acordo com o Parecer Técnico, o programa beneficiará toda a população das cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Areal, as mais atingidas pelas chuvas no início de 2011.

A operação de crédito externo pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com margem fixa e juros vinculados à LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América.

Análise.

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, no valor de até US\$ 100.000.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer COPEM/ STN nº 1.269, de 5 de julho de 2012, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), conforme a Recomendação nº 1.246, de 17 de junho de 2011, homologada pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo Parecer COPEM/STN nº 1.240, de 3 de julho de 2011, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual e da lei orçamentária anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam da Lei do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro para o período 2012-2015;

d) Ademais, a Lei Estadual nº 6.125, de 28 de dezembro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2012, contempla dotações para a execução do programa no exercício em curso. Constam desse orçamento dotações relativas às receitas da operação de crédito externo e despesas com encargos da dívida;

e) A STN também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado de Minas Gerais. Para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas;

Eu acredito que aqui na letra “e” deva haver um equívoco porque as contragarantias aqui previstas estão como de Minas Gerais, quando, na realidade, deveriam ser do Rio de Janeiro.

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois: são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas; e o Estado do Rio de Janeiro conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação;

g) De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2012, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007;

h) O Estado do Rio de Janeiro encontra-se adimplente em relação às metas e compromissos assumidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, tendo cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União;

i) Ademais, o Estado do Rio de Janeiro encontra-se adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela recebidos;

j) A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio, por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia.

k) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 461, o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi classificado na categoria “C”, insuficiente para recebimento da garantia da União. Não obstante, é possível o exame de concessão de garantia da União, em caráter excepcional, nos termos do § 1º do art. 1º da Portaria do Ministério da Fazenda nº 176.

O custo efetivo da operação, de acordo com cálculo estimativo realizado pela STN, deverá ser equi-

valente a 3,44% ao ano, conforme a variação da *libor*, indicando que as condições financeiras se encontram em patamares aceitáveis, tendo em vista o custo de captação do Tesouro Nacional no mercado internacional.

A análise técnica realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro mostra os benefícios do programa, com a continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento econômico do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto que se segue.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão, pelo relatório, pela competência habitual.

Senador Requião.

Aliás, a Senadora Ana Amélia pediu primeiro. Depois, Senador Requião.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, em nome do Senador Francisco Dornelles, agradecer e cumprimentar pelo relatório o Senador Lobão Filho, e já solicitar, antecipadamente, urgência para essa matéria, para que o Plenário a examine ainda hoje.

E quero agradecer a presença do Vice-Governador Pezão, presente na reunião de hoje de aprovação desse empréstimo, caro Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A minha simpatia e o meu voto favorável a esses recursos necessários para investimento no Rio de Janeiro. Todo recurso que conseguirmos agora e que possa ser aplicado em curto prazo é necessário.

Mas eu gostaria que a Mesa me informasse, para que eu possa ter mais clareza sobre o meu voto, como é composta a *libor* hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma pergunta especialíssima a de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, eu tenho aqui na mão uma nota da Internet mostrando o escândalo da *libor* em Londres.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Presidente do Banco Central está sendo sabatinado agora.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– O escândalo do banco *Barclays*. A *libor*, se não me engano, é composta pela interferência de 16 bancos, e ela foi manipulada e perdeu completamente a credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma cesta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Eu vou votar favorável, como tenho votado favorável a toda possibilidade de investimento na circunstância. Mas a vinculação à *libor*, principalmente depois do escândalo em Londres, é uma temeridade da comissão, do Congresso e do Banco Central.

É uma irresponsabilidade essa vinculação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Requião.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Acho importante estarmos atentos para a observação do Senador Requião e que a Comissão de Assuntos Econômicos esteja atenta e inclusive tenha diálogo com a direção do Banco Central, para esclarecimento a respeito da *libor*.

Sr. Presidente, como há um outro projeto relativo a empréstimo do Rio de Janeiro que está como extra-pauta hoje, quem sabe V. Ex^a possa examinar os dois, um em seguida ao outro, até para facilitar e honrar a presença aqui do Governador Luiz Fernando Pezão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, eu estava fazendo uma manha aqui para deixar o Pezão na expectativa aí V. Ex^a desmonta a minha estratégia.

Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O Senador Requião tem razão em se preocupar com a adoção da *libor*. O que nos tranqüiliza, Senador, é que pelas projeções do Banco Central esse empréstimo será realmente barato para o Estado do Rio de Janeiro, estando situado em algo em torno de 3,44% ao ano. É claro que a médio e longo prazo essa incerteza...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador Lobão, projeção do Banco Central antes do escândalo. A *libor* está sendo manipulada, completa e absolutamente desmoralizada. O *Barclays* recebeu uma multa de 456 milhões, se propõe a trocar, mudar a diretoria e nós estamos vinculando o empréstimo a uma moeda desvalorizada? Eu acredito que não haviam percebido isso. Consulto a Mesa se não existe a possibilidade de mudar essa vinculação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Na verdade, Senador Requião, a preocupação

de V. Ex^a é pertinente, mas a vida anda e a *libor* pauta não só várias operações, como operações que estão sendo feitas agora; agora, as autoridades, privadas inclusive, as autoridades britânicas estão tomando das decisões pertinentes a situação como essa. Hoje, por exemplo, o Presidente do Banco Central Inglês está sendo sabatinado, está sendo questionado veementemente pelo parlamento da Inglaterra, exatamente com intuito de evitar essa preocupação legítima de V. Ex^a, de promover um desgaste na *libor*, que sempre foi uma taxa extremamente respeitada e confiável, em função de atitudes de alguns irresponsáveis, que comandavam o *Barclays*, que é uma instituição que tem uma história no sistema financeiro mundial e que não merecia ser comandada por personalidades como essas, que, criminosamente, manipularam a *libor*, que é uma taxa absolutamente aceita e adotada em todo o mundo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Até agora, não é, Presidente? Neste momento é como se tivéssemos admitindo uma moeda controlada pelo Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Menos, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mais, Sr. Presidente, mais e é uma irresponsabilidade do Banco Central e da Comissão, é uma necessidade do Rio, os investimentos são absolutamente necessários no Brasil, mas é uma temeridade, uma irresponsabilidade absoluta aceitar essa moeda neste momento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar.

Sr. Presidente, eu acho que a decisão é do Rio de Janeiro, que vai tomar o recurso. Existem no mundo os empréstimos internacionais dois tipos de riscos: *libor* e *spread*. A *Libor* em função das turbulências do mercado europeu na crise dos estados, não é mais crise de economia, é de estados. A Espanha, Portugal, Grécia, Itália, Irlanda, provocaram uma crise e mexeram com a *libor*, porque foi para a City Londrina. Isso mexeu com a City Londrina, claro, com o Banco Central Europeu, há vasos comunicantes. A *libor* hoje é uma taxa de risco *sub judice*, sob investigação, com denúncias reiteradas, agora, a decisão é do Rio de Janeiro. Se o Governador Sérgio Cabral, se o Governo do Rio de Janeiro aqui apresentado pelo Pezão com a sua presença insiste no empréstimo, o Senador está fazendo os alertas que tem que fazer, agora a decisão é do Rio de Janeiro. Se o Rio de Janeiro quer o empréstimo sob o risco, o meu voto será a favor. Agora, com

as ressalvas da turbulência da crise européia, que está mexendo com a credibilidade e com a estabilidade de uma taxa chamada *libor*. O meu voto será favorável se o Rio de Janeiro insistir e desejar o empréstimo, numa homenagem aos cariocas, ao Vice-Governador Pezão e ao Governador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar as colocações feitas e para complementar o que disse o nosso querido Senador Agripino, na realidade existem duas taxas referências no mercado internacional: uma *libor* e a outra *prime*, *prime rate*, que é utilizada principalmente em empréstimos internos nos Estados Unidos da América.

Como bem disse o nosso querido Agripino, é uma decisão do tomador, no caso o Estado do Rio de Janeiro, decidir a manutenção de uma taxa referência como a *libor*, estando a taxa referência da *libor sub judice*. E cabe-nos, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, alertar o tomador, no caso, o Estado do Rio de Janeiro, bem como a União, que é, em última análise, avalista, garantidora da operação de crédito, de que esta taxa referência, a *libor*, está não apenas *sub judice* pelo que aconteceu com o *Barkley Bank*, mas agora, já sob suspeita de outras entidades financeiras, de também tendo sido beneficiadas pela manipulação da taxa referência *libor*. Portanto, fica aqui apenas esse alerta, tendo em vista que a União é o avalista-garantidor dessa operação. Há uma garantia do Tesouro Nacional sobre essa operação, e obviamente ao Estado tomador, o Estado do Rio de Janeiro. Mas, em confiança à Administração do nosso querido Sérgio Cabral e do nosso querido Vice-Governador aqui presente, o Pezão, que vem demonstrar exatamente não só a prioridade, mas a necessidade e a urgência do Estado do Rio de Janeiro, nós vamos, mais uma vez, dar esse voto de confiança ao Estado do Rio de Janeiro, dizendo inclusive que há um novo processo do Estado do Rio de Janeiro, que acaba de chegar, e que este, para que não se perca o último dia nosso, caso entremos em recesso no dia de hoje, com o pedido de urgência de V. Ex^a, terá de ir direto ao Plenário, para que, na tarde de hoje, possamos, sob acordo, votar também esse outro investimento importante para o Estado do Rio de Janeiro.

Fica aqui, todavia, o alerta com relação às taxas-referência *libor* e *prime*, para que possamos efetivamente alertar o tomador e, no caso, o garantidor da

operação, que no caso é a União, a Secretaria Nacional do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio, Vice-Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, Senador Lobão Filho, é apenas para também referendar aqui os empréstimos, tanto do Rio de Janeiro, que é a segunda cidade de todos os brasileiros, Vice-Governador Pezão, e dar um abraço ao Governador Sérgio Cabral; e o empréstimo da Paraíba.

Os Senadores que representam os dois Estados, o da Paraíba, o Cássio Cunha Lima, que está aqui conosco; o Cícero Lucena e Vital do Rêgo; do Rio de Janeiro, o Senador Dornelles, que nos ligou, pedindo que estivessemos aqui apoiando; o Senador Lindbergh e o Senador Eduardo.

Nós estamos aqui cumprindo, Vice-Governador Pezão, com muita alegria, sob o comando do Senador Delcídio, a aprovação, não só desse primeiro empréstimo, como do outro que virá extrapauta, para que o Rio de Janeiro realmente tenha os recursos necessários para continuar fazendo as obras em benefício da sua população.

Parabéns a V. Ex^a, ao Governador Cabral e ao povo do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador Ciro e depois Senador Sérgio Souza.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, também pelo mesmo motivo. Eu só quero salientar que a *libor* é a Selic internacional. Eu acho que o Governo do Rio de Janeiro sabe muito bem onde está caminhando.

Então, somos pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, é bom receber aqui o nosso companheiro, Vice-Governador Pezão, do nosso partido, o PMDB, no Senado Federal, defendendo os interesses, na Comissão de Assuntos Econômicos, do seu Estado para empréstimo que já teve a tramitação perante os órgãos competentes, por exemplo, citando aqui o Ministério da Fazenda e também o STN – a Secretaria do Tesouro Nacional, que avaliou que o Rio de Janeiro está em condições de receber esse empréstimo. E o Rio de Janeiro quer esse empréstimo, como quer a Paraíba. Se não os quisesse, se não fosse necessário, não tivesse passado por uma avaliação da necessidade e da ur-

gência, não estaríamos aqui todos e também não teria tramitado esse projeto perante esses setores todos.

Então, é para declarar o meu apoio ao Rio de Janeiro, ao Governador Sérgio Cabral, e também à Paraíba. E que possamos o mais rápido possível votar aqui; que, após a abertura da Ordem do Dia, hoje, no Senado Federal, possamos votar ainda hoje isso no Plenário do Senado Federal, para o Rio de Janeiro e a Paraíba sejam atendidos com a maior brevidade possível. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, o nosso Relator, Senador Lobão Filho, colocou que o Rio de Janeiro preenche todos os requisitos e eu acho que cabe a esta Comissão, exatamente, aprovar o relatório do Senador Lobão.

Eu respeito os comentários feitos pelo Senador Requião, eu acho até procedente, mas neste momento imaginem se nós formos parar? O prejuízo do Rio de Janeiro e não só do Rio de Janeiro, como da Paraíba, porque, afinal de contas, tem toda... Eu conheço isso, já tive oportunidade de relatar uma dessas peças e é bem rígido isso. Agora, que está realmente, no mínimo, sob suspeição toda essa questão está, mas eu não vejo por que nós não aprovarmos o relatório até porque o prejuízo maior seria da população do Rio de Janeiro que vai sediar, lembrando aí grandes eventos já...

Então, Vice-Governador Pezão, sua presença aqui representa isso. E eu gostaria que V. Ex^a transmitisse ao Governador Sérgio Cabral que os seus companheiros, principalmente os da sua bancada, estão aqui firmes nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Não havendo mais Senadores e Senadoras que queiram discutir, em votação o relatório do Senador Lobão Filho.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, voto favorável, com a ressalva do absurdo que é aceitar a vinculação. E deixando claro, também, que o financiamento da Paraíba não tem nada a ver com o *libor*.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, o financiamento da Paraíba e outra operação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, devido à urgência do tema, também peço que seja encaminhado com urgência ao Plenário e voltando à manifestar que, para o Rio de Janeiro, não haveria outra hipótese que não fosse o *libor*. E acho difícil que o Rio de Janeiro pudesse postergar a necessidade desse importante financiamento para se reestruturar a malha viária da região serrana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E outras operações já foram feitas também com *libor*.

A vida anda, lamentavelmente.

Em votação a apresentação do Requerimento do Senador Lobão Filho.

Requerimento de urgência proposto pelo Senador Lobão Filho e pela Senadora Ana Amélia, que já havia solicitado urgência para a matéria, representando aqui o Senador Dornelles.

Quero registrar aqui a presença do Deputado ACM Neto, ilustrando esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento de urgência apresentado pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Lobão Filho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria, que segue hoje para votação lá no Plenário do Senado Federal. Inclusive já conversamos com o Presidente Sarney, com a Secretária-Geral Cláudia Lyra, todos estão a postos aí para, com celeridade, votar esses empréstimos no apagar das luzes deste primeiro semestre aqui de 2012.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E CMO.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como, Senador Flexa?

E também, hoje, CMO. Quem for membro da CMO, precisamos aprovar a LDO, senão não há recesso parlamentar. (*Risos.*)

Esse foi um tiro no coração...

Eu vou colocar, aproveitando, por sugestão do Senador Eduardo Suplicy, vou colocar aqui também, um requerimento que já foi discutido com o Presidente Sarney, o Governo Federal fez um esforço grande, é mais uma operação de financiamento do Estado do Rio de Janeiro.

A Mensagem nº 318, de 2012, na origem, não-terminativa.

ITEM 5

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requer urgência para o PRS nº de 2012, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2012, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 319,675,000.00 (trezentos e dezenove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada a financiar parcialmente o ‘Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro – Pro-Vias’”.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Estou tomando a liberdade aqui porque não vamos ter tempo de fazer uma reunião da CAE para analisar – o Senador Eduardo Braga participou desses entendimentos como Líder do Governo – isso aqui na CAE. Então, estou apresentando um requerimento para seguir diretamente para o plenário do Senado. É uma situação excepcionalíssima em função até do...

Como não temos o tempo suficiente para tramitar aqui na CAE e esse é um empréstimo muito importante para o Estado do Rio, estou, inclusive, indicando, designando como Relator, para quando chegar o projeto à CAE –, mas a Mesa do Senado que definirá –, o Senador Sérgio Souza. S. Ex^a é Senador pelo PMDB – PR e, portanto, está dentro dos critérios e do ritual a que a Comissão de Assuntos Econômicos obedece.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos regimentais do art. 338, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, com o art. 33, da Resolução do Senado nº 43/2011.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria que segue direto para o Plenário, designando como Relator o Senador Sérgio Souza. Portanto, essa matéria será analisada também hoje no plenário do Senado Federal.

Quero, agora, passar a palavra ao Senador Dornelles e parabenizo o Governador Pezão. Vou passar a palavra, aproveitando a oportunidade, quebrando o protocolo, a liturgia. O Governador Pezão é um grande amigo e um Governador muito competente.

O SR. LUIZ FERNANDO DE SOUZA PEZÃO – Caro Senador Delcídio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lobão, nosso Relator, todos os demais Senadores, trago o agradecimento do Governador Sérgio Cabral e do povo do Rio de Janeiro

por tanta gentileza e pela premência com que os Senhores votaram as nossas mensagens.

É importante a gente fazer um registro. O Estado do Rio de Janeiro ficou dez anos sem poder acessar uma fonte de financiamento. De 2007 para cá, nós conseguimos abrir, em espaço fiscal, R\$14 bilhões que estão se materializando com esses empréstimos. É importante, Senador Delcídio. Ontem, nós tivemos uma reunião do BNDES e colocávamos o quanto é difícil, hoje, para os Estados e prefeituras, terem mecanismos, fontes de financiamento, para financiar principalmente as rodovias dos Estados. Ontem, discutíamos, dentro do BNDES... O BNDES tem empréstimo para rodovias por dez anos de prazo com um ano de carência, no Pró-Estado, com uma taxa muito maior, quase o dobro, dessa taxa que estamos discutindo aqui com a Comissão Andina de Financiamento.

Pedimos ontem ao BNDES que tivesse mecanismos de financiar as estradas estaduais num prazo maior e com juros que a Presidenta Dilma está lutando para reduzir. Esses juros são a metade dos praticados pelo programa de ajuste que o BNDES ontem apresentou aos Estados. Então, com toda a dificuldade que se tem de negociar um empréstimo internacional, ainda é muito mais vantajoso do que os juros do Bando do Brasil, da Caixa Econômica Federal ou do BNDES, com prazos muito mais longos de financiamento e com prazos maiores de carência.

Então, quero aqui agradecer muito, Senador Delcídio. Esses dois empréstimos são, mais de 80%, para uma região que sofreu uma catástrofe que está entre os dez maiores acidentes do mundo e, só agora, conseguimos viabilizar esses recursos para ajudar aquela região. Quero agradecer muito a V. Ex^a e o carinho dos Senadores para com esse nosso empréstimo e pela urgência com que foi votado aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Pezão, por suas palavras.

Quero parabenizar o povo do Rio de Janeiro por mais esta vitória, os Senadores do Rio de Janeiro também, e mais uma vez o Senador Dornelles pediu para justificar a sua ausência absolutamente legítima porque está se recuperando desta gripe, de um resfriado fortíssimo e o tempo no Rio de Janeiro não está bom, está chovendo e frio, uma coisa meio esquisita para o Rio de Janeiro.

Portanto, quero parabenizá-lo Pezão e, mais do que nunca, dê um abraço no Governador Sérgio Cabral, porque sei que tem feito um excelente trabalho pelo governo do Estado do Rio de Janeiro determinados competentes e acho que o Rio precisa deste inves-

timento, porque sem dúvida nenhuma nos próximos anos o Rio de Janeiro, se já é hoje será mais ainda o retrato do nosso país, portanto quero parabenizar o trabalho de V. Ex^a especialmente o seu trabalho Governador Pezão por tudo que tem feito pelo governo do Rio de Janeiro, pelo povo do Rio de Janeiro e, por que não dizer também, pelo País.

Sucesso sempre e hoje nós votaremos esses empréstimos no Plenário do Senado Federal.

Entramos agora no Item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 30, de 2012

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de realização da segunda parte da audiência pública solicitada por meio do RQE nº 10/2012.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em 10/07/2012, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra a autora do Requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, como nós fizemos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública com o Ministro José Jorge do Tribunal de Contas da União sobre o desempenho e atuação das agências reguladoras e, foi muito esclarecedor aquele momento do resultado das auditorias realizada pelo TCU sobre as agências reguladoras, penso desnecessária fazer a nova audiência pública que estava prevista no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicas. Portanto, este é o motivo do requerimento e agradeço a V. Ex^a por ter colocado na pauta de hoje.

Queria também solicitar a V. Ex^a, pelo menos justificado o requerimento para cancelar esta segunda etapa, porque já esgotamos o assunto na excelente manifestação do Ministro José Jorge do TCU sobre agências reguladoras, e gostaria de obter de V. Ex^a o apoio, pelo menos, para a leitura do requerimento que entreguei à Mesa extra pauta apenas a leitura porque na próxima reunião que teremos na legislatura em agosto faríamos a votação deste requerimento que é para uma outra audiência pública, de uma outra matéria de outra natureza, se V. Ex^a assim o entender.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, em função das ponderações apresentadas por V. Ex^a, não havendo nenhum senador que queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

A Comissão aprova o Requerimento de nº 30, de 2012, da CAE.

E eu já vou aproveitar como uma coisa complementa a outra e V. Ex^a tem agenda também, o requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia:

Nos termos do art. 93 II do Regimento Interno do Senado Federal requero a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos, para debater a situação do setor de cartão de crédito no Brasil.

Segmento que registrou inadimplência de 29,5% em maio de 2012; segundo dados do Banco Central, soma-se a isso o fato ser a modalidade de crédito com juros mais altos do país, pois acumulou uma taxa de 238,3% ao ano, no mesmo período. Para tanto sugiro sejam convidados – nós estávamos falando da *libor* aqui que é absolutamente errado. Agora 3,44% que está errado e está manipulado. Imagina uma de 238,3%.

Com a presença dos seguintes convidados: Sr. Claudio Yamaguti – Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs); Sr. Motauri Chiochetti Sousa – Conselheiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Sr. Roque Pelizzaro Junior – Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL); e representante do Banco Central do Brasil (Bacen).

A autoria desse requerimento é da Senadora Ana Amélia e nós votaremos agora no retorno do recesso parlamentar dentro dos atos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Senadora Ana Amélia, mais alguma...?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas porque esse é um tema, penso, que de interesse muito grande dos consumidores – obrigada, Senador Lobão –, dos comerciantes, que reclamam muito dos juros extorsivos. Esse é um problema que está sendo levantado agora, nos Estados Unidos. É muito grave. Hoje, o cartão de crédito é uma moeda, o chamado dinheiro de plástico. Então ele tem um poder sobre todas as operações comerciais do Brasil e acho que é hora de discutirmos aqui nesta Comissão.

Agradeço a V. Exa. pela gentileza, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E a inadimplência é elevada porque ninguém consegue pagar. Quem entrar no engodo do pagamento mínimo está morto. Não consegue pagar nunca mais.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 31, de 2012

Requer, nos termos regimentais, a inclusão de um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC entre os convidados da audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2005 (RQE nº 12/2012), que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, em razão da relevância da matéria para o setor.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Observações: em 10 de julho de 2012, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Para esse requerimento, nós não precisamos ouvir o Senador Dornelles, porque, dentro dos Atos, é só quando apresentado o requerimento que o Relator tem que estar presente.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 31, de 2012, da CAE.

Também quero aqui ler, para encerrar, requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Braga, Líder do Governo:

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito deste órgão técnico a fim de que seja discutido o papel da biotecnologia na indústria farmacêutica bem como sua inserção na balança comercial brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde e Sr. Dirceu Barbano, Diretor Presidente da Anvisa.

A justificativa. A incorporação da biotecnologia e dos produtos biológicos no portfólio das empresas nacionais é fundamental para a manutenção da sua competitividade no médio e longo prazo. Ademais, os produtos biotecnológicos respondem por parcela importante dos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com medicamentos.

O setor é estratégico para o País, tanto em função das necessidades sanitárias quanto pela sua capacidade de gerar externalidades do ponto de vista tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento econômico e o dinamismo industrial.

O requerimento, portanto, é muito pertinente. Nós vamos votar agora após o recesso.

Quero agradecer aos Senadores e Senadoras pela presença, por tudo aquilo que fizeram nesse primeiro semestre na Comissão de Assuntos Econômicos, cumprimentar o Senador Lobão, meu Vice-Presidente, e também agradecer ao apoio de toda a assessoria como a brilhantemente comandada pela Adriana, agora de pilha nova, tendo retornado dos Estados Unidos para

continuar liderando esse grupo técnico que enobrece os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer a todos os Srs. e Sras. Senadoras.

A reunião está encerrada. Até o final do recesso, se Deus quiser.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos)

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia sete de agosto do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Tomás Correia, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Blairo Maggi, e, ainda, do Senador João Capiberibe. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Assis Gurgacz, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratamento de saúde, e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 38ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 41 de 2012, de 11 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-000.048/2012-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da Resolução do Senado Federal nº 23 de 2011; Aviso nº 42 de 2012, de 11 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.683/2011-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da Resolução do Senado Federal nº 15 de 2011; Aviso nº 890-Seses-TCU-

-Plenário, de 25 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 028.289/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes a auditoria realizada no Ministério de Minas e Energia, na Aneel e na Eletrobras, cujo escopo é a regulação e fiscalização da RGR pela Aneel, a gestão do fundo pela Eletrobras e a sustentabilidade relacionada aos fins que se destina; Aviso nº 43 de 2012, de 30 de julho de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao segundo trimestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1- Mensagem (SF) nº 62 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), sem garantia da União, entre o Estado do Ceará e o MLW Intermed Handels – und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits und Bildungswesens (MLW Intermed GmbH), cujos recursos destinam-se ao financiamento do ‘Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – PROMOTEC’”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Inácio Arruda e Eunício Oliveira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2- Mensagem (SF) nº 63 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada a financiar parcialmente o ‘Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III’”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão,

Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usam da palavra os Senadores José Pimentel e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3- Mensagem (SF) nº 64 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 59,000,000.00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o ‘Programa Mobilidade Sustentável de Blumenau’”, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia Relatora “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pela Relatora “ad hoc”, usam da palavra os Senadores Paulo Bauer, Casildo Maldaner e Blairo Maggi. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 4- Mensagem (SF) nº 65 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 11,000,000.00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o ‘Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina – ES’ no âmbito do Programa PROCIDADES”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 5- Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a apo-

sentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE. Item 6- Aviso nº 76 de 2011, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9)”, tendo como Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. A Matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos. Em 27/3/2012, o Presidente da Comissão designou a Senadora Ana Amélia Relatora “ad hoc” em substituição ao Senador Ivo Cassol. Em 27/3/2012, foi concedida Vista Coletiva. Em 5/6/2012, foi realizada audiência pública com a presença do Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora “ad hoc” da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Item 7 – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 163 de 2000, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163 de 2000, rejeitando as alterações promovidas pela Câmara sobre o texto da Ementa e sobre a redação do artigo 1º. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163 de 2000. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após a leitura do relatório, encer-

rada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163 de 2000, rejeitando as alterações da Câmara dos Deputados sobre o texto da ementa e sobre a redação do artigo 1º. Item 8- Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que “regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde”, tendo como Relator “ad hoc” o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela prejudicialidade do PLC nº 89 de 2007 e do PLS nº 156 de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao PLC nº 89 de 2007 – Complementar e favorável ao PLS nº 156 de 2007 – Complementar. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 10/7/2012, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 7/8/2012, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, favorável ao PLS nº 156 de 2007 nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário ao PLC nº 89 de 2007. As Matéria são retiradas de pauta, a pedido do Relator. Item 9- Projeto de Lei da Câmara nº 130 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Marçal Filho, que “acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 136 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao PLC nº 130 de 2011, acatando parcialmente as Emendas nºs 1, 2 e 3 – PLEN, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 136 de 2011. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 20/3/2012, foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 130 de 2011. Em 7/8/2012,

foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador José Agripino. As Matérias são retiradas de pauta, a pedido do Relator. Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01- CAS. Em 4/10/2011, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar fosse alterado para Projeto de Lei Ordinária. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAS-CAE, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 11- Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Marco Maia, que “inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional”, tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Braga, José Agripino, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin, Tomás Correia, Sérgio Souza e Ana Amélia, Relatora da Matéria. É solicitada vista pelos Senadores Eduardo Braga e Inácio Arruda. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 12- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 32 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a situação do setor de cartão de crédito no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Claudio Yamaguti – Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs); Sr. Motaúri Chiochetti Sousa – Conselheiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Sr. Roque Pelizzaro

Junior – Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL); representante do Banco Central do Brasil (Bacen); e Sr. Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)”. Em 17/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 32 de 2012-CAE. Item 13- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 33 de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Braga, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir o papel da biotecnologia na indústria farmacêutica, bem como sua inserção na balança comercial brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde; e Sr. Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa”. Em 17/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 33 de 2012-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 34 de 2012, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata e do Senador Eduardo Suplicy, que requer a realização de audiência pública destinada a discutir e tentar achar uma solução visando o fim da greve dos professores universitários, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação; Sra. Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. João Luiz Martins – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; Sra. Marinalva Oliveira – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes; e Sr. Daniel Iliescu – Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 38ª reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 41, de 2012, de 11 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC000048/2012-7, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da Resolução do Senado Federal nº 23, de 2011.

Aviso nº 42, de 2012, de 11 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC032683/2011-1, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2011.

Aviso nº 890, Sesis, TCU, Plenário, de 25 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC 028289/2011-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada no Ministério de Minas e Energia, na Aneel e na Eletrobrás, cujo escopo é a regulação e fiscalização da RGR pela Aneel, a gestão do fundo pela Eletrobrás e a sustentabilidade relacionada aos fins a que se destina.

Avisos do Banco Central.

Aviso nº 43, de 2012, de 30 de julho de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9069/95, o demonstrativo das emissões do Real, referentes ao segundo semestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O Item 1 da pauta, por solicitação do Senador Valadares, que chegará aqui à Comissão de Assuntos Econômicos, no prazo de 30 minutos, vamos aguardar mais um pouco, se ele não chegar, vou indicar um Relator *ad hoc* para que aprovemos esse empréstimo importantíssimo para o Estado do Ceará, nosso querido Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sabe que empréstimo para o Ceará não pode atrasar nem um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Empréstimo do Ceará não pode atrasar, como diz o Senador Inácio Arruda, e, aqui, o Senador Pimentel também. E eu não poderia deixar de registrar a presença do Dr. Nelson Martins, Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Deputado também, e a Sra. Lígia Maria Luna Coelho Ferreira, Analista de Planejamento e Orçamento, da Secretaria

de Planejamento e Gestão do nosso querido Estado do Ceará.

Portanto, vou aguardar 20 minutos, se o Senador Valadares não chegar, vou nomear um Relator *ad hoc*.

O Item 2 da pauta.

Pelo jeito, o PSB, hoje, deve estar fazendo campanha. Agora, a Senadora Lídice da Mata, o Item 2. E, pelo jeito, é junto com o PSD, a Senadora Kátia Abreu. E, agora, entrou o PT, porque o Suplicy não está aqui também. É brincadeira. Esses assuntos são muito importantes para os Estados, e não podemos demorar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para contribuir com V. Exa., entendendo e compreendendo que os colegas não puderam estar aqui e tendo em vista a relevância e importância desses projetos, desses contratos, pergunto: não seria razoável que V. Exa. demandasse relatores *ad hoc* para que agilizemos os trabalhos na Comissão? Essa é a sugestão que faço a V. Exa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com todo respeito aos nossos colegas Relatores, mas é uma questão emergencial.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro, com todo respeito, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, passo ao item 2. Indico o nosso querido Senador Lobão Filho, Vice-Presidente desta Comissão, relator.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada a financiar parcialmente o “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Agora, indicando o Senador Lobão, como Relator *ad hoc*.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, membro efetivo da Comissão de Assuntos Econômicos, gerente de responsabilidades financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Néelson Martins, Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará; e a Sra. Lígia Maria Luna Coelho Ferreira, analista de planejamento e orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão De Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 63, de 2012, da Presidenta da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares de principal, destinada a financiar o “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III

A Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará em que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III”, que visa a contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, e a garantir o acesso à água de qualidade para o consumo humano e para o saneamento.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA611803 e será contratado com taxa de juros baseada na LIBOR semestral mais margem a ser determinada a cada exercício fiscal pelo Banco Mundial.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no projeto alcançam US\$ 150 milhões, no período de 2012 a 2016, sendo que, além do empréstimo pretendido de US\$ 100 milhões, estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US\$ 50 milhões.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e objetiva verificar o cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal.

Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 1218, de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Estado do Ceará atendeu a todas as exigências previstas.

A propósito das contragarantias oferecidas, pronunciou-se a STN no sentido de que tais garantias são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora, sendo, no entanto, necessária a formalização de contrato de contragarantia entre o Estado e a União.

Quanto à capacidade de pagamento, o Mutuário possui restrição quanto aos critérios de classificação do Ministério da Fazenda por estar na categoria “D”, conforme o Parecer nº 1300, de 2012, da STN/COPEM. Porém, a garantia da União pode ser excepcionalmente concedida, na forma do art. 1º, § 1º, da Portaria MF nº 276, de 1997, por ato do Senhor Ministro da Fazenda, mediante solicitação do Governador do Estado, conforme consta na Exposição de Motivos nº 128, de 2012, do Ministério da Fazenda.

Informou ainda a STN que consta Declaração do Chefe do Poder Executivo daquele Ente da Federação atestando que as ações previstas para o Programa estão inseridas no Plano Plurianual do Estado para o período 2012/2015, estabelecido pela Lei nº 15.109, de 2 de janeiro de 2012. Vale enfatizar que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita a comprovação de adimplência do ente garantido, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, por ocasião da assinatura do contrato.

A PGFN, por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação e considerou que as condições contratuais são as usuais estipuladas pelo BIRD em suas operações financeiras. Concluiu, por fim, que foi observado o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos. A propósito, a Procuradoria- Ge-

ral do Estado do Ceará também se manifestou pela regularidade da contratação.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito, deve-se enfatizar que o projeto tem como objetivo *“contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, e garantir o acesso à água de qualidade para o consumo humano e para o saneamento”*, conforme já relatado.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Ceará para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado que segue.

Este é o voto, Sr. Presidente, para o Estado querido do Ceará, Estado do nosso querido Senador Inácio Arruda, atual candidato a prefeito da cidade de Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Gostaria de agradecer ao Senador Lobão, nosso Vice-Presidente, pela presteza e agilidade com que relatou esse empréstimo tão importante para o Estado do Ceará, para o desenvolvimento agrário do Estado do Ceará, Estado do Senador Pimentel, Estado do Senador Inácio Arruda. É um Estado para o qual todos nós temos um carinho especialíssimo.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel, do Ceará. Depois, Senador Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, quero inicialmente parabenizá-lo pela agilidade com que V. Exa. tem conduzido esta Comissão e os projetos que nela tramitam, em especial aqueles que dizem respeito ao crédito, permitindo, em curto espaço de tempo, que o Senado Federal, o Congresso Nacional aprovem esses empréstimos.

Saúdo o nosso Relator *ad hoc*, Senador Lobão Filho, e digo que essa é a terceira operação que estamos fazendo com este mesmo objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Estado do Ceará. E os indicadores feitos e levantados por conta dos trabalhadores beneficiados por esses créditos são muito importantes para o nosso Estado, o Estado do Ceará. O nosso Secretário do Desenvolvimento Agrário, Dr. Nelson Martins, aqui presente, re-

presentando o nosso Governador, Cid Ferreira Gomes, a Sra. Lígia Maria, que acompanha a parte técnica, todos eles acompanham de perto esses projetos, e a sua aprovação por parte do órgão financiador tem sido sempre por louvo, em face do alcance social e do que isso representa para o nosso Estado.

Lembro que, neste ano de 2012, nós estamos vivenciando uma das maiores secas da Região Nordeste, envolvendo toda a região do Semiárido, em especial o nosso Estado, o Ceará.

Se a gente parar para refletir, veremos que esse processo climático é uma realidade, e nós estamos criando mecanismos de convivência com a seca de uma maneira que seja menos prejudicial para as nossas famílias e para a nossa economia.

Exatamente por isso, esse projeto de financiamento tem dois grandes objetivos: assegurar o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará e também o acesso à água de qualidade para o consumo humano e o saneamento básico dos Municípios do Estado do Ceará.

Esses recursos virão num excelente momento para a nossa economia, porque, além da seca por que estamos passando, estamos desenvolvendo também o Programa Água para Todos, do Governo Federal, que tem como objetivo aposentar o velho carro-pipa e assegurar água de qualidade para os Estados do chamado Nordeste Setentrional. E essas ações vão se somar com aquelas do Governo Federal.

Por tudo isso, peço aos nossos pares que nos ajudem a aprovar esse importante projeto para as famílias do Estado do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, mesmo estando na disputa pelo comando da quinta maior cidade do Brasil, com 2,5 milhões de habitantes e com graves problemas que espero poder ajudar a resolver, não poderia deixar de estar presente a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos a fim de discutir e aprovar o relatório agora apresentando pelo nosso colega Senador Lobão Filho.

Somos pela aprovação, nos termos do parecer de S. Exa., que já é favorável, e espero poder contar com o apoio de todos os pares.

Trata-se de um empréstimo de US\$100 milhões com contrapartida de US\$50 milhões do Estado do Ceará. Isso é muito significativo, porque vamos receber US\$50 milhões de empréstimo externo mas vamos oferecer uma contrapartida de US\$50 milhões. É muito importante para a nossa agricultura.

Há pouco, nós incluímos, em uma medida provisória, um benefício significativo, dentro do Projeto Brasil Maior, para o caju – e me dirijo aqui ao nosso colega, competantíssimo Secretário de Agricultura do Estado do Ceará, Sr. Nelson Marins, bem como a nossa colega Lígia Luna –, que é um produto daquela nossa região (Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte). E o Projeto São José, na sua terceira edição, financiado com recursos externos e com contrapartidas do Estado, algumas das quais já foram oferecidas, em outros empréstimos, pela União, lida com o pequeno produtor. Ele trabalha com aquele que tem uma terrinha pequena, um pedaço de chão muito pequeno, mas que tem uma capacidade produtiva e que precisa do suporte do Governo do Estado e do Governo Federal.

Nós temos feito um esforço muito grande, porque isso entra na conta de todos os cearenses. E nós temos orgulho de poder dizer que estamos ajudando esse pequeno produtor rural que trabalha com o caju, que trabalha com a fruticultura irrigada, que trabalha com a produção de sequeiro, com animais de pequeno porte. É um cabrito que você tem ali, é um pequeno animal, que ajuda não só na segurança alimentar do nosso Estado, mas que ajuda também a aumentar a renda dessa população.

Desse modo, acho que é esse caminho correto e ajustado que a nossa Secretaria de Agricultura e o Governo do Estado têm adotado e para o qual têm recebido o apoio aqui no Senado Federal e também do Governo Federal. Acho que é muito significativo esse esforço coletivo. E vejo o apreço com que colegas nossos, de todas as regiões, têm buscado ajudar o Estado do Ceará.

As secas na nossa região, Senador Delcídio, geralmente são muito prolongadas, o que a diferencia de outras regiões, onde, às vezes, há três meses de estiagem e já é um drama e já se provoca uma catástrofe natural.

Eu peço, ao aprovar esse projeto, que a nossa Comissão, especialmente o Senado, ao examinar a questão das catástrofes naturais, considere o problema das secas de longa duração. Nós estamos num período de seca de longa duração no Nordeste Setentrional, mas que se amplia até o Estado do Maranhão, um Estado que normalmente tem mais problemas com as enchentes do que com as estiagens, e que, nesse período atual, está vivendo problemas também com a estiagem.

Esse projeto é uma grande contribuição para enfrentarmos o problema das longas estiagens, com aporte de produção na nossa região. Então, peço o apoio dos nossos colegas para aprovação desse importante projeto de empréstimo para o Estado do Ceará,

ao mesmo tempo em que já encaminhamos à Mesa, eu e o Senador Pimentel, requerimento de urgência, que espero seja acolhido para, ainda hoje, consigamos aprovar no Plenário do Senado o empréstimo de US\$100 milhões para o Estado do Ceará, com contrapartida de US\$50 milhões para o Projeto São José.

Eram essas as palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Lobão Filho.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT) – Sr. Presidente, apresentei um requerimento de urgência, eu e o Senador Inácio Arruda, sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência, proposto pelos Senadores Inácio Arruda e José Pimentel.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Portanto, encaminharemos esse processo para que, talvez, votemos já hoje o empréstimo para o Ceará.

E eu quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Estado do Ceará, o povo do Ceará, por mais essa conquista, por mais essa vitória. E cumprimentar também o Governador Cid Gomes.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2012

- Não Terminativo -

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$59,000,000.00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o “Programa Mobilidade Sustentável de Blumenau”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Indico a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc* do projeto.

Relatório favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. De acordo com a

Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria: o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Prefeito do Município de Blumenau, meu amigo, João Paulo Kleinübing, e, em seu nome, cumprimento toda a população de Blumenau.

Fui um grande amigo do seu pai, Governador do Estado de Santa Catarina, Governador Vilson Kleinübing, e que foi prefeito também de Blumenau. Estivemos juntos, inclusive, em Blumenau, neste final de semana, e lamentavelmente num momento ruim, quando um grande amigo nosso faleceu. E eu tive a oportunidade de estar com o Prefeito João Paulo Kleinübing, no final de semana. Perdemos um grande amigo, um colecionador de amigos, que é o nosso querido Ricardo Lowndes, um empresário forte e, acima de tudo, um homem de caráter, um homem de bem e que fez muitas coisas boas para o Município de Blumenau.

E eu passo a palavra agora para a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Delcídio Amaral, é com muita alegria que sou Relatora *ad hoc* deste projeto de financiamento para o Município de Blumenau.

Ratifico e endosso as palavras referentes ao Prefeito de Blumenau. Também tive uma relação profissional com o nosso Senador Vilson Kleinübing.

Aqui está uma Senadora que nasceu em Santa Catarina a quem faço uma homenagem, Senadora Vanessa Grazziotin, candidata a Prefeita de Manaus, e aos Senadores catarinenses Luiz Henrique, Paulo Bauer e Casildo Maldaner.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente, para facilitar e tornar mais rápida esta apreciação.

Voto.

O voto é pela apreciação do pedido de autorização do Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2012

Autoriza o Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar, parcialmente, o *Programa Mobilidade Sustentável de Blumenau*.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR;

VI – prazo de desembolso: cinco anos, contados a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: em parcelas semestrais e consecutivas, de valores, tanto quanto possível, iguais, pagas no dia 30 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira depois de transcorridos até cinco anos e a última antes de transcorridos até vinte e cinco anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custo calculada trimestralmente como média ponderada de todas as margens de custos relacionadas aos empréstimos na modalidade LIBOR, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e mais a margem (*spread*) para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – despesas com inspeção e supervisão geral: em um semestre determinado, o valor devido não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do Fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, observados os termos e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, solicitar ao Banco:

a) conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor; e

b) uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do Empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na Libor.

§ 3º Para efeitos da aplicação da taxa fixa de juros aos saldos devedores do empréstimo, cada conversão somente poderá ser realizada em valor mínimo equivalente a 25% do montante líquido aprovado do financiamento ou US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), o que for maior, salvo se a conversão for pelo saldo devedor remanescente do empréstimo do Mecanismo Unimonetário sujeito à taxa de juros baseada na Libor, caso em que, com a aprovação do Banco, o montante da conversão poderá ser inferior.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Blumenau na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Blumenau celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Blumenau quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pela presteza, pedindo desculpas porque o quadro hoje aqui está meio conturbado, o falatório.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desde que votem todos a favor, não há problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer, homem da região.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Delcídio do Amaral Gomez, quero inicialmente felicitar a Senadora Ana Amélia pela relatoria apresentada e também registrar a minha satisfação e a minha alegria de poder me manifestar acerca do assunto, uma vez que sou nascido em Blumenau, uma cidade muito bela, uma cidade muito querida de Santa Catarina e que hoje, nesta reunião, está representada pelo eminente prefeito da cidade João Paulo Kleinübing que, como V. Exa. citou, é filho de um ilustre brasileiro, de um ilustre catarinense e faltou dizer que também foi Senador da República...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador; e a sala da Comissão de Assuntos Econômicos chama-se Vilson Kleinübing.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Exatamente. Então, é muito prazeroso poder estar aqui no dia de hoje falando também em favor de Blumenau, em favor de sua gente.

Apenas para ilustrar e para dar conhecimento aos Senadores presentes, todos sabemos que Blumenau sofreu muito no ano de 2008 com uma grande catástrofe climática, que foi motivo de notícia no Brasil e no mundo. A administração municipal, que como eu já disse aqui representada pelo prefeito, faz uma gestão exemplar e exitosa na cidade e organizou e realizou muitas obras exatamente para evitar que novas catástrofes como aquela venham a trazer tantos prejuízos. Uma das ações mais importantes é o investimento que precisa ser feito na mobilidade urbana visando ao deslocamento da área em desenvolvimento, da área de novos investimentos para uma nova área não sujeita a essas alagações e a esses problemas climáticos. Por isso o empréstimo é de fundamental importância.

A cidade tem crédito para isso, em dúvida nenhuma, tem energia para isso. E para mostrar que ela vai pagar a conta, que ela vai usar bem o dinheiro, basta lembrar que quando Blumenau sofreu a primeira catástrofe, no século passado, de grande expressão, a cidade reconstruiu-se totalmente e fez a Oktoberfest, que é hoje a segunda maior festa popular do Brasil, exatamente para comemorar essa energia, essa ca-

pacidade e esse espírito de união que se faz presente na comunidade blumenauense. Aliás, uma grande característica também de Santa Catarina.

Por isso, Sr. Presidente, quero me manifestar aqui apoiando o relatório da Senadora Ana Amélia, pedindo que todos votem. Aproveito para fazer o requerimento de urgência desta matéria, tão logo ela seja votada. Isso porque todos sabemos que, por conta do período eleitoral, existe um prazo para ser assinando o contrato, e esse prazo está muito próximo, está iminente. E a prova de que nós estamos nesse período eleitoral com muita tarefa, com muita discussão, com muita atividade é esta própria reunião, onde todo mundo está em alta atividade, tanto verbal quanto intelectual – principalmente verbal.

De qualquer forma, cumprimento V. Exa., e contamos com o apoio de todos para a aprovação do relatório e também aprovação do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo, o Senador Casildo já havia pedido a palavra, aí V. Exa.....

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu diria que a capital do vale, caro Presidente e Colegas, a capital do Vale do Itajaí, que é Blumenau, encontra-se engalanada, eis que a relatora deste empréstimo de US\$59 milhões, Senadora Kátia Abreu, não estando, todo mundo veio procurar socorrer Blumenau. Aí, corre daqui, corre dali. Inclusive a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, veio e quis relatar. Todo mundo quer relatar.

Eu fico feliz pela terra em que o Senador Paulo Bauer nasceu e com a presença hoje do nosso grande Prefeito de Blumenau, da terra, João Paulo Kleinübing, filho do nosso ex-senador e ex-governador Vilson Kleinübing, como disse V. Exa., que esta comissão leve, em nome dele, a homenagem, eu diria que, inclusive, aqui, com a presença do nosso ex-Deputado Federal Nelson Morro, que é da região de Blumenau e que vem prestigiar também esse ato, que é tão importante, eu quero me solidarizar com este momento e a própria Comissão, sem dúvida alguma.

Complementando, ou me aliando ao que disse o Senador Paulo Bauer, nesse empréstimo mobilidade, caso aprovado, e assim esperamos, nesta Comissão, que também o regime de urgência seja votado em seguida. É na mesma linha do Senado Paulo Bauer, a quem me associo neste momento.

São as minhas considerações, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar inicialmente os Senadores de Santa Catarina e o Prefeito de Blumenau, que aqui se encontra, Kleinübing, e dizer, Sr. Presidente, que este momento em que o Governo, através do Ministério da Fazenda e também da Secretaria do Tesouro Nacional começam, de certa forma, a flexibilizar, a dar um pouco mais de atenção aos Estados e Municípios para que eles possam tomar alguns financiamentos, obviamente dentro da capacidade de cada um, há que se registrar que há uma mudança de postura do Governo nesse sentido de fazer com que os Estados e Municípios que tenham capacidade de tomar recursos possam fazê-lo dentro das suas próprias possibilidades.

Até pouco tempo atrás, mesmo com os Municípios e Estados em condições, nós tínhamos grandes dificuldades, por parte da STN e por parte do Ministério da Fazenda, em aceitar esse tipo de empréstimo aos Municípios e aos Estados.

Eu gostaria de defender esse tipo de empréstimo aos Estados e aos Municípios, porque se os Estados e os Municípios forem esperar para ter caixa próprio, recursos disponíveis no seu orçamento para fazer certos investimentos, nós não vamos conseguir fazê-los. E aqueles que já passaram pelo Executivo, que foram governadores ou que foram prefeitos, sabem muito bem que os recursos que entram nos caixas dos Estados e dos Municípios são disputados praticamente a tapa. Os orçamentos sempre são aquém das necessidades, portanto, o pouco de recurso que sobraria para investimentos é distribuído em forma de aumentos salariais, contratações e coisa parecida.

Então, a única maneira que eu vejo hoje, e eu trago isso como exemplo do Governo do Estado Mato Grosso, de o Estado e os Municípios poderem fazer investimentos é se edividando, obviamente dentro da capacidade de cada um, e aí a Secretaria do Tesouro Nacional e o Ministério da Fazenda são extremamente exigentes e são cumpridores da legislação, portanto, não estão fazendo favor nenhum.

Mas o fato de a mudança de postura desse Governo em relação a permitir ou facilitar para os Estados buscarem financiamentos é uma forma de desenvolvimento, é uma forma que estávamos precisando. E nós, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, o Senador Blairo Maggi está com a palavra, e hoje há

muita conversa paralela na reunião, há muita energia aí, acho que guardada por causa desse período de *vacaciones*.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Exatamente, Sr. Presidente, o pessoal voltou com muita vontade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muita vontade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Excitação eleitoral, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, daqui a alguns dias, chegará a esta Comissão também um pedido do Estado do Mato Grosso da ordem de R\$1 bilhão, cujas negociações estão sendo já finalizadas, e que será um modelo de renegociação de dívida que o Estado tem com a União, que tantas vezes nós aqui debatemos, e desde 2008 eu venho insistindo com o Governo Federal para o Estado vender sua dívida. Ele vai ao mercado, ele consegue juros mais baratos do que hoje o Governo cobra dos Estados, paga a dívida à vista e refinancia essa dívida com algum prazo de carência, inclusive para investimentos em infraestrutura. Então, nós estamos muito próximos...

Esta semana eu ainda conversei com o Secretário Arno, faltava uma única cláusula para resolver o assunto. Espero que, na próxima semana, nós possamos trazer esta Comissão para votar, então, o do Estado do Mato Grosso, que servirá para os outros Estados como exemplo. É um projeto pioneiro que estamos fazendo junto ao Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Queremos registrar o esforço do Senador Blairo Maggi para adotar esse novo tipo de postura, quer dizer, proporcionando a venda das dívidas dos Estados para o sistema financeiro e talvez em condições muito melhores do que essas dívidas estão sendo quitadas ou financiadas pela União. Acho que chegou a hora de fazermos uma discussão ampla sobre esse assunto, até porque todos os Estados da Federação têm dificuldades com o pagamento das suas dívidas, e esse é um tema muito relevante.

Eu sei que o Senador Blairo Maggi vem atuando nesse sentido já há muitos anos, quando foi governador do nosso vizinho Estado do Mato Grosso, e, sem dúvida alguma, estou absolutamente de acordo com a tese defendida por S. Exa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E fico contente pelo fato de que o Secre-

tário Arno Augustin também hoje compartilha desse mesmo procedimento, dessa mesma ideia.

Eu só queria também registrar a presença do Deputado Nelson Morro, de Santa Catarina, que muito nos honra com a sua presença. É uma grande liderança e uma pessoa que todos nós aprendemos a admirar aqui no Congresso Nacional.

Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois? Ah, em seguida à votação. O.k.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em seguida à votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório da Senador Ana Amélia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Paulo Bauer e pelo Senador Casildo Maldaner.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento do Senador Paulo Bauer e do Senador Casildo Maldaner permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Portanto, encaminhamos e vamos tentar votar ainda hoje, no plenário do Senado, essa matéria de extrema relevância para o Município de Blumenau, mais uma vez cumprimentando e parabenizando o João Paulo Kleinübing por mais essa vitória, como também cumprimento a população do Município de Blumenau.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já se encontra aqui, entre nós, o Senador Eduardo Suplicy, que é relator do Item 4.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E Valadares.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Trata-se de uma operação de crédito para um dos mais relevantes e importantes Municípios do meu Estado, o Município de Colatina. Eu queria requerer a V. Exa. que ouvissemos, então, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, chegou também o Senador Valadares.

Portanto, vamos começar pelo início, por uma questão de princípio. Então, vou passar a palavra ao Senador Valadares e depois, imediatamente, vamos pedir ao Senador Suplicy para relatar o Item 4.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2012
– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), sem garantia da União, entre o Estado do Ceará e o MLW Intermed Handels – und Consultinggesellschaft fur Erzeugnisse und Ausrustungen des Gesundheits und Bildungswesens (MLW Intermed GmbH), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – Promotec.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda; o Sr. Nelson Martins, Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará; e a Sra. Lígia Maria Luna Coelho Ferreira, Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Com a palavra o Senador Valadares, relator da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Presidente.

Com a Mensagem nº 62, de 2012, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, sem garantia da União, com a empresa *MLW Intermed Handels*.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento de *equipamentos e instrumentos técnico-científicos e educacionais, bem como materiais e peças de reposição para áreas de saúde, segurança pública, ciência, tecnologia e educação superior, ensino profissionalizante e Corpo de Bombeiros*, conforme disposto no “Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – Promotec”.

O custo total do programa está estimado em € 58,824 milhões, dos quais 85% serão financiados pelo

credor da presente operação, a MLW, e os 15% restantes mediante contrapartida do próprio Estado do Ceará.

Acompanham a Mensagem, a Exposição de Motivos EM nº 00127/2012/MF, de 16 de julho de 2012, firmada Pelo Ministro da Fazenda; cópia do contrato; parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Estado e parecer técnico da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará, ambos com aprovação do Sr. Governador do Estado.

Passemos à análise.

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com o disposto no art. 52 da Constituição Federal, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, ambas do Senado Federal, assim como das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se que a presente operação de crédito não envolve a prestação de garantia pela União. Essa deverá ser prestada pelo próprio Tesouro do Estado, nos termos da Lei Estadual nº 14.948, de 27 de junho de 2011, autorizativa da operação pretendida.

De acordo com a Exposição de Motivos acima citada, a Secretaria do Tesouro verificou os limites e condições para a contratação da operação de crédito, conforme disciplinado pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e pelo art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, manifestando-se favoravelmente à sua realização.

De fato, conforme o acima citado Parecer, a Coordenação de Operações de Crédito de Estados e Municípios daquela Secretaria constatou que o Estado do Ceará cumpre os limites e requisitos prévios à contratação da operação sob exame, nos termos da Resolução nº43, de 2001, do Senado Federal, e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalte-se, do parecer da STN, que o Estado do Ceará atende a todos os limites de endividamento fixados pelo Senado Federal. Com efeito, o montante global das operações realizadas em um exercício em relação à sua Receita Corrente Líquida decrescerá de 9,86%, em 2012, para 0,25%, em 2016. Por outro lado, o comprometimento anual do Estado com amortizações, juros e encargos da dívida em relação à sua Receita Corrente Líquida decrescerá de 5,71%, em 2012, para 2,00%, em 2021, mantendo-se inferior, portanto, ao limite de 11,5% permitido pelo Senado Federal.

Por fim, a Dívida Consolidada Líquida do Estado em relação à respectiva Receita Corrente Líquida atingirá, com a presente operação, a cifra de 0,42, bem abaixo do limite de 2,00 permitido pela Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

Entretanto, a STN ressalta que a operação de crédito não pode ser contratada sem que haja nova verificação do requisito disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) Eu pediria, por favor, silêncio, porque está difícil hoje administrar a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ou seja, deve haver nova comprovação do adimplemento do Estado com a União.

Passemos logo ao voto para abreviar este relatório, uma vez que ele já foi distribuído para todos os Senadores e Senadoras.

Em conclusão, voto pela aprovação do pleito formulado pelo Estado do Ceará, e concedo a autorização para a contratação da operação de crédito externo, nos seguintes termos...

Então, aqui, Sr. Presidente tem o Projeto de Resolução na íntegra, que foi distribuído a todos os Srs. Senadores, e não há necessidade de uma leitura, o que tomará mais tempo, abreviando, portanto, o nosso parecer, que é favorável à aprovação, em favor do Ceará, de €50 milhões para aplicação em projetos daquele grande Estado, através do Governador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares, uma presença muito aguardada aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pimentel e, depois, o Senador Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso Senador Antonio Carlos Valadares, eu quero começar registrando a importância desse empréstimo para o nosso Estado, o Ceará, que tem como objetivo equipar as escolas profissionalizantes, somando com o Pronatec, que é o Programa Nacional de Qualificação e Capacitação – e aqui nós damos o nome de Promotec. Portanto, são ações que se integram com as ações do Governo Federal.

Ao mesmo tempo, o nosso Estado do Ceará está construindo 128 escolas profissionalizantes, escolas de ensino médio, muito importantes para o nosso alunato, para a nossa juventude. Essas ações têm como objetivo capacitar e qualificar a nossa juventude para que ela possa assumir os bons empregos que o nosso Estado, o Ceará, está gerando, principalmente com a ida da nossa refinaria Premium II da Petrobras e também da nossa siderurgia que a Vale do Rio Doce, em

consorte com outras empresas internacionais, está ali construindo.

Parte dos recursos também irá para o Corpo de Bombeiros para que ele possa se equipar cada vez mais, para que ele possa ter meios para atender melhor as demandas do nosso Estado.

Outra parcela dos €50 milhões irá para equipar os hospitais públicos. O nosso estado, o Ceará, está hoje construindo quatro hospitais regionais de referência muito importantes: já inauguramos o Hospital Regional do Cariri, que está em pleno funcionamento; o Hospital Regional da Região Norte, em Sobral, está sendo concluído e equipado; estamos construindo o Hospital do Sertão Central, sediado em Quixeramobim; e deveremos também começar a construção do quarto hospital regional, sediado na região metropolitana de Fortaleza.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse empréstimo para nós é fundamental para que possamos integrar as ações do nosso Estado, o Ceará, com as ações do Governo Federal. Por isso, Sr. Presidente, peço a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Com a palavra o chapa pura, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, mais uma vez destaco que tive que deixar o meu corpo a corpo com os eleitores de Fortaleza, numa disputa absolutamente desigual que ocorre naquela cidade. Há candidatos milionários lá. Não é coisa fácil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Candidatos milionários?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É. Uma ganância terrível. Espero que os tribunais olhem também para isso.

Mas não poderia deixar de estar presente para discutir, votar e aprovar esse importante empréstimo para o Estado do Ceará. É um empréstimo em euros – €50 milhões –, contrapartida do Estado do Ceará, sem garantia da União. A garantia é o Estado do Ceará mesmo. Somos nós que vamos bancar esse empreendimento voltado para equipar as escolas técnicas profissionalizantes, que – é bom que ressaltemos – vão ganhando não só aquele aspecto de que deixamos de ter escolas de ensino médio, que você conclui e não é nada. Agora não. Nós estamos com cerca de 140 escolas sendo construídas, com apoio do Governo Federal – é certo –, mas com grande esforço do Estado do Ceará para que você conclua o ensino médio com formação técnica profissional de qualidade, permitindo aos estudantes que eles tenham jornada integral. Es-

sas escolas de ensino médio hoje são de jornada integral. E precisamos qualificar e equipar bem os nossos laboratórios para que eles possam fazer ensaios nas próprias escolas, com equipamentos de alta qualidade. Acho que esse é o grande objetivo do Governo do Estado. Acho que é um grande acerto você qualificar muito a formação dos nossos profissionais.

Veja que temos ali uma fábrica de laminados sendo construída no Porto do Pecém, uma siderúrgica. Nós temos uma refinaria. Nós temos um polo que vai surgindo de produção de medicamentos. Já temos a Fiocruz sendo instalada no Estado do Ceará. Temos um laboratório de bioequivalência de medicamentos – são poucos daquela qualidade – na Universidade Federal do Ceará. O Cenpes tem um núcleo dentro da fábrica de lubrificantes em Fortaleza, então você vai constituindo um corpo de pesquisadores, de gente de alta qualidade que precisa de informação de técnicos de grande capacidade. E é isso que estamos buscando fazer no Estado do Ceará, complementado com essa atribuição do empréstimo, que vai desde as escolas técnicas aos hospitais e ao corpo de bombeiros. Então você vê que há uma elasticidade, mostrando também a capacidade de produzir projetos de qualidade que permitam buscar recursos e que quando você tem competência, preparo e planejamento, os bons projetos vão buscar os recursos, seja em euros, seja em dólares, seja em moeda nacional. Isso depende de planejamento, competência e organização. É o que queremos fazer brevemente em Fortaleza.

Por isso, todo apoio ao nosso projeto do Estado do Ceará, nosso empréstimo. E já pedimos urgência para que os nossos Senadores do Estado possam assinar esse pedido para apreciarmos em seguida à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o nosso querido Senador Eunício Oliveira, do valoroso Ceará.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Hoje está sendo agraciado com dois empréstimos importantíssimos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha palavra seria de agradecimento ao Senador Lobão, que foi o Relator *ad hoc* dessa importante matéria para o desenvolvimento tecnológico do meu Estado, o meu querido Ceará. Eu que fui aluno de uma escola técnica, lá na minha Lavras da Mangabeira, e essa

escola estava fechada. O Estado do Ceará tinha zero matrícula em escolas de formação técnica.

Com a chegada do Governador Cid Gomes, o Estado deu efetivamente um salto de qualidade naquilo que se refere à infraestrutura e nós começamos a importar e até a levar novamente alguns cearenses que estavam prestando serviços nessa área de tecnologia, na área de formação tecnológica e na área de formação técnica, de técnicos profissionais, fazendo o caminho inverso do Sul para o nosso querido Ceará.

Já são quase 100 escolas profissionalizantes instaladas no Estado. Teremos cerca de 130 escolas profissionalizantes no Estado do Ceará e cerca de 60 mil matrículas, sendo que há sete anos não tínhamos uma única matrícula sequer.

Então esses recursos são extremamente bem vindos e benéficos para a população do Estado do Ceará, para modernizar inclusive o seu parque tecnológico. Por isso fico muito grato às senhoras e aos senhores Senadores, ao Senador Lobão, que foi o Relator desta matéria, e a V. Ex^a, que, na primeira reunião quando da reabertura do Congresso Nacional, do Senado Federal, aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, que V. Ex^a tão bem preside, colocou essas duas matérias essas duas matérias importantes para o desenvolvimento do meu Estado.

Portanto a minha gratidão ao Senador Lobão, a V. Ex^a e a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que aplaudiram nesta manhã e com certeza aprovarão essa segunda matéria.

De pronto, tenho certeza de que o Senador José Pimentel, o Senador Inácio Arruda e eu queremos que esta matéria seja votada ainda neste esforço que teremos esta semana. E pediria a V. Ex^a que em seguida esta matéria fosse colocada em urgência para que levássemos ao Plenário diretamente esta importante matéria para o desenvolvimento do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira.

Quero cumprimentar também o Senador Eunício, que preside uma das Comissões mais importantes do Congresso Nacional, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Valadares.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, peço urgência na tramitação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação, portanto, a apresentação de requerimento de urgência, proposto pelos Senadores Inácio Arruda, Pimentel, Eunício e Valadares.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria, que encaminharemos ao Plenário do Senado para tentar votar, ainda hoje, os empréstimos que até agora votamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Votaremos, todos nós esperamos, no plenário do Senado hoje ainda.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem V. Exa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Indagaria a V. Exa. da possibilidade de fazermos uma inversão para que pudéssemos já votar, já que temos quórum presente para votar nesta Comissão, hoje, os itens 10 e 11, que são terminativos, da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer uma ponderação. Temos ainda, Senador Lobão, um item, o item 4, que é um empréstimo do Espírito Santo, que eu não tinha observado aqui. Se todos concordarem, eu pediria até aos Senadores e Senadoras que permaneçam no plenário. Temos somente duas matérias que vamos votar nominalmente, em caráter terminativo.

Vamos, agora, votar o item 4, do Espírito Santo, e, depois, entramos nas matérias terminativas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, quanto ao item 8, nós estávamos nos preparando para votá-lo, mas o Senador Dornelles acabou de me ligar, como relator, pedindo para retirar, pois ele gostaria de relatar o projeto. Portanto, o item 8 vai ser retirado, por solicitação do relator, Senador Francisco Dornelles.

A bancada do Ceará não pode sair. Portanto, Senador Flexa, vamos retomar os trabalhos, recomeçar pelo item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 11.000.000.00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina – ES” no âmbito do Programa PROCIDADES.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senador Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apresentação da matéria o Dr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Antonio Francisco Arrigoni, coordenador do programa, aqui presente, seja muito bem-vindo; e o Dr. João Virgílio Avancini, engenheiro civil e sanitaria, também aqui presente. Sejam bem-vindos. É uma honra recebê-los aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o relator, o objetivo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, os recursos desse empréstimo da ordem de US\$11 milhões que o Município de Colatina está solicitando junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento destinam-se ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento ambiental de Colatina, no Espírito Santo, no âmbito do programa Procidades, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições sanitárias, ambientais e urbanas de Colatina, por meio da universalização da coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários e despoluição dos rios que cortam o Município.

Conforme explicaram os Srs. Antonio Francisco Arrigoni e João Virgílio Avancini a mim, como relator, trata-se, sobretudo, de tornar mais limpo o Rio Doce, que atravessa Colatina e, depois, vai até Linhares, no litoral, junto ao Oceano Atlântico. Mas se trata de medida de extrema importância para toda a população ribeirinha do Rio Doce, bem como a população de

Colatina, porque vai se extinguir, em grande parte, a poluição e o despejo de esgotos que hoje lá acontecem.

Entre os documentos encaminhados ao Senado, constam os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e diversas notas que examinam as informações referentes ao pleito e concluem favoravelmente a sua aprovação desde que formalizado o contrato de contragarantias, além da verificação de adimplência do Município pela STN, tal como foi e é aqui explicado.

A operação foi credenciada pelo Banco Central do Brasil e suas condições financeiras foram inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF).

O financiamento será contratado sob a modalidade de empréstimo do mecanismo Unimonetário, com taxa de juros baseada na Libor, desembolso em quatro anos, possibilidade de exercício pelo Mutuário da “Opção de Conversão dos Desembolsos de Moeda” e/ou “Opção de Conversão de Moeda dos Saldos Devedores”.

De acordo com cálculos da STN, o custo médio efetivo do empréstimo será da ordem de 3, 23% a.a.. Considerando o custo médio anual de captação do Tesouro Nacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para a STN.

No parecer da Coordenação Geral de Operações de Créditos de Estados e Municípios (Copem/STN) consta que o empréstimo pretendido foi recomendado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), com o valor de financiamento de até US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Segundo o Parecer da COPEM/STN, o Município observa os limites de endividamento estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, cumpre suas demais condições e exigências, atendendo os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O montante global de operações realizadas em cada exercício em relação à RCL, entre 2012 e 2016, atinge, no máximo, 3,89%, em 2015, decrescendo em 2016 para 1,35%, mesmo com a contratação do empréstimo em exame, respeitando o limite de 16% permitido pelas normas do Senado Federal.

Já o comprometimento anual com o serviço da dívida estadual em relação à RCL será de 3,71%, em 2012, e, posteriormente, decrescerá até 2037.

O empréstimo, portanto, é por um longo período.

A média de comprometimento da RCL será de 1,21%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite pelo Senado Federal.

Assim, em conclusão, a STN atesta que nada tem a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos

contratuais seja verificado, pelo Ministério da Fazenda, o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso fixadas no contrato, de modo a evitar o pagamento da comissão de compromisso, e a condição de adimplência do Ente para com a União, referente a financiamentos, refinanciamentos, garantias, assim como das prestações de contas de recursos dela recebidos.

Avalio que, do ponto de vista do Prefeito Leonardo Deptulski, de Colatina, hoje, que é do Partido dos Trabalhadores, e da população de Colatina, 110 mil habitantes, trata-se de uma iniciativa de extraordinária relevância.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município de Colatina-ES para contratar a operação de crédito em tela, com garantia da União, nos termos do projeto de resolução anexo, distribuído a todos os Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pelo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy, naturalmente pela eficácia, pela precisão, pela forma com que, detalhadamente, sinaliza a viabilidade desta operação de crédito, tendo ela percorrido todo o caminho que assevera a viabilidade do Município de Colatina, um dos mais importantes Municípios do meu Estado. O Município fica ao norte do Espírito Santo, o penúltimo Município à jusante do Rio Doce, um dos mais importantes Municípios da Bacia do Rio Doce, essa operação de crédito da ordem de US\$ 22 milhões terá como contrapartida a participação em 50% dos recursos do Município, produto resultado de um extraordinário programa de reestruturação nas finanças públicas por que passou o Município nos últimos anos, tendo primeiro como prefeito Guerino Balestrassi, e, atualmente, o Prefeito Leonardo Deptulski. Essa continuidade no Município de Colatina produziu esses resultados, o que concede ao Município capacidade de investimento para eles possam acontecer; e são investimentos muito importantes porque o sistema de saneamento, o sistema de distribuição e produção de água está próximo do colapso e esses recursos vão permitir que o Município possa ter tranquilidade, pos-

sa rever e reestruturar todo o seu sistema de abastecimento e distribuição d'água, podendo, inclusive, dar ao Município a condição, em seu espaço urbano, de ter 100% da cidade toda atendida, contemplada, além de avançar muito no sistema de coleta, tratamento e devolução dos esgotos ao Rio Doce, o que poderá contribuir de maneira muito positiva para a balneabilidade do Rio Doce, portanto, da biodiversidade, do meio ambiente no Município de Colatina.

Trata-se de um projeto muito relevante. Eu quero aqui fazer a sua defesa, quero pedir o apoio dos nossos pares aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em vista o cumprimento de todo o rito e quero, ainda, solicitar já a V. Exa. que nós possamos considerar esse projeto em regime de urgência, para que o Plenário do Senado possa se posicionar em relação a este projeto para a cidade de Colatina, uma cidade que dá uma contribuição extraordinária ao desenvolvimento econômico e social do meu Estado.

É como me manifesto e é o apoio que peço aos Senadores, e requeiro formalmente que este projeto possa ir a plenário ainda hoje em regime de urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Não havendo mais quem queira discutir, vou encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a população de Colatina; aproveitar, Senador Ferraço, em seu nome, cumprimentar a população do Espírito Santo, esse Estado que todos nós queremos bem e respeitamos, Estado muito querido da Federação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Requerimento de urgência, peço a V. Exa. que submeta ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação o requerimento de urgência proposto pelos Senadores Ricardo Ferraço e Lobão Filho.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apreciação do requerimento, permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma observação. Eu sou relator do Item 9, e esse projeto é resultado de dois projetos que tratam de discriminação contra a mulher no campo do trabalho, na remuneração e na condição de trabalho.

Eu já apresentei o relatório, mas acabamos de receber uma emenda bastante substancial do Senador José Agripino. E exatamente para analisar essa emenda e incorporar a contribuição de S. Exa. a esse relatório, que tenho certeza vai somar e melhorar o texto, eu peço para retirar de pauta, apesar de o relatório já estar pronto e trarei na próxima reunião, já com os ajustes, as contribuições que vamos colher das emendas que nós recebemos.

Nós estamos dando um parecer exatamente combatendo a discriminação profissional contra as mulheres, dando igualdade de remuneração. É claro que dentro dos critérios de tempo de serviço, de formação técnica etc., mas exatamente procurando dar as condições para que a mulher possa galgar, no campo de trabalho, as mesmas condições que os homens, pois a gente sabe que em alguns lugares, em algumas situações há discriminação, há salários menores que os dos homens. Então, nós queremos ter essa igualdade.

Portanto, tiro da pauta a matéria para melhorar o texto, e depois, oportunamente, trarei o relatório pronto.

Era esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retirado de pauta o Item 9 e também retirado de pauta o Item 8, por solicitação do Relator, Senador Francisco Dornelles.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2007 –

Complementar

– Não Terminativo –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Deputado Roberto Gouveia

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2007 –
Complementar
– Não Terminativo –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria ad hoc: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela prejudicialidade do PLC nº 89 de 2007 e do PLS nº 156 de 2007.

Observações:

1. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao PLC nº 89 de 2007 – Complementar e favorável ao PLS nº 156 de 2007 – Complementar;
2. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais;
3. Em 10/7/2012, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Deputado Marçal Filho

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 2011
– Não Terminativo –

Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao PLC nº 130 de 2011, acatando parcialmente as Emendas nºs 1, 2 e 3 – PLEN, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 136 de 2011.

Observações:

1. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa; 2. Em 20/3/2012, foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 130 de 2011.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar minha opinião absolutamente coincidente com o que acaba de dizer o Senador Romero Jucá.

Esse projeto tem por objetivo a proteção à mulher trabalhadora, ou a contratação de mulheres, ou a proteção ao trabalho exercido por mulheres.

A minha preocupação é a de que o excesso que esse projeto possa conter, por alguns equívocos, termine por prejudicar a contratação de mulheres e tenha o efeito bumerangue.

Por essa razão é que estamos propondo ao Senador Romero Jucá uma série de emendas ou de aperfeiçoamento do texto, para que seja garantida a ela a proteção sem criar para ela dificuldade na contratação do emprego.

É esse o objetivo e é esse o mérito das minhas emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Romero Jucá já havia me falado da pertinência das sugestões do Senador Agripino. Senador Ferraço

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nós aprovamos nesta Comissão, em 10 de julho, o convite à Drª Graça Foster, para que ela viesse à Comissão de Assuntos Econômicos falar sobre a nova conjuntura da Petrobras, o novo plano de negócios, inclusive aprovamos o requerimento com o entusiasmo de V. Exa.

Quero fazer um apelo a V. Exa. para que, na condição de Presidente da Comissão, possa reiterar a importância da presença da nossa queridíssima Presidente da Petrobras aqui na Comissão, para que pudéssemos ter o prazer de aprofundar esse debate.

Foi feito todo um *hold show*, internacionalmente, mundo afora, para apresentação desse plano de negócios da Petrobras. Acho que o Senado também precisa debatê-lo e quero fazer um apelo a V. Exa. para que a gente aproveite o mês de agosto para fazermos essa audiência pública.

É o apelo que faço a V. Exa. na condição de nosso Presidente, nosso guia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, só gostaria de dizer que estamos programando fazer isso no dia 28 de agosto. Já conversamos com a Presidente Graça Foster. Estamos programando isso para o próximo esforço concentrado. No dia 28 de agosto na reunião normal da Comissão de Assuntos Econômicos, às 10 horas da manhã, a Dra. Graça Foster vai fazer uma exposição aqui sobre o plano de negócio da Petrobras

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por isso que V. Exa. é nosso guia..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nem tanto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para clarear. V. Exa. anunciou que a Presidente da Petrobras

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No dia 28 de agosto, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, na terça-feira, às 20 horas, no dia 28 de agosto, audiência pública com a Dra. Graça Foster, Presidente da Petrobras.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, por sugestão do Senador Lobão Filho, e todos ficaram de acordo, nós vamos entrar nos dois itens terminativos: Item 10 e Item 11.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, de 2008

– Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi, grande amigo nosso.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1- CAS;

2. Em 4/10/2011, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar seja alterado para Projeto de Lei Ordinária.

Lembro, mais uma vez, que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Portanto peço aos Senadores e Senadoras que aqui permaneçam. São duas matérias, somente, em caráter terminativo.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, vou tentar colaborar lendo apenas parte do relatório porque sei que todas as Senadoras e os Senadores que aqui estão conhecem perfeitamente esse projeto, que é o PLS nº 432, de 2008, que altera a Lei Complementar nº 26, de 1975.

Na justificativa, o autor do projeto, Senador Sérgio Zambiasi, argumenta que, embora a lei não mencione doenças entre as hipóteses de saques, o conselho diretor do PIS-Pasep editou resoluções que os autorizam, notadamente quando o titular ou qualquer de seus dependentes for portador de neoplasia maligna ou de vírus HIV. Alega o autor que o tratamento diferenciado, por esse modo conferido a algumas das classes de doentes, é extremamente injusto.

Sr. Presidente, passo à análise, na parte do resumo.

Em resumo, as hipóteses de saque do PIS-Pasep previstas no presente Projeto de Lei estão em consonância com as situações em que o Poder Judiciário tem concedido o alvará para o levantamento do respectivo saldo, assim como em conformidade com a flexibilidade conferida pela via administrativa, conforme as citadas resoluções do Conselho Diretor dos referidos fundos.

Já passo ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, consoante o disposto no art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, pela objetividade e pela competência do relatório.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto e a emenda nº 1 da CAS.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente, de acordo com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin. Voto já conhecido.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Líder do Governo Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim, Sr. Presidente, com a relatora.

Aproveito para dizer a V. Exa. a importância da vinda da Presidente Graça a esta comissão. Após os esclarecimentos prestados pela Presidente Graça Foster ao mercado sobre os últimos números da Petrobras, a reação da valorização das ações da Petrobras na Bolsa de Valores foi extremamente positiva. Creio que este seja um fórum importante para que possamos levar esse debate em torno de uma questão fundamental para a energia e para o programa de uma das maiores empresas do mundo, a nossa Petrobras. Portanto, louvo a iniciativa do Senador Ferraço e a posição de V. Exa. com relação à vida da Presidente Graça.

Com relação à matéria, voto “sim”, acompanhando a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Tomás Correia, muito bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sim, Sr. Presidente, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eunício Oliveira.

O Senador Eunício Oliveira está concedendo entrevista ali fora.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sim, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar a relatora e especialmente o autor deste projeto, meu amigo, meu colega, ex-senador Sergio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vota sim.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sim, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, com a relatora.

Solicitaria aos Senadores e às Senadoras...

Eu já falei que nós iríamos votar os dois. *(Pausa.)*

Mais uma vez aqui a burocracia, a tecnocracia da Comissão de Assuntos Econômicos me pede para eu dizer que nós votamos, como eu disse antes da votação, o Projeto e a Emenda nº 1 da CAS. Portanto, a Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1, da CAE, por 16 votos “sim”, nenhum voto “não”, nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovado o projeto, o Item 10, o Projeto de Lei do Senado nº 432, de autoria do nosso querido ex-Senador Sérgio Zambiasi, lá do Rio Grande do Sul.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2012

– Terminativo –

Inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cida-

des estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional.

Autoria: Deputado Marco Maia.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Delcídio do Amaral; Sras. e Srs. Senadores, esse não é um projeto que tem só impacto social, econômico, de integração com países que fazem fronteira com o Brasil, mas é também um projeto relevante pela sua autoria: ninguém mais, ninguém menos do que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia.

Eu gostaria até de homenagear, porque estão acompanhando esta votação, Senador Delcídio do Amaral, e agradecer-lhe a recepção acolhida ao recebê-los, uma comitiva liderada pelo Deputado Frederico Antunes, que é o Presidente da Frente Parlamentar em defesa da aprovação desse projeto de lei da Câmara, que trata dos *free shops*.

Aí estão acompanhando o Deputado Arno Gleisner, Vice-Presidente da Federação das Câmaras de Comércio Exterior (FCCE); Victor Hugo Fialho, Vice-Presidente da Federasul; Sérgio Oliveira, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Livramento; Pablo Escosteguy, Presidente do Sindilojas de Livramento; Maria Emma Lippolis, Presidente do CDL de Jaguarão; Antônio Righi, Diretor da Acil de Livramento; Mozart Hillal, Diretor da Acil de Livramento; Lauri Kotz, Presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Rio Grande do Sul (Sdaergs); e o Assessor especial do Presidente da Câmara, Gilmar Pastore.

Essa matéria, originalmente apresentada, previa tão somente acrescentar a criação do lado da fronteira brasileira do sistema de lojas *free shop* como existe hoje no Uruguai.

O governo uruguaio, em 1986, decidiu, para viabilizar, para desenvolver e dar outro cenário econômico a uma região muito deprimida no Uruguai, criar esse sistema, que hoje movimenta essas lojas de fronteira com seis Municípios gaúchos, US\$1,5 bilhão. E quem são os consumidores dessas lojas? São os consumidores gaúchos e brasileiros de vários Estados que vão lá.

O comércio do lado da fronteira do Brasil sofre as consequências de uma concorrência desleal porque não são só produtos supérfluos que são vendidos ali,

mas toda a concorrência, do vestuário a eletroeletrônicos de toda ordem. Isso fez com que muitas empresas, Presidente, tenham fechado as portas e também fechado vagas para empregos nessa região.

A situação é tão crítica que, hoje, brasileiros, no Chuí, como relatou uma das representantes dessa região, vivem uma situação dramática. Aqueles empregados do comércio do Chuí, hoje, ficam batendo à porta do *free shop* uruguaio, oferecendo sua carteira de identidade para efeito de alguém comprar, usando sua carteira de identidade, e ele ganhar uns trocados para sobreviver.

Vejam que situação se criou por conta dessa distorção, não havendo tratamento igualitário entre a fronteira uruguaia e a fronteira brasileira.

Então, eu queria ressaltar a importância desse projeto do Deputado Marco Maia, na essência dele, que foi tão somente, e aí está o mérito do seu projeto, de criar autorização das chamadas lojas francas para a venda de mercadorias nacionais ou estrangeiras nas sedes de Municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil, a critério da autoridade competente.

O pagamento das mercadorias poderá ser em moeda nacional ou estrangeira.

As pessoas físicas somente poderão adquirir mercadorias das lojas francas se observadas as regras previstas no Art. 15 da norma para as lojas francas instaladas em zona primária de porto ou aeroporto e os demais requisitos e condições estabelecidos pela autoridade competente.

Esse foi o projeto original. É isto que nós queremos que seja feito, criar a loja franca na região de fronteira, nas 28 cidades gêmeas do território brasileiro, que atinge os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rondônia e Santa Catarina, como já referi. São 28 cidades nesta região.

Na Câmara este projeto foi acrescentado daquilo que alterou substancialmente a essência do projeto do Deputado Marco Maia, que foi a criação do regime aduaneiro especial de exportação pelo varejo nacional, o chamado EVM, tendo como beneficiária a pessoa física não residente no País, qualificada como turista estrangeiro, que retire do território nacional, em caráter permanente, bens admitidos a este regime aduaneiro especial, portados em bagagem, acompanhados e adquiridos no máximo em 90 dias em estabelecimento comercial do varejo nacional que sejam autorizados pela Receita Federal brasileira a funcionar como varejistas e exportadores do regime.

Na verdade, Senador Delcídio do Amaral, é o chamado *tax free* de que países como Portugal, Es-

panha e a própria Argentina se utilizam. Não é uma loja *free shop*. Você vai num grande magazine, você se vale da condição de estrangeiro e ali é descontado. A Receita Federal não acolhe esse regime. Ela tem resistências à implantação no Brasil pela forma como poucos países usam o *tax free*, mas é uma convenção comercial que é criada em vários países, inclusive no nosso caso com a Argentina.

Ora, se nós já temos uma diferença em relação ao Uruguai e a Argentina também tem um sistema, eu não discuto a criação do EVN no Brasil. O que eu discuto e defendo é tão somente o projeto original do Deputado Marco Maia para a criação do *free shop* na fronteira, nos 28 Municípios chamados cidades gêmeas, como forma de desenvolver social e economicamente e criar as condições de uma nova visão dessas regiões que estão perdendo uma população que está migrando para outras regiões pela falta de oportunidades. Isso seria uma forma também de você estimular os empreendedores à área de serviço que ali se instalaria.

Nós recebemos da Receita Federal algumas objeções a esse projeto. Eu então queria dizer que nós pretendemos, estamos apoiando o projeto integralmente como veio da Câmara, integralmente como foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e é este o texto que estou apresentando aqui agora, sublinhando a questão relacionada a *free shop*, a autorização que é o essencial que nós defendemos. E a questão do regime aduaneiro especial de exportação pelo varejo nacional dependerá de o Governo decidir se quer ou não quer fazer isso.

Portanto, como nós vamos autorizar o Governo, e é o Governo que vai fazer a regulamentação de toda essa matéria, o Governo que faça de acordo com as normas da Receita Federal para isso. O que não podemos é continuar penalizando uma região deprimida hoje, não só no Rio Grande do Sul, mas em toda a fronteira brasileira por conta de não aceitar um novo mecanismo de comercialização.

Portanto, vou diretamente ao voto, falando sobre a análise do projeto nos aspectos jurídicos e legais.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via edição de lei ordinária é o adequado. Essa matéria inova o ordenamento jurídico.

O PLC também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal.

Finalmente se revela compatível com os princípios diretores do sistema do direito brasileiro.

A tramitação do Projeto de Lei da Câmara observou o Regimento Interno da Casa no que tange a todas as técnicas legislativas.

Devemos parabenizar pelo trabalho que foi desenvolvido na Câmara dos Deputados, do qual resultou o PLC nº 11, de 2012. Realmente, a proposição é um avanço, tanto no que toca à autorização para instalação de lojas francas nos Municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras em linha de fronteira, como em relação à incorporação de técnica de tributação que visa estimular as exportações pelo varejo nacional. Aí é que está o óbice da Receita Federal.

Em relação ao primeiro tema – lojas francas em área de fronteira –, são conhecidas as dificuldades atualmente enfrentadas por algumas cidades brasileiras. Já fizemos referência a isso.

Dessa forma, cidades brasileiras geminadas teriam, com a aprovação do PLC nº 11, de 2012, um passo importante para a solução da questão dessa concorrência. Está em consonância, inclusive, com o art. 132 do Código Aduaneiro do Mercosul, que restringe a instalação de lojas francas à zona primária dos seus países membros, embora essa restrição não tenha força legal porque o Código ainda não foi aprovado pelos Parlamentos dos países membros. Isso porque a zona primária abrange, necessariamente, pontos alfandegados das faixas de fronteira terrestre, justamente onde se localizam as cidades gêmeas, nas quais o PLC passa a permitir que se autorize a instalação de Lojas Francas, que deverão, após alfandegadas, operar rigorosamente segundo as rígidas normas aduaneiras em vigor aplicáveis a esses estabelecimentos comerciais.

Também falei já sobre a questão do Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional, citando alguns casos que existem.

O PLC foi bem elaborado. Portanto, o voto é favorável, mantendo o texto que veio da Câmara, para evitar que ele, modificado aqui, tenha de retornar à Câmara e não se saiba quando essa matéria poderá ser votada.

Então, eu sou favorável. O meu voto é favorável, com referências elogiosas à decisão e à iniciativa do Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara Federal, para essa iniciativa, sobretudo no aspecto original de autorizar as lojas *free shops* ou lojas francas na zona de fronteira. São 28 cidades no território brasileiro, em confrontação com os países já mencionados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero cumprimentar também, em nome do Deputado Frederico, do Rio Grande do Sul, todas as lideranças aqui presentes. Quem vive na região de fronteira

sabe muito bem o que representa esse projeto. O meu Estado têm cidades de fronteira, cidades que são irmãs. E, com certeza, aquilo tudo que a Senadora Ana Amélia aqui colocou tem absoluta pertinência, especialmente para nós que vivemos na região de fronteira, Senador Blairo. Como diz uma música do Milton Nascimento, o Brasil vive de costas para o Brasil. Esquecem o Brasil profundo, o Brasil das fronteiras.

Eu vejo uma série de projetos que são importantes, de defesa nacional, de monitoramento da região de fronteira, de fiscalização, de controle, mas não é só isso. Nós precisamos de projetos de desenvolvimento econômico e social nas regiões de fronteira. Enquanto não resolvermos isso, vamos perder, Senador Valadares, a disputa para o contrabando, para o narcotráfico e para todas as ilegalidades que lamentavelmente surgem na região de fronteira, não pela qualidade das pessoas, mas pela falta de perspectivas que o Brasil precisa efetivamente resolver.

O Governo vem ameaçando fazer um plano especificamente voltado para o desenvolvimento econômico e social de fronteiras. Até agora, não apareceu nada. São medidas típicas muito mais de repressão do que medidas efetivas para garantir uma vida melhor para as pessoas que lá vivem.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, primeiro para cumprimentar o brilhante relatório da Senadora Ana Amélia. Segundo, para cumprimentar a iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia. Provavelmente, na próxima legislatura, Senador da República, se for da vontade do povo e de Deus. Mas cumprimento também as colocações que V. Ex.^a fez ainda há pouco, na condição de representante do Estado do Mato Grosso do Sul sobre o tema.

É um tema, Sr. Presidente, que eu, quando governador do Estado do Amazonas, que possui talvez uma das mais extensas – e vamos colocar assim – e animadas fronteiras brasileiras em função da nossa vizinhança com a Colômbia, com o Peru, com a Venezuela, com a relação muito forte dos povos indígenas naquela região, é absolutamente necessário, Sr. Presidente, que o Brasil tenha uma política específica de desenvolvimento econômico, social, cultural e de integração de desenvolvimento humano na faixa de fronteira. No entanto, Sr. Presidente, desde hoje pela manhã, recebi um telefonema do Presidente Marco Maia na tentativa de construirmos um acordo que evitasse um veto que fosse total sobre esse projeto, já que aqui ele tramita em caráter terminativo no Senado da República. E já foi votado pela Câmara dos Deputados.

Não consegui esse consenso com o Governo Federal. Então, até porque defendendo parcialmente o que está posto neste projeto, e acho que esse projeto pode ser, quem sabe, Senadora Ana Amélia, um momento em que nós possamos, inclusive, avançar e termos uma posição, efetivamente, do Governo Federal para que possamos ter políticas econômicas, sociais, culturais interativas na nossa faixa de fronteira, eu peço vistas coletivas para esse projeto, a fim de que nós possamos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Eu vou me associar a V. Exa., para ficar garantido o coletivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Isso! Eu agradeço a associação de V. Exa....

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

O Ceará se une ao Rio Grande do Sul e ao Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

E creio que nessa semana que nós teremos, nós poderemos avançar e garantir que, ao aprovarmos aqui esse projeto, ele seja acatado pelo Governo brasileiro, e que nós possamos, a partir de então, adotar uma política de desenvolvimento econômico-social de integração, e fico muito feliz, Sr. Presidente, de perceber a maturidade com que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado trata esse tema. Quero, portanto, congratular-me com V. Exa. e, mais uma vez, conjuntamente com o Ceará do nosso Senador Inácio Arruda, aqui pedir vistas coletivas sobre o tema, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC)

– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral (Bloco/

PT – MS) – Portanto... foram pedidas... eu vou passar a palavra aqui, por ordem de inscrição... O Senador Agripino pediu a palavra. O Senador Agripino Maia pediu a palavra...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –

Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/

PT – MS) – Depois o Senador Ferraço também, depois o Senador Casildo Maldaner...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Inácio Arruda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/

PT – MS) – E o Senador Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) –

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/

PT – MS) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) –

Antes de o Senador Eduardo Braga pedir vistas, eu havia

solicitado a palavra para manifestar o meu apoio a este projeto. Eu concordo com a argumentação aqui apresentada pela Senadora Ana Amélia, são argumentos lógicos, o projeto é bem arquitetado, na verdade o que propõe é simetria, ou seja, reciprocidade entre países que têm, do lado brasileiro, no caso do Uruguai, *free shops* levando US\$2,5 bilhões de divisas do Brasil, e a obrigação do Brasil é se proteger. Nada mais justo do que o projeto de lei apresentado pelo Deputado Marco Maia, aqui relatado com muita propriedade pela Senadora Ana Amélia, e com o qual eu concordo inteiramente. Mas aguardo a manifestação do Senador Eduardo Braga, que, claro, virá, com a habitual sensatez de suas manifestações, para que a gente possa defender o interesse nacional. Mas desde já manifesto a minha posição favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra o Senador Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas, da mesma forma que o Senador Agripino Maia, eu havia pedido antes de que o Senador Eduardo Braga pedisse vistas, mas é para me manifestar também em acordo com o grande parecer da Senadora Ana Amélia. Ela procurou sintetizar a importância que tem de protegermos essas cidades gêmeas. Eu cito até uma delas, em Santa Catarina, que é Dionísio Cerqueira, com Bernardo de Irigoyen, na Argentina; da importância que tem isso e, logicamente, desse pedido de vistas coletivo. O nosso Líder Eduardo Braga vai procurar conectar e contactar com o Governo para nós buscarmos o entendimento, e que tenha, se evite, qualquer projeção de veto por parte do Governo. Mas vamos encaminhar nesse sentido, que é sumamente importante.

Quero me congratular também com o eminente companheiro, o Deputado Frederico, lá de Livramento, Rio Grande do Sul, que está com a equipe dele, que eu conheço não de hoje, mas há mais tempo, defendendo uma tese dessa importância.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Ferraço. Depois, o Senador Inácio Arruda, do Ceará.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, ao tempo em que, evidentemente, cumprimento a Senadora Ana Amélia pela relevância do tema, também quero acolher e agasalhar as preocupações do Líder Eduardo Braga e de V. Ex^a. Isso não apenas pelos aspectos econômicos ou sociais das cidades que estão na faixa de fronteira do nosso País. Mas o Governo, como asseverou V. Ex^a, lançou

o programa Sentinela – parece-me ser esse o nome. É um programa de planejamento e proteção das fronteiras brasileiras.

Um dos mais graves problemas que vive a sociedade brasileira é a escalada da violência, da criminalidade e dos homicídios, e no centro desse problema está o consumo e o tráfico de drogas. O nosso País não produz essas drogas; o nosso País importa essas drogas e exporta insumos para que isso desorganize a vida de milhares e milhares de famílias do nosso País, que sofrem com essa angústia.

Pode parecer não ter nada a ver, porque essa é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas esse é um assunto que tem a ver com a vida. Esse é um assunto que nós precisamos debater. E o Líder Eduardo Braga faz muito bem ao chamar a atenção, e V. Ex^a também, para a necessidade de nós aprofundarmos esse debate e, quem sabe, nesse contexto conhecermos o que está fazendo o Governo brasileiro em relação às nossas fronteiras; quais as ações que foram tomadas; por que não foram tomadas; quais são os planos e quais são os objetivos, por ser essa uma meta, julgo eu, muito mais do que de governo. É uma meta que tem a ver com as preocupações estratégicas do Estado brasileiro.

É como me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. São muito pertinentes as opiniões de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda, do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o nosso pedido de vista coletivo tem um sentido: primeiro, era para dar caráter coletivo, porque senão ficaria um pedido de vista exclusivo. Apelo ao Senador Eduardo Braga, inclusive, que possamos ter a devolução de um projeto que trata dos 50% do Pré-sal para educação, para que possamos aproximar a conquista do Plano Nacional de Educação de alcançar 10% do PIB para a educação.

É muito importante que a gente possa apreciá-lo. Apelo a V. Ex^a para que esse projeto volte à pauta.

Em relação a essa matéria, Sr. Presidente, eu tenho discutido muito com a Receita Federal. A Receita Federal tem excelentes profissionais, gente muito bem preparada, mas, às vezes, falta a sensibilidade de quem convive com o problema diretamente. Quem está na fronteira convive diretamente com o problema, seja no Rio Grande do Sul, seja em Roraima; seja no Amapá, seja em Santa Catarina. No Acre, em Rondônia, no Estado do Amazonas. No Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul.

Esses Estados sabem qual é o problema da fronteira. Não adianta colocar sentinela para querer combater a droga e achar que ela não tem mão dupla,

que ela vai e volta do mesmo jeito. Tem de ter projeto, desenvolver a fronteira, garantir o desenvolvimento das nossas fronteiras.

Eu visitei várias vezes a cidade de Tabatinga, nossa fronteira com Letícia. Puxa vida! É um espaço extraordinário de desenvolvimento que temos naquela região. Quanto mais povoado, mais desenvolvido, menos drogas, menos violência! E nós estamos na iminência de termos em uma fronteira extraordinária no Sul do País um processo de esvaziamento e, quem sabe, de degradação social em um Estado tão importante como o Rio Grande do sul, Santa Catarina e os Estados mais ao Norte, como é o caso de Roraima, do Estado do Amazonas e do Amapá, que está ali.

Eu nem acredito que o Governo, aprovado nos termos em que está o projeto, viesse com o veto, porque eu acho que nós temos espaço para o Governo. Eu não acredito. Mesmo assim, acho que talvez no próximo esforço concentrado nós possamos examinar a matéria, votá-la, com o consentimento nos termos em que está o projeto, porque ele é positivo. Ele vai se mostrar positivo!

Quando discutimos o Simples aqui a primeira vez foi um Deus nos acuda com a Receita Federal. Depois que aprovamos a primeira vez, Senador Eduardo, a própria Receita curvou-se diante da evidência absoluta de que era algo positivo para o País.

Vai ser a mesma coisa, Senadora Ana Amélia. Eu acho que a Receita vai se curvar diante da evidência de que nós não apenas vamos fazer reciprocidade, mas nós vamos restabelecer o projeto de desenvolvimento nas áreas de fronteira, que é uma exigência hoje.

Nós não temos como fazer. Ou nós vamos para um projeto bom de desenvolvimento ou não adianta sentinela nenhuma para guardar fronteira nenhuma. Fronteira com gente degradada, fronteira com gente achando que a droga é que vai ajudá-la a ter algum dinheiro, evidentemente esse projeto não nos interessa.

Portanto, Senadora Ana Amélia, estou convicto de que o pedido de vista solicitado pelo Senador Eduardo Braga, que nós acompanhamos para dar caráter coletivo, não tem sentido punitivo para os nossos colegas que estão aqui, do Rio Grande do Sul, da faixa de fronteira. É para que ele possa voltar na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho convicção, com a habilidade, com a correção com que trata de temas aqui o Senador Eduardo Braga, de que ele vai demover, se não de forma absoluta, pelo menos parcial, esse entrave com a Receita, para que possamos aprová-lo. Eu considero muito positivos o projeto e o relatório de V. Ex^a, o projeto do Presidente da Câmara e a maneira como V. Ex^a tratou aqui de apresentar o seu relatório. É positivo inclusive

para nós. Estou pensando na nossa fronteira atlântica do Ceará. Como é que nós vamos abrir também a nossa fronteira atlântica. Vamos encontrar um caminho. Vamos encontrar um caminho também, Senador Eduardo Braga, para incluir o Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...com a comunidade econômica européia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador, eu tenho convicção no projeto de V. Ex^a, do voto favorável ao projeto de V. Ex^a. E tenho convicção de que com a competência e a habilidade do Senador Eduardo Braga nós vamos dobrar os argumentos da Receita Federal até a próxima reunião desta comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, talvez até não houvesse necessidade de uma intervenção minha neste momento, mas eu faço questão de registrar também minha opinião.

Quero dizer que vejo esse pedido de vista apresentado pelo Senador Eduardo também da forma como foi colocado, como busca de uma alternativa para viabilizar a aprovação desse projeto. Todos aqui, pelo menos grande parte dos que falaram, citaram as cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia, que são nossas cidades no Estado do Amazonas, Tabatinga, e Letícia, na Colômbia.

E por que muitos Parlamentares as conhecem? Porque é comum as Forças Armadas brasileiras, Exército e Aeronáutica, principalmente, fazerem viagens e levarem parlamentares para conhecer o extremo Norte do País.

E a partir da experiência dessas duas cidades, Sr. Presidente, cuja realidade não se diferencia da de outras cidades gêmeas, o que vemos, o que percebemos? Que do outro lado da fronteira geralmente a Zona Franca existe, a área de livre comércio existe. Em Letícia é assim.

Tanto é que obrigou, por exemplo, no meu Estado, o Amazonas, há alguns anos, o então Presidente Lula, com o então Presidente Uribe, a assinar um acordo especial de fronteira, porque muitos trabalhadores brasileiros compram produtos de Letícia. Por exemplo, motocicletas. Quando chegam para trabalhar no Brasil, e é só atravessar a rua, têm o seu produto apreendido.

Isso obrigou os governos desses dois países a assinarem um regime especial de fronteira, já aprovado pelo Congresso brasileiro, pelo Congresso colombiano, Senador Eduardo, pela Corte colombiana, e falta apenas a publicação no Diário Oficial da Colômbia para que isso se viabilize.

Então, o que nós faremos não é nada mais do que igualar a situação do nosso País à dos países e cidades fronteiriças. Eu penso que esse é um caminho muito bom e muito interessante, porque sou daquelas que vêem esse projeto não apenas como uma questão econômica, mas que vêem também possibilidade de desenvolvimento, possibilidade de fazer que essas regiões, por exemplo, portanto, se tornem menos suscetíveis a uma série de ações danosas, como tráfico de armas, tráfico de drogas, que acontecem no meu Estado e acontecem no seu Estado, por exemplo, de Mato Grosso do Sul.

Então tenho convicção absoluta. O Senador Eduardo Braga não só tem capacidade, mas conhece a realidade e vai ajudar muito – mas muito – para que esse projeto se torne realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para manifestar, mais uma vez, exatamente o intuito desse pedido de vistas. Que fique claro que, quanto ao mérito, quanto à propositura aqui estabelecida, não há o que aqui discutir. Há, no entanto, que se negociar com o Governo, porque, lamentavelmente, não havia, até o momento da votação, um entendimento sobre a matéria.

Portanto, quero dizer aqui que todo o esforço da Liderança do Governo, da participação do nosso entendimento junto ao Governo é no sentido de construirmos um entendimento para que esse importante projeto possa ser aprovado de forma terminativa aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mais uma vez, seja muito bem-vindo, meu caro Senador Tomás Correia, representante do Estado de Rondônia do nosso querido Senador Raupp.

Seja muito bem-vindo à nossa Casa!

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para dizer que, sendo de Rondônia, eu não poderia me opor a um projeto dessa natureza. Quero manifestar, desde já, o meu apoio e minha total apro-

vação, porque é um projeto muito importante para as áreas de fronteira.

Em Rondônia, nós temos áreas de fronteira, como é o caso do Município de Guajará-Mirim, cuja cidade gêmea, do lado boliviano, Guayaramerin, tem uma zona franca totalmente aberta. Assim, toda a população de Rondônia que vai a Guajará acaba fazendo compras em Guayara, do lado boliviano, deixando de prestigiar o comércio local, por conta de serem exatamente mais caros os produtos vendidos do lado brasileiro.

De sorte que eu queria manifestar, em nome dos Municípios do meu Estado, sobretudo Guajará-Mirim e Costa Marques, o meu total apoio a esse projeto, esperando que ele seja aprovado, o mais rápido possível, dada a sua importância para o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu, há muito tempo, ouço a Senadora Ana Amélia falando sobre esse assunto no plenário do Senado, nas Comissões, manifestando a sua indignação com a total falta de parâmetros que há entre as competições nas cidades gêmeas. Não é diferente no meu Estado.

O meu Estado, o Paraná, tem, pelo menos, três regiões, uma delas talvez a que mais comercialize em nível de Brasil, que é Foz do Iguaçu, que o mundo e o Brasil frequentam, eis que aquela cidade é um dos pontos turísticos mais visitados deste País. Quando estão ali, as pessoas vão ao Paraguai ou à Argentina para comprar aquilo que poderiam comprar no Brasil, e fazem isso porque, do outro lado, há uma zona franca, um *free shop*, que não existe do lado brasileiro. E nós vemos isso também lá em Salto Del Guayra, divisa com Guairá, bem como lá na região de Capanema, na divisa com a Argentina. Então, o País perde.

Inclusive, nessa batalha que nós estamos agora, Senador Eunício, de fazer o Brasil um pouco mais industrializado ou contra a desindustrialização, uma situação como essa, Senador Eduardo Braga, vem no sentido de nós privilegiarmos o conteúdo nacional. Isso porque, se nós permitimos a zona franca do nosso lado, no País, vamos privilegiar o produto que gerou emprego, renda e impostos internamente, lá na ponta da cadeia produtiva.

Eu quero parabenizar o relatório da Senadora Ana Amélia e dizer que iniciativas como essas é que realmente fazem a diferença aqui no Senado Federal.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

E, agora, com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, eu queria agradecer a sua referência e a sua avaliação precisa sobre o problema, especialmente porque o seu Estado, como do Senador Moka e do Senador Antônio russo, é um Estado que, como o Rio Grande do Sul, faz divisa com dois países. No caso do seu Estado, a Bolívia e o Paraguai; no caso do Rio Grande, a Argentina e o Uruguai. Então, o senhor conhece profundamente os quatro Municípios sul-mato-grossenses que estão na fronteira com esses dois países a que me referi.

Queria agradecer muito a iniciativa do Líder Eduardo Braga, dizendo que entendo as dificuldades políticas que tem um líder para representar o Governo. Em matérias, como essa, por exemplo, em que se viu aqui unanimidade de apoio de Norte a Sul, de Leste a Oeste do País. Esse não é um problema do Rio Grande; é um problema da fronteira do Brasil continental com vários países. E o que levanta o Senador Ricardo Ferraço é exatamente uma amostra pequena desses problemas.

Quero dizer que não foi citado aqui também, Senador Delcídio do Amaral, e que é uma questão grave: existe um fator impeditivo de desenvolvimento maior nessas regiões, que é a área de segurança nacional. São 150 quilômetros de fronteira ao interior do território, as dificuldades são enormes para os Municípios. Portanto, só existem barreiras e não facilitação para o desenvolvimento.

A nossa fronteira, o Senador Ricardo Ferraço lembrou, é tráfico de armas, é tráfico de drogas, é tráfico de mercadorias, é tráfico de pessoas, Senador Delcídio do Amaral.

Aqui foi dito, está aqui o Senador Wellington Dias, que presidiu uma subcomissão para tratar da questão das drogas e combate ao *crack*, e o representante da Polícia Federal, no depoimento que fez, disse que, se houvesse uma melhora de aplicação e investimento nos recursos humanos da Polícia Federal, poderiam triplicar as apreensões de drogas na fronteira. Nossa fronteira é um queijo suíço, cheia de buracos. Além dos problemas graves, como esses referidos por V. Exa.. Só quem vive ali pode falar dessa realidade, como disse também o Senador Inácio Arruda.

Quero agradecer, portanto, ao senhor, ao nosso Líder, em cuja palavra agora eu confio, pela dificuldade que tem de acomodar e, lamentavelmente, os Ministros das pastas envolvidas na área econômica só se lembram de Santa Bárbara quando troveja ou para apagar o incêndio na hora do incêndio. Isso é muito ruim para o Líder, é ruim para os Senadores que trabalhamos numa matéria importante. A autoria dessa matéria dá

maior relevo ainda, que é o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara.

Então, penso que o Governo tem que ter um pouco mais de – o governo e não o líder, que sofre as consequências desse emperramento e dessa dificuldade, dessa burocracia que atrapalha as negociações políticas. Esta Casa quer ajudar, mas não pode também ficar de braços amarrados ou de braços dados, sem a visão crítica.

Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral, ao Eduardo Braga, Líder – agora acredito que, na próxima reunião, vamos decidir –, ao Senador Casildo Maldaner, ao Senador Ricardo Ferraço, ao Senador Agripino, ao Senador Inácio Arruda, à Senadora Vanessa, ao Senador Thomaz Correa e ao Senador Sérgio Souza, pelas manifestações. Fico muito feliz.

Para terminar e não cometer injustiça, quero registrar a presença de Tereza Rodrigues Teixeira, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Chuí, que na história da geografia política brasileira é do Oiapoque ao Chuí. Está ela representando o extremo sul do Brasil e foi dela o relato que ouvi de que os brasileiros desempregados entregam sua carteira de identidade para os que vão comprar no free shop uruguaio, como forma de ganhar uns trocados e sobreviver por conta do emprego perdido.

Muito obrigada, Senador Delcídio do Amaral. Acredito sinceramente no esforço que o Líder Eduardo Braga fará para encontrarmos uma saída. Elogio novamente a iniciativa do Presidente da Câmara, autor desse projeto, o Deputado Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero, Senadora Ana Amélia, registrar não só o trabalho de toda a bancada do Rio Grande do Sul e cumprimentá-la pela relatoria brilhante. Cumprimento o Marco Maia pela autoria, Presidente da Câmara dos Deputados, especialmente o Deputado Frederico, que é um batalhador desse assunto já há muito tempo.

Eu me recordava agora aqui, eu estava com a Presidenta Dilma em Paso de Los Libres quando nós inauguramos a inversora de 50 megawatts de Uruguaiana, Uruguaiana a Paso de Los Libres, uma interligação com a Argentina, uma inversora de 50 a 60 hertz. Já naquela época ele acompanhava os movimentos todos na região de fronteira, e a Presidenta Dilma, naquela época, era Secretária de Infraestrutura do Governador Alceu Colares, isso nos idos de 1993-1994. E, graças a esse trabalho determinado, estamos discutindo isso com essa profundidade.

Sou um apaixonado por esse tema de fronteiras. O meu Estado não se desenvolverá se não resolver definitivamente os problemas de fronteira. Temos fronteiras difíceis, que é a fronteira com o Paraguai, que é

a fronteira com a Bolívia. Nossos irmãos paraguaios e bolivianos também têm o mesmo tipo de sofrimento, talvez numa escala ainda muito maior, até pela realidade de cada país.

Eu não podia deixar de registrar aqui, meu caro Deputado Frederico, um comentário que o Senador Eduardo Braga fez: a integração. Ou seja, nós não seremos um país progressista, desenvolvido, cercado de países em situação de miserabilidade. Portanto, nós temos que estabelecer uma legislação que sirva para o lado brasileiro e para os países vizinhos também, e uma legislação que olhe a questão de educação, olhe a questão da saúde, da segurança, do reconhecimento de cursos, do idioma, do ensinamento de idiomas que são comuns aos dois países, porque, se nós não nos debruçarmos sobre essa questão, com todo o respeito, nós não vamos encontrar uma saída definitiva para o Brasil e para a questão de segurança pública no nosso País, definitivamente, como disse aqui o Senador Ferraço.

Portanto, esse projeto é de extrema relevância. A Senadora Ana Amélia falou: quem vive em Estado que não tem fronteira talvez não entenda o que estamos falando, mas nós sofremos muito, especialmente com essa competição desleal, que quebra o mercado na região de fronteira.

Nós temos quatro Municípios que são gêmeos, cidades gêmeas: Corumbá, cidade onde nasci, por isso falo com legitimidade, fronteira com a Bolívia; Ponta Porã, fronteira com o Paraguai; Paranhos, com o Paraguai; Mundo Novo, lá do Paraná, do Senador Sérgio Souza, com o Paraguai. Nós sabemos o que tem acontecido. Nós temos um caso de Ponta Porã, um posto da BR, onde existe uma avenida no meio, os postos de combustível no lado de Ponta Porã cobram mais caro do que um posto que está do outro lado da avenida. E nós podemos conviver com isso?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quebra todo o lado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Será que a Receita não compreende que, ao eventualmente questionar esse projeto... Na hora em que criarmos essas condições, ela vai arrecadar muito mais.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque os mercados nesses Municípios estão desaparecendo, porque vai todo o mundo para o outro lado da fronteira. Da minha cidade, Corumbá, vai todo o mundo para a Bolívia, para Puerto Suarez, para Puerto Quijarro, para fazer compra em *shopping*.

Então, nós precisamos, definitivamente... Se nós não temos uma política de fronteira clara, que pelo menos a gente, aos poucos, crie perspectivas melhores para quem vive na região de fronteira.

Portanto, foi muito boa a iniciativa de se apresentar aqui vista coletiva, até para dar tempo para o Senador Eduardo Braga, e o Senador Eduardo Braga está cumprindo o papel dele de Líder do Governo. E Líder do Governo é assim, tem bônus e ônus. Hoje ele está com ônus.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mais ônus.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mais um ônus. Mas eu tenho absoluta certeza de que o Senador Eduardo Braga, pelas características do Estado do Amazonas, sabe muito bem como conduzir. E eu pautarei, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, esse projeto para que a gente vote. É um projeto que não é bom só para a região de fronteira, é bom para o Brasil. (*Palmas.*)

Portanto, quero agradecer a iniciativa e dizer que estamos irmanados nesse grande desafio, nesse projeto – e mais uma vez registro aqui – competente do Deputado Marco Maia, do Rio Grande do Sul. Não tenho dúvida de que o Senador Eduardo Braga e todos nós vamos construir uma solução para aprová-lo na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Podemos voltar ao...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ao item 7.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ... item 5.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voltamos ao item 5.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 5, Senador Eduardo Braga.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Depois o 7.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu imagino, Senador Eduardo Braga, com o conhecimento que V. Exa. tem desses problemas, ter que pedir vista. Não é fácil não.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010

– Não Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto;

2. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora, a Senadora Vanezza Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Muito obrigada Presidente.

Primeiro, eu gostaria de agradecer V. Exa. pela oportunidade de relatar esse projeto porque eu estou Senadora, mas ou farmacêutica de profissão. Então, relatar projetos que tratam da minha área para mim, Sr. Presidente, é algo muito caro e cumprimentar ao Senador Marcelo Crivella pela justeza do projeto que apresenta a esta Casa.

Estamos aqui analisando o Projeto de Lei, de autoria do Senador Marcelo Crivella, nº 181, de 2010. E este projeto, Sr. Presidente, convertido em lei, possibilitará às farmácias e drogarias deduzir a diferença referida da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica reduzindo a carga tributária sobre medicamento e incentivando a venda a preço de custos aos consumidores.

Caso aprovado, o projeto de lei estenderá esse benefício a todos os idosos que comprovarem, na fórmula do regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo, a condição de aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social, portadores de doenças graves, crônicas, usuários contínuos de medicamentos que pretendem adquirir e usuários do serviço do Sistema Único de Saúde.

A lista de medicamentos que poderão ser vendidos nos termos deste projeto de lei deverá ser definida pelo Ministério da Saúde, segundo os critérios técnicos e estatísticos que considerarão a prevalência das doenças na população dos idosos.

A cláusula de vigência prevê que a lei entre em vigor 180 dias após a publicação.

Quanto à análise, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, trata-se de um forte incentivo para que reduzam os preços cobrados em favor do grupo mais desprotegido composto por aposentados e aposentadas pelo Regime Geral da Previdência Social, que dependem do SUS para obter as prescrições de medicamentos.

A limitação da aplicabilidade das regras, a lista de medicamento previamente divulgada pelo órgão responsável, do Poder Executivo impedirá o aproveitamento dos benefícios da Lei de forma inadequada e abusiva.

Infelizmente ainda não foi possível garantir na prática o ideal contido no art. 196, da Constituição Federal que preconiza o direito de todos à saúde mediante políticas que proporcionem acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Diversas iniciativas já foram implementadas para tentar superar as limitações existentes entre as quais nós podemos citar o programa farmácia popular do Brasil e o que autoriza a Fundação Osvaldo Cruz a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento, além da lei 12.401, que criou critérios para dispensação de medicamentos no âmbito do SUS. Eu aqui também cito o Programa Aqui tem Farmácia Popular, que é uma parceria entre o Governo Federal e as drogarias, as farmácias particulares para ampliar os pontos de vendas para as pessoas do medicamento em preço popular a R\$ 1,00.

No entanto, essas iniciativas embora tenham representados avanços importantes para a saúde pública não logo resolver definitivamente o problema da assistência aos idosos de baixa renda.

Portanto, os objetivos do projeto em lei em apreciação são nobres, estão de acordo com os princípios constitucionais e essas iniciativas já implementadas pela União também merecem o apoio e o registro do Senado Federal.

No entanto, tendo em vista que o projeto se transformado em lei produzirá o impacto na Receita da União, em decorrência da renúncia tributária, seria necessária apresentar compensação orçamentária correspondente, em conformidade com os artigos 12, 14, da lei 101, de 2000, a Chamada Lei da Responsabilidade Fiscal, além desse ajuste e apenas para adequar o texto do projeto ao disposto do art. 84, VI, “a”, da Constituição que confere ao Presidente da República ou a Presidente da República a competência privativa para dispor mediante decreto sobre a organização e funcionamento da administração federal apresento emenda para substituir a expressão “Ministério da Saúde por regulamento”, de forma a preservar a separação entre os poderes.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto nº 181, de 2010, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – substitua-se no art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, a expressão ‘pelo Ministério da Saúde’, pela locução ‘por regulamento’;

Emenda nº 2 – inclua-se o seguinte dispositivo: art. 3º, a estimativa do montante da renúncia fiscal, decorrente do exposto do art. 1º, desta Lei, será incluída no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, de forma a dar cumprimento ao disposto nos arts. 12 e 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o relatório lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queria discutir, em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer a CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, da CAE, e 2, da CAE também.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Quero, mais do que nunca, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin pelo relatório, até porque também conhece muito bem a matéria e apresentou um relatório muito consistente, que atende especialmente aos aposentados pelo Regime-Geral da Previdência Social.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Gostaria de cumprimentar e parabenizar a Senadora Vanessa, parabenizar também todos os que trabalham nessa área pela importante matéria.

Presidente, eu gostaria de saber se poderíamos votar o Item nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos votar, Senador Wellington, o Item nº 6, de que a Senadora Ana Amélia é Relatora; depois entramos no Item nº 7, já.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 6

AVISO Nº 76, de 2011

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria.

Observações:

1. A Matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos;

2. Em 27/3/2012, foi concedida Vista Coletiva;

3. Em 5/6/2012, foi realizada audiência pública com a presença do Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Delcídio do Amaral, de fato, como relatou V. Exª, a matéria já foi lida, fui só Relatora *ad hoc*, o Senador Ivo Cassol foi o titular. Quando foi feito o primeiro relatório, por iniciativa do Senador Aloyzio Nunes ferreira, foi solicitada audiência pública, que foi uma das melhores iniciativas desse período de atividades legislativas, da Comissão de Assuntos Econômicos, porque a presença do Ministro do Tribunal de Contas nos deu uma visão muito clara do funcionamento das agências reguladoras, das sete existentes apenas duas funcionam em padrões internacionais.

Acho que a presença dele esclareceu, trouxe muitas informações e, a partir disso, nos deu algumas orientações. Primeiro, um rigor maior nas sabatinas aos indicados a essas agências reguladoras; outra iniciativa que eu já tomei, do ponto de vista de proposta, é dar autonomia financeira orçamentária às agências – só duas têm autonomia –, a Aneel, que V. Exª conhece bem, é da área de energia e a Anatel. As demais não têm autonomia financeira, nem a ANP – Agência Nacional de Petróleo.

Diante do exposto, proponho o arquivamento, como estava proposto originalmente, dado o cumprimento desse rito, que foi a audiência pública com

o Ministro José Jorge, dando ao conhecimento dos Senadores a situação das agências e iniciativas que esta Casa poderá tomar para melhorar o desempenho das mesmas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Portanto, a matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queria discutir, em votação o relatório

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 7

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2000

– Não Terminativo –

Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – Funcaju.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163 de 2000, rejeitando as alterações promovidas pela Câmara sobre o texto da Ementa e sobre a redação do artigo 1º.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000;

2. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, relatório.

Sob exame da Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 163, de 2000, de autoria do nobre Senador Luiz Pontes (PL nº 6.167, de 2002, na origem), que tem por objetivo autorizar a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

Conforme disposto no art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas, observada a correspondência dos artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens em relação ao projeto emendado.

Nesse sentido, além de ajustes redacionais, o Substitutivo da Câmara dos Deputados promove três alterações na proposição, e aqui está sendo mantido o projeto original.

Análise.

Por força do Requerimento nº 48, de 2009, da CAE, baseado no art. 101, inciso I, do RISF, da CAE, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisou a Proposição e a considerou constitucional, jurídica e regimental.

Assim sendo, Sr. Presidente, é um projeto que, no mérito, trata da organização de uma cultura importante para uma região no Brasil. O Brasil é grande produtor da castanha e da polpa do caju. Os três Estados que se destacam são exatamente os Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, mas há produção na Paraíba, Bahia, em vários Estados. Agora estamos vivendo um período de seca muito grande. É uma planta que convive bem com o semi-árido e produz exatamente nesse período da seca.

Por essa razão, no mérito também, somos favoráveis à aprovação.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000, rejeitadas as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados sobre o texto da Ementa e sobre a redação do art. 1º.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

É pela aprovação, retirando as alterações feitas pela Câmara, mantendo o texto original.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias, pela objetividade e pela competência, como conhecedor da matéria, ex-Governador e Prefeito de Teresina...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Deus quer e o povo também. Quero cumprimentá-lo e também registrar a presença do Deputado Elísio Curvo, lá da minha terra, de Corumbá, da nossa terra. É um Deputado que sempre fez um trabalho muito profícuo, não só por Corumbá, pela nossa cidade, pela nossa região, mas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e pelo Brasil. É um deputado competente, além do seu tempo. É um homem moderno, progressista. Sem dúvida nenhuma, hoje nós compreendemos tudo aquilo

que ele construiu ao longo dos seus mandatos, não só como deputado, mas como empresário também e como cidadão, como eu, corumbaense. Por isso, quero cumprimentar o Deputado Elísio Curvo, aqui presente.

A matéria relatada pelo Senador Wellington Dias está em discussão. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para ficar claro aqui – pede-me o pessoal da taquigrafia –, na verdade, estamos favoráveis ao substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PLS nº 163, de 2000; rejeitando as alterações promovidas pela Câmara sobre o texto da emenda e sobre a redação do art. 1º.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador e Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Wellington Dias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000, rejeitando as alterações da Câmara dos Deputados sobre o texto da emenda e sobre a redação do art. 1º.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agora entramos no penúltimo item da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 32, de 2012

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a situação do setor de cartão de crédito no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Claudio Yamaguti – Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs); Sr. Motaurí Chiochetti Sousa – Conselheiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Sr. Roque Pelizzaro Junior – Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL); e representante do Banco Central do Brasil (Bacen).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

1. Em 17/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra, a autora do requerimento.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Dalcídio do Amaral, trata-se do *ranking* dos relatórios que temos sobre a situação do cartão de

crédito, não só pelo volume de inadimplência elevado no Brasil, mas também pelos juros cobrados que são considerados os mais altos da América Latina.

Hoje o cartão de crédito, o chamado dinheiro de plástico, é a moeda corrente, porque a gente usa não só internamente, mas também externamente. Esse cenário, a importância que esse mecanismo tem para a economia brasileira, me levou a verificar, dentro dessa realidade, por que existem parâmetros diferentes, taxas de juros diferentes. Então, o melhor é discutir numa audiência pública, nesta Comissão, a situação dos cartões de crédito.

Eu apenas acrescentaria também, Senador Dalcídio, que o cartão tem as bandeiras, mas a administração é de um banco, é uma instituição financeira, e queria fazer um requerimento adicional, acrescentando o Presidente da Febraban, Dr. Murilo Portugal, no rol de convidados.

Esta é a minha justificativa a este requerimento desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordarem com a proposta da Senadora Ana Amélia, nós incluiremos aqui o Dr. Murilo Portugal, Presidente da Febraban, nesta audiência pública.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento de nº 32, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a inclusão do Dr. Murilo Portugal, Presidente da Febraban, na audiência pública.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, de 2012

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir o papel da biotecnologia na indústria farmacêutica, bem como sua inserção na balança comercial brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde; e Sr. Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Observações:

1. Em 17/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 33, de 20112, da CAE.

Somente a leitura agora de um requerimento apresentado pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Capiberibe, subscrito pelo Senador Eduardo Suplicy:

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos para discutir e tentar achar uma solução para o fim da greve dos professores universitários, iniciada em 17 de maio. Portanto, há quase dois meses.

A educação é o único serviço que não pode ser repostado sem perda da qualidade do aprendizado para os estudantes, nem para os professores, nem para o futuro do País.

Como nessa greve os professores exigem reestruturação do plano de carreira, entre outros assuntos, sugerimos sejam convidadas as autoridades abaixo:

Ministro da Educação Aloysio Mercadante;

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão Miriam Belchior;

Professor João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Andifes;

Professora Marinalva Oliveira, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes;

Daniel Ilesco, Presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE.

Esse requerimento, seguindo os atos, será posto em votação na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria deixar informado na Comissão que há pouco aprovei, na Comissão de Educação, Cultura e Exporte requerimento de igual teor, com o mesmo assunto, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e de minha autoria.

Eu acrescentei apenas mais dois representantes e o requerimento foi aprovado. Portanto, ou fazemos uma em conjunto ou apenas a Comissão de Educação debate o mesmo tema, que é exatamente sobre esses aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sendo o mesmo teor, acho que a tendência é aprovarmos, em comum, uma audiência pública, aproveitando todas as condições.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente, eu só queria deixar isso informado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só gostaria também de registrar que

a Presidenta Graça Foster, da Petrobrás, entrou em contato com a Comissão, e eu tinha aqui afirmado que nós faríamos audiência pública no dia 28. Na verdade, é dia 11 de setembro. Será 11 de setembro a presença da Presidenta da Petrobrás Graça Foster. Não será no dia 28.

No dia 28, faremos uma reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos. E, no dia 11 de setembro – agora sem mais mudanças –, nós ouviremos aqui a Presidente Graça Foster, falando sobre o plano de negócios da Petrobrás nos próximos cinco anos: 2012/ 2016.

Eu só queria registrar também: hoje, nós perdemos o Dr. José Marcondes Brito de Carvalho. Talvez aqui muitos, por serem mais jovens, não se lembram dele – o Deputado Elísio Curvo deve se lembrar. Foi diretor de operações da Eletrobrás por muitos anos; engenheiro eletricitista, formado na Escola de Engenharia de Itajubá. Uma verdadeira referência, e um paradigma a ser seguido no setor elétrico brasileiro.

Eu tive a honra de ser comandado pelo Dr. José Marcondes Brito de Carvalho. Ele era diretor de operação da Eletrobrás, quando eu era diretor de operação da Eletronorte, e teve um papel absolutamente crucial na construção do setor elétrico brasileiro. Se existe alguém que trabalhou na interligação dos sistemas brasileiros. Se o sistema interligado brasileiro tem um pai é o Dr. José Marcondes Brito de Carvalho. Um homem competente digno, honesto, de caráter, e uma das figuras mais brilhantes que o setor elétrico forjou ao longo da sua história.

Eu, quando recebi a notícia, hoje pela manhã, do falecimento do Dr. José Marcondes Brito de Carvalho fiquei, muito triste, porque sou uma das pessoas que foram, mais do que nunca, orientadas. Desde recém-formado engenheiro, conduzindo vários projetos na Amazônia e, depois, conduzindo outros projetos pelo Brasil, sempre segui as suas orientações.

Um homem de caráter ilibado, homem de bem, homem sério e digno, que colaborou para a meritocracia, Senadora Ana Amélia, do setor elétrico brasileiro. Era um diretor, naquela época do setor elétrico, um diretor de empresa de energia – com o respeito que eu tenho a muitos diretores competentes do setor elétrico brasileiro –, quando tínhamos dirigentes que conheciam a fundo o que era uma subestação, o que era uma hidroelétrica, o que era uma termoelétrica, o que era distribuição, o que era um transformador, um reator, um disjuntor, uma seccionadora, uma turbina, um vertedouro. Enfim, uma linha de transmissão, pessoas que construíram suas carreiras trabalhando no campo para depois, efetivamente, comandar o setor elétrico brasileiro.

O setor de energia elétrica no Brasil, hoje, está de luto com o falecimento do nosso querido José Marcondes Brito de Carvalho. Mais uma vez: um grande homem, um grande brasileiro e um dos maiores protagonistas do setor elétrico brasileiro.

Hoje conversei com a Roberta, filha dele, dizendo que não podia estar presente, até porque o enterro deve ter sido agora pela manhã, mas, de qualquer maneira, o nosso abraço amigo, o nosso respeito, o nosso carinho e a referência e o paradigma que o Dr. José Marcondes Brito de Carvalho representou para o Brasil.

Numa semana em que, como eu disse, com a presença do João Paulo Kleinübing, eu perdi também um grande colecionador de amigos, o nosso querido Ricardo Lowndes, um empresário forte, uma pessoa de bem, uma pessoa que sempre atuava construtivamente, como o Dr. José Marcondes Brito de Carvalho.

Nesta semana de luto eu não podia deixar de registrar não só o Ricardo Lowndes, mas especificamente o Dr. José Marcondes Brito de Carvalho, pelo que ele representou para o setor elétrico brasileiro.

Eu espero que o setor elétrico brasileiro se privilegie com novos Josés Marcondes Brito de Carvalho, porque, sem dúvida nenhuma, graças ao Dr. Brito, como o chamávamos, o setor elétrico é efetivamente o que é hoje. E, acima de tudo, a sua preocupação com a meritocracia.

Senadora Ana Amélia, quando o Dr. Brito era diretor de operação, não existia diretor de operação que não fosse de carreira; não existia diretor de operação que não conhecesse o setor elétrico; não existia diretor de operação que não conhecesse despacho, fluxo de carga, instalações hidrelétricas, termoeletricas, subestações, linhas de transmissão, distribuição. Portanto, ele deixou um grande legado.

E nós todos, aqui, hoje, estamos muito tristes, porque o Dr. José Marcondes Brito, a esta hora, está lá com o Nosso Senhor Jesus a seu lado, acompanhando o que vamos fazer pelo setor elétrico e pelo Brasil. Mas ele deixou uma referência e deixou muitos filhos e filhas no setor elétrico brasileiro.

A sua família o meu carinho, as minhas orações e, acima de tudo, a minha solidariedade.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar dou por encerrada esta audiência pública, com casa cheia. Mesmo no esforço concentrado votamos todas as matérias, e no dia 28 de agosto, às 10 horas da manhã, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, deliberativa; dia 11 de setembro, audiência pública com a Presidente da Petrobras, a Dr^a Graça Foster, às 10 horas também.

A querida Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentá-lo, porque este foi o primeiro dia de esforço concentrado por conta da agenda e do calendário definido pelos presidentes da Casa. Cumprimentá-lo pelo esforço de termos vencido a pauta de hoje.

E quero reafirmar a minha confiança na sua palavra e na do Líder Eduardo Braga de que no dia 28 se votará o PLC 11, de 2012, do Deputado Marco Maia, que cria os *free shops*.

E eu renovo o meu agradecimento sincero, em nome de toda a fronteira do Rio Grande, pelas suas palavras, como também um fronteiro.

Quando o senhor falou no Frederico, Corumbá está para o Frederico como Uruguaiana para esse jovem Deputado. Então eu agradeço também em nome do Parlamentar as referências feitas por V. Ex^a.

Muito obrigada e vamos até o dia 28.

Parabéns, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, e, sem dúvida nenhuma, até porque o Regimento determina, Deputado Frederico, nós vamos pautar esse projeto para a reunião do dia 28.

E eu não tenho dúvida nenhuma de que nós o aprovaremos, porque ele é um projeto importante para os Estados que fazem fronteira com Estados vizinhos.

E, acima de tudo, meu caro Deputado Elísio Curvo, é um projeto fundamental para nossa querida cidade de Corumbá, que faz fronteira com a Bolívia, e para mais três municípios de Mato Grosso do Sul: Paranhos, Ponta Porã e Mundo Novo que fronteira com o meu Paraguai.

A todos o meu muito obrigado.

A sessão está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Jorge Viana, Inácio Arruda, Tomás Correia, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo

Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Paulo Bauer, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Assis Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratamento de saúde, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 39ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 44 de 2012, de 30 de julho de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de junho de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 45 de 2012, de 31 de julho de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior; Aviso nº 46 de 2012, de 25 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC – 019.569/2012-2, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Decisão Normativa do TCU que fixa, para o exercício de 2013, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de dez por cento incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações; Aviso nº 47 de 2012, de 25 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-000.050/2012-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 27 de 2011; Aviso nº 48 de 2012, de 8 de agosto de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-000.053/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da

operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 24 de 2011; Ofício nº 391 de 2012, de 2 de agosto de 2012, do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Passo Fundo-RS, informando a aprovação da Moção nº 4/2012, que propõe Moção de Apoio à regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e sugere que os recursos oriundos das vendas e da comercialização do petróleo e de seus derivados originários dos campos petrolíferos do Pré-Sal sejam administrados e centralizados pelos bancos públicos federais. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1- Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que “regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde”, tendo como Relator “ad hoc” o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela prejudicialidade do PLC nº 89 de 2007 e do PLS nº 156 de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao PLC nº 89 de 2007 – Complementar e favorável ao PLS nº 156 de 2007 – Complementar. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 10/7/2012, foi designado o Senador Francisco Dornelles Relator “ad hoc”, em substituição à Senadora Marta Suplicy. Em 10/7/2012, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 7/8/2012, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, favorável ao PLS nº 156 de 2007 nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário ao PLC nº 89 de 2007. Após a leitura do voto em separado pelo Senador Flexa Ribeiro, usam da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Wellington Dias, Cyro Miranda, Inácio Arruda e Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o relatório. Em seguida, aprova o Voto em Separado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao PLS nº 156 de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e contrário ao PLC nº 89 de 2007. Vencido o relator ad hoc, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Flexa Ribeiro relator do Parecer Vencedor,

nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 2- Projeto de Lei da Câmara nº 130 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Marçal Filho, que “acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 136 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao PLC nº 130 de 2011, acatando parcialmente as Emendas nºs 1, 2 e 3 – PLEN e a Emenda nº 5, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 136 de 2011. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 20/3/2012, foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 130 de 2011. Em 7/8/2012, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador José Agripino. Em 28/8/2012, foi apresentada a Emenda nº 7, de autoria do Senador Cyro Miranda. As Matérias são retiradas de pauta, a pedido do Relator. Item 3- Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2012, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 8.078, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, para incluir penalidade para quem deixar de eliminar pontualmente, dos cadastros ou bancos de dados, informações negativas referentes a período superior a cinco anos”, tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Tomás Correia Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usam da palavra a Senadora Ana Amélia, autora do projeto, Cyro Miranda e Ivo Cassol. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 4- Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Marco Maia, que “inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabe-

lece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional”, tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Em 7/8/2012, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta. Item 5- Projeto de Lei da Câmara nº 24 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado José Otávio Germano e outros, que “dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Eduardo Braga. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T, de autoria do Senador José Agripino. Em 10/8/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Gim Argello. A Matéria é retirada de pauta. Item 6- Projeto de Lei do Senado nº 764 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata e os Senadores Wellington Dias e Flexa Ribeiro. É solicitada vista pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “altera o § 7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina o capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até dez mil dólares, conforme instituído pela Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Co-

missão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, autor da Matéria, e Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 8- Projeto de Lei do Senado nº 179 de 2011, terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que “acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de sessenta dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado”, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. Item 9- Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender o benefício do art. 40 às pessoas jurídicas com sede no País, não tributadas com base no lucro real”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 91 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que “altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CMA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 11- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 34 de 2012, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata e outros, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a discutir e tentar achar uma solução visando o fim da greve dos professores universitários, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação; Sra. Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. João Luiz Martins – Presidente da Associação Nacional dos Di-

rigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; Sra. Marinalva Oliveira – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes; e Sr. Daniel Iliescu – Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE”. Em 7/8/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 34 de 2012-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada, Senador Moka, e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento:

– Aviso nº 44, de 30 de julho de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de junho de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios;

– Aviso nº 45, de 31 de julho de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior;

– Aviso nº 46, de 25 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 019.569/2012-2, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à Decisão Normativa do TCU que fixa, para o exercício de 2013, os coeficientes destinados ao cálculo das cotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenien-

tes da parcela de 10% incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), proporcionalmente às exportações;

– Aviso nº 47, de 25 de julho de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 000.050/2012-1, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 27, de 2011;

– Aviso nº 48, de 8 de agosto de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 000.053/2012-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 24, de 2011.

Recebemos outro documento, Senadora Ana Amélia: Of. nº 391, de 2 de agosto de 2012, do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, informando a aprovação da Moção nº 4/2012, que propõe moção de apoio à regulamentação do art. 192 da Constituição Federal e sugere que os recursos oriundos das vendas e da comercialização do petróleo e de seus derivados originários dos campos petrolíferos do pré-sal sejam administrados e centralizados pelos bancos públicos federais.

Essa é simplesmente uma moção da Câmara de Vereadores do Município de Passo Fundo.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu gostaria de alertar os Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos para o fato de que, amanhã, às 9 horas, Senador Armando Monteiro, haverá a sabatina do novo Presidente da CVM, às 9 horas. Amanhã, se tudo ocorrer como esperamos, existem vários empréstimos represados, que nós vamos teremos que votar também amanhã, para aproveitar esse esforço concentrado do Senado.

Portanto, eu pediria as Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que, amanhã, comparecessem. Sei que todos têm uma agenda árdua amanhã também, mas nós precisamos votar os empréstimos e votar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estaremos aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... também a sabatina do novo Presidente da CVM.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não há dúvida.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, assessorias e convidados que assistem a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com temas tão relevantes, eu tenho a relatoria – já foi apresentada a análise e o voto no último esforço concentrado – do projeto que cria o sistema de *free shops* na fronteira, nas 28 cidades gêmeas com os países fronteiriços com o Brasil. Este projeto é de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia.

Na reunião anterior, o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, com a necessária habilidade para viabilizar o entendimento de uma matéria que chegou a este final terminativamente aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos... Não havendo condição de entendimento, o Senador Eduardo Braga me ligou agora pela manhã, na hora da reunião, sugerindo e solicitando um esforço adicional para tentar um entendimento em relação a esta matéria.

Penso que a importância do assunto dispensa maiores comentários. Nós já mostramos aqui que a fronteira brasileira está desprotegida, está descuidada em todos os aspectos. Há algum esforço adicional das Forças Armadas, da Polícia Federal e da Receita Federal, mas, no conjunto do desenvolvimento, ela está desassistida. Não há prioridade de desenvolvimento na fronteira. Em contrapartida, no outro lado dos países fronteiriços ao Brasil, há um movimento muito grande, uma dinâmica maior pela existência exatamente desse sistema de comércio, que são as chamadas lojas francas, os *free shops*.

No Uruguai, fronteira com a cidade de Sant’Ana do Livramento, que visitei nesse sábado, os investimentos não param de crescer: hotéis cinco estrelas recém-inaugurados; agora um *shopping center* recém-inaugurado, tudo do lado uruguaio, e do nosso lado, as lojas fechando por falta exatamente do enfrentamento de harmonia, de tratamento igualitário na região de fronteira. É permitido a um país, mas ao Brasil não. E são os trabalhadores, são os empresários, os empreendedores que estão pagando essa conta. E os próprios consumidores em alguma medida.

Penso sempre e trabalho pelo entendimento. O confronto não é o caminho adequado num processo dessa natureza.

Recebi, quando apresentei aqui, muito feliz e gratificada, o apoio do Senador Inácio Arruda, que deixou a campanha eleitoral – é candidato a Prefeito de Fortaleza – para estar aqui e dar esse apoio. O Senador Tomás Correia da mesma forma, de Rondônia. O Ceará nem tem fronteira, mas, por solidariedade, por

entender a importância. O Senador Tomás Correia, de Rondônia,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senadora Ana Amélia, é que, no nosso caso, do Ceará, nossa fronteira é atlântica, assim como a de Pernambuco, que também está aqui presente. Então, é uma fronteira...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aí é universal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –... é gigantesca. Nós não iríamos reivindicar o mesmo tratamento. Acharmos que é correta a posição de V. Exª. Nós temos que dar, sim, um tratamento diferenciado às fronteiras brasileiras. Isso ajuda a dinâmica econômica brasileira dos Estados fronteiriços e também dos países vizinhos. Não vai haver prejuízo nem para o Paraguai, nem para o Uruguai, nem para a Argentina, nem para a Bolívia, nem para o Peru, nem para a Colômbia, nem para a Venezuela, nem para as Guianas. Acho que nós vamos nos ajudar mutuamente, que é o processo que desejamos de integração na América do Sul. Acho que isso fortalece o que nós estamos pleiteando fortemente no Brasil, que é a integração. Acho que esse é o caminho que devemos percorrer.

Por isso, eu me comprometo com V. Exª no sentido em que foi feita a sua orientação. Nós estamos irmanados nesta causa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu quero que o Líder do Governo entenda o esforço. O Líder do Governo e o próprio Governo entendam o esforço. Eu sei que é o seu esforço também Presidente Delcídio do Amaral, nessa matéria.

Nós deveríamos ter construído esse entendimento lá no começo. Deixamos para a última hora. Aliás, parece que é uma questão cultural do nosso País. Lamentavelmente, na política não está sendo diferente.

Então, eu queria dizer que acolho a posição do Líder, na condição de que na próxima nós votemos essa matéria. Que a decisão seja a soberana do voto.

Eu queria aproveitar, também, para agradecer aqui as presenças – sei que o Deputado Frederico Antunes, que é o líder da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação de *Free Shops* em cidades gêmeas de fronteira, saberá entender, juntamente com as lideranças que vieram de toda a fronteira do Uruguai –, e tomo a liberdade de citar, para homenageá-los, o Deputado Frederico Antunes; de Uruguaiana, o Vereador Mauro Brum, representando a Câmara de Vereadores de Uruguaiana; de Aceguá, o Secretário Municipal Washington Lucas; de Santana do Livramento, Sérgio Oliveira, representando a Associação Comercial e Industrial de Livramento; Victor Hugo Fialho; Luís Pablo; Antônio Alberto Righi; Mozart Hillal e Vanderlei Corrêa Rosa; de

Chuí, a Vice-Prefeita Municipal Marilene Bermudez, e a representante da Associação Comercial e Industrial de Chuí, Tereza Rodrigues Teixeira; de Jaguarão, da Câmara dos Dirigentes Logistas, Maria Emma Lippolis; de Quaraí, o Sindilajas, Eider Vieira Silveira, e de Uruguaiana, do CDL, Read Barakat Jabr.

Então, eu queria, ao ler o nome dessas pessoas, que estão aqui assistindo a esta audiência, dizer a eles que, em nome do entendimento político, eu estou acolhendo a solicitação do Líder Eduardo Braga, com o compromisso inadiável de votar essa matéria na próxima reunião.

Inclusive, o Senador Waldemir Moka me ligou em nome do Senador Renan Calheiros e também do próprio Eduardo Braga. Agradeço a aquiescência e quero que os representantes que vieram aqui acompanhar a reunião entendessem que estamos fazendo um esforço de entendimento e negociação, para evitar um veto total a este projeto.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Tomás.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu quero apenas ressaltar, rapidamente, que esse é inclusive um projeto autorizativo. Portanto, não há, na verdade, nenhuma necessidade de implantação imediatamente. O Governo fica autorizado a implantar os *free shops* nas fronteiras e certamente poderá fazê-lo da forma que desejar e quando desejar.

É um projeto sem nenhum problema. Não há nenhum vício de constitucionalidade. Não há problema nenhum. De sorte que é um projeto muito importante.

No meu Estado de Rondônia há cidades de fronteira, como é o caso de Guajará, Costa Marques, para as quais o projeto é muito importante. Nós já nos posicionamos favoráveis a esse projeto, até mesmo por meio de discursos que pronunciamos em plenário.

De sorte que hoje nós gostaríamos de realmente fazer um apelo para que se construa o entendimento e se possa efetivamente votá-lo na próxima reunião, porque é um projeto de grande interesse para as regiões de fronteira.

Era somente esse registro que eu faria.

Apoio totalmente a Senadora Ana Braga...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ana Amélia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Ana Amélia, perdão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sou artista, mas não tanto. *(Risos.)*

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO)
– V. Ex^a é mais do que artista, é uma representante importante do Rio Grande do Sul.

Então, eu queria só fazer esse registro e dizer...
(*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO)
–... que apoio integralmente esse projeto, que é de grande importância para o nosso Estado, para o País e, sobretudo, para as fronteiras.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tomás.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)
– Senador Dalcídio, eu quero agradecer à Senadora Ana Amélia pelo desprendimento.

As lideranças do seu Estado estão aqui. Eu imagino a importância da votação dessa matéria de que ela é Relatora. Mas ao tempo em que fiz o apelo, disse ao Líder que se V. Ex^a me pedisse, eu estaria aqui, como de fato estou, mas que faria o apelo a V. Ex^a o apelo, que é o meu jeito de proceder: que V. Ex^a pudesse esperar para que a gente tente o entendimento. Agora, ficando claro, Senador Dalcídio, que se não houver a possibilidade desse entendimento, V. Ex^a é de um Estado, que é o meu, e Corumbá tem uma irmã gêmea, uma cidade gêmea, que é a minha cidade, Bela Vista; Bela Vista no Brasil e Bela Vista no Paraguai.

Quero dizer à Senadora Ana Amélia que no próximo esforço concentrado estarão aqui também prefeitos e vereadores das cidades do Mato Grosso do Sul, porque nós também queremos esse projeto e achamos que ele é muito importante, porque precisamos tratar a fronteira... Não se pode tratar os desiguais de forma igual. Isso está errado. Nós temos de ter uma política diferenciada para isso. Eu acho que este é um grande momento para se travar este debate aqui e no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Moka.

Senador Sérgio Souza. Depois o Senador Dornelles.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente; meu caro Líder, Moka; Senadora Ana Amélia, esta é uma matéria que há algum tempo temos debatido aqui nesta Comissão. É uma pena que realmente hoje não a vamos votar. Mas, em prol de um entendimento e que esse entendimento seja bom para o Rio Grande do Sul, seja bom para o Paraná, seja bom para o Mato Grosso do Sul, para Santa Catarina, Senador Dalcídio, acho que podemos, sim, esperar até o próximo esforço concentrado. Mas é necessário e urgente, porque nós já ouvimos e sabemos a desigualdade que há entre as cidades brasileiras e as cidades

que estão imediatamente após as divisas, as faixas secas, como ocorre normalmente no Rio Grande do Sul e, em alguns casos, no Paraná e no Mato Grosso do Sul e também em Santa Catarina, o que traz prejuízo grande não só para aquelas cidades, mas para toda a região e para o Estado.

Senadora Ana Amélia, eu quero, de público, dizer do seu esforço e da sua dedicação, para que nós possamos votar esse projeto, que é importante não só para essas cidades, mas para nossos Estados e para o Brasil.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Senador Dalcídio...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Dornelles, depois o meu querido Senador Roberto Requião.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero declarar o meu apoio ao projeto do Deputado Marco Maia, relatado pela Senadora Ana Amélia e, ao mesmo tempo, cumprimentar a Senadora pela abertura que ela faz hoje de procurar o entendimento sobre a matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Senador Requião, lídimo Senador pelo Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Talvez a falta de quórum hoje, Senadora, seja aquele passo atrás para que, na próxima sessão, possamos dar dois à frente.

E, na próxima reunião, as cidades limítrofes do Paraná se farão representar aqui no Senado também. Foz do Iguaçu, Capanema, que faz limite com Andresito, há uma ponte. Nós estaremos aqui prestigiando o Deputado Marcos Mai, e o seu relatório. Esse debate é interessante!

Agora, de qualquer forma, Presidente, lamento a estratégia de negar quórum a uma discussão. Projeto autorizatório poderia ser facilmente vetado pela Presidente da República se assim ela entendesse. Mas esse artifício de nos roubar a oportunidade da discussão e da decisão é reprovável.

Eu deixo aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Requião.

Também eu gostaria também de registrar que sou de um Estado que faz fronteira com Paraguai e com a Bolívia. Nasci a 15 quilômetros da fronteira com a Bolívia, na minha querida Corumbá. Assim como o Senador Moka e o próprio Senador Antonio Russo – que todos nós esperamos que se recupere rapidamente e logo

esteja conosco aqui –, esse projeto, para quem vive em região de fronteira entende bem do que estamos falando. Essas diferenças simplesmente inacreditáveis.

Senadora Ana Amélia, quero, mais do que nunca registrar bom-senso, o espírito público de V. Ex^a, a maneira equilibrada, sempre buscando soluções negociadas é que, efetivamente, vão nos levar a produzir um projeto que vai ser importante para o País e especialmente para a região de fronteira. Não adianta só botar Exército em região de fronteira, botar Avante voando em região de fronteira. Tem de ter políticas de desenvolvimento econômico, social nas regiões de fronteira.

Dentro desse acordo que foi conduzido, eu vou retirar o item 4 da pauta e vou pautá-lo no próximo esforço concentrado, em que, não tenho dúvida nenhuma, haverá, além da mobilização do Rio Grande do Sul, a representação de todos os Estados fronteiriços aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O que vai só fortalecer ainda mais a importância desse projeto.

Eu agradeço a V. Ex^a a iniciativa de enviar essa mensagem ao Líder Eduardo Braga para confirmar a disposição de acordo e de entendimento nessa matéria. Caso contrário, nós vamos decidi-la na votação do próximo esforço concentrado.

Obrigada, Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o chapa pura, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Puro-sangue.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tostão contra o milhão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tostão contra o milhão. É a nossa campanha lá em Fortaleza. Há campanhas milionárias, gastanças terríveis, mas esse é um enfrentamento necessário, não é verdade, Senador Delcídio?

Mas eu queria fazer uma solicitação a V. Ex^a

Está aqui em nossa Comissão, com parecer favorável do Senador Antonio Carlos Valadares, o projeto de lei que destina 50% dos recursos do pré-sal à educação, ciência e tecnologia, privilegiando a educação básica, que é a educação que é promovida pelos Municípios, pelos Estados, e que não dispõe de recursos suficientes.

O novo Plano Nacional de Educação acolheu a indicação de destinação de 10% do PIB para a educação. Como fazer isso sem criar novos tributos, inde-

sejados por qualquer um de nós? Utilizando as fontes boas que existem. Uma das fontes: Fundo Social do Pré-sal. Há outra, que podemos discutir mais adiante, porque temos projetos nesse sentido do Senador Cristovam e de outros Senadores, que é exatamente vincular recursos dos *royalties*.

Mas o Fundo Social do Pré-Sal já está na nossa Comissão, tem parecer favorável. Há um pedido de vista do Senador Eduardo Braga. Conversei com o Senador Eduardo Braga, conversei com V. Ex^a por telefone. A Presidenta Dilma recebeu uma delegação da Une e da Ubes, que foi fazer uma embaixada no sentido de aprovar o PNE com os 10% do PIB para a educação. A Presidência da República, a Presidenta, concorda com essa indicação, desde que tenha as fontes.

As fontes foram apresentadas. A Presidenta, então, concorda com as fontes, o que é muito importante, e nós estamos com a decisão em nossas mãos. Então, eu faria um apelo a V. Ex^a para que pautasse a matéria para o próximo esforço concentrado ou, se for o caso, para a sessão de amanhã, uma vez que praticamente não há voto contrário a matéria dessa natureza. Se houver alguma objeção, será do Governo, mas a Presidenta dá um indicativo favorável. Então, não há indicação negativa da Presidência da República.

Sendo assim, eu pediria a V. Ex^a que fizesse um esforço para votar essa matéria. Ela é muito importante para Corumbá, muito importante para Fortaleza e para o Brasil inteiro. Por isso é que apelo a V. Ex^a: é muito importante para o Brasil, trata-se da educação do povo brasileiro. Não há como dar saltos qualitativos na produção no Brasil se nós não tivermos uma preparação adequada.

Nós mesmos, lá no Ceará, estamos agora construindo uma refinaria, uma siderúrgica, uma fábrica de laminados e um porto novo que nós criamos no Estado do Ceará. Estamos tendo de importar trabalhadores para o Ceará de outras regiões do País, principalmente do Sudeste, e de outros países.

A solução, ou parte dessa solução, está nas mãos da Comissão de Assuntos Econômicos. Ainda vai tramitar na Câmara dos Deputados. Se quisermos fazer correções, vamos fazê-las na Câmara. Vamos liberar o projeto aqui no Senado, ele é terminativo em nossa Comissão. Votamos aqui e enviamos para a Câmara, onde o Governo se quiser, também pode ajustar, pode melhorar, pode adequar e depois devolver para o Senado, onde nós daremos a palavra final em relação a essa matéria tão importante.

É o apelo que eu faço a V. Ex^a, porque é muito importante para o Brasil e para quem tem pureza no coração, como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Nós a pautaremos. Não vai ser possível amanhã, porque amanhã nós temos a sabatina do presidente da CVM, mas, no próximo esforço concentrado, nós pautaremos esse assunto porque ele é de extrema relevância para o nosso País.

Portanto, retirado o item 4 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retirado o item 4 da pauta.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu estava em uma reunião lá no gabinete, tratando de outro projeto para relatar na CCJ amanhã. Eu pediria a V. Ex^a que, se pudesse depois de relatar o voto em separado do item 1.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O.K.

Portanto, começamos, por uma questão de princípios, pelo item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2007–

Complementar

— Não Terminativo —

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Deputado Roberto Gouveia.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

O projeto tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2007 – Complementar. Não terminativo.

O Projeto regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

O relatório já foi lido pelo relator *ad hoc* na 37ª Reunião, realizada em 10 de julho, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As duas matérias – o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, e o Projeto de Lei nº 156, de 2007, do Senado – estão em discussão. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu pedi vista do processo e apresentei

um voto em separado. O Senador Aloysio e eu acompanhamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em 7 de agosto, Senador Flexa, foi apresentado voto em separado, de autoria de V. Ex^a, favorável ao PLS nº 156, de 2007, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário ao PLC nº 89, de 2007, o da Câmara.

Portanto, eu passo agora a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para proferir a leitura do seu voto em separado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedindo, antes da leitura do voto, já o apoio dos meus Pares para que nós possamos, de uma vez por toda, regulamentar a participação da União no serviço de saúde a todos os brasileiros.

Encontram-se pendentes de deliberação o PLC nº 89 – Complementar, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, e o PLS nº 156 – Complementar, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, ambos de 2007, que tramitam apensados.

Os projetos objetivam regulamentar o art. 198, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, que dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem obedecer a um limite mínimo de despesas em ações de saúde. Por outro lado, distinguem-se quanto a um aspecto fundamental: a definição do montante de gasto obrigatório da União.

Ao PLC nº 89, de 2007 – Complementar, foi oferecida emenda, pelo Senador Alvaro Dias, que propõe seja fixado o limite mínimo de 10% por cento das receitas correntes brutas da União, constantes do orçamento fiscal e da seguridade social, para ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde. Caso o valor destinado pela União, quando da publicação da lei seja menor, a diferença deverá ser reduzida em, pelo menos, um quarto por ano.

A Comissão de Constituição e Justiça, em 7 de outubro de 2010, acatou o relatório da Senadora Lúcia Vânia e decidiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das referidas proposições. Quanto ao mérito, contudo, decidiu pela rejeição do PLC nº 89, de 2007–Complementar, e conseqüentemente, da emenda a ele apresentada, e pela aprovação do PLS nº 156, de 2007 – Complementar.

Nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a Senadora Marta Suplicy, em 20 de abril de 2012, apresentou relatório que concluiu pela prejudicialidade de ambas as proposições, pois, a seu ver, o PLS nº 121, de 2007–complementar, aprovado pelo Senado e convertido na Lei Complementar nº 141, de 2012, versa sobre a mesma matéria.

Análise.

Em que pese concordar, no mérito, com as ponderações da ilustre Relatora, que ressaltam a relevância das proposições para o financiamento estável e previsível da saúde pública no País, há que se discordar quanto aos aspectos regimentais da matéria, notadamente em face à questão da eventual prejudicialidade dos projetos.

Nesse aspecto, anuímos com a Senadora Lúcia Vânia, Relatora na CCJ, que julga não haver prejudicialidade no caso em tela, pelos argumentos expostos a seguir.

Conforme dispõe o art. 334, inciso II, do Regimento Interno, deverá ser declarada a prejudicialidade de matéria que tenha sido prejulgada pelo Plenário em outra deliberação. O objetivo é evitar a duplicidade é evitar a duplicidade de iniciativas, o que, além de ensejar desperdício de tempo e de recursos materiais, poderia criar insegurança jurídica, caso duas deliberações discrepantes sobre um mesmo tema sejam adotadas em curto espaço de tempo. A norma não estabelece, contudo, um marco temporal.

O art. 67 da Constituição Federal, por seu turno, estabelece que “a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional”.

Assim, embora o dispositivo constitucional trate apenas da apresentação de projeto novo, consideramos pertinente o recurso à analogia, para concluir que a situação caracterizadora da prejudicialidade deva perdurar apenas pela sessão legislativa na qual tenha se dado a apreciação da matéria que a der causa.

A matéria a que se refere à Senadora Marta Suplicy para julgar a prejudicialidade dos projetos, foi à sanção, recebeu a sanção da Presidente Dilma Rousseff em 26/12/2011, ou seja, em outra sessão legislativa.

Por essas razões, entendemos, a exemplo da Senadora Lúcia Vânia, não estar caracterizada, no caso concreto, a prejudicialidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, só solicitando aos Senadores e Senadoras, porque nós temos votações terminativas também, para não saírem, e aqueles Senadores e Senadoras que se encontram nos seus gabinetes se pudessem vir aqui à Comissão de Assuntos Econômicos, porque aí nós faremos até uma inversão de pauta para aprovar aqueles projetos que são terminativos. Desculpe Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Fique à vontade.

Essa proposta mostra-se relevante, em virtude da atual situação de subfinanciamento da área, que

constitui, hoje, o principal limitador à expansão do Sistema Único de Saúde (SUS) e à garantia do direito constitucional à saúde, situação que não sofreu alteração com a recente edição da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, acrescentou ao Ato de Disposições Constitucionais Transitórias o art. 77, estabelecendo, para Estados, Distrito Federal e Municípios, percentuais mínimos de despesas com ações e serviços públicos de saúde – 12% da receita própria para Estados e 15% para Municípios. Para a União, estabeleceu-se um mínimo vinculado à despesa do ano anterior, acrescida da variação do PIB.

Esse mecanismo, que foi mantido na Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, se mostra absolutamente falho. O valor mínimo de despesas com a saúde, estabelecido para a União implica, de fato, no contrário. Serve como um grande desestímulo para maiores investimentos na área, já que qualquer incremento de despesa feito hoje obriga o Governo a repeti-lo no ano seguinte.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o que determina a Lei Complementar nº 141, induz a União a não aumentar os investimentos em saúde pública, porque se houver o aumento de investimento no ano seguinte o orçamento terá que ser o do ano anterior mais a variação do PIB. Então, isso é um inibidor de saúde. E eu vou, ao final, mostrar a V. Ex^{as} o quanto a União tem se retirado no financiamento da saúde pública no nosso País.

Ou seja, mesmo tendo recursos em caixa, o Governo teme aplicá-los na saúde, considerando que poderá não haver excedentes no ano posterior. E assim, o mínimo se transforma no máximo.

Uma análise da evolução dos gastos públicos brasileiros com a saúde, por esfera de governo, revela de forma inequívoca a fragilidade do mecanismo estabelecido há 12 anos e suas consequências.

Aí eu pediria, Presidente Senador Delcídio do Amaral, se fosse possível, copiar essa tabela e distribuí-la aos Srs. Membros da Comissão para que eles possam – na leitura do quadro, fica muito mais fácil do que no texto – ver evidentemente o declínio de financiamento da saúde ao longo ao longo das últimas décadas.

Como dizia, em 2000, a União arcava com 60% do total dos gastos públicos brasileiros em saúde. Vou repetir: em 2000, a União arcava com 60% do total dos gastos públicos brasileiros em saúde. Em uma década, essa parcela caiu para 45%, exatamente em função do que define a Lei Complementar nº 141, de

janeiro de 2012, em que foi mantido o mecanismo de investimento na saúde.

Em movimento inverso – e, aí, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vem o que acontece de sacrifício aos Estados e Municípios –, enquanto a União se retira do financiamento da saúde, os Estados e Municípios são obrigados a compensar essa retirada da União no investimento da saúde e estão sobrecarregados, inclusive porque há perdas altas de receitas. Esse é um assunto que o nosso brilhante Presidente, Senador Delcídio Amaral, vai trazer, porque, aqui, discutimos, há pouco tempo, a questão dos incentivos ao IPI. Foi dito ao Ministro Guido Mantega que isso traria dificuldades enormes aos Municípios e aos Estados porque haveria diminuição dos Fundos de Participação. Não deu outra! O meu Estado do Pará já perdeu, ao longo desses seis meses, comparando com os seis meses de 2011, R\$200 milhões de Fundo de Participação dos Estados. Aí, a União vem e oferece financiamento. É mais dívida para os Estados, que já estão sobrecarregados em seus compromissos.

Em uma década, como disse, em movimento inverso, os Estados aumentaram sua parcela nos gastos, no mesmo período, de 18,5% para 27% – isso é média; não quer dizer que todos façam isso –, e os Municípios, de 21,7% para 28,4%. Então, os Municípios, na média, aplicam 28,4%, e os Estados, na média, aplicam 27%, quando, por lei, são obrigados a aplicarem 12% os Estados e 15% os Municípios.

A forte retração na participação da União no esforço público de financiamento vem exercendo uma pressão crescente nos Estados e Municípios, que são obrigados a atender a necessidade dos cidadãos. Para compensar a falta de empenho da União, os Estados, que, em 2012, gastavam 9,4% dos seus recursos próprios com a saúde, passaram, a partir de 2006, a gastar valores superiores ao mínimo legal, que é de 12%. Hoje, alcançam, na média, 13%, mas havendo Estados que ultrapassam bastante esse limite constitucional de 12%.

Nos Municípios, a situação ainda é mais dramática. Em 2000, gastavam 13,7% dos seus recursos próprios, portanto, menos que o mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29. Este percentual vem crescendo e, desde 2009, supera os 20%. São obrigados, Senador Aloysio, a aplicar 15%, mas, na média, superam 20% do esforço que os Municípios fazem, ou seja, os Municípios brasileiros gastam com a saúde 35% a mais que o valor mínimo imposto legalmente, ficando muitas vezes inadimplentes com suas obrigações e deixando de atender outras necessidades fundamentais da sociedade.

Assim, é necessário que se mude a forma de como é calculado o montante mínimo a ser aplicado em saúde pela União, recuperando-se a proposta de aplicação de 10% de suas receitas correntes brutas.

Esse é o consenso das instituições e dos setores da sociedade comprometidos com a construção e o com o fortalecimento do SUS.

Entendemos, no entanto, que esse aporte de recursos deva ser gradual para permitir o ajuste fiscal da União ao novo sistema de financiamento da saúde no prazo de 4 anos, contados a partir da data da publicação da nova lei.

Para tanto, apresentamos substitutivo ao PLS nº 156 – complementar, de 2007, para alterar a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Isso se coaduna com a decisão da Comissão de Constituição e Justiça de aprovar o Projeto de Lei Complementar do Senado e rejeitar o Projeto de Lei da Câmara.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, complementar, assim como da emenda apresentada pelo Senador Alvaro Dias, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº156, de 2007, complementar, nos termos do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Flexa.

Vou colocar em votação o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Dornelles, mas, antes, o Senador Aloysio Nunes pediu a palavra para discutir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, existem Congressistas, Sr. Presidente, que propõem que as eleições municipais coincidam com as eleições gerais, de tal modo que nós não tenhamos essa eleição a cada dois anos.

Penso que há inconvenientes na sistemática atual, mas pelo menos uma vantagem traz: o fato de termos, no lapso de tempo coberto pelo mandato do Deputado e do Senador, eleições municipais.

É uma ocasião importante para que os Congressistas, ao fazerem as campanhas eleitorais nos Municípios, entrem em contato com aqueles que não têm e conheçam mais profundamente aqueles que não conhecem a realidade dos Municípios, onde vive o povo que os elegeu.

Na campanha eleitoral deste ano, no nosso Estado, Senador Suplicy, Estado de São Paulo – e penso que isso seja um clamor generalizado o País –, existe um profundo inconformismo com a situação da saúde pública, especialmente das pessoas que não têm plano de saúde e que dependem do atendimento da rede pública. Rede pública que pode ter o seu conceito es-

tendido para os setores dos serviços médicos que são prestados por entidades assistenciais, basicamente as Santas Casas de Misericórdia, que são responsáveis pela metade das internações que ocorrem no País.

A crise financeira é gritante. Qual de nós, quando visita um Município, não recebe um pedido de um provedor da Santa Casa, a reclamação de um prefeito, a sugestão de um vereador, ou não é abordado por um munícipe para reclamar dos serviços médicos que são prestados em cada um dos nossos Municípios?

Há inúmeras razões para que essa situação tenha chegado ao ponto a que chegou, mas, sem dúvida nenhuma, a questão do financiamento da saúde está na raiz dos problemas que a população brasileira vive.

A saúde custa caro. Saúde cada vez mais exige complexidade do tratamento, exige especialização profissional. A população brasileira está envelhecendo, o que exige necessidade de medicamentos mais caros e também uma atenção mais global à saúde das pessoas.

Sr. Presidente, os dois projetos de lei que estamos examinando tocam neste ponto: a necessidade de se prover a saúde pública brasileira de mais recurso do que aqueles que são canalizados para ela hoje.

A Constituição brasileira prevê, graças à emenda que foi patrocinada à época pelo Ministro da Saúde José Serra, que a União, os Estados e os Municípios destinassem um patamar mínimo dos seus recursos orçamentários, um piso mínimo de seus recursos orçamentários à saúde. Pois bem, foi a chamada Emenda nº 29. Esta Emenda, durante muito tempo, permaneceu sem regulamentação até que o Senador Tião Viana, na época, hoje Governador do Estado do Acre, propôs uma regulamentação na forma do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007. Neste Projeto de Lei, um Senador do PT, hoje Governador do Acre, propunha que, assim como os Municípios devem destinar 15% das suas receitas à saúde, e os Estados 12%, a União também tivesse um comprometimento obrigatório dos seus gastos com a saúde pública. Travou-se uma batalha importante no Congresso, na opinião pública e aqui no Senado, e o resultado dessa batalha foi a derrota da saúde pública, foi a derrota dos cidadãos que procuram o serviço de saúde. E, infelizmente, sobretudo com os votos do PT, a Emenda do Senador do PT, Tião Viana, foi derrotada.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores, que estão hoje percorrendo os seus Estados, um apelo ao meu colega do Senado, de São Paulo, Senador Eduardo Suplicy, que, na época, votou contra os 10% da União para a saúde, para que apoie essa emenda, esse projeto de lei, na forma como foi relatado no voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, na forma que foi proposta pelo então Senador Marconi Perillo, que pre-

vê inclusive uma aplicação, um aumento gradativo da participação dos recursos da União, uma implantação gradativa da regra nele estabelecida, de modo a não comprometer o equilíbrio da União.

Esse é um apelo que não sou eu quem faz. Creio que é um apelo que emana de todos os Municípios do nosso Estado, dos cidadãos do nosso Estado, o Estado de São Paulo, e dos cidadãos brasileiros.

Cada vez mais a defasagem entre os custos dos procedimentos médicos e hospitalares, que são de responsabilidade dos serviços públicos e dos serviços filantrópicos, a defasagem entre esses custos e aquilo que é reembolsado via Sistema Único de Saúde é cada vez maior. As Santas Casas vivem uma crise crônica, não conseguem fechar as suas contas. Dependem de aportes de recursos que ficam ao sabor das conveniências políticas, da visita de um Deputado, da presença de um Governador. A tabela do SUS, lembra-me o Senador Flexa, há 8 anos não é reajustada.

Então, penso eu, Sr. Senador, meu caro Presidente Delcídio do Amaral, que a contribuição que o Senado pode dar neste momento, que nós Senadores, que estamos percorrendo os nossos Estados em campanha eleitoral, podemos dar aos nossos munícipes, àqueles que nos elegeram, é aprovar o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, acho importante este debate. Quero aqui dizer que todos os que acompanham a política de saúde no Brasil sabem que é hoje o mais grave problema. Agora, como candidato a Prefeito, o desejo é maior ainda de uma solução para um problema grave como esse.

Qual é o fato concreto, real que ninguém pode colocar? Houve, por parte da União, um crescimento no volume de recursos para a saúde, na fase em que tínhamos em vigor a obrigação de uma fonte clara, bem definida para a União, que era a CPMF. Este é um fato concreto. No momento em que esta fonte caiu, em que ela deixou de existir, basta olharmos aqui que ela vinha crescendo até mais ou menos o ano 2000, chegando perto de 60%. De lá para cá ela já caiu no ano seguinte, 2001, para 56%; em 2002, para 51%, e agora, em 2010, como está aqui no próprio relatório do Senador Flexa Ribeiro, chega a 44%.

O outro ponto são as receitas desvinculadas que têm a União, que normalmente estão crescendo mais do que as outras. Nós estamos agora vivendo crises cíclicas: lá atrás, em 2003, depois em 2005, e agora

novamente. Desde 2008 o Brasil vem adotando sistêmicas medidas de redução de tributos para poder incentivar a economia, IPI e vários outros tributos. A consequência disso é uma redução naquilo que é vinculado tanto para a educação quanto para a saúde. Onde pesa mais? Onde a situação é mais grave, que é, no caso, na saúde.

Se a gente examinar, em valores nominais, acho que é onde a gente mais compreende isso, em 2002, o Brasil aplicava R\$24 bilhões em saúde; em 2010, quase três vezes: R\$61,7 bilhões. Se a gente pega os Estados, três vezes, ou seja, saindo de aproximadamente R\$10 bilhões para R\$37 bilhões. Quem mais ampliou foram os Estados, que é onde há o aumento proporcional maior. Até porque a maioria dos Estados – é bom que se diga – não cumpria e nem fazia um esforço para cumprir. A partir do instante em que tivemos a Lei de Responsabilidade Fiscal regulamentada – e vivi isso como Governador, experimentei a necessidade de ter que cumprir os 12% –, isso representou um esforço brutal. Só para se ter uma ideia, no primeiro ano do meu mandato, quando somávamos tudo que estava vinculado, dava 108% das receitas. Para cumprir os 25% da educação, os 12% da saúde, o dos outros poderes, etc., etc., somavam 108%. Certa ocasião, eu vim ao Supremo para saber quais das determinações constitucionais que eu não iria cumprir. Os Municípios, para dar um exemplo, saíram de R\$12 bilhões para R\$39 bilhões.

O que eu quero dizer com isso? O grande nó é a realidade brasileira. Ou seja, temos a necessidade de ter um entendimento, que, na minha visão, por uma questão de responsabilidade, como tentamos aqui na fazer quando da regulamentação da Emenda nº 29. Fui um daqueles que defendi que era melhor deixar, mesmo em aberto, a possibilidade da contribuição social. Tive a coragem de defender isso, mesmo sendo do Partido do Governo.

Penso que a forma como a gente fez a regulamentação da Emenda nº 29, sem determinar exatamente como será bancada, principalmente pela União, já que compreendo que os Municípios e os Estados estão estrangulados, nós, aqui, aprovamos uma lei, que, na prática, não resolveu o problema. Essa é a realidade sincera.

Na votação, acompanho o voto do Relator, o Senador Dornelles, que apresentou, aqui, o voto, mas quero reconhecer, de outro lado, que temos um problema grave. Vivemos um período em que o grave problema do Brasil, do ponto de vista do povo, era desemprego e segurança. Hoje, disparado, em qualquer lugar do Brasil, é saúde.

Ora, se em todos os Estados brasileiros é comum, com essa força, o problema, é sinal de que é um problema nacional. Então, há necessidade, realmente, de tratar.

Compreendo a argumentação colocada, o esforço de simplesmente fixar um *quantum*, e é por isso que apresentei na discussão dos recursos da regulamentação dos *royalties* – não compreendo por que a Casa não vota, porque é uma fonte nova de receita tanto do ponto de vista dos *royalties* quanto do fundo social –, que se determinasse, da mesma forma que uma definição de recursos para a Educação, que se fizesse a mesma coisa para a saúde. Nos *royalties*, a minha proposta era de 30%. Foi a proposta que apresentamos: 40% para a educação; 30% para a saúde, deixando as outras em aberto para poder o gestor local ter condição de maior liberdade.

É isso que estou defendendo aqui.

Acho que essa, do ponto de vista do Congresso, é a fonte nova que não é imposto, que não é tributo, e que, com certeza, pode permitir uma solução para esse grave problema.

É essa a minha tese.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Deixe-me só fazer um aparte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, somente o Senador Cyro e, aí, V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente Delcídio.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós entendemos que o método proposto pelos Senadores Tião Viana e Marconi Perillo é mais apropriado do que o atual, mantido no PLC nº 89.

Eu vou, aqui, na mesma linha do Senador Aloysio Nunes. Nós não podemos – e peço encarecidamente que não encerremos esse debate –, ser pela prejudicialidade desse projeto, pois vamos encerrar um debate importantíssimo.

Senador Wellington, por gentileza, eu só queria devolver ao senhor. Quando o senhor fala em CPMF, eu queria dizer que, em 2000, pelos dados que tenho do Senador Flexa Ribeiro, existia a CPMF, e nós tínhamos 60%. Em 2008, existia a CPMF, que caiu em 47%. Eu quero dizer ao senhor que foram arrecadadas, nestes anos, quatro CPMFs e não se melhorou. Ao contrário. Então, se imputou... Nós perdemos aqui... O Governo

Federal deixou de investir 15%, e o Governo estadual, com a soma do municipal, 11%. Eles estão no limite do limite. Então, não é a criação de mais impostos que vai resolver isso. O imposto existia, foi totalmente desvirtuado. Eu acho que não podemos encerrar essa discussão. Se formos pela prejudicialidade deste projeto, nós estamos perdidos.

Então, defendo o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Antes, só para ficar bem claro aqui o que eu quis dizer. A partir de 1990 ela passa a ter um crescimento cujo pico é o ano 2000. Porque, quando foi criada a CPMF, ela era cumprida quase que integralmente para a saúde. Aí foram criando os artifícios, e reconheço aqui que, nos dois governos, tanto no governo do Presidente Fernando Henrique, como no governo do Presidente Lula, termina perdendo a eficácia da intenção. Quando a emenda veio aqui para renovação, ela era exclusiva para a saúde, e o debate era exatamente esse. O debate era para não haver artifício de não ser repassada para a saúde.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a tem razão. Eu vou ao encontro do que o senhor falou. Vamos usar o pré-sal para resolver o problema da saúde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, quero fazer uma argumentação e queria que todos os meus Pares pudessem ficar atentos ao que vou pedir. *(Pausa.)*

Presidente, eu vou fazer uma argumentação e gostaria que todos ficassem atentos, inclusive o Presidente. Trata-se de uma argumentação para que as Sr^{as} e Srs. Senadores acompanhem o voto em separado.

Esse é um assunto de tamanha importância para o nosso País que ele não pode deixar de ser debatido, permanentemente, no Congresso Nacional.

Esse projeto aqui não é terminativo. Não podemos, simplesmente, rejeitá-lo e tirar da pauta de discussão do Senado Federal uma linha de financiamento para a saúde brasileira. Esse é o grande objetivo do voto em separado; é o grande objetivo.

Senador Wellington, não vamos votar partidariamente aqui. Vamos votar pelos brasileiros. V. Ex^a fez uma argumentação em que V. Ex^a cometeu dois equívocos. V. Ex^a se referiu à CPMF... Eu diria que ela nem

deveria ter existido, apesar de ter sido criada com uma intenção louvável do Ministro Adib Jatene – louvável –, que era suplementar os recursos de saúde. Mas V. Ex^a diz que, na década de 90, houve crescimento de investimento na saúde. V. Ex^a faz um discurso contra o seu Partido, porque, quando V. Ex^a diz que, na década de 90, houve incremento na saúde...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Participação maior da União.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... – participação maior da União – foi no governo do PSDB. Quando chega ao governo do PT, que é “o Governo do povo, para o povo e pelo povo”, aí a União tira os seus recursos. É exatamente isso. O quadro mostra, Presidente Delcídio, exatamente isto: existia a CPMF, e a União diminuía o seu investimento em saúde. O que prova que a CPMF não ia para a saúde.

Senador Wellington Dias, qual era o sofisma que o governo fazia ao Orçamento da União? Colocava o valor da CPMF e retirava do Tesouro. Ou seja, era uma equação de soma zero. E a CPMF prejudicava a sociedade brasileira, porque era um imposto em cascata, que ia onerar toda a cadeia produtiva.

Então, o que peço as Sr^{as} e aos Srs. Senadores é que deixemos em pauta essa discussão. Tão somente isso. Não vamos aqui estar aprovando se vamos dar 10% para a saúde pela União amanhã, depois ou daqui a 10 anos. Não é isso. O que eu quero é que esse tema permaneça em discussão no Senado Federal. Tão somente isso! Se rejeitarmos o projeto, vamos retirá-lo de pauta.

Acho que não devemos fazer isso, como Senadores que temos a obrigação constitucional de representar os nossos Estados, antes dos nossos partidos, antes das nossas ideologias, temos a obrigação de representar os nossos Estados. O que vemos nos Estados e, em especial, nos Municípios, que é onde vivemos, é exatamente a penúria total.

Como bem disse o Senador Wellington Dias, antes era a educação e segurança. Não resolvemos os dois problemas; eles continuam, mas a saúde, hoje, suplantou a todos os outros.

Então, peço o apoio para continuarmos discutindo o financiamento para a saúde, não rejeitando o projeto que está em pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, vamos, agora, terminada a discussão, votar o relatório do Relator *ad hoc* Senador Francisco Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que essa votação fosse nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – É não terminativo, mas acho até, por uma questão... Estamos votando o relatório do Senador Francisco Dornelles, como Relator *ad hoc*.

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Relator deu opinião a respeito do voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Parece-me que o Relator não...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sou Relator *ad hoc*. O relator mantém o relatório da Senadora Marta Suplicy pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com a convicção de que o Senador Dornelles e a Senadora Marta Suplicy defendem a saúde, estou de acordo com o seu respectivo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Eduardo Suplicy, vota com o relator.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, com convicção, acompanho o voto da relatora e do Relator *ad hoc*.

Aproveito para dizer, primeiro, que, aqui, pode não haver igual, mas acho que não há ninguém que não seja defensor de uma solução para o problema da saúde. Por isso, quero concordar aqui. Não é questão de partido A, B ou C nesse instante. O fato concreto é que se não definirmos qual é a fonte... Aqui não há nenhuma criança, estamos na Comissão de Assuntos Econômicos, portanto, quem vem para cá sabe de cor e salteado qual a realidade das finanças do País. Então, seria muito fácil: “Bota aí 12”. Eu não iria botar 10, eu colocaria era 20 logo para a saúde. Mas temos de definir qual é a fonte. Vem de onde. Onde cortar.

É por essa razão é que compreendo, e há algo que o Senador Flexa Ribeiro coloca que considero correto, pois, vejo a necessidade de se continuar o debate no Senado. Acho que ponto principal é esse. Há uma fonte, que estamos debatendo aqui, está tudo pronto para votação – aliás, já fizemos a parte do Senado, só está dependendo da Câmara –, que é a regulamentação do petróleo no Brasil e, nele há duas fontes importantes: de *royalties* e de fundo social, sobre uma fonte que pode chegar a R\$1,5 trilhão, que vai ser o fundo social, podendo ser usado parte do rendimento disso.

Então, com certeza, trata-se de uma fonte considerável.

O que quero dizer é que, neste instante, por uma questão de responsabilidade, voto acompanhando o Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, com o Senador Dornelles.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Senador Dornelles.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao Senador Dornelles, nós que obrigamos Estados e Municípios a determinarem o seu percentual, eu vou votar contrariamente ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “não”.

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, voto com o Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “sim”.

Senador Dornelles, voto conhecido.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, voto “não”. Não acompanho o Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “não”.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio Amaral, tenho enorme respeito pelo nosso Líder, Senador Francisco Dornelles. Um Parlamentar exemplar aqui, meu mestre, mas, nessa matéria, por conhecê-la e ser uma Senadora municipalista, hoje, os Estados não cumprem, o meu Estado não cumpre o que a lei determina de 12%. Então, os Municípios, hoje, são sobrecarregados. A lei determina 15%, e a média, no Rio Grande do Sul, é de mais de 25% do que eles fazem da receita líquida aplicar na saúde. É uma injustiça, porque a União não faz a determinação da repartição para o dinheiro da saúde.

Então, os Municípios ficam sobrecarregados, que já têm outros comprometimentos. Cada plano que o Governo lança para os Municípios é compartilhado. O Governo faz festa com o chapéu alheio. O Município é que tem de fazer. Isso vale para a saúde e para todas as áreas.

Então, voto “não”, com o projeto do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “não”.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, vou votar com o Relator e o Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, voto por mais recursos para a saúde, mais recursos do Governo Federal para a saúde.

Voto com o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Voto “não”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o respeito que tenho pelo Senador Dornelles, mas sei que ele recebeu esse relatório pronto.

Se ele pudesse revê-lo, tenho certeza que ele pensaria diferente. Então, voto contra o relatório da Senadora Marta Suplicy e a favor do voto em separado do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É só para lembrar aos Senadores que o relatório não é do Senador Dornelles, mas da Senadora Marta Suplicy. O Senador Dornelles está numa situação difícilíssima aqui, porque leu um relatório com o qual não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a tem dúvida? “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, voto de acordo com o meu voto na Emenda nº 29. Ficou claríssimo. Defendemos 10% de comprometimento do orçamento da União para a saúde. Não poderia nunca votar de forma diferente e incoerentemente.

Voto “não”. Voto, como o fiz, há meses, de acordo com a Emenda nº 29, que destina, por parte da União, 10% dos recursos para a saúde. Os Municípios, hoje, são os carregadores de piano. Pelo fato de estarem na ponta, gastam 12%, 15%, 20%, 25% do seu orçamento.

Este projeto aqui era uma forma de corrigir isso.

Voto enfaticamente “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “não”.

Senador Armando Monteiro.

SENADOR ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quero, em socorro ao Senador Dornelles, votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “não”.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

Senador Luiz Henrique, como vota V. Ex^a? Estamos ainda no item 1 da pauta.

Lobby do Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Primeiro, quero pedir desculpas a V. Ex^a. Não estava presente à Comissão. Estava na negociação final do Código Florestal. Por essa razão. A votação será hoje às 14 horas.

O meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Voto “não”.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, votei “sim” em solidariedade ao Senador Dornelles, mas a Bancada do Senador não o acompanhou. Então, quero reformular o meu, votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, não pode, Senador Tomás Correia. Agora, já foi votado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Sempre há condições de o Senador rever o voto. Portanto, até no painel o Senador pode rever o voto, por que não pode rever aqui?

Sr. Presidente, o ônus que os Municípios e os prefeitos pagam é muito grande. A União tem que parar de ditar ordem o que os Municípios têm de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol, nós já temos o resultado: 06 votos a favor do relatório; e 09 contra. Portanto, quem votou “não” rejeita o relatório.

Assim, considerado aprovado o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro. Ou seja, rejeita o relatório da Senadora Marta Suplicy, que teve como Relator *ad hoc*, o Senador Dornelles, e vota favoravelmente ao voto em separado do Senador Flexa Ribeiro. Interpreta-se que quem votou contra vota a favor do Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o voto em separado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, permaneçam como se encontravam. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o voto em separado, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLS nº 156, de 2007, nos termos da Emenda nº 01, da CAE – substitutivo, e contrário ao PLC nº 89, de 2007.

Designo, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado, o Senador Flexa Ribeiro como Relator do parecer vencedor.

Portanto, a matéria segue, agora, para a Comissão de Assuntos Sociais.

Quero registrar aqui que o item 2, por solicitação do Senador Romero Jucá, foi adiado para o próximo esforço concentrado.

Quero também aqui registrar que o item 4 também foi retirado, por solicitação da Senadora Ana Amélia.

Quanto ao item 5, como não foi apresentado o relatório pelo Senador Eduardo Braga, ele vai ser pautado no próximo esforço concentrado.

Como já temos quórum, se todos me permitirem, entraremos já no item 6, que é terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – V. Exª apenas disse o seguinte: a meu pedido, retirou de pauta o item 4, mas não esclareceu – e é importante que se esclareça – que essa matéria tem de ser votada no próximo esforço concentrado, no dia 11 de setembro.

Esse foi o motivo do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Está muito claro. Foi um engano meu aqui. É muito oportuno o posicionamento de V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos ao item 6.

Queria pedir aos Senadores para permanecerem.

Os Senadores que estão em seus gabinetes, por favor – Senadoras e Senadores –, que venham a Comissão, pois temos várias matérias terminativas. Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2011

— Terminativo —

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu chamaria a atenção de todos e todas, porque estamos, hoje, podendo tomar uma decisão histórica na CAE. É histórica. Estamos falando de uma alteração, Senador Flexa Ribeiro, que é sempre muito aguerrido para que o Brasil viva boas mudanças, nós estamos propondo uma alteração no regime das ZPEs.

O Brasil criou ZPEs, mas não implementou nenhuma delas. O mundo segue implementando ZPEs uma atrás da outra. Cheguei aqui no ano passado e apresentei um projeto alterando o regime das ZPEs, como um estímulo para que pudéssemos implantá-las. Tratei de uma diferenciação para as ZPEs de área de fronteira, na Região Norte.

A Senadora Lídice da Mata apresentou um projeto com o mesmo objetivo, mas estendendo alteração para as ZPEs no Brasil.

Nesse aspecto – acaba de chegar a nossa querida Senadora –, estou, então, relatando um projeto da Senadora Lídice da Mata, que também está carregando o meu Projeto original, de nº 526, de 2011, que alteraria os regimes de funcionamento das ZPEs.

Em todas as ZPEs criadas no Brasil, 80% do que é produzido deve ser obrigatoriamente exportado; e 20% pode ser trabalhado no mercado interno. É assim que funciona.

Na maioria dos países, esse percentual é longe desse que colocamos. O problema é que o mercado externo tem entrado em crise, o brasileiro passou a ser um mercado atrativo, e o regime das ZPEs não concorre com a Zona Franca de Manaus, por exemplo, tendo uma diferenciação também das atividades fora dessas áreas.

A minha proposta original era de reduzir e passar para 60% a obrigatoriedade de exportações e para até 40% no mercado interno. Com essa alteração e com a proposta da Senadora Lídice da Mata, estou fazendo uma relatoria que, no fundo, trata-se de matéria em que eu estava envolvido e tinha apresentado aqui no Senado.

Então, Sr. Presidente, passo à leitura do relatório.

Vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 764, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 11.508,

de 20 de julho de 2007, que *dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências*.

A autora da proposta esclarece que o objetivo das diversas alterações na mencionada lei é tornar o mecanismo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) “mais ágil e competitivo, de modo a poder contribuir, mais eficazmente, para a consecução dos objetivos a que se destina, especialmente o estímulo ao investimento, a criação de empregos, o aumento do valor agregado de nossas exportações e a correção de desequilíbrios regionais”.

Devo dizer que, no Brasil, dentre as dezenas de ZPEs, a que está mais avançada foi a criada, por último, no meu Estado, o Acre, em 2010. É a única que está alfandegando. Ela tem na coordenação o Secretário Edvaldo Magalhães, que foi meu Líder no Governo, e hoje é Secretário, companheiro do PCdoB, e o envolvimento do Governador Binho Marques, do Tião, meu, do ex-Senador e hoje Governador Tião Viana fez com que nós, que éramos o último da fila, tivéssemos a melhor condição. É, de fato, a ZPE que está pronta para entrar em operação. Nesse momento, as empresas estão se instalando na ZPE do Acre.

Estou falando de algo que a gente está vivendo agora, a realidade. Isso seria fundamental, porque muitas empresas colocam que se criarmos uma flexibilização para que elas possam tratar ou exportar para o mercado interno, elas teriam melhores condições de se instalarem, teriam uma vantagem a mais.

Devo esclarecer, de antemão, que toda mercadoria produzida em ZPE que venha para o mercado interno vai pagar todos os tributos, iguais a qualquer empresa instalada fora das ZPEs. Então, quando estamos alterando o regime, não estamos criando uma concorrência desleal, seja para Zona Franca ou para a indústria nacional.

Então, não é a intenção da autora, muito menos minha. Vou repetir: qualquer quantidade de mercadoria que saia de uma ZPE para o mercado interno tem que vir carregada com toda a carga tributária brasileira. Isso está posto. Então, não cria problema para São Paulo. Essa é uma salvaguarda que colocamos para ficar bem claro que não tem uma concorrência desleal, desigual por parte das ZPEs. É apenas opção de vender para o mercado interno, pagando os tributos como qualquer empresa paga.

É essa a alteração essencial que a Senadora Lídice faz no seu relatório do projeto e que incorporei no meu relatório.

O PLS nº 764 é composto de três artigos. O primeiro deles altera os arts. 1º, 2º, 4º, 6º-A, 8º e 18 da

Lei nº 11.508, de 2007, que passamos a relatar com as respectivas justificativas.

Não vou ler todos porque tem ajuste de redação. Não são questões centrais. Vou me prender àquilo que entendo seja fundamental para o melhor juízo dos colegas Senadores e Senadoras.

No parágrafo único do art. 1º da Lei é incluído o termo “e serviços”. Quase todas as ZPEs do mundo trabalham com serviços também. Então, é uma alteração da maior importância. Esta alteração tem como objetivo deixar claro que o modelo brasileiro de ZPE não é exclusivamente voltado para a indústria manufatureira, mas abriga também os serviços, como fazem as legislações dos países mais bem-sucedidos na utilização desse mecanismo, como, por exemplo, a China e a Índia, que são as referências de ZPEs no mundo.

Também destaco que, no *caput* do art. 18 – essa é uma questão central – propõe-se a diminuição do percentual mínimo de exportação de 80% para 60%, em todas as ZPEs do Brasil, facultando-se ao Poder Executivo reduzir para 50%, no caso de pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de *software*.

Estamos fazendo essa alteração, a autora faz essa alteração, para levar em conta e fazer com que a nossa proposta fique igual à proposta apresentada no Brasil Maior pelo Governo Federal.

Estimativas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) dão conta de que, dos 8 mil exportadores de manufaturados, apenas 500 faturam mais do que 60% com vendas externas. Também fomos estudar se isso não cria uma dificuldade ainda maior para os exportadores. Não cria. Ao contrário.

A proposta de aumentar o percentual de vendas no mercado interno para 40% foi defendida, no Congresso Nacional, em diferentes oportunidades, pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, quando esteve nesta Comissão, e também pelo presidente do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação.

Então, é uma matéria que não está criando ares-tas nem conflitos com absolutamente nenhum setor. Fizemos questão de debater muito esse tema.

Passo, então, mais à frente.

As questões envolvidas com tecnologia. Não faz sentido exigir de empresas de tecnologia da informação, instaladas em ZPEs, compromisso de exportação superior ao exigido pelos regimes que nós temos aqui no Repes, por exemplo, que já estabelece o percentual de exportação.

Então, também aí não estamos ferindo e nem alterando nada que possa ser complicado.

Da análise, para não me alongar.

O conceito de zona econômica especial, na modalidade de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), está completa e perfeitamente amparado pelo próprio Governo. A Presidenta Dilma, pelas políticas públicas do Governo, tem defendido em discurso essa modalidade.

Quero só passar para os colegas Senadores que tem um diferencial, para que também fique claro, entre as ZPEs e a Zona Franca de Manaus. Não são concorrentes. Uma visa, exclusivamente, a trabalhar com o mercado externo e quando para mercado interno vem carregada dos tributos. A Zona Franca de Manaus, exclusivamente, quase que exclusivamente, trabalha com mercado interno.

Então, não tem conflitos, também é importante ressaltar.

Eu queria só passar alguns números que mostram o comportamento das ZPEs no mundo.

Em 1975, quando foi criado esse regime especial, o número de países era de 25 e o número de ZPEs, 79. Este número, o último dado oficial que temos, é de 2006. São 130 países que se utilizam desse regime, com um número de 3,5 mil ZPEs.

Então, nas ZPEs, no mundo, são gerados 66 milhões de empregos. Então, é algo que deu certo, segue dando certo e que, se nosso País não adotar e não implementar, vamos ter sérios prejuízos e vamos atrasar o País.

Vou citar o exemplo só da China. Lá tem 187 ZPEs, que geram 50 milhões de empregos e exportam US\$145 bilhões.

Quer dizer, não tem sentido nós não termos algo, um instrumento forte para deixar o nosso País mais competitivo.

Um país como a própria Costa Rica, para pegar um país próximo e pequeno, tem 13 ZPEs e tem uma exportação de mais de US\$87 milhões.

Eu queria, também, fazer uma leitura sobre o México.

O México, por exemplo, tem 109 ZPEs, que são responsáveis pela geração de 1,3 milhão de empregos – no México, que exportou US\$10 bilhões em 2007.

Então, Sr. Presidente, quero também dizer que nós estamos, no art. 18, fazendo esse diferencial para 50% para serviços de informática, que podem ser adotados a partir de medida do Poder Executivo.

Então, Sr. Presidente, para concluir, também sobre Norte e Nordeste, no caso, estamos propondo, gradualmente, para as ZPEs localizadas no Norte e no Nordeste, uma aplicação proporcional desse percentual, para que se possa ter 20% no primeiro ano, 40% no segundo ano, podendo, no terceiro ano, você ter a aplicação da regra geral.

É um diferencial que se faz tendo em vista que o Brasil não tem atendido aquilo que a própria Constituição estabelece, que é diminuir as desigualdades regionais.

Então, o diferencial que estamos propondo não cria desvantagens para as outras áreas que estão implantando ou buscando implantar as Zonas de Processamento de Exportação.

Essa, então, Sr. Presidente, é a análise minha e eu passo, então, para o meu voto.

Em face do exposto, e devo dizer, aqui, que teve uma dedicação muito grande da Senadora Lídice, que estudou, que analisou os problemas, os superamos, conversamos com todos os envolvidos nessa área, e acho que estamos trazendo aqui, a partir do posicionamento da Senadora Lídice da Mata, uma proposta que vai marcar, de certa forma, a condução de V. Ex^a aqui na CAE, ajudando-nos a darmos um passo importante para que o Brasil deixe de ter ZPEs no papel e passe definitivamente a implementá-las.

Face ao exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 764, de 2011, na forma do substitutivo que apresentei; já o argumentei e espero haver feito a argumentação suficiente para aclarar o posicionamento de cada colega Senadora e Senador aqui presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, a quem parabeno pelo relatório.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço vista.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes, depois Senador Inácio Arruda, Senadora...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista coletiva. E aí nós deixamos a discussão na apreciação dessa matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós estamos de acordo. Mas é importante que fique registrado que se trata de matéria de muita importân-

cia para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Então é uma questão muito importante. Nós lutamos por isso há muitos e muitos anos. Não são poucos dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma questão muito importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vista coletiva do item 6. Vista coletiva

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, nós já debatemos essa matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional. E lá, eu, atendendo a uma solicitação de vários Senadores e Senadoras, principalmente da Senadora Lídice da Mata, retirei o pedido de vista, pois ficamos de discutir a matéria mais aprofundadamente nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero cumprimentar o relatório feito pelo Senador Jorge Viana que modifica alguns itens do projeto exatamente em alguns pontos por mim questionados à época. Aqui eu apenas exemplifico o art. 9º, pois S. Exª o revoga, impedindo a instalação e a constituição de filial e concedendo os mesmos benefícios. Este era um dos itens que eu havia questionado.

Penso que o relatório traz melhorias, então, apenas faço o pedido de vista para que eu possa ter, Senador Jorge, Senadora Lídice, a oportunidade de estudar melhor a matéria, porque o nosso objetivo é valorizar e permitir que as ZPEs se expandam pelo Brasil sem, no entanto, confrontar com qualquer outro modelo de desenvolvimento econômico, principalmente o modelo Zona Franca de Manaus, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

Eu pediria que V. Exª resumisse, pois foi pedido vista.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso. Mas acho importante, Sr. Presidente, que pudéssemos estar atentos. Inclusive parabeno o Senador Jorge Viana pela forma com que se debruçou sobre esse tema.

Fui o Relator na Comissão de Desenvolvimento Regional – e agradeço, aqui, à Senadora Vanessa pelo entendimento que ali fizemos, juntamente com a Senadora Lídice da Mata –, mas o fato é que ou o Brasil cancela a ideia de ZPEs ou faz mudanças. Do jeito que está não funciona. Parnaíba, no Piauí, é uma das mais antigas.

Então, é simples: melhor não ter a desmoralização de ter uma lei inócua.

Esse é o ponto que eu queria que todos aqui pudessemos nos debruçar.

Penso que o caminho que o Senador Jorge Viana apresenta permite avançar para esse entendimento; mudança que faz funcionar e, ao mesmo tempo, ajusta-se, para evitar efeitos colaterais mais graves internamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Quero registrar que Mato Grosso do Sul espera também esse projeto para a ZPE em Bataguassu, a ZPE mais avançada no Estado – Prefeito João Carlos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, depois a Senadora Lídice para encaminhar, pois temos vários projetos terminativos ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Serei breve.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Serei brevíssima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero compartilhar a preocupação de todos com relação ao programa de Zona de Processamento de Exportação. Assim como V. Exª defende, e sempre o faz com muita determinação, Mato Grosso do Sul na questão da ZPE, lá no Pará nós temos Barcarena, que está em fase de implantação, aprovada, e precisamos fazer com que se torne realmente uma realidade.

Quero parabenizar o Senador Jorge Viana e dizer que o projeto da Senadora Lídice da Mata vem criar uma forma mais ágil de implantar as Zonas de Processamento de Exportação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só pediria, Senador Flexa, porque temos três itens ainda...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque foi pedida vista já.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já foi alterada a regulamentação das ZPEs, e agora a alteração é para transformar de 20% para 40% a produção para internalizar no País, pagando todos os tributos.

Meu voto vai ser favorável. Vou defender o relatório do Senador Jorge Viana. Ele não defende os meus lá na Comissão de Meio Ambiente, mas eu vou defender o dele aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senadora Lídice, para concluir, porque temos três itens ainda e já são 12 horas e 35 minutos, a despeito

de reconhecer a autoria do projeto muito competente da Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para, rapidamente, agradecer o empenho do Senador Jorge Viana, que fez modificações muito competentes, melhorando o texto do nosso projeto. Quero, portanto, agradecer de público o empenho do Senador, que pôde dar a contribuição, inclusive, da sua própria experiência na organização da ZPE do Acre.

Acho que isso é indispensável para que possamos compreender esse esforço de implantação das ZPEs no Brasil.

Desde a Constituinte de 1986, de que tive possibilidade de participar, que essa discussão se instalou com maior força. Mas, até agora, nós caminhamos muito pouco. À época, já com uma oposição muito competente do Deputado José Serra, representante de São Paulo. Portanto, o Estado de São Paulo, desde o início, se pronunciou, com ênfase, contrário a essa experiência de desenvolvimento no nosso País, e com alguns “senões” dos representantes do Amazonas da Zona Franca de Manaus.

Creio que o Relator conseguiu retirar todas as possibilidades de dúvidas, tanto da região de São Paulo quanto da região do Amazonas, e nós teremos a oportunidade de votar a matéria no próximo esforço concentrado, solicitando a V. Ex^a, já que há pedido de vista coletiva, que possamos votar efetivamente esse projeto e contribuir para que essa experiência possa ser vitoriosa no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para pedir a V. Ex^a que paute esse projeto para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente. É esta a intenção.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2012

— Terminativo —

Altera o § 7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina o capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até dez mil dólares, conforme instituído pela Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero dizer que é uma satisfação muito grande relatar os processos de autoria do Senador Francisco Dornelles, pela coerência e objetividade.

O PLS é composto de dois artigos. O artigo 1º altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, de modo a eliminar a obrigatoriedade, nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira de até US\$10 mil dólares dos Estados Unidos, o uso de formulário próprio. Outra alteração importante é que o Poder Executivo fica, doravante, autorizado a aumentar esse valor por ato normativo. O limite atual está fixado em US\$3 mil dólares, não sendo permitido ao Executivo aumentá-lo por ato normativo. (O art. 2º é a cláusula de vigência).

Na Justificação, o autor da proposta argumenta que a Lei nº 4.131, de 1962, fixou o valor limite para desburocratização das operações cambiais em US\$3 mil, um valor muito reduzido. Ele propõe que o valor seja aumentado para US\$10 mil, para dinamizar o turismo e, de maneira especial, atender às necessidades de grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações de Futebol em 2013 e a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro.

Quero também acrescentar à análise, Sr. Presidente, que nada mais está fazendo esse projeto que corrigir um pouco, pois, de 1962 até hoje, a correção monetária estaria acima dos US\$10 mil.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2012.

Este é o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pelo relatório e pela agilidade.

Com a palavra o autor do projeto, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção da Casa para a questão de que esse projeto não modifica em nada outros dispositivos da Lei nº 4.131. Ou seja, as operações cambiais continuam sendo feitas através

dos estabelecimentos bancários, sujeitas à fiscalização do Banco Central, sujeita à responsabilidade do cliente no caso de aplicação das multas. Ele apenas corrige o valor de 3 mil para 10 mil, operações em que não é necessário o contrato de câmbio, mas os controles são mantidos na sua integralidade. A operação só pode ser feita através de instituição financeira e sempre clara, ou seja, ninguém pode fazer operação oculta, tem de se identificar para fazer a operação.

Ele tem um sentido exclusivamente desburocratizante. Esse é o objetivo do projeto.

Eu quero dizer o seguinte: vendo o próprio Governo, na sua orientação de voto, libera a Bancada para votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria fazer um registro.

Eu queria cumprimentar a iniciativa do Senador Dornelles.

Nós vamos ter agora a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, portanto, trata-se de medida facilitadora para as transações cambiais, de uma maneira muito simples, como acontece em vários países do mundo, inclusive os nossos vizinhos aqui, Argentina e Uruguai.

Então, eu queria cumprimentá-lo pela oportunidade do projeto do Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Portanto, votação nominal.

Em votação o projeto.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

O Senador Jorge Viana está ali fora.

Senador Inácio Arruda – chapa pura.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, com o autor do projeto, nosso Líder Dornelles, e também com o Relator. Portanto, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voto “sim”.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Cyro, voto conhecido.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o nosso Professor, o Senador Dornelles, e com o Relator Cyro Miranda. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”. Com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Foram 14 votos SIM. Portanto, a Comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 16.

Quanto ao item 8, a Senadora Lúcia Vânia, Relatora, pede para retirá-lo de pauta.

Quanto ao item 9, o Senador Jorge Viana também solicita a retirada dele de pauta.

Partimos agora para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2008

-Terminativo-

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CMA.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer contrário ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu vou direto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está na página 377 do nosso avulso, para dizer que o PLS nº 91, de 2008, encerra a virtude de eleger a educação ambiental como o grande instrumento de transformação do quadro de desagregação socioambiental em que a sociedade atual vive.

Indo além, a proposta em exame invoca o Poder Público como elemento indutor dessa transformação.

O texto inicial peca em um ponto crucial, que é, entretanto, sanável. É que a degradação ambiental existe além das fronteiras da Amazônia, fato considerado oportunamente pelo Senador Marconi Perillo, quando apresentou emenda na Comissão de Meio Ambiente objetivando ampliar o escopo inicial do projeto.

Entretanto, Sr. Presidente, o PLS incorre em erro essencial e, no meu entender, insanável, ao descumprir o requisito fundamental da juridicidade, que exige a inovação no mundo jurídico como decorrência da aprovação da matéria.

Como bem apontado pela Senadora Marina Silva, em parecer aprovado pela Comissão de Educação, os comandos delineados na proposição já se encontram contemplados no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

Por isso, Sr. Presidente, concluo que o projeto está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, em votação a declaração de prejudicialidade.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, pela prejudicialidade. “Sim”.

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sempre que posso, sigo o Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes, “sim” ao relatório. Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o brilhante Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Aloysio, voto conhecido.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto com ilustríssimo Relator, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, não poderia ser diferente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Foram 14 votos SIM.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Portanto, aprovada.

O último item da pauta: item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, para incluir penalidade para quem deixar de eliminar pontualmente, dos cadastros ou bancos de dados, informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Vou indicar como Relator *ad hoc* o Senador Tomás Correia.

Portanto, com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 209, de 2012, da Senadora Ana Amélia, altera a Lei nº 8.078, de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer como crime contra as relações de consumo a conduta de deixar de eliminar, pontualmente, dos cadastros ou banco de dados de correntistas ou clientes, todas as informações negativas referentes aos eventos ou litígios ocorridos há mais de 5 anos, com pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

O PLS nº 209, de 2012, compõe-se de dois artigos. Seu art. 1º inclui o art. 71-A na Lei nº 8.078, de 1990, para os fins que objetiva.

A pena prevista é de 3 meses a 1 ano.

O segundo artigo trata da cláusula de vigência que entra em vigor imediatamente com a publicação.

Em sua justificativa a nobre autoria, Senadora Ana Amélia, argumenta que o Código de Defesa do Consumidor representa grande conquista para o consumidor brasileiro, que passou a contar com um instrumento de proteção similar ao existente em países desenvolvidos.

No caso, Sr. Presidente, o projeto da Senadora visa a exatamente evitar abusos por parte de bancos, por parte de instituições de proteção ao crédito.

Desse modo, o voto é pela aprovação.

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 209, de 2012.

É como voto, Presidente: favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, autora do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer a relatoria *ad hoc* do nosso colega Tomás Correia e fazer uma homenagem, porque esse projeto é de iniciativa de um ex-bancário, aposentado, que tem uma pequena propriedade em uma cidade chamada Miracema, no Estado de Tocantins. Não é do Rio Grande do Sul, é de Tocantins, mandou-me uma carta, como deve tê-la mandado para outras autoridades, inclusive do Banco do Brasil.

Ele quitou uma dívida. Ele mora no Município de Miracema, a 50 quilômetros de Palmas. E ele informou – a matéria está publicada no jornal de Tocantins, ele com a esposa dele – que, mesmo tendo quitado uma dívida em maio de 2004, e mostrou os comprovantes dessa liquidação para o jornal. Dois empréstimos que ele contraiu, ele voltou em meados de 1995 e, em

2004, ele foi informado de que não poderia fazer nenhuma operação porque estava em uma lista negra, não poderia fazer nenhuma transação enquanto não liquidasse o financiamento.

Ora, disse ele, como posso quitar algo que já liquidei e que o Banco inclusive autorizou a baixa no cartório de registro de imóveis e hipotecas de Miracema. Vejam só. E ele fica eternamente nessa lista, mesmo havendo quitado. Isso vale para qualquer cidadão, qualquer cidadão. O cidadão vai fazer uma compra em determinada loja, vai lá, quita, esqueceu de pagar, quita, ele nunca mais vai poder fazer transação com o banco. Então, quitada a dívida, não é uma anistia de devedor, quitada a dívida o máximo, é como determina o próprio código de Defesa do Consumidor: 5 anos tem que sair da lista negra da instituição financeira.

Queria fazer esse registro para homenagear o Sr. José da Silva Pereira e a esposa dele, Geovane Brandão Pereira, porque foram eles os inspiradores dessa iniciativa parlamentar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Gostaria que o senhor pedisse um pouco de silêncio para que eu possa parabenizar à Senadora Ana Amélia e dizer que, infelizmente, ela não vai corrigir essa injustiça.

Eu tenho um caso concreto. Acontece que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica quando há um litígio e se faz um acordo, mesmo que judicial, por exemplo, você deve 100 mil, mas faz um acordo por 40, eles dão baixa, mas você vai para uma lista negra deles. E eles computam que aquela diferença é um débito que você tem para com o banco.

Então, o que eles fazem? Eles negam pura e simplesmente o seu financiamento, ou por não ter verba... É um direito que ele tem de aceitar ou não. Infelizmente não vai corrigir.

Nós temos no nosso Estado, em vários outros Estados através da CNI um pleito muito grande. Várias reuniões com presidentes de Banco do Brasil. Desde que milito em entidade de classe, há mais de 20 anos que isso acontece. E eles não baixam esse restritivo. O cidadão continua devendo. Eles não dão baixa. Aqueles 60% que ele concordou fica como débito. “Você me deve tanto”. Tenho casos reais. O Senador Armando Monteiro conhece isso sobejamente. Infelizmente eles

não vão dizer que está na lista negra, mas vão negar qualquer financiamento ou empréstimo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Acrescentando ao que disse o Cyro Miranda, a negativa de crédito deve ser documentada. O banco tem que dar ao consumidor, ao tomador que vai lá e para quem ela nega, tem que documentar essa situação.

Então, não é correto, como diz V. Ex^a – e é essa a prática usual dessas instituições – fazer isso, com qualquer alegação, apenas para enganar o consumidor ou para tentar demovê-lo de fazer isso, dizendo que não tem lastro, não tem recurso. Eles não dão por escrito porque estariam ferindo o Código de Defesa do Consumidor, e aí sujeitos, sim, a um processo, como é o caso desse produtor.

Penso que temos que bater nisso porque água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura. Vamos ter que tentar, pela via legislativa, corrigir essa posição.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para concluir e ajudar na ideia do projeto da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – E se colocarmos junto, só aumentando, na lei que estão aprovando, que todo acordo feito por ambos os lados tem que ser respeitado? Quer dizer, quando há acordo do banco ou do cliente, a partir do momento em que houve um desconto, ele vale para todos os setores e todas as prerrogativas nacionais, todos os acordos que tem. Entendo que seja dessa maneira, que podemos, de repente, só fazer uma emenda e só concluir: todos os acordos firmados entre as partes têm validade, e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Só para esclarecer, Sr. Presidente.

Na verdade, o Senador Cyro Miranda tem total razão. Mas essa questão de negar crédito para quem fez algum acordo e o banco se considerou lesado de alguma forma, isso não é oficial. É uma lista negra secreta que o banco tem lá, que não informa a ninguém. Então não há como você...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Combater isso.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – E se for constatado que a negativa daquele crédito em a razão desse fato passado, certamente a lei prevê a punição aqui, que é detenção de 3 meses a 1 ano.

De sorte que o projeto é muito bem-vindo, e creio que irá evitar abusos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O que acontece com as instituições bancárias? Quando alguém tem um nome, por exemplo, com uma multa... Fui governador por dois mandatos. Em vez de o Ibama colocar a multa no DER, colocou a multa no meu CPF, e, com isso, tive dificuldade, por vários anos, de ter liberação de recursos das instituições bancárias. Isso é um absurdo! Isso é um abuso, o que acontece, e não por parte do banco; infelizmente, por parte do próprio Governo Federal, que determina assim. E até que enfim estou conseguindo provar, pelos meios legais, que quem tinha que ser multado era o Departamento de Estradas de Rodagem do meu Estado, e não o CPF de um governador de Estado, que tem prerrogativa para isso. Quer dizer, até essa barbaridade chegou ao nosso Estado, e aconteceu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir assunto, em votação o relatório do Senador Tomás Correia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Eu queria só registrar que o item 11, apresentado pela Senadora Lídice da Mata, fica sem efeito, até porque essa audiência pública já vai ser realizada amanhã, na Comissão de Educação.

Acabei de conversar com a Senadora Lídice da Mata e ela concorda com a retirada desse requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a retirada do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pelo que compreendo, até conversei também com a Senadora Lídice da Mata, amanhã haverá reunião da

Comissão de Educação. Nós teremos também reunião aqui a partir das 9 horas, mas, se for aprovado esse requerimento, é apenas para que a Comissão de Assuntos Econômicos e nós membros, possamos estar também participando daquela audiência, Sr. Presidente, visando o diálogo entre o Governo e aqueles que estão procurando a negociação.

Apenas isso, Sr. Presidente.

Então, com esse entendimento, poderemos depois, ainda mais terminada aqui a arguição, também participar lá do diálogo, na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Supply.

Portanto, acatando as ponderações do Senador Eduardo Supply, nós, em vez de retirarmos de pauta, colocamos em votação o item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a discutir e tentar achar uma solução, visando ao fim da greve dos professores universitários, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação; Sr^a Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Sr^a Marinalva Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), e Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento, em função até das observações muito pertinentes do Senador Eduardo Supply, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 34, de 2012, da CAE, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Gostaria de registrar que, amanhã, a nossa reunião começa às 9 horas, e teremos aqui três empréstimos:

- o primeiro de US\$66 milhões de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – é uma operação entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

- o segundo item é a autorização para contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$21.512.846.

São recursos que se destinam ao financiamento parcial do Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional- Manaus) e,

- o terceiro, propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre a Cia. Estadual de Energia Elétrica (CEEE), pertencente à Administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul e à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até US\$ 87.457.986, cujos recursos são destinados a cofinanciar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da área de abrangência do Grupo CEEE Pró-Energia (RS).

Talvez existam outros empréstimos que, eventualmente, podem vir a ser pautados, se forem lidos hoje pela Mesa Diretora, no plenário do Senado. Ao mesmo tempo, se isso acontecer, vamos acionar a Consultoria Jurídica do Senado para preparar esse relatório, que é muito importante.

Por último, a Mensagem nº 73, de 2012, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Portanto, essa é a nossa pauta de amanhã, às 9 horas, e a reunião está encerrada.

Agradeço os Senadores e Senadoras que aqui estiveram presentes.

Mais uma vez, a CAE, votando as matérias importantes para o País.

Agradeço também a Imprensa, a Sr^a Raquel, do *Valor Econômico*, e à equipe da Comissão de Assuntos Econômicos.

Teremos amanhã uma reunião extraordinária, a partir das 9 horas. Peço aos gabinetes que orientem os Senadores e Senadoras sobre essa pauta.

A reunião está encerrada

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e doze, na sala

número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Tomás Correia, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Cidinho Santos, e, ainda, do Senador Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Assis Gurgacz, Roberto Requião, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratamento de saúde, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 40ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da primeira parte da pauta. Item 1- Mensagem (SF) nº 74 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social’”, tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2- Mensagem (SF) nº 75 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 21,512,846.00 (vinte e um milhões, quinhentos e doze mil e oitocentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL MANAUS’”, tendo como Relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3- Mensagem (SF) nº 76 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), do grupo CEEE, pertencente à administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$ 87,457,9986.00 (oitocentos e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e seis dólares norte-americanos), cujos recursos são destinados a co-financiar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o ‘Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE – Pró-Energia RS’”, tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Humberto Costa Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usa da palavra o Senador Paulo Paim. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 4- Mensagem (SF) nº 77 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Mato Grosso e o Bank of America N.A., no valor de até US\$ 478,958,330.51 (quatrocentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e um centavos), de principal, cujos recursos destinam-se à reestruturação de parte das dívidas do Estado de Mato Grosso com a União”, tendo como Relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Cidinho Santos, Blairo Maggi e Lobão Filho. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Apro-

va, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 5- Mensagem (SF) nº 78 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 23,910,000.00 (vinte e três milhões, novecentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo’, no âmbito do PROCIDADES”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 6- Mensagem (SF) nº 79 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Recife, Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 130,000,000.00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município de Recife’ (Recife Education and Public Management Project), de abordagem setorial ampla (SWAp)”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Humberto Costa e Armando Monteiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 7- Mensagem (SF) nº 80 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$ 394,500,000.00 (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos os recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Apoio ao Programa de Integração

e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro”, tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usa da palavra o Senador Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da pauta. Item 1- Mensagem (SF) nº 73 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira para exercer o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o Presidente concede a palavra ao Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira para fazer sua exposição. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner e Lobão Filho. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Lobão Filho e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedidos os escrutínios, a Comissão aprova a indicação do Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira para exercer o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM por dezoito votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 40ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nós temos aqui várias mensagens de empréstimos e temos também a sabatina do Presidente da

CVM. E, como vários empréstimos chegaram ontem, Senador Lobão, foram lidos ontem, está um sufoco, meu caro Godard, para preparar o relatório, para os relatores apresentarem esse relatório.

Então, até para que a gente seja mais ágil – nós temos aqui a sabatina do Presidente da CVM –, nós vamos aprovar rapidamente os processos, Senador Dornelles, cujos relatores já se encontram. Aí, eu interrompo, V. Exª já apresenta o relatório do Presidente da CVM, vamos fazendo a sabatina, e depois eu volto quando chegarem os relatórios dos outros empréstimos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Há outros aí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso, estão vários chegando. O do Rio chegou, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Dois segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paim, do Rio Grande do Sul, interessado aí, como sempre, na questão da CEEE.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da CEEE e na de Novo Hamburgo também, do meu colega Tarcísio Zimmermann, que é o Prefeito e, naturalmente aqui assessorado pelo Carrion, que V. Exª conhece muito bem.

O Senador Humberto Costa é Relator, já, do de Novo Hamburgo. Da outra vez, ele já foi Relator do da CEEE. Como esse da CEEE é um complemento, e o Senador Walter Pinheiro não se encontra, se ele pudesse também ser Relator desse outro projeto, ele faria dois relatórios – e estão prontos.

E eu já faço apelo a V. Exª que seja apreciado em regime de urgência para ir a Plenário. Sei que todos vão pedir.

Mas eu quero também deixar registrada a minha posição pela aprovação dos dois projetos, sob a orientação do meu Líder, Humberto Costa, se V. Exª concordar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Paim.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É que o Senador Moka, Relator de um projeto da pauta, também não se encontra e pediu ao Senador Humberto Costa, para também ler o relatório do Rio de Janeiro, como...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Como já está nas mãos do Senador Humberto Costa, perguntaria a V. Exª se poderia ser feita essa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vamos iniciar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só me permita, Sr. Presidente, porque a Senadora Ana Amélia e o Senador Simon pediram que eu registrasse também o apoio deles a esse encaminhamento que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Fui informado aqui que o relatório de Novo Hamburgo não chegou ainda. Novo Hamburgo não chegou ainda, Senador Paim. Quer dizer, o Senador Humberto Costa elaborou, mas não chegou ainda aqui.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até USD 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, a Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$66 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o nº TA606207.

A operação de crédito pretendida pela União sujeita-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 48 do Senado Federal, que disciplinam o seu processo de endividamento. As operações de

crédito externo estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos dessa Resolução.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada.

Logicamente, como de praxe, caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nas épocas oportunas, providenciar suplementação orçamentária, quando necessária, e adotar as medidas cabíveis para inclusão, nos orçamentos anuais, de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Por fim, constata-se a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Sr. Presidente, somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 74, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado. Artigo primeiro.

Sr. Presidente, como o Projeto de Resolução já está encaminhado no voto e é muito longo, o voto fica declarado como sendo de aprovação da autorização pleiteada pela Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os Senadores e as Senadoras que concordam com o competente e ágil relatório do Senador Lobão Filho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Eu estou pedindo para que alguém peça...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Regime de urgência?

Eu gostaria de pedir o regime de urgência, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, quero pedir regime de urgência para votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Lobão Filho.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2012****– Não Terminativo –**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$21.512.846,00 (vinte e um milhões, quinhentos e doze mil e oitocentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL MANAUS”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, representando o Ministério da Fazenda, e a Srª Maria Izanete Liberato Guimarães, Diretora da Unidade Executora do Programa de Infraestrutura Urbana e Ambiental de Manaus, da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Maria Izanete, muito bem-vinda à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Delcídio, tentando ser eficiente como o Senador Lobão Filho, vou ler meu parecer, lembrando que estamos aqui para apreciar a Mensagem nº 75, de 2012, do Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União – chamo a atenção –, entre o Município de Manaus e a Corporação Andina de Fomento, no valor total de US\$ 21.512.846.

A concessão de garantia pela União é para submeter ao cumprimento dos limites e condições estabelecidas na Resolução nº 98, com as alterações introduzidas na Resolução nº 41, de 2009.

Os recursos – o que é fundamental – destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. O Programa terá o valor de 43 milhões, sendo 21 financiados pela CAF e 21 correspondentes à contrapartida do Município.

O Programa, conforme consta no processado, objetiva desenvolver a atividade turística de Manaus

de maneira sustentável, por meio de uma gestão municipal que tenha como diretrizes os planos, programas, projetos e ações especificadas.

Será executado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, por intermédio da Unidade Executora do Programa (UEP).

Análise.

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Município de Manaus e se destina ao financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer Copem/STN nº 1.373, de 8 de agosto, declarando nada se opor.

As condições acima listadas são rotineiras. Essas condições são o cumprimento substancial de condição prévia ao primeiro desembolso, a adimplência da Administração direta do ente da União e a formalização do respectivo contrato de contrapartida.

No parecer são fornecidas todas as informações necessárias relativamente aos aspectos de natureza financeira.

Cabe lembrar que o referido programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos.

A contratação da operação foi deferida pelo Parecer Copem/STN nº 1.286, de 9 de julho de 2012.

Relativamente à exigência constitucional de que o projeto conste no Plano Plurianual da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos estão constando da Lei do Plano Plurianual do Município de Manaus. Ademais, a lei municipal que estima a receita e fixa os procedimentos financeiros contempla dotações para a execução do programa, tudo estando previsto.

A Secretaria do Tesouro Nacional também verificou que há previsão de oferecimento de contrapartidas. De acordo com o estudo realizado por aquela Secretaria, as garantias oferecidas pelo Município são suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromissos na condição de garantidora.

O Município de Manaus não assinou contrato de renegociação, que mostra sua situação positiva. Ademais, o Município de Manaus, na consulta do Banco Central, encontra-se adimplente em relação aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e de suas entidades controladoras de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio.

O custo efetivo da operação, de acordo com o cálculo estimado realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, deverá ser equivalente a 4,08% ao ano,

flutuante, conforme variação da Libor, indicando que as condições financeiras se encontram em patamares aceitáveis para aquela Secretaria. Cabe lembrar que a Libor é o padrão normal e correto para esse tipo de empréstimos.

A análise técnica realizada pela Prefeitura do Município de Manaus mostra os benefícios do programa.

A Procuradoria-Geral emitiu parecer favorável. Entretanto, cabe lembrar que a Procuradoria informa que a consulta ao Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias constatou a existência de irregularidades referentes à Administração direta de Manaus, no caso, a existência de uma pendência menor no item 1.2.

Tais irregularidades, segundo a própria Procuradoria-Geral, não impedem que, nos termos do art. 10, §4º, da Resolução 48/2007 do Senado Federal, a matéria seja apreciada pelo Senado Federal.

De fato, as pendências acima listadas podem e devem ser atendidas antes da assinatura dos contratos.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Manaus encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos seguintes. E aqui vem o Projeto de Lei.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Portanto, voto favorável.

Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu peço regime de urgência.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em votação, portanto, a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Portanto, vamos tentar votar esses empréstimos todos hoje, no plenário do Senado Federal.

Cumprimento a Dr^a Maria Izanete Liberato Guimarães, aqui representando a Prefeitura de Manaus.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), do Grupo CEEE, pertencente à administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$ 87.457.986,00 (oitenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil e novecentos e oitenta e seis dólares norte-americanos), cujos recursos são destinados a cofinanciar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o “Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE – Pró-Energia RS”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

O Senador Walter Pinheiro está em outras frentes e já se comunicou conosco. Como o Senador Humberto Costa já tinha sido o relator anterior de outra operação de financiamento da CEEE, eu indico o Senador Humberto Costa como Relator ad hoc. O relatório é favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

E, mais uma vez, registrando aqui a presença do nosso titular da Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e também aqui o Dr. Gerson Carrion de Oliveira, uma pessoa com quem tive a honra de trabalhar e um homem muito competente, um dos melhores quadros do setor elétrico brasileiro e, evidentemente, do Rio Grande do Sul também, Diretor Financeiro do Grupo CEEE.

Com a palavra, o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Presidenta da República submete à apreciação do Senado o pleito da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento no valor de

até US\$87.457.986,00, recursos para cofinanciar, juntamente com o BID, o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O CEEE-D é uma sociedade anônima de capital aberto, que pertence ao grupo ao Grupo CEEE, cujo controlador é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras sob o número TA612684.

Análise.

De acordo com os Pareceres nºs 525/2012, de 20 de abril de 2012, e 1.393, de 14 de agosto de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, as contragarantias serão dadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A STN concluiu, em atendimento às Resoluções do Senado Federal nº 40 e nº 43, de 2001, que o Estado do Rio Grande do Sul possui margem para garantir a referida operação e que as contragarantias oferecidas são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e aos limites e condições previstos no art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, a STN atestou que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União.

A Secretaria do Tesouro Nacional procedeu ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e concluiu que a Companhia Estadual possui capacidade de pagamento.

Conclui-se, assim, que são atendidos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como observa as exigências e demais condicionantes para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa, pelo relatório sucinto, objetivo.

A matéria está em discussão.

Não havendo Senadores e Senadoras que queiram discutir, em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu apresento um requerimento para que seja votado em regime de urgência pelo Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em nome da Bancada do Rio Grande do Sul, o Senador Simon, Ana Amélia e Paim agradecemos a Humberto Costa, aos Senadores e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa e ratificado pela valorosa Bancada do Rio Grande do Sul: Senador Paim, Senador Pedro Simon e Senadora Ana Amélia também.

E, acima de tudo, parabênizo, mais uma vez, Gerson Carrion, profissional competente e, sem dúvida nenhuma, fazendo um excelente trabalho à frente da Diretoria Financeira da CEEE. E cumprimento o Estado do Rio Grande do Sul, Senador Paim, e o trabalho de V. Exª, Senador Pedro Simon e Senadora Ana Amélia, que não esmoreceram e nos cobraram a aprovação deste projeto, que será fundamental principalmente para a região metropolitana de Porto Alegre.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, só os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Vamos tentar votar hoje no plenário do Senado Federal.

Senadora Vanessa Grazziotin, Prefeita de Manaus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – **Muito obrigada; que Deus lhe ouça, Sr. Presidente.**

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – **Mas ela está falando como governadora ou já como prefeita?**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – **Como Prefeita de Manaus. Por enquanto, Senador.**

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – **Não, não, de jeito nenhum; falo como Senadora neste momento, tão somente. Mas, a minha querida cidade de Manaus, quero dizer que todos nós da Bancada do Amazonas estamos muito satisfeitos com a apresentação do relatório do Senador Cristovam e com a aprovação, agora, da Mensagem nº 75, sobre o empréstimo para a cidade de Manaus.**

Da mesma forma como o Rio Grande do Sul, nós estamos em festa porque deveremos votar logo mais, em plenário, esse empréstimo que, ligado ao Prodetur, é para uma obra importante, a obra da Ponta Negra, na cidade de Manaus. Então, Senador Cristovam, parabéns pelo relatório. O senhor tem o reconhecimento – o senhor principalmente e também todos os membros desta Comissão – de toda Bancada do Amazonas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – **O importante, Senadora Vanessa, é o trabalho de V. Exª, não só como Senadora da República, representando o Estado do Amazonas, mas preocupada também com o bem-estar, com a qualidade de vida e com investimentos no Município de Manaus. Isso mostra o desprendimento de V. Exª e, independentemente dos enfrentamentos políticos, a preocupação e o compromisso de V. Exª com a sociedade de Manaus.**

Esta é a grande política: a política propositiva, a política comprometida com a população.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – **E, à margem da grande vantagem que a cidade de Manaus vai ter, o prejuízo que o Senado vai perder com a saída de S. Exª.**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – **Com a saída da Senadora Vanessa Grazziotin.**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federati-

va do Brasil, entre o Estado de Mato Grosso e o Bank of America N.A., no valor de até US\$478.958.330,51 (quatrocentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e um centavos), de principal, cujos recursos destinam-se à reestruturação de parte das dívidas do Estado de Mato Grosso com a União.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a presença do Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, representando o Ministério da Fazenda, e também do Sr. Vivaldo Lopes Dias, Secretário Adjunto de Gestão Integrada e Modernização Institucional da Casa Civil do Estado de Mato Grosso. Muito bem-vindo.

Com a palavra o Relator. E não podendo deixar de registrar aqui uma batalha do Senador Blairo Maggi. Uma proposta inovadora. Inegavelmente, Mato Grosso efetivamente apresenta uma proposta pioneira e que, sem dúvida, vai ser adotada por outros Estados também. Então, quero parabenizar a Bancada: Senador Jayme, Senador Blairo, Senador Cidinho Santos também. Hoje, o Mato Grosso está com quatro Senadores aqui na Bancada. Não são três, são quatro Senadores, titulares e reserva. Quer dizer, não tem jeito de errar, não há jeito de falhar. E eu, que sou coirmão, por ser do Estado vizinho.

Senador Sérgio Souza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – **Obrigado, Sr. Presidente.**

A V. Exª assiste razão. A inteligência desse empréstimo, Senador Lobão Filho, é que o Estado de Mato Grosso está tomando um empréstimo com juros muito mais baratos para pagar uma dívida que tem juros muito maiores, que é a grande discussão do Senado Federal nos últimos tempos, inclusive com projeto assinado pela Bancada do PMDB, aqui no Senado, para revermos as dívidas dos Estados para a diminuição dos juros.

E o Senador Blairo Maggi, o Senador Jayme Campos, o Senador Cidinho e também o Senador Pedro Taques inauguram aqui uma nova forma de economizar para o seu Estado. Isso quer dizer, Senador Blairo, que o seu Estado vai reter mais recursos para o investimento, para atendimento direto à população.

Mas passo, Sr. Presidente, ao relatório.

Com a Mensagem nº 77, de 24 de agosto de 2012 (Mensagem 376/2012, na origem), a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal

pleito do Estado de Mato Grosso, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Bank of America N.A., com a garantia da República Federativa do Brasil.

Os recursos da operação de crédito, no valor de até US\$478.958.330,51 (quatrocentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e um centavos), de principal, destinam-se à reestruturação de parte das dívidas do Estado de Mato Grosso com a União, refinanciadas ao amparo das Leis nº 8.727, de 1993, e nº 9.496, de 1997.

A matéria encontra-se instruída com documentos pertinentes, dentre os quais a Exposição de Motivos nº 00154/2012, do Ministro da Fazenda; os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; a Recomendação nº 1.285, de 2011, da Comissão de Financiamentos Externos e também do credenciamento da operação pelo Banco Central, conforme Registro de Operações Financeiras sob o nº TA621756, de 10 de agosto de 2012, e a minuta do contrato de empréstimo.

A liberação dos recursos da operação de crédito está prevista para o corrente ano, com prazo de carência de 18 meses e de amortização de 102 meses e juros máximos de 5% ao ano, em dólares norte-americanos.

Análise, Sr. Presidente.

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância das condições e exigências estabelecidas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal, bem como das disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o disposto no §7º do art. 7º da citada Resolução 43, de 2001, o presente empréstimo está excepcionalizado dos limites de endividamento fixados para os entes subnacionais – relativamente ao montante e ao valor dos encargos financeiros anuais –, porquanto a operação de crédito diz respeito à reestruturação e recomposição do principal das dívidas refinanciadas junto à União, conforme acima relatado.

A Secretaria do Tesouro Nacional verificou, porém, que o Estado atende ao limite fixado no art. 167, III, da Constituição Federal, reproduzido no art. 6º, §1º, da citada Resolução acima citada. Ou seja, o montante da operação é inferior ao valor das despesas de capital do referido Estado.

A Secretaria do Tesouro Nacional verificou, ainda, que o Estado de Mato Grosso atende aos demais

requisitos estabelecidos nas normas do Senado sobre a matéria.

Adiantando um pouco o relatório, Sr. Presidente, passamos adiante.

No que diz respeito à concessão da garantia pela União, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer nº 1.378, de agosto do corrente ano, manifestando-se favoravelmente ao pleito, desde que verificada a adimplência do tomador previamente à assinatura dos contratos envolvidos na operação.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Parecer nº 1.609/2012, assim como a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, por meio do Parecer nº 01/2012, manifestaram-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade dos documentos apresentados.

No exame da minuta contratual, a Procuradoria concluiu que foram estipuladas as cláusulas usuais em tais operações, tendo sido observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ressaltou, por fim, que “previamente à assinatura dos instrumentos contratuais sejam tomadas as seguintes providências: i) verificação por parte da STN se o Estado encontra-se adimplente; e ii) formalização do contrato de contragarantia”.

Conclui-se, assim, Sr. Presidente, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do exame da matéria, extrai-se, ainda, a informação de que o saldo residual das dívidas é de R\$978 milhões, enquanto o valor a ser contratado é de R\$977 milhões, conforme posição em 1º de junho de 2012. Esses números, em reais; o número lido inicialmente era em dólares americanos, por isso a diferença do número.

Ademais, caso o valor do empréstimo em reais seja maior devido à variação cambial, o Estado utilizará o excedente na amortização do principal da própria dívida junto à União.

Então, Sr. Presidente, o voto é favoravelmente à contratação da operação de crédito externo pleiteada pelo Estado de Mato Grosso, com a garantia da República Federativa do Brasil, nos termos do Projeto de Resolução que se encontra sobre a mesa.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Sérgio Souza. Parabéns pelo voto.

A matéria está em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Jayme Campos, do nosso Estado coirmão, nosso Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Vice-Presidente, Senador Edison Lobão Filho, demais colegas Senadores e Senadoras, eu queria manifestar, nesta oportunidade, a minha alegria e o meu contentamento pela sensibilidade do Governo Federal em relação a esta matéria que está sendo aprovada, no dia de hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, até pelo fato de que estamos saindo na vanguarda.

Acho que, com isso, estamos dando um *start* que permitirá não só continuarmos a renegociar, a repactuar as dívidas do Estado de Mato Grosso, como também dos demais Estados brasileiros e das prefeituras. Lamentavelmente, a maioria absoluta está com dificuldade para fazer investimento, pelo fato de que, quando foi feita a rolagem das dívidas da maioria dos Estados brasileiros, os juros praticados naquela época eram bem maiores do que hoje que está sendo praticado no mercado nacional e internacional.

E, particularmente, Mato Grosso, Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, que conhece bem os nossos problemas, sabe que é um Estado que passou a ser quase impotente para investir nas obras de infraestrutura e, certamente, naquilo que pudéssemos dar como melhor condição de vida à nossa população, pelo fato de que os recursos federais pouco chegam às nossas regiões.

Mato Grosso é um Estado de dimensão continental, de 900 mil quilômetros quadrados, e que, nos últimos anos, passou a ser um dos grandes colaboradores ou contribuidores da balança comercial brasileira.

Todavia, ainda é muito carente, principalmente em logística, em saúde, em educação, enfim, naqueles serviços básicos que podem atender à nossa sociedade.

Entretanto, quero deixar uma informação a V. Ex^a e aos demais pares: com esse primeiro passo que estamos dando, Mato Grosso deixará de consumir, da sua dívida e do seu resíduo... Hoje nós consumimos 15% das nossas receitas correntes líquidas. No entanto, com essa *performance* com relação aos juros, vamos cair para 9%, dando-nos uma folga de caixa de 100 milhões. E se não bastasse isso, também a carência de 2 anos.

Quero crer que o Governo Federal tem que se sensibilizar pelo fato de que os Estados, lamentavelmente, hoje, quase nada ou pouco estão investindo por causa dos juros praticados e cobrados nas rolagens anteriores, que se tornaram bastante penosos,

onerosos aos caixas dos governos estaduais e das próprias prefeituras.

De maneira que, aqui, com esforço de todos nós, particularmente do ex-Governador Blairo Maggi e de mim, que vinha defendendo esta tese já há muitos anos, no sentido de que algo tinha que ser feito, acho que nós estamos dando um primeiro avanço para que os Estados brasileiros com certeza consigam avançar nos investimentos das obras públicas.

Assim, quero, de forma especial, agradecer a V. Ex^a por ter colocado essa matéria hoje aqui em caráter de urgência e quero solicitar que esta Comissão possa remeter, hoje mesmo para o plenário da Casa, para ser votado em regime de urgência.

Cumprimento toda a Bancada Federal, particularmente o Senador Blairo Maggi, o Senador Cidinho, que estão participando desta reunião, desta votação, que, sem sombra de dúvida, vai contribuir sobremaneira para levarmos investimentos necessários ao nosso querido Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral, que, certamente sensível às causas públicas, principalmente da Região Centro-Oeste do Brasil, está dando sua contribuição aqui ao colocar esta matéria em votação. E agradeço, particularmente, ao Relator da matéria, Senador Sérgio Souza, que fez um belo voto e que, indiscutivelmente, conhece também as nossas reais necessidades.

Este projeto, com certeza, vai melhorar as condições de investimento no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Senador Cidinho Santos, também muito bem-vindo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Desejo muito sucesso, que Deus o ilumine e o abençoe neste novo desafio.

Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria apenas ressaltar, seguindo a linha do querido Senador Jayme Campos, a importância da aprovação deste projeto, aqui na CAE, para o Estado de Mato Grosso hoje.

Como bem disseram o nosso ex-Governador Jayme Campos e o ex-Governador Blairo Maggi, que foram os pioneiros na luta da reestruturação da dívida do Estado de Mato Grosso, é grande a importância dessa renegociação para o Estado: saímos hoje no comprometimento de uma receita líquida de 15% para 9%. Então, o valor renegociado pode não ser tão considerável, mas é importante para o Estado, porque é um projeto pioneiro e que será uma salvaguarda a outros Estados e Municípios, que hoje vivem... E falei

nesses dias, no plenário do Senado, Sr. Presidente – e de repente pode até ter soado agressivo –, que a União hoje age como se fosse uma agiota de Estados e Municípios, em função dos juros cobrados. Vejo a luta da Presidente Dilma com relação aos juros para a pessoa física e para a pessoa jurídica, e essa luta ela não tinha também com relação aos Estados e Municípios, com a União cobrando 18%, 19% de juros. Isso é praticamente fora da realidade.

Esse projeto que estamos aprovando agora na CAE é realmente pioneiro.

E quero agradecer e registrar o apoio do Ministro da Fazenda, Guido Mantega; do Secretário Arno Augustin; da Ministra Gleisi, da Casa Civil, e da própria Presidente Dilma.

E parabeno o Governador Silval Barbosa e toda a sua equipe, desde o Secretário da Fazenda, Eder Moraes; o Secretário Edmilson Santos, que aqui está; Vivaldo Lopes, que foi um batalhador, o agora Secretário Marcel Cursi; o Secretário de Planejamento à época e hoje Secretário da Sinfra, Arnaldo Alves de Souza, e toda a equipe do Governo do Estado, desde o governo Blairo Maggi até agora, o Governo de Silval Barbosa, que perseveraram neste projeto.

Agradeço ao senhor pela disposição. Na sexta-feira, ainda liguei para o senhor, preocupado com que não fosse dar tempo esta semana. E o senhor foi muito sensível, fazendo com que as coisas acontecessem na hora e no momento exato.

Muito obrigado.

Eu queria, reiterando o requerimento do Senador Jayme, que, após a votação, seja remetido ao plenário em regime de urgência, para que possamos lá apreciar hoje à tarde ainda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cidinho Santos.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, cumprimento-o e também o Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, colegas Senadores e Senadoras.

Estou meio de “bicão” hoje aqui. Estou de licença nesta Casa, mas é um dia muito especial, Presidente Delcídio, para o Estado de Mato Grosso e para todos nós que militamos na política no Estado, uma vez que a gente vê mais uma etapa sendo cumprida, da reestruturação de uma dívida que já foi um pesadelo para os Estados e para a União – deve-se dizer isso. Em determinado momento, em 1996, o Governo Federal achou uma saída, aliviou os caixas estaduais. A gente não pode discutir isso ou não concordar com isso, mas, com o passar do tempo, a economia brasileira foi se ajustando, as taxas de juros foram caindo, e a

União se esqueceu de fazer uma reclassificação dessas dívidas, caro Relator Sérgio Souza, simplesmente se esqueceu. E, hoje, temos uma dívida inflada e muito cara de ser levada à frente.

Então, eu era Governador do Estado, ainda em 2008, e na verdade, começamos em 2005 a tratar desse assunto, mas em 2008, estávamos prontos para fazer o que estamos fazendo hoje. Veio a crise mundial, os bancos recuaram, e nós tivemos que retomar todo o processo já agora, depois de 2009 para frente.

Então, o que, na prática, estamos fazendo? É o que o Governo está estimulando as pessoas físicas a fazerem neste momento. Se você tem uma conta muito pesada num banco, você procura um banco que paga a conta mais pesada para você e a refinancia com juros mais baratos. Não é nada mais que isso a engenharia que o Estado de Mato Grosso montou lá em 2005, 2006, quando começamos a trabalhar. E o importante é que nós teremos uma economia, neste ano ainda, de R\$250 milhões. Para o Estado de Mato Grosso, é muito dinheiro.

O segundo ponto, aqui referido pelo Senador Jayme Campos e pelo Senador Cidinho: nós vamos sair de um comprometimento da receita corrente líquida de 15% para 9%. Talvez aí esteja o maior ganho, porque isso é permanente e fará com que os juros, que eram de 18%, poderiam ser até 20% como pagamos, sejam juros de 5% ao ano com a variação cambial.

Mas a variação cambial, para o Estado de Mato Grosso, é quase um *hedge* natural, porque, como a nossa plataforma de economia de exportação é baseada na agricultura, na agricultura de exportação, isso significa que, se o dólar subir muito, o produtor vai botar mais reais dentro do cofre dele. Pôs mais reais aqui dentro, ele vai pagar mais ICMS.

Então, estamos numa operação redeada naturalmente para fazer essa questão.

Quero aqui fazer os agradecimentos necessários. Primeiro, ao ex-Presidente Lula. Ele foi o primeiro a entender essa matemática que nós estamos fazendo. Depois chamou o Guido Mantega, também o Ministro entendeu, assim como Arno Augustin, a PGFN e assim por diante.

A Presidente Dilma, ainda Chefe da Casa Civil, comprou essa ideia.

Mas, como tudo na vida tem o seu tempo, e a burocracia nos mata, a guerra do papel acaba conosco todo dia, essa foi uma guerra do papel que tivemos que fazer.

E, olhe bem, Presidente Delcídio: um banco internacional, o Bank of America, teve que entender e compreender como a legislação brasileira funciona,

que tipo de garantia realmente ele tem de emprestar o dinheiro para um Estado brasileiro.

O Estado brasileiro, a PGFN e STN tiveram que entender as leis americanas, como poderíamos fazer tudo isso. Enfim, disse-me aqui o Vivaldo Lopes que qualquer vírgula, qualquer letra que fosse mudada, nós tínhamos aqui 10, 15 dias de discussão até todo mundo entrar no processo.

Então, na verdade, o que o Mato Grosso está fazendo é resolver um problema dele, mas que poderá ser levado para o Mato Grosso do Sul, para o Paraná, para qualquer Estado da Federação e com muito mais rapidez agora do que foi feito antigamente ou nesse processo. Para os senhores terem uma ideia, temos um estoque, no Brasil, desse tipo de dívidas, da ordem de R\$400 bilhões, que estão todos pendurados na União. Dessa forma como o Mato Grosso acabou de fazer – e este Plenário acaba de ler a mensagem aqui relatada pelo Senador Sérgio Souza – estamos desobrigando, desonerando a União, deixando mais recursos para a União e sobrando mais recursos para o Estado de Mato Grosso fazer as suas intervenções.

Quero agradecer. Olhem a quantidade de secretários que passaram por esse período: o Secretário de Fazenda Waldir Teis; o Secretário de Fazenda Eder Moraes; o Secretário de Fazenda Edmilson Santos; agora o Secretário Marcel Cursi; Vivaldo Lopes, que está aqui, que coordenou esse processo durante o tempo todo, e o Secretário de Planejamento, hoje na Infraestrutura, Arnaldo Alves de Souza, que foi muito importante nesse processo todo. Então, é um trabalho longo, exaustivo, mas que tenho certeza que ficará agora muito mais fácil para os demais que acharem que é importante seguir esse caminho.

Quero registrar aqui também a presença do nosso Deputado Estadual Guilherme Maluf, que disputa as eleições lá em Cuiabá, em outro grupo que não o meu. Desejo-lhe sucesso. E também ao Deputado Federal Nilson Leitão, de Mato Grosso, que está aqui conosco também.

Presidente, muito obrigado por esta oportunidade e por ter tido paciência, juntamente com os outros Estados, de colocar hoje em uma pauta extraordinária não só a questão de Mato Grosso, mas a dos outros Estados também.

Agradeço ao Presidente e ao Vice-Presidente da Comissão.

Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, caro Senador Blairo Maggi. Ao mesmo tempo em que o cumprimento, quero cumprimentar toda a classe política de Mato Grosso do Sul.

O que estamos votando aqui é inédito pela competência, pelo desenho da operação e até pelo *hedge* cambial em cima da plataforma econômica de Mato Grosso, que é muito parecida com a do meu Estado. Acho que é um modelo que pode ser perseguido por outros Estados, precisava alguém fazer. Essa redução da receita, do pagamento da dívida, de 15% para 9% da receita, é um avanço extraordinário. Quero parabenizar, cumprimentar o Deputado Guilherme Maluf, aqui presente, o Deputado Nilson Leitão, também aqui presente, e o Estado de Mato Grosso por uma operação, Senador Cidinho Santos, extremamente competente, ousada. Acho que, sem dúvida nenhuma, vai ser repetida por outras unidades da federação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Também não posso deixar de parabenizá-los e de dizer aos meus queridos colegas que vocês acabam de fazer um *case* para o Brasil inteiro. Ouvi isso tudo e fiquei impressionado. O Maranhão paga R\$1 bilhão, por ano, de dívidas. Se fizéssemos a mesma coisa que vocês, teríamos R\$350 milhões sobrando para investimentos no Estado do Maranhão. Acabei de falar com a Governadora, estou enviando o relatório do Senador Sérgio Souza para que possa balizar um estudo e uma possível cópia do que aconteceu no Mato Grosso para o Estado do Maranhão.

Parabéns à competente Bancada do Estado de Mato Grosso, que conseguiu dar um exemplo para o País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos o processo de votação, quero fazer uma indagação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Essa matéria, V. Ex^a vai encaminhar hoje para o plenário? Em regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já. Vou, inclusive, colocar em votação, também, a solicitação de V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por favor. Vou pedir ao Senador Sarney, nosso Presidente, naturalmente, para votarmos hoje. Caso contrário, não vamos votar essa matéria, só vamos votá-la no mês

de setembro, acho que lá para o dia 12 ou 13, em que teremos de novo sessões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Jayme Campos, a ideia é votar todos esses empréstimos na sessão, no plenário de hoje, do Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Fico grato a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Portanto, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Sérgio Souza permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Uma vez aprovado pela CAE esse relatório, na linha do Senador Jayme Campos, peço que possamos, então, aprová-lo ainda hoje no plenário do Senado Federal. Como Relator da matéria, solicito também a urgência para que possamos votar já nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Jayme, pelo Senador Cidinho...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu queria subscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... pelo Senador Sérgio Souza e pelo Senador Lobão Filho.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Portanto, pretendemos aprovar, Deputado Guilherme Maluf, esse financiamento no plenário do Senado hoje.

Item 5.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Seria possível colocar já na pauta o empréstimo do Recife com o Banco Mundial?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Era o que eu ia pedir, Sr. Presidente. Estou aqui como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós temos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pro-meto relatar bem rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo. Já temos aqui o empréstimo de Novo Hamburgo, temos o do Rio. Mas como Pernambuco pressiona muito e manda demais na Federação...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É um povo trabalhador, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo... Sei que todos estarão de acordo. Vou passar para o item 6.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Recife, Estado de Pernambuco, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município de Recife” (Recife Education and Public Management Project), de abordagem setorial ampla (SWAp).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Aqui presentes, também, o Dr. Eduardo Luiz Goudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras do Tesouro Nacional, representando o Ministério da Fazenda, e o Dr. José Roberto Martins Ribeiro, Diretor de Planejamento. Onde é que se encontra o Dr. José Roberto? (*Pausa.*)

Dr. José Roberto, seja muito bem-vindo.

E presente a Sr^a Adriana Porto, Secretária Especial de Gestão e Planejamento do Município do Recife.

Sr^a Adriana Porto, seja também muito bem-vinda.

Com a palavra o Relator, o objetivo Relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tenha certeza, Presidente.

Já foi citada aí a ementa da Mensagem nº 79, encaminhada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff. Saúdo aqui também, na pessoa da Dr^a Adriana, todos os presentes, nosso Prefeito e sua equipe.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública do Município do Recife, que objetiva ampliar a cobertura da educação infantil de melhor qualidade, criar condições mais propícias à aprendizagem fundamental e qualificar a gestão pública municipal.

Sr. Presidente, na análise, demonstramos que o projeto cumpre todos os preceitos constitucionais, todas as resoluções.

Conclui-se que o Município do Recife atende a limites e condições estabelecidas pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como observa as exigências e demais condicionantes para a prestação da garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma do texto aí já publicado.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município do Recife para contratar operação de crédito externo, nos termos do seguinte. Vem aqui o Projeto de Resolução também já publicado.

Quero destacar aqui, Sr. Presidente, que é um contrato no valor de US\$130 milhões, importante para esse programa da saúde. Destaco aqui o trabalho da equipe municipal, o apoio da Presidência da República. Destaco aqui o trabalho, no Senado, da Bancada de Pernambuco. Está aqui o Senador Armando Monteiro. O Senador Humberto Costa, sempre muito diligente, me cobrou há tempos, de forma competente e com sua paixão aqui pelo nosso Recife. É por isso que, com certeza, quero aqui parabenizar a Bancada de Pernambuco, o povo do Recife.

Voto pela aprovação do projeto nos termos do Projeto de Resolução publicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias, pela objetividade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa e Senador Armando Monteiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, agradecer ao Senador Wellington Dias o seu relatório, o seu parecer. Esses recursos serão muito importantes para a Prefeitura da cidade de Recife. Serão investimentos realizados na área da educação, e a contrapartida são investimentos já realizados nessa área. Portanto, a necessidade de

contrapartida com recursos novos não se faz necessária. Então, é extremamente importante para o Município.

Quero ressaltar aqui a agilidade e o trabalho desenvolvido pela Administração municipal no sentido de captar esses recursos. Participei diretamente desses esforços. Estive com o Prefeito João da Costa na Secretaria do Tesouro Nacional. Posteriormente, me entendi diretamente com o Secretário Arno Augustin, para que esse processo andasse rapidamente; com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, com o Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, que também atuou decisivamente na agilização desse empréstimo, e, finalmente, com a Ministra Gleisi Hoffman e com o Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República. Quero também agradecer à Senadora Marta Suplicy, que fez a leitura ontem, e a V. Ex^a, que determinou a inclusão na pauta e a definição do Relator Wellington Dias.

Portanto, está de parabéns a cidade do Recife.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa, futuro Prefeito do Recife.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E Deus quer.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria também manifestar a minha satisfação por essa importante iniciativa da Administração municipal do Recife que vai permitir o aporte de recursos externos com uma contrapartida que já foi oferecida, ao longo desse tempo, pela própria Prefeitura e que tem duas dimensões: primeiro, a requalificação do ensino infantil e fundamental; e uma parte voltada para o fortalecimento institucional da própria gestão pública, voltando-se também para a área de administração tributária do Município, para a própria avaliação e monitoramento da área de educação. É um programa que se associa também à efficientização do gasto público. Portanto, parece-me que é um empréstimo de grande alcance e, tenho certeza, vai representar um grande ganho para o Recife.

Por isso, congratulo-me com o Prefeito João da Costa e com sua equipe, que foi bastante atuante para a consecução desse benefício. De resto, congratulo-me com o povo do Recife por mais essa conquista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Não havendo mais Senadores que queiram discutir, em votação o relatório do Senador Wellington Dias.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE. É favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Peço urgência.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Queria pedir urgência também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Me associo a esse pedido também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Armando Monteiro, pelo Senador Wellington Dias e pelo Senador Humberto Costa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Portanto, vamos votá-lo – esperamos – ainda hoje no plenário do Senado.

Voltamos, agora, para o item 5.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$23.910.000,00 (vinte e três milhões, novecentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo”, no âmbito do PROCIDADES.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Também aqui contamos com a presença do Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidade Financeira do Tesouro Nacional, representando o Ministério da Fazenda, e também do nosso caro companheiro e amigo Deputado Tarcísio Zimmermann.

Muito bem-vindo, Tarcísio, à Comissão de Assuntos Econômicos. Quero, na pessoa de V. Ex^a, cum-

primentar a população da querida cidade de Novo Hamburgo.

Com a palavra o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Presidente da República submete ao Senado Federal o pleito do Município de Novo Hamburgo que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Municipal integrado de Novo Hamburgo no âmbito do Programa Procidades.

Entre os documentos encaminhados estão os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda.

A operação em pauta foi credenciada pelo Banco Central do Brasil.

Análise.

No parecer da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), consta que o empréstimo pretendido foi recomendado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), com um valor de financiamento de até US\$21,739 milhões dos Estados Unidos da América e contrapartida de igual montante.

A STN atesta que o Município observa os limites de endividamento estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal e atende os requisitos do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação às condições para a concessão da garantia da União, de acordo com a análise da capacidade de pagamento efetuada pelo STN, o Município foi classificado na categoria “c” – insuficiente para o recebimento da garantia da União. Não obstante tal enquadramento, é possível a excepcionalização pelo Sr. Ministro da Fazenda para a concessão de garantia da União a operações de crédito que observem cumulativamente determinadas condições que estão presentes nessa operação. Portanto, o Secretário do Tesouro Nacional submeteu à consideração do Sr. Ministro da Fazenda a sugestão de excepcionalidade solicitada pelo mutuário, a qual foi concedida, tendo em vista o encaminhamento favorável do pleito ao Senado Federal.

A STN assinala a adimplência do Município com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, de acordo com consulta ao sistema do Banco Central; há adimplência financeira em face da Administração Pública também, conferida pelo registro do Sistema Cauc e, de acordo com o estudo elaborado pela STN, as contragarantias do Município são consideradas suficientes, caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Em conclusão, nos pareceres encaminhados, a STN nada apresenta a opor à contratação e concessão da pleiteada garantia da União.

Nosso voto, portanto, diante do fato de que estão satisfeitos os limites e as condições estabelecidas pelas Resoluções do Senado para a contratação de operação de crédito externo dos entes federativos, é pela aprovação do pedido de autorização do Município de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, para contratar a operação de crédito em tela com garantia da União, nos termos do Projeto de Resolução que se segue.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero também, como nos demais projetos, solicitar regime de urgência para votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência, proposto pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Quero parabenizar o Prefeito Tarcísio Zimmermann, parabenizar a população da nossa querida cidade de Novo Hamburgo, e dizer que votaremos hoje, em plenário, esse empréstimo, que é muito importante para o desenvolvimento do Município de Novo Hamburgo.

Último item da pauta de empréstimos.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$394.500.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América),

cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Apoio ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Indico o Senador Casildo Maldaner como Relator *ad hoc*.

O relatório é favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Também aqui presente o Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda; a Sr^a Juliana de Azevedo Cruz, Superintendente de Captação de Recursos da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

Muito bem-vinda, Juliana.

Quero cumprimentar o Governador Sérgio Cabral e o Vice-Governador Pezão, mandar um grande abraço aos grandes amigos que são.

Com a palavra o Relator, Senador Casildo Maldaner.

Senador Casildo, o Senador Dornelles vai relatar e nós vamos hoje sabatinar o indicado para a Presidência da CVM, portanto, eu pediria aos gabinetes, pois teremos votação nominal em função da sabatina... Quero pedir também à assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos: temos que arrebanhar Senador e Senadora para votar aqui, feita a sabatina do Presidente da CVM.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, como disse V. Ex^a no preâmbulo, é um empréstimo de US\$394.500.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil dólares), destinado a financiamento parcial do “Apoio ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro”.

Vejam como a questão da mobilidade está séria. No meu Estado e na nossa capital de Florianópolis também já temos sérias consequências em relação à mobilidade. Está todo mundo preocupado com isso.

Em função disso, já posso partir para o voto, com a permissão para reduzirmos, porque a exposição é nesse sentido. O projeto é resolução do Senado, autoriza o Estado a fazer isso.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado:

Autorizo o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com ga-

rantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$394.500,000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil dólares).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD.

E por aí vai, Sr. Presidente.

Art. 3º

.....

.....

.....

§ 1º

.....

.....

.....

III – O Ministro da Fazenda concede, em caráter excepcional, nos termos da Portaria, autorização para concessão da garantia.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório que faço, Sr. Presidente, substituindo o eminente Senador Waldemir Moka, que tem sido o Relator desta matéria. Claro, com a permissão do eminente Senador Dornelles, que aqui está. Não pedi autorização para ler, mas já o fiz como Relator *ad hoc*, em homenagem ao Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, também pela brevidade do relatório.

Não havendo quem queira discutir...

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero simplesmente cumprimentar V. Ex^a, mais uma vez, pela simpatia demonstrada pelos assuntos do Rio de Janeiro e dizer, Senador Casildo Maldaner, que foi uma honra para o Rio de Janeiro ter V. Ex^a como Relator dessa importante operação de crédito, que será extremamente importante para o Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, um Senador sempre presente, representando com honra e dignidade o Estado do Rio de Janeiro.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero pedir a V. Ex^a para colocar em votação o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Esperamos votar essa operação, como as demais, hoje, no plenário do Senado Federal.

Damos por encerrada a primeira parte desta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, focando os empréstimos de vários Estados e Municípios, e agora entramos na segunda parte.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA para exercer o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Francisco Dornelles, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado. Finda a leitura, vou passar a palavra ao Dr. Leonardo para que faça uma breve exposição.

Mais uma vez, insisto para que os Senadores e as Senadoras da CAE aqui compareçam, porque nós teremos votação nominal, secreta, daqui a pouco, depois da sabatina.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por intermédio da Mensagem nº 73, de 2012, a Presidente da

República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A CVM é a autarquia responsável pela regulação e fiscalização do mercado de capitais, atividade essencial para o bom andamento da economia. O cargo de Presidente da CVM assume ainda maior importância em um momento de crescimento do mercado de capitais, o qual se tornou fonte relevante de recursos para os investimentos de empresas do País, seja por meio da emissão de ações, seja por meio da colocação de títulos de renda fixa.

Nascido em 25 de abril de 1958, o indicado é engenheiro de produção, economista e concluiu MBA pela Universidade de Warwick, na Inglaterra, além de ter participado de vários programas para executivos em universidades dos Estados Unidos e Suíça.

O candidato tem longa experiência como executivo de grandes empresas privadas. Foi funcionário do Citibank, tendo exercido a função de Vice-Presidente da instituição em setores e países distintos. Foi Diretor de Planejamento Corporativo e de Relações com Investidores da Globopar, Diretor Executivo Financeiro da Net Serviços de Comunicação, Presidente da Companhia Vale do Araguaia, onde continua a exercer a função de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira foi, por 2 anos, conselheiro independente da M. Dias Branco, empresa líder e integrante do Novo Mercado Bovespa, participou por mais de 2 anos no Latin America Companies Round Table, grupo liderado pela OCDE e IFC.

Além disso, é coautor do livro *Governança Corporativa em Empresas de Controle Familiar*.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem de elementos informativos necessários e suficientes para indicação do Senhor Leonardo Gomes Pereira para exercer o cargo de Presidente da CVM.

Sr. Presidente, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, pela brevidade e pelo competente relatório.

Passo a palavra agora ao Dr. Leonardo Pereira para uma breve exposição.

O SR. LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA – Bom dia, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão que trata de assuntos extremamente relevantes para o interesse e desenvolvimento do Brasil.

Bom dia, Sr. Senador Francisco Dornelles, Relator do caso que trata da apreciação do meu nome à Presidência da Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Bom dia, senhores e senhoras presentes a esta reunião.

É uma honra, para mim, estar nesta Casa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Dornelles pelo seu relatório. Também gostaria de agradecer aos demais Senadores desta Comissão pela oportunidade que estão me dando de me apresentar a V. Ex^{as}.

Em 30 anos de experiência de administração de empresas que são líderes em seus setores, participei de esforços históricos para consolidação e fortalecimento do mercado de capitais no Brasil. Nos últimos 17 anos, trabalhei em quatro empresas brasileiras, sendo duas delas companhias de capital aberto no Brasil e nos Estados Unidos. Essas empresas foram pioneiras na adoção dos princípios contábeis internacionais, conhecidos como IFRS, na adaptação ao novo regime de divulgação de informações periódicas, por meio do formulário de referência, na conclusão de ofertas públicas de ações e títulos de dívidas e na promoção de um mercado de capitais brasileiro que cada vez fica mais vigoroso.

Nesse período, dediquei meus esforços para que as empresas se capacitassem para um ambiente regulatório e negocial em constante evolução e contribuí para o aperfeiçoamento de nossas práticas empresariais. Interagi ativamente com todos os agentes de um mercado de capitais dinâmico, incluindo investidores, agências de fomento, emissores, intermediários, analistas, reguladores, auditores e agências de classificação de risco.

Minha experiência profissional inclui ainda a gestão em companhias baseadas em diversos países da América Latina, na Ásia e nos Estados Unidos. Nesses países, fui exposto ao mercado de capitais em fases diferentes de desenvolvimento e a ambientes regulatórios variados. Sempre me adaptei, respeitando as diversidades culturais e de ambiente de negócios desses países.

Na América Latina, onde trabalhei, entre outros lugares, na Venezuela, na Colômbia, no México e no Panamá, atuei por 3 anos como revisor de estratégias de negócios, tendo que entender, auditar e avaliar companhias dentro dos seus diversos ambientes regulatórios e econômicos.

Todas essas atividades me deram um conhecimento prático e amplo das áreas em que a CVM atua como reguladora e da necessidade de desenvolver continuamente práticas modernas de transparência e de governança.

Esse conhecimento de governança e transparência fez com que eu sempre tenha implementado

e defendido isso de forma clara, seja como executivo nas empresas em que trabalhei, como conselheiro das empresas, como palestrante, como autor de artigos ou como membro de grupos de governança, deu-me a oportunidade de lidar com questões nesse campo e tomar decisões concretas e firmes quando necessárias.

Esse histórico será fundamental para coordenar e desenvolver um trabalho efetivo na CVM, autarquia que é fiadora das boas práticas de governança no mercado de capitais brasileiro, mercado que já é referência no mundo e instrumento chave no desenvolvimento econômico, social e institucional do Brasil.

Do ponto de vista acadêmico, fiz mestrado em Administração pela Universidade de Warwick, no Reino Unido, e sou graduado em Economia pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, e em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, entidades reputadas e centros de educação reconhecidos no Brasil.

Concluí vários cursos de pós-graduação em finanças e gestão de negócios, entre os quais um na Escola de Wharton e outro na Universidade de Colúmbia, ambas nos Estados Unidos.

Em conclusão, acredito que essa experiência ampla, diversa e compreensiva me qualifica para o cargo. Será uma honra poder usá-la para servir à CVM e ao Brasil, caso o Senado Federal aprove minha indicação para o cargo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Leonardo Pereira.

Quero registrar aqui, semelhantemente a outros sabatinados, que a Presidenta Dilma tem encaminhado nomes extremamente competentes. O Dr. Leonardo Pereira é um desses nomes, com larga experiência de mercado, dirigindo grandes empresas, tendo uma leitura ampla não só do mercado brasileiro, mas também do mercado internacional, com uma formação acadêmica densa.

Portanto, entendo que a CVM, se esse for o entendimento do Senado, estará muito bem servida, com um profissional muito competente.

Quero passar a palavra ao Senador Dornelles, que já pediu a palavra, depois Senador Eduardo Suplicy e Senador Casildo Maldaner.

Eu queria, se todos os Senadores permitirem, abrir a votação, até porque estamos hoje num dia difícil, são várias comissões funcionando ao mesmo tempo. Se todos estiverem de acordo, já vou abrir a votação.

Passo a palavra ao Senador Dornelles, depois ao Senador Eduardo Suplicy, depois ao Senador Casildo Maldaner e ao Senador Lobão Filho.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria simplesmente mostrar a minha satisfação de relatar hoje essa Mensagem do Executivo relacionada com a Presidência da CVM. Eu era Procurador-Geral da Fazenda quando foi aprovada lei criando a CVM. Foi de autoria de José Luiz Bulhões Pedreira, um dos grandes juristas, de modo que eu quero apenas cumprimentar a Presidenta pela sua indicação. Estou certo de que o Senado vai ratificar essa indicação da Presidente e desejar muito sucesso na administração da CVM.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, prezado Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, meus cumprimentos pela formação e experiência que aqui nos coloca.

Avalio que a Presidente Dilma Rousseff, ao indicá-lo para presidir a CVM, certamente levou em conta a sua experiência acumulada tão significativa, a sua formação em diversas universidades, conforme aqui nos relatou.

Agradeceria se pudesse nos apresentar a sua avaliação de como tem se desenvolvido, nas últimas décadas, o mercado de capitais no Brasil. Se V. S^a pode fazer uma análise de como avalia que esteja hoje o mercado de capitais no Brasil. Em que medida se conseguiu um processo de democratização efetiva? Se pode nos dar alguns indicadores de que efetivamente estamos tendo um progresso, desde que se desenvolveu, desde que se iniciou a Comissão de Valores Mobiliários. E como essa CVM tem efetivamente exercido o seu papel de fiscalizar todos os atos, os fatos que se passam no âmbito das bolsas de valores. Como são os indicadores de saúde do desenvolvimento de mercado de capitais? Se V. S^a pode nos dar algumas informações sobre a evolução do número de empresas que resolveram abrir o seu capital e ter uma interação com os potenciais investidores. Se pode nos dar uma informação sobre qual o número de pessoas, hoje, no Brasil, que participam do mercado de capitais e em relação, digamos, a um período como há 10 anos. Se, com isso, podemos ter uma avaliação de como está se desenvolvendo e, por outro lado, quais são os principais desafios que o senhor vai encontrar como Presidente da Comissão de Valores Mobiliários? Quais são as suas metas, os seus propósitos? Como é que a abertura de capitais, por parte das empresas, pode contribuir para democratizar ainda mais o processo

de participação dos brasileiros na riqueza comum de nossas nações?

Eu, ontem, tive a oportunidade de dialogar com o senhor a respeito de um exemplo muito significativo, como o que eu pessoalmente conheci no Alaska, o Alaska Permanent Fund, pelo qual os 700 mil habitantes do Alaska participam da riqueza daquele Estado, por um fundo criado desde a iniciativa do governador Jay Hammond, em 1976, e ali temos um exemplo, conforme transmiti a V. S^a, de como a população acompanha muito de perto tudo aquilo que é feito com um fundo que pertence a todos. Eu acho que é um exemplo muito significativo.

Agradeço se puder nos dar a sua avaliação do desenvolvimento do mercado de capitais, com algumas informações que poderão ser úteis a todos nós.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos e sucesso na sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Vamos, para agilidade do processo, passar ao Senador Casildo Maldaner. Depois o Dr. Leonardo Pereira terá tempo para fazer uma exposição tranquila, que estaremos num processo de votação.

Passo agora a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Vice-Presidente, Dr. Leonardo Pereira e caros colegas, eu acho que vou deixar que responda ao Senador Suplicy, porque, ao expor seu currículo, a análise que o senhor fez há pouco me deixou bem tranquilo, confesso que fiquei tranquilo. Vi que o senhor, embora jovem, já tem uma gama de conhecimentos, de vida, nesse setor de mercado financeiro que, na Presidência da CVM, parece-me que vamos ter credibilidade, segurança, e com isso, o Brasil é que vai – eu quero dar esse depoimento –, tenho confiança, confiar muito no trabalho da sua pessoa, ainda mais depois de escutar e acompanhar o relatório do eminente Senador Francisco Dornelles, que é um cioso dessa área; é cioso. O relatório dele, eu, se pudesse subscrever embaixo, faria a mesma coisa.

Eu diria: tenha sucesso nessa nova missão, que é árdua, muito responsável, mas V. S^a tem condições para isso. Vamos desejar que logre sucesso, como disse, nessa caminhada.

O SR. LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA – Obrigado pelas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Maldaner. Dr. Leonardo, Senador Suplicy. Eu também gostaria de fazer uma indagação ao Dr. Leonardo.

Dr. Leonardo, desde a década de 90 foi feito, a pedido da USP e do CNJ – o CNJ pediu e a USP realizou – uma pesquisa sobre processos judiciais envolvendo agências reguladoras. Chegou-se à conclusão de que existem mais de 83 mil processos em consequência de decisões das agências reguladoras. Desses 80 mil processos, 38,6 dizem respeito a decisões administrativas das agências. E, pasme, dos 38, 17 mil vêm da CVM. Só para você ter uma ideia, o Cade, das decisões do Cade, só para a gente fazer uma analogia, uma comparação, são 334 ações, mas da CVM são 17 mil ações judiciais.

Na minha ótica, isso gera, com certeza, uma insegurança jurídica para o pequeno investidor, para aquele brasileiro que quer investir, mas tem dúvida ou incerteza sobre a segurança jurídica do mercado, já que 17 mil ações estão tramitando, aliás, 16.900 ações tramitando.

Eu perguntaria a V. S^a: dentro da sua gestão, que tipo de atitude, medida, ato pode ser tomado para passar ao mercado que a CVM controla bem, mas as suas decisões são sempre corretas e possivelmente incontestáveis na Justiça? É possível uma medida de *marketing* ou de comunicação, dentro da CVM, ou de mudança de postura para que transfira ao mercado uma segurança maior?

Também aproveito a fala dos colegas para me unir a eles dando os parabéns a V. S^a pelo currículo, pela experiência que leva à CVM, na certeza de que o Brasil vive um bom momento, e esse bom momento é feito pelos brasileiros que estão fazendo o Brasil agora.

Você faz parte desse processo, uma responsabilidade imensa. Rogo a Deus para que sua missão seja de absoluto êxito.

Passo a palavra ao Sr. Leonardo, para que possa responder às formulações feitas pelos nobres Senadores.

O SR. LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA – Obrigado.

Vou, então, começar falando um pouco da CVM: o passado, o presente e o futuro.

Por coincidência, Senador, quando eu estava esperando entrar aqui, na antessala, eu estava justamente me lembrando dos meus 30 anos de experiência nesse mercado e me lembrando como era quando as empresas, no princípio da década de 80, iam ao mercado e da pouca regulação, a pouca transparência que existia naquele tempo. Para termos pessoas investindo nas empresas, investindo no Brasil, investindo no longo prazo, existem duas coisas muito importantes e relativamente simples: confiança e transparência. Essa credibilidade, olhando a CVM do ponto de vista de mercado, realmente teve uma evolução bastante significativa.

tiva nesses 30 anos. Uma vez me falaram uma coisa que eu nunca esqueci: a questão de governança e a questão de transparência não acabam nunca. É uma jornada, porque sempre se tem que aperfeiçoar. Vai haver instrumentos novos, vai haver fundos de longo prazo querendo vir para o Brasil, fundos de longo prazo a serem criados no Brasil. Então, se não tivermos os mecanismos para, continuamente, estar melhorando a governança, tendo debates com a sociedade sobre isso, nós não estaremos fazendo o nosso trabalho.

Olhando o passado e olhando onde a CVM está hoje, estou muito confortável, porque estaremos construindo essa capacitação e entendendo as necessidades desse mercado de capitais, que precisa se expandir sim. Hoje, no Brasil, nós só temos um pouco mais de 300 empresas abertas. Há países que têm 3 mil, 4 mil empresas abertas, países similares em termos de economia.

Tenho acompanhado do lado do mercado e estarei, se eu for aprovado para a CVM, olhando os estudos que estão sendo feitos por esses grupos de trabalho e formas para poder ter certeza de que, num futuro próximo, mais empresas possam vir a mercado e mais investidores se sintam confortáveis, baseados nessa questão de confiança e transparência, para poder investir nesse mercado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA – Senador Lobão, quanto a sua pergunta, eu hoje ainda não estou na CVM, mas anotei aqui os seus números e vou averiguar, caso eu seja indicado e confirmado para a CVM. Tem uma coisa que eu gostaria de assegurar: a CVM segue a lei, e nós temos que ter certeza de que temos as áreas capacitadas dentro da CVM para que elas lidem com essas questões de uma forma moderna e de que os processos e as decisões sejam sempre calcadas na lei e cada vez mais agilizadas. Então, eu tomei nota desses dados e, caso eu seja aprovado e nomeado para a CVM, estarei averiguando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Agradeço as explicações formuladas.

Perguntaria à Mesa quantos votos já foram? (*Pausa*.) Onze. Faltam três.

Perguntaria se o Senador Eduardo Suplicy já votou.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ótimo.

Dr. Leonardo, gostaria, nesta oportunidade, de falar mais alguma coisa para que pudesse ficar registrado na ata desta Comissão, para podermos esperar os outros três votos?

O SR. LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA – Gostaria de falar que essa missão da CVM de continuar aperfeiçoando a governança e a transparência nos próximos anos é fundamental para continuarmos expandindo o mercado de capitais brasileiros, agora com taxas de juros mais baixas.

Agora, essa evolução vai ser muito importante, tendo sempre debates com a sociedade, debates com as entidades especialistas nessas questões. Então, é muito importante que qualquer decisão, qualquer ponto que seja levantado e que às vezes só acham que a CVM é que resolve, que seja sempre calcado em decisões e debates amplos da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Vamos aguardar, então, os outros três votos para que possamos encerrar, fazer a contagem e encaminhar a nomeação de V. S^a, que virará V. Ex^a, para o plenário desta Casa. Vamos aguardar aqui para que possamos ter os três votos adicionais. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero só insistir mais uma vez com os gabinetes dos Senadores e Senadoras que venham aqui votar; estamos precisando, para dar o quórum mínimo, de três votos.

Peço desculpas ao Dr. Leonardo Pereira, mas hoje a CPI está funcionando, a Comissão de Constituição e Justiça está funcionando, outras comissões permanentes também estão funcionando; como é um esforço concentrado também, as atividades dos Senadores e Senadoras são múltiplas. Então, é só uma questão de ter um pouquinho de paciência para que tenhamos o quórum mínimo necessário de votação. A equipe da Comissão de Assuntos Econômicos...

Chegou agora o voto de qualidade do Senador Eduardo Braga. Agora, Senador Inácio Arruda, Senadora Lídice da Mata, Senadora Ana Amélia. É um exame de Senadores e Senadoras chegando aqui! E o Senador Suplicy nos ajudando muito, mais uma vez, nesse trabalho. É um chamamento público!

Senadora Ana Amélia, Senador Cristovam Buarque.

Quantos Senadores e Senadoras votaram? (*Pausa*.)

Dezoito Senadores e Senadoras já votaram.

Portanto, dou por encerrada a votação.

Solicito ao Senador Suplicy e ao Senador Lobão Filho que façam a apuração dos votos.

Há uma expressão chamada escrutínio dos votos. É uma palavra meio complicada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou declarar aqui o resultado da apuração feita pelos Senadores Suplicy e Lobão Filho: 18 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, o Dr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira teve o seu nome aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, por unanimidade.

E o processo segue hoje. Esperamos votar a indicação do Dr. Leonardo Pereira no plenário do Senado Federal hoje à tarde.

Quero agradecer, mais uma vez, aos Senadores e Senadoras pelo esforço – sei que todos estão atuando em várias comissões –, ao meu Vice-Presidente, especificamente, Senador Lobão Filho, e ao nosso querido Senador Eduardo Suplicy. E agradeço, Dr. Leonardo, pela paciência também com que V. S^a aguardou, porque votamos vários empréstimos; e também à imprensa aqui presente. Cumprimento toda a imprensa que nos acompanha, os assessores e a equipe da Comissão de Assuntos Econômicos, que não mediu esforços para que votássemos tudo o que é necessário para levar a Plenário hoje e liquidar a fatura em mais esse esforço concentrado.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (42ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (25ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia onze de setembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Alvaro Dias, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Casildo Maldaner, Cidinho Santos, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Inácio Arruda,

Ivo Cassol, José Agripino, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza, Tomás Correia, Wellington Dias e Wilder Moraes, e, ainda, da Senadora Ana Rita e do Senador Pedro Simon. Deixam de comparecer os Senadores Assis Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em compromissos político-partidários em seu Estado, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratamento de saúde, João Ribeiro, Kátia Abreu, Jorge Viana, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Fernando Collor e Gim Argello. A Presidência declara aberta a reunião, comunicando aos Membros da Comissão de Assuntos Econômicos que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 50 de 2012, de 29 de agosto de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de julho de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 51 de 2012, de 31 de agosto de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de julho de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 53 de 2012, de 29 de agosto de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-000.051/2012-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 22 de 2011. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, esclarece que a reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositora a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras, a fim de apresentar os planos da Petrobras para os próximos anos e fazer exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 11, 26 e 27 de 2012, de iniciativa, respectivamente, dos Senado-

res Inácio Arruda, José Pimentel e Ricardo Ferraço, e aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura nºs 29 e 30 de 2012, ambos de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço. O Presidente convida a Sra. Maria das Graças Silva Foster e, ainda, o Sr. José Eduardo Dutra, Diretor Corporativo e de Serviços da Petrobras, para se sentarem à Mesa. Após a exposição da convidada, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, José Pimentel, Ana Amélia, Alvaro Dias, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Sérgio Souza, José Agripino, Pedro Simon, Tomás Correia, Eduardo Braga, Sérgio Petecão e Inácio Arruda. A Presidência concede a palavra, ainda, ao Sr. Mário Jorge, Gerente-Executivo de Desempenho Empresarial da Petrobras. Antes do encerramento da presente reunião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e pela Senhora Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assunto Econômicos; – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, meu caro Senador Armando Monteiro.

Comunico aos membros da CAE o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 50, de 2012, de 29 de agosto de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de julho de 2012; Tabela Demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso do Banco Central nº 51, de 2012, de 31 de agosto de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9069/95, o Demonstrativo das Emissões do Real referentes ao mês de julho de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 53, de 2012, de 29 de agosto de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando

do cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC000051/2012-8, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 22, de 2011.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos por meio de ofício circular.

Entramos agora na pauta.

Hoje, o assunto, a finalidade é: apresentação do Plano de Negócios da Petrobras para os próximos anos; exposição informativa sobre o mesmo, relativa ao quinquênio 2012/2016 da empresa; análise do Requerimento nº 11, de 2012, do Senador Inácio Arruda; do Requerimento nº 26, de 2012, do Senador José Pimentel; do Requerimento nº 27, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço; do Requerimento nº 29, de 2012, também do Senador Ricardo Ferraço; e do Requerimento nº 30, de 2012, também do Senador Ricardo Ferraço.

A convidada é a Srª Presidenta da Petrobras, Drª Maria das Graças Silva Foster, que já se encontra no plenário da comissão.

Peço à minha assessoria para conduzir a Drª Graça ao plenário. *(Pausa.)*

Muito bem-vinda, Drª Graça...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, para uma preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... e toda a sua equipe de competentes profissionais da nossa querida Petrobras e Senador José Eduardo Dutra, a quem peço aqui para nos acompanhar nesta Casa, que é de V. Exª, acima de tudo, meu caro José Dutra. *(Pausa.)*

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: a convidada fará sua exposição pelo tempo de 20 a 30 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida pela ordem de inscrição. Os interpelantes exporão durante 3 minutos, assegurando-se igual prazo de resposta para o interpelado.

O Senador Ferraço pediu a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu sei do esforço de V. Exª para que pudéssemos fazer esta audiência pública e ter o prazer e o privilégio de ouvir a nossa Presidente da Petrobras, Drª Graça Foster.

Esta reunião, em princípio, seria pela manhã, mas foi marcada de última hora para as 14 horas.

Neste exato momento, nós estamos instalando a comissão temporária que vai edificar, redigir o novo

Código de Defesa do Consumidor. E eu fui designado Relator dessa Comissão para trabalhar o novo CDC à luz da nova conjuntura. O CDC em vigor não contemplou o comércio eletrônico, o subendividamento e assim por diante. Então, em algum momento, eu vou me retirar. Lamentavelmente, não poderei participar, em razão de esta reunião não ter sido confirmada como planejado. Isso causou em nossa agenda um tumulto muito grande. De modo que eu faço esses registros. Se em algum momento eu me retirar, foi por essa razão, Dr^a Graça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, foi importante até V. Ex^a ter feito essa observação. Na verdade, nós iríamos fazer a reunião às 10 horas. A Dr^a Graça disponibilizou o seu tempo para vir às 10 horas da manhã. Aliás, veio ontem, inclusive, a Brasília. Mas hoje houve um evento relativo ao pacote principalmente de energia elétrica, que foi fundamental para o País, porque impacta diretamente o preço da energia, que é um insumo essencial para o desenvolvimento econômico do nosso País. E a Dr^a Graça, até por comandar uma empresa de energia e pela relevância que a Petrobras desempenha nesse setor, foi convocada pela Presidenta Dilma. Por isso nós passamos para as 14 horas. Inclusive, até perguntei à Dr^a Graça se ela não gostaria de marcar outro dia, e ela, muito pelo contrário, colocou-se à disposição, dizendo que faz questão de realizar esse debate, apresentar o plano de negócios, aproveitando a vinda dela aqui, que tem uma agenda bastante carregada. Todos nós sabemos como é a agenda de alguém que preside uma companhia do tamanho da Petrobras. Então, foi essa a razão. Mas é absolutamente legítima a preocupação de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A razão é justificada evidentemente. Mas na luta do rochedo contra o mar, os pequenos mariscos aqui do Senado ficam a ver navio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Eu passo agora, imediatamente, a palavra à Dr^a Maria das Graças Silva Foster, Presidenta da Petrobras.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, boa tarde a todos vocês! É uma imensa oportunidade estar aqui, Senadores.

Eu gostaria de dizer que, nesse período de preparação dessa apresentação, nós fizemos uma leitura de várias oratórias dos senhores e, nessa apresentação, procuramos já adiantar algumas informações, para tornar o debate bastante produtivo.

O eslaide, por favor.

Nós começamos... Nós somos vendedores, não é? Nós vendemos gasolina, diesel, fertilizantes, ureia, amônia, energia elétrica. Então, o aquecimento do consumo é muito importante para a Petrobras e advém exatamente dos indicadores econômico e social bastante promissores, positivos para esse consumo.

No desemprego há uma redução, nesse período de 2002 a 2011, de 5,7 pontos percentuais. O nível de pobreza se modificou. Houve uma migração das classes E e D para a classe C, movimentação dentro das classes A, B, C, ascensão das classes sociais, como eu havia dito. A pobreza extrema também foi reduzida. A taxa de juros foi de 15,75% para 7,5%, passando por valores intermediários, o que também denota motivo para o consumo. E um indicador muito interessante para nós que atuamos muito fortemente na petroquímica é o consumo *per capita* de resinas termoplásticas. Quando você mais tem empregos, ascensão nas diferentes classes sociais, redução da pobreza, tem-se um consumo de resina bastante expressivo. São mais pessoas comendo, mais carros, mais roupas, tudo isso com a base da indústria de petróleo e gás e com uma base na petroquímica.

Então, a mudança desses indicadores, a melhoria desses indicadores motiva e sustenta o consumo de uma série de derivados.

No próximo eslaide, nós apresentamos algo que realmente impressiona quando estamos conversando com investidores, quando estamos conversando com outros países, com outros dirigentes de companhias de petróleo. Eles ficam impressionados com o crescimento do nosso consumo.

A demanda por gasolina no Brasil, no período 2000 a 2011, cresceu 49%, enquanto cresceu 15% no mundo; a demanda por diesel, 43%, contra 29% no mundo; a demanda por QAV, 53% – muito mais pessoas viajam no Brasil hoje, para dentro e para fora do País –; e a demanda por óleo combustível caiu muitíssimo no Brasil por conta da entrada do gás natural na matriz energética brasileira. Então, é um consumo muito expressivo.

Quando você fala que a gasolina aumentou 48% nesse período, os COs, os dirigentes de companhias dizem: “Vem cá, não é 4,8%?” Não, é 48%.

No próximo eslaide, nós temos a questão da formação de preços desses combustíveis no Brasil.

A Petrobras tem uma política de preços de médio e longo prazos. Para nós, que temos praticamente 100% do mercado de consumo de derivados, é muito importante o crescimento do consumo, a estabilidade desse consumo, que esse mercado se caracterize e se firme. Então, não faz sentido nós passarmos à volatilidade do Brent, que hoje já bateu US\$104,00 o barril,

variando dos US\$100,00, nos últimos quinze, vinte dias, até US\$114,00. Nós não passamos a volatilidade dos preços para os nossos consumidores.

Se olharmos ali: janeiro de 2002 a janeiro de 2012, nesses anos que nós apresentamos, nos anos de 2003, 2007, 2009 e 2010, nós fizemos aqui um preço de derivados maior do que o preço internacional e, nos outros anos, uma diferença desses mesmos preços. Na média, se fizermos a integral desse conjunto de dados que aí estão, nós teremos um resultado favorável para a Petrobras, o saldo será positivo.

Na parte de baixo, naquelas linhas e colunas azuis, aparece o consumo crescente de diesel e de gasolina. A Petrobras tem uma formação de preços que considera o mercado no médio e no longo prazo.

Próximo eslaide.

Aí nós olhamos para frente. Para nós, dez anos na Petrobras é pouco tempo, cinco anos é amanhã. Então, para nós, que investimos de forma sistemática, de forma pesada nos vários segmentos da cadeia de petróleo e de gás, interessa muitíssimo o presente, a estabilidade do presente e olhar para o futuro.

Então, nós olhamos o crescimento do mercado de derivados. Os números, as análises que nós fazemos, os estudos de mercado, mostram um crescimento de 4,5% ao ano de 2011 para 2020. Nós sairemos de um mercado que compra 2,3 milhões de barris por dia para um mercado que vai comprar 3,4 milhões de barris por dia de derivados.

No ano de 2020, por exemplo, o diesel vai crescer muitíssimo; de 2011 para 2020, crescerá 65%; a gasolina, 23%; o mesmo ocorrerá com o álcool, com o etanol retornando à sua condição de suprimento estável no mercado.

Olhamos agora para fertilizantes e, mais uma vez, nos impressionamos com os consumos. O Brasil tem um crescimento na demanda por amônia de 32%; o mundo, 26%. E quando a gente olha a ureia, realmente é impressionante: 72% é o crescimento do consumo de ureia no Brasil, contra 43% no mundo. O consumo de sulfato de amônio: 23% contra 20% no mundo. É impressionante, mais uma vez, o consumo de fertilizantes potássicos: 73% no Brasil e 31% no mundo. Ou seja, nós estamos plantando muito mais, colhendo muito mais, trabalhando muito mais a terra, porque temos aqui dentro um consumo também muito maior de alimento.

Como fica de 2011 para 2020? Nós temos 2,9% de crescimento ao ano; a ureia cresce 30%, e a amônia, 67%.

Na sequência, olhamos também o biodiesel.

Nós tivemos um crescimento bastante grande. Até 2003, nós não tínhamos plantas comerciais de biodie-

sel; hoje nós temos 6,8 milhões de metros cúbicos de capacidade instalada no Brasil contra a 58,5 no mundo. Um consumo, uma demanda para o biodiesel de 2,7, quando o mundo tem 22,3. Interessante observar que existe muito mais capacidade, 2,5 vezes, do que produção, tanto no Brasil quanto no mundo.

As oleaginosas sofrem muito mais a volatilidade de preço. O Capex é muito menor do que o Opex na implantação de fábricas de biodiesel. Então, essa capacidade adicional em relação à produção é exatamente a mesma no Brasil e no mundo.

Olhamos o próximo eslaide e verificamos que, para o biodiesel, no mesmo ritmo do diesel, se ficarmos apenas no B5, nós teremos um crescimento de 4,9% ao ano de biodiesel.

No eslaide seguinte, fazemos um zoom sobre o pré-sal. Então, temos todas aquelas oleaginosas para produzir o diesel e temos também o pré-sal numa posição muito vantajosa para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, principalmente nossas reservas do pré-sal que estão a 300 quilômetros do mercado consumidor. Esse valor das nossas reservas outras grandes operadoras não têm, porque elas têm a sua produção dividida em vários países. Mas ali nós temos uma aproximação fantástica, excepcional, de 300 quilômetros frente ao maior mercado consumidor da América Latina.

Olhamos a Petrobras – não nesse eslaide, mas no próximo –, a produção de óleo e gás natural no Brasil de 2000 a 2011, cujo crescimento foi de 73%, enquanto no mundo, 12%. A produção de gás, no Brasil, nesse mesmo período, 2000 a 2011, cresceu 61%; no mundo, 36%. E as reservas de óleo e gás natural, 73% no Brasil e 38% no mundo. Então, os nossos indicadores, que mostram um crescimento de reserva, produção de petróleo e produção de gás natural, são realmente e impressionantemente maiores do que tudo que aconteceu no mundo nesse mesmo período.

No eslaide seguinte, as nossas reservas provadas de petróleo, 15,71 bilhões de barris de óleo equivalente, foram reservas SEC (Security and Exchange Commission) provadas no ano de 2011.

Olhando só o que a Petrobras tem, na cessão onerosa e mais na concessão no modelo antigo para o pré-sal, nós vemos ali exatamente – não só pré-sal, mas pós-sal também, dentro daquele volume – 15,8 bilhões de barris de óleo descoberto. A confirmação dessas reservas se dará ao longo dos próximos três, quatro anos, e hoje nós podemos dizer que temos, entre reservas provadas e volumes potencialmente recuperáveis, 31,5 bilhões de barris de óleo equivalentes.

Grande parte de nossas descobertas, como os senhores e as senhoras sabem, estão localizadas em águas profundas.

Gostaríamos de deixar bem claro que nós fomos os líderes em descobertas de petróleo no mundo do ano de 2005 para o ano de 2010. Sessenta e três por cento das reservas em águas profundas no mundo foram descobertas pela Petrobras. E de 2005 até agosto de 2012, a Petrobras declarou à Agência Nacional de Petróleo 63 descobertas. Somente até agosto deste ano, de janeiro a agosto deste ano, fizemos nove declarações de descobertas para a Agência. No ano de 2005 e no ano de 2006, nós fizemos uma declaração de descoberta. Hoje, são 63.

Por que esse número cresceu em 2012, 2011, 2010 e 2009? Pelo maior conhecimento, maior nível de maturidade que nós atingimos na avaliação dos nossos dados. É um número expressivo, considerando que o que a Petrobras tem na mão, hoje, não são reservas, mas reservas provadas mais volumes potencialmente recuperáveis.

No próximo eslaide, nós mostramos que, para o futuro da nossa companhia, nós temos trabalhado para que a relação reserva/produção, nos anos após 2015, após 2020, após 2025, seja maior do que 15 anos. Há um trabalho muito forte, uma migração em direção à margem leste e à margem equatorial, na busca de novas acumulações de hidrocarbonetos, para justificar nossas futuras carteiras de produção e para, consequentemente, manter a relação reserva/produção.

Então, é muito importante dizer que, no que se refere ao pré-sal e à Cessão Onerosa, o maior trabalho da Petrobras tem sido feito na consolidação e na delimitação desses campos.

Na busca de novas acumulações, nós estamos partindo para a margem leste e focando muitíssimo a margem equatorial, na busca de confirmação de novas províncias petrolíferas.

Esse eslaide é extremamente importante, porque ele marca a relação da Petrobras em relação às *majors*, em relação à ExxonMobil, em relação à British Gas e à British Petroleum.

Eu gostaria de mostrar aos senhores, no próximo eslaide, que, enquanto a produção da Petrobras cresceu 45% de 2002 para 2011, a produção de óleo e de gás da ExxonMobil, nesse mesmo período, cresceu 6%; a da British Petroleum diminuiu 2%; a da Shell caiu 19%; e a da Chevron cresceu mais 2%. Então, a Petrobras, nesse mesmo período, teve um crescimento muitíssimo mais significativo do que as outras *majors*.

Chamo a atenção para um ponto específico: são 84% de óleo nessa produção e 16% de gás; nas demais companhias, o valor é muito menor do que esse.

No caso da ExxonMobil, há 47% de óleo e a diferença em gás. Ou seja, todas elas têm muito mais gás do que petróleo. Hoje – tem sido assim ao longo da história –, o petróleo tem um valor intrínseco muito maior, pela sua mobilidade e pela facilidade da movimentação, da importação e da exportação, do que o gás natural.

Então, esse eslaide é muito importante, para que a gente possa comparar o desempenho da Petrobras com o das outras empresas.

O mais importante ainda é que grande parte dessa produção está localizada no Brasil. É diferente de outras grandes empresas que operam espalhadas no mundo.

No próximo eslaide, mostramos o histórico de investimentos da Petrobras. Começamos, em 1999, com R\$7,6 bilhões e, no ano de 2011, tivemos um investimento de R\$72,6 bilhões, dez vezes maior do que o de 1999, por exemplo. No ano de 2010, esse investimento foi maior ainda: R\$76,4 bilhões. O nosso orçamento de capital aprovado em março de 2012 é de R\$87,5 bilhões.

Naquele quadrado pontilhado, está apresentando o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2012. Já estão realizados, no primeiro semestre, R\$38,7 bilhões de investimentos, e vamos chegar, neste ano, muito próximo aos R\$87,5 bilhões. Temos feito um trabalho muito forte na companhia para que os projetos aconteçam no prazo e atendam às curvas físicas planejadas, assim como às curvas financeiras.

Completando o eslaide, nós mostramos o lucro líquido da Petrobras no mesmo período. Saímos de um lucro líquido de R\$1,8 bilhão no ano de 1999 e chegamos a um lucro líquido de R\$35,2 bilhões em 2010 e de R\$33,3 bilhões em 2011, ou seja, um patamar muitíssimo significativo de resultado líquido para a companhia, para o controlador e para seus acionistas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Todos os valores nominais.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Exatamente. Nominais. É possível compará-los, todos eles. Não é isso? São valores nominais. Exatamente. O senhor tem toda razão, Senador.

Quando nós olhamos o primeiro trimestre de 2012, são R\$9,2 bilhões no primeiro trimestre e um prejuízo de R\$1,3 bilhão neste segundo trimestre de 2012. Nós não temos autorização, não podemos apresentar a projeção de resultados do terceiro trimestre, que já está praticamente fechada. Nós já estamos no dia 11 de setembro, e este trimestre está praticamente fechado. E temos o Outlook do quarto trimestre, também de 2012. Então, o investimento cresceu a uma taxa de 21% ao ano, contra um lucro líquido de 28% ao ano.

Eu queria mostrar para vocês a composição daquele resultado negativo de R\$1,3 bilhão. Quatro fatores principais justificam aquele resultado. O primeiro deles, a desvalorização cambial. A Petrobras tem uma dívida contratada em dólar de 74% da sua dívida total. E essa dívida está atrelada, vinculada ao dólar. Com isso, você tem uma perda no resultado financeiro da companhia de US\$6,9 bilhões. Não é um desencaixe. Isso não é caixa. Quando acontecer uma apreciação do real, a diferença retornará para o nosso caixa.

Nós tivemos uma queda na exportação de petróleo, uma produção menor de petróleo motivada principalmente pela manutenção e intervenções necessárias que fossem feitas, e estão sendo feitas, na UOBC (Unidade Operacional da Bacia de Campos), e uma baixa de 41 poços secos. Isso trouxe também uma redução no resultado da companhia de R\$2,2 bilhões, comparando este ano com o ano anterior. E nessa baixa de poços secos, novamente, o recurso já foi gasto na época da perfuração. Quando você termina a atividade exploratória e devolve o campo à Agência Nacional de Petróleo, esse poço seco ou subcomercial, ou uma perda por operação, esse resultado é baixado do resultado líquido da companhia. Mais uma vez, também não é uma saída do caixa da companhia, mas sim o resultado contábil da companhia.

Nós tivemos uma queda na margem de derivados. Nós temos importado derivados com uma margem menor, e isso também trouxe um resultado negativo, uma diferença negativa de um trimestre para outro de R\$1,8 bilhão. E aí se justificou exatamente esse resultado líquido de R\$1,3 bilhão. Nós acreditamos que esse resultado não se repetirá, e pelas mesmas razões. É muito improvável que todos esses efeitos aconteçam ao mesmo tempo.

No eslaide seguinte, nós mostramos onde se deram esses poços secos. E nós chamamos a atenção para o fato de que, desses 41 poços secos, dois ocorreram no pré-sal.

Registramos também que temos um índice de sucesso exploratório, quando se soma terra e mar, pré-sal e pós-sal, de 59%. E esse resultado está muito acima da melhor média mundial, que é de 30%. No pré-sal, nosso índice de sucesso foi, no ano passado, 2011, de 94%. É um índice de sucesso esplêndido. E a média nossa também é praticamente o dobro da média mundial.

O ponto importante a chamar a atenção é que estamos, como disse, migrando para a Região Norte do País. E lá em cima, na foz do Amazonas, em Sergipe e em Santos, esses poços juntos, cinco poços, são responsáveis por R\$1,54 bilhão desse resultado total de 41 poços secos.

À frente.

Nós chegamos ao plano de negócios, que eu apresento também de uma forma bastante sintética.

Nós temos, na área de exploração e produção, US\$131,6 bilhões de investimento para este período 2012-2016. E esse investimento de US\$131,6 bilhões justifica o grande investimento na área de abastecimento e, em especial, nas novas refinarias, gás e energia. Temos petróleo – o nosso gás é associado ao petróleo –, é preciso fazer a movimentação desse gás e lá existe um investimento de US\$13,5 bilhões; a área internacional, US\$10,7 bilhões; a área de distribuição, US\$3,3 bilhões; e biocombustíveis, US\$2,5 bilhões. Ou seja, o investimento total do plano de negócios da Petrobras é US\$236,5 bilhões.

Existem condições de contorno batentes para que a gente possa realizar esse investimento. A manutenção do grau de investimento, *investment grade*, é fundamental para a Petrobras. Então, nós temos que trabalhar o nosso endividamento de tal forma que não percamos esse grau de investimento e, para isso, a nossa alavancagem tem de ser menor do que 35%; o indicador dívida líquida/EBITDA, a geração de caixa da companhia, não pode ser maior que 2,25 vezes; não haverá emissão de novas ações; e há sim uma carteira de investimento de US\$14,8 bilhões. São as condições de contorno.

Nós temos que trabalhar dívida, temos que trabalhar o caixa, garantir o grau de investimento da companhia – R\$131,6 bilhões no E&P é a prioridade absoluta da Petrobras, a produção de petróleo.

Na sequência, nós mostramos um eslaide extremamente importante na nossa companhia, que define as fases dos projetos e esta estruturação: projeto em avaliação, projeto em implantação, projeto em operação. Desde que estou na companhia e lido com projetos – e são muitos anos na empresa –, nós temos essa classificação da etapa de cada projeto.

A partir do ano de 2006, foi instituído um processo de gestão desses projetos todos que se chama Sinapse, que trata fundamentalmente da obtenção dos dados nas fases de planejamento, nas fases da execução da obra e na fase de operação. Esses dados todos constituem a base de dados da Petrobras, que nós chamamos, internamente, de lições aprendidas. E essa alimentação, obrigatoriamente, entra na elaboração do novo projeto, para que a gente possa aprender com a nossa experiência. E é uma experiência que está planejada a totalizar US\$236,5 bilhões do ano de 2012-2016.

Não existe, desde 2006, nenhum projeto na companhia que possa começar, que possa mudar de fase se o gestor não demonstrar que ele colecionou todas

as informações positivas e negativas para começá-lo. Assim, nós colocamos aqui alguns projetos em implantação, como, por exemplo, a refinaria Abreu e Lima. A última refinaria que a Petrobras construiu foi em 1980. Nós compramos o projeto da Snamprogetti, uma empresa italiana; esse projeto foi comprado e foi construída essa refinaria.

Nós temos hoje a RNEST com 63% das atividades físicas em andamento. Ou seja, nos últimos 30 anos, nós não construímos refinaria alguma. Esse processo de aprendizado da RNEST é extremamente importante para que a gente utilize, coleciono as boas informações, as informações que justifiquem ensinamentos, a fim de que possamos agora projetar e construir a refinaria Premium I e a refinaria Premium II. São aquelas métricas internacionais que nós precisamos seguir. Nós chamamos essa etapa de Sinapse, lições aprendidas, mudanças e melhorias.

Na área do gás e energia, por exemplo, nós construímos várias térmicas nos últimos cinco, seis anos. Uma térmica que é referência para nós, que tem nos ensinado muito, é a térmica de Cubatão, que ensinou a Petrobras, nesse mesmo processo de lições aprendidas, a construir as térmicas de Tambaqui, Jaraqui, Manauara, no Norte, e nos ensina a construir a nossa térmica na Baixada Fluminense, que vai entrar em operação em novembro de 2014.

Não existe projeto bem-sucedido ou malsucedido que não seja escrito para poder ensinar as boas práticas.

Na sequência, nós temos a E&P, mudanças e melhorias o tempo todo.

A P-57, que está no campo de Jubarte, tem um conteúdo local de 69%. Essa planta FPSO ensinou a P-62, que está hoje no Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco. E está sendo feita a integração dos módulos de processo com o FPSO. Esse conjunto ensina todo aquele conjunto de plantas, de unidades estacionárias de produção, que deverão ser construídas até 2020. Então, é um ensinamento contínuo.

No próximo eslaide, nós temos, ali, apresentados os gasodutos.

Do ano de 2007 ao ano de 2011, nós construímos mais de 3.800 mil quilômetros de gasodutos. Um dos gasodutos muito bem-sucedidos, o Gasduc III, que foi o primeiro gasoduto em túnel da Petrobras, inaugurado em fevereiro – entrou em operação em fevereiro de 2010 –, ensinou o gasoduto Caraguatatuba-Taubaté, que entrou em operação em março de 2011.

Então, o gasoduto Cabiúnas-Vitória está dentro de um túnel. Há uma entrada e uma saída. O Gastau, na verdade, é um emboque. Você tem uma entrada, e não tem uma saída. E o Gastau tem uma tunelado-

ra que está enterrada nesse gasoduto, e essa tuneladora enterrada trouxe para nós um ganho de mais de R\$700 milhões à época. Ou você enterra, ou você perde aquela produção de óleo e gás, porque seriam necessários mais 104 dias para retirar essa tuneladora. E nós aprendemos com o mundo.

O próximo eslaide mostra para nós três casos muito interessantes de emboques que também – há vários casos na literatura, mas estes foram os que nós mais estudamos – deixaram a tuneladora dentro do túnel. Naquele ali embaixo, da Austrália, vejam aquele parágrafo escrito em vermelho: “Esta decisão [de deixar a tuneladora] evitará a necessidade de mais três meses de trabalhos”. São 90 dias para a retirada da tuneladora. E ela também foi deixada dentro do emboque, exatamente como nós deixamos a tuneladora dentro do Gastau, para mostrar que as lições vêm também com o mundo.

No próximo eslaide, nós mostramos as metas de produção. No nosso Plano de Negócios 2012-2016, houve uma postergação da curva de produção em aproximadamente dois anos. Existe uma diferença muito grande entre postergar uma curva de produção e perder a capacidade de produção. É completamente diferente.

Recentemente, uma das empresas que operam no Brasil apresentou uma perda do potencial de produção. A Petrobras tem tido um potencial de produção maior em muitos casos, por exemplo, no campo de Lula. Seriam necessários seis poços para topar a plataforma, o que dá 100 mil barris/dia. A plataforma foi topada com quatro poços. Isso significa que cada um dos quatro poços teve um potencial muito maior.

Essa curva sofreu um atraso de dois anos, porque 36% das justificativas são decorrentes das unidades de produção e das sondas de perfuração, atrasos em unidades de produção produzidas no exterior e produzidas também no Brasil. E houve atrasos de sondas de perfuração. Todas as sondas de perfuração para lâminas d'água maiores que 2 mil metros foram construídas em Cingapura, na Coreia, no Japão, na Noruega e atrasaram mais de 1,5 ano. Então, sem sondas de perfuração, você não pode executar a campanha de poços e interligações com as unidades de produção. E 20% do atraso decorreram exatamente do baixo rendimento da campanha de poços ou do menor rendimento da campanha de poços – você tinha menos sondas de perfuração – e 21%, algumas das novas descobertas foram postergadas, porque a diretoria da Petrobras tomou a decisão de colocar nas curvas de produção aqueles prospectos de grande maturidade, para que pudéssemos entregar aos acionistas a efetiva curva de produção. Então, nós temos um atraso intrínseco

de dois anos, 23% a menor eficiência operacional nas unidades em produção. E aí nós estamos falando especificamente da UO-BC.

Então, essa é a distribuição. Houve um atraso de dois anos, não uma perda do potencial de produção, e esse dado é muitíssimo importante.

Caminhando para o final.

Nós olhamos, então, US\$131,6 bilhões de dólares para o E&P. O desafio é enorme – ele foi quantificado e os riscos também, assim como foi quantificada a probabilidade de sucesso. Nós vamos construir, de 2012 até 2020, 49 sondas de perfuração, 33 sondas aqui no Brasil, e vamos construir 38 unidades de produção aqui no Brasil com algum nível de conteúdo local.

Próximo por favor.

Estamos construindo hoje... A boa notícia que temos é que nós acabamos de interligar, ontem à noite, mais uma unidade de produção, aquela que eu apresento aos senhores e às senhoras: Cidade de Anchieta, Baía de Guanabara, 100 mil barris. Foi interligado ontem à tarde e hoje já estamos com a pressão regulada na cabeça do poço.

Próxima UFPSO, Cidade de Itajaí: entra até dezembro deste ano. Nós temos a P-55, que foi um recorde em estaleiros de elevação de carga. Construímos a base, o casco, o projeto foi completamente feito no Brasil. A P-55 foi feita, construída no Estaleiro Atlântico Sul. A integração do *deck* das unidades de processo está sendo feita no Estaleiro Atlântico Sul, Cidade de São Paulo, conteúdo local de 50%, e primeiro óleo já em janeiro de 2013.

Bom, essa é a curva de produção para o ano de 2012. Nós tivemos uma queda da produção, no ano de 2012, justificada especialmente pela necessidade que tivemos de fazer uma série de paradas programadas neste ano, para que pudéssemos garantir a sustentabilidade da produção de petróleo na UO-BC, recuperar a eficiência operacional de uma unidade da Bacia de Campos.

Nós tivemos a perda de Frade este ano. São menos 15 mil barris de petróleo – Frade é um campo operado pela Chevron –, e tivemos uma perda do potencial de produção também nesta mesma unidade, Bacia de Campos.

Já adiantei que, na entrada, hoje, de Cidade de Anchieta, nós vamos atingir a rampa máxima em fevereiro de 2013. Ligamos ontem a válvula que comunica o poço com a unidade de produção, e essa conclusão vai-se dar efetivamente até o próximo mês de fevereiro de 2013.

Seguindo.

Aí está um programa que já vinha sendo estruturado anteriormente ao ano de 2012: foi lançado re-

centemente. Nós temos de recuperar a capacidade de produção dessa unidade da Bacia de Campos. Ela é muitíssimo importante, faz parte da nossa curva. São equipamentos que são expostos a condições severas com relação à sua integridade, mas são passíveis de recuperação; nós já fizemos isso no ano de 2004/2005 e agora teremos de voltar a fazer, porque o petróleo mais barato que nós temos, que está mais à mão, é esse das áreas em vermelho, que já estão produzidos.

Terminando.

Passamos para a área de refino e, aí, nós mostramos a importância de construirmos as refinarias, além da RNEST. Nós precisamos concluir o trem 1 do Comperj nas datas estipuladas; RNEST, novembro de 2014; o trem 1 do Comperj em abril de 2015.

Mesmo fazendo as novas refinarias, que já estão sendo concluídas, ainda assim nós temos de fazer Premium I, ainda assim nós temos de fazer Premium II, o segundo trem de Premium I e o segundo trem do Comperj. Tudo isso somando dá uns 3,2 milhões de barris de capacidade de refino no Brasil e ainda vai ficar faltando um pequeno volume que nós temos de acompanhar dado o crescimento do mercado. Essas refinarias são necessárias, são extremamente importantes. Nós não podemos estar importando derivados nos volumes que vamos precisar em 2020, porque estaríamos extremamente expostos à volatilidade dos preços internacionais.

Na sequência, mostramos as plantas de fertilizante. Uma planta de fertilizantes em Três Lagoas vai produzir ureia e será uma das maiores, certamente a maior planta de uréia da América Latina, e já está em obra. O sulfato de amônio em Sergipe, mesmo no *site* da fábrica de fertilizante em Sergipe, também já está em obra. A UFNIII, como eu disse, já está em obra e, do outro lado, em vermelho, para cobrir aquele déficit que ainda vai ficar numa exposição grande, nós temos a UFNIV no Espírito Santo. O que é muito interessante dessas unidades todas, especialmente o sulfato de amônio, é que o enxofre virá da RNEST. São as sinergias entre refinarias e plantas de fertilizantes.

Seguimos mostrando o monitoramento do conteúdo local que a Petrobras faz. O conteúdo local que a Petrobras faz confere à empresa competitividade. Estoca-se menos quando é deixado o estoque na fábrica daquele que é o seu fornecedor de bens e serviços. Se ele está aqui no Brasil, não precisa ficar com grandes estoques. Quando ele está na China, quando ele está na Noruega, você precisa de estoques significativos.

Conteúdo local, de 2004 para 2011, seis pontos percentuais na área de exploração e produção. Cresceu o conteúdo local. Na área do abastecimento, dez pontos percentuais e na área do gás e energia, vinte

pontos percentuais. Esse é o crescimento do conteúdo local nesse momento.

Esse eslaide é o último que eu tenho a apresentar aos senhores. Não tenham dúvida de que, quando essas empresas todas fornecedoras bens e serviços, empresas de offshore, vêm ao Brasil – NKT-Flexibles, Technip, Wellstream, Prysmian, todas essas empresas, mais de quarenta, construíram seus *sites* –, isso é sinal de que elas fazem resultado econômico-financeiro adequado. Além disso, muitas delas estão construindo no Brasil os seus centros de pesquisa junto dos centros de pesquisa da Petrobras no Rio de Janeiro. Então, as empresas estão vindo ao Brasil.

A nossa carteira de projetos é excepcional. Nós tivemos 45% de crescimento da produção de petróleo de 2002 para 2011. Para os próximos anos, de 2011 para 2020, a Petrobras é a empresa com maior portfólio de projetos, que terá o maior crescimento do mundo. As outras podem crescer, deverão crescer, mas não é possível que elas cresçam na mesma proporção que a Petrobras, porque elas não têm as reservas já descobertas pela companhia.

Então, aqui nós temos as empresas vindo ao Brasil. Várias já estão no Brasil, aliás, todas essas. E os seus centros de pesquisa, a grande maioria já está sendo construída ou operando no Brasil.

Muito obrigada pela atenção dos senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr^a Graça, competente Presidenta da Petrobras, nossa grande amiga com quem tive a honra de trabalhar. Sei que a companhia tem uma Presidenta que, sem dúvida nenhuma, conduzirá a Petrobras com sucesso, com êxito, com espírito público e, acima de tudo, que respeita uma das instituições mais importantes do nosso País, como fez também o nosso querido Presidente Dutra, nosso companheiro do Senado Federal.

Eu quero só registrar aqui a presença do nosso querido Deputado Federal do PT de São Paulo, Vanderlei Siraque, e cumprimentar o Deputado Edson Santos, do PT do Rio de Janeiro – muito bem-vindos aqui à Comissão de Assuntos Econômicos! – e a nossa querida Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que tem uma agenda também complicada. Mas esta é uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura.

Eu passo agora aos debates com o primeiro inscrito, autor de requerimento, o Senador cearense José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, nossa Senadora

Lúcia Vânia, aqui estamos realizando conjuntamente esta audiência.

Quero saudar a nossa Presidenta da Petrobras, a nossa Sr^a Graça Foster; saudar o José Eduardo Dutra, nosso companheiro, que foi nosso Senador, nosso Líder e agora voltou para a Petrobras.

Registro que a gestão da Petrobras ao longo dos últimos dez anos foi excelente, sem esquecer aqui também a gestão do José Sergio Gabrielli, que foi nosso Presidente.

O Congresso Nacional e a sociedade brasileira têm uma atenção toda especial para com a Petrobras, que, além de ser a maior empresa do nosso País, é também uma das instituições que promove pesquisa, faz investimento na infraestrutura brasileira e particularmente atende a uma demanda crescente que são os derivados de petróleo.

No entanto, nossa Presidenta, o que levou este conjunto de Parlamentares a convidar V. Ex^a para estar conosco – e a senhora prontamente atendeu – foi exatamente o prejuízo de R\$1,3 bilhão que a empresa teve no último trimestre.

Na época, logo que a matéria foi divulgada, setores especializados da imprensa trouxeram umas críticas que deixaram a todos nós preocupados. E o Congresso Nacional, em especial a Comissão de Infraestrutura e a CAE, acharam por bem convidá-la para que explicasse – como muito bem a senhora já expôs – as motivações desse resultado negativo no segundo trimestre, uma questão pontual por conta da oscilação do câmbio. Nós saímos de um câmbio de R\$1,65 para algo em torno de R\$2,00 e como a empresa é alavancada em operações baseadas no câmbio, no dólar, terminou tendo esse reflexo.

Acredito que, sobre esse item, que era um dos objetos de grande preocupação de todos nós, com a exposição que V. Ex^a fez, posteriormente na grande imprensa brasileira e particularmente com muita atenção e dedicação nesta Comissão, não paira nenhuma dúvida para nós.

Da mesma forma, a maneira como a empresa é administrada – a dedicação e o planejamento que tem para reduzir custos e ao mesmo tempo aumentar a produtividade e investir em tecnologia nacional – demonstra que voltará brevemente a ter resultados satisfatórios, com o planejamento de médio e longo prazo.

Portanto, para isso, quanto a nós, estamos plenamente satisfeitos e entendemos que o que a gente precisava receber como informação e esclarecimento V. S^a aqui promoveu.

No que diz respeito à área de refino, eu sei do esforço que a empresa vem fazendo, até para não ficar dependendo tanto de derivados importados. E para

nós, do Estado do Ceará, a Refinaria Premium II é um sonho que a gente acalanta há bastante tempo. Desde os anos 80, esse debate já vinha, com a ampliação da nossa unidade que ali opera em pequena escala. Nos anos 90, esse processo andou um pouco mais. Mas de 2008 para cá, a empresa tomou a decisão de instalá-la.

Eu lembro de todo o debate, no segundo semestre de 2008, sobre a importância da Premium I e da Premium II. E no caso concreto da Premium II, que fica em Pecém, na nossa Grande Fortaleza, eu pergunto a V. S^a: como está esse projeto? Até porque essa questão da regularização do terreno, que é a contrapartida do nosso Estado, nós ainda não concluímos. Então, como a senhora tem feito essas últimas tratativas? O fato é que temos muita pressa para que essa obra inicie.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Pelo número de Senadores que estão aqui inscritos, queria propor aos Senadores e Senadoras que fizéssemos o questionamento em bloco. E aí a Presidenta Graça responderia a todos os Senadores e Senadoras se todos estiverem de acordo.

Então, vou passar a palavra, agora, para a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Presidente Graça Foster – Senador José Dutra –, eu queria cumprimentá-la pela exposição didática.

Lamento apenas não ter acompanhado integralmente, porque tinha um compromisso com a Embaixada da China. Então, queria me ater às questões que a senhora mencionou.

Eu sou Senadora do Rio Grande do Sul e um estudo feito em parceria com o Ministério das Minas e Energia, Petrobras, o Grupo AES e o governo da Argentina indica a possibilidade da retomada de uma usina que está paralisada e que nós chamamos de elefante branco, porque a Argentina não forneceu gás natural para o funcionamento dessa unidade, que é muito importante do ponto de vista da nossa matriz energética.

Então, eu queria saber quais os planos da Petrobras nesse aspecto.

Também queria perguntar, como sou de um Estado onde há a maior produção de biodiesel, o Rio Grande do Sul, as maiores plantas estão lá – a senhora fez referência de que há uma previsão de crescimento 4,9% na produção de biodiesel –: essa produção é tendo em vista a ação da Petrobras, as plantas da Petrobras que ela tem controle ou participa? Ou é a produção nacional? E quais as perspectivas, na área do biodiesel, que V. Ex^a está vendo a partir de agora, tendo como parâmetro que o biodiesel produzido no Brasil hoje é partir da matéria-prima principal, que é a soja? E houve um aumento violento nos preços in-

ternacionais. Então, como isso vai se refletir sobre a produção do biodiesel?

Um outro tema que interessa muito ao meu Estado diz respeito aos fertilizantes. A senhora mencionou a questão dos adubos nitrogenados, aí no caso da ureia e amônia, com as plantas do Nordeste. Qual é a projeção que faz a Petrobras para a nossa autosuficiência em matéria de fertilizantes, considerando os avanços que o Brasil vem tendo no aumento da produção agropecuária, especialmente na área de grãos, sendo hoje o segundo maior exportador no caso do complexo soja, que é o principal produto na nossa pauta de exportação?

Presidente, os acionistas da Petrobras não têm tido muitos motivos de alegria em função do que foi mencionado aqui até pelo próprio Senador José Pimentel, especialmente aqueles que usaram o Fundo de Garantia para ações da empresa. Então, queria saber o que a senhora diria a esses acionistas, se eles devem continuar acreditando, apostando, investindo e qual é a sua recomendação.

Há uma projeção também de uma contenção sobre reajuste dos preços dos combustíveis. Isso já está na meta da Petrobras em relação à mudança do câmbio e até o mercado interno. Qual será a posição sobre o preço dos combustíveis e sobre os reajustes nos próximos meses ou anos?

Por fim, Presidente, a senhora recentemente disse, em uma entrevista, que a Petrobras aprendeu algumas lições e que o novo plano de investimentos é mais realista do que os anteriores. Quais as lições que foram aprendidas referidas por V. Ex^a.

São as minhas questões e lhe agradeço muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, agora – eu vou alternar, até para exercer o contraditório, que é o que normalmente fazemos aqui e que manda o Regimento, supondo que exista –, vou passar, agora, a palavra ao Senador Alvaro Dias. Com certeza deve ter alguma contradição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

Se não ocorrer a contradição, não haverá a democracia. Por isso, o Presidente, sabiamente, propõe o contraditório.

As minhas homenagens também à Senadora Lúcia Vânia, à Presidente Maria das Graças Foster, ao José Eduardo Dutra.

Recentemente eu reconheci uma mudança de postura assim que assumiu a presidência a Sr^a Foster. Eu creio que uma mudança imprescindível em razão do que vinha ocorrendo na gestão da Petrobras, que

justificou, inclusive, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal, que não foi bem sucedida em razão do esforço monumental da maioria para impedir o aprofundamento das investigações.

Apesar disso, encaminhamos ao Ministério Público Federal e ao Procurador-Geral da República cerca de 16 representações, indicando as principais irregularidades detectadas na gestão anterior à de V. S^a. Entre essas irregularidades, o aparelhamento da máquina estatal, o aparelhamento partidário; verificamos superfaturamento de obras, e eu citaria especialmente duas obras: a usina Abreu e Lima e a refinaria Getúlio Vargas, na cidade de Araucária, no Paraná. Supostamente, naquela obra, um superfaturamento de cerca de R\$700 milhões. Há um inquérito na Polícia Federal ainda inconcluso. Em relação à obra da refinaria Abreu e Lima, o custo inicial de três bilhões e um prazo de execução, que seria 2010. Hoje a previsão é de que esse valor pode chegar US\$20 bilhões, devido a aditivos de contrato e atrasos de equipamento, entre outros motivos.

Há, também, em relação a essa obra, a participação da Venezuela, o próprio Presidente Hugo Chávez disse que o seu país não estava contribuindo com recursos em razão do superfaturamento da obra.

Quando nós trabalhávamos investigações durante a CPI, verificamos que o superfaturamento poderia ser superior a US\$2 bilhões, com projeções, em razão de comparação que se estabelecia com obras do gênero em outras partes do mundo.

Nós indagamos a V. S^a as razões de não cumprimento do cronograma estabelecido inicialmente e da elevação dos custos dessa obra. Aliás, que nome nós podemos dar a esse custo? Qual é a razão? Como uma empresa como a Petrobras, que tem profissionais qualificados reconhecidamente, conceituados nacionalmente, com grande respeitabilidade, como é possível uma empresa cometer um erro de planejamento desse porte? Por isso a indagação. Que nome nós damos a esse custo?

Portanto, coloquei dois exemplos apenas de superfaturamento de obras: a refinaria Getúlio Vargas, a ampliação da refinaria – o Tribunal de Contas da União é que constata um superfaturamento de mais de 700 milhões, o que deu origem a um inquérito policial sobre o qual não temos informações –, e também essa da refinaria Abreu e Lima, colocando essa afirmação de Hugo Chávez, indagando se a Venezuela tem participado com recursos para a execução dessa obra.

Outra questão. No segundo trimestre de 2012, a estatal teve um prejuízo de R\$1,3 bilhões, ante um lucro de R\$10,9 bilhões no mesmo período do ano an-

terior. Foi o primeiro prejuízo da Petrobras em mais de 10 anos. Como a administração anterior influiu nesse resultado? É claro que há a justificativa de que houve variação cambial, mas, obviamente, a diferença entre um período e outro é descomunal. Daí a indagação se a gestão teve influência nesse resultado.

Há um questionamento feito recentemente pelo jornalista Carlos Alberto Sardenberg, publicado no jornal *O Globo*, fazendo referência ao fato de ser essa área no governo Lula adstrita às funções desenvolvidas pela atual Presidente Dilma, e V. S^a também compunha a diretoria da estatal. Ele indagou, no seu comentário, como é possível imaginar que tenha feito essa incrível autocritica sem autorização de Dilma, fazendo referência à autocritica que V. S^a fez, ao assumir a Presidência da Petrobras. E ele indaga: “[...] será que as duas só tomaram consciência dos problemas agora? Ou sabiam perfeitamente dos erros então cometidos, mas tiveram que calar, diante da força e do autoritarismo [...]?”. Essa é uma indagação que o jornalista fez em seu comentário e que eu estou transmitindo a V. S^a.

São essas as principais indagações que faço e fico apenas nelas, em respeito aos colegas que, certamente, terão indagações a formular a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, desta Comissão de Assuntos Econômicos, e Presidente Lúcia Vânia, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cara Presidente Maria das Graças Foster, da Petrobras, caro amigo e colega José Eduardo Dutra – muita alegria em revê-lo -, prezados colegas, são três perguntas, que serão breves.

Vou procurar desdobrar a primeira pergunta em duas questões: A e B. O Brasil é autossuficiente na extração de petróleo – nós já temos isso -, mas importa derivados conforme a própria Presidente expôs há pouco. Em 2011, importação de gasolina atingiu média de 43 mil barris de petróleo por dia, um aumento de 378% em relação a 2010. Neste ano, a importação de gasolina deve fechar em torno de 70 ou 80 mil barris por dia.

Eu vou distribuir a outra questão em duas, letras A e B.

Letra A. Entre as cinco refinarias que serão inauguradas nos próximos anos, fica evidente a preferência dada à produção de diesel. É possível uma correção de rota, aumentando a capacidade de refino da gasolina? É possível isso? Não se torna mais barato e prático a construção de novas refinarias, considerando ainda mais as demandas futuras, com as extrações do pré-sal?

Letra B. Ainda com relação ao tema, como a Petrobras vê a possibilidade, Presidente Maria das Graças Foster, de construção de refinarias em regime de concessão ou parceria com a iniciativa privada, permitindo uma elevação mais rápida da capacidade de refino, levando em consideração a estratégia que inclusive o próprio Governo como um todo vem adotando ultimamente na questão de infraestrutura, ferrovias, logísticas e assim por diante?

Coloco isso com muita sinceridade.

Questão 2: como estão as pesquisas de desenvolvimento de novos combustíveis, especialmente os biocombustíveis, na companhia, embora já tenha tratado disso na exposição? Podemos prever uma data para novas fontes se tornarem economicamente viáveis? Então, essa é uma dúvida que o Brasil e que nós vimos nos questionando.

Questão 3 e última: considerando que o aumento da quantidade de etanol adicionado à gasolina pode elevar ainda mais o preço de ambos os combustíveis e tendo em vista a instabilidade da produção de álcool, é possível aumentar isso ou não? É um questionamento também. Muita gente fica nessa dúvida.

Em resumo, seriam essas três questões. A primeira é em relação ao refino da gasolina e à possibilidade de distribuir isso, de terceirizar isso, de chamar a iniciativa privada para participar; temos boas logísticas e o pré-sal está vindo aí. As outras duas são questões do biocombustível e as questões de futuro.

São essas colocações que faria à ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Passo a palavra agora para o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente Delcídio do Amaral; Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senadora do meu Estado, Lúcia Vânia. Cumprimento a Presidente da Petrobras e o Sr. Diretor.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o trabalho da Presidente frente à Petrobrás, dando uma transparência ainda maior. Nós vimos, como já foi dito aqui, que há uma grande tendência de mudança de rumos, transformando a empresa de um lado muito mais profissional e deixando o lado político. Várias tomadas de atitude foram tomadas nesse sentido.

Mas estou hoje querendo saber um pouquinho, Presidente, sobre etanol. O nosso Estado, hoje, é o terceiro produtor de etanol. Sabe-se que a Petrobrás optou por investir em refinarias de diesel em detrimento de refinarias para gasolina. Diante da atual falta de competitividade do etanol no mercado nacional, haja

vista os altos preços do combustível derivado da cana, o consumo de gasolina não cessa de aumentar. Para que se tenha ideia desse crescimento, de janeiro de 2010 até os dias atuais, esse consumo cresceu mais de dez vezes, sendo que, só de 2011 para 2012, o consumo dobrou. Em razão de tais fatos, indago a V. S^a: qual a política que se pretende instituir para fazer face a esse aumento exponencial no consumo da gasolina? Até quando continuaremos a comprar gasolina cara no exterior e a vender barato no Brasil? Não se pode deixar de considerar que essa política governamental configura inegável *dumping* face ao etanol, além do que, atendendo a um apelo do sócio majoritário da empresa, o Governo, prejudicam-se os sócios minoritários, que arcam com preços mais altos pagos externamente pelo produto posteriormente vendido no mercado interno a preços baixos. É aquele velho provérbio: fazer cortesia com o chapéu alheio.

Por fim, gostaríamos de ouvir de V. S^a quais são os planos da Petrobrás no que concerne a investimento na produção de etanol.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra agora o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, a Senadora Lúcia Vânia, parabenizar a exposição da Presidente Maria das Graças Foster, saudar o nosso Senador, Diretor da Petrobrás José Eduardo Dutra.

Eu queria começar falando de uma entrevista do Presidente da Petrobrás, Gabrielli, de uma entrevista ao Nassif, em que ele falava do começo da gestão do Presidente José Eduardo Dutra e do papel inicial daquela nova gestão que assumia em integrar o sistema Petrobrás, e utilizava um termo: a Petrobrás foi segmentada, do ponto de vista corporativo, em partes estanques, que não se comunicavam. Chegaram a falar em privatizar algumas partes dela.

Eu queria voltar ao início da gestão do Presidente José Eduardo Dutra, desse esforço de integração do sistema Petrobrás. Queria falar também da gestão, de concurso público – dez anos sem concurso público –, do papel daquele concurso público hoje na Petrobrás na entrada de um novo perfil de jovens engenheiros, quando a história da Petrobrás passou a ter sequência entre os seus funcionários mais capacitados, experientes, que passam um pouco desse conhecimento para essa nova geração.

Queria falar do saldo dos investimentos. V. S^a aqui apresentou números em reais. Eu peguei no *site* da Petrobrás os números em dólares. De 2002 a 2011, houve um salto de investimentos de US\$6,4 bi para

US\$43,2 bi; em dólares, o salto é de 570%. Fica parecendo que tudo é um acaso – achamos o pré-sal. E eu queria perguntar à senhora, que acompanhou todo esse processo, em diversas funções no Ministério, mas sempre ali muito perto, em que momento houve essa virada no aumento dos investimentos em produção e exploração? Acho que é importante, neste momento, a gente retomar um pouco essa história.

Esse depoimento, hoje, aqui, está sendo muito importante porque por semanas, aqui nesta Casa, o que se escutava eram teses as mais diversas possíveis sobre esse prejuízo neste semestre. Está aqui, o fato está explícito na sua apresentação. Só pelo fato de ter havido a depreciação cambial, de o dólar ter saído de R\$1,82, em 31 de março, para R\$2,02, em 30 de junho, isso teve um impacto de 6,9 bilhões.

Mas eu queria entrar num tema delicado, do qual muita gente tenta fugir, que é a questão do preço dos derivados e do preço da gasolina. Aqui há um debate central para ser feito com os Senadores do PSDB, os Senadores que defendem uma visão mais liberal desse processo.

A Petrobras é uma empresa pública. O desafio da Petrobras é equilibrar os interesses dos acionistas mais o interesse do Governo e da maioria do povo também. E nisso temos concepções distintas.

O que aconteceu na crise de 2008? Qual foi a posição correta da Petrobras? Incrementar investimentos, ter um papel, uma ação contracíclica naquele momento. Outras empresas, Sr. Presidente, agiram só com a lógica do lucro privado, como a Vale do Rio Doce, que demitiu. A Petrobras não pode fazer isso, é uma empresa pública também, o maior acionista é o Governo. Então, naquele momento da crise 2008/2009, a Petrobras agiu de forma apropriada. Alguns querem que a Petrobras seja administrada hoje como se fosse uma empresa privada.

Parabenizo V. S^a por, inclusive, no primeiro ponto da exposição, falar de índices como geração de emprego, redução de miséria, porque é isto: uma Presidenta da Petrobras tem que conciliar, na verdade, todos esses interesses, tem de olhar para a maioria do povo.

Vou defender uma coisa aqui – o que talvez a Presidenta da Petrobras não faça e ela tem o dever de zelar pelos acionistas. No ano passado, quem viveu nesta Comissão de Assuntos Econômicos sabe o clima de tensão no País com a pressão inflacionária, Senador Armando Monteiro. Nós acabamos no teto da inflação, 6,50 cravados. O que queriam alguns? Que houvesse um aumento de preço naquelas circunstâncias? Ao aumentar o preço, a inflação subiria e ter-se-ia que aumentar a taxa de juros, Senador Armando Monteiro. Era um quadro muito delicado na economia.

O Banco Central, a partir de 31 de agosto, começou a baixar a taxa de juros, e a gente sabe que isso teve impacto na empresa. Acho que se está construindo um cenário agora de reversão dessa política. Não sei quando, mas todos nós sabemos que haverá uma reversão dessa política.

Agora quero chamar a atenção aqui. Vários Senadores falaram, fizeram discurso aqui dizendo que, naquele quadro do ano passado, não existia nenhuma alternativa. Com o aumento de gasolina e dos derivados naquele período, o impacto na inflação era terrível, inflação que já estava no seu teto, e nós iríamos comprometer a política de redução de taxa de juros, tudo isso.

Então, a gente sabe o porquê desse período de dificuldades por que a Petrobras está passando. Eu queria registrar tudo isso.

Aqui no debate vieram visões do Senado e da Câmara dos Deputados. Eu sei disso, porque minha assessoria recolheu vários pronunciamentos sobre o tema para eu me preparar para esta audiência. É que muita gente não fala a verdade. Na verdade, questionam por que, no Brasil, estamos fazendo uma refinaria no Nordeste, por que estamos fazendo em Pernambuco, por que estamos fazendo no Ceará e por que estamos fazendo no Maranhão se o maior centro consumidor é no Sudeste. Sabem por quê? Porque a Petrobras é uma empresa pública e desenvolvimento regional tem que fazer parte deste debate também; é tudo isso.

Presidente, carioca, Maria das Graças Silva Foster, nós conhecemos seu trabalho, a capacidade de gestão de V. S^a. Sabemos que a Petrobras apresentou esse resultado nesse trimestre, mas temos perfeita confiança de que a companhia, a partir deste momento, com os novos investimentos, vai retomar esse ciclo.

Ficam tentando criar divisão aqui e fiz questão de remontar ao início da gestão do Presidente José Eduardo Dutra, porque temos orgulho dessa Petrobras e temos orgulho desse modelo de desenvolvimento com inclusão social que estamos criando no País! Por isso alguns falam: “Conteúdo local? Ah não, isso está atrasando.” Aqui... E eu pegava...

Concluo minha fala citando um professor especialista em petróleo da Coppe, Alexandre Szklo, que diz o seguinte: “Isto aqui não é corrida de 100 metros rasos, é uma maratona. O importante é saber como o pré-sal vai gerar o máximo valor para a sociedade em um tempo longo.”

Isso é fundamental. Nós não queremos aqui doença holandesa. Nós temos que desenvolver a nossa indústria. Se tiver que demorar mais um pouco, que demore mais um pouco, mas temos que desenvolver a nossa indústria e investir em ciência e tecnologia.

Encerro dessa forma, saudando e parabenizando pela exposição de V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra agora o Senador Armando Monteiro, depois o Senador Suplicy.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar a Presidente Graça Foster, os Presidentes das duas Comissões que realizam esta audiência: a Senadora Lúcia Vânia, da Comissão de Infraestrutura, e o Senador Delcídio do Amaral, e também o nosso sempre Senador José Eduardo Dutra.

Presidente, assisti aos questionamentos feitos pelos companheiros e a essa última manifestação candente do nosso companheiro Lindbergh, com quem normalmente partilho visões e opiniões, mas há um dado que é de realidade. Admiro muito o seu estilo franco, direto, que é muito importante, a meu ver, para este momento da empresa.

O desafio que me parece fundamental é a garantia do plano de investimentos da Petrobras. Essa é a questão substantiva. Para se ter uma ideia da importância desse programa, meu caro Senador Delcídio do Amaral, lembro que ele equivale a algo em torno de 13% da formação bruta de capital do Brasil. Como se daria essa conta?

O Brasil investe algo entre 18% e 19% do PIB. Só o programa da Petrobras, que representa cerca de US\$50 bilhões/ano, significa de 12% a 13% da taxa de investimentos do País. Portanto, a realização desse programa de investimentos é fundamental para o próprio equilíbrio macroeconômico do País, para a sustentação da taxa de investimento.

É evidente que as fontes de financiamento desse programa têm um componente fundamental, que é a geração de caixa da própria companhia, a autogeração de recursos, sobretudo considerando que nós vivemos num mundo conturbado, onde as fontes de financiamento externas são também, de alguma maneira, voláteis. E é bom lembrar que, no modelo de partilha que a sociedade brasileira veio a consagrar, a Petrobras terá sempre um papel muito importante como agente principal, ou não, na realização do investimento.

Então a minha pergunta é a seguinte. O resultado do trimestre em grande medida reflete a desvalorização cambial e é meramente um efeito contrário. Eu gostaria de ter visto aqui nos quadros o resultado da geração de caixa no período, ou seja, como se comportou o Ebitda, porque aí nós não temos problema de efeito contábil; é geração de caixa. A Presidente lembrou que é fundamental manter a Petrobras como investimento *grade*, como grau de investimento, para que ela possa cumprir esse papel ao longo do tempo.

Então eu perguntaria à Presidente: como está, no final do segundo trimestre, essa relação entre dívida líquida e geração de caixa ou Ebitda no período? Eu gostaria de ter essa informação.

E a segunda questão é para saber como essa fonte, que é de autogeração, da geração de caixa, será afetada por variáveis importantes, os preços, obviamente.

Então que palavra a Presidente nos traz sobre a garantia de que a Petrobras terá efetivamente condições de sustentar essa taxa de investimento?

Para concluir, quero dar um testemunho da importância do Prominp, Presidente Graça, esse programa que a Petrobras realiza não agora, nos últimos anos, mas há muito tempo para capacitar e qualificar um programa de fornecedores no País.

Eu queria que a Presidente nos trouxesse também uma breve avaliação dos resultados do Prominp nesse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, prezada Senadora Lúcia Vânia, querido companheiro no Senado, meu Líder, José Eduardo Dutra, diretor de empresa do conjunto da Petrobras, prezada Presidente Maria das Graças Silva Foster, quero cumprimentá-la pela maneira como vem conduzindo a Presidência da Petrobras, essa tão importante empresa brasileira.

Diante das dificuldades por que tem passado a Petrobras, gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhe indagar sobre os objetivos maiores que o próprio Presidente Lula e a Presidenta Dilma Rousseff colocaram quando foram descobertas as primeiras reservas de grande porte no fundo do Oceano Atlântico, na camada pré-sal. O Presidente Lula, então, mencionou mais de uma vez ao povo brasileiro que “parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil, ensinou a Petrobras a encontrar no fundo do Oceano Atlântico, na camada pré-sal, extraordinária reserva petrolífera”, o que vai nos permitir, em breve, estar erradicando a pobreza absoluta, prover boas oportunidades de educação para todos os brasileiros e brasileiras, desenvolver o progresso científico-cultural, cuidar melhor do meio ambiente e ter melhor assistência do ponto de vista do sistema público de saúde. E todos nós nos animamos bastante, e eu, em especial, que tenho acompanhado um exemplo que me parece tão significativo para o mundo e que vem, mais e mais, sendo objeto de atenção.

Ainda neste ano de 2012 saíram livros a respeito de como uma experiência pioneira no Estado do Alas-

ca pode servir de exemplo para todo o mundo. Permita que eu possa sintetizá-la, porque gostaria de lhe pedir um paralelo sobre se nós brasileiros poderemos ter, um dia, uma expectativa semelhante.

No início dos anos 60, o prefeito de pequena vila de pescadores, Bristol Bay, observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca. Boa parte da população era pobre. Disse o prefeito aos seus concidadãos: “Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá”. “Mais um imposto; sou contra” – muitos disseram. Demorou cinco anos para ele persuadir a comunidade. Eis que, uma vez instituído, deu tão certo que, dez anos depois, esse prefeito Jay Hammond, se tornou governador do Estado do Alasca. Não sei se V. S^a teve oportunidade de conhecê-lo. Eu tive e conversei com ele sobre isso. Então, ele me contou essa história.

Acontece que, eleito governador, tal como no Brasil, recentemente – vou aguardar o Senador Casildo Maldaner, por favor –, naquela época, no final dos anos 60, o Alasca descobriu ao norte, na Baía de Prudhoe, enorme reserva petrolífera. Então, disse o Governador aos seus 300 mil concidadãos, habitantes do Alasca então: “Nós precisamos pensar não apenas na geração presente, mas também na futura, porque o petróleo, como outros produtos naturais, não é renovável. Vamos separar, pelo menos, 25 % dos *royalties* para instituir um fundo que a todos pertencerá”.

Quis que a proposta fosse debatida e votada por todos: 76 mil disseram “sim”, 38 mil “não”. Venceu a proposta. Então, aqueles recursos, 25% dos *royalties*, passaram a ser investidos em títulos de renda fixa (U.S. Bonds), ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar a sua economia, dos Estados Unidos e internacional. A senhora poderá verificar essas ações no *site* do Fundo Permanente do Alasca, Alaska Permanent Fund, inclusive as da Petrobras, da Vale do Rio Doce, do Itaú, do Bradesco, das 30 empresas mais rentáveis do Brasil, o que significa que nós colaboramos para que isto ocorra lá: empreendimentos imobiliários. E o fundo passou de US\$1 bilhão, no início dos anos 80, para US\$41,5 bilhões hoje.

Cada pessoa residente no Alasca, desde que há um ano ou mais, preencheu, entre 1º de janeiro e 31 de março, um *application form* de uma página apenas, informando: sou Maria das Graças Foster, resido nesse endereço, trabalho aqui na Presidência da Petrobras. Não era preciso declarar qual o seu rendimento, qual o seu patrimônio, porque será igual para todos. Declara que esteve lá residindo há um ano ou mais. Só precisa provar isso. Responde por suas crianças de até 18 anos e por elas recebe. E duas pessoas testemunham se a declaração é verdadeira.

Uma vez feito isso, na última semana de setembro ou primeira de outubro, por transferência eletrônica, se a senhora estivesse lá residindo, teria recebido a cada ano, desde o início dos anos 82 para frente, US\$300,00, US\$400,00, US\$500,00 e assim por diante. No ano 2008, quando o preço estava lá em cima, e era um ótimo resultado, foi pago US\$3.269 por pessoa. Numa família de pai, mãe e três crianças, US\$16 mil pelo direito de participar da riqueza do Estado.

Qual foi a consequência para Estado do Alasca? Tornou-se o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

O coeficiente de Gini do Brasil, que diminuiu de 0,59, no início de 2002, para 0,512 no início deste ano, melhorou bastante, mas ainda assim somos o 15º mais desigual do mundo pelo Banco Mundial. Não estamos entre os três mais desiguais, mas somos o 15º, ainda muito desigual.

Pois bem. O coeficiente de Gini dos Estados Unidos, no ano passado, foi 0,47. No Distrito de Columbia, o mais desigual, onde fica Washington, D.C.: 0,533 – acima do brasileiro hoje. No Estado do Alasca, 0,40. Até mesmo para a ex-Governadora Sarah Palin, no último ano de seu governo do Tea Party, lá republicano, que pagou o maior dividendo até hoje, e para qualquer liderança no Alasca é considerado suicídio político sugerir uma modificação desse procedimento.

O Brasil teria condições de, por tudo aquilo que o próprio Lula colocou das reservas do pré-sal, em anos próximos, realizar uma atividade e, ao mesmo tempo, garantir que ela de fato beneficie todos os hoje 194 milhões de brasileiros. E eu gostaria muito de ajudar a Petrobras nesse propósito.

Agradeceria muito se a senhora pudesse nos informar se, efetivamente, na sua visão, por todo seu conhecimento – inclusive porque a Petrobras e a sua direção estudaram as diversas formas de fundo, como o da Noruega, possivelmente o do Alasca e outros –, como vê essa perspectiva que está sendo objeto do diálogo aqui no Congresso Nacional, para decidir o que vamos fazer dos benefícios decorrentes da riqueza extraordinária proveniente do petróleo, objeto de exploração da Petrobras.

Meus cumprimentos pelo seu desempenho à frente da Petrobras, por sua energia contagiante e pela forma como vem conduzindo a Petrobras, em harmonia tão especial com a querida Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Encerradas as discussões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, por favor. Ainda d margem para uma única pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro José Eduardo Dutra, Sr^a Presidente, a Petrobras já com suas décadas foi, sobretudo no começo, quando criada por Getúlio Vargas, mais do que uma empresa de petróleo; foi um vetor do progresso da industrialização que então, no Brasil, estava em marcha.

Quando a gente analisa o que hoje acontece na Europa ou o que acontece mesmo no Brasil, temos um sentimento – muitos economistas o dizem, mas pode não ser fato – de que está havendo o esgotamento de um modelo econômico; está havendo o esgotamento de um modelo baseado mais no consumo do que na poupança, baseado numa certa irresponsabilidade fiscal, até mesmo quando a gente se considera com responsabilidade fiscal; está havendo um esgotamento das finanças públicas diante do quadro, do programa de bem-estar social, de transferência de renda. E a impressão é que terá de surgir em algum momento, e não deve demorar, algum novo modelo econômico na Europa e há que se espalhar pelo mundo.

A minha pergunta é se a Petrobras se recicla para esse novo modelo, inclusive como uma grande promotora de fontes alternativas de energia, ou se já se prepara para ceder lugar a outras empresas, outros vetores do progresso menos voltados a combustível fóssil, à produção ou a outras entidades e mais voltados à produção de energia de outras fontes, no caso, renováveis, que não sejam esgotáveis, como é o caso do petróleo.

E a outra pergunta é sobre as estratégias de longo prazo da Petrobras. Primeiro: existem essas estratégias ou elas são impossíveis diante das incertezas? É possível estratégia de longo prazo? Qual o espaço que a Petrobras trabalha no que se refere a fontes alternativas de energia, não apenas como complemento do combustível fóssil, mas como alternativa ao combustível fóssil?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, agradeço.

Primeiro quero saudar aqui a nossa Presidenta, Maria das Graças Foster, saudar também o José Eduardo Dutra e os dois Presidentes: Delcídio e Lúcia Vânia e dizer que é um prazer muito grande essa audiência.

Apenas para não ser repetitivo, quero ressaltar a importância de ter uma empresa que tenha o seu papel na relação com acionistas, mas também de empresa pública.

Destaco aqui exatamente a bicentralização dentro de uma estratégia nacional nos investimentos. Tínhamos investimentos no Brasil sempre, a Petrobras, muito concentrados em uma ou outra região. Eu acho que hoje passamos a ter investimentos em todo o Território Nacional por parte da Petrobras. Isso é possível?

Eu quero aqui já de pronto agradecer ao José Eduardo Dutra. Quando Presidente, estivemos tratando da necessidade, e ele ajudou muito lá, de voltarmos a ter na ANP trabalho com pesquisas, o que permitiu, por exemplo, grandes descobertas nessa área de gás onde está incluída a bacia do Parnaíba, nessa nova fronteira, que é um dos focos colocados pela Petrobras de gás e petróleo, no pré-sal e no pós-sal, tanto em mar quanto no território.

Nesse caso, outra pergunta eu faço. Aliás, quero aqui ressaltar o que o Senador Lindbergh disse aqui da importância de termos essas três bases: a de Pernambuco, com porto profundo; a do Ceará, com porto profundo; a do Maranhão, com porto de Itaqui, um dos um dos portos com capacidade de atracação de embarcações de maior calado que eu acho que deve haver no Brasil hoje.

Claro que outros Estados, como o Piauí, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, assim como outras regiões, desejam também ter refinaria. Mas compreendemos que há, para este primeiro momento, uma sinalização da descentralização de investimentos para outras partes do Brasil, ajudando no desenvolvimento econômico. E aí é preciso ter cuidado para não haver uma desigualdade intrarregional. Chamo a atenção aqui, neste caso específico, para a região Nordeste.

Veja, faço uma pergunta em relação, pelo que a gente vê aqui, às perspectivas do mundo de maior consumo de biocombustíveis, mais do que de gasolina, mais do que de óleo, mais do que de outras áreas, perspectivas normalmente acima de 100% no Brasil e no mundo. Bom, isso sendo fato, nós tivemos um problema, e eu digo isso como quem foi pioneiro – o Piauí foi pioneiro na produção de biocombustível, com a mamona. E ali nós tivemos um erro estratégico ao deixar que o leilão de uma base de produção como a mamona em semiárido pudesse ter que concorrer, por exemplo, com a soja. Ali nós tivemos esse problema. O que eu queria era exatamente verificar isso, porque foi feito o reparo mais à frente, mas deu efeitos colaterais no período em que as medidas não foram tomadas. E algumas bases como a da Bahia e a do Piauí foram desativadas por conta do longo período até encontrar uma solução.

Então nós estivemos algumas vezes com a Petrobras, tratando da necessidade da retomada. Além do pinhão manso, nós temos condições de trabalhar

com a cana-de-açúcar. Assim, da mesma forma que se faz em relação a essa descentralização das refinarias, também, onde tem potencial, o mesmo deve ser feito com outras bases. Nós temos lá condições com a cana-de-açúcar. Isso já estudado, inclusive com a participação de órgãos nacionais, e eu queria aqui que pudesse ser pautado na Petrobras.

E a outra questão é exatamente como anda, nessas novas fronteiras, nessa área, o interesse da Petrobras em território para gás e petróleo na bacia do Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, eu vou passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, Presidenta da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Depois a Dr^a Graça vai responder a todas as perguntas feitas aqui pelos Senadores e Senadoras.

Minha querida Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Presidenta Maria das Graças Foster, Senador Dutra, eu quero dizer, Presidenta, da nossa alegria em recebê-la na Comissão de Infraestrutura.

V. S^a já colocou muito bem os dois pontos que foram motivos do convite para esta audiência pública. O primeiro deles, a questão do investimento 2012-2016. Acho que o Senador Monteiro colocou, com muita propriedade, a importância desses investimentos para o País. E o segundo seria a questão do prejuízo de R\$1,3 bilhões. V. S^a também pôde explicar isso, de forma didática. Quero cumprimentá-la pela eficiência da exposição.

Por fim, eu gostaria de fazer uma pergunta relativa ao meu Estado. Já foi colocada aqui pelo Senador Cyro Miranda a questão do investimento no etanol. V. S^a também tratou, na sua planilha, desse assunto. Segundo ponto: existe um estudo para o gasoduto chegar até Goiás?

No mais, quero agradecer a V. S^a e ao Senador Dutra a presença e dizer que a Comissão de Infraestrutura se encontra à disposição. Também quero agradecer o nosso Presidente por esta reunião conjunta, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidenta, Senadora Lúcia Vânia. Eu vou passar agora a palavra para a Dr^a Maria das Graças Foster. Se o Diretor Dutra também quiser usar a palavra, a presença de V. Ex^a é sempre muito bem vista e querida aqui na nossa Casa, que foi sua Casa também.

Eu passo a palavra à Dr^a Maria das Graças Foster. Mas gostaria, rapidamente, de fazer duas perguntas apenas. A primeira é quanto à questão do etanol. Eu vi

que o Senador Cyro Miranda levantou essa questão, e no meu Estado, assim como em Goiás, temos muitas plantas em operação. Mas, hoje, rota EVTE de uma planta, não há VPL que suporte, em função do quadro atual de nossas usinas. Há algum projeto no sentido de revitalizar essas usinas e de, inclusive, criar as condições até para que a Petrobras tenha um protagonismo ainda maior nesse setor? Evidentemente, se o EVTE, se o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica não ajuda, é difícil a Petrobras atuar mais intensivamente, até com novas plantas nesse setor.

Pelo que entendi, os biocombustíveis terão um papel muito importante em função do perfil de novas refinarias. Portanto, esse é um tema essencial para a política de combustíveis no Brasil.

A outra pergunta é sobre o gás de xisto, Graça. O Brasil é rico também em xisto, e os Estados Unidos estão fazendo uma revolução em cima do gás de xisto.

São essas as duas perguntas que eu gostaria de fazer.

Passarei, agora, a palavra à Dr^a Graça para responder aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras. Antes, porém, Graça, a Senadora Ana Amélia foi chamada pelo Líder Eduardo Braga. Então, pediu que você pudesse deixar as respostas a ela para o final, porque retornará e gostaria muito de ouvi-las.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Obrigada por tantas perguntas muito boas, tecnicamente muito boas e que dão à Petrobras mais uma oportunidade de explicar a sua atuação, a sua gestão e o seu plano de negócio.

Responder a essas perguntas, para mim... Estou na Petrobras há 33 anos e trabalhei em praticamente todas as áreas da companhia. Mas são importantes os dez anos passados, quando eu estive como Secretária de Petróleo e Gás no Ministério das Minas e Energia, muito próxima do então Presidente da companhia José Eduardo Dutra.

Fui Presidente da Petroquisa, Presidente da BR Distribuidora, Diretora de Gás e Energia. Estive muito perto do Presidente José Sérgio Gabrielli. Então, vivi muito a empresa. Sou parte da empresa, porque comecei como estagiária, e sou parte da empresa, porque vivi dia a dia os últimos quatro anos e meio em que fui Diretora de Gás e Energia. Então, sou parte, sou parte do feito.

Bom, começando pelo Ex^{mo} Sr. José Pimentel, que me fez alguns comentários sobre prejuízo, sobre os custos da Petrobras, que já foram explicados. Eu não coloquei um programa importantíssimo que nós estamos lançando aqui até o final desse mês, que é o Programa de Redução de Custos Operacionais. Esse é um programa importante da companhia em

que precisamos capturar margens, otimizar os nossos custos operacionais, para que não percamos margem na comercialização que fazemos, por custar mais do que o necessário.

A atividade de petróleo e gás é, por si, uma atividade de alto custo. A Petrobras trabalha com uma base de segurança muito grande. Fazemos um trabalho preventivo, temos *benchmark* internacional em relação à forma de operação, em relação aos nossos custos de extração e de refino. E nós sabemos que temos oportunidade de capturar margem para o resultado líquido da companhia.

É o complemento que faço ao Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel.

Com relação ao refino, as refinarias da Petrobras, as novas refinarias viraram um sonho para a Petrobras. O consumo de derivados tem sido extremamente grande. Quando olhamos para o ano de 2020, indica-se um crescimento percentual de 4,6 por ano. Então, trabalhamos intensamente por essas refinarias.

Nós temos o que chamamos de Reunião de Análise Crítica, também um processo antigo da companhia, em que participo todos os meses, com todos os gerentes de projeto.

A refinaria do Ceará também é para nós um sonho importante de se materializar, para diminuir a nossa exposição à importação.

Essas refinarias que foram pensadas no início para exportação hoje são refinarias para consumo interno na Petrobras e ainda ficará uma pequena diferença para que a gente possa fazer as movimentações de importação e exportação.

Semana passada, eu tive reunião com os nossos técnicos da Petrobras que trabalham, quase moram no Ceará. Está muito próximo de assinarmos o termo de compromisso, junto com o Governo do Estado, para recebermos esse terreno.

Há uma discussão em relação à participação na aquisição de outro terreno pela Petrobras e pelo Estado, mas, de tudo que já se passou, em mais de um ano e meio de dificuldades, porque o assunto é difícil, ele não é trivial – obter um terreno que esteja autorizado por todos os órgãos competentes que vão autorizar sua operação é realmente uma etapa de muitas atividades –, então, Sr. Senador, estamos muito próximos de poder começar a trabalhar com o terreno.

E aí vem a outra etapa que é a mudança de fase da refinaria. O estudo de viabilidade técnico-econômica tem que se mostrar positivo. Os projetos da Petrobras precisam dar uma sinal positivo de economicidade quando passam de uma fase à outra.

Quanto às perguntas da Senadora Ana Amélia, vamos esperar o retorno da Senadora.

Com relação ao que disse o Senador Alvaro Dias, gostaria de vê-lo, até para podermos falar de forma absolutamente clara das suas perguntas.

A nossa posição, Senador, é que nós não concordamos, de forma alguma, com a questão dos sobrepreços. Esse é um ponto de base, um ponto de forma. Sabemos, nós que trabalhamos na área de formação de preço – nessa área a nossa atuação é extremamente positiva, pois temos procurado construir com o TCU uma reciprocidade bastante grande, um canal de comunicação bastante grande –, que existem diferenças metodológicas com relação à formação de preço e aos *benchmarks* internacionais da indústria de petróleo e gás. Essa é uma diferença essencial. E eu tive a oportunidade de falar com o Ministro Presidente do TCU, Sr. Benjamin, que nós precisamos sentar para conversar a questão metodológica das planilhas de formação de preço, porque, senão, nós vamos cair sempre no mesmo ponto de discussão. E o que nós queremos na Petrobras é ser bastante efetivos, bastante propositivos, porque sei da minha obrigação perante o TCU. Então, nós não concordamos com as diferenças de preço.

Nós tivemos, em várias fases – essa é uma refinaria em construção, então, já passou da fase um, dois, três; está na fase quatro –, um aumento de preços relevante, como já foi discutido, provavelmente nesta Casa, possivelmente na época do Presidente Gabrielli, não sei se ele ou o Diretor da Petrobras aqui esteve.

Nós temos um erro básico de começo desse projeto. Como eu disse, nós passamos mais de 30 anos sem fazer nenhuma refinaria, enquanto construímos muitas unidades estacionais de produção, furamos milhares de poços de petróleo, construímos térmicas, construímos 4.000 mil quilômetros de gasodutos. Nós não construímos refinarias. Começamos com um *software* Icarus inadequado e nós erramos, erramos no começo.

De lá para cá, nós tivemos uma variação cambial bastante grande que ocasionou um crescimento de mais de 4 bilhões no valor inicial previsto, juros de financiamentos que não foram considerados.

Nós tivemos custos, no período de 2007/2008, do grande crescimento econômico mundial, antes da crise, final de 2009. As margens de refino estavam muito altas. E houve, por isso, pela oportunidade, um custo muito grande no refino internacional. Então, tudo isso foi refletindo, refletindo, refletindo em preço. Existe uma planilha muito rica. Eu venho trabalhando muito essa planilha e os custos ali estão identificados.

O senhor faz a seguinte pergunta: como eu chamo esse sobrecusto, como o senhor colocou na sua fala – não sei se essa foi exatamente a palavra. Nós não

reconhecemos o preço maior no faturamento. Agora, dissemos que a essência, o começo de tudo isso, foi lá no básico, lá atrás, lá no conceitual, onde cometemos uma série de erros pela nossa inexperiência na condução desse projeto à refinaria. Do mesmo jeito que nós construímos dez térmicas não construímos nenhuma refinaria. Então, essa é a grande questão.

Com relação à Venezuela, Senador. Esse projeto foi concebido para ser um projeto de dois trens e a Venezuela deve estar presente. No meu entendimento, tenho manifestado isso. Tenho feito, da forma adequada, apropriada, uma cobrança aos meus colegas da PDVSA para que participem desse projeto. São dois trens: um trem de refino dedicado à PDVSA, com óleo PDVSA; um trem dedicado ao refino da Petrobras. Então, eles precisam fazer parte desse projeto para que a gente abra custos de escuta. Eles precisam resolver as garantias bancárias porque esse projeto faz sentido sendo um projeto binacional, Brasil/Venezuela. Tenho dois trens: um trem para óleo mais leve e outro para óleo mais pesado. O dono do óleo pesado é a Venezuela, é a PDVSA. É muito importante que eles venham participar efetivamente desse projeto. A Petrobras tem feito um esforço grande para que eles venham trabalhar conosco. Eles estão no final para resolver as garantias bancárias e as contragarantias que precisam apresentar aos bancos, ao banco chinês, ao banco brasileiro – BNDES. Torço, sinceramente, para que eles consigam superar seus desafios e para que venham participar do projeto conosco.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Existe um prazo para essa definição?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Existiram vários prazos. O último prazo que eu autorizei e que negocieei junto ao Presidente da PDVSA, Rafael Ramírez, porque não queria trabalhar mais com prazo de 3 meses, 2 meses, foi um prazo que vai até novembro. Se chegar novembro, e eles não apresentarem as garantias vou discutir um novo prazo. Não quero que eles digam: não, não vou. Quero que eles digam: sim, eu vou. De quanto tempo você precisa? Eles precisam vir porque essa refinaria foi desenhada para a Petrobras, foi projetada pela Petrobras e pela PDVSA. Ela tem um custo por trabalhar com dois óleos. Ela tem trens paralelos. Faz sentido econômico. Só estou falando no econômico, não estou trabalhando a questão binacional, a questão política, porque isso faz muito bem o Ministério de Minas e Energia. Estou falando especificamente do ponto de vista econômico. A PDVSA precisa vir para ser sócia dessa refinaria efetivamente, porque essa refinaria foi projetada para dois petróleos. A gente projeta uma refinaria para um *mix* de petróleos de um petróleo único. Esse petróleo

único é que vai otimizar todo o trem de refino. Então, é muito importante que a PDVSA venha.

Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas isso tem no projeto?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Ele tem um custo adicional porque tratará de um petróleo pesado. Tratará não, ele está sendo construído para refinar um petróleo pesado. Então, vem a PDVSA trabalhar com a Petrobras.

Deixe-me ver aqui. O segundo trimestre foi como o senhor colocou, foi um prejuízo que nós tivemos de R\$1,3 bilhão, principalmente, motivado pelo câmbio. Setenta e quatro por cento da nossa dívida vinculada contratada em dólar. Essa contratação em dólar é mais adequada para a Petrobras. Na verdade, nessa contratação em dólar já tem um *hedge* natural no negócio petróleo, ele é todo “*hedgeado*” em dólar. A receita, bem ou mal, em curto prazo, é valorada, é valorizada em *brent* petróleo, em dólar por barril. Então, quando se fazem transações comerciais em dólar, ida ao mercado em dólar, está-se fazendo um negócio adequado. Houve essa mudança grande no câmbio. No fechamento do câmbio, no mês do fechamento do trimestre, ele estava US\$2,04. Isso dá uma diferença muito grande no resultado.

Na sequência, há Senador Casildo Maldaner.

Onde é que está o Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Teve de sair.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Teve de sair. Respondo?

Bem, é sobre importação. Temos cinco refinarias. Se não é possível produzir... Elas são todas voltadas para diesel, todas as refinarias. Isso é importante. E a gente tem sido insistente nessa colocação. Todas elas são refinarias para conversão do óleo no máximo de diesel possível. Por exemplo, na refinaria, por exemplo, da PDVSA, a conversão é de 70% para diesel; o projeto inicial era de 60% e passou para 70% pela demanda que nós temos de diesel.

Pergunta se não é possível produzir gasolina nessas refinarias novas.

Nós não consideramos a possibilidade de mudança do escopo dessas novas refinarias, porque se a gente muda o escopo dessas refinarias, para que elas também façam uma conversão para gasolina, certamente, nós vamos ter mais um atraso na partida dessas refinarias. Então, o que nós estamos olhando são, nas refinarias atuais, em quais as refinarias nós podemos também ter uma produção de gasolina com um investimento menor. Então essa é a análise que nós temos feito.

Com relação a biocombustíveis, há novas pesquisas? Sim, muitas pesquisas. Nós criamos a Petrobras Biocombustível, uma empresa 100% Petrobras; o Centro de Pesquisas da Petrobras é o braço de pesquisa da Petrobras Biocombustíveis. Nós temos uma dívida muito grande, nós, Petrobras, junto ao segmento da mamona, porque nós começamos o programa do biodiesel trabalhando a mamona e percebemos que faltavam ainda mais investimentos em pesquisa para que nós pudéssemos produzir biodiesel de forma competitiva. Então nós temos uma lista de mais de dez projetos com as universidades brasileiras, na busca de otimização de custos dos processos, para que possamos produzir biodiesel de mamona de forma competitiva economicamente.

Com relação ao etanol. O etanol precisa voltar. A solução mais simples para a falta de gasolina não é construir ou ampliar a capacidade de produção de gasolina. Eu tenho absoluta certeza de que é mais fácil o etanol voltar à praça com vantagens em termos de volume. Então, para mim, eu entendo que o que precisa voltar é o etanol. Porque como tenho certeza de que o etanol vai voltar, a hora em que ele voltar, eu vou ficar com um volume adicional de gasolina e vou ter que exportar essa gasolina a algum custo em alguns momentos.

Então nós estamos estudando, sim, verificar a análise econômica para ampliar a capacidade de gasolina nas refinarias antigas, porém a grande motivação, o nosso grande cavalo de batalha, é a volta do etanol. Nós sabemos produzir etanol, é muito mais simples produzir etanol, o capex é muito menor, o Brasil tem a cara do etanol, o etanol tem a cara do Brasil. Eu entendo que não há nenhuma razão para que esse etanol não volte em um, dois, três anos. Não há por quê. Então, não há por que não voltar. Não há por que não voltar.

Eu acabei aqui também falando sobre uma pergunta semelhante que o Senador Cyro nos fez. Onde é que está o Senador? Está lá atrás o Senador Cyro Miranda, PSDB de Goiás. Eu digo, com relação ao etanol e ao consumo da gasolina cara, esta é a posição, Senador: a volta do etanol.

Planos para o etanol. Nós temos muitos planos para o etanol. A Petrobras é uma empresa de energia e a sua grande vocação são os hidrocarbonetos. Mas nós entendemos, e por isso criamos a Petrobras Biocombustível, que é muito importante que nós possamos ter no nosso portfólio de venda um combustível tão importante quanto o etanol. Etanol para nós, com a gasolina que nós produzimos, com a gasolina que nós podemos importar em alguns momentos, nós teremos, sim, uma vantagem competitiva bastante grande. Se tivéssemos uma participação maior de etanol, talvez

as dificuldades atuais pela falta do etanol fossem menores. Então, plano objetivo: crescer em etanol.

Como disse o Senador, hoje, com os preços atuais de etanol, quando se roda e se faz o estudo de viabilidade técnico econômico, ele não passa, ele não dá resultado positivo. Então esse é um ponto.

A partir do momento em que haja uma melhor ou uma adequada convergência de preços no Brasil, o etanol também convergirá para preços adequados, e a solução se resolve, o etanol volta para a carteira nossa.

Nós sabemos fazer etanol. Quando eu falo “nós”, estou falando do País, que sabe fazer etanol muito bem. A Petrobras ainda não sabe fazer tão bem, mas ela tem se associado a grandes usineiros, e temos aprendido muitíssimo com esses usineiros. Por isso, acreditamos que esse etanol voltará.

Nosso ilustre Senador Lindbergh fez colocações extremamente importantes que vão à época do Presidente Gabrielli, recente – há sete meses o Presidente Gabrielli conduzia a empresa –, do Presidente Dutra. É um trabalho permanente. Nós somos uma empresa tão grande. Nossa empresa é grande, mas ela é mais do que isso, porque estamos construindo outra Petrobras: nós temos uma empresa de 2 milhões de barris de petróleo por dia, hoje, temos que trabalhar muito bem essa empresa; estamos construindo nesses próximos 4, 5 anos uma Petrobras de 4,6 milhões de barris de petróleo/dia. Estou falando só do Brasil. Então, a integração dessa empresa é muito importante. Temos hoje, controladas por nós, ou 100% Petrobras, 350 empresas ligadas a nós. Então, esse trabalho do José Eduardo, do Gabrielli, e meu trabalho é não deixar dispersar. Você não pode pensar em gás sem pensar que esse gás é associado ao petróleo, que você tem que produzir o petróleo. E quando nós tivemos um atraso de dois anos na curva, o grande desafio hoje da companhia é recuperar a produção de petróleo. Esse é o ponto, é fazer essa produção, porque é dali que vem o caixa e é dali, Senador, que eu uso menos o caixa da companhia. Não é isso? Quando eu tenho uma produção de petróleo maior, tenho automaticamente um caixa maior, que me permite fazer mais investimentos. Então, a integração é fantástica, é fundamental. Sem a integração da companhia, não podemos conduzir a companhia com a segurança que nós precisamos garantir.

Você falou sobre a taxa de câmbio. Nós falamos aqui que quando o câmbio estava 1,82%, no fechamento estava 2,02%. Nós estamos muito expostos a essa dívida em dólar. Todo final de mês, no fechamento, ficamos todos torcendo para haver uma descida do câmbio. O câmbio, realmente, para a Petrobras, causou alguma dificuldade, mas como já disseram os dirigen-

tes do nosso País, o Presidente Lula, às vezes o que é bom para um não é bom para outro.

A Petrobras passa por esse momento de grande investimento e essa não é certamente a prática da Petrobras para o resto da vida. Estamos investindo pesado, esse é um momento de investimento bastante significativo.

A reversão da política de preços da Petrobras também foi colocada pelo nosso Senador Lindbergh. Eu e a Petrobras, os diretores da Petrobras, temos plena consciência do efeito de aumento de preços na economia. Temos plena consciência e acompanhamos esse número semanalmente. Toda segunda-feira temos uma reunião da diretoria que acompanha, específica, extraordinária, para acompanhar esses indicadores econômicos e financeiros da companhia. O efeito é grande. Agora, uma companhia que investe tudo que a Petrobras investe tem que trabalhar pela convergência de preços. Não é a paridade de preços em tempo real, aumentou o petróleo, foi para US\$114, no outro dia ela bomba, você está lá em cima, porque isso promove muita especulação. Agora, nós, diretoria da Petrobras, a Maria das Graças, Presidente da Petrobras, trabalhamos pela convergência de preços; não pela paridade exata de preços, mas pela convergência. Por quê? Porque quem vai investir, quem está investindo US\$71 bilhões em refino não quer que esse mercado desapareça. O que a gente precisa é que os dois, três carros de uma mesma casa saiam para o mesmo lugar, dirigindo carros diferentes, consumindo combustível, que a gente tenha uma atividade agrícola forte consumindo diesel, porque nós somos praticamente o único fornecedor. Então, quando você tem essa sustentabilidade do crescimento econômico, você sabe que não pode passar a paridade de preços. Agora, nós trabalhamos pela convergência do preço. Não pode deixar o jacaré abrir muito a boca. Trabalhamos pela convergência.

Senador Armando Monteiro. Onde está o senador? Ele pergunta sobre a garantia do plano de investimento. O senhor tocou num ponto que eu acho

O senhor tocou num ponto que é o que mais me preocupa. Por quê? Sou engenheira e estou sempre nas obras. Mesmo como Presidente, vou menos às obras, mas vou. E quando você vê 40 mil pessoas trabalhando numa refinaria, como gente teve em Pernambuco; quando você vê 5 mil caras numa frente de obras construindo uma térmica; quando você soma tudo isso, você vê 60 mil empregos, porque esses empregos não são fictícios, são verdadeiros, existem, têm nome, telefone e endereço; você vê essa gente toda trabalhando, você sente o peso da sua responsabilidade perante o controlador e os acionistas minoritá-

rios, certamente, mas perante a sociedade brasileira, perante as famílias.

Então, precisamos dar continuidade ao investimento cuidadoso que a diretoria da Petrobras fez ao longo dos anos. Que nós tenhamos um envolvimento muito próximo para que a gente possa prosperar na manutenção dos investimentos da companhia. Nós sabemos o efeito que as nossas obras causam na geração de emprego e renda no País.

Então, Senador, o senhor tem em mim uma solidária pessoa, profissional que concorda 100% com a sua fala, que é fundamental que nós possamos continuar o nosso investimento.

A manutenção do caixa é fundamental. Nós temos que fazer a otimização de custos para incorporar caixa, manter a otimização para que a gente possa ter bons valores em relação ao EBITDA, que o senhor colocou.

Eu não fiz a apresentação desses números porque não queria cansá-los com todos esses números de EBITDA e tudo mais, mas eu pedi para o Mário Jorge, que é o Gerente-Executivo da Área Desempenho, que me recuperasse esses números numa apresentação maior.

Então, nós fizemos, no primeiro semestre de 2011, um EBITDA, em números redondos, de R\$31 bilhões. E, no primeiro semestre de 2012, nós fizemos um EBITDA de R\$27 bilhões. Existe uma diferença de R\$4 bilhões. Houve uma perda no EBITDA porque a receita foi muito maior, houve um volume grande da Receita, mas, como as margens de comercialização foram menores, nós também temos mais custos de despesas operacionais nesse período e nós tivemos uma menor geração de EBITDA.

Também o senhor me fez a pergunta com relação a endividamento líquido pelo EBITDA. Nós estamos a 2,4 vezes desse endividamento pelo EBITDA e nós estivemos, no ano passado, com uma diferença de 1,97 do EBITDA.

Então, nós estamos investindo mais do que no ano passado. Nós tivemos uma excepcional geração de caixa nesse trimestre também, mas, como o dólar veio muito pesado, e poços secos também, com 2,2 bilhões, nós tivemos também uma produção de petróleo menor, uma exportação de petróleo menor, porque, quando se exporta petróleo, exporta-se no preço que está lá. Há uma perda na logística, mas o resultado é muito bom.

Mas foi um EBITDA espetacular, 27 bilhões de EBITDA não é fácil, não. É um excelente resultado.

Para o Senador Cristovam Buarque, que estava aqui.

Ali está o Sr. Senador.

Fonte de energia. O senhor disse: o biocombustível como alternativa e não como complemento.

A Petrobras criou Petrobras Biocombustível, tem uma carteira grande e investe com parcerias internacionais para que a gente tenha uma associação com grandes centros de tecnologia fora, no exterior, que fazem o etanol de segunda geração, biodiesel de algas. Ou seja, estamos trabalhando junto com essas entidades internacionais e com as universidades brasileiras, porque nós enxergamos, sim, que o biocombustível será uma alternativa.

Porém, nós vivemos o mundo da tecnologia há muitos anos. Eu trabalhei 14 anos no Centro de Pesquisas da Petrobras, especificamente na área de perfuração, na área de produção em águas profundas, lá atrás, quando a gente ainda não tinha o pré-sal. E o que a gente não pode fazer hoje, o petróleo que você não consegue extrair hoje, ao se passarem três anos, a tecnologia, a ferramenta é aprimorada, e volta-se para aquela área e você produz mais do que produziu há dez anos.

Então, nós enxergamos o petróleo ainda com muitos e muitos, dezenas de anos ainda pela frente, mas, sem dúvida nenhuma, trabalhamos as alternativas, sim, e, por isso, criamos a Petrobras Biocombustível.

À Senadora Lúcia Vânia, que está ao meu lado e ao lado do Senador Delcídio, sobre o investimento no etanol. Nós queremos ser um dos maiores do etanol no Brasil. Hoje, nós somos a terceira posição. Praticamente 70% do investimento da Petrobras Biocombustível é para o etanol, tanto para o projeto *brownfield* quanto para o projeto *greenfield*, tanto aquisições e incorporações como a construção de novas unidades.

Hoje, está difícil ter um VPL, Valor Presente Líquido, positivo. Primeiro, quando a Petrobras chega, o preço de mercado vai lá em cima. Então, a venda, a aquisição toma valores astronômicos, e a Petrobras volta e não vai fazer aquisição quando o valor de mercado que não se justifica. Mas é plano da Petrobras, sim, crescer no etanol, não só pelo etanol como alternativa, que é uma solução de mais longo prazo, mas pelo etanol de hoje.

Produzimos etanol de hoje e nós temos a BR Distribuidora, que é a empresa de maior distribuição, de maior capilaridade no País, tem uma inteligência logística espetacular, eu tenho certeza de que o casamento da gasolina com o etanol e com a logística vai trazer margem para a Petrobras. Então, nós investimos, sim, no etanol e temos uma série de estudos voltados para Goiás. Uma série de estudos. Agora a gente está precisando de duas ações: primeiro, a recuperação do preço do etanol, e segundo, tirar da cabeça que a Petrobras vai pagar qualquer valor para a aquisição,

porque não vai pagar. Isso só vai postergar a nossa decisão de crescer no etanol.

Com relação ao VPL, Senador Delcídio, eu já antecipei, a revitalização das usinas também passa por essa precificação. Pergunta se nós consideramos os biocombustíveis importantes. Eles são muito importantes. A gente olha para uma Petrobras lá na frente e sabemos que esse casamento é extremamente relevante.

O gás de xisto. Nós temos investimentos *onshore* no Brasil. No Piauí e no Maranhão, nós estaremos, no próximo ano; se não me engano, são dois poços já aprovados e há mais um possível de ser perfurado desses poços que nós temos *onshore* na bacia que cobre Maranhão e Piauí. Os seus Estados têm-se mostrado interessantes em nível de estudo, em nível de possibilidade, mas a gente precisa avançar um pouco mais.

O gás de xisto, nos Estados Unidos, tem uma característica bastante preocupante para nós aqui, no Brasil. E aí eu estou saindo um pouco de dentro da Petrobras, olhando para fora e vendo que há um preço de gás extremamente baixo nos Estados Unidos, que não se justifica, porque essas técnicas de produção de gás do *shale gas*, do gás de xisto, não convencionais, o custo é bastante alto para a produção desse gás, porém o preço é reduzido quase ao preço de custo e compensado pelos líquidos do gás natural, o gás rico, que são matéria petroquímica extremamente importante. Então, há o etano, passa para eteno, faz-se o polietileno, e esses custos mais baixos podem deslocar a petroquímica para aquela região. Existem várias plantas de metanol, de petroquímicos, em geral fechadas, com esse preço de gás menor, muito menor, favorecido pelo etanol, garantindo margens para os investidores.

Então, preocupa-me a petroquímica, o deslocamento da petroquímica, porque não tem subsídio que possa competir com esse gás tão mais barato. Preocupa-me a petroquímica do Brasil de forma geral, independentemente de quem esteja investindo na petroquímica.

Agora, na bacia do São Francisco, por exemplo, a Petrobras já perfurou alguns poços, e outras empresas também já perfuraram. Nós temos, em Goiás e também em Parintins, nós temos também algumas atividades exploratórias que têm dado sinal interessante. Mas em todos os casos que eu citei aqui – Maranhão, Piauí, Parintins... Parintins o nome, não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Parecis.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Parecis. Parecis. Parecis. Nós temos que ainda fazer novos poços para confirmar acumulações e depois fazer novos poços para confirmar acumulações e depois fazer qualquer manifestação perante o mercado.

Quem eu não respondi? À Senadora Ana Amélia. Já respondi.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Foster, Sérgio Souza, do Paraná.

No Paraná, temos uma jazida muito grande de xisto. Há algum estudo para o Paraná, porque é uma região, parece-me, que tem uma das maiores jazidas do Brasil e é pouco explorada pela Petrobras?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós temos uma atividade xisto já no Paraná. Existe uma prioridade, existem os compromissos exploratórios junto com a Agência Nacional. Tudo que é menos prioritário hoje, à medida em que se vão acumulando dados, vai se tornando prioritário. Ninguém busca perfuração a 300 quilômetros da costa porque é uma empresa de alma *offshore*. Não é isso. À medida que se vão acumulando informações, a vocação, a orientação vai passando para gás, por exemplo, nas bacias *onshore*.

Nós temos uma série de trabalhos iniciais em todas essas bacias sedimentares *onshore*, avaliando e olhando a prospecção para gás. Mas nada de que a gente possa declarar comercialidade neste ano ou no próximo ano. É um levantamento permanente de informações, cumprindo os programas exploratórios mínimos que temos junto à Agência Nacional de Petróleo.

Mas é isso, vai-se acumulando dados, e o que era menos prioritário começa a ganhar prioridade, porque a gente tem que pagar as contas. Então, vai acumulando, fazendo receita e vai partindo para outros bons negócios.

À Senadora Ana Amélia. Existe, sim, Senadora, uma discussão do Ministério de Minas e Energia, em que, quando solicitada, a Petrobras participa, de tal forma que não participamos de todo o tempo; nós participamos em alguns momentos em que somos chamados pelo Ministério de Minas e Energia para avaliar a possibilidade de *swap* de gás, *swap* de energia, entre os dois países, Argentina, Uruguai, e os países na América Latina de forma geral. Mas, mais especificamente com relação à usina de Uruguiana, temos sido perguntados sobre a capacidade, a possibilidade de trocar gás e de trocar a geração de energia em momentos distintos do ano, para que a gente possa analisar essa térmica. Não é isso, Alcides?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Então, a gente faz uma entrega de gás GNL, a gente traz o GNL, entrega na Argentina, faz o *swap* de gás, através de Sulgás, e faz a geração em Uruguiana. Então, é possível, sim, e está tudo isso sendo visto do ponto de vista econômico.

Por exemplo, a Petrobras hoje tem no Mato Grosso uma térmica – a UTE de Cuiabá –, que não é nos-

sa térmica; nós temos uma autorização para entregar gás naquele gasoduto e alugamos essa térmica. Então, existem situações em que nem a térmica é nossa nem o gasoduto, não temos contrato, mas há uma permissão para que a gente faça essa movimentação de energia e gás dentro do País e com seus vizinhos parceiros, países parceiros.

Bom, o biodiesel vai crescer. Hoje, considerando só o B5, ele acompanhando o crescimento do *diesel*, há um crescimento previsto de 4,5% ou 4,69% de biodiesel nesses próximos anos, até 2020, puxado pelo crescimento do *diesel*. Então, é uma necessidade.

Como eu disse, a gente tem projetos de tecnologia que vão alavancar a economicidade de outras oleaginosas, como o pinhão manso e a mamona, que é algo que está muito próximo de a gente conseguir resultados satisfatórios.

Por que a gente tem aquela capacidade tanto de mamona como de biodiesel, tanto no Brasil quanto no exterior? A volatilidade da soja é muito grande e isso dificulta, certamente, a entrada de um volume adicional de biodiesel, mas a mamona tem uma volatilidade maior ainda. Então, tudo isso dificulta, eu imagino, o Governo brasileiro tomar a decisão de ampliar a participação de oleaginosas no *mix* de biodiesel.

A senhora perguntou sobre a autossuficiência de fertilizantes. Olha, eu não sei qual é a proposição, qual é o plano do Brasil, mas o da Petrobras não é buscar autossuficiência do Brasil em fertilizantes, porque nós não temos volume de gás suficiente. Por que veio a produção de fertilizantes para a Petrobras? Porque as térmicas hoje estão com 5,5 mil megawatts despachados, mas há quatro semanas elas estiveram gerando mil megawatts, há oito semanas estivemos gerando quase 6 mil megawatts. Há um indicativo de que a gente vá gerar 7 mil. Então, o Operador Nacional do Sistema Elétrico liga e desliga a Petrobras, é assim que funciona o modelo hidrotérmico. Então, essas plantas de fertilizantes que a senhora viu em Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas, a planta de amônia em Uberaba e outros projetos que nós temos vêm para que tenhamos um lugar para colocar o gás quando ele não é demandado pelas térmicas, colocar e agregar valor. Então, nós não temos hoje um volume de gás adicional para tornar o Brasil autossuficiente, mas temos esses quatro investimentos em fertilizantes – amônia, ureia e sulfato de amônio e os nitrogenados, em que a base é gás natural. Porque dos fertilizantes potássicos nós temos as jazidas, mas passamos o direito exploratório temporário para a Vale do Rio Doce, porque não é nosso *expertise*.

Preço dos combustíveis, Senadora. Nós trabalhamos pela convergência. É preciso que haja conver-

gência de preço, principalmente para uma empresa que tanto investe. Não acreditamos que a paridade imediata seja saudável para o País, mas trabalhamos pela convergência de preços.

Lições aprendidas, exemplos de lições aprendidas. São muitas as lições aprendidas. Para quem investiu no último plano 224,7 bilhões; no plano anterior, 206 bilhões; agora, 236,5 bilhões, as lições aprendidas são muitas, principalmente pensar muito bem os projetos antes de começá-los, trabalhá-los bem, como estamos fazendo com as plantas novas, com as refinarias novas. Está sendo feito um belo trabalho; há um ano e meio esse trabalho vem sendo feito pela equipe de refino e do abastecimento em que nós buscamos as métricas internacionais.

Aqui no Brasil, nos projetos da Petrobras, o trabalhador tem um trabalho que assegura a ele qualidade de vida no *site*, que não o expõe a riscos eminentes dentro de suas obras. O trabalhador trabalha com equipamentos de EPI, ele tem a hora de almoço, ele tem o restaurante dele; a gente exige o bom trato das companhias que contratamos. Em outros países – dos quais não citarei nem a região, nem o hemisfério –, eles tratam o trabalhador de uma forma muito diferente, Senador, da que tratamos no Brasil. Por isso, alguns processos de construção de *sites* têm um custo menor fora, mas esse custo à custa da vida do trabalhador a Petrobras não quer.

Então, trabalhamos com tecnologia para que a gente possa produzir mais e melhor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aliás, Srª Presidente, se me permite um aparte, faltou a questão dos acionistas.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ah, eu quero falar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sobre essa questão que a senhora falou do trabalhador, eu queria até cumprimentar a Petrobras, porque fizemos com o Senador Wellington Dias um debate sobre drogas, e a Petrobras trouxe um exemplo de muita qualidade do ponto de vista da participação da empresa nesse processo de acompanhamento, de orientação e de prevenção às drogas.

Então, eu queria registrar a satisfação de ver esse trabalho da Petrobras nessa área, que é um problema grave no Brasil,

Agora, ouço a sua palavra sobre os acionistas, porque os investidores estão, certamente, muito preocupados.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Exatamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Uma empresa livre de drogas.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É o trabalho da empresa livre de drogas.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Exatamente, Senador. Para nós é um grande orgulho esse trabalho que fazemos junto aos nossos empregados e aos familiares dos empregados também.

Com relação aos acionistas. Eu trabalho o dia inteiro com os olhos em cima do valor das ações e posso dizer para a senhora que é bastante constrangedor quando a gente conversa sobre o valor de nossas ações. Eu acredito que essas ações estão com o valor muito abaixo do valor real delas. Eu acredito também que o trabalho dedicado, focado, a equipe focada na conclusão dos projetos, a equipe focada na conclusão da produção de petróleo, por consequência, os valores das nossas ações voltarão ao patamar correto, ao patamar justo da época antes da capitalização.

Temos o óleo descoberto. Nós temos a *expertise* para gerenciar, nós sabemos construir, nós sabemos operar.

Ontem entrou Cidade de Anchieta, primeira tentativa de interligação do poço e do FPSO que veio de Cingapura. Nós tivemos um bom sinal da produção. Hoje fizemos o fato relevante ao mercado. Então, tudo isso nós sabemos fazer.

Esse óleo descoberto, que nós estamos atrasados dois anos, quando ele começar a aparecer, eu tenho certeza de que nós vamos recuperar o valor de nossas ações. E trabalhamos pela convergência de preço. Sabemos da importância que é manter esse mercado saudável, mas trabalhamos pela convergência de preço.

O que eu posso dizer para os acionistas é que comprem mais ações da Petrobras, porque o resultado está mostrado ali. Aqueles números, Senador, são absolutamente verdadeiros. Trabalhamos muito para atender as metas. Agora, é uma atividade que, por si só, consiste em um enorme desafio.

Eu queria agora me manifestar com relação à pergunta do Senador Suplicy, que está aqui me olhando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pensei que a senhora tivesse me esquecido.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, não, de jeito nenhum. Enquanto estou respondendo a uma pergunta, estou formulando outra aqui e cuidando para, ao responder uma pergunta, não desapontar, dentro da veracidade com que me pronuncio, não desapontar, por uma palavra mal colocada, outro Senador.

Essa é a pergunta mais difícil que hoje me fizeram aqui. Não se vai sair uma pergunta mais difícil, mas é uma pergunta difícilíssima.

Posso dizer que a Petrobras... O José Eduardo, aqui, é o diretor da pasta de responsabilidade social; é uma área em que aquilo que a Petrobras pode fazer toma o risco aqui de dizer que está fazendo perante a sociedade.

O Senador Wellington também me pediu para falar sobre – não sei se foi o senhor – sobre o Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural), sobre a indústria local; foi o Senador que estava aqui à minha frente. Nós temos feito um trabalho de formação, de educação, temos um trabalho lindíssimo que se chama Gerando Futuro, cujo piloto é em Três Lagoas. Temos 400 jovens trabalhando conosco, tendo aula todos os dias e mais de cinco horas de aula. Estamos implementando esse mesmo modelo em São Paulo, em São Sebastião.

Então, a Petrobras tem feito muito, mas não é tudo que pode ser feito pelo Governo Federal. O Governo Federal, na administração desse fundo social, pode fazer muito mais. Não sei dizer o que fazer nem como fazer na gestão desse fundo, porque é grande demais para mim. Eu teria que estar sentada de novo – e seria um grande prazer – do lado do governo. Estou ao lado do governo, não do lado. Eu precisaria ter essa discussão para que eu pudesse sugerir alguma forma de administração desse fundo. Agora, eu tenho certeza de que a decisão da criação do fundo social foi uma generosidade da mente humana, de quem elaborou a estruturação desse fundo, aquele anjo que passou e que iluminou a mente humana, para que pudesse conceber o fundo. Agora, cabe aos administradores a utilização desse fundo.

A Petrobras tem feito muita coisa, mas é muito pouco comparado ao que pode fazer o Governo Federal na gestão do fundo.

Eu gostaria que o senhor me mandasse por *e-mail*, se possível for, os endereços que o senhor falou aqui das pessoas que contaram histórias para o senhor. Gosto muito de ouvir histórias. Então, se o senhor puder mandar para mim, eu agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

No próximo dia 14, sexta-feira, estarei em Munique, na Alemanha, e ali falarei sobre a evolução da proposta da Renda Básica de Cidadania no Brasil, de como prevê a lei, de como iremos passar...

O Senador Pedro Simon pergunta se a senhora já ouviu falar a respeito.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu já ouvi falar da Renda Mínima.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Mas eu terei o maior prazer de... Eu vou voltar da Alemanha com o compromisso de trazer o livro que

conta a história de como o Alasca, nesses trinta anos, paga um dividendo a todos os seus habitantes e ali residentes há um ano ou mais e de como esse pode ser um exemplo daquilo que já é lei no Brasil. Só falta o Senador Pedro Simon persuadir a Presidenta Dilma Rousseff de que vale a pena começar o quanto antes.

Como a senhora falou com tamanha atenção, por exemplo, para todas as dezenas de milhares de trabalhadores na Petrobras e depois para todos os acionistas, eu quero transmitir para V. Sª, Presidente da Petrobras, a empresa que é uma das principais geradoras de recursos que vão para o fundo social cuja finalidade estamos aqui estabelecendo – e às vezes há disputas sobre se vai ficar mais com este ou aquele Estado –, que tenho a impressão de que o bom senso indica que os 194 milhões de brasileiros e brasileiras devem, de alguma forma, participar da riqueza comum encontrada, por exemplo, no fundo do Oceano Atlântico, diante do Brasil. Assim como o Alasca conseguiu, através do seu fundo permanente – e vou lhe mandar, de pronto, a palestra que tenho a respeito, que farei na Alemanha, no XIV Congresso Internacional da Bien, e lhe trarei o livro a respeito do exemplo do Alasca. Eu ainda não tenho; ele acaba de sair, mas vou encontrar o seu autor lá em Munique, porque ele é o Presidente da Rede Mundial da Renda Básica. Então eu vou lhe trazer, prometo, e lhe faço uma visita lá...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ...na sede da Petrobras para entregar o livro e conversarmos um pouco mais.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Está certo. Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

Senador Sérgio Souza, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srª Maria Foster...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois, o Senador Agripino e o Senador Pedro Simon, pela ordem também

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu sou do Estado do Paraná, um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, junto com Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e sou um dos Senadores que cuidam da agricultura do Brasil.

No final de semana passado, viajei ao interior do Estado e visitei cooperativas como a Coamo, além de empresas do setor sucroalcooleiro, dentre as quais está o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, e de ambos ou de vários ouvi uma preocupação muito grande com o desabastecimento de *diesel*, exatamente

neste momento do plantio da safra que começa lá no meu Estado, gerando uma instabilidade.

Estamos agora passando por um momento de falta de chuvas no Paraná, mas a previsão é de que chova nos próximos dez dias, quando todos os tratores irão ao campo e precisarão do estoque de *diesel* para plantar. Está muito recorrente no Paraná essa questão do desabastecimento do *diesel*.

Gostaria de saber da senhora qual é a posição da Petrobras, se isso já não foi respondido antes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Abrindo a nossa nova rodada de perguntas, o Senador Agripino pediu pela ordem e o Senador Pedro Simon também. Serão os últimos três, e a Dr^a Graça Foster responderá, para concluirmos esta excelente audiência pública que realizamos hoje, com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraestrutura.

Temos agora o quarto inscrito.

Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Dr^a Graça, eu gostaria de agradecer a sua presença, que é positiva nesta Comissão, acompanhada do nosso ex-colega José Eduardo Dutra, que exerce funções de diretoria na Petrobras, para os esclarecimentos que já aconteceram, mas eu gostaria de tecer algumas considerações de forma rápida e manifestar uma preocupação que acho que não foi ainda objeto de comentário nas perguntas e nas respostas que foram dadas.

Eu sou do Rio Grande do Norte, Dr^a Graça, fui governador, e o meu Estado ainda é o maior produtor de petróleo em terra. E, pelo fato de eu ter sido governador e ter assistido o processo de instalação, pela Petrobrás, das primeiras sondas, eu acompanhei de forma muito presente o alcance do Brasil na autossuficiência de petróleo. Eu lembro que foi, mais ou menos, na marca de produção de um milhão de barris de petróleo, foi quando alcançamos a autossuficiência, e o Rio Grande do Norte, que tem poços em terra, deu a sua contribuição. Eu me lembro que a autossuficiência foi anunciada com grande pompa e circunstância na P-50, quando o Presidente Lula lá esteve e carimbou, com as mãos sujas de petróleo, com um macacão laranja, e anunciou naquela oportunidade a autossuficiência. E aí vem a minha preocupação com as colocações que quero fazer a V. S^a.

A informação que tenho, e gostaria que fosse confirmada, é que a P-50, que foi um ícone na produção de petróleo do Brasil, porque foi lá que o Presidente Lula anunciou a autossuficiência, parece-me, produ-

zia 180 mil barris de petróleo/dia, e hoje produz 70 mil barris/dia. Dizem, inclusive li na *Folha de S. Paulo*, que a P-50 produz hoje mais água do que petróleo. Não sei se procede ou não, mas é uma coisa que me preocupa.

A Bacia do Roncador é outra que contribuiu em grande medida para a autossuficiência. Hoje o Brasil produz dois milhões de barris/dia de petróleo, e Roncador está no meio disso. Roncador chegou a produzir 460 mil barris de petróleo/dia e, pelo que me informam, a produção hoje está em 270 mil barris de petróleo/dia. Essas quedas de produção são a razão da minha preocupação e da minha pergunta, porque, no meu Estado, onde há uma enormidade de poços de petróleo em terra, se construiu até uma termelétrica, a Termosul, para produzir vapor para injetar nos poços para aumentar a produção de petróleo, com investimento. Eu não sei o que é que está ocorrendo com Roncador, com a P-50, se é esgotamento do poço, se é falta de investimento. O fato é que aquilo com que nós contávamos para a autossuficiência – 470 mil barris de Roncador, 170 mil barris da P-50 – hoje está em grande medida reduzido.

E isso me leva, aí sim, à pergunta que lhe faço, à minha preocupação. Em função dessas quedas e daquilo que a gente vem tomando conhecimento, o maior gol da Petrobras foi ter participado desse processo de anúncio da autossuficiência ao lado de outras empresas que contribuíram para esse gol, porque foi pelo processo de concessões que o Brasil atingiu a autossuficiência; a Petrobras comandando o processo, mas concessões dadas a outros parceiros privados, somando a produção, levaram o Brasil à autossuficiência no regime de concessão. E vem a minha preocupação. Eu não tenho ouvido falar na abertura de novas licitações. Será que a mudança do regime de concessão para partilha, em que a Petrobrás tem a obrigação...

Vou respeitar aqui o carinho do Senador Eduardo Braga.

Eu não sei se a mudança do regime de concessão para partilha, em que a Petrobrás está, pelo próprio processo, obrigada a participar de todos os investimentos, de todas as parcerias, não estaria inibindo o investidor privado a participar de licitações novas que viessem a compensar essas perdas da Roncador, da P-50 e de outras perdas que estão em curso ou que já ocorreram e que podem estar nos levando a importar muito óleo *diesel*, muita gasolina. É claro que isso vai muito em decorrência da qualidade do petróleo que se produz, eu sei disso.

Eu gostaria de ter a opinião da senhora sobre se a mudança da concessão para partilha não estaria afugentando investidores, que não estariam compensando as perdas das empresas e nem estariam participando, como se desejava, da exploração do pré-sal, que é a

grande esperança nacional em matéria de produção de petróleo. Essa é a pergunta que lhe coloco, com a preocupação que manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^a Presidente, infelizmente eu cheguei tarde à reunião e não tive oportunidade de acompanhá-la como gostaria, mas há muito tempo tenho acompanhado o trabalho de V. S^a na Presidência da Petrobras e tenho torcido e esperado, com grande expectativa, os seus acertos.

É interessante voltarmos à Petrobras, que viveu duas fases em termos de manchetes de jornais muito claras em sentido opostos. Ao final do governo do seu antecessor, a fase da Petrobras era uma espécie de euforia, de crescimento, de desenvolvimento, da expansão; era uma fase em que montava uma expectativa emocionante da Petrobras. Mas a sua entrada, com a análise que a senhora fez, com os dados que a senhora apresentou, o quadro tem sido bem diferente, e as interpretações feitas à Petrobras são as de que ela atravessa uma fase bem diferente daquela apresentada anteriormente.

A senhora não tinha nascido na época da nossa luta em defesa do petróleo. É algo que a gente vê, a minha geração de estudante, com muita paixão nesse sentido. Nós vivemos aqui um momento do governo do Fernando Henrique, que foi um pouco angustiante. Na época das chamadas privatizações dele, chegou a estar nas manchetes dos jornais a privatização da Petrobras e do Banco do Brasil. Tanto que, ao votarmos uma lei – e a gente votou, mas se falava que havia uma redundância desnecessária, que o monopólio da Petrobras está na Constituição e tem uma lei especial – nós exigimos uma carta compromisso do Fernando Henrique, em que ele assumia o compromisso de não mexer no monopólio da Petrobras e no do Banco do Brasil, o que, aliás, ele cumpriu. Houve um incidente grave, para mim, envolvendo a Petrobras, e eu analiso com respeito as privatizações feitas pelo Fernando Henrique e analiso a continuidade que vem sendo feito, de maneira direta ou indireta, inclusive pelo atual Governo, seguindo mais ou menos o mesmo sistema.

Mas houve uma que chocou muito o Congresso Nacional. Foi a privatização da Vale do Rio Doce. A privatização da Vale do Rio Doce teve um debate muito intenso. Eu fui um dos que defendi na época – e apresentei emenda nesse sentido, mas não consegui êxito – que nós deveríamos fazer, com relação à Vale do Rio Doce, a divisão, inclusive criando uma nova empresa que ficasse com o fundo, com a riqueza, com

as reservas que nós temos, enquanto a Vale do Rio Doce, a empresa em si, fosse privatizada.

Durante quase um século, sendo a Vale do Rio Doce uma companhia estatal, o Brasil gastou fortuna em busca de minérios e em pesquisas. Foi uma importância enorme. Na maioria das vezes o Brasil encontrou, mas não tinha condições nenhuma, economicamente, de fazer a exploração e apenas colocou uma laje em cima, escreveu, carimbou ali “propriedade da Vale do Rio Doce”, mas não tinha condições de levar adiante.

Então, a tese que eu e muita gente defendeu era de que tudo que estava em andamento na Vale do Rio Doce, as empresas, fosse para a privatização. Mas essas reservas técnicas, essas que existiam, essas infinidades de descobertas que se sabia existirem, que existem e que não tinham absolutamente nada, que estavam ali paradas, não fossem junto com a Vale do Rio Doce e ficassem como propriedade de uma empresa, que não teria mais de meia dúzia de funcionários, para que tivessem esse resguardo. Não foi possível conseguir isso.

Aí, houve a privatização. Na privatização houve um fato que V. S^a conhece, como todo mundo conhece, que foi realmente muito doloroso. Quanto à Vale do Rio Doce já se sabia, no decorrer do tempo, que havia um grupo composto pelos grandes empresários, que praticamente estavam com a garantia da privatização. Veio, inclusive, e nos visitou na comissão que nós criamos à época, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes e outros empresários que faziam parte do grupo que estava constituído. E era certo, absolutamente certo que a privatização seria a comandada por esse grupo.

Dez dias antes se criou uma nova empresa. Dez dias antes de tomar posse uma empresa composta pelas mais tradicionais empresas ligadas a esse setor, pessoas inclusive – digamos assim – concorrentes; porque não era um arranjo, era um grande empreendimento. Dez dias depois se criou uma empresa, e essa empresa ganhou, porque os fundos de pensão da Petrobras, do Vale do Rio Doce e do Banco do Brasil receberam a determinação de saírem daquela empresa que estava decidida há muito tempo e irem para essa nova que tinha sido criada há dez dias.

Esse fato criou um incidente tão doloroso à época, que nós convocamos para o debate no plenário do Senado o Ministro Barjas, que era o Ministro encarregado dessa situação, porque a imprensa toda tinha publicado que a reunião tinha sido em seu gabinete – ele, o Presidente do Banco Central, a Petrobras, a Vale do Rio Doce, essas entidades – e que nessa reunião tomaram a decisão de tirar esses dois fundos dessa empresa capitaneada pelos empresários e entrar para uma nova que não se sabia o que era.

A situação foi tão delicada no plenário que o Ministro saiu do plenário, pegou o telefone e se demitiu com o Presidente Fernando Henrique. Foi um fato até que ficou famoso nesse sentido, porque as coisas, os fatos que vieram à tona, o fato de ele estar ali de certa forma fez parecer que ele teria sido envolvido, não sei quê. Mas ficou demonstrado que tinha sido naquela reunião que a coisa tinha acontecido, no gabinete dele, e ele ficou tão chocado que saiu, pegou o telefone e se demitiu perante o Presidente da República.

Então, essas questões são ao longo do tempo realmente muito delicadas. E a gente vê, ilustre Presidente – eu vi isso com certa mágoa, durante um tempo – a Petrobras parece, perante a opinião pública, estar sendo fatiada: essa aqui é do MDB, essa aqui é do PCdoB, essa aqui é do PT, o fundo de pensão é de não sei quem. Mas é uma coisa impressionante de a gente conseguir até imaginar que em uma empresa do porte da Petrobras, da seriedade da Petrobras acontecesse isso.

Até esse rapaz, Deputado Federal, ainda hoje Presidente do PTB, o Roberto Jefferson, quando ele veio ao debate na comissão e fez a análise, contou toda a história de como essas coisas tinham acontecido, dizendo ampla e abertamente que essas coisas tinham acontecido, que tinha havido uma distribuição, “isso é meu”, “isso é teu”, “isso é do PT”, “isso é do PTB”, “isso é de não sei quem”, “isso é de não sei quem”, e que, junto com os cargos houve, entre aspas, “os encargos”. Eu felicitei o Deputado, que havia apontado como vilão número um, e eu o felicitei. “V. Ex^a está prestando um grande papel a este País”.

V. Ex^a, Presidente, que foi Presidente da Comissão, sabe de tudo isto que estou falando, porque passou por V. Ex^a. Eu o felicitei. Disse: “V. Ex^a está fazendo um papel excepcional. V. Ex^a foi indicado. Como Presidente do Partido, V. Ex^a foi informado como um dos que entraram na distribuição. V. Ex^a podia ficar calado e tentar ver o que vai acontecer. E nesse ‘o que vai acontecer’, terminaria se arranjando e não sei quê e não acontecer nada”.

No momento em que ele denunciou e contou tudo, começou o trabalho. Foi a partir da denúncia do Deputado Jefferson, quando ele contou como é que era feito, como é que aconteciam as coisas, como é que as coisas se verificavam, foi a partir daí que veio à tona tudo e saiu o mensalão e saiu tudo mais.

Eu vejo, com a indicação da nova Presidente e com a indicação de V. S^a, as informações de que isso não está mais acontecendo, que as nomeações de V. S^a seriam técnicas. Quando digo técnicas, não estou aqui querendo dizer que não aceito que homem partidário, que tenha partido e que tenha política não te-

nha condições de ser um grande cidadão e um grande profissional. Só que eu digo que ele deve ser indicado como um entendedor da matéria, não um distribuidor da renda que está ali distribuída.

As informações que eu tenho são de que V. Ex^a está tentando fazer isso e tem feito isso. As modificações, as alterações, as interferências de V. S^a têm sido neste sentido, e eu vejo com muita simpatia.

Mas, por outro lado, com toda sinceridade, a figura de V. S^a é muito controvertida. Parece que as outras figuras, que estavam acostumadas com o estilo antigo, não gostam muito de V. S^a. Então, se V. S^a, de um lado, está satisfazendo, está apresentando esse novo estilo, essa nova fórmula, esse estilo de agir, tem gente que leva os argumentos mais variados para dizer que não está gostando da atuação de V. S^a.

Eu lhe respondo, do fundo, com toda sinceridade, que eu, por várias razões, não tenho condições de dar uma resposta, porque eu não tive capacidade de me aprofundar para dar uma resposta sobre isso, mas essa interrogação, cá entre nós, existe. A gente vê que as notícias são as mais impressionantes e as mais variáveis. Vê-se que são de fontes completamente diferentes, com relação à atitude “a”, “b” ou “c” de V. S^a. De repente, abre-se o jornal e há uma notícia desse lado e, de repente, abre-se outro jornal e, sobre a mesma matéria, há uma notícia do outro lado, e os dois lados do Governo, ou pelo menos de grupos integrantes do Governo, o que mostra que haveria uma divergência nesse sentido.

Nós sabemos, V. S^a muito mais do que eu, que esse problema realmente existe. Em questão de petróleo, a crise é internacional, não era tão fraquinha como o Lula dizia, embora, na minha opinião, o Governo tem agido com muita profundidade. Mas ela existe, ela é real. Eu me pergunto: quando o Lula lançou o projeto, ele foi praticamente a primeira grande manchete mundial que o Lula ganhou, exatamente sobre o que sucedeu com o petróleo, pelo Brasil ter expectativa de novas fontes de petróleo. O Governo jogou tudo nisso. Parecia que esse era o caminho. Quando apareceram as novas descobertas do pré-sal, praticamente parece que o Brasil parou nesse esquema. Hoje, vê-se a América avançando enormemente e o Brasil recuando.

Quando eu era Ministro da Agricultura – e lá se vai muito tempo –, o Embaixador dos Estados Unidos, junto com o representante de Estado americano, me pediu uma entrevista, em que ele dizia: “Nós temos uma grande notícia”. Naquela época, era proibida a mistura de qualquer genérico deste no petróleo. “Nós estamos querendo dizer que a lei está indo para o Congresso Nacional, que o Congresso americano vai aprovar e que nós vamos precisar de quantias imensas de milho

para adicionar ao nosso petróleo”. Então, eles queriam iniciar as negociações com o Brasil nesse sentido. Eu - ingênuo, não entendia muito desse assunto – fiz uma pergunta: “Mas os senhores querem, então, fazer o negócio conosco, para aumentarmos a produção de milho, garantindo que nós vamos trocar o milho para os senhores, em troca de petróleo ou coisa parecida”. Disseram: “É, é isso”. Aí eu disse para eles: “Mas por que vocês não plantam o milho de vocês e nós cuidamos do nosso petróleo?”. Na verdade, eles terminaram plantando. Na verdade, aquilo que eu disse brincando, achando que o americano podia produzir milho e não ia querer trocar milho em petróleo... Então, ele queria que nós brasileiros produzíssemos milho para vender para eles e depois... Pois o americano está fazendo isto: o americano está produzindo milho e, do milho, está se transformando no grande produtor. E eu não sei qual foi o motivo que determinou que o Brasil parasse nessa matéria. Essa grande bandeira do Lula, esse grande movimento, hoje... Entrou o pré-sal, o pré-sal nos dividiu aí feito doidos. Então, o nosso Presidente ali, do Espírito Santo, ficou de olho arregalado, porque nós do Rio Grande do Sul queríamos um pedacinho também. Na verdade, na verdade, essa situação não foi adiante.

Eu estou me achando meio bobo, porque eu aqui não estou entendendo que eu estou na Presidente da Petrobras. A Presidente da Petrobras é uma mulher forte. Eu acharia que podia ser a quarta mulher... É a Dilma e, depois, é a senhora. Que é que tem? Se eu tivesse de escolher entre a Presidente da Argentina e a senhora, eu botaria a senhora muito na frente dela. Eu estou tirando o seu tempo valioso, e as pessoas estão me olhando, mas eu digo que é com muita emoção que falo com V. S^a, porque a sua história, a sua biografia, a sua luta, o nome que a senhora representa, o carinho com que V. S^a é respeitada e acatada por todas as pessoas que vejo, realmente, são muito grandes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra agora o Senador Tomás Correia. Depois, Senador Eduardo Braga.

Eu queria só registrar a presença do Deputado Nelson Marquezelli, nosso grande amigo, e cumprimentar também o ex-Deputado Elisio Curvo, lá do Mato Grosso do Sul, da nossa Corumbá, também aqui presente.

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^a Presidente Maria das Graças, é praticamente uma pergunta só. É sobre o gás de Urucu. Nós, de Rondônia reivindicamos o gasoduto,

transportando o gás de Urucu para Porto Velho. Isso tem sido uma bandeira da Bancada federal, do Governo do Estado.

O Senador Raupp fez aqui diversos pronunciamentos sobre esse assunto. Eu gostaria de saber de V. Ex^a o que existe de decisão sobre essa matéria.

Essa é a pergunta objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Por último, mas não menos importante, o importante Líder do Governo, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu querido Presidente desta importante Comissão do Senado, nosso querido Delcídio do Amaral; nossa querida Presidenta da Comissão de Infraestrutura, nossa querida Senadora Lúcia Vânia; nossa querida Presidente da Petrobras, minha querida amiga Maria das Graças Silva Foster, fazendo jus ao que disse meu querido Líder Agripino, nutro por V. S^a não só carinho, mas também muito a respeito pelo trabalho, pela competência, pelo espírito de brasilidade que V. S^a sempre demonstrou ao longo da sua carreira e da sua trajetória.

O meu querido José Eduardo Dutra, Diretor Corporativo e de Serviços da Petrobras, ex-Presidente da Petrobras, ex-Presidente da Petrobras Distribuidora também foi uma pessoa muito importante, Sr. Presidente, juntamente com nossa Presidenta Maria das Graças Foster, com a Presidenta Dilma e com o Presidente Lula, para que o Gasoduto Urucu-Coari-Manaus pudesse ser realizado.

Portanto, as minhas primeiras palavras são de agradecimento tanto ao nosso querido José Eduardo Dutra quanto à nossa querida Dr^a Maria das Graças Foster por essa importante realização em pleno coração da Amazônia, que foi a primeira etapa do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que permitiu dar um passo estratégico importante para nossa região na mudança de matriz energética. É um novo paradigma para a região amazônica. Agora, com a interligação de Manaus e da margem esquerda do Rio Amazonas com o sistema elétrico brasileiro através do Linhão de Tucuruí até Manaus, que passa por Macapá e chega até Manaus, nós interligaremos uma matriz energética importante, como o é a matriz energética do gás natural do Amazonas, com o sistema elétrico nacional no padrão hídrico, o que poderá trazer novos horizontes e novos paradigmas.

Aí vão as minhas perguntas tanto à nossa Presidenta Maria das Graças Foster quanto ao nosso querido José Eduardo Dutra.

Eu gostaria de perguntar à nossa Presidenta se nesse programa...

Aqui quero, mais uma vez, reconhecer a lucidez da administração de V. Ex^a na Petrobras quando repositiva o nível de investimento da Petrobras para os próximos anos, para que nós possamos ter mais clareza diante dos novos desafios e do novo momento econômico por que passa não apenas a comunidade internacional como também, até mesmo, o nosso País.

Pergunto a V. Ex^a como está a questão de investimentos da Petrobras em novas áreas de prospecção na região amazônica e a perspectiva da Petrobras, tendo em vista que há quatro anos existem novos blocos a serem leiloados pela ANP para prospecção na Região Norte e na Região Nordeste e em regiões *onshore* no Espírito Santo, mas nos últimos quatro anos, até agora, isso não tem sido levado à frente em função da indefinição do marco regulatório entre concessão e compartilhamento, a questão dos *royalties*, que ainda está pendente no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados? E qual a expectativa de investimentos da Petrobras na Região Amazônica, a partir desse cenário das reservas dos blocos que a Petrobras possui, para que nós possamos ter um horizonte do aumento da produção de gás natural naquela região, diante do novo investimento e diante do novo estabelecimento e, ao mesmo tempo, do potencial que aquela região poderia ter de petróleo com relação à questão das plataformas *onshore* na Amazônia, que são fundamentais, creio eu, para um equilíbrio do preço do petróleo produzido em Território nacional, tendo em vista o custo do petróleo com relação à questão da nossa região do pré-sal?

Portanto, seriam essas as duas perguntas, Sr. Presidente.

No mais, parabeno a iniciativa da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, bem como da Comissão de Infraestrutura, tendo em vista que a Petrobras, sem nenhuma dúvida, como foi aqui destacado pelo ilustre e nobre Senador Pedro Simon, representa para a economia brasileira algo de extrema importância e que tem impacto no nosso PIB de forma destacada, como os investimentos e a prestação e a firmeza na execução desses investimentos, não só pela garantia do produto, que é uma alavanca inquestionável para a economia, mas também pelo impacto direto no aumento do nosso PIB pela capacidade de investimento da Petrobras.

Portanto, ao debatermos isso no Senado da República, no momento em que a comunidade internacional e até mesmo a nossa economia nacional vivem o desafio de vencer essa crise econômica internacional com crescimento, é fundamental termos a perspectiva otimista e realista apresentada aqui pela Dr^a Graça Foster e pela Petrobras.

Parabeno, mais uma vez, a eminente Presidenta da Petrobras, nossa querida Graça Foster.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Eu quero, antes da Senadora, antes da Dr^a Graça – Senadora Graça...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pode ser uma premonição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É quase uma premonição. Desta vez eu falei. Eu dei uma silabada lá atrás; agora eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Completei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Completei.

Primeiro, cumprimento toda a equipe da Graça aqui presente, essa equipe competente da Petrobras aqui representada pelo Fernando, de Brasília. Cumprimento o Alcides, Diretor de Gás e Energia – seja muito bem-vindo sempre aqui; nosso querido Castro, um grande amigo, um executivo muito competente também da Companhia; nosso José Eduardo Dutra, também aqui presente.

Agora, passo a palavra a Graça, para que responda às últimas perguntas.

Eu só vou, já que estão cobrando lá em Mato Grosso do Sul, Graça,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já falaram da fábrica de fertilizantes. Agora estão cobrando quando ocorrerá a conclusão da termelétrica de Três Lagoas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E, por último, o polduto, interligando a refinaria do Paraná, a Repar.

Então, Mato Grosso do Sul está perguntando ainda mais sobre os projetos da Petrobras no Estado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu gostaria de encaixar só uma pergunta nessas perguntas que foram feitas pelos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, meu caro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, sou do Acre. Lá no meu Estado – um pouco na linha do que falou o Senador Eduardo Braga –, fala-se muito que, na região do Juruá, perfurações já

foram feitas. Eu queria saber o que há de concreto ali na região, porque foi criada uma expectativa de que ali pudesse existir petróleo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – No Alto Juruá.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – No Alto Juruá, na região do Juruá, no Alto Juruá.

Então eu gostaria de saber o que realmente há de concreto, porque se criou essa expectativa no povo. Nós sabemos que, no nosso país vizinho, no Peru, é feita essa extração de petróleo na nossa fronteira. Eu queria realmente saber o que há no Acre.

É só isso, Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Senador Inácio Arruda, chapa pura de Fortaleza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Puríssima.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O chapa puríssima, Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A pureza da política, enfrentando as máquinas.

Sr. Presidente, cara Presidente Graça Foster, nossa Presidente Lúcia Vânia, estou chegando também quase neste momento. Ouvi as últimas intervenções dos nossos companheiros, do Senador Pedro Simon; ouvi aqui a abertura do nosso Senador do Ceará – lá de Rondônia, mas também do Ceará, Pedro Simon –, Petecão, Eduardo Braga,...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sou acreano.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Você é acreano, mas a base é cearense ou gaúcha, não há alternativa.

Sr^a Presidente, tenho acompanhado muito a atividade dessa empresa, que é a mais importante do Brasil e mais importante da América do Sul, empresa brasileira com presença em muitos países do mundo atualmente.

Temos em nossa Região Nordeste sempre uma grande expectativa com a Petrobras. Sei que o nosso Líder José Pimentel já arguiu sobre a questão da refinaria de petróleo no Ceará com decisão que teve caráter técnico e político. Tenho um colega Deputado Federal do Ceará, que recebeu o apelido de Chico Petróleo, de tanto que lutava pela refinaria que virou Chico Petróleo. Ele é preto, e o pessoal pensava que é porque ele é preto; não por ele ser preto, mas por lutar pela refinaria. E o Presidente decidiu fazer três refinarias no Nordeste. Hoje, alguns até argumentam

que a nossa capacidade de refino bateu no teto; é preciso que esses investimentos corram.

Isso surgiu ali, e inclusive o nosso Governador está na Coreia, segundo informações do noticiário local, atrás de um sócio para nossa refinaria. Então, gostaria de indagar uma vez mais, porque sei que a matéria já foi tratada sobre esse assunto.

Segundo, tivemos oportunidade da Petrobras perfurar, na Bacia de Paracuru, no Ceará. E, em um furo que foi feito, encontrou-se uma área de possível boas perspectivas de exploração para produção de petróleo. Então, gostaria de saber se podemos ter informações a respeito de como está a área, se é possível, qual é a ideia de prospecção na região de Paracuru. Sempre tivemos notícia de que é uma área que não só tem petróleo, mas também tem possibilidade de haver muito gás naquela região, o que seria muito bom para nós e para o Brasil. E se há alguma – vou correr o risco de estar vencido – expectativa da Petrobras face à nova rodada de exploração de leilão para exploração exatamente naquela região do Brasil. É uma rodada que põe blocos da região Norte e Nordeste do Brasil, que são muito importantes para nossas expectativas, no mar e em terra. Acho que seria muito importante, porque talvez a empresa mais interessada é a nossa que tem mais importância; embora todas as outras possam concorrer, de fora, de dentro, de onde for, a mais interessada é a Petrobras. Então, gostaria de saber a expectativa da Petrobras em relação a essa rodada.

Ouvimos aqui da sabatinada na nossa Comissão de Infraestrutura, dirigente da ANP, falar a respeito de uma futura nova rodada, que já estaria sendo examinada, para exploração em terra. Então, como a empresa Petrobras tem esse grau de importância, e nós prezamos demais por ela, conforme todas as indagações e questões que já foram levantadas aqui, inclusive pelo Senador Pedro Simon. Eu tenho essa ideia, essa expectativa da sua importância, do seu papel, do seu valor, ainda mais na direção de V. S^a. Vi as mudanças que V. S^a realizou na diretoria da Petrobras, algumas porque os diretores já pediram para se aposentar e outras que V. S^a indicou. Considero todos técnicos, porque o nosso Senador Dutra é, antes de mais nada, um profissional da Petrobras, um técnico da Petrobras. Então, acho que é uma indicação que tem esse caráter, e os demais companheiros que ouvi serem indicados por V. S^a também tiveram esse viés que o Senador Pedro Simon levantou aqui: são técnicos, preparados tecnicamente. Evidentemente que todos são políticos, porque é da nossa natureza, mas todos têm esse caráter e esse perfil, que é muito importante para a companhia.

Então, nós estamos aqui no zelo; fui autor de um dos requerimentos. Infelizmente, tive que velar o corpo de um amigo hoje pela manhã, na minha cidade, além da campanha que faço, mas não poderia deixar de estar presente também naquele momento de solidariedade a uma família de grandes relações que temos na nossa cidade de Fortaleza. Mas gostaria de fazer essas indagações que considero muito importante para a nossa Região Nordeste e para o meu Estado Ceará. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Quero também aproveitar para cumprimentar o Mário Jorge, aqui presente, cumprimentar o Rafael, competentes representantes da Petrobras que acompanham a nossa Presidente Graça.

Passo agora, em definitivo, Graça, a palavra para a gente concluir esta audiência pública de horas a fio da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Muito obrigada por me passar a palavra. Fico preocupada em deixar de anotar alguma coisa, mas, se eu não responder, por favor, eu gostaria de ter a colaboração de vocês.

O Senador Sérgio Souza faz uma pergunta sobre desabastecimento de diesel, especificamente no Paraná.

O crescimento do diesel é impressionante; houve um crescimento, como mostrei no início da minha apresentação, no Brasil, no período entre 2000 e 2011, de 43% o consumo de *diesel*. Comparando o primeiro semestre deste ano com o primeiro semestre do ano passado, cresceu 7%. E neste mês de agosto batemos outro recorde também de consumo de *diesel*. Então é uma situação nova. Aparecem alguns pontos, algumas regiões pontuais com alguma dificuldade de abastecimento, mas a informação que tive hoje de manhã, cedo, em conversa com o Diretor Consenza sobre abastecimento de forma em geral, ele me disse que as novas demandas de *diesel*, para este período agora de setembro/outubro, já estão ajustadas e não há foco de desabastecimento. Agora, o fato é que o crescimento de *diesel* é relevante, muito grande.

E as distribuidoras têm trabalhado numa zona de conforto que não é mais possível. Todas as distribuidoras, a BR e todas as demais, precisam trabalhar com estoques maiores para atender nichos de mercado específicos. Então o estoque ficava sempre com a Petrobras, e o conforto com as distribuidoras. Agora, a gente tem que compartilhar o atendimento do mercado. O mercado cresce para o interior, e as distribuidoras – esse é o papel delas, a vocação delas – estão mais

capilarizadas; e é preciso que elas também trabalhem um estoque mínimo para que haja segurança de atendimento ao cliente. Então temos trabalhado com a agência, com a área de comercialização da Petrobras, procurando uma interface que dê segurança ao abastecimento. Então, é um trabalho conjunto de um mercado novo que cresceu sobremaneira.

Com relação à colocação do Senador Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, nós temos aqui alguns comentários relativos à autossuficiência de petróleo. Em 2006, tínhamos autossuficiência em volume; o volume de derivados que consumíamos à época atingiu a produção de petróleo, ou melhor, a produção de petróleo atingiu o volume de derivados que nós consumíamos à época. Então, é uma autossuficiência volumétrica: volume a volume, o que se produz e o que se consome. O Brasil nunca foi autossuficiente em derivados; nós sempre importamos mais derivados. O que acontece é que houve esse crescimento do diesel, como acabei de dizer para os senhores. Por exemplo, entre 2007 e 2011, a demanda por derivados no Brasil – falando de forma geral, não especificamente do *diesel*, porque os números ficam maiores ainda – cresceu 4,5%, contra uma produção de petróleo de 4,1%. Então, o consumo de derivados cresceu mais, e o petróleo cresceu 4,1% no mesmo período 2007/2011. Então, a expectativa que se tem é que com o crescimento da produção de petróleo da Petrobras, dos sócios e dos terceiros, ainda não sócios ou que não serão sócios para sempre; muitas vezes acontece que você tem um terceiro que não é sócio hoje, mas ele acaba sendo seu sócio.

Mas, se a gente olha para a produção do Brasil, a partir de 2014, volta-se à autossuficiência, a volumes iguais. Agora, importaremos derivados até que as refinarias entrem: a Rnest, primeiro trem em novembro de 2014, depois o segundo trem dela 2015; o Comperj, em abril de 2015. Nós vamos conseguir, precisamos fazer viáveis as refinarias do Maranhão e do Ceará, pois elas são absolutamente necessárias.

E aí, começa-se a ter uma produção de derivados que inclusive vai ficar menor do que a produção de petróleo. Então, nós teremos 4,2 milhões de barris de petróleo por dia em 2020 – óleo e líquido de gás natural – contra uma capacidade de refino de 3,4 e um consumo de 3,4. Então, começa-se a ficar com uma autossuficiência também em derivados. Esse é o ponto.

Então, em relação a essa ideia de que a Petrobras perdeu a autossuficiência, o que aconteceu foi um consumo de derivados muito maior, o que é muito bom.

Quando essa produção de petróleo vai acompanhar a produção de derivados? A partir de 2014, ela começa a seguir a produção de derivados.

Não é ruim a importação e a exportação. São boas oportunidades para importar, boas oportunidades para exportar. Ruim é ficar com nível de exposição de contratação de petróleo muito grande – ou grande – e uma contratação de derivados também muito grande. Porque fica-se com uma dependência absurda, que não é o caso do Brasil, não é o caso da Petrobras.

Esse é um ponto, Senador, que eu gostaria de deixar claro: cresceu mais o consumo. Todos aqueles indicadores que eu mostrei no início da apresentação são indicadores muito conhecidos e muito discutidos pelos Senhores, mas eles puxaram esse consumo de uma forma bastante intensa.

Com relação a P-50 – essa plataforma P-50 que está em Albacora Leste –, como outras plataformas, em algum momento, estará com um nível de produção de água bastante maior do que estavam dois, três anos antes.

A Bacia de Campos é uma bacia madura. Não quer dizer que ela tenha chegado ao seu limite, porque nós instalaremos, a partir de agora até meados do ano que vem, algumas plataformas para a produção de 770 mil barris de petróleo por dia – 750 mil – que é a P-55, a P-58, a P-61, a P-63. Então, são plataformas na Bacia de Campos para produzir um óleo novo. Agora, essa bacia é considerada uma bacia madura. Então, há várias áreas dessa região que há essa produção de água. Esse óleo pesado exige injeção de água em aquífero, e é esse aquífero empurrado que faz essa produção de petróleo. E a água vem.

Então, não é um demérito para qualquer empresa no mundo a produção de petróleo, porque essa é uma condição natural. Existe sim, na Bacia de Campos, uma determinada área da UO-BC – Unidade Operativa da Bacia de Campos, uma área restrita, que na minha apresentação, aliás, nossa apresentação, ela aparece em vermelho – estou preocupada porque estou vendo Senadores com cópias toda em preto e branco, então não vão conseguir enxergar, mas imagino que a cópia eletrônica fique – e é uma área pequena.

Essa área menor é que a gente precisa trabalhar e estamos trabalhando desde o ano passado. Esse ano nós montamos um programa, mas essa atividade vem sendo conduzida desde o final do ano passado, para gente administrar a depressão natural do campo com menos incrustação, menos problemas no poço, menos problemas nos equipamentos submarinos, menos problemas nos *topsides*, na plataforma em si. Tudo isso vem sendo trabalhado, que é o Proef – Programa de Aumento da Eficiência Operacional.

Então são duas situações. O declínio é natural. Nós temos incorporado reservas, a produção de petróleo da Petrobras é a maior. Eu mostrei aqui que

a nossa produção cresceu 45% de 2000 para 2011, enquanto a da Shell diminuiu e a da ExxonMobil, que é a maior companhia de petróleo do mundo, cresceu 6%. Nós não fizemos aquisições, é toda uma produção que nós chamamos de uma produção orgânica, sem aquisição de outras empresas. Então a Petrobras está muito bem.

Esta é a questão: não é que tenha havido pompas e tal da P-50; outras plataformas da Bacia de Campos vão começar os declínios naturais, o que não pode é haver uma depressão do reservatório que não seja administrada. A gente tem que administrar a exploração do petróleo dos lugares.

Quanto a autossuficiência, eu já coloquei.

Com relação à concessão e à partilha, se elas afugentam o investidor, eu não creio. Aliás, eu diria que não. Como nós estamos operando, por exemplo, no Mar do Norte, no Golfo do México, nós sempre procuramos uma empresa que conhece aquela região. Nós queremos nos associar com quem conhece, com quem tem 30, 40 anos trabalhando na região, para ser sócio em algum campo. E eu entendo que quem vem ao Brasil, as grandes, as *majors*, quando elas vierem para cá, quando for o momento da licitação, da rodada para o pré-sal, lá na frente, não sei quando será, elas irão nos procurar exatamente porque sabem que a lei nos obriga a ter pelo menos 30% de participação.

Petrobras tem uma história, nosso índice de sucesso exploratório na Bacia de Campos, no pré-sal, de forma geral, ele é de 94%, foi o número que coloquei. Eu não conheço, assim, em atividades severas, como o são águas profundas, em qualquer lugar, um resultado tão grande.

Então, eu acho que é ao contrário. O fato de termos que estar 30% em participação no campo vai dar para essas empresas uma competitividade maior, e elas virão. Nós ratearemos o risco natural dessas atividades, o risco do sucesso, o prêmio exploratório também – porque onde há o risco há o prêmio –, e o conhecimento, para definir as locações, que são as locações mais importantes e adequadas à participação naquele *bed*.

Então, eu acredito, prezado Senador, que provavelmente vai acontecer ao contrário: a Petrobras procura se unir a empresas que têm conhecimento fora do Brasil, e essas empresas procurarão a Petrobras. Dá mais segurança. Eu, por exemplo, posso dizer que, na área de exploração, produção, a grande maioria dos técnicos também vê assim, quando se está em uma determinada atividade e se quer um sócio. “Ah, é a Shell.” “Ah, é a ExxonMobil.” Poxa, ótimo, e tal. “É a Chevron.”. Isso é bom, porque essas empresas têm

uma história de mundo assim impressionante. Então, eu acho que não afugenta.

Senador Pedro Simon, ilustre Senador, na Petrobras, essa posição, apesar de eu estar há 33 anos na Companhia, acho que tudo é natural. Eu estou Presidente da Petrobras, mas eu me sinto engenheira. Esse é o ponto. Eu quero ir para a obra, eu quero saber de tudo que aconteceu, e não dá, às vezes, não dá, muitas vezes, não dá para saber tudo, e vem aquela angústia de que você precisa contar com as pessoas efetivamente. Elas sabem, elas vão passar para você.

Então, cada um é diferente. Eu, às vezes, falo: “Poxa, caramba! Esta aqui é a sala da Presidente.”. Pois é, mas eu vivo muito mais a engenharia, a economia, o acompanhamento. Então, eu acho que é por isso que eu talvez seja mais contida assim. Eu fico muito feliz, muito empolgada, mas eu talvez seja, de fato, uma pessoa mais reservada. Não existe melhor, e não existe pior. Essa posição na Petrobras é realmente, eu tenho percebido, muito importante. A ficha cai para mim quando eu vejo 200 mil trabalhadores, pais de família, mães de família que dependem do sucesso do nosso plano para que tudo isso continue prosperando. E aí eu vejo a responsabilidade que é ser Presidente da Petrobras.

Há gente que não admira a forma com que eu conduzo a empresa, e há gente que admira. Há outros que colaboram, e outros que se reservam, mas isso é assim desde que eu era engenheira I, desde que eu era júnior, desde que eu era sênior, desde que eu tive minha primeira gerência. Há gente que vem, e há outros que não. Há a forma de trabalhar muito incisiva e muitas vezes fria, mas a alegria, Senador, ela é imensa.

E eu vou até dizer também para o Senhor: a euforia que fica comigo é muito grande, porque uma empresa que tem 63 descobertas anunciadas, declaradas à Agência Nacional do Petróleo, só no pré-sal, de 2005 para cá, uma empresa que tem 189 descobertas nesse mesmo período, *onshore* e *offshore*, uma empresa que tem 15,7 bilhões de barris de óleo equivalentes de reserva, e daqui a pouco, com mais esse volume potencial de descobertas em que já estamos trabalhando, de descobertas – estamos fazendo os testes de longa duração –, vamos passar para 31 bilhões de óleo equivalentes, certamente, no mínimo, porque não começamos ainda os leilões, a Agência Nacional de Petróleo não começou os leilões.

Então, eu sou extremamente feliz com a empresa, sinto uma segurança bastante grande na força de trabalho da companhia. Isso não vem de agora, vem da gestão do Gabrielli, vem da gestão do José Eduardo, vem da gestão do falecido Presidente Gros, do Presidente Reichstul. São essas pessoas com quem

vimos aprendendo, e eu me sinto muito à vontade de falar isso aqui para os senhores.

Eu simplesmente quero fazer tudo, fazer as contas e segurar minha alegria e tudo o mais, para que não nos mostremos, para que a euforia não venha à tona. É uma característica minha de fazer reserva, não só reservas de petróleo e gás, mas também anunciar na hora certa. Eu acho que esse é o ponto.

Mas eu creio que o pré-sal justifica a euforia, justifica o entusiasmo do Presidente Lula, o entusiasmo da Presidenta Dilma, o entusiasmo do Presidente Gabrielli, o meu entusiasmo, porque os números estão aí.

Hoje mesmo, em José de Anchieta, foi feita a interligação no poço. É uma unidade para cem mil barris. Daqui a pouco, em fevereiro, março, já haverá mais cem mil barris na conta. A curva vai subir e vai chegar ao número que nós anunciamos no Plano de Negócios.

O gás do Urucu. Foi colocado pelo Senador Tomás Correia, o gás para Porto Velho.

Senador, não existe na Petrobras esse projeto. Foi um projeto em que nós chegamos até a obtenção das licenças. Eu ainda não tinha ido para Brasília para ser Secretária de Petróleo e Gás da então Ministra Dilma. Nós tínhamos um projeto junto com o projeto Urucu-Coari-Manaus. E esse projeto saiu da carteira da Petrobras exatamente porque lá em Porto Velho já havia a térmica, que estava rodando e estavam chegando os linhões. Esse projeto foi descontinuado. Agora, a Petrobras está o tempo todo analisando novas oportunidades de infraestrutura gasífera, especialmente na Região Norte. Hoje ele não é um projeto em carteira na Petrobras; ele não demonstrou a economicidade que precisa para estar na carteira da companhia.

Agora, é uma oportunidade, é uma área difícilíssima, caríssima para se construir. Do gasoduto Urucu-Coari-Manaus eu participei e eu jamais vou esquecer do trabalho de campo do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Foi muito motivante, muito emocionante, mas muitas vezes falávamos: “Poxa, mas será que vai dar? Será que vai dar?” E: “Vamos fazer!” E chama o helicóptero e levanta o tubo, e arrasta tubo. Foi quase feito no muque aquilo tudo lá. Tenho imagens lindas na minha mente, do período da seca, do período em que tínhamos os igarapés, o apoio do então Governador Eduardo Braga, da Secretária. São várias pessoas. Há tantos nomes que não vou nem citar, mas muitas pessoas construíram aquele gasoduto na marra mesmo.

Agora, se houver economicidade para Porto Velho, vamos analisar. Mas hoje não faz parte da nossa carteira de projetos.

Com relação ao Senador Eduardo Braga, à nossa luta, e principalmente sua. Houve vários momentos no Amazonas. Momentos em que não se podia nem ouvir

falar em gás, até 2002. Éramos quase que postos para correr se falássemos em gasoduto lá, e tal. E depois veio o Governador Eduardo Braga. Eu era Secretária quando conheci o governador, e se juntou à vontade da Presidenta Dilma, então Ministra, à minha vontade de fazer o gasoduto, à vontade da Petrobras, principalmente da Petrobras, do Diretor Ildo Sauer, que era o diretor na época do Presidente Dutra, a Eletrobras. Todos se organizaram e nós temos esse gasoduto produzindo, várias térmicas já convertidas para o gás.

Agora, quanto à questão das outras oportunidades, precisamos ter mais gás, precisamos ter mais TCFs de gás para analisar a economicidade de transformação química do gás naquela região.

Então, aí vem o linhão; vem o Linhão de Tucuruí. As coisas começam a mudar o sinal, porque se pode disponibilizar o gás para gerações cíclicas. Dependendo de determinados momentos, pode haver uma geração maior ou menor, disponibilizar o gás, como estamos fazendo no Sudeste, para fazer fertilizantes. E é preciso licitações. Então, para a Petrobras ter novas áreas, essas licitações precisam acontecer, especialmente em terra, de forma mais próxima. E eu acredito que deva acontecer no próximo ano. Também valem para o Ceará, vale para o Piauí, vale para o Maranhão essas prospecções a serem feitas em terra.

A Petrobras não participa da decisão do Governo, do Ministério de Minas e Energia e da Agência, de promover o leilão, mas certamente a gente já começa a ficar ansioso por ter notícias dos próximos leilões, especialmente para terra e no pós-sal. Nós precisamos renovar o nosso portfólio, e eu acredito que o Ministério de Minas e Energia e a ANP já estejam trabalhando nesse sentido. Para dar um salto em vocação, na região Amazônica, é preciso que a gente tenha mais TCFs para fazer uma produção voltada para a transformação química, além da questão térmica.

Foi o Senador Petecão que me falou sobre o Juruá, não é isso? Sobre o Alto Juruá. Toda essa região do Norte é importantíssima para a Petrobras, no todo. É muito importante que a gente analise essa região no todo. Certamente, vamos fazer o nosso plano estratégico; vamos começar a trabalhar o plano estratégico para os próximos anos. Não tem data ainda e não oficializamos o processo na companhia, mas é preciso fazer. E nós queremos olhar as Região Norte e Nordeste, do ponto de vista gasífero, de uma forma integrada.

Então, é preciso – mais uma vez eu digo – para que se consiga potencializar aquela região, em termos de geração de energia elétrica e transformação do gás, é preciso que haja os leilões, para que a gente tenha mais áreas, porque, consideradas as áreas isoladamente, os volumes não são relevantes, não se

mostram, nas análises de dados que nós temos, relevantes para viabilizar o empreendimento.

Eu, antes de ser Diretora de Gás e Energia, em 1999, nos anos 2000, 2001 e 2002, eu era Gerente de Tecnologia de Gás e Energia do ilustre Senador Delcídio do Amaral. Ele era o nosso diretor; ele era Diretor de Gás e Energia da Petrobras e era meu chefe. Eu era uma gerente de tecnologia, lá no meio da pirâmide, mais para baixo do que para cima, e a gente tinha vários projetos nessa região. Mas nossos projetos iam até um determinado ponto e, depois, a gente entendia que precisava de mais dois, três, quatro TCFs, para poder viabilizar a monetização desse gás.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para os leigos aqui, o que é TCF? Você já falou não sei quantas vezes.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Trilhão de pés cúbicos de gás. Por exemplo, na Bolívia, temos trilhões de pés cúbicos. Como é volume, é em pés. É cúbico, por ser volume. Por exemplo, da Bolívia, nós temos monetizado para escoar para o Brasil dez trilhões de pés cúbicos de gás; e vêm para nós 31 milhões de metros cúbicos dia no gasoduto. Então, precisamos ter um volume de gás, no Amazonas, que justifica toda essa potencial utilização do gás nessa região. Precisa-se de mais volume.

O Senador Inácio Arruda colocou sobre a refinaria do Ceará, que é extremamente importante.

Para os Senadores que chegaram há meia hora, uma hora atrás, eu disse aqui que a refinaria se transformou num sonho não só dos governadores, dos Senadores, dos Estados, mas um sonho da Petrobras, porque a demanda é grande e a exposição à volatilidade dos preços internacionais da Petrobras é muito grande. Então, a gente faz um trabalho muito forte de viabilizar essas refinarias com métricas internacionais, com métricas em que a gente tem um resultado econômico adequado pelo investimento que se faz, que se vai fazer. Então, vira uma perseguição. Eu falo sonho para falar leve, mas virou uma perseguição dos resultados, virou uma obsessão praticamente. A gente tem grupo de trabalho específico, dedicado a viabilizar essas refinarias. A cobrança é muito grande; então, queríamos, sonhamos, perseguimos essas refinarias do Ceará.

Quanto à questão de ter um sócio – também colocamos aqui –, é interessante um sócio com grande experiência. A Petrobras, ela, a Petrobras, nós não partimos em busca desses sócios ainda, mas é muito importante ter um sócio que saiba fazer porque nós não temos a *expertise* que temos na área de exploração e produção, não temos a *expertise* que temos na área de gás e energia, na construção dos ativos. E sabemos que o refino da Petrobras é espetacular.

Nos últimos dois, três anos, tem batido todos os recordes. O fator de utilização tem chegado a 100% em alguns dias. Batemos o recorde com o mesmo parque de refino, numa produção maior. Uma coisa é operar, a outra é construir. Então, eu falei ao Senador que via com bons olhos a participação da Coreia, da China, que tem um a imensidão de refino construído. Nesse sentido, o sócio que vem com o conhecimento e com o dinheiro é muito bem-vindo.

Furo do Paracuru. Eu vou pedir desculpas ao senhor, mas não estou atualizada sobre esse furo, do Paracuru. Não tenho uma atualização. Eu não tenho. O senhor me desculpe, mas eu não tenho.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Esse é um furo milionário. Não estaria nos milhões ainda, mas é um furo milionário.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Pois é, mas eu não tenho uma atualização. Eu sei da área, do bloco, mas não sei da... Vocês têm a informação? Você têm aqui? Você já pegou para mim? Pode falar, Mário Jorge.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Fala no microfone, Mário. Já fica gravado aqui na mesa aqui perto do Dutra.

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Boa tarde.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Mário Jorge é o Gerente Executivo de Desempenho. É ele quem persegue todo mundo na Petrobras querendo resultado e é ele quem trabalha diretamente ligado à Presidência da Petrobras. *(Risos.)*

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Obrigada,

Presidente.

Paracuru é uma base de apoio para operações no mar e foi utilizada recentemente para a perfuração do poço Pecém, uma descoberta no bloco BM-CE-2 e será a base de apoio para perfurar o poço Canoa Quebrada, o que será feito em breve.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– E qual foi a perspectiva desse poço que foi furado?

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Esse que foi

furado foi uma descoberta.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Uma descoberta: há hidrocarbonetos.

O SR. MÁRIO JORGE DA SILVA – Isso.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Agora, a atratividade dele, eu não conheço, porque se faz uma descoberta e se tem a acumulação de hidrocarboneto, mas não necessariamente essa informação, num primeiro momento, te faz compreender que é de grande potencial.

Eu não sei dessa avaliação. Eu sei da descoberta, não da avaliação. Por isso que vou ficar devendo ao Senador. Quando o senhor estiver no Rio de Janeiro

ou eu voltar a esta Casa, dou-lhe a uma explicação mais completa, o.k.?

Nova rodada. Campos de terra e pós-sal, estamos aí, entendendo que proximamente esperamos ser informados dessa possibilidade. A Petrobras não participa da decisão de fazer ou não a rodada, mas é importante.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Pois é, mas acredito que virá, tem que vir, precisa vir. Proximamente.

Eu creio, Senador, que respondi às perguntas.

O senhor vai me fazer duas perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/

PT – MS) – Presidente, só Três Lagoas e o Poliduto. A termelétrica de Três Lagoas já está com o ciclo fechado desde abril.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Já está com todas as máquinas com o ciclo fechado. Três Lagoas no ciclo fechado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/

PT – MS) – Gerando hoje quantos megawatts?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Duzentos e sessenta deve ser a capacidade toda, porque essa térmica que era altamente ineficiente porque era ciclo aberto. Fechamos o ciclo. A obra durou mais do que nós queríamos. Com o mercado muito demandado, ela durou mais tempo. Se hoje, com a demanda de energia que tem, ela que passa a ser uma das térmicas mais eficientes com *hit rate* mais baixo. Quanto é o *hit rate* agora? Menos de nove? Menos de nove.

E se ela não tivesse pronta, acho que o Alcides hoje iria voltar a pé para o Rio de Janeiro, porque você consome muito menos gás e gera muito mais. Mas ele é um menino ajuizado, de cabelo branco, mas um menino, e está com tudo prontinho.

Três Lagoas: a nossa planta de fertilizante de Três Lagoas está programada para entrar em operação em setembro de 2014 – não é isso? E está no prazo?

O SR. JOSÉ ALCIDES SANTORO – Está no

prazo.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Então, está bom. E é bom que fique.

Está bom, gente.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/

PT – MS) – Eu quero agradecer a todos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela or-

dem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/

PT – MS) – Depois dessa sessão de espancamento da Presidente Graça com perguntas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, eu só queria dizer que a manchete poderia ser – e aí está a relevância dessa audiência pública da Presidente da Comissão de Infraestrutura, a Senadora Lúcia Vânia, e de V. Exª, P Comissão de Assuntos Econômicos – que a Presidente da Petrobras derrubou a sessão plenária do Senado hoje, literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E isso não é para qualquer...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas esse é um caso em que a queda é benéfica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Gente, uma coisa pelo menos, nesse período, inédita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Inédita. Essa foi uma experiência inédita. Houve muitos Senadores inscritos, e isso derrubou a sessão. Ela está há quatro horas aqui falando dada a relevância do tema, não só por ser a maior empresa estatal brasileira, o orgulho dos brasileiros, mas pela dedicação e pela competência com que a senhora veio aqui trazer as informações de que nós precisávamos.

Então, queria cumprimentar os autores desse requerimento e, sobretudo, o desempenho da Presidente da Petrobras, dizendo que hoje ela derrubou literalmente a sessão plenária do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Minha querida Presidente Graça.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu agradeço as suas palavras. E agradeço pelas suas perguntas que foram feitas bem no início da reunião. Fico muito motivada, porque, com todo respeito, a qualidade das perguntas é muito boa e permite que a Petrobras possa se pronunciar. Então, eu agradeço essa oportunidade, Senador, Senadora, a todos os senhores e senhoras.

Muito obrigada em nome da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria agradecer a todos.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião conjunta, porque não vamos ter tão cedo uma audiência pública conjunta.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para concluir: amanhã, às 11 horas da manhã, presença do Presidente Alexandre Tombini, do Banco Central do Brasil, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, Senador Agripino.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião encerrada às 18 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e dois minutos, do dia nove de agosto de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual da Senhora Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Jayme Campos, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Benedito de Lira e das Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apresentação da Pauta para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009, que “disciplina a cobrança de couvert artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho de músico.” em atendimento ao Requerimento nº 44 de 2012 da CAS, de autoria da Senadora Marta Suplicy, com a presença dos seguintes oradores: **Juscelino Alves de Oliveira**, Representante do Fórum Nacional da Música; **Nelson de Abreu Pinto**, Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares do Estado de São Paulo – FHORESP e Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; **Anjo Caldas**, Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro; **Jorge Luiz S. Ferreira**, Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação. Justifica ausência **Juliana Pereira da Silva**, Secretária Nacional do Consumidor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nome minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro

das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 246/2009 que disciplina a cobrança de *couvert* artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 43, para dispor sobre o trabalho do músico, em atendimento ao Requerimento nº 44/2012 da CAS de minha iniciativa, Senadora Marta Suplicy.

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 44/2012, da CAS, de minha autoria, que trata da realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 246/2009 que disciplina a cobrança de *couvert* artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o trabalho do músico.

Houve a inclusão, no rol de convidados, dos Srs. Anjo Caldas, do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, e de Jorge Luiz Ferreira, da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Sr. Juscelino Alves de Oliveira, representante do Fórum Nacional da Música – que ainda não chegou; o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional do Turismo; o Sr. Anjo Caldas, do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro; e o Sr. Jorge Luiz Ferreira, da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

Justifica a ausência a Sra. Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Bem, abrimos esta audiência pública com muita satisfação. Essa questão do *couvert* artístico é uma questão que é complicada e difusa porque não é regulamentada. Então, na hora em que você tem direitos

e deveres que não estão claros, temos como resultado, na ponta, muita insatisfação. É o que acontece dos dois lados; todos os lados se sentindo tratados de forma indevida.

A legislação, parece-me, incentiva certo tipo de contratação sobre o qual há uma reclamação bastante acentuada por parte dos músicos, exatamente porque não temos clareza sobre o que deva ser discutido. O objeto desta audiência pública é para que eu possa, como Relatora – depois de já ter escutado individualmente, de ter lido e de já ter mais ou menos uma idéia avançada –, discutir o PLC nº 246/2009 e resolver alguns dos problemas.

Vou querer ouvi-los sobre o que acharem mais importante, mas já vou colocar que são dois temas principais sobre os quais estou debruçada e que preciso aprofundar para ter mais certeza de minhas convicções.

Primeiro, o projeto disciplina como os bares e restaurantes podem cobrar o *couvert* e dispõe que o *couvert* só poderá ser cobrado se o estabelecimento: 1º) oferecer música ao vivo pelo menos durante parte do período em que o cliente encontrar-se no recinto; 2º) fazer constar do cardápio, com destaque, informação sobre a cobrança do *couvert* artístico e fora do estabelecimento também, para que possamos evitar que uma pessoa entre em um restaurante e esteja apenas a fim de conversar. Aí ela chega lá e tem um *couvert* artístico, o que ela até apreciaria em outro momento, mas não naquele, e ela é obrigada pagar. Então, ela tem de ter a clareza de que está entrando em um lugar no qual vai ter o prazer de ouvir uma música ao vivo ou em um lugar de música ambiente ou sem música.

Depois, a outra questão sobre a qual também estamos nos debruçando é se foi firmado, naquele estabelecimento, um contrato de trabalho com o músico. Esses são direitos do consumidor e estão dentro disso.

Nas relações trabalhistas, eu gostaria de me debruçar sobre como deve ser o contrato de trabalho entre o músico e o estabelecimento. O projeto, hoje, estabelece duas modalidades de contrato. Um, é o contrato de valor fixo, no qual é prefixado o valor do cachê, o horário noturno e o total das horas que o músico vai trabalhar. O outro é um contrato pelo qual o músico recebe o total arrecadado do *couvert* artístico e não tem cachê. O estabelecimento que pagar a um músico menos do que o arrecadado no *couvert* artístico fica obrigado ao triplo da diferença como multa. Nesse caso, o estabelecimento deverá disponibilizar para a verificação do músico as notas de cobrança dos clientes. E também constitui obrigação do estabelecimento fornecer alimentação e não fornecer bebida alcoólica, só refrigerantes.

O tempo – e sobre isso também é interessante eu escutar: é que a cada uma hora e trinta de performance tem de ter dez minutos de descanso para o músico. Quero saber se está adequado, o que os músicos acham. Foi mais ou menos até aí que nós caminhamos sem uma audiência pública. Agora, gostaríamos de ouvir observações, críticas, sugestões, para que possamos fazer o melhor possível para as duas partes e termos um projeto melhor aprovado por esta Casa.

Vou dar a palavra ao Sr. Juscelino Alves de Oliveira, representante do Fórum Nacional da Música. Depois, seguirei a ordem da chamada que foi feita.

(Interrupção do som.)

Foi o único que não conseguiu chegar até agora. Parece-me que tem uma greve, uma operação tataruga, no aeroporto de São Paulo.

Então, vou dar a palavra a Nelson de Abreu Pinto, que é o Presidente da Federação de Hotéis e Restaurantes de São Paulo e Presidente da Confederação Nacional do Turismo. O tempo, Nelson, será de dez minutos. Depois, no debate, poderemos ampliá-lo.

O SR. NELSON DE ABREU PINTO – Exma. Sra. Marta Suplicy, Presidente dos trabalhos e Relatora do Projeto nº246/2009, quero falar de minha grande honra e saudar os demais membros da mesa e as pessoas presentes.

Estamos em uma delegação dos empresários do setor. Quero aqui registrar a presença de uma das nossas companheiras, a Presidente da Confederação Nacional. Só ela dá trabalho a 120 músicos em São Paulo. Quero dizer que é um momento muito raro e de muita honra para nós, Senadora. Primeiro, reencontrar V. Exa, uma personalidade das mais importantes da vida pública nacional e de quem temos conhecimento. Temos trabalhado juntos em diversas ações. Fiquei muito honrado com o seu convite, em nome da Confederação Nacional do Turismo, em nome da Federação de São Paulo e em nome dos empresários.

Nós somos, Senadora, no País, mais de dois milhões de empresas. Vivemos um momento raro, o Brasil está debruçado em uma reengenharia de questões, preparando-se para megaeventos. Este País moderno já é a sexta economia do mundo.

Na minha trajetória como empresário, que remonta há muitas décadas, recordo-me de que nos anos 60, 70, 80, na música ao vivo, o músico tinha efetivamente uma oferta no mínimo três vezes maior do que a que existe atualmente no País.

Existe uma grande preocupação, hoje, com a gestão das casas que nós representamos, no País todo. Há uma preocupação com a incidência de encargos que recaem sobre a gestão empresarial dos nossos estabelecimentos. Há que se acrescentar que o que

nós fazemos no País é uma prestação de serviço de tanta relevância e de utilidade pública, que não é apenas a oferta da música ao vivo, a oferta do trabalho ao músico, mas nós, nas nossas casas, ofertamos a alimentação preparada. E a categoria representa os grandes hotéis do País.

Eu sou daquele tempo em que os grandes hotéis também tinham, nos seus restaurantes, música ao vivo. E cada vez mais a incidência, a discussão do tema direitos autorais, que não é o momento aqui, mas apenas para mostrar a grande preocupação empresarial da confederação com os encargos que, cada vez mais, recaem sobre os estabelecimentos, e isso acaba por penalizar o músico. Por quê? Porque há um desestímulo, cada vez maior, dos empresários do setor em ofertar, abrir novos espaços de trabalho para a contratação de músicos.

Então, debruçada nesse PL, a Confederação se permite, inclusive, entregar a V. Exa. um parecer que exprime bem a preocupação nossa, e que me parece poderá servir de subsídios a V. Exa. e ao Congresso.

Eu pergunto, indago, se não seria, de repente, o caso, porque essa discussão ela tem que ser realmente trazida à luz de uma realidade que não é apenas músico e empresário que nós representamos. É a figura do consumidor. É a figura do consumidor brasileiro que a gente quer aculturar, especialmente com vistas a essa modernidade, aos megaeventos para o que o País está se preparando, para que a gente possa estimular que surjam um sem-número de novas casas ofertando música e o local de trabalho para esses profissionais. E que o cliente, o seu usuário, o público consumidor, ficará digamos assim, a qualidade do espetáculo... E quando ele vai a um restaurante ele não vai só para fazer uma refeição, então se tiver a música ao vivo, sobretudo, esse local vai ser privilegiado, vai surgir novas casas, há um incentivo para que surjam novos empresários investindo no setor de casas com espetáculo, com música ao vivo.

Nós sabemos perfeitamente que há necessidade de se olhar essas questões de contratação, essa questão do cachê, essa questão de se é o cachê, se é o total arrecadado, essa questão da habitualidade do trabalho, essa questão da subordinação, de que a CLT já cuida desse capítulo que sub-roga à empresa que tem esses princípios da relação de emprego presente. Então, eu pediria, em especial a V. Ex.^a, a necessidade de que, embora o assunto aqui na Comissão de Assuntos Sociais seja terminativo, se a gente não poderia de repente abrir essa discussão da forma tripartite, porque é a figura tripartite do consumidor, do músico e do empresário que está sendo analisada no projeto de lei.

Eu quero louvar a iniciativa do autor nas questões sociais, que me preocuparam, mas lembrar que, por exemplo, nós não poderíamos, num projeto de lei, o mesmo projeto, apresentar incentivos de natureza fiscal, onde o empresário fosse estimulado a investir num setor, que é a importância artística do músico presente numa casa, que valoriza a casa, que valoriza aquele momento bucólico de lazer do nosso cliente, que procura a nossa casa.

Então, eu perguntaria a V. Exa. se haveria um espaço, a possibilidade – embora a Comissão de Assuntos Sociais vai ser terminativa – de antes das conclusões do projeto de lei que vai ser edificado, de a gente poder discutir a questão, por exemplo, na Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, fundamentalmente, e na Comissão de Constituição e Justiça.

E é por isso, Exa., que nós estamos aqui louvando a iniciativa, mas preocupados com aquilo que eu tenho um receio maior, que cada vez seja menor o número de empresas, de empresários, que acreditam na importância da apresentação da música ao vivo e cada vez mais o músico brasileiro, o artista brasileiro, vai ficar prejudicado naquilo que nós chamamos mercado de trabalho do músico no País.

E também a indagação se, por exemplo, aqui no nosso parecer a gente coloca para reflexão a questão, por exemplo, do artista que se apresenta no palco, ou no teatro, se há uma relação de emprego? Essa habitualidade é necessária? Porque todo mundo sabe que, às vezes, o músico não se apresenta no mesmo local apenas, ele passa por aquela casa, faz a sua apresentação de uma hora, uma hora e meia, e depois vai para outra casa, e ele tem cinco, seis casas, às vezes, em que ele se apresenta no mesmo dia. Então, a falta de habitualidade, de exclusividade e de subordinação deveriam ser melhor examinadas. A gente quer, realmente, olhar esse aspecto social do emprego, mas a incorporação eventual, no salário de um músico, vai fazer com que, efetivamente, a gente possa estar aí, digamos assim, sacrificando a galinha dos ovos de ouro, a nossa galinha.

Então, eu queria alertar para que a gente pudessemos debater o exame dessas questões todas, que não é apenas a questão do músico que deve ser focada, mas a questão da empresa penalizada, a penalização que vai recair, indiscutivelmente no consumidor final, porque isso vai ser embutido no preço e vai ser quase impossível a manutenção da música ao vivo no País.

Então, eu fico preocupado, mas solidário com o objetivo maior do autor nas questões sociais.

Então, fica aqui a minha participação e a minha oferta de um parecer para que V. Ex.^a possa melhor

examinar. E quero agradecer, mais uma vez, o convite honroso para estarmos aqui hoje neste debate.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Realmente, tivemos várias possibilidades de convívio, tanto no turismo, quanto como Prefeita de São Paulo. Mas vou responder depois suas questões, fazendo as considerações no final.

Dou a palavra ao Sr. Anjo Caldas, que é do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANJO CALDAS – Exma Sra. Senadora Marta, todos os presentes à Mesa, eu sou músico e gostaria de começar falando um pouco da nossa realidade, a realidade do músico.

Eu sou músico, sou percussionista, há trinta anos e vivo de música. A minha única profissão é a música. E, com relação ao PL que está aqui em discussão ou encaminhamento – e peço até desculpas por alguns termos que eu possa utilizar, porque é uma área burocrática e nós, os músicos, não estamos acostumados, mas é sobre o *couvert* artístico. Então, o *couvert* artístico, na prática, hoje, é feito um contato direto com o dono do estabelecimento que resolve colocar a música ao vivo no estabelecimento dele, e normalmente é o músico que procura esse estabelecimento quando descobre que tem a música ao vivo. E a partir desse momento existe essa troca, vamos dizer assim, da forma como apresentar essa música ao vivo naquele determinado estabelecimento. E existem vários estabelecimentos também. Então, o que acontece?

Ao músico, quando ele é contratado para se apresentar numa determinada casa que tenha música ao vivo, é oferecido esse *couvert* artístico. Esse *couvert* artístico, normalmente, não tem o controle do músico. É o estabelecimento que determina esse valor, e esse valor nem sempre é repassado para o músico da forma que deveria ser feito. Esse *couvert* artístico chega à mão do músico, às vezes, 30, 50% apenas do que foi arrecadado. O músico não consegue ter um controle, exatamente, do quanto foi pago de *couvert* artístico, naquele dia, naquele estabelecimento. A gente fica à mercê da boa-fé, que sempre parte do músico, em acreditar que aquele valor que foi repassado no final do dia foi de fato sobre o *couvert* artístico que foi cobrado.

Nós temos também outra questão. Às vezes, nós músicos até solicitamos aos donos de estabelecimentos que têm música ao vivo que coloquem isso bem visível no cardápio como opção para que o cliente, quando entrar no estabelecimento, saiba que ali tem música ao vivo; que ele saiba que tem um valor e que este valor vai ser pago independente da consumação que ele fez na casa; a pessoa chegar e não quiser a música ao vivo, ou não quiser, sabendo que aquele horário

já está preestabelecido para a música ao vivo, ele se retira do estabelecimento. É uma coisa fácil.

Uma coisa que acontece muito com música é com relação ao tempo, a jornada de trabalho do músico no estabelecimento. Muitas vezes, ele é contratado ou é acordado para que ele faça três *sets* de uma hora ou uma hora e meia, com um descanso de dez minutos, por exemplo. É justamente na hora que o músico para descansar é a hora que os clientes também estão indo ao banheiro ou fazer outra coisa. Muitas vezes, o músico não tem nem esses dez minutos para o descanso; ele termina de tocar, ele chega no estabelecimento, porque isso são coisas reais que acontecem, não vou generalizar, claro, existem lugares quando o músico descobre que ele é bem tratado, que ele tem um bom descanso, que ele pode ter um lugar para descansar. Muitas vezes, ele termina de tocar, vai para o balcão do bar se debruçar e esperar aqueles dez minutos ou a hora de voltar para tocar; ele não tem direito a uma água, passa por humilhações do tipo: olha, você pode comer, mas o que está no cardápio você não tem direito, aquele mesmo serviço que está sendo oferecido ao cliente, que está ali por causa daquela música ao vivo. Então, ele não tem direito àquilo que está sendo oferecido para o cliente da casa.

Outra coisa que também é muito comum acontecer, até mesmo por falta desse controle que o músico não tem, é com relação às cortesias ou *couvert* artístico que são liberados por alguma parte, do tipo aniversário da esposa do dono do bar, e, naquele dia, ele leva a família com a mãe, com a esposa, com filho, com primo, e, quando chega àquele final que ele fecha, um local pequeno que você sabe que cabem 100 pessoas, tem 20 que foram convidadas, aquele *couvert* artístico acaba passando.

Eu gostaria de colocar também que, com relação ao contrato de trabalho especificamente, nós, músicos, já temos uma regulamentação de trabalho no art. 41 e seguinte da Lei 3.857/60, que já regulamenta a profissão do músico, mesmo para o músico que é contratado para se apresentar apenas uma vez naquele estabelecimento; já existe uma nota contratual em que a pessoa que está contratando o músico especifica que ele está sendo contratado somente para aquele dia, para aquela apresentação, que seja de uma hora, uma hora e meia.

Eu gostaria de colocar também que a capacidade do estabelecimento é uma coisa que, às vezes, dificulta até a forma com que o músico é chamado para trabalhar naquele local, porque o músico, hoje, chega ao estabelecimento, o contratante sabe que naquele local cabem 100 pessoas e se eventualmente coloca 150 pessoas, ele continua recebendo em cima daqueles

100, justamente por não ter controle nenhum sobre esse *couvert* artístico quando é cobrado pela quantidade.

Outra coisa que acontece muito com a gente é que ao chegar ao estabelecimento para tocar, o músico acaba sendo responsável pelo equipamento de som, além de se apresentar, passa a ser o técnico de som, e sabemos que técnico de som também é uma categoria que já tem uma regulamentação sobre isso, e, às vezes, o músico, além disso, tem que levar um equipamento. Lógico que estou falando isso nas casas onde o equipamento oferecido para o músico não tem certa qualidade. O músico não vai se apresentar e acaba se sacrificando, tendo que levar um amplificador a mais ou um microfone a mais em relação a essa apresentação que vai fazer.

Bom, os esclarecimentos que eu tinha a fazer eram esses. Agradeço a presença e a oportunidade de ter participado. Para nós, músicos, é muito importante que a gente tenha o espaço com música ao vivo. Eu, até por ser do Rio de Janeiro, com Copa do Mundo, com Copa das Confederações, Olimpíadas, a gente está realmente precisando fazer com que a música possa levar – e ela tem levado – mensagens da nossa cultura até para fora do País.

Outro dia, vi na Internet uma pesquisa que mostrava que a música do Brasil consegue realmente quebrar qualquer barreiras, e aonde a gente chega com a música, e o brasileiro com o jeito que conhecemos, consegue realmente quebrar, botar um japonês para dançar um samba.

Quero agradecer a oportunidade e era isso.

Bom dia e obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada ao músico Anjo Caldas.

Passo a palavra, agora, ao Jorge Luiz Ferreira, que é da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Bom dia a todos.

Senadora Marta Suplicy, é uma honra poder participar hoje da Mesa junto com a senhora. Acho que ninguém mais, sem nenhuma demagogia, no Senado, poderia estar presidindo uma Comissão desta com mais qualidade que a Senadora Marta Suplicy. E digo por quê. Porque a conheço de muitos anos, não tenho nenhuma relação de amizade, mas ideológica, a Marta tem uma experiência de Executivo, Parlamentar, de Ministra do Turismo e também conhece o mundo artístico convive, jornalista...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sou mãe de músico.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Eu já ia completar isso. Até me pediram: olha, não coloca essa

questão para a Marta não porque ela pode ficar irritada com você, pois ela sempre separa a questão familiar da questão do trabalho dela. Mas acho que a música é genética, é genética. Então, muita gente na família dela, já dos seus antepassados, com certeza, tiveram essa relação com a música.

Eu, pelo meu lado, fico muito tranquilo de estar aqui, hoje, porque, estou aqui representando a Federação Brasileira de Hotéis, Bares, mas também tenho uma história como empresário. Agora, também como músico, pois lançarei um CD, não cantando, porque seria uma demência de minha parte, mas, como compositor, já no final do ano; estarei com o Zé Beto Correia, que é um músico de Belo Horizonte, lançando um CD. E, em 25 anos, seguramente, já passaram pelas minhas casas mais de 70 mil músicos. Então, acho que esse trabalho aqui é muito importante, muito importante. Muita coisa que o Anjo colocou é verdadeira, é preciso que os empresários tomem conhecimento do valor que a música representa, mas temos que tomar cuidado. Ele colocou um lado que acho certo, porque ele não pode chegar aqui e dizer que tem outro lado de músico, o que apronta para caramba dentro de uma casa e vai embora. Acho que esse contrato também vai servir para isso. Músico que, às vezes, chega bêbado no palco, que não comparece, isso é verdade; assim como tem empresário que desrespeita o músico. Então, acho que precisamos tratar isso com muito cuidado, porque dependendo da forma do encaminhamento, como disse o nosso colega Nelson, vai restringir mais o trabalho do músico, precisamos olhar isso com muita calma. Como um filósofo alemão, Fischer, disse: “Se a realidade não bate com a minha teoria, pior para a realidade”. Não podemos agir desse jeito. Acho que a gente tem que colocar leis com aplicabilidade. Não dá mais para chegarmos criando leis, dificultando, principalmente, os pequenos comerciantes.

Então, vou dar algumas sugestões para o encaminhamento do debate. Por exemplo, em relação ao contrato, já existe esse contrato de prestação de serviço que está aí, o que precisamos é nos aproximar mais do Sindicato dos Músicos, valorizar. Eu, por exemplo, sempre defendi o direito autoral, faço debate dentro das minhas casas porque tem que pagar. Se você vai ao médico, você paga, se você vai ao dentista, você paga. Por que você quer usar a música de um autor e não quer pagar por isso? Defendo que o direito autoral é um direito sagrado, está na Constituição, tem que pagar. E muitos grandes, inclusive, não donos de restaurantes, mas emissoras de rádio, televisão que se negam sistematicamente a pagar o direito autoral. Então, acho que a gente precisa conduzir esse trabalho para que se valorize mais o trabalho do músico. Por

exemplo: por que estabelecer 100% de *couvert* para músico? Acho que é desnecessário, porque o *couvert* existe para aquele músico que está começando, porque ele quer fazer uma parceria no sentido de trazer gente para cá. O músico que tem nome não quer *couvert*, quer cachê. E ele diz: o meu cachê é x; o que você vai ganhar, o que você vai cobrar é problema seu. O músico tem que ter um público, quem vai definir é o público. Então, o *couvert*, se é que tem, deveria ser 80% para o músico, no mínimo. Não precisa colocar 100%, porque tem de considerar que eu, por exemplo, exerço dessa forma, pago 80%, quando é *couvert*, porque tenho um operador de som, eu tenho de pagar o Ecad, eu tenho de pagar a imprensa, tenho de divulgar, fazer o material de divulgação. Tudo isso eu preciso fazer. Então, o músico que chega ali tem um custo. Por exemplo, um músico que leva instrumentos dele, equipamentos de som para a casa, pode-se estabelecer que, quando ele levar isso tem de ser separado, tem de ser cobrado à parte. O músico está certo, não pode o dono da casa exigir que o dono tenha de levar o equipamento. Quando tem o equipamento, cabe ao músico dizer que vai cobrar por isso, que vai cobrar 80% de *couvert* mais o equipamento. Ou, então, ele fecha um cachê, não fala em *couvert*, fixo, em que está incluído o músico e o som.

A gente tem de criar aqui uma base para que não extrapole a exploração do trabalhador. Concordo que o elo mais fraco, nesse sentido, é o músico. Agora, não dá para dizer que empresário não paga *couvert*; não dá para o músico sair acusando o empresário de roubo, porque, então, nessa questão, é muito fácil você chegar na casa e dizer: acho que tinha 100 pessoas. Mas eram 80, está aqui, porque ele esquece de dizer que o músico leva também familiares para lá. Eu, por exemplo, defendendo sempre, falo com o músico que quem libera *couvert* aqui é você. Quando tem de trazer uma pessoa da imprensa que divulgou, eu converso com você e vejo se posso liberar. O mais certo é que o músico tenha um representante também para fiscalizar, porque, senão, fica só nas costas do empresário. Chega uma pessoa leviana e diz ao empresário sério que ele está roubando. E aí, como é que fica? Às vezes, tem um empresário leviano que fala para o músico: é isso e pronto, se quiser. Qual músico pode se contrapor a esse autoritarismo do dono? Então, tem-se que estabelecer algo que, se não se chegou a um acordo, alguém tem de ter decidir sobre isso, alguém tem de atuar como árbitro disso. Eu, por exemplo, digo que perco com *couvert*, porque, quando chega um de vocês, por exemplo, e paga o *couvert* em cartão eu só receberei daqui a trinta dias e ainda vou pagar 3% para o cartão e repasso à vista, no dia, para o músico

os 80% do *couvert*. Então, esses 20%, além de pagar o operador de som, eu não consigo se...

O que o Nelson está falando é que este debate vai nos possibilitar algum incentivo de lei cultural, porque existem alguns bares que têm uma característica cultural. Eu tenho a certeza absoluta de que estou sendo protagonista dos músicos em Brasília. Tenho certeza que, quando forem contar a história desta cidade, daqui a 100 anos, vão dizer que muita coisa aconteceu no Feitiço Mineiro, que é um espaço pequeno, mas importante para a música, para a consolidação da cultura em Brasília. Inclusive, já fui homenageado na Câmara Legislativo com a Comenda Cultural de Brasília pelo trabalho no Feitiço Mineiro.

A Senadora Marta é a pessoa indicada para nós. Se tivermos o bom senso aqui, as duas partes, nós e o músico, porque a gente tem de estar aqui para ampliar o mercado de trabalho, não restringir. É preciso! Eu, por exemplo, em relação à alimentação, é verdade aquilo que o companheiro colocou aqui. Acho um absurdo a forma como alguns empresários tratam os músicos. Tem de ter, sim, alimento digno. Em relação a camarim, a gente tem de tomar cuidado com os pequenos. Recomenda-se alguma coisa, porque têm alguns estabelecimentos que têm condições, outros não. Acho que, na essência, depois, se houver um debate, falarei mais. Mas estou muito seguro de que teremos um desfecho muito bom nesta Comissão, porque a Senadora é uma pessoa muito capaz para conduzir esse processo entre músicos e donos de restaurante. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Jorge. O Feitiço Mineiro é uma referência mesmo para os músicos em Brasília. Vou fazer algumas considerações, para algumas tenho respostas, para outras tenho perguntas. Referentemente ao que o Nelson colocou, da questão do medo trabalhista, que isso muitas vezes impediria um estabelecimento de contratar. Segundo o Anjo e o Jorge, existem contratos em que isso não existiria, existiria para os estabelecimentos que ignoram os contratos. Aí, é claro, vai dar confusão. Mas, no nosso relatório, vamos estabelecer talvez com mais detalhes um contrato, sempre levando em conta algo que foi o Jorge que colocou, que é muito importante, você também colocou, de certa forma que não estamos aqui para restringir mercado, estamos aqui para garantir o mercado, para ampliar o mercado, que é o que interessa a todos.

Mas também concordo que, na ponta da corda, o mais fraco é o músico, porque o estabelecimento vai funcionar com *couvert* artístico ou não, e o músico não, ele tem de tocar. Muitas vezes ele se submete a uma condição pior porque ele quer aparecer, ele sempre tem

a ideia de que dali vai sair um brilho, que alguém vai descobri-lo e que por isso ele vai tocar com um contrato bom. Então, isso tem de ser protegido. É isso o que estou tentando conseguir, uma forma de protegê-lo.

O Nelson falou numa coisa de incentivo fiscal. Senador e Deputado não podem fazer nenhuma lei que signifique perda de receita fiscal, isso é prerrogativa do Executivo. Essa é uma lei que – você colocou bem, Jorge – é do Ministério da Cultura. Vocês dizem que já tem uma coisa lá. Só a Lei Rouanet? Só a Lei Rouanet nisso é difícil.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Mas, todos os Estados tem a lei estadual, tem ICMS, lei cultural, lei estadual. Brasília é a única que não tinha, está sendo feita agora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, qualquer iniciativa ou sugestão que vocês tenham a gente pode até ajudar a levar ao Ministério da Cultura, mas no Senado, no Parlamento, não podemos fazer isso, porque não temos essa competência. Para esse projeto caminhar para outras Comissões nós temos duas questões, até gostaria de ouvi-los. Aquele é terminativo. Sendo terminativo, acabou, ele é mais rápido. Se você vai para outra Comissão pode demorar um ano, indo para outra pode demorar dois. Tem projetos aqui... Esse mesmo, de 2009... Para que vamos ficar mais não sei quantos anos? 2007. Nós podemos aqui agilizar. Ele volta para a Câmara?

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Se alterarmos ele volta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se alterarmos ele volta e, na Câmara, pode levar mais cinco anos. Agora, nós podemos fazer o melhor possível aqui alterando o mínimo possível, acho que é um projeto bem razoável, e ele pode ser promulgado rapidamente na semana do esforço concentrado que vai ter no final do mês, terminativo, é seleção do Presidente. Vota no plenário no mesmo dia, pedindo urgência. Então, essa é uma questão a deliberar, porque a gente pode ficar enrolando aqui, mas não sei se é isso o que a gente deseja. Uma audiência pública, eu posso até colocar no Senado, eles têm um painel onde a gente pode colocar o projeto e pedir sugestões, como fiz com o cuidador de idosos. Recebemos mais de 200, 300 sugestões de gente que está trabalhando, o que pode incentivar pessoas do Brasil todo, que nos escutam, porque isso vai ser transmitido várias vezes na TV Senado, a poderem dizer: Olha, nessa parte aí eu tenho essa sugestão y, x, e que também pode nos ajudar. Nós temos um pouco de tempo ainda.

Bom, o Nelson levantou que o músico, às vezes, não tem uma rotina, ele chamou de habitualidade naquele local, mas é assim mesmo. Não tem, é uma

profissão difícil, ele vai de um lugar, às vezes vai para o outro na mesma noite, e tem que ter contrato. Mas, se a gente tem um contrato que ele vai tocar, vai ter duas inserções, então ele vai receber por isso de hora a hora tal, com um intervalo x. Isso é que precisa ter: controle. Quer dizer, cada um saber muito bem onde está entrando e o outro o que está adquirindo.

É isso que vai fazer com que nós consigamos uma relação correta, não é?

Sobre o que o Anjo colocou. Foi muito boa a sua presença, Anjo; eu agradeço, porque você colocou muito bem a ponta onde estoura, não é? A relação de fragilidade. Sua colocação lembrou-me quando a mulher entrou no mercado de trabalho. Nós pedimos por favor para entrar. Então, nós entramos com um salário mais baixo e nunca mais a gente conseguiu... Até hoje a gente está tentando ser igual, porque vai numa situação de desvantagem. Se eu procuro para trabalhar, a mulher teve que pedir licença ao marido para trabalhar, ela já foi numa desvantagem, e o empregador já achando que ela é pior. O músico vai: Ah, aqui tem música ao vivo! Que bom! Oba, achei um local! Então, é um por favor. É uma coisa difícil. A relação que se estabelece já não é legal, desde o começo.

Isso talvez a gente pudesse ver outras formas de tornar – e é isso que eu gostaria de uma contribuição dos estabelecimentos – mais atrativo para o estabelecimento ter a música; alguma forma que, eu como dona de um estabelecimento pudesse dizer: Bom, se eu tiver um músico aqui, eu vou atrair mais gente, vai ser bom para o meu negócio.

Eu acho que o exemplo do seu estabelecimento em Brasília, o Feitiço, ele conseguiu fazer um perfil nesse sentido. Então, ele acabou sendo uma coisa boa para você. Às vezes, deve dar prejuízo, outras não, o *couvert* artístico, mas de alguma forma fez uma marca.

Agora, como nós poderíamos fazer essa percepção se tornar mais ampla, de que um *couvert* artístico, para o estabelecimento, ele o diferencia do resto. E não diferencia só porque ele vai ganhar dinheiro e vai ter um incentivo, mas ele o diferencia pela qualidade. E quando você se diferencia pela qualidade acaba atraindo mais gente. Como em qualquer profissão, se você é bom, acaba atraindo mais freguês, acaba atraindo mais cliente e você é mais procurado, não é? Isso tem que ser pensado.

Agora a gente falando vai tendo idéias que, às vezes, não têm nada a ver com o projeto.

Até os próprios músicos terem páginas de desempenhos e performances, que agora com a internet é tão fácil, e estabelecimentos poderem ter acesso e poderem ter esse contato muito mais fácil, do que o músico ter que ir lá procurar, ter páginas de músicos

que ofereçam seus serviços nas áreas tais, com tipo de música, e tal, e estabelecimentos que gostariam. E a gente fazer esses cruzamentos. Eu agora já estou entrando num delírio que não tem nada a ver, mas são coisas que a gente também tem que pensar como poder ajudar a resolver essa questão que vejo que não é fácil. E o mais difícil, quando eu falo assim do *couvert* artístico para o músico, é a questão do controle.

Eu acho que se isso for colocado com clareza, talvez tenha também que ter um detalhamento maior. E aí é uma pergunta que eu faço para os dois que são donos de estabelecimento. Claro, tem o problema da cortesia, é a cortesia do dono do estabelecimento, mas é a cortesia do músico também. Agora a cortesia do músico é boa para o dono do estabelecimento, porque ela gera receita de comida e bebida e perda no *couvert*. Então, o teu exemplo fica um pouco médio.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Se for 80%, eu estou perdendo 20%, não é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É, mas eu não sei, eu estaria pensando nos 100, mas eu quero ouvir mais, porque você estaria perdendo 20, mas quanto você não estaria ganhando, não é, em termos de atração?

O que fica um pouco é que músico não atrai. E pode ser verdade, se tem o acréscimo no preço, porque a gente sabe que, às vezes, até marcas boas, que a gente costuma consumir, quando a gente vê outra marca, com preço mais barato, a gente consome. Então, é complexo, não é? Como fazer? Mas parece-me que o controle tem que ser feito. Se vai ser 80 ou 100, e aí eu queria ouvir. Também ouço o músico, se ele tiver alguma idéia de como a gente pode fazer esse controle, de forma a ser uma cor diferente, o papelzinho de quem é a cortesia? Então, não entra. Isso... Anota aí, eu já te dou a palavra e você fala, porque tem mais perguntas.

A questão do bom atendimento, da humilhação, do mau tratamento, do tempo de jornada. O tempo de trabalho, isso nós vamos especificar.

Eu gostaria de saber, para os músicos e para os senhores, se uma hora e meia, com dez minutos está bom? Porque o músico já me diz que dez minutos, dependendo do estabelecimento, não está nada bom.

Agora, eu vou colocar um adendo. Para o cliente pagar a música ao vivo, tem que estar pelo menos essa música, durante parte do período em que ele lá se encontra. Como é que a gente vai fazer esse controle? É possível? Porque eu também, como cliente, eu chegar, vejo *couvert* artístico, eu entro. Aí eu sento, tomo duas bebidas, está no *break* do músico, porque ou banheiro estava cheio, ou ele foi almoçar, ou sei lá o que aconteceu, aí eu vou embora. Eu não ouvi nada

e paguei *couvert* artístico. Como resolver isso? Eu acho que isso vocês podem me ajudar mais do que...

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Quinze minutos de tempo mínimo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quinze minutos de tempo mínimo. Quinze minutos mínimo, com um máximo de x ou sem máximo.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – A partir de 15 minutos que ele está lá tem que cobrar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A partir de quinze minutos que o cliente está lá?

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Se ele chegou no meio do show, mas pegou quinze minutos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pegou quinze minutos, ele paga.

Pode ser. Eu gostaria de ouvir opinião também, mas pode ser interessante isso.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Eu faço isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu achei interessante isso do equipamento de som e tal, que não é responsabilidade. Eu não tinha me atinado para isso. Foi importante vocês lembrarem.

E do Jorge que contou... Eu achei importante, a gente tem que ser muito cuidadoso para não restringir o trabalho do músico, porque às vezes tem umas leis para proteger, na questão da mulher aconteceu muito isso, lei para proteger a mulher, que depois só atrapalhou, não é?

Então, a gente tem que ter cuidado em fazer o melhor para que ela possa ser aplicável e não dificultar realmente o pequeno comerciante, dessa maioria que nós estamos falando, não é?

A outra questão foi uma sugestão que foi dada pelo Jorge, mas eu acho impossível que tenha um representante do músico para fiscalizar *couvert*.

O músico, coitado, mal consegue levar o aparelho dele, o violão dele, quanto mais pagar alguém para fiscalizar. Não tem sentido isso.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA – Mas tem músico que tem empresário. Uma boa parte tem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É, mas nenhum empresário vive de um músico só e se ele vive de um músico só, o músico é tão grande que ele faz de outro jeito.

Então, nós estamos falando dos pequenos, desses que vão... Com outra experiência, quer dizer...

E aí eu quero ouvir de vocês – que eu não consegui ter clareza ainda – como é que nós vamos controlar essa história do *couvert*, que idéias vocês têm para que o músico possa receber.

E também quero saber, esses 80%, se vocês consideram... essa é uma das questões que eu gostaria de pôr na internet também, pelo Senado, não é,

quando fizermos os questionamentos, porque eu tenho dúvida, porque eu vejo que tem todas as despesas que foram bem colocadas pelo Jorge, mas ao mesmo tempo, dependendo da casa e do número de pessoas, o *couvert* é bastante baixo. O cara pode tocar a noite inteira e não ganhar quase nada. E nesse sentido, eu acho que nessa situação o músico tem que ganhar um pouco, não é, e mesmo 80%, às vezes, pode ser muito pouco e esses 20% não sei quanto de diferença vai fazer para o empreendedor. Talvez faça.

Então, eu vou fazer uma nova rodada, vamos fazer uma rodada menor de cinco minutos para as considerações finais e a gente encerra a nossa audiência pública.

Pois não, com a palavra o Nelson. Foi o primeiro a falar.

O SR. NELSON DE ABREU PINTO – Excelência, eu acredito que foi muito oportuna a apresentação das questões dos músicos, do meu colega Jorge Ferreira e as ponderações de V. Exª.

Acho que esses cinco minutos são suficientes para a gente lhe passar a nossa visão, em nível nacional, da Confederação Nacional do Turismo, do que achamos deste debate e com o que ainda podemos contribuir.

Conforme eu anunciava, entregamos a V. Exa. um parecer do nosso coordenador jurídico, que não abrangeu, talvez, essas minúcias daquilo que foi tratado no debate. Por isso, peço a V. Exa. um prazo para a gente fazer a análise jurídica, empresarial e técnica daquilo que é o controle, como podemos fazê-lo, se deveria ser feito de uma forma ou de outra e apresentar isso na complementação do nosso parecer. Para tanto, peço um prazo que V. Exa. julgar conveniente e possível.

Eu queria lembrar o que V. Exa. falou na abertura, que a questão é realmente complicada, difusa, e a regulamentação é necessária. Acho que todos aqui entendemos que isso é possível, vamos ajudar a construir isso. Mas esta discussão deve se tornar mais ampla pela necessidade daquelas questões difusas, muito bem lembradas por V. Exa., e pela figura que ninguém aqui ainda falou, do direito do consumidor. Acho que é uma questão tripartite em que, necessariamente, a gente tem que ouvir o que pensam as entidades que dão proteção e guarida à defesa do consumidor no País, porque é um assunto tripartite, o músico, o empresário, é real, mas falta a figura daquele que paga a conta, que vai ser mais onerado indiscutivelmente. A empresa vai ter que estabelecer uma nova programação de custo na oferta do seu serviço.

Então, comprometo-me a colocar isso de uma forma mais ampla, complementando o nosso parecer, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Nelson.

Vou ficar aguardando as sugestões, e vamos avaliar se vale a pena fazer mais uma audiência pública, porque hoje é um dia de esforço concentrado, mas tudo de muito relevante foi votado terça e quarta. Então, esvaziou bastante a Casa, e talvez em um dia com a Casa mais cheia e com talvez outro tipo de debate num fórum mais amplo. Mas foram muito boas as sugestões. Agradeço.

Agora, vamos ao representante do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, Anjo Caldas.

O SR. ANJO CALDAS – Eu gostaria de fazer uma colocação, que V. Exa. até comentou, sobre o músico fazer essa espécie de página com relação ao seu trabalho. Por incrível que pareça, o músico até já faz isso com relação aos estabelecimentos, e – aqui, vou louvar a forma com que o Jorge trata os músicos – quando descobrimos que existe um estabelecimento que tem essa conduta, nós, inclusive, divulgamos na Internet, avisando: olha, aquele local é bacana, você vai lá e tudo o mais. Então, de certa forma, já existe isso. Eu gostaria de deixar também claro sobre a importância dessa formalização, através dessa nota contratual, que já existe, com o recolhimento, inclusive, do INSS.

Sobre a jornada de trabalho, que, às vezes, chega até 5 horas, dependendo do estabelecimento, estou falando isso também em âmbito nacional. Talvez o Jorge tenha um estabelecimento pequeno, onde o músico trabalha apenas uma hora e meia ou duas, mas existem jornadas sobrecarregadas de até cinco horas. E muitas vezes essa hora é contada a partir da hora que o músico chega, e ele tem que passar o som, tem que ficar disponível, dependendo da casa que tem duas atrações numa noite. Há casas no Rio de Janeiro que começa com música ao vivo as sete e vai até três e meia, quatro horas da manhã, com três atrações nessa casa, e tocando por *couvert* artístico.

Quero deixar claro que em momento nenhum o músico acha que o empresário é o carrasco ou que é desonesto. A questão não é esta. A questão é que, realmente, nós, músicos, não temos esse controle. Acho que a gente pode pensar numa forma que venha a viabilizar esse controle, que seja através desse “tiquetizinho”, de uma forma simples entre o músico e o estabelecimento.

Sobre a questão até do *couvert* artístico, dos 100% ou dos 80%, muitas vezes, Jorge, acontece o que você falou: o músico entra nessa parceria de risco do *couvert* artístico e a casa, depois que ela já está – na linguagem da gente – bombando, o estabelecimento deixa de recolher o *couvert* artístico para o músico e passa a oferecer um fixo. Acontece muito isso. Então,

a preocupação da gente em relação a essa questão dos 100% do músico, até discutimos isso...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É, mas não entendi. Na mesma noite não, em noites subsequentes?

O SR. ANJO CALDAS – Não, num outro dia. O estabelecimento oferece aquele *couvert* artístico para o músico que chega, que se apresenta, e ele vem, às vezes, a primeira vez, a segunda, a casa está começando, ninguém conhece o músico, ele passa a ter um repertório, começa a trazer o público, como o Jorge bem disse, com um bom trabalho, o público vem. Então, a casa está bombando, está acontecendo, aí o próprio dono do estabelecimento já não repassa o *couvert* artístico, mesmo que seja 50% ou aqueles 40%, ele começa a oferecer um fixo para esse músico, e esse fixo, às vezes, é muito mais baixo do que aquele *couvert* artístico que estava ganhando anteriormente. Ele se submete porque não tem opção.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – (*Fora do microfone.*) desculpe a pergunta, mas, se você não tem o contrato de que você vai se apresentar cinco vezes pelo *couvert* artístico e tem o contrato de duas ou três vezes, nada impede, depois, do dono do estabelecimento mudar cada vez o contrato, faz parte.

O SR. ANJO CALDAS – Não, ele até pode mudar, mas só que, quando ele começa com o *couvert* artístico e deixa de ganhá-lo, é um exemplo, ele passa a ganhar...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu entendi o que você está falando, mas aí é lei do mercado, não tem o que fazer.

O SR. ANJO CALDAS – Ele tem o direito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ele tem, ele tem.

O SR. ANJO CALDAS – Por isso, a questão dos 100%. A gente chegou a discutir, a gente chegou a...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ah! Agora entendi, porque quem tem que correr risco... O dono do estabelecimento corre um risco... Quer dizer, se você põe todo o *couvert* artístico para o músico, quem está correndo risco é o músico, não é o dono do restaurante. Inclusive, se o dono do restaurante resolve não fazer propaganda e não atrair gente, o músico vai tocar de graça naquele restaurante. Então, é complicado.

O SR. ANJO CALDAS – Mas sobre esse percentual, chegamos até a uma ideia de 90%, uma retirada de 10% como um mínimo de prejuízo para o músico nessa situação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Você diz – estou perguntando já da lei – não sempre, mas a combinar 100% ou põe, no mínimo, 90%.

O SR. ANJO CALDAS – Noventa por cento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É, tem que ter cuidado, porque se não vai virar 90%.

O SR. ANJO CALDAS – Era isso. Agradeço pela oportunidade da presença. Espero ter contribuído com um pouco de sugestões e ideias que nós, músicos, temos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A experiência de quem está com a mão na massa sempre enriquece.

Registro também a presença do Senador Suplicy agora conosco.

Pois não, Jorge, para as suas considerações finais.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS – (*Fala na gravação.*) próximo ao grande Senador Suplicy, que também muito ligado; às vezes, cantor. Lá, no Feitiço, já tivemos algumas canjas memoráveis.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Só peço desculpas, porque eu estava na Comissão de Relações Exteriores, que terminou agora a minha responsabilidade lá. Eu era Relator, então, só agora, pude estar aqui presente.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS – De repente, a Federação Brasileira de Hospedagem vai ficar muito arrependida de ter-me colocado aqui como representante, porque, às vezes, eu fico defendendo o músico aqui, mas não é isso.

Eu vejo o seguinte: se tem uma parte mais a ceder, são os donos mesmo de bares e restaurantes. Acredito nisso. Agora, se um ponto já está certo aqui, que acho que isso seria um caos se colocasse a CLT nessa relação de trabalho, como isso já está resolvido, já tem um contrato, eu acho que essas outras questões são muito mais fáceis.

A Senadora colocou muito bem: como cobrar o *courvet* artístico e quem paga. Como vai ser isso? Como cobrar? Eu acho que tem um momento, gente, que não dá para a lei chegar. Tem que haver bom senso. No caso, por exemplo, de casas, como a minha, que 99,9% são pagos pelo cartão, é tudo informatizado, é só você pegar lá uma tecla para ver quantas pessoas, e não tem problema nenhum. Declaro 100% para a Receita, não tem como eu querer roubar do músico para ficar, não tem como. Então, vai ser o caixa que vai tirar para ele, porque ele tem que esconder de mim e da Receita, não tem outro jeito. Então, isso, nesse caso, nas empresas informatizadas, está bem certo, acho que tem que garantir o acesso do músico, da cobrança de *couvert* lançada oficialmente. Aí, se o músico vir que o

empresário o está lesando, ele tem o direito de, inclusive, denunciar à Receita Federal. Acho um absurdo o empresário que queira lesar um músico. Para mim, ele tem de ser preso, acho um absurdo! Pode errar, isso é outra coisa. Com essa questão de liberar *couvert*, por exemplo, quando chegam três ou quatro jornalistas, é importante para o músico, mas você tem de comunicar. Você autoriza a liberar? Converse com o músico.

Por que falo em 80%? Oitenta por cento, para alguns músicos, é muito bom, porque você tem de levar em consideração que tem músico que dá prejuízo para a casa. Um músico com o qual a gente faz um contrato para um mês, toda quinta-feira, e ele não leva gente... Aquela casa trabalha com um ticket médio e ele coloca lá três, quatro pessoas, mas tem outro músico que coloca oitenta pessoas... Então, geralmente, o *couvert* é para isso. Quando começa a dar certo e o músico não quer mais, o empresário vai querer que ele fique. Se ele encheu aquela casa vai encher outra. Como disse a Senadora, cabe negociação. Se o *couvert* não está contemplando, parte-se para o cachê e eu saio dessa questão. O músico diz: não vou tocar com *couvert*. E pergunto: qual é o seu cachê? E ele me diz: o meu cachê é x. E eu digo: bom, para mim não serve, pago tanto. Então, essa negociação tem de ocorrer.

O Sindicato pode colocar, como tem a Ordem dos Músicos, essa discussão do mínimo básico, cada Estado estabelece esse mínimo e deixa para negociação. Acho que o *couvert* é uma das alternativas. Para mim, a questão maior aqui seria o que já foi resolvido em relação a contrato. A questão, com a habilidade da Senadora Marta, deve ficar aqui, deve sair daqui, porque acho que é garantia para as duas partes sair um projeto decente, bem colocado, que amanhã não venha a ser questionado por via constitucional. Isso deve ser feito através desta Comissão, da Senadora Marta. Confio muito nesse processo de condução pela experiência dela. Aqui, acho que vai ser o bom senso.

O essencial nós já conseguimos hoje. Agora estamos discutindo outras questões, como cobrar o *couvert*, se vai ter *couvert* ou não. Pode ser de 90% ou não, mas não esqueça que tem a alternativa de cobrar o cachê e essa questão morre. Alimentação já é obrigação. Na questão do camarim, se não tem um camarim, tem de ter uma mesa reservada especificamente para o músico. Eu faço isso, porque é um absurdo o músico ficar no balcão. Está corretíssimo.

Vamos tentar chegar num acordo, porque os músicos também merecem um contrato decente hoje, porque eles não têm, em vários lugares, a quem recorrer, não têm algo específico no trabalho deles. Acho que para os bons empresários, conheço vários, vai melhorar. Eu já faço isso, faço até mais. Por exemplo, alguns músicos

que conseguem administrar bem isso, até bebem na casa por minha conta, não tem problema, mas na lei não se pode estabelecer que ele tem de beber porque a bebida depende de cada um, algumas pessoas têm controle, outras não. Agora, se eu, dono do restaurante, quiser fazer isso, é um problema meu. O a mais cabe à gente. Agora, tem de estipular o mínimo, que é o que a Senadora está querendo aqui, ela conhece o trabalho dos músicos. Pelo menos o mínimo garantido a partir desta Comissão. Isso é louvável, é saudável.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Como V. Exa., Senadora Presidente, é também designada relatora deste projeto, confio que as contribuições dos depoentes, Nelson de Abreu Pinto, Anjo Caldas e Jorge Luiz Ferreira, ainda mais levando em conta que a Senadora Marta é mãe de dois músicos, que às vezes são convidados, inclusive, para cantar no Feitiço Mineiro, já estivemos lá no Bar Brahma, de responsabilidade do Jorge Luiz e do outro... Como se chama o outro?

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS – No Píer? O bar Brahma?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – É, o bar Brahma. Mas tem o outro ali, de que o Senhor também o responsável.

O SR. JORGE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS – O Armazém do Ferreira? O Mercado? Todos têm música.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – São diversos. Enfim, acho que as sugestões que certamente os Senhores estão aqui nos encaminhando e para a relatora são na direção do bom senso, que levam em conta a responsabilidade e a disposição dos artistas em quererem ser convidados mais e mais para cantar em lugares como os que o Jorge é responsável, e também levar em conta, sobretudo, a possibilidade de haver um entendimento entre as partes. O projeto, se garantir isso, atendendo a ambos os lados, vai, certamente, ser o melhor. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Vou encerrar esta audiência pública agradecendo ao Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo e presidente também da Confederação Nacional de Turismo. Muito obrigada, Nelson. Ao Sr. Anjo Caldas, que é do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço a sua contribuição também. Ao Sr. Jorge Luiz Ferreira, da

Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, a quem também aproveito para parabenizar pela condução de seus estabelecimentos e pelo seu aporte aqui, que, certamente, ajudou. Muito obrigada a todos. Está encerrada a audiência.

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos, do dia dezessete de abril de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner e Paulo Bauer. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Deputado Federal Gabriel Guimarães. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se a debater a “Reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil (PDV) e dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira”, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2012-CAS, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto; Marcelo Lopes Costa, Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea – CONARFA; Luiz Carlos de Oliveira Ferreira, Secretário da Associação Nacional de Ex-Soldados Especializados – ANESE; José Elenaldo Alves de Gois, Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil – ANDEBB; Marcelo Dantas, Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil – ANDEBB. Justificam ausência os Representantes do Ministério da Defesa e do Banco do Brasil S.A. Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **PAULO PAIM**, Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a proposta de reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil (PDV) e dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2012, de iniciativa deste Presidente e de outros Senadores.

Convidamos para comporem a Mesa os nossos convidados: Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto; Marcelo Lopes Costa, Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea – Conarfa; Luiz Carlos de Oliveira Ferreira, Secretário da Associação Nacional de Ex-Soldados Especializados – Anese; José Elenaldo Alves de Gois, Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil – Andebb, e Marcelo Dantas, Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil – Andebb.

Vamos conferir os que já estão conosco: Luiz Fernando, Marcelo Lopes, Luiz Carlos. Entre aqueles que haviam confirmado, estão faltando o José Elenaldo Alves de Gois, Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil, e também o Advogado-Geral da União, que havia confirmado, Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria.

Antes de prestar outros esclarecimentos, vou fazer uma rápida introdução do motivo desta audiência pública para atualizar todos aqueles que estão assistindo a essa nossa audiência pelos órgãos de comunicação do Senado.

Hoje, aqui na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vamos debater a proposta da reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil e dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira.

A nossa Subcomissão possui como critério ouvir as demandas de toda a sociedade e fazer com que aqui, democraticamente, cada um exponha seu ponto de vista sobre os pleitos que ora apresentam. A nossa intenção sempre é buscar o consenso, o entendimento, e assim fizemos em inúmeros casos: construção do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, na questão do salário mínimo e na

própria regulamentação da profissão de comerciante, como também dos motoristas e tantos outros setores com que aqui dialogamos, como agora estamos construindo o estatuto dos motoristas.

Hoje não é diferente. Iniciamos aqui fazendo um rápido histórico da situação.

Entre os anos de 1994 e 2001, soldados de segunda classe que concluíram o tempo de serviço militar e que quiseram prosseguir no serviço militar tiveram a oportunidade de se inscreverem para o concurso de admissão ao curso de especialização de soldados. Aquele curso era requisito para promoção de soldado de segunda classe a soldado de primeira classe. Nessa condição, o militar poderia, mediante concurso, ter acesso às demais graduações de carreira.

Conforme informações que nos chegaram, o soldado de primeira classe pode obter prorrogação de tempo de serviço até o limite máximo de seis anos, assim como o soldado de segunda classe pode prorrogar o prazo por mais quatro anos. Também recebemos informações do Comando da Aeronáutica de que, na esfera jurídica, todos os recursos foram esgotados, o que estaria inviabilizando a reintegração.

Estou passando as informações que chegaram à Mesa, e naturalmente os debatedores vão apresentar o seu ponto de vista. Isso não é uma posição da Presidência; é o que nos chegou de informação.

O Plano de Desligamento Voluntário do Banco do Brasil – PDV –, que atingiu mais de 13,5 mil pessoas entre os anos de 1995 e 2002, reduzindo o quadro de funcionários do Banco, além da garantia dos direitos trabalhistas normais, segundo as informações que nos chegaram, garantiu também o incentivo pecuniário, a liberação do percentual de 50% a 98% das contribuições vertidas pelo próprio empregado da Previ.

Haveria, conforme previsão do Plano, acompanhamento logístico de novos e de ex-funcionários com participação em cursos, além de estrutura logística para os ex-funcionários. Segundo o ex-bancário Marcelo Dantas, 90% dos demitidos foram malsucedidos.

Sobre esse tema, há na Câmara dos Deputados projeto de lei, de autoria dos Deputados Daniel Almeida e Chico Lopes, que prevê a reintegração dos ex-funcionários do Banco. Aqui no Senado há o PLS nº 66, de 2007, do Senador Inácio Arruda, que também trata do tema.

Os funcionários tanto do Banco do Brasil como da FAB estão aqui representados pelos seus líderes, apresentando os seus pleitos. Esta Subcomissão de Emprego e Previdência e a Comissão de Direitos Humanos são um espaço natural em que setores da sociedade manifestam as suas posições para o atendimento de seus pleitos. Isso é mais do que legítimo.

Só informamos que a transmissão desta nossa audiência pública está sendo feita pela Internet, www.senado.gov.br/tv/canal2, e também pelo canal da TV Digital de Brasília, Canal 51.03.

Ainda no campo das informações, eu queria dizer que recebi aqui dois comunicados. Um é da UPD, União dos Pedevistas e Demitidos do BB: “Estamos enviando *e-mail* com informações da impossibilidade de participação do Presidente da UPD na audiência pública, em 17 de abril.” A União dos Pedevistas diz que não poderá participar. O outro comunicado é do Banco do Brasil: “Referindo-nos ao convite encaminhado por essa Comissão, em anexo, informamos da impossibilidade do comparecimento do representante do Banco do Brasil na audiência pública marcada para tanto”. Esteve agora mesmo aqui o assessor do Banco do Brasil informando-nos de que eles estão com uma reunião em São Paulo, mas que, a qualquer momento, estarão à disposição desta Presidência para dar todas as informações do fato em questão, ou seja, do PDV do Banco do Brasil.

Recebi também o seguinte comunicado: “Exmº Sr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão... Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais em Defesa do Emprego e da Previdência, e não da Comissão de Assuntos Sociais. Ele remeteu para os dois: para o Presidente da Comissão e para esta Presidência.

Convite para audiência pública.

Sr. Presidente, refiro-me ao convite para a minha participação como orador na audiência a ser realizada nessa subcomissão, em 17 de abril em curso, para tratar do tema da reintegração dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira, em atendimento ao Ofício nº 22, de 11 de abril de 2012, dessa Presidência. Ainda que honrado pela deferência do convite, cumpro-me informar ao nobre Presidente da minha impossibilidade de comparecer à audiência pública, tendo em vista que estarei recebendo a visita do Sr. Ministro de Estado da Defesa da Argentina na data agendada, que coincidiu.

Por oportuno, apresento a V. Exª as seguintes ponderações a respeito:

a) matéria foi objeto do Decreto Legislativo nº 369, de 2010, que tramitou no Senado Federal e foi apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo sido arquivado pela Presidência da Casa por ter recebido

parecer contrário quanto ao mérito em ambos os órgãos setoriais;

b) no âmbito desse Ministério, o assunto foi analisado pela Consultoria Jurídica, que se manifestou pela inadmissibilidade da reintegração dos ex-soldados por falta de amparo legal, encaminhando a demanda à Consultoria-Geral da União;

c) recebido e analisado na Consultoria-Geral da União, o pleito foi indeferido por falta de sustentação legal pelos seguintes fundamentos apontados: ausência de estabilidade antes do interstício de dez anos, possibilidade de (?) de ofício e ocorrência da prescrição quinquenal e;

d) em julgamento do agravo regimental, o recurso extraordinário sobre o tema no Supremo Tribunal Federal, em 15 de maio de 2011, considerou pacífica a jurisprudência daquela Corte no sentido de não reconhecer aos militares do quadro de temporários direito à permanência em atividade após cumprido o prazo de incorporação.

4. Agradeço, desde logo, a peculiar compreensão de V. Exª das razões que impossibilitam a participação deste Ministério na audiência, reafirmando a minha disposição de sempre acolher com interesse e simpatia às demandas que o nobre Senador e essa Comissão assim entender oportuno encaminhar a este Ministério.

Atenciosamente, – **Dr. Celso Amorim**, Ministro de Estado de Defesa do Brasil.

Então, aqui, tanto o Banco do Brasil como esse ofício do Ministério da Defesa tentaram, naturalmente, justificar a não presença no dia de hoje. Eu, que recebi aqui uma delegação do Banco do Brasil há minutos atrás – me entregaram e comentaram comigo a visão da questão –, o que eu disse a ambos que entendia – sabemos que as audiências públicas são marcadas e nem sempre todos os convidados podem se fazer presentes –, mas que a audiência pública seria mantida dentro das normas legais que esta Comissão sempre tem feito, que os argumentos todos seriam ouvidos e me comprometi – é bom que vocês que vão ser os expositores – a remeter a ambos todos os argumentos que aqui foram levantados para consideração tanto do Banco do Brasil como para o Ministro Celso Amorim.

Espero ainda que... Havia confirmado o Advogado-Geral da União... Não? Está vindo. Então, como vai estar aqui o Advogado-Geral da União que deu o último parecer, também vai nos ajudar aqui neste debate. Vamos ao debate. Espero que seja um deba-

te tranquilo, uma exposição pelo menos tranquila, de parte de todos os nossos convidados.

Tenho mantido sempre aqui um critério que chamo do bom debate. Os argumentos todos são válidos dentro da linha do respeito às instituições e do respeito às posições divergentes, porque, se não houvesse posições divergentes, a gente não estaria aqui, não é? Se tudo fosse consenso, estaria tudo resolvido. Mas, aqui, nesta Comissão, quando a questão é muito polêmica, alguns me perguntam: “Ah, mas eu não serei vaiado?”; “Não vai ter ofensas lá?”. Eu digo: “Comigo, não”. Palmas, tranquilamente, todos podem bater, eu nunca proibi palmas, que é uma forma de o plenário se manifestar e participar, agora, váia e desrespeito ou ofensa a qualquer um dos meus convidados... Porque eles não são convocados. Eu não tenho o poder de convocar, eu tenho o poder de convidar. Então, faço questão de deixar muito claro isso. Esse é um tema delicado, de fato, é um tema polêmico, mas vocês poderão, aqui, tranquilamente, levantar todos os argumentos que entenderem adequados para a gente avançar nesse debate.

Repito: tudo que for dito aqui para a construção de alguma alternativa, tem que ficar claro que será remetido, como se aqui eles estivessem, tanto ao Banco do Brasil como ao Ministro Celso Amorim, que aqui justificou sua não presença e vai estar aqui – já confirmou – o representante do Advogado-Geral da União. É isso?

Então, mediante isto, vamos começar a exposição. Começaríamos, no primeiro momento, pela ordem que está aqui, pelo Luiz Carlos, que é Secretário da Associação Nacional de Ex-Soldados. Em seguida, vamos para o Marcelo.

Luiz Carlos, você está com o tempo disponível, de dez minutos com mais cinco. Todos que assistem às minhas audiências públicas... Assistem às nossas audiências públicas, não às minhas, eu sempre dou com mais cinco e mais cinco, se for necessário, mas no limite máximo de vinte minutos. Porque sempre tenho dito que não é justo que as pessoas viajem do Brasil todo para vir aqui e falar cinco minutos, como alguém já propôs que eu desse cinco minutos para cada um. Não! Eu dou dez, dou mais cinco e, no limite, mais cinco. Seria, então, no máximo, vinte minutos.

Já está conosco – quero, mais uma vez, cumprimentá-lo – o Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto.

Seja bem-vindo. Que bom que você está aqui. O bom é vir para o debate para que a gente possa ouvir todas as posições sobre o tema. V. Ex^a aqui vai construir o que eu chamaria de uma tendência do equilíbrio nas argumentações. (*Palmas.*)

Eu dizia aqui, Dr. Fernando, que tudo que for debatido aqui e apresentado será na linha do equilíbrio e do respeito, como exigem os trabalhos desta Comissão, e dizia também que as palmas são asseguradas – é o mínimo de participação –, mas em nenhum momento é permitido váia ou qualquer ofensa a qualquer um dos convidados, que são meus convidados – estão aqui na nossa Casa como nossos convidados –, e que tudo que aqui for apresentado será remetido tanto ao Ministro Celso Amorim quanto à Presidência do Banco do Brasil, que são o eixo do debate.

Então, de pronto, como eu já havia anunciado, passo a palavra para o Dr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA

– Primeiramente, bom dia a todos.

Eu gostaria de fazer um agradecimento especial ao Senador Paulo Paim, ao Tiago Tobias, aos membros da Comissão de Assuntos Sociais, às famílias aqui presentes e também aos oficiais e praças da ativa e da reserva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que nos cederam documentação, conhecimento e tudo mais de que a gente precisou para estar entendendo o que viemos a pleitear aqui.

Eu gostaria também de relatar que está presente também o nosso advogado, da Anese, Dr. Ronaldo. A parte de conhecimento de legislação mais profunda pode ser questionada a ele, caso alguém queira fazer esse questionamento.

Para que todos entendam a nossa luta, é interessante ver o que aconteceu na nossa história. Então, vou me ater só a relatar os acontecimentos e mostrar as evidências.

No ano de 1994, no segundo semestre desse ano, o Comando da Aeronáutica levou a público o concurso para o curso de especialização de soldados. A revista *Aerovisão*, que era a revista que fazia a publicidade no âmbito do Comando da Aeronáutica, ela evidenciou que, ao final do curso, o soldado se formaria soldado de primeira classe, especializado, com acesso às demais graduações, até o suboficialato, podendo chegar ao oficialato.

Essa comunicação gerou bastante interesse dos candidatos por não haver nenhum tipo de modalidade de publicidade nos atos de convocação, a publicidade do concurso. Não havia nenhuma temporariedade e também não havia nenhuma espécie de comunicação de que seria um serviço militar obrigatório, aquele previsto pela Constituição Federal.

Muda o *slide* aí para mim, por favor.

Logo após a edição da revista, houve o edital do concurso, onde todos nós entendemos que o edital é a lei do concurso. Entre outras exigências do edital, houve o pedido de que os candidatos fossem reservistas,

ou seja, apresentassem o certificado de reservista de outras Forças ou até mesmo da Força Aérea Brasileira, comprovando que estavam quites com o serviço militar inicial antes de fazer o concurso.

A Portaria nº 710 da Aeronáutica estabelecia um impedimento às inscrições onde dizia que não poderiam inscrever-se para o concurso de admissão ao Cesd os brasileiros que não estivessem em dia com o serviço militar inicial.

No próximo ponto, nós atendemos aos requisitos da Administração Pública, expressos em edital, e todos nós apresentamos o certificado de reservista, comprovando que estávamos quites com toda e qualquer obrigação com relação ao serviço militar inicial. Eu dei o exemplo do meu próprio certificado de reservista. Eu era reservista do Exército. Todos prestaram concurso, foram aprovados, ingressaram na Força e lá permaneceram por seis anos.

Após esses seis anos, o Comando da Aeronáutica licenciou a todos informando a seguinte motivação: todos estavam prestando aquele mesmo serviço militar inicial, o qual foi dito que era condição para prestar o concurso. Nós acionamos o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro questionou o Comando da Aeronáutica a respeito da motivação. Qual era a motivação que levou a esse licenciamento?

O Comando da Aeronáutica respondeu, via ofício, por duas vezes consecutivas, que a motivação era justamente a prestação do segundo serviço militar inicial. Ou seja, aquele mesmo pedido que estivéssemos quites antes do concurso.

Foi elaborado pelo Comando da Aeronáutica um documento oficial da Força que indicava que estávamos prestando o segundo serviço militar inicial, ou seja, um segundo certificado de reservista... São dois documentos públicos, um do Exército e um da Aeronáutica, falando que nós estávamos fazendo a mesma coisa.

A partir daí, continuamos a nossa luta pedindo nossos direitos em outras esferas. Começamos a questionar a publicidade do ato da Administração. Alguns atos de publicidade deveriam ser observados antes, no caso da convocação, e depois, na demissão. Todos nós sabemos que, no que tange à publicidade, todos os atos têm que ser observados pela lei, pela doutrina e pela jurisprudência, e o próprio edital – nós novamente falamos aqui – não previu nada disso. Não previu o suposto caráter de serviço militar inicial, que foi alegado para nossa demissão, e nem qualquer caráter temporário nesse ato de convocação da Aeronáutica.

No que concerne à lei, uma vez que a Aeronáutica e o Comando falam que é uma Força diferente, tem legislações diferentes, nós citamos aqui o Decre-

to nº 57.654, de 1966, que é o regulamento da Lei do Serviço Militar.

No seu art. 23, o Decreto fala que a duração de tempo de prestações de outras formas e fases do serviço militar será fixada nos atos que determinarem as convocações, ou seja, no edital. Também tem o art. 120, que fala sobre a convocação de pessoal da reserva: “Os atos de convocação especificarão os prazos e as finalidades”. Ou seja, o edital teria que especificar o prazo de duração e a finalidade. Trouxemos duas jurisprudências aqui do STF, uma de 1995, onde diz que os parâmetros alusivos ao concurso hão de estar previstos em edital e não foi dito nada em edital. Temos outra jurisprudência, de 2009, que diz do edital e de parâmetros e que o edital do concurso, desde que consentâneo com a lei de regência em sentido formal e material, obriga os candidatos e a Administração Pública. Tudo com relação a edital. A lei, a doutrina e a jurisprudência nos ilustram que o edital tem que falar sobre a nossa vida, o que vamos fazer, qual vai ser nossa conduta lá dentro, e nada foi informado. Acreditamos que, se alguma coisa fosse dita no edital com relação ao suposto serviço militar inicial e a suposta temporariedade, nenhum de nós realizaria o concurso.

Porém, ainda na parte de publicidade, voltamos à revista *Aerovisão* onde tem duas publicidades, uma ao lado da outra, a do lado esquerdo é a publicidade quanto à convocação, ao concurso de soldado especializado, onde não tem nenhuma espécie de temporariedade, e logo ao lado, à esquerda, existe a publicidade quanto à convocação para o curso de oficial temporário. Logo ali já é dito que o cara que vai fazer o concurso é um cara temporário.

Corroborando essa indicação, temos o edital de oficial temporário. A exemplo, as duas últimas folhas que nós colocamos, só nessas folhas do edital já fala mais de cinco vezes que o oficial seria temporário. É uma comunicação que deveria ser feita em nosso edital segundo a lei, a doutrina e a jurisprudência.

Finalizando a parte da nossa demissão, o Decreto nº 880, de 1993, indica que as prorrogações, até o limite máximo de seis anos que foi utilizada para nós era para militares em continuação do Serviço Militar Inicial, coisa que nós já estávamos, e foi cobrado que estivéssemos quites antes mesmo de prestar o concurso.

Fora dos muros castrenses, a publicidade, na nossa opinião, também foi omitida no *Diário Oficial da União*, na Previdência Social, no sistema CNIS, no Ministério do Trabalho e Emprego, no RAIS e no Caged e no Tribunal de Contas da União, no sistema Sisac. Constatamos como ativos em todos.

A Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa considerou que a omissão de informações aos órgãos

públicos de 12 mil demissões num período de dez anos seria nada mais do que um mero atraso democrático. Isso daí foi uma observação feita pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, muito embora o TCU dissesse que o prazo para essas comunicações fosse de seis meses. Ou seja, estabeleceram-se seis meses e demoraram-se dez anos para ser feito.

A pedido da Presidente Dilma, foi feito um procedimento administrativo na AGU, em que, seu parecer, se teceram alguns comentários. Ou seja, não foi falado nada sobre a relação da omissão do ato ao INSS, alegou-se que não houve necessidade de publicidade do ato na *Diário Oficial da União* e alegou-se não haver necessidade de comunicação do ato ao TCU por não gerar despesas. Alegou-se também que apenas a publicidade em boletim interno seria suficiente para o ato de demissão.

Contudo, internamente, o Ministério da Defesa pediu um estudo à Secretaria de Economias e Finanças da Aeronáutica e à Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos Assunto TCU sobre a necessidade de estar enviando comunicação ao TCU. Em seu parecer, os dois órgãos falaram a sua observação. Ressalta-se, no entanto, que não existe previsão legal que excepcione a remessa de dados ao TCU sobre a inclusão e exclusão de soldados do serviço ativo da FAB. Tais atos devem ser comunicados àquela corte de contas para fins de verificação de legalidade dos respectivos atos bem como das despesas deles decorrentes.

Ou seja, a AGU falou que não tinha necessidade, porém, internamente, o Comando da Aeronáutica fez uma pesquisa e disse que a necessidade existia, sim. Com base nisso, foi pedido ao Ministério do Trabalho via ofício um pedido de modificação dos nossos cadastros, que estavam ativos nesses órgãos. Foi pedido que fosse excluído o nosso cadastro e que fosse substituído por outro.

Porém, a Lei nº 9.784, de 1999, é impeditiva para essa ação, para esse ofício, para esse pedido do Comando. Motivo: o direito da administração de anular seus atos administrativos que decorram de efeitos favoráveis aos seus destinatários decai em cinco anos. Passaram-se dez. Então, esse foi o pedido do Comando da Aeronáutica com relação à nossa situação de ativos dentro das forças.

Em primeira conclusão, por não ter havido publicidade quanto à temporariedade nos editais do concurso, por não atendermos às especificações exigidas para o licenciamento e por estarmos ainda ativos de forma imutável no nosso entendimento nos órgãos públicos, solicitamos nossa reintegração à carreira militar.

Uma segunda parte, e finalizando realmente, o procedimento da AGU em nosso respeito ainda espe-

cificou: o soldado militar inicial e o soldado concursado seriam iguais. Seria impossível um tratamento diferenciado a não ser se houvesse uma previsão normativa estabelecendo esse tratamento após a edição do Decreto nº 880, de 1993. Ao final, a AGU afirmou que não havia tal previsão.

Ao contrário do que foi exposto, após a publicação do Decreto 880, de 93, existiam duas medidas provisórias e duas leis que dispunham sobre a remuneração dos militares após o Decreto 880, de 93. As leis estão aí e as medidas provisórias também estão aí. Todas estabeleciam diferença de soldo de R\$123 entre um soldado especializado e concursado e um outro que não possuía tal atribuição. A observação é que, se ainda em 2006 havia tal distinção, significa que, ao contrário do que expôs a AGU, ainda em 2002 ingressavam soldados na FAB que não alcançavam essa especialização. Ou seja, sete anos após a edição da Portaria 880, de 1993.

Outra diferença, já que caso seria estabelecer diferenças, está em nosso contracheque. No nosso contracheque, a pensão militar para todos os militares é diferenciada por meio de um código de pensão militar. Para o soldado do Serviço Militar Inicial, o código é 28. Para um soldado especializado, o código é 33.

Temos aqui um contracheque da época em que existe a sigla S1, logo abaixo da perninha do “a”. Ou seja, é a graduação do soldado. E o código de pensão militar 26. Em outro contracheque da mesma época existe, a sigla SE e existe o código de pensão militar para diferença na própria contribuição, 33.

Finalizando, em conclusão, tanto em nossa opinião, o parecer da AGU, como o parecer do Ministério da Defesa, como o parecer do Comando da Aeronáutica só se preocuparam em observar aquela parte amarela ali, que é traçar uma igualdade, na nossa opinião, ainda que de forma precária, entre o soldado do serviço militar e o soldado concursado. Porém, os dois decretos ali informam a diferença entre todos, entre o início, o meio e o fim da sua vida.

Estava prestando serviço militar o soldado do Serviço Militar Inicial do decreto de cima. Nós lá embaixo, não. Possuem certificado de reservista? O de cima, do serviço militar, não. Nós, sim. Já estavam quites com o Serviço Militar Inicial? O lá de cima, que é do serviço militar, não. Nós, sim. Ingressaram por concurso público? Os lá de cima do serviço militar, não. Nós, sim. A nomenclatura de um era S1, do outro era SE. O código de desconto em pensão militar era 28 para um e 33 para outro. O último salário recebido era R\$618, e o próximo era R\$714. E a parte verde seria o concurso não entrou pelo serviço militar iniciar; então, ele não pode ser mandado embora pelo Serviço Militar Inicial,

na nossa concepção. E quem entrou pelo Serviço Militar Inicial deve sair pelo Serviço Militar Inicial.

Com base, senhores, no que foi explicitado, nós aguardamos a compreensão de todos e uma solução justa e solidária para todos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Dr. Luiz Carlos de Oliveira Ferreira, secretário da Associação Nacional de ex-Soldados Especializados, que aqui fez a defesa do seu ponto de vista.

Vamos passar de imediato para o Dr. Marcelo Lopes Costa, presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea, Conarfa.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Bom dia a todos.

Quero saudar a Mesa, o Senador Paulo Paim, pela compreensão de aceitar que a gente expusesse a nossa causa a todos aqui. Quero cumprimentar o Fernando. Estamos nesta luta. Conheço o Fernando há um bom tempo, sempre tem nos atendido com muita educação na AGU, um carisma excelente. A gente entende também. Muitas vezes, quando fizemos um trabalho aqui na Câmara, eles disseram que a AGU, nesse caso nosso, fica no aperto, porque ela representa o Governo. Então, o parecer da AGU, então, para nós... O Fernando já falou: eu não tenho o que fazer porque eu represento o Governo aqui. Então, eu agradeço. Sempre estivemos com o Fernando. E quero agradecer a atenção dele aí. Quero agradecer e cumprimentar o Oliveira e a todos os nossos amigos que atenderam o nosso chamado, de todos os Estados. Quero dizer ao Senador Paulo Paim que temos representante aqui de todos os Estados do Brasil. Então, agradeço a vocês por terem vindo. As bandeiras estão aí.

E o que queremos apresentar hoje aqui basicamente o que o Oliveira apresentou e vamos tentar clarear a mente de cada um de nós para o direito.

Então, essa tela já mostra que nós prestamos um concurso público. O Serj é um concurso público oferecido pela Força Aérea Brasileira em todo o Brasil. Não é à toa que temos representantes aqui de todos os lugares do Brasil desse concurso.

Como o Oliveira havia apresentado, está aí a *Revista da Aeronáutica*. Essa é uma publicação em todo o Brasil. Essa revista é vendida em todo o Brasil e distribuída, e foi divulgado nessa revista que nós, o concurso público do Cesd... Ali embaixo há as condições para o concurso. E o que diz ali embaixo? Situação após esse concurso: soldado especializado, com acesso às demais graduações até suboficial, podendo chegar ao oficialato. Entendemos que esse acesso até o suboficial seria por promoção e ao oficialato por concurso interno. A Aeronáutica oferece, nos dias de

hoje, um concurso interno para o suboficial para que ele chegue ao suboficialato.

Bem, atenção aos termos utilizados pela Comaer e pela Conjur do MD. A atenção aos termos utilizados torna-se importante, pois a Conjur MD faz uma troca de nomenclaturas, criando termos inexistentes nos regulamentos para justificar o licenciamento do soldado especializado. O termo que eles utilizam: primeiro, soldado de primeira classe especializado; segundo termo, soldado especialista, terceiro termo, soldado de primeira classe especialista; e o quarto, S1 especializado. É importante. Esses termos acima não existem na nomenclatura, não existem no regulamento interno da Aeronáutica. Nos regulamentos, visualizaremos somente dois tipos de soldados, sendo eles soldado de primeira classe e soldado de segunda classe.

A legislação que traz à luz a figura do soldado especializado aparece apenas na MMA35-1, Programa de Modernização da Aeronáutica, Programa de Modernização da Administração de Pessoal, de 22 de abril de 1996, o PMAP.

Quando a Conjur MD cita o soldado de primeira classe especializado está referindo-se ao soldado especializado. Então, quando eles citam “soldado de primeira classe especializado”, eles estão se referindo a que soldado? Ao soldado que prestou concurso público.

Bem, requisitos para prestar esse concurso: a Portaria 710 nos dá os requisitos para prestar esse concurso público. Eu quero alertar aqui que eu trabalhei na Divisão de Concurso Público, na DE2, e essas portarias aí eu digitava. O que aconteceu realmente com a Força Aérea? Quando começou o primeiro concurso Cesd, não havia nenhum concurso público para soldado. Então, a Aeronáutica resolveu pegar o concurso mais baixo que havia em nível público, que era CFS Turma B. Então, o que ela fez? Pegou a legislação do CFS Turma B, tirou “CFS Turma B” e colocou “Cesd”. Com isso, todos os direitos que eram gerados para o sargento do CFS Turma B foram gerados para nós soldados especializados.

Então, a instrução específica Turma B, você pode pegar. Pega a instrução específica do Cesd vai ser a mesma coisa. A única coisa que mudou foi a sigla CFS Turma B e Cesd.

Então, nós vemos que nós não somos oriundos do Serviço Militar Inicial, como a Aeronáutica insiste e até mesmo bases da AGU e do MD insistem em dizer que somos oriundos do Serviço Militar Inicial. Só que, para prestar esse concurso, o que era exigido? A Reservista. Espera aí: se eu tenho que apresentar a Reservista em um concurso, logo eu não sou oriundo do Serviço Militar Inicial. Outra coisa também que derruba a tese da Aeronáutica está aí embaixo: a pes-

soa que poderia prestar esse concurso teria que ter 18 anos no mínimo e no máximo 24 anos. Ora, para o Serviço Militar Inicial, está ali embaixo, isso é uma publicação do Ministério da Defesa: para você servir você tem que ter 18 anos. Agora a Aeronáutica me dá um concurso em que eu posso ter até 24 anos e diz, depois, que eu sou oriundo do Serviço Militar Inicial?

Os editais do concurso, em nenhum momento, falavam sobre temporariedade, nem a temporariedade do concurso, nem a temporariedade para soldado especializado. O edital do concurso, podem pegar todos e vocês vão ver que não fala sobre temporariedade. Nós sabemos que a lei do concurso é o seu edital.

Bem, como é que entra na Força Aérea? Alguém pode me questionar: Marcelo, como eu faço para entrar na Força Aérea Brasileira? Nós veremos aqui alguns pontos. Você tem duas formas de entrar na Força Aérea Brasileira. Uma pelo SMI, Serviço Militar Inicial, ou por concurso público.

Então, eu quero deixar bem claro, por esse *slide* que estamos mostrando aí, que existem duas formas de acesso: uma pelo SMI, que é o recruta, soldado, que entra pelo Serviço Militar Inicial. Esse soldado pode ser promovido, é importante alertar... Ele é promovido, não é concursado, ele é promovido a soldado de primeira classe. A Portaria nº 710 permite que esse soldado de primeira classe faça o quê? Preste concurso público. Prestando concurso público, esse soldado oriundo do Serviço Militar Inicial, ele entra, no que diz a Força Aérea Brasileira, em outras fases ou formas; ele é voluntário, ele presta concurso público, isto é, para civil ou militar, como aconteceu com muitos dos nossos amigos aqui, muitos vieram do mundo civil, como é o meu caso, e outros vieram de outras forças, até mesmo da Força Aérea brasileira. Então, ele presta esse concurso público e se torna soldado especializado, com a sigla SE e não a sigla S1; então, ele se torna soldado especializado, e é o que a Força Aérea oferece para nós, está na revista que apresentamos aí; ele chegaria até suboficial, podendo alcançar ao oficialato. Então isso aí é o que a Aeronáutica ofereceu para todos nós.

A base do Direito, nós vemos o seguinte: o que diz o programa... O PMAP diz o seguinte: não, aqui é o Decreto nº 3.690; no seu artigo 6º diz o seguinte: o Grupamento de Serviço Militar do QSD é constituído por militares considerados o quê? Não especializados. Então, quem é do serviço militar inicial é considerado pelo próprio artigo como não especializado.

Bem, o artigo 17 do mesmo decreto diz o seguinte: “o curso de formação de especialização e de aperfeiçoamento constitui o curso de carreira.” A Aeronáutica ofereceu isso não para doutores, mas para

pessoas de nível de 6ª série em diante. Então, o que eu entendo, interpretando essa lei, é que, se eu estou prestando um concurso oferecido para especialização, o que diz a lei para mim aqui, na minha compreensão, é que esse concurso é de carreira. Mais abaixo, está aí o item 2, que é o concurso Cesd, um dos concursos aí oferecidos pela Aeronáutica, de carreira, é o Cesd.

Da temporariedade prevista para o militar oriundo do SMI. Nós vimos que essa mesma lei, quando fala em temporariedade, nos artigos 24 e 25, não está se referindo ao SE; ela se refere ao soldado de primeira classe. Então, não está falando a nós que prestamos o concurso, está se referindo ao soldado oriundo do serviço militar inicial.

Então, o que diz o Programa de Modernização da Força Aérea? O que diz o PMAP? No artigo 4.6, “proporcionar uma perspectiva de carreira clara, definida para todos os militares, desde o ingresso do indivíduo na Força Aérea. Quanto ao CPGAE, face ao regulamento, à aprovação, a criação da figura do soldado especializado [ali não está se falando do S1, mas do soldado especializado], para poder, no futuro, dispensar o recrutamento para o serviço militar obrigatório; proporcionar, ainda, que os cargos e funções sejam atribuídos a militares com qualificações adequadas para possuí-los.” Importante o que está escrito mais abaixo aí, no PMAP: “o militar que ingressar na aeronáutica como soldado especializado, após o curso de especialização de soldado Cesd, que é o concurso que nós prestamos, tendo trabalhado em sua especialidade por no mínimo um ano e quatro meses, poderá ascender a cabo.” Não está se falando em concurso público para cabo, mas em ascensão a cabo, pelo curso de formação a cabo. Então, nós teríamos ascendido a cabo, iríamos fazer o curso na nossa especialidade, recebendo nesse curso uma elevação de nível nos conhecimentos afei-tos a sua especialidade. Após o mínimo de um ano e quatro meses como cabo, poderá ascender a terceiro sargento. Ascensão novamente, vai para o curso de especialista, pelo Curso de Formação de Sargentos – CFS –, da Escola de Especialistas da Aeronáutica.

Então, nós vemos aí que, completados seis anos de bons trabalhos prestados à Força Aérea, já era para nós sermos sargentos pelo PMAP, e a Força Aérea não nos deu nenhuma promoção e nos mandou embora, alegando que nós éramos oriundos do serviço militar inicial. Então, da demissão, após seis anos de serviços prestados, a Aeronáutica demitiu os concursados. Alegação: a Aeronáutica afirma que somos oriundos do serviço militar obrigatório.

Para justificar a demissão, a Aeronáutica dá aos concursados outra reservista. Nós vimos que nosso amigo aí tem duas reservistas da Força Aérea; ele en-

trou na Força Aérea oriundo do serviço militar inicial, prestou o concurso no momento em que era previsto que ele prestasse, e Força Aérea, após seis anos, manda ele embora e lhe dá outra reservista. Para justificar a demissão, ela dá outra reservista.

Nosso amigo aqui também tem duas reservistas, uma do Exército, outra da Força Aérea Brasileira. Já foi reservista. Para poder entrar na Força Aérea ele pagou – nós temos aqui, nossos amigos trouxeram aí o comprovante do pagamento de inscrição –, eles pagaram para poder prestar esse concurso. E para entrar para o serviço militar inicial não se paga.

Hoje, a Aeronáutica nos cadastrou de forma correta, como funcionários públicos, e, para mandar embora, ela manda como oriundo do serviço militar inicial. Quem é mandado embora pelo serviço militar inicial não precisa de publicação externa. Foi o que a Aeronáutica fez, mandou embora sem publicar, sem fazer a publicação externa. O que acontece? Hoje nós estamos ativos lá no Ministério do Trabalho, na Previdência Social. Está ali o vínculo. Qual é o vínculo? Estatutário. Esse documento foi tirado agora este mês e consta que nós estamos ainda ativos no Ministério do Trabalho. O que pode prejudicar nisso aí? Amigos nossos prestaram concurso público, mas quando foram fazer o pente fino verificaram que ele ainda estava na Força Aérea Brasileira. Pediram que ele fosse lá e pedisse a baixa. Ele foi, a Força Aérea disse que não havia como desligá-lo, e meu amigo perdeu o concurso público. Então, nós estamos tendo prejuízo por isso.

O que está acontecendo atualmente? Nós tiramos esse documento no Ministério do Trabalho, está lá Vínculo 30, servidor público regido pelo Regime Jurídico Único. Por que estamos aí? Porque a Força Aérea, para nos colocar dentro dela, fez a publicação correta. Prestamos concurso público, ela publicou, foi registrado no Ministério do Trabalho. E agora a Força Aérea está tentando tirar isso aí. O que acontece? Ela mudou. Do nosso amigo aí, o mesmo documento, ela mudou para Vínculo 35, servidor público temporário. Espera aí! Depois de 10 anos! Já foi gerado o direito para esse servidor público, ele tem mais de 10 anos registrado no Ministério do Trabalho como Vínculo 30, e a Força Aérea mudou. Nós estivemos no Ministério do Trabalho e perguntamos para eles se seria possível mudar. Eles disseram que a Força Aérea está mudando só a capa; por trás, a documentação correta ainda está, porque tem que ser feita uma publicação em *Diário Oficial* sobre este ato aqui para que realmente venha a ser oficial. Então, nós estamos aí com este prejuízo e estamos pedindo que seja reconhecido o nosso direito. Nós prestamos concurso público.

A Força Aérea mandou aqui para o Senador Paulo Paim um documento falando apenas dos dois soldados ali. E o terceiro? Ela mesma fala. Nos contracheques ali, estamos vendo três soldados: soldado de primeira classe e de segunda classe, soldado de primeira classe e o soldado especializado. A Força Aérea mandou um documento aqui para o Senador Paulo Paim que fala apenas de dois soldados. E o terceiro? Que está no contracheque nosso? Se for olhar nos contracheques, você vai ver ali, onde está aquela rodinha, um S2, aqui um S1 e aqui é um contracheque de SE. Então, há uma separação dentro da Força Aérea! Agora, a Força Aérea manda para o Senador Paulo Paim, como ela tem mandado para todos os Senadores, para todos, uma documentação mostrando que existe apenas dois soldados. Então, existem três soldados na Força Aérea Brasileira. E esse documento aí é da própria Força Aérea, o Oliveira também apresentou isso aqui, está lá, sobre o contracheque. Então, todos nós temos um contracheque que é específico. O nosso contracheque é diferente dos outros contracheques. Se você é um S1 não especializado, você tem uma numeração no seu contracheque; se você é um S2, você tem uma numeração no seu contracheque, e se você é um soldado especializado, você tem outra numeração no seu contracheque.

Então, o que nós estamos pedindo aqui – nós trouxemos faixas – é a nossa reintegração. Os nossos amigos estão aqui, amamos a Força Aérea Brasileira! Sei que há pessoas que tentam turbar, mostrar que somos baderneiros, mas não somos. Somos pais de famílias que sonham ser reintegrados à Força Aérea. Então, queremos dizer aos generais, pessoas que estão nos escutando, autoridades, Senadores, saibam que esses homens que aqui estão amam a Força Aérea e sonham ser reintegrados à Força Aérea.

Eu agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Marcelo Lopes Costa, Presidente da Comissão Nacional de Reintegração da Força Aérea, que aqui fez a sua exposição.

Continuando o nosso debate, vamos passar para o Marcelo Dantas, que é o Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil.

Quero registrar a presença conosco aqui, com alegria, do Deputado Federal Gabriel Guimarães. Palmas para o Deputado Gabriel Guimarães, preocupado com essa questão veio aqui dar toda a sua contribuição para este debate. (*Palmas.*)

Quero dizer que, aqui, comigo, Deputado e Senador fala quando quiser. Quando o Deputado quiser falar pede a palavra e expõe seu ponto de vista.

Vamos ao Marcelo Dantas, que é o Presidente, e o advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil havia confirmado, mas ele não chegou ainda.

O SR. MARCELO DANTAS – Houve um problema na recepção. Eles só deixaram entrar a partir das 9 horas, criou-se uma fila imensa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, tudo bem. Eu só quero saber se o advogado vem ou não vem. A entrada dele eu garanto.

O SR. MARCELO DANTAS – Ele está comigo, ele veio comigo para cá, para o Senado. Ele deve estar nos corredores por aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema nenhum. Só quero deixar claro que ele vai falar. Quero assegurar o espaço para ele falar. Quero dizer que o Dr. José Elenaldo Alves de Gois, advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil, que deve estar assistindo, quem sabe, nos corredores aí, está convidado para vir aqui e terá direito à palavra, como já foi ajustado entre nós aqui.

Então, nesse momento, enquanto ele não chega, Marcelo... Eu até queria que ele falasse antes, para facilitar para você.

Enquanto o advogado, Dr. José Elenaldo, não chega, o Marcelo Dantas usa a palavra, neste momento, pelo mesmo tempo dos outros convidados: dez minutos mais cinco; e mais cinco, se necessário.

Então, com a palavra o Marcelo.

O SR. MARCELO DANTAS – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhores parlamentares aqui presentes, colegas e ex-colegas do Banco do Brasil, o PDV não foi um plano de demissão voluntária, porque ocorreram demissões imotivadas, sem motivação; um fato que a maioria das pessoas não conhece.

Desde 1990, ocorreram demissões imotivadas no Banco do Brasil, praticadas por ato de gestão sem qualquer participação do funcionário. Após o lançamento do PDV, em 1995, aquele funcionário que constava na lista de excedentes e não aceitou as condições como, por exemplo, ser transferido para outra cidade, foi demitido sumariamente. Portanto, onde está a livre e espontânea vontade do funcionário que o banco sempre alega quando é questionado? Voluntário, como? Ameaçando o funcionário, dizendo-lhe que, se não aceitasse as condições, seria demitido.

O PDV deve ser compreendido dentro do contexto à época de seu lançamento, quando os nossos direitos foram gravemente atingidos. Oficialmente, o prazo de adesão determinado unilateralmente pelo banco, conforme Carta Circular nº 9.510/91, foi de 11 dias, mas, na prática, pela morosidade com que as informações eram divulgadas, esse tempo restou re-

duzido para cerca de uma semana. Uma semana para o funcionário decidir a sua vida, construída ao longo de muitos anos de trabalho e dedicação exclusiva ao banco. Portanto, nesse processo ocorrido em 1995, é descabida a expressão “voluntário”, pois trata-se de metáfora utilizada pelo Banco do Brasil para persuadir os senhores parlamentares e a sociedade de modo geral. Aliás, por isso tomamos a liberdade de chamar o PDV de “Plano para Desgastar a Vida” porque, de fato, foi isso que aconteceu, para infelicidade nossa.

Além disso, pasmem os senhores, ninguém tinha conhecimento desse plano. Foi uma surpresa para todos, inclusive para todos os membros do Poder Legislativo naquele ano de 1995, devido ao recesso parlamentar do mês de julho – antigamente existia isso –, pois o Banco determinou sigilo sobre o assunto. Está aqui o documento. Isto é um fato novo ainda não divulgado no âmbito desta Casa.

Aquela diretoria do Banco manifestou-se perante o Tribunal de Contas da União, Processo nº 010.578/1995-1, afirmando que havia uma necessidade imperiosa de sigilo sobre o PDV. Fomos enganados, não sabíamos o que estava acontecendo nem as reais intenções do Banco, não sabíamos, não houve tempo para isso. Portanto, a nossa decisão foi tomada sob forte pressão psicológica, assédio moral exercido de diversas formas pelo Banco do Brasil, utilizando-se de todos os meios disponíveis.

Enfim, este quadro de adversidades condicionou as ações dos funcionários do Banco, violando a autonomia da vontade do servidor.

Naquele exato momento, não havia opção que pudesse ser tomada com segurança em relação ao nosso futuro dentro da empresa. Diante de todos esses fatos, ficou claro como nós sofremos com a decisão do Banco. Muitos colegas não suportaram, temos notícia de 28 suicídios, centenas de pessoas doentes, separações de casais, lares destruídos, outros viraram alcoólatras e até mendigos. Temos notícias de colegas que foram encontrados mendigando.

O plano teve como resultado esperado pelo Banco, prejudicar milhares de cidadãos brasileiros demitidos em apenas um mês, julho de 1995, um feito que somente foi possível realizar-se devido ao caráter sigiloso sob o qual foi executado. Especificamente, ao planejar a ação sob sigilo, o Banco desobedeceu aos princípios da Administração Pública inseridos no art. 37 da Constituição Federal, particularmente, o dever de dar publicidade aos seus atos. A nosso ver, foi adotado tal procedimento para dificultar reações ao programa, principalmente das representações no Parlamento brasileiro, que se encontrava em período de recesso parlamentar.

Este foi o principal motivo pelo qual não foi possível reverter a situação em tempo hábil, evitando as demissões. O objetivo do Banco foi alcançado por conta do elemento surpresa, sem defesa para os cidadãos que naquele momento não tiveram como se opor efetivamente ao programa recentemente lançado. No contexto político-institucional daquele momento histórico, somente o Poder Legislativo poderia tomar uma medida eficaz e impedir a execução do programa que teve uma grande repercussão para os trabalhadores da mais importante instituição financeira do País, medidas direcionadas para um contingente de mais de 100 mil funcionários do Banco não poderiam ser adotadas sem o debate necessário pelo Poder Legislativo. Infelizmente, isso aconteceu, um total desrespeito contra seus parlamentares, legítimos representantes do povo brasileiro.

Portanto, o Parlamento foi impedido de se manifestar por dois motivos principais: o sigilo, proibindo o tempestivo conhecimento sobre os objetivos do Banco, combinado com o período de suspensão das atividades dos Srs. Parlamentares, que estavam em período de recesso. O curtíssimo espaço de tempo concedido aos funcionários para tomarem a decisão, um prazo que transcorreu antes do retorno dos trabalhos no Senado e na Câmara.

Apesar do quadro desfavorável, alguns parlamentares dos Partidos da Oposição, tais como o Partido dos Trabalhadores, o PDT e o PCdoB encaminharam separadamente no Tribunal de Contas da União, dando origem ao Processo nº 010.578/1995-1, em cujos autos foram encontrados vários documentos sobre o PDV. Em pleno recesso parlamentar, Deputados tomaram a decisão histórica, quais sejam os Deputados: Paulo Bernardo, do PT do Paraná; Augusto Carvalho, PPS do DF; Severiano Alves, PDT, DF; além desses, o então Deputado Marcelo Déda, do PT de Sergipe, manifestou-se no plenário contra as medidas tomadas pelo Banco do Brasil, como sempre, com um brilhante discurso.

E, para finalizarmos, o PDV quanto ao aspecto jurídico.

Existem dois pareceres jurídicos sobre a questão do PDV. O primeiro é contemporâneo, é de autoria do então jurista naquela época, Carlos Ayres Britto. Quando em agosto de 95, logo após o PDV, foi apresentado no plenário da Câmara dos Deputados, um Deputado sergipano falou sobre as demissões do Banco do Brasil. O artigo do então jurista: a inconstitucionalidade das demissões me massa nas empresas estatais, atualmente é Ministro do Supremo. Ele falou que quem não é livre para admitir não é livre para demitir, quanto à questão do concurso público.

Nesse breve tempo que temos aqui para falar, seria exatamente isso que gostaríamos de falar.

Nossos agradecimentos, principalmente ao Senador Paulo Paim, pelo qual nutrimos um grande respeito pela apresentação do requerimento desta audiência pública e aos Senadores e Deputados que são os autores de projeto, Senador Inácio Arruda, Daniel Almeida e Chico Lopes. Lamentavelmente, o representante do Banco não se encontra. Nós gostaríamos de fazer alguns pedidos.

É só isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Marcelo Dantas, Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil.

Como o Marcelo já havia adiantado, o advogado da Associação Nacional dos demitidos do Banco do Brasil estava a caminho e já se encontra na mesa conosco.

Vamos passar a palavra para ele.

Neste momento, passo a palavra para o Dr. José Elenaldo Alves de Gois, advogado dos demitidos do Banco do Brasil.

O senhor tem 10 minutos com mais 5 e mais 5, se necessário.

O SR. JOSÉ ELENALDO ALVES DE GOIS – Muito obrigado.

Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, servidores da Casa, colegas demitidos do Banco do Brasil, senhoras e senhores, o Plano de Demissão Voluntária implantado pelo Banco do Brasil, em 1995, com o título de modernizar o Banco do Brasil, atropelou tudo que o bom senso pode admitir num processo de tamanha envergadura.

Todas as informações que eram passadas para o funcionalismo vinham de forma truncada. À época, o grande meio de comunicação entre a Direção-Geral e as diversas agências do Banco do Brasil era o mais moderno que se tinha, o Telex. Ali chegavam o Bipel, que era um boletim informativo da própria Direção-Geral e o Garef, que era um informativo periódico do Conselho dos Empregados.

Muitas foram as informações, todo dia se dizia uma coisa e outra. Mas, o grande problema, a feição que passou para os pedevistas foi do atropelo dessas próprias informações que, além de serem truncadas, elas foram de um pequeníssimo lapso temporal. Tudo tinha que ser decidido no prazo, como disse Marcelo Dantas, de 11 dias. E, nesses mesmos 11 dias outras ações foram implantadas pelo Banco, muitas agências foram fechadas. Nessas agências, os funcionários tinham que automaticamente serem deslocados

para outros lugares onde o Banco determinada, onde existia, segundo novo organograma posto pelo Banco, com vagas par ao funcionalismo. Além disso, também se retiraram na faixa de 30% das comissões. As pessoas que perdiam as comissões passavam para o posto efetivo.

O Banco colocou como público alvo dos que deveriam aderir ao Plano de Demissões Voluntárias os funcionários que tinham na casa de 15 a 20 anos de trabalho. Isso dava em torno de 55 mil funcionários. Era intenção do Banco que a adesão se desse em torno de 15 mil funcionários. Imaginem os senhores o que era para o funcionalismo, que entrou no Banco do Brasil tendo o Banco como um projeto de vida.

À época, a classe média, a classe média baixa, filhos de agricultores eram os candidatos em potencial para ingressarem no Banco do Brasil, pessoas que, por terem origem de famílias humildes, eram, muitas vezes, arrimo da família como um todo e não fizeram patrimônio, gastavam o que ganhavam – à época, ser funcionário do Banco do Brasil era um bom emprego, um excelente emprego e a estabilidade, essa estabilidade que na prática existia, porque o Banco do Brasil, nunca em momento anterior, tinha feito um processo de demissão de tamanha monta – viram naquele momento desfeitos todos os seus sonhos. Muitos lares foram desfeitos, muitas pessoas morreram, desespero de toda ordem. E por quê? Você poderia não aderir. Não era um plano de demissão voluntária? Mas não foi bem assim. Essa é que é a grande tônica, esse é que o grande mote a que devem, os Srs. Senadores, atentar. É que essa demissão voluntária não foi voluntária, ela foi imposta, sob o aspecto do pequeno lapso temporal para decisão e, principalmente, porque ela foi feita em cima de ameaças.

O diretor de recursos humanos do Banco do Brasil de então, Dr. João Batista Camargo, dava entrevistas televisivas, na mídia como um todo, e assentava, para quem quisesse ouvir, que o Banco tinha aquela meta de demissão de 15 mil funcionários e, se esse número de adesão não fosse concretizado, o Banco tomaria outras medidas, poria para fora os funcionários.

Essa informação saiu com o seguinte texto na *Folha de S. Paulo*: “Uma vez não alcançado o objetivo do programa, vamos fazer o ajuste de outra forma”. Essa foi uma das informações. E não parou aí.

No *Correio Braziliense*, do dia 11 de julho, ou seja, no último dia do prazo de adesão, ele também assentou: “Todo funcionário deve saber que pode ser mandado embora ou que pode sair por conta própria”.

Eram as alfinetadas que eram dadas nos funcionários. A minha agência acabou. Eu trabalhava na Agência Barão de Maruim, em Aracaju, Sergipe. No

outro dia, chegou um telex com o nome de todos os funcionários daquela agência, transferindo-os para o Estado de São Paulo. Nós iríamos todos para o Estado de São, e era para estar lá na semana seguinte.

Foi nesse clima que o Banco até hoje defende que houve voluntariedade na adesão. Como? Como era que as pessoas humildes e que trabalhavam, que tinham no Banco do Brasil até então um banco de fomento, que tinha de mudar a postura para ser um banco de mercado, e os senhores sabem, e todos sabem, que as taxas oferecidas pelo Banco são menores do que as dos bancos particulares.

E esse era o grande dilema, você tinha de captar, mas captar no mercado em que os aplicadores de dinheiro querem lucro, querem as melhores taxas, e você ia com um discurso humilde, relativamente despreparado, porque essa não era a cultura do Banco do Brasil para oferecer uma taxa menor e querer que a pessoa aplicasse o seu dinheiro no Banco do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

São dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco.

O SR. JOSÉ ELENALDO ALVES DE GOIS – Muito obrigado.

Pois bem. O Banco do Brasil, volto a falar, em nome da modernidade, quis retirar esse contingente de funcionários abnegados, porque era um banco de mercado, era um banco que, segundo o Dr. Paulo Ximenes, tinha como função social, daquela data em diante, o lucro. Isso foi dito por ele na Revista *Conjuntura Econômica*, Especial Bancos, volume 49, nº 6, de junho de 95.

Então, o Banco do Brasil, que era um banco de fomento, transformou o seu principal objetivo em lucro. O grande problema do Banco do Brasil não eram os funcionários, que na época eram da ordem de 105, 110 mil. Não eram eles o problema o Banco; o problema do Banco sempre foi o clientelismo, as injunções dos maus políticos, o apadrinhamento.

O Conselho Fiscal do Banco do Brasil, em relatório sigiloso, disse que quem ia pagar o grande problema do Banco do Brasil era quem não tinha feito problema para o Banco do Brasil, que era o funcionalismo, porque o grande problema do Banco do Brasil era a dívida que o Tesouro Nacional tinha com o Banco do Brasil.

No ano que antecedeu essa leva de demissão, o Banco do Brasil teve R\$1,7 bilhão de prejuízo, mas o Tesouro Nacional devia ao Banco do Brasil R\$7,8 bilhões, pagos. O Banco não tinha problema. E mais ainda, não se oportunizou ao funcionalismo que ele se enquadrasse nessa nova postura, porque o funcio-

nalismo do Banco do Brasil sempre deu as respostas que o Banco quis, quando precisou tê-las.

Foi assim para alfabetizar, foi assim para a criação de cooperativas... Eram todos abnegados, e talvez até precisassem, sim, de uma chacoalhada, para melhorar, mas isso era possível ser feito. O Banco tinha distribuído em todo o Brasil centros de formação que poderiam muito bem pegar todos os seus funcionários, aqueles de linha de frente, e prepará-los para o mercado.

A decisão do Banco do Brasil de aplicar essa demissão em massa era a ação governamental e todo mundo sabia disso. O Dr. Fernando Henrique Cardoso disse: “Vai ser feito o que precisa ser feito.” Sem olhar que era o próprio Governo que estava colocando à bancarrota o Banco do Brasil. Para tirar – e a adesão foi de 13.369 funcionários, desesperadores, não eram voluntários, eram desesperados – o Banco já urdia essa maquiavélica propositura quando já achatava salários. Muitos eram os funcionários endividados com o próprio Banco e esses já eram ameaçados de demissão mesmo, demissão até compreensível. Você lida com dinheiro e não pode estar vendo o dinheiro como uma necessidade absoluta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ ELENALDO ALVES DE GOIS –

Mais alguns poucos minutos.

Senhores e senhoras, o alerta que a Andebb quer trazer é de que não existiu voluntariedade na decisão da saída do Banco do Brasil. O PL que esta Casa tem à frente para transformar em lei deve, com sensibilidade, atentar para esses aspectos e incluir na sua proteção os pedevistas. A forma, a operacionalização disso, eu não tenho dúvida de que de a inteligência dos Srs. Senadores fará. Mas é a maneira, é a oportunidade que se tem de resgatar a dignidade dos que ainda sobrevivem de forma bem aquém da qualidade de vida que tinham antes.

Agradeço a todos pela oportunidade que o Senado, o Dr. Paulo Paim, está dando aos demitidos do Banco do Brasil. É uma luz no fim do túnel.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi Dr. Elenaldo Alves de Gois, Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil.

Agora vamos passar a palavra ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto.

Só informando ao Plenário que há um espaço no Plenário 9, nesta mesma ala, equipado com telão, porque vejo que há muitas pessoas em pé. Se quiserem podem se deslocar para o Plenário 9, que é aqui ao

lado, onde há um telão e 37 lugares, se assim quiserem. Caso contrário, fiquem à vontade aqui nesta Comissão.

Dr. Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Queria, primeiramente, agradecer, cumprimentando o Senador Paulo Paim pelo convite para vir a esta Comissão.

Digo, sempre quando começo minha participação em audiências públicas que ocorrem aqui no Congresso Nacional, que aqui é a verdadeira Casa da democracia, onde todos os envolvidos têm oportunidade de se manifestar livremente, debater, trazer informações para o Congresso, onde estão os representantes do povo brasileiro, e que é sempre uma grande honra representar a Advocacia-Geral da União no Congresso Nacional, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados,

Queria também cumprimentar o Dr. Luiz Carlos Oliveira Ferreira, Secretário da Associação Nacional de ex-Soldados Especializados, que é um ferrenho defensor da causa, é um estudioso. Tem sido uma grande honra nos reunir na Advocacia-Geral da União ou em outros momentos. O Luiz Carlos é realmente um grande estudioso, um grande defensor da causa dos ex-soldados especializados.

Quero cumprimentar aqui também o Dr. Marcelo Lopes Costa, com o qual já tive oportunidade de ter reuniões. É Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea. É um grande prazer tê-lo aqui compondo a Mesa; e sempre foi um grande prazer os momentos que tivemos de debate.

Quero também cumprimentar o Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil, Marcelo Dantas. Não o conheço pessoalmente, mas o cumprimento. Elogio a sua fala.

Quero cumprimentar o Deputado Gabriel Guimarães. É um grande prazer. A sua presença é uma honra aqui neste plenário, nesta audiência pública.

E não posso deixar de cumprimentar o nosso colega José Elenaldo Alves de Gois, Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil; e também cumprimentar o nosso colega Advogado da Anese aqui presente.

Assim como cumprimentar todos os senhores e todas as senhoras aqui presentes, sejam ex-soldados especializados, familiares, demitidos do Banco do Brasil, familiares aqui presentes.

Queria, Senador, desculpar-me pelo pequeno atraso que tive na chegada. A gente muitas vezes se perde em virtude da grandiosidade que é o nosso Congresso Nacional. Peço desculpas pelo pequeno atraso.

Antes de iniciar o tema, quero aqui falar que, infelizmente, em relação ao tema da reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil, não é um tema,

Marcelo Dantas, que, infelizmente, foi levado para a Advocacia-Geral da União para análise. Então, não temos como nos posicionar, até porque é um tema do próprio Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista, tem a sua diretoria jurídica própria que analisa. Então, não temos como nos posicionar.

Senador, verificamos que existem inúmeros projetos de lei sobre a reintegração de bancários do Banco do Brasil. E, eventualmente, esses projetos podem ser encaminhados para exame da Advocacia-Geral da União. Geralmente a Presidência o faz, seja no momento em que vai para a sanção ou veto da Presidência da República, seja em momento anterior para que possamos fazer uma análise jurídica.

Vi que existem inúmeros temas que acho que devem ser abordados nesse PL. É importante abordá-los. E sem fazer qualquer juízo meritório de oportunidade, conveniência sobre a reintegração, mas existem alguns temas que acho importante serem tratados.

Primeiro, separar aqueles funcionários que foram demitidos sem justa causa, ou aqueles que, eventualmente, pediram demissão – e há até alguns que pediram sem aderir ao PDV (Plano de Demissão Voluntária) –, verificando se houve uma coação. E no caso daqueles que aderiram ao PDV, é necessário, de alguma forma, abordar no projeto de lei se houve uma coação para esses. Não se sei se criando uma comissão apuradora para esses casos.

Além disso, se o projeto de lei trata do compute de tempo de serviço dos efeitos financeiros, da progressão salarial, pagamento de contribuições previdenciárias.

Esses são temas que devem ser verificados se estão no projeto de lei.

Eventualmente, se for submetido esse tema à Advocacia-Geral da União, nós iremos analisar com toda a cautela.

Com relação ao tema da reintegração dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira, o tema, aí sim, foi submetido à Advocacia-Geral da União para análise. Já tinha sido analisado anteriormente pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, mas, em virtude da complexidade do tema, foi solicitado pelo Ministro da Defesa e até pela própria Secretaria-Geral da Presidência da República uma análise pela Advocacia-Geral da União.

E, na Advocacia-Geral da União, buscamos ter a máxima cautela. Passou por dois advogados, que se manifestaram, e por um Consultor-Geral da União, que também se manifestou.

E, no final das contas, em virtude da convivência que tivemos com os representantes da Anese, em virtude de inúmeros argumentos bem construídos pelo representante, achei por bem que fizéssemos

uma análise – talvez eu não tenha esgotado todos os argumentos, aprofundados todos eles, mas da maioria dos argumentos em que constavam no processo administrativo.

E acabou que eu mesmo, sendo o Vice-Advogado-Geral da União, achei por bem fazer essa análise, fiz um despacho, depois o submetemos ao Advogado-Geral da União, tentando esgotar a discussão jurídica do tema.

Aqui, é importante observar, vou trazer os argumentos, os nossos entendimentos, mas é importante observar que a gente sabe que o Direito, a ciência jurídica, não é uma ciência exata. Sei que a maioria pode não concordar com alguns posicionamentos jurídicos, mas não é ciência exata. Se o fosse, colocaríamos a demanda do cidadão brasileiro, colocaríamos a lei junto, e aí o computador já diria se o cidadão teria direito ou não automaticamente. E a gente sabe que não, que é uma ciência que se baseia na dialética, nas discussões e, eventualmente, em interpretações.

Então, primeiramente, É uma preocupação que tive na análise. Eu tentei analisar todos os temas. Eu comecei analisando o tema preliminar, que é um tema que sempre devemos analisar antes da análise de qualquer direito, do mérito de um pedido, que é a questão se já transcorreu o prazo para aquele pedido, o que chamamos de prescrição, ou mesmo se já transcorreu até um prazo para aquele direito, o que chamamos de decadência. E fomos analisar esse tema, primeiramente.

Nós verificamos que, pela consultoria jurídica do Ministério da Defesa, foi alegado que teria ocorrido a prescrição quinquenal, ou seja, de cinco anos, prevista no Decreto nº 20.910, e a Anese tinha trazido um argumento, que achei que era um argumento bem válido, e me debrucei sobre ele, que, na verdade, não se deveria aplicar esse Decreto nº 20.910, mas a Lei nº 9.784, que é a lei que trata do processo administrativo, que seria uma lei superior, e que, no entender da Anese, prevê o benefício da imprescritibilidade caso seja comprovada má-fé.

E aí eu me debrucei sobre essa questão. Além disso, ela também alegou que aí seria um caso de direito adquirido, sobre o qual não deveria incidir prescrição ou decadência.

Eu fui me debruçar sobre esse tema e, realmente, o que verifiquei? Primeiro, pelo artigo da lei de processo administrativo, que é o art. 54, vemos que, na verdade, nos termos dele ele fala da possibilidade da administração, ele corrigir um ato que é ilegal, nulo. Ele inclusive determina nesses termos. Ele fala que a administração tem direito de anular seus atos de que decorram atos ilegais ou atos que... Não coloquei o termo aqui, peço desculpa, mas atos legais, mas que

decorram efeitos favoráveis para o destinatário, que decaem no prazo de cinco anos contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Então, primeiramente, o que verifiquei? Que esse prazo, na verdade, é um prazo para a administração fazer o que chamamos de autotutela. Ela revogar um ato seu ilegal, que decai em cinco anos. Em cinco, a administração não pode fazer isso.

Mas existe, como foi colocado pela Anese, uma exceção, salvo comprovada má-fé. O que nós verificamos? Nós estudamos isso. Primeiro, não seria uma prescrição, não se trataria de uma prescrição do Direito, mas da administração, ela revogar um ato ilegal.

Primeiro entendimento que coloquei. Não. Mesmo que seja um ato da administração alterar uma ilegalidade sua, mesmo que o que a Anese está fazendo seja pedir um direito, eu também posso interpretar o seguinte: se a Anese está pedindo um direito, ela também está me demonstrando uma ilegalidade que, em tese, a administração, tomando conhecimento, tem o dever de corrigir.

Aí eu olhei e: “Não, eu acho que realmente é possível a aplicação desse art. 54 também para essa busca de direito da Anese.” Só que aí eu verifiquei que já tinha decorrido cinco anos. Decorridos cinco anos, foi colocada a alegação da Anese: “Não, mas esses cinco anos criam óbices se não tiver sido comprovada mais má-fé.” Pelos termos da lei – e isso eu busquei também olhando não só doutrina e jurisprudência – nós verificamos... Porque, o que se busca? Busca-se dar segurança jurídica para o administrado que foi beneficiado com o ato. Que a administração não altere esse ato se ele tiver boa-fé. Pela doutrina, é bem claro isso. Que esse artigo é baseado no princípio da segurança jurídica. E que, quando fala “salvo comprovada má-fé”, fala da comprovação da má-fé por parte do administrado. Porque aí o administrado não poderia se beneficiar da sua própria torpeza.

Isso eu verifiquei, seja na doutrina, seja na própria jurisprudência do Supremo. Do Supremo, não, perdão, do STJ, Superior Tribunal de Justiça.

Ele fala aqui: “O decurso do tempo não é o único elemento a ser analisado para verificação da decadência administrativa.” Ou seja, do prazo que obsta a administração rever um ato ilegal seu. Embora esta se imponha como óbice à autotutela, tanto nos atos nulos quanto nos anuláveis, a má-fé do beneficiário afasta sua incidência. Ou seja, apenas se houver má-fé do beneficiário. Mesmo que se, em tese, houvesse má-fé da administração, é bem claro, e a doutrina até fala aqui: “Assim, mesmo existente má-fé da administração, se os destinatários estavam de boa-fé e houve o transcurso do prazo quinquenal sem que o

poder público houvesse providenciado a anulação do ato administrativo, configuram-se todos os requisitos para incidência da aplicação do art. 54, perecendo, pela decadência, o direito à anulação.”

Então, verificamos que haveria um óbice, seja para aplicação do decreto, seja para aplicação da lei do processo administrativo, para revermos administrativamente esse ato.

Mesmo assim, eu não me dei por satisfeito. Eu falei: mesmo que haja esse óbice, eu acho que é importante eu também analisar a questão, o direito, em si, que a Anese alega ter. Eu acho que é uma questão de justiça e uma questão até de fazer um contraditório em relação a todas as alegações que a Associação tinha encaminhado para a Advocacia Geral da União.

E aí, o que eu fiz? Eu busquei pegar um a um os argumentos e dar uma analisada. Primeiro, antes de analisar um a um os argumentos, o que busquei fazer? Falei: não, vou dar uma analisada na legislação como um todo para ver e entender melhor, até por causa da complexidade que é a legislação administrativa militar; vou entender essa complexidade para poder dar um posicionamento correto ao pleito da Anese.

Primeiramente, eu constatei que o Estatuto dos Militares remete para a norma infralegal para dispor sobre o planejamento da carreira dos oficiais e das praças. E verifiquei que foi expedido, com base nessa norma legal, um decreto do Presidente da República, que é o 880, de 93, atual Decreto nº 3.690, que aprova o corpo de pessoal graduado da Aeronáutica.

Quando analisei esse dispositivo, eu procurei ver como é integrado esse corpo de pessoal graduado da Aeronáutica. E verifiquei que ele é integrado pelos quadros de suboficiais e sargentos, quadros de cabos e de soldados. E no art. 3º desse decreto... E eu estou aqui falando do decreto em geral, porque o 880 e o decreto atualmente vigente, que é o 13.690, na verdade, praticamente se repetem.

Verificando o quadro de soldados, eu procurei ver como ele é composto. E verifiquei que eles são compostos, *a priori*, o art. 3º fala, pelo grupamento básico – que contém subgrupos de manutenção, inteligência, comunicação e suprimento de técnicos – e pelo grupamento de serviços – que contém subgrupos de saúde, administração, engenharia, infraestrutura, metalurgia, guarda, segurança, formações da Aeronáutica, música e subsistência.

Além desses grupamentos básicos e de serviços, eu verifiquei que o art. 880 estabelece que o quadro de soldados – e apenas ele – é composto também pelo grupamento de serviço militar, que contém subgrupos de guarda e de apoio.

Em esse grupamento – é importante aqui destacar, eu acho que isso aqui é importante –, pelo decreto, é constituído por militares considerados – e a lei fala – não especializados incorporados para prestação de serviço militar.

A hora que eu verifiquei isso foi um primeiro momento em que na lei eu verifico a menção a não especializados. E eu falei: se apenas aqui neste momento se fala que não especializados são aqueles que entram para o grupamento do serviço militar e que são incorporados para a prestação, como bem colocado, de serviço militar inicial, onde estão os especializados? E aí, ainda analisando toda a lei, eu verifiquei que no quadro de soldados, o S2, o soldado de segunda classe, para poder ser promovido, necessariamente tem que fazer um curso. Para ser promovido, o soldado de primeira classe, pela legislação, necessariamente tem que fazer o curso de especialização de soldados.

E aí eu comecei a falar: bom, mas que estranho isso. Então, pela legislação, todo soldado, para ser soldado de segunda classe, para se tornar soldado de primeira classe, ele tem que fazer o curso de especialização. Eu falei: É muito estranho isso. Mas verifiquei que é o dispositivo legal – deixe-me ver se eu acho aqui.

Enfim, isso aqui, na análise, é bem claro. Além disso, eu falei: mas que estranho isso. Então, eu ainda fui verificar. Peguei a instrução do concurso, a Portaria nº 710, de 8 de setembro de 1993, que baixa a instrução reguladora do quadro de soldados da Aeronáutica e lá prevê o curso de admissão para o curso de especialização de soldados. E verifiquei que lá diz bem claramente: “Serão realizados visando o preenchimento das vagas estabelecidas dentro das especialidades do subgrupamento no quadro de soldados.”

E, pegando ainda o edital de um concurso, um que foi entregue e que constava no processo, verifiquei que justamente os cursos de especialização eram aqueles relacionados aos subgrupamentos, mas que são do quadro básico ou o quadro de serviços do quadro de soldados, e não daquele do quadro de serviço militar. E todos batiam nisso.

Mas aí, nesse momento, ainda fiquei numa dúvida: mas, espera aí, me falaram que existem os soldados de primeira classe. Não é possível. Será que estou fazendo uma interpretação absurda do decreto? Porque o decreto, tudo me dá a entender, o art. 18 do decreto: “Serão ministrados aos soldados de segunda classe engajados conhecimentos básicos e especializados necessários ao exercício dos cargos e ao desempenho das funções inerentes aos soldados de primeira classe”.

Pela própria portaria, verificava-se que você só conseguiria ascender a soldado de primeira classe se fizer esse curso de especialização, o CSD. E consegui

tirar uma conclusão, que é até o que está escrito no parágrafo único do art. 18: “A conclusão com aproveitamento do curso de especialização de soldado é requisito para a promoção de soldado de primeira classe”.

Então, o que verifiquei? Pelo decreto, todo soldado que virou soldado de primeira classe, sob a vigência do Decreto nº 880 ou sob a vigência do Decreto nº 3.690, que repete as disposições, é necessariamente especializado. Ele tem que fazer o curso de especialização. Mas aí fiquei assim: será que estou fazendo um entendimento absurdo? Porque me falaram que tem uns que não são especializados. Não é possível! Será que eu estou...

Aí verifiquei, na Portaria nº 710, que diz – e foi muito bem colocado aqui –, os casos em que a Portaria nº 710 prevê, em seus arts. 12, 14 e 15, quem pode participar do concurso para o curso de especialização. E ela mesma diz que não é só o soldado de segunda classe, o civil que estiver em dia com serviço militar inicial, mas também colocou ali na portaria o S1 não especializado. Na hora em que ela falou isso, aí fiquei mais em dúvida ainda: será que eu estou com um entendimento louco? Não é possível! Não estou enxergando o S1 não especializado no decreto.

Por isso que digo: a questão é complexa. Mas, verifiquei que nessa própria portaria está claro, ao dispor no seu art. 25, que o S1 não especializado, aqueles que podem fazer o concurso, são aqueles que ingressaram no quadro de soldados antes da vigência do Decreto nº 880, de 23 de julho de 1993. Ou seja, aqueles que ingressaram no decreto anterior, que era o 9.577. E verifiquei que nesse decreto anterior de fato existiam soldados de primeira classe que não faziam o curso de especialização de soldados. Apenas previa o curso de formação de soldados para o soldado de primeira classe. Então, daí eu vi.

Mas verifiquei, e aí robustecendo a conclusão – talvez uma conclusão que realmente não agrade os presentes –, que todo S1, pelo menos sob a égide do Decreto nº 880 ou a sob a égide do Decreto posterior, nº 3.690, necessariamente, para se tornar S1, sob a égide desses decretos, tem que ser especializado, tem que fazer o curso de especialização, conforme determina o próprio dispositivo, que acho que é o parágrafo único do art. 18, desse Decreto 880 – isso mesmo.

Aí, primeiro, verifiquei essa questão de que tem que ser especializado. Então, pelo Decreto nº 880 não há que se falar em soldado de primeira classe não especializado, porque por ele só é possível com a especialização.

E também procurei ver: tem alguma previsão diferenciada no decreto vigente – tentei ver os Decretos 880, o 3.690 ou o anterior – sobre tratamento em

relação ao licenciamento por tempo de serviço dos soldados não especializados e os especializados de primeira classe? Verifiquei que não.

Em face do Decreto nº 880, ele deixar bem claro que os soldados de primeira classe, necessariamente, têm que ser especializados, eu só poderia entender o seguinte: na medida em que fala que o soldado de primeira classe tem um tempo de serviço de seis anos, tenho que aplicar esse tanto para o especializado, que é o que está previsto no 880, e inclusive os não especializados anteriores que não fizeram curso de especialização. Não tem outra saída. Não existia qualquer outro *discrímen* legal que eu poderia...

Agora, aqui realmente concordo plenamente com a Anese que pode existir diferenças, principalmente aqueles que ingressaram antes do 680 e sob a égide do 880 e diferenças entre o especializado e o não especializado. Concordo com eles. Há não só o curso de especialização, que já dá uma vantagem para aquela pessoa que vai aprender um ofício ou uma finalidade, que vai lhe auxiliar. Foi colocada aqui até a questão remuneratória, que eu até não tinha analisado na época. Existe uma diferença, até as atividades que eles vão exercer. Mas não consigo estabelecer uma diferenciação quando se verifica o prazo para licenciamento por tempo de serviço.

Como o Decreto nº 880, à égide dele, todo soldado de primeira classe é especializado por que tem que fazer o curso de especialização, e o soldado de primeira classe tem o tempo de seis anos, não tenho como estabelecer. Não consigo substrato legal nenhum para estabelecer que não haveria um prazo.

Mas, perfeito, fiz essa análise. E falei: mesmo fazendo essa análise e essa conclusão, achei por bem fazer o seguinte: vou dar uma olhada nas conclusões e alegações da Anese, uma por uma, e também vou fazer uma análise do meu parecer, porque acho importante fazer o contraditório. Inclusive o contraditório até para a própria Anese, tendo argumentos, poder eventualmente estar contestando judicialmente. Até havendo eventualmente novos fatos relevantes que possam até alterar o nosso posicionamento, a própria Advocacia-Geral da União pode. Mas tem que ser fatos realmente que possam mudar nosso entendimento.

Mas aí falei: vou analisar item por item alegados pela Anese, até por que tem uns argumentos muito interessantes. E analisei primeiro o item, porque, pela Anese, dizendo que não se pode aplicar S1 especializado às normas previstas para o S1, a um soldado não especializado, pois não se confunde em face da diferença de corporação, um realmente sob a égide no interior entrou sob serviço militar inicial, ele é o outro, realmente pode ter sido seja um S2, que engajou e fez

o concurso, voluntariamente e quis continuar lá, seja um S1 não especializado, seja um civil, pode ter feito o concurso para entrar voluntariamente.

Então, tem diferença sim, tem razão, só que mais uma vez, o que conclui não vejo como o Decreto nº 880, mais uma vez digo, ele deixa bem claro que atualmente o soldado de segunda classe só consegue ser promovido a soldado de primeira classe fazendo curso de especialização, ou seja, que ele é especializado. Eu não consigo, pela égide 880, que estabelece um tempo de serviço de seis anos, eu não estabeleci um serviço de seis anos a soldado especializado, porque todo S1 é especializado. É a legislação que eu tenho de aplicar. Aí concluí dessa forma.

Outra alegação que foi colocada, que falou que não haveria a Anese norma dispondo sobre tempo de serviço militar que ingressa sobre outra forma ou fase para prestar serviço diverso do serviço militar inicial, tal como se diz: S1 especializado.

Concordo com eles que existe a diferença entre serviço militar inicial e aquele que continuou inclusive fazendo curso de especialização, continuou e tem vezes que até recebeu certificado reservista e participou desse concurso para entrar de novo, engajado de novo nas Forças Armadas. Só que, mais uma vez eu digo, como o soldado de primeira classe, e a lei não diferencia, aquele que fez o curso e se tornar um soldado de primeira classe, pela 880, está escrito expressamente: ele é licenciado seis anos. Eu não tenho como dizer que não existe norma dispondo sobre tempo de serviço. Entendo que existe essa norma, que é o art. 18, parágrafo único.

Vamos ver aqui outro argumento.

Que a temporariedade, foi até um argumento muito bem colocado pelos colegas, que a temporariedade de serviço prestado pelo S1 especializado deveria estar previsto em edital. Realmente, eu acho que o mais claro, a publicidade, deveria ter colocado bem claramente. Mas o que acontece? Pelo próprio Estatuto dos Militares, o serviço prestado, o soldado, pelos praças não adquire estabilidade apenas de você continuar dez anos no serviço. Então, ele naturalmente já é um serviço temporário e tem toda uma lei que dispõe sobre isso. O edital, independente seria, se daria uma publicidade maior, se teria colocado, mas independente disso a gente não pode desconsiderar, o edital não pode ser desconsiderado, seja o que prevê o Estatuto do Militar 6.880, art. 50, que fala que só há estabilidade depois de dez anos.

Não é possível também o próprio edital desconsiderar o regulamento do Corpo Graduação da Aeronáutica, que quando fala do soldado de primeira classe, que tem que, necessariamente, que fazer concurso

de especialização, também tem seis anos de tempo de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Fernando, permita-me, eu vou lhe dar mais cinco minutos, estou fazendo equilíbrio, como cada um deles falou vinte, com esses cinco eu lhe dei quarenta. A gente vai ter mais espaço com o debate, inclusive o Deputado Gabriel está inscrito. Tem mais cinco.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Perfeito. Senador, agradeço. Desculpe-me os presentes se eu estiver cansando um pouco.

Estou tentando explicar e mostrar a posição.

Então, como foi colocado, teria de observar... Vocês me perguntam: por que num edital, logo em seguida, logo ali do lado, estava o oficial temporário? Foi muito bem apontado isso. Com o oficial já é diferente, porque pelo próprio art. 142, da Constituição, fala que você só perde o cargo mediante decisão do Tribunal. Isso se chama vitaliciedade. Então, em virtude disso, o oficial naturalmente já tem a vitaliciedade e, para distinguir, tem que deixar bem claro que é um oficial temporário; ao contrário do praça, que geralmente já tem o tempo de serviço especificado no regulamento, e só adquire estabilidade se ele continuar de 10 a mais anos prestando serviço.

Outra questão que foi colocada foi o novo certificado de reservista. Eu analisei, realmente, pode causar uma estranheza enorme ter dois certificados de reservista, mas na medida em que o curso de especialização é aberto ao civil, e o civil que já cumpriu o serviço militar inicial tem que ser engajado novamente, a pessoa retorna aos quadros das Forças Armadas, e depois, quando ela sair, você vai ter que dizer novamente que ela saiu.

Por fim, entrando aqui na questão relacionada, bem rapidamente, àquelas pendências que ficaram na Rais, na Caged, eu, ao contrário do que houve, algumas manifestações, não entendo que isso aí é mero atraso burocrático, eu acho que aquilo ali foi um grande erro que aconteceu. Eu acho que não se poderia ter deixado de dar baixa nesses cadastros. Acho até – não nos cabe, à Advocacia-Geral da União, não somos órgão de fiscalização – que isso gerou problemas, eu fiquei sabendo, gerou prejuízos aos militares, algumas pessoas não puderam prestar concursos públicos, não puderam exercer outra atividade remunerada. Isso me preocupa muito. Acho que houve um grande erro e acho que isso pode gerar inclusive uma eventual responsabilização e ressarcimento e até responsabilização de quem praticou essa irregularidade.

Com relação à publicação de licenciamento – bem rápido, já concluo –, seja a publicação em *Diário Oficial*, seja encaminhamento dos licenciamentos para o Tribu-

nal de Contas da União, primeiramente, interpretamos da seguinte forma: que o artigo que fala da publicação, seja em *Diário Oficial*, em Boletim ou ordem de serviço, ele, a nosso ver, é bem claro: “O desligamento do militar da organização em que serve deverá ser feito após a publicação em *Diário Oficial*, ou seja, deve ser feito após a publicação em *Diário Oficial*, em Boletim de Serviço ou ordem de serviço e organização do ato oficial correspondente e não poderá exceder 45 dias da primeira publicação.” Ou seja, é bem claro, a meu ver, que você pode escolher entre esses atos. O prazo de 45 se refere ao seguinte: depois de publicado, tem 45 dias para você efetivamente efetivar o desligamento do militar. E qual o nosso entendimento? Entendemos que efetivamente não existe uma hierarquia entre as formas de publicação, mas existe, você adota essas formas para dar maior publicidade ao ato oficial. Por que você dá uma maior publicidade ou não? Você dá maior publicidade eventualmente, principalmente quando gera despesas e valores para até haver um controle social daquelas despesas. Só que a gente sabe que o afastamento, o licenciamento por tempo de serviço, não gera nenhum ressarcimento. Não gera nenhuma despesa.

Por isso entendemos que a lei ela é bem clara de poder se utilizar o dinheiro oficial, o boletim e a ordem de serviço. Não é necessário haver uma fiscalização, porque, pelo próprio Estatuto, § 4º, art. 122, o licenciamento não dá direito a qualquer remuneração.

Até em virtude disso, também entendemos que não é necessário haver informação ao Tribunal de Contas da União. A competência do Tribunal de Contas da União, seja pela sua Instrução Normativa nº 55.207, seja prevista no art. 70, ela é bem clara quando fala que você tem que fiscalizar atos que relativamente à guarda, gerenciamento de administração de dinheiro, bens e valores públicos. E, quando fala da fiscalização, fala de concessão de aposentadoria, reformas e pensões. E no caso, como falei, o licenciamento por tempo de serviço não gera qualquer remuneração. Então, entendemos, seja pela interpretação constitucional, seja pelos próprios pertences estabelecidos pela instrução normativa, que não é necessário.

Eu queria mais uma vez lhe agradecer, Senador, e pedir desculpas a todos se fui um pouquinho cansativo. Eu queria explicar até de uma forma mais didática, pois sei que são muitas questões jurídicas, e dizer mais uma vez que interpretações jurídicas nem sempre vão ser idênticas. Se fossem idênticas, não se precisava de advogados para interpretações. Mas quero dizer que a Advocacia-Geral da União tentou, submetendo a cinco advogados, extrair o máximo da

interpretação, esgotar os argumentos da Anese, para gente tentar dar uma decisão mais justa.

Mas entendo a demanda de vocês e prejuízos que eventualmente tenham sido causados, principalmente pela falta de baixa em alguns cadastros.

O meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto.

Vocês perceberam que dei a ele em torno de 48 minutos e que dei a cada um da mesa em torno de 20 minutos, porque ele está aqui representando a Advocacia-Geral da União e faz o contraditório. Enfim, para que o debate continue.

Agora quero passar a palavra ao meu amigo, Deputado Federal – permita-me que eu diga assim – Gabriel Guimarães. Gabriel, é bom recebê-lo aqui. Fui Deputado durante um longo período com o seu pai, o Dr. Virgílio Guimarães, grande homem público, do qual tenho muito orgulho e em dizer que com ele aprendi muito; que debatemos muito, dialogamos muito. Ele sempre foi um parceiro nas causas sociais.

Então é com satisfação que eu gostaria, com uma salva de palmas, de cumprimentar o seu pai e você, grande parlamentar. *(Palmas.)*

O SR. GABRIEL GUIMARÃES (PT – MG) – Obrigado, Presidente, por toda a deferência, todo o carinho e, sobretudo, por todo o trabalho conjunto que V. Ex^a teve realmente com meu pai, que te via como um grande amigo, um parceiro, um companheiro. E esta audiência pública reforça esta característica do senhor de estar sempre acompanhando as defesas justas sempre ao lado dos trabalhadores, tentando encontrar uma solução, aquela que for a melhor, que seja obviamente dentro da legalidade, sobretudo respeitando aqueles que fazem a força do nosso País, que são os trabalhadores.

Cumprimento o Dr. José Elenaldo, representante da Andebb, advogado da Andebb; o Marcelo Lopes, que acabou se tornando um amigo. Eu fui chamado para essa batalha por grandes amigos de Minas, seu xará, o Marcelo, e a gente está tentando uma solução para esse impasse, que tem gerado uma angústia, uma tristeza, um sofrimento, não só a vocês, mas também aos seus familiares e a todos nós, que esperamos essa solução o mais rápido possível. Cumprimento o Dr. Luiz Carlos, Secretário da Anese; cumprimento o Advogado-Geral da União, o Dr. Fernando; e em seu nome, Fernando, cumprimento a AGU por esse diálogo, que nos tem proporcionado, e agradeço a ela.

Quando me foi pedida uma relação, na oportunidade desse debate, desse diálogo, fomos prontamente atendidos por vocês, pelo Ministro Luís Inácio Adams,

e aqui por você, colocando o seu posicionamento, mas também reconhecendo a angústia e a necessidade de uma solução para esse impasse.

Dr. Marcelo Dantas, cumprimento-o também e, em seu nome, cumprimento todos que passam por este momento da necessidade de uma solução, e os integrantes desse processo de que a Andebb participa e cuja solução busca.

Primeiramente, Presidente, a cada um de vocês que acompanha, em especial a seus familiares, a cada um dos que está aqui e busca, sobretudo, Presidente, uma solução.

Eu tenho a convicção de que todos que defendem essa bandeira, os integrantes da associação, da Anese, enfim, todos que estão aqui buscam isso mais do que tudo. Ninguém está aqui por oportunismo, querendo ser um espertalhão, buscando aqui, de uma forma própria, tentar ingressar num concurso público sem tê-lo feito; ninguém está aqui buscando ter a oportunidade de um direito que não é seu. Vejo que todos que estão aqui acreditam que têm condições de prestar, desenvolver e participar numa área que é estratégica para o Brasil.

Todos que estão aqui, representados por cada companheiro que está aqui, acreditam; acreditam na sua força de trabalho, mas, sobretudo, acreditam no Brasil, porque se colocam na condição de defensores de membros, e optaram por ingressar nas Forças Armadas, acreditando que poderiam contribuir com o espírito nacional.

Ora, a gente sabe – eu, na condição de advogado – que um concurso público deve, sim, estabelecer regras claras. No meio de uma partida não se pode mudar a regra do jogo. O jogo começa e ele tem de ir com a mesma regra até o final. O Supremo Tribunal Federal, em alguns casos, já interpretou que a regra pode sim ser alterada, desde que seja uma regra benéfica e que beneficie a todos.

Não é o caso em análise.

Aqui é uma situação que tem gerado, sim, uma dúvida; é uma dúvida que foi gerada. Ela não foi causada por quem ingressou, por quem prestou concurso público. Não foi uma dúvida gerada por eles. É uma dúvida que já era de todos; o meio jurídico tem essa dúvida. A AGU tem buscado uma solução que não traga prejuízo àqueles que ingressaram. Mas uma coisa é fato: nós temos certeza de que há uma dúvida da situação jurídica. O edital, sem dúvida nenhuma, poderia ter sido muito mais claro, e não foi. O edital poderia ter apontado e apresentado uma regra clara para aqueles que ingressaram, porque, com certeza, se o edital estivesse colocado de forma clara, muitos dos que ingressaram talvez tivessem optado por seguir outro caminho.

Se fosse explícito no edital que aquele cargo que se pleiteava era de natureza temporária, eu tenho a certeza de que não teriam, todos aqueles que entraram, ingressado naquele concurso. Muitos teriam optado por outra carreira, pois todos são profissionais qualificados, tanto que foram aprovados, e teriam totais condições de prestar serviço público em outras áreas, contribuindo da mesma forma para o País. E não teriam ingressado.

Então, um erro, um equívoco é claro: foi a falta de transparência, a falta de regras claras, de deixar exatamente esclarecido aquele candidato que tivesse a intenção de ingressar no concurso.

Além disso, essa dificuldade, essa obscuridade, essa zona cinzenta em que entraram aqueles candidatos, gerou um prejuízo para a vida deles e tem gerado um prejuízo grande para o Brasil, porque, na medida em que vários profissionais, vários técnicos, devem se debruçar, a fim de solucionar esse impasse, gera, sim, um prejuízo grave para os profissionais, para os candidatos, para as famílias. Você pára a sua profissão, a fim de solucionar esse impasse.

Ninguém está apenas defendendo salário. Pelo contrário, o Brasil está em fase aquecida; tem condições de emprego e renda, sobretudo para profissionais qualificados. Ninguém está defendendo salário. Aqui todos estão defendendo aquilo que entendem ser direito. E essa defesa dos candidatos, dos profissionais, é uma defesa que tem um reflexo, sobretudo naquilo que queremos para o Brasil: regras claras, segurança jurídica. O Brasil é um país assim, tem demonstrado isso cada vez mais, mas tem de reafirmar a posição de ser um país onde a regra do jogo é uma só, que vale para todos.

Então, tenho a certeza de que, Dr. Fernando, esse espaço que V. Ex^a criou, de analisar e exaurir todas as possibilidades, buscar uma solução, buscar, sobretudo, ter obviamente uma segurança jurídica nisso, porque também cada um que está aqui não quer uma decisão que não traga segurança jurídica para amanhã ser questionada. Essa posição ninguém quer. Todos querem que haja uma solução, mas que seja, sobretudo, uma decisão, claro, o anseio é que seja uma decisão favorável, mas que além de ser favorável seja uma decisão definitiva, porque não adianta também termos um parecer favorável e amanhã um outro contestar uma legitimidade e um direito.

Agora, uma outra linha da nossa defesa também desses integrantes, desses soldados, que de fato são soldados do Brasil, a nossa defesa, numa outra linha, baseia-se num princípio basilar do direito, de que todo aquele que causa um dano é obrigado a reparar.

É certo que a maioria ou todos tiveram aqui vários danos ao optarem por essa carreira, todos. Danos na entrada, danos na dúvida das decisões judiciais, danos para aqueles que optaram por prestar outro concurso e tiveram vetada essa participação.

Danos. Passagem aérea para vir aqui; inúmeros debates a fim de solucionar, a contratação de advogados... Danos foram causados e com certeza esses danos não foram causados por eles próprios. Com certeza não foi esse... Ninguém veio aqui a fim de se beneficiar de um dano que tenha causado, ou de uma esperteza. Não tem isso.

Recentemente, tive uma informação de que alguém, por uma maluquice, uma insanidade, teria dito isso. Então, essa solidariedade também faço questão de colocar, em nosso nome, falo em nome de Minas Gerais, sou Deputado por Minas e vejo aqui que essa é uma defesa que o nosso Estado também abraçou.

Então o que fica, é claro, que quando tem um dano, se é constitucional que quem causa esse dano é obrigado a reparar, com certeza, além de exaurir essa etapa, e mais uma vez agradeço também a V. Ex^a por fazer questão de exaurir todas as possibilidades e espero que saia um relatório, um parecer, que constate que há sim um direito aqui e que esse direito deve ser observado. No mínimo houve um erro da administração pública ao não apresentar a clareza necessária para o certame.

Agradeço mais uma vez, mas fica aqui a certeza de que esse debate também proporciona, além de cada um manifestar sua opinião, ele proporciona um momento de baixar a guarda, Senador. Aqui não tem um contra o outro, e acho que esse é que deve ser o espírito maior desta audiência pública e é o que eu vejo que tem sido, haja vista aqui a harmonia e a clareza na exposição das idéias. Esse é um lado, é aquela briga que eu vejo, que todos têm razão. Não é aquela briga em que ninguém tem razão. Pelo contrário, eu entendo que esta é uma briga em que todos têm razão, mas, sobretudo, Marcelo, você, que tem sido um grande lutador por essa batalha, um grande defensor daqueles, das pessoas que entraram acreditando em uma situação, acreditando na regra, com toda a boa fé, com toda a confiança. Você que é defensor desses companheiros de luta, que estão aqui pela defesa de uma área estratégica e pela defesa do Brasil.

Você, Marcelo, merece, como todos eles e como todos nós merecemos, sair dessa solução com no mínimo todos os danos reparados a vocês, a seus familiares e, sobretudo, ao Brasil.

Parabéns a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Federal Gabriel Guimarães, Deputado Federal de Minas Gerais, do PT. Permita-me que eu diga isso, é um ditado bem popular, “quem herda não rouba”. Você herdou o dom da oratória do seu pai. E faço esse registro com muito respeito a ambos. Você não é um grande Deputado só por ser filho do grande Virgílio Guimarães, mas também por toda a sua competência, a sua capacidade, que aqui demonstrou muito bem.

Tenho certeza que o seu pai está lá assistindo esta audiência e está orgulhoso do Gabriel Guimarães. Meus cumprimentos.

Quero registrar a presença do Vereador Paulinho de São, Vice-Presidente da Câmara de Santa Luzia, em Minas Gerais.

Está registrado. Uma salva de palmas para o nosso Paulinho de São. Agora, vou passar a palavra para o Luiz Carlos Ferreira, que quer me fazer uma solicitação.

Doutor, fale.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA

– Justamente, Senador. Eu gostaria de passar a palavra ao nosso advogado, o Dr. Ronaldo, para que possa fazer as outras especificações e colocações a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Então, Doutor Ronaldo, com a palavra neste momento. Pode ser daí mesmo. Não tem problema, não.

O SR. RONALDO NOGUEIRA – Exmº Sr. Senador,

Paulo Paim, obrigado pela oportunidade de estarmos aqui reunidos, demonstrando, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Dr. Ronaldo, eu vou segurar cinco com mais cinco, se necessário.

O SR. RONALDO NOGUEIRA – Vou ser sucinto.

Vou direto ao assunto. Quero cumprimentar os demais membros da Mesa, o ilustre Deputado aqui presente, os colegas associados e seus familiares. Então, o Dr. Fernando expôs o seu parecer com muita propriedade, porém nós, como advogados da Anese, não seria diferente, somos contrários, e eu disse ao Dr. Fernando que eu não discutiria uma tese jurídica perante uma Mesa, mas somente perante o Judiciário, os juízes, membros do Judiciário. Porém agora estou aqui e vou ter que fazer isso, Dr. Fernando, contraditar V. Exª. Então, o primeiro ponto, não vou-me especificar muito e até pediria ao ilustre Senador que me emprestasse este lindo livro que tem aí verde e amarelo, por favor. Gosto muito de me basear nele. Então, o que se tem, de fato e de direito, é que temos candidatos a concurso público na área federal, especificamente no Ministério da Defesa, na FAB — Força aérea Brasileira, independentemente de sigla S1, S2 e S1 Especializado, que são essas três siglas, esses três soldados que existem

dentro da Aeronáutica, o S2, que é do serviço militar obrigatório inicial, que pode ser promovido ao S1, que eles chamam vulgarmente de S1 coxinha, e temos o SE, que é o soldado especializado que é aquele que prestou um concurso público nacional dentro do Brasil.

Aqui nós temos a lei maior de um país, do nosso País, essa Lei Maior deve ser obedecida de cabo a rabo, desculpe-me o termo. Todas as demais leis, decretos-leis, atos normativos e etc. têm que estar baseadas aqui, ao encontro disto aqui, não de encontro a isso aqui, a Constituição Federal, então o concurso público federal ele é baseado aqui, no art. 37, da Constituição Federal. Eu não me reporto em nenhum momento, a Constituição Federal prevê concurso público para temporários... Se até o edital desse concurso público prevísse, na pior das hipóteses, temporalidade, como faz o Decreto nº 880, ele estaria indo de encontro a isto aqui. Então, se tornaria ilegal esse ato administrativo, essa legislação se tornaria ilegal.

Então, o primeiro ponto é esse: estamos diante de pessoas, cidadãos brasileiros, concursados nacionalmente. Então, se são concursados nacionalmente, não existe temporariedade. O Decreto nº 880 é bem taxativo com relação à temporariedade. Fala do SMI, ou seja, do militar do serviço militar obrigatório. É aquele rapaz que completa os seus 18 anos e se alista. Ela não trata do SE, do soldado especializado. Então, infelizmente, vou discordar do ilustre Deputado quando fala da dúvida jurídica. Não tenho nenhuma dúvida jurídica com relação a essa questão baseado, aqui, na Constituição Federal. O art. 37 é bem claro. Então, não tem como se questionar ou querer discutir uma coisa que é indiscutível, é transparente, está na Constituição Federal. Nossos tribunais têm dado ganho de causa – existem S1 dentro da FAB ainda hoje, é o caso do Pinto. Ele ganhou em todas as instâncias, inclusive no STJ, desde o primeiro grau até o STJ. Foi uma decisão muito sábia, desde o magistrado de 1º grau até o magistrado do STJ. Fazem, inclusive, essa distinção entre o S1, o S2, o S1 não especializado e o S1 especializado.

Então, não há nenhuma dúvida de que estamos diante de um direito adquirido. Como estamos diante de um direito adquirido, segundo o Professor José Afonso da Silva, um dos maiores constitucionalistas deste País, não há que se questionar a problemática da prescrição. O direito adquirido já se incorporou ao patrimônio do titular. Ele o exerce quando bem o entender. É diferente da administração pública, onde o administrado não pode ficar, ao seu bel-prazer, e quando bem lhe convier. Então, o que me chama a atenção é que a questão da prescrição e da decadência, levantadas pelo parecer da AGU. É justamente essa questão. Quando há esse

reconhecimento da prescrição, conseqüentemente, ela reconhece que há um direito, que houve direito, para alegar a prescrição. Só que essa prescrição é questionável, baseada no direito adquirido e até na própria Constituição Federal. Estamos discutindo algo que é indiscutível, é indiscutível juridicamente. Fala-se, aqui, em ex S1. Sempre discordei desse termo ex S1 ou reintegração. Estaríamos utilizando termos juridicamente errôneos. Não há que se falar em reintegração de militares aqui presentes. Eles são militares, eles continuam como servidores militares ativos e até, outros, na inatividade, até hoje, até a presente data. Então, não tenho de falar em reintegração, em ex S1. Estamos diante de homens que continuam na Força Aérea como ativos e até inativos, homens que foram preparados, dentro das Forças Armadas, para defender o País, a pátria. São homens que foram preparados para matar e para morrer, em caso de guerra, e defender este País. Agora, infelizmente, estão sendo injustiçados diante de um ato ilegal, ilegítimo e arbitrário praticado pela administração pública quando os “desligou” através de BI, boletim interno. Quando você faz concurso público devem ser obedecidos todos os atos administrativos baseados na Constituição Federal: princípio da publicidade, da legalidade, da moralidade e outros mais. Então, não houve nada disso, a partir do momento do concurso público inicial. Desde o início houve essa falha. Agora, não são eles que vão pagar por essa falha. Está mais do que demonstrada a ilegalidade do ato administrativo de desligamento desses rapazes que são pais de família e estão passando por dificuldades. Não tombaram para o mundo do crime, são homens honrados, cidadãos brasileiros, cumpridores de seus deveres.

Estamos discutindo uma situação jurídica indiscutível. É uma questão de bom senso da administração pública, da administração militar, coisa que nunca houve. Trabalho com militares no meu Estado, excelência, sou de Belém do Pará. Trabalho como advogado para militares e sei como é a vida de um militar dentro da caserna. Não é fácil, são perseguições e perseguições em cima dos praças. Muitos já sofreram perseguições. Então, fica evidenciado que estamos tentando discutir uma situação indiscutível. Não tenho nenhuma dúvida do direito amparado não só constitucionalmente, mas legalmente, desses militares. Vou falar militares porque são militares. Tanto é verdade a situação deles de militar, de ativos nas Forças Armadas, que consta do cadastro deles: militares ativos e estatutários. Agora, desculpe-me S. Ex^a, o Advogado – Geral da União, alegar isso como erro em relação acerca de 2 mil homens associados à Anese – e em todo o Brasil são cerca de 12 mil homens – é querer brincar com a inteligência

de todos os associados e dos cidadãos brasileiros. A prova maior de que eles estão ativos e de que alguém está recebendo os salários desses militares está aqui. “Farra na FAB é investigada pelo Ministério Público Federal.” Segundo o Ministério Público Federal há cerca de R\$3 bilhões de desvio de verbas. Alegar que isso é erro, que houve um erro, é ter muita paciência.

Agradeço a V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Foi o Dr. Ronaldo. Agradeço-lhe porque ficou exatamente no tempo combinado, 11 minutos. Meus cumprimentos ao Dr. Ronaldo.

Passarei a palavra ao Dr. Luiz Carlos Oliveira Ferreira, Secretário da Associação Nacional de Ex-Soldados Especializados. O Dr. Luiz Carlos terá o tempo de 5 minutos para suas considerações finais e algum questionamento que poderá fazer, também, porque o último a falar será o Advogado-Geral da União, substituto.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Mais uma vez agradeço a todos a oportunidade.

Gostaria de iniciar com três questionamentos a respeito do que foi conversado aqui. A primeira é a respeito da prescrição quinquenal em que a administração pública não pode mais anular seus atos. Essa prescrição quinquenal foi utilizada, segundo foi falado, para não se poder mais mexer em nenhum aspecto ao nosso respeito. Porém, essa mesma prescrição quinquenal não foi observada quando houve a tentativa de modificação dos nossos cadastros no Tribunal de Contas da União, no Ministério do Trabalho e na Previdência Social. Por que observar a prescrição quinquenal quando se trata de resolver o nosso caso e ela não é observada quando vai fazer uma modificação no Ministério do Trabalho? A lei proíbe. Após cinco, anos não se pode fazer mais nada, salvo comprovada má-fé do administrado – foi bem colocado pelo Deputado que acabou de deixar a sala.

Não foi do administrado, então, se a má-fé não foi do administrado, prescreveu em cinco anos qualquer possibilidade de modificar os nossos cadastros. Estamos como ativos, até o presente momento, na Previdência Social e no Ministério do Trabalho. Esse é o primeiro questionamento.

Com relação ao ônus, a não gerar ônus para o Governo Federal, a falta da nossa publicidade não é o que o Ministério da Defesa chegou à conclusão, por intermédio das secretarias de assistência, na parte administrativa e na parte contábil. Não foi a conclusão. Então, a conclusão do Ministério da Defesa destoa da AGU. Este é o segundo questionamento.

E o último questionamento: as prorrogações de limite de permanência no quadro da Força Aérea, a

própria legislação diz que são para militares que estão em continuação do serviço militar inicial, a regra é clara. Ninguém aqui estava em continuação do serviço militar inicial, todos estavam quites. Foi uma exigência da administração que todos nós estivéssemos quites com o serviço militar inicial antes mesmo de fazer o concurso. A própria Portaria nº 710 dava impeditivo. Se não estiver quite com o serviço militar, sequer poderá fazer o curso. E logo após nós estamos prestando o serviço militar de novo?

Então, esses são os meus questionamentos que levo a todos, para que todos possam raciocinar, pensar a respeito, se há realmente legalidade nesses atos. E eu gostaria de agradecer a oportunidade e desejar um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Dr. Luiz Carlos de Oliveira Ferreira, que falou como Secretário da Associação Nacional de ex-Soldados Especializados e, de imediato, vamos para o Dr. Marcelo Lopes Costa, Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea.

Não tem problema não, eu mesmo autorizei que eles saíssem, porque foram falar ali para a TV Senado.

Então, enquanto ele não retorna, eu passo já a palavra para o Marcelo Dantas, Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil, com a mesma tolerância e peço que seja tão preciso, como foi o Luiz Carlos, que ficou em torno de quatro minutos. Mas você tem cinco minutos.

O SR. MARCELO DANTAS – Bastante oportuna esta audiência pública, porque os dois temas são semelhantes. Pessoas que foram aprovadas em concurso público e depois foram demitidas, sem motivo. É preciso ter o devido processo legal, contraditório, obedecendo à Constituição.

No Banco do Brasil, ao nosso ver, as pessoas não sabem que houve demissão sumária, a maioria das pessoas acham que a gente pediu para sair do Banco, na linguagem popular. Entendeu?

Então, o nosso encaminhamento é o seguinte: primeiro, vamos corrigir isso aí, demissões sumárias, que isso poderia ser feito administrativamente.

Aliás, já houve um processo em outras duas empresas de sociedade de economia mista, empresa do Governo, do ramo financeiro, que foi o BNB e a Caixa. Temos notícia de que foi solucionado administrativamente, as pessoas que foram demitidas. No Banco, nós não temos notícia das pessoas que foram demitidas que conseguiram retornar. Não sabemos por que. Poderia ser feito administrativamente, mas, se isso não ocorre...

Que aqui os Srs. Senadores e os Srs. Deputados encontrem essa solução, inclusive já existe um PL, lá

na Câmara, que já passou pela primeira comissão e foi modificado para os que foram demitidos sumariamente. E, no caso do PDV, é preciso examinar com mais detalhes. Talvez uma audiência específica sobre o que ocorreu e dar oportunidade aos funcionários que foram dispensados de provar que foram coagidos mesmo. Não tinha outra opção, porque existia a lista, o meu nome estava lá. Se você quiser aderir, tudo bem, agora, se não, vai ser demitido, porque existia uma lista, a chamada lista de excedentes. É obrigar o Banco a apresentar essa lista. É um caminho, é um caminho.

Ao pessoal de 1995, aquela coisa atribulada e apressada, não foi dado o tempo necessário para as pessoas pensarem e decidirem, entendeu? E, além disso, estrategicamente o Congresso Nacional estava em recesso. Naquela época, existia o recesso durante todo o período do mês de julho, hoje o recesso é menor.

Então, esse é o encaminhamento de que fazemos o pedido. A gente só acredita, hoje, em uma solução via Congresso Nacional, via os Srs. Senadores e os Srs. Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o Marcelo Dantas, Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil.

Vou passar a palavra agora ao Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil, Dr. José Elenaldo Alves de Gois.

Cinco minutos, se possível.

O SR. JOSÉ ELENALDO ALVES DE GOIS –

Agradeço a todos que atenciosamente ouviram o nosso pleito e quero dizer que o grande desafio é que façamos com que os Srs. Senadores incluam nesse projeto de lei a inserção dos funcionários que aderiram ao PDV, porque, repete-se, a demissão não foi voluntária, por diversos aspectos. Trago, até porque na hora eu esqueci de dizer, uma colocação feita pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, à época Dr. Ricardo Sampaio, em que ele publicará um artigo assinado no jornal *Gazeta do Povo*, sob o título “O Direito ante o terror das dispensas no BB”, em que afirmara: “Oferecer a homens e mulheres de meia idade a opção entre a rua ou a rua é desumano”.

Senhores, sobre todos os aspectos que se avista, não se tem dúvida de que o Banco do Brasil foi perverso com os seus funcionários de longas datas. Fazia parte do bojo de promessa pós-demissão a inserção desses funcionários no mercado de trabalho. E o Banco nada fez. Esse direito nosso pulula. Nós estamos ávidos e vemos nesse projeto de lei a única oportunidade de ser fazer justiça com esses ex-funcionários, porque juridicamente nosso direito deve estar trágado pelo

instituto da prescrição. Seria o renascer desse direito, tanto para gente, como para os senhores.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Advogado da Associação Nacional dos Demitidos Banco do Brasil, Dr. José Elenaldo Alves de Góis.

Passamos agora a palavra, para suas considerações finais e algum questionamento que quiser fazer para o Advogado Geral da União, ao Dr. Marcelo Lopes Costa, Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Bem, eu gostaria, antes da minha palavra, agradecer a presença do Sr. Serpro, que veio aqui representando a Senadora Ana Rita. Obrigado pela presença do senhor.

Foi-me lembrado aqui o seguinte: geralmente os concursos públicos, quando são temporários, têm um objetivo para aquela temporalidade. Se cumpriu aquele objetivo, não precisa contratar-se mais ninguém. Eu quero deixar esse questionamento aqui: por que a Força Aérea está alegando que o nosso concurso é público, temporário, e a cada seis meses, ela elaborava o mesmo concurso temporário? Qual a justificativa para que esse concurso fosse elaborado a cada seis meses?

Senador Paulo Paim, permita-me trazer aqui só uma demonstração. Segundo a visão que apresenta o Sr. Fernando, o Senador Paulo Paim, por exemplo, luta no Estado dele para ser eleito, tem vários mandatos, e o Senador Paulo Paim é eleito. Aí, de repente, o Senado diz: “Olha, Senador Paulo Paim, o senhor já tem oito anos de mandato passado, então o senhor vai cumprir apenas mais um ano aqui.” Não. O Senador foi eleito, tem direito a quê? Mais oito anos de mandato. É o que a Aeronáutica está oferecendo para nós. Nós prestamos um concurso público, inclusive o S1, que o Fernando está falando aí, presta concurso para a Força Aérea. Espera aí, eu sou S1 e vou prestar concurso sendo que vou ser mandado embora? Então o S1 presta concurso para a Força Aérea e para ser mandado embora? Não. Porque a visão era progredir na Força.

Eu quero dizer que todos nós aqui, para poder entrar com uma ação, antes de entrar com a ação, fizemos a nossa solicitação à Força Aérea para permanecer. Fizemos a nossa solicitação, nossos chefes nos orientaram. Eu fui uma das pessoas, lá na DE-2, que o meu chefe me orientou e disse: “Marcelo, você tem direito. Corre atrás.” Então, nós corremos atrás, mas, infelizmente, nós tivemos uma reunião lá no MD e a pessoa do MD nos disse o seguinte, o advogado lá representando a AGU... Eu falei para eles que há uma força da Aeronáutica tanto aqui na Casa – os Senadores são prova disso – a Aeronáutica vai até os

Senadores e convence-os de que nós não temos direitos. E no Juizado, ele disse para a gente, que lá no Juizado a Aeronáutica também utiliza dessa mesma força. Por isso nós não tivemos êxito no Juizado, porque a Força Aérea Brasileira entrou com a sua força lá influenciando contra o nosso direito.

Então, eu quero agradecer a oportunidade, Senador Paulo Paim, e gostaria que esse diálogo continuasse, que o Senador pudesse nos dar outra oportunidade para estarmos aqui lutando, buscando o nosso direito. O que nós queremos é que a Força Aérea reconheça. Houve um equívoco entre soldados e pessoas foram prejudicadas.

Eu ainda tenho tempo? Tenho, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais quatro minutos.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Mais quatro minutos. Quero dizer o seguinte: pessoas foram prejudicadas. O Fernando tem toda razão. É verdade o que o Fernando colocou ali na lei. A lei dele é verdadeira quando se fala de soldado longe de serviço (*ininteligível*); não quando se fala em soldado que prestou concurso público. Aí o que acontece? Não há uma legislação. Na realidade, o Fernando tem razão porque não há uma legislação que rege o nosso concurso. Agora, nós prestamos um concurso público, a Força Aérea nos ofereceu um concurso de carreira, não há uma legislação que rege o nosso concurso e nós vamos ser prejudicados por isso?

É isso que está. Então, Senador, nós estamos sendo prejudicados porque não há uma legislação do nosso concurso. Então, que seja revisto isso, que esses pais de família não venham pagar por um erro da Aeronáutica. Há pessoas sofrendo, pais de família passando necessidade, eu, como disse o Senador Paulo Paim, já viajei esse Brasil todo, pela Anese. Há pais de família que dão dó, pessoas passando necessidade, pais de família que caíram os dentes, de tanta luta. Eu quero que a Força Aérea, os generais, que têm sido a barreira, porque foi dito para nós pelo Governo, pois o Governo está com a boa disposição para nos ajudar, mas, infelizmente, a barreira maior está na Força Aérea Brasileira.

Então, eu quero dizer aos generais, que estão aí, que há pessoas que estão do nosso lado, que...

Senador, esse pessoal veio aqui porque sonha, são sonhos. Há noites que eu passo sem dormir me vendo vestido com essa farda azul, e é o sonho de todos nós aqui. Tem sido uma luta muito grande e eu quero, realmente, contar com o apoio do Senador Paulo Paim, com o apoio desta Casa em prol de que seja revisto o erro que foi feito pela Força Aérea Brasileira.

É importante saber. Eu não creio, realmente, como o doutor falou, que nós perdemos prazo nenhum. Nós estamos ativos ainda. Somos funcionários públicos da Força Aérea. Nosso direito ainda está garantido. Ainda tenho tempo. Nós entramos com processo em Goiás, na Procuradoria do Goiás. O procurador disse para nós: “Olha, eu sinto muito, mas vocês não têm direito. Se a Força Aérea, hoje, depois de 10 anos que se passaram, entrasse com alguma coisa nova no cadastro de vocês, aí seria gerado direito para vocês.” Aí, na semana seguinte, a Força Aérea foi lá e mudou o nosso cadastro de vínculo 30 para vínculo 35, o procurador falou para a gente. Agora, gerou direito, porque, depois de 10 anos, a Força Aérea resolveu mudar o cadastro de vocês. E, agora, o processo deu continuidade no Goiás, porque justamente, a Força Aérea, após 10 anos, mudou o nosso vínculo.

Então eu quero agradecer, Senador, a todos. Que Deus abençoe a cada um e que nós venhamos a ter nosso sonho realizado, vestir a farda novamente, ser reintegrado à Força Aérea Brasileira.

Deus os abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea, Marcelo Lopes Costa.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado Geral da União Substituto, para responder aos questionamentos que foram feitos e também para as suas considerações finais.

Concedo a palavra, por dez minutos e mais cinco, se forem necessários.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA

– Obrigado, Senador. Eu vou tratar do que foi alegado pelo Dr. Ronaldo, que é um advogado muito competente, nós tivemos várias conversas e sempre foi um prazer receber o Dr. Ronaldo. Vou tratar das alegações do Dr. Ronaldo, Dr. Luiz Carlos e do Dr. Marcelo Lopes.

Com relação a não haver dúvida jurídica eu compreendo, mas eu digo que a ciência do Direito é uma ciência dialética. Da nossa parte também, nós submetemos a cinco advogados, aos Ministros, a minha pessoa, ao Consultor Geral da União e todos concordaram com o entendimento jurídico. Então, é difícil falar que não há dúvida jurídica nem de um lado nem do outro, que na dúvida jurídica. É bem difícil isso, porque da nossa parte nós também não temos dúvida jurídica no nosso posicionamento.

Vamos tratar das alegações que foram ditas, a questão do concurso público, que ainda existe concurso público para temporariedade. Infelizmente, há concurso público para temporariedade. Existe concurso público, inclusive a gente viu ali, para oficial temporário. Há até a contratação temporária, que é prevista na

Constituição. Você tem uma seleção, existe. A ideia do concurso pública é justamente a observância ao princípio da impessoalidade, sob pena de se estar, eventualmente, contratando, colocando pessoas para dentro do quadro do Estado brasileiro sem a observância da impessoalidade.

A questão aí vai se falar, “não, mas é a temporariedade”. Olha, mais uma vez eu falo. O ideal é estar todas as normas sempre previstas no edital, para não haver nenhuma dúvida, mas a gente sabe que, pelo próprio estatuto dos militares, é bem claro que os militares só têm estabilidade depois de 10 anos de serviço. E o seguinte: o próprio estatuto prevê não só o licenciamento *ex-officio*, que pode, em tese, qualquer praça ser mandado embora mesmo antes do tempo de serviço. Existe a previsão na própria lei *ex-officio*, e também a previsão por tempo de serviço. Existe isso, é só olhar – tem pessoas dizendo que não, mas é só olhar a lei do estatuto. Existe essa previsão. Infelizmente, se vocês também olharem o próprio Decreto nº 880, parágrafo único do art. 18, é bem claro dizer que só há promoção, só se consegue atingir o cargo de soldado de primeira classe concluindo o curso de especialização, o curso de soldado. Eu compreendo que vocês fiquem chateados com a nossa posição, até compreendo a manifestação dos colegas, mas nós analisamos e não temos substratos. Se tivermos outro substrato, claro, você acha que nós advogados não gostaríamos de... Sabemos da luta de vocês, nós sabemos que todos vocês são homens honrados, são pessoas que se dedicaram às Forças Armadas. Nós gostaríamos, mas não temos substrato jurídico para decidir isso no âmbito do Estado.

Voltando à questão da prescrição e decadência. A prescrição e decadência, não só prevista pelo decreto, mas pela própria lei, como falei, ela não alcança, ela só não tem a possibilidade, ela veda até o Estado a reformar o ato, ela só não estabelece que a gente não tenha aquela vedação de reformar o ato ilegal, se houver má-fé do beneficiário. E o beneficiário, que são vocês, não houve má-fé, não estabelece a prorrogação disso para a administração. Isso por quê? Porque se tem que ter um princípio da segurança jurídica.

E outra coisa, sobre essa questão da prescrição e decadência, esse valor a quem tem direito adquirido.

Vocês teriam uma estabilidade, desde que vocês permanecessem dez anos, conforme o próprio estatuto diz. Foram mandado embora, mas foram mandado embora mais uma vez, como eu disse, existe uma previsão de licenciamento *ex-officio*, ou por tempo de serviço.

Outra questão que foi colocada, aqueles que: “Poxa, mas todos ficaram ainda com os cadastros ativos.” É um grande erro. Isso ficou contrário ao ato

de licenciamento, é o grande erro. Mas eu não posso desconsiderar toda a legislação por um erro que foi cometido. Eu acho que as pessoas que fizeram isso, que causaram prejuízos para as pessoas, os homens honrados que estavam lá e que não conseguiram emprego, que não conseguiram fazer concurso, eles devem buscar o ressarcimento. Houve um prejuízo, houve uma indenização, devem ser responsabilizados. Se está havendo, inclusive, essas pessoas em atividade e um desvio de recursos públicos, isso deve ser apurado. Eu não posso dizer que a advocacia geral vai apurar isso, porque não somos o órgão de fiscalização. Existem outros órgãos de fiscalização: Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, mas não cabe à Advocacia Geral apurar isso.

Falou-se também do caso de um colega que conseguiu. Ao mesmo tempo tem realmente um precedente judicial favorável a vocês. Mas eu vou dizer, o precedente favorável a vocês, nós apuramos isso, foi um caso que nós perdemos o prazo da Advocacia Geral da União, porque os advogados estavam em greve e não entraram com recurso. Existem outros precedentes também desfavoráveis. Os outros só existem se um que a gente não entrou com recursos porque estava com advogado. Então, se tem mais, tragam esses precedentes. Pelo menos o que foi apurado lá é que não; é que só teria esse que a gente perdeu que realmente foi porque não recorremos. Eu sinto muito falar isso para vocês, sinto muito.

Com relação à questão, está se estabelecendo a prescrição com quinquenal, de cinco anos, para não reintegrar. Primeiro que eu acho que não há uma ilegalidade para gente fazer autotutela em relação aos soldados para reintegração. Como eu já tinha falado, eu entendo que todo soldado de primeira classe é especializado, conforme o 880 – é só ler a lei –, e o próprio soldado de primeira classe que se fala no art. 24, ele fala que o limite dele é de seis anos, e o *caput*, quando fala, não fala só do engajado, continuação do serviço militar não, inicial não, ele fala o reengajado também, vocês podem ler o art. 24. Aí fala assim: “Mas aí não aplicou a prescrição quinquenal para a administração rever os atos.” Ou seja, manteve os cadastros inativos, que foi um grande erro.

Acho que aí deve ter um pouco de razoabilidade, inclusive o seguinte, isso é um ato continuado, é um ato continuado que está mandado em vocês, nesse cadastro, que já deveria ter sido feito, então ele vai se renovando a cada ano. Eu tenho que tirar vocês, ou eu vou deixar vocês com prejuízo? E é um ato continuado, é um ato que estou cometendo uma ilicitude, renovando e renovando, e manter vocês como ativos.

Não tem que falar, nesse caso, em aplicação da prescrição quinquenal, não é possível.

Em relação ao que se foi falado, foram feitos novos concursos, buscando também soldados especializados, com uma temporariedade e licenciando sempre. A gente sabe que, no caso, as Forças Armadas – todos vocês sabem – é um grande funil, ela é uma hierarquia, não dá para, a todo momento, por exemplo, as pessoas vão atingido idades limites e tem que estar saindo; renovando, você não consegue que todos vão conseguir o suboficialato ou oficialato. Existe concurso, ou os cursos que vocês vão fazer que até lhe dariam a oportunidade de permanecerem mais do que dez anos, em alguns casos, se não houvesse o licenciamento, de vocês conseguirem a estabilidade.,

Enfim, em virtude disso, as Forças Armadas necessariamente tem que renovar, ela não pode manter, existe limite de idade. Então, o porquê desse concurso sendo renovado.

Com relação à pressão das Forças Armadas para conseguir decisões favoráveis, olha, nós sabemos, o Judiciário tem a sua independência, não serão as Forças Armadas que vão pressionar o Poder Judiciário e seus membros a decidir favoravelmente. Isso, infelizmente, não é possível.

E, por fim, a questão do concurso público, não só a questão do concurso público que a gente já falou, existe a possibilidade, sim, realmente, um concurso sobre temporariedade, existem casos.

Agora, também temos que ver que o próprio art. 142, que trata das Forças Armadas, prevê a aplicação de alguns dispositivos do art. 37, que fala de concurso público e outros direitos dos servidores públicos para as Forças Armadas, e não estabelece alguns casos, inclusive a previsão de estabilidade que tem o servidor público civil não se aplica aos militares.

Então, sinto muito, sei que todos os senhores são homens honrados, gostaria de ter uma solução para todos, mas não tem como, com um substrato legal, a Advocacia Geral da União, ao menos que se traga algo realmente novo, a gente decidir favoravelmente. Decidir favoravelmente um advogado, mesmo a gente se sensibilizando com o caso de vocês, é depois a gente responder eventualmente pelo nosso ato. Então, sinto muito. Desejo a vocês sorte, torço para que se arrume uma solução para esse caso, mas infelizmente, com um substrato legal não temos como reconhecer isso, pelo menos no âmbito da administração, a reintegração.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi Dr. Fernando Luiz Albuquerque, sei que vocês, contrariando a posição do Dr. Fernando, bateram

palmas por um ato de gentileza e todos nós sabemos disso. Dr. Fernando, realmente agradece.

Vou dizer a vocês, primeiro vocês têm que ter claro que numa audiência pública a gente não resolve o problema, a intenção da audiência pública é dar visibilidade para a questão. E isso nós cumprimos hoje com esse objetivo. Ou seja, essa audiência é transmitida pelos meios de comunicação aqui do Senado, para que o povo brasileiro saiba da luta dos ex-funcionários do Banco do Brasil – que aqui assim foi feito pelos dois convidados – como também a busca da reintegração dos ex-soldados da Força Aérea Brasileira.

Continuaremos, como disse o Dr. Ronaldo, esse é um debate que vai para o campo jurídico, vai ver a sustentação devida. Isso não quer dizer que inclusive os projetos que estão tramitando na Casa deixarão de circular, pelo contrário, tudo que foi dito aqui, inclusive que os contraditórios que foram apresentados com os documentos que recebi serão remetidos ao Banco do Brasil, como também à Força Aérea Brasileira e ao próprio Ministro das Forças Armadas pelo documento que ele encaminhou a mim.

O material e o vídeo desta nossa audiência pública estarão à disposição de todos, inclusive dos autores dos projetos e dos relatores, e nós todos vamos sempre trabalhar na linha de que se encontre uma solução que atenda aos interesses tanto dos ex-funcionários do Banco do Brasil como dos ex-soldados da Força Aérea Brasileira, que estão aqui fazendo e suscitando esse debate e buscando aquilo que eles entendem que é do seu direito. Nós, da Comissão de Direitos Humanos, claro que vamos torcer, vamos trabalhar, vamos ser companheiros de forma permanente para ajudar, para subsidiar, para que a gente busque o mais rapidamente uma solução.

Vocês, que vieram de longe, dos seus Estados – e vi aí as bandeiras dos Estados de pé, e confesso que eu mesmo bati palmas quando elas foram apresentadas com suas faixas – sintam que vocês estão fazendo sua parte, estão se mobilizando, estão vindo ao Parlamento, estão pressionando o Executivo, estão entrando no Judiciário na busca de uma solução. Podem ter certeza de que eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estou torcendo para que a gente busque uma solução que atenda à demanda de todos.

Parabéns pela luta! A luta não termina aqui. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

Uma salva de palmas para todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **JORGE VIANA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ**, **JORGE VIANA**, **RODRIGO ROLLEMBERG**, **SÉRGIO SOUZA**, **IVO CASSOL**, **TOMÁS CORREIA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ASSIS GURGACZ**, **PEDRO TAQUES**, **LUIZ HENRIQUE**, **EUNÍCIO OLIVEIRA**, **EDUARDO BRAGA**, **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, **ALVARO DIAS**, **JOSÉ AGRIPINO**, **GIM ARGELLO**, **VICENTINHO ALVES** e **RANDOLFE RODRIGUES**. Comparece o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. Justificou a ausência o Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, nos termos do Memo GSCB nº 08-0205/2012. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, destinada a discutir a substituição do PIB por novo índice de desenvolvimento sustentável que incorpore as variáveis econômicas, sociais e ambientais, e não apenas as econômicas, como é o caso do PIB. Comparecem os seguintes convidados: Maurício Jorge Piragino, Diretor-Presidente – Escola de Governo de São Paulo; Ladislau Dowbor, Professor – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. O Professor Menelick de Carvalho Netto, da Universidade de Brasília, justificou a ausência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **JORGE VIANA**, **EDUARDO SUPLICY**, **SÉRGIO SOUZA** e **ANIBAL DINIZ**. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE
28/08/2012**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Solicito aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião tem por finalidade discutir a substituição do PIB – Produto Interno Bruto – por um novo índice de desenvolvimento sustentável que incorpore as variáveis econômicas, sociais, ambientais e não apenas as econômicas, como é o caso do PIB.

Quero registrar que esta audiência pública foi marcada a partir de um requerimento de iniciativa do Senador Jorge Viana.

Convido para fazer parte da Mesa o Professor Ladislau Dowbor, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o Sr. Maurício Jorge Piragino, Diretor-Presidente da Escola de Governo de São Paulo.

Informo que o Professor Menelick de Carvalho Netto, da UnB, justificou sua ausência, em razão de compromissos acadêmicos anteriormente assumidos.

Quero dar as boas-vindas aos nossos ilustres convidados, registrar a presença do Senador Jorge Viana, autor do requerimento, do Senador Eduardo Suplicy, e dizer da importância deste debate, com a presença de professores e pesquisadores que há anos vêm refletindo sobre políticas de desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar que, nos debates que antecederam à Rio +20, tive a honra de fazer parte de um grupo de trabalho designado pela Presidenta Dilma Rousseff, representando o Senado Federal, e essa questão foi defendida praticamente por todos os representantes do Brasil, tanto os do Congresso Nacional quanto os do Executivo, do Governo, da sociedade civil e do setor produtivo.

Há um entendimento no sentido de que medir o desenvolvimento dos países apenas pelo Produto Interno Bruto, hoje, é absolutamente insuficiente. O Senador Cristovam Buarque gosta de lembrar que, quando se utiliza um revólver, se dá um tiro, está-se, com isso, movimentando o Produto Interno Bruto, porque há uma movimentação econômica; isso não reflete o que nós queremos refletir, que são índices de desenvolvimento efetivo que levem em conta não apenas características econômicas, mas também as condições ambientais – o que podemos deixar de legado para as futuras gerações – e o impacto social positivo gerado pelo desenvolvimento, através de suas medidas.

Portanto, essa é uma reflexão da maior importância. Agradecemos mais uma vez a presença dos nossos ilustres convidados.

Já vou passar a palavra ao Professor Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só queria, antes, quebrando uma rotina que sei ser mais correta no trabalho da Comissão, agradecer aos nossos dois convidados e parabenizá-los pelos trabalhos que fazem, os quais nos indicaram a chamá-los aqui para esse aconselhamento.

Só estou fazendo este registro, porque, daqui a pouco, obviamente durante a fala certamente de um de nossos convidados – e o Senador Anibal Teixeira está chegando também, vou ter uma rapidíssima audiência com a Chefe da Casa Civil, na Casa Civil. Será só o tempo de ir e de voltar, mas já estou me desculpando por isso.

Antes de mais nada, queria dizer que há a intenção do Presidente Rodrigo Rollemberg e dos membros desta Comissão de trazer este debate para cá, mesmo depois da Rio +20, e principalmente depois desta. Sabemos que um dos legados daquela conferência é que se tirou um grupo de especialistas, que irão até 2015, a pedido da ONU, elaborar indicadores, Senador Suplicy, que deverão compor a base de uma avaliação para o que se entenda como desenvolvimento sustentável. Quer dizer, um grupo de especialistas irá criar indicadores, para que se possa criar um critério para estabelecer quais países estão caminhando para o desenvolvimento sustentável ou não. Obviamente, isso tem muito a ver com um indicador que, desde 1930, conduz o mundo, que é o PIB.

Eu, obviamente, não tenho nenhuma intenção de tirar a economia deste critério – porque, se tirasse, seria um equívoco – mas, certamente, de incorporar componentes. Já temos, aí, o Índice de Desenvolvimento da Família, o Índice de Desenvolvimento Humano, mas é claro que até mesmo o criador do PIB fala que ele não é o instrumento mais adequado para analisar se um país, de fato, está-se desenvolvendo plenamente, se está tendo inclusão, se está tendo melhoria no padrão de vida, como disse o nosso Presidente.

Então, é só a preliminar de uma justificativa. Eu agradeço ao Presidente, mas a minha ausência será por pouquíssimos minutos; saio daqui a pouco e volto em seguida para esta audiência, que, entendendo, inaugura um debate, depois da Rio+20, da maior importância

para todos os brasileiros e para esse mundo que nós queremos venha com um novo padrão de produção e consumo.

O cidadão está mudando, mas eu acho que indicadores como o PIB não mudaram. Esse é um indicador do século passado. Eu acho que o mundo só vai pôr os dois pés no século 21 quando nós nos basearmos por um indicador que possa ser completo ou diferenciado em relação ao PIB.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Quero registrar a importância que V. Ex^a tem dado a esse debate, puxando esse debate como autor, inclusive, dessa iniciativa da Comissão de Meio Ambiente.

Passo, então, neste momento, a palavra ao Prof. Ladislau Dowbor, para que possa fazer a sua apresentação.

O SR. LADISLAU DOWBOR – Bom dia a todos.

Deixe-me dar um pouco as linhas gerais. Não vamos resolver o problema da reformulação das contas nacionais em 15 minutos, mas os grandes eixos da mudança estão aparecendo.

A conta PIB, na realidade, se dinamizou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Foi elaborada nos anos 30, mas se dinamiza com o fim da Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall, numa época em que medir quanto cimento se gastava e quanto ferro se utilizava dava uma boa ideia do ritmo de reconstrução da Europa. É, portanto, essencialmente, um conceito que não mede resultados. Ele mede ritmo de uso dos fatores de produção. Se esse uso é positivo ou não, não importa ao PIB, e não importa, também, o problema do desgaste dos recursos naturais.

Então, no conjunto, nós temos uma medida de com que ritmo estamos utilizando os recursos; não estamos dizendo para quem, o processo distributivo; não estamos dizendo o que estamos produzindo, se estamos produzindo com prioridades adequadas; e não estamos dizendo com que custos para os recursos naturais.

Deixem-me dizer que tudo está embasado no aprofundamento do conceito de democracia. Nessa nossa democracia em que votam os adultos, basicamente estão ausentes, em termos de presença política, os pobres – são quatro bilhões no Planeta; está ausente a natureza, que não tem voz; e estão ausentes as próximas gerações, que serão privadas de um conjunto de recursos.

Então, na realidade, a nossa responsabilidade ao pensar no uso dos nossos recursos, na forma de desenvolvimento e na articulação dos fatores de pro-

dução depende, justamente, dessa visão mais ampla, de longo prazo, sistêmica.

O primeiro problema da conta PIB é o uso inadequado dos recursos naturais. Então, a Arábia Saudita, quando liquida as suas reservas de petróleo, está aumentando o seu PIB. Para qualquer empresa que fizer – empresa pública, inclusive – uma conta de fim de ano e não apresentar variações de estoques, obviamente, se dirá que é uma conta errada. No caso do PIB, nós não estamos levando em conta, não estamos contabilizando a redução dos estoques. Pelo contrário, quanto mais se utilizam recursos naturais, mais o PIB está aumentando.

Então, isso é extremamente perigoso, e se usa uma imagem muito simples: no nosso pequeno Planeta, na espaçonave Terra, temos um contador de velocidade – o PIB está aumentando mais rápido ou não –, mas esquecemos de colocar o mostrador do tanque de combustível, como estão as reservas, como estão os recursos naturais.

O segundo, obviamente, é contaminação. A contaminação do Golfo do México, recentemente, pelo número de grandes contratos de limpeza das praias, de despoluição e de descontaminação, aumentou o PIB dos Estados Unidos. Então, é o mesmo exemplo do Exxon Valdez, que se estatelou no Alasca e aumentou o PIB do Alasca pelo volume de recursos que exigiu para se descontaminarem as praias. Isso é importante porque o resultado, calculado dessa maneira, não calcula o lado positivo que temos para a sociedade ou não.

Gosto de mencionar também o exemplo da Pastoral da Criança, que hoje é um gigante, são 450 mil pessoas que conseguem, nas áreas onde trabalham, uma redução da mortalidade infantil da ordem de 50% e de hospitalização da ordem de 80%. O custo deles é R\$1,70. Nós fizemos as reuniões na PUC com eles: R\$1,70 por criança, por mês. É interessante porque nenhum plano de saúde oferece alguma coisa por esse preço para nós. São resultados impressionantes, só que ela reduz o PIB, porque o PIB aumenta quando se compram mais medicamentos, chamando mais ambulâncias e coisas do gênero.

Então, isso mostra a que ponto destoa, e cada exemplo desse de como destoa o PIB relativamente aos processos econômicos modernos nos aponta para as outras modalidades, para as outras coisas que temos que medir. Temos que medir crianças que não adoecem, e não medir quanto se conseguiu gastar porque, aumentando os custos, aumentamos o PIB porque estamos utilizando mais recursos. Quando se trata do inverso, naturalmente, se trata da produtividade do PIB no sentido de ter os resultados em saúde com o mínimo de recursos possível.

Outra forma, e essa é extremamente preocupante, é o cerceamento de acesso a bens livres. Na minha infância, eu gozava das praias de Bertioga. Hoje há um imenso condomínio particular, em que é extremamente difícil penetrar, e eles me oferecem gratuitamente as praias, naturalmente uma vez que eu seja participante do condomínio e pague todas aquelas coisas. Oferecem as praias como se as tivessem criado. Na realidade, praia livre não gera PIB, porque não se gasta, tem-se lazer gratuito. Esse lazer é importante para a qualidade de vida, é um *outcome*; não é um produto *output*, mas é um *outcome* extremamente importante ter acesso a bens livres.

Aos bens livres, cada vez mais, tenta-se cercear o acesso porque isso obriga as pessoas a pagar e, no momento em que se paga, ele passa a ser contabilizado como aumento do PIB. Isso vale para inúmeras infraestruturas de lazer nas cidades, não só para os mares, mas é outro eixo, digamos, de deformação da conta que fazemos.

Eu queria mencionar também, e isso vai igualmente na linha do reverso positivo dessa discussão, a não contabilização do tempo. Nos Estados Unidos e na Europa já se fazem os estudos de *time budget*, o estudo de como usamos o tempo. O tempo é nosso recurso não renovável.

Em São Paulo, nós passamos, em média, de acordo com pesquisa da Nossa São Paulo, que vai ser mencionada aqui, 2 horas e 43 minutos por dia no trânsito. Ninguém calcula isso. Pode-se fazer um cálculo muito simples. A gente sabe o PIB *per capita* de São Paulo, que são R\$30 mil. Se dividirmos isso pelas horas, temos o PIB *per capita* de horas. Calculamos 6,5 milhões de pessoas se deslocando para trabalhar todo dia, perdendo 2 horas e 40 minutos: temos uma perda diária de cerca de R\$50 milhões.

Trata-se de introduzir o tempo como uma coisa valiosa, porque é o tempo das pessoas que deixam de estudar, que não estão trabalhando, que não estão estudando, que não estão com a família.

Jogue isso para uma família que mora na cidade de Tiradentes. A cidade de Tiradentes, que está na periferia de São Paulo, tem 190 mil habitantes e tem 2.400 empregos. São pessoas que se levantam às 4h30min da manhã e saem às 5 horas, voltam para casa às 22 horas. Você quer que tenham vida em família, que as crianças sejam acompanhadas ou coisas do gênero? Por quê? Porque não se investiu no transporte coletivo de massa e, sim, se investiu – como as campanhas são financiadas pelas empreiteiras, pelas grandes montadoras – no automóvel e nas infraestruturas correspondentes. Por quê? Construir um viaduto mais alto na rua para ter de andar de primeira e de segunda, que

exige muito combustível, tudo isso aumenta o PIB. Mas o resultado é que as pessoas não estão vivendo bem.

Deixe-me mencionar um último exemplo dos grandes eixos, digamos, da avaliação crítica desse processo, que é o acesso ao conhecimento.

As ondas eletromagnéticas são da natureza; não foram criadas por nenhuma emissora. Eu falo com o meu irmão, que mora na Polônia, pelo *skype*, e é gratuito. Eu ligo para o Prof. Haroldo, em Campinas, e a conta no meu celular é imensa.

Na realidade, inúmeras cidades no mundo já criaram sistemas *Wi-Fi*, sem fio, de acesso à Internet em banda larga. As pessoas dizem: “Mas como de graça?” Não há nenhuma razão para que não seja. Nós andamos na rua e não pagamos, pelo menos ainda não; a rua é de livre trânsito, o que não impede, pelo contrário, possibilita a instalação de uma farmácia e de outras atividades econômicas.

Então, na realidade, o livre acesso ao conhecimento multiplica oportunidades de iniciativas econômicas, como, por exemplo, na Favela de Antares, no Rio, em que eles generalizaram o acesso banda larga e estão prestando serviços de apoio técnico a pessoas que têm dificuldades com o seu computador, estão fazendo *design*, músicas e coisa do gênero.

Claro, quando você libera o acesso ao conhecimento não está aumentando o PIB, porque a gente só calcula quando está custando. Só que, na realidade, você ter acesso ao conhecimento é o que dinamiza um conjunto de atividades aplicadas, essas, sim, econômicas.

Nós temos o exemplo extremamente importante do MIT, que é o principal centro de pesquisa norte-americano, em que todos os cursos, hoje, são gratuitos *on-line*, chama-se OCWC – Open Course Ware Consortium. Eu estive agora na China. A China fez o China Open Resources for Education. Nas 12 principais universidades, todo o conhecimento é gratuito.

Claro, seria melhor, na conta tradicional do PIB, eu trancar o conhecimento e ele só ser acessível em meios físicos, em papel, produzido por editoras. Essas, sim, registram como produção e aumentam o PIB, mas travam o acesso ao conhecimento. Então, por um lado gastamos tanto dinheiro em sistema de educação; por outro lado, travamos o acesso.

Uma universidade do peso que tem a PUC de São Paulo, na minha Universidade, nós temos aquela coisa de xerocar um capítulo de livro. Estamos na pré-história, enquanto agora, na Inglaterra, o Jayme Willis, que cria a Wikipédia, foi encarregado de preparar o sistema aberto de acesso científico universal para toda a Inglaterra, num prazo de 2 anos. A União Européia, há 2 meses, tomou medidas no mesmo sentido, enquanto

nós ainda estamos, nas nossas universidades, com alunos lendo aquela xerox de um capítulo isolado de uma obra, gerando um imenso atraso.

Eu dei vários exemplos, digamos, a que ponto é crítico, porque se a gente tem como bússola o PIB e ele não indica o norte adequado, todos os nossos esforços são mal contabilizados. E nós temos de reformular.

As reformulações existem, mas não vou entrar em detalhe. No conjunto, a minha impressão é a seguinte: primeiro, que é de primeira urgência, e eu quero lembrar que, na Declaração da Rio+20, com todas as suas fragilidades, está no art. 104 a reformulação de sistemas de contas nacionais. O Brasil é signatário deste documento, e é um forte apoio para a gente tomar as medidas.

As metodologias que hoje estão na mesa são comprovadas. A dificuldade talvez esteja no fato de que nós estamos acostumados a ter um número que representa tudo, o PIB. Acho que nós não vamos para um número sintético substituindo o PIB; o PIB irá ser utilizado porque tem várias utilidades com a compreensão das suas limitações, mas, sobretudo, vamos ter de ter contas sobre situações críticas em termos de recursos naturais, situações críticas em termos sociais, estudos de longo prazo, todo um novo sistema de indicadores.

Nós temos hoje o que é desenvolvido pelo Banco Mundial, o Indicador de Progresso Genuíno, que ajuda bastante; temos, obviamente o IDH, do PNUD, que já abriu, mas é insuficiente; temos o Happy Planet Index, dos britânicos; temos as medidas de pegada ecológica; e temos o início, pelo IBGE, de sistematização desses dados, em particular a partir do documento indicador de desenvolvimento sustentável – a versão 2012 foi lançada agora na Rio+20.

Eu recomendo muito esse documento, porque nós somos, provavelmente, um dos poucos países que apresentaram na Rio+20 um documento de proposta de metodologia de indicador de desenvolvimento sustentável. São 62 grupos de indicadores centrados na *performance* econômica, que continua claramente importante, mas levando em conta as dinâmicas sociais, os impactos ambientais e as necessárias transformações de governança, que são extremamente importantes.

Nesse sentido, pelo menos na minha instituição, a PUC de São Paulo, e no Núcleo de Estudos do Futuro, a gente trabalha não apenas com o *triple bottom line* – social e ambiental e econômico, mas também a articulação da parte institucional, porque, se a gente não mudar o processo decisório sobre como se aplicam os recursos, naturalmente os outros três elementos não serão protegidos.

É isso que eu tinha dizer.

No meu *site* dowbor.org – ou se digitar Ladislau Dowbor no Google, há um conjunto de documentos para se acessar, *link* com o Programa Nossa São Paulo, o meu próprio estudo que se chama *O Debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada*, e publicações de primeira linha, como *Os novos indicadores de riqueza*, de Jean Gadrey, que faz um balanço de quais são as metodologias e com que sucessos e com que limitações; e, obviamente, o relatório Stiglitz, que foi feito a pedido do Sarkozy e que reúne as visões do Amartya Sen, do Joseph Stiglitz e do Jean Paul Fitoussi.

Nós já temos um manancial de metodologias, de experimentos que já estão dando certo. Acho que hoje o que se coloca no Brasil é avançarmos para uma modernização das contas nacionais. Como foi dito aqui, o PIB é representativo, sim, de prioridade do século XX; não o é para o século XXI, nesta sociedade complexa em que a gente vive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor, pela sua brilhante exposição, que traz muita luz para este debate. É uma reflexão extremamente interessante.

Passo a palavra ao Diretor-Presidente da Escola de Governo de São Paulo, Prof. Maurício Jorge Piragino.

O SR. MAURÍCIO JORGE PIRAGINO – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente, em nome do Senador Rollemberg e dos demais Senadores.

Acho que, antes de mais nada, eu preciso fazer um breve apanhado para ilustrar um pouco o que nós, na cidade de São Paulo, construímos em relação à questão de um novo indicador.

Há cerca de seis anos, cerca de 600 entidades foram mobilizadas para se unir e tentar pautar a vida da Cidade de São Paulo, tanto na atuação das políticas públicas quanto qual setor da sociedade civil poderia contribuir. E foi formada, então, a Rede Nossa São Paulo, que busca indicadores – existe um observatório da cidadania – para fazer o acompanhamento dessas políticas públicas.

A Escola de Governo, instituição da qual estou na direção, é uma dessas 600 entidades que se encontram dentro da Nossa São Paulo, e um dos objetivos que apareceu era entender a qualidade de vida na cidade de São Paulo, que é bastante deteriorada. Então, ela se organizou em grupos de trabalho, e a primeira grande conquista que a gente teve na Cidade de São Paulo foi colocar uma emenda na nossa Constituição municipal, definindo a obrigatoriedade dos Prefeitos eleitos apresentarem seu plano de metas para mostrar para a população para onde é que iria a sua gestão, as

metas que ele constrói. Então, isso foi colocado na Lei Orgânica do Município – é a Emenda 30, e os Prefeitos, e, agora, nesta eleição, o próximo Prefeito eleito ou Prefeita eleita vai ter 90 dias para apresentar quais são as suas metas para os seus quatro anos de governo.

Então, a Rede Nossa São Paulo começou a orientar todo o trabalho, fazendo essa valorização na questão dos indicadores, justamente num mundo em que, como disse o Prof. Ladislau, de forma muito precisa, tem indicadores ou tem formas de medição desses indicadores que são ultrapassadas. A gente pode entender, como disse o Professor, que o PIB é mesmo um indicador que serve para o século XX; estamos já na segunda década do século XXI e precisamos de novos caminhos.

E, aí, se impõe um debate que passa, necessariamente, por uma discussão que implica uma mudança maior, uma mudança cultural em relação à questão do dilema que a humanidade vive, na medida em que não poderemos continuar organizando a sociedade econômica e socialmente a partir de uma ideia na qual o consumo possa ser o grande fator. Não é possível ter congruência entre os direitos humanos e desenvolvimento sustentado na direção de uma sociedade melhor, uma sociedade que tem desenvolvimento sustentado. A gente precisa superar esse modo de vida e fazer essa mudança cultural, e acho que a importância de criar um indicador para isso é porque ele vai mudando. Existe certa naturalização em todo mundo saber se o Brasil vai bem ou mal, se o PIB aumentou ou se o PIB diminuiu; isso não é mais um retrato, isso é um retrato muito particular e muito pequeno para as tremendas necessidades que tem uma sociedade do tamanho da sociedade brasileira.

Então, na cidade de São Paulo, uma das coisas que a Rede Nossa São Paulo também fez após construir o plano de metas – e, aí, faço um parêntese aos Senadores, porque existe uma proposta de emenda constitucional para colocar na Constituição brasileira a obrigatoriedade do plano de metas para todos os entes federativos, para o Governo Federal, para todos os Estados e todos os Municípios, o que vai qualificar as administrações públicas – foi uma parceria com o Ibope para fazer uma pesquisa sobre a percepção da população da cidade de São Paulo em relação a como ela estava vivendo.

Isso foi feito durante dois anos, e, no terceiro ano, concluímos que seria necessário, talvez, criar um novo indicador, um novo índice, e foi criado um índice que se chama Irbem – Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município, dentro da ideia de podermos ter esses indicadores.

O Irbem partiu do seguinte modelo – deixe-me explicar como funciona a Rede Nossa São Paulo: A Rede Nossa São Paulo funciona com grupos de trabalho. Há grupos de trabalho de saúde, educação, sustentabilidade, democracia participativa, e cada grupo de trabalho reúne uma série de organizações e cidadãos também. Esses grupos levantaram uma série de questões, e entendemos que a forma mais precisa para poder avaliar o que seria a mudança efetiva na qualidade de vida do cidadão paulistano seria a população selecionar quais seriam as questões principais dessa mudança. Construímos isso por meio de uma pesquisa que foi feita de forma digital e também nas escolas públicas, a que cerca de 36 mil pessoas responderam, avaliando, dando uma relação do que era prioridade como uma mudança para a qualidade de vida. Levantaram-se 25 áreas temáticas, e essa pesquisa foi construída, tem sido reproduzida todos os anos e apresentada logo antes do aniversário da cidade de São Paulo. Estamos indo para a 4ª edição exatamente para termos um panorama de se a política pública, efetivamente, está caminhando no sentido do que a população aguarda, do que a população espera.

Eu pediria que pudéssemos passar o outro primeiro. Aí há uma questão muito importante: mais da metade da população que vive na cidade de São Paulo, se pudesse, sairia dela. Esse é um dado absolutamente impressionante. Temos os dados desde 2009 até o ano passado, e 56% da população, se pudessem, sairiam da cidade. Isso é um alarme de o quão mal se vive na cidade de São Paulo.

Levantamos alguns outros indicadores: ele levanta 25 áreas, são 169 aspectos/itens avaliados. Ali estão os 25 aspectos. Vou ter que passar muito brevemente para ampliarmos o debate, e, efetivamente, os resultados não nos interessam, mas acho que interessa a contribuição que vimos aqui trazer no sentido de como formular isso.

Há índices de relações com a família, religião, tecnologia da informação, trabalho, sexualidade, consumo, saúde, relações com imagem, juventude e educação, são vários fatores.

O que eu ressaltaria, para criarmos um novo indicador para substituir o PIB e que isso pudesse ser expandido e veiculado para ser uma ideia que toda a população pudesse ter, seria no sentido de primeiro pensarmos a construção deste indicador de uma forma participativa. Hoje em dia, temos esses recursos tecnológicos que facilitam as pessoas poderem dizer isto: o quanto têm uma qualidade de vida boa, o quanto têm um desenvolvimento na sua vida.

Outro ponto que me parece também muito importante nesse novo índice que poderia ser criado

seria termos uma forma de medição da questão das desigualdades. Sobre a questão da desigualdade, recentemente, há cerca de duas semanas, foi lançado um livro, de que faço questão de falar aqui, chamado *O Brasil Real – a desigualdade para além dos indicadores*, que passa uma ideia muito interessante e precisa daquilo a que precisamos nos ater na direção do fortalecimento das políticas públicas.

Posso também voltar a outro quadro.

A Rede Nossa São Paulo também montou um desigualtômetro dentro da cidade. Então, a cidade de São Paulo é aquele mapa. Ali, temos a região central. Por exemplo, nesse indicador de cultura, quanto ao acervo de livros infantis das bibliotecas municipais *per capita*, usamos como referência e meta, no mínimo, dois livros *per capita*, que é um indicador da Unesco, e observa-se que o melhor indicador se encontra no centro da cidade, o pior indicador e a diferença disso.

Então, a importância de termos um indicador que fale, no Brasil... O Brasil é um país continental tão heterogêneo e com tantas realidades diferentes que só a média não nos satisfaz. Precisamos ter, na verdade, um indicador do quanto de desigualdade há nas regiões e como podemos superá-las, porque precisamos dirigir mais fortemente as políticas públicas para isso.

Podemos passar, por favor.

Por exemplo, sobre a questão de demanda atendida por creche, de uma região para outra da cidade, há uma diferença de cinco vezes, e tentamos, dentro da Rede Nossa São Paulo, fazer com que os candidatos a Prefeito se comprometam a zerar os zeros na cidade em relação a isso, porque há muitos indicadores, em regiões na cidade, com zero, absolutamente zero.

Eu acho muito importante avaliarmos, nessa criação, esses dois grandes aspectos desse novo índice, de forma que eles possam se refletir para toda a sociedade brasileira, primeiro, no sentido da construção desse índice ser um processo participativo. Isso é absolutamente possível, e acho que é muito mais rico para a sociedade brasileira. A segunda coisa é um indicador que foque na questão das desigualdades, em um País que tem enormes desigualdades regionais.

Na Escola de Governo, fundada pelo Prof. Fábio Konder Comparato, trabalhamos com cinco pilares, que são a questão da defesa incondicional dos direitos humanos; o fortalecimento da democracia participativa; os valores republicanos; o desenvolvimento nacional, entendendo o desenvolvimento diferente de crescimento, crescimento sendo uma parte do desenvolvimento; e a ética na política.

Estou falando isso porque acho que esses são pilares que apontam para onde o Brasil deve desen-

volver-se, o que é necessário para que a gente se desenvolva.

Agradeço a participação, e estamos aqui para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. Maurício, pela sua exposição, que também traz elementos importantes para a reflexão da Comissão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de a Comissão convidar os Professores Maurício Jorge Piragino, Diretor-Presidente da Escola de Governo de São Paulo, e Ladislau Dowbor, Professor da PUC, de São Paulo, com quem tenho tido o prazer de interagir há muitos anos, por propósitos comuns. E vejo no Prof. Maurício Jorge Piragino preocupações que são também de muita afinidade e o cumprimento por estar dirigindo hoje a Escola de Governo de São Paulo.

Ainda ontem tive a oportunidade de assistir a um depoimento de grande profundidade e importância, do Prof. Fábio Konder Comparato, na Câmara Municipal de São Paulo, quando prestou um depoimento para a Comissão da Verdade da Câmara Municipal, que causou um impacto muito forte e positivo.

Eu agradeço, porque ambos colocaram, especialmente o Prof. Ladislau Dowbor, diversos exemplos de como, por vezes, na mensuração do produto doméstico bruto ou do Produto Interno Bruto, como meio de se medir o bem-estar das populações, muitas vezes se deixam de medir diversos aspectos. Mas ele não teve tempo suficiente, na sua exposição, para apresentar aquelas alternativas de medidas que passaram a ser usadas.

Conforme mencionado por professores como Joseph Tagler, Amartya Sen e outros, inclusive por ambos aqui, se nós fôssemos hoje recomendar ao IBGE ou à Fundação Getúlio Vargas, que são as instituições que medem as contas nacionais, como poderiam, ao lado do Produto Interno Bruto, chegar a uma medida que envolva tudo aquilo que possa significar o melhor grau de sustentabilidade; se formos, então, passar para o campo das sugestões, tanto o Banco Mundial quanto a ONU, pela colaboração de pessoas como Amartya Sen e os que criaram o Índice de Desenvolvimento Humano, já temos algumas mensurações alternativas, que estão sendo levadas em conta tanto nos relatórios do PNUD, quanto do Banco Mundial. Refiro-me aos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano, como a expectativa de vida, o grau de alfabetização, o grau de educação, a mortalidade infantil. São nor-

malmente indicadores que vão junto como PIB e com o PIB *per capita*.

Mas, se fôssemos recomendar às autoridades que medem hoje o grau de qualidade de vida da população, o Prof. Maurício Jorge Piragino apresentou diversos indicadores que são, pelo que percebi, resultados de pesquisas de opinião sobre a qualidade de vida, digamos, do paulistano. Mas que pudéssemos, de alguma maneira, medir as contrapartidas. Obviamente, na produção de armas – pelo exemplo que o Senador Rodrigo Rollemberg mencionou aqui, até um tiro que é dado –, se se produzirem mais canhões, mais bombas nucleares, mais armas químicas, a produção dessas armas poderá significar o aumento, de alguma maneira, do produto doméstico bruto, mas, na hora em que forem utilizados, isso poderá significar um desastre do ponto de vista da humanidade. Se possível, seria melhor, inclusive, que não fossem utilizados.

Hoje li nos jornais uma notícia que me dá esperança. O Governo da Colômbia, do Presidente Santos, resolveu estabelecer outra vez – talvez pela décima vez, mas sempre é interessante – um diálogo com as Farc e com a ALN, para tentar viabilizar um processo de pacificação na Colômbia. Mas esse processo de pacificação, avalio, só terá resultado se na mesa de negociação houver meios de, efetivamente, colocar em prática os princípios de justiça, de solidariedade, de fazer com que o crescimento eventual do PIB da Colômbia esteja relacionado também ao avanço da realização de justiça para toda a sociedade. Quando houver instrumentos que signifiquem maior grau de solidariedade e de igualdade de justiça para todos efetivamente, acredito que, na mesa de negociações, eles poderão até dizer: “Está bom, nós vamos parar com os sequestros, com as bombas e a violência”.

Pudemos acompanhar a exposição do Prof. Maurício Jorge Piragino, que enfatizou o que acontece na grande metrópole de São Paulo. Nos últimos meses, houve uma preocupação muito grande com o aumento da violência, de mortes e de assassinatos. Hoje, a imprensa denota que, recentemente, até diminuiu um pouco o grau de assassinatos, mas piorou outro tipo de crime, o latrocínio. Estou persuadido de que a melhor maneira de acabar com a violência criminal, com assaltos, roubos e assassinatos, é caminharmos na direção de maior igualdade e justiça para todos. É por isso que tanto batalho pela instituição da renda básica de cidadania.

O Sr. Maurício Jorge Piragino mencionou também a questão da equidade, da igualdade. É muito importante, ao estabelecer os principais indicadores de progresso, termos sempre em mente o Coeficiente

de Gini ou os demais coeficientes de mensuração de igualdade e de desigualdade.

Então, eu agradeço se puderem ambos os Professores aqui colocarem as ideias relativas aos indicadores alternativos, que, imagino, junto com a mensuração do PIB, estarão mais e mais presentes, e a recomendação de ambos aos responsáveis pelas contas nacionais, mas no sentido amplo, que estão trazendo aqui, porque novos indicadores devem ser regularmente publicados pelo IBGE.

O Prof. Ladislau Dowbor me mostrou aqui o relatório recente do IBGE – que ofereceu ao Senador Rodrigo Rollemberg e eu acho muito importante que possa divulgar –, dos indicadores de sustentabilidade. É importante que todas as pessoas que nos assistem no Brasil inteiro conheçam esse novo manual ou livro do IBGE, Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, publicado, acho, primeira vez em 2010 e já com um novo relatório, de 2012. Eu próprio vou querer conhecê-lo.

O Prof. Ladislau Dowbor já o tem, mas quero oferecer ao Professor Maurício Jorge Piragino, pois não me lembro de lhe ter dado meu livro sobre a renda de cidadania. E a ambos, assim como ao Presidente da nossa Comissão, vou dar o trabalho que vou apresentar no dia 14 de setembro próximo, em Munique, no 14º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network para mostrar quando vai acontecer a renda básica da cidadania plenamente instituída no Brasil. É uma reflexão que fiz a respeito e ofereço a ambos.

Muito obrigado e cumprimentos pela colaboração de ambos, uma contribuição muito valiosa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Sérgio Souza, de registrar minha alegria de participar deste debate de altíssimo nível bem como de compartilhar da experiência e das reflexões trazidas pelos dois expositores. Ressalto, Senador Sérgio Souza e Senador Aníbal Diniz, algumas questões que foram colocadas por nossos convidados, que me chamaram muito a atenção e merecem um aprofundamento. O Prof. Ladislau, fazendo uma avaliação do PIB, com a qual concordo inteiramente, fala que o PIB não mede resultados, mede apenas a movimentação da economia.

Como citamos aqui, muitas vezes, ações nocivas para a qualidade de vida acabam contribuindo para elevar o PIB. Ele se referia, por exemplo, ao tempo que perdemos nas grandes cidades para deslocamento, à utilização de combustível. Isso acaba movimentando a economia, mas contribui para a má qualidade de vida, para a perda de tempo produtivo. No entanto, como disse, contribui para a economia. Hoje, por exemplo, um ato de desmatamento sem consequência maior

acaba movimentando o Produto Interno Bruto e é quantificado como algo positivo para o PIB, mas não leva em conta os resultados nefastos para as futuras gerações, porque não se mede o desgaste natural da utilização desmedida dos recursos naturais e nem os beneficiários do processo de movimentação econômica. Podemos ter um PIB extremamente elevado em um processo de extrema concentração de renda com uma parcela significativa da população em extrema pobreza.

Tenho ressaltado que uma das questões mais interessantes que vivemos nos últimos anos, principalmente no Governo Lula – estamos trabalhando em função da crise econômica e acompanhando os esforços da Presidente Dilma para retomar os índices de desenvolvimento e crescimento do País –, é o fato de o País ter conseguido, nos últimos anos, aliar crescimento econômico à redução da pobreza, redução das desigualdades, redução do desmatamento, enfim índices que, articulados, representam muito.

No entanto, ainda citando o Prof. Ladislau, na medição do PIB, como é hoje, estão ausentes os pobres, a natureza e as gerações futuras. Portanto, é algo que precisamos resolver. Chamou-me muito a atenção a fala do Prof. Maurício, Diretor-Presidente da Escola do Governo de São Paulo e de um movimento nacional, que é a Rede Nossa São Paulo. Tivemos aqui também o pessoal da Nossa Brasília. Então, há necessidade de as pessoas se articularem para pensar as suas cidades. Se pensarmos São Paulo em relação ao restante do Brasil, veremos que é uma das cidades com um dos maiores PIB por habitante, de R\$30 mil por ano *per capita*. Mas, no entanto, hoje, 56% da população de São Paulo, segundo a pesquisa, gostaria de sair de São Paulo. Esse percentual está insatisfeito, provavelmente infeliz, com as condições de vida que tem em São Paulo, embora seja uma cidade dotada, talvez, da maior infraestrutura não apenas urbana, mas também de equipamentos culturais e esportivos do País. No entanto, esses equipamentos ainda não estão acessíveis a todos; estão acessíveis apenas a uma parcela da população, e certamente nesse índice de insatisfação está incluído o tempo que as pessoas perdem com o deslocamento até o local de trabalho, a violência; enfim, questões comuns nas grandes cidades e que têm levado à insatisfação.

Portanto, o grande desafio é saber como articular diversos indicadores, que vão incluir desde o acesso ao transporte público de qualidade, à educação de qualidade, não apenas o acesso à educação pública ou privada, mas a uma educação de boa qualidade, a uma saúde de boa qualidade; acesso a equipamentos de cultura, acesso a equipamentos de lazer, e que eles, efetivamente, sejam acessíveis a todos e não apenas

a uma parcela da população. Ou seja: como é que, no conjunto dessas questões, se pode medir o grau de satisfação, o grau de felicidade das pessoas? Há um país, o Butão, salvo engano, que, inclusive, tem como índice a Felicidade Interna Bruta.

Agora, o que eu gostaria de colocar – e vamos ouvir os demais Senadores para, depois, retornar aos nossos convidados – é em que estágio... O Prof. Ladislau já se referiu aqui que há uma possibilidade de se medir isso. Ele defende que não haja um indicador apenas, mas um conjunto de indicadores. De qualquer forma, a minha pergunta é: o que fazer para chegarmos, digamos, às fórmulas que vão efetivamente medir esse grau de satisfação, esse grau de desenvolvimento sustentável? E não apenas nas cidades brasileiras, mas que contribuição o Brasil pode dar ao mundo no sentido de apresentar sugestões de novos indicadores para medir o desenvolvimento da humanidade?

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Meu caro Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Maurício Jorge Piragino, Diretor-Presidente da Escola de Governo de São Paulo, Dr. Ladislau Dowbor, Professor da PUC de São Paulo, eu o parabeno, Sr. Presidente, pela iniciativa de debatermos esse assunto aqui nesta Comissão, que busca dar uma estabilidade ao País, discutindo os assuntos de interesse ambiental, de fiscalização, fiscalizando os gastos públicos, e, mais do que isso, também discutindo as questões relativas à defesa do consumidor, ao controle etc. Então, esta Comissão tem uma amplitude de ação muito grande; ela pode discutir quase tudo, inclusive debater de forma prudente essa questão do PIB brasileiro. E não só o produto interno do Brasil, mas como é formado esse produto interno do Brasil.

Eu já ouvi em algumas reuniões aqui no Senado, em algumas comissões, que isso tem uma data para terminar. Parece-me que a forma como é medido o Produto Interno Bruto dos países tem um prazo para terminar, porque já há uma segunda geração, que estaria vindo aí, de outros indicadores que devem ser considerados para se medir realmente o desenvolvimento de um país.

O Brasil, este país que hoje é a sexta maior economia do mundo, tem uma grandiosidade que o faz estar um pouco além disso; na verdade, ela está no tamanho do seu território, no potencial que nós temos para o futuro.

Nós estamos vendo, por exemplo, muitas discussões a respeito da produção de alimentos. E, agora, vamos ter, ainda hoje, a discussão da MP nº 571, para, definitivamente, consolidarmos as ideias em torno do novo Código Florestal. Essa MP veio como resultado

das alterações à lei aprovada pelo Congresso Nacional, alterações sugeridas pela Presidente Dilma por meio daqueles vetos que ela após à lei.

Entretanto, sinto que há um apelo do Planeta em torno da sustentabilidade. E a sustentabilidade é hoje a palavra de ordem; a sustentabilidade foi o tema central da Rio+20; a sustentabilidade é a mudança de padrões de consumo e também de produção. E trazermos isso para medir o desenvolvimento de um país através de mecanismos que mostrem a preocupação desse país com a sustentabilidade, a meu ver, faz a diferença.

Nós, brasileiros, temos produzido algumas iniciativas legislativas que vêm mudando a forma de pensar do brasileiro. Nós temos, aqui, no Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – inclusive, está na pauta de hoje um projeto que foi gestado, algum tempo atrás, na pauta aqui desta Comissão. Aqui nós temos audiências públicas constantemente para debater questões desse nível e que trazem a necessidade de nós as incluirmos no Produto Interno Bruto; ou seja, um país não pode ser medido tão somente por questões econômicas, senão nós ficamos vulneráveis, e qualquer problema na Europa, nos Estados Unidos, na China, na Índia ou em uma economia que possa impactar diretamente em outras economias, nós sofremos.

Por exemplo, esta semana novos indicadores foram apresentados no sentido de que o crescimento do PIB brasileiro foi reduzido para menos de 1,75% ao ano. Isso é preocupante. Como a sociedade pode ver isso? Mas o Brasil só está crescendo isso? Mas nós não estamos percebendo aqui dentro do Brasil, nós brasileiros que somos, que o Brasil está indo muito além disso, que as pessoas estão comendo mais, que as pessoas estão vivendo melhor?

Senador Rodrigo Rollemberg, quando V. Ex^a coloca que as pessoas estão buscando cidades com menor densidade demográfica para viver, porque querem uma qualidade de vida melhor, é porque essas pessoas estão podendo perceber a diferença entre uma coisa e outra. Isso é uma realidade do Brasil atual.

Então, digo a V. Ex^{as}, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, que o Brasil não pode ser medido pelo tamanho da sua economia tão somente, porque o Brasil é muito maior do que a sua economia. A própria formação do seu povo, vindo de diversos continentes e países, nas colonizações, traz, talvez, para o Brasil, um dos seus maiores legados, porque nós podemos conversar com o mundo todo e nos entendermos em todas as áreas, e é perceptível essa evolução.

Nós estamos acostumados a ver, no noticiário nacional, divergências em várias regiões do Planeta, mas é raro você ver um fato desse ligado ao Brasil, muito

raro. Um incidente desses, às vezes, é mais local, por conta de segurança pública, mas não de segurança nacional. Mas isso é fruto da diversidade demográfica, do seu povo, da diversidade, da colonização do Brasil.

Então, eu concordo com os senhores, com V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg, que nós podemos avançar na produção de um novo índice para medir o tamanho da riqueza do nosso País. E aí, se nós colocarmos a biodiversidade, o Brasil vai saltar, e muito, porque o Brasil tem cuidado da sua biodiversidade.

Muito obrigado. Uma boa tarde e um bom-dia a todos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigando, Senador Rodrigo Rollemberg. Eu cumprimento o Sr. Maurício Jorge Piragino, Diretor-Presidente da Escola de Governo de São Paulo, e Sr. Ladislau Dowbor, Professor da PUC de São Paulo.

Eu iniciaria fazendo uma pergunta. Tendo como base que o PIB mede apenas a movimentação da economia, e não mede o resultado, sobre essa possibilidade de essa medida vir a ser substituída por outra, perguntaria se existe, de fato, essa possibilidade de o PIB deixar de existir como parâmetro medidor do desempenho econômico das nações.

Por outro lado, eu queria, feita essa pergunta, dizer que a média é algo que traz, em si, uma espécie de injustiça camuflada, porque, se um tem mil e cem têm um, a divisão média vai dar algo absolutamente ilusório, porque quem tem um vai continuar abaixo de uma certa linha e quem tem mil vai continuar com o seu. Quer dizer, não existe o coletivo. O PIB trata como se houvesse uma distribuição equânime do que o país possui ou do que o país gera em termos de riqueza, uma vez que é a soma de toda a sua produção dividida pela população economicamente ativa. Então, é uma média falsa.

Lembro-me de que, quando eu estava no seminário, o Prof. Otávio Luciete, que era um padre e instrutor, dizia que podia ser comparado a duas pessoas com febre. Se uma tem 36º e a outra, 40º, a média dá 38º, mas só que quem está com 40º pode morrer. Então, é algo que verdadeiramente não traduz uma verdade aceitável, é algo que vai sobrevivendo por força das convenções. Como para tudo na humanidade se estabelecem convenções, e as coisas vão-se perpetuando. Mas é uma convenção que não é convincente. Quando paramos para refletir, percebemos que há algo de estranho nessa discussão.

E o Senador Jorge Viana, que é absolutamente inquieto, uma pessoa que está sempre buscando en-

contrar caminhos para a superação dos nossos paradigmas e o estabelecimento de novos paradigmas, colocou essa discussão aqui no Senado, se somando a outros que já tinham levantado a possibilidade de pensarmos num outro parâmetro e, com o Senador Rodrigo Rollemberg, acabou gerando esse debate de altíssima qualidade que pode trazer novidades fantásticas para todos nós.

A discussão que se estabelece é exatamente essa posta pelo Senador Rodrigo Rollemberg: temos a Floresta Amazônica como uma riqueza intangível, mas a sua população, a população que zela por essa floresta, vive em uma pobreza absoluta. Então, como podemos estabelecer que essa riqueza é de fato uma riqueza se ela não é traduzida em forma de bem-estar e de qualidade de vida para essas pessoas? Como compatibilizar riqueza com qualidade de vida, com índice de satisfação, com índice de felicidade? O que fazer para que a humanidade possa dar passos no sentido de produzir melhor qualidade de vida e melhor satisfação e, ao mesmo tempo, menos violência, menos conflitos sociais, para que possamos sonhar com uma sociedade mais justa e mais feliz?

Acredito que essa discussão do PIB é uma discussão importante. Apesar dessa incongruência que existe nessa média “pibiana”, digamos assim, eu não vejo caminho para se ter outra medida da riqueza. Imagino a adoção de índices adicionais, compatibilizando-se uma coisa com outra, tendo o PIB para medir meramente a economia. Seriam outros indicadores, como o IDH. Talvez se possam estabelecer outros índices para que, somados ao PIB, possamos ter uma média justa, pelo qual se tenha a medida do capital da riqueza formando uma coluna e outro conjunto de outras medidas, de outros indicadores, pelos quais se possa estabelecer uma média aceitável e que revele que as pessoas tenham mais o que comer e, ao mesmo tempo, também mais satisfação na sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Volto a palavra aos nossos convidados para que possam responder aos questionamentos e fazer as suas observações e as suas considerações finais.

Com a palavra, o Prof. Ladislau.

O SR. LADISLAU DOWBOR – Estamos todos à procura de como formularmos bons números. Só para comentar, o Senador Eduardo Suplicy estava lembrando a produção de armas. A produção de armas é, sim, utilizada como fator de conjuntura, dinamiza o PIB. O público alvo, no caso, é consumidor a quem não se pergunta se ele quer consumir ou não; gastam-se as munições e as armas enfim. Está sendo utilizado, em

particular, nos Estados Unidos como fator de dinamização da conjuntura, que mostra o perigo.

Há um ponto muito importante de se entender no PIB: por que o PIB tem tanta força? Porque, para o grosso da população, aquela coisa que deixa as pessoas acordadas no meio da noite, com frio na barriga, é pensar que vão perder a condição de sustentar a família. Isso é profundo e é universal. Isso faz com que as pessoas digam, por exemplo, quando estavam tirando aqueles *outdoors* que estavam tapando completamente a cidade de São Paulo – é óbvio que tem de tirar aquilo, porque é um desperdício e polui a cidade –, que aquilo gera emprego. De repente, qualquer coisa que gere emprego está bem. Produzir armas também gera emprego. Uma das coisas que mais gera emprego é a criminalidade, porque dinamiza a produção de grades, de fechaduras, gente que apita durante a noite na rua. O problema não é produzir mais.

Em uma conferência que fiz em uma ala inaugural para uma faculdade de economia, os alunos tinham colocado na fachada da universidade uma frase assim: crescer por crescer é a filosofia da célula cancerosa. Achei forte. E foi feito por iniciativa dos alunos. Há também uma frase que circula muito no meio dos economistas nos Estados Unidos: pensar que podemos expandir indefinidamente o consumo em um Planeta de tamanho limitado só pode ser pensado por um idiota ou por um economista. É tomada de consciência.

O PIB sequer mede suficientemente a economia. Por exemplo, o Banco Mundial, desde 2003, considera o desmatamento não como atividade econômica, mas como descapitalização, ou seja, considera o plantio de árvores, digamos o tipo de agricultura arbórea e o desmatamento de matas originais como descapitalização da economia, como cifra negativa no PIB. Isso desde 2003, e ainda estamos calculando contribuição para o PIB do desmatamento.

No plano geral, acho que a extrema riqueza e a extrema pobreza são patológicas para qualquer sociedade. Então, temos que equilibrar, que dar chance para todo mundo. Não é ser tudo nivelado, mas reduzir os extremos é o objetivo.

Quero mencionar também que não podemos confundir renda e riqueza, porque, se estamos calculando a renda – por exemplo, como professor, tenho minha renda com meu salário, com as conferências, com a venda dos meus livros e coisas do gênero. Isso é minha renda –, isso é diferente da minha riqueza acumulada, que é o dinheiro que tenho em banco, as minhas riquezas imobiliárias, minha casa, coisas do gênero, o carro etc. Isso é o estoque de riqueza acumulada. A distinção é importante porque o Gini, um instrumento que temos para medir a desigualdade da riqueza é in-

comparavelmente mais injusto do que o da renda. Por uma razão bastante simples: as pessoas que têm uma renda muito elevada compram casas, compram ações, fazem aplicações financeiras que as enriquecem mais ainda, têm como aumentar seu estoque, enquanto que as pessoas que têm baixa renda usam sua renda para comprar arroz, feijão, alpargatas, o que seja; elas não acumulam. Então, por trás da desigualdade da renda, está se gerando uma desigualdade muito maior em termos de riqueza acumulada, a quem pertencem as terras, os edifícios, enfim, as aplicações financeiras e coisas do gênero.

Estamos à procura de um conjunto de medições que reflitam melhor a desigualdade, que distingam renda e riqueza acumulada e coisas do gênero. O que eu diria é que temos que sair da ideia de que vai haver uma cifra sintética que resolva tudo. É tão legal, porque até os jornalistas entendem: “O PIB está tanto”. Pronto! E se debate se está melhor, está pior. Não é viável.

Por exemplo, mesmo em nível de cidades, Belo Horizonte elaborou o IQVU – Indicador de Qualidade de Vida Urbano – como indicador sintético. Não basta! Em particular, porque faz a média. E, na média, você perde a situação real das pessoas.

O exemplo que eu uso é que, se eu como um frango inteiro e minha esposa fica olhando, na média, nós tivemos uma excelente refeição – coisa de economista. Mas, basicamente, pelo amor de Deus, o básico que a gente tem de estatísticas muito fortes é o seguinte: as pessoas que têm uma renda muito baixa, se você transfere renda para elas, a satisfação com a vida aumenta muito fortemente. Isso se eleva muito rapidamente e com igual rapidez para de se elevar. Num nível bastante modesto de renda, atingiu o básico e um certo conforto, os indicadores de percepção, de satisfação com a vida param de crescer simplesmente.

Então, na realidade, quanto mais se transfere na base da pirâmide, mais se gera satisfação com a vida, mais se reduz sofrimento, melhor se contribui para o bem-estar da sociedade. E como essa gente tem um multiplicador de consumo muito forte, isso ajuda na dinamização da conjuntura.

Em termos de medição, não é só que temos que sair de um número sintético para toda a economia e para toda a sociedade, mas nas próprias empresas nós temos que evoluir do indicador único: qual é o *bottom line*? Tivemos tanto lucro; fechamos em tanto.

As empresas hoje são chamadas a apresentar o resultado ambiental, o resultado social. Quer dizer, estamos todos, não só na área pública, enfrentando essa necessidade. Numa sociedade complexa, haverá um sistema de segmento mais complexo; não há como, não pode haver uma cifra que reflita a medida de tudo.

Deixe-me dizer que há duas tendências que são muito fortes na elaboração dos novos indicadores. Um é a desagregação dos dados. Uma coisa é dizer que o Brasil tem tal porcentagem de analfabetismo. Para eu saber e para tomar medidas, eu tenho que saber cidade por cidade, quantos são, onde estão, onde moram, para eu tomar as medidas. Então, a desagregação das cifras é vital. E com a Nossa São Paulo, o Orbis do Paraná, a iniciativa do Firjan, no Rio, um conjunto de iniciativas de elaboração de indicadores locais de desenvolvimento, nós estamos descobrindo a que ponto eles viram instrumento de intervenção, porque ali você sabe que em tal bairro há tal problema, e isso se traduz em processos participativos de gestão.

Essa desagregação também implica a desagregação por subsistemas da realidade. Então, eu não posso falar do sistema educacional na média da cidade de São Paulo. Eu tenho que pegar os núcleos.

Por exemplo, nós fizemos uma pesquisa em São Paulo, e, nos bairros de chamada vulnerabilidade social, a produtividade escolar é praticamente nula. É uma pesquisa que está disponível no Cenpec e no meu *site* também. É impressionante. Quer dizer, essa coisa de que só a educação levanta, esqueçam. Na realidade, a gente tem que pegar subsistemas – por exemplo, área crítica de vulnerabilidade social – e ter a foto daquela realidade, porque exige intervenção prioritária. Então, tanto desagregação geográfica como também desagregação por subsistemas que diferenciam as intervenções necessárias.

Eu não queria me alongar, tenho uma série de comentários. Eu acho que o século XX foi muito de quantidade. Hoje nós estamos evoluindo para a qualidade, nós queremos que as coisas sejam melhores. Isso é um *shift*, um deslocamento paradigmático de como a gente vê as nossas transformações.

Eu apelaria, como estou há um bocado de anos nessa discussão de como mudar os indicadores, contribuindo para a elaboração, inclusive da Rede Nossa São Paulo, atingindo muitas cidades hoje. Enfim, que a gente avance na formação de um grupo de trabalho, de uma comissão.

Não sei que formato institucional isso tomaria, porque nós temos já amadurecidas as metodologias. Nós sabemos que contas fazer, nós temos os números, só que estão fragmentados, dispersos e não articulados num sistema nacional de segmentos. Acho que nós somos maduros para uma reformulação das contas nacionais. Acho que seria extremamente importante para a imagem mundial do País que o Brasil tomasse a dianteira e reformulasse essas contas. Nós temos gente que conhece a fundo esse problema. Nós temos a excelência do IBGE, em nível nacional, do Seade,

em São Paulo, e outros. Enfim, estamos maduros para, digamos, produzir um documento Brasil, medindo de maneira adequada e inteligente o seu progresso real e não um progresso apenas limitado a um indicador que em grande parte está ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria agradecer, Dr. Ladislau, e acho que essa sua proposição final também nos dá uma certa sequência no trabalho que podemos fazer aqui. Quem sabe aqui mesmo, no Senado, nesta Comissão, a gente possa ser um centro aglutinador onde haja uma condução adequada desse tema, porque entendo que é isso que falta.

Passo agora a palavra para o Dr. Maurício Jorge para que ele possa fazer as suas considerações também.

O SR. MAURÍCIO JORGE PIRAGINO – Volto a insistir que a questão da qualidade de vida tem a ver diretamente com a questão da desigualdade no Brasil. O Senador Suplicy citou o índice de Gini, que é um coeficiente que mede a concentração na distribuição de renda, na desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres. Eu gostaria também de lembrar que, mesmo para os mais ricos, a questão da desigualdade traz muitos problemas para a vida das pessoas; as pessoas estão encasteladas, as pessoas estão com carros blindados. Então, a desigualdade social não é boa para ninguém. E o Brasil ainda tem, segundo o Ipea, num dado de 2009, 40 milhões de pessoas na linha de pobreza.

Se a gente fizer esse desmembramento que o Prof. Ladislau nos disse, o melhor Estado, o que tem a menor desigualdade é Santa Catarina; e o pior Estado é aqui, o Distrito Federal. A gente tem esses dados. Se a gente comparar o Brasil com o país mais desigual dentro do mundo desenvolvido, que são os Estados Unidos da América, o Brasil tem uma desigualdade um pouco mais de duas vezes superior a que se tem nos Estados Unidos.

Quando se fala da diminuição do PIB, eu acho que já tem uma parcela, principalmente vinculada à questão do meio ambiente, que passa a entender que se pode comemorar porque o PIB diminuiu. Talvez o PIB, na medida em que ele ainda for colocado como central na avaliação da sociedade, passe exatamente a ser o contrário. Nós precisamos de uma sociedade que equilibre o consumo, mas que não seja o padrão os que consomem mais. Que o consumo seja para todo mundo.

Quanto à questão das 40 milhões de pessoas que têm dificuldades de acesso, acho que, além da desigualdade regional, nós temos desigualdades também para serem medidas em relação a outros questões: à

vida nas cidades, à vida nas metrópoles e à vida no campo. Acho que temos que pensar nas desigualdades que existem na questão de gênero no Brasil – temos muita desigualdade na questão de gênero ainda –, na qualidade do ensino, na questão das populações branca, parda e negra. As desigualdades não são só econômicas, mas também de acesso.

Então é pensar. Acho que a proposta do Professor Ladislau de se pensar uma estrutura e se articular o que a Rede Nossa São Paulo teve a primazia de organizar, dentro do Brasil, seguindo um modelo que vinha da capital da Colômbia, Bogotá Como Vamos. Ela criou uma especificidade aqui na forma de funcionar, trazendo a sociedade civil para contribuir. E acho que, para pensar esse caminho, temos que trazer a sociedade civil também, para pensar, afinal de contas, o que é qualidade de vida, inclusive destacando que qualidade de vida numa metrópole é muito diferente de qualidade de vida no campo. Então, essas nuances todas precisam ser medidas e precisam ter voz dentro do Brasil.

O Brasil é um país que é um continente, e o mundo todo está aqui. E as dimensões são muito grandes, sempre, em tudo. Quarenta milhões de pobres é a população da Espanha.

Então precisamos articular, de alguma forma, um novo indicador, o índice de Gini ou outros indicadores, mesmo esse desigualtômetro que acabamos construindo na Rede Nossa São Paulo, para conseguirmos pegar efetivamente o que é a riqueza. E essa é uma mudança que passa exatamente por uma mudança cultural, para que as pessoas desnaturalizem a questão do crescimento sendo o princípio de tudo.

Precisamos de um plano de aceleração do desenvolvimento, muito mais do que talvez do crescimento, hoje em dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu também queria agradecer ao Dr. Maurício Jorge e, por fim, dizer que estamos encerrando esta audiência.

Queria agradecer ao Senador Suplicy, ao Senador Aníbal, ao Senador Sérgio Souza, ao Senador Rodrigo Rollemberg e dizer que acho que o Dr. Ladislau colocou uma questão muito importante. No século XXI, o desafio nosso é a qualidade da vida, a qualidade e a sustentabilidade do Planeta. Os indicadores que nós construímos no século passado, em que havia outra mentalidade, deixaram bem claro que o padrão de produção e de consumo do século passado são insustentáveis e levaram as maiores economias a viver as crises que estão vivendo e o mundo a ficar um pouco de cabeça para baixo. Hoje os países emergentes é

que são a esperança de que se siga tendo uma atividade econômica no padrão que alguns desejam, mas essencialmente o desafio é discutir a qualidade, saber se, de fato, nós estamos tendo melhoria na qualidade de vida e que indicador temos que usar para isso.

Eu conversava com Leonardo Boff aqui numa audiência e ele falava que os indígenas do México até a Patagônia começaram a trabalhar a idéia do IBV, o Índice do Bem Viver. Era a idéia de pôr alguns indicadores que, alcançando determinado nível, estabeleciam que naquelas comunidades tradicionais se estava tendo menos mortalidade, mais felicidade, acesso a alguns bens. Ou seja, estavam tendo o que chamamos de desenvolvimento, e de maneira sustentável.

Mas na nossa economia formal nós não temos essa expectativa e a idéia é – encerro, então, dizendo – de aqui, no Senado, levar adiante esse debate. Esse debate está inconcluso, e acho que, sinceramente, que é preciso encontrar uma maneira mais eficiente de reunir os que já têm acúmulo de conhecimento, até mesmo de proposições nesse tema, para que possamos encontrar essa questão que o Prof. Ladislau colocou, que é, no século XXI, tratarmos da qualidade da vida e da sustentabilidade dessa qualidade.

Então, muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente audiência.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, RANDOLFE RODRIGUES, TOMÁS CORREIA, FLEXA RIBEIRO** e o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ASSIS GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOY-SIO NUNES FERREIRA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e VICENTINHO ALVES**. Justificou a ausência o Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, nos termos

do Memo GSCB nº 08-0205/2012 A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, faz a leitura, em conformidade ao Ato nº 2, de 2009-CMA, das seguintes matérias: a) Conforme análise prévia, será designado relator para as seguintes matérias: Aviso nº 946 – SESES – TCU – Plenário, que trata do monitoramento instaurado com o objetivo de avaliar a inserção e atualização de dados e documentos no portal de acompanhamento de gastos para a copa do mundo de futebol de 2014; e Aviso nº 893 – SESES – TCU – Plenário, que cuida de relatório de auditoria realizada no MME, na ANEEL e na ELETROBRÁS, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da Reserva Geral de Reversão (RGR) pela ANEEL, a gestão de fundo pela ELETROBRÁS e a sustentabilidade relacionada aos fins que se destina; b) Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos senhores senadores pelo prazo de 7 dias na secretaria da comissão. não havendo manifestação, seguirão ao arquivo: Ofício “S” nº 13, de 2012, que encaminha cópia do processo de contas ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011; Ofício “S” nº 14, de 2012, que encaminha exemplares do relatório de atividades referentes aos anos de 2009 a 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro; Mensagem nº 66, de 2012, da Presidente da República, que encaminha o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referentes ao 3º bimestre de 2012. Após, passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 76, de 2012**, que “Requeiro, nos termos dos artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater a realidade do Bioma Cerrado, com a participação dos seguintes convidados: Roberto Brandão Cavalcanti – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Donizete Tokarski – Presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação – Ecodata; Braulino Caetano dos Santos – coordenador-geral da Rede Cerrado; Hiparidi Xavante – Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MO-PIC)”. Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado com aditamento para inclusão do convidado Pedro Antonio Arraes Pereira, Presidente da EMBRAPA. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 77, de 2012**, que “Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defe-

sa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 a 28 de setembro de 2012, no Hall da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, e do lançamento da reedição do livro Arborização Urbana do Distrito Federal, como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado”. Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 78, de 2012**, que “Requer, de acordo com o disposto no art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, aprovada nos termos do Requerimento nº 73, de 2012-CMA, destinada a discutir e buscar soluções para os elevados preços das passagens aéreas, praticados na região Norte do País, com a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor- Presidente da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil; 2. Dr. Líbano Barroso – Presidente da TAM Linhas Aéreas; 3. Dr. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; 4. Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos – Ministro dos Transportes; 5. Dr. José Mario Caprioli – Presidente da TRIP Linhas Aéreas; 6. Dra. Lisa Gunn – Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; 7. Sr. José Aparecido Ribeiro – Presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas, também estejam presentes à mesa os seguintes convidados: – Sr. José Luiz Felício Filho – Diretor-Presidente da Passaredo Linhas Aéreas; e – Sr. Marcos José Pacheco – Presidente da MAP Linhas Aéreas. Autoria do Projeto: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 12, de 2012 – Não Terminativo** – Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 482/2012 – TCU – Plenário, acompanhada do Relatório de Auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais. (TC 022.631/2009-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Pedro Taques (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do aviso e pela apresentação de um requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento do Aviso e pela apresentação do Requerimento de Informações nº 80, de 2012-CMA ao Tribunal de Contas da União. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2011**

– **Não Terminativo** – Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Autoria: Deputado Jefferson Campos. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo** – Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2012 – Não Terminativo** – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para vedar a promoção e a comercialização de refeição rápida acompanhada de brinde, brinquedo, objeto de apelo infantil ou bonificação. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 79, de 2012**, que “Requer, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que “Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para consecução de finalidades de interesse público”, do qual sou Relator nesta CMA, com a participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; do Advogado-Geral da União; do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG)”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os seguintes itens da pauta: 1) PLS 76/2012; 8) PLS 79/2012; 10) PLS 187/2012; 11) PLS 438/2007; 12) PLS 55/2008; 13) PLS 58/2008; 14) PLS 271/2011; 15) PLS 353/2011; 16) PLS 488/2011; 17) PLS 22/2012; 18) PLS 52/2012; e 19) PLS 90/2012.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 28/08/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência.

Informo o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão:

– Ofício nº 41, de 2012, do Tribunal de Contas da União, enviando material em DVD com registros do Seminário “Desastres Naturais e Ações Emergenciais”, ocorrido no TCU em 28 e 29 de maio de 2012;

– Ofício nº 81, de 2012, da Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro, que encaminha apreciações sobre a atuação do órgão.

Leitura de avisos.

– Em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, será designado relator para as seguintes matérias:

– Aviso nº 946 -TCU/Plenário, que trata do monitoramento instaurado com o objetivo de avaliar a inserção e atualização de dados e documentos no portal de acompanhamento de gastos para a Copa do Mundo de 2014.

– Aviso nº 893-TCU/Plenário, que cuida de relatório de auditoria realizado no Ministério de Minas e Energia, na Aneel e na Eletrobras, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da reserva geral de rever-

são pela Aneel, a gestão de fundo pela Eletrobras e a sustentabilidade relacionada aos fins a que se destina.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos Srs. Senadores pelo prazo de sete dias na Secretaria da Comissão.

Não havendo manifestação, seguirão ao Arquivo.

Ofício S nº 13, de 2012, que encaminha cópia do processo de contas ordinário do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte referente ao exercício de 2011.

Ofício S nº 14, de 2012, que encaminha exemplares do relatório de atividades referentes aos anos de 2009 a 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Mensagem nº 66, de 2012, da Presidente da República, encaminhando o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referentes ao terceiro bimestre de 2012.

Passamos aos itens da pauta.

O item 1 foi retirado a pedido do autor.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2012

– Terminativo –

Adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CAE e com duas emendas que apresenta.)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE

Nº 76, de 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II e 102-A, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater a realidade do Bioma Cerrado, com a participação dos seguintes convidados: Roberto Brandão Cavalcanti – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Donizete Tokarski – Presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata); Braulino Caetano dos Santos – Coordenador-Geral da Rede Cerrado; Hiparidi Xavante – Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC); e Pedro Arraes – Presidente da Embrapa.

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg
Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 77, de 2012

Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 a 28 de setembro de 2012, no Hall da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, e do lançamento da reedição do livro Arborização Urbana do Distrito Federal, como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado.

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg
Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 78, de 2012

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, aprovada nos termos do Requerimento nº 73, de 2012-CMA, destinada a discutir e buscar soluções para os elevados preços das passagens aéreas, praticados na Região Norte do País, com a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany's, Diretor-Presidente da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil; 2. Dr. Líbano Barroso, Presidente da TAM Linhas Aéreas; 3. Dr. Paulo Sérgio Kakinoff, Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; 4. Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, Ministro dos Transportes; 5. Dr. José Mario Caprioli, Presidente da Trip Linhas Aéreas; 6. Dra. Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec; 7. Sr. José Aparecido Ribeiro, Presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas, também estejam presentes à mesa os seguintes convidados: Sr. José Luiz Felício Filho, Diretor-Presidente da Passaredo Linhas Aéreas; e Sr. Marcos José Pacheco, Presidente da MAP Linhas Aéreas.

Autoria do Projeto: Senador Randolfe Rodrigues
Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Consulto a Comissão se posso incluir item extrapauta.

Vou ler o teor do requerimento:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 79, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle audiência pública para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, para consecução de finalidades de interesse público, do qual sou relator nesta CMA, com a participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Advogado-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inclusão, aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 5 fica adiado pela ausência do relator.

O item 6 vamos deixar mais para frente.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo –

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

– A matéria será apreciada pela CRA.

– Foi concedida vista do projeto ao Senador Sérgio Souza na reunião de 10/07/2012.

– Conforme o art. 132 do RISF, não cabe novo pedido de vista.

Como o relatório já foi lido em 10 de julho de 2012, a matéria está em discussão.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para comunicar à Mesa que o Senador Sérgio Souza já informou que não ia apresentar emendas, concordou com o inteiro teor da matéria, de tal maneira que estamos apenas na dependência do quórum para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Este projeto não é terminativo. Ele segue para outras...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ele tem ainda a CRE.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Portanto, como ele já foi lido, pode ser apreciado.

Aqueles que concordam com a aprovação do Projeto de Lei permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

O item 8 está adiado pela ausência do relator.
(É o seguinte o item adiado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação.)

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2012

– Não Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para vedar a promoção e a comercialização de refeição rápida acompanhada de brinde, brinquedo, objeto de apelo infantil ou bonificação.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– A matéria será apreciada pela CAE e, em decisão terminativa, pela CAS.

O relatório é pela aprovação.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Relatório:
Encontra-se nesta Comissão, para exame e decisão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 144, de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim.

A proposição é estruturada em três artigos.

O art. 1º define a expressão “refeição rápida” ou *fast food*.

O art. 2º proíbe – nos estabelecimentos que comercializem refeição rápida – a promoção, a venda, a comercialização e a distribuição, a qualquer título, de forma gratuita ou onerosa, de brinde, brinquedo, objeto de apelo infantil ou bonificação direcionada ao adquirente ou ao consumidor do alimento.

O art. 3º é a cláusula de vigência, fixada em cento e oitenta dias após a publicação da lei porventura decorrente do projeto.

Ao justificar a proposição, o autor assinala que as grandes redes de lanchonetes de refeições rápidas (*fast food*) concorrem para a formação de hábitos alimentares prejudiciais à saúde e que o marketing agressivo dessas grandes redes induz nos pequenos consumidores uma necessidade desenfreada de ter e de consumir. Nota-se um processo subliminar relacionado à incapacidade de julgamento e à inexperiência da criança. Ele pondera que, se consumidas com frequência, essas refeições podem contribuir para o surgimento de obesidade e elevar o risco do aparecimento de doenças cardiovasculares.

Ouvindo esse colegiado, a proposta será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.
Da análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre matéria pertinente à defesa do consumidor.

Para avaliação do mérito, cumpre-nos dispor alguns dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, no tocante aos seus direitos básicos e a proibição da publicidade abusiva.

Inicialmente, registre-se que o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor assegura como direitos básicos do consumidor, entre outros, a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos:

II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

A respeito da publicidade abusiva, a sua proibição está contida no caput do art. 37 da Norma Consumerista. Segundo o § 2º deste artigo, é abusiva dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza e que incite a violência, explore o medo ou a superstição e se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

Recorde-se que o PLS nº 144, de 2012, consiste em alterar o Decreto Lei nº 986, de 1969, com o objetivo de prevenir a obesidade infantil e todos os males causados por esta doença. Como se depreende, as regras contidas na proposição guardam perfeita harmonia com os direitos básicos do consumidor definidos nos incisos I a IV dos arts. 6º da mencionada Lei nº 8.078, de 1990, e com a proibição da publicidade abusiva determinada no *caput* e §§ do art. 37 do referido diploma legal.

Desse modo, a coibição proposta mostra o empenho do legislador em proporcionar ao consumidor as condições necessárias para que ele esteja apto a exercer o hábito de consumo verdadeiramente livre no que tange à alimentação adequada. Essa vedação concorre para aperfeiçoar a proteção das crianças contra essa estratégia de *marketing* muito utilizada para atrair o público infantil.

Assim sendo, entendemos que, ao proteger as crianças, a proposição sob comento se reveste de indiscutível alcance social e concluímos que a proposta contribui efetivamente para o aprimoramento do Decreto Lei nº 986, de 1969.

Por conseguinte, o projeto de Lei do Senado nº 144, de 2012, é meritório.

Do voto.

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2012.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Relator, Senador Anibal Diniz.

Em discussão. (*Pausa*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e o voto do Senador Anibal Diniz permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

Retornamos ao item 6:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2011

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Jefferson Campos

Relatoria: Senador Sérgio Souza

O relatório é pela aprovação, com uma emenda. Informo que a matéria será apreciada em discussão terminativa pela CCJ.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, inicialmente, distribuída ao Senador Lauro Antonio, para relatar, a presente matéria não chegou a ser apreciada.

Por concordar com a manifestação proferida por S. Ex^a, mantenho na forma e no conteúdo o relatório formulado.

Submete-se ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2011 (Projeto de Lei nº 3.740, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jefferson Campos, que objetiva acrescentar o § 4º ao art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a quilometragem rodada pelo veículo como informação obrigatória do Certificado de Licenciamento Anual.

Argumenta o autor da iniciativa que a ação inescrupulosa de alguns profissionais do setor automotivo – os quais, com o propósito de facilitar a comercialização de veículos usados, adulteram os respectivos hodômetros para reduzir a quilometragem total registrada –, tem lesado os consumidores.

Ainda segundo a justificação do projeto, embora as montadoras instalem um lacre de segurança no marcador de quilometragem para dificultar esse tipo de adulteração, a violação do sistema constitui “um procedimento relativamente simples para os profissionais do ramo, mas difícil de ser detectado pelos consumidores no momento da compra”.

Com o propósito de evitar esse tipo de fraude, o autor da iniciativa sob exame pretende incluir a verificação da quilometragem rodada entre os aspectos a serem observados por ocasião da inspeção veicular periódica, prevista no art. 104 do Código de Trânsito Brasileiro, devendo a anotação ser incluída em um campo próprio do Certificado de Licenciamento Anual do veículo.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada, sem emendas, pelas Comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 112, de 2011, foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Nesta Casa não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Como registra o autor do projeto ao justificar sua iniciativa, são frequentes os casos de adulteração de hodômetros de veículos usados por parte de pessoas inescrupulosas que, assim, lesam o adquirente des-bens.

Em julgado de agosto de 2010, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve a sentença do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que condenou um comerciante de carros usados à pena de dois anos de detenção pela venda de um veículo com a quilometragem adulterada, ato que, no entender do Superior Tribunal de Justiça, caracteriza a prática do crime de venda de mercadoria imprópria para o consumo, prevista no art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que “define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências”.

A proposição em pauta, Sr. Presidente, constitui relevante contribuição para o combate a essa fraude. Ao determinar a obrigatoriedade de que a quilometragem do veículo conste do Certificado de Licenciamento Anual, devidamente aferida por ocasião da vistoria obrigatória, a lei proposta oferecerá aos consumidores de veículos usados razoável proteção.

De outra parte, ao valer-se dos procedimentos de vistoria anual já determinados pelo Código de Trânsito Brasileiro, a iniciativa evita a imposição de custos adicionais tanto para os proprietários de veículos quanto para o orçamento público. Trata-se, na verdade, de levar para as demais unidades da Federação o procedimento já adotado pelo Departamento de Trânsito do Estado de São Paulo (Detran – SP), por meio da Portaria nº 2.226, de 4 de abril de 2009, que “institui formulário de vistoria de veículos e dá outras providências correlatas” e inclui, entre os itens a serem objeto da vistoria anual, a “quilometragem registrada no hodômetro”.

Associo-me, portanto, aos argumentos do autor para aprovar, no mérito, sua iniciativa.

No aspecto formal, contudo, ainda que tal análise constitua incumbência da Comissão de Constituição e Justiça, por força da competência terminativa que lhe foi atribuída, importa observar que a ementa da proposição deve ser alterada, para atender aos ditames legais da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis. Nos termos do art. 5º dessa norma legal, a ementa deve explicitar o “objeto da lei”, o que não ocorre no caso presente.

A alteração necessária é promovida na forma da emenda adiante formulada.

O voto, Sr. Presidente, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2011, com a emenda seguinte.

Dê-se à ementa do PLC nº 112, de 2011, a seguinte redação: “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a inclusão da quilometragem dos veículos no Certificado de Licenciamento Anual.”

Era o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e voto do Senador Sérgio Souza permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu solicito, como último item da pauta, que o Senador Anibal Diniz possa relatar *ad hoc* o item 5, que é o aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 12, de 2012:

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Diz o relatório do Senador Pedro Taques, do qual vou fazer a leitura simplificada.

O Tribunal de Contas da União (TCU) cumpre sua missão constitucional de auxiliar o Congresso Nacional a exercer o controle externo da atividade administrativa do Estado ao encaminhar a esta Casa cópia do Acórdão nº 3482/2012 do TCU – Plenário e do relatório e voto que o fundamentaram. O decisum da Corte de Contas foi exarado em sede do TC 022.631/2009-0, cujo objeto é o monitoramento de outro acórdão, este de número 1-817/2010 – Plenário, que contém as conclusões de levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais.

Diante da exposição, o Relator, Senador Pedro Taques, opina pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 12, de 2012, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham,

bem como, com espeque no art. 71, inciso VIII, da Constituição Federal, bem como no art. 102-A, inciso I, alíneas “c” e “e” do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado o seguinte requerimento de informação:

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e do art. 102-A, inciso I, alíneas “c” e “e” do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que informe, em relação à fiscalização da gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais de que tratam os Acórdãos 1.871/2010 - Plenário, e 482/2012 - Plenário, as seguintes informações (que podem ser apresentadas em meio eletrônico) em relação a cada órgão ou entidade individualizada por devedores:

- a) quantidade e valor das multas aplicadas;
- b) quantidade e valor das multas que sofreram cancelamento, redução ou suspensão na instância administrativa;
- c) percentual de recolhimento das multas aplicadas;
- d) se disponível, o valor da transação ou ilícito a que a multa se refere.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Em discussão o presente aviso da CMA – Aviso nº 12/2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Anibal Diniz, relator ad hoc, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento do aviso e pela apresentação de um requerimento de informação ao Tribunal de Contas da União.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE

Nº 12, de 2012

– Não Terminativo –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 482/2012 – TCU – Plenário, acompanhada do Relatório de Auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais. (TC 022.631/2009-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Pedro Taques)

Antes de encerrar a nossa reunião de hoje, eu gostaria de comunicar a todos a realização do 56º Painel 2012 TeleBrasil – O papel das telecomunicações para o desenvolvimento do País. O convite é da diretoria da TeleBrasil. O painel será nos dias 29 e 30 de agosto de 2012, no Unique Palace, em Brasília, Distrito Federal. Ele será a partir das 18 horas no dia 29, quarta-feira, e no dia 30, quinta-feira, a partir das 9 horas da manhã.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

SECRETARIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 26ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, SENDO A 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE CONJUNTA, COM A 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2012.

Às quatorze horas e nove minutos do dia dez de setembro de dois mil e doze, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues, com a presença dos Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores membros. A Presidência submete às comissões a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos n.º 73, de 2012-CMA e nº 78, de 2012-CMA, de autoria dos Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Randolfe Rodrigues e outros, e ao Requerimento n.º 6 de 2012-CI, de autoria do Senhor Senador Jorge Viana. Comparecem à reunião os Senhores José Aparecido Ribeiro, Presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas; Marcos José Pacheco, Presidente da MAP Linhas Aéreas; Alberto Fajerman, Assessor de Relações Institucionais da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; Vitor Rafael Rezende Celestino, Diretor de Relações Institucionais da TRIP Linhas Aéreas;

Ricardo Chaves de Melo Rocha, Diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Marcelo Mendonça, Diretor de Assuntos Corporativos da TAM Linhas Aéreas; Danielle Pinho Soares Alcântara Crema, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil; Jorge Vianna, Diretor de Relações Institucionais da Passaredo Linhas Aéreas; e Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Os convidados fazem a exposição inicial, seguindo-se perguntas e considerações feitas pelos Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues. Os convidados respondem as perguntas e apresentam suas considerações finais. Em resumo dos debates, concluiu-se que: **1) a redução da alíquota ou da base de cálculo do ICMS sobre a aviação comercial brasileira seria um estímulo ao desenvolvimento da aviação regional no norte e nordeste do país; 2) é necessária a melhoria da infraestrutura dos aeroportos regionais do Brasil, a fim de possibilitar uma maior oferta de vôos e abertura de novas rotas; 3) o desenvolvimento da aviação regional depende da redução do preço do querosene de aviação.** Por fim, a Presidência determina que seja enviada cópia desta Ata aos governos estaduais das regiões norte e nordeste. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. A presente ata é lavrada por Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e José Alexandre Girão M. da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes das comissões e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senadora **Lucia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 10/09/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 36ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e a 24ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária

da 54ª Legislatura, em atendimento ao Requerimento nº 73, de 2012, da CMA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, João Capiberibe e Randolfe Rodrigues; ao Requerimento nº 6, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, e ao Requerimento nº 78, de 2012, da CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores da CMA e da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública para discutir as rotas aéreas e os elevados preços das passagens nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Convido para compor a Mesa o Sr. José Aparecido Ribeiro, Presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas; o Sr. Alberto Fajerman, assessor de Relações Institucionais da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; o Sr. Vitor Rafael Rezende Celestino, Diretor de Relações Institucionais da TRIP Linhas Aéreas; o Sr. Ricardo Chaves de Melo Rocha, Diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; o Sr. Jorge Viana, Diretor de Relações Institucionais da Passaredo Linhas Aéreas, e o Sr. Marcelo Mendonça, Diretor de Assuntos Corporativos da TAM Linhas Aéreas. Convido também a Drª Danielle Pinho Soares Alcântara Crema, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Sejam bem-vindos.

Comunico que a Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes encaminhou resposta ao convite para participação nesta audiência pública, reconhecendo a importância dos temas a serem discutidos e informando que o Ministério não detém informações que possam contribuir, considerando, sobretudo, o caráter específico dos temas abordados, os quais se encontram fora da esfera da competência executiva do Ministério dos Transportes.

A MAP Linhas Aéreas não respondeu ao convite enviado pela Secretaria desta Comissão, e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) justificou sua ausência, informando que não poderá mandar o representante do referido órgão devido às diversas atividades em que o Idec se encontra envolvido neste momento.

Registro a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é um dos autores do requerimento.

Justifico a ausência do Senador João Alberto Capiberibe, que é o outro autor do requerimento, em função de compromissos assumidos no Estado. S. Ex^a só chegará aqui à noite.

Portanto, vamos iniciar, ouvindo o representante da TAM, Dr. Marcelo Mendonça, Diretor de Assuntos Corporativos da TAM Linhas Aéreas.

O SR. MARCELO MENDONÇA – Obrigado, Presidente.

Agradeço, em nome da TAM Linhas Aéreas, essa oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos a essas Comissões.

Se me permitem, então, temos uma rápida apresentação, na qual creio que poderemos fornecer algumas informações, em atendimento à preocupação manifestada por V. Ex^{as} com relação aos preços das tarifas para as Regiões Norte e Nordeste do País.

Temos, nesse eslaide, a projeção que a lata, que é a entidade internacional das empresas aéreas, fez: a redução da projeção do lucro do setor em 2012, como principal causa ao aumento dos preços dos combustíveis, ao querosene de aviação. Apenas quero ressaltar que, em 2010, o lucro mundial do setor mundial foi de US\$15,8 bilhões; em 2011, de US\$7,9 bilhões; e, para 2012, a projeção feita no último mês de junho é de US\$3 bilhões.

Embaixo há um pequeno demonstrativo de como vem sendo reajustado o combustível de aviação. Em 2011, 33,2%; em 2012, o acumulado até o último mês de abril, é de 9,3%.

Esses dois gráficos mostram uma mudança de patamar do preço do combustível de aviação, tendo como fonte a própria lata, a associação internacional das empresas, mostrando a subida no patamar do custo desde o final de 2010 até este último mês de agosto, e, claro, para nossa realidade aqui no Brasil, o aumento da cotação do dólar, que ultrapassou a barreira dos R\$2,00.

Esse gráfico está mostrando a disparidade do custo do combustível no Brasil em relação a vários dos nossos destinos internacionais, incluindo aí os diversos adicionais embutidos no preço do combustível de aviação.

Aqui também há uma comparação feita pela Alta, que é a entidade do setor aéreo da América Latina, mostrando vários destinos, como os aeroportos do Galeão, Guarulhos, Cancun, Bogotá, de Quito, de Monterrey, da Cidade do México, e de Miami, mostrando claramente o diferencial de custo do nosso combustível em relação aos preços internacionais.

Não deve ser novidade, imagino, mas eu gostaria de ressaltar que o aumento que houve na demanda dos voos domésticos no ano passado não foi suficiente, não

deu impulso suficiente para gerar lucros. No segundo trimestre deste ano, somente a TAM teve um prejuízo de quase R\$1 bilhão.

Pelos cálculos da lata, novamente, os preços de combustíveis aqui em nosso País são 12% superiores à média para região e 17% acima da média global. Isso obviamente tem um impacto sobre a competitividade no País e sobre o desempenho das companhias aéreas aqui.

Por favor.

Também como impacto nos custos tivemos aqui as tarifas aeroportuárias. Nos últimos dezoito meses, houve um aumento de 150% nas tarifas de auxílio ao pouso e de 14% na tributação de navegação aérea. Essa alta nas tarifas de 2011 e também deste ano acabaram resultando em um custo adicional à nossa companhia de cerca de R\$200 milhões. Para 2013, já foi anunciado que haverá mais um aumento de 84% nessa taxa de auxílio ao pouso.

Um dos dados fornecidos pela Anac é o de que o Yield, que vem a ser o valor médio que o passageiro paga para voar um quilômetro, uma unidade bastante usada no nosso mercado, no mercado doméstico sofreu uma queda de 11,2%, se comparado o período de janeiro a novembro de 2011, em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. No nosso caso, da nossa companhia, temos aqui uma amostra de como esse Yield, que é uma unidade de rentabilidade, vem caindo do ano de 2008 até agora. Se o período de comparação, na verdade, for o começo da década passada, na verdade, essa diferença, essa queda é muito maior.

Como se forma o preço da passagem aérea? Esse é um processo complexo que leva em consideração uma infinidade de fatores como os próprios custos, a logística, fatores microeconômicos e também fatores concorrenciais. Então, para que o voo se sustente, tem que ter uma rentabilidade suficiente para cobrir esses custos.

Falo aqui do nosso interesse principal, que são as regiões Norte e Nordeste do nosso País. A tarifa média dos voos, no Nordeste, é de R\$220,00, e de R\$201,00 na região Norte. Essa tarifa média é bem abaixo das mais altas que podem ser encontradas em alguns voos. Então, se a gente considerar os quilômetros voados, o passageiro das regiões Sul e Sudeste paga mais por quilômetro voado do que o passageiro Norte e Nordeste. E a receita, a eventual margem de lucro que pode ser gerada nas regiões Norte e Nordeste, é menor do que a dos voos das regiões Sul e Sudeste, porque as distâncias são maiores, com mais custo. Vão gastar mais combustível e mais horas de voo da tripulação. Esses são alguns dos fatores que impactam nesses voos para essas regiões.

Aqui, por esse gráfico, vemos que a nossa oferta maior é para o Norte e Nordeste. Essa oferta considera distância e tempo de voo. Então, obviamente nós temos mais voos no Sul e Sudeste, mas o tempo de voo, a dedicação da nossa frota é maior para o Norte e Nordeste.

Falando daquele eslaide anterior, da formação da tarifa, de como o preço é formado – vamos adiante, assim está ótimo –, lembramos que, quando com mais antecedência você compra uma passagem, é possível encontrar as tarifas mais atraentes para o voo.

Outra maneira de ter preços menores são os voos que a gente realiza durante a madrugada para o Norte e Nordeste, um dos fatores também que permitem explicar esses dados que a gente vem encontrando em pesquisas do instituto Data Popular, mostrando que esses novos entrantes do transporte aéreo da nova classe média têm preferido a companhia em busca de menor preço.

Um grande impacto que a gente tem na tarifa é o ICMS sobre o que QAV, querosene de aviação. Esse é um dos pontos para os quais temos de ter atenção. Aí é possível ver que vários Estados têm ICMS de 25% sobre o querosene. Quer dizer, a redução do ICMS sobre o querosene de aviação é um dos pleitos, um dos desejos da nossa companhia e, com certeza, dos nossos concorrentes para reduzir o impacto disso nos custos e podermos oferecer tarifas mais atraentes também.

Ali tem um ICMS diferenciado, de 15%, no aeroporto de Goiânia. Com relação a Confins, o ICMS, para Confins apenas, é de 11%. Nos demais aeroportos, é 25%. Em Curitiba é menor. Lá, houve uma redução para 7%.

Com relação a Macapá, houve um pedido específico do ilustre Senador Randolfe. Com relação aos voos de Macapá, uma das dificuldades que encontramos, em geral na Região Norte e Nordeste, diz respeito à infraestrutura aeroportuária. Então, especificamente em Macapá, o aeroporto comporta, no pátio de estacionamento, três aeronaves. Como as normas reservam uma dessas vagas para o caso de contingência, de alguma emergência, então é possível manter ali estacionadas duas aeronaves. Eventualmente, quando a aeronave está em procedimento de pouso, preparando-se para o pouso, às vezes é preciso sobrevoar o aeroporto para esperar autorização para o pouso. Com isso, consome-se mais combustível e aumenta-se o custo do voo.

Na rota Belém-Macapá, que é um dos exemplos mencionados pelo Senador, operavam 21 frequências semanais e, desde agosto, temporariamente, reduzimos um voo por semana, que planejamos retomar a partir da segunda quinzena de dezembro. E ainda, se houver necessidade, vamos fazer voos de reforço tam-

bém nessa rota. Criamos 30 voos extras na rota Belém-Macapá-Belém e Belém-Fortaleza-Belém, no período de 10 a 15 de outubro, na época do Círio de Nazaré.

Aqui, o desenho da nossa rede atual de voos: temos a intenção de proporcionar à cidade, à população de Macapá, não apenas sua ligação com Belém, mas com outras cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Aqui, mais um exemplo de infraestrutura. Há problemas na pista do aeroporto de Rio Branco. A pista nos obriga a reduzir a capacidade de voo exatamente por suas condições. Foram feitas reformas, mas ainda são insuficientes. Então, por exemplo, uma aeronave Airbus 319, que tem uma capacidade de 144 assentos, decola com apenas 115 assentos.

Estou quase acabando, Sr. Presidente.

Próximo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Mendonça, Diretor de Assuntos Corporativos da TAM Linhas Aéreas. Vamos ouvir agora o Sr. Victor Rafael Rezende Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas.

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Boa tarde a todos. A Trip Linhas Aéreas agradece a oportunidade de estar aqui presente nesta audiência pública. O nosso objetivo aqui é apenas trazer uma atualização de algum material que já foi anteriormente apresentado aqui, nesta Casa, na Subcomissão de Aviação Civil, mostrando as dificuldades de operação na Amazônia, quer sejam relativas à infraestrutura aeroportuária, quer sejam em relação ao diferencial do custo do combustível naquela região.

Próximo, por favor.

A Trip Linhas Aéreas tem um trabalho bastante inovador e único. Hoje, temos 32 destinos, na Amazônia Legal, servidos pela empresa, muitos deles servidos unicamente pela nossa empresa, não porque exista qualquer barreira de entrada ou impedimento de outras empresas de ali atuarem, mas porque realmente são condições de difícil operação onde a empresa vem fazendo esse trabalho bastante inovador.

No entanto, o que nós enfrentamos hoje? E, aí, eu vou utilizar especialmente o Estado do Amazonas, por ser emblemático. Hoje, nós temos a maior malha doméstica dentro de um Estado no Estado de Minas Gerais, com 18 Municípios atendidos; e a segunda maior malha doméstica é justamente no Estado do Amazonas, onde nós atendemos a 13 Municípios. Desses Municípios que são atendidos no Estado do Amazonas, a grande maioria desses aeroportos, além das dificuldades de infraestrutura, seja na questão da administração do aeroporto, seja na questão da regu-

lação da própria infraestrutura nos aspectos de *safety* e *security*, o que é mais relevante destacar nesses aeroportos é justamente a ausência do reabastecimento de combustível. Então, a operação nesses aeroportos se torna extremamente onerosa, na medida em que as aeronaves que fazem esse serviço têm que carregar o combustível para a ida e para a volta. Então, ao invés de terem a possibilidade de transportar passageiros na sua capacidade máxima, essas aeronaves têm que fazer somente a ocupação parcial da aeronave, transportando combustível nos dois sentidos, o que, obviamente, acarreta um aumento da tarifa média para remuneração daquele voo.

A despeito disso, a Trip Linhas Aeres vem exercendo e oferecendo serviços em toda a região de uma forma economicamente viável dentro dos princípios da Lei nº 11.182, da Anac.

Eu vou ressaltar, agora, nos próximos eslaides, as principais questões relativas ao custo do combustível e o impacto que isso tem justamente no impedimento da melhoria dessas tarifas, tendo em vista que, além de todas as restrições de infraestrutura, a falta de reabastecimento de combustível é um dos principais problemas.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Dentro desse processo, Presidente – e isso já foi apresentado aqui na Casa –, nós tivemos de manter, como empresa aérea, um apoio aos aeroportos para evitar o seu fechamento. Então, em várias situações...

Pode passar o próximo, por favor. (*Pausa.*)

Em várias situações, em diversos desses aeroportos, como em Itaituba, no Pará, que foi um caso emblemático, onde houve realmente o fechamento do aeroporto, a empresa colocou todos os meios de que dispunha para apoiar aquele aeroporto, treinando mão de obra, oferecendo suporte técnico e, em alguns casos, até algum equipamento, para que aquele aeroporto pudesse continuar funcionando e a população não fosse afetada, ou seja, que houvesse a continuidade da prestação do serviço aéreo, que, muitas vezes, faz a diferença em termos de sobrevivência de enfermos, em termos de meios circulantes nessas regiões.

Então, esse é um trabalho que a empresa já vem exercendo e esse aqui é um exemplo apenas dos 25 aeroportos onde isso ocorre, diversos deles na Amazônia.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Eu gostaria de ressaltar. Presidente, em relação aos serviços prestados pela nossa empresa, aquelas duas linhas em cima, que são os percentuais da oferta e da demanda. Então, o senhor pode observar – e isso está atualizado até agora, junho de 2012 – que aproximadamente 48% da oferta e da demanda da Trip

Linhas Aéreas estão relacionados a algum destino na Amazônia Legal.

Embaixo, as colunas apresentam o crescimento. Observem que esse crescimento tem sido virtuoso. Desde janeiro de 2009 até junho de 2012, nós temos uma linha contínua de crescimento.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Esse crescimento que foi mostrado no eslaide anterior, em termos do ASK, que é a métrica da indústria – assento por quilômetro –, ele também corresponde a um aumento do número de passageiros, até por conta do aumento do tamanho das aeronaves que a empresa vem empregando na região. E, ao mesmo tempo em que os passageiros estão aumentando, quase que 300% nos últimos três anos, o preço das passagens aéreas vem caindo. Houve uma queda de cerca de 40% do Yield, já comentado pelo companheiro da TAM, que é justamente o custo de um passageiro voar um quilômetro.

Mas os senhores podem observar que, a partir de final de 2011, praticamente houve uma estagnação. Na verdade, vem de maio de 2011, quando começaram então os aumentos das tarifas aeroportuárias. Houve um aumento muito importante do preço do petróleo internacional, o que refletiu no combustível. Os choques cambiais começaram a afetar a indústria diretamente. A partir dali, estamos enfrentando no setor, de forma geral, em face dos custos apresentados e dos custos que não cessam de crescer, uma dificuldade muito grande de continuar reduzindo as tarifas. Obviamente, isso nos preocupa, porque essa estagnação da redução de tarifas pode reverter o círculo virtuoso de crescimento do transporte aéreo, que estamos vivenciando nos últimos anos.

Pode passar ao próximo eslaide, por favor.

Eu gostaria de apresentar apenas dois pontos. São dois pontos a ressaltar. O primeiro é que, diferentemente da gasolina e do *diesel*, o preço do querosene de aviação no País flutua diretamente com a variação do preço do petróleo no Golfo do México. Ali, nas duas curvas lineares, há a variação do petróleo Brent e do petróleo WTI, que é a referência do Golfo do México. Essas variações impactam diretamente o valor do combustível.

As colunas apresentam o crescimento da empresa. Então, a nossa empresa, assim como todo o setor, vem crescendo de forma consistente, demonstrando investimentos cada vez maiores em termos de aeronaves e de serviços. Então, vem crescendo o consumo, mas, ao mesmo tempo, há uma grande incerteza em relação a esse custo do combustível. Como já foi dito, isso é significativo, pois chega até a 20% a diferença do

custo que seria da paridade da importação do Golfo do México em relação ao que é pago, na média, no País.

Pode passar ao próximo eslaide, por favor.

Ocorre que, na Amazônia, isso é ainda mais custoso, porque, como já foi mencionado, na maior parte dos aeroportos, não há o reabastecimento. E, onde há o reabastecimento, o diferencial fixo, que é justamente o custo adicional da logística do transporte de combustível, é muito mais alto.

A linha verde, que está ali no meio, demonstra que, hoje, mesmo com o volume todo de reabastecimento que nossa empresa tem – obviamente, isso acarreta uma correlação em termos de valores, pois, quanto maior o volume, o valor fica mais interessante –, pagam-se em torno de R\$2,20 por litro. No Sudeste, o normal seria o preço de R\$1,70, de R\$1,80. Então, há aí quase 30% a mais de custo médio de combustível na região da Amazônia Legal.

O próximo eslaide, por favor. Acho que esse é o último, não é? Então, era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

Quero registrar aqui a presença do Sr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Vamos ouvir, agora, o representante da Gol Linhas Aéreas, Alberto Fajerman.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Boa tarde, Sr. Presidente! Em seu nome, cumprimento todos os parlamentares aqui presentes.

Boa tarde, senhoras e senhores!

Em nome da Gol, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência. Com isso, temos a oportunidade de contar um pouco da nossa história e de, principalmente, ouvir dos senhores queixas, sugestões e pedidos. Certamente, a nem todos poderemos atender, mas poderemos, de alguma maneira, chegar a um bom termo.

Eu não trouxe uma apresentação em PowerPoint, sabendo que meus colegas da TAM e da Trip iam fazê-lo. A maioria das questões é muito semelhante. Mas eu queria me concentrar um pouco numa das reclamações que a gente recebe sempre referente ao preço das passagens. Quero contar um pouco de história, até porque, pela minha idade e pelo tempo em que trabalho na aviação, o que sei é história.

Sou originário da Varig. Durante muito tempo, as tarifas aéreas eram totalmente controladas. Então, havia um preço de passagem entre os pontos, relativo à distância, etc., etc.. E, todo mês, havia uma planilha em que se colocava preço de combustível, folha de pagamento, taxa de navegação, todos os in-

sumos que influenciavam no custo de uma empresa. Abro um parêntese: na época – eu ainda me lembro bem disso –, o combustível representava 20%; hoje, são 40%. Havia um peso de cada um desses itens no preço da passagem.

Imagine isso na época da inflação. Então, você demonstrava qual foi a variação do custo do transporte aéreo e o DAC – à época, era o DAC que nos controlava – fixava o aumento autorizado das passagens. Pouco depois, a Transbrasil, inovando, criou o voo econômico noturno. Era um voo das 22 horas até não me lembro exatamente que hora da manhã, em que era permitido dar um desconto de 20%. Esse voo econômico noturno tinha algumas restrições, como não ser feito em julho. Enfim, o máximo que se conseguia de desconto era 20%.

Com a criação da Anac, entre as suas atribuições estava a liberdade total tarifária. Se pegarmos as maiores tarifas praticadas hoje e corrigi-las, ou seja, de 1998, 2000, 2001 ou qualquer época antes da criação da Anac, podemos ver que essas tarifas estão muito próximas das que seriam cobradas caso o método de determinar a tarifa fosse aquele que acabei de explicar.

A Gol, que na época era concorrente nossa, veio com uma ideia nova, copiada dos Estados Unidos e de alguma coisa incipiente na Europa, que era o *Low Cost*, baseada em princípios como frota única, maioria da venda através de computadores, serviço de bordo praticamente nenhum, adensamento dos aviões. Só para vocês terem uma ideia, o 737-300, que era o avião mais usado à época, tinha uma capacidade de 132 assentos; hoje, tem de 144. Só aí são 12%, 13% de diferença no custo de um assento. Novas tecnologias também fizeram com que os assentos se tornassem mais econômicos, os motores mais eficientes, as asas melhores, etc., etc., etc., o que fez com que, como já foi demonstrado pelos colegas, o preço fosse caindo sucessivamente.

É interessante notar que houve um fenômeno com que todos nós ficamos muito felizes – nós que eu digo, os brasileiros, os periodistas, a nova classe média – e que trouxe para o mercado um novo tipo de consumidor totalmente guiado pelo preço. Se você tem um voo de A para B, você tem que ter x de dinheiro dentro desse voo. Tem que ter x de dinheiro dentro desse voo e um pouco de Robin Hood. E para você ter uma tarifa muito menor, tem que ter uma tarifa um pouco maior. E essa tarifa maior, de qualquer maneira, como estou dizendo – se quiserem, algum dia eu posso até trazer esses cálculos –, não é maior do que as tarifas cobradas no caso de serem controladas. As maiores tarifas aplicadas hoje seriam aquelas cobradas na época em que não havia liberdade tarifária.

Somado a isso também, sem querer ser muito repetitivo, os colegas já mostraram a diferença que houve no custo de combustível, que é um pleito geral da indústria. Às vezes, as pessoas podem interpretar mal nosso pedido sobre o custo do querosene. Quer dizer, evidentemente, a palavra subsídio há muito tempo desapareceu. Eu ainda cheguei a pegar a aviação regional, o famoso Sitar, em que existia uma suplementação tarifária. Em questão de combustível, não estamos falando em subsídio. Reclamamos, não pouco, reclamamos bastante, é da fórmula do combustível. Só para citar um exemplo e não ser muito cansativo – algum dos colegas também mostrou –, a fórmula do combustível leva a uma série de coisas. Entre elas, quanto custa o combustível no Golfo do México e o transporte do combustível até o Brasil. Há uma taxa de fomento para a Marinha Mercante, etc., etc., etc. Aí nós vemos: 75% do combustível é produzido no Brasil. Então, se 75% do combustível é produzido no Brasil, não tinha por que pagar o transporte que está feito na forma de combustível de Houston até o Brasil; e como não tem meio de transporte de Houston para o Brasil, as tarifas são somadas. Então, o que nós reclamamos, o que nós pleiteamos é que esse combustível seja cobrado de uma maneira justa, que remunere a Petrobras ou quem quer que seja que traga, de uma maneira que a Petrobras continue com sua rentabilidade e que a gente possa ter um combustível mais de acordo com o resto do mundo.

Tenho a impressão de que isso muda todo mês, mas aquele gráfico da lata mostra que o combustível brasileiro só é mais barato que em dois lugares do mundo, que eu acho que é no Afeganistão e num outro lugar que não lembro.

O outro problema também, que já foi aqui mencionado, é o do ICMS. Evidentemente, o ICMS é estadual e cada Estado tem o direito de geri-lo, mas nós teríamos que pensar em alguma coisa mais nacional. Por quê? É evidente que as empresas tentam se proteger economicamente. O que a empresa faz? Acabamos de mostrar que, em Belo Horizonte, Confins no caso, o ICMS é 11%. Num voo para Brasília, por exemplo, eu vou colocar o combustível em Belo Horizonte, o máximo possível, para abastecer o mínimo possível em Brasília. Isso vale para qualquer outro lugar. Isso traz algumas coisas não muito boas até para a Nação. Por quê? Quanto maior a quantidade de combustível, maior o consumo de combustível; quanto maior o consumo de combustível, maior a colocação de CO₂ no meio ambiente. Quer dizer, nós estamos poluindo o Brasil. Nós estamos numa campanha enorme – e aqui nós estamos na Comissão de Meio Ambiente também – e nós estamos poluindo por uma questão – desculpem

a palavra – burocrática. Por uma mera questão de a gente ter que se defender, nós estamos gastando mais combustível e, com isso, poluindo mais o Brasil.

Então, uma outra reivindicação nossa sempre foi uma uniformidade do ICMS para que não haja essa necessidade do que a gente chama de *tankering*.

Um outro aspecto também já falado – e vou falar muito rapidamente, para entenderem um pouco – é a formatação do preço. Como falei, a minha empresa, a GOL, decidiu pelo modelo *low cost* e hoje todo mundo se preocupa muito com o preço, porque o consumidor é muito sensível a preço, e nós temos uma frota única de aviões, nós temos uns 800 e uns 700. Em vários aeroportos, a gente não consegue decolar com a capacidade total. O colega da TAM já mostrou, e na GOL não é muito diferente. Só para citar um exemplo: em Rio Branco, um avião nosso de 184 passageiros decola com 117 passageiros. Aí temos 35% a menos de capacidade de gerar receita. Então, quando se vê que o aproveitamento do voo está em 80%, quer dizer que ele está em 80% daquilo que é possível vender. Mas se for ver relativo ao tamanho do próprio avião, ele não passa de 55%, 60%.

Eu me lembro da minha época de tarifa controlada, o número mágico que a gente usava para aumentar a frota era 65%. A gente falava que 65% era um aproveitamento necessário e suficiente para breiquivar seus custos e ter 12% de rentabilidade. Hoje se pode ver, nos dados que a Anac nos dá todos os meses, que nós temos aproveitamento acima de 71%, 72%, e não preciso comentar mais uma vez o balanço das empresas. Então, essa soma de fatores...

Ainda assim, eu trouxe aqui algumas tabelas. Todas as empresas têm as suas tarifas máximas, que a gente chama de flexível, as tarifas mínimas, que a gente chama de programada, se as pessoas puderem comprar com tempo e, em cima dela, nós ainda temos as tarifas promocionais, coisa que nunca existiu, só ultimamente. Então, era isso que eu queria contar, um pouco de história. Eu acho que a parte mais importante, no meu ponto de vista, vai ser a parte de perguntas e respostas, e eu estou totalmente à disposição para qualquer pergunta. Não sei se as respostas serão as melhores, mas estou aqui para responder tudo que os senhores quiserem.

Muito obrigado. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Viana, Diretor de Relações Institucionais da Passaredo Linhas Aéreas, e convido o Senador Randolfe para assumir a Presidência.

O SR. JORGE VIANA – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos. A Passaredo agradece o convite.

Só para complementar tudo aquilo que já foi falado aqui, nós temos quatro grandes custos que compõem o custo para a elaboração do preço da passagem e o custo da empresa. São os custos de combustíveis; a folha de pagamento; a variação cambial, que afeta diretamente principalmente o custo de manutenção; e o custo de tarifas aeroportuárias.

Só para vocês terem uma ideia, na Passaredo, hoje, o custo de combustível representa em torno de 36% da composição total do custo da empresa. Talvez vocês não tenham esta informação, mas o custo do querosene de aviação varia mensalmente. Ou seja, todo dia 28, 29, nós recebemos uma planilha das empresas, das fornecedoras, normalmente Petrobras e Shell, informando a variação que vai ocorrer no dia 1º do mês seguinte.

Só para vocês terem uma ideia, este mês nós tivemos um aumento no combustível quase que da ordem de 7%. E esse custo não está sendo repassado na totalidade das passagens aéreas, porque se a gente for repassar todo mês esse aumento, as passagens estariam num patamar muito mais alto do que está hoje. Então, só para vocês terem uma ideia, foi em torno de 7% que nós tivemos de variação do custo do combustível, a partir do dia 1º de setembro. Sem contar isso, a operação da empresa, da Passaredo, também atinge algumas localidades do interior, e nós temos uma grande dificuldade de distribuição de combustível nessa localidade do interior. A gente não tem a presença dos grandes distribuidores, como Petrobras e Shell. O combustível, por exemplo, numa capital, chega a custar aproximadamente R\$2,2, R\$2,3 o litro. Nós temos algumas localidades do interior em que a empresa paga próximo a R\$4,00 o litro de combustível.

Então, tudo isso entra no rateio, na composição do custo da passagem, e todo mês nós temos essa variação do custo de combustível, para mais ou para menos, mas isso tem um peso significativo na composição do custo da passagem.

Sem contar isso, nós tivemos também uma grande variação cambial este ano, e isso afeta principalmente os custos de manutenção da empresa, porque todo custo de manutenção está atrelado ao dólar, inclusive o das empresas que estão aqui no Brasil, que cobram os serviços da empresa aérea. Esse custo é feito em dólar, porque as empresas normalmente se utilizam de biblioteca técnica, de importação de ferramentas, importação de material, e tudo isso está atrelado ao dólar.

Então, com relação a esses quatro grandes custos que nós temos, que são combustível, a variação cambial, a folha de pagamento e as tarifas de nave-

gação aérea, tudo isso entra na composição do preço da passagem.

Nós tivemos, no ano passado, em novembro, um aumento das tarifas de navegação aérea em torno de 150%. Isso foi tudo de uma vez só repassado para as empresas aéreas, e não houve nenhuma passagem aérea que aumentou 150%. Isso não é possível repassar de uma vez para o custo da passagem aérea.

Então, só para complementar tudo o que já foi dito aqui, basicamente o custo, a composição do custo das empresas aéreas relacionadas a esses quatro itens que estão tendo variações significativas e que efetivamente os valores do custo da passagem aérea não estão sendo repassados integralmente para composição desse custo.

Agradeço e coloco-me à disposição para responder a qualquer solicitação de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr. Viana.

Passo ao Dr. Ricardo Chaves de Melo Rocha, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Obrigado, Presidente. Queria cumprimentar a todos, agradecer a oportunidade.

Vamos lá. Próximo, por gentileza. A ideia é mostrar uma visão geral do setor de transporte aéreo. Vamos mostrar, em grande medida... Não vamos regionalizar a discussão, até porque toda essa discussão, quando vemos o Brasil como um todo, vale também para o Norte e para o Nordeste. Este gráfico mostra o crescimento do transporte aéreo desde 1960 até 2011. Verificamos o crescimento exponencial. Em verde, temos o crescimento do transporte aéreo doméstico; em azul, o internacional e, em vermelho, o total.

O interessante é observar que, de 2005 a 2010, praticamente dobrou o número de passageiros por quilômetros transportados no Brasil. Isso significou um crescimento médio em torno de 15% ao ano.

Próximo, por gentileza. Paralelamente a isso, temos observado que os preços – do lado direito, temos o médio das passagens e, do lado esquerdo, o preço médio das passagens – têm caído. Observamos os dados agregados como um todo, mas acredito que isso valha também para as regiões Norte e Nordeste. Esse crescimento é da ordem de 30% a 40% nessa área de 2002 a 2011.

Por favor. Uma outra questão importante para observarmos é a participação das empresas no mercado de transporte aéreo. Temos ali, em vermelho, a TAM; em laranja e amarelo, a Gol. Verificamos que, em determinado momento, por volta de 2008, a TAM e a Gol detinham mais de 90% do mercado. Esse número caiu para 2011, está em torno de 80% do mercado. O que

é interessante neste gráfico? Verificarmos a dinâmica do setor de transporte. Verificamos, em 2001, a paralisação das operações da Transbrasil; em 2004, a paralisação das operações da Vasp; em 2006, da Varig. Por outro lado, em 2001, o aparecimento da Gol, em grande medida um crescimento acentuado, aproveitando o espaço deixado principalmente pela Transbrasil e pela Varig. Verificamos, ali embaixo, o aparecimento da Azul e o crescimento da Azul, de 2008 a 2011, ocupando o terceiro lugar no *market share*.

Próximo, por gentileza. Olhando para o mercado das pequenas empresas, verificamos o grande crescimento, a partir de 2007, da Trip, nesse mercado, passando de menos de 0,5% no mercado para aproximadamente 3,5% no mercado. Observamos também o grau de crescimento, a partir de 2007, da Passaredo, saindo perto de 0,1%, 0,2% para aproximadamente 0,6%, 0,7%, em 2011.

Por favor. O que construímos? Tendo em vista esses dados, essas informações, construímos um índice de concentração do mercado, onde o mercado se mostrava bem desconcentrado, atingindo um vale em 2002 de 0,27 aproximadamente. A partir de 2004, com o término das operações da Vasp e a crise da Varig, essa concentração começa a aumentar, atingindo o ápice em 2008. A partir de 2008, começa a cair novamente, atingindo, tendo em vista esse período 2008/2011, o menor índice em 2011, 0,33.

O que aconteceu nesse período? Nesse período teve a ampliação da frota da Webjet de três para onze, com a compra pela CVC, a entrada em operação da Azul em dezembro e a expansão das operações da Trip. Houve também a questão de venda de 20% das ações com direito a voto para a Skywest.

Para a gente ter uma ideia, comparando o mercado brasileiro com o mercado americano, nos Estados Unidos, esse índice é 0,09. A gente está com um índice de 0,33. Então, temos, comparativamente, tendo em vista a maturidade do nosso mercado, um mercado ainda bastante concentrado.

Uma questão foi comentada agora há pouco pelo representante da Gol: o aproveitamento. Tínhamos um índice de ocupação das aeronaves, em 2000, médio, menor do que 60%. Por volta de 58% era o índice médio de ocupação das aeronaves. Isso veio gradativamente aumentando. Hoje, temos em torno de 72%, em média, de aproveitamento. Isso significa um aumento da eficiência das empresas na utilização de suas aeronaves. A gente verifica, então, cerca de 15% de aumento no aproveitamento das empresas.

Outra informação interessante que a gente pode observar é a questão da malha aérea doméstica por quantidade de assentos ofertados por semana. A gente

tem uma gradação. A maior espessura das linhas significa um mercado maior, maior quantidade de assentos ofertados. As linhas menos espessas, quantidade menor de assentos ofertados.

O que a gente verifica? Para nossa surpresa – empiricamente não pensávamos isso –, grande parte, mais de 60% das linhas aéreas têm uma oferta de até 5 mil assentos. Então, grande parte das rotas das linhas aéreas, da oferta, se refere a linhas de baixa e média densidade de tráfego. Você só tem ali – não estou conseguindo enxergar –, me parece, três entre 50 mil e 150 mil. Depois, vai decrescendo até 272 de 5 mil assentos ofertados.

Por gentileza.

Da mesma forma, a gente tem observado a questão da concentração de mercado. Em vermelho temos a oferta, quantidade de empresas por rota. Cinco empresas em vermelho, quatro em azul, três em verde, duas em azul e uma na linha mais fina. Então, mais uma vez, grande parte das rotas só tem uma empresa operando em cada uma delas. No máximo, chegamos a cinco empresas operando em algumas das rotas.

Outra questão interessante para a gente observar é o número de cidades atendidas, o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros. A gente verifica que, em janeiro de 1999, estava em torno de 180 cidades atendidas por transporte aéreo regular de passageiros. Esse número caiu e atingiu um vale, em 2003, se não me engano, 2002, em torno de 108 cidades atendidas. Esse número vem oscilando. Hoje temos em torno de 130 – esse número varia um pouco – cidades atendidas por transporte aéreo regular de passageiros.

Uma coisa importante que a gente observou nesse gráfico é que o número de rotas e o número de cidades atendidas por transporte aéreo vinham tendo o mesmo comportamento, até mais ou menos 2008, 2009. A partir dali, há um descolamento do número de rotas atendidas por transporte aéreo regular de passageiros e o número de cidades atendidas. Então, se a gente observar, somente no número de rotas, a gente tem um mesmo número de rotas atendidas em 2011 – em janeiro de 2011, que é o caso –, do que a gente tinha em 1999.

Isso significa que, apesar de o número de cidades não ter aumentado, existe uma quantidade de rotas, ou seja, uma diversificação do atendimento no transporte aéreo de passageiros. Esse descolamento coincide, em grande medida, com a entrada em operação da Azul e com a expansão das operações da Trip, que foi mais ou menos quando a gente foi recor-

dar aquele gráfico de concentração, é mais ou menos a isso que diz respeito.

Próximo, por gentileza.

Foi falado muito sobre a questão de custos. A gente tem aí dados do Anuário Estatístico da Anac, a gente tem aí até de 2003 a 2010, e a gente verifica que combustível e encargos com pessoal são os dois itens de maior custo das empresas hoje. Você tinha em torno de 25% para combustível; a gente está aí, em 2010, em que, em torno de 35% dos custos operacionais das empresas, é com combustível. E vem aumentando também o custo com encargos com pessoal; a gente tem aí que, no final de 2010, mais ou menos quase 20% dos custos com encargos são com pessoal.

Por favor.

Essa mesma comparação, mas com um gráfico de pizza, e a gente verifica que, em 2003, a gente tinha 40% combustível mais pessoal, esse número, em 2010, foi para mais de 50%; em 2011, a tendência é que esse custo seja em torno de 60%. Então, de 10% em 10%, esses valores vão crescendo.

Por favor.

Então, esses dados são, agora, de 2011. A gente verificou, no balanço de algumas das empresas... A gente elegeru Azul, GOL, Trip e TAM, exatamente a gente destaca ali as despesas com pessoal, percentual relativo, na composição de custo de pessoal e de combustível. Então, em grande medida, esse valor está girando em torno de 60%. A gente tem ali a Azul, está batendo mais de 40% de custo com combustível; a GOL, 39,62%; a Trip deu 31,5% – se o Celestino, depois, quiser explicar por que está abaixo relativamente –; a TAM em torno de 34%; e o mesmo a gente verifica com relação a pessoal, aquilo que era menos de 20%, em 2010, passou para mais de 20%, em 2011.

Por favor.

Isso aí mostra o impacto que isso aí tem gerado, em grande medida, nos resultados da empresa. A gente também selecionou, em 2011, os resultados negativos de todas as empresas analisadas, tanto Trip, Azul, GOL e TAM tiveram os resultados negativos no ano de 2011, e esses números, pelo que a gente está verificando – não estou com os dados ainda – mas parece que esses números, pelo menos no primeiro semestre, tendem a ser também negativos.

Por favor.

Então, tendo em vista isso, só para registro, pegando carona na Medida Provisória nº 563, aquela questão de alteração do regime de contribuição para o INSS, a possibilidade de se cobrar, em vez do regime vigente, um regime de 1% sobre o faturamento, estão incluídos ali transporte aéreo de carga e transporte aéreo de passageiros regular. Isso foi incluído,

no Congresso, e tem o apoio total da Secretaria de Aviação Civil, para que isso seja... Isso foi para sanção presidencial e, provavelmente, vai ser mantida essa inclusão tanto do transporte aéreo de carga, quanto do transporte aéreo regular de passageiros.

Segundo o Snea, o impacto dessa medida seria, mais ou menos, de R\$340 milhões na indústria; os gastos sairiam de R\$575 milhões para R\$235 milhões na folha. Então, tendo em vista o contexto atual, achamos importante apoiar essa medida.

Com relação à questão dos combustíveis, que foi tão falada aqui, isso mostra uma série histórica. Esses preços são os praticados. Em vermelho, têm-se os preços praticados no mercado internacional; em azul, os preços praticados na refinaria da Petrobras. Então, vê-se que, em grande medida, os preços praticados internamente oscilam conforme os preços do mercado internacional, e sempre há uma diferençazinha acima do que é praticado no mercado internacional.

Apesar de ser uma medida, uma questão de competência do Ministério de Minas e Energia, a Secretaria de Aviação Civil tem conversado com os órgãos e tentado mostrar essas questões e o impacto que isso tem tido no transporte aéreo de passageiros. Então, estamos conversando com os outros órgãos do Governo sobre essa questão.

Se fôssemos verificar – eu não trouxe aqui – esse mesmo gráfico para óleo *diesel*, gasolina e banker C, que é óleo combustível – são os outros combustíveis de transporte –, não perceberíamos uma oscilação conforme o mercado internacional. Então, de certa forma, tem-se aí uma política de preços da Petrobras – que detém a maior parte do mercado –, de precificação desses combustíveis, com exceção do que QAV, que oscila conforme o mercado internacional.

Então, impactos de medidas. Já falei anteriormente da questão da folha de pagamento. Está aí um refresco para a indústria da ordem de R\$340 milhões neste ano e no ano... Essa medida vale até 2014, pelo que está disposto na medida provisória.

E uma outra questão, que já foi levantada aqui, também, que é muito importante na nossa visão, é a de redução do ICMS. Esse impacto da redução é muito grande.

Fizemos uma simulação de redução de 20% para 12%. Teríamos, mais ou menos, 2,5% a 3% de redução no custo operacional das empresas. Só esse número pode significar o fato de a empresa ter ou não lucro. Essa é, mais ou menos, a margem com que estamos trabalhando, com que as empresas trabalham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Agora, sim, a última da Mesa, Dr^a Danielle, da Anac.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues o convite para estar presente a este fórum e para promover esta discussão pública, na pessoa de quem também cumprimento os demais componentes da Mesa e os demais presentes.

Vou tentar me ater à proposta da audiência, mas vou trazer alguns dados estatísticos. Vou tentar não repisar alguns dados que já foram apresentados, mas as exposições que foram feitas anteriormente já criam, contextualizam os aspectos que gostaria de enfrentar nesta breve exposição.

Gostaria de retomar primeiro uma contextualização que o Fajerman trouxe, sobre o regime de exploração que vigora hoje em relação aos serviços aéreos. Saímos de um regime, em 2000/2001, em que havia um controle de tarifas, para um regime de liberdade tarifária, inicialmente doméstica, implementada a partir de 2001. Posteriormente, a partir de 2005, com a positivação desse princípio na lei de constituição da Agência, liberdade tarifária também para o mercado internacional, o que foi concretizado em 2008 e 2010.

Alguns dos dados que pretendo apresentar já foram expostos, como disse, mas acho que vale a pena enfatizar, até porque, quanto ao corte proposto para esta audiência, vamos partir de um todo e mostrar que esse todo, que essas características do que tem acontecido no mercado de transporte aéreo têm sido observadas em todas as demais regiões e trazer esse detalhamento para as regiões que compõem o nosso País.

Bom, isso é um dado de participação de mercado. A ideia é mostrar que houve, de fato, essa desconcentração. Tinha-se, anteriormente, as duas principais empresas aéreas responsáveis por 88% do mercado doméstico brasileiro; na atualidade, considerando dados de 2011, essa concentração, essa participação, passou para 77,4%, com incremento das demais empresas, para uma participação de 22,6%.

Aqui são os dados dos indicadores econômicos dos usuários do setor que mostram os assentos oferecidos e passageiros pagos no transporte aéreo, e ambas as curvas têm crescido, desde 2002, que é a série histórica que nós estamos apresentando.

Pode passar.

Esse crescimento, contextualizado com o que vem acontecendo no resto do mundo, tivemos, em 2011, um crescimento da ordem – acumulado de 2011 a 2003 – de 200%, enquanto o mundo cresceu 46%. Eu já estive nesta Casa falando sobre este dado e me

questionaram, mas não quero comparar com o resto do mundo, quero entender como o Brasil está crescendo. E, dessa vez, a gente tentou trabalhar esses dados e mostrar como tem se dado o crescimento no Brasil, que é o que a gente vai tentar apresentar por regiões.

Esses dados, se você quiser entender como tem se comportado a oferta de transporte aéreo no País e também os preços, os melhores parâmetros para isso são os assentos que vêm sendo comercializados e os preços que têm sido pagos por passageiro por um quilômetro voado. Essa é a melhor forma de você comparar os preços pagos nas diversas regiões do País, porque você traz para uma unidade de referência, que é o quilômetro voado, e aí, considerando a extensão da linha que você está voando, você tenha o valor pago por aquela passagem.

Então, para efeito de comparação, que é o que a gente está se propondo a fazer, é importante trabalhar com conceito de Yield médio. Bom, o que a gente está mostrando é: Por que eu estou considerando dados de 2002 e 2011? A ideia aqui é tentar trabalhar os dados e o cenário que nós tínhamos antes enquanto vigorava o regime de controle de tarifas, o dado mais antigo que nós temos não é de 2001, quando ainda havia o regime de controle de tarifas, mas ele pega o final, aliás, o início desse princípio da liberdade tarifária, e você observa que os valores, os patamares tarifários que eram praticados àquela época, comparados com hoje, esses valores foram todos trazidos a valor presente.

Aqui, estamos tentando mostrar como é que estava a distribuição das tarifas que eram comercializadas em 2002 e em 2011. O gráfico mostra que, em 2002, 25% dos assentos comercializados no País como um todo apresentavam Yield de até 0,50 centavos. E hoje, 81% dos assentos comercializados têm Yield de até 0,50 centavos.

Eu trouxe dados desagregados por todas as regiões do País, que eu acho que era o propósito da discussão. Vou abrir, num primeiro momento, os dados das Regiões Norte e Nordeste, que era o escopo, mas eu posso trabalhar com os outros dados e mostrar o que aconteceu nessas regiões também. Então, a ideia aqui é trazer para vocês dados de oferta e demanda e como têm se comportado os preços nessas regiões.

Então, aqui a gente conseguiu desagregar esses dados mostrando o que tem acontecido por região. Essa informação agora, relativa à Região Norte.

Pode passar.

O primeiro gráfico mostra como tem se comportado a oferta e a demanda, desde 2002 até os dias atuais, considerando a nossa base de dados de 2011. Então, tanto a oferta como a demanda vêm crescen-

do vertiginosamente nesse Estado, acompanhando o comportamento da média do País.

Nós desagregamos, em termos de preço, os dados de Região Norte, para a Região Norte, ou seja, a mobilidade dentro da região Norte; Norte/Centro-Oeste; Norte/Sudeste; Norte/Sul. Então, tem todas essas origens e destinos.

Então, o que nós observamos, dentro da Região Norte, é que o Yield médio também reduziu. Em 2002, você tinha um Yield médio de 0,81 e, em 2011, nós atingimos um Yield médio de 0,51 centavos. Esse comportamento também foi refletido nas tarifas e aí, a exemplo do que já foi dito anteriormente, você não percebe tanto a variação do peso das tarifas, porque nós estamos falando de um mercado em distâncias maiores entre as regiões e isso é o que explica, um pouco, o preço da tarifa diferente do comportamento do indicador do Yield.

Bom, aqui, mais uma vez, trazendo a distribuição dessas tarifas, por intervalos. Nós estamos trabalhando, aqui, com intervalos de Yield de zero centavo até 1,5 centavos e a distribuição da quantidade de assentos que são ofertados em cada um desses intervalos. O que nós observamos, dentro das ligações que acontecem no âmbito da Região Norte, é que, em 2011, 59% dos assentos comercializados tinham Yield médio de até 50 centavos, enquanto que, em 2002, nós tínhamos 14% dos assentos comercializados até esse intervalo de 50 centavos. Bom, esse é o comportamento da tarifa. A gente só comparou dados de 2010 e de 2011, uma observação com relação aos dados que estamos trabalhando.

Em 2002, nós não tínhamos um monitoramento de todas as linhas aéreas que eram exploradas no País. Nós tínhamos um conjunto bastante representativo, cujo preço era monitorado pelo antigo Departamento de Aviação Civil.

Atualmente, desde 2010, nós temos uma base de dados com todas as tarifas que são comercializadas pelas empresas aéreas. Apesar de estarmos comparando bases diferentes, nós temos um dado desagregado, que compara o mesmo conjunto de linhas, que era monitorado em 2002. E o comportamento é muito semelhante ao que acontece com o dado do mercado brasileiro em 2011, daí por que nós optamos por apresentar essa comparação, uma vez que o comportamento é bastante similar.

Bom, aqui são os dados de distribuição de assentos comercializados da Região Norte para a Região Nordeste. Nós não tínhamos os dados. Em 2002, não havia monitoramento de linhas que atendiam a essas regiões. Então, o único dado apresentado se refere à distribuição dos assentos comercializados no ano de

2011. A constatação que nós temos é que até 90% dos assentos comercializados tinham Yield de até 50 centavos.

Bom, ligação Norte para a ligação Centro-Oeste. Você vê que o comportamento é decrescente ao longo do tempo. Mais uma vez, o dado de distribuição mostra que, em 2002, 62% dos assentos comercializados apresentavam Yield de até 50 centavos e, em 2011, esse percentual aumentou. Hoje, 89% desses assentos são comercializados com Yield de até 50 centavos. É importante notar que, em alguns desses intervalos, você sequer tinha o registro da prática de tarifas com Yield, em intervalo de zero centavo até 10 centavos. Isso só começa depois de 2002. Hoje, você percebe que há uma distribuição maior das tarifas praticadas é no início desses intervalos. É o que esse dado mostra. Em 2002, você não tinha nenhuma tarifa praticada no intervalo de zero centavo a 10 centavos. E hoje, 10% das tarifas de ligação Norte e Centro-oeste do País são comercializadas nesse intervalo.

Aqui os dados do Norte para o Nordeste. Mais uma vez, o comportamento é decrescente de ambos os indicadores, tanto do Yield quanto da tarifa. A distribuição é mais acentuada ainda, porque você observa que, em 2002, você não tinha nenhuma tarifa praticada no intervalo de zero a 20 centavos. Hoje, isso representa praticamente mais de 50%. Então, 94% dos assentos comercializados hoje, em 2011 apresentavam um Yield de até 50 centavos, enquanto que, em 2002, isso representava cerca de 44% dos assentos comercializados.

Aqui os dados, também, de distribuição de assentos comercializados. Como não temos a base de dados, não havia ligações monitoradas em 2002, ficou só a informação de que atualmente 96% desses assentos são comercializados com Yield de até 0,50 centavos.

Agora vou apresentar dados da Região Nordeste.

A oferta e a demanda são crescentes, desde 2002. É bastante acentuado e expressivo o crescimento.

Em termos de preços médios, vem ocorrendo um decréscimo tanto da tarifa média quanto do Yield médio praticado na Região Nordeste, ou seja, dentro das ligações que acontecem dentro dessa própria região. E você tem uma distribuição tarifária em que 73% dos assentos comercializados na atualidade apresentam Yield de até 50%, enquanto que, em 2002, você tinha 45% desses assentos comercializados nesse intervalo.

Comparando as ligações da Região Nordeste para a Região Norte, nós não tínhamos dados comparativos de 2002, mas a ideia é mostrar que cerca de 90% dos assentos comercializados, em 2011, atendendo essas regiões, foram comercializados com Yield de até 0,50 centavos.

Nas ligações do Nordeste para o Centro-Oeste você observa também um decréscimo tanto da tarifa quanto do Yield médio. Mais uma vez você observa que, em 2002, você não tinha nenhuma tarifa praticada no intervalo de 0 a 0,10 centavos. Na atualidade, cerca de 51% são praticados com Yield de até 0,20 centavos.

Em termos comparativos, 92% dos assentos comercializados em 2011 apresentavam Yield de até 0,50 centavos, enquanto que, em 2002, esse intervalo correspondia a apenas 51% dos assentos comercializados.

Comparação de ligações Nordeste para o Sudeste. Também se observa um decréscimo do preço médio praticado com alguns picos explicados pelas crises econômicas que foram observadas no mundo e que refletiram de certa forma no País.

Aqui é bastante expressiva a quantidade de passagens que são comercializadas num intervalo de até 0,30 centavos. Comparativamente nós temos 97% dos assentos comercializados no ano de 2011, com Yield de até 0,50 centavos, enquanto que, em 2002, isso representava apenas 50% desse intervalo.

Em relação à Região Nordeste para a ligação Sul essas linhas não eram monitoradas, em 2002, então não é possível essa comparação, mas nós observamos que hoje, aliás, em 2011, cerca de 98% dos assentos comercializados estão nos intervalos correspondentes a Yield de até 0,50 centavos.

Eu não sei se há interesse de que sejam apresentados dados em relação a outras regiões. Não sei se o Senador tem interesse de que sejam expostos os dados?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Permita-me Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– V. S^a poderia repetir, só para fazer uma comparação, o Yield do Nordeste e da Amazônia.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Eu vou pegar os gerais. Se você puder entrar no Norte primeiro.

Esse é o dado do que acontece no âmbito da Região Norte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– É 0,51?

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA

CREMA – Isso. Estou falando de localidades dentro da Região Norte. Ligações entre os Estados da Região Norte. Os dados seguintes correspondem a ligações partindo de um Estado na Amazônia, um Estado da Região Norte, com destino a outras regiões do País.

E os valores são diferentes. O senhor gostaria que fosse repassado?

Pode passar.

Isso é uma dispersão. O senhor quer saber o Yield...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Saindo da Amazônia para o restante do Brasil.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – O que fizemos? Para você relativizar, trazer e regionalizar, a gente precisava mostrar quanto estava o Yield por região. Então, não tenho um Yield médio, eu teria de somar e normalizar para poder dizer qual é o Yield médio da Região Norte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esse Yield é só Amazônia/Amazônia?

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Isso, Amazônia/Amazônia. Então, posso comparar para você, por exemplo, ligações do Norte para o Sudeste com ligações do Sudeste para o Nordeste. Eu posso fazer essas comparações por Região. Vamos pegar um exemplo específico, vamos pegar do Norte para o Sudeste.

Pode voltar.

Então, o Yield médio é de 0,22 das ligações do Norte para o Sudeste.

Agora, pode descer um pouco para a gente voltar para as ligações do... Pode voltar, pode ir, pode descer mais até chegar à setinha. Agora volta, entra na Região Nordeste, vamos comparar o Nordeste com o Sudeste. Volta. Isso, 0,20.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, o da Amazônia...

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Da Amazônia é de 0,21 centavos, 0,22 centavos. E do Nordeste para o Sudeste é 0,20. Agora, vamos comparar com a ligação vinda do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não era 0,51? Tinha um que era 0,51.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Norte/Norte. A comparação que estamos fazendo é Norte/Sudeste, Nordeste/Sudeste. Agora, vamos pegar Sul/Sudeste, vamos comparar tudo com o Sudeste. Sul/Sudeste, 0,34. Vamos Centro-Oeste/Sudeste? Se puder voltar... Isso, 0,28. Então, os Yields médios das Regiões Norte e Nordeste em relação à Região Sudeste são inferiores aos praticados em outras Regiões do país.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só que respondesse de novo o significado de Yield?

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – É o valor médio pago por passageiro por quilômetro voado. Com isso, você consegue, efetivamente, comparar as tarifas pagas em todo o País, porque é

só converter, multiplicar esse valor pela distância. Em 2011, o menor foi o do Nordeste. Eu trouxe uma série histórica em que a gente mostra isso de 2002 a 2011. Do ano passado, o menor Yield foi o desse mercado que comparamos, quer dizer, ligações com a Região Sudeste. O Nordeste foi o que teve o menor Yield.

Essa apresentação permite esse tipo de comparação, a gente pode trabalhá-la para ficar mais visível, mas a ideia foi trazer os dados desagregados por Região e permitir esse tipo de exercício para entender como estão as tarifas no País como um todo, por Região.

O que a gente observa, o que a gente quis demonstrar foi que, hoje, o regime de liberdade tarifária permite uma diferenciação do produto e, juntamente com o efeito renda, que tivemos no País, ele tem permitido a inclusão de parcela da sociedade que antes não usava o transporte aéreo.

Você pode um gráfico anterior? O próximo. Isso.

Esse dado é muito significativo e explica isso que estou querendo dizer, essa possibilidade, essa faculdade que é conferida às empresas aéreas para gerenciarem as suas receitas e formarem os seus preços permite que, hoje, parcela da sociedade que não teria condições de ter acesso ao serviço aéreo, porque as tarifas iniciavam em patamares bastante elevados, hoje, consiga utilizar esse serviço em função desses mecanismos de gerenciamento, que levam vários fatores em consideração. Vou pedir para concluir o que estou expondo.

Se você puder voltar para o sumário, para a primeira página... Pode voltar ao sumário. Entre na segunda seta, na primeira... segunda, segunda.

O que é que a gente está querendo dizer? Basicamente, a evolução que nós percebemos no transporte aéreo é de que o transporte aéreo deixou de ser um produto homogêneo, em que você tinha todas essas variações, mas elas não estavam representadas em preços, e você passou a ter...

Pode passar o próximo eslaide.

E você passou a ter um produto diferenciado, em que, a partir dos parâmetros que você utiliza para construir e adquirir o seu contrato de transporte, aliás, a partir das características que você agrega ao seu contrato de transporte, isso gera um valor diferenciado, então, aquela distribuição de tarifas, ela explica mais ou menos esses valores que estão postos.

Então, se você compra uma passagem com uma certa antecedência, como foi colocado por algumas das empresas aéreas, a probabilidade de você adquirir uma passagem aérea com um preço menor é bastante elevada. Se você privilegia e prefere voar em horários diferenciados, isso também é capturado

como uma preferência e isso hoje é “precificado” pelas empresas aéreas.

Então, nós estamos num momento em que o transporte aéreo, o contrato de transporte aéreo, ele deixa de ser um produto homogêneo e passa a ser diferenciado em função dos atributos que você venha a agregar a ele.

Pode sair. Se você puder voltar para... pode ir para a parte final.

Tem que voltar. É aquela setinha lá do... isso, pode clicar na setinha.

Você pode ir para o final da apresentação, eu vou para considerações finais.

Bom, a ideia aqui era, de fato, trazer esses dados, e são dados novos, a Agência ainda não tinha divulgado essas informações. Nós temos trabalhado nos últimos tempos para gerar esse tipo de informação para a sociedade, para ela entender as características do serviço que ela está transportando.

Pode ir para o último mesmo.

É claro que em função das várias manifestações que nós já recebemos aqui, existem de fato situações em que você adquire uma tarifa, um contrato de transporte num preço mais elevado, mas, como a gente mostrou, isso não é representativo da grande maioria de passagens aéreas que são comercializadas. Eventualmente, se, acho que não é um problema, a política pública que está posta hoje, de liberdade tarifária, ela tem gerado bastantes benefícios para a sociedade, mas é claro que vocês podem estar enxergando, a sociedade também pode estar enxergando, que parte disso não está adequadamente coberto, e aí não é o caso de repensar a política que vigora hoje no País, mas tentar entender onde estão de fato os problemas e tentar dar soluções específicas, não é?

Eu vejo que hoje há um esforço muito grande de se prover e ampliar a infraestrutura aeroportuária brasileira e eu sei que parte dos problemas de restrição de oferta do serviço das empresas aéreas passa pela restrição de infraestrutura e hoje se tem trabalhado no provimento dessa infraestrutura, dotando esses aeroportos dos meios necessários a receber esses voos, e se tem discutido, eu tenho notícias de discussões no âmbito dessa Casa mesmo, que tentam enfrentar os problemas pontuais que acontecem em determinadas regiões do País que não negam o sucesso que a gente tem observado na política, no transporte aéreo brasileiro, com o caráter de inclusão social que ele teve nos últimos tempos. Mas, é claro, que, a depender do que é reivindicado pela sociedade, podem ser pensadas políticas específicas para enfrentar os problemas pontuais.

Bom, eram essas as considerações. Permaneço à disposição para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Danielle Pinho Soares Alcântara Crema, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da ANAC.

Nós vamos iniciar os questionamentos. Já vou passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, apenas agradecendo a presença dos nossos palestrantes, os nossos convidados, dizer que o Senador Cyro Miranda justificou a sua ausência, mas encaminhou algumas ponderações baseadas em experiência própria e que me pediu para registrar e questionar os nossos convidados. Algumas delas não dizem respeito diretamente ao preço das passagens no Norte e Nordeste, mas, enfim, problemas vivenciados pelos consumidores de uma forma geral no País. Portanto, eu farei essas colocações.

Pergunta o Senador Cyro Miranda: “As empresas aéreas têm a prática de cobrar multa pela remarcação dos bilhetes, o que é compreensível. No caso da TAM, por exemplo, essa multa aumentou de R\$80,00 na semana passada para R\$100,00, quando a alteração do voo é feita em até três horas de antecedência. Passado esse prazo, a multa é de R\$150,00. A esse valor acresce-se a diferença entre o valor da passagem pregressa e o valor do dia.

Ocorre que, conforme explicado pelos próprios funcionários da empresa, em contato telefônico com o SAC, no valor da multa se embute o valor da taxa aeroportuária de embarque, que já havia sido cobrada na passagem inicialmente adquirida. Não seria mais sensato deduzir da despesa com o novo bilhete a taxa de embarque já anteriormente cobrada, já que o passageiro apenas utilizará uma vez o serviço aeroportuário? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: quando é solicitado o reembolso do bilhete, havendo desistência ou impossibilidade de uso, as empresas aéreas têm a prática de reter parte do valor da passagem. No caso da TAM, o valor retido chega a vultosos 70% do valor do bilhete. V. S^{as} não consideram que tal política é demasiadamente onerosa aos consumidores?

Em caso de cancelamento do bilhete, não importa a proximidade com o momento da compra, é cobrada do passageiro multa para a remarcação ou, caso se opte pelo reembolso, retém-se parte do valor da passagem. Tal orientação parece ir de encontro com as normas de Direito, que asseguram o direito de desistência do comprador, previsto no Código de Defesa do Consumidor. Qual explicação para o fato?

Conforme relatado pelo Senador – outra pergunta – Romero Jucá durante a reunião da recém-instalada

Comissão de Atualização do Código de Defesa do Consumidor, a variação dos preços das passagens para o mesmo destino de um dia para o outro é muitas vezes absurda, chegando a duplicar o valor em espaço de tempo que é tão curto.

Tive o relato agora, quando saí, durante alguns minutos, desta sala, de uma pessoa que foi passar o final de semana em Uberlândia e que precisava voltar. No sábado a passagem de retorno era R\$300,00; no domingo, o mesmo trecho custava R\$2,2 mil, chegando a aumentar muito em espaço curto de tempo. Como se explica tal fato, que é uma prática recorrente das empresas aéreas nacionais, se – acrescento – o preço do combustível, o preço da tripulação, enfim, é o mesmo?

Por fim, gostaria de fazer uma pergunta. Todas as exposições, praticamente todas, pelo menos das empresas, ressaltaram o preço, o custo do combustível na composição das tarifas. Salvo engano, o representante da GOL se referiu à informação de que hoje ele representa algo em torno de 40% do custo – é isso mesmo? –, quando no passado foi 20%. Há uma tendência de alta do preço de petróleo no mundo, o que tende a fazer com que esse impacto seja cada vez maior, se mantida a utilização do querosene derivado de petróleo como combustível. Como se encontra, qual é o estágio atual de evolução de utilização de novos combustíveis para a aviação, especialmente do bioquerosene? É a pergunta que gostaria de fazer.

E passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Gostaria primeiro que fossem respondidas as perguntas feitas por V. Ex^a? Em relação a algumas, por exemplo, gostaria de dialogar com o Dr. Ricardo, com os gráficos aqui apresentados.

Não sei se seria mais cômodo, adequado para eles, para o conjunto. Ele responde às primeiras questões e pergunto em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto...

Então, vamos passar aos representantes das empresas, do Governo e da Anac, para que possam fazer seus comentários. Em seguida, passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Só me permita, Presidente, porque há uma pergunta do Senador Cyro, que V. Ex^a reiterou e que dialoga com uma das perguntas que eu iria fazer. Então, nós aproveitamos um embalo só, o da viagem, para fazer a pergunta.

Essa pergunta é trazida aqui pelo Dr. Carmo Antônio de Souza, Desembargador lá do meu Estado. Ele traz aqui uma situação neste sentido: de reajuste de

uma tarifa que, inicialmente, dois dias antes, estava num valor; depois, no trecho Macapá–Palmas, foi cobrado o valor de R\$5.698. Fazendo uma comparação, o preço daria, parece-me, R\$5.698,00. A passagem foi... Estou tentando localizar a empresa aqui. *(Pausa.)*

Enfim, não estou localizando aqui a empresa. Mas, de uma tarifa anterior bem menor, dois dias depois, a tarifa foi para R\$5.689,00. Há mais de um caso nesse sentido. No mês de julho, em especial, na TAM, em um deslocamento meu para Macapá, chegamos a uma tarifa de R\$6.000,00.

Sei que o sistema adotado é o da liberdade tarifária, inclusive a evolução do nosso sistema de tarifa foi da intervenção total, nos anos 70, para a banda tarifária, até 2004, se não me engano e para a liberdade total. A liberdade total tem a possibilidade dos R\$50,00, R\$60,00, R\$99,00, mas quero indagar sobre os R\$6.000,00, R\$5.000,00 ou R\$4.000,00, que é uma tarifa também em determinado momento de voos internacionais, voos para a Europa, para os Estados Unidos. Então, acrescento à pergunta que o Senador Cyro fez por V. Ex^a e que V. Ex^a realçou Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para ilustrar, recentemente, tinha um compromisso no Estado de V. Ex^a, mas cancelei pelo preço da passagem. Me senti proibido de ir em função do preço da passagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para os colegas da Mesa verem como, em especial, o Amapá sofre. É o depoimento de um Senador que não é de lá. É só para realçar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Na mesma ordem das apresentações, vou, então, passar a palavra ao Sr. Marcelo Mendonça, Diretor de Assuntos Corporativos da TAM.

O SR. MARCELO MENDONÇA – Obrigado, Sr. Presidente.

Lembrando um trecho da apresentação inicial que diz respeito à formação dos preços das tarifas, queria ressaltar que, caso alguma tarifa tenha esse preço mais elevado, não se trata de que todo voo tenha esse mesmo preço. Vários fatores influenciam na formação do preço. Uma passagem comprada com muita antecedência tem um valor menor. A tendência é que, se aproximando o horário do voo, a data do voo, esse valor suba. Mas a maioria dos assentos de cada voo são preços competitivos.

Queria dar um exemplo com relação ao destino do Senador Randolfe, Macapá. No trecho Macapá–Belém, por exemplo, fiz uma pesquisa. No primeiro semestre deste ano, as tarifas – tenho aqui os dados – médias desse voo Macapá–Belém, cerca de 70%

dos assentos dos voos, eram inferiores a R\$200,00. Apenas cerca de 7% dos assentos do voo eram tarifas de bilhetes comprados mais próximo da data do voo. Apenas cerca de 7% superavam o valor de R\$600,00. Se for dar uma noção do que isso significa, menos de 10 assentos de um A319, de 144 assentos, teriam tarifas acima de R\$600,00.

Isso acontece porque as empresas aéreas, assim como grandes redes de hotéis, utilizam um sistema de gestão da precificação, para poder ter sustentabilidade no voo, para o voo poder ser rentável. A verdade é que, na Região Norte e Região Nordeste, poucas rotas são realmente rentáveis para as companhias. Falo no caso da TAM.

Perguntas específicas, por exemplo, como a do Senador Cyro Miranda, sobre as taxas de reembolso. Quando tem tarifas promocionais, que se pode conseguir via nosso *site*, às vezes, na remarcação de uma passagem para outro horário, essa tarifa não existe mais, o que pode dar essa diferença de valores. Eu até pediria, Sr. Presidente, se fosse possível, levar esses dados para posteriormente responder as perguntas específicas ao Senador Cyro Miranda, fazendo pesquisas específicas das datas que ele menciona.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A pergunta é sobre a utilização de bioquerosene.

O SR. MARCELO MENDONÇA – Na TAM nós chegamos a fazer, no final de 2010, um teste no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, com uma aeronave abastecida parcialmente com biocombustível a partir do Pinhão Manso, da *Jatropha curcas*, que é uma das opções que existem, globalmente, para o biocombustível de aviação. Foi um teste muito bem sucedido, com um consumo até inferior ao da aeronave normalmente abastecida apenas com querosene de aviação, mas ainda não existe produção ou uma perspectiva de, no curto prazo, ser uma alternativa viável para o abastecimento da frota da TAM ou do país como um todo. A TAM tem iniciativas em conjunto com parceiros da indústria mundial de aviação para colaborar na pesquisa desses biocombustíveis, já que se trata de uma necessidade para o futuro da indústria aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Sr. Victor Rafael Rezende Celestino, Diretor da TRIP.

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Senador Randolfe, se o Senhor me permite, vou, em primeiro lugar, fazer um grande elogio a Daniele Crema, Superintendente de Regulação da Anac, pela sua brilhante apresentação, que nos traz muitos elementos para tentar responder adequadamente a V. Ex^a. Se não estou enganado, quando, ao sair de Ma-

capá para Palmas, o Senhor deveria voar primeiro de Macapá para Belém, uns mil quilômetros, depois de Belém para Brasília, mais uns dois mil quilômetros, depois, novamente, de Brasília para Palmas, mais mil quilômetros. Então, estamos falando de quatro mil quilômetros. Se o Senhor considerar, nesses quatro mil quilômetros, que o Yield, como apresentou a Daniele, da Anac, fosse de R\$ 1,05 por quilômetro, para voar quatro mil quilômetros, o Senhor pagaria R\$ 6.000,00. Ao mesmo tempo, no mesmo trecho, a Daniele mostrou que existem Yields, entre o Norte e o Centro-Oeste, de 0,2. Então, ao mesmo tempo, para voar quatro mil quilômetros, o Senhor pode pagar R\$ 800,00.

Então, é um pouco isso que é o produto da aviação nos dias de hoje, com a liberdade tarifária. É um exercício diário que envolve parâmetros imprevisíveis, mas que as empresas aéreas procuram exercitar todo o tempo, de sazonalidade, de demanda, de maneira a tentar, dentro de uma variação de 0,2 a 1,5 Yield, como foi mostrado, maximizando a quantidade de tarifas num Yield mais baixo, mas, ainda assim, com alguma eventualidade de passageiros, de compras de última hora, pagando um Yield um pouco mais alto, atingir o equilíbrio de cada voo.

A sazonalidade varia muito em feriados, em dias da semana, mas nos preocupa muito, Senador Randolfe, justamente a questão dessa elasticidade dessa demanda, porque, como é sabido, no ano de 2011, quase dez milhões de pessoas voaram pela primeira vez, e a grande maioria dessas pessoas são advindas das classes econômicas e sociais C e D. Essas pessoas têm uma elasticidade de demanda muito forte. Na medida em que os custos, como foi apresentado aqui, sejam os custos tributários, custos relativos às tarifas de infraestrutura e principalmente às questões do combustível e do câmbio, na medida em que esses custos tendem a aumentar, cada vez as tarifas vão ter mais dificuldades de serem praticadas com Yield baixo. Com isso, possivelmente a demanda vai reduzir. Aí, podemos, eventualmente, entrar em um ciclo vicioso em que, no final das contas, a demanda vai cair e as tarifas vão aumentar. Isso está justamente na direção contrária do que temos vivido nesses últimos anos e que permitiu que a Azul e Trip tivessem hoje a malha, a oferta e a participação de mercado que têm.

Essa é a manifestação que eu gostaria de fazer, apesar de não termos sido diretamente perguntados. Acredito que essa apresentação com que a Anac nos brindou hoje deverá ser profundamente analisada por esta Casa – seria a nossa pequena recomendação – para que pudéssemos, de fato, compreender esses impactos bem como compreender a elasticidade da demanda, que hoje nos preocupa muito. Em vários

mercados, essa demanda está estagnando ou tendendo a cair.

Por último, em relação ao biocombustível, eu gostaria apenas de ressaltar que a Trip Linhas Aéreas, assim como a Azul Linhas Aéreas, é membro da Abraba – Associação Brasileira de Biocombustíveis. Recentemente, na Rio+20, a Azul Linhas Aéreas pôde oferecer o Azul mais Verde. Foi uma demonstração com a Embraer 195, uma aeronave nacional, com biocombustível produzido no País, que deu também a oportunidade de uma discussão mais ampla, que muito nos interessa, de como aumentar essa produção e incentivar. Mas certamente vai passar por questões de custo logístico e principalmente tributação. Há que se ter uma tributação bastante privilegiada para esse combustível se, de fato, queremos que ele passe a ser uma realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Victor Celestino. Pergunto: mais alguém da mesa quer comentar as perguntas anteriormente feitas? Dr^a Danielle? Sr. Alberto? Por gentileza.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Eu também fiquei encantado não somente com a apresentação da Danielle, mas do Ricardo. São dois órgãos públicos absolutamente críveis, que, em muito, nos ajuda a entender o problema.

Eu não vou repetir o que os colegas já falaram. Eu só queria falar sobre algo que passou batido, que é o problema de multas, remarcações etc. É algo interessante porque, tecnicamente falando – grande parte da minha vida passei nessa parte de planejamento estratégico – há os custos variáveis, custos fixos relativos ao voo e custos de administração. Na verdade, em uma empresa de transporte aéreo regular, praticamente todos os custos são fixos. Temos uma série de voos aprovados, que não podemos e não devemos cancelar à nossa vontade. E somos bastante fiscalizados pela Anac. Então, os voos têm que ter um mínimo de regularidade. Portanto, voamos com sol, com chuva, de dia, de noite, no período de alta e no período de baixa. Então, quando falamos em feriado – é interessante, isso também acontece nas estradas – pensamos que são períodos de pico. Para nós, um feriado prolongado não é bom, porque, por exemplo, neste feriado, tivemos o seguinte: todo mundo sai sexta-feira para algum lugar, ninguém volta; no meio do feriado, sábado, ninguém viaja; e, no domingo, ninguém vai e todo mundo volta. Quer dizer, o aproveitamento desses três dias é ruim. É um aproveitamento ruim, com enormes dificuldades de aeroportos, etc. Isso é só porque foi mencionado que, no sábado, havia tarifas muito baratas, e, no domingo, tarifas muito caras.

Então, isso pode acontecer em dias que voamos, já que somos transporte aéreo regular. Mas queremos fazer o contrário: queremos incentivar pessoas que nem pensavam em ir para lugar algum animarem-se a viajar porque é barato.

Com relação a multas e taxas de remarcação, o que é extremamente antipático em todo lugar, já que ninguém gosta de pagar multa e, muito menos, remarcação, o que temos que ver é que, em milhões de outras atividades, se você não usa o bilhete que comprou, seja no cinema, no teatro ou em qualquer outra coisa, se você não vai, você perde. O conceito é o seguinte: aquela mudança que você está fazendo de repente inibiu alguma outra pessoa que queria comprar o bilhete naquele dia e deixou de fazê-lo porque não tinha, e, de repente, você desiste. Então, existem tarifas que não sofrem multa alguma, que nós chamamos de “flexíveis”; como existem tarifas muito menores para as quais o castigo por você ter mudado – por isso elas são chamadas “tarifas programadas” – é você pagar alguma multa.

Eu acho que a discussão quanto à diferença tarifária não existe, porque, senão, todo mundo compraria uma tarifa na quarta-feira à meia noite e, ato contínuo, mudaria essa tarifa para sexta-feira às 20h. Isso iria destruir o conceito de *Yield management* e de você poder ter tarifas maiores e tarifas menores. Então, eu acho que a remarcação nem se discute, ou seja, você vai pagar aquilo que tem na prateleira naquele momento. A multa realmente é uma questão que está sendo discutida, porque realmente a gente acha que ela é justa, por mais antipática que seja.

Essas mudanças pontuais, de muito alto, muito baixo, nós não fomos citados e eu também não as tenho assim de cabeça, mas, só para finalizar, a gente às vezes se emociona muito com o biocombustível... Eu, pelo menos, pretendo ser ambientalista, sou vegetariano, mas, no momento, o biocombustível é muito mais para o meio ambiente que para as questões econômicas. Não se espera no curto prazo que o biocombustível substitua o combustível mineral do ponto de vista econômico. O que se espera, sim, é que ele emita muito menos CO₂ etc., etc. Essa é a bondade do biocombustível. E, como bem disse algum dos nossos colegas que falou agora, não sei se foi o Vítor ou o Celestino, nós poderíamos, através de tributação, fazê-lo ficar um pouco mais barato. Mas ele não é alguma coisa, num futuro próximo, não obstante nós achemos maravilhoso que se continue com as pesquisas. A Gol também já fez voos com biocombustível, participamos de todos os estudos, mas não vamos imaginar que ele seja um substituto, no curto prazo, para o combustível mineral.

E o Senador Rollemberg disse que dá a impressão de que o combustível vai subir a vida toda. Nós esperamos que não. Aliás, ele vem subindo o tempo todo e as passagens vêm caindo nesse mesmo período. Um pequeno exemplo que eu vou dar... Isso é muito também do esforço dos fabricantes de aviões e de motores. Tanto a Airbus como a Boeing – eu conheço menos o trabalho da Embraer – estão fazendo uma nova geração de aviões para se utilizar no tráfego doméstico, que, segundo ambas prometem, terão uma redução de consumo de combustível da ordem de 18% a 19%, o que faz com que os próximos 17%, 18% de combustível poderiam ser assumidos pela eficiência, o que tem acontecido até agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Danielle.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Bom, os temas que vieram como questionamentos estão muito relacionados àquilo que eu trouxe na apresentação, de modo que vou pedir a sua paciência, de novo, para me ajudar a manusear a apresentação. Se você puder voltar para o sumário, antes de... Não; desculpa. Pode ir lá para o sumário mesmo. Ai, isso. Clica, por favor, na segunda setinha.

Acho que o Fajerman pegou bem o espírito do que é esse desenho. Essa prateleira dá a ideia de alguém que vai ao supermercado e tenta comprar o produto que está querendo adquirir. O que a gente está tentando explicar é que, hoje em dia, essas variáveis que nós colocamos na prateleira influenciam na formação de preços. A vantagem disso é você poder customizar o produto às suas necessidades como passageiro.

Eu tenho uma preocupação muito grande de a gente tentar analisar as tarifas no transporte aéreo trabalhando apenas os casos extremos, porque isso vai ter repercussão nas demais tarifas que são praticadas.

O que a gente está querendo com essa exemplificação...

Pode passar o eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Está tudo muito mais colorido, não é? Então, hoje, as empresas aéreas perceberam melhor quais são as preferências e onde elas podem diferenciar os seus serviços.

Então, duas questões foram colocadas em termos de questionamento. Na verdade, são três aspectos que decorrem do cancelamento.

Quando a gente fala de demarcação e de reembolso, necessariamente, a gente está falando da hipótese de cancelamento no caso em que esse cancelamento se dá por opção do passageiro. Na hipótese de cancelamento, quais as opções que surgem? O passageiro pode querer encerrar a relação contratual – daí ele vai

pôr termo àquela relação –, ou ele pode querer renovar aquele contrato de transporte para usá-lo em outro destino, em outra data, em outro horário.

Para entender como isso é precificado, é importante a gente entender o processo de formação do contrato de transporte na atualidade. Vou para o exemplo prático, que, acho, é a melhor forma de a gente tentar visualizar isso.

Então, suponha que eu, Danielle, atualmente servidora do Executivo, tenha de me deslocar a um compromisso, assim como os senhores se deslocam para as mais diversas localidades. Como tenho uma agenda de trabalho muito apertada – e imagino que os senhores também a têm –, haver flexibilidade na minha marcação de passagem é importante, e eu precifico isso. Tenho a oportunidade de alterar meu contrato de transporte. Eu compro uma passagem, assumindo que meu compromisso termina naquele local às 16 horas, mas, para mim, é interessante que haja flexibilidade, para que, se meu compromisso terminar antes ou depois, eu possa alterar essa passagem. O meu tempo e o tempo dos senhores são bastante valiosos. Então, a gente precifica isso e se dispõe a pagar um pouco mais, para que haja flexibilidade naquele contrato de transporte para alterar alguns horários.

Eu, Danielle, gosto de viajar de mochilão. Então, procuro as tarifas mais baratas possíveis. Sei que, no período em que estou de férias, a probabilidade de acontecer um evento e de eu querer desmarcar as minhas férias é menor. Eu tenho a certeza de que vou viajar naquela data. Então, eu me disponho a pagar uma tarifa menor, sujeitando-me ao risco de, se eu remarcar minha passagem, eu ter de complementar para adquirir outra tarifa em outro horário, em outro contrato de transporte, e de incorrer em algumas penalidades.

É muito importante um valor que a agência tem tentado trabalhar bastante: a informação ao passageiro. Entendo que temos um papel, uma missão institucional muito grande de diminuir as assimetrias de informação que existem nesse setor. Mas o que a gente está tentando precificar é a minha preferência, a sua preferência e a sua disposição ao risco. Aceito, para pagar uma tarifa mais baixa, a possibilidade de eu não ter a flexibilidade de remarcar. A gente poderia dizer: “Mas isso não seria justo”. Mas isso levaria a praticar uma tarifa média para todas as pessoas. E algumas pessoas que, hoje, conseguem viajar por conta dessa flexibilidade estariam excluídas do acesso a esse serviço.

Então, qualquer intervenção que a gente faça que vise a diminuir os extremos, convergindo todo o conjunto de tarifas para uma média, não necessariamente pode ter o melhor efeito. Acho que o nosso papel, como agência reguladora, é trazer para os senhores,

para essas Casas, os impactos que uma medida, uma decisão como essa pode ter em termos de bem-estar para a sociedade como um todo.

Quando eu digo de uma pessoa que está viajando – é claro que ela não gostaria de ter o seu compromisso interrompido –, poderia não haver esse risco precificado e pagar uma tarifa maior. Mas quem sai em vantagem, quem sai ganhando nessa situação é o passageiro que consegue administrar e remunerar exatamente aquilo que ele está querendo contratar.

Você pode voltar para o gráfico? Pode descer. Pode passar. Vamos voltar ao gráfico de distribuição de assentos, mais uma vez. É esse, o anterior.

Essa é a distribuição de tarifas média no mercado brasileiro. O que a gente está querendo dizer é que, eventualmente, alguma ação que venha no intuito de diminuir as tarifas ou de influir na formação desses preços pode não permitir essa distribuição que existe hoje, que é esse mecanismo de gerenciamento de receitas que as empresas, na atualidade, praticam e que o passageiro, com a informação, consegue se organizar para especificar e delimitar exatamente que contrato de transporte ele está realizando.

Minha preocupação, sem qualquer juízo de valor, é apenas trazer informação das implicações e de como enfrentar aquilo que é enxergado como um problema. Antigamente, você tinha 6% das passagens aéreas praticadas com Yield médio de R\$1,50. Na atualidade, isso representa algo em torno de 1% das tarifas, dos assentos comercializados. A questão é: existe um *trade off* entre tentar atuar nessa tarifa específica, e, necessariamente, ao atuar nessa forma de precificação, você estará comprometendo a forma de compor as tarifas que são pagas por aquelas pessoas que estão incluídas nos intervalos e que representam 81% dos assentos comercializados, que giram em torno de 50 centavos de tarifa.

Eu entendo que há preocupações específicas, e concordo com elas, mas talvez seja o caso de se pensar em alguma política pública própria para essa situação, para esse interesse público, porque esse interesse é tutelar, sem que com isso se re questione aquilo que nós entendemos que hoje conseguiu promover uma grande inclusão social no País.

Bom, retomando um pouquinho só o questionamento do Senador Cyro, a primeira hipótese, a tarifa de embarque que é paga pela utilização da infraestrutura aeroportuária não é apropriada nesses mecanismos de recomposição de gerenciamento. Se você remarcar, aquela mesma tarifa de embarque é utilizada para um novo contrato de transporte que você faz. Talvez, se você alterar o destino, reitinerar, como se diz, você incorra numa majoração ou numa redução dessa tarifa,

mas é diferenciada do que você paga pela prestação do serviço.

Eu entendo – tenho a oportunidade de falar isto em vários locais – que se questiona muito se as regras aplicadas no setor convivem com o ordenamento jurídico brasileiro, em especial a legislação consumerista. A Agência tem sempre se posicionado procurando promover um diálogo entre essas fontes. Nós entendemos que há mecanismos, sim, de realizar. Nós estamos numa franca discussão, uma discussão construtiva, com a Senacom, a nova Secretaria Nacional do Consumidor, exatamente enfrentando essas questões, para identificar onde há abuso. E onde houver abuso, onde identificarmos um comportamento abusivo na perspectiva da concorrência, da legislação de consumo, nós atuamos. Mas, num primeiro momento, entender efetivamente o que é uma distorção e o que é uma característica do transporte aéreo tem sido nosso esforço na atualidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr^a Danielle.

Permitam-me agora acumular a função de Presidente e de Plenário também.

Tenho algumas perguntas.

Dr. Ricardo, permita-me iniciar com o senhor. Permita-me retornar aos seus eslaides. O Dr. Ricardo é da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Se não me engano, foi o terceiro eslaide.

Na verdade, eu queria debater com base no mapa e no gráfico.

Pode ir em frente.

Pronto. Esta é a primeira pergunta.

Próxima. Isto.

O senhor mostrou aqui o mapa da participação no mercado de empresas aéreas regionais. Perfeito? Aqui temos todas as empresas aéreas regionais hoje registradas na SAC que estão em operação. Perfeito?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– Algumas não estão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Algumas não estão. Ali a Puma, que parece que fez dois voos e...

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– (*Fora do microfone.*) ...e 2011. Todos que operaram nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito. Perfeito. Algo me chamou a atenção nesse gráfico. E quero saber do senhor – e chamo a atenção também da Dr^a Danielle para isso – de onde é Abaeté. A Abaeté Linhas Aéreas.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Da Bahia. Air Minas, de Minas, obviamente. ATA Brasil?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas também não é da Amazônia. Cruiser?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– Cruiser é do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mato Grosso. Mega?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– Tem dois: Mega e Meta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Meta não opera mais.

Eu quero chegar ao seguinte: de todas ali, eu não localizei nem uma operando na Amazônia. Estou errado? Com exceção da TRIP Linhas Aéreas. Mas todas as demais... A TRIP, que me permita Celestino, já é nacional, que é Azul TRIP. Então, com exceção da TRIP, todas as demais... Abaeté não é Amazônia; Air Minas não é Amazônia; Ata Brasil não é Amazônia; Cruiser não é Amazônia; Mega não é Amazônia; Meta não opera mais na Amazônia, mas já operou; NHT não é Amazônia; Noar não é Amazônia; Pantanal não é Amazônia; a Passaredo é... A Passaredo tem um caráter mais nacional, já que opera na Amazônia e em outras regiões também. A Puma era da Amazônia, mas também não opera mais, não existe mais. A Rico operava, mas não está operando mais. A Sete, parece-me, é a única exceção aí. Sol, TAF, Team, Total, TRIP. Então, do conjunto das empresas regionais aqui apontadas, nós só temos uma operando na Amazônia: a Sete. Eu estou contando a TRIP como empresa nacional hoje, visto que já compõe uma malha aérea nacional e foi incorporada pela Azul. Unicamente amazônica e operando na Amazônia, e aí me permita para eu completar...

Pode ir ao mapa. Vá ao mapa. Isso.

O senhor trouxe um dado importante aqui: o número maior de operações é entre pequenas cidades. Mas, olhando o mapa, a gente vê que parece que o mesmo vazio demográfico da Amazônia se repete também no vazio de voos para a Amazônia. Ou seja, o número maior de voos é entre pequenas cidades, mas está evidente a concentração no Nordeste, no Centro-Oeste, ou seja, no centro-sul do País. Mais uma vez, na Amazônia, há uma total ausência e, em algumas cidades da Amazônia especificamente, é só a TRIP que opera. Fora a TRIP, não há outra operando.

Com um detalhe, eu faço a mesma pergunta ao Dr. Vitor. Vou completar a pergunta ao senhor e estender ao Dr. Vitor. Eu vi que dos Estados da Amazônia,

dois deles não têm nenhuma operação da TRIP: Roraima e o meu Amapá. Esses dois Estados e as duas capitais não têm nenhum atendimento.

Pergunto ao Dr. Vitor se há alguma possibilidade de extensão. E pergunto especificamente ao Dr. Ricardo e à Anac.

Quando falo da Amazônia, estou falando de dois terços deste mapa. São dois terços do mapa, mas é a região menos densa demograficamente. Para alguns cantos dessa região, a aviação é utilidade pública, e vou citar aí a minha cidade. Eu só vou à minha cidade de barco ou de avião. De barco, são 20 horas de deslocamento. Então, é só avião que conta. De avião, nós temos somente quatro voos, ou melhor, cinco voos: dois da GOL e três da TAM, e só duas empresas. É uma das linhas verdes aí presentes.

Especificamente na Amazônia, parece-me que há um vazio de política de incentivo à aviação regional. E especificamente na Amazônia, nós temos aqui concretamente aviação não somente como uma questão de mercado. Parece-me que para a Amazônia – parece-me não, está evidente, inclusive no mapa que o senhor apresenta, Dr. Ricardo – aviação é utilidade pública, é necessidade. E temos claramente lá uma oferta bem menor. Quando a agente vai ao *ranking*, no outro gráfico, das empresas regionais, nós percebemos que temos concretamente operando na Amazônia uma empresa aérea, enquanto todas as outras operam e se concentram no restante do País. Então, é essa a minha indagação primeira – há outras – ao Dr. Ricardo e ao Dr. Vitor.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Com relação à questão de empresas regionais, a gente está em fase final de elaboração de um plano, o Plano de Incentivos para Aviação Regional, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil, baseado num grande plano de investimentos em infraestrutura portuária. O que a gente tem...

A gente conversou muito com as empresas, a gente conversou com todos os Estados da Federação. Em grande medida, o que nos têm passado os Estados e as empresas é que o grande problema da aviação regional está relacionado à infraestrutura inadequada, inclusive foi o que foi falado aqui, inclusive para o Porto de Macapá.

Então, esse plano de aviação regional, em linhas gerais, está em discussão final no âmbito do Governo. Ele deve ficar pronto nos próximos dias, nas próximas semanas.

A gente tem discutido bastante quais são os critérios que a gente tem que levar em conta para incentivar a aviação regional. Os primeiros critérios que a gente levou em conta foram os problemas ligados

à questão socioeconômica. Então, a gente elegeu ali Municípios – porque a gente está vendo o Brasil como um todo – polarizadores. A gente levou em consideração também aqueles Municípios que já recebem voo regular hoje. Então, se eles já recebem voos regulares hoje, são Municípios que têm potencial para continuar recebendo voos regulares.

Levamos em conta também a questão turística e em grande medida a questão de acessibilidade. Foi um dos fatores que a gente levou em consideração como base para a constituição e a construção do plano.

Então, nesse plano, a gente não considera mais esse conceito de empresa regional. A gente chama de aviação regional todas aquelas ligações que não são ligações entre capitais. Todas as outras ligações a gente está chamando de aviação regional.

A questão de a gente considerar empresa pequena, ou empresa média, ou empresa grande, no nosso conceito de plano de aviação regional, não interessa para a gente. O que interessa é para aonde aquelas empresas estão voando. Então, é um conceito que antes se adotava. Pelo porte da empresa, como sendo empresa regional, a gente está entendendo que essas localidades podem ser atendidas por qualquer uma das empresas, sejam elas grandes ou sejam elas pequenas.

Portanto, no que se refere a termos uma empresa dita regional ou não, uma empresa maior, isso para a gente não está importando. O que importa é se aquela localidade está sendo atendida ou não.

Então, essa é uma questão.

Com relação ao mapa, tendo em vista toda a questão de... Uma empresa só pode voar para determinada localidade hoje se aquela localidade tiver potencial para receber voo regular. Então, verificando no mapa, obviamente toda essa concentração das linhas e das grandes linhas está localizada na parte leste do País, notadamente no que se refere ao Sudeste – Brasília é um grande *hub* –, Nordeste, e, tendo em vista a densidade populacional, sim, essas rotas vão raleando, quando a gente vai para a Amazônia Legal. Manaus é uma exceção e Belém também é uma exceção a isso.

Todos os critérios, como falei, que a gente considerou para eleger aqueles Municípios que a gente entende que têm potencial para receber lá, o critério de acessibilidade a gente considerou que viabiliza a empresa por si só, a ligação por si só, porque, se naquele Município não há possibilidade de você ter acesso por outro modal de transporte de uma forma adequada, resta o transporte aéreo como único meio de transporte adequado. Então, a gente tem identificado, conversando com as empresas, que isso, por si só, cria um potencial para transporte regular. Há cidades, como Santa Isabel do Rio Negro, que foi utilizada como

parâmetro, que seria a cidade que a gente elegeu com o menor PIB, com a menor população que já recebe voo regular hoje. Se a gente fosse olhar a cidade pelo PIB e pela população, ela nunca teria potencial para receber voo regular, mas ela recebe. Recebe por quê? Porque você não tem condições de ter acesso àquela cidade de forma adequada por meio de outros modais.

Portanto, a gente acredita que um grande plano de investimentos em infraestrutura portuária, que a gente está pretendendo fazer logo, com a aprovação desse plano de aviação regional que está sendo discutido no âmbito do governo, a possibilidade de a gente implementar o número de voos, o número de ligações e o número de cidades atendidas por transporte aéreo regular de passageiro é muito grande. Somado a isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Tem meta prevista pelo Governo? Nós temos um vazio, como superar o vazio?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Sim, a gente tem lá um número de cidades que a gente entende que são cidades com potencial para receber voo regular – entre 150 e 200 cidades ao todo. Hoje a gente tem 130 cidades que recebem voo regular. A gente está discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas me permita: além de ampliar o número de cidades, a malha que está na Amazônia coberta, pelo que o mapa demonstra, me parece que integra. O problema é a oferta que tem para integrar.

No caso específico de três capitais – Rio Branco, Boa Vista e Macapá – a oferta é bem menor do que outras cidades do Brasil com população similar.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Sim. Seria o próximo. Mas não só a infraestrutura aeroportuária é capaz de incentivar isso. Como eu falei na apresentação, todo e qualquer mecanismo que a gente utilize para aumentar a competitividade das empresas é interessante. Tem a questão da folha, tem a questão da precificação dos combustíveis e acho que um fator que a própria Trip já tem em benefício de alguns Estados com relação a ICMS reduzido... a redução do ICMS – no Estado do Amapá, hoje, é 25% – é essencial, primordial para complementar essas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dr. Ricardo, me permita, porque acho que o senhor toca num ponto importante desta audiência aqui e eu queria estender, além da pergunta que lhe diz, Victor, me permita para estender esse ponto apontado pelo senhor aos demais representantes das empresas aéreas aqui presentes – Gol, TAM, Passaredo e Trip. A redução de ICMS significaria... tinha uma tabela de ICMS, não sei se foi o senhor que apresentou? Não. Foi o Dr. Marcelo.

Se puder colocar a do Dr. Marcelo, Diretor de Assuntos Cooperativos da TAM.

Eu pergunto: se a redução de ICMS é um quesito, é um fator que pode representar o deslocamento de linhas aéreas de suas companhias, ou o incremento em linhas aéreas de suas companhias para esses Estados, que possibilitem a redução?

Eu faço essa pergunta baseado nos seus dados, Dr. Marcelo. Eu vi aqui que o menor ICMS praticado é do Estado do Paraná, de 7%. Perfeito?

Nesses Estados em que se reduziu o ICMS do querosene da aviação, houve, em consequência, um incremento de opções de voos?

O SR. MARCELO MENDONÇA – Presidente, esses Estados onde houve a redução estão sendo atendidos conforme a demanda.

A redução do ICMS em outros Estados representaria um fator, em qualquer estudo de novas rotas, seria levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Só para complicar.

Por favor, Dr. Victor.

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Senador Randolfe, mais uma vez agradecemos por esta oportunidade de prestar alguns esclarecimentos aqui, mas, com a devida vênia, gostaria de insistir com V. Ex^a de que a Trip é de fato uma empresa amazônica, como demonstramos aqui: 58% da nossa oferta têm a ver com a Amazônia Legal, de destinos. E esse processo, que está em andamento, ainda aguardando autorização das autoridades, de fusão com a Azul Linhas Aéreas, não muda essa vocação que a empresa tem e o compromisso que tem com a sociedade e com aqueles destinos todos que atendemos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então, vou lhe pedir, então, para completar o mapa amazônica, os dois Estados que estão faltando.

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Sim, perfeitamente.

Eu queria endereçar esse questionamento de V. Ex^a de duas formas: a primeira questão eu diria que é mais por que a Amazônia não é mais servida.

Nesse processo, desde 2006, que a Trip vem enfrentando de prestação de serviço de transporte aéreo regular na Amazônia tem ficado claro que, por exemplo, Santa Isabel do Rio Negro, o que se tem lá? Um pelotão de fronteira que está mais próximo do Pico da Neblina e dali uma logística do Exército brasileiro para atender a praticamente toda a defesa nacional no Norte do País. E hoje, nós servimos essa cidade com dois voos semanais, de uma forma economicamente viável, sem nenhuma suplementação, sem nenhum subsídio.

Isso nunca tinha sido possível antes, porque esse serviço está incluído numa malha integrada e não é um serviço isolado, está associado a conexões que são feitas com outras cidades: São Gabriel da Cachoeira e a própria Manaus.

Mas hoje, recentemente, o setor, o Snea, a Abetar e a Embraer, entregamos uma carta à Secretaria de Aviação Civil indicando em torno de 135 localidades fora das capitais, obviamente, no País, onde já existe de fato demanda potencial para transporte aéreo regular. Por exemplo, no Estado do Amazonas tem vários locais. No Estado de V. Ex^a, Oiapoque é uma cidade que certamente já foi atendida no passado e poderia tranquilamente voltar a ser atendida.

Diversas dessas cidades da Amazônia poderiam estar sendo atendidas por aeronaves a jato, mas não são por conta da infraestrutura. Obviamente, o jato leva uma maior oferta e consequentemente uma maior demanda, pela redução das tarifas que estão associadas ao tamanho da aeronave. Mas hoje, a realidade é que a infraestrutura está muito aquém do apetite empresarial das empresas de aumentarem essa oferta.

No caso de Roraima e do Amapá, como V. Ex^a nos perguntou, existe total interesse da empresa de passar a servir essas cidades. Ocorre que isso deve estar associado ao balanço entre demanda e oferta. Na medida em que, eventualmente, aeronaves de maior porte forem inadequadas para atender àquela demanda, aeronaves de porte como jatos regionais da Embraer ou até mesmo turboélices...

Aí, faço um parêntese somente para colocar nossa posição em relação à questão da aviação regional. Em nossa opinião, não deve existir o conceito de empresa de transporte aéreo regional, deve existir o conceito de rota de aviação regional. E essa rota de aviação regional está associada a dois fatores: se o aeroporto for regional, de média ou baixa demanda, ou se a aeronave for regional. Porque na Amazônia – V. Ex^a sabe muito bem – tem vários aeroportos em que não se pode operar com jato e dificilmente se poderá, nos próximos 5 a 10 anos, em função dos investimentos necessários em pista, em navegação aérea, etc.

Então, a aviação de turboélice, que é o caso da Trip Linhas Aéreas, da Sete Linhas Aéreas e também da Passaredo Linhas Aéreas, é extremamente necessária, mas para se manter viável naquela região, requer muitas vezes uma subvenção direta, até mesmo na questão de jornada dos seus tripulantes. São muitas vezes questões de que o táxi aéreo se utiliza, como a jornada interrompida, que já está prevista na Lei do Aeronauta e se deve manter, a custo de perdermos a capacidade de atender a alguns desses Municípios caso venha a ser alterada.

Então, para concluir – e tem o terceiro ponto do ICMS –, eu gostaria de dizer: Sim, somos uma empresa amazônica e pretendemos continuar sendo. Dois, tem muitos Municípios que gostaríamos de atender, mas não atendemos hoje porque a infraestrutura está inadequada. E isso independe de suplementação e de subsídio, é simplesmente uma questão de ter infraestrutura e poder operar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – A redução de ICMS é um fator?

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – E a redução do ICMS, de fato, é um fator primordial, mas deve estar associado também à redução do custo, do preço do combustível e da disponibilidade de abastecimento.

No Estado do Amazonas – não são todos os Estados que incentivam, tem alguns Estados que sim e outros não – não é à toa que nós temos uma malha de treze Municípios atendidos. Se não fosse esse incentivo do ICMS, dificilmente conseguiríamos continuar voando para Santa Isabel do Rio Negro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois não. Mas no Amazonas são 25%?

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – São 25% de uma forma geral. Ocorre que no Estado do Amazonas existe uma legislação que diz que as empresas que atendem mais de quatro Municípios podem ter uma base de cálculo reduzida do ICMS. Não é nem a alíquota que varia. Para aquelas empresas que atendem um número maior de Municípios no Estado, que vão ao encontro da Constituição do Estado de promover o desenvolvimento regional – obviamente, isso está na Constituição Federal também –, os Estados entendem que nesse sentido não se caracteriza guerra fiscal e podem então fazer uma redução de base de cálculo para finalmente calcular o valor total do ICMS. Então, no Estado do Amazonas, hoje, para as empresas que atendem a mais de quatro Municípios existe esse tipo de redução. Assim como no Mato Grosso e outros Estados mais para o Sul, Sudeste, Minas Gerais, não é à toa também que tem a maior malha doméstica. São 17 Municípios atendidos no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Para expansão, somente o incentivo resolve?

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Eu diria a V. Ex^a que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Geograficamente estou querendo completar o mapa amazônica com o senhor.

O SR. VITOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Com certeza. E faremos com a maior atenção esse cálculo. Deve ser feito um cálculo em função da oferta existente *versus* o custo da implantação de uma nova

operação *versus* o incentivo. Esses são cálculos que realmente nós fazemos do ponto de vista econômico, o que custa, por exemplo, uma linha adicional caso ela não tenha maturidade num curto espaço de tempo. Ela tem um custo para a empresa aérea.

Esse incentivo pode contrapor esse custo de implantação? Então, nesse caso, sim, é um fator muito importante, mas é necessário que façamos um aprofundamento nessa discussão, na situação de Macapá, de Boa Vista, em função da demanda existente e da demanda potencial das demais concorrentes, mas coloco de antemão a nossa empresa com o maior interesse de estudar com atenção a possibilidade de aumentar essa oferta nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dr. Jorge, comentar.

O SR. JORGE VIANA – Senador, só para complementar o que o Celestino falou, a Passaredo, no caso, tem todo interesse em operar lá em cima, inclusive, nós estivemos até na semana retrasada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Atualmente, a Passaredo opera em...

O SR. JORGE VIANA – Até Belém.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Somente até Belém?

O SR. JORGE VIANA – Nós estamos em operação até Belém. Nós estivemos há duas semanas lá em Macapá analisando a possibilidade de fazer uma operação internacional de Belém, Macapá, Caiena.

Agora, realmente, o aspecto de infraestrutura é muito importante para viabilizar economicamente essa situação.

Só para informação de vocês, Macapá, hoje, é a única capital do Brasil onde a Petrobras não está presente. Não existe Petrobras abastecendo QAV em Macapá. Isso significa um custo de combustível em Macapá absurdo, porque nós ficamos basicamente na mão de uma empresa fornecendo combustível em Macapá.

Então, só para vocês imaginarem a deficiência de infraestrutura e logística. A Petrobras não consegue se estabelecer no aeroporto de Macapá hoje por deficiência de área.

Não me lembro aqui quem mostrou o pátio do aeroporto de Macapá hoje. Para se pedir um voo em Macapá num horário adequado, se esbarra em uma série de dificuldades de infraestrutura. Essa de não se ter condições de abastecer com a Petrobras em Macapá, isso, de uma certa forma, cria um obstáculo econômico para se montar uma operação em Macapá, porque a gente fica, basicamente, na mão de uma fornecedora de combustível na cidade de Macapá.

Nós teríamos todo interesse em operar, já operei Macapá e foi uma grata surpresa a ligação Macapá-Belém. As taxas de ocupação são altíssimas e a empresa teria todo interesse, desde que houvesse uma condição de infraestrutura adequada para se fazer operação em Macapá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado pelos seus comentários.

Dr. Marcelo, por gentileza.

O SR. JORGE VIANA – Perdão, Sr. Presidente, só um complemento depois da intervenção dos nossos colegas da Trip e da Passaredo. Queria reafirmar que sim, que uma redução do ICMS seria um fator importante no momento de estudar novas rotas para o aeroporto de Macapá, porque isso entraria na composição do cálculo do custo do voo para ele ser sustentável, juntamente com o estudo da demanda, a questão de infraestrutura. Então, queria fazer esta reafirmação de que é um componente importante no cálculo do custo para novas rotas em qualquer aeroporto, incluindo Macapá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr. Marcelo.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Só porque eu ainda...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dr. Alberto, por favor.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Realmente, como eu tinha falado, a GOL, por princípio, tem um tamanho de avião que não estaria diretamente incluído em voos novos de cidades de pequena densidade. É louvável, Senador, como o senhor defende sua região. É muito bacana. Mas nós também temos que pensar no Brasil inteiro.

Com relação não somente a ICMS, ao preço total do combustível, o Dr. Ricardo também falou muito rapidamente. Se a gente fizesse uma simulação – está na apresentação dele –, como seria esse balanço em que as duas maiores empresas perderam R\$700 milhões? Se o ICMS fosse 12%, é um cálculo muito fácil. É pegar o combustível, pegar o ICMS médio e passar para 12%. Mudava totalmente o balanço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Só perguntando: o ICMS médio hoje está em quanto?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – 19,1%, pela apresentação do Dr. Ricardo. O que nós estamos pleiteando é 12%, que é o mínimo que os Estados podem fazer sem precisar que o Confaz aprove de Estado a Estado.

O Cofins tem 11%, porque se pode tirar 1% sendo um aeroporto e indústria, não é? Quanto ao Paraná eu fico quieto, porque não sei como eles estão com 7%.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois é. Chamou-me atenção. Ninguém conseguiu me responder e explicar por que o do Paraná... como o Paraná conseguiu baixar tanto?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – É. Mas isso é muito recente e nós, sim, aumentamos voos.

Tem uns dados que são públicos mostrando que tanto em Confins quanto no Galeão, quando baixaram o ICMS e depois por lei tiveram de voltar para 11%, 12%, o crescimento – de Confins e do Galeão – foi completamente diferente do crescimento do resto do País. E como eu disse, para os dois maiores insumos, combustível e folha de pagamento, estamos muito próximos – esperamos nós – de conseguir alguma solução.

A 563 está para ser assinada, que muda o conceito de pagamento do INSS. E nós esperamos conseguir alguma coisa com os combustíveis, tanto no ICMS como na formatação da fórmula.

A aviação é uma coisa nacional. Também não adianta resolver o problema regional se nacionalmente não tivermos uma malha de transporte aéreo muito forte. Então, é extremamente importante aproveitar essa audiência para focar nesses dois pontos que mudariam totalmente a face da aviação do Brasil: o custo do combustível e a desoneração da folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Nesse sentido, se me permite, antes de passar para você, Danielle, eu pergunto aos senhores. Quem dá exemplo deve ser premiado. Ocorrendo a iniciativa de Governadores de determinada região na redução, existe disposição das empresas aéreas em aumentar a oferta nessa região em especial? Foi isso o que aconteceu no Paraná?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – A disposição existe, lógico.

Como todos os meus colegas falaram...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Eu dialogo com o senhor...

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pela dificuldade que seria, porque há uma necessidade também de debater a política nacional para o setor. Tendo a redução, deveria ter um diálogo com o conjunto dos Governadores.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Claro. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Eu sei como funciona. Assim, eu imagino as dificuldades de como funciona essa situação no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária e a resistência que há nesse sentido.

Eu pergunto, se ocorrer, por parte de Governadores, de Governos de determinada região, a redu-

ção, se há a contrapartida das empresas aéreas em ampliar a oferta?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Concretamente, Senador, eu posso dizer que sim. A gente não pode pontuar.

Um exemplo muito concreto podemos dar, no caso da empresa em que eu estou trabalhando agora. Todo mundo leu que tendo em vista o resultado que nós obtivemos, reduzimos os nossos voos de mil, mil e poucos que tínhamos por dia, para 900, 890 voos por dia.

Evidentemente, como fizemos essa redução? Nós fomos olhar voo a voo. Aqueles em que achamos que não somente perdíamos dinheiro mas não tínhamos possibilidade de recuperá-lo, simplesmente retiramos da nossa malha. É só imaginar que se não tivéssemos perdido dinheiro... Por isso eu falei que o simples fato de fazermos uma simulação com um valor de ICMS diferente não nos teria deixado tirar esses cem voos.

Se você imaginar que cada voo consome mais ou menos 4 mil litros de combustível, nós estamos falando de 400 mil litros de combustível por dia. Multiplicando isso pelo ICMS menor, veremos que no final das contas estamos dando o mesmo resultado com muito mais voo. Então, é difícil responder ponto a ponto, de A para B e de C para D. Mas não há a menor dúvida de que com o preço do combustível, tanto o ICMS como a formatação da fórmula, o número de voos que existiria no Brasil seria totalmente diferente.

No caso dos voos regionais, que todo mundo muito bem explicou, não é empresa regional, são voos regionais, é lógico que a infraestrutura... Nós sabemos que a SAC está fazendo um trabalho fantástico de melhorar a infraestrutura de centenas de aeroportos – eu sou da época de se voar para Humaitá, Manicoré, Tefé, aqueles lugares todos para os quais hoje não se voa mais – e não há a menor dúvida de que o número de voos vai aumentar.

Então, nós temos muito otimismo e confiança de que essas audiências, a conversa que estamos tendo entre poder concedente, Poderes Legislativos e Senado, vão encontrar uma fórmula para fazer com que a nossa aviação continue com esse crescimento muito maior do que o do resto do mundo.

Um dado que não comentamos aqui. Já a partir do ano passado, em trechos maiores de mil quilômetros o brasileiro está andando mais de avião do que de ônibus. E isso não somos nós que falamos. O próprio consumidor está preferindo, porque custa menos andar de avião do que de ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dr^a Danielle.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Bom, eu acredito que as considerações

finais que eu tinha trazido retratam as conclusões que nós tivemos aqui.

O que nos preocupa enquanto... Qual a ordem do dia das discussões? Primeiro, buscar segurança jurídica e estabilidade regulatória para que o mercado se desenvolva, para que nós consigamos de uma forma natural expandir a oferta da infraestrutura, na forma como temos conseguido incluir socialmente grande parcela da sociedade brasileira.

Outro aspecto bastante discutido foi em relação a investimentos em infraestrutura. Isso por si só já geraria uma ampliação da oferta de serviços. Acho que vocês acompanharam a discussão em torno do processo de concessão de aeroportos. Ele foi construído de forma... Ele já é um dos mecanismos, uma das formas de se ampliar o investimento nessa infraestrutura, além de gerar recursos e contribuição para o sistema, para que sejam feitos investimentos nesses outros aeroportos.

Então, hoje temos um Fnac, Fundo Nacional de Aviação Civil, que em breve estará bastante capitalizado, de modo a fazer frente a esses investimentos necessários para o restante dessa infraestrutura.

E também, como foi posto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Quando iniciam os investimentos do Fnac?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Bom, a partir da arrecadação, eu suponho. Mas a SAC, que é gestora do Fnac, poderia explicar melhor. Mas até o momento, parte desse recurso do Fundo é construído com outorga; aliás, com a contribuição ao sistema, que é dado pelas concessionárias; e há perspectiva de que esse Fundo comece a ser irrigado por essa fonte já a partir do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois não.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – A constituição do Fundo é a seguinte: os recursos do Ataero, que é o adicional tarifário sobre tarifas aeroportuárias; os recursos que antes eram destinados à amortização da dívida imobiliária e voltaram para o setor; recursos da Lei 9.825 que foi alterada, pois esses recursos iam para o Tesouro e agora vão para o Fundo; e, a partir do ano que vem, os recursos do valor de outorga das concessões vão entrar.

Quando todos os recursos, inclusive os valores das outorgas, estiverem compondo o Fundo, serão da ordem do R\$2 bilhões. Então, são valores bem significativos para investimento em infraestrutura, tanto para investimento na infraestrutura regional quanto para investimento na infraestrutura dos aeroportos da Infraero.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pelo que o senhor está dizendo, o Fundo, então, só começará a ser aplicado depois de 2013?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Não. O Fundo está operante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Está disponível.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Está operante.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Está operante, com os recursos do Ataero e com os recursos da Lei 9.825, que dão em torno de 800 a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dentro do pacote, digamos assim, de incentivo – eu vou chamar de aviação regional – que o senhor anunciou ainda há pouco que o Governo pretende, terá a utilização dos recursos do Fundo para as iniciativas nesse sentido?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Sim. Em grande parte.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – E o anúncio?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – O que eu posso dizer é que isso está sendo discutido no âmbito do governo e acredito que logo, nas próximas semanas. Não tenho assim uma data específica. Mas não deve demorar muito, não.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Fechando, acredito que já existem políticas públicas sendo discutindo com vistas ao estímulo à oferta de serviços, como a discussão em torno do ICMS que incide sobre o combustível, um item bastante significativo do custo do transporte aéreo no País.

Bom, eram essas as minhas considerações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Drª Danielle.

Alguém quer considerar mais alguma coisa?

Bom, eu gostaria, então, de agradecer ao meu caríssimo Victor Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Trip; não é o primeiro contato que nós temos e gostaria de agradecer mais uma vez a sua disponibilidade. Da mesma forma, ao Dr. Jorge Vianna, Diretor de Relações Instituições da Passaredo, também não é o primeiro contato que temos; queria agradecer a disponibilidade. Ao Dr. Ricardo Chaves, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. À Drª Danielle Alcântara; ao Marcelo Mendonça, Diretor de Assuntos Corporativos da Tam; Dr. Alberto Fajerman, Diretor de Assuntos Institucionais da Gol Linhas Aéreas Inteligentes.

Creio que, desta audiência pública, nós temos um conjunto de sugestões apresentadas aqui.. aliás, antes das sugestões, tivemos um conjunto de reclamações que os senhores e a senhora ouviram aqui, em especial sobre a carência de voos e de oferta de voos principalmente para a Região Amazônica. Ouvimos também, por parte das empresas aéreas aqui, algumas reclamações do impedimento de não ter esses voos para algumas regiões, notadamente a Região Amazônica. Me parece que daqui saímos, em primeira mão, com um retrato sobre a aviação civil no Brasil, que a Danielle fez muito bem. Você foi parabenizada por todos da Mesa, quero lhe agradecer e cumprimentar também.

E tivemos um anúncio aqui do Dr. Ricardo da iniciativa que o Governo deve ter nas próximas semanas em relação à aviação civil.

E me parece que é importante e necessária a ata desta audiência e quero já – delegado que sou pelo Presidente Rodrigo Rollemberg – dizer que esta Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização encaminhará o resultado desta audiência pública aos governos estaduais para que possamos – e aí pedimos apoio da Anac e da SAC – ter um debate. Eu concordo com o Sr. Alberto de que não é só um debate regional, mas possamos ter um debate nacional sobre o ICMS do querosene de aviação.

Eu acho que esse debate é necessário que seja nacionalizado e esteja presente dentro das iniciativas da Secretaria de Aviação Civil e da Anac.

Vimos aqui e foi apresentado também as necessidades para o incremento da aviação regional – o Jorge apresentou, inclusive, uma dificuldade que há em Macapá, a ausência de concorrência de livre mercado. Existe um monopólio lá do combustível fornecido somente por uma empresa.

Creio que esta audiência tem que ser um passo para que possamos ter iniciativas com base nos marcos regulatórios da aviação civil no Brasil e sobre a política nacional de aviação civil, notadamente para que possa ser uma política que integre o Brasil e, em especial, a Região Amazônica, que foi apontada aqui e é provada pela geografia que corresponde a dois terços do território nacional.

Então, quero agradecer aos senhores e à senhora, à imprensa, aos assessores, a todos que participaram desta audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às doze horas e vinte e nove minutos do dia onze de setembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, CRISTOVAM BUARQUE, TOMÁS CORREIA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ASSIS GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 81, de 2012**, que “Requeiro, em aditamento ao RMA 76/2012, que a audiência pública que debaterá a realidade do Bioma Cerrado seja realizada com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara do Deputados. Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 82, de 2012**, que “Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes. A audiência pública terá por convidados: 1. Patrícia Carvalho dos Reis, gerente do projeto “Patentes Verdes”, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); 2. Douglas Al-

ves Santos, pesquisador do Inpi; 3. Cláudio Roberto Barbosa, do Kasznar Leonardos Propriedade Intelectual; 4. Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e 5. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT). Autoria do Projeto: Senador Anibal Diniz e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 13, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha cópia do RELATÓRIO FINAL, VOTO DO RELATOR e ANEXOS da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Nova Friburgo – RJ que apurou as questões referentes à tragédia climática que se abateu sobre o município de Nova Friburgo, às contratações dela decorrentes, bem como a utilização dos recursos públicos”. Autoria: Câmara Municipal de Nova Friburgo (RJ). Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Para que a comissão: a) Tome conhecimento do feito; b) Aprove o pedido de informação ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre as fases e prazos para entrada em vigor do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais; c) Aprove a audiência pública sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, sua estrutura e funcionamento; d) Aprove o Pedido de Informações ao Ministério da Integração Nacional, à Casa Civil da residência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a aplicação do Acórdão nº 1.781/2011 TCU– Plenário; e) Informe deste encaminhamento o Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo; f) Remeta o processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento do Aviso, pela aprovação de pedido de informação ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre as fases e prazos para entrada em vigor do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais, pela aprovação de audiência pública sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, sua estrutura e funcionamento, pela aprovação de pedido de informações ao Ministério da Integração Nacional, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a aplicação do Acórdão nº 1.781/2011 TCU– Plenário; e para que se informe deste encaminhamento o Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo. **ITEM 4) TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2005 – Complementar – Não Terminativo**, que “Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2007 – Complementar – Não Terminativo, que “Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2011 – Complementar – Não Terminativo**, que “Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador Tomás Correia. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2012 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC”. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2008 – Terminativo**, que “Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências”. Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2011 – Terminativo**, que “Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes”. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta. É aprovada a inclusão **EX-TRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 83, de 2012**, que “Requeiro, em aditamento ao RMA 76/2012, a inclusão do senhor Francisco Oliveira, diretor do Departamento de Políticas para o Combate do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, como convidado para a audiência pública que debaterá a realidade do Bioma Cerrado. Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 84, de 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir a implementação de políticas públicas promotoras da

acessibilidade dos deficientes auditivos, especialmente no tocante à disponibilização da comunicação em Libras pelos diversos órgãos públicos, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com a presença dos seguintes convidados: 1. Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; 2. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador do Tribunal do Trabalho da 9ª Região; 3. Representante do ICEP Brasil – Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil; 4. Representante do Ministério Público Federal; 5. Representante do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. A autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os seguintes itens da pauta: 5) PLS 138/2010; 7) PLS 187/2012; 8) PLS 438/2007; 9) PLS 55/2008; 11) PLS 164/2010; 12) PLS 271/2011; 13) PLS 353/2011; 15) PLS 22/2012; 16) PLS 52/2012; 17) PLS 76/2012; 18) PLS 90/2012.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 11/09/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária a 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Informo aos Srs. Senadores que a Secretaria da CMA finalizou o trabalho de classificação e remessa de documentos ao Arquivo do Senado Federal.

Entre janeiro e agosto de 2012, foi realizado o arquivamento de documentos da CMA referente aos períodos de 1975 a 2009. Foram enviadas 62 caixas,

contendo aproximadamente 6 mil documentos, para a Secretaria de Arquivo. Esse material foi registrado em relatórios que totalizam 681 páginas. Ressalto que os documentos não foram eliminados, mas transferidos ao Arquivo Histórico, onde estão abertos à consulta por toda a sociedade.

Comunica ainda a criação de um grupo de trabalho composto pelo Senado Federal, Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União, visando à colaboração técnica para compartilhamento dos dados do Portal Copa Transparente.

O Portal Copa Transparente é uma iniciativa da CMA, criado pelo Ato nº 01, de 2009, que busca dar transparência e fiscalizar as obras da Copa do Mundo de 2014, que estão sendo construídas com recursos públicos.

Ainda comunico o recebimento dos Avisos nºs 800-CSI-TCU-Plenário e 879 CSI-TCU-Plenário, ambos sigilosos. Estes Avisos serão distribuídos para apresentação de relatório aos Srs. Jorge Viana e Aníbal Diniz, respectivamente.

Pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 81, DE 2012

Requeiro, em aditamento ao RMA 76/2012, que a audiência pública que debaterá a realidade do Bioma Cerrado seja realizada com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 82, DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência

pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

A audiência pública terá por convidados: 1. Patrícia Carvalho dos Reis, gerente do projeto “Patentes Verdes”, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); 2. Douglas Alves Santos, pesquisador do Inpi; 3. Cláudio Roberto Barbosa, do Kasznar Leonardos Propriedade Intelectual; 4. Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e 5. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT).

Autoria do Projeto: Senador Anibal Diniz e outros

Vou subscrevê-lo para colocar em apreciação.

Aqueles que concordam com a aprovação permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto aos Srs. Senadores a inclusão extrapauta de dois requerimentos de minha autoria.

Passo à leitura dos requerimentos:

E

XTRAPAUTA:

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 83, DE 2012

Requeiro, em aditamento ao RMA 76/2012, a inclusão do senhor Francisco Oliveira, diretor do Departamento de Políticas para o Combate do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, como convidado para a audiência pública que debaterá a realidade do Bioma Cerrado.

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Segundo requerimento.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 84, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir a implementação de políticas públicas promotoras da acessibilidade dos deficientes auditivos, especialmente no tocante à disponibilização da comunicação em Libras pelos diversos órgãos públicos, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com a presença dos seguintes convidados: 1. Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; 2. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador do Tribunal do Trabalho da 9ª Região; 3. Representante do ICEP Brasil – Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil; 4. Representante do Ministério Público Federal; 5. Representante do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aqueles que concordam com a aprovação dos requerimentos permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a Presidência ao Senador Ivo Cassol, para que eu possa relatar o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 13, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Item 3.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 13, DE 2012

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do RELATÓRIO FINAL, VOTO DO RELATOR e ANEXOS da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Muni-

cipal de Nova Friburgo – RJ que apurou as questões referentes à tragédia climática que se abateu sobre o Município de Nova Friburgo, às contratações dela decorrentes, bem como a utilização dos recursos públicos.

Autoria: Câmara Municipal de Nova Friburgo (RJ)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Para que a comissão: a) Tome conhecimento do feito; b) Aprove o pedido de informação ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre as fases e prazos para entrada em vigor do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais; c) Aprove a audiência pública sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, sua estrutura e funcionamento; d) Aprove o Pedido de Informações ao Ministério da Integração Nacional, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a aplicação do Acórdão nº 1.781/2011 TCU– Plenário; e) Informe deste encaminhamento ao Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo; f) Remeta o processado ao arquivo.

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

V. Ex^a praticamente já resumiu o teor do voto, das sugestões que apresento, portanto eu serei muito breve.

Vou abreviar o voto, já que o relatório sobre esse Aviso é um relatório extremamente longo.

Trata-se do Aviso nº 13, de 2012 (Ofício S/N da Câmara Municipal de Nova Friburgo, do Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, de 25 de abril de 2012, na origem), que trata do “Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito referente à tragédia climática que se abateu sobre o Município de Nova Friburgo”, acompanhado do relatório, voto, propostas e encaminhamentos que o fundamentam.

O referido relatório é resultado do trabalho final da Comissão Parlamentar de Inquérito Municipal que tratou da atuação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo na condução das ações mitigadoras da catástrofe climática ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro em 12 de janeiro de 2011.

O relatório da CPI Municipal encaminhado a esta Comissão nos traz notícia de várias irregularidades com a aplicação de recursos próprios do Município e com recursos estaduais e federais, transferidos mediante convênio para atender às necessidades decorrentes da atenção à população atingida pela catástrofe climática.

Foram relatadas as dificuldades de coordenação entre os Governos Federal, Estadual e Municipal no atendimento das vítimas da calamidade.

Demonstrou-se a ausência de um Plano de Combate às Catástrofes, atraso nas obras de recuperação de infraestrutura do Estado e Município que atendem à região e ausência de uma política clara de restauração e preservação do meio ambiente que evite ou minimize novas catástrofes.

O relatório foi encaminhado ao Ministério Público Estadual e Federal, aos Tribunais de Contas do Estado e da União e à Controladoria-Geral da União, para apurar as irregularidades apontadas e respectivas responsabilidades.

Analiso, em seguida, os posicionamentos do Tribunal de Contas da União e peço autorização para ir direto ao voto.

Parece-nos que a lamentável situação narrada pelo Poder Legislativo Municipal de Nova Friburgo nos remete a algumas considerações necessárias:

- a) há uma ausência de normativos legais que especifiquem procedimentos especiais para fiscalização de recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap, bem como em momentos em que se decreta a situação de calamidade;
- b) há uma omissão sobre os prazos de implementação do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais, anunciado no início de 2011;
- c) não fica clara a atuação da Casa Civil, do Ministério da Integração e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre as sugestões de alteração de normatizações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União;
- d) não ficou claro o impacto na evolução do Sistema Nacional de Defesa Civil com a Lei nº 12.608/2012, que alterou a Lei nº 12.340/2010, revogando os dois artigos iniciais que falavam do Sistema, no que pese ainda ser vigente o Decreto nº 7.257/2010, que trata de sua constituição.

Em relação à apuração das responsabilidades pessoais de cada agente, parece-nos que o encaminhamento para os Tribunais de Contas e Ministérios Públicos respectivos é, ao menos em caráter preliminar, a medida necessária e já foi tomada pela Assembleia Municipal de Nova Friburgo.

Isto posto, somos de opinião que esta Comissão:

- a) Tome conhecimento do feito;
- b) Aprove o pedido de informação ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre as fases

e prazos para entrada em vigor do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais;
c) Aprove a audiência pública sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, sua estrutura e funcionamento;

d) Aprove o Pedido de Informações ao Ministério da Integração Nacional, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a aplicação do Acórdão nº 1.781/2011 TCU–Plenário;

e) Informe deste encaminhamento o Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo;

f) Remeta o processado ao arquivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO)

– Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório, com a apresentação dos requerimentos de informação e com o requerimento de audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, pelo conhecimento e arquivo da matéria, pela apresentação de quatro requerimentos de informação e um requerimento de audiência pública.

Devolvo a Presidência ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com muita alegria, passo a palavra ao eminente Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço preferência para relatar o item 6 da pauta, invertendo-a nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Esta Presidência não tem a menor condição de negar um pedido de V. Ex^a, Senador Luiz Henrique. Portanto, vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre forro de PVC.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Trata-se, Sr. Presidente, de projeto do ilustre Presidente da Comissão de Agricultura e política rural, Senador Acir Gurgacz, que isenta do IPI o forro de PVC.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do PLS, pois vai ao encontro dos esforços brasileiros no sentido de diminuir o déficit habitacional e de fortalecer uma agenda ambiental positiva.

A isenção do IPI incidente sobre produto que vem sendo largamente utilizado na construção civil complementa o Programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, o PVC é ecologicamente amigável. Tem como principal matéria-prima o cloro, oriundo do sal marinho. Apesar de o PVC também ter em sua composição o eteno, obtido a partir do petróleo, é importante destacar que já possuímos tecnologia para retirar esse componente do álcool da cana-de-açúcar, tornando o PVC um produto renovável, além de reciclável.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2012, do ilustre Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório e voto do Senador Luiz Henrique permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum relator presente, os outros itens ficam adiados para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

(*São os seguintes os itens adiados:*

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005

COMPLEMENTAR

– Não Terminativo –

Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007
COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –**

Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011
COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –**

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Tomás Correia

Relatório: Pela rejeição

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2010
– Não Terminativo –**

Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2012
– Não Terminativo –**

Permite a dedução do imposto de renda de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, DE 2007
– Não Terminativo –**

Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.

Autoria: Senador Gerson Camata

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição da emenda nº 1-CCJ e pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2008
– Não Terminativo –**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008
– Terminativo –**

Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame.

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010
– Terminativo –**

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências”.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela rejeição.

ITEM 12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2011**
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever a obrigatoriedade das empresas de comunicar ocorrências relativas à violação ou vulnerabilidade de seus sistemas de segurança que armazenam dados cadastrais dos consumidores.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011**
– Terminativo –

Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2011**
– Terminativo –

Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição.

ITEM 15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2012**
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas de redação aprovadas na CE.

ITEM 16**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2012**

– Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para aprimorar o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2012**

– Terminativo –

Adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CAE e com duas emendas que apresenta.

ITEM 18**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2012**

– Terminativo –

Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação.)

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE JUNHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Sena-

dor Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores Marta Suplicy, Paulo Paim, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Roberto Requião, Cyro Miranda e Randolfe Rodrigues. O Senador Mozarildo Cavalcanti justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta Deliberativa: Item 1. Não Terminativo. Sugestão nº 1, de 2011, que cria a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, a Organização Nacional de Inclusão Social – ONIS, os Núcleos de Inclusão Social – NIS, as Empresas de Inclusão Social – EIS e dá outras providências. Autoria: União Planetária. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 2. Não Terminativo. Sugestão nº 9, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Sugestão nº 9, de 2011, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 3. Não Terminativo. Sugestão nº 18, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Sugestão na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 4. Não Terminativo. Sugestão Nº 22, de 2011, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: adiado. Item 5. Não Terminativo. Sugestão nº 2, de 2012, que declaração de interesse social da Flaskô

Industrial de Embalagens Ltda., empresa ocupada pelos trabalhadores e por eles controlada e administrada, para fins de desapropriação. Autoria: Associação Hermelindo Miquelace. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2012, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 6. Não Terminativo. Tramitação conjunta. Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Autoria: Deputada Nice Lobão. Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2008, que institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2008, Reserva 20% das vagas dos vestibulares para os cursos de graduação das universidades públicas federais e estaduais para estudantes oriundos de família com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Item 7. Não Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. Autoria: Senadora Níura Demarchi. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da matéria, bem como das Emendas de Plenário nº 1 a nº 4. Resultado: retirado de pauta. Item 8. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 9. Não Terminativo. Projeto De Lei Do Senado nº 71, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Magno

Malta. Relatório: Pela aprovação. Resultado: adiado. Item 10. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2010, que institui a Ajuda Especial de Manutenção para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: aprovado. Item 11. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2011, que reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: retirado de pauta. Item 12. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2012, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a instalação de dispositivo de fixação de assentos infantis nos automóveis e camionetas em circulação no País. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação. Resultado: aprovado. Item 13. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2012, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso. Autoria: Senadora Ivonete Dantas. Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: aprovado. Item 14. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2012, que institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: aprovado. Item 15. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009, que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação. Resultado: adiado. Item 16. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação, com

a Emenda nº 01-CE e, a que apresenta. Resultado: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 17. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 1 – CAE, suprimido o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido. Resultado: adiado. Item 18. Terminativo. Projeto De Lei Da Câmara Nº 48, de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação. Resultado: adiado. Item 19. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011, que altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 20. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado: adiado. Item 21. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 22. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação com as três emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 23. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências,

aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: adiado. Item 24. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por Ad Hoc). Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 25. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009, que estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: lido o relatório é adiada a votação pela falta de quorum. Item 26. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela rejeição. Resultado: adiado. Item 27. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído *ad hoc*). Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação. Resultado: lido o relatório é adiada a votação pela falta de quorum. Item 28. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por Ad Hoc). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação. Resulta-

do: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 29. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 30. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: adiado. Item 31. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 32. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011, que altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 33. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado: lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 34. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação. Resultado: adiado. EXTRAPAUTA – Item 35. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 80, de 2012, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requereu a realiza-

ção de audiência pública para debater sobre as mudanças nas aposentadorias dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 36. Requerimento Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 81, de 2012, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para debater sobre Fundos de Pensão (entidades fechadas de previdência complementar). Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 37. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 82, de 2012, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 8046 de 2010 (PLS 166/2010), novo Código de Processo Civil e sua relação com os Direitos Humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 38. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 83, de 2012, com fundamento no Art. 93, inciso I, do RISF, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministerio de estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. Autoria: Senador Casildo Maldaner. Resultado: Aprovado. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Anibal Diniz. Às nove horas e dezenove minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Paulo Davim. Às nove horas e quarenta e quatro o Senhor Presidente, Senador Paulo Davim, devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador PAULO PAIM, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu vou apresentar a pauta a todos, sei que muitos Senadores estão em seus gabinetes, e ao mesmo tempo serve já de um convite para que eles venham apresentar o seu relatório aqui na Comissão de Direitos Humanos.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 1, de 2011

– Não Terminativo –

Cria a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, a Organização Nacional de Inclusão Social – ONIS, os Núcleos de Inclusão Social – NIS, as Empresas de Inclusão Social – EIS e dá outras providências.

Autoria: União Planetária

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Só apresentarei o relatório depois que passar a Presidência para outro Senador.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 9, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação da Sugestão nº 9, de 2011, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Estamos aguardando a presença do Senador Randolfe Rodrigues, para apresentar o seu relatório.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 18, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação da Sugestão na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

A relatoria é da Senadora Ana Rita, que também depois vai ler o seu parecer.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 22, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Será adiado para a próxima sessão deliberativa, conforme solicitação do Senador Vicentinho Alves.

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 2, de 2012

– Não Terminativo –

Declaração de interesse social da Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., empresa ocupada pelos trabalhadores e por eles controlada e administrada, para fins de desapropriação.

Autoria: Associação Hermelindo Miquelace

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2012, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

O Senador Eduardo Suplicy também está convidado, no momento adequado, a apresentar ainda no dia de hoje o seu relatório.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, de 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Autoria: Deputada Nice Lobão

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2008

– Não Terminativo –

Institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de

educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2008

– Não Terminativo –

Reserva 20% das vagas dos vestibulares para os cursos de graduação das universidades públicas federais e estaduais para estudantes oriundos de família com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Como sou relator desse projeto que trata das quotas, eu farei a leitura do meu parecer no momento adequado e passarei, naquele momento, a Presidência para outro Senador.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 93, de 2010

– Não Terminativo –

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição da matéria, bem como das Emendas de Plenário nº 1 a nº 4.

Como há uma polêmica sobre esse projeto, conversando ainda ontem com o Senador Cyro Miranda e também com o Senador – o Senador que está apresentando o requerimento de audiência pública – Casildo Maldaner, nós vamos aprovar uma audiência pública, já que existe uma informação que a nós todos preocupa sobre a forma como está sendo encaminhado, o uso do relógio.

Enfim, eu não quero agora entrar no debate do tema.

Então, mediante o fato, para que as coisas fiquem bem claras, eu estou retirando o meu parecer e só vou oferecer o parecer final depois da próxima audiência pública que aprovaremos no dia de hoje. Quero dizer que essa audiência pública é mediante um amplo entendimento do relator, Senador Cyro Miranda e do Senador Casildo Maldaner, já que há dúvidas quanto à

aplicação do ponto. De minha parte, não há nenhum problema em realizarmos mais uma audiência pública para que fique tudo muito claro, qual é o objetivo e como será implantado o chamado relógio eletrônico.

Então, aviso a todos que esse projeto não será votado, eu o retiro de pauta e vamos realizar uma audiência de pronto. Todos aqueles que quiserem participar da audiência pública, seja representante dos trabalhadores, dos empresários, os que são favoráveis ao relógio de ponto, os que são contra o relógio de ponto, nós ouviremos todos na audiência que iremos aqui combinar inclusive a data. Então, todos aqueles que têm dúvida quanto ao relógio de ponto estão já convidados a dialogar aqui com a nossa Secretaria para a formação democrática da Mesa, onde a gente ouvirá todos os pontos de vista para, aí sim, eu dar meu parecer final já que sou relator da matéria.

Enquanto a matéria não for votada, eu posso retirar, e o meu parecer final será depois dessa próxima audiência pública que haveremos de aprovar hoje o requerimento, mediante entendimento feito com todos aqueles que estão discutindo o tema.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2009

– Não Terminativo –

Altera o Decreto -Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências.

Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta

O Senador Magno Malta, que não está presente, pediu também que esse projeto fosse retirado de pauta.

Quero dizer que nós não pretendemos votar nenhum projeto polêmico. Qualquer Senador ou Senadora que entenda que o projeto em questão é polêmico, nós só vamos votá-lo com quórum privilegiado, um quórum que atenda ao interesse de todos aqueles que pensam a favor ou contra o projeto em debate.

Como o Senador Paulo Davim já se encontra conosco, vamos iniciar a leitura dos nossos pareceres, mas só os colocaremos em votação depois de cumprir todo o ritual do livro.

Como sou relator, Senador Paulo Davim, de alguns projetos, eu queria convidar V. Ex^a a assumir a Presidência, para eu fazer a leitura dos relatórios.

Enquanto os Senadores chegam, não faremos nenhuma votação, nem vamos encerrar a discussão sem a presença dos Senadores com a devida assinatura nos livros correspondentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Convido o Senador Paulo Paim a fazer a leitura, como Relator, do Projeto de Lei, não terminativo, que cria a Autoridade Pública de Inclusão Social, a APIS, à Organização Nacional de Inclusão Social – ONIS; os Núcleos de Inclusão Social – NIS; as empresas de Inclusão Social – EIS, e dá outras providências.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, Presidente da Sessão, vou direto à análise, porque temos inúmeros projetos no dia de hoje. Principalmente, eu e V. Ex^a vamos aqui ler o relatório. Mas, repito, nenhum projeto polêmico será votado, só aqueles em que houver amplo entendimento e, mesmo a leitura do relatório não encerra a discussão dos mesmos.

No momento da votação, a gente reabre a discussão do tema e, consequentemente, votaremos mediante entendimento.

Análise da proposta em questão.

Nos termos do inciso I, do art. 102, e, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e entidades organizadas à sociedade civil.

A entidade autora da sugestão em análise é a União Planetária, Presidida – dou aqui um destaque – por meu amigo Ulisses Riedel, um grande advogado que tem responsabilidade social e que dedica sua vida a esse trabalho.

A União Planetária junto a sua proposta documentos que atestam sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIP – e dá poderes aos seus subscritores para representá-la, satisfazendo assim os quesitos de qualificação exigidos por nosso Regimento.

A proposição elaborada pela entidade demonstra seu empenho de pensar maneiras de atacar o problema da miséria em nosso País, a partir, principalmente, do engajamento das comunidades mais atingidas pela pobreza. Essa atitude é louvável e merece todo nosso apoio e nossa solidariedade.

No entanto, como o cerne da sugestão consiste na criação de um órgão dentro do Poder Executivo federal, definindo, detalhadamente, responsabilidades e poderes, verificamos que a medida, da forma em que foi apresentada, extrapola os poderes do legislativo e,

dessa forma, carece da constitucionalidade, nos termos do § 1º, do art. 61 da Carta Magna.

Em consideração a esse aspecto e no esforço de viabilizar a tramitação de gestão, dando-lhe a oportunidade de ser mais bem debatido, passando também pela reflexão de outros Parlamentares, igualmente interessados no combate à pobreza e à miséria em nosso País, decidimos por introduzir pequenas mudanças em sua técnica legislativa de modo a transformar a proposta em um projeto de caráter autorizativo, até porque temos nesta própria Comissão, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, uma Subcomissão de Combate à Miséria e à Pobreza, Subcomissão esta que está em sintonia com o próprio Programa Nacional da Presidenta Dilma.

Enfim, nosso afã é também o de contribuir para fomentar a participação das organizações sociais no processo de elaboração legislativa sem desconhecer as dificuldades inerentes a essa participação em vista dos aspectos técnicos desenvolvidos.

Com as alterações que fizemos à proposição original, afasta-se a vedação constitucional que proíbe o Poder Legislativo de apresentar projetos que tratem da criação de cargos e de órgãos da administração direta e autarquia, uma vez que o cumprimento da matéria autorizada depende, aí sim, da conveniência do Executivo.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da sugestão 2001-2011, na forma do seguinte projeto de lei do Senado.

Está aqui o projeto de lei do Senado. A grande mudança que eu faço é transformá-lo em autorizativo e não impositivo. Aí o Executivo o aplica se assim entender necessário ou não.

Está lido o relatório, Sr. Presidente. Claro, fica aberta a discussão e a votação no momento em que V. Ex^a entender mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Ok. Eu convidaria o Senador Paulo Paim a fazer a leitura do item 6, Projeto de Lei nº 180/2008, não terminativo, pág. 114.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, é com enorme satisfação que eu faço a leitura deste projeto. Quero, antes de fazer a leitura, dar o mérito deste relatório a duas Senadoras: Senadora Serys Slhessarenko que, durante o período em que esteve aqui, trabalhou muito para que este projeto fosse aprovado na CCJ. Infelizmente, isso não foi possível. Depois, assumiu a Senadora Ana Rita que, felizmente, conseguiu a aprovação de seu relatório que garantirá a política de cotas para pobres, negros e índios nas universidades. Um relatório muito bem elabo-

rado pela Senadora Ana Rita, dialoguei com S. Ex^a. No dia da votação da CCJ, porque dela não faço parte; lá eu não estava, pois estava em Uruguaiiana discutindo em um seminário internacional a questão do Estatuto do Motorista, que sou autor. Mas, por telefone, tanto com ela, como com o Senador Pedro Simon e Senador Suplicy, dialogaram comigo e falaram da importância do projeto e se eu teria algum questionamento a fazer pelo fato de lá não estar. Eu lhes disse: “O único questionamento que eu faço é se vocês vão aprovar o projeto, porque eu não estou aí, pois então eu seria responsável pela não aprovação.” Eles me disseram: “Fique tranquilo que o projeto será aprovado.” E assim o foi. Dessa forma, aqui na Comissão de Direitos Humanos, ao dialogar com S. Ex^{as}, eles entenderam que eu deveria ser o Relator por ser o único Senador negro na Casa neste período. E tem muito a ver, naturalmente, o projeto com a questão do povo negro, mas que favorece a todos os que são discriminados.

Então, mediante esses comentários, Presidente, eu aprovei, na íntegra, o relatório da nobre e querida Senadora Ana Rita que me deu o direito, segundo ela, de eu fosse o Relator na Comissão de Direitos Humanos, pois é nossa intenção que daqui ele vá para o plenário. Eu apenas fiz duas emendas de redação, quanto a isso deixo bem claro: redação, porque se eu fizesse alguma mudança de texto e quanto ao mérito, o projeto teria de voltar para a Câmara dos Deputados. Como o relatório da Senadora Ana Rita foi amplamente lido e discutido, também com o brilhante trabalho da Senadora Serys, também fruto de dezenas de audiências públicas, apenas comentarei, já que é um tema que venho tratando há muito tempo.

Então, nas minhas emendas de redação, Sr. Presidente, eu apenas substituí a expressão: “(...) substitua nos arts. 3º, 5º e 7º, do Projeto de Lei da Câmara, a expressão negros por pretos.” E outra emenda é a expressão: “Da Fundação o Instituto, inscrito no *caput* do art. 3, por “do Instituto”, eu apenas botei o complemento “do”.

Com, isso, Sr. Presidente, eu dou meu parecer totalmente favorável à política de cotas, cumprimentando o Supremo Tribunal Federal que já se decidiu por essa questão. Mais de 170 entidades no País já adotam algum tipo de cotas, atendendo a pobres, negros e índios. Esse projeto vem apenas regulamentar esse direito conquistado pela própria sociedade. Ela conquistou esse direito. A polêmica maior foi no Supremo quanto a ser constitucional ou não e isso foi comprovado, já que o Supremo decidiu por unanimidade.

Eu tive a satisfação, Senador Paulo Davim, de, em uma audiência no Supremo Tribunal Federal, ir defender a constitucionalidade do projeto. Agradeço

o carinho de todos os Ministros do Supremo que entenderam, não só meu ponto de vista, pois fui um dos que defenderam na época dessa audiência pública. Mas houve diversos representantes da sociedade civil que lá estiveram defendendo a política de cotas que é adotada em diversos países do mundo. É bom dizer que essa política de cota só vale por 12 anos. Nesse período, faríamos uma nova avaliação.

Para aqueles que dizem, às vezes (faço comentários rápidos, porque não preciso ler todos os argumentos que nós temos aqui), que nos Estados Unidos já não se tem mais. Foi... Foi exatamente igual aqui. Lá houve seu início e fim. Tanto que Barack Obama e, principalmente, Michelle Obama, eles são frutos da política de cotas – e ela sempre tem enfatizado isso.

Os Estados Unidos chegou a um patamar que até chegamos a ter um Presidente negro. Nós também entendemos que essa é uma política transitória, por isso não vejo problema nenhum. São doze anos o tempo colocado por aqueles que contribuíram pela elaboração do projeto. Entendo eu que países... Até o Canadá adota política de cotas. Inúmeros países do mundo: Canadá, Ásia, Estados Unidos – que adotou por um longo período. Aqui no Brasil temos universidades que marcaram muito seu ponto de vista com a política de cotas, principalmente a do Rio de Janeiro e a UnB aqui em Brasília. Podemos lembrar também a do Rio Grande do Sul, a Bahia, Rio Grande do Norte. Como dizia, mais de 150 entidades já adotam o projeto de política de cota.

Então, é este meu parecer, Sr. Presidente. Muito mais de eu repetir todo o debate que foi feito, neste momento é só peço a presença dos Senadores para que o projeto cumpra sua etapa aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Então, pela aprovação, na íntegra, pelo relatório construído por tantas mãos. Repito: Serys Slhessarenko, Senadora Ana Rita... E nossa contribuição foi ao longo dos debates em diálogos com os Senadores e Senadoras. Não poderia deixar de cumprimentar a Cepir e a Fundação Palmares e também à própria Presidenta Dilma que orientou sua base a ser favorável a este projeto. Foi importante esse encaminhamento. O próprio Ministro da Educação, Aloysio Mercadante, que também deu seu ponto de vista de que o projeto deveria andar e ser aprovado. Nós faremos uma audiência pública futuramente em que a Presidenta Dilma apresentará um projeto global das ações afirmativas. É muito interessante, pois tive já contato com a versão preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Parabenizo por seu relatório, por seu posicionamento e por sua luta constante e incansável pela defesa dessa causa.

Vamos dar continuidade... Convido o Senador Paulo Paim a fazer a leitura do item 7, não terminativo, pág. 137.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive, Sr. Presidente, eu já comentei aqui, na abertura dos trabalhos, que é de entendimento de diversos Senadores e também deste Senador Relator quanto ao registro eletrônico do ponto.

Eu não vou ler o relatório, pois há entendimento de que precisaríamos fazer mais uma audiência pública para que não fique nenhuma dúvida quanto ao relógio ponto. Então, não teria sentido se eu lesse o relatório e fizéssemos uma audiência pública. Então, não lerei o relatório. Já houve... Mas, como setores envolvidos, a favor e contra, ambos pedem uma audiência pública, eu não vejo qualquer problema. O pedido já se encontra na Mesa, nós vamos aprovar uma outra audiência pública. Então, não vou ler o relatório sobre o relógio ponto. Já alertei que todos os que quiserem debater o tema estão convidados, sejam contra ou a favor do relógio ponto.

Então, este, Sr. Presidente, peço para tirar de pauta a pedido da própria relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Então, o item 7, retirado de pauta a pedido da relatoria.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como fui autor do Estatuto do Idoso, que já é lei, felizmente há muito tempo em nosso País, vamos agora para 10 anos do Estatuto do Idoso, e é um projeto que tem sido enaltecido, exemplo para outros países, fiz questão de assumir essa relatoria.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso VI do artigo 102 do regimento Interno do Senado Federal, compete a esta comissão o exame de proposição que versa sobre a proteção e a integração social dos idosos. É, portanto, regimental o seu exame por esta comissão. Também é constitucional a matéria de vez que o inciso IX

do artigo 24 da carta magna a União, os Estados e o DF detêm competência recorrente para legislar sobre desporto além de ser dever do Estado o amparo às pessoas idosas, de acordo com o artigo 230. Quanto ao mérito, o projeto é fiel ao espírito do estatuto do idoso. Ele amplia o direito já previsto na lei, ensejando o reconhecimento merecido por aqueles que já tanto deram à sociedade. Ademais, a adoção de medidas propostas possivelmente aumentará a presença dos idosos nos eventos esportivos e culturais e nos museus. O que sem dúvida é salutar para todos os idosos e não idosos, na medida em que promove o convívio de gerações e troca de saberes e vivência entre eles. Nota-se que o projeto assim o faz sem trazer maiores consequências à iniciativa privada e mesmo à área pública, visto que se refere a eventos culturais e museus custeados pelo próprio Poder Público, por um lado, e a eventos esportivos realizados em ginásios e estádios, por outro. Essa segunda gratuidade, ainda que não se reporte obrigatoriamente a atividades custeadas pelo Estado, tange a clubes de futebol e outras agremiações esportivas, as quais, na grande maioria das vezes, não têm fins lucrativos.

Enfim, cremos que o PLS nº 263, de 2011, é meritório na forma e no conteúdo, especialmente com os aperfeiçoamentos propostos pela CE. Temos a certeza de que sua aprovação irá contribuir para ampliar direitos e assegurar boa qualidade de vida para as pessoas idosas no Brasil.

O voto, em consonância com o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011, com as emendas propostas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Em discussão a matéria lida pelo Sr. Relator Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, e não tendo quórum para votação, nós pedimos ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do Item 31, Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, página 478.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Senador Cyro Miranda, só para situá-lo, como V. Ex^a me havia confirmado, estou fazendo a leitura dos pareceres de projetos dos quais eu sou o relator. Vou ler mais um ou dois e depois passo para V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para constar, V. Ex^a também retirou de pauta o Projeto de nº 338 para fazermos mais uma audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para mais uma audiência pública porque criaram dúvidas para inúmeros Senadores algumas questões levantadas. O meu próprio parecer eu não li, porque se o fizesse

estaria dando o meu ponto de vista já. Então eu o retirei para dá-lo depois da audiência pública, como também é a contribuição de V. Ex^a neste debate que eu já recebi aqui na mesa com a competência de sempre.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, pela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Então, o Projeto de Lei do Senado 482, de 2011. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A proposição mostra-se constitucional, dados os termos do art. 230 da Carta Magna, que fixa o dever do Estado de amparar as pessoas idosas, bem como os termos de seu art. 23, inciso I, que fixa a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para zelar pela guarda da Constituição e das leis. Por fim, o art. 48 da Carta Magna dá ao Parlamento a competência para “dispor sobre todas as matérias de competência da União”, o que justifica o trato do tema por meio de lei federal.

Também se revela jurídica, inclusive pelo fato de limitar-se a especificar, de modo mais abrangente e coerente, norma jurídica já em vigor, a saber, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Por fim, é regimental o exame da proposição pela CDH, dado o disposto nos incisos VI e VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que remetem à CDH os temas ligados à proteção das pessoas idosas.

No mesmo sentido do parecer aprovado na CI, parece-nos meritória a proposição, na medida em que procura desfazer a redução injustificável e ilógica operada pelo Decreto regulamentador nº 5.934, de 18 de outubro de 2006, na abrangência do art. 40 do Estatuto do Idoso. O decreto mencionado, em seu art. 1º, reza que “ficam definidos os mecanismos e os critérios para o exercício do direito previsto no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário”. Como se vê, não há menção ao transporte aéreo, muito embora não se veja por que esse modal estaria fora da definição de sistema de transporte coletivo interestadual. Com isso, contraria frontalmente – e sem qualquer justificativa – o espírito do dispositivo legal que regula.

Essa injustificável exclusão, de aparência preconceituosa, do transporte aéreo do âmbito dos benefícios do art. 40 do Estatuto do Idoso pode e deve ser

corrigida por esta Casa. Louvo, por isso, a proposição do Senador Vital do Rêgo.

No tocante à técnica legislativa, a proposição não necessita de reparos, visto que respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O voto, dados os argumentos expostos, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011. É favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Coloco em discussão a matéria lida pelo Relator Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não há quem queira discutir.

A matéria não pode ser colocada em votação.

ITEM 32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011

– Terminativo –

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou sintetizar ainda mais do que já fiz, comentando somente a análise.

É uma grande iniciativa do senador Humberto Costa. No programa Minha Casa Minha Vida nós já tivemos essa preocupação com relação ao idoso. De fato, houve essa falha na redação final daquele projeto aprovado na época se referindo ao idoso. E aqui o Senador Humberto Costa garante que todo investimento, todas as propriedades do programa Minha Casa Minha Vida, porque é o sonho de todos ter a sua casa, tenha também um projeto arquitetônico detalhado no campo da acessibilidade. Ou seja, que ele não crie dificuldades para pessoas portadoras de deficiência. Por isso não poderia ser diferente a razão do meu voto, totalmente favorável, e cumprimentando o Senador Humberto Costa para que no programa Minha Casa Minha Vida, na construção das casas, apartamentos e vias públicas, porque muitos são em condomínios, haja a adaptação para as pessoas com deficiência.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu quero parabenizar o Senador Humberto Costa e o Senador Paulo Paim pela autoria e relato-

ria respectivamente. Realmente, é uma necessidade. Acessibilidade é algo que tem que ser observado, sobretudo nas ações governamentais.

Não havendo mais nenhuma matéria cuja relatoria seja do Senador Paulo Paim, eu passo a Presidência e o comando dos trabalhos para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero agradecer muito ao Senador Paulo Davim, ao Senador Cyro Miranda também presente, sempre contribuindo com esta comissão para que a gente possa apresentar os relatórios e fazer a votação dos temas hoje, claro, que não sejam polêmicos.

Entendo eu que na pauta não há projetos polêmicos, conforme solicitação do Senador, e nós já retiramos.

Então, nesse momento, se o Senador Paulo Davim concordar, já que foi o primeiro a chegar, se eu pudesse dar para o Senador Cyro Miranda, que tem uma comissão que vai discutir o fundo de garantia ainda hoje... Se ele pudesse apresentar os seus relatórios...

Senador Cyro Miranda, para seus relatórios. O primeiro de que V. Ex^a é o relator é o Item 12.

V. Ex^a está com a palavra, de imediato, Senador Cyro Miranda.

A pedido da Secretaria, eu queria acelerar, mas é importante que a Presidência faça o anúncio da chamada.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a instalação de dispositivo de fixação de assentos infantis nos automóveis e camionetas em circulação no País.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Presidente Paulo Paim, Senador Paulo Davim, este é um projeto do Senador Rodrigo Rollemberg de muita importância para a segurança das crianças que estão nos veículos automotores.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na progressiva adoção de mecanismos que protegem as crianças de diversas idades, tais como o bebê-conforto, a cadeirinha e o assento de elevação. O sistema Isofix, que fornece pontos de ancoragem aos quais esses dispositivos podem ser afixados com mais facilidade e segurança, aumenta a eficácia da prote-

ção ao diminuir a possibilidade de erro na instalação desses equipamentos.

Na nossa análise, Sr. Presidente, os assentos infantis automotivos são pouco ou nada eficazes se não forem instalados corretamente, e o maior mérito dos sistemas de fixação em pontos de ancoragem, com o Isofix e outros já citados, é facilitar a instalação e a verificação da segurança desses sistemas.

A generalização da oferta dos sistemas de fixação por ancoragem não deve aumentar significativamente os custos de fabricação dos automóveis, pois os projetos simplesmente deverão contemplar o acréscimo de peças baratas como barras, alças e ganchos, bem como as aberturas de acesso nos assentos dos veículos.

Portanto, Sr. Presidente, Em razão do que foi exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senador Cyro Miranda, meus cumprimentos pelo seu relatório que será votado no momento adequado hoje nesta comissão. *(Pausa.)*

O Item 21 é de autoria de V. Ex^a, Senador Cyro? *(Pausa.)*

Então, passamos a palavra neste momento, já agradecendo ao Senador Cyro Miranda, ao Senador Paulo Davim, para que dê o parecer dos projetos em que ele é o relator.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, de 2009

– Terminativo –

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Deputado Neilton Mulim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 01-CE e, a que apresenta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, passarei de imediato para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – V. Ex^a me permite só um segundo? Queria registrar a presença conosco aqui do Presidente da Fundação Palmares, o ex-Ministro Elói, que está acompanhando o debate aqui e, naturalmente, o projeto que haveremos de votar aqui hoje que é o projeto da política de cotas mediante acordo firmado já na CCJ. E também quero dizer que está conosco o Tiago, que aqui representa o MEC. O Tiago já trabalhou comigo e foi convocado pelo Ministro Aloísio Mercadante, de quem é hoje assessor.

Seja bem vindo, Tiago, mais uma vez a esta comissão em que você trabalhou por tantos anos, mas hoje você está no MEC.

Por favor, Senador Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Esse projeto de lei, Sr. Presidente, de autoria Deputado Neilton Mulim, propõe a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente oferecendo nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir a irmãos o acesso à mesma escola pública gratuita localizada próxima à residência deles.

Análise.

No Senado Federal, a Comissão de Educação é o colegiado competente para opinar sobre proposições que tratem de normas gerais e diretrizes e bases da educação nacional, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto aos aspectos relativos à proteção à infância, cabe à Comissão de Direitos Humanos a análise da proposta, conforme prevê o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CDH examinar também os aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa da iniciativa.

No que tange ao mérito, concordamos com a análise da Comissão de Educação, pois a iniciativa tem enorme relevância social. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o acesso à escola pública e gratuita próxima da residência do educando, mas seu texto não garante que irmãos consigam vaga na mesma escola. Ademais, concordamos com o entendimento de que o texto aprovado na Câmara dos Deputados pode acarretar problemas incontornáveis para as escolas que não oferecem vagas em todo o percurso da educação básica, da creche ao ensino médio. De fato, muitas escolas teriam sérias dificuldades em atender à demanda de famílias com irmãos de idades díspares.

Nesse sentido, acatamos o texto aprovado na Comissão de Educação. Aquele colegiado, na perspectiva de amenizar os transtornos às instituições de ensino, alterou o texto do projeto para garantir o acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

No tocante à técnica legislativa, cabe alteração na redação na emenda do projeto para adequá-la aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. No seu art. 5º, aquela norma estabelece que a ementa da lei conterá o seu objetivo.

Não identificamos nenhum óbice de natureza constitucional, jurídica ou regimental. Julgamos, portanto, que a matéria é merecedora de acolhida no

Senado Federal, afinal, o projeto procura garantir os direitos sociais e fundamentais das crianças ao tempo em que reconhece ser importante oferecer às famílias a opção de manter irmãos com idades próximas na mesma escola.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, e no mérito, por sua aprovação com a emenda aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a que se segue.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O Senador Paulo Davim apresentou seu relatório.

Em discussão. (Pausa.)

Como a matéria não será votada agora, a discussão continua aberta.

O próximo projeto, também de relatoria de V. Ex^a, é o Item 33, página 505.

ITEM 33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu pediria permissão dos presentes para fazer a leitura do relatório e da análise deste projeto. Em seguida, eu justificarei o porquê desse esmero.

O Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, visa instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, ampliando as ferramentas do Ministério da Justiça no combate ao grave problema do desaparecimento de pessoas no País.

Na justificação do projeto, seu autor, o Senador Vital do Rêgo, lembra que até meados de 2011 a atual ferramenta Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos havia contribuído para a localização de aproximadamente 700 meninos e meninas cujo paradeiro era desconhecido de suas famílias. Contudo, o desaparecimento de pessoas adultas continuou sendo um problema a afligir as famílias. Ademais, no entendimento do autor do projeto, a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas vai, com certeza, organizar os sistemas de busca em

funcionamento nos Estados e incentivador seu funcionamento naquelas unidades da Federação que não contem com tal recurso.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que sobre ela deverá pronunciar-se em decisão terminativa.

Análise.

O PLS 667, de 2011, trata de matéria compreendida no âmbito das competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à qual cabe, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

No mérito, estou de acordo com o autor da proposta quando lembra que um dos problemas graves relacionados com o desaparecimento de pessoas no País é a ausência de estatísticas produzidas de maneira centralizada, o que impossibilita o conhecimento das causas que levaram as pessoas a se afastarem dos seus lares ou de terem sido induzidas ou forçadas a tanto.

Concordamos também com o argumento de que o desaparecimento de pessoas adultas deve ser enfrentado, facilitando o registro de ocorrências e nacionalizando as buscas, pois, de outra maneira, não serão alcançados os resultados esperados.

Por fim, verificamos que a matéria não afronta preceitos constitucionais, jurídicos ou regimentais, nada existindo que impeça a sua aprovação.

Do mesmo modo, não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do projeto. Propomos apenas pequenos ajustes na redação do art. 1º e do art. 2º quanto ao uso indevido da forma “artigo” em lugar da forma “art.” (abreviado).

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de lei do Senado 667, de 2011, com a seguinte emenda:...

Segue a emenda com a correção já citada no texto da análise.

Pedi vênias a V. Ex^a, Sr. Presidente, para fazer a leitura, na íntegra, do parecer porque V. Ex^a sabe que eu faço parte da CPI do Tráfico de Pessoas – eu, a Senadora Vanessa Grazziotin e a Senadora Lídice da Mata. Viajamos por esse País afora em diligências, ouvindo testemunhas e pessoas implicadas, de alguma forma, no tráfico de pessoas, e uma das coisas que vimos percebendo – o próximo dia 30 de julho será o prazo máximo para conclusão dessa CPI –, ao longo desse trabalho, Senador Cyro, é que muitas pessoas que são vítimas do tráfico caem na vala comum dos

desaparecidos ou, simplesmente, desaparecidos. Nós observamos também a carência de mecanismo de controle para essas situações.

Portanto, estamos solicitando, dentro das sugestões que constarão do nosso relatório, a criação dos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos Estados, já que no Brasil apenas quatorze Estados da Federação fundaram seus núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e, mesmo assim, a grande maioria não funciona a contento. Esse cadastro vem a ser mais um instrumento para que, somando esforços, a gente possa fazer frente a esse crime, que é um crime perverso, é um crime que maltrata a sociedade, não só a sociedade brasileira, mas também a sociedade do mundo inteiro. Esse crime é o segundo comércio ilícito mais lucrativo do mundo, Sr. Presidente. O tráfico de pessoas no mundo inteiro mexe com recursos da ordem de 32 bilhões de dólares. Nós propomos medidas para servirem de instrumentos adicionais no enfrentamento desse crime. Esse cadastro é extremamente importante.

Há dois dias eu, assistindo ao Jornal Nacional, tomei conhecimento de um fato pitoresco que aconteceu em São Paulo: uma mãe numa manifestação religiosa perdeu sua filha de cinco anos de idade, sua filha foi levada por um morador de rua. Essa mãe passou 24 horas sem fazer o registro, sem dar parte na delegacia do desaparecimento de sua filha, e, por obra e graça do Espírito Santo, essa criança surgiu, nos braços desse morador de rua, numa lanchonete onde trabalhava um conhecido dessa mãe, que conhecia a criança. Ele tomou a criança dos braços daquele cidadão que a havia sequestrado.

Então, é importante que haja o cadastro nacional, porque, muitas vezes, uma pessoa desaparece em um Estado e vai aparecer em outro Estado. Esse cadastro nacional vai facilitar a busca dos desaparecidos no Brasil.

Então, quero louvar a iniciativa do Senador Vital do Rêgo e dizer que essa medida criada nesse projeto de lei será um instrumento importante, que vai se somar aos instrumentos oferecidos no nosso relatório final da CPI do Tráfico de Pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Paulo Davim, pelo seu pronunciamento, seu comentário e a relatoria.

Permita-me Senador CYro Miranda, antes de passar a palavra a V. Ex^a, dizer a todos nossos convidados que estão aqui para assistir ao debate e acompanhar a votação que estamos providenciando outra sala, já que esta está lotada. Já estão conosco o MSU – Movimento dos Sem Universidade; a UNE – União Nacional dos Estudantes; UBES – União Brasileira dos

Estudantes Secundaristas; campanha nacional pelo direito à Educação (outro coletivo); a Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; a AMNAPI; Instituto Indígena; Escola Elefante Branco W3 Sul; Grêmio; Escola Setor Leste e ainda Ernestino Guimarães, Educafro, MNU – Movimento Negro Unificado; Comitê Brasileiro pela Aprovação do PLC 180.

Sejam todos bem-vindos!

Nós votaremos os PLs no momento em que tivermos a presença de Senadores registra aqui no livro. (*Palmas.*)

Claro, quando digo PLs...

Sei que vocês estão esperando a votação do PLS 180, de 2011.

Senador Cyro Miranda, convido .V. Ex^a a relatar *ad hoc*, representando aqui o Senador Cássio Cunha Lima, que é do seu partido.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2008

– Terminativo –

Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, para proferir o parecer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Paulo Paim.

Srs. Senadores, eu fico muito grato porque esse projeto está aqui há algum tempo.

Esse projeto foi motivado até por que o ex-Senador e hoje Governador Marconi Perillo não é destro – ele é canhoto – e sentiu a necessidade, na época dos bancos escolares, de ter uma carteira, até mesmo na universidade, compatível com quem é canhoto.

A justificação da inovação se baseia na necessidade pedagógica e sanitária de 10% da população estudiantil de ter carteiras adaptadas à sua condição de canhotos.

Ademais, não é justo que o projeto atinja somente as escolas públicas. Esse é um insumo intrínseco da qualidade da educação de todos, como expressa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no inciso IX de seu art. 4º. Por isso mesmo, é imperiosa a apresentação de emenda que considere essa questão.

A propósito, é igualmente importante, para reduzir transtornos aos gestores públicos e privados, que o prazo inicial de noventa dias para implantação da medida seja substituído por solução mais razoável. Com esse

fim, sugerimos que a implementação da mudança se dê no segundo ano que se seguir à publicação da lei, de modo a que seja realizada no início do ano letivo.

Por fim, é de se salientar que inexistem óbices de natureza jurídica e regimental à aprovação da matéria. Quanto à constitucionalidade, é importante ressaltar que esta Casa Legislativa, bem como a Câmara dos Deputados, adota jurisprudência que considera inconstitucionais as proposições de caráter autorizativo, conferido ao PLS nº 305, de 2008, pelo teor do seu art. 1º. Esse óbice pode ser sanado mediante emenda que torne obrigatória a instituição da medida proposta.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade, em todos os estabelecimentos, públicos e privados, de educação básica e superior, de uso de mobiliário com padrão de qualidade e adequação a estudantes destros e canhotos e a estudantes com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. Será obrigatória a adoção, em todas as escolas públicas e privadas que oferecem educação básica e superior para crianças, adolescentes, jovens e adultos, de mobiliário de qualidade, adequado à idade e à condição de destros, canhotos e pessoas com deficiência. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Em seguida, peço permissão para me ausentar, porque já me chamaram à nossa Subcomissão do Fundo de Garantia, que gostaria muito de contar também com a presença de V. Exª, nem que fosse no final da nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda. Com certeza, aqui as votações serão rápidas e eu ainda vou participar do debate do FGTS, muito bem presidido por V. Exª,

porque lá vamos criar alternativas – hoje é isso – em relação à retirada do FGTS.

Meus cumprimentos a V. Exª. E o projeto lido por V. Exª será com certeza aprovado no dia de hoje.

Voltamos à nossa pauta original.

Convido o Senador Paulo Davim a relatar alguns projetos, conforme já havíamos combinado.

Com a palavra o Senador Paulo Davim para relatar o Item 2.

Se V. Exª puder ir direto à análise... V. Exª vai relatar uns quinze projetos hoje.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está bom. Já estava pensando nisso.

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada. Estão, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 9, de 2011.

Quando avaliada pelo Plenário do Senado Jovem, a proposta foi considerada positiva e de grande mérito. Os Jovens Senadores que a aprovaram concordaram com a autora: a inserção da disciplina “Princípios de Pedagogia” no ensino médio pode desencadear vários benefícios. Entre elas, uma maior demanda por cursos de licenciatura, que geraria, daqui a alguns anos, maior quantidade de professores, melhorando, consequentemente, a educação em um sentido amplo.

Nesse sentido, entendemos que a SUG nº 9, de 2011, deve ter a chance de ser debatida nesta Casa. Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 9, de 2011, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Projeto lido, sai momentaneamente de pauta, mas voltará logo após atingirmos o número regimental.

Convido V. Exª a ler agora o relatório do Item 3.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vem à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado Jovem nº 12, de 2011, de iniciativa da Jovem Senadora Thalyta Nascimento. A proposição, que tramita como Sugestão nº 18, de 2011, dispõe sobre a implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, discutir e decidir sobre a sugestão em tela.

Bibliotecas e laboratórios são essenciais em uma escola. Por meio deles, a atividade educativa ganha muito em qualidade. Restringir as atividades pedagógicas

gicas à teoria em sala de aula significa prejudicar a aprendizagem dos alunos. As bibliotecas representam um convite a novas leituras, além de constituírem um suporte essencial para pesquisas. Já os laboratórios permitem aliar a prática à teoria e também introduzem os alunos no ambiente de pesquisa.

Naturalmente, espera-se que as bibliotecas conttenham bons livros e outros recursos didáticos. Da mesma forma, os laboratórios devem contar com equipamentos modernos. Ademais, os professores precisam estar capacitados para utilizá-los.

Medidas como a proposta na sugestão em tela são fundamentais para que o padrão de qualidade do ensino previsto na Constituição Federal (art. 206, VII) se torne realidade.

Além disso, permite que se efetivem as normas constitucionais da educação como direito de todos (art. 205) e da igualdade de condições de permanência na escola (art. 206, I).

Em suma, a sugestão merece ser transformada em projeto de lei.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 18, de 2011, e seu acolhimento como projeto de lei desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A matéria sai momentaneamente da discussão, até que possamos atingir o número de assinaturas necessário para iniciarmos a votação.

Passamos agora ao item 4; o Senador Vicentinho Alves pediu para o retirarmos de pauta; retiramos.

Para o item 5, encontra-se presente neste exato momento o nosso querido amigo Senador Eduardo Suplicy, representante agora do Partido dos Trabalhadores no Parlamento.

Senador Eduardo Suplicy, item 5, página 87.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebeu a Sugestão nº 2, de 2012, patrocinada pela Associação Hermelindo Miquelace, de projeto de lei que dispõe sobre a declaração de interesse social da empresa Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., para fins de desapropriação.

A Associação Hermelindo Miquelace já patrocina a Sugestão nº 1, de 2012, que dispõe sobre a desapropriação de imóvel industrial que não atenda à função social da propriedade.

Justifica-se a sugestão em análise com fundamento no interesse social incidente sobre a manuten-

ção dos empregos dos trabalhadores que ocupam a planta industrial da empresa Flaskô.

Essa empresa, que estava à beira de fechar suas portas em razão das dívidas de seus proprietários, foi ocupada pelos seus trabalhadores e funciona, atualmente, sob administração coletiva desses operários, que pleiteiam a estatização da fábrica.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 5º, inciso I, do Ato nº 1, de 2006, da CDH, compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e entidades organizadas da sociedade civil, como é o presente caso. Essa análise tem caráter preliminar, visto que, nos termos do parágrafo único do referido artigo do Regimento, as sugestões eventualmente aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.

Os proponentes devem encaminhar cópias autênticas de seus atos constitutivos e dos documentos que comprovem a composição de sua diretoria, conforme dispõe o art. 4º do Ato nº 1, de 2006, da CDH, que estabelece regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas.

Patrocina a sugestão em comento a Associação Hermelindo Miquelace, legalmente constituída pelos trabalhadores que ocupam a fábrica da empresa Flaskô Industrial de Embalagens.

Julgamos estar preenchidos, portanto, os requisitos formais já mencionados para a apresentação de sugestões à CDH.

Consideramos satisfeito, também, o requisito inscrito no art. 7º do Ato nº 1, de 2006, da CDH, de que haja pertinência entre os fins da associação e o objeto da sugestão.

Não vemos óbice de ordem constitucional à conversão da Sugestão nº 2, de 2012, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que compete privativamente à União, nos termos do art. 22, inciso II, da Constituição de 1988, legislar sobre desapropriação. O parágrafo único desse artigo dispõe que lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas, mas não exclui a competência da União para dispor sobre essa matéria.

A desapropriação de bens urbanos por interesse social ocorre mediante cumprimento de duas etapas distintas e sucessivas: a declaração de interesse social incidente sobre os bens em questão e a execução das medidas de efetiva desapropriação. Tendo em vista a oposição, nesses casos, do interesse social ao direito de propriedade privada, é imperativo que todo o pro-

cesso de desapropriação seja conduzido com cautela e respeito aos direitos fundamentais das partes envolvidas, bem como aos princípios constitucionais que regem a ordem econômica.

A sugestão ora examinada, se aprovada, passará a constituir proposição desta CDH. No curso normal de sua apreciação parlamentar, haverá oportunidade para examinar atentamente o caso concreto da empresa Flaskô e de seus trabalhadores, provavelmente mediante realização de audiências públicas e outras modalidades de coleta de informações que possam subsidiar a decisão legislativa.

Contudo, tendo em vista que a execução da desapropriação extrapola a competência legislativa, entendemos ser cabível restringir o conteúdo da Sugestão nº 2, de 2012, à declaração de interesse social. Dessa forma, poderemos iniciar os debates preliminares sobre a questão, sem antecipar fases posteriores de todo o processo de desapropriação e sem invadir competências de outros Poderes e outros entes da Federação.

Devemos ainda adequar a Sugestão, nº 2, de 2012, à forma prescrita pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2012, nos termos do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, a planta industrial da empresa Flaskô Industrial de Embalagens Ltda..

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Declara-se de interesse social a planta industrial situada na Rua Vinte e Seis, nº 300, município de Sumaré, Estado de São Paulo, de propriedade da empresa Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 59.443.754/0001-69.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a tomar as medidas necessárias para a desapropriação dos bens imóveis e móveis que integram a planta industrial referida no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

A proposição ora apresentada é oriunda da Sugestão nº 2, conforme já explicado.

Fundamenta esta Sugestão o interesse social na manutenção dos empregos desses trabalhadores, diante da ameaça de fechamento da fábrica onde trabalham.

Esta Sugestão atende aos requisitos formais de admissibilidade expostos no Regimento Interno do Se-

nado Federal e no Ato nº 1, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Adotamos a referida Sugestão sob a forma de proposição desta Comissão, para que possa tramitar e ser devidamente apreciada pelas comissões competentes para examinar seu conteúdo.

É o relatório, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, também estou pronto para ler o Item 11, cuja relatoria é de minha responsabilidade.

(Manifestação da plateia: Cotas, sim; queremos estudar! A UNE somos nós, nossa força e nossa voz!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

São os estudantes do Brasil todo, pedindo para que se vote o PL 180, mas dependemos... Chegou agora a Senadora Marta Suplicy. Estão presentes o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Paulo Davim.

Peço aos estudantes uma salva de palmas para eles, pois agora só faltam duas assinaturas para que votemos a política de cotas.

(Manifestação da plateia: Cotas já; queremos estudar!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

É uma manifestação legítima dos estudantes, que estão aguardando há muitos anos pela aprovação da política de cotas. *(Palmas.)*

Quero dizer a todos os companheiros da Educafro – que ontem fizeram um protesto em frente ao Palácio e estão lá ainda – que nós acompanhamos, e eles estão esperando a aprovação do projeto, para que, então, eles possam estabelecer um processo de negociação e de entendimento e possam vir inclusive aqui acompanhar os trabalhos no Senado, já que a expectativa é que se faça um requerimento de urgência, para que também o Plenário possa votar rapidamente.

(Manifestação da plateia: Urgência já; o Senado vai votar!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meus amigos. Peço agora que deem uma segurada na manifestação, para que a gente possa ir acelerando.

Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero garantir minha disposição de votar favoravelmente ao projeto de cotas, conforme já votamos – a Senadora Marta também – na Comissão de Constituição e Justiça, e acho que seria bom aproveitarmos o tempo para acelerar a leitura do Item 11...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos ler todos os relatórios, pois fizemos um acordo com todos aqueles que assinaram o livro, de que todos os projetos sobre os quais haja discordân-

cia nós não votaríamos. Mas isso não prejudica, para votar o relatório, que sejam lidos todos os relatórios.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ...para leitura do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está com a palavra para ler o relatório.

Tenho que fazer aqui o anúncio:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011

– Não Terminativo –

Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 658, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que cuida de reconhecer os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais, dispondo sobre a matéria em seis artigos.

Conforme o art. 1º, toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, conforme a própria identidade de gênero, independentemente do sexo. Esse direito abrange não só o reconhecimento da identidade de gênero da pessoa, mas também o direito à consonância dessa identidade com o nome e o sexo assinalados nos documentos de identificação (carteira de identidade, título eleitoral, Registro Civil, passaporte, etc.).

De acordo com o art. 2º, a pessoa poderá requerer a adequação dos registros de seu nome ou sexo quando não coincidam com sua identidade de gênero.

O art. 3º, por sua vez, estabelece que a adequação documental poderá ser feita desde que atendidos dois requisitos: 1) o nome ou o sexo inscritos no registro civil estejam em discordância com a identidade de gênero da pessoa; 2) essa discordância seja atestada por laudo técnico fornecido por profissional de qualquer das áreas médicas, da psicologia ou da psiquiatria. Dispensa da apresentação desse laudo, entretanto, a pessoa que já tiver realizado a cirurgia de redesignação sexual e expressamente proíbe a exigência da dita cirurgia para a concessão da adequação documental, quando houver discordância entre a identidade de gênero e o nome ou o sexo da pessoa.

Nos termos do art. 4º, a adequação documental só poderá ser feita por iniciativa exclusiva da pessoa interessada, e a petição inicial deverá ser acompanhada de laudos médico e psicológico que atestem

a desconformidade sexual do requerente. Ademais, caberá ao juízo da Vara de Registros Públicos a competência sobre a matéria, assegurado o segredo de Justiça. A sentença que acolher o pedido de adequação, por seu turno, permitirá introduzir as modificações em todos os documentos de identificação da pessoa, mantidos os números de registro já existentes. Depois de efetivada a adequação documental, os dados não poderão ser alterados novamente pelo prazo de cinco anos, limitando-se a alteração ao restabelecimento dos dados originais.

Consoante o art. 5º, a sentença que determinar a adequação documental terá efeitos constitutivos a partir do seu trânsito em julgado e esses efeitos serão oponíveis, perante terceiros, a partir da data de modificação efetuada no Registro Público. Além disso, a adequação permitirá ao interessado exercer todos os direitos inerentes à sua nova condição, não podendo prejudicá-lo nem ser oposta a terceiro de boa-fé.

Por fim, o art. 6º prevê vigência imediata para a lei em que o projeto pretende se converter.

Ao justificar sua proposta, assumidamente inspirada na lei uruguaia nº 18.620, de 17 de novembro de 2009, a Senadora Marta Suplicy aponta a necessidade de que o Parlamento brasileiro tome posição quanto à ausência de disciplina legal sobre o transexualismo.

Explica que essa realidade social é entendida pela Psiquiatria ora como o desejo de viver e ser aceito como pessoa do sexo oposto, ora como uma neurodiscordância de gênero, mas sempre como fonte de mal-estar, frustração e sofrimento. Também ressalta a lacuna legislativa que existe entre o art. 13 do Código Civil e os arts. 1º e 3º da Constituição: enquanto aquele ainda é utilizado contra quem deseja realizar cirurgia de adequação (por proibir o “ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”), os dispositivos constitucionais, respectivamente, inscrevem a dignidade humana e o pluralismo político (também na acepção de pluralismo social) entre os fundamentos da República Federativa do Brasil e incluem, entre os objetivos fundamentais da República, a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O projeto de lei em exame foi distribuído a este Colegiado e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre ele deverá se pronunciar terminativamente.

À proposta não foram apresentadas emendas.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal,

opinar sobre proposições relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos, caso evidente do PLS nº 658, de 2011.

De forma mais específica, ele versa sobre o reconhecimento do direito fundamental à identidade de gênero, matéria afeita ao Direito Civil e, por isso, inscrita entre as competências legislativas privativas da União, conforme disposto no inciso I do art. 22 da Lei Maior. Além de estar vazado no tipo adequado de norma (lei ordinária), o projeto não traduz invasão de iniciativa de lei, nem afronta cláusula pétrea, o que afasta a incidência de vício de natureza constitucional.

Trata-se, ademais, de uma proposta digna de aplauso, porque extremamente justa com os e as transexuais, segmento da população brasileira até hoje negligenciado na arena política, que ainda não reconhece a seus integrantes nem sequer o direito à identidade segundo seu sentimento de pertença de gênero. É justa por garantir às pessoas que não se identificam com o sexo e com o nome que lhe foram atribuídos ao nascer, que sentem como se tivessem nascido no corpo errado, o direito de pleitear a alteração desses registros em seus documentos de identificação, independentemente de terem se submetido à cirurgia de mudança de sexo. Na prática, permitirá converter os atuais instrumentos de ridicularização dessas pessoas em verdadeiros meios de identificação, porquanto especificados de acordo com sua identidade de gênero e com sua conduta social.

Não é demais lembrar que a identificação da pessoa – o nome que lhe é oficialmente atribuído – existe para distingui-la entre as demais, não para expô-la ao ridículo ou servir de ferramenta para prática de discriminação. Contudo, quando há desejo de alteração do nome, muitas são as dificuldades impostas à mudança da identidade. O próprio Código Civil estabelece, em seu art. 1.604, que ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro. Ora, como o registro é feito com base no sexo aparente da criança, a dissonância entre o sexo assinalado no documento e a identidade de gênero da pessoa não configura “erro ou falsidade” para a legislação em vigor. Assim, muitos pedidos de alteração do nome acabam indeferidos, impactando severa e negativamente a vida de milhares de pessoas designadas como mulheres, embora se sintam homens, e vice-versa.

Ressalte-se, por oportuno, que a regra geral no que respeita à identificação do cidadão, conforme dispõe a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973), é a da imutabilidade do nome civil, sobretudo radicada na necessária segurança jurídica que deve presidir os atos de responsabilização civil e

criminal. Não obstante, essa lei admite a mudança de nome em razão de casamento, união estável, divórcio, separação, adoção, coação ou ameaça decorrentes de colaboração com a apuração de crime.

Mencione-se, a propósito, que existe a proibição para os oficiais do registro civil de registrar prenomes que exponham ao ridículo seus portadores, mas, ironicamente, nada protege essas pessoas da exposição ao ridículo em razão de portarem nomes que os identificam com um gênero incompatível com a sua personalidade.

A Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, flexibilizou ainda mais a regra da imutabilidade do nome, abrindo a possibilidade de substituição do prenome por apelidos públicos e notórios. Infelizmente, mesmo essa modalidade de alteração – que depende da existência de sentença judicial transitada em julgado e de averbação no assento de nascimento – não tem alcançado a população transexual.

Por isso, entendemos que a proposta de normatizar as alterações nos registros civis e demais documentos de identificação, para adequar o nome e a menção ao sexo da pessoa à sua identidade de gênero, encontra respaldo na garantia do direito à identidade e nos princípios constitucionais da igualdade, do pluralismo e da não discriminação, bem como na existência de exceções à regra da imutabilidade do nome. Cuida-se, em suma, da tentativa de assegurar a justiça social e garantir a dignidade de pessoas com identidade de gênero diversa da aposta em seus documentos de identificação.

Contudo, mesmo sendo irretocável do ponto de vista do mérito, o PLS nº 658, de 2011, requer ajustes formais para conformar-se aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. À luz do disposto no inciso IV do art. 7º desse diploma, a regulação do direito de transexuais à alteração do nome e da menção ao sexo nos registros civis não deve constituir legislação extravagante, em face da existência da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973), considerada referência na disciplina do assunto. Tampouco deve figurar em lei esparsa, como proposto no texto original, a garantia do direito ao reconhecimento da identidade de gênero e da identificação da pessoa em consonância com esse aspecto de sua personalidade: a bem da cidadania, a matéria merece – e deve – ingressar no próprio Código Civil, pela relevância que possui. Afinal, essa garantia está relacionada aos direitos de personalidade, compreendidos como “aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Permita-me? O Senador Requião está chegando. Só falta uma assinatura agora.

(Manifestação da plateia: Cotas já; queremos estudar!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Senador Suplicy novamente com a palavra, com a presença do nosso querido Senador Roberto Requião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já concluindo, Sr. Presidente.

Essa garantia está relacionada aos direitos de personalidade, compreendidos como “aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais”, nas palavras do Professor Pablo Stolze.

É para concretizar esses ajustes formais e assim fortalecer o conteúdo e a eficácia da norma projetada que sugerimos a adoção da emenda apresentada ao final deste relatório.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2011, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, DE 2011

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 10 e 16 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

Parágrafo único. Toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, conforme sua identidade de gênero, independentemente do sexo consignado no registro de nascimento. (NR)

Art. 10.

IV – das sentenças relativas à redesignação, na hipótese de comprovada divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

Parágrafo único. A averbação feita nos termos do inciso IV do caput dá ensejo ao direito de alteração automática de todos os documentos de identificação da pessoa, preservados os números originais de registro respectivos. (NR)

Art. 16.

Parágrafo único. Toda pessoa pode requerer redesignação na hipótese de divergência entre sua identidade de gênero e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 29.

§ 1º

g) as sentenças relativas à alteração de nome ou redesignação sexual na hipótese de divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

..... (NR)

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios ou por outro prenome na hipótese de comprovada divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento, observado o disposto no art. 58-A.

..... (NR)

Art. 58-A. A substituição do prenome ou do sexo originalmente consignados nos registros públicos será requerida em juízo, por iniciativa exclusiva do interessado, e autorizada quando houver divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

§ 1º A divergência de que trata o caput deverá ser atestada por laudo médico ou psicológico, admitida a apresentação de outros meios de prova disponíveis, a exemplo dos depoimentos de testemunhas e dos pareceres técnicos. § 2º É dispensada da apresentação do laudo referido no § 1º a pessoa que comprovadamente houver submetido-se à cirurgia de redesignação sexual.

§ 3º A substituição de que trata o caput dependerá de autorização judicial, concedida em sentença que terá efeitos constitutivos a partir do trânsito em julgado.

§ 4º Perante terceiros, os efeitos da sentença que autorizar a substituição de que trata o caput serão oponíveis a partir da data de averbação da sentença no registro de nascimento.

§ 5º Em caso nenhum será exigida do requerente a cirurgia de redesignação sexual para autorizar a substituição do prenome ou do sexo originalmente consignados em seu registro de nascimento.

Art. 58-B. A substituição de que trata o art. 58-A permitirá que o interessado exerça todos os direitos inerentes à sua nova condição, não podendo prejudicá-lo nem ser oposta perante terceiro de boa-fé.

Parágrafo único. Realizada a substituição referida no caput, nova alteração do prenome e do sexo consignados nos registros públicos não será efetuada antes de decorrido o prazo de cinco anos, limitando-se ao restabelecimento dos dados originais.

Art. 58-C. Toda matéria relativa à substituição do prenome e do sexo consignados em registro público é da competência do juízo da Vara de Registros Públicos, assegurado o segredo de justiça.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, meus cumprimentos pelo seu relatório.

A matéria, mediante acordo que já fizemos, de votar hoje preferencialmente a política de cotas...

Quero informar a vocês que o Senador Requião, que é o Presidente da Comissão de Educação, aqui comigo, já havia, de pronto, indicado que eu fosse o Relator naquela Comissão. Vocês sabem, naturalmente, qual seria meu parecer, como vai ser aqui. Ele me informava ontem, em plenário, que já adotou, inclusive, no Paraná, o princípio da política de cotas, mas mais do que isso: o que ele está propondo aqui é que, antes que ele saia, porque S. Ex^a tem viagem para o Parlasul, a gente faça um requerimento de urgência para que a matéria seja votada de imediato também no plenário.

(Manifestação da plateia: Senado vai votar; urgência já!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos continuar agora, para ganharmos tempo. Só falta a assinatura do Senador Pedro Simon, que está vindo. S. Ex^a está com uma agenda fora, mas disse que não nos preocupássemos porque virá aqui dar sua assinatura para garantir a votação.

Neste momento, convido o Senador Paulo Davim para relatar, *ad hoc*, o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2010

– Não Terminativo –

Institui a Ajuda Especial de Manutenção para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Relatoria: Senador Clovis Fecury.

Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Vou me abster de votar nesse projeto porque seria em causa própria...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, vou passar direto à análise.

A apreciação do PLS nº 236, de 2010, por este Colegiado está em consonância com o disposto nos incisos III, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que atribuem competência à CDH para opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família e proteção aos idosos, respectivamente. Este relatório limita-se a analisar a regimentalidade e o mérito da proposição no tocante aos direitos humanos. A constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, bem como o mérito relativo à seguridade social, serão apreciados pela CAS, cuja decisão terá caráter terminativo.

Não há mais dúvidas de que a população brasileira está se tornando mais velha. Tanto o Ipea quanto o IBGE vêm demonstrando essa tendência desde o final dos anos 1980. Em 1999, o Ipea afirmava que:

O momento demográfico por que passa a população brasileira se caracteriza por baixas taxas de fecundidade, aumento da longevidade e urbanização acelerada. A interação dessas transformações tem levado a um crescimento mais elevado da população idosa se comparada com os demais grupos etários. Por exemplo, a participação da população maior de 65 anos no total da população nacional mais do que dobrou nos últimos 50 anos: passou de 2,4% em 1940 para 5,4% em 1996.

E segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar de 2009, 11,3% da população brasileira era, há três anos, constituída por pessoas de mais de sessenta anos, e o grupo de pessoas com mais de sessenta e cinco anos respondia por 7,8% da população.

Os números acima apontam para o fato de que, ao longo dos últimos cinquenta anos, as condições médias da vida no Brasil melhoraram.

Aumentou a renda, a população fixou-se nas cidades, diminuíram os preconceitos e o tamanho da

família: um número maior de pessoas passou a viver mais e, possivelmente, melhor, se comparadas as suas vidas com as dos brasileiros de há cinquenta anos.

Aliás, as condições de vida dos idosos têm permitido a eles assumir papéis cada vez mais relevantes ao longo da vida de suas famílias.

O Ipea registra o aumento do número de domicílios que são chefiados por idosos, nos quais habitam filhos e outros dependentes, caracterizando um movimento de inversão na estrutura normal da dependência, que é do idoso para com a geração posterior.

A situação geral que se configura, portanto, é a de uma categoria social, a dos idosos pobres, que experimenta a necessidade de cuidados crescentes ao mesmo tempo em que permanece como a base econômica da vida familiar, especialmente em razão dos benefícios previdenciários e assistenciais que vem a receber.

O PLS nº 236, de 2010, prevê a linha de um salário mínimo *per capita* como critério de habilitação para o recebimento do benefício.

Esse parece ser, do ponto de vista sociológico, um instrumento muito melhor de justiça social do que o quarto de salário mínimo. Tratar-se-ia de um diploma legal que chegaria muito perto de resolver o problema da assistência ao idoso nas famílias pobres, gerando condições dignas para todos os envolvidos.

Como é sabido, a proteção ao idoso é promovida pela Constituição Federal e complementada pelo Estatuto do Idoso. Destarte, tem-se que o PLS nº 236, de 2010, harmoniza-se muito bem com o espírito da norma constitucional e infraconstitucional brasileira. Os critérios de que lança mão, tais como a idade de setenta anos e o salário mínimo integral, para a habilitação ao benefício, embora diferentes daqueles presentes na legislação pertinente ao idoso não devem ser alterados, visto que melhoram a legislação e correspondem a anseios legítimos da sociedade civil, conforme manifestação de suas instâncias representativas. A situação social dos idosos pobres justifica perfeitamente a sua adoção.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o item 10, página 199, Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia e relatoria do Senador Clovis Fecury. O Senador Paulo Davim foi o Relator *ad hoc*. Será votado no momento adequado.

Eu queria convidar mais uma vez o Senador Paulo Davim para outro item, página 231, porque em

seguida ele terá que sair, Senador Suplicy. Eu faço um apelo para que V. Ex^a continue um pouco mais conosco. Para votar o projeto de cotas precisamos ter o Senador Suplicy aqui no plenário.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso.

Autoria: Senadora Ivonete Dantas.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim.

Tem a palavra o Senador Paulo Davim, como Relator.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Passo direto à análise.

O projeto em exame trata de matéria compreendida no âmbito das competências privativas da União (art. 22, inciso XXIV) e também das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com o que estabelece o art. 24, incisos IX e XV, da Constituição Federal. De sua análise, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Na CDH, a matéria deve ser também analisada à luz do que dispõe o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Segundo o referido dispositivo, cabe à CDH opinar sobre a garantia e a proteção dos direitos humanos; sobre os direitos da mulher; e, também, sobre a proteção à infância, à juventude e aos idosos. Assim, este colegiado deve avaliar o mérito de se utilizar a educação como instrumento de promoção da cultura da paz.

Nesse contexto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, o Senador Randolfe Rodrigues aqui conosco, estamos chegando lá... (*Palmas.*)

Eu não tinha nenhuma dúvida de que o Senador Randolfe Rodrigues estaria aqui conosco. O problema do Senador Pedro Simon é que ele está no hospital, fazendo uma série de exames, teve um problema esta noite, mas assim mesmo ele disse: “olha, se vocês aguentarem aí, eu vou até aí de qualquer jeito...”. Ele, inclusive, defendeu a política de cotas na CCJ, e com muita firmeza...

(*Manifestações da plateia: Cotas, sim; queremos estudar!*)

Volto a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Nesse contexto, importa observar que a educação, de uma maneira geral, tem como objetivo possibilitar as condições de acesso e de ampliação da cidadania. Por meio da sistematização dos conhecimentos, a escola é, sim, instrumento de fomento da cultura da paz e, como tal, é também multiplicadora de ações protetivas dos direitos da mulher, da criança e do idoso, e promotora dos direitos humanos. De fato, a escola é, hoje, espaço de socialização, constituindo-se em ambiente privilegiado de um conjunto de atividades que, continuada e sistematicamente, responde pela formação das pessoas. Esta é mais uma das razões para adoção do horário integral, com interdisciplinaridade de conteúdos, possibilitando a interação das diversas atividades que compõem a formação do caráter e da personalidade do educando.

Dentro dessa perspectiva, o PLS nº 74, de 2012, é meritório. Sua transformação em lei, tornando obrigatória a participação das escolas nos ensinamentos sobre a cultura da paz, certamente possibilitará um reforço inigualável no combate a atitudes e a comportamentos intolerantes e discriminatórios em nosso País. E, por fim, todos esses argumentos nos induzem a afirmar que a proposta é, sim, merecedora de nosso acolhimento.

No tocante à técnica legislativa, é importante observar que o art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, foi alterado após a apresentação do PLS nº 74, de 2012. A alteração foi determinada pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que acrescentou um § 7º ao mencionado artigo, com conteúdo não coincidente com o do parágrafo proposto. É necessário, portanto, renumerar o dispositivo como § 8º, mediante emenda de redação.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2012, com a emenda de redação já referida.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Passamos a palavra, de imediato, ainda a V. Exª, já que esse projeto sai de pauta, momentaneamente, para voltar no momento adequado.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2012

– Não Terminativo –

Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído por *Ad Hoc*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Davim como relator *ad hoc*.

Se V. Exª puder resumir...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Direto à Análise.

É regimental a análise do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2012, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Também não identificamos na matéria vícios de ordem constitucional, jurídica ou de técnica legislativa.

Com relação ao mérito, a proposição se junta a outras iniciativas que buscam fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, lideradas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Ampara aquelas mulheres que, premidas pela dependência financeira e falta de capacitação para o trabalho, acabam mantendo relacionamentos nos quais sobram agressões e faltam afeto e amizade.

Ademais, a ajuda pecuniária estabelecida no projeto contribui para tornar efetivos os compromissos assumidos pelo País diante de organismos internacionais de direitos humanos de envidar esforços, inclusive de ordem legislativa, para dar condições de uma vida livre de violência às mulheres.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2012.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos e muito obrigado Senador Paulo Davim pela relatoria também desse projeto.

O projeto 15 saiu de pauta; o 16 está lido, 17, lido, 18, lido, 19, lido; 20, lido; 21 já foi lido também; sai de pauta porque não houve acordo.

Eu convidaria agora o Senador Eduardo Suplicy ou o Senador Randolfe Rodrigues, para não ficar sempre com o mesmo. Esse é um projeto muito importante, é Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009, terminativo, do Senador Humberto Costa.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2009

– Terminativo –

Estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Humberto Costa

Se V. Ex^{as} puderem ler o parecer, é a página 390.

Se V. Ex^a puder sintetizar, indo direto à Análise do projeto, já nos ajudaria.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 504, de 2009, do Senador Marcelo Crivella, que propõe incluir no Programa Bolsa Família as famílias que adotem crianças desvalidas, asiladas ou desabrigadas, com idade até 6 anos.

Essas famílias poderão ter renda mensal *per capita* de até duzentos e quarenta reais, que vem a ser o dobro do teto normalmente admitido para inclusão no Bolsa Família, de cento e vinte reais mensais *per capita*.

O projeto também prevê que a adoção deve obedecer as disposições sobre o assunto inscritas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Além disso, prevê que, atingindo o adotado a idade pré-escolar, a família adotante será inscrita, automaticamente, no Programa Bolsa Família, caso a família se enquadre nos critérios de ingresso no programa, descritos no art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Na justificativa do projeto, o autor afirma que sua proposição irá contribuir para dar a pessoas com baixa renda condições econômicas de viabilizar o possível desejo de adotar crianças, atitude que, ademais, traria ganhos adicionais, na medida em que, provavelmente, ampliaria o número de lares interessados no acolhimento de crianças abandonadas.

Distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria obteve parecer pela rejeição, em vista de a relatora, Senadora Patrícia Saboya, ter identificado vícios de juridicidade e, ainda, por ter discordado de aspectos relativos ao mérito da proposição.

No âmbito desta Comissão, onde se encontra para ser analisado em caráter terminativo, o PLS nº 504, de 2009, não recebeu emendas.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal elenca as matérias pertinentes ao exame da CDH, incluindo, entre outros temas, aqueles relacionados a direitos humanos e a políticas voltadas à proteção da família e da infância, como é o caso do PLS nº 504, de 2009, ora em exame.

O projeto atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, pois se inscreve entre os assuntos de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme constatado pela CCJ.

No que se refere à juridicidade, no entanto, a matéria peca por veicular proposta de legislação extravagante, quando o correto seria a apresentação de projeto com alteração da legislação em vigor. No caso, da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa Bolsa Família.

No que respeita ao mérito, honramos a preocupação do autor com as crianças desvalidas, abandonadas, que vivem sem cuidados familiares. É sabido que há um número bastante elevado de crianças à espera de adoção e que grande parte dessas crianças jamais será adotada, ou seja, crescerá sem uma família. Os adotantes tendem a preferir crianças muito jovens, em perfeitas condições de saúde e sem qualquer deficiência.

Por outro lado, há pessoas que, mesmo em face de dificuldades financeiras, estão dispostas a adotar. Podem não ter renda suficiente para oferecer às crianças as melhores condições para o seu desenvolvimento, mas estão dispostas a amar e a educar essas crianças como filhos, no seio de uma família. Isso garante a essas crianças uma riqueza que, de outro modo, jamais teriam, e que é determinante para o seu desenvolvimento humano e para o seu futuro.

Em favor dessas crianças, a proposição ora examinada oferece um pequeno benefício financeiro – a inclusão no Programa Bolsa Família – à família que se disponha a adotá-las. Com isso, ganham adotantes e adotados, diretamente, e ganha toda a sociedade, indiretamente.

Não podemos ceder ao argumento elitista de que apenas pessoas que gozem de situação econômica privilegiada podem adotar. Tampouco podemos cair no preconceito de julgar que famílias menos abastadas, mas que estejam logo acima do limite máximo de renda para efeitos de inclusão no Programa Bolsa Família, adotarão apenas para passar a receber benefícios. O processo de adoção ainda seguirá todas as etapas normais, tais como a verificação de motivação legítima e o estágio de convivência, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Reconhecido o mérito da proposição, temos objeção à limitação e sua aplicabilidade a crianças desvalidas, asiladas ou abrigadas. Os benefícios previstos na proposição devem ser aplicáveis à adoção de qualquer criança.

Feitas essas observações, consideramos que os vícios de injuridicidade e de técnica legislativa identificados na CCJ podem e devem ser corrigidos mediante a aprovação de emenda substitutiva, que preserve o que a proposta tem de meritório. Aproveitamos para adaptar o texto dessa emenda às alterações recentemente promovidas no Programa Bolsa Família mediante edição

da Medida Provisória nº 570, de 14 de maio de 2012, que prevê pagamento de benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, para evitar duplicidade de benefícios relativos à primeira infância. Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2009

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa Bolsa Família, para incluir entre os beneficiários desse Programa os adotantes que tenham renda familiar mensal *per capita* de até duzentos e quarenta reais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

.....

.....

V – o benefício variável, no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais), vinculado à adoção, destinado a unidades familiares com renda familiar mensal per capita de até R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e que tenham em sua composição crianças adotadas, com idade entre 0 (zero) e 6 (seis) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

.....

.....

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III, IV e V do caput poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, excetuando-se acumulação dos benefícios previstos nos incisos IV e V, observados os limites fixados nos citados incisos II, III, IV e V.

.....

.....

§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social – NIS, de uso do Governo Federal.

.....

.....

Art. 2º A despesa decorrente do disposto nesta Lei será custeada pelo orçamento da seguridade social.

Parágrafo único. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da despesa decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte à aprovação do projeto de lei orçamentária que der cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 2º.

Sala da Comissão, em junho de 2012

Apenas uma observação, Sr. Presidente.

Eu queria aqui solicitar à assessoria da Secretaria da Mesa para que verifique bem o que está aqui no art. 1º, inciso V, Sr. Presidente, pois, e o autor do parecer é o Senador Humberto Costa, ele diz aqui que o art. 2º da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação, e cita valores como:

(...) R\$18,00 (dezoito reais), vinculado à adoção, destinado a unidades familiares com renda familiar mensal per capita de até R\$240,00 (duzentos e quarenta reais) e que tenham em sua composição crianças adotadas, com idade entre 0 (zero) e 6 (seis) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

Que eu me lembre, o benefício variável do programa Bolsa Família é de R\$32,00 para aquela família que tenha renda mensal *per capita* até R\$140,00 por mês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Exª quiser pedir reexame, vai para a Consultoria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós não vamos votar hoje, não é? *(Pausa.)*

Eu só queria recomendar que seja examinado se os valores aqui estão condizentes e compatíveis, de fato, com os valores atualizados da Lei 10.836.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, como esse projeto é terminativo, não será votado hoje, fica lido só, e fica aberta a discussão para as devidas consultas sobre essa dúvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, eu queria recomendar a Assessoria para examinar os valores aqui citados, para verificar se estão, de fato, condizentes tanto com a Lei 10.836 e suas modificações, inclusive da lei que a Presidenta Dilma Rousseff denominou de Brasil Carinhoso, aqui referido.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy. Feito o seu relatório e o alerta, que a Assessoria vai olhar com todo o carinho,

eu o convidaria – que é o último projeto agora a ser lido – para ler a pág. 431.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Eu convidaria V. Ex^a, se puder entrar na análise, para ser o relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Cabe à CDH, Sr. Presidente Paulo Paim, a análise de temas relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 78, de 2011, trata do direito à moradia para pessoas com deficiência e atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, pois, de acordo com o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias. O inciso XIV do art. 24, por sua vez, estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência para legislar concorrentemente sobre a proteção das pessoas com deficiência.

Com relação ao mérito, a proposição é extremamente oportuna. Cuida de dar efetividade ao direito fundamental à habitação, inscrito no art. 6º da nossa Constituição Federal, e, de maneira específica, estabelece proteção especial destinada a garantir moradia digna às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção.

Para tanto, inclui o direito à moradia entre aqueles previstos no art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dessa forma, ressalta que a habitação digna é condição essencial para o exercício da cidadania e para o pleno bem-estar pessoal, social e econômico.

Sabemos que a moradia em locais de alta vulnerabilidade afronta os direitos humanos de todas as pessoas, mas, devemos reconhecer, prejudica de maneira mais cruel aquelas com dificuldade de locomoção. Elas são muito expostas a perigos em situações de emergência, como incêndios, queda de barreiras e inundações.

O projeto é oportuno também por destinar às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida o percentual mínimo de três por cento das moradias populares construídas com recursos públicos. Completa essa medida a previsão de que essa parte da população tenha a primazia na distribuição dos andares térreos dessas habitações.

Aprovamos as emendas introduzidas ao projeto pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. As alterações aperfeiçoaram o texto, tornando sua redação mais esclarecedora acerca dos objetivos buscados. As emendas também atualizaram a terminologia referente às pessoas com deficiência, adequando-a ao contido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, homologado pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 2006, e incorporado ao Direito brasileiro – com o *status* de emenda constitucional – em julho de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, permita somente um intervalo? (*Pausa.*)

Com a chegada do Senador Anibal Diniz, nós completamos o quórum para votarmos o projeto das cotas. (*Palmas.*)

(*Manifestações da plateia: Cotas já; queremos estudar!*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra para completar o parecer.

Em seguida, vamos iniciar o processo de votação.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, assim a Senadora Ana Rita conclui seu relatório:

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que aqui está anexo, em que o Relator original era o Senador Ciro Nogueira, e o Relator *ad hoc*, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Eduardo Suplicy fez o seu relatório, que sai momentaneamente de pauta, porque ele é terminativo e será votado no momento adequado.

Eu vou agora iniciar com os requerimentos.

Nós temos três requerimentos extrapauta.

ITEM 36

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**Nº 81, de 2012**

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública para debater sobre Fundos de Pensão (entidades fechadas de previdência complementar).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Aqueles Senadores que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para se discutirem os fundos de pensões.

ITEM 37

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**Nº 82, de 2012**

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 8046 de 2010 (PLS 166/2010), novo Código de Processo Civil, e sua relação com os Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Quem concorda com esse requerimento de audiência pública extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Terceiro requerimento.

ITEM 35

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**Nº 80, de 2012**

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública para debater sobre as mudanças nas aposentadorias dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Quem concorda com esse requerimento extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito, já por mim lido, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 38

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**Nº 83, de 2012**

Com fundamento no art. 93, inciso I, do RISF, requero a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria: Senador Casildo Maldaner e este Senador.

É uma audiência pública para discutir o relógio eletrônico nas empresas. Eu sou o Relator, mas há um impasse entre os que são favor e os que são contra o relógio digital. Então, nós faremos mais uma audiência pública.

Aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita, Sr. Presidente Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que, na verdade, algumas coisas estava acontecendo para que pudesse esta Comissão de Direitos Humanos votar a matéria com a presença tanto do Frei Davi, quanto do Pastor Davi – dois Davis. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que aqui chegaram.

(Manifestação da plateia: Che, Zumbi, Antonio Conselheiro, na luta por justiça, somos todos companheiros!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, neste momento, iniciar a votação dos projetos não terminativos. Registro que, mediante acordo. Todos os Senadores concordaram com os projetos que eu colocarei em votação.

O Senador Magno Malta, que está no plenário, me ligou ainda agora para saber se está mantido o acordo. Se não, ele viria para cá e teria que pedir vista de alguns projetos. Assegurei ao Senador Magno Malta que o acordo será dos projetos hoje aqui lidos e acordados.

Então, não haverá pedido de vista conforme entendimento feito por todos os Senadores.

Primeiro projeto.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 1, de 2011

– Não Terminativo –

Cria a Autoridade Pública de Inclusão Social – APIS, a Organização Nacional de Inclusão Social – ONIS, os Núcleos de Inclusão Social – NIS, as Empresas de Inclusão Social – EIS e dá outras providências.

Autoria: União Planetária

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Eu peço silêncio porque nós vamos seguir todo o ritual até chegar no projeto, na sequência, das cotas. Vamos agora à votação.

Em discussão a matéria.

Alguém mais quer discutir a matéria? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Aqueles que aprovam o projeto lido pelo relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 9, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação da Sugestão nº 9, de 2011, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Aqueles que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram, já que o mesmo já foi lido. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 18, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação da Sugestão na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 22, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

O Senador Vicentinho Alves pediu para que o tema não fosse votado no dia de hoje, pela importância. Ele queria estar aqui. Então, retiramos de pauta.

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 2, de 2012

– Não Terminativo –

Declaração de interesse social da Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., empresa ocupada pelos trabalhadores e por eles controlada e administrada, para fins de desapropriação.

Autoria: Associação Hermelindo Miquelace

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2012, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, nós vamos ao voto.

Aqueles que concordam com o Relator, Senador Eduardo Suplicy, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, de 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Autoria: Deputada Nice Lobão

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2008

– Não Terminativo –

Institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2008

– Não Terminativo –

Reserva 20% das vagas dos vestibulares para os cursos de graduação das universidades públicas federais e estaduais para estudantes oriundos de família com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Fui relator da matéria. Já dei o meu parecer. Repito, o meu parecer apenas fez duas adaptações de emendas de redação que não alteram em nada o projeto e nem a relatoria do projeto já aprovado na CCJ. Aqui destaquei o mérito do trabalho brilhante feito pela Senadora Serys Slhessarenko, que durante anos tentou votar essa matéria.

A Senadora Ana Rita deu parecer há poucos dias na CCJ. Frei Davi, eu estava em Uruguaiiana discutindo o estatuto do motorista, mas eles me ligaram, o Senador Simon, o Senador Suplicy, a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Ana Rita, se poderiam votar eu não estando presente. Eu disse: Eu fico bravo se vocês não votarem. E daí, naturalmente, Senador Suplicy

aqui presente, a matéria foi votada e eles entenderam que aqui eu deveria ser o relator.

Fui relator e mantive a redação com duas emendas de redação, somente, para que o projeto não volte para a Câmara.

Então, já li a matéria, mas assim mesmo a matéria está em discussão.

Senador Suplicy, se V. Ex^a quiser falar sobre a política de cotas, se não vamos ao voto. V. Ex^a e o Senador Anibal Diniz, também aqui presente. Vamos votar agora o projeto da política de cotas.

Senador Suplicy com a palavra. Em seguida, o Senador Anibal Diniz.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Caro Presidente Paulo Paim, V. Ex^a é um dos principais proponentes, entusiastas de como deveremos, aqui no Brasil, aplicar inúmeros instrumentos que venham a resgatar a justiça, sobretudo para todos aqueles que tiveram seus antepassados arrancados da sua terra natal, na África, tendo vindo ao Brasil para colaborar com trabalhos em condições de escravidão. A única retribuição que realmente ocorria era a vida na senzala, nas condições as mais precárias, e com alimentação oferecida aos que eram escravos que lhes permitia ter uma expectativa de vida pouco superior a 30 anos de idade.

Então, desde Zumbi dos Palmares, desde todos aqueles que lutaram pela abolição da escravidão, desde Castro Alves, desde pessoas que depois, mais tarde, escreveram tão bem sobre como se deveria construir um Brasil com efetiva justiça para todos, destaque, dentre esses, o Professor Milton Santos, um geógrafo, que, como Josué de Castro, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e outros, disse que era importante que, no Brasil, pudéssemos resgatar os direitos de todas as pessoas, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo condição socioeconômica. Lembro também as experiências de outros países, as lutas de pessoas como Martin Luther King Jr. e outros, que, sobretudo, em seu pronunciamento, *I have a dream*, “Eu tenho um sonho”, de 28 de agosto de 1963, colocou de uma maneira tão linda a importância de se resgatar os direitos civis, os direitos de votação para todas as pessoas, naquela época em que aos negros se impedia, em muitos dos estados norte-americanos, que frequentassem os mesmos banheiros, os mesmos lugares nos ônibus, os mesmos hotéis, as mesmas escolas que os brancos frequentavam, e que, em muitos estados do Sul dos Estados Unidos, se impedia aos negros de votarem. Naquela oportunidade, ele falou de uma maneira tão expressiva que resultou, pouco depois, na votação, tanto da lei dos direitos civis, quanto na lei dos direitos iguais de votação.

Não foi à toa que, em 2008, justamente por ocasião da convenção do Partido Democrata que consagrou Barack Obama como o Presidente que depois veio a ser eleito, quando a Sr^a Hilary Clinton reconheceu e o cumprimentou pela vitória, ele, inclusive, num gesto bonito, a convidou para ser a então Secretária de Estado se ele viesse a ganhar a Presidência. Então, justamente, o Presidente Barack Obama recordou, porque fez exatamente no dia em que se completava 45 anos daquele pronunciamento “Eu tenho um sonho”. É interessante que o próprio Presidente Barack Obama pode ser considerado um dos beneficiários da regulamentação de natureza semelhante, e aqui está sendo colocada de uma maneira que me parece de bom senso, porque a perspectiva da instituição de cotas prevista neste projeto de lei envolve a possibilidade de, daqui a dez anos, se examinar quais foram as suas consequências e se haverá necessidade de se prosseguir, porque o que se espera, Presidente Paulo Paim, e V. Ex^a aqui é um campeão da causa da igualdade racial e um exemplo para todos nós Senadores... *(Palmas.)*

Então, eu tenho a certeza que nós estamos hoje vivendo um dia especial.

Quero aqui saudar todos os estudantes da UNE e pessoas que estão abraçando essa... *(Pausa.)*

Da Une e da UBES, não é? *(Pausa.)*

E do Comitê Brasileiro. Quero saudar a todos vocês.

Senador Paulo Paim, anteontem à noite, eu saía daqui, já eram quinze para as dez da noite, calmamente, com meu carro. Do lado da saída, estava tranquilo, mas comecei a ouvir um canto, um número muito grande de pessoas cantando alto. Passei ao lado deles e eram justamente os estudantes da Une que estavam comemorando que no Plano Nacional de Habitação, pelo menos até 2020, vão ser dedicados 10% do PIB para a Educação, não é? *(Palmas.)*

Então, eu imagino que os estudantes presentes hoje vão ter mais um motivo para sair daqui cantando.

Então, eu quero cumprimentá-lo como autor do parecer e dizer que estamos prontos aqui para votar, Sr. Presidente.

Quero inclusive saudar, mais uma vez, a presença do Frei Davi e do Pastor Davi, esse da Igreja Batista. Frei Davi é também um dos principais organizadores e coordenadores da Educafro e de todos aqueles que estão aqui representando a Educafro.

Sejam bem-vindos. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: É a tradição dar valor à educação!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Pessoal, vamos lá, para não ter nenhuma surpresa,

de repente, de aparecer algum Senador e fazer algum questionamento indevido sobre o tema.

Senador Anibal Diniz.

Quer dizer que foi a assinatura dele que completou o *quorum* para a votação do projeto?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, dois companheiros das melhores causas da política brasileira, Frei Davi, Pastor Davi, alunos da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, alunos da UNE, integrantes do movimento dos Sem-Universidade. Olha só, União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Instituto Indígena, Escola Elefante Branco, W3 Sul, Grêmio, Escola Setor Leste, Ernestino Guimarães, Educafro, Movimento Negro Unificado e Comitê Brasileiro pela aprovação do PLC nº 180, de 2008, eu quero dizer da minha alegria, da minha satisfação de poder estar presente neste momento histórico para nós que integramos esta legislatura do Senado Federal.

Primeiro, um cumprimento especial ao Senador Paim, porque o Senador Paim é um sobrevivente. Um negro no Senado é algo raro. O Senador Paim, como a Senadora Marina, que é do meu Estado do Acre e que passou por aqui, uma negra; também a primeira Senadora mulher, a Senadora Laélia Alcântara, primeira Senadora mulher a ocupar um assento aqui no Senado, também do Acre; a Senadora Benedita da Silva, uma negra. Todas, pessoas que superaram toda sorte de adversidade para poder figurar na política nacional como vencedores.

A gente gosta muito de citar os exemplos de superação conseguidos a partir do esforço individual de pessoas que fizeram diferença na história e continuam fazendo diferença, mas quando a gente chega neste espaço de tomada de decisão e principalmente de construção de leis nós temos a obrigação de pensar em políticas públicas, porque as conquistas por mérito pessoal elas são importantes, mas nós temos que levar em conta que a ausência de uma preocupação em termos de política pública, com as pessoas que estão excluídas, isso leva a gente a jamais tomar conhecimento de milhares de gênios que poderiam fazer a diferença se tivessem uma oportunidade. Então a nossa obrigação é permitir que as oportunidades cheguem para todos. E quando as oportunidades chegarem para todos, eu tenho certeza, Paim, que a gente vai ter muito mais negro nas universidades, a gente vai ter muito mais pobres, filhos das periferias, filhos da população excluída fazendo parte dos espaços do conhecimento, participando da academia e depois ocupando também os espaços de poder.

Há ainda pessoas que questionam a política de cotas, dizendo que a política de cotas fere a meritocracia. É muito fácil falar de meritocracia quando a gente tem todas as condições para oferecer ensino de qualidade, com aula de inglês, com aula de dança, com todo o espaço ao mundo cultural da internet, com computador e *laptop* na mão. É muito fácil dizer que isso se traduz em meritocracia quando se tem todas as condições à mão.

Portanto, sem nenhum demérito à meritocracia, mas nós temos que criar condições para que as pessoas mostrem todas as suas potencialidades. Essa política de cotas que nós estamos votando aqui tenta resgatar uma dívida que é histórica, e esperamos com isso, Paim, dar o primeiro passo.

E refaço aqui a afirmação que fiz na CCJ: a Universidade Federal do Acre, do meu Estado do Acre, é contra a política de cota, arguindo a tal autonomia universitária. Pois quero fazer, de novo, aqui um apelo à Reitora Olinda, ao Conselho Universitário, que revejam essa posição. (*Palmas.*)

Porque é uma vergonha que uma universidade pública, como a Universidade Federal do Acre, de um lugar isolado do Brasil, não aceite uma política de cota que já é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e hoje está sendo votada em lei aqui.

Espero, Paim, que tenha tramitação mais rápida possível, para que possamos ter essa lei definitivamente aprovada e sancionada pela nossa Presidenta Dilma.

Então, que possamos muito mais negros e pobres nas universidades brasileiras e nas escolas públicas brasileiras. E que possamos ter muito mais negros e muito mais pobres nos postos de comando do nosso Brasil, para fazermos um Brasil mais justo, um Brasil mais solidário, que seja, verdadeiramente, diferença positiva no plano planetário.

Muito obrigado a todos. Que Deus nos abençoe nesse momento histórico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas eu vou pedir que se puderem manter o silêncio para que eu possa, primeiro, completar o meu relatório, depois da fala brilhante dos dois Senadores.

E registrar a presença conosco da Secretária da Igualdade Racial do DF, Josefina Serra dos Santos. Está aqui conosco a Josefina. (*Palmas.*)

Vou mandar anexar ao meu relatório, que eu já li, alguns dados que acho importantes, para que os Senadores tenham acesso quando receberem o documento final para votação no plenário. Então, além de tudo que li, faço aqui um complemento. São pontos rápidos e objetivos que vão ajudar no debate do ple-

nário. Por isso que peço o silêncio possível de todos, porque isso vai constar do relatório.

Primeiro, a UnB foi a primeira universidade federal do País a destinar 20% das vagas aos afrodescendentes. Nossos cumprimentos à nossa UnB. Ela iniciou e hoje aqui vamos festejar o encaminhamento final.

Um ano antes, a Uerj já havia adotado as ações afirmativas e destinado 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública, com um percentual para negros e índios.

Das 98 universidades federais, 70 já possuem algum método de inclusão. Ou seja, 71,4% – é um dado expressivo – já adotam a política de cota.

Em Porto Alegre, nos concursos públicos, 12% das vagas já são reservadas aos negros. O meu Rio Grande, no serviço público, já tem políticas de cotas. Mais de 120 instituições de ensino superior já adotam as ações afirmativas.

O ProUni, desde 2004, já adota a política de cotas. Cerca de 500 mil jovens, que ingressaram nas universidades públicas pela política de cotas, estão em plena atividade. Se levarmos em consideração o jovem do ProUni vamos ultrapassar mais de um milhão de jovens que já estão em atividade pela política de cotas.

Lembro ainda que o Estado brasileiro aderiu à Convenção da ONU pela eliminação de todas as formas de discriminação racial, de 1969 e, mais recentemente, ao Plano de Ação de Durban, resultante da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001.

As cotas foram incluídas na Constituição da Índia em 1949. Eu não havia nem nascido ainda, na Índia já tinham incluído a política de cotas. Foi adotada pelo Estado da Malásia em 1968. Implantada nos Estados Unidos a partir da década de 70. Na África do Sul após a queda do regime do *apartheid*, 1994. E, desde então, no Canadá também, na Austrália, Nova Zelândia, na Colômbia e no México. Lembro aqui que, mesmo nos dias do *apartheid*, os negros da África do Sul contavam com uma escolaridade média maior que a dos brancos no Brasil, no ano de 2000. Ou seja, o percentual de jovens, mesmo no *apartheid*, na África do Sul, era maior do que a nossa realidade aqui no Brasil. Isso tudo temos que refletir que alguma coisa, de fato, está errada.

O percentual de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do *apartheid*, era maior que o número de professores negros aqui no Brasil. Alguma coisa, de fato, estava errada.

A porcentagem média de professores nas universidades públicas brasileiras fica em torno de 1% em

um país onde os negros são, sem sombra de dúvida, cerca de 51%.

Lembramos aqui da importância do julgamento das cotas, de 26 de abril de 2012. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Brito, colocou em votação, na primeira sessão sob a sua presidência, a questão das cotas e se posicionou a favor. Por isso, peço uma salva de palmas para o Ministro Carlos Ayres Britto. (*Palmas.*)

Da mesma forma, o Ministro Carlos Ayres Britto deu um belo voto, como relator, a favor do ProUni, que reserva vagas para alunos oriundos da escola pública, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Quero que fique nos Anais da Casa, por isso estou detalhando aqui sem discurso, mas relatando fatos. E quero destacar que o voto do Ministro Relator Ricardo Lewandowski sobre as cotas na universidade pública entra para a história da humanidade. (*Palmas.*)

Foi uma verdadeira aula de direitos civis que ele deu no Supremo Tribunal Federal. Todos os ministros acompanharam o voto do relator, aprovando o parecer por unanimidade.

Lembro aqui: Ministro Luiz Fux sustentou que a ação federal impõe uma reparação a danos pretéritos do País em relação aos negros. Parabéns, Ministro Luiz Fux.

A Ministra Rosa Weber defendeu: “Cabe ao Estado adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta, para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico”.

A Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha destacou que o sistema de cota da UnB é perfeitamente compatível com a Constituição, pois a proporcionalidade e a função social da universidade estão observadas.

O Ministro Joaquim Barbosa afirmou que o voto do Ministro Lewandowski praticamente esgotou o tema. Mas disse: “Não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política que não tenha construído uma política de igualdade, liberdade e justiça com o povo negro”. (*Palmas.*)

O Ministro Cezar Peluso afirmou que o fato histórico incontroverso, o déficit educacional e cultural dos negros em razão das barreiras institucionais de acesso à fonte de educação nesse momento estão, de uma vez por todas, varridos.

O Ministro Gilmar Mendes reconheceu as ações afirmativas como forma de aplicação do princípio de igualdade.

O Ministro Marco Aurélio disse que as ações afirmativas devem ser utilizadas na correção de desigual-

dades, com a ressalva de que o sistema de cotas deve ser extinto tão logo essas diferenças sejam eliminadas.

Nós também entendemos assim. Oxalá, um dia e que eu diga axé, que a gente possa chegar aqui dizendo: não queremos mais política de cota, porque os negros, índios e pobres estão todos na universidade. (*Palmas.*)

Oxalá a gente possa um dia dizer isso. Por isso, não há nenhuma controvérsia com essa posição do Ministro Marco Aurélio.

O Presidente da Corte, Ministro Ayres Britto, afirmou que a Constituição legitimou todas as políticas públicas para promover os setores sociais históricos e culturalmente desfavorecidos. E aí diz ele: se políticas afirmativas do direito de todos os seres humanos terem um tratamento igualitário e respeitoso passa por essa aprovação de hoje, que assim se faça, e assim vamos construir uma Nação para todos. Ministro Ayres Britto.

Parabéns, Ministro Ayres Britto, a quem nós já havíamos cumprimentado no início. (*Palmas.*)

Alguns perguntaram: e o Ministro Dias Toffoli? O Ministro Dias Toffoli já havia se manifestado ainda quando estava na AGU. Então, o seu voto é conhecido: totalmente favorável à política de cotas.

Enfim, eu queria destacar também que um dos documentos fundamentais para esse debate foi um projeto que nós apresentamos e aprovamos aqui no Senado, depois de um amplo debate: o Estatuto da Igualdade Racial. O texto auxiliou nos debates. Cento e sessenta instituições de ensino superior adotaram suas afirmativas – esses dados eu já havia levantado. Via Pró-Uni, avançamos muito.

Os negros não ocupam espaços de visibilidade em qualquer dos três Poderes Públicos, na proporção da população negra. Nós esperamos que um dia possamos afirmar que a população negra ocupa espaço proporcional ao que somos neste País, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e nas Forças Armadas.

O rendimento acadêmico dos cotistas ninguém mais questiona.

Termino só dizendo, e não vou ler, porque vamos ao voto, que pedi para anexar ao meu parecer o chamado *10 mitos sobre as cotas*. A Seppir, a Fundação Palmares, os militantes intelectuais do movimento negro me deram esse documento muito interessante: *10 mitos sobre as cotas*. Aqui os nossos militantes respondem por que temos que aprovar as cotas, e haveremos de fazer isso no dia de hoje no plenário.

Apenas mostro aqui os Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Senador Paulo Paim. Vou fazer com que esse documento que combate os dez mitos que eles inventaram contra as cotas conste do relatório final, porque todos os Senadores vão receber esse documento.

É esse o relatório. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: Nas ruas, nas praças – quem disse que sumiu? –, aqui está presente o movimento estudantil! É honra, é glória, queremos logo fazer história! O povo unido jamais será vencido!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, pediria o máximo de silêncio, porque neste momento é que eu vou colocar em votação o relatório, que eu já havia lido antes, e agora só coloquei um anexo.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o parecer lido permaneçam como se encontram.

Aprovado.

(Manifestação da plateia: Hino Nacional.)

(Palmas.)

(Manifestação da plateia: Ubes, Ubes, educação, educação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, aguardem, porque vamos votar o requerimento de urgência.

(Manifestação da plateia: Urgência já!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, antes de passar a palavra aos nossos Senadores, quero submeter à votação requerimento de urgência, assinado pelos Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz e Roberto Requião, que fez questão que constasse o nome dele. O Senador Requião é o Presidente da Comissão de Educação e fez questão que constasse o nome dele, porque ele é favorável à aprovação desse requerimento de urgência, para que a matéria vá direto ao plenário, sem necessidade de passar pela Comissão de Educação, e ainda me nomeou Relator de plenário do Projeto das Cotas. Vamos encaminhar o requerimento para, dentro da burocracia da Casa, que haja o devido encaminhamento.

Requerimento.

Requeiro a urgência, nos termos do art. 336, II, para o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2012, que dispõe sobre ingresso nas universidades Federais, estaduais e nas instituições Federais de ensino técnico, médio e dá outras providências na política de cotas.

Aqueles que concordam com o Requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Assinam o Requerimento os Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz e Roberto Requião. *(Palmas.)*

Vou continuar, estávamos no Item 6, passa-se ao Item 7, não terminativo. Saiu de pauta. O Item 8 também saiu de pauta. O Item 9 também saiu de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Próximo item.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2010

– Não Terminativo –

Institui a Ajuda Especial de Manutenção para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.

Autoria: Senador Jefferson Praia

Relatoria: Senador Clovis Fecury

Relatório: Pela aprovação

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 11 também saiu de pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a instalação de dispositivo de fixação de assentos infantis nos automóveis e camionetas em circulação no País.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso.

Autoria: Senadora Ivonete Dantas

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação da matéria com uma emenda de redação que apresenta.

O relatório já foi lido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2012

– Não Terminativo –

Instítui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Clovis Fecury, que também já leu seu parecer.

Relatório: Pela aprovação

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação

Esse Projeto é terminativo. Os terminativos, nós não colocaremos no dia de hoje.

Muito bem. Como vemos, concluímos os nossos trabalhos. A pauta de todos os não terminativos e não polêmicos foram votados.

Quero dizer que o Projeto de Cotas foi unanimidade aqui nesta comissão. É importante dizer que todos os líderes concordaram. Isto é importante lembrar: bastasse que um líder viesse aqui e pedisse verificação de votação, e o projeto não seria votado. Eles concordaram com todo o encaminhamento feito, para o projeto ser votado hoje e consequentemente ser votado ainda no Plenário.

Faremos de tudo para que ele seja votado de forma urgente, de acordo com o requerimento aqui aprovado.

A previsão de horário da sessão hoje é às 16 horas. Numa quinta-feira, sabemos que é difícil haver um quórum no plenário para votação. Mas se não votarmos esta semana – vamos tentar –, mas se não votarmos hoje, faremos de tudo para votar na semana que vem, de forma que, antes do recesso parlamentar, que se inicia a partir do dia 15, nós tenhamos resolvido essa questão de forma definitiva. *(Palmas.)*

Eu só quero, ao concluir, dar os parabéns a todos os militantes dos direitos humanos. Essa é uma causa dos direitos humanos, daqueles que lutam pela igualdade, pela liberdade e pela justiça. Esta causa uniu brancos e negros. Todos que estão aqui viram que os jovens estavam aqui, os estudantes, brancos e negros abraçados, se cumprimentando, porque, enfim, a política de quotas estava sendo aprovada pelo Congresso Nacional.

Então, parabéns! Parabéns a todos: homens, mulheres, crianças, adultos, adolescentes, idosos, brancos, negros, índios; enfim, a todas as etnias e a todos os segmentos. Hoje foi a vitória da igualdade, da liberdade, da justiça e do direito de oportunidades iguais para todos! Abraços!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Gim Argello, Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia e Ricardo Ferraço**. Justifica ausência o Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e procede a leitura dos comunicados da Presidência. O Senador **Francisco Dornelles** solicita incluir nos anais desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pronunciamento do Senador **Fernando Collor** em sessão plenária deliberativa; editorial da Folha de São Paulo intitulado “Paraguai soberano”; editorial do Jornal O Globo intitulado “Crise Paraguaia requer Sensatez”; e coluna do jornalista Merval Pereira, no Jornal O Globo, intitulado “Democracia Representativa”, todos de 26 de junho do corrente. A Senadora **Ana Amélia** solicita incluir nos anais da Comissão editorial do Correio Braziliense de 26 de junho; coluna do jornalista Hélio Schwartsman na Folha de São Paulo de 26 de junho; e coluna do jornalista Elio Gaspari na Folha de São Paulo de 27 de junho. Inicia-se a apreciação da Pauta. O Senador Sérgio Souza solicita inclusão de Item extrapauta. **Item extrapauta – Requerimento nº 27, de 2012-CRE**, de autoria dos Senadores **Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço e Sérgio Souza**, que diz: *“Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o senhor ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, convidado a comparecer perante esta Comissão para explicar o posicionamento do governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial acerca do processo que culminou com o impeachment do então presidente Lugo, e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país. Justifica-se essa proposição no fato de que o Paraguai é membro pleno do Mercosul, com vínculos econômicos e sociais estreitos com o Brasil”*. **Resultado:** Aprovado. **Item 1** – Apreciação e deliberação das emendas a serem apresentadas ao PLDO nº 03 de 2012 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”. Relator: Senador **Francisco Dornelles**. **Resultado:** foram aprovadas as seguintes emendas de Meta: **01** – Construção de Submarinos Convencionais – Programa 2058 – Ação 123I Construção de Submarinos Convencionais – Acréscimo de Meta 17; **02** – Implantação do Sistema Integrado de

Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) – Programa 2058 – Ação 13DA Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON – Acréscimo de Meta 38; **03** – Participação Brasileira em Missões de Paz – Programa 2057 – Ação 2C06 Participação Brasileira em Missões de Paz – Acréscimo de Meta 2; **04** – Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio – OMC – Programa 2057 – Ação 6105 Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio – OMC – Acréscimo de Meta 2; **05** – Programa 2058 – Ação 2923 – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Acréscimo de Meta 3; e as seguintes emendas ao texto: **06** – Reconstrução da Estação Brasileira na Antártica – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **07** – Forças Armadas – Fiscalização e Proteção das Áreas Produtoras de Petróleo – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **08** – Forças Armadas – Despesas do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **09** – Forças Armadas Incluir a Seção II no anexo V. (Demais Despesas Ressalvadas) – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **10** – Patrulhamento e Salvaguarda Marítimos – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **11** – Acordos e Parcerias Estratégicas com outros Países na Área de Defesa – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **12** – Dá nova redação ao Parágrafo 3º do Art 70 – auxílio transporte – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 70 Parágrafo 3; **13** – Forças Armadas – Dá nova redação ao Item 33 do anexo V (Auxílio-Alimentação) – Modificativa – Anexo V – Inciso I Item 33; **14** – Construção do Protótipo de Reator Nuclear – Aditiva – Anexo V – Inciso I Item 66; **15** – Despesas do Programa Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **16** – Dá nova redação ao § 3º do artigo 70. (Moradia e transporte de qualquer natureza) – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 70 Parágrafo 3º; **17** – Forças Armadas – Anexo V – Despesas relacionadas com o Programa de Recursos do Mar e com a Missão Antártica – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **18** – Forças Armadas Desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **19** – Forças Armadas Inserir como despesa obrigatória (inciso I do Anexo V) a participação brasileira em Força de Paz – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **20** – Inclusão de Item no Inciso I do Anexo V. (Missões de Paz) – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **21** – Incluir o inciso IV, no §3º do artigo 38. (Benefícios Sociais) – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 38 Parágrafo 3 Inciso III; **22** – CRE – Inserir inciso II no anexo V (Despesas Ressalvadas) despesas com a implantação do Sistema PROTEGER – Aditiva – Anexo V – Inci-

so I Item 66; **23** – CRE – Inserir inciso II no Anexo V (Despesas Ressalvadas) despesas com aquisição do blindado Guarani do Exército – Aditiva – Anexo V – Inciso I Item 66; **24** – Forças Armadas – Implantação do Sistema de Defesa Cibernética – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **25** – CRE – Inserir no inciso II do Anexo V (despesas ressalvadas) despesas com a implantação do Sistema de Defesa Cibernético – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; **26** – Forças Armadas Implantação do Sistema Integrado do Sistema de Monitoramento de Fronteira – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66; e **27** – CRE – Inserir inciso II no Anexo V (Despesas Ressalvadas) despesas com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) – Aditiva – Anexo V – Inciso I – Item 66. **Resultado:** Aprovado. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010*”. **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 33ª Reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada.

Comunicados.

Rio+20, encerrada na última sexta-feira no Rio de Janeiro.

Se a ECO/92 foi a grande Conferência Mundial do século XX sobre meio ambiente e desenvolvimento tornado-se o ponto de chegada da Consolidação do Conceito de desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 foi a primeira mega conferência do atual milênio e ponto

de partida para consolidar aquele conceito no bojo dos objetivos do milênio.

A Conferência serviu para reafirmar os princípios da ECO/92 e garantir o seu legado especialmente quando afirma os compromissos comuns mais diferenciados e não permite a revisão dos acordos, tratados e convenções firmados anteriormente. Além disso, teve efeito para revogar a visão sistêmica do desenvolvimento sustentável e, como já afirmado, apontar meios para a sua efetiva implementação.

Assim, o documento final traz pontos relevantes como:

1. Evidencia a erradicação da pobreza e as desigualdades como ponto central, descartando o adjetivo “extrema” (em relação à pobreza), e colocando o ser humano como foco prioritário do desenvolvimento sustentável;

2. Não retrocede com os compromissos assumidos em 1992 – tais como o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que acabei de citar –, e registra expressamente essa premissa, reconhecendo implicitamente que o Princípio do Não-Retrocesso, inserido no direito humanitário, deve ser observado;

3. Estabelece um Fórum Político Intergovernamental de Alto Nível para acompanhar a implementação de Governança Global em desenvolvimento sustentável;

4. Exorta a Assembleia Geral da ONU para que fortaleça a estrutura do PNUMA – Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente –, inclusive sobre os aspectos financeiros;

5. Opta pelo reestudo do PIB – Produto Interno Bruto – de modo a inserir outras variáveis capazes de dar um peso maior ao aspecto social e de bem-estar na aferição do índice de desenvolvimento dos países;

6. Estabelece processo de definição dos objetivos do desenvolvimento sustentável, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a vigorar a partir de 2015;

7. Aponta para a necessidade de alteração dos atuais padrões de produção e consumo;

8. Fixa o prazo de três anos, portanto, até 2015, para que sejam adotadas métricas de monitoramento, ou seja, novas medidas econômicas que considerem componentes ambientais no cálculo do atual PIB. Para tanto, será formado um grupo de trabalho com 30 especialistas indicados pelas cinco comissões regionais das Nações Unidas, respectivamente, a Ásia Ocidental, América Latina e Caribe, Europa, Ásia e Pacífico e África;

9. Considera pela primeira vez em documento oficial que a economia verde é colocada no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza como ferramenta do desenvolvimento susten-

tável, em vez de ser estabelecida como novo modelo econômico substitutivo;

10. Reafirma a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, assegurando-lhes as mesmas possibilidades de participação e de tomadas de decisões que são acessíveis ao homem no domínio econômico social e político.

Destacamos também a intensa participação da sociedade civil nas mesas de debates, a participação de Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr^{as} e Srs. Parlamentares, de modo geral, com abertura para sugestões e deliberações, bem com a utilização dos instrumentos e meios eletrônicos consubstanciados nos *Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável* e outras atividades paralelas, como a Cúpula dos Povos.

Sobre os eventos paralelos ocorridos durante a Rio+20, vale ressaltar o Rio Clima, para a Conferência Rio+20, a Otca, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o Acordo dos Prefeitos do C-40 e a Cúpula Mundial dos Legisladores. O Rio Clima, coordenado pelo Deputado Alfredo Sirkis, trouxe importantes sugestões notadamente para os temas Economia Verde e Governança.

A reunião da Otca ocorreu juntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e foi coordenada por S. Ex^a Senadora Vanessa Graziottin e por S. Ex^a Senador Sérgio Souza, com a presença do Secretário Geral da organização, Embaixador Alejandro Gordijo. Na oportunidade, além da política nacional sobre mudanças climáticas, tratou-se do avanço do projeto que irá monitorar o desmatamento da floresta Amazônica em oito países, dentro de um acordo entre a Otca e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

No acordo do C-40, grupo de prefeitos presidido por Michael Bloomberg, Prefeito de Nova York, prefeitos de 58 das 58 maiores cidades do mundo se comprometeram a reduzir 1,3 bilhão de toneladas de emissões de carbono até 2030. Para atingir esse objetivo, a proposta é reduzir, até 2020, 248 milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa.

Já a Cúpula dos Legisladores, organizada pela Globe International, igualmente debateu pontos cruciais da agenda Rio+20, com destaque para a adoção do Princípio do Não-Retrocesso no Direito Ambiental e do capital natural na discussão e construção de políticas e no processo decisório.

A propósito, vale a pena lembrar que a Rio+20 nasceu de uma iniciativa legislativa, mais especificamente do Senado brasileiro, ao aprovar requerimento de minha autoria conclamando o Governo Federal para que lançasse, nos foros internacionais, a proposta de realização dessa megaconferência no Brasil, proposta

essa prontamente aceita por Sua Excelência, o então Presidente da República, Sr. Inácio Lula da Silva. Por esse viés, a Cúpula Mundial dos Legisladores comprometeu-se, ainda, a se reunir a cada dois anos, no Rio de Janeiro, com o objetivo de compartilhar práticas legislativas, no sentido de desenvolver um plano de controle por parte dos legisladores nacionais para fiscalizar os governos e seus compromissos em relação à Conferência do Rio. Essa reunião, realizada paralelamente à Rio+20, foi presidida por S. Ex^a Senador Cícero Lucena e teve como Relator S. Ex^a Senador Rodrigo Rollemberg e como coordenadora S. Ex^a Senadora Serys Slhessarenko.

Se a Rio+20 não teve um efeito imediato, ela terá um efeito. Como assinalou a Ministra Izabella Teixeira, “deixamos de ser reféns do curto prazo imposto pela atual crise econômica”. E mais, como bem afirmou o Ministro Antônio Patriota, “o espírito do Rio continua vivo”.

O certo é que foi o acordo possível de se obter nesse momento de crise econômica e processo eleitoral nos Estados Unidos. É verdade que o nível de ambição não foi elevado, mas também é verdade que houve avanços, que se abriram janelas.

Assim, exortamos, em especial, obter com eficácia o pretendido até o emblemático ano de 2015, para o qual confluirão seis grandes marcos: (1) a implementação de novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, juntamente com o desenvolvimento sustentável; (2) a definição de metas obrigatórias para a redução das emissões de gases do efeito estufa, de Durban, a serem executadas a partir de 2020, inclusive com a indicação para o pleno cumprimento dos compromissos das partes do Protocolo de Kyoto e das decisões da COP 17; (3) a recuperação de estoque pesqueiro; (4) a busca de garantia de água potável e segurança hídrica; (5) o incremento do plano de ação de desastres e desertificação; e (6) o debate sobre a proteção dos oceanos dos Estados insulares, além dos mares nacionais, buscando, no limite, estabelecer uma convenção específica para regular esse tema. Ou seja, “precisamos de urgência, ambição e compromisso”, como bem disse a Embaixadora de São Vicente e Granadinas nos Estados Unidos e na OEA, a Sr^a La Celia Prince.

Além de ter sido a conferência das Nações Unidas com a maior participação social dentre todas as já realizadas, a Rio+20 representa uma vitória da esperança sobre o derrotismo e da perseverança sobre a inércia. Ela reflete, na realidade, a confiança na capacidade dessa geração em superar paradigmas insustentáveis de crescimento. Ela é produto da profunda convicção de homens e mulheres da necessidade de

ações imediatas para evitar uma catástrofe iminente, que ameaça a própria existência de vida no Planeta.

Segundo comunicado.

Nota do Ministério das Relações Exteriores sobre a situação no Paraguai.

Diz a nota do Ministério das Relações Exteriores do último dia 23 de junho de 2012:

O Governo brasileiro condena o rito sumário de destituição do mandatário do Paraguai, decido em 22 de junho último, em que não foi adequadamente assegurado o amplo direito de defesa.

O Brasil considera que o procedimento adotado compromete pilar fundamental da democracia, condição essencial para integração regional. Medidas a serem aplicadas em decorrência da ruptura da ordem democrática no Paraguai estão sendo avaliadas com os parceiros do Mercosul e da Unasul, à luz de compromissos no âmbito regional com a democracia.

O governo brasileiro ressalta que não tomará medidas que prejudiquem o povo irmão do Paraguai. O Brasil reafirma que a democracia foi conquistada com esforço e sacrifício pelos países da região e devem ser defendida sem hesitação. O Embaixador do Brasil em Assunção está sendo chamado a Brasília para consultas.

A respeito desse assunto, Sr^{as} e Srs. Senadores, proferi ontem no plenário desta Casa discurso com algumas reflexões que gostaria de compartilhar com V. Ex^{as}. O tema fatalmente será debatido e tratado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já que é foro pertinente no âmbito do Senado Federal.

O Estado de Direito significa a existência em um Estado de normas jurídicas que regulamentam a convivência social, inclusive do ponto de vista das relações de poder. É o contrário de situação de anarquia ou, de fato, onde não existem regras e predomina a força sem limitações legais. O Estado de Direito pode ser ou não democrático, mas pressupõe sempre a existência e o respeito absoluto às regras.

Uma quebra da legalidade significa a desobediência das normas estabelecidas no Estado de Direito, e principalmente as que regem o exercício e a substituição do poder político no nível mais alto, ou seja, a chefia de Estado ou de governo. Já a legitimidade significa que um regime ou um governo conta com o apoio e o consentimento da população ou, pelo menos, que não há contestação séria à sua existência. Trata-se de cenário que não se confunde e vai além da mera popularidade de governos e governantes.

No caso em tela, a vigente Constituição do Paraguai prevê a existência do instituto do *impeachment*, que permite o chamado *removal from office* do governante, por razões políticas ou penais, por parte do

corpo legislativo. Em sua Seção da Constituição paraguaia, em sua Seção 6, que trata do *Del Juicio Político* ou do julgamento político, artigo 225, a Constituição paraguaia estatui que o Presidente da República, bem como outros mandatários e altos funcionários, poderão ser submetidos a julgamento político por mau desempenho de suas funções, por delitos cometidos no exercício de seus cargos ou por delitos comuns. Contudo, a Constituição não estabelece detalhes, não prevê um rito pormenorizado para o processo de *impeachment*.

Assim, na medida em que há um Estado de direito em que há norma vigente que prevê o *impeachment* e essa norma foi cumprida, não há que se falar em golpe de Estado ou quebra da legalidade, o que só ocorreria se houvesse a desobediência às normas legais com o uso da força.

O conceito de golpe de Estado é, limpidamente, o de uma substituição do governante fora da legalidade, normalmente com o uso ou ameaça de utilização da força física.

Lembre-se ainda que a Suprema Corte do Paraguai rejeitou a ação de inconstitucionalidade impetrada pelo ex-Presidente Lugo para anular o seu julgamento, assim como o Tribunal Superior Eleitoral de lá, do Paraguai, já descartou antecipar a eleição, garantindo o mandato do atual Presidente e garantindo o que estatui a Constituição paraguaia, garantindo o mandato do atual Presidente até agosto de 2013.

Ademais, a inexistência clara de uma contestação importante ou significativa em relação à medida do Legislativo paraguaio mostra que tampouco trata-se de ação ilegítima.

Essas considerações estão claramente assentes no Direito e na ciência política.

A reação diplomática do Brasil foi no sentido de criticar o *impeachment* de Lugo como uma ruptura democrática e um golpe de Estado. Outras considerações foram no sentido de não se ter seguido o devido processo legal, da rapidez do processo, do exíguo tempo para a defesa, o que são problemas da legislação interna de outro país.

Essa reação não contribuirá, decisivamente, para o relacionamento com o novo governo, que já manifestou, como é natural, desejo de aproximação com o Brasil, inclusive prometendo proteção a nossos centenas de milhares de nacionais, os chamados “brasiguaios”, que, vale ressaltar, já solicitaram ao Governo brasileiro o reconhecimento do novo Presidente paraguaio.

A diplomacia brasileira, tradicionalmente, interferiu no processo político daquele país por óbvias razões estratégicas, mas sempre de maneira o mais possível discreta e bilateralmente. Mantemos em Assunção

uma embaixada extremamente bem equipada e uma missão militar eficiente e do mais alto nível.

Na situação atual, parece que o Governo brasileiro foi tomado de surpresa pela ação do Congresso paraguaio. E aí duas explicações são possíveis: uma, ou a nossa representação não informou adequadamente sobre a evolução da crise, que não foi uma conspiração das casernas na surdina, mas um processo legislativo, portanto do conhecimento público, ou os centros de Poder em Brasília não souberam tomar uma decisão no sentido de tentar influir para algum desfecho de compromisso, como, por exemplo, uma composição com o ex-Presidente Lugo, para diminuir o seu ímpeto radicalizante, ou pedir mais calma à oposição parlamentar ao Presidente.

O ex-Presidente Lugo conta com clara simpatia do Governo brasileiro e poderia ter sido contido. O Congresso paraguaio tem grandes interesses em bom relacionamento com o Brasil e também poderia ter sido objeto de tentativas de convencimento para soluções menos radicais. Ou seja, a diplomacia brasileira, infelizmente, como fez no passado, por inúmeras e discretas vezes... Ou seja, a diplomacia brasileira não antecipou o cenário e não antecipou uma ação preventiva, como fez no passado por inúmeras e discretas vezes.

Um Paraguai próspero, pacífico e tranquilo é sempre de interesse, obviamente, para o Brasil.

Outro erro é a multilateralização da questão com sua colocação no âmbito da Unasul, que faz com que o Brasil perca sua capacidade individual de manobra. Suscitar também a cláusula democrática de Ushuaia no âmbito do Mercosul aumenta o alcance da crise e tende a radicalizá-la. O Brasil passou a estar a reboque de iniciativas e críticas mais radicais de países vizinhos.

A suspensão da participação do Paraguai nas próximas reuniões de cúpula e as declarações sobre possibilidades de retaliações econômicas significam acuar o novo governo paraguaio e podem prolongar a crise, sendo que o nosso interesse deve ser a sua resolução da forma mais rápida e pacífica possível.

Embora a chamada para consultas do embaixador brasileiro seja manifestação diplomática adequada de mostrar insatisfação, a reunião em Brasília, com a participação do Ministro da Defesa, do assessor internacional do Planalto, do Itamaraty e do diretor de Itaipu para definir posição, foi vista pelo novo governo, naturalmente, como forte e descabida forma de pressão. Os atuais detentores do poder tampouco poderão ceder terreno sob ataque.

A presente situação econômica paraguaia, com queda do PIB depois de um período de crescimento econômico, não é também de molde a facilitar uma situação política que está sendo agravada pela atuação

regional. Problemas fundiários valorizados e estimulados pelo Governo Lugo são fontes de atrito. Há um incipiente movimento guerrilheiro, o Exército Popular Paraguai, que tem feito sequestros e ataques a postos policiais e a delegacias em regiões remotas. Há o problema de Itaipu e, sobretudo, de forma subjacente, mas perene, o latente sentimento histórico antibrasileiro que era utilizado por Lugo para ajudar a sua legitimação.

Seguramente, ainda cabe à diplomacia brasileira uma iniciativa de moderação e bom-senso para prevenir um muito provável cenário de instabilidade que é tudo aquilo que nós não desejamos.

Passar à leitura de requerimentos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a fez, ontem, no plenário do Senado, um importante pronunciamento – talvez um dos mais importantes pronunciamentos que esta Casa tenha presenciado na última legislatura. E sobre o assunto Paraguai. V. Ex^a disse, com muita precisão: na medida em que há um Estado de direito, há norma vigente que prevê o instituto do *impeachment* e a norma foi cumprida, não há que se falar em golpe de Estado ou quebra de legalidade, o que só ocorreria se houvesse a desobediência às normas legais, como o uso da força.

V. Ex^a disse ainda que essa reação brasileira não contribuirá para o relacionamento com o novo governo, que já manifestou, como é natural, desejo de aproximação com o Brasil.

O Brasil ficou a reboque de iniciativas mais radicais, como as da Argentina e da Venezuela.

Foi um pronunciamento extremamente importante o que V. Ex^a fez ontem no plenário do Senado.

O jornalista Merval Macedo, em artigo publicado ontem no *O Globo*, *Democracia representativa*, termina dizendo:

O Governo brasileiro está colocando os interesses políticos de um grupo da região à frente dos interesses econômicos do País. A reação contrária da Unasul ao que aconteceu no Paraguai é, na verdade, mais um movimento político dos chamados países “bolivarianos” do que uma reação em defesa da democracia, que continua em pleno vigor no Paraguai.

O Governo brasileiro, mais uma vez, está a reboque de uma ação política de Chavez, assim como no caso de Honduras no ano passado.

O jornal *O Globo*, no editorial também de ontem chamado “Crise paraguaia requer sensatez”, diz o se-

guinte: “(...) decretar a priori a existência de um ‘golpe parlamentar’ é um excesso. Mais ainda, num surto ideológico, suspender o país do Mercosul e Unasul e admitir a presença de Lugo na próxima reunião de cúpula, em Mendoza...” “É um absurdo.

Jornal *Folha de S. Paulo*, também no editorial “Paraguai soberano”, diz que, apesar de cercear direito de defesa, o *impeachment* foi constitucional e abuso dos países pretenderem impor sanções.

De modo, Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a e a esta Casa que fosse incluído nos Anais desta Comissão o pronunciamento que V. Ex^a fez ontem no plenário da Casa e os artigos *Paraguai soberano*, editorial da *Folha de S. Paulo* de ontem, *Crise paraguaia requer sensatez*, do jornal *O Globo* de ontem, e o artigo do jornalista Merval Macedo, *Democracia representativa*.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ministro Francisco Dornelles, pelas suas palavras. E a sua solicitação será atendida na forma do Regimento da Casa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...à solicitação do Senador Francisco Dornelles também o Editorial do *Correio Braziliense* de ontem sobre o mesmo assunto e o artigo de Flávio Schwartzman, do jornal *Folha de S. Paulo*, também na edição de ontem, sobre a mesma matéria. São essas as duas questões que eu gostaria de acrescentar ao que solicitou o Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A solicitação de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, será atendida na forma do nosso Regimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, essa questão do Paraguai é de extrema preocupação. Eu percebi que dezenas de Parlamentares desta Casa subiram à tribuna do Senado Federal para manifestar essa preocupação.

Na data de ontem, recebemos aqui em Brasília parlamentares do Parlamento paraguaio. Tivemos uma reunião na Frente Parlamentar Agropecuária, inclusive com a presença de agricultores brasileiros, manifestando a sua preocupação com as relações econômicas entre o Brasil e o Paraguai, entre o Mercosul e o Paraguai, num possível embargo ou numa retirada ou suspensão do Paraguai do Mercosul. Isso pode causar uma instabilidade econômica no Paraguai e, por consequência, aos brasileiros que lá vivem e seus descendentes e também a empresários brasileiros que para lá exportam os seus produtos.

Assim como somos membros desta Comissão de Relações Exteriores, eu e Senadora Ana Amélia também somos membros de uma comissão formada pelo Senado Federal, uma comissão externa, para irmos ao Paraguai conversar com o Congresso paraguaio e tratar desse e de outros assuntos. No entanto, a oportunidade ainda não tinha sido dada, com os ajustes necessários, para a nossa ida ao Paraguai. Esperávamos, primeiro, uma movimentação daquele Congresso solicitando ao Governo brasileiro, ao Parlamento brasileiro a indicação de ajudas necessárias no que diz respeito à regularização fundiária e também à regularização da cidadania dos brasileiros que lá vivem. Nós estávamos construindo isso com o Itamaraty, com o Embaixador Eduardo dos Santos, que é o Embaixador brasileiro que representa o Brasil no Paraguai, mas não deu tempo. Houve até mesmo uma sugestão de que ficasse para o segundo semestre, por conta de o mandato dos Senadores terminar agora, no primeiro semestre, lá naquele país.

Nós todos estamos acompanhando essa crise instalada neste momento no Paraguai e percebemos que o Brasil tem, de forma cautelosa, se manifestado sobre o assunto. O Governo brasileiro determinou que esse assunto deve ser tratado através do Itamaraty, porque é uma questão de Estado e não uma questão de Governo, e o Brasil está tratando dessa forma.

Eu apresentei a esta Comissão um requerimento para que houvesse um convite ao Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, a fim de que ele viesse a esta Comissão de Relações Exteriores dar conta ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, à população brasileira de quais são as posições que o Brasil está adotando ou as sugestões que o Brasil está colocando na pauta da Unasul, do Mercosul para o enfrentamento dessa crise.

Esse requerimento encontra-se sobre a mesa. Então, solicito a V. Ex^a, nos termos do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores, que prevê, salvo situações extraordinárias, a inclusão extrapauta de requerimentos que demonstrem a urgência

necessária, a possibilidade de incluir extrapauta esse requerimento, para que possamos votá-lo nesta reunião de hoje e marcar, assim que possível e dentro da possibilidade do Ministro, a vinda dele a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza. Passo a ler, então, os requerimentos.

O primeiro deles é de S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, em que, nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, ele requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 25 de junho a 2 de julho de 2012, em face de atividades político-partidárias em Boa Vista, Roraima.

Assina S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Requerimento nº 27, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria de S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, de S. Ex^{as} os Senadores Ricardo Ferraço e Sérgio Souza:

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Sr. Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota convidado a comparecer perante esta Comissão para explicar o posicionamento do Governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial, acerca do processo que culminou com o impeachment do então Presidente Lugo e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país. Justifica-se esta proposição no fato de que o Paraguai é membro pleno do Mercosul, com vínculos econômicos e sociais estreitos com o Brasil.

Assinam o requerimento, como eu já disse, S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço e S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Este é um item extraordinário.

Por analogia, a inclusão de itens extraordinários, conforme já foi dito inclusive por S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, está regulamentada pelo Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que exige antecedência para elaboração e envio da pauta. O art. 3º do referido ato reza que: “Salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta devidamente preparada pela Secretaria desta Comissão seja enviada aos membros dois dias antes de sua realização”, o que a Presidência desta Comissão vem cumprindo rigorosamente, como é do conhecimento de V. Ex^{as}. Mas compreendendo a pertinência e a urgência envolvidas no requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço e S. Ex^a o Senador Sérgio Souza e diante de tal solicitação, eu consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras sobre a inclusão do requerimento nº 27, de 2012, da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na pauta desta reunião.

Aqueles que aprovam a inclusão desse requerimento que acabei de ler como item extraordinário, na forma do Ato nº 2, no seu art. 3º, que normatiza os trabalhos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aqueles que aprovam, portanto, a inclusão dessa matéria na pauta de hoje permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Gostaria não só de manifestar apoio à decisão de V. Ex^a pelo caráter iminente dessa questão e desse debate, apoiando, evidentemente, a iniciativa do Senador Dornelles e do Senador Sérgio, assim como de me associar a essa estratégia e a esse planejamento adequado e prudente feito por esta Comissão. Digo isso porque sou autor também de um requerimento convidando não apenas o ex-Presidente Fernando Lugo, como o nosso Embaixador no Paraguai. Mas considero muito mais prudente que nós possamos ouvir o nosso Ministro Patriota para que possamos ter não apenas um debate que diga respeito à saúde democrática do Paraguai, mas uma avaliação imparcial de fatos relacionados à qualidade da democracia não apenas no Paraguai, mas também na Bolívia e na Venezuela, a fim de que tenhamos uma avaliação adequada desse conjunto de qualidade democrática que interessa ao nosso País.

Portanto, quero manifestar o meu apoio à iniciativa de V. Ex^a de colocar para votar nesta sessão, assim como a iniciativa do eminente Senador Dornelles. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

Voltando ao item extraordinário, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão do requerimento de convite a S. Ex^a o Ministro Antonio Patriota para comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores, requerimento esse de autoria de S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, do Sr. Senador Ricardo Ferraço e de S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão, na pauta, de forma extraordinária, do Requerimento nº 27, de 2012.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Gostaria de solicitar a V. Ex^a, se possível, manifestar, ao Ministro das Relações Exteriores, que esta Comissão gostaria de ouvi-lo o mais rápido possível.

Não tem sentido que países da Unasul conheçam a posição brasileira em um período até anterior a essa posição ser ditada e falada no Congresso Nacional.

Por isso, acho que seria extremamente, dentro da possibilidade, importante mostrar que o Senado quer conhecer qual a posição realmente do Governo brasileiro em relação ao Paraguai, porque não está muito clara a posição. Em determinado momento, existem ameaças. Em determinado momento, existe que o Brasil vai ser guiado pela decisão dos países da Unasul. De modo, que seria importante manifestar que gostaríamos de ouvi-lo com urgência sobre matéria tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Ministro Francisco Dornelles. Sobre isso, falarei em seguida, se V. Ex^a permitir.

Então, foi aprova da inclusão, na reunião de hoje, de forma extraordinária, o Requerimento nº 27, que convida S. Ex^a, o Ministro das Relações Exteriores, para comparecer a esta Comissão.

Então, vamos à votação, agora, do Requerimento nº 27, propriamente dito.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 27, de 2012

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o senhor ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, convidado a comparecer perante esta Comissão para explicar o posicionamento do governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial acerca do processo que culminou com o impeachment do então presidente Lugo, e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país. Justifica-se essa proposição no fato de que o Paraguai é membro pleno do Mercosul, com vínculos econômicos e sociais estreitos com o Brasil.

Autoria: Senador Francisco Dornelles e outros
Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Para discutir, passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Apenas para manifestar a minha concordância de que o Ministro Antonio Patriota seja convidado para expor o assunto. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Continua em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 27, de 2012.

A respeito do que aqui foi manifestado sobre o requerimento agora aprovado, por S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles, desde ontem estamos em tratativas com o Ministério das Relações Exteriores para o comparecimento de S. Ex^a, o Ministro Antonio Patriota, o quanto antes a esta Comissão.

Naturalmente, entendemos que S. Ex^a, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, tem muitos compromissos e a realização da Rio+20 tomou bastante espaço, bastante tempo dos Srs. Diplomatas, sobretudo do Ministro Titular das Relações Exteriores.

Então, confirmamos com o Ministro Patriota a sua vinda no próximo dia 11 de julho, às 10 horas, sem prejuízo de que essa data possa ser antecipada.

Então, a data limita para o comparecimento de S. Ex^a, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, acordado com S. Ex^a, será o dia 11 de julho. Podendo essa data ser antecipada, em função de alguma abertura na sua agenda já estabelecida.

Se os senhores estiverem de acordo, continuaremos a trabalhar para que fixemos a data de 11 e continuemos a trabalhar no sentido de poder antecipar essa data. Mas já fica, desde já, estabelecido que não será depois do dia 11, às 10 horas, nesta Comissão.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra S. Ex^a, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu não estava ontem presente quando V. Ex^a se pronunciou, mas eu li, pelo menos, um resumo das palavras de V. Ex^a, ontem, no plenário, sobre o tema do Paraguai. Mais tarde, na sessão de ontem, o Senador Lindbergh Farias fez uma observação relativa ao que aconteceu em 1992, aqui no Brasil, e agora, no Paraguai.

Eu notei que V. Ex^a, pelo menos pelo que está aqui no próprio *Jornal do Senado*, avaliou ali ter havido um ato constitucional previsto. Mas, conforme V.

Ex^a sabe, e fui testemunha participante dos eventos de 1992, e acho que houve uma diferença muito grande porque ali, ao longo de alguns meses, durante todo o ano de 1992, foi dado o legítimo e constitucional direito de defesa e um longo processo de apuração dos fatos. Então, pareceu-me que o paralelo de achar que ali, em duas horas, se resolvendo a situação, em comparação com aquilo que aqui demorou meses, foi feito primeiro por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, depois por outra comissão. Depois, foi apreciada a licença para que o Senado julgasse, em 92. E, depois, a sessão do Senado, presidida então pelo Ministro Sidney Sanches, onde houve o direito de defesa. Eu até ressaltei, hoje tenho tido com V. Ex^a, eleito diretamente pelo povo de Alagoas para aqui representá-lo, temos tido uma relação muito construtiva e positiva, mas eu acho que houve uma diferença muito grande. Diversos Senadores aqui manifestaram opiniões divergentes – como a do próprio Senador Francisco Dornelles – à de V. Ex^a, mas outros acharam que: puxa! simplesmente se terminar um mandato de um presidente eleito pelo povo numa sessão de duas horas, tendo havido uma modificação no texto constitucional em poucos dias, para se permitir aquilo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Bem, nós vamos ter a oportunidade de ter esses fatos esclarecidos, mas foi um dos argumentos levantados ontem pelo Senador Lindbergh Farias. De qualquer maneira, houve uma diferença muito significativa entre o ocorrido em 1992 e agora.

Então eu queria, respeitosamente, pelo menos registrar essa reflexão. Nós não estamos aqui decidindo. Só quero dizer da importância que todos temos do nosso apreço pelo povo do Paraguai, da torcida para que as coisas ali se encaminhem da forma mais democrática e pacífica possível, para que os nossos laços de respeito e amizade para com o povo do Paraguai permaneçam e cada vez mais fortes. E também por respeito a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Nesse tema, como V. Ex^{as} devem ter notado, eu não quis fazer nenhum tipo de paralelo entre o ocorrido em 1992, que levou o então Presidente – a Presidência era exercida por mim – ao afastamento da Presidência, com o que aconteceu com o Presidente Lugo.

Em nenhum momento eu fiz qualquer paralelo, até porque nós não podemos fazer cotejo entre uma Constituição de um Estado democrático de direito em relação a um outro Estado democrático de direito.

A Constituição do Paraguai foi absolutamente observada, não houve nenhuma modificação.

Eu tenho, aqui, a cópia do artigo. Eu citei, aqui, é a Seção VI (*Del Juicio Político*), que fala, no art. 225, do procedimento. Então, está aqui o procedimento. Eu não vou ler, para não cansar os senhores, mas eu passo às mãos de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, porque V. Ex^a vai verificar que o que está aqui, inscrito na Constituição paraguaia, foi rigorosamente aquilo que ocorreu.

Naturalmente, não nos cabe fazer críticas a uma Constituição, como também nós ficaríamos um pouco incomodados se algum outro Estado democrático de direito viesse a fazer críticas à nossa Constituição, em função de um momento político existente. Que essas críticas fiquem no âmbito acadêmico, da discussão dos juristas, para saber se poderia ser melhor, poderia ser pior, se a Constituição do Brasil deve continuar, ainda, com o artigo que estabelece que os juros têm de ser estabelecidos em 13% ou 12% ao ano, enfim, essas críticas todas podem existir, mas dizer que houve modificação na Constituição paraguaia, não houve. Mas já que também se tocou em relação à questão de 1992, eu gostaria de fazer alguns reparos, reparos esses que foram colocados no primeiro pronunciamento que tive oportunidade de fazer no Senado da República, quando eleito pelo voto popular, pelo voto dos alagoanos e aqui tomei posse.

Eu procurei, naquele meu pronunciamento, colocar com muita clareza, com muita precisão, sem citar nomes de pessoas ou fazer alusão à participação de qualquer um dos que participou do processo, mas apenas objetivando a questão legal. Eu apontei diversos, diversos atropelos havidos naquele processo do qual fui vítima, tanto do Regimento Interno, como da legislação e como da própria Constituição.

Um ano antes, ou pouco menos, um ano antes houve um processo de *impeachment*, antes de eu ter assumido. Esse processo de *impeachment*, quando chegou à Câmara dos Deputados para se dar prosseguimento ou não, de acordo com o que reza a Constituição, esse processo foi arquivado pelo simples fato de que uma lei especial... A Constituição de 88 exigia, em um determinado artigo, que, para o juízo político de um Presidente da República, precisaria se fazer votar uma lei especial e, pela ausência dessa lei especial, aquele processo de pedido de abertura de processo de *impeachment* não foi aceito pelo Presidente da Câmara.

Quando foi feita a solicitação para o meu afastamento, a Constituição continuava a mesma, continuava a mesma, e o que aconteceu? Aconteceu que foram buscar uma lei de 1950, mais especificamente, a Lei 1079, de 1950, que eu costumo chamar de a res-

surrecta. Então, essa lei foi buscada para trazer esta lei, sim, de 1950, que falava da questão do *impeachment*, para reintroduzi-la porque, com a Constituinte de 1988, todas essas leis ficaram peremptas. Então, foram buscar essa lei e voltaram a solicitar ao Supremo Tribunal Federal, que já havia declarado que essa lei não estava em conformidade com os termos da nova Constituição, mas foi acionado novamente o Supremo Tribunal Federal, que disse que a lei estava de acordo porque os votos tomados na votação anterior não foram tomados corretamente. Enfim, o fato é que essa lei foi reintroduzida na Constituição de 1988, e foi com base nessa lei que fui julgado.

Depois houve o processo político aqui no Senado da República, transformado o Senado em tribunal, os senhores Senadores em juízes, e a Presidência desse tribunal foi dada ao então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sidney Sanches. Eu apresentei o meu pedido de renúncia.

O pedido de renúncia é unilateral, independe da avaliação da apreciação de quem quer que seja. Lembro-me ainda menino daquele episódio ocorrido com o Presidente Jânio Quadros – V. Ex^a se lembra muito bem – em que o Senador Auro Moura Andrade, imediatamente ao receber a carta renúncia, deu conhecimento ao Congresso Nacional e declarou vaga a Presidência da República.

No meu caso, quando apresentei a renúncia, ela não foi aceita. O argumento foi que a sessão já havia sido iniciada. Algo questionável, não é? Mas, enfim, eu entendo perfeitamente que o momento político era aquele e eu não fui bater às portas da Organização de Estados Americanos, nem fui pedir auxílio à organização de direitos humanos daqui ou de acolá. Não. Eu simplesmente aceitei a decisão que naquele momento era não só da classe política brasileira, mas também das manifestações que ocorriam nas ruas, ou seja, que colocavam a questão da legitimidade a que me referi.

Então nesse processo não pode haver um paralelo porque se na nossa Constituição foi falado que demorou muito tempo – muito tempo em relação ao que aconteceu no Paraguai –, porque eu tentava manter os prazos que a lei me dava de defesa, de estabelecer o contraditório. Então, em várias oportunidades, em vários momentos isso está citado naquele meu primeiro pronunciamento. Eu solicitei e isso me foi constantemente negado. Não tive uma solicitação minha, uma petição minha em que eu tenha solicitado o cumprimento estrito do direito de defesa que a nossa Constituição me concedia, com base nesta lei de 1950 que trouxeram para a Constituição de 1988, em nenhum momento, me foi concedido. Então, acredito eu, salvo melhor juízo das senhoras e dos senhores Senadores, que não há um

paralelo. São duas constituições diferentes, são dois Estados democráticos de direito, ambos os países têm presidentes legitimamente eleitos pelo voto popular, têm o Congresso funcionando, as instituições funcionando, a imprensa livre funcionando e a participação popular inteiramente, absolutamente livre para aqueles que queiram, tanto aqui no Brasil como no Paraguai, fazê-la, e a Constituição foi seguida.

É claro que, quanto às normas, se perguntarem “A Constituição é um pouco vaga?”, eu diria, sem estar aqui na presidência, como cidadão, eu olharia e diria: eu acho um pouco vaga. Como também a nossa, em 1989, 1992, era mais do que vaga, era omissa. Mas o que nós temos que levar em consideração é o que está escrito na Constituição do país. Então, foi seguida a Constituição.

É bom lembrar também, como aqui foi dito, que o ex-Presidente Lugo recorreu ao Supremo Tribunal Federal de lá, dizendo que não havia sido seguido o rito constitucional, e foi negado ao Presidente Lugo essa solicitação de anulação do julgamento dele.

Depois ele entrou com uma solicitação no Tribunal Eleitoral para que fosse antecipada a data das eleições, e o Tribunal Eleitoral manteve a data de agosto de 2013 para as eleições.

Pode, talvez, ter havido alguma confusão, no que diz respeito a mexer na Constituição, para votar, quanto à ordem dos trabalhos que foi estabelecida, o que é uma atribuição do Senado e da Câmara, que têm autonomia para isso, de acordo com a Constituição. Na ordem dos trabalhos, eles teriam colocado duas horas, três horas, ou quatro ou cinco horas, enfim, mas isso é uma questão interna do país.

Se quisermos discutir esse tema no campo das ideias, muito bem, agora, quando o Estado brasileiro se envolve, isso é que me preocupa, porque o Paraguai é um parceiro importantíssimo do Brasil. Nós temos, com o Paraguai, relações históricas, inclusive nem sempre muito pacíficas, e nós fomos culpados pela quebra de um processo que já estava terminado. Nosso Conde d’Eu, de forma absolutamente fora do normal, deu prosseguimento a uma guerra já acabada. Mas, enfim, temos as nossas relações comerciais, temos aí os nossos nacionais, brasileiros, que estão na nossa fronteira, são 500 a 600 mil brasileiros que estão trabalhando no Paraguai, trabalhando pela riqueza do Paraguai, trabalhando para que haja ainda um melhor intercâmbio, uma melhor inter-relação entre os dois países. Enfim, tantas coisas que nós temos em comum para nós retirarmos o Paraguai das discussões do Mercosul, e por quê? Porque ele cumpriu a Constituição ou porque há alguma dúvida de que o

processo foi muito rápido? E o Brasil se deixar ficar na retaguarda desse processo...

Ao mesmo tempo, a surpresa com que fomos pegos, quando a notícia nos chegou. Eu me lembro, eu estava na Rio+20, foi no encerramento da Rio+20, na sexta-feira passada, quando tomamos conhecimento, e o Ministro Patriota inclusive declarou que estava indo para Asunción na companhia do Secretário-Geral da Unasul, que é o chanceler venezuelano, para tentar ver se poderia evitar alguma coisa. Mas, então, foi uma falta de comunicação absoluta da nossa Embaixada com o Governo brasileiro, com o Ministério das Relações Exteriores, porque nós soubemos no dia em já estava marcado o julgamento do Presidente. Então, alguma coisa de esquisita houve nesse processo.

E eu aqui me permito lembrar também que algo parecido aconteceu no momento da derrubada do General – que era um ditador – Stroessner, lá no Paraguai, e o nosso Embaixador nem lá estava no momento. Estava, se não me engano, em Curitiba, e foi rapidamente deslocado para lá para trazer o Sr. Stroessner.

Enfim, já é segunda vez que isso acontece! Episódios importantíssimos ocorridos no Paraguai e que a Chancelaria brasileira não foi avisada a tempo e a hora, como deveria ser.

E essa questão do Paraguai, é bom também que se diga, esse famoso WikiLeaks, já uns meses atrás, já trazia um telegrama – que é o termo dado para essas comunicações de embaixadas – à sua Chancelaria, ao Secretário de Estado Americano, à Embaixada americana em Assunção, dizendo que estava havendo um movimento político preocupante, e que a falta de sustentação parlamentar do Presidente Lugo poderia levá-lo a um processo que culminaria com o seu afastamento. Bastaria que acontecesse algum fato fora do normal para que isso ocorresse.

Ou seja, é uma premonição ou algo assim? Alguns dizem: “Não, isso foram os Estados Unidos que programaram, que urdiram, por causa da questão da tríplice fronteira”. E não foi! Era algo fruto de uma análise. E, fundamentalmente, qualquer um de nós sabia que o período estava por acabar, estava nos seus estertores! E nós, brasileiros, o Governo brasileiro foi tomado também de surpresa quando houve a queda do General Stroessner do poder.

De modo que são dois fatos bem diferentes. Não podemos comparar.

A nossa Constituição é diferente da Constituição paraguaia. O rito adotado pelo Brasil é diferente do do Paraguai. Nós não podemos querer impor a um país que se constitui num Estado democrático de direito os ritos de uma Constituição que é nossa, mas que não é deles! Se quisermos criticar a celeridade com que

foi feito o processo, muito bem. Mas jamais podemos utilizar a expressão “golpe de Estado”. Não! Não houve golpe de Estado. Em absoluto. Para ter havido golpe de Estado, era preciso que as instituições tivessem sido, de alguma maneira, violadas ou fortemente atingidas. E, em geral, isso se dá por meio da força. E não foi o que nós vimos. O que nós vimos foi uma decisão tomada pelo Poder Legislativo daquele país.

Continuando, então...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas.... Vou atender o pedido do Senador Francisco Dornelles...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por gentileza.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ...e nós teremos a oportunidade de aprofundar melhor o debate sobre isso, mas a própria Constituição paraguaia, nos arts. 14 a 16, assegura o direito, inclusive dando o tempo necessário para que haja a defesa – no caso, do Presidente –, e ele se sentiu como não tendo sido dado a ele esse devido direito.

Mas não quero agora prolongar a discussão, Senador Fernando Collor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sim, mas veja bem. Mas eu não posso deixar sem resposta. Enfim, se ele julgou que não teve o tempo suficiente, muito bem. Ele reclamou que não teve suficiente, mas não foi isso que entendeu a Suprema Corte.

O que quero deixar claro, porque isso é o que me parece claro, é que estamos tentando levar a discussão desse tema à discussão do que está inscrito na Constituição de um país; está na Constituição de um país. As dúvidas que foram levantadas por parte da pessoa, no caso o ex-Presidente Lugo, que foram levantadas por ele, foram levadas à Suprema Corte, e a Suprema Corte não acolheu. Então, o que nós temos que discutir, meu Deus! Dizer que foi golpe de Estado? Não. Definitivamente, não. Não foi golpe de Estado.

Analisando à luz da ciência política, analisando à luz do Direito Constitucional, foi seguido o rito da Constituição de um Estado democrático de direito, e a nós não cabe chegar e acusar ou punir esse país por ter cumprido a sua Constituição. Punir com a exclusão do Mercosul ou punir com a exclusão da Unasul, isso é o que me parece, salvo melhor juízo, o razoável e o lógico.

Com a licença de V. Ex^{as}, vamos continuar a pauta. Agradeço a participação de S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, mas, em nenhum momento, eu quis colocar, somente dando um ponto final nisso, o episódio de 92, comparando com o episódio de 2012. Em nenhum momento, fiz referência a isso e me achei no

dever de oferecer essas informações em função do pela ordem solicitado por S. Ex^a, o Senador Suplicy.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma correção ao nome do articulista da *Folha*, de que pedi a nota, eu falei Flávio, é Hélio, Hélio Schwartzman. E gostaria que fosse incluído também o artigo de Elio Gaspari, da *Folha* de hoje, a respeito do mesmo tema. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A solicitação de V. Ex^a será atendida, Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado.

Requerimento nº 28, de 2012, de autoria do Senador Fernando Collor.

Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado o Requerimento nº 10, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, que alterou a denominação para Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Dessa forma, requeiro também que a Subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Justificação:

Passada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário atualizar a nomenclatura e objetivo da presente Subcomissão, enfatizando caber aos legisladores monitorar e fiscalizar as ações dos governos na implementação dos compromissos assumidos na Rio+20.

Essa é a leitura do requerimento, que entrará na pauta da próxima reunião, conforme o Ato Normativo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A nossa pauta.

Continuando o item nº 1, não terminativo. Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2012, o PLDO.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 3, de 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

O relatório S. Ex^a vai tratar de explicitar para todos nós, integrantes desta Comissão.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme o disposto no art. 166 da Constituição, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

A fim de oferecer o devido tratamento, o Projeto de LDO, integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos ao texto, de acordo com as normas de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, as emendas passíveis a serem apresentadas pelas comissões são de dois tipos: emendas de texto e emendas de inclusão da meta. Não existe limite ao número de emendas de texto. Em relação à emenda de inclusão da meta, pode cada comissão apresentar até cinco emendas.

No total de 67 propostas de emendas apresentadas na CRE, 30 se enquadram como emendas de anexos de metas de prioridades.

Considerando o limite regimental de cinco emendas desse tipo, essa relatoria analisará o mérito dessas propostas. As demais 37 propostas, por se classificarem como emendas de texto e, portanto, não estarem sujeitas a limites quantitativos, receberão voto pela sua apresentação, desde que atendidos os requisitos de admissibilidade.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais desta Comissão. Há emendas que possuem a mesma redação. As coincidências da proposta ao anexo de metas são relacionadas a seguir:

Emenda 39, Senadora Ana Amélia, idêntica à Emenda 40, do Senador Romero Jucá, e à Emenda 46, do Senador Cyro Miranda;

Emenda 42, do Senador Romero Jucá, idêntica à Emenda 60, do Senador Inácio Arruda;

Emendas 43 e 44, do Senador Romero Jucá, idêntica à Emenda 61, do Senador Inácio Arruda;

Emenda 49, do Senador Cyro Miranda, idêntica à Emenda 55, da Senadora Vanessa Grazziotin;

Emenda 50, do Senador Cyro Miranda, idêntica à Emenda 57, da Senadora Vanessa, à Emenda 59, do Senador Inácio Arruda, à Emenda 65, da Senadora Ana Amélia, à Emenda 66, do Senador Romero Jucá;

Emenda 53, do Senador Cyro Miranda, idêntica à Emenda 56, da Senadora Vanessa Grazziotin;

Emenda 58, da Senadora Vanessa Grazziotin, idêntica à Emenda 66, do Senador Inácio Arruda e à Emenda 67, do Senador Romero Jucá.

Com o intuito de manter o equilíbrio no atendimento dos órgãos no que diz respeito às emendas e anexos, proponho a apresentação de três emendas às Forças Armadas e duas aos ministérios abrangidos pela área temática da CRE, ou seja, acolho a Emenda 38, de autoria da Senadora Ana Amélia, a Emenda 42, de autoria do Senador Romero Jucá, que é idêntica à Emenda 60, do Senador Inácio Arruda.

A Emenda 50, destinada ao Exército, de autoria do Senador Cyro Miranda, como eu disse, é idêntica às Emendas 57, 59, 65 e 66.

A Emenda 53, destinada ao Ministério da Defesa, participação brasileira em missões de paz, e a Emenda 54, do Senador Cyro Miranda, destinada ao Ministério das Relações Exteriores, relações e negociações da Organização Mundial de Comércio.

O mérito de cada emenda está devidamente avaliado pela Comissão Mista de Planos e Orçamento.

Em face do exposto, voto pela apresentação desta Comissão das propostas de emendas de texto de 1 a 3 e de 5 a 37, em relação às emendas de redação. Em relação às emendas de anexo de prioridades, pela aprovação das Emendas 38, 42, 50, 53 e 54, ficando prejudicadas as propostas 56, 57, 59, 60 e 65, por trazerem relações idênticas às propostas já assim aceitas.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles pela leitura de seu relatório, que coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 290, de 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação da matéria

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a dupla tributação internacional da renda ocorre quando a mesma renda, de uma mesma pessoa, no mesmo período, é tributada com o mesmo imposto em dois Estados diferentes.

Existem três critérios básicos para definir a competência para a tributação da renda: a nacionalidade, um país tributa todos os seus nacionais, residentes ou não, pela renda que recebem em todo o mundo. A residência, o país tributa os seus residentes, nacionais ou estrangeiros, também pela renda universal. E a fonte, o país tributa todos os rendimentos produzidos no seu território, recebidos por residentes ou não residentes, nacionais ou estrangeiros.

A dupla tributação ocorre quando dois países adotam critérios diferentes para tributação da renda, ou, adotando os mesmo critério, os definem de formas diferentes.

Existem dois métodos para evitar a dupla tributação: a isenção e o crédito. Pelo sistema da isenção, um dos países não tributa a renda produzida em um outro país e recebida em seu território. E o crédito, esse país tributa mas dá um crédito correspondente ao imposto pago.

No caso dos acordos de dupla tributação firmados pelo Brasil, quando firmamos com países desenvolvidos, a dupla tributação tem sido evitada pela concessão de isenção desses países exportadores de capital. Por exemplo, os lucros da FIAT são tributados no Brasil e não são tributados na Itália; os lucros da Peugeot são tributados no Brasil e não são tributados na França. E o Brasil nunca fez um acordo com os Estados Unidos porque os Estados Unidos sempre se recusaram a conceder isenção dos lucros de suas subsidiárias no Brasil.

Em relação a juros e assistência técnica, o Brasil tem adotado o chamado *tax sparing*. Ou seja, o país de residência tributa, mas concede um crédito correspondente ao imposto fixo, como se isso tivesse sido pago no Brasil.

No caso da Turquia, o Brasil e a Turquia são países em que não existe uma discrepância, dizendo que um é desenvolvido e o outro mais desenvolvido ou menos desenvolvido. De modo que o critério adotado para eliminar a dupla tributação foi o critério do crédito, o Brasil tributa os rendimentos produzidos na

Turquia e dá um crédito correspondente a esses rendimentos, e vice-versa.

O acordo estabelece os princípios normais em acordos de natureza desse tipo, define o que é empresa de um Estado contratante, troca de informações, problemas de dividendos e lucros, *royalties*, assistência técnica de profissionais liberais.

De modo, Sr. Presidente, que o meu parecer é pela aprovação do acordo entre o Brasil e a Turquia, embora eu verifique, examinando acordos anteriores apresentados e assinados pelo Brasil nos últimos dois anos, e não existe uma política muito definida. O Brasil ainda não estabeleceu os critérios, ou como ele deve se posicionar em relação a rendimentos produzidos no exterior e recebidos por residentes, ou produzidos no Brasil e recebidos por não residentes.

Acredito que o não aproveitamento de regras da área de tributação internacional faz com que o Brasil permita que exista uma transferência no fisco brasileiro para alguns fiscos estrangeiros de montante extremamente elevado de receita.

Seria extremamente importante que o Ministério da Fazenda fizesse um setor específico de tributação internacional, para evitar que nós não possamos tirar partido de certos institutos internacionais, para impedir transferência de recursos do fisco brasileiro para fisco estrangeiro sem qualquer benefício para aqueles que investem, para aqueles que trabalham, para aqueles que produzem.

No que pese essas observações, o acordo do Brasil com a Turquia segue as regras de acordo firmado pelo Brasil com outros países com o mesmo nível de desenvolvimento.

O meu parecer é pela aprovação do texto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senador Ministro Francisco Dornelles pela sua lúcida explanação, exposição e consequente voto.

Coloco em discussão o relatório proferido por S. Ex^a Senador Ministro Francisco Dornelles.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 5 de julho, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito bom dia e muito obrigado a V. Ex^{as}.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

Inclusões solicitadas pelo Senador Francisco Dornelles

Pronunciamento do Senador Fernando Collor na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal, em 26 de junho de 2012

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para o entendimento da atual crise política no Paraguai, ocasionada pelo impeachment do Presidente Lugo, o primeiro passo deve ser a colocação da necessidade de precisão conceitual, pois interesses de caráter político-ideológico têm levado a distorções que impedem a clareza da análise. Alguns conceitos são básicos, denominadores comuns, longamente estabelecidos, sem os quais não é possível uma comunicação válida.

Em síntese, o Estado de direito significa a existência de um Estado de normas jurídicas que regulamentam a convivência social, inclusive do ponto de vista das relações de poder.

É o contrário de situação de anarquia ou, de fato, onde não existem regras e predomina a força sem limitações legais. O Estado de direito pode ser ou não democrático, mas pressupõe sempre a existência e o respeito às regras.

Uma quebra da legalidade significa a desobediência das normas estabelecidas no Estado de direito, principalmente as que regem o exercício e a substituição do poder político no nível mais alto, ou seja, a chefia de Estado e de governo. Já a legitimidade significa que um regime ou um governo conta com o apoio e o consentimento da população ou, pelo menos, que não há contestação séria à sua existência. Trata-se de cenário que não se confunde e vai além da mera popularidade de governos e governantes.

No caso em tela, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vigente Constituição do Paraguai prevê a existência do instituto do *impeachment* – mecanismo de origem anglo-saxônica do século XIV na Inglaterra e do século XVIII nos Estados Unidos –, que permite o “*removal from office*”, ou seja, a retirada do exercício do mandato do governante por razões políticas ou penais, por parte do corpo legislativo. A Constituição do Paraguai estatui na sua Seção VI (Del Juicio Político), artigo 225, que o Presidente da República bem como outros mandatários e altos funcionários poderão ser submetidos a julgamento político por mau desempenho de suas funções, por delitos cometidos no exercício de seus cargos ou por delitos comuns.

A acusação é formulada pela Câmara dos Deputados, por maioria de dois terços, e cabe ao Senado, por maioria qualificada também de dois terços, julgar publicamente os acusados. Declarados culpados, sua competência restringe-se ao afastamento dos respectivos cargos. No caso de supostos crimes, os antecedentes serão enviados para a justiça comum. O Vice-Presidente assume imediatamente, com todas as atribuições. No caso, a Constituição paraguaia não estabelece detalhes, não prevê um rito pormenorizado para o processo de *impeachment*.

Assim, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na medida em que há um Estado de direito, há norma vigente que prevê o instituto do *impeachment*, e a norma foi cumprida, não há que se falar em golpe de estado ou quebra da legalidade, o que só ocorreria se houvesse a desobediência às normas legais com o uso da força. O conceito de golpe de estado é limpidamente o de uma substituição do governante fora da norma legal, normalmente com o uso ou ameaça atual de utilização da força física. Até porque, Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem mesmo a Suprema Corte do Paraguai rejeitou a ação de inconstitucionalidade impetrada pelo ex-Presidente Lugo para anular seu julgamento, assim como o tribunal eleitoral descartou antecipar a eleição, garantindo, assim, o mandato do atual Presidente até agosto de 2013. Ademais, a inexistência clara de uma contestação importante ou significativa em relação à medida do legislativo paraguaio mostra que tampouco trata-se de ação ilegítima.

É evidente que os opositores ou seguidores e partidários do ex-Presidente Lugo, interna ou externamente, utilizam-se de argumentos para fazer proselitismo de suas posições político-ideológicas, sem respeito, no entanto, às considerações agora expostas, que estão claramente assentes no direito e na ciência política.

A açodada reação diplomática do Brasil foi no sentido de criticar o *impeachment* de Lugo como uma ruptura democrática e um golpe de estado. Outras considerações foram no sentido de não se ter seguido o devido processo legal, da rapidez do processo, do exíguo tempo para a defesa, o que são problemas da legislação interna de outro país. Essa reação brasileira não contribuirá para o relacionamento com o novo governo, que já manifestou, como é natural, desejo de aproximação com o Brasil, inclusive prometendo proteção a nossos centenas de milhares de nacionais, os chamados brasiguaios que, vale ressaltar, já solicitaram ao Governo brasileiro o reconhecimento do novo Presidente do Paraguai, Sr. Federico Franco.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, a diplomacia brasileira tradicionalmente interferiu no processo político paraguaio, por óbvias razões estratégicas, mas

sempre de maneira o mais possível discreta e bilateralmente. Mantemos, em Assunção, uma Embaixada bem equipada e uma missão militar extremamente eficiente. Na situação atual, parece que o Governo brasileiro foi tomado de surpresa pela ação do Congresso paraguaio. E aí, duas explicações são possíveis: ou nossa representação não informou adequadamente sobre a evolução da crise que, diga-se de passagem, não foi uma conspiração das casernas, na surdina, mas um processo legislativo, ou os centros de poder em Brasília não souberam tomar decisão no sentido de tentar influir para algum desfecho de compromisso como, por exemplo, uma composição com Lugo, para tentar diminuir o seu ímpeto radicalizante, ou pedir mais calma à oposição parlamentar ao presidente.

O ex-presidente Lugo conta com clara simpatia do Planalto, no Itamaraty e na Defesa, e poderia ter sido contido. O Congresso paraguaio tem grandes interesses em bom relacionamento com o Brasil e também poderia ter sido objeto de tentativas de convencimento para soluções menos radicais. Ou seja, a diplomacia brasileira não antecipou o cenário e não antecipou uma ação preventiva, como fez no passo por inúmeras e diversas vezes. Um Paraguai próspero, pacífico e tranquilo é sempre de interesse para o Brasil, obviamente.

Outro erro, Sr^a Presidente, é a multilateralização da questão com sua colocação no âmbito da Unasul, que faz com que o Brasil perca sua capacidade individual de manobra. Suscitar também a cláusula democrática de Ushuaia, no âmbito do Mercosul, aumenta o alcance da crise e tende a radicalizá-la.

O Brasil passou a estar a reboque de iniciativas mais radicais, como a da Argentina, de retirada do embaixador, da Venezuela, também de retirada de embaixador, do corte no fornecimento de petróleo e das críticas da Bolívia, do Equador e de Cuba.

A suspensão da participação do Paraguai nas próximas reuniões de cúpula – ainda mais com a eventual presença do ex-presidente Lugo – e as declarações sobre possibilidades de retaliações econômicas significam acuar o novo governo e podem prolongar a crise, sendo que o nosso interesse, o interesse do Brasil, deve ser sua resolução da forma mais rápida e pacífica possível, e não estendê-la sem nenhum horizonte estimada de ponto final da crise. Embora a chamada para consultas do Embaixador brasileiro seja a manifestação diplomática adequada de mostrar insatisfação, a reunião em Brasília com a participação do Ministro da Defesa, do assessor internacional do Planalto, do Itamaraty e do diretor de Itaipu, para definir posição, foi vista pelo novo governo, naturalmente, como forte e descabida forma de pressão. A regionalização e o prolongamento da situação farão com que Lugo – cuja

base política é tênue – possa assumir a liderança da esquerda mais radical, valer-se dos sentimentos menos favoráveis ao Brasil, e se voltar para o apoio externo dos países que criticam o novo governo. Os atuais detentores do poder, Sr^a. Presidenta, tampouco poderão ceder terreno sob ataque.

A presente situação econômica paraguaia, com queda do PIB depois de um período de crescimento econômico, não é também de molde a facilitar uma situação política que está sendo agravada pela atuação regional.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Problemas fundiários valorizados e estimulados pelo governo Lugo são fonte de atrito. Há um incipiente movimento guerrilheiro – o Exército Popular Paraguai – que tem feito sequestros e ataques a postos policiais e a delegacias em regiões remotas – aliás, ontem mesmo, os “sem-terra” paraguaios, os chamados ‘carperos’, invadiram uma fazenda no distrito de Capiibary de propriedade de dois brasileiros. Há o problema de Itaipu – da qual 20% da energia consumida no Brasil é dependente – e, sobretudo, de forma subjacente, mas perene, o latente sentimento histórico antibrasileiro que era utilizado por Lugo para ajudar sua legitimação. *(Interrupção do som.)* **O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Para concluir.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a fique à vontade para concluir.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Obrigado. Seguramente, Sr^a. Presidenta, ainda cabe à diplomacia brasileira uma iniciativa de moderação e bom senso para prevenir um muito provável cenário de instabilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr^a. Presidenta, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Folha de São Paulo, 26/06/2012

Editorial: Paraguai soberano

A Corte Suprema de Justiça do Paraguai recusou ontem a alegação do ex-presidente Fernando Lugo de que foi inconstitucional o fulminante processo de impeachment pelo qual o Congresso o depôs, entre quinta e sexta-feira passada.

Com a decisão, caem por terra as pretensões de invalidar a posse do vice Federico Franco como sucessor constitucional. Também ontem a Justiça Eleitoral do país vizinho refutou a possibilidade de antecipar as eleições presidenciais, previstas para abril de 2013.

Não resta dúvida de que o impedimento de Lugo se deu sob evidente cerceamento do direito de defesa,

cujo exercício ficou confinado a apenas duas horas de argumentação perante os parlamentares. Infelizmente, porém, a Constituição paraguaia não disciplina esse importante aspecto.

Exige apenas que o processo seja aprovado por dois terços da Câmara e que o afastamento ocorra se assim decidirem dois terços do Senado --limites amplamente superados nas votações que consumaram o impeachment. Como motivo, basta a alegação genérica de “mau desempenho de suas funções”.

Eleito numa plataforma esquerdizante, o ex-bispo católico Fernando Lugo conduzia um governo populista e errático, prejudicado pela conduta pessoal do mandatário, compelido a reconhecer filhos em escandalosos processos de paternidade.

Mas o motivo principal da derrocada foram os efeitos desastrosos da crise econômica no Paraguai, cujo produto nacional deverá encolher 1,5% neste ano. A popularidade presidencial se desfez depressa, tornando possível a formação da esmagadora maioria congressual que o afastou do cargo.

Por afinidade ideológica --maior no caso da Argentina, menor no de Brasil e Uruguai--, os demais governos do Mercosul decidiram suspender a presença do vizinho na reunião do organismo, que deve culminar na sexta-feira próxima, quando examinarão possíveis sanções contra o novo governo em Assunção.

Esse comportamento é injustificável. As cláusulas democráticas previstas pelo Mercosul e pela Organização dos Estados Americanos (OEA) aplicam-se a flagrantes violações da ordem constitucional. Ainda que o impedimento de Lugo seja criticável, as instituições paraguaias têm funcionado de acordo com as leis daquele país.

Com um triste histórico de ingerência na política interna do Paraguai, país que mantém laços de dependência econômica em relação ao Brasil, o melhor que o Itamaraty tem a fazer é calar-se e respeitar a soberania do vizinho.

O Globo, 26/06/2012

Crise Paraguai requer sensatez

O impeachment de Fernando Lugo, executado em alta velocidade e por ampla maioria no Congresso paraguaio, coloca o Brasil diante de uma situação intrincada, circunstância em que a melhor postura a assumir é de serenidade, longe de escaladas verbais e rompantes de bolivarianos e chavistas espalhados pelo continente, inclusive com representantes em Brasília.

Além de a teoria do “golpe parlamentar” ser discutível, o Brasil, ao contrário de outros vizinhos, tem enormes interesses objetivos no Paraguai, como a

energia de Itaipu, o comércio propriamente dito, além de uma grande comunidade de “brasiguaios”, responsáveis pelo crescimento agrícola do país e alvo de grupos radicais de sem-terra, fortalecidos com o pouco caso de Lugo diante do agravamento do conflito agrário, um dos argumentos a favor do seu impeachment.

A tese do “golpe” já tinha contra si o fato de não haver notícia de mudanças de legislação encomendadas com o objetivo de afastar o ex-bispo. O apoio político-parlamentar quase nulo de Lugo — perdeu na Câmara por 73 a 1, e, no Senado, 39 a 4 — não seria suficiente para atestar a legalidade do impeachment. Mas, além do cumprimento formal dos dispositivos legais, a decisão dos parlamentares foi referendada pela Corte Suprema paraguaia, ao mesmo tempo em que o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do país reconhecia o vice de Lugo, Frederico Franco, como o novo presidente do Paraguai.

O suposto “golpe parlamentar” paraguaio equivale a um outro, idêntico, desfechado pelo Congresso e Justiça de Honduras, em 2009, quando o então presidente hondurenho, Manuel Zelaya, com apoio de Hugo Chávez, tentou aplicar o conhecido “kit bolivariano” de convocar um plebiscito e aprovar mudanças constitucionais para se reeleger. Como há dispositivo na Constituição de Honduras que pune com o afastamento do cargo presidente que tentar manobras para se perpetuar no poder, Zelay foi destituído legalmente.

Chavistas e bolivarianos protestaram, e o Brasil de Lula e Celso Amorim foi atrás. Chegou a abrigar Zelaya na embaixada brasileira em Tegucigalpa, convertida em comitê de resistência, contra a tradição de profissionalismo do Itamaraty. Foram feitas eleições, vencidas por Roberto Micheletti, mas o Brasil continuou sob a liderança chavista e se recusou a reconhecer o novo governo.

A história se repete, de forma bem mais crítica para o Brasil, por ser o Paraguai um país estratégico para os interesses nacionais. Mesmo que o impeachment houvesse tramitado por semanas, Venezuela, Honduras, Equador e Bolívia o denunciariam como “golpe”. Inclusive a Argentina, pois, diante do agravamento dos problemas internos, Cristina Kirchner não tem deixado passar oportunidade de manipular assuntos externos para tentar entreter a opinião pública argentina.

Tudo deve ser feito para evitar conflitos no Paraguai. Sintomático que Lugo tenha aceitado o impeachment sem resistir, e, ao perceber o coro de “golpe parlamentar”, decidiu reunir seu gabinete em frente de casa. Semeou, com a ajuda do governo Dilma, de Cristina Kirchner e demais o risco de um grande conflito, contra os interesses do Estado brasileiro.

Não que as evidências de um impeachment em rito sumário não devam chamar a atenção de Mercosul, Unasul e OEA. Mas decretar a priori a existência de um “golpe parlamentar” é um excesso. Mais ainda, num surto ideológico, suspender o país do Mercosul e Unasul, e admitir a presença de Lugo na próxima reunião de cúpula, em Medonza, Argentina. O ditador Alfredo Stroessner foi mantido em Assunção durante muito tempo por conveniência de Brasil e Argentina. Este é um tempo a ser sepultado, e a terra por cima devidamente salgada.

Os casos de Honduras e, agora, do Paraguai, pelo menos justificam que as mesmas zelosas instituições multilaterais, e o Itamaraty em particular, não deixem passar sem análise manipulações que Venezuela, Equador e Bolívia — para citar os mais notórios — fazem do Congresso e Poder Judiciário a fim de destruir o que resta de democracia em seus regimes, por meio de instrumentos apenas formalmente democráticos.

O Globo, 26/06/2012

Merval Pereira

Democracia Representativa

O que está sendo colocada em xeque no episódio do impeachment do Presidente do Paraguai é a democracia representativa. Quando se questiona a capacidade do Congresso paraguaio de promover a deposição de um presidente de acordo com as normas constitucionais alegando que houve “ruptura democrática”, está-se na verdade colocando em questionamento o próprio sistema eleitoral.

Por que a Unasul não questiona as manobras que os governos da Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina vêm fazendo permanentemente para, utilizando-se dos mecanismos democráticos, moldarem um Congresso e um Judiciário à sua feição?

Assim como definir que não houve o cumprimento do devido processo legal na deposição de Lugo é uma questão de interpretação, da mesma maneira considerar que na Venezuela há “democracia demais” é uma questão de simpatia pessoal.

Até o momento a Venezuela não foi aceita no Mercosul justamente devido à cláusula democrática, e o processo vem demorando por que há muitas desconfianças de que o que existe naquele país não é exatamente uma democracia.

O Congresso paraguaio é o último bastião contra a aprovação da Venezuela, e por isso é acusado de ser dominado por oligarquias direitistas que deram um “golpe parlamentar” em Lugo.

Mas e as oligarquias, direitistas, e os capitalistas selvagens que foram cooptados pelos governos “boli-

varianos” em todos esses países, inclusive no Brasil, esses estão autorizados a continuar atuando como sempre atuaram, e com as bênçãos dos governos populares a que servem.

Para “desencorajar ações do gênero” no continente, os membros da Unasul sentem-se no direito de dar lições de democracia a um de seus membros.

O importante a avaliar é que o Congresso paraguaio obedeceu às regras constitucionais. O próprio advogado de Lugo admitiu que tudo correu dentro da lei, e a Suprema Corte recusou liminarmente a reclamação de que Lugo não tivera tempo para se defender.

É muita pretensão de outros países quererem interpretar as circunstâncias históricas locais e decidir se houve ou não um rito democrático.

Ninguém tem informações seguras para compreender o que estava em curso no Paraguai para que o Presidente ficasse tão isolado, a ponto de ter tão poucos votos de apoio e menos ainda apoio popular.

Não houve imposição de um grupo político, houve um consenso no Congresso. Daí a dizer que o Congresso está dominado pelas oligarquias e que Lugo foi derrubado por que estava trabalhando com os sem-terra de lá, aí já se discute a qualidade da democracia paraguaia, o que não é função de nenhum organismo internacional.

O fato é que não houve nenhuma ruptura da ordem democrática, razão alegada pelo Mercosul para suspender o Paraguai. O país está em ordem, não há tanques nas ruas, não há manifestações populares, os Poderes todos funcionam normalmente, não há censura à imprensa.

No Brasil, diferentemente de outros países da região, não houve fechamento do Congresso ou mudanças no Judiciário, nem recurso a novas eleições para que uma maioria se formasse, o que torna questionável o nível democrático em vigor.

A maioria no Congresso brasileiro, desde o mensalão de 2005, é formada à base de troca de favores, inclusive dinheiro público e cargos, não para aprovar algum programa de governo, mas uma “maioria defensiva” para evitar episódios como o ocorrido no Paraguai, que quase atingiu Lula no auge da crise do mensalão.

É uma maneira de neutralizar o Congresso. Nesse caso, não faz mal que as oligarquias façam parte da chamada base aliada e continuem governando, desde que garantam a proteção necessária.

Nem que os “companheiros” estejam, envolvidos em mal-feitos diversos: os líderes populares que estão prontos a sair às ruas, mobilizando as massas para acusar uma “ruptura democrática” são os mesmos que se utilizam dos mesmos instrumentos para defender seus oligarcas de estimação.

Não é à toa que em todos esses países da órbita “bolivariana”, inclusive o Brasil, mais e mais defensores da “democracia direta” surjam, justamente para desacreditar o Congresso como instrumento de representação popular.

O Brasil tem mais interesses no Paraguai do que todos os demais países da América do Sul, e deveria, isto sim, estar liderando a Unasul, e não sendo liderado, para defender os nossos interesses na região.

Mas a diplomacia brasileira está se acostumando a seguir, não a liderar. Quando a Bolívia invadiu as instalações da Petrobrás, o Brasil também não reagiu.

O Itamaraty tinha informações há muito tempo de que os brasilguaiois estavam sendo maltratados pelo governo paraguaio, que os estava expondo à violência dos sem-terra paraguaiois, e não usou os muitos interesses econômicos para pressionar o governo Lugo a defender o setor agropecuário brasileiro.

Há entre 350 e 400 mil brasileiros no Paraguai, que produzem na agricultura a ponto de terem tornado o Paraguai no 4º exportador de soja do mundo, cuja produção é exportada através de portos brasileiros.

Esses agricultores são também grandes consumidores de insumos brasileiros como sementes, defensivos agrícolas e maquinário.

Além da questão agrícola, o Brasil depende de Itaipu para o fornecimento de cerca de 20% da energia que consome, e qualquer problema nessa geração provocaria um desastre econômico.

Mas o país já havia se submetido a uma chantagem do governo paraguaio, que rasgou o contrato existente e conseguiu um aumento do pagamento da energia produzida por Itaipu.

O governo brasileiro está colocando os interesses políticos de um grupo da região à frente dos interesses econômicos do país.

A reação contrária da Unasul ao que aconteceu no Paraguai é, na verdade, mais um movimento político dos chamados países “bolivarianos” do que uma reação em defesa da democracia, que continua em pleno vigor no Paraguai.

O governo brasileiro, mais uma vez, está a reboque de uma ação política de Chavez, assim como no caso de Honduras no ano passado.

Inclusões solicitadas pela Senadora Ana Amélia

**Editorial do Jornal Correio Braziliense de
26/06/2012**

VISÃODOCORREIO

Respeito ao Paraguai

País de tradição golpista e ditatorial, o Paraguai cassou o mandato de Fernando Lugo em processo

relâmpago. O impeachment se deu em tal velocidade que surpreendeu não só os nacionais, mas também a comunidade internacional. Em 36 horas, senadores apresentaram acusação contra o presidente, a Câmara dos Deputados aprovou o início do processo por 76 votos contra um, o Senado bateu o martelo por 39 a quatro. Lugo teve menos de um dia para preparar a defesa e duas horas para sustentá-la. Muitos, com razão, classificaram a rapidez com que a decisão foi tomada de rito sumário. A reação não tardou. Ao tomar conhecimento da movimentação no país vizinho, a presidente Dilma Rousseff tentou salvar o colega. Mandou o chanceler Antonio Patriota a Assunção com ordens de “falar alto”. Os sócios do Mercosul e outros países sul-americanos engrossaram a voz contra a tentativa de apelar do poder o mandatário legitimamente eleito. Foi inútil. Em pronunciamento à nação, Fernando Lugo acatou o juízo político “para evitar derramamento de sangue”. O vice, Federico Franco, vestiu a faixa presidencial. No fim de semana, a situação ganhou dimensões indesejáveis. Alegando ruptura da ordem democrática, o Mercosul anunciou a suspensão do Paraguai das reuniões do bloco até abril de 2013, quando haverá eleições no país. Não só. Nos próximos dias, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) decidirá se toma medida semelhante. Lugo, que havia aceitado o impeachment, voltou atrás. Classificou o novo governo de ilegítimo, nomeou um gabinete paralelo e disse que compareceria à cúpula do Mercosul em Mendoza na próxima quinta e sexta. Antes, Franco havia confirmado a presença. O Itamaraty tomou medidas sensatas. Convocou o embaixador para consulta e afirmou que os acordos comerciais estão mantidos. É bom que assim seja. Embora chocante, a deposição de Lugo seguiu as normas legais. Formalmente, foi irrepreensível. Isolado politicamente, como provou o resultado da votação no Congresso, e sem apoio popular, o então presidente foi responsabilizado pela violência na operação que cumpria ordem judicial de reintegração de posse, que levou 17 pessoas à morte. A acusação, “mau desempenho das funções”, está prevista na Constituição. Ontem, a Corte Suprema rejeitou o recurso de Fernando Lugo contra a cassação. Ora, se a maior instância judicial do país assim decretou, não resta ao inconformado nenhum recurso para mudar a sentença. Cabe ao Brasil agora evitar decisão diplomática que afronte a manifestação do mais elevado órgão do Poder Judiciário do Paraguai. O país não deve repetir o fiasco da intervenção nos assuntos internos de Honduras. Em 2009, com a cumplicidade de Hugo Chávez, Brasília patrocinou o retorno do presidente deposto Manuel Zelaya a Tegucigalpa e o abrigou na embaixada. A sensatez recomenda que se observe

o princípio orientador da diplomacia brasileira: o país mantém relações com Estados, não com governos.

Folha de São Paulo, 26/06/2012

Hélio Schwartzman

Golpe ou impopularidade?

A pergunta cabível não é se houve um golpe no Paraguai, mas, sim, qual a natureza do impeachment. Este, como outras relíquias institucionais, se apresenta de modo ambíguo o bastante para comportar diferentes interpretações.

O mecanismo surgiu na Inglaterra medieval como uma forma de processar e condenar autoridades que, por serem amigas do rei, estavam acima da lei. Em vez de seguir os trâmites normais, o julgamento de impeachment ocorria no Parlamento, que era o que de mais perto havia de um poder independente ao da Coroa.

Assim, se reduzirmos o impeachment a um procedimento penal, os entusiastas de Lugo têm razão em queixar-se do açoitamento com que o caso foi julgado, o que constituiria violação ao direito de ampla defesa.

O problema é que o homem, já dizia Aristóteles, é um animal político. Desde os primórdios o impeachment foi usado não só para julgar crimes de autoridades, mas também para livrar-se de políticos impopulares. A tendência foi reforçada com os avanços institucionais pós-Iluminismo: ao menos em teoria, todos, independentemente de condição social ou ligações, seriam processados na Justiça pelos crimes que cometessem.

Não é coincidência que, na Inglaterra parlamentarista, o instituto tenha se tornado obsoleto, sendo substituído pela moção de desconfiança, capaz de depor um governo em minutos sem que ninguém evoque nenhum suposto direito de defesa.

Nessa interpretação mais política do impeachment, Lugo caiu porque perdeu apoio popular -- a economia despencou de 15% de crescimento em 2010 para 1,5% de retração neste ano -- e se isolou dos partidos -- tentou trazer os colorados para o governo, mas falhou e, com isso, afastou os liberais, que o apoiavam. Resultado: 39 votos a 4 pelo afastamento.

Cada um pode ficar com a interpretação que preferir, mas é importante deixar os paraguaios decidirem sem interferências seu destino.

Folha de São Paulo, 27/06/2012

Elio Gaspari

A leviana diplomacia do espetáculo

Poucas vezes a diplomacia brasileira meteu-se numa estudantada semelhante à truculenta interven-

ção nos assuntos internos do Paraguai. O presidente Fernando Lugo foi impedido por 39 votos a 4, num ato soberano do Senado.

Nenhum soldado foi à rua, nenhuma linha de noticiário foi censurada, o ex-bispo promíscuo aceitou o resultado, continua vivendo na sua casa de Assunção e foi substituído pelo vice-presidente, seu companheiro de chapa.

Nada a ver com o golpe hondurenho de 2009, durante o qual o presidente Zelaya foi embarcado para o exílio no meio da noite.

Quando começou a crise que levou ao impedimento de Lugo, a diplomacia de eventos da doutora Dilma estava ocupada com a cenografia da Rio+20.

Pode-se supor que a embaixada brasileira em Assunção houvesse alertado Brasília para a gravidade da crise, mas foi a inquietação da presidente argentina Cristina Kirchner que mobilizou o Brasil.

A doutora achou conveniente mobilizar os chanceleres da Unasul, uma entidade ectoplásmica, filha da fantasia do multilateralismo que encanta o chanceler Antonio Patriota.

As relações do Brasil com o Paraguai não podem ser regidas por critérios multilaterais. Foi no mano a mano que o presidente Fernando Henrique Cardoso impediu um golpe contra o presidente Juan Carlos Wasmosy em 1996. Fez isso sem espetacularização da crise. A decisão de excluir o Paraguai da reunião do Mercosul é prepotente e inútil. Quando se vê que o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, cortou o fornecimento de petróleo ao Paraguai e que a Argentina foi além nas suas sanções, percebe-se quem está a reboque de quem.

Multilateralismo no qual cada um faz o que quer é novidade. Existe uma coisa chamada Mercosul, balem o Paraguai, mas querem incluir nele a Venezuela, que não está na região e muito menos é exemplo de democracia.

Baniu-se o Paraguai porque Lugo foi submetido a um rito sumário. O impedimento seguiu o rito constitucional. Ao novo governo paraguaio não foi dada nem sequer a palavra na reunião que decidiu o banimento.

Lugo aceitou a decisão do Congresso e agora diz que liderará uma oposição baseada na mobilização dos movimentos sociais. Direito dele, mas se o Brasil se associa a esse tipo de política, transforma suas relações diplomáticas numa espécie de Cúpula dos Povos. Vai todo mundo para o aterro do Flamengo, organiza-se um grande evento, não dá em nada, mas reconheça-se que se fez um bonito espetáculo.

O multilateralismo da diplomacia da doutora Dilma é uma perigosa parolagem. Quando ela se aborreceu, com razão, porque um burocrata da Organização dos

Estados Americanos condenou as obras da hidrelétrica de Belo Monte, simplesmente retirou do foro o embaixador brasileiro. A OEA é uma irrelevância, mas para quem gosta de multilateralismo, merece respeito.

A diplomacia brasileira teve um ataque de nervos na bacia do Prata. O multilateralismo que instrui a estudantada em defesa de Lugo é típico de uma política externa biruta. O chanceler Antonio Patriota poderia ter se reunido com o então vice-presidente paraguaio Federico Franco 20 vezes, mas se a Argentina queria tomar medidas mais duras, ele não deveria ter ido para uma reunião conjunta, arriscando-se ao papel de adorno.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quatro minutos do dia cinco de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia** e do Senhor Senador **Eduardo Suplicy** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Paulo Bauer, Fernando Collor, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Pedro Taques e Ana Amélia**. Justificam ausência os Senhores Senadores **Jarbas Vasconcelos e Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 34ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, no que se refere aos requisitos para ingresso nas Carreiras da Marinha*”. Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado. **Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército*”. Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado. O Senador **Sérgio Souza** solicita inversão de pauta para o item 8. Aprovado. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações

Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Bamaco, em 22 de outubro de 2009”. **Relator:** Senador **Sérgio Souza**. **Resultado:** aprovado. O Senador Sérgio Souza solicita urgência para os itens 1 e 2. Aprovado. Os Requerimentos de urgência figuram como os itens 14 e 15 da pauta.

Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2012, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010”. **Relator ad hoc:** Senador **Paulo Bauer**. **Resultado:** aprovado. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II (FUMIN II), assinado na cidade de Okinawa, no Japão, em 9 de abril de 2005”. **Resultado:** aprovado. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009”. **Relator ad hoc:** Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado:** aprovado. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burkina Faso sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2009”. **Relator:** Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado:** aprovado. A Presidência inverte pauta para o item 9. **Item 9 – Requerimento nº 489, de 2012**, de autoria do Senador **Paulo Paim**, que “requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao jornalista brasileiro Klester Cavalcanti e à revista IstoÉ, para a qual prestava serviços na Síria, onde foi preso e já liberado, mas está impedido de sair daquele país”. **Relator:** Senador **Anibal Diniz**. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. **Resultado:** aprovado. **Item 10 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 28, de 2012**, de autoria do Senador **Fernando**

Collor, que diz: “Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado o Requerimento nº 10, de 2011-CRE que alterou a denominação para Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Dessa forma, requeiro também que a Subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20, e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.” **Resultado:** aprovado. **Item 11 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 29, de 2012**, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, que diz: “Requeiro nos termos do Art. 93, inciso II, combinado com o Art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal e nos termos do Art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, a realização de audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, para debater sobre as tarifas aeroportuárias de embarque internacional cobradas no Brasil, para cidades gêmeas de fronteira, devendo ser convidados a participar dos debates e colaborar na busca de entendimentos comuns, as seguintes autoridades: Senhor Wagner Bittencourt- Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – (SAC) e Presidente do Conselho Nacional de Aviação Civil – (CONAC); Senhor Marcelo dos Guaranyys – Diretor Geral da Agência Nacional da Aviação Civil – (ANAC); Senhor Antonio Gustavo Matos do Vale – Diretor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – (Infraero).” Faz uso da palavra o Senador **Anibal Diniz**. **Resultado:** aprovado. **Item 12 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 30, de 2012**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que diz: “Requeiro, nos termos regimentais, que seja aprovado, no âmbito dessa Comissão, uma comitiva de Senadores para participarem do Fórum Mundial da Paz, a ser realizado nos dias 20 a 23 de julho de 2012, em Katmandu, no Nepal, promovido pelo Conselho Mundial da Paz (CMP).” **Resultado:** não apreciado. A Presidência da Comissão comunica a inclusão como item extraordinário do Requerimento nº 620, de 2012, conforme Ato nº 5, de 2012. **Item 13 – Extraordinário – Requerimento nº 620, de 2012**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que “requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 2 a 4 de agosto de 2012, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-americano, da Reunião da Junta Diretiva, que ocor-

rerá na cidade de Cuenca, Equador”. Relator: Senador **Anibal Diniz**. Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Anibal Diniz** e **Antonio Carlos Valadares**. Assume a Presidência o Senador **Eduardo Suplicy**. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009”. Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado. Reassume a Presidência a Senadora **Ana Amélia**. **Item 14 – Extraordinário – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 31, de 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza** e outros, que diz: “Nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 49, de 2012”. Resultado: Aprovado. **Item 15 – Extraordinário – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 32, de 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza** e outros, que diz: “Nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 50, de 2012”. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senadora **Ana Amélia**, Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a provação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Eu queria informar aos colegas Senadores e Senadoras que o nosso Presidente, o Senador Fernando Collor, integra a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, denominada “CPI do Cachoeira”, mas ele pretende chegar a tempo de presidir os trabalhos.

Então, com muita honra, estou aqui, substituindo o nosso Presidente, Fernando Collor.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, no que se refere aos requisitos para ingresso nas Carreiras da Marinha.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Passo a palavra, com muito prazer, ao Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Estávamos, há pouco, na Comissão de Agricultura, passei pela CI, que não deu quórum para votarmos os projetos, e também sou membro titular da CPMI. E estamos lá votando, neste exato momento, requerimentos de convocações. Os momentos dos requerimentos são os mais polêmicos daquela Comissão, que só Deus sabe aonde vai chegar!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas a causa que V. Exª agora tem na mão é muito justa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas não me poderia furtar de vir aqui, neste momento, para relatar este que é um importante projeto para a Marinha do Brasil.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2.843, de 2011, foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 531, de 30 de novembro de 2011 e é de autoria do Poder Executivo. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, que a aprovou. Em seguida, a proposição foi remetida à revisão senatorial.

A finalidade do projeto é alterar a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, no ponto que trata dos requisitos para ingresso nas carreiras dessa Força. A modificação estabelece nova disciplina e novos requisitos para o ingresso na Marinha do Brasil. A proposição objetiva ainda atender ao que determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário nº 600.885, do Rio Grande do Sul.

Após ser lido nesta Casa, em 15 de junho de 2012, o projeto foi distribuído para esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na sequência, a proposição foi encaminhada à minha relatoria, em 18 de julho de 2012.

Análise.

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 49, de 2011, ao ser lido, foi despachado pelo Presidente da Casa à CRE, que tem

atribuição para opinar sobre proposições referentes às Forças Armadas, a teor do disposto no art. 103, V, do Regimento Interno.

Registre-se ainda que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, e ela é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto também não merece reparos.

A Constituição Federal (CF) prescreve, em seu art. 142, § 3º, inciso X, que “a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra”. Vê-se, pois, que o dispositivo é expresso ao atribuir exclusivamente à lei a definição dos requisitos para o ingresso nas Forças Armadas.

Ocorre, no entanto, que o assunto vinha sendo disciplinado “nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica”, expressão constante do art. 10 da Lei nº 6.880, de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Ocorre que o STF considerou descabida a regulamentação dos requisitos para o ingresso nas Forças por meio de outra espécie normativa, ainda que por delegação legal.

Com isso, considerou não recepcionada pela CF de 1988 a expressão transcrita.

A Corte teve, entretanto, o cuidado de destacar no acórdão sua preocupação com a segurança jurídica nos atos práticos com base no dispositivo referido do Estatuto dos Militares. Nesse sentido, recolhe-se da ementa da decisão a seguinte passagem: “O princípio da segurança jurídica impõe que, mais de vinte e dois anos de vigência da Constituição, nos quais dezenas de concursos foram realizados se observando aquela regra legal, modulem-se os efeitos da não recepção: manutenção da validade dos limites de idade fixados em editais e regulamentos fundados no art. 10 da Lei nº 6.880/1980 até 31 de dezembro de 2011.”. A decisão, que é de 9 de fevereiro de 2011, motivou o envio pelo Executivo do projeto em análise.

O texto em apreço cuida de aspectos importantes relacionados com os requisitos de ingresso na carreira militar. O projeto, assim, aborda temas vinculados aos limites de idade, à idoneidade moral e aos bons antecedentes, ao cumprimento das obrigações eleitorais e

do serviço militar, às condições psicofísicas, aos limites máximo e mínimo de altura, entre outros.

Da leitura da proposição, percebe-se que ela não destoaria da prática até aqui verificada, tampouco das normas do ordenamento jurídico pátrio. Os aspectos tratados no documento guardam relação de pertinência e decorrem de requisitos e condições específicas da vida militar. Sabemos que as Forças Armadas, em razão da sua destinação constitucional, possuem peculiaridades relacionadas com sua função institucional, que acarretam estrutura e princípios próprios.

Sob essas circunstâncias, o projeto, para além de atender à decisão do STF cujo marco temporal já expirou, proporcionará à Marinha do Brasil legislação moderna, apta a selecionar, de maneira justa e conforme com a função institucional das Forças Armadas, brasileiros para o preenchimento de cargos nos seus Corpos e Quadros a partir de 2012.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 49, de 2012.

Esse é o relatório e o voto é pela aprovação do PLC 49, de 2012, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria colocar em discussão, se há alguma discussão para a matéria.

Não havendo interessados na discussão, eu gostaria de contar com a sua colaboração mais um instante ainda no plenário desta Comissão, Senador Sérgio Souza, porque há matéria da mesma natureza para outra Força Armada, no caso o Exército, sobre plano de carreira. A relatoria do Senador Inácio Arruda, também projeto de iniciativa do Executivo.

Eu gostaria de contar com a colaboração do Senador Eduardo Suplicy para leitura do relatório do item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Inácio Arruda (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Depois votaremos as duas matérias enquanto aguardamos quórum da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidenta, Senadora Ana Amélia, diz o parecer do Senador Inácio Arruda:

Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2.844, de 2011, foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 532, de 30 de novembro de 2011, e é de autoria do Poder Executivo. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, que a aprovou. Em seguida, a proposição foi remetida à revisão senatorial.

O projeto em análise dispõe sobre os requisitos para o ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. A proposição busca, ainda, atender ao que foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário nº 600.885, do Rio Grande do Sul.

Após ser lido nesta Casa em 15 de junho de 2012, o projeto foi distribuído para esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Em 26 de junho de 2012, a proposição foi encaminhada à minha relatoria.

Análise.

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 50, de 2012, ao ser lido, foi despachado pelo Presidente desta Casa à CRE, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às Forças Armadas de terra, mar e ar, a teor do disposto no art. 103, V, do Regimento Interno.

Observe-se, também, que o tema está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, visto que o meio adotado para o alcance dos objetivos pretendidos é o correto, por ser compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

A proposição é, a vários títulos, digna de aprovação.

O legislador constituinte atribuiu, de modo exclusivo, à lei a definição dos requisitos para o ingresso nas Forças Armadas. Nesse sentido, a Constituição Federal (CF) prescreve em seu art. 142, § 3º, inciso X, o seguinte: “a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.”.

A matéria, no entanto, vinha sendo disciplinada “nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Ae-

ronáutica”, conforme expressão constante do art. 10 da Lei nº 6.880, 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. À vista dessa circunstância e diante de caso concreto, o STF considerou descabida a regulamentação dos requisitos para o ingresso nas Forças por meio de outra espécie normativa, ainda que por delegação legal. Dessa maneira, entendeu não ter sido recepcionada pela CF de 1988 a expressão referida.

O Tribunal, contudo, teve o cuidado de destacar no acórdão sua preocupação com a segurança jurídica dos atos práticos com base no dispositivo referido do Estatuto dos Militares. Nesse sentido, lê-se na ementa da decisão a seguinte passagem: “O princípio da segurança jurídica impõe que, mais de vinte e dois anos de vigência da Constituição, nos quais dezenas de concursos foram realizados se observando aquela regra legal, modulem-se os efeitos da não recepção: manutenção da validade dos limites de idade fixados em editais e regulamentos fundados no art. 10 da Lei nº 6.880/1980 até 31 de dezembro de 2011.”. A decisão, que é de 9 de fevereiro de 2011, motivou o envio pelo Executivo do projeto em análise.

O projeto versa temas relacionados, entre outros, aos limites de idade, à idoneidade moral e aos bons antecedentes, ao cumprimento das obrigações eleitorais e do serviço militar e às condições psicofísicas dos candidatos. Vê-se, pois, que o projeto em apreço cuida de pontos relevantes relacionados com os requisitos para o ingresso na carreira militar.

Da leitura da proposição, percebe-se que ela não destoa da prática até aqui verificada, tampouco das normas do ordenamento jurídico pátrio. Os aspectos tratados no documento guardam relação de pertinência e decorrem de requisitos e condições específicas da vida militar. É consabido que as Forças Armadas, em razão da sua destinação constitucional, possuem peculiaridades relacionadas com sua função institucional, que acarretam estrutura e princípios próprios.

Os requisitos abordados no presente projeto foram estabelecidos tendo em conta que os militares formam categoria de agentes do Estado responsáveis pela defesa da Pátria, pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. São, dessa forma, os garantes materiais da subsistência do Estado e da perfeita realização de seus fins, bem como da estabilidade das instituições e da tranquilidade interna. Assim, tendo em conta as especificidades do regime jurídico dos membros das Forças Armadas, o legislador constituinte estabeleceu clara distinção entre os membros da caserna e os outros agentes estatais, denominados servidores públicos.

Nesse sentido, o texto do projeto em apreciação estabelece, de início, os requisitos para o ingresso na carreira do Exército. Entre eles, destacam-se: aprovação em exame de conhecimentos gerais, aprovação em inspeção de saúde, aprovação em exame de aptidão física, aprovação em avaliação psicológica. Essas avaliações objetivam assegurar a higidez, a ergonomia, a compleição física e a estabilidade emocional do candidato, necessários para o emprego e a operação de armamentos, de equipamentos e de sistemas de uso militar.

Importante registrar também que a proposição cuida, tão só, dos militares de carreira do Exército, oficiais e sargentos. Aqueles que são convocados para o serviço militar obrigatório, bem como os médicos, os farmacêuticos, os dentistas e os veterinários, que são chamados a prestar serviço militar obrigatório, estão sujeitos a legislação própria.

Para ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, o projeto prescreve a exigência de não ter sido o candidato demitido *ex officio* por ter sido declarado indigno para o oficialato. A mesma circunstância se aplica àquele que foi excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação. Essas condições ombreiam-se com a necessidade de que os integrantes das Forças Armadas, destacadamente o de carreira, possuam idoneidade moral e retidão de condutas irreparável, conforme as exigências de ordem moral e ética, prescritas pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 1980).

Coerente com os deveres da vida na caserna, o projeto prescreve que o candidato não deve responder à ação penal, tampouco ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado. Ponto relevante diz com a aceitação de mulheres na tropa. O projeto disciplina, com isso, que a candidata grávida ou com filho nascido há menos de seis meses não poderá realizar o exame de aptidão física e resguarda o direito de adiamento desse exame por um ano, respeitados os demais requisitos no momento da matrícula no curso de formação.

No tocante aos limites de idade e altura, eles estão em conformidade com a prática da República e dizem respeito à capacidade física dos militares, bem assim às exigências físicas que o ofício demanda. Em relação a essas, é compreensível que determinados esforços físicos são inerentes ao militar e se vinculam às funções que exerce ao longo do tempo em que permanece no serviço ativo. Os parâmetros fixados, no entanto, acompanham a média da população brasileira. Não há de se falar, assim, em eventual discriminação.

Esse o quadro, o projeto, para além de atender a decisão do STF cujo marco temporal já expirou, por-

porcionará ao Exército brasileiro legislação moderna apta a selecionar, de maneira justa e conforme com sua função institucional, aqueles brasileiros que deverão ingressar nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, mediante concurso público, a partir de 2012.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 50, de 2012.

Esse é o parecer, Sr^a Presidente, e o voto, que foi preparado pelo Senador Relator Inácio Arruda.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 50, relatado agora pelo Relator *ad hoc*, Senador Eduardo Suplicy. O Projeto é da relatoria do Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, podemos votar os dois projetos, tanto o constante do item 1, relatado pelo Senador Sérgio Souza, relativo à Marinha, quanto o constante do item 2, relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, que trata do Exército.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Presidente, está chegando à Mesa um requerimento de minha autoria, para que seja dada urgência a esses dois projetos, para que eles possam ser lidos ainda hoje em plenário e votados antes do recesso, tendo em vista a urgência necessária que se impõe. Desde 2011, a Marinha e o Exército, as Forças Armadas estão obstadas a preparar concursos, tendo em vista a falta de uma regulamentação legal ou de uma autorização legal.

Então, eu gostaria que V. Ex^a, mesmo que não tenha chegado o requerimento à Mesa, submetesse à apreciação do Plenário esse requerimento de urgência relativo a estes dois itens, o item 1 e o item 2.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Perfeito! V. Ex^a já está encaminhando formalmente a solicitação, para que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores proceda à formalidade para o encaminhamento do Plenário.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento do Senador Sérgio Souza, que solicita urgência não só para a questão da Marinha, mas também para a questão do Exército.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria encaminhará, então, a solicitação de urgência para os dois projetos que acabaram de ser relatados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores.

Passo ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 59, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Permanente).

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Relatório: pela aprovação.

Solicito ao Senador...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Tendo em vista o mesmo argumento do Presidente Collor, de que está havendo a votação de requerimentos, e o fato de que sou Relator do item 8, consulto V. Ex^a se podemos inverter a pauta, para que eu possa...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu coloco a inversão de pauta em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a solicitação do Senador Sérgio Souza sobre a inversão de pauta, em função do compromisso na CPMI do Cachoeira, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Como os Senadores concordaram com a inversão de pauta, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Presidente, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2012, que resulta da Mensagem nº 156, de 25 de maio de 2011, enviada ao Congresso Nacional pela Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Sérgio Souza, peço licença a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não fiz a leitura do preâmbulo da matéria para dar o formalismo que esta Comissão requer.

V. Ex^a está relatando o item 8, que é não terminativo, como foram os itens 1 e 2.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 276, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Bamaco, em 22 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Permanente).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: pela aprovação.

Com a palavra, o Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2012, que resulta da Mensagem nº 156, de 25 de maio de 2011, enviada ao Congresso Nacional pela Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, com vistas à apreciação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Bamaco, em 22 de outubro de 2009.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de maio de 2012.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, nesta Comissão, a este Relator no dia 05 de junho de 2012, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Passo à análise.

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos, de funcionários consulares, de pessoal técnico e administrativo de missões diplomáticas e consulares de uma das partes signatárias, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado, uma vez obtida a respectiva autorização nos termos do acordo. Segundo o acordo, são considerados dependentes cônjuges ou companheiros permanentes; filhos solteiros, menores de 21 anos; filhos solteiros, menores de 25 anos, que estudem em instituição de ensino superior, reconhecida por cada parte, e filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério de Relações Exteriores do Estado acreditado. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado ou durante o período de condição de dependente ou ainda durante o período do contrato de trabalho.

A embaixada deverá informar ao cerimonial respectivo o término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades, de acordo com as convenções de Viena, sobre as relações diplomáticas e sobre as relações consulares ou outro ato de Direito Internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil nem administrativa no Estado acreditado, no que diz respeito ao desempenho da referente atividade remunerada. Ficou acordado também que, no caso de delito criminal, no decurso do exercício da atividade remunerada, o Estado acreditante deverá considerar qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal durante o exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade, o Estado acreditado poderá, a seu critério, solicitar a retirada do País do dependente em questão.

A autorização para o exercício da atividade remunerada terminará quando cesse a condição de dependente do beneficiário na data em que o contrato se encerre ou em qualquer hipótese ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. Contudo, o prazo levará em conta um decurso de tempo razoável de adiamento sem exceder três meses.

O acordo sujeita aos dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e de previdência social aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade.

O ato internacional em análise não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior e, no caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender as mesmas que devem atender o nacional da parte acreditada. Ademais, o acordo não confere ao dependente o direito automático ao emprego nem de residir no território da pátria acreditada. Uma vez terminada a missão do indivíduo, de quem a pessoa é dependente, a autorização pode ser negada nos casos em que a atividade remunerada passa a ser desempenhada unicamente por nacionais, quando o empregador, seja o Estado acreditado, ou quando a atividade remunerada afete a segurança nacional.

O ato internacional em apreço permite o acesso ao trabalho aos brasileiros familiares dos agentes diplomáticos consulares e de pessoal técnico e administrativo das missões diplomáticas e consulares que se encontrem em missão oficial no Mali que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional. Segundo esclarece a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, o ato internacional em exame reflete a tendência atual de atender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Proporcionar espaço profissional próprio para dependentes e membros do serviço exterior que lhes possibilite o exercício de atividades outras, que a mera função do acompanhamento de funcionário transferido para outro país, torna-se prática generalizada na vida internacional. E o Brasil já tem acordos semelhantes com dezenas de países.

Então, Sr^a Presidente, o voto, visto que observadas a adequação legislativa e regimental, é pela aprovação do Decreto Legislativo nº 276/2012.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em discussão, em caráter não terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 276, que acaba de ser relatado pelo Senador Sérgio Souza.

Não havendo quem queira discutir, submeto à apreciação dos Senadores.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 276.

Voltamos, então, agora, ao item 3 e solicito ao Senador Paulo Bauer a leitura, a apresentação, como

relator *ad hoc*, também em caráter não terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59/2012, que aprova o texto de um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre cooperação educacional, celebrado em Brasília em 07 de abril de 2010.

Com a palavra, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr^a Presidente, o relatório elaborado pelo Senador João Capiberibe, que tenho a honra de ler nesta reunião, como Relator *ad hoc*, é o seguinte:

O texto do acordo acima epigrafado foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da mensagem do Presidente da República de nº 508, de 26 de agosto de 2010, endereçada pelo Aviso nº 630 da Casa Civil, da mesma data, acompanhado da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores de nº 272, de 15 de junho do mesmo ano.

A exposição de motivos alerta ser esse o primeiro instrumento bilateral assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, tendo por objetivo o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, a troca de informações e experiências, especialmente aquelas relacionadas ao aprimoramento da qualidade da educação e à formação e o aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores, dispõe o ato em tela que as partes promoverão intercâmbio de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas para que participem de cursos acadêmicos e técnicos, intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas pelas partes e intercâmbio de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministros da Educação de ambas as partes.

Adicionalmente serão estabelecidos sistemas de bolsas ou de benefícios para estudantes e pesquisadores e será encorajada a difusão e o ensino dos idiomas e culturas liberiano e brasileiro. O ingresso de alunos de uma parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra parte será regido pelos processos seletivos nacionais, aplicados por cada parte, e os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas e aos procedimentos de seleção estabelecidos.

O reconhecimento ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra parte estará sujeito à legislação nacional correspondente da parte responsável pelo reconhecimento. As modalidades de financiamento das atividades desenvolvidas no âmbito deste ato serão acordadas bilateralmente em conformidade com suas

respectivas legislações nacionais e disponibilidades orçamentárias.

As demais cláusulas de vigência, renovação, denúncia e emenda seguem a regularidade dos atos internacionais do gênero e não merecem reparos.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do texto do Acordo, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional atendeu aos dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

Embora o primeiro acordo bilateral, na área de cooperação comercial, date de 1978, apenas em 2009 foram retomadas as negociações com vistas à conclusão de diplomas internacionais para o estreitamento das relações entre Brasil e Libéria. Na atualidade, além do já mencionado acordo econômico, encontram-se em vigência entre ambos os países apenas quatro acordos, nas áreas de cooperação em minas e energia e cooperação esportiva para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas e para o estabelecimento de Comissão Mista. Note-se, portanto, que a cooperação ainda é incipiente e guarda enorme potencial de expansão.

O acordo em apreço não apresenta novidades em relação ao enquadramento de outros acordos de cooperação educacional. Resguarda o princípio da autonomia universitária ao ressalvar que o reconhecimento e a revalidação de diplomas segue a critério das respectivas normas internas e que o ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação requer o atendimento aos critérios livremente impostos por tais instituições, de acordo com as leis nacionais. De resto, elenca um rosário de objetivos-padrão a todos os acordos de cooperação educacional, bem como dos meios mais comuns para o atendimento desses objetivos. Cuida, por fim, de resguardar o Erário ao não automatizar as autorizações para o financiamento à cooperação, determinando que as custas serão acordadas bilateralmente, de acordo com a normativa nacional e as disponibilidades orçamentárias.

Entende esta Casa Senatorial, neste caso, como, de resto, em quaisquer outros casos de cooperação internacional, que tais futuras decisões de custeamento observarão a competência congressual para decidir sobre acordos que impliquem em ônus ao Erário.

Voto.

Por julgarmos conveniente e oportuno, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 59, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, que apresento a V. Ex^a e aos demais membros desta Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Agradeço muito a gentileza do Senador Paulo Bauer.

Coloco em discussão o Projeto de Decreto de Legislativo nº 59. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o referido Projeto.

Os Senadores e as Senadoras que concordam, que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 4 da nossa pauta de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 72, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II (FUMIN II), assinado na cidade de Okinawa, no Japão, em 9 de abril de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por *Ad Hoc*)

O Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas, por motivo de doença, não vem à Comissão. Gostaria de contar com o apoio do Senador Anibal Diniz para a relatoria *ad hoc* do referido Projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com prazer, Sr^a Presidenta.

Diz o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, ainda em estado de graça com a superconquista da Libertadores pelo Corinthians ontem, que é o seu time do coração.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 72, de 2012, que *aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II (FUMIN II), assinado na cidade de Okinawa, no Japão, em 9 de abril de 2005.*

O texto do referido Convênio foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 901, de 4 de novembro de 2009, do Presidente da República.

Trata-se de acordo que pretende dar continuidade ao Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN I), criado em 1992 e prorrogado até o final de 2007.

O novo Fundo (FUMIN II), administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, assumirá todo o ativo e passivo do FUMIN I e deverá ficar em vigor

até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por prazo adicional de até cinco anos, sem prejuízo das hipóteses de encerramento do fundo pelo Banco ou pela Comissão de Contribuintes (art. V do Convênio).

Segundo o preâmbulo de seu Convênio constitutivo, ora em análise, a constituição desse fundo parte do reconhecimento da necessidade *que existe na região da América Latina e do Caribe de formular abordagens eficazes para estimular a realização de investimentos privados e fomentar o desenvolvimento do setor privado, melhorar o ambiente empresarial e apoiar as micro e pequenas empresas de modo a promover o crescimento econômico e a redução da pobreza.* Esse excerto resume os objetivos e funções do FUMIN II, ínsitos no art. I do Convênio, aos quais podemos ainda destacar o aumento de competitividade do setor privado da região, o incentivo ao uso e aplicação de tecnologias e práticas sustentáveis, e a promoção da integração regional.

O art. II do Convênio dispõe sobre as contribuições ao Fundo. Nesse aspecto, importa registrar trecho da exposição de motivos do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino, que acompanha a mensagem presidencial, na qual se destaca que a *integralização da contribuição brasileira no âmbito do FUMIN II será feita em seis parcelas anuais e iguais, no valor de USD 1.388.500,00 (...) cada, totalizando USD 8.331.000,00 (...), sendo a primeira devida de 30 a 60 dias após o depósito do Instrumento de Contribuição. O pagamento será efetuado por meio de nota promissória não negociável e isenta de juros. Ademais, (...) o valor necessário para o pagamento do FUMIN II se encontra previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2009 e tem compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2010.*

O art. III versa sobre as operações do Fundo, que serão na forma de doações, empréstimos, garantias, investimentos em capital e quase-capital, ou serviços de consultoria, a serem destinados, prioritariamente, a governos, agências de governo, entidades subnacionais, organizações não governamentais ou entidades do setor privado. Já o art. IV do Convênio dispõe sobre a Comissão de Contribuintes, que será responsável pela aprovação final de todas as propostas de operações do Fundo.

Após ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 1º de março de 2012, a matéria seguiu para o Senado, sendo encaminhada à Comissão de Relações Exteriores, na qual coube ao Senador Aloysio Nunes a relatoria.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, há de se registrar que o presente Convênio dá seguimento ao Fundo Multilateral de Investimentos, cuja primeira versão fora aprovada no Congresso Nacional em 1995 (PDS nº 84, de 23 de maio de 1995). A política regional, de captar recursos para o desenvolvimento do setor privado na América Latina e Caribe, deve ser louvada. Gerido no Banco Interamericano de Desenvolvimento, esse Fundo tem incentivado o microcrédito, estimulado pequenas e médias empresas e cadeias produtivas, capacitado mão-de-obra, fomentado turismo sustentável e iniciativas de energia limpa, bem como parcerias público-privadas. Assim, não temos dúvidas quanto à propriedade de dar seguimento a tal política, com o assentimento à constituição do Fumin II.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2012.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Anibal Diniz pela relatoria *ad hoc* e coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Anibal Diniz, do convênio constitutivo do Fundo Multilateral de Investimento, assinado em Okinawa, no Japão, em 9 de abril de 2005.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 75, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev (capital do país), em 2 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Permanente).

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação.

Eu gostaria de contar com o apoio do Senador Eduardo Suplicy para a relatoria *ad hoc* deste projeto de decreto legislativo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, o acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 31 de maio de 2011 e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a aprovação daquela Casa em 8 de março de 2012.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 19 de março de 2012, onde cumpriu prazo regimental para recebimento de emendas, após o qual foi designada para o presente relato, sem que tenha sido objeto de propostas de alterações.

Análise.

Cuida-se de instrumento internacional por meio do qual os países signatários disciplinam aspecto importante da assistência jurídica mútua: a transferência de pessoas condenadas.

Convém observar, desde logo, que os Estados têm celebrado tratados dessa natureza com maior frequência nos dias de hoje. Esses instrumentos buscam encontrar solução equitativa entre o necessário cumprimento da pena e a reintegração social do apenado em seu Estado patrial. Cuida-se de instituto de cooperação jurídica internacional em matéria penal que objetiva possibilitar ao condenado alhures o cumprimento de medida privativa de liberdade em seu país de origem.

De início bilateral, os pactos internacionais de transferência de presos passam também a contar com documentos multilaterais. Entre esses, o pioneiro foi a Convenção de Estrasburgo de 1983, patrocinada pelo Conselho da Europa.

O Brasil, para além da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior (1993), do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), do Acordo sobre Transferência de Pessoas condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile (ambos de 2004) e da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de

Língua Portuguesa [CPLP (2005)], vincula-se a tratados de transferência com mais de uma dúzia de países.

Com estrutura bastante assemelhada, esses documentos estabelecem que os gastos relacionados com a transferência corram por conta do Estado de condenação. Após, as despesas passam a ser de responsabilidade do Estado de execução. A transferência, no entanto, não é automática, só ocorrendo com anuência das partes e da própria pessoa condenada, que deve consentir com seu envio. Outro aspecto relevante é o fato de que cabe ao Estado de condenação a competência exclusiva para as sentenças proferidas por seus tribunais, as condenações por ele impostas e quaisquer processos destinados a rever, modificar ou revogar essas sentenças. Compete, por igual, ao Estado de condenação a concessão de indulto, de graça e de anistia.

É importante recordar ainda que, na maioria das vezes, não será no Estado de condenação que o preso irá refazer sua vida após a libertação. E mais, na sequência de sua soltura é-lhe aplicada pena acessória, expulsão do território nacional, designadamente nos crimes mais graves. Nessas circunstâncias, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem propugnado pela imprescindibilidade dessa maneira de cooperação como forma contemporânea de reeducação do preso à vista de perspectiva futura de seu convívio em sociedade.

O tratado em apreço, composto de 23 (vinte e três) artigos, segue, em linhas gerais, as diretrizes referidas. Ele, portanto, não destoaria de documentos de igual teor que vincula o Brasil a outras soberanias.

É fora de dúvida que o entendimento bilateral substanciado no tratado em exame valoriza as relações entre Brasil e Ucrânia. E mais, facilita a reinserção do apenado em seu lugar de origem.

Voto.

Com base no exposto, considerando ser apropriado e juridicamente adequado o acordo em exame, o voto do Senador Cristovam Buarque, aqui por mim lido *ad hoc*, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2012.

É o relatório, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito grata, Senador Eduardo Suplicy, que foi relator *ad hoc* desse projeto de decreto legislativo.

Eu coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o item 5, não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 75.

Passo ao item 6 da pauta de hoje, também não terminativo.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 82, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burkina Faso sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Permanente)

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Concedo a palavra ao Senador, para a leitura do seu relatório sobre este projeto de decreto legislativo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, o texto do referido Acordo de Cooperação Cultural foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 165, de 9 de abril de 2010, do Presidente da República.

A mensagem presidencial é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, na qual se destaca que a cooperação contribuirá não somente para o progresso das Nações, mas também para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura dos países, e que as Partes acordaram em fixar um marco geral que ordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural.

Para promover o conhecimento recíproco e difusão das respectivas culturas, as Partes apoiarão a cooperação entre suas instituições culturais, públicas e privadas. Será estimulada a difusão sobre a cultura alheia, a troca de experiências e a divulgação sobre expressões e manifestações culturais e sobre o patrimônio cultural material e imaterial, o intercâmbio entre museus e instituições culturais, a cooperação no âmbito da dança, literatura, biblioteconomia, arquivologia, cinema e audiovisual.

A execução do Acordo será supervisionada por uma Comissão Mista, que, no Brasil, será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países. O acordo terá vigência indeterminada, podendo ser denunciado a qualquer tempo, o que surtirá efeito após noventa dias, mas sem afetar a conclusão dos programas de cooperação em andamento.

Após ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados, a matéria seguiu para o Senado, sendo encaminhada a esta Comissão.

Nos termos do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com os arts. 49 e 84 da

Constituição Federal. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, há de se registrar que o presente Acordo vem ao encontro do disposto no art. 4º, inciso IX e parágrafo único, da Constituição Federal, que prevêem que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e buscará a integração entre os povos, inclusive no que diz respeito ao aspecto cultural.

A cooperação cultural ganha especial relevo quando envolve a África, pois a diplomacia brasileira tem prestado atenção especial nas relações com esse continente, não somente pelas possibilidades de auxílio e intercâmbio, mas também pela afinidade cultural histórica.

Estima-se que o acordo em exame, ao buscar o fortalecimento das relações de amizade, deverá elevar o nível de conhecimento entre ambos os países. É nesse sentido que se prevê estabelecer e executar programas de cooperação cultural sobre variadas áreas, sob a tutela dos chanceleres tanto do Brasil quanto de Burkina Faso, o que é louvável, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucionais, jurídico-regimental, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2012.

É o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pela relatoria e apresentação da matéria.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos para o Item nº 9, porque estou alterando a relatoria – o próximo item, que é meu, deixarei por último –, para facilitar a rapidez das nossas atividades.

O item nº 8 já foi apresentado pelo Senador Sérgio Souza.

Então, passo para o Item nº 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 489, DE 2012

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao jornalista brasileiro Klester Cavalcanti e à revista IstoÉ, para a qual prestava serviços na Síria, onde foi preso e já liberado, mas está impedido de sair daquele país.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Srª Presidenta.

O Requerimento nº 489, de 2012, objetiva manifestar voto de solidariedade ao jornalista Klester Cavalcanti e à revista *IstoÉ*. A proposição está baseada no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Paim justifica sua iniciativa em razão da prisão do jornalista, em 25 de maio de 2012, por autoridades sírias. O Sr. Klester Cavalcanti prestava serviços ao mencionado periódico quando da sua detenção e foi liberado alguns dias depois. Ele, no entanto, encontrava-se impedido de sair daquele país. A justificação dá, ainda, notícia de que o Governo brasileiro negociava a saída de Klester do território sírio.

A proposição foi apresentada dia 29 de maio de 2012 e distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na mesma data.

O requerimento em apreço é, a vários títulos, louvável. Ele, ao tempo em que dá notícia da preocupação do Parlamento com a situação do jornalista brasileiro, chama a atenção para os lamentáveis episódios que ocorrem na Síria. A solidariedade que se quer vincula-se sobremodo à liberdade de informação que o jornalismo demanda. Nos tempos de hoje, estar atento às hipóteses em que essa liberdade está em risco é fundamental para a manutenção da democracia. Inobstante o Sr. Klester Cavalcanti já ter deixado aquele país, segundo informações oficiais, o Voto de Solidariedade ainda se impõe pela sua coragem e função. Esse voto deve, por igual, ser estendido à empresa que o enviou, como sinal de consideração à cobertura presencial dos fatos ocorridos em solo sírio.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 489, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim.

É como voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Anibal Diniz.

Coloco em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidenta, quero congratular-me com o Senador Paulo Paim e com o Relator, Senador Anibal Diniz, pela iniciativa e pelo parecer favorável de solidariedade ao jornalista Klester Cavalcanti e à revista *IstoÉ*.

Quero também expressar o anseio, que acredito seja de todos nós brasileiros, para que a situação, na Síria, que se prolonga de há muito, possa ser resolvida por meios pacíficos e democráticos.

Lembro, aqui, um dos ensinamentos contidos no último livro, de substância tão importante, de Amartya Sen, *A Ideia de Justiça*, onde ele ressalta a importância da democracia, do livre pensar, da liberdade de expressão, para o progresso dos povos, para a superação de dificuldades. Ele fala também como que as grandes e prolongadas formas endêmicas só acontecem quando não há a liberdade de expressão, a liberdade de voto, a liberdade de reunião e de imprensa.

Então, gostaria, aqui, de ressaltar a solidariedade de nós, brasileiros, ao povo da Síria, que a quer e muito, que ali a normalidade democrática possa logo estar em vigência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço e endosso as suas palavras, Senador Eduardo Suplicy.

Quero também, como jornalista que fui, durante quatro décadas, agradecer o relatório do Senador Anibal Diniz ao requerimento muito oportuno do Senador Paulo Paim em relação à importância da comunicação, e, sobretudo, em relação a esse nosso compatriota que teve a coragem de fazer essa cobertura de guerra, que, mesmo no século XXI, é um evento sempre desafiador e de grande risco para o profissional da comunicação.

Aproveito até para fazer uma referência, porque fiquei sensibilizada com o relato feito pelo jornalista Samy Adghirni, na *Folha de S.Paulo*, de sábado, à execução acontecida no Irã. Ele fez um relato com muita riqueza de detalhes, mas sem entrar para o emocionalismo chocante, para o sensacionalismo, com absoluta fidelidade na descrição e também de forma muito respeitosa àquelas pessoas executadas e a todo o ambiente em que aquilo aconteceu.

Também fiquei muito sensibilizada de ver um jovem do Marrocos, cuja mãe e cujo pai, que faleceu, conheci, que prestou um serviço... Para você ver que, mesmo no século XXI, para nós que estamos tratando das questões relacionadas a direitos humanos, a pena máxima é também uma questão muito complexa e muito complicada. Essa matéria foi realmente muito ilustrativa e muito didática para nós que convivemos com os problemas, não de guerra, mas com a questão da violência e da segurança.

Então, agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concordo com as suas observações, Senadora Ana Amélia, porque acho que é importante que os países que ainda adotam a pena máxima reflitam. Felizmente, a Constituição brasileira de 1988, de maneira alguma, permite a pena máxima, que, de acordo com a experiência dos mais diversos países, pode levar a erros muito graves. Ela diz, inclusive, que essa é uma cláusula que não pode ser modificada.

Mas, ademais, é sempre importante recordar a lição de Thomas More. Em seu Livro Primeiro, há um diálogo a respeito da instituição da pena de morte, recém-adotada, àquela época, no início do século XVI, na Inglaterra.

O historiador Eduardo Bueno conta, num dos seus livros sobre a época dos descobrimentos, dos naufrágios, que Rafael Hitlodeu, viajante português, tinha viajado com Américo Vespúcio ao Brasil e sofreram um naufrágio perto do Rio de Janeiro. Ali, depois do ocorrido, Rafael Hitlodeu acabou visitando o Brasil, quase todas as capitanias hereditárias, inclusive Fernando de Noronha, onde permaneceu um tempo. Daí, voltou para a Inglaterra e tornou-se amigo de Thomas More e personagem do livro *A Utopia*. E ali, então, Rafael Hitlodeu, que significa contador de histórias, fala sobre a pena de morte, que não havia proporcionado a diminuição dos crimes, dos assaltos, dos roubos, da criminalidade violenta. E eis que, então, Rafael Hitlodeu transmite ao cardeal-arcebispo e a outro personagem, que acho que era o próprio Thomas More, que, muito mais eficaz do que infringir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa, senão de primeiro tornar-se um ladrão para daí ser transformado em cadáver, é você assegurar a sobrevivência das pessoas. E V. Exª sabe, então, um amigo de Thomas More, chamado Juan Luis Vives, interagindo sobre aquela reflexão com seu amigo Thomas More, dez anos depois de Utopia, escreve para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, de Subventionem Pauperum Sive de Humanis Necessitatibus, que foi a primeira recomendação a um prefeito de um município para instituir a garantia de uma renda para seus habitantes. Proposição que então naquela época acabou sendo, de alguma forma, implantada em Ipris, ou seja, já há tempo. Thomas More ensinou que não convém a pena de morte. Espero que o Irã possa também aproveitar dessas lições, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela boa lição não só histórica, mas também muito completa sobre o debate que de alguma maneira entra também na sua grande pregação que é a renda mínima, que em última análise tem a ver com as questões sociais de renda e de sobrevivência das pessoas, através de um bom tratamento e cuidado.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento do Senador Paulo Paim, relatado pelo Senador Anibal Diniz, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 10.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28,
DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado o Requerimento nº 10, de 201-CRE, que alterou a denominação para Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Dessa forma, requeiro também que a Subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20, e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Está em discussão o requerimento do Presidente. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29,
DE 2012

Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II, combinado com o Art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, e nos termos do Art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, a realização de audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, para debater sobre as tarifas aeroportuárias de embarque internacional cobradas no Brasil, para cidades gêmeas de fronteira, devendo ser convidados a participar dos debates e colaborar na busca de entendimentos comuns, as seguintes autoridades:

- Senhor Wagner Bittencourt – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC) e Presidente do Conselho Nacional de Aviação Civil (CONAC);
- Senhor Marcelo dos Guarany – Diretor-Geral da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC);
- Senhor Antonio Gustavo Matos do Vale – Diretor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Autoria: Senadora Ana Amélia

A questão é vista, Senador Anibal Diniz, porque nas cidades gêmeas de fronteira temos uma tarifação que equivale à tarifa de embarque internacional. Como estamos num processo de integração na região de fronteira, penso que seria oportuno, e por isso o requerimento dessa audiência, discutir a possibilidade de que tenhamos uma taxa de embarque igual, como se doméstico fosse o voo, somente para as cidades gêmeas. Que saia de uma capital, de Rio Branco, e chegue numa cidade próxima da fronteira no seu Estado do Acre ou qualquer outro Estado que tenha cidade gêmea de fronteira.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, eu imaginei que pudesse fazer um aditamento por conta de que a aviação aérea regional sofre muito com essas tarifas aeroportuárias. Mas especificamente neste caso se trata de cidades irmãs fronteiriças, e acho que tem que ser para outro momento mesmo.

Retiro e apoio o seu requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Anibal Diniz. Com frequência tenho acompanhado os depoimentos dos Senadores do seu Estado e também do Amapá sobre as tarifas absurdas que são cobradas pelas passagens aéreas para aquela região.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação este requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Agradeço antecipadamente.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 30,
DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aprovado, no âmbito dessa Comissão, uma comitiva de Senadores para participarem do Fórum Mundial da Paz, a ser realizado nos dias 20 a 23 de julho de 2012, em Katmandu, no Nepal, promovido pelo Conselho Mundial da Paz (CMP).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Como a Senadora Vanessa Grazziotin não está presente e sendo ela agora candidata também à prefeitura de Manaus, vou deixar fora da pauta a matéria para a próxima reunião desta Comissão.

Item extraordinário desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ... compreendo, todavia, se porventura houver o interesse de algum Senador, imagino que a Senadora Vanessa Grazziotin, dada a nova atribuição, talvez não possa cumprir esse compromisso. Mas se porventura algum Senador, comandado por ela, queira ir, se ficar para a próxima semana, talvez seja pouco tempo, já que o congresso é dia 20 de julho. Então, pelo menos para efeito de eventual aproveitamento, se votarmos hoje esta matéria, fica aberta a possibilidade de o Senado designar alguém.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Suplicy, recebo a informação da Secretaria da Mesa que, como é distribuída a pauta, não houve nenhuma manifestação de interesse de Senadores da Comissão de Relações Exteriores para esta missão.

Eu só queria deixar esclarecido. A Secretaria anota a observação de V. Ex^a e fica sobrestada a votação.

Estamos no item extraordinário.

Informo as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu ontem, dia 4 de julho, o Requerimento nº 620, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

O Ato nº 5, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional disciplinou a inclusão de requerimentos para representar o Senado ou para exercer missão no exterior.

Seu primeiro artigo inclui parágrafo único ao art. 3º do Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores. O referido parágrafo único tem a seguinte redação: “Poderão constar da pauta os requerimentos ou propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior recebidos na secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião”.

Tendo sido recebido ontem, dia 4 de julho, sua inserção em pauta está em conformidade com os atos que regem o funcionamento da Comissão.

Assim, comunico a inclusão em pauta do Requerimento nº 620, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, como item extraordinário não terminativo.

Solicito ao Senador Anibal Diniz a gentileza da relatoria deste requerimento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 620, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer autorização para se ausentar do País no período de 2 a 4 de agosto de 2012, para participar, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino

no e Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da junta diretiva que ocorrerá na cidade de Cuenca, no Equador.

Diante do exposto, estando de acordo com o Regimento, em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 620, de 2012.

É o voto, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz.

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à apreciação dos Srs. Senadores.

Os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado este requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 620, DE 2012

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 2 a 4 de agosto de 2012, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latinoamericano, da Reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá na cidade de Cuenca, Equador.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação)

Tenho a satisfação...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Antes de eu substituir, queria fazer uma ponderação, pois ontem houve um acontecimento de grande relevância do ponto de vista internacional, do esporte, de nossa relação com um país vizinho, a Argentina, e de enorme repercussão.

Queria, de um lado, até como torcedor do Santos, congratular-me com o Corinthians, com os seus jogadores, que tiveram um desempenho notável do início ao fim, especialmente no segundo tempo, dando uma demonstração que, realmente, fez com que todos os corinthianos e todos os presentes no estádio do Pacaembu tivessem um estado de ânimo, de júbilo, formidável.

Mas o que eu queria ressaltar, além de fazer esse cumprimento aos corinthianos, foi o bom clima que aconteceu entre os argentinos e brasileiros. Em que pese alguns momentos de tensão no campo, mais do que naturais, felizmente – o que queria ressaltar aqui –, a relação entre o considerável número de argentinos que vieram torcer com a camiseta do *Boca Juniors*, para o seu time, que tem uma tradição extraordinária, da mesma maneira que lá, no estádio da Argentina, *La Bombonera*, que estava completamente lotado, com todo o ânimo. Desta vez foi a vez de a torcida corinthiana torcer. Isso é importante até para o clima que vai haver na Copa do Mundo. O comportamento da torcida, dos jogadores, foi muito positivo, foi um comportamento de congraçamento e, ao término do jogo, os jogadores do *Boca Juniors* cumprimentaram os corinthianos, num clima que merece aqui ser registrado.

Era isso o que gostaria de anotar na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu concordo plenamente com V. Exª, Senador Suplicy. De fato, é pertinente, porque o esporte une cada vez mais. Há pouco vimos a Eurocopa, e o Brasil, tão distante que está do Velho Continente, acompanhou com entusiasmo, como se aqui fossem aquelas disputas emocionantes como foi a decisão final entre a Espanha e a Itália, numa decisão de 4 a 0, a Espanha revelando o seu poder. Nós também vibramos com o que aconteceu ontem.

Eu tive oportunidade de conhecer o estádio do Morumbi, em São Paulo, um dos estádios-sede da Copa de 2014, por ocasião da visita do Papa, e tinha me impressionado, é um estádio muito bonito na sua arquitetura. Ontem, acompanhei pela televisão o jogo, muito interessada, torcendo para o Corinthians.

Queria também aproveitar para, como gaúcha, cumprimentar o técnico do Corinthians, o Tite, que é do meu Estado. Aliás, o Rio Grande do Sul é um Estado que é, digamos, um celeiro, se podemos dizer assim, um fornecedor de grandes técnicos de futebol, que estão espalhados por vários clubes em todo o Brasil, entre eles o Palmeiras, do nosso Felipão, que o Senhor conhece bem, e outros, como o Paulo César Carpegiani, que também foi treinador, e outros tantos importantes, relevantes. Então, queria endossar as palavras de V. Exª, pertinentes por se tratar de uma disputa envolvendo um time argentino, muito querido de todos nós.

Quando vamos a Buenos Aires procuramos conhecer o *La Bombonera*, o estádio do *Boca Juniors*, mostrando que o futebol pode congraçar também dois países irmãos, que agora estão vivendo alguns conflitos

comerciais, mas que, imagino, a boa política pode construir.

Eu gostaria de passar a presidência... Pois não, Senador Valadares. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Só queria, até por ser V. Exª uma extraordinária e digna jornalista, aqui deixar uma pergunta. Porque, até no *Zero Hora* constou, na primeira página, a vitória do Corinthians, uma Taça Libertadores de extraordinária importância. A *Folha* fez uma manchete muito grande e o *Estado de S. Paulo*, não sei por que – talvez o Rui Mesquita tenha alguma objeção ao Corinthians –, só notificou aqui que o Palmeiras joga hoje?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Deve ser um editor palmeirense.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O editor é palmeirense, o Senador Anibal matou a charada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria perguntar ao diretor Rui Mesquita o que aconteceu...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Às vezes, Senador, não sou advogada do jornal *O Estado de S. Paulo*, mas, o chamado *deadline*, o fechamento da edição, sendo muito cedo, o jogo terminou muito tarde... Mas, do ponto de vista jornalístico, para o jornal *O Estado de S. Paulo* não estar na manchete uma foto do que aconteceu ontem, realmente, foi uma pisada de bola, para usar o jargão, não é, Senador Suplicy? Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidenta Ana Amélia, a propósito desse assunto que está sendo ventilado, do jogo de ontem à noite, quando o Corinthians sagrou-se campeão da Libertadores de forma merecida, gostaria de registrar que isso foi bom, porque o futebol brasileiro, que sempre esteve despontando entre os melhores do mundo, ultimamente, no ranking da FIFA, está em 7º lugar, numa posição bastante limitada em relação ao passado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Desceu para 11º, ontem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Desceu para o 11º. Então, vejamos, o Brasil está na pior posição dos últimos trinta anos no ranking mundial da categoria de futebol profissional. Entretanto, essa vitória de ontem, uma vitória maiúscula do futebol brasileiro, é um demonstrativo de que temos muitas alternativas, muitas opções no futebol, basta que a direção técnica da nossa seleção saiba escolher os melhores, não por pressão de clubes. Tenho certeza absoluta de que o Brasil, na próxima Copa do Mundo, vai fazer um bom papel, mas depende muito

da convocação ser entre os melhores, não entre os melhores clubes, os melhores diretores. Nós temos de escolher, ao invés de escolher os melhores diretores, nós temos de escolher os melhores jogadores. Torço para que isso aconteça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª fala como um técnico e um analista de futebol com a melhor qualidade, com a prudência necessária para a vitória.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

Penso também que, como observadora, não sou especialista nessa matéria, fui relatora da Lei Geral da Copa, no Senado Federal, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e penso que o Corinthians dá um exemplo muito acentuado para os demais times porque, no Corinthians, o que a gente percebe é que o conjunto da equipe trabalha com um compromisso coletivo. Não existem estrelas que se sobressaíam, mas todas têm um brilho próprio. Então, o que aconteceu? Numa determinada partida um determinado jogador, um determinado atleta, se sobressai, porque, como tudo na vida, você tem a sua hora, o seu dia. Ontem, apareceu o Emerson, mas o conjunto da equipe do Corinthians não tem estrelas, o próprio técnico é um *low profile*, e isso é muito importante, porque, às vezes, quando a gente tem uma estrela grande demais essa estrela às vezes se preocupa com outras coisas e não com aquilo que ela sabe fazer, que é jogar.

Queria passar a palavra ao Senador Anibal Diniz. O Senador Suplicy, que está sempre sintonizado com os fatos, recebeu a visita, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Presidente Luis Álvaro, presidente do Santos, time pelo qual ele torce. É *hincha* do Santos, ou torcedor, como dizem os castelhanos. Ele aplicou no Santos uma administração absolutamente profissional e levou o time, a equipe, o clube, a uma posição extremamente privilegiada em relação a endividamento, à saúde financeira, a ponto de preservar a grande estrela, o Neymar, no Brasil, um jogador que, digamos assim, tem uma valorização de mercado muito grande. Mas, mais do que isso, Senador Valadares, ele anunciou, conversando, disse-me que o Santos está criando um fundo de investimento que vai ser submetido à Comissão de Valores Mobiliários.

Estávamos, naquele momento, sabatinando a Drª Ana Dolores, que foi aprovada ontem pelo Plenário para a CVM. Eles vão criar um fundo para estimular a formação de jovens atletas, ou seja, já criar um espírito profissional. Então, veja a criatividade, o senso de responsabilidade e o compromisso com o futebol,

não só o futebol arte, mas o futebol profissional, sério, competente, esperando que o Brasil suba da 11ª posição para a 1ª, Senador.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É uma situação que tem de ser revertida em 2014. Queria também compactuar com essas reflexões. Primeiro, acho que o evento de ontem, no Pacaembu, deixa patente que o Brasil está absolutamente preparado para realizar a Copa do Mundo, porque o povo brasileiro, em que pesem as exceções, é um povo que tem uma cultura de paz e que faz festa em todas as circunstâncias.

Então, *los hermanos* foram bem recebidos, ouviram muito grito no ouvido, mas isso faz parte do jogo. Sou um amante do futebol, gosto muito do futebol em todas as divisões. Inclusive, estamos numa luta para ver se conseguimos fazer o Rio Branco chegar à Série B no Acre. De tal maneira que o futebol acontece em todos os rincões do Brasil, nas quatro Séries, A, B, C e D. Fora das séries também tem uma infinidade de competições amadoras, que estão acontecendo e que mobilizam comunidades inteiras. São eventos apoteóticos, que acontecem em lugares inimagináveis.

Agora, o legal é a gente também discutir um pouco a filosofia, porque tudo tem uma filosofia. A Senadora Ana Amélia foi no “x” da questão. O time do Corinthians foi um time pautado pela disciplina, e aí está o mérito do técnico Tite. Ontem, gostei muito do comentário do Caio dizendo que aquele time espelha a imagem do Tite, porque é um time de cumpridores de determinações. Cada jogador posicionado absolutamente onde foi planejado ele estar, de tal maneira que um time sem nenhuma expressão de ultra talentos chegou à final sem perder uma partida, campeão invicto, teve vários empates, mas não teve nenhuma derrota, e, por exemplo, um time como o Santos, que tem um Neymar e um Ganso, que desequilibram em qualquer situação, mas, por não ter tido um técnico que cobrasse a disciplina, acabou ficando no caminho.

E aí vale uma reflexão. Às vezes, têm estudantes extremamente talentosos, mas que não conseguem fazer uma dissertação, e outros, que são operários, que são disciplinados, conseguem cumprir os seus prazos e chegar ao topo a partir da disciplina. Então, vale a pena uma reflexão. Mais do que de talentos excepcionais, a gente precisa de pessoas disciplinadas, cumpridoras de obrigações, que levem a sério tudo o que fazem. Acho que a lição que o Tite deixou ontem para o Brasil é que, quando a gente encara com disciplina, com total responsabilidade as missões que nos são outorgadas, a gente tem mais possibilidade de chegar ao sucesso.

O Corinthians completa os seus 102 anos de existência sem nunca ter chegado a uma final de Libertadores, sendo campeão pela primeira vez na história. Então, é algo que merece, sim, os nossos cumprimentos. Acho que o Senador Suplicy fez muito bem ao ter levantado essa discussão, porque é um evento sul-americano da maior importância para o nosso futebol.

O Corinthians está de parabéns, toda a equipe técnica, o Tite, que foi o grande maestro dessa construção, e os jogadores todos, que foram absolutamente aplicados ao cumprirem as determinações técnicas, chegando com isso a um resultado que chama a atenção do mundo. Realmente, estão de parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um conjunto. O seu comentário é realmente no sentido de se ter foco naquilo que se quer e esse elemento de disciplina é fundamental. E isso cabe também à diretoria do clube, por ter dado autonomia ao técnico, porque, às vezes as diretorias, por critérios políticos ou de interesse, interferem no trabalho. E, neste caso, houve uma harmonia geral, hierárquica, de cima abaixo, da direção aos jogadores, e os nossos diplomatas que estão acompanhando este debate talvez estejam se perguntando o que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem a ver com esse assunto.

Eu, como jornalista, Senador Aníbal Diniz, acompanhei visitas de muitos presidentes, muitos. E, por incrível que pareça, o começo de conversa, vejam só, entre a Rainha Elizabeth e um presidente, Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, começava com futebol. Ela tomava a iniciativa, a Rainha Elizabeth. O presidente do parlamento espanhol começava a conversa sempre com futebol, até uma época em que havia muitos jogadores brasileiros na Espanha. A mesma coisa acontecia em Portugal, a mesma coisa acontecia na Suíça. Na Suíça, houve o caso de um presidente, ou da Alemanha, que sabia a escalação da seleção brasileira em 62 e 66. Quer dizer, o presidente às vezes não sabia, tal a fixação, o gosto e o prazer de líderes mundiais pelo futebol, que é hoje o esporte planetário e globalizado. E também quando defende nas copas do mundo essa coisa da nacionalidade.

Agora mesmo, com a Europa em crise, sofrendo, foi, na verdade, uma válvula de escape para tanto sofrimento que está vivendo a Europa a Eurocopa, que também acompanhamos aqui. Muito bonita a festa, na disputa envolvendo países, a Polônia e a Ucrânia.

Então, isso também é uma certa forma de convivência, de uma certa diplomacia, a diplomacia do esporte.

Agradeço muito a sua reverência e tenho o prazer de passar a presidência ao Senador Suplicy, porque

vou fazer a relatoria do Item nº 7, que foi o último que ficou faltando, um tema importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 274, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Vou direto à análise e, na verdade, esse acordo, com 25 artigos, define a complementaridade dos regimes de previdência para os cidadãos de ambas as partes, Brasil e Alemanha, determinando a igualdade de tratamento das pessoas abrangidas pelo acordo que residam habitualmente no território de uma das partes com os cidadãos dessa parte, no que se refere à aplicação de sua legislação. E estabelece as excepcionalidades, como para os casos de pessoas que desempenhem atividades em mais de um país e dos agentes diplomáticos e consulares. Considera, por fim, as particularidades de alguns tipos de seguros e as especificidades das legislações brasileira e alemã.

No Brasil, o texto convencional aplica-se às aposentadorias, pensão por morte e auxílio-acidente do Regime Geral de Previdência Social e às aposentadorias e pensão por morte dos regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos.

Na Alemanha, o acordo refere-se à legislação alemã sobre seguro previdenciário, seguro complementar da caixa de seguro dos operários siderúrgicos, seguro de aposentadoria dos agricultores e seguro de acidentes relativo a aposentadorias e a outras prestações pecuniárias.

O acordo prevê que os benefícios sejam suportados proporcionalmente ao tempo de contribuição em cada país. Ou seja, cada sistema pagará, segundo suas regras, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país.

O acordo determina que as autoridades competentes de cada uma das partes deverão, entre outras providências, estabelecer o ajuste administrativo necessário para o cumprimento do acordo, bem como designar as respectivas instituições competentes e os órgãos de ligação, procedendo à divulgação das medidas adotadas quanto à legislação interna concernente ao cumprimento do acordo.

O acordo tem vigência ilimitada e poderá ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das partes, permanecendo em vigor por mais doze meses a partir da data de recebimento da notificação de denúncia.

O Protocolo Adicional, também objeto da presente apreciação, contém aspectos interpretativos de determinados artigos do texto principal, assim como algumas outras exceções.

No contexto atual, a formalização de instrumento normativo desta natureza asseguraria direitos aos brasileiros emigrantes, um contingente que cresce a cada dia e alcança mais de quatro milhões de brasileiros trabalhando no exterior, conferindo-se aos trabalhadores dos países signatários proteções sociais, que no caso do Brasil são previstas na própria Constituição Federal.

A medida, além de justa para o trabalhador, não provoca distorções financeiras nos sistemas previdenciários nacionais, uma vez que o benefício será pago de forma proporcional ao tempo de contribuição, salientando-se que cada país efetuará este cálculo proporcional do benefício segundo suas próprias regras. Ademais, pelo acordo, permitir-se-á o direito à revisão com base nos novos termos avençados. Entretanto, eventual concessão de reajuste só valerá a partir da data de entrada em vigor do acordo.

Em 1982, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção nº 157, que reviu a Convenção nº 48, de 1935, visando a estabelecer um sistema internacional para a conservação de direitos em matéria de seguridade social. A Convenção nº 157 não logrou ampla ratificação.

Todavia, a partir daí proliferaram acordos bilaterais de seguridade social, dos quais o presente tratado é um exemplar bastante fiel, servindo, pelo menos à primeira vista, ao propósito de incremento dos padrões de proteção ao trabalhador. Neste sentido, a ampliação pelo Brasil de sua rede de tratados análogos vai ao encontro das expectativas internacionais de melhoria da proteção dos direitos de seguridade social, funcionando como sucedâneo à Convenção nº 157 da OIT.

A reciprocidade de sistemas previdenciários é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos da seguridade social, especialmente em situações de risco involuntário, como o seguro-doença e o seguro-acidentário.

O Brasil já mantém acordos bilaterais semelhantes com diversos países, como Portugal, Grécia, Itália e Cabo Verde. Acordos com Bélgica e Japão estão presentemente em tramitação no Congresso Nacional.

A Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social garante a soma de contribuição dos períodos trabalhados na Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Espanha, Paraguai e Uruguai. Há também um Acordo do Mercosul sobre Seguridade Social no mesmo sentido.

É indubitável que o entendimento bilateral substanciado nesse acordo valoriza muito as especiais relações de amizade entre o Brasil e a Alemanha, traduzidas no significativo volume de trocas comerciais e de fluxo migratório.

Portanto, reitera-se, do ponto de vista da oportunidade, em razão da valorização das relações bilaterais e do regime internacional de proteção à pessoa humana, o Acordo em tela é digno de mérito.

Voto. Com base no exposto, considerando ser apropriado e juridicamente adequado o acordo em exame, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2012.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Retorno a presidência à Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores, convocamos nossa próxima reunião, a ser realizada, quarta-feira, dia 11 de julho, às 10 horas neste plenário, com a presença do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, atendendo ao Requerimento nº 27, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço e Sérgio Souza, para explicar o posicionamento do Governo brasileiro frente à situação política do Paraguai e, em especial, acerca do processo que culminou com o *impeachment* do então Presidente Lugo e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às oito horas do dia onze de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, e Mozarildo Cavalcanti**. Ainda presentes, como não-membros, os Senhores Senadores **Waldemir Moka, Antonio Russo e Álvaro Dias**, bem como os Deputados **Eduardo Azeredo e Alfredo Sirkis**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e faz a leitura dos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE: Item 1 – Mensagem (SF) nº 47, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar*”. Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 50, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia*”. Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **SEGUNDA PARTE: Audiência Pública**, em

atendimento ao Requerimento nº 27, de 2012 – CRE, de autoria do Senador **Francisco Dornelles e outros**, aprovado em 27 de junho de 2012, que, “*requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o senhor ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, convidado a comparecer perante esta Comissão para explicar o posicionamento do governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial acerca do processo que culminou com o impeachment do então presidente Lugo, e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país. Justifica-se essa proposição no fato de que o Paraguai é membro pleno do Mercosul, com vínculos econômicos e sociais estreitos com o Brasil*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador **Antonio Patriota**, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Fazem uso da palavra os Senadores **Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Sérgio Souza, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Lindbergh Farias** e o Deputado **Alfredo Sirkis**. O convidado faz sua exposição final. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. (Bloco/ PTB – AL) – Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam, por favor, como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Nota da República do Paraguai:

A Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dá conhecimento às Sras. e aos Srs. Senadores da correspondência do Embaixador da República do Paraguai em Brasília, Evelio Fernández Arévalos, encaminhando cópia de comunicação enviada neste segunda-feira, dia 9 de julho, pelo

Coordenador Nacional paraguaio do Grupo Mercado Comum, Embaixador Manoel Maria Cáceres, ao seus colegas dos Estados Partes do Mercosul.

Segundo a comunicação:

A República do Paraguai rechaça as decisões adotadas na 43ª Reunião do Conselho do Mercado Comum e cúpula dos Presidentes do Mercosul e fará uso de todos os meios jurídicos disponíveis ao seu alcance para expor, defender e reverter as graves ilegalidades cometidas contra essa República, violadoras do Direito Internacional.

A respeito da decisão tomada pelos Estados Partes do Mercosul com relação à República do Paraguai, cito trecho da comunicação, nas quais o autor afirma que – novamente abro aspas:

O citado Protocolo de Ushuaia só é aplicável em casos de ruptura da ordem democrático em um dos Estados Partes, situação em que não se há produzido, sob circunstância alguma, na República do Paraguai, onde a Constituição nacional se encontra em plena vigência e as instituições democráticas nela consagradas funcionam com normalidade, garantindo-se aos direitos e liberdades fundamentais, em consonância com os art. 1º e 2º do Protocolo de Ushuaia.

Os art. 1º e 2º do Protocolo de Ushuaia dizem o seguinte:

Art. 1º A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo.

Art. 2º O presente Protocolo se aplicará às relações que decorram dos respectivos Acordos de integração vigentes entre os Estados Partes do presente Protocolo, no caso de ruptura da ordem democrática em algum deles.

Continua a nota do Governo paraguaio, dizendo que:

Ademais, o art. 4º do Protocolo de Ushuaia estabelece que se devam realizar consultas com o Estado afetado, caso existam motivos razoáveis para considerar que se há produzido uma ruptura da ordem democrática no mesmo.

O art. 4º do Protocolo de Ushuaia, ipisis verbis, diz:

No caso da ruptura da ordem democrática em um Estado Parte do presente Protocolo, os demais Estados Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado.

Continua ainda a nota:

Esse requisito do art. 4º Protocolo de Ushuaia não foi cumprido, já que o Governo da República do Paraguai não tem conhecimento de que os Estados Partes tenham solicitado as consultas correspondentes pelos canais diplomáticos de rigor. Portanto, nunca poderia haver sido aplicado o estipulado no art. 5º do mencionado protocolo.

O art. 5º do Protocolo de Ushuaia diz:

Art. 5º Quando as consultas mencionadas no artigo anterior [no Art. 4º, que acabei de ler] resultarem infrutíferas, os demais Estados Partes do presente Protocolo, no âmbito específico dos Acordos de Integração vigentes entre eles, considerarão a natureza e o alcance das medidas a serem aplicadas, levando em conta a gravidade da situação existente.

Tais medidas compreenderão desde a suspensão do direito de participar nos diferentes processos de integração até a suspensão dos direitos e obrigações resultantes desses processos.

Continuando, então, diz a nota:

Nunca poderia haver sido aplicado o estipulado no art. 5º do mencionado Protocolo, porque, para a República do Paraguai, a decisão adotada e seus efeitos carecem de toda uma validade jurídica, por tratar-se de uma decisão não só ilegal como também ilegítima e violadora do Protocolo de Ushuaia.

Na mesma comunicação, o Embaixador Manoel Maria Cáceres, afirma – novamente abro aspas:

É lamentável que todas essas ações tenham resultado numa declaração de incorporação da República Bolivariana da Venezuela como membro pleno do Mercosul, sem que hajam sido cumpridos os trâmites legislativos necessários para tal efeito em um dos Estados Partes, nesse caso na República do Paraguai. Esse fato, igualmente [continua a nota do Governo paraguaio], altera o que foi aprovado pelos Parlamentares daqueles Estados que já ratificaram o mencionado instrumento jurídico.

A íntegra da referida comunicação encontra-se à disposição das Sras. e Srs. Senadores que desejem tomar conhecimento da sua íntegra na Secretaria desta Comissão.

Ministro. (Pausa.)

A segunda nota é a declaração do Sr. Secretário-Geral da OEA – Organização dos Estados Americanos.

O Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, rejeitou, nesta terça-feira, que o Paraguai seja suspenso da organização continental por causa da destituição do Presidente Fernando Lugo, já que isso causaria divisões e sofrimento desnecessário ao povo desse país.

A suspensão na OEA representaria implicações econômicas para o país, dado o impacto direto da decisão em outras instituições do sistema interamericano, afirmou Insulza, durante uma reunião extraordinária da OEA sobre a situação no Paraguai.

Ao fazer um relatório sobre a visita que fez ao Paraguai na semana passada, Insulza recomendou criar uma missão da OEA que promova um diálogo no país e acompanhe os processos que conduzam às eleições gerais de abril de 2013.

Resposta do Chanceler Paraguaio à nota da OEA:

O Chanceler do Paraguai José Félix Fernández qualificou de positiva para seu país a reunião desta terça-feira do Conselho Permanente da OEA, que tratou da situação política provocada pela destituição do Presidente Fernando Lugo em 22 de junho passado.

O Chanceler paraguaio disse: “Me parece satisfatório o relatório do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, o chileno José Miguel Insulza.” Disse o Chanceler em entrevista coletiva: “Estamos de acordo com suas recomendações.” Ou seja, o Chanceler paraguaio se coloca de acordo com as recomendações feitas pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. “Me parece – continua Fernández, o Chanceler paraguaio – um relatório sério, à altura de uma missão de observação. Os seus integrantes estiveram em todas as partes, falaram com todos que quiseram, e o documento reflete isso – finalizou o Chanceler paraguaio.

Passando à pauta da reunião do dia de hoje, pediria permissão a V. Exas. de fazer o encaminhamento da leitura e sabatina em 24 horas.

Trago à consideração dos senhores membros desta Comissão a seguinte situação: o Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito desta Comissão diz:

Art. 3º A avaliação do indicado será feita em duas etapas:

1. Na primeira etapa o relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais e, a seguir, poderá discutir com os demais membros da Comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado.

2. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado.

§1º Não será exigida a presença do indicado na primeira etapa.

§2º Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa.

§3º Haverá um intervalo máximo de cinco dias úteis entre a primeira e a segunda etapa. (RISF, art. 132, § 1º, e RSF nº 37, de 1995).

Digo eu que, considerando a proximidade do recesso parlamentar, que se inicia a partir de 18 de julho, conforme art. 57 da Constituição Federal, e, portanto, inviabilizando a realização da nossa reunião ordinária, sempre às quintas-feiras, na semana que vem e considerando ainda a necessidade premente, conforme interesse demonstrado pelo Ministério das Relações Exteriores, de preencher os postos de Embaixador junto à República de Moçambique, país estratégico para o Brasil nas suas relações com a África, função essa vaga há mais de seis meses, bem como o alto posto de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Chefe da Missão Brasileira junto à Missão Europeia, cuja importância da nomeação quanto antes do representante brasileiro junto à União Europeia é sobejamente conhecida de todos nós, diante das circunstâncias e fatos elencados, esta Presidência traz ao conhecimento e à consideração da Comissão a solução de conceder vista coletiva, conforme os §§2º e 3º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelo prazo de 24 horas, viabilizando, assim, que realizemos a arguição dos indicados em nossa próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 10 horas. Não havendo objeção do Plenário, poderemos passar ao Item 1, mas antes coloco à deliberação dos S. Exas. as Sras. e os Srs. Senadores.

Perguntaria se V. Exas. estão de acordo.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos, então, ao Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora LÍGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República

de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Sérgio Souza para proferir o seu relatório.

Tem V. Exa. a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras e senhores, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 47/2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Lígia Maria Scherer, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da referida diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, a Sra. Lígia Maria Scherer nasceu em Curitiba, Paraná, em 28 de outubro de 1951.

Formou-se em Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná em 1974 e, em 1978, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco.

Foi nomeada Terceira Secretária em 1979, e subsequentemente, Segunda Secretária, em 1981; Primeira Secretária, em 1988; Conselheira, em 1996; Ministra de Segunda Classe, em 2002; e Ministra de Primeira Classe, em 2008.

Dentre as funções que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Sub-chefe da Divisão do Meio Ambiente, de 1991 a 1994, e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II, de 2001 a 2003.

No exterior, foi Segunda Secretária na Embaixada em Roma, de 1985 a 1988; Segunda e Primeira Secretária na Embaixada em Tóquio, de 1988 a 1991; Primeira Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington, de 1994 a 1997; Conselheira na Embaixada em Tel Aviv, de 1997 a 2001; Encarregada de Negócios em missão transitória na Embaixada em Díli, em 2003; Ministra-Conselheira na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, de 2005 a 2007, tendo, em 2007, passado a chefiar o Escritório de Representação do Brasil em Ramallah.

É detentora da medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial (1992) e da Medalha do Pacificador (2000), ambas outorgadas pelo Governo brasileiro.

Em 2001 defendeu a tese “A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Segundo documento informativo sobre os países para os quais foi indicada a diplomata em questão, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, cabe deixar registrado aqui que Moçambique conta com uma população de 20 milhões de habitantes. Tem um produto interno bruto de US\$ 12,1 bilhões, o que lhe proporciona uma renda per capita de US\$ 982. O crescimento do PIB foi de 7,2% em 2011. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,322, que lhe confere o 184º lugar no mundo, contra o 168º lugar em 1998, o que permite verificar importante queda de seu IDH em período um pouco superior a dez anos.

Estima-se que 3.500 cidadãos brasileiros residam atualmente em Moçambique. O intercâmbio comercial com o Brasil cresceu de US\$ 42 milhões em 2010 para US\$ 85 milhões em 2011, com amplo superávit brasileiro da ordem de US\$ 77 milhões, que representou crescimento de 101% em relação ao ano anterior. Segundo registra o documento informativo do Itamaraty, “o início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.”

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que respondem por 56% do total, entre eles, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e locomotivas diesel-elétricas. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US\$ 3 milhões em 2008 para US\$ 54 milhões em 2010.

A Vale está presente em Moçambique desde 2004, tendo vencido concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize. As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro último. A Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano. A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, onde será desenvolvida ferrovia ligando Moatize ao Porto de Nacala.

Outras empresas brasileiras presentes em Moçambique são a Odebrecht, a Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, Eletrobrás e Petrobras.

Moçambique participa de vários projetos de cooperação com o Brasil, em áreas como saúde, alimentos, educação e ciência e tecnologia, entre outras.

O Reino da Suazilândia, um dos países para os quais a Embaixadora Lígia Maria Scherer foi cumulativamente indicada para exercer a nossa representação oficial, tem população de 1,2 milhão de habitantes. Seu PIB é de US\$ 3,6 bilhões, não havendo registro de brasileiros residentes no país.

O Reino da Suazilândia, localizado na parte meridional do continente africano, é um país que enfrenta grandes dificuldades, com elevados índices de pobreza, com problemas como instabilidade política e grave incidência de HIV. Embora o Brasil mantenha relações diplomáticas formais com aquele país desde 1978, o comércio bilateral é extremamente parcimonioso, com um intercâmbio total em 2011 da ordem de apenas US\$ 20 milhões. O Brasil exporta para a Suazilândia turbinas a vapor, motores e máquinas ceifeiras, material elétrico e tubos de aço. Em 2011 os principais produtos importados pelo Brasil foram circuitos integrados e microprocessadores, gerando déficit na relação comercial com o Brasil de aproximadamente US\$ 13,78 milhões.

Há interesse por parte do Governo suazi em projetos de cooperação com o Brasil nas áreas de saúde, para o combate à AIDS, de educação e agricultura. Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana de açúcar. A Embrapa realizará missão de prospecção para analisar possibilidades de cooperação no tema.

A República da Madagascar, o outro país onde a diplomata acima mencionada foi indicada para exercer, de forma cumulativa, a nossa representação oficial, tem população de 21,3 milhões de habitantes e seu PIB é de US\$ 8,7 bilhões. Não há registro de brasileiros que lá vivam. O intercâmbio comercial com o Brasil, que reflete grande discrepância entre importações e exportações, perfaz um total de US\$ 22,9 milhões, dos quais US\$ 21,9 milhões constituem exportações brasileiras. Na pauta de exportações do Brasil predomina o açúcar (81%) e produtos manufaturados, como veículos automotores. O Brasil importa de Madagascar minérios, instrumentos de precisão e máquinas e aparelhos elétricos. Não há investimentos brasileiros em Madagascar.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador Sérgio Souza pela leitura do relatório.

Coloco em votação o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passamos ao Item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para leitura do relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Sra. Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata.

Foi admitida no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco no ano de 1967. Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de Assistente na Divisão de Política Comercial (1980-83); Chefe da Divisão de Ásia e Oceania I (1983-86); Conselheira e Ministra-Conselheira na Embaixada em Washington (1986-91); Consulesa-Geral no Consulado-Geral em Miami (1991-95); Chefe do Departamento de Ásia e Oceania (1996-99); Embaixadora em Nova Délhi (1999-04); Embaixadora, cumulativa, no Nepal, Ilhas Maldivas e Sri Lanka (2000-04); Embaixadora no Vaticano e, cumulativa, junto à Ordem de Malta (2004-09); Subsecretária-Geral de Política I (2009 até o presente).

O currículo da Embaixadora Vera Lúcia é um dos mais ricos que pode haver na diplomacia brasileira.

O relatório, Sr. Presidente, foi amplamente distribuído. Todos os Senadores têm tomado dele conhecimento. O relatório contém todas as informações para os Senadores apreciarem e aprovarem o nome da Embaixadora Vera Lúcia Barrouin.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador Ministro Francisco Dornelles pela leitura de seu relatório.

Coloco agora em discussão o referido relatório.
(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A segunda parte de nossa reunião de hoje dedica-se à audiência pública com S. Exa. o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, para debater o posicionamento do Governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial acerca do processo que culminou com o *impeachment* do então Presidente Lugo e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país.

Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2012, desta Comissão, de autoria de S. Exas. os Senadores Ministro Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço e Sérgio Souza, convido para compor a Mesa S. Exa. o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a quem dou as melhores boas-vindas em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores.

Por favor, S. Exa. o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota. (Pausa.)

Concedo a palavra a S. Exa. o Sr. Ministro Antonio de Aguiar Patriota para fazer a sua exposição.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite transmitido por esta Comissão para esta audiência, que me parece muito oportuna e me dá oportunidade para um diálogo entre o Executivo e os Srs. Senadores sobre um tema que tem despertado grande interesse junto à opinião pública, e não por acaso.

A situação do Paraguai é de especial interesse para o Brasil, como não poderia deixar de ser. Trata-se de um país que, por várias razões, tem importância estratégica para o Brasil. É um país vizinho com o qual compartilhamos extensa fronteira, afinidades culturais, laços humanos que fundam uma amizade que se construiu ao longo da história.

São importantes os vínculos econômicos e comerciais. O Paraguai é um país que se encontra geograficamente próximo de grandes centros populacionais e industriais brasileiros. Em 2011, as exportações brasileiras para o Paraguai foram de cerca de US\$3 bilhões. O *superavit* foi cerca de US\$2,2 bilhões. Compartilhamos com o Paraguai um empreendimento comum que é um modelo e um exemplo para o mundo: a hidrelétrica de Itaipu.

Existe um importante contingente: centenas de milhares de brasileiros no Paraguai. São cerca de 250 a 300 mil brasileiros que formam a terceira maior comunidade de conterrâneos nossos no exterior.

Daí que o Brasil e o Paraguai sejam países que estão embarcados em uma mesma viagem. Caminhamos juntos na promoção do desenvolvimento econômico, social e político da América do Sul. Não por acaso o Paraguai foi um dos sócios fundadores do Mercosul. Não por acaso o texto fundacional do Mercosul se denominou Tratado de Assunção. Um Brasil próspero passa também por uma vizinhança que cresça de forma inclusiva, que compartilhe conosco os frutos da integração. E o Paraguai é parte desse processo. Por isso, o Brasil vem dedicando, nos últimos anos, grande esforço e consideráveis recursos para contribuir para que o Paraguai tenha melhores condições de usufruir dos benefícios da cooperação bilateral com o Brasil e da integração no Mercosul.

Exemplo disso foi o acordo feito por meio de notas reversais, posteriormente aprovado por este Congresso, que permitiu o reajuste dos valores pagos no contexto da compra de energia excedente paraguaia de Itaipu. O acordo que triplicou o valor da remuneração da energia adquirida do Paraguai está em vigor desde maio de 2011 e, desde então, o Brasil já transferiu cerca de US\$100 milhões ao Paraguai em decorrência desse acordo.

Outro exemplo é a canalização de importantes recursos por meio do Focem, Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, para projetos de desenvolvimento no Paraguai. O maior desses projetos é o da linha de transmissão elétrica que unirá Itaipu a Vila Reis e permitirá levar a energia elétrica de nossa usina binacional até Assumpção. Será um passo significativo no sentido de permitir que o país vizinho, tão rico em energia, disponha de melhores condições para por essa energia a serviço do seu desenvolvimento.

O Brasil tem, portanto, interesse na participação do Paraguai no processo de integração. Isso é bom para o Paraguai, é bom para o Brasil. A integração, na América do Sul, é obra de democracias e é inseparável da democracia. Os regimes militares fomentavam as rivalidades regionais ao mesmo tempo em que articulavam redes sinistras de repressão transnacional, como a tristemente famosa Operação Condor. As democracias tornaram possível a aproximação, a superação das rivalidades, a construção de verdadeiras parcerias. Não foi difícil dar-se conta de que essa construção de uma América do Sul integrada era inseparável da democracia e por isso se elaboraram as cláusulas democráticas. O interesse do Brasil pela democracia na América do Sul não está limitado ao Paraguai; é antigo e suprapartidário. Mas é importante recordar que a cláusula democrática do Mercosul, o Protocolo de Ushuaia, de 1998, nasceu justamente a partir de uma ameaça à democracia no Paraguai.

Na atual circunstância, o que se verificou foi uma ruptura da ordem democrática na nação vizinha realizada com o objetivo de destituir um presidente que havia sido eleito pela vontade do povo e que vinha promovendo crescimento econômico, combate à corrupção e ao crime organizado, dando ênfase aos programas sociais e à melhoria das condições de vida da população. A destituição se fez por meio de aplicação de um procedimento sumário em desrespeito às garantias de devido processo legal e do amplo direito de defesa que, além de princípios gerais de direito, estão previstos na própria Constituição paraguaia.

A reação brasileira à crise paraguaia foi, desde o início, coordenada estreitamente com os países da região. A reunião de emergência, à margem da Rio+20, convocada pela Presidenta Dilma Rousseff, e a missão de chanceleres da Unasul, em Assunção, da qual participei juntamente com dez outros colegas da região, demonstraram capacidade de pronta mobilização diante da gravidade do problema.

A suspensão simultânea do Paraguai do Mercosul e da Unasul enviou um sinal claro ao governo recém instalado em Assunção e mostrou que a região não tolera desvios que comprometam a plena vigência da democracia no continente. A suspensão do Paraguai se fez com base em instrumentos jurídicos sólidos e sobre cujo teor não pode haver qualquer dúvida, estando o Protocolo de Ushuaia em vigência para todos os países do Mercosul, inclusive para o Paraguai. O Protocolo de Ushuaia é claro: em caso de ruptura da ordem democrática, o Estado em questão está sujeito a sanções que podem envolver – e assim o diz explicitamente o texto – a suspensão de direitos e obrigações.

Nesse processo, o Brasil trabalhou e trabalha por uma reação criteriosa e medida. Cuidou-se especialmente para que não se prejudicasse o povo paraguaio. A produção de energia em Itaipu prosseguiu normalmente. Não se suspenderam direitos de teor econômico ou comercial, como preferências tarifárias, acesso a mercados e investimentos, nem tampouco os benefícios decorrentes do Focem. Suspendeu-se o direito de participação nos órgãos do Mercosul e, portanto, o direito de participação nas deliberações. O Paraguai voltará a participar plenamente, assim que nele se restaure a plena vigência da ordem democrática.

Não poderíamos ter agido de forma distinta. Era preciso defender o compromisso com a democracia. Era preciso enviar um sinal claro não apenas ao governo do Paraguai, mas a todos os países da região, um sinal inequívoco de que, nesta região, não há mais espaço para aventuras antidemocráticas.

Fico particularmente satisfeito pelo fato de que os esforços brasileiros de promoção da democracia

em nossa região não tenham ocorrido de forma isolada. Ao contrário, tivemos o apoio unânime de todos os países da região, tanto no Mercosul como na Unasul. A firme condenação da região à ruptura democrática no Paraguai, além de célere, foi, portanto, coesa. Isso evidencia um amadurecimento da região, que hoje é capaz de se unir e falar com uma só voz quando se trata de defender valores fundamentais, como é o da legitimidade democrática.

Marcada pela discussão sobre a crise no Paraguai, a Cúpula de Mendoza produziu decisões importantes para o Mercosul. A de maior impacto, sem dúvida, foi a de acelerar o ingresso da Venezuela no Bloco, tema que vinha na pauta desde há muito tempo.

Como se sabe, a decisão de acolher a solicitação de adesão da Venezuela foi adotada pelo Conselho do Mercado Comum, em 2005, Decisão nº 29, de 2005. Posteriormente, foi assinado, em 2006, o Protocolo de Adesão, ratificado pelo Brasil, em 16 de dezembro de 2009, e, subsequentemente, pela Argentina e Uruguai. Na verdade, no Uruguai, antes, em 2006. Como se sabe, o único obstáculo à formalização da adesão era a demora na consideração do tema pelo Legislativo paraguaio, que nunca se manifestou sobre o assunto.

A decisão adotada agora em Mendoza foi a de acelerar e concluir o processo de adesão, de forma a permitir aquilo que é o desejo já manifestado por Argentina, Brasil e Uruguai: a incorporação da Venezuela como membro pleno. Para isso, se decidiu realizar, em 31 de julho, no Rio de Janeiro, já sob a presidência *pro tempore* brasileira, uma reunião na qual se cancelará a admissão oficial da Venezuela no Mercosul.

Essa foi uma decisão que fortalece o Mercosul com a incorporação de um país irmão, que, por suas características geográficas e econômicas, trará ao Bloco peso ainda maior e uma diversificação de sua projeção internacional, com a inclusão da dimensão do norte da América do Sul bem como de uma perspectiva caribenha.

A Venezuela tem o quarto maior PIB da América do Sul e é o quarto país mais populoso da região.

Com sua entrada no Mercosul, o PIB do Bloco passa de US\$3 trilhões para US\$3,3 trilhões, um crescimento de cerca de 10%. Com a Venezuela, o Mercosul se estenderá da Patagônia ao Caribe, com 270 milhões de habitantes, 70% da população da América do Sul; território de 12 milhões de km²; PIB de US\$3,3 trilhões, como eu afirmei. Com a Venezuela, o Mercosul, que já se destacava por sua dimensão agrícola, por seu potencial hidrelétrico, passa a se projetar, ainda de forma mais nítida, como potência energética, com posição de destaque tanto em recursos renováveis como em não renováveis. Com a Venezuela, a dimensão territo-

rial do Mercosul será ampliada, passando a incorporar a importante conexão entre a Amazônia e o Caribe.

A Venezuela representa ainda um mercado de grande potencial para os parceiros do Mercosul, com quase 30 milhões de consumidores. Cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, por exemplo, são importados. A adesão da Venezuela ao Mercosul também fortalecerá correntes de investimento e comércio e de serviços entre o Brasil e a Venezuela. Mesmo sem a entrada da Venezuela no Mercosul, empresas brasileiras já tem contratos da ordem de US\$20 bilhões na Venezuela.

Para os que estudam história da América do Sul, uma das tendências mais importantes que se identificam, nos últimos dez anos, é precisamente a diversificação da inserção da Venezuela. Antes concentrada em uma perspectiva voltada quase que exclusivamente para o norte, a Venezuela abriu-se crescentemente para uma relação mais próxima com seus vizinhos na América do Sul. Em um primeiro momento, aproximou-se dos demais países andinos, em particular a Colômbia, com a qual intensificou notavelmente seu intercâmbio comercial de investimentos. E, agora, estamos presenciando o momento histórico de reinserção da Venezuela na América do Sul. Isso significa uma oportunidade para os venezuelanos e também para os sul-americanos de um modo geral.

Em resumo, quero lhes deixar uma avaliação positiva dos resultados da Cúpula de Mendoza.

Foram adotadas decisões difíceis em defesa dos nossos compromissos democráticos, mas com critério e com o cuidado de não serem adotadas quaisquer medidas que afetassem o povo paraguaio, e em resposta a uma situação inaceitável à ruptura democrática conforme uma avaliação coletiva que é não apenas os países do Mercosul, mas os países sul-americanos como um todo.

Por outro lado, avançamos para tornar realidade a adesão da Venezuela, que fortalece o Mercosul. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a Sua Excelência o Senhor Ministro Antonio Patriota pela sua exposição.

Eu gostaria, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores inscritos para fazerem indagações à Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores, lembrar aios integrantes desta Comissão que amanhã, às 10 horas, teremos a nossa reunião ordinária, quando serão arguidas aqui neste plenário as Embaixadoras Ligia Maria Scherer, indicada para a República de Moçambique e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e República de Madagascar, e Sua Excelência a Senhora Embaixadora Vera Lúcia

Barrouin Crivano Machado, indicada para chefe da missão brasileira junto à União Europeia.

A presença de V. Exas. é fundamental para que possamos dar prosseguimento com êxito aos nossos trabalhos.

Quero registrar também a presença muito honrosa para todos nós do Exmo. Sr. Deputado Eduardo Azeredo, ex-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores. Seja V. Exa. muito bem-vindo.

Passo, em seguida, a palavra a S.Exa. o Senador Ministro Francisco Dornelles, um dos autores do requerimento de convite a S. Exa. o Ministro Antonio Patriota para aqui comparecer a esta Comissão.

Com a palavra V. Exa., Sr. Ministro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, meus respeitos.

O Presidente Ulysses Guimarães considerou que a Constituição de 1988 era a Constituição Cidadã. Os membros do PT, do Partido dos Trabalhadores, não participaram da sua homologação, porque consideraram que ela homologava, consolidava interesses das classes dominantes. O Deputado Roberto Campos considerou que ela representava o atraso e o retrocesso.

Todos eles analisaram de forma diferente o texto constitucional, mas nenhum deles defendeu que esta Constituição devia ser rasgada, ignorada e dilacerada. Foi o que fez o Brasil em relação ao Paraguai.

O Congresso paraguaio quase que, por unanimidade, em conformidade com o texto constitucional, afastou o Presidente da República. A Suprema Corte manifestou-se e ratificou os procedimentos do Congresso. O Brasil, entretanto, comandado pelos membros do Mercosul, propôs sanções de natureza política, suspendendo o Paraguai das reuniões do Mercosul.

O Brasil e todo mundo têm o direito de discordar do procedimento adotado, o procedimento rápido adotado. Mas essa discordância não permite ao Brasil ignorar o fato de que ele se deu em conformidade com o texto constitucional do Paraguai.

Agora, o mais triste, Sr. Ministro, foi a mensagem que o Brasil praticamente lançou em toda a nossa América Latina.

A mensagem foi a seguinte: Srs. Presidentes da Argentina, da Venezuela, da Bolívia, do Equador, podem continuar a sua política de desrespeito à liberdade de imprensa, podem desrespeitar o Congresso e o Judiciário, porque, se, por acaso, os Congressos desses países tomarem alguma medida para defender o poder ditatorial, o Brasil vai intervir e exercer o seu poder de polícia.

Sr. Ministro, a decisão do Brasil em relação ao Paraguai foi uma das mais tristes da diplomacia brasileira, em franco contraste com a sua tradição de au-

tonomia, de defesa do princípio da não intervenção. A diplomacia de estado cedeu lugar à diplomacia de governo, perigosamente instável.

Eu queria, ainda, aqui ler pequenos trechos de um artigo do Ministro Celso Lafer. Diz ele:

O Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, prevê adesões, mas estabelece que sua aprovação “será objeto de decisão unânime dos Estados-partes” (artigo 20).

No artigo 4 do referido protocolo está:

No caso de ruptura da ordem democrática em um Estado-parte do presente protocolo, os demais Estados-partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado.

Não houve ruptura nenhuma constitucional.

O protocolo do Mercosul estabelece que as decisões dos órgãos do Mercosul são tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes, exigência indiscutível para uma decisão que vá alterar a vida do Mercosul. A Convenção de Viena está em vigor e deve ser executada e cumprida tão inteiramente quanto nela se contém o seu art. 1º.

A convenção estabelece, no artigo 26, que “todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser executado por elas de boa-fé”. Estipula, no artigo 31, como regra geral de interpretação, que “um tratado deve ser interpretado de boa-fé, segundo o sentido comum atribuível aos termos de tratado em seu contexto e à luz do seu objeto e finalidade”.

Sr. Ministro, eu tive aqui a oportunidade, no Senado, de me pronunciar favoravelmente à entrada da Venezuela ao Mercosul. Em que pesem os aspectos políticos e a instabilidade emocional do seu chefe de governo, as razões de natureza financeira, comercial, os investimentos justificariam a entrada da Venezuela. Mas entrou com um gol de mão. Entrou de uma maneira inconcebível. Entrou de uma maneira que vai destruir o Mercosul.

Eu queria, Sr. Ministro, reiterar a V.Exa. o meu maior respeito pela sua cultura, pela sua história, pela sua tradição e fazer votos que V. Exa. encontre, com serenidade, um caminho para corrigir essa desastrosa decisão naquela ação ao Paraguai e que V. Exa. não venha entrar na história do Itamaraty como o Ministro que acabou com o Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador e Ministro Francisco Dornelles.

Passo, em seguida, a palavra a S. Exa. o Senador Ricardo Ferraço, subscritor também do requerimento que convidou o Ministro Antonio Patriota para vir à nossa Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, S. Exa. o Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, a quem cumprimento, e Sr. Ministro das Relações Exteriores, a quem também saúdo e cumprimento.

Sr. Ministro, em 2007, o povo venezuelano rejeitou referendo que propunha, dentre outras reformas constitucionais, a reeleição ilimitada do Presidente da República. Mesmo assim, no ano seguinte, o Presidente Chávez promoveu, por decreto, parte das mudanças rejeitadas pela maioria do eleitorado da Venezuela. O país vive um período de domínio exercido por um governo sobre o sistema judicial, onde não há liberdade de imprensa, assistindo assim ao enfraquecimento dos valores democráticos e das instituições daquele país.

Em 2007, na Bolívia, num quartel militar cercado por tropas militares fiéis ao Presidente Evo Morales, sem a presença de parlamentares da oposição, foi aprovada uma nova Constituição.

Em maio de 2006, o Governo brasileiro foi surpreendido pela ocupação de soldados do Exército boliviano em uma refinaria da Petrobras na Bolívia. A ação fazia parte do programa de nacionalização do gás, do então novo Presidente Evo Morales.

No Equador, Rafael Correa, no início do seu mandato, tomou a decisão de permitir à futura Assembleia Constituinte, onde estava seguro de ter a maioria, dissolver o Parlamento recém-eleito, onde se encontrava em minoria.

Na Argentina, vê-se, a meu juízo pelo menos, a captura do Estado por um grupo político que atribui a si um papel redentor do povo e da nação. Os entraves aos produtos brasileiros aumentam a cada dia. O Governo também alimenta um ambiente de insegurança para os negócios da região ao nacionalizar 51% da petrolífera YPF.

Por que tanta presteza, por parte do Governo brasileiro, em condenar o Paraguai quando, há anos, o Brasil assiste, sem protesto algum, à sistemática deformação das instituições democráticas na América Latina? Por que conceder ao Paraguai essa ausência de simetria? E que vantagens nós estaremos auferindo ao nosso País, afastando o Paraguai e integrando a Venezuela, considerando os interesses não apenas estratégicos no campo econômico, mas considerando os interesses sociais, sobretudo em relação à boa relação do nosso País com os paraguaios, em relação à presença de mais de 150 mil brasileiros no Paraguai, considerando uma posição estratégica, pois 15% da

energia consumida em nosso País vem de um acordo bilateral, através da Usina Hidrelétrica de Itaipu?

São essas as considerações, por ora, que faço, Sr. Presidente, ao eminente Ministro, para que possa receber de S. Exa. algumas considerações, para que nós possamos, na consequência e na sequência do debate, aprofundarmos outros temas, até para socializar a possibilidade do debate, porque, daqui a pouco, temos que seguir para o plenário e não teremos todo o tempo adequado e necessário para esgotarmos como necessitaria um tema tão importante como este, que diz respeito às nossas relações e, sobretudo, à forma com que o Governo brasileiro está lidando com esses temas na América do Sul e na América Latina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Grato à S. Exa. o Senador Ricardo Ferraço, e passo agora, a palavra à S. Exa. o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, V. Exa., Sr. Ministro, ao mencionar o zelo do Brasil, do Governo brasileiro em não impor ao povo paraguaio qualquer tipo de inconveniência que pudesse resultar da decisão de suspendê-lo, momentaneamente, do Mercosul, fez uma referência comovente ao fato de que o Brasil permitiu a continuação da geração de energia de Itaipu. É comovente e até, permita-me, faz pouco da nossa inteligência. Porque imagine que, se Genghis Khan tomasse o poder no Paraguai, continuaria a geração da energia de Itaipu, pelo grau de dependência energética que nós temos com relação à Itaipu. Tenha a santa paciência!

V. Exa. se refere ao zelo do Brasil em promover a integração da América do Sul na continuidade da construção do Mercosul sob o signo da democracia. E um exemplo desse zelo é a incorporação da Venezuela sob esse mesmo signo, a defesa da democracia.

Para isso, foi praticado contra o Paraguai, contra as instituições do Paraguai, que é membro do Mercosul, embora suspenso, e que, portanto deveria se pronunciar sobre o ingresso de novo país no bloco, foi praticado um golpe, digamos, digno de um grêmio estudantil de quinta categoria. O meu centro acadêmico, XI de agosto, mesmo nos tempos mais duros, nós não faríamos esse tipo, não recorreríamos a esse tipo de manobra. A suspensão e, no mesmo momento em que suspende, decide pelo ingresso de um país, a Venezuela, sob o signo da democracia, evidentemente, um país cujo ingresso vinha sendo obstaculizado pelo Congresso paraguaio, especialmente pelo Senado do

Paraguai. É realmente incompreensível esse tipo de procedimento.

Eu me lembro, Sr. Ministro, da presença incômoda para a diplomacia norte-americana, a preeminência incômoda do Prof. Kissinger, quando ele ainda era um simples conselheiro – um simples não, ele era um poderoso conselheiro do Presidente da República em matéria de política externa. No Brasil, nós temos um sub-kissinger, é o sub-kissinger trotskista, o Sr. Marco Aurélio Garcia.

Eu tenho a impressão de que esse tipo de, digamos, arquitetura, de uma manobra de política externa só pode ter saído do cérebro de uma pessoa como o Sr. Marco Aurélio Garcia, que já havia, em outras ocasiões, aconselhado mal o Presidente da Lula em episódios em que o Brasil se envolveu em pataquadas constrangedoras, como é o caso Zelaya, o caso da tentativa de promover a paz entre Israel e os palestinos, a intermediação entre o Irã e as potências ocidentais no que diz respeito à sua política atômica. São pataquadas que eu imaginava que já tivessem sido arquivadas pelo Governo brasileiro. Infelizmente, isso ressurgiu. Isso ressurgiu e ressurgiu dessa forma.

O senhor traz argumentos muito favoráveis à inclusão da Venezuela sob o ponto de vista econômico, diz que a Venezuela vem se deslocando, deslocando o sentido do seu intercâmbio comercial do norte para o sul, para a América do Sul e cita alguns exemplos dessa nova vocação da Venezuela. Eu citaria outros, por exemplo, o fornecimento de armas ao ERP, a narcoguerrilha colombiana. O outro exemplo é o fato de que a Venezuela, segundo informações incontestáveis, vem se transformando também em uma plataforma de narcotráfico. Eu cito, por exemplo, o episódio recentíssimo do ingresso do ex-Ministro, Presidente da Corte Suprema da Venezuela, que se chama Eladio Ramón Aponte – aliás o nome é sugestivo –, em um programa de proteção a testemunhas nos Estados Unidos, onde, depois de ter sido incluído numa lista de pagamento de narcotraficantes e tornada pública, ele, nesse programa de proteção a testemunhas, aponta o Ministro da Defesa, o Presidente da Assembleia Nacional, o Comandante da tristemente notória 4ª Divisão Blindada do Exército e o ex-Diretor da Inteligência militar daquele país como participantes dessa rede.

É este país que, em nome da democracia, junto com o Brasil, com a Argentina – que também cujo respeito às formas democráticas por parte do atual governo não é exatamente exemplar, especialmente no tratamento da imprensa – vem dar lições de democracia ao Paraguai.

Então, eu considero esse episódio, Sr. Ministro, um episódio absolutamente lamentável, ambos os epi-

sódios: as sanções políticas aplicadas ao Paraguai, sob alegação de ruptura da ordem democrática, ao mesmo tempo em que a Corte Suprema do Paraguai e o Tribunal Eleitoral do Paraguai consideraram legítimos – embora, no meu entender, rápido demais o processo de destituição do Presidente –, consideraram que foram aplicadas as regras da Constituição – uma Constituição estranha, porque prevê uma espécie de voto de desconfiança do Presidente da República sem conceder ao Presidente da República o poder de dissolução do Congresso. Mas é essa a Constituição do Paraguai, não cabe a Hugo Chávez mudar essa Constituição, nem a nós. Assim como considero absolutamente lamentável, por ver neste ato um desrespeito às formalidades que devem ser respeitadas, as formalidades legais que devem ser respeitadas, a admissão da Venezuela no momento em que o Paraguai, continuando membro do Mercosul – porque está apenas suspenso, e não expulso –, não foi ouvido na decisão da inclusão do novo país, de mais um país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à S. Exa. o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo agora a palavra à S. Exa., Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. Ministro Antonio Patriota, Srs. Senadores, creio que trata-se de discutir conceito e competência.

Qual o nosso conceito de democracia? Um governo que aplaude e apoia a democracia venezuelana de um presidente boquirroto, que, além das arbitrariedades impostas, invade veículos de comunicação, censura a imprensa e desapropria, por exemplo, um hotel, simplesmente porque não gostou do tratamento oferecido a ele num final de semana; ou um governo que aceita como amigo e recebe com todas as honras um ditador, como o do Irã, que aceita o assassinato de mulheres a pedradas; ou um governo que visita Cuba com os olhos complacentes de quem assiste ao sofrimento de um preso político que chega à morte; esse mesmo país que afaga ditadores e apedreja uma nação amiga, como o Paraguai – lembrando Augusto dos Anjos, a mão que afaga é a mão que apedreja –, pode arvorar-se em defensor da democracia no Paraguai? Questão de conceito, questão de competência. A quem compete decidir se ocorreu no Paraguai o rompimento da ordem democrática? Ao Ministro Patriota? Ao Ministro Marco Aurélio Garcia?

A OEA, por exemplo, afirma taxativamente que, depois de visitar o Paraguai – uma comissão de representantes da OEA foi ao Paraguai e apresentou um

relatório –, o julgamento político foi feito estritamente conforme o procedimento constitucional.

Eu fui ao Paraguai. Não falei apenas com o Presidente Federico Franco. Eu fui à Suprema Corte de Justiça do Paraguai e conversei com o seu presidente, que me enviou, que me presenteou com todo o processo da ação de inconstitucionalidade, em que se estabelece o rito.

O rito foi estabelecido pelas lideranças de todos os partidos políticos do Congresso paraguaio, no cumprimento do art. 225 da sua Constituição. O rito estabelecido foi célere, mas ofereceu ao acusado a oportunidade de comparecer pessoalmente – está aqui escrito no art. 3º do rito –, e exercer a sua própria defesa, com a assistência profissional dos seus advogados ou somente através dos seus advogados.

No art. 5º se estabelecem as regras para a defesa. O acusado terá o tempo necessário para a sua defesa, entregará documentos etc. Segue-se o rito estabelecido e, depois, o processo de votação.

Estive no Congresso paraguaio e me informaram que colocaram à disposição do Presidente Lugo dezoito horas. Ele não compareceu pessoalmente e enviou os seus advogados, que não usaram o tempo disponível, mas fizeram a defesa do Presidente Lugo. A justificativa para o procedimento célere foi de que haveria insubordinação.

Os jovens paraguaios e estrangeiros se movimentavam em quartéis. O Embaixador da Venezuela convocava ministros militares, chefes militares para uma reunião no Palácio. E o vídeo foi mostrado a todo o país, ao Paraguai, através da televisão. Havia movimentação que colocava em risco a população do Paraguai. Mortes ocorreram precedentemente em duas ocasiões, mas armava-se um cenário que fazia supor a possibilidade de novas vítimas, de atos de violência, especialmente no campo, inclusive com essa tentativa de golpear um processo em curso com origem na Venezuela, de Hugo Chávez, através do Embaixador Maduro.

A Suprema Corte de Justiça considerou os procedimentos legais e transparentes. A Suprema Corte de Justiça do Paraguai decidiu validar o processo de *impeachment*, exatamente porque respeitou os preceitos constitucionais.

Parece-me que é importante, mas mais relevante para nós é respeitar a nossa própria Constituição, que estabelece, num dos seus dispositivos essenciais, o respeito à autodeterminação dos povos, à soberania das nações.

Eu aproveito para justificar uma representação assinada pelo Senador Aloysio Nunes e por mim, em nome do PSDB, com base na Lei nº 1.079, de 10 de

abril de 1950, que define crimes de responsabilidade no art. 5º.

Art. 5º São crimes de responsabilidade contra a existência política da União:

.....
11 – violar tratados legitimamente feitos com nações estrangeiras.

E houve uma violação de tratados internacionais, especialmente o Tratado de Assunção, no art. 20; também o Protocolo de Ouro Preto, no art. 32; e a própria Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, a Convenção de 1969. Daí protocolarmos essa representação junto à Procuradoria-Geral da República.

Mais célere do que o processo de *impeachment* no Paraguai foi o processo para a adesão da Venezuela ao Mercosul. Em desrespeito a todos esses preceitos, à legislação que dá suporte à existência do bloco econômico, referência já feita pelos Senadores que me antecederam.

Eu trago, ao final, Sr. Ministro, um apelo dos brasileiros que vivem no Paraguai. Eu sou portador desse apelo e modestamente o faço. Já o fiz da tribuna do Senado e faço diretamente a V. Exa. Os brasileiros que vivem no Paraguai pedem ao Governo do Brasil que repense a decisão adotada de promover represálias ao Paraguai, especialmente no Mercosul. Os brasileiros – são mais de 500 mil – apoiam integralmente o processo de *impeachment* adotado naquele país. Estão aliviados.

O Presidente Lugo já está em campanha para o Senado. O que colhi de impressão no Paraguai é que os militares estão nos quartéis; os trabalhadores, no trabalho; os estudantes, nas escolas; o povo, nas ruas em ordem e tranquilidade; as instituições, funcionando, e o Presidente Lugo, em campanha para o Senado, já que lá não decorre do processo de *impeachment* a inelegibilidade. E os brasileiros, satisfeitos com a expectativa de que poderão produzir em paz e prosperar. Este é o apelo que fazem ao Governo do Brasil: reconhecer o erro e adotar uma nova postura diante da realidade dos fatos.

Eu vi bandeiras hasteadas e bandeiras novas colocadas recentemente nas janelas das residências em Assunção.

No Parlamento, houve quase unanimidade: na Câmara dos Deputados, 76 votos a 01; no Senado, apenas 04 votos contrários.

Não me parece ter o Governo brasileiro competência para arvorar-se em dono da verdade em matéria de democracia e de respeito à Constituição de um país. Imagino que essa invasão de competência nos deixa mal e, sobretudo, significa o cometimento

de uma injustiça com uma nação que deve ser tratada como irmã, o Paraguai.

Eu respeitosamente faço a V. Exa., Sr. Ministro, essas ponderações.

O nosso desejo é que se restabeleçam as relações com o Paraguai em nome da integração latino-americana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Grato a S. Exa., o Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB no Senado da República.

Passo a palavra a S. Exa., o Senador Sérgio Souza, um dos subscritores do convite formulado ao Chanceler brasileiro para aqui comparecer.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, obrigado por comparecer à nossa Comissão de Relações Exteriores, que muito preza as relações e boas vizinhanças, principalmente no Mercosul – temos aqui, inclusive, uma subcomissão específica para tratar das fronteiras com o Brasil.

Eu tenho acompanhado atentamente os desdobramentos dos fatos relativos ao *impeachment* no Paraguai. Sou um Senador paranaense, aqui substituto a hoje Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, e tenho também recebido delegações do Paraguai, parlamentares do Mercosul, parlamentares do Congresso paraguaio, prefeitos do Paraguai – prefeitos com cidadania brasileira, mas prefeitos no Paraguai –, vereadores, representantes da sociedade civil organizada, e tenho falado constantemente por telefone com diversas pessoas do Paraguai. Não tive oportunidade de ir lá, até havíamos conversado isso com o Senador Alvaro Dias na semana passada, mas, por conta de um evento aqui no Congresso Nacional, não pudemos ir. Mas pretendo ir ao Paraguai numa visita oficial ou não-oficial, inclusive há convites para feiras agropecuárias naquele país que ocorrem agora, nos próximos dias.

Mas, Sr. Ministro, algumas perguntas têm de ser feitas. Acho que esta é uma das grandes oportunidades para se responder e para se dirimir algumas questões, principalmente para esta Comissão, que tanto priva com as relações exteriores.

Lendo atentamente a Constituição da República – sou advogado e constitucionalista, inclusive tenho a minuta de um projeto para regulamentar essa parte da Constituição, mas isso ainda depende de uma reflexão mais aprofundada –, eu percebo que a Constituição da República Federativa do Brasil também não possui um rito específico para *impeachment*. Esse rito é feito, quando necessário, por analogia ou buscando-se até mesmo legislações que datam até de 1950.

No Paraguai, ao que percebi, também não existia um rito. Esse rito foi feito às vésperas, num processo em que se abriu um prazo de menos de 24 horas para

o exercício da ampla defesa e do contraditório, que, no Brasil, é garantido lá no art. 5º, LV, da Constituição do Brasil. Acredito que a Constituição do Paraguai também garanta a ampla defesa e o direito ao contraditório.

No entanto, não entendi até agora qual foi o fato, o que levou à cassação, ou ao *impeachment*, do Presidente Lugo. Ouvi agora do Senador Alvaro que havia uma movimentação – isso para mim até é novidade, não havia lido ou ouvido na imprensa – e parece que circulou um vídeo. Esse seria um fato preponderante para se cassar um Presidente da República? Qual foi a principal justificativa para a cassação?

Vou um pouco mais adiante.

O Governo brasileiro entende que foi dado àquele governante o direito à mais ampla defesa? Em que momento? Qual é a postura do Governo brasileiro? Por que o Governo brasileiro, junto com os demais países, Uruguai, Argentina, decidiu suspender politicamente, não economicamente – nós sabemos disso –, o Paraguai do Mercosul? Qual a razão disso?

O Governo brasileiro, pelo que tenho lido na imprensa, não reconhece o atual Presidente do Paraguai, no que é acompanhado por mais alguns países da América Latina, mas o atual Presidente do Paraguai foi legitimamente eleito: ele era o Vice-Presidente da República, e cabe ao Vice-Presidente da República tomar posse na falta do titular. Então, nós podemos discutir a forma do *impeachment*, mas aí seria um problema do Congresso, não seria um problema do governo que tomou posse na sequência.

Algumas perguntas precisam ser respondidas para esta Comissão e para a sociedade brasileira como um todo, porque há uma interação muito forte entre o Brasil e o Paraguai, como V. Ex^a bem colocou, principalmente nas relações comerciais.

Eu percebo que houve uma decisão, que não há nenhum embargo econômico ao Paraguai, que, principalmente, preza-se a manutenção da estabilidade econômica daquele país, dos países vizinhos, também a segurança jurídica dos cidadãos brasileiros e seus descendentes e também do povo paraguaio, porque estes, de forma alguma, têm culpa nesse evento. Parece-me que a OEA adotará a mesma linha: não haverá sanções econômicas ao Paraguai. Isso, acredito, é muito positivo.

A grande preocupação do povo brasileiro que lá vive e de seus descendentes, inclusive das caravanas que vieram a Brasília recentemente, diz respeito aos embargos econômicos. Nas reuniões que tivemos sempre levamos a eles a mensagem de que iríamos sempre buscar a conversa com o Governo para que não houvesse embargos econômicos, porque, de fato,

eles não têm culpa e não podem sofrer as consequências. De fato, isso ocorreu.

Por fim, pergunto ao Sr. Ministro: esta posição brasileira da suspensão política do Paraguai do bloco do Mercosul vai até quando? Vai até as eleições? Isso é definitivo? Isso ainda está sendo analisado no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, no âmbito do Governo, no âmbito das questões de Estado? Isso é definitivo?

Gostaria de fazer mais uma pergunta, em torno da qual há muitos comentários e muitos boatos por aí: a suspensão do Paraguai do Mercosul é a razão para a entrada da Venezuela no Mercosul?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Senador Sérgio Souza.

Passo agora a palavra a S. Exa., o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ministro, eu fui Governador do Paraná por três vezes, eu sou vizinho do Paraguai. A referência brasileira ao Paraguai é o Brasil, sem sombra de dúvida.

Tenho convivido com os regimes e com as mudanças há muito tempo. De 1904 a 1947, o poder no Paraguai foi do Partido Liberal Radical Autêntico, depois tivemos sessenta anos de Partido Colorado. Em determinado momento, um bispo de San Pedro muito ligado aos movimentos pastorais da nossa Igreja Católica se dispõe a interferir no processo e se candidatar a Presidente da República. Foi uma situação inusitada, porque Lugo Méndez se apresentava como candidato avulso, ele não tinha partido. A revolta paraguaia contra o autoritarismo e contra a ditadura viabilizou a eleição de Lugo Méndez, que se associou à época ao Partido Liberal Autêntico, colocando Federico Franco como Vice-Presidente da República.

Mas Lugo nunca conseguiu governar. Por exemplo, nós ficamos três anos sem Embaixador do Paraguai em Brasília. Temos um Embaixador a mais ou menos trinta dias, o Senado paraguaio não autorizava a permanência do Embaixador, não organizava a sabatina como nós fazemos aqui. Itaipu, Ministro, ficou sem direção, porque a direção de Itaipu também tinha de ser aprovada pelo Senado paraguaio.

Mas o Presidente Lugo governava com o apoio dos liberais, porque os colorados e a Unace do General Oviedo não estiveram com ele praticamente por todo esse tempo – por um pequeno período posterior à eleição, curto período, a Unace apoiou o Presidente Lugo. O Presidente Lugo ficou absolutamente sem maioria, sem condição de governo no Senado e na Câmara.

Como é que funciona, Ministro, a eleição paraguaia? É uma eleição que se organiza por lista partidária. Os paraguaios não sabem em quem votam, eles votam numa lista, e votam por cor, Ministro – isso faz com que o analfabeto vote também. Essas listas são organizadas pelas oligarquias que dominam a burocracia de cada partido. O Paraguai não sabe em quem vota, e essas listas burocráticas são controladas de forma absoluta pelas oligarquias burocráticas dos partidos.

Ora, ultimamente nós tivemos uma grande pressão da Alcan Rio Tinto sobre o governo do Presidente Lugo. A Alcan queria produzir alumínio no Paraguai e queria uma garantia de energia de Itaipu a preço de custo. O Presidente Lugo não concordou com isso.

O Paraguai economicamente ia muito bem. Enquanto nós aqui festejávamos 7,5% de crescimento – agora caiu para 2,7% e continua caindo –, o Paraguai cresceu a 15,5%. Portanto, não se pode falar no insucesso do desenvolvimento econômico do Paraguai sob a presidência de Lugo Méndez. Mas a Alcan queria energia de graça como garantia para instalar uma grande fábrica de produção de alumínio, e o Presidente Lugo estava tentando utilizar a energia do Paraguai, com apoio do Brasil – o linhão do Focem, a eletrificação do País – para o desenvolvimento paraguaio, pequenas, médias e grandes empresas dando emprego aos paraguaios.

O Ministro de Indústria e Comércio, liberal, era absolutamente favorável a esse interesse da Alcan. O Presidente não. A par disso, nós tínhamos as *tradings* do agronegócio, das *commodities*. O Presidente Lugo brigava por uma autonomia da produção paraguaia de soja e tinha uma oposição clara e ostensiva da Monsanto.

Bom, são alguns aspectos desse problema.

No Paraguai, um cidadão pode ser candidato a Presidente da República até fazer 70 anos – ele pode ser Presidente com mais de 70, mas candidato não. O meu caro amigo General Oviedo tem 67 anos, ele é o presidente da Unace.

O problema havido nos limites do Paraguai com o Paraná, que levou à morte de 17 pessoas entre agricultores e policiais, deu-se em virtude de uma ordem judicial. Se o Presidente Lugo não a tivesse cumprido haveria, sim, a possibilidade concreta e, segundo as regras do Direito, de ser processado e afastado do governo. Mas essa ordem foi cumprida, e foi cumprida sob o comando do chefe de polícia e do Ministro de Interior e Justiça, por sinal liberal.

Depois desse incidente, o Presidente Lugo demite o Ministro de Interior e Justiça e coloca um colorado no Ministério. Bom, some-se a isso o desejo do General Oviedo de ser candidato a Presidente da Repú-

blica. O Partido Liberal, há 62 anos fora do poder, viu a possibilidade de assumi-lo na pessoa do Federico Franco com o afastamento do Presidente Lugo, e se uniu à Unace do General Oviedo e aos colorados para retirar a maioria do Presidente no Congresso. Se fosse parlamentarismo, seria um voto de desconfiança ao governo, mas não é, é presidencialismo.

Imediatamente depois da deposição do Presidente Lugo, o Ministério foi trocado, menos o Ministro de Indústria e Comércio, que respondia pelos interesses da Alcan. E o representante da Alcan no Paraguai é imediatamente nomeado Vice-Ministro de Indústria e Comércio, o representante jurídico da Alcan no Paraguai.

As acusações contra Lugo foram dispensadas de prova, porque se dizia que o que é público e notório dispensa de prova tem em juízo. Uma infração de trânsito no Paraguai implica dez dias para a acusação e quinze dias para a contestação de uma provável sentença. Lugo não teve oportunidade alguma, não teve tempo algum, e o regulamento, a regulamentação do processo de *impeachment*, de impedimento, foi feita na véspera.

Um dos fatores alegados como justificáveis da deposição do Presidente foi o fato de Lugo Méndez ter assinado, na última reunião de Montevideu, com a nossa Presidente Dilma, com o Presidente Mujica e com a Presidente Cristina Kirchner, um adendo ao Tratado de Ushuaia que tornava mais explícita a condenação por agressões à democracia. Lugo o assinou. O Presidente Mujica, à época, sugeriu a entrada da Venezuela no Mercosul, mas a nossa Presidente Dilma foi firme: sem a aprovação do Congresso paraguaio, não. E o Presidente Lugo, evidentemente, negou-se a aceitar a proposta, que seria da Argentina e do Uruguai, com a contestação de Vossa Excelência e da nossa Presidente Dilma. Então, agimos bem aí.

O golpe já estava em andamento, estava em andamento porque a revolta contra a cláusula democrática dentro do Congresso paraguaio foi muito grande. Paralelamente a isso existem os rumores, consistentes rumores, de que o Embaixador da Venezuela teria recebido uma proposta de parlamentares paraguaios para comprar a entrada do país por US\$12 milhões, que deveriam ser entregues na fronteira de Foz do Iguaçu. Então, um negócio nada sério.

Qual é o nosso interesse nesse problema todo? O nosso interesse é o seguinte. O PIB médio do Paraguai chega a US\$16 bilhões – o médio, dos últimos dez anos, mas já chegou a US\$36 bilhões, se não me engano, alguns anos atrás. O crescimento do Paraguai é de 15,5% do PIB – ninguém poderia dizer que Lugo vai mal como Presidente da República; nós podemos

constatar que ele não conseguiu governar porque lhe foi negada a maioria.

E daí vem esse golpe, golpe sem sombra de dúvida. Você pode ser ministro de esquerda, de direita ou absolutamente sem posição nesse processo todo, mas não há dúvida alguma para uma pessoa de bom senso de que foi um golpe. Nós podemos até falar na autodeterminação, mas, havendo a cláusula democrática, o golpe é rigorosamente inaceitável.

Nós estamos numa crise econômica brutal, nosso PIB está caindo – 7,5%, 2,7%, o Banco Central já prevê 1,9%, economistas dizem que podemos cair muito abaixo disso. A Venezuela tem um PIB de R\$366 bilhões. O Brasil chega a R\$2,5 trilhões, a Argentina a 300 e poucos bilhões de reais. A Venezuela não produz nada. A Venezuela tem PIB, vende ferro e vende petróleo, é um mercado indispensável para a consolidação do Mercosul, de um projeto de desenvolvimento comum aos países que deve ser elaborado.

Então, nós estamos diante desse impasse.

A um movimento inicial das novas autoridades paraguaias de romper com o Brasil, de procurar acordos bilaterais, sucedeu um recuo. Eles vão agora aos tribunais, inclusive com a ajuda do PSDB aqui do Brasil. É evidente que isso demonstra, com toda a clareza, que a preocupação deles não é estar dentro ou fora do Mercosul. A preocupação da Alcan, a preocupação do México, a preocupação de países europeus é tirar a Venezuela do Mercosul. Tirando a Venezuela, abre-se a possibilidade de acordos bilaterais e a consolidação dessa nossa trágica posição de produtores de *commodities*.

Quando nós agimos nessa reunião de Mendoza, agimos de forma extraordinariamente clara e responsável; o Brasil se opôs a sanções econômicas que prejudicariam, por exemplo, o povo paraguaio, os 350 mil brasileiros ou filhos de brasileiros que moram no Paraguai ainda hoje. Mas, diga-se de passagem, são 600 produtores, o resto é peão, peão tão marginalizado numa sociedade estratificada e injusta como todos os paraguaios.

Nós agimos extraordinariamente bem eliminando as sanções, evitando qualquer problema, e suspendendo, não expulsando, não retirando de forma definitiva, o Paraguai do Mercosul. Essa suspensão se mantém até o processo eleitoral.

Na minha opinião, nós deveríamos acompanhar o processo eleitoral do Paraguai.

Lugo Méndez, na sociedade paraguaia, na condição de Presidente da República e com amplo apoio popular, não se manifestando de forma ostensiva depois que ele aceitou o seu afastamento, inclusive a conselho da Igreja Católica e dos bispos, poderia,

como Presidente, nessa estrutura política paraguaia, influenciar de forma definitiva a sua própria sucessão. Então, era muito importante para o partido Colorado, para a Unace e mesmo para os liberais, o afastamento de Lugo do comando desse processo eleitoral num país autoritário centralizado como o Paraguai. Por isso ele foi afastado.

E eu quero aqui, em contraposição aos companheiros que falaram até agora, cumprimentá-lo por ter assessorado a nossa Presidente na posição que tomou. O Paraguai voltará ao Mercosul, mas com democracia interna, com uma eleição limpa. E a entrada da Venezuela, mais do que um problema da democracia, é um imperativo geopolítico para a sobrevivência do Brasil como economia, porque, fora disso, fora da unidade do Mercosul, o que nos resta é a dependência.

De 1980 para cá, Ministro, nós, que produzíamos industrialmente, em 80, mais do que os Tigres Asiáticos, mais do que a Tailândia, a Malásia, a Coreia do Sul e a China, mal chegamos, em dados de 2010, a 15% do que eles produzem. Nós estamos vivendo de soja, de milho, de açúcar, de carne, de ferro e de petróleo. Nós não estamos num processo de desindustrialização, mas a industrialização não acompanhou a economia agrícola.

Diante desse quadro, as medidas tomadas pelo Governo brasileiro, além de do ponto de vista jurídico serem absolutamente corretas, são louváveis, e eu venho trazer aqui, como Presidente do Parlasul, na condição pessoal de Presidente da Seção Brasileira do Parlasul, os meus cumprimentos ao Governo. Fiquei extremamente orgulhoso da coragem, da firmeza e do fato de o nosso Governo ter evitado medidas econômicas que fariam sofrer o povo do Paraguai.

O resto, Presidente, como eu disse no plenário ontem, é esse liberalismo jabuticaba, que só dá no Brasil, é um liberalismo de ocasião, de oportunidade, que nada tem de liberal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Senador Roberto Requião, que preside a representação brasileira no Mercosul.

Passo agora a palavra a S. Exa., o Sr. Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota, para oferecer suas considerações às colocações feitas pelos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex.^a havia me perguntado se eu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Depois. V. Exa. é o primeiro do segundo bloco, o Senador Lindbergh também já está inscrito. É porque nós fizemos blocos maiores desta vez para podermos ganhar tempo e dar oportunidade a todos

os Senadores e a S. Exa., o Ministro, de oferecer as respostas que julgar oportunas.

Com a palavra S. Exa., o Ministro Antonio Patriota.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador Fernando Collor.

Queria agradecer, em primeiro lugar, todas as intervenções, dos Senadores Dornelles, Ricardo Ferraz, Aloysio Nunes, Alvaro Dias, Sérgio Souza e Roberto Requião.

Ouvindo atentamente cada um dos senhores, acho que o ponto de partida poderia ser o consenso entre todos de que nosso compromisso com a democracia não é negociável, e o Brasil, a América do Sul, a América Latina, viveram regimes de exceção, viveram regimes antidemocráticos, conquistaram, a duras penas, com o sacrifício de seu povo e com liderança de seus dirigentes, uma situação de vigência da democracia que precisa ser defendida a todo preço. Eu acho que, quanto a esse ponto, há um acordo entre todos nós.

Outro ponto sobre o qual acredito que haja acordo é a importância das relações com o Paraguai. O Paraguai, de fato, aqui descrito como uma nação irmã, como uma nação cujo destino está inexoravelmente associado ao destino do Brasil, é um país de primeira importância para o Brasil, para a diplomacia brasileira, e continuará sendo. De modo que, sobre isso, não pode haver qualquer dúvida.

Talvez o que eu possa fazer de mais útil respondendo as diferentes colocações que foram feitas aqui é comentar um pouco a sequência da resposta aos acontecimentos em Assunção.

Essa sequência começou com uma reunião de Chefes de Estado à margem da Rio+20 no Rio de Janeiro, convocada pela Presidente Dilma Rousseff no dia 21, em torno de meio-dia. Ela reuniu os Presidentes Chefes de Estado da Unasul que estavam no Rio de Janeiro, aqueles que não estavam representados em nível presidencial estiveram em nível de Chanceler e um ou outro país foi representado por seu embaixador. Tinham como base o Protocolo de Ushuaia, que é o compromisso democrático no Mercosul, e que envolve também Bolívia e Chile, e a cláusula democrática da Unasul – esta ainda não tem plena vigência, mas também é considerada uma base para a coordenação entre os dirigentes.

Ao tomarem conhecimento da iminência de um processo de juízo político, como é chamado o *impeachment* no Paraguai, os dirigentes da Unasul concordaram em que, caso ele se consumasse conforme previsto no dia seguinte, com menos tempo para a de-

fesa, como dizia o Senador Requião, do que aqueles que cometem uma infração de trânsito no Paraguai, e antes mesmo de que a comissão de investigação dos acontecimentos em Curuguaty tivesse oportunidade de apresentar os seus resultados, aquilo configuraria – e isso ainda era tratado no condicional – uma situação em que não estaria sendo observado o devido processo, por um lado, nem o amplo direito de defesa, que é assegurado pela própria Constituição paraguaia.

Eu me reporto ao Protocolo de Ushuaia em particular porque não se trata aqui de passar julgamentos sobre o ordenamento interno do Paraguai e sim de assegurar que, na ausência da plena vigência de instituições democráticas em países membros do Mercosul ou da Unasul, o desenvolvimento do processo de integração não pode prosseguir, essa que é a questão. A questão não é de se interferir no ordenamento interno, de se pronunciar sobre como o Paraguai deve ser governado ou não e sim de deliberar sobre se um país determinado é apto a participar de um processo de integração plenamente, porque, na raiz desse Protocolo de Ushuaia, está o compromisso de não se permitir retrocessos democráticos na América do Sul. Ou seja, citando o artigo 1º do Protocolo, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os países.

E foi nesse espírito que os Presidentes reunidos no Rio de Janeiro determinaram o envio de uma comissão de Chanceleres a Assunção no mesmo dia e com a maior celeridade, e não é um fato trivial onze Chanceleres se deslocarem para um país da região para uma missão inspirada pela defesa da democracia e pelo Protocolo de Ushuaia mais uma vez, que determina que, no caso de uma ameaça de ruptura, as partes promoverão consultas entre si e com o Estado afetado.

Foi isto o que ocorreu. Os Chanceleres se deslocaram a Assunção, se reuniram com o Presidente Lugo, com líderes partidários, com o Presidente do Senado e com o Vice-Presidente Federico Franco também. Ao cabo dessas reuniões, o Secretário-Geral da Unasul, o venezuelano Arí Rodriguez, manifestou-se em nome de todos os países.

E aqui acho importante frisar “todos”, nós não estamos falando de um julgamento apressado de um país individual, de um governo, de um indivíduo, de um chanceler ou de um assessor diplomático. Não: os governos de todos os países da Unasul se reuniram para um pronunciamento nos seguintes termos.

Os Chanceleres e Representantes dos países da Unasul, junto ao Secretário-Geral da Organização, viajaram à República do Paraguai, em

cumprimento do mandato dos Chefes e Chefas de Estados da Unasul reunidos na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012, com o objetivo de conhecer in situ todos os aspectos da situação política do país.

Para tanto, mantiveram reuniões com o Presidente Fernando Lugo.

Adicionalmente, reuniram-se com o Vice-Presidente Federico Franco, com dirigentes políticos de diversos partidos e com autoridades legislativas, de quem lamentavelmente não obtiveram respostas favoráveis às garantias processuais e democráticas que lhes foram solicitadas.

Os Chanceleres reafirmam que é imprescindível o pleno respeito das cláusulas democráticas do Mercosul, da Unasul e da Celac.

Os Chanceleres consideram que as ações em curso poderiam ser compreendidas nos artigos 1.º, 5.º e 6.º do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia, configurando uma ameaça de ruptura à ordem democrática, ao não respeitar o devido processo legal.

Os governos da Unasul avaliarão em que medida será possível continuar a cooperação no marco da integração sul-americana.

A missão de chanceleres reafirma sua total solidariedade ao povo paraguaio e o respaldo ao Presidente constitucional Fernando Lugo.

Mais uma vez, a questão é saber se é possível ou não se desenvolver cooperação.

No dia seguinte, o Brasil emitiu uma nota ao cabo da tarde – isso já foi no sábado, ao fim da Conferência Rio+20 – em que condenou o rito sumário de destituição do Presidente do Paraguai e considerou que o procedimento adotado comprometia o pilar fundamental da democracia, condição essencial para a integração regional. Nessa mesma nota foi dito que medidas a serem aplicadas em decorrência da ruptura da ordem democrática no Paraguai seriam avaliadas conjuntamente, coletivamente, com os parceiros do Mercosul e da Unasul. Foi dito também que o Governo brasileiro não tomaria qualquer medida que prejudicasse o povo irmão do Paraguai, e também foi decidida a chamada do Embaixador Eduardo Santos em Assunção para consultas.

Acho interessante também sublinhar aqui que a decisão brasileira de chamar o seu embaixador não foi tampouco uma decisão individual: todos os países sul-americanos com embaixada em Assunção chamaram de volta seus embaixadores para consulta, todos sem exceção, e alguns não-sul-americanos também

chamaram seus embaixadores, como o México, a República Dominicana e o Panamá. Ou seja, era muito evidente a preocupação regional com aquilo que sucedia no Paraguai, não se estava participando de um julgamento apressurado ou destituído de fundamento.

No dia seguinte, domingo, colocou-se a questão da participação ou não de uma delegação paraguaia na reunião do Mercosul que começaria na semana seguinte, porque alguns delegados paraguaios já estavam se deslocando para Mendoza, na Argentina. Foi então que, por telefone, eu, em contato com meus colegas do Mercosul, Uruguai e Argentina, mas em uma decisão que também envolveu Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, portanto todos os países sul-americanos que têm status de membro associado ou que participam das cúpulas do Mercosul – a única exceção a isso seriam Guiana e Suriname –, subcrevemos uma declaração sobre a ruptura da ordem democrática no Paraguai e decidimos coletivamente condenar energicamente a ruptura da ordem democrática por não se haver respeitado o devido processo e suspender o Paraguai daquela reunião. Era uma decisão que se aplicava apenas à reunião que ia ocorrer entre 25 e 29 de junho. Mas mais uma vez eu sublinho o fato de que os países associados não precisavam ter subscrito essa decisão, bastava o Mercosul. Não obstante, Chile, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, além da Venezuela, que tem participado, subscreveram essa decisão.

Olhando aqui para o Senador Lindbergh acho importante recordar que recebi um grupo de Senadores e Deputados, cinco Senadores e onze Deputados, que havia subscrito uma moção que, desde o dia 27 de junho, já deixava muito claro não só o repúdio ao que acontecia no Paraguai, mas também a sugestão de que, em virtude da suspensão do Paraguai de seus direitos no Mercosul – aliás, “direitos” não foi a palavra usada depois, como esclarecerei –, fosse considerada a incorporação plena da Venezuela ao Mercosul, uma vez que ela já contava com a aprovação do Argentina, do Brasil e do Uruguai e por seus Congressos. De modo que, mais uma vez, fica evidente que esse pensamento não surgiu apenas em uma assessoria, era um pensamento que estava também presente no Congresso Nacional, assim como nas Chancelarias, nos Executivos e Legislativos dos demais membros.

Bom, chegando então à reunião de Mendoza, a deliberação foi em torno dos termos da suspensão do Paraguai. E aqui, também respondendo a indagações sobre quanto tempo durará e como é que ela se operacionalizará, os termos da declaração de Mendoza ditam que a suspensão cessará quando se verificar o pleno restabelecimento da ordem democrática na par-

te afetada e que os Chanceleres manterão consultas regulares a respeito. Isso aí já indica que há a intenção dos Chanceleres dos três países de continuarem consultando sobre a evolução dos fatos no Paraguai.

A mesma decisão incorporava a ideia, já transmitida pelo Brasil na sua nota individual, de que a suspensão não diminuiria o compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento do Paraguai e nem prejudicaria o povo paraguaio. A mesma decisão comunicava ao Parlamento do Mercosul, como sabe o Senador Roberto Requião, aquela tomada de decisão e garantia a continuidade dos projetos relativos ao Paraguai no Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul. Isso aí é fundamental, porque demonstra que não há intenção de se prejudicar a economia e o bem-estar do povo paraguaio.

No mesmo dia foi adotada uma decisão pelos Chefes de Estado da Unasul – e aí já incorporando plenamente também Guiana e Suriname, ou seja, todos os países sul-americanos reunidos em Mendoza – segundo a qual, tomando em conta o tratado constitutivo da Unasul, que estabelece que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos são condições essenciais para a construção de um futuro de paz e prosperidade econômica e social e o desenvolvimento de processos de integração entre os Estados membros, decidem, coletivamente, expressar sua mais enérgica condenação à ruptura da ordem democrática na República do Paraguai, executada mediante um procedimento sumaríssimo – linguagem utilizada pela Unasul – que evidenciou uma clara violação do direito do devido processo em consequência das mínimas garantias de adequada defesa.

Essa decisão, então, baseada no Tratado da Unasul, suspendia a República do Paraguai de participar nos órgãos e instâncias da União até que o Conselho revogue a suspensão.

Eu também chamaria atenção para outro parágrafo da decisão da Unasul, que estabelece que a presidência *pro tempore*, que agora passou para o Peru, estabeleça um grupo de alto nível para dar seguimento e para fazer a avaliação da situação na República do Paraguai dirigida à pronta normalização de sua ordem democrática institucional. É com base nesse parágrafo que o governo peruano – e eu tenho mantido contatos regulares com o Chanceler Rafael Roncagliolo – está realizando consultas para a formação de uma comissão que manterá contatos e acompanhará a situação no Paraguai.

Isso nos traz, então, ao momento de hoje, em que temos a suspensão não determinada por um país, individualmente, mas coletiva com base nos instrumentos subscritos livremente por todos os países da região,

nos compromissos com a democracia. Eles consideraram unanimemente que o rito sumário e a ausência de amplo direito de defesa configuraram uma ruptura da ordem democrática no país vizinho.

Uma palavra, enfim, sobre a decisão que incorporou a Venezuela ao Mercosul.

Essa decisão foi fruto de uma deliberação conjunta dos membros do Mercosul presentes em Mendoza, que decidiram, no mais elevado nível político, o ingresso da República da Venezuela no Mercosul e a convocação de uma reunião em 31 de julho, no Rio de Janeiro, para oficializar essa admissão.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Ministro Antonio Patriota.

Eu gostaria de registrar mais uma vez a presença entre nós de S. Exa. o Sr. Deputado Eduardo Azeredo, membro integrante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que, podemos dizer, representa a Comissão de Relações Exteriores da Câmara nesta audiência pública em que temos a satisfação de ouvir S. Exa. o Chanceler Antonio Patriota.

Muito obrigado, mais uma vez, a S. Exa. pela presença, ele, Deputado Eduardo Azeredo, que já foi presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Pela ordem, passo a palavra a S. Exa. o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Até para um registro telegráfico, por economia processual, em razão do inimigo tempo, que nos impede.

Eu faço as restrições que também faz o Chanceler em relação ao rito sumário. Isso é evidente. O que não é evidente é o mesmo tratamento concedido a outros países em relação a violações às liberdades individuais, à liberdade e à democracia. Essa é a questão que quero ratificar no questionamento que fiz a V. Sa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., Senador Ricardo Ferraço.

E agora, dando início ao segundo bloco, passo a palavra a S. Exa. o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, quero dizer que o Senador Roberto Requião fez considerações de profundo conhecimento do Paraguai, com as quais estou de acordo, pois, considero, assim como o Ministro Antonio de Aguiar Patriota que mencionou a Constituição da República do Paraguai, de 1992, a qual afirma que o direito de

defesa das pessoas é inviolável, art. 16, e que toda pessoa tem a garantia dos direitos processuais, entre os quais se destacam os meios e prazos indispensáveis à preparação de sua defesa, que é o art 17, que esse dois artigos foram inegavelmente violados, ainda que o art 225 da Carta Magna do Paraguai preveja o chamado juízo do Presidente, a forma com que esse juízo foi realizado contraria frontalmente a própria ordem jurídica do Paraguai e a arquitetura internacional dos direitos humanos.

Então, acho que foi adequada e importante a decisão dos demais países, Argentina, Uruguai e Brasil, de suspender o Paraguai, na medida em que havia violado os direitos previstos; e acho que é importante agora que o Paraguai possa manter as ações para a normalização para ter novamente a sua vida democrática, com eleições, se possível, organizadas de maneira a serem muito bem acompanhadas pelos demais países.

Gostaria de perguntar sobre uma questão relativa àquilo que mencionou o Presidente Hugo Chávez ao dizer que os

(Interrupção no som.)

...se, por acaso, o Ministro Antonio Patriota tiver informações relacionadas a essas declarações do Presidente Mojica, do Uruguai, agradeço se puder nos dar.

Mas eu considero que a análise feita pelo Senador Roberto Requião comunga com o meu pensamento. Por isso, me sinto satisfeito pelo que ele expressou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Senador Eduardo Suplicy, pelas suas palavras.

Gostaria de lembrar mais uma vez aos Srs. integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que amanhã teremos uma reunião ordinária da maior importância, em que serão arguidas duas Sras. Embaixadoras: indicadas, uma delas para Moçambique, Suazilândia e Madagascar e a outra Embaixadora indicada para a União Europeia.

Eu peço, portanto, a presença de S. Exas., os Srs. Senadores, registrando também aqui a presença de S. Exa., o Sr. Deputado Alfredo Sirkis, que também é integrante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Portanto, os meus agradecimentos à Comissão de Relações Exteriores da Câmara por ter se associado a esta audiência pública em que estamos ouvindo S. Exa., o Ministro Antonio Patriota.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, amanhã será apenas

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – E passo a palavra ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Amanhã será apenas a leitura, não? Depois, na outra semana, que será...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – V. Exa. não chegou no início da sessão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, **O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – É, mas foi votado aqui que, excepcionalmente, em função do recesso que se avizinha, nós daríamos o prazo, em vez do prazo de uma semana, de 24 horas para deliberação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Então, como eu estava dizendo, mais uma vez, muito obrigado a S. Exa., Deputado Alfredo Sirkis, pela presença, que, juntamente com o Deputado Eduardo Azeredo, representam aqui a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra a S. Exa., o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é Presidente da Subcomissão de Fronteiras...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Da Amazônia e Fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – ...da Amazônia e Fronteiras da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores:

O Presidente já frisou: sou Presidente da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira e também membro da delegação brasileira no Parlasul. Para o bem ou para o mal, o meu Estado está encravado na Venezuela, meu Estado, Roraima.

Na discussão sobre a aprovação da Venezuela, eu coloquei bem claro que há a questão geográfica e humana, em termos das pessoas que vivem naquela fronteira, e muito menos a comercial. Ressaltei as questões que muitos roraimenses e amazonenses vivem ao adentrar a Venezuela, seja para fazer turismo, seja para fazer comércio. A cada momento há uma interpretação de uma lei, a cada momento há um posicionamento tanto da polícia quanto do Judiciário.

Então, quero dizer que estranho, agora como membro do Parlasul, que o Paraguai não tenha sido excluído do Mercosul, mas suspenso, e que, durante a vigência dessa suspensão, tenha sido decidido – os três membros apenas, não os quatro – o ingresso da Venezuela. O argumento econômico para não fazer sanções ao Paraguai e fazer ingressar a Venezuela no Mercosul não leva em conta, pelo que vejo, claramente, a situação atípica da Venezuela quanto à democracia. Eu já estive inclusive com o Embaixador da Venezuela.

Lamento que só a questão comercial... Como foi colocado aqui, a Venezuela tem bilhões e um PIB riquíssimo. Agora, com quem a Venezuela, quais são os Estados brasileiros que vendem para a Venezuela? Três apenas: Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Roraima poderia produzir frango, e vender para lá, e carne. Temos uma pecuária grande. No entanto, não há preocupação, nessa questão, com os Estados fronteiriços, como se levou em conta com o Paraguai, contra quem apenas não se tomou medidas econômicas, por quê? Pela quantidade de brasileiros que temos lá.

Eu quero dizer que discordo. Minha posição é de discordância, primeiro, por quebrar a tradição de não-intervenção nos assuntos internos, mesmo que tenham se baseado no Tratado da Ushuaia; segundo, por ter sido deliberado, durante a vigência de uma suspensão, e não de uma exclusão do Paraguai, sobre o ingresso da Venezuela. Houve também a quebra de um direito democrático de todos os quatro, pois o correto seria, quando o Paraguai voltasse, com as eleições no Paraguai, que me parece que é o período da suspensão, se decidir, de maneira coletiva, com os quatro.

Então, Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu não tenho a preocupação majoritária com uma questão econômica. Tenho uma preocupação muito grande com a questão humana. Vejo por que passam os amazonenses, os roraimenses, principalmente, e outros brasileiros que vão à Venezuela.

Não concordo com a forma como vem sendo conduzida e, inclusive, vou dizer isso no próprio Parlamento do Mercosul, quando houver a reunião. Não dá para entender, sob outro ângulo, a pressa do Brasil de, mesmo conjuntamente, suspender o Paraguai. Se essa ideia, digamos, fosse aceita até a eleição do próximo presidente, não poderia ter havido deliberação sobre o ingresso da Venezuela.

Repito, não posso, até por uma questão geográfica, ser contra o ingresso da Venezuela. Votei a favor, embora ressaltando todos os problemas que tem. Votei a favor aqui na Comissão e no plenário e votarei de novo, só que é preciso que o Brasil também se preocupe com o sistema, com a “democracia” existente na Venezuela, porque não há respeito aos cidadãos que adentram a Venezuela, repito, até mesmo para fazer turismo na belíssima Ilha de Margarita. Recentemente, foram presos dez caminhoneiros de empresas do Amazonas e de Roraima que foram importar produtos da Venezuela. A guarda municipal do Município achou que eles estavam cometendo uma irregularidade. Ficaram presos por vários dias. Inclusive eu cheguei a oficiar isso ao próprio Ministério das Relações Exteriores. Lamento muito que seja feito dessa forma.

Concluo dizendo que, com a minha cabeça de médico, não consigo entender que se faça uma operação dessa forma, de maneira meio troncha, meio claudicante. A OEA diz que foi legal – a OEA é uma organização muito mais antiga do que a Unasul. Um bloco menor diz que foi legal. Vamos, então, admitir que seja legal a decisão do governo paraguaio, é legal admitir a Venezuela nessas condições de suspensão do Paraguai? Então, deixo registrada a minha posição.

Ministro, já que a Venezuela vai entrar formalmente no Mercosul, espero que o Governo brasileiro faça também com a Venezuela a cobrança de segurança jurídica, porque não existe segurança jurídica para ninguém do Brasil que vai à Venezuela, muito menos uma regra clara de democracia plena.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é Presidente da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passo agora a palavra a S. Exa., o Senador Sr. Cyro Miranda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, só ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Antes, por gentileza, Senador Cyro Miranda, pela ordem, S. Exa., o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para dizer que a campanha já está chamando. O Presidente Sarney já está no plenário e é uma sessão muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito importante, é verdade. Foi solicitado aqui, por sugestão de S. Exa., o Senador Eduardo Suplicy, dada a importância também desta audiência, saber se S. Exa., o Presidente do Senado, poderia retardar um pouco o início da sessão marcada hoje para as dez da manhã.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de sugerir que todos fizéssemos as perguntas da maneira mais curta possível e que depois passemos ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, concordo com V. Exa. Assim será feito.

Passo a palavra agora, a S. Exa., o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, que muito bem a preside, Sr. Ministro Antonio Patriota, Sras. e Srs. Senadores, vou ser breve, mais rápido que todos que já fizeram as suas perguntas.

O desgaste provocado pelos recentes acontecimentos à imagem do Mercosul e do Brasil pode ter consequências insuperáveis sobre a confiança outrora inspirada pela Bloco. Desse modo, pergunto a V. Exa.:

– Já que as negociações do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia vinham progredindo, sobretudo desde o seu relançamento durante a cúpula União Europeia/Mercosul, de Madrid, em 2010, projetam-se impactos negativos do recente acontecimento sobre a negociação?

– Como a Presidência brasileira, no Bloco, pretende neutralizar a quebra de confiança internacional que novamente paralisa as referidas negociações?

– Caso o Tribunal Permanente de Revisão, TPR, provocado pelo novo governo de Franco, para manifestar-se acerca da suspensão paraguaia e do ingresso da Venezuela no Mercosul venha decidir-se contra tais acontecimentos, qual seria a posição adotada pela Diplomacia brasileira? O Governo brasileiro insistirá no posicionamento de irretratabilidade de tais decisões?

– Não existiria um falta de sintonia – foi essa a imagem que ficou – entre o Planalto e o Ministério das Relações Exteriores no que se refere, sobretudo, aos entendimentos de condução de políticas, no episódio do Paraguai?

– E eu não entendi ainda, Ministro, gostaria de que o senhor me explicasse, quais instituições democráticas foram desrespeitadas no Paraguai que justifiquem a sua suspensão do Mercosul?

Muito obrigado, Sr. Presidente, fui bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Grato a S. Exa., o Senador Cyro Miranda.

Passo a palavra a S. Exa., o Senador Cristovam Buarque, e, em seguida, a S. Exa., o Senador Pedro Simon.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar três perguntas, mas antes fazer uma pequena consideração e uma tomada de posição.

Primeiro, faço uma distinção, creio que todos devíamos fazer, entre país e governo. Por isso, sempre fui favorável à entrada da Venezuela no Mercosul, independentemente de qual é o governo, salvo se tivermos um governo de tortura, que persiga minorias. Nesse caso, é outra coisa, e a gente leva até para as cortes, como a da Haia. Devemos manter o Paraguai no Mercosul. O Paraguai não é o governo.

De fato, em relação ao governo, eu estou de acordo com o Governo brasileiro, com as posições tomadas: manter as relações comerciais. O setor privado, que é a base do Mercosul, na verdade, continua funcionando. Apenas algumas legislações podem ser atrapalhadas por conta do Parlasul.

Eu defendo a posição do Governo porque nós temos presidencialismo e, se continuarmos assim, vamos optar, então, pelo parlamentarismo de uma vez. Os próximos países a passarem por isso, talvez não agora, podem ser Chile, Bolívia ou Equador, países onde o governo não tem maioria suficiente, e nesse caso corremos o risco de estar incentivando acordos espúrios para que os presidentes não sejam cassados, ou seja, o presidente vai ser primeiro ministro, sem poder convocar eleições para ver se suas propostas, se suas orientações estão corretas ou não.

Nós tínhamos que tomar uma posição em relação ao Governo do Paraguai. Eu quero dizer, entretanto, que não tenho nenhuma ideia de dizer que é ilegítimo, que não é jurídico. O *impeachment* é uma decisão política, com base na lei. Então, é política, e podemos tomar uma posição política, mesmo reconhecendo que foi dentro da legalidade, mas política, pela pressa, pela maneira equivocada com que pode ter sido feita e pelo péssimo exemplo que a gente tem para os demais países que são presidencialistas e nem sempre conseguem maioria de base parlamentar ou, às vezes, conseguem, com acordos de que não se gostaria. O Brasil talvez tivesse impedido um *impeachment*, que teve, se o Presidente tivesse feito certos acordos aqui dentro. Talvez estejamos incentivando esse tipo de comportamento.

Então, por isso, parabeno a posição do Governo brasileiro, e gostaria até de propor aqui o inverso: uma moção de apoio à decisão do Governo brasileiro.

Entretanto, quero fazer três perguntas. Por que essa contradição entre os países do Mercosul e a OEA, aliás, não os países do Mercosul, os países da Unasul e a OEA, que, pelo que li nos jornais, tomam uma posição de total respeito e normalidade ao Paraguai?

Quero dizer também da minha posição de que sempre defendi a entrada da Venezuela quando era deputado no Mercosul, mas acho que não era o momento oportuno, e, nesse ponto, concordo com o Senador Mozarildo. Dá a impressão de um golpe também, porque aproveitamos a ausência de um voto contra. Essa é a segunda pergunta.

Última pergunta, Ministro, quais são os cenários do futuro? O que o Itamaraty tem de cenários para dentro do Brasil – se vêem aqui que há reações contra –, no Paraguai, na política do Paraguai, inclusive na eleição, e nas relações entre os dois países, inclusive relações com os brasileiros que ali estão e com tudo aquilo que diz respeito? Quais são os cenários para os próximos meses até a eleição? Depois da eleição, o Governo já manifestou qual é o cenário, mas e até lá, quais são os cenários, o que pode acontecer?

Essas são as minhas perguntas, que espero que tenhamos tempo de ouvir o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Senador Cristovam Buarque.

E passo a palavra a S. Exa., o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O plenário já começou, Sr. Presidente, Sr. Chanceler.

Primeiro, quero dizer que integro totalmente o que o Senador Requião falou. Acho que o Senador Requião e agora o Senador, nosso querido amigo, tão bem representam o meu pensamento.

Queria fazer uma pergunta que está fora do que estamos discutindo aqui.

Acho um problema muito sério a notícia de que estão estudando a implantação de uma base americana no Paraguai. Acho que esse devia ser até, me perdoem a sinceridade, o assunto mais importante que devíamos tomar aqui. Nesta reunião, eu faria um apelo para colocarmos em votação a nossa preocupação e o nosso sentido de que somos contrários e de que temos a convicção de que isso não acontecerá. Seria um absurdo, para nós, nessa altura, aproveitar um incidente como esse, inclusive íamos manifestar isso ao Governo americano, e, de repente, colocar uma base americana na tri-fronteira.

Eu não vi nada nesse sentido, mas acho que o Senado devia fazer sentir ao Sr. Chanceler, e isso é o que penso, a nossa posição absolutamente contrário nesse sentido. Essa é a primeira questão que vejo.

Sr. Chanceler, eu estranhei muito a surpresa com que parece que a Presidente da República tomou conhecimento dos fatos que se sucederam. Parece-me que ela tomou quase *a posteriori* na sua manifestação no Rio de Janeiro. A informação era de que o Embaixador do Brasil no Paraguai já teria, há tempos, dado informações ao Itamaraty do que estava acontecendo, mas, pelo que disse a Presidenta e da forma como se manifestou, ela teria tomado conhecimento de um fato dessa natureza praticamente na última hora.

Em terceiro lugar, estranho o comportamento do Senado. Estou achando que os meus irmãos Senadores aqui, se, um dia, o Brasil crescer – e ele vai crescer –, e for grande – e ele vai ser grande –, e tiver força por tudo que é lugar, vamos meio que imitar os Estados Unidos. É interesse do Brasil não sei o quê.

Então, se o golpe é ao nosso favor, vale a pena; se o golpe é contra nós, não vale a pena. O americano acha que o golpe é a favor. Quer dizer, quem assumiu o governo americano é a antiga tradição dos trinta anos do partido liberal e dos setenta do partido colorado,

que é um *status quo* que eles sempre quiseram. Então, eles estão satisfeitos nesse sentido.

Acho que a posição americana era muito delicada, era muito difícil, mas creio que, em primeiro lugar, o que vemos é um fato. Agora, estamos sendo aqui, de certa forma, ou hipócritas, ou ingênuos. Não, mas cumpriram a Constituição. A Constituição diz que pode ser assim, e, em 24 horas, derrubaram um Presidente.

Na verdade, chegamos a um grau da perfeição. Quer dizer, estamos inaugurando uma nova etapa e uma nova fase. Não vamos ter nem golpe militar. Esses generais não vão precisar sair da caserna a título oficial. Quer dizer, é fazer a costura que lhe foi feita e depor o Presidente com a maior tranquilidade, com a maior sinceridade, não acontecendo nada.

Acho que o Governo brasileiro, no sentido de suspender uma atitude taticamente, com certa racionalidade, deixou claro que não é nenhuma medida de restrição ao Paraguai, mas deixou no ar uma questão que ressalva: É assim? É assim? Quando é que vai voltar? Não! É assim até que o Paraguai cumpra o que foi determinado e que haja uma eleição. Que esta eleição seja limpa, e o novo Presidente assuma. Essas questões estão muito claras. Foi uma fórmula que se encontrou de sair.

Quanto à questão da Venezuela, fui um dos votei a favor da sua entrada, com a argumentação, sob o ponto de vista de que, voltando ao Paraguai, houve um momento em que o Paraguai depôs um Presidente e o Vice assumiu o governo. O Governo brasileiro foi lá e impediu que isso acontecesse. Foi a intervenção do Governo brasileiro que, apesar de a deposição já estivesse feita, e o Vice já estivesse assumindo, determinou que, se isso acontecesse, ele sairia do Mercosul. Aí a coisa recuou.

Com relação à Venezuela, há um sentimento. Em primeiro lugar, não vamos esquecer que essa posição do Brasil com relação à Venezuela impediu que esse país viesse numa posição de violência que estava suspendendo a venda de petróleo para o Paraguai, e foi o Governo brasileiro que exatamente fez a Venezuela voltar atrás, suspender qualquer ação no sentido, e a coisa continuou com uma tranquilidade que merece respeito.

Acho que a entrada da Venezuela é muito importante. Precisamos ter um pouco de pragmatismo nesse sentido. O americano está lutando contra o Mercosul, contra a integração da América do Sul. Há um movimento nesse sentido. Eles estão aproveitando agora, para pegar o Paraguai, já dizendo que este país vai fazer um pacto de livre comércio com os Estados Unidos, assim como o Chile o fez.

Essa integração é muito importante para o Brasil. Acho que o Brasil tem lutado por isso. O Mercosul é responsabilidade do Brasil. Essa preocupação de integração é o Brasil que vem adotando desde o Governo Sarney; o Presidente Collor continua na mesma posição; os Presidentes Lula e Fernando Henrique continuaram na mesma posição; e a Presidente Dilma está nesse sentido.

Achamos muito importante essa integração. Há muita gente querendo boicotar isso. V. Ex^{as} tiveram competência, no sentido de fazer esse entendimento com a Argentina, apesar das brigas internas, que são naturais, de comércio, de venda e compra lá, mas, no geral, tudo saiu bem.

A Presidenta argentina, que era pela radicalização, aceitou o argumento da Presidenta Dilma e recuou, no sentido de fazer esse entendimento. Acho que temos que ir nesse sentido com toda sinceridade.

Acho que o Governo brasileiro está comportando-se com respeito. Quanto às posições anteriores, o Brasil está sem voltar atrás, mas está tendo um novo comportamento, que merece o respeito da sociedade brasileira. É um caminho difícil, mas nós o estamos trilhando.

Sinceramente, também sou solidário ao Governo e torço para que a coisa dê certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Gostaria também de endossar a sua preocupação em relação a essa hipotética, ainda em fase de conversação, construção de uma base militar americana na região do Chaco, que é uma região em litígio permanente entre o Paraguai e a Bolívia. A instalação dessa base se constituiria numa situação absolutamente anômala, mas não há nada decidido ou definido, até onde as informações me chegaram.

Naturalmente, o Governo brasileiro, por intermédio das relações exteriores, estará atento a qualquer mobilização ou movimentação no campo das conversas, inicialmente, nesse sentido.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, confesso que não estava programado para participar desta reunião hoje. Tínhamos, no mesmo horário, uma reunião da Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas fiquei tão incomodado com as primeiras falas desta Comissão, em especial com as falas dos Senadores do PSDB, que desmarquei meus compromissos para vir a esta Comissão, a fim de fazer um bom debate de ideias.

Lamentavelmente, a sessão está esvaziada, porque temos hoje uma votação importante. Já começou a sessão do Senado Federal. Trata-se de uma votação de cassação de um Senador.

Fui salvo pela fala, no momento adequado, do Senador Roberto Requião, que fez uma intervenção, a meu ver, muito consistente, que quero assinar embaixo, como o fez os Senadores Pedro Simon e Cristovam Buarque.

A meu ver, questões muito importantes, como amplo direito de defesa e devido processo legal, estão sendo tratadas como meras formalidades aqui no debate pelos outros Senadores que fizeram as falas aqui. Vale dizer que, na nossa Constituição, quando falamos de direito de defesa e devido processo legal, é cláusula pétrea. Está no art. 5º da Constituição Federal.

Não é correto dizer que isso não está na Constituição paraguaia. Está no art. 16 da Constituição paraguaia. O direito de defesa das pessoas é inviolável. O art. 17 da Constituição paraguaia fala de meios e prazos. O Senador Roberto Requião foi muito claro, ao falar de multas de trânsito. Com relação a isso, o cidadão paraguaio tem cinco dias para apresentar a sua defesa. Rito sumaríssimo! Como vejo e me choco com algumas falas de Senadores do PSDB! Um partido que surge defendendo valores democráticos, assumindo posição de uma nova direita sul-americana, Presidente Fernando Collor! Vale dizer, governo da Colômbia, governo do Chile. Ninguém pode dizer que o governo do Chile é bolivariano, de esquerda. Há posição do México, nesse processo todo, subscrevendo essas ações do Governo brasileiro.

Lamento não ser possível esse debate aqui, mas tê-lo no Plenário do Senado. É no mínimo contraditório ver o nosso grande Senador, um dos maiores Senadores da República, Senador Aloysio Nunes Ferreira, defendendo uma posição como essa, mas são as circunstâncias.

Temos esta votação hoje no Senado Federal, que é muito importante, mas queria fazer uma fala breve e registrar aqui a minha posição. É importante também a fala do Senador Roberto Requião. É preciso que seja averiguado onde foi dito isto: uma chantagem financeira de parlamentares paraguaios a entrada da Venezuela. Falou o Senador Roberto Requião de pedido de 12 milhões de dólares. Essa é uma questão tão grave, que precisa ser avaliada.

Agora, só para concluir minha intervenção, quero falar aqui, porque o debate sobre a Venezuela sempre cai no debate ideológico, quando temos de enfrentar esse debate de forma muito clara, em relação aos nossos interesses nacionais.

Quero encerrar a minha fala aqui, trazendo a importância da entrada da Venezuela nesse momento de crise econômica. Eu só queria, Sr. Presidente, trazer aqui os dados.

De 2003 a 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela saltaram de 608 milhões para 5,15 bilhões. Isso, de 2003 a 2008. Em 2009, o Brasil teve com a Venezuela um saldo comercial de 4,6 bilhões de dólares, um saldo 2,5 maior do que o obtido com os Estados Unidos, que foi de 1,8 bilhões de dólares.

Então, se olharmos para os interesses nacionais, para os interesses do nosso País, no meio dessa crise econômica... Eu acho que este Senado Federal quando votou a entrada da Venezuela, que foi aprovada por este Senado Federal, e nós sabemos das discordâncias ideológicas de vários Senadores com o governo da Venezuela, teve uma posição correta, de olhar os interesses do nosso Estado, do Estado brasileiro. Então, eu quero novamente falar dessa importância da entrada da Venezuela no Mercosul nesse momento de crise econômica internacional.

Eu agradeço a V. Exa, Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor de Mello.

São essas as minhas palavras. Eu não tenho uma pergunta concreta. Eu, na verdade, vim para fazer hoje aqui a boa briga, mas sou o último Senador. Estou só neste plenário, acompanhado do Deputado Alfredo Sirkis e do Senador Fernando Collor de Mello, mas faço questão de registrar as minhas opiniões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., o Senador Lindbergh Farias.

Passo agora a palavra a S. Exa., o Sr. Deputado Alfredo Sirkis, que aqui representa a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente e Sr. Ministro, quero dizer inicialmente que comungo com a preocupação e o posicionamento firme e político do Governo brasileiro em relação aos fatos sucedidos no Paraguai. É evidente que aquilo foi um golpe pseudoconstitucional, oligárquico, faz com que o Paraguai se aproxime ainda mais de uma condição de Estado falido e cria riscos suplementares basicamente para o povo paraguaio, mas também para nós e para os outros vizinhos do Paraguai. Independentemente de ter sido seguido um rito pseudoconstitucional, cabe a condenação política daqueles fatos e a preocupação em relação aos destinos daquele país vizinho.

Por outro lado, quero dizer que há muito tempo sou favorável a que a Venezuela faça parte do Mercosul. Eu acho que isso, inclusive, nos possibilita ter instrumentos de pressão sobre os aspectos autoritários e profundamente condenáveis do governo Hugo Chávez.

O que eu acho que ficou malparado, mal-explicado e que foi até prejudicial à justeza da posição brasileira foi o *timing* da coisa, porque, de fato, ao mesmo tempo, suspender o Paraguai e, ato contínuo, colocar, aproveitando-se dessa suspensão, a Venezuela no Mercosul soa como aquela história do João sem braço, porque poderíamos dizer: “Tudo bem. Então, a Venezuela entra, mas fica suspensa imediatamente, até que se restabeleça a plena liberdade de imprensa, a autonomia do Poder Judiciário, a liberdade de expressão, o direito de defesa de pessoas que são presas por razões políticas na Venezuela.”

Então, eu acho que o que se aplica a um tem que se aplicar aos outros. É importante que os dois estejam no Mercosul, mas eu acho que a forma como se deu esse processo – fica parecendo que foi um expediente, que foi aproveitamento tático de uma determinada situação – enfraquece o vigor da nossa posição e permite que um posicionamento diferente, um posicionamento de fato, como claramente caracterizou aqui o Senador Lindbergh, de direita, de pessoas que no fundo apoiam o acontecido no Paraguai, que querem a volta do partido Colorado, que querem a volta da oligarquia no poder, que essas pessoas se municiem de argumentos nesse debate.

Então, quero deixar claro que de fato me parece correta a condenação política do acontecido no Paraguai e me parece correto, num outro tempo, o ingresso da Venezuela, mas a simultaneidade das duas coisas, o *timing*, realmente me pareceu infeliz.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa., Deputado Fernando Sirkis, representando aqui a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Tenho a satisfação de retornar a palavra ao Chanceler brasileiro, Ministro Antonio Patriota, para fazer as suas considerações.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer a todos que tomaram a palavra: ao Senador Suplicy, Cavalcanti, Cyro Miranda, Cristovam Buarque, Pedro Simon e Lindbergh Farias e, por último, ao Deputado Alfredo Sirkis. Na verdade houve, vários comentários. Todos elaboraram perguntas. Eu senti entre algumas intervenções a preocupação sobre o que foi descrito – creio que foi o Senador Cavalcanti – como situação atípica da Venezuela em matéria de democracia. Eu faria um comentário muito breve a esse respeito.

Primeiro, nenhuma democracia é perfeita. Acho que todos nós estamos aqui lutando para aperfeiçoar as nossas democracias e poderá haver aspectos em um país ou em outro que nos pareçam aprimoráveis.

Mas até onde eu tenho conhecimento, nunca houve uma situação, no relacionamento dos países da região com a Venezuela, em que todos os países sul-americanos tivessem retirado seus embaixadores para consultas – para dar um exemplo de algo que ocorreu agora em relação à situação do Paraguai e que reflete um consenso regional, um consenso de uma região que vive um momento de pluralismo, como dizia o Senador Lindbergh Farias.

Há regimes que são mais à esquerda, que são mais à direita, que são de centro ou que misturam várias tendências. Eu acho que um fator muito positivo é que, independentemente da orientação ideológica, são todos regimes que valorizam a democracia, valorizam a integração e, hoje em dia, se orientam na direção do modelo de crescimento econômico que todos queremos, que é aquele que produz inclusão social e distribuição de renda. Independentemente dessas orientações, esses governos todos decidiram que havia um problema no Paraguai que exigia uma resposta mais vigorosa. Isso jamais ocorreu com a Venezuela.

E outra circunstância que eu acho que vale a pena ser recordada é que o Paraguai está a meses de um momento eleitoral para a escolha de presidente. Esse pseudojuízo, como foi descrito aqui pelo Deputado Sirkis, intervém a poucos meses de uma consulta popular para se decidir a eleição de um presidente. Normalmente, numa situação em que a população está insatisfeita com os rumos que está tomando o governo, o momento de manifestação popular e democrática de inconformidade com essa situação é o momento do voto. E esse momento virá muito em breve. Virá muito em breve também na Venezuela. Na Venezuela, as últimas eleições têm sido acompanhadas por observadores internacionais, que as consideram livres, transparentes e democráticas, de modo que temos que respeitar isso também.

O Senador Cristovam Buarque formulou algumas perguntas. Eu acho que tem uma que é importante aqui esclarecer: a discrepância entre a posição adotada pela Unasul e a suposta posição adotada pela OEA. A verdade é que a OEA não adotou posição alguma. A OEA é uma organização que é o conjunto dos seus Estados-membros, 34 Estados. O que ocorreu foi uma manifestação do Secretário-Geral do OEA, que não reflete o consenso dos Estados-membros, porque não foi alcançado ainda um consenso – ainda está em fase deliberativa. E na OEA, o Brasil, inclusive, se coordena com os países da Unasul. Eu tive um contato telefônico com o chanceler do Peru, poucos dias atrás, em que coincidimos que o Peru falaria em nome da Unasul, como presidência *pro tempore*, na linha das decisões adotadas pela Unasul, que foram de repúdio à ruptura

democrática, em que não foi observado o devido processo nem o amplo direito de defesa.

O Senador Cristovam Buarque também perguntou sobre cenários para o futuro. Acho que não é o caso aqui de entrarmos em especulações que não tenham embasamento na realidade, mas um aspecto que vale a pena ser mencionado é a constituição dessa comissão pela Unasul, que está a cargo da presidência *pro tempore* peruana. Deverá ser indicada dentro em breve a composição dessa comissão e essa comissão deverá buscar formas de estimular o retorno, no mais breve prazo, da plena vigência democrática no Paraguai, que, aí sim, permitirá que os processos de integração incursos no Mercosul, na Unasul voltem a ter pleno curso, plena vigência.

Eu não tenho elementos para dar credibilidade a notícias e rumores de que se estaria instalando uma base norte-americana no Paraguai. Pelo contrário, minha tendência aqui seria a de dizer que temos mantido contato com autoridades norte-americanas sobre a situação no Paraguai e que, em linhas gerais, tem havido convergência em relação às posições que o Brasil adotou.

São esses comentários. O tempo hoje é escasso. Eu agradeço muito ao senhor por esta oportunidade de prestar alguns esclarecimentos e continuo às ordens da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria de agradecer a participação de S. Exa., o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, nesta nossa reunião extremamente importante pelo momento que estamos vivendo em nosso entorno. As explicações aqui oferecidas por S. Exa. aos Srs. Integrantes desta Comissão pareceram absolutamente pertinentes com aquilo que lhe foi demandado.

Eu gostaria também de adiantar a S. Ex^a, o Sr. Ministro, que é sempre uma satisfação muito grande para esta Comissão ter V. Ex^a aqui entre nós para debatermos assuntos do momento da política externa brasileira.

Gostaria de agradecer também a presença hoje em nossa reunião de S. Ex^a, o Sr. Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira; agradecer a presença, mais uma vez, de S. Exa., o Deputado Eduardo Azeredo, ex-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores do Senado da República; e de S. Exa., o Deputado Alfredo Sirkis, que aqui representou a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo mais uma vez a presença das senhoras e senhores que aqui vieram, convoco as Sras. e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada amanhã, dia 12 de julho, às 10h, neste plenário, com pauta deliberativa, quando submeteremos à sabatina as Sras. Ministras indicadas para exercerem os cargos de Embaixadoras, respectivamente, a Sra. Ligia Maria Scherer, indicada para a República de Moçambique e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar, e a Sra. Vera Lúcia Crivano Machado, indicada para o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Solicito, mais uma vez, a presença dos Srs. Membros desta Comissão porque será uma arguição da maior importância para as nossas relações com a União Europeia e com a África.

Dizendo isso e agradecendo, mais uma vez, a presença de S. Exa., o Ministro Antonio Patriota, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLÊNARIO Nº 07.

Às dez horas do dia doze de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Cristovam Buarque** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Graziotin**, **Sérgio Souza**, **Antonio Carlos Valadares**, **Luiz Henrique**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Bauer**, **Blairo Maggi**, **Jorge Viana**, **Ana Amélia**, **Ricardo Ferraço** e **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 36ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 47, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe*

da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar”. **Relator**: Senador **Sérgio Souza**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 50, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia*”. **Relator**: Senador **Francisco Dornelles**. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** solicita abertura do processo de votação. Aprovado. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. As Embaixadoras **Lígia Maria Scherer** e **Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado** são convidadas a compor a Mesa e fazem suas exposições. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador **Cristovam Buarque**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ricardo Ferraço**, **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque** e **Sérgio Souza**. A reunião é tornada secreta às doze horas e oito minutos e reaberta às doze horas e dez minutos. **Resultado dos itens 1 e 2**: sabinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação das Embaixadoras indicadas e retoma a análise da Pauta. O Senador **Eduardo Suplicy** solicita urgência no envio das Mensagens à Secretaria-Geral da Mesa. Aprovado. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 46, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade*”. **Relator ad hoc**: Senador **Sérgio Souza**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 49, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria*”. **Relator ad hoc**: Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e*

o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010". **Relator:** Senador **Sérgio Souza**. **Resultado:** aprovado. **Item extraordinário – Requerimento nº 659, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que "*requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento*". **Relator:** Senador **Sérgio Souza**. **Resultado:** Aprovado. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra e solicita urgência para o Requerimento ora aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e trinta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Por ocasião do seu encontro, no dia 11 de julho de 2012, em Brasília, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e a Secretária do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, Janet Napolitano, declaram que, reafirmando a crescente qualidade da relação e a ampla agenda para a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos no contexto de uma parceria equilibrada e construtiva, baseada no respeito mútuo e em valores e princípios em comum; considerando sua condição de aprofundar a cooperação bilateral para discutir programas recíprocos para viajantes entre os dois países, baseada no comunicado conjunto entre a Presidenta Dilma Rousseff e o

Presidente Barack Obama, de 9 de abril de 2012, em Washington, Estados Unidos da América; considerando o que foi acordado naquele comunicado pelos dois mandatários, que se comprometeram a trabalhar em estreita colaboração para atender os requisitos do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos e da legislação brasileira aplicável, de maneira a possibilitar que cidadãos dos Estados Unidos e do Brasil viagem entre os dois países sem necessitar de visto, os participantes chegaram ao seguinte entendimento:

1. A criação de um Grupo de Trabalho sobre assuntos relativos a Vistos (GTV);
2. O GTV deverá constituir plataforma para propor medidas e procedimentos para a implantação daquela diretriz presidencial, levando-se em consideração os requisitos do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos da América e da legislação brasileira aplicável;
3. O GTV deverá ser composto de representantes de ambos os governos e deverá reunir-se para discutir um controle migratório mais expedito e iniciativas relativas à isenção de vistos entre os dois países;
4. A primeira reunião do GTV deverá ser realizada em Washington D.C., Estados Unidos da América, até novembro de 2012;
5. Cada participante deverá implementar essa Declaração Conjunta em concordância com sua legislação doméstica e as políticas aplicáveis;
6. Essa Declaração Conjunta de Intenções não cria quaisquer direitos ou obrigações sobre direito internacional ou doméstico.

Assinada em Brasília, Brasil, no dia 11 de julho de 2012, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Essa foi a Declaração Conjunta de Intenções sobre cooperação para facilitação de viagens entre o Brasil e os Estados Unidos da América, assinada por ocasião da reunião do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com a Secretária do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, Janet Napolitano, como eu disse, em Brasília, no dia 11 de julho de 2012.

O Senado Federal aprovou, na quarta-feira, dia 4, em plenário, o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2012, que permite a estruturação do Ministério da Defesa. O texto cria cargos de confiança e gratificações militares. Ao todo, são 225 cargos de Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores (DAS); 28 Gratificações de Representação; 134 gratificações para cargos de

confiança; e 101 Gratificações de Representação para exercício de função do Ministério da Defesa.

O projeto segue para a sanção da Presidenta Dilma Rousseff.

Ressalto outro assunto relacionado ao Ministério da Defesa.

A China foi tema de debate promovido pela Escola Superior de Guerra, no Clube Naval em Brasília.

Denominado 2ª Café com Debate, o evento mostrou, na última quinta-feira, dia 5, o país asiático sob as perspectivas, desafios e oportunidades, levando em consideração o cenário internacional. A reunião teve o objetivo de trocar informações e criar um espaço para discussões sobre temas de interesse estratégico de defesa. O debate contou com a participação de acadêmicos, diplomatas e estagiários do curso.

Terceiro item, também dando conta das atividades do Ministério da Defesa.

Marinha e Exército já dispõem de novos requisitos para ingresso na carreira militar. O Senado Federal aprovou no dia 11 de julho último, dois projetos de lei propostos pela Presidência da República, que definem novas regras para concursos das Forças.

A Lei segue, agora, para sanção presidencial.

Outro item também das ações do Ministério da Defesa, no âmbito do comando da Marinha especificamente, que vai construir 100 lanchas sociais e barcos para facilitar os atendimentos do plano Brasil Sem Miséria, na Região Amazônica e no Pantanal.

O acordo de cooperação, que prevê a construção das embarcações, foi assinado, na última segunda-feira, dia 9, pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campelo, e pelo Comandante da Marinha Almirante Júlio Soares de Moura Neto.

Relatório das atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional neste primeiro semestre de 2012.

Informo a S. Exas., as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que realizamos de fevereiro ao dia de hoje, incluindo esta sessão, 43 reuniões no âmbito da nossa Comissão, sendo 28 reuniões para realização de audiências públicas, incluindo-se aí aquelas da Agenda Rumos da Política Externa Brasileira, bem como cinco reuniões da Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas adotadas na Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e uma da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio + 20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas é presidida por S. Exa. o Senador Cristovam Buarque, e a Subcomissão

Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira é presidida por S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Integraram o 4º ciclo intitulado temas da Agenda Internacional as seguintes audiências públicas, foram realizadas sete delas: uma, Imigração haitiana para o Brasil; a segunda, Relações do Brasil com os Países Sul-Americanos; três: a Análise da Crise da União Europeia; quatro: Meio Ambiente, Conferência Rio + 20, Agenda Organização e Expectativas; cinco: O Mundo Árabe; sexto: O Mundo Árabe 2, na primeira audiência pública sobre mundo árabe, tratamos especificamente da Síria e do Irã, e, na segunda audiência pública sobre o mundo árabe, sobre Egito, Líbia, eleições no Egito, irmandade muçulmana e, como exemplo negativo de intervenção militar, em face da ausência de liderança dos embates armados entre as diversas facções, em relação à ação, atuação da Otan, e, a sétima, audiência pública Terrorismo, Ilícitos Transnacionais e Defesa Cibernética, Tráfico de Pessoas, Armas e Drogas, Defesa Cibernética. Foi essa última audiência deste semestre realizada no dia 9 de abril.

Integraram o 5º Ciclo intitulado Política Externa Brasileira também as seguintes audiências públicas, foram realizadas seis audiências públicas: 2012, Um Ano de Crise no Mundo; a segunda, audiência Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira; a terceira, Diplomacia do Futuro; a quarta, o Parlamento e a Política Externa; a quinta, Conferência Rio + 20, uma nova avaliação da Agenda e da organização, e sexta, audiência Ordem Econômica Mundial e o Brasil, o Brasil faça a nova ordem econômica, Brics e G20.

A Consultoria Legislativa do Senado Federal apresentou relatórios circunstanciados das referidas audiências públicas, que serão objeto de publicação.

Aqui fica um elogio que, entendo, seja também compartilhado por todos os integrantes desta Comissão ao corpo que compõe a Consultoria Consultiva Legislativa do Senado Federal pela excelência do trabalho que vem prestando no dia a dia desta Comissão.

Acrescento que tivemos ainda mais dez audiências públicas sobre temas diversos, incluindo-se aí reunião com a presença de S. Ex^a o Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, e duas reuniões com a presença de S. Ex^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota.

Outra informação que julgo pertinente trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores é que para a realização das 28 audiências públicas contamos com a participação de 87 autoridades convidadas. As demais reuniões foram deliberativas, nas quais foram apreciadas 119 proposições, conforme se segue: 16 indicações de chefes de missão diplomática e autoridades; 5 projetos de lei da Câmara; 2 projetos de lei

do Senado; 27 projetos de decreto legislativo; 12 requerimentos do Senado Federal; 30 requerimentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e 27 emendas aprovadas na Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLN nº 2, de 2011.

Esse é o balanço parcial de nossas atividades no decorrer da primeira metade desta sessão legislativa, 2ª Sessão da 54ª Legislatura, no ano de 2012.

Dando início à pauta do dia de hoje, temos como primeiro item, em caráter não-terminativo, Mensagem do Senado Federal nº 47, de 2012.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhora Ligia Maria Scherer, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Observação: No dia 11 de julho de 2012, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria conforme autorizado ontem.

Por deliberação, em geral, nós damos sempre o intervalo de uma semana de vista coletiva. Mas excepcionalmente foi sugerido por mim que nós déssemos essas 24 horas, tendo em vista o nosso recesso legislativo no próximo dia 17 e a impossibilidade de revisarmos a nossa reunião ordinária na outra quinta-feira. E foi deliberado, discutido e aprovado em plenário que nesses dois casos especificamente fosse concedida vista por 24 horas.

E o Item nº 2, de caráter não terminativo, é a Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2012.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pronto para deliberação

Observação: No dia 11 de julho de 2012, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Convido para que tomem assento à Mesa, desejando-lhes boas-vindas em nome de todos os integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Embaixadora Ligia Maria Scherer, indicada para a República de Moçambique e, cumulativamente, Reino da Suazilândia e República de Madagascar, e a Srª Embaixadora Vera Lúcia Crivano Machado, indicada para Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária Chefe da Missão junto à União Europeia.

Concedo a palavra à Embaixadora Ligia Maria Scherer, indicada para a República de Moçambique e cumulativamente para o Reino da Suazilândia e para a República de Madagascar para fazer a sua exposição.

Pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, antes de a Embaixadora começar a fazer a sua exposição, queria pedir a V. Exa., dada a excepcionalidade do dia, que no momento que V. Exa. achar oportuno, libere para começar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Coloco a deliberação do Plenário a sugestão de S. Exa. o Senador Mozarildo Cavalcanti para que possamos declarar aberto o processo de votação, conforme o § 4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que diz: “Art. 3º, § 4º: “Excepcionalmente, ouvido o Plenário da Comissão o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado”.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação cumulativamente com a arguição das Sras. Embaixadoras aqui já referidas.

Passo a palavra à Sra. Embaixadora Lígia Maria Scherer para sua exposição.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Permita-me, Sra. Embaixadora.

Pela ordem, S. Exa. o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu recebi ontem uma comunicação do Embaixador Sérgio Danese, que nos informa que ele está deixando a chefia da Assessoria Parlamentar do Itamaraty, juntamente com a Ministra Cláudia Buzzi.

Eu queria agradecer a atenção que ambos e toda sua equipe tiveram durante esses três anos que colaboraram conosco.

Era apenas um registro de agradecimento pela atenção para com cada um de nós membro desta Comissão no trabalho de relacionamento do Itamaraty conosco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador Eduardo Suplicy.

Sua lembrança é muito bem acolhida não somente pela Mesa que dirige os trabalhos, mas também por todos os integrantes desta Comissão.

Com a permissão de V. Exas., eu farei um ofício endereçado a S. Exa. o Embaixador Sérgio Danese e toda sua equipe aqui representada pela Ministra Cláudia Buzzi e pelo secretário Rodrigo, porque, realmente, o trabalho realizado pela equipe do Ministério das Relações Exteriores junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo à frente S. Exa. o Embaixador Sérgio Danese foi de inquestionável competência.

Também agradecemos, fazendo eco às palavras aqui proferidas por S. Exa. o Senador Eduardo Suplicy

Agora, sim, passo a palavra, com muita satisfação, à Embaixadora Lígia Maria Scherer, indicada para ser a nossa representante na República de Moçambique, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

A SRA. LÍGIA MARIA SCHERER – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom-dia!

É uma grande honra estar aqui como Embaixadora designada para Moçambique, Suazilândia e Madagascar, os dois últimos como países cumulativos.

Quero agradecer ao Senador Sérgio Souza pela presteza em apresentar o relatório sobre a minha designação.

Começarei com uma menção ao fato de o Moçambique ser um país africano de língua portuguesa, que sediará, no próximo dia 20, a IX Cimeira da CPLP.

O Brasil será representado pelo Sr. Vice-Presidente.

A pedido de Moçambique, o Brasil prestará toda assistência para o melhor êxito da Presidência moçambicana.

Quero registrar que o tema escolhido para a Presidência moçambicana é Segurança Alimentar e Nutricional, que é um tema muito caro, de grande convergência com as políticas brasileiras.

Quero também registrar que o embaixador de Moçambique em Brasília foi apresentado como candidato à Secretaria Executiva da CPLP; portanto, há uma excelente convergência.

Agora farei uma apresentação sucinta sobre o país Moçambique e depois outra, também sucinta, pela densidade delas, das relações bilaterais Brasil-Moçambique.

Moçambique: 400 anos mais ou menos com presença colonial portuguesa, independência em 1975; Frelimo; guerra civil; Renamo; acordo geral de paz em 1992, em Roma; Samora Machel, presidente até 1976 – faleceu em acidente; temos, depois, o Presidente Joaquim Chissano; grandes expoentes moçambicanos. Em 2004, eleição do atual Presidente Armando Guebuza; em 2009, reeleito.

O grande trauma da guerra civil, finalmente pacificada em 1992, desde então uma consolidação das instituições democráticas de Moçambique. É um país que se tem destacado nesse processo.

Multipartidarismo, instituições que se consolidam cada vez mais, liberdade de expressão, de associação, de religião. O sistema é um semipresidencialismo, presidencialismo; o Presidente Armando Guebuza, em 2010, indicou como primeiro-ministro Aires Ali, que, aliás, esteve no Brasil em abril.

Unicameral, a assembleia da república conta com 250 membros. O Frelimo tem a maioria, 191; o partido da oposição, Renamo, 51; o MDM, partido que está se lançando com 8 cadeiras.

Em 2014, Moçambique voltará às urnas para eleição presidencial e parlamentar.

Dados muito objetivos, Moçambique corresponde aproximadamente aos Estados do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais.

O Produto Interno Bruto na casa de US\$12 bilhões.

Os habitantes, hoje em dia, passaram de 23 milhões.

Crescimento econômico da ordem, na última década, de 8%; no último ano, 7,2% ou 7,4%. Renda *per capita* baixa, em torno de 502.

Há um programa quinquenal, de 2010 a 2014, que privilegia áreas também com muitas afinidades com o Brasil, de combate à pobreza, setores privilegiados que têm mão de obra intensiva, turismo, transporte, agronegócio, pesca.

Comércio exterior tem crescido; entre 2007 e 2011 cresceu 67%. Hoje está na casa dos 9 bilhões; principal exportação: alumínio.

Isso é um panorama breve sobre o país.

Relações bilaterais. O Brasil reconheceu Moçambique no próprio dia de sua independência, 25 de junho de 1975. Relações diplomáticas: 31 de dezembro de 1975; embaixada, janeiro de 1976. Em 1998, Moçambique abriu sua embaixada em Brasília.

O padrão de visitas de alto nível é extraordinário, é formidável. No ano 2000, para a terceira cimeira, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente Joaquim Chissano esteve três vezes, o Presidente Armando Guebuza também três vezes já, a última, recentemente, agora, para a Conferência da Rio+2. O então Presidente Lula também, três vezes: 2003, 2008 e 2010. É excepcionalmente exemplar o nível de visitas, visitas de chanceleres e, como acabei de dizer, o Primeiro Ministro Aires Ali em abril último.

Entrarei agora um pouco na parte de comércio bilateral e investimentos.

O comércio bilateral é ainda aquém do que poderia ser. Há um grupo de trabalho instituído há uns três ou quatro anos justamente para ver maneiras de fortalecer o intercâmbio bilateral. O Brasil tem um saldo importante, cresceu. Atingiu hoje, como vimos ontem no relatório, 85 milhões; o saldo do Brasil é de 77 milhões. Entre as tarefas mais importantes desse fundo é ver maneiras de aproveitar – falei em seguida – a exploração de carvão do Moatize como uma espécie de conta-carvão. Tudo isso está em estudos. Seria mais ou menos um paralelo com a conta que já existe com Angola, que seria a conta-petróleo, sempre como maneira de fortalecer as relações. O principal produto de exportação de Moçambique para o Brasil é o alumínio brasileiro, são alimentos, são veículos, são máquinas.

Investimentos brasileiros: Moçambique é um grande receptor de investimentos brasileiros, com enorme potencial. Sabemos da presença da Vale, também emblemática, desde 2004. Venceu uma licitação internacional para a exploração das minas de carvão mineral de Moatize, que é um grande complexo, já com investimentos de 2,5 bilhões. Começou e já está em operação – em setembro foi a primeira – a exportação de carvão. Pretende-se, em curto prazo, exportar cinco a seis milhões de toneladas, em quatro ou cinco anos, passar a onze e, no prazo de dez anos, 22 a 25 milhões de toneladas. Essas exportações fazem parte de um complexo, que se chama Corredor de Nacala: extração, transporte ferroviário e o porto. Nesse empreendimento também há cooperação de outras grandes empresas brasileiras como a Odebrecht. Esse investimento brasileiro está com estimativa de criação de emprego de quatro mil empregos. Há uma dinâmica de projetos sociais, houve reassentamento de populações quando se começou. Um ponto também interessante é que a ferrovia deverá atravessar o território de Malawi, país fronteiriço, o que dá uma dimensão binacional ao empreendimento.

O BNDES tem linha de crédito de 300 milhões e também há estudos para ver se é possível aumentar isso, pelo enorme interesse. Temos a Camargo Corrêa,

com a construção da Hidrelétrica de Mphanda Nkuwa e porto da Beira. A Odebrecht está responsável pela conversão de uma base aérea no aeroporto de Nacala. Quer-se um *rup* regional. A Andrade Gutierrez está com as obras de represa de Moamba Major, que fará a assistência da grande Maputo, a parte de saneamento, de abastecimento de água, de controle de secas e enchentes.

A Petrobras também está presente. Recentemente, foram descobertas jazidas de gás. Há também acordos para a produção da Petrobras Biocombustível. Mas isso, com a Petrobras, ainda é um pouco incipiente.

O Grupo Suzano pensa em investimentos, em estudos ainda. Isso é para dar uma ideia da presença empresarial do Brasil em Moçambique. Também papel celulose.

A Eletrobrás também atua com a Companhia de Eletricidade de Moçambique, que faz parte do CESUL, que é uma linha que ligará o norte ao sul de Moçambique, nevrálgica para o desenvolvimento. O excedente da energia elétrica, porque Moçambique consome menos, seria exportado para a África do Sul, um grande potencial de desenvolvimento.

Falei um pouco agora assistência humanitária do Brasil. Essa assistência centrou-se muito em segurança alimentar. A população, 50% da população, ainda está abaixo do nível de pobreza. Então, há cooperação trilateral com os Estados Unidos, cooperação com o Programa Mundial de Alimentos e cooperação com a FAO.

O Brasil tem projetos, Moçambique é um dos cinco países da África escolhidos para um projeto PAA África, que quer dizer Programa para Aquisição de Alimentos. Também transferimos tecnologia brasileira de agricultura familiar através do Projeto Mais Alimentos. É conhecimento brasileiro transferido para Moçambique.

Cooperação técnica é a outra área de grande importância. Excluindo-se o Mercosul, Moçambique é o país que mais recebe cooperação. Há uma carteira de 18, 19 milhões, considerando-se a fábrica de medicamentos antivirais. E, com a universidade aberta do Brasil, passaríamos ao montante de 40 milhões. Sempre, como é o espírito da cooperação brasileira, atendendo a demandas de Moçambique, do país beneficiado.

Falei um pouquinho sobre essa fábrica de anti-retrovirais. Ela está pronta, ela pode iniciar operações de fracionamento, embalagem de medicamentos. No começo, eram brasileiros até a produção por Moçambique, Moçambique procurará a certificação internacional junto à OMS e poderá se tornar um exportador de medicamentos, entra em grande significado isso.

Temos o escritório da Fiocruz África em Moçambique, portanto, para atender toda a África.

Outro setor, a agricultura, aí no projeto, de grande importância estratégica, que é o Pró-Savana, em cooperação com o Japão, no horizonte temporal de dez anos, e seria uma réplica adaptada da experiência brasileira no Cerrado a Savana moçambicana, produção de alimentos, enfim, alimentos agrícolas e agropecuários.

Cooperação Científica e Tecnológica é um programa do Ministério de Ciência e Tecnologia e, só para também ver o interesse de Moçambique pela cooperação brasileira, de 201 projetos, 69 vão ter a participação moçambicana. Cooperação Educacional, também revela o grande interesse nesses nossos programas de bolsistas de graduação e pós-graduação. Moçambique é o terceiro país em número de candidatos, do mundo todo, para graduação e pós-graduação e o primeiro país da África.

Universidade Aberta do Brasil, também está instalada, são três polos, chegaram a nove polos. São universidades que cooperam: Juiz de Fora, Fluminense, Universidade Federal do Rio, de Goiás e espera-se que, em 2014, tenhamos cerca de sete mil alunos.

Um pouquinho sobre biocombustíveis. Já falei com relação à Petrobras, mas também há memorandos de entendimento, e Moçambique selecionado com o Quênia para uma cooperação intercultural em bioenergia com a União Europeia.

Cooperação na área de defesa. Em 2009, celebramos acordo no âmbito da defesa, já está aprovado pelo Congresso, esperando pela promulgação. Marinha: prioridade é a revitalização da Escola Naval de Pemba; estruturação da Autoridade Marinha Moçambicana.

Tudo isso é para dar ideia da densidade e da importância que o Brasil confere às relações com Moçambique. Eu terei muito honra em representar o Brasil, se aprovada.

E ainda com o Exército, a política nacional de defesa, a nossa política brasileira, estará sendo utilizada como subsídio para a formulação da política de defesa nacional e de justiça militar de Moçambique.

A comunidade brasileira – estou praticamente encerrando sobre Moçambique – cresceu muito, também em razão desses grandes investimentos de empresas brasileiras; registrados na Embaixada, temos 2.250, mas ela deve ser maior ainda. Esse é um esforço na direção de buscarmos os brasileiros, para que eles sejam registrados junto ao setor consular da Embaixada.

Então, funcionários de empresas, seus familiares, cooperantes e missionários. Aí seria o perfil conhecido da comunidade brasileira.

Futuro.

Sendo aprovada, minha intenção é prosseguir com esse relacionamento que se considera excelente entre os dois países, verdadeiramente, sem força de expressão, um relacionamento fraternal, um grande nível de confiança de Moçambique no Brasil e vice-versa, e com um sentido de mostrar que a atuação do Brasil em Moçambique e na África de certa forma diferencia a de outros atores. Nós queremos refletir isso, e procurarei, é claro, dar o melhor de mim: o interesse brasileiro no progresso econômico e social dos povos africanos e, no caso, especificamente, de Moçambique.

Essa seria uma apresentação bastante ampla. Agora, falarei um pouquinho sobre Suazilândia e Madagascar, os outros dois países.

Suazilândia é um reino – você vê ali – pequeninho, mais ou menos três vezes o tamanho do Distrito Federal. Foi independente do Reino Unido em 1968, tem 1,2 milhão habitantes, um PIB de mais ou menos 3,5 bilhões, uma renda *per capita* de três mil, mas com 2/3 da população abaixo do nível de pobreza. Atualmente, uma deterioração da situação econômica e social, há um clima de muita tensão, desgaste da imagem do soberano, repressão policial, é um momento de muita tensão, houve alterações ministeriais no final de 2011, para poder conter, e com índices econômicos e sociais alarmantes.

São restritas as relações diplomáticas – são poucas – de Suazilândia com embaixadas permanentes, são apenas quatro, Moçambique está, Estados Unidos, África do Sul e Taiwan, é um dos poucos países que mantém relações diplomáticas com Taiwan. O Brasil estabeleceu relações bilaterais diplomáticas com Suazilândia, em 1978, há um acordo de cooperação em processo de ratificação, interesse grande na área de saúde, HIV, AIDS – é um dado importante do País –, a população com maior índice mundial de HIV, Aids, cerca de 25 a 30% da população adulta estaria contaminada. Então, é uma área de potencial para a cooperação brasileira.

Finalmente, Madagascar. No mapa, é mais ou menos do tamanho da Bahia, um pouquinho menos, um PIB de cerca de 10 bilhões, crescimento apenas de 1% no último ano, renda *per capita* de 460.

Sim, desculpa, mas sobre a Suazilândia, acabei de dizer, é um país com quem o Brasil tem um déficit comercial: importamos circuitos integrados e microprocessadores, o comércio bilateral é de mais ou menos 20 milhões, e temos um déficit de mais ou menos 13 milhões. Entre a Suazilândia, reservas de antracito, é um mineral considerado estratégico pela Vale. Aqui é um ponto que me pareceu interessante voltar.

Com Madagascar o comércio bilateral cresceu muito, 144% entre 2007 e 2011, hoje temos 23 mi-

lhões, aí temos um saldo de 21 milhões, principal produto o açúcar. A Petrobras tem interesse em atuar em Madagascar.

Há uma situação político-institucional de crise no País, sempre foi muito instável desde a independência em 60, com situações de golpes militares, 72, Constituições. O quadro atual é que, em 2009, o prefeito de Antananarivo, houve uma renúncia forçada do presidente eleito, que é Ravalomanana, o País Madagascar está suspenso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a SADC, e da União Africana, há um mapa do Conin feito em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Tem mais um minuto.

A SRA LÍGIA MARIA SCHERER – Um minutinho?

E esse mapa prevê eleições gerais e volta do Presidente deposto Ravalomanana, que está exilado na África do Sul, a Madagascar. Em janeiro, houve uma tentativa, acabou sendo frustrada. Então, o que se pensa é que talvez o isolamento, o enfraquecimento dessa autoridade de transição, do Rajoelina, possa ajudar a flexibilizar posições para que se volte à ordem constitucional em Madagascar.

E apenas para completar, Madagascar esteve presente na Rio+20, Suazilândia, também, o rei veio para a Rio+20, e essa situação que é um pouquinho ainda instável, mas o Rajoelina veio para a Rio+ 20.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sra. Embaixadora Lígia Maria Scherer pela sua exposição, e passo, agora, a palavra à Embaixadora Verá Lúcia Crivano Machado, indicada Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia, para fazer a sua exposição.

A SRA. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou muito honrada por ter sido convocada para esta sabatina, não apenas pelo rito necessário, mas pela oportunidade para uma reflexão sobre o conjunto de desafios de tarefas que a Chefia da Representação do Brasil junto à União Europeia deve enfrentar, especialmente nesse momento de crise financeira, que ainda resiste a políticas que vêm sendo tentadas.

Agradeço também ao Senador Ministro Francisco Dornelles pelo relatório, que ouvimos ontem, para a minha indicação e pelas generosas palavras sobre o meu currículo.

Eu vou começar a minha exposição com a consolidação das informações disponíveis sobre os fundamentos da União Europeia, ou seja, o histórico de consolidação da União Europeia desde os seus pri-

mórdios. Depois, eu gostaria de falar da crise financeira na tentativa de encaminhamento de soluções e da importância da Europa para as relações com o Brasil e para a economia mundial.

Eu acho importante ressaltarmos os fundamentos da União Europeia desde o seu início, para vermos o longo caminho de institucionalização e de criação desse arcabouço existente hoje.

A ideia de um agrupamento de países europeus surgiu logo depois da Segunda Guerra Mundial, diante da necessidade de impedir um novo surgimento de um nacionalismo exacerbado que havia motivado a guerra e de forma a permitir, a facilitar, pelo menos, a reconstrução da Europa devastada. Criou-se, então, uma associação de seis países por inspiração de grandes políticos e pensadores, como Jean Monnet, Robert Schuman, **Paul-Henri Spaak, Alcide De Gasperi**, e instituiu-se a Comunidade do Carvão e do Aço, com o Tratado de Paris, em 1951. O plano tinha por base submeter ao controle de uma entidade supranacional um setor fundamental para a reconstrução da indústria europeia.

Esse projeto de criação de uma comunidade avançou em 1957, com o Tratado de Roma, que confirma a Comunidade do Carvão e do Aço, mas cria também a comunidade econômica europeia, a Euratom, e cria ainda a União Aduaneira.

O que se previa era a eliminação de barreiras comerciais que antigamente eram aplicadas no comércio entre os países europeus. A eliminação se faria no prazo de doze anos, criando, assim, a livre circulação de mercadorias e de capitais. Estabeleceu-se também uma política agrícola comum e criou-se, ainda, Fundo Social Europeu e o Banco Europeu de Investimentos.

Em 1962, detalha-se a política agrícola para assegurar o abastecimento, manter o equilíbrio da renda entre a cidade e o campo, porque o campo sofria uma disparidade de renda grande em relação à cidade. Estabelece-se uma livre circulação de produtos entre todos os países da CEE e se cria um regime preferencial para produtos europeus e linhas de financiamento.

Esse arcabouço foi reformulado para a política agrícola europeia, em 1992, por causa da grande criação de excedentes de renda dos agricultores.

O ano de 1965 é outro marco na construção desse arcabouço, dessa estrutura. Marca a criação de uma comissão europeia com funções executivas e um conselho de ministros, uma Corte de Justiça. Instauram-se políticas comuns em matéria de desenvolvimento industrial, defesa do consumidor, educação e formação profissional.

Outro grande marco é o Tratado de Maastricht, que aparece em 1992 e cria, então, a União Europeia,

centrada em três pilares: as comunidades europeias, a política externa e de segurança comum e a política, a cooperação judicial e policial em matéria penal e institui a cidadania europeia, a política de saúde comum, reformou-se ainda o parlamento europeu e criou-se a união econômica e monetária. A CEE passa, a partir do Tratado de Maastricht, a ser chamada Comunidade Europeia. O tratado entrou em vigor em 1993.

E foi o colapso da União Soviética e a perspectiva da unificação das duas Alemanhas que deu novo impulso a essa construção.

Em 1994, há um esforço de convergência de política econômica, e cria-se finalmente a moeda comum, o euro, em 1999. O Reino Unido não se integra à unidade monetária.

O protocolo social anexo ao tratado se refere ainda à melhoria de condições de vida, de salário e de assistência social.

Esse é o fundamento sobre o qual se construiu, se adensou ainda a comunidade no Tratado de Lisboa, que entra em vigor em 2007 e muda a estrutura da comissão. Cria um conselho, o presidente do conselho, cria um alto representante da União Europeia para negócios estrangeiros, defesa e segurança e tornou vinculante a Carta dos Direitos Fundamentais, dos Direitos Humanos. Então, a partir de 1993, a União Europeia se amplia gradativamente e hoje conta com 27 países. Não vou citá-los todos por razão de tempo. Mas há um cronograma importante sobre tudo que falei que é: em 1985, criou-se então o Espaço Schengen, a unidade monetária em 1999, a criação do euro em 2002, a política agrícola comum, a política externa e de segurança e a criação de uma rede de representação diplomática, inclusive representação nas Nações Unidas.

O Tratado de Lisboa muda a estrutura para criar o conselho que é presidido hoje pelo Herman Van Rompuy, a Comissão Europeia, que é o órgão deliberativo presidida pelo Presidente José Barroso, e a alta Comissária para Relações Exteriores e Defesa que é a Baronesa Catherine Ashton, inglesa.

O Parlamento europeu conta com representantes com mandato de cinco anos. Ainda fazem parte de toda essa estrutura o Tribunal de Justiça, o Banco Central europeu e o Tribunal de Contas.

Eu creio que pelo avançado da hora vou passar para a crise financeira, para tratar da crise financeira.

A crise é fruto das falhas originais do projeto da união monetária e da harmonização das políticas fiscais nacionais. Quando da criação do euro, a credibilidade no marco alemão era tanta que acabou influenciando a cotação da moeda euro. Os países menos competitivos e sem solidez fiscal se endividaram a taxas de juros bastante baixas e aplicáveis ao marco,

ao que era o marco antigamente. Isso criou uma situação para a proliferação de dívidas públicas. Os limites para dívida pública que tinham sido estabelecidos pelo Banco Central europeu eram de 60% do PIB e 3% do PIB para o déficit fiscal, mas foram ultrapassados em vários casos por muitos países. Houve medidas de estímulos para que a União Europeia pudesse enfrentar a crise financeira de 2008/2009. Os juros para rolagem da dívida cresceram em grandes proporções de qualquer maneira, sobretudo em Portugal, Irlanda, Grécia. Esses países foram então obrigados a recorrer a programas de resgate da União Europeia e do Fundo Monetário. A Alemanha propôs um pacto fiscal para disciplina orçamentária e coordenação da política econômica, mas foi rejeitado pelo Reino Unido e a República Tcheca, aprovado pelos demais membros da União Europeia. Esses países que aceitaram o pacto assinaram um tratado de estabilidade, coordenação e governança em matéria econômica, que incorpora as legislações nacionais, a regra do equilíbrio orçamentário e a disciplina fiscal sujeita ao monitoramento da Comissão Europeia. Esse tratado vai entrar em vigor apenas em 2013.

A Alemanha concordou em aumentar a capacidade de empréstimo dos fundos de resgate, são o fundo de estabilidade financeira e o mecanismo europeu de estabilidade. A quantia que maneja esses fundos também não é considerada suficiente. São fundos de 700 bilhões de euros. Calcula-se, e a informação que tenho é que o Banco Central europeu já emprestou um trilhão de euros à banca europeia ao longo dos últimos anos.

A saída para a crise dependeria de estímulos à economia europeia, dos países, juntamente com o maior controle de política fiscal dos países da zona do euro, o que está refletido no Documento de Camp David, no documento final da reunião do G8. O G20 também se referiu a essa questão. E vejo a Presidenta Dilma também dando muitos conselhos sobre a necessidade de um estímulo econômico compatível para, em paralelo com a disciplina fiscal. A disciplina fiscal é a grande bandeira da Presidente Merkel.

O Presidente do Conselho, Rompuy, divulgou um relatório que propõe uma estratégia de longo prazo para o aprofundamento da União Europeia, da união econômica e monetária. O documento propõe equilibrar as vertentes responsabilidade e solidariedade. A conciliação, portanto, das visões contrastantes entre a visão alemã e a visão dos demais países, sobretudo dos que estão sofrendo mais diretamente a crise. O documento de Rompuy propõe uma maior integração financeira, uma supervisão bancária única, a criação de um seguro comum de depósitos e de um esquema de resolução bancária, a recapitalização ou liquida-

ção dos bancos; propõe também medidas intrusivas em termos orçamentários e fiscais. Outras propostas referem-se à integração de políticas econômicas.

O dia 29 de junho foi uma data importante para a União Europeia, porque foi acordado numa reunião de cúpula – reunião, portanto, do conselho – a criação do mecanismo de estabilidade que disporá de 500 bilhões de euros. O mecanismo cria a possibilidade ou criará a possibilidade tão logo detalhado de que os empréstimos, os bancos em apuros recebam diretamente empréstimos desses fundos do mecanismo europeu de estabilidade, recursos que não passariam pelos tesouros nacionais, de forma que o país não arcaria com esse ônus e os bancos teriam que ter, necessariamente, um controle em suas operações.

O problema é que esse esquema que poderá ser bastante eficaz ainda não está regulamentado e, diante da disparidade dos países que compõem a União Europeia e de particularidades e interesses próprios, muito possivelmente essa negociação vai demorar bastante tempo.

Enquanto isso, temos problemas sérios, temos observado problemas muito sérios da Europa por causa justamente da crise. O que se vê hoje em dia é um acirramento da hostilidade ao estrangeiro, uma xenofobia, é a perda de empregos – calcula-se que 11% da população ativa na Europa estão desempregados. E as perspectivas não são de uma recuperação imediata. Isso preocupa bastante o estamento político, os agentes sociais, enfim. De fato, o que se espera é que essa arquitetura tão criativa consiga criar também mecanismos e possibilidades para a superação de tantas dificuldades.

O importante também é sublinhar que, apesar de todo esse panorama, a União Européia continua sendo o maior parceiro do Brasil, tem um PIB maior do que o dos Estados Unidos, maior do que o da China e é o mercado preferencial para muitos setores da economia brasileira.

Ainda é importante notar que as empresas brasileiras na Europa têm uma presença muito significativa. Há 15 grandes empresas transnacionais brasileiras em operação em dois ou mais países europeus, em vários setores. Eu tenho aqui a lista de todas, mas os setores são: construção, aviação, siderurgia, refrigeração, bebidas – algumas, talvez a maioria, concentradas em alimentos –, cimento, peças de motores.

Os investimentos acumulados na Europa foram de 474 milhões de dólares. A Europa foi o destino de quase um terço dos investimentos realizados por empresas brasileiras nos últimos cinco anos. Nós temos um comércio que até o momento não teve... Está começando a registrar, no finalzinho do primeiro semes-

tre, certo debilitamento. Mesmo assim, continuamos tendo um desempenho extraordinário. Os dados de comércio são bastante impressionantes –depois é a lista dos diálogos que temos com a União Européia. Nós temos comércio de produtos que, na verdade, de exportação, como tem caracterizado a pauta brasileira, são produtos agrícolas enquanto importamos produtos industrializados na sua maioria. Nós temos uma série de negociações e diálogos interessantíssimos, mais de vinte diálogos sobre cooperação em temas específicos. O que eu queria aqui encontrar era a questão justamente do comércio. No ano de 2011 as exportações bateram recorde; foram 52,9 bilhões de dólares. Os produtos mais relevantes, como eu já adiantado, foram minério de ferro, café, farelo de soja, petróleo, óleo combustível, máquinas e ferramentas.

Do lado das importações, houve um crescimento de 18,6%. O valor é um recorde histórico: 46,4 bilhões de dólares. O que adquirimos ao máquinas equipamentos, automóveis, autopeças.

O crescimento das exportações brasileiras no segundo semestre é menor, foi um pouco mais reduzido, mas, de qualquer maneira, nós continuamos com o nível impressionante de volume de comércio de 31,4 bilhões nos primeiros meses de 2012 e 29,6% de importações no mesmo período. O saldo comercial foi favorável ao Brasil em 200 milhões.

Sobre o estoque de investimento já falei.

Sobre os diálogos de cooperação, só para fazer uma leitura dos títulos, são diálogos pilotos sobre questões industriais regulatórias, diálogos sobre temas macroeconômicos, diálogos sobre aviação civil internacional, diálogos sobre transporte marítimos, sobre cooperação administrativa em políticas de concorrências, diálogos sobre pequenas e médias empresas, cooperação em matéria de estatística, ciência, tecnologia e inovação. Esse, apesar da crise, será um tema prioritário. O que sentimos nesse diálogo foi um enorme interesse das entidades europeias, entidades acadêmicas, em acolherem para o Ciência sem Fronteiras, por exemplo, estudantes brasileiros.

Há uma cooperação científica tecnológica importante e um diálogo intenso. Há um diálogo sobre a sociedade de informação, o uso da Internet. Há uma pesquisa nuclear que começa a ter uma nova musculatura especialmente na área de plasma, em que a Euratom é uma geradora de tecnologia importante, sobretudo em termos de materiais para uso nos projetos de plasma.

Temos diálogos sobre prevenção de risco de desastres, meio ambiente, tudo isso se junta em uma grande comissão mista e em um diálogo da parceria estratégica. Estabelecemos um diálogo de parceria

estratégica com a União Europeia em 1997 e temos tido sempre uma interlocução importante com a União Europeia e, através da União Europeia, com algumas autoridades dos países que a compõem.

Então, o que eu queria deixar aqui como recado é que, primeiro, se aprovada, terei que enfrentar e que observar muito atentamente a evolução da crise financeira, esperando que essas medidas que foram acordadas em junho tenham sua especificação técnica e negociação até o final do ano para que haja, então, uma musculatura maior e mecanismos de controle para a dívida. Além disso, espero que se possa também criar um clima social na União Europeia, que diminua, pelo menos, a xenofobia e as dificuldades que os não europeus encontram. Por exemplo, acerca da entrada no caso da Espanha – estamos negociando – e sobretudo nos demais países em situação financeira mais precária, com exceção de Portugal, que sempre nos acolhe muito bem.

Acho que as tarefas são grandes, estaremos sempre dispostos a acolher missões empresariais e a promover, com muita ênfase... aliás, necessitamos de contatos com os setores diversos, tanto com representantes de setores econômicos de políticas sociais e educacionais bem como de todos os setores que mencionei para que possamos fazer um trabalho que realmente reflita os anseios e resolva questões pendentes nesse relacionamento bilateral, que é tão intenso.

Eu gostaria de ficar por aqui, mas se o senhor me der mais um tempinho, talvez eu pudesse falar também que a Europa vê o Brasil como um parceiro importante para a superação da crise. Temos tido uma quantidade muito grande de representantes de alto nível no Brasil, missões comerciais, missões empresariais muito frequentes. O Brasil realmente é citado tanto em publicações acadêmicas atuais como na imprensa como um país que resistiu à crise de 2008/2009 e está resistindo à crise atual. Reconhece-se que, também na União Europeia, a robustez não é mais o que era, mas, de qualquer maneira, ainda temos muita energia e muita esperança, e há setores que certamente resistirão e continuarão a dar uma contribuição importante para a economia, ideias interessantes, conceitos princípios.

Eu queria mencionar ainda a nossa cooperação nas Nações Unidas, nas organizações internacionais que tem sido interessante. Nós apoiamos uma questão que para os europeus era bastante interessante, importante e vital também, que era a colocação – a União Europeia tem uma representação na ONU – o lugar em que a alta comissária para relações exteriores e defesaalaria no debate geral. Finalmente, depois de várias negociações com toda comunidade internacional representada na ONU, chegamos a uma

conclusão interessante: elaalaria depois dos chefes de estado, daria a sua mensagem.

Nós temos tido também visitas de Kathleen, tivemos uma; já houve uma visita também do nosso chanceler, e o diálogo com ela sempre é muito fluido, é uma interlocução interessante e proveitosa para ambas as partes.

Mas acho que era a mensagem que eu queria dar, de alerta e de esperança de que, de fato, a Europa possa superar esse momento para que ainda continue e aumente a parceria estratégica que nós temos com a Europa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr^a Embaixadora Vera Lúcia Machado, pela sua exposição.

Passo agora a palavra aos Srs. Senadores inscritos, começando por S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor de Melo, Sras. Embaixadoras, a quem cumprimento desejando que possam ser muito bem-sucedidas à frente de relevantes e importantes tarefas que o Governo brasileiro estará confiando a V. S^{as} em razão de uma larga e longa experiência a serviço das relações internacionais do nosso País.

Mas, quero me dirigir à nossa Embaixadora Vera Lúcia para, em meio a esta competente e detalhada análise conjuntural que faz S. S^a a respeito dessa conjuntura de enorme restrição por que passa a União Europeia, um tema muito caro ao País, muito caro ao meu Estado.

Tenho a alegria de representar o Estado do Espírito Santo, um pequeno Estado do ponto de vista territorial que, nos últimos anos, por força da capacidade empreendedora dos capixabas, tem conseguido avançar muito, tem conseguido dar conta de uma enorme agenda desafiadora.

Dentre os nossos produtos que mais envolvem os capixabas está a atividade do café. Mesmo sendo um pequeno Estado, com apenas 78 Municípios, somos o segundo produtor brasileiro de café. Somos um Estado em que o café está presente em toda nossa construção histórica. Temos hoje, seguramente, mais de 300 mil capixabas que vivem em razão da cultura do café, sobretudo por conta da característica da nossa colonização que se deu a partir dos nossos antepassados da Itália, que cultivaram e que nós cultuamos até hoje a propriedade de base familiar, e fazemos um investimento muito grande no Estado para que não apenas a produtividade, mas a qualidade dos nossos cafés possa melhorar a cada dia.

Há algum tempo que nós lidamos com uma profunda discriminação, discriminação ao café brasileiro, não apenas ao café capixaba; ao café capixaba, ao café mineiro, ao café de Rondônia, ao café da Bahia, ao café do Paraná e assim por diante. Nós ainda somos um forte exportador da *commodity* do café verde, e nós precisamos evoluir na direção da industrialização dos nossos cafés.

Temos encontrado uma barreira já há alguns anos na União Europeia. Dos 20 principais fornecedores de café para a União Europeia, somente as exportações de café solúvel do Brasil é taxada em 9%. O Vietnã e a Indonésia, respectivamente segundo e terceiro maiores produtores mundiais de café, mais a Índia, são taxados em apenas 3%, de acordo com o sistema de preferência de preços. A Colômbia, hoje, o quarto maior produtor mundial de café, o México e o Equador são isentos da taxa de importação desses cafés. Ou seja, a Alemanha, por exemplo, sem plantar um pé de café, é a maior exportadora de café industrializado do mundo.

Eu gostaria muito que a senhora considerasse isso nessa missão, e V. Sa. haverá de ter o seu nome confirmado pelo Senado da República, em razão dos seus méritos pessoais.

Este é um assunto que continua na pauta do nosso Governo, do nosso País há muitos anos. Este é um assunto que precisa ser superado, porque evidentemente que este não é o único gargalo às exportações de café do Brasil. Mas este é um gargalo que tem retirado competitividade da lavoura cafeeira brasileira, do arranjo de café em todo o País.

De modo que, ao cumprimentá-la, eu gostaria de fazer esse registro na expectativa e na confiança de que V. Sa., representando o nosso País como Embaixadora Extraordinária na União Europeia, possa considerar esse tema, essa agenda, para que possamos, se pudermos abrir mais mercados, e não apenas mercado para o café verde, mas mercado para o café industrializado, agregar valor à atividade econômica, que possamos evoluir para um país que tem, ano após ano, se especializado como produtor do *commodity*. Estamos exportando café verde que está sendo todo ele industrializado na Alemanha e distribuído basicamente pela Alemanha para a União Europeia. Acho que precisamos superar isso. E aí os esforços do Itamaraty, o esforço da nossa representação na União Europeia precisa ser mais intenso na direção de nós resolvermos esse tema.

Não faz sentido que dos 20 países maiores exportadores sejamos o único país que é taxado intensamente. E isso tem representado um gargalo nas nossas exportações.

Não é propriamente uma pergunta, é um registro que eu gostaria muito que V. Sa. pudesse levar em consideração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Ferraço.

Passo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, prezadas Embaixadoras Ligia Maria Scherer e Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, desejo muito sucesso nas missões que irão desenvolver em Moçambique, Suazilândia, Madagascar e na União Europeia.

Primeiro, gostaria de fazer algumas observações sobre a missão da Sra. Embaixadora em Moçambique, que é um país que tem tido um relacionamento bastante próximo, conforme a senhora nos explicou, e com os diversos presidentes tanto o Fernando Henrique Cardoso quanto o Lula quanto atualmente a Presidenta Dilma Rousseff, que vem dando especial atenção aos países, membros da comunidade de povos da Língua Portuguesa, para os quais há uma atenção muito especial.

Gostaria de lhe informar que eu estive de 22 a 27 de julho em Moçambique e era Embaixadora a Sra. Leda Lúcia Martins Camargo e, ali, tive oportunidade de visitar o parlamento e dialogar com a Sra. Graça Machel também, a viúva do ex-presidente Samora Machel, que é companheiro do Presidente Nelson Mandela, o que mostra que Moçambique, hoje, tem uma grande proximidade com a vizinha África do Sul, portanto, um relacionamento muito próximo. Então, eu gostaria de lhe informar que, na oportunidade, eu pude dialogar sobre os programas de transferência de renda e de erradicação da pobreza no Brasil, inclusive da perspectiva de passarmos um dia o Programa Bolsa Família, que foi o desenvolvimento dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e outros, até um dia termos a renda básica de cidadania. Eu lhes tramo essas informações porque gostaria de poder me colocar à disposição para continuar colaborando com autoridades e professores do meio acadêmico de Moçambique e do parlamento a respeito desse assunto.

Eu gostaria que a senhora pudesse nos explicar um pouco, porque a senhora nos informou de como nós temos tido um saldo positivo em relação a Moçambique. Então, eu gostaria de lhe perguntar por que razão o Brasil importa relativamente pouco de Moçambique em relação às nossas exportações? Imagino que Moçambique gostaria de exportar mais, por que isso – imagino – será mais saudável o comércio ter duas mãos de fato. No entanto, é surpreendente que a Suazilândia tenha, conforme a senhora ressaltou, um volume de exportações para o Brasil muito significativo

e bem maior do que a de Moçambique, embora sendo um país bem menor. O que explica isto e por que não há algo correspondente em relação a Moçambique?

Agradeço se puder nos informar também em relação à África – Moçambique, Suazilândia e Madagascar – em relação aos propósitos de união aduaneira, ou algo semelhante ao que nós temos para o Mercosul, a tentativa de se criar uma união em relação a outros países da África. Como é que se coloca Moçambique nessa perspectiva em relação à união eventual destes países africanos a respeito de um mercado comum, de uma área de livre comércio ou até, um dia, haver a união nos moldes, por exemplo, da União Europeia?

À Embaixadora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, eu gostaria que pudesse nos informar o agravamento da crise econômica, como nos mencionou, de alguma forma, tem tido um efeito sobre a preocupação de governos dos 27 países, mas em especial de Governos da França, da Alemanha e de outros, com respeito à política aos migrantes, mas, em especial, de outros continentes que não apenas aqueles que são da própria Europa.

Mas eu gostaria de lhe perguntar: como está a evolução dos movimentos migratórios entre os países da União Europeia, em especial os 27? Com respeito, por exemplo, àqueles que ingressaram mais recentemente na União Europeia, como os países que são do Leste Europeu, mas pertenciam à órbita da União Soviética, na medida em que tais países ingressaram na União Europeia.

Ora, uma das qualidades da União Europeia foi que, digamos, o que não era tão permitido no início da formação do Mercado Comum Europeu, ou seja, que portugueses, gregos, espanhóis, e pessoas de todos os países da União Europeia pudessem, se quisessem, estudar, trabalhar, viver em outros países, como nos mais desenvolvidos, elas gradualmente passaram a ter, tanto é que houve a liberdade de poderem viajar através das fronteiras sem a burocracia de precisarem tirar visto com os seus passaportes e assim por diante.

Em que medida isso evoluiu também, de fato, para as populações dos outros países que mais recentemente ingressaram na União Europeia, como aqueles que eram da órbita da União Soviética? Já há uma igualdade de tratamento também para os nacionais desses países com respeito aos outros?

Agora, o que se nota em relação aos migrantes de outros países, como os dos países do Oriente Médio, da África, mas que continuam – às vezes, até com dificuldades e de períodos de ilegalidade – também a ser atraídos para morar na Europa e tudo. Como está essa evolução, na medida em que se nota que, nos momentos de crise econômica, há uma certa reação

dos partidos mais conservadores e à direita: Ah, vamos parar de conceder direitos a tais migrantes?

Portanto, na medida em que os problemas econômicos forem resolvidos, maior facilidade haverá em se dar direitos iguais também aos migrantes, sejam os da própria Europa, sejam os que venham de fora, ou até mesmo aos brasileiros, pois muitos também estão presentes em muitos dos países europeus; alguns até mais definitivamente ou, pelo menos, por um longo período.

Mas eu gostaria de lhe dar a informação também de que, na Europa, cresce um movimento de interesse pela renda básica incondicional. Inclusive, haverá em setembro próximo, do qual participarei, o 14º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica – *Basic Income Earth Network* – quando a própria Ministra Tereza Campelo foi convidada para fazer a palestra de abertura e apresentada por mim, para mostrar a evolução de todos os programas de transferência de renda e erradicação da pobreza, evolução do Bolsa Família e a perspectiva de um dia chegarmos a renda básica de cidadania.

Artigo recém-publicado no jornal *Le Monde*, do Professor Philippe Van Parijs, que, aliás, deverá vir ao Brasil, convidado pela Universidade de São Paulo em dezembro próximo, mas ele escreveu no *Le Monde*, em março último, um artigo bastante interessante sobre esse tema onde disse que será muito difícil a existência bem sucedida do Euro, sem se promover também uma renda para todos os europeus na União Europeia, para ver que este tema está se desenvolvendo com bastante profundidade, tendo em conta que o Professor Philippe Van Parijs é um dos filósofos economistas mais respeitados no planeta terra.

Então, vou encaminhar para ambas as Embaixadoras – é possível que já tenham –, mas não com a cartilha que, em três línguas, que o Ziraldo fez sobre a renda básica de cidadania. Mas então encaminho a ambas a edição, porque se eu lhes dei da última vez que aqui estiveram, mas não era ainda esta 6ª edição do meu livro *Renda de Cidadania: A saída é pela porta*.

Os meus cumprimentos a ambas e todo o sucesso nas suas respectivas missões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado Senador.

Eu consulto se o Senador Suplicy já votou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu também não Senador. E aproveito, mesmo aqui na cadeira do Presidente, substituindo momentaneamente o Senador Collor, de fazer as mi-

nhas sugestões, comentários e perguntas às duas Embaixadoras.

Em primeiro lugar, eu quero, mais uma vez, parabenizar o Governo brasileiro pela indicação desses dois nomes. Há anos que o Governo brasileiro vem mantendo a tradição de indicar como Embaixadores e Embaixadoras nossos, apenas pessoas do próprio Ministério, pessoas que passaram pelo Itamaraty, pessoas de carreira. O que eu considero extremamente positivo porque são pessoas que são preparadas para representar o nosso País, o que faz com que tenhamos um serviço diplomático tão respeitado no mundo inteiro. Então, parabéns à Presidenta, como também parabéns ao Presidente Lula e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que só em raras vezes como o Lula também, raras vezes indicou pessoas de fora da carreira.

No que se refere à Embaixadora Ligia e à Embaixadora Vera, quero fazer os seguintes comentários: primeiro, em relação Moçambique. Não há dúvida que a senhora vai para uma posição de muita importância para o Brasil. Em primeiro lugar, pelo fato de fazermos parte da comunidade de língua portuguesa e, daí, a sua responsabilidade é de incrementar ao máximo esse intercâmbio. Quando eu digo intercâmbio, eu sou um pouco diferente daqueles que falam em intercâmbio pensando em economia e comércio.

Para mim, o comércio é um pedacinho de cooperação e de intercâmbio; intercâmbio é uma coisa muito maior do que o comércio. E, aí, eu falo do intercâmbio que nós precisamos incrementar cada vez mais do ponto de vista cultural – escrevemos no mesmo idioma –, com , pequenas diferenças, ainda, do ponto de vista da ortografia, mas espero que um dia a gente supere isso – menos ainda a diferença do ponto de vista gramatical – que eu espero que a gente supere um dia para ter realmente um idioma escrito e que, embora falado, continue diferente. Como os de língua inglesa praticamente conseguiram, até falam muito diferente – da Irlanda para a Austrália, estou dizendo os irlandeses que falam inglês, porque eles fazem questão de ter o idioma próprio também. Mas fala-se diferente, às vezes nem se compreende, mas escrevem da mesma maneira, o que traz uma vantagem muito grande para a divulgação da literatura em língua inglesa.

Espero que um dia os países de língua portuguesa cheguem lá. Mas já estamos pertos. E esse é o papel da nossa Embaixadora, um dos papéis. Gosto sempre de dizer que diplomata que olhe o relógio não é bom diplomata; diplomata tem que olhar é a história, tem que olhar 50 anos na frente. E o que a gente faz hoje, como diplomata, repercute lá adiante.

Então como aumentar essa cooperação? Trazer mais moçambicanos para cá, e eu não falo apenas na universidade que está sendo feita em Redenção, que eu tive papel no início, embora a minha visão fosse completamente diferente. A minha visão é que esses africanos jovens viessem para o Brasil e fossem espalhados nas universidades que já existem. No fim, quando saí do Ministério, criaram um campus para esse pessoal, o que vai criar um gueto, que vai provocar uma evasão muito grande. Era outra idéia. De qualquer maneira, nós temos que incrementar a vinda deles para cá e temos que incrementar a ida nossa para lá porque eles têm o que nos ensinar também em diversas áreas do conhecimento.

Agora grande cooperação vai ser na área técnica porque o Brasil tem condições de ser um ofertador de conhecimento técnico. E há um setor que quero aqui colocar, se a Embaixadora já se preocupou, que é o fato de que um país que oferece as tecnologias que já tem e não se prepara para mudar a sua economia para outro tipo de produtos, termina criando concorrentes que vão afetar negativamente a sua própria economia, o caso de Moçambique. Nós estamos fazendo algo fundamental que temos que fazer não apenas por razões de generosidade entre países, mas também por razões de ampliar a nossa presença que é levar a Embrapa para dar assistência técnica. O que acontece? A gente tem que estar preparado. É que essa assistência técnica vai transformar Moçambique num produtor de soja, é apenas questão de tempo. E quando Moçambique for um grande produtor de soja nós vamos reduzir o mercado para a China porque Moçambique, embora não seja tão perto, mas está mais perto da China do que o Brasil.

Então, como é que a gente vai trabalhar? Claro, que do ponto de vista do estado brasileiro, eu sei o que fazer: é transformar o Brasil não mais em produtor de *commodities*, mas em produtor de bens de alta tecnologia como os países europeus e norte-americanos fizeram. Nos deram toda a assistência técnica, formaram nossos doutores, mas iam mudando da produção da indústria mecânica tradicional para as indústrias sofisticadas dos novos produtos de alta tecnologia. De qualquer maneira eu gostaria de ouvir a Embaixadora Ligia falar sobre essa contradição em levar conhecimento e proteger a nossa economia, e como é que a gente vai fazer isso.

Ao mesmo tempo, eu creio que, até em consequência disso, eu gostaria de perguntar a Embaixadora, como é que a gente pode enfrentar a “guerra” que acontecerá, provavelmente, no continente africano, entre China e Brasil. Eu não falo guerra no sentido militar porque essa a gente não teria a menor chance.

Bastava eles enxerem navios de chineses e nós já estaríamos perdidos, além, que eles têm bomba atômica, foguetes e nós não temos nada, somos frágeis do ponto de vista militar hoje. Mas eu falo a guerra cultural. Não é difícil que, em 50 anos, o mandarim vire uma língua disseminada na África, pela presença africana nesses países – eu não vou dizer que substituirá o português, até porque antes disso teria que substituir o inglês como segunda língua deles. Mas de qualquer maneira como é que vê hoje esse aumento da presença chinesa, numa velocidade grande e como isso vai afetar nossas relações. E que pontos nós vamos ter que disputar com os chineses.

Quanto à Embaixadora Vera, eu quero primeiro reafirmar que eu respeito não apenas por ser indicada como Embaixadora competente pela Presidenta, mas também pelo meu conhecimento pessoal do trabalho dela em mais de um momento, como eu tive oportunidade de ver.

Eu quero dizer que, se Moçambique é um lugar importante do ponto de vista das relações bilaterais, a comunidade é um lugar fundamental para a gente reinventar o mundo inteiro. Eu creio que é lá, na Comunidade Econômica Europeia, que a gente vai formular um novo projeto de desenvolvimento para o mundo. Nas Nações Unidas, não tem como; é grande demais, é diversa demais. A agenda da Embaixadora Maria Luiza Viotti é uma agenda que fica o dia a dia nos diversos problemas que surgem no mundo. Na Comunidade Econômica Europeia, a gente percebe que é possível, Senador Suplicy, tentar ter na agenda – não nós, não vamos ter esta pretensão – as discussões dos grandes problemas que hoje afetam o mundo inteiro, como, por exemplo, o problema de abrímos, como o Senador Suplicy é o maior defensor, as fronteiras para o trânsito de pessoas e o problema que a migração cria. Eles estão vivendo isso, entre os próprios países.

O problema do terrorismo está presente, o meio ambiente está presente, assim como energia, recursos naturais e até a busca de um novo conceito de universidade, os direitos humanos e a democracia global. Não tem nenhum lugar que esteja tentando construir uma democracia global quanto a Europa. A gente sabe que não é fácil criar uma democracia, que é um conceito que vem da cidade grega e que sobreviveu aos Estados nacionais, mas que não sabe se vai sobreviver ao mundo global. A Rio+20 é um exemplo de como é difícil fazer democracia global. Então, todos esses pontos são pontos que estamos tendo de discutir. E, lá, pode ser um bom lugar para isso.

Eu tenho dito e escrito que o mundo é uma invenção europeia. Foi a Europa que inventou a maneira como a gente pensa, com os grandes cientistas

e foi a Europa que inventou como a gente pensa do ponto de vista social também. É a Europa que vai ter que reinventar o mundo, com um novo conceito. Não haverá saída, a meu ver, para a Europa só buscando crescimento econômico. Tem de buscar outra coisa diferente, que vá além do crescimento.

Aí, Embaixadora, eu gostaria de saber se a senhora tem ideia de como, através da posição, é possível mobilizar, debater, conversar com outros embaixadores e com a própria agenda oficial, embora eu tenha estado lá recentemente e, eles disseram que não é tempo de falar em outro modelo, pois eles tinham de fazer com que as pessoas tivessem emprego já e emprego já tem de ser nas indústrias de hoje. Eu acho que é uma contradição, porque, se a gente insiste nisso de hoje, termina consolidando ainda mais o de hoje e dificultando ainda mais chegar ao de amanhã. Como nós, do Brasil, podemos ter uma participação no debate que o mundo tem de fazer sobre novos modelos de civilização, novos modelos de desenvolvimento?

Finalmente, eu queria dizer que a senhora vai ter uma grande dificuldade pois vai substituir embaixadores de um prestígio muito grande. Não podemos nos esquecer de prestar uma homenagem aqui a Celso Furtado, que foi um dos primeiros embaixadores do Brasil. A senhora vai substituir Celso Furtado. Não é fácil. Vai substituir Jerônimo Moscardo, que foi embaixador e que é uma figura extremamente respeitada. E vai substituir, neste momento, o Embaixador Ricardo Neiva, que é um jovem embaixador, mas que tem desempenhado muito bem a sua função. Sou um pouco suspeito, porque foi meu aluno no Instituto Rio Branco, mas, apesar do professor, é um embaixador que temos de respeitar profundamente.

São essas duas considerações...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – São as minhas considerações.

Passo a palavra ao Senador, esperando que, depois dele, possamos responder.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, cumprimento a Embaixadora Lígia Scherer. Tive a honra de ser o relator de sua indicação para Moçambique, Suazilândia e também Madagascar, conjuntamente. Cumprimento também a Embaixadora Vera Lúcia pela importante missão à frente da Embaixada da Bélgica, que é um dos países importantes da Comunidade Europeia.

Eu tenho duas questões. Uma é para a Embaixadora Vera Lúcia até não sei já não foi colocada, pois tive de me ausentar por conta da votação da MP

571, do Código Florestal. Suspensos os trabalhos lá, imediatamente, retornei a esta Comissão.

A Rio+20 teve como tema principal a sustentabilidade. Na verdade é a Convenção das Nações Unidas que debate a sustentabilidade.

Nós vivemos um momento de crises locais em torno do planeta. Países norte-americanos como os Estados Unidos sofreram drasticamente crises em 2008, que até hoje têm resultados negativos sobre aquela economia, mas o tamanho dos Estados Unidos, eles sozinhos, são maiores do que os próximos três ou quatro países que vêm na sequência de tamanhos economicamente.

A zona do euro vive um momento delicado, de reflexão e de profundas reformas. E a palavra sustentabilidade sempre está presente. A sustentabilidade não serve tão somente para buscarmos a estabilidade econômica ou para pensarmos no meio ambiente habitável. A sustentabilidade passa por tudo, por termos alimentos e como alimentar um planeta que terá nove bilhões de seres humanos daqui a 38 anos, segundo previsão da ONU, quando precisaremos de 50% a mais de alimentos para todos, como disse Ban Ki-moon na abertura da Conferência das Nações Unidas na cidade do Rio de Janeiro, a Rio+20.

A sustentabilidade passa pelas mudanças de padrões de consumo e de produção, como referenciado pela nossa Presidente Dilma também durante a abertura da Rio+20. E nós percebemos que países que enfrentam crises, como aqueles da zona do euro, fogem de qualquer ação mais ousada no sentido de buscarmos um mundo mais sustentável para hoje, para amanhã e para o futuro. Isso é muito claro. Vimos, por exemplo, a dificuldade de se avançar num documento assinado na Rio+20, que foi moderado. Não foi ruim, mas com toda certeza não foi ousado. Foi o que era possível se construir, porque buscar unanimidade em 193 países com diferentes etnias, padrões de cultura e religião não é fácil.

A minha pergunta dentro desse contexto é a seguinte: o modelo europeu do subsídio, principalmente do subsídio agrícola, não está trazendo essas dificuldades de hoje? Porque isso custa muito para o Estado. É lógico que temos outros problemas, como aposentadorias, gastos previdenciários, mas vamos pegar só esse dos subsídios agrícolas, porque isso custa muito para o Estado, que paga para se produzir, e está tirando de outros. Então, há uma instabilidade, ou seja, não há uma sustentabilidade, não é sustentável. Enquanto países como o Brasil retiraram os seus subsídios há anos, antes mesmo da atual Presidente e do Presidente anterior, Luiz Inácio Lula da Silva. Lá

no Governo do Presidente Fernando Henrique, alguns, mas alguns antes disso.

Hoje não há subsídios, mas incentivos à exportação e à produção. Subsídios agrícolas, não há mais. E na Europa, nós sabemos, é muito forte. Não só é forte o subsídio agrícola, como também é forte na Europa uma mensagem que trazem de lá para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento no que diz respeito à conservação e proteção do meio ambiente. Se nós olharmos o Brasil, que é um país abençoado por Deus, Presidente Cristovam Buarque, que tem 61% de todo o seu território ainda cobertos por vegetação nativa, sem falar nos reflorestamentos, que consegue, com os outros 39%, dar uma residência, um espaço para quase 200 milhões de habitantes e ser o segundo maior produtor mundial de alimentos, discutir um Código Florestal que prevê APP – área de preservação permanente, o que não existe na maioria dos países da Europa... Fiz uma viagem de trem de Paris a Marselha recentemente e observei que não há... É lógico que às vezes há cultura do solo.

Então, a questão da sustentabilidade e do subsídio talvez não seja uma saída. Qual é a dificuldade? O que a Europa pensa nesse momento nesta linha? E para a Embaixadora Ligia, eu que tive o privilégio de ser o relator da indicação de V.Sa., eu fiz umas duas observações aqui no que diz respeito à população tanto do Moçambique quanto de Madagascar, regiões extremamente populosas, como muitos países da África. Mas eu ouvi, na sua exposição, que Madagascar tem o tamanho aproximado da Bahia: 21,3 milhões de pessoas, extremamente populoso. As dimensões geográficas de Moçambique não vão muito além. Eu vi aqui: um tem 587 mil quilômetros quadrados; e o outro tem 801, mas tem Moçambique 20 milhões de habitantes. Então, V. Sa. vai para uma região de aproximadamente 45 milhões de habitantes, incluindo aqui a Suazilândia.

Hoje, o mundo percebeu que os países populosos são os países onde há uma possibilidade do aumento do comércio cada vez maior. E eu percebo que o papel do embaixador em cada um desses países, além das relações diplomáticas de bom convívio, de tratados entre os países e mais as relações comerciais, as relações comerciais são muito importantes – os Estados Unidos fazem isso muito bem no mundo inteiro, vendem muito bem os seus produtos, e o Brasil está aprendendo a fazer cada vez melhor isso. A oportunidade que V. Sas. têm de levar este tamanho que é o Brasil é hoje e, o tamanho que o Brasil de hoje quer ser amanhã para esses países, principalmente sendo um grande produtor mundial de alimentos – somos o segundo, mas seremos o primeiro dentro em próximo, tão somente com o aumento da eficiência da tecnologia,

implantando no Brasil um plano nacional de irrigação, porque, na hora em que fizermos isso, vamos dobrar a produção de alimentos no Brasil sem desmatar uma única árvore.

Então, eu pergunto a V. Sas. no que diz respeito à oportunidade, como países populosos que são esses e que são carentes sim de alimentos, mas que são carentes principalmente de produtos manufaturados, e aí há uma invasão sempre da China – a China, eu fiz ontem uma reflexão, da tribuna do Senado, que nós estamos importando sabe o que da China? Feijão, feijão preto. É um absurdo – não é? – nós chegarmos a esse ponto. Mas é isso: relações de mercado, quebra de safra no Nordeste por conta da seca, seca no Sul, e aí o plano nacional de irrigação é interessante para soluções como essas, inclusive para aumentar a eficiência, a competitividade e para nós podermos alimentar aqueles nove bilhões em 2050, que vão precisar de 50% a mais de alimentos e, dentro da questão da sustentabilidade, mudando padrões de consumo e também de produção.

Eram esses os questionamentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Antes de concluir, tem muito a ver com o que falei aqui do debate que podemos fazer na Comunidade Econômica Europeia. Eu estava vendo aqui o discurso do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, recebendo ontem esse prêmio ontem que ele recebeu, que é um prêmio que corresponde a uma espécie de Nobel na área das humanidades. Já no finalzinho do discurso, ele diz:

Felizmente o Brasil, com sua criatividade e imaginação, pode ser um agente ativo na construção de uma ordem econômica e política que não apenas leve ao aumento do Produto Interno Bruto, mas também a procura da felicidade em cada país.

Quer dizer, a busca de um novo conceito de bem-estar, de felicidade e que vai muito além do produto e da renda. Onde deve ter isso? Eu não vejo melhor lugar do que na Comunidade Econômica Europeia, se nós conseguirmos ter uma agenda que vá além de depois de amanhã, como é a agenda deles hoje em dia.

Embaixadora Vera, por favor.

A SRA. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO – Eu gostaria de lembrar que o índice de felicidade é um parâmetro para o Governo do Butão. Não existe um PIB, existe um índice de felicidade e satisfação da população, que, na verdade, vive com muito pouco, o aproveitamento é total de todos os recursos naturais. Enfim, não há registros de grandes fomes, ou grandes epidemias. O clima parece ser bom. Achei

interessante quando vi esse índice de felicidade que agora está sendo pensado. Eu acho que em alguma negociação internacional eu vi também essa questão.

Gostaria de falar um pouco da política agrícola comum. Eu acho que, com o que foi mencionado, já que o Senador falou a respeito da questão do café no Espírito Santo. É um tema que vem sendo tratado há muitos e muitos anos. Quando ainda havia na Europa a Comunidade Econômica Europeia, a política agrícola certamente criou barreiras protecionistas que afetam a penetração de produtos agrícolas brasileiros no mercado. A questão agrícola, na verdade, não pôde, sequer, ser resolvida a contento na OMC. Foi o tema que bloqueou o prosseguimento das negociações gerais na OMC.

Então, vejo isso ainda com mais pessimismo, apesar de todo empenho que possamos ter, quer dizer, a abertura do mercado europeu para produtos agrícolas num contexto de crise financeira que afeta diretamente a capacidade de absorção de mão de obra, aliás, a absorção de mão de obra no campo na Europa já é bastante pequena, mas a reivindicação é grande. Os governos têm necessidade de apoio da comunidade, enfim, da parcela da população que vive no campo.

Nós temos feito tudo, não só o Governo, com o apoio dos setores interessados, missões, levamos o caso à OMC – há vários casos específicos –, mas não vejo muito espaço se abrindo neste momento. Possivelmente, se um dia a crise for debelada... Não sei. Há muitas variáveis para que se possa fazer alguma consideração válida.

Lembrou-se também a questão de renda básica. [Obrigada, Senador Suplicy] Acho que a renda básica e a bolsa família são questões... Sua preocupação, na verdade, é pioneira com relação ao bem-estar e à ampliação de programas sociais. Nós temos tido uma apreciação internacional muito grande da renda básica e dos programas de apoio social, como o Bolsa Família e outros. Nós temos sido modelo. É o que se nota nos foros das Nações Unidas e nos contatos bilaterais. Há preocupação com a qualidade de vida da população, a redução da pobreza, a segurança alimentar, enfim, são conceitos que estamos procurando, com uma base interna sólida, também difundir, sobretudo, através dos organismos multilaterais, além dos contatos bilaterais, procuramos difundir e dar até cooperação técnica. O Brasil tem sido muito apreciado por essa questão. Louvo seu pioneirismo. A Renda Básica já é um programa que vem de longa data.

Quanto aos países europeus, à sustentabilidade e ao modelo de subsídio agrícola, já me referi. Ao café do Espírito Santo também. O senhor levantou também um tema interessante a respeito justamente da susten-

tabilidade, da questão ambiental. Nós tivemos a Rio+20, que foi, realmente, um grande feito, uma grande ocasião de lançar de novo uma mensagem, um apelo e uma mensagem, para o tratamento mais sustentável de toda a questão da relação homem/natureza.

Creio que foi bastante importante o resultado, que não foi conseguido apenas na União Europeia, mas é fruto de trabalho de uma grande equipe de diplomatas, não só nas Nações Unidas – e foi fundamental toda a negociação que se fez lá –, mas também nas conferências sobre clima, no contexto do Protocolo de Kyoto, que tiveram uma dificuldade grande também, enfim, num confronto com a União Europeia, com os países europeus, por causa do conceito que é importantíssimo, pensamos nós, nas responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

É um conceito que é difícil para os países desenvolvidos admitir em colocar em prática por meio de suas políticas de governo. Essa questão se reflete muito agora num problema que temos com a União Europeia a respeito do transporte aéreo. No organismo multilateral que regula o tráfego aéreo temos uma questão, porque na União Europeia, no contexto dessa necessidade de reduzir os gases de efeito estufa. Enfim, já está aprovada uma legislação de taxação das emissões dos aviões. Foi aprovada, enfim, e a dificuldade grande é que nós não gostaríamos de ter as nossas aeronaves também, que certamente emitem gases de efeito estufa, submetidas a uma taxação externa. Sobretudo porque, além da questão financeira propriamente dita, acreditamos que essa determinação viola o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Certamente a arrecadação dessas taxas pela União Europeia seria revertida para projetos ambientais – projetos ambientais na União Europeia, com certeza. Mas nós achamos que de fato viola um princípio básico, que foi uma criação dos países em desenvolvimento, com uma grande participação brasileira nessa consolidação, enfim, é uma das questões. Mas a sustentabilidade, de fato, é algo que exige uma atenção de todo cidadão, na verdade. Muito mais dos governos e da União Europeia como uma associação mais poderosa do mundo.

Falou-se de China também, a competição entre China e Brasil na África. Aliás, acho que estou invadindo o terreno de Lígia, e gostaria então de pedir ao senhor que passasse a palavra a ela.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigada, Embaixadora.

Passo a palavra à Embaixadora Lígia Scherer.

Antes eu queria perguntar se o Senador Sérgio e o Senador Valadares já votaram. *(Pausa.)*

A SRA. LÍGIA SCHERER – Eu me referirei primeiramente às observações do Senador Suplicy, a quem muito agradeço. O senhor esteve já em Moçambique e ainda, na minha situação atual como representante na Palestina, quero dizer que o Senador Suplicy esteve em dezembro de 2010 na Palestina. Essas visitas de nossos parlamentares são sempre muito apreciadas. O Senador esteve com o Presidente Abbas, com o Primeiro Ministro Fayyad, com o Chanceler Malki, então fica aqui um convite para que o parlamento brasileiro se faça mais presente lá, como se faça presente no meu futuro posto, sendo aprovada.

Muito obrigada pelo exemplar da sua obra de renda de cidadania. Acho que essas ideias sempre são muito importantes, muito úteis num país como Moçambique, que escolheu como tema da sua Presidência da CPLP a segurança alimentar e nutricional, um país em que a expectativa de vida é ainda em torno de 48 anos e 4 meses. Isso tudo é um terreno muito fértil para ações de cunho social, sempre em estreita coordenação e consertação com o país, enfim, em que os representantes brasileiros atuam.

Quanto à referência que o senhor fez, evidentemente, salta aos olhos essa diferença no saldo comercial. Há um esforço brasileiro. A própria Presidenta Dilma Rousseff, quando esteve em outubro de 2011, numa reunião com grandes empresários atuantes em Moçambique, estimulou ainda mais esse grupo de trabalho que já havia sido criado para encontrar fórmulas de uma aproximação, de uma forma mais igualitária. É claro que há diferenças no nível de desenvolvimento, mas entre os dois países houve uma missão. Então, o MDIC muito recentemente, antes da vinda do Primeiro Ministro Aires Ali, esteve em Moçambique o Secretário Executivo da Camex, o Sr. Emílio Garofalo, sempre com ideias de aproximar e ver maneiras de superarmos essas discrepâncias tão profundas. Muito da ideia está nessa conta-carvão, em como viabilizar linhas de crédito em conta-carvão.

Eu queria mencionar também que Moçambique, o senhor mencionou, há a União Aduaneira da África Austral. Então, são esforços de integração de unir forças para enfrentar desafios comuns, como fazemos aqui na nossa região.

Senador Cristovam Buarque, também agradeço muito os seus comentários. Sem dúvida, o intercâmbio cultural com um país de uma riqueza, de uma produção cultural extraordinária, brilhante, como é Moçambique. Agora, eu só saberia citar aqui Mia Couto, mas há outros escritores de grande respeito e que enobrecem a nossa língua. Concordo com a sua observação de que

é muito importante maior integração, maior interação, maior conhecimento das duas partes da mesma herança comum e projeção dessa herança comum dessa tão importante e tão bela língua, a nossa.

Sobre a China, talvez, até a Embaixadora Vera pudesse continuar, porque é um desafio, nós sabemos. Agora a presença da China na África, não apenas em Moçambique, mas em toda a África, é um tema de debate. Quando a Presidente Dilma Rousseff lá esteve, uma das preocupações é a atuação do Brasil diferenciada. Como eu disse, que nós estejamos juntos, no caso, falando de Moçambique. Por isso, a criação de empregos é um dado fundamental; a presença de empregos para moçambicanos é um dado fundamental dos nossos investimentos lá.

Novamente, acerca da questão que o senhor mencionou da produção de soja e de alimentos, eu volto a isso, à preocupação da Embrapa. Temos de pensar, a longo prazo, como o senhor diz, mas pensando a curto prazo, numa expectativa de vida ainda tão baixa. É um país que está lutando muito mais para a consecução dos objetivos do milênio, para a superação da fome. Então, acho que vamos por etapas. Vamos ajudar no que pudermos nessa redução extrema, no Plano quinquenal de Moçambique. E fica o seu comentário com uma reflexão nossa, conjunta, do Estado Brasileiro: como enfrentar desafios tão grandes quanto a competição de um país como a China.

Quero voltar a dizer que há foros de reflexão da relação América do Sul e África, onde esses temas todos podem aflorar e ser debatidos para encontrarmos a melhor maneira de estarmos com a ASA – Cúpula América do Sul–África, a exemplo da que temos com a América do Sul, a ASPA.

Finalmente, agradeço também os comentários do Senador Sérgio Souza, que – acho – ficam um pouquinho nesse bojo da preocupação com a segurança alimentar e nutricional. São pontos muito bem levantados. A população, como o senhor disse, estaria com 45 milhões e níveis muito, muito agudos de pobreza e de insegurança nos três países, a rigor. Então, fica como desafios, como estímulos a pensar mais, a ver de que melhor maneira o Brasil pode contribuir, sempre pensando no interesse brasileiro e no interesse de países que estão no sul, sempre no sentido de cooperação sul-sul/sul-sul, cooperação, digamos, mais solidária e mais fraternal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de pedir ao Senador Sérgio e ao Senador Suplicy que venham fazer a apuração dos votos, queria colocar aqui um tema.

Depois do que falou a Embaixadora Vera, vou propor uma audiência aqui para discutir o conceito de responsabilidade comum, porém diferenciada. A gente precisa discutir isso, porque um carro usado no Burundi ou no Brasil polui igual a um carro nos Estados Unidos. A diferença é que eles têm muitos carros. Um passageiro de avião no Brasil polui igual a um passageiro de avião na França ou na Suazilândia, é igual. A diferença é a quantidade. Por isso acho que o imposto tem que ser igual e a gente discutir onde aplicá-lo. Aí, sim, vem a diferença, para onde vai esse dinheiro. Não pode ser o dinheiro que paga um país rico em impostos por combustível fóssil que utiliza ficar no próprio país. Se vamos ter uma política global de impostos, temos que ter uma política global de gastos, e política global, é aí que entra a diferenciação. A diferenciação, a meu ver, não deve entrar em quem paga, deve interessar em quem usa o imposto, para onde vai o imposto.

Regras claras que definam para onde vão, que fundo a gente criaria com isso, mas não podemos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um fundo global, que defendo que seja uma espécie de Plano Marshall para a educação, começando pelas crianças da África até. Mas temos que rediscutir o conceito de que temos direito a poluir porque vocês já poluíram muito. Não. Eles poluíram muito, mas isso não nos dá o direito de poluir agora. Não dá porque é um suicídio do ponto de vista planetário. Mas seria uma audiência, até porque temos que discutir a relativização do conceito de soberania em um mundo global, que a senhora vai ter a oportunidade de ver ao vivo na Europa, na Comunidade Econômica Europeia.

Quero pedir aos Senadores que fizeram a apuração que...

Antes disso, preciso transformar a reunião em secreta, coisa que, talvez, um dia a gente acabe, não só com o voto secreto, mas secreta também a presença do público nessas solenidades. Então, peço, com desculpas, para cumprirmos o Regimento, que nos deem algum...

De acordo com o inciso IV do art. 52 da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião será transformada em secreta. É verdade que, para alguns assuntos de sabatina, sim, justifica-se o segredo, tendo em vista relações internacionais e interesses de Estado. Isso é verdade e a gente sempre perde essa perspectiva porque ultimamente não tinha havida perguntas que exijam segredo. Na hora em que a gente fica aqui secreta, em geral os Senadores não têm feito perguntas.

Quero consultar se os dois Senadores têm alguma pergunta a ser feita neste momento de uma reunião secreta. *(Pausa.)*

(Iniciada às 10 horas, a reunião torna-se secreta às 12 horas e oito minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e dez minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu peço aos Senadores que continuem depois. Temos algumas mensagens para serem lidas e projetos não terminativos para serem aprovados, quatro apenas, que creio que podem ser muito rapidamente analisados.

Eu dou a reunião como reaberta.

Comunico que as Embaixadoras foram aprovadas por unanimidade dos votos de 11 Senadores e Senadoras que estiveram presentes.

Eu agradeço a presença da Embaixadora Ligia Maria Scherer, indicada e agora aprovada para a República de Moçambique e, cumulativamente para o Reino da Suazilândia e a República de Madagascar, e da Embaixadora Vera Lúcia Barrouin e Crivano Machado, indicada, agora aprovada como Embaixadora extraordinária e plenipotenciária chefe da missão junto à União Européia, desejando, em nome do Senado, uma exitosa missão.

Muito obrigada, Embaixadoras.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível, gostaria muito de requerer a urgência para a apreciação em Plenário, ainda na tarde de hoje, para que ambas possam iniciar as suas respectivas missões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Mesa aceita a sua sugestão, considera-a muito oportuna, creio que o Senador Sérgio está de acordo, e vamos encaminhar hoje mesmo para o Plenário.

A Senadora gostaria de dizer mais uma palavra?

A SRA. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO – Eu gostaria muito, por seu intermédio, agradecer a todos os participantes desta sabatina, que muito nos honrou e foi uma grande oportunidade para uma interlocução aberta, franca, e para sinalizar preocupações também dos Srs. Senadores, eu procurarei, na União Europeia, ajudar a atender, sem grandes pretensões, mas, de qualquer maneira, com muito empenho, pretensões quanto aos resultados.

E gostaria também de lembrar que o Senador Cristovam Buarque tem sido um companheiro das minhas sabatinas. *(Risos.)* Já é a segunda ou terceira vez que estamos juntos. E agradeço muito a sua paci-

ência, a sua participação sempre é muito bem-vinda, sempre é muito inteligente, muito instigante para mim. Muito obrigada.

A conclusão a que chego é que a senhora tem tido cada vez mais experiência tantas sabatinas, e eu acho que começo a ter tempo demais no Senado. *(Risos.)*

Agradeço às Embaixadoras. E, para os cumprimentos, estarão aqui na sala ao lado. E eu peço aos Senadores, com a licença das Embaixadoras, estão livres para sair, para que eu continue a reunião. *(Pausa)*

Retomo a reunião com outros temas, não mais sabatinas.

O Item nº 3, que é não-terminativo.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Nei Futuro Bitencourt, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Não estando presente o Senador Anibal Diniz, gostaria de consultar se o Senador Sérgio aceita fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

Como tem sido praxe nesta Comissão, nós fazemos a leitura da mensagem da Presidenta e deixamos para fazer a sabatina em reunião posterior.

Com a palavra o Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Senhora Presidenta da República, através da Mensagem nº 46, de 2012 (nº 297, de 28/03/2012, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Nei Futuro Bitencourt, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

O relatório e de autoria do Senador Anibal Diniz, portanto, atende aos pressupostos de legalidade e de constitucionalidade.

Em cumprimento ao disposto no art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto à apreciação e julgamento desta douta Comissão, a escolha do Embaixador já referido, certo de que os seus ilustres integrantes já

dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o relatório resumido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador que queira se pronunciar, encerro a discussão.

Está aprovado.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

A relatoria é do Senador Anibal Diniz que, não estando presente, eu solicito ao Senador Suplicy fazer a gentileza de ler o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Senhora Presidenta da República, indicou o Sr. João André Pinto Dias Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Nascido em 1957, Bacharel em Direito, pela Universidade de Brasília – UnB, com teses sobre “Esforços Internacionais de Harmonização do Direito Privado”, “A Participação do Brasil”.

Em 1983, depois de haver completado o Instituto Rio Branco, em 1982, o Ministro de Segunda Classe João André Pinto Dias Lima passou de Terceiro para Primeiro Secretário, em 1994; Conselheiro por merecimento em 2002; Ministro de Segunda Classe, por merecimento; foi Assistente da Divisão de Ásia e Oceania II, em 1984; Assistente da Divisão de Informação Comercial, em 1985; foi Terceiro e Segundo Secretário na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, em 1987; em Caracas, em 1990; em 1993, Assistente da América Meridional; em 1994, Primeiro Secretário na Embaixada em Lisboa; em 1998, em Ottawa; em 2001, foi da Divisão Jurídica; em 2003, trabalhou na Presidência da República, no Ministério Extraordinário de Segurança e Combate à Fome; foi Conselheiro na Embaixada de

Roma, em 2003; em 2007, na Embaixada em La Paz; Cônsul-Geral Adjunto em Chicago, em 2008; publicou *A Harmonização do Direito Privado* em Brasília.

E, assim, temos as informações relevantes para examinarmos a indicação do Sr. João André Pinto Dias Lima para exercer a função de Embaixador do Brasil na Nigéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

Agora vamos ao Item nº 5, também não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 191, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Sérgio Souza, a quem passo a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, foi encaminhada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores à Presidente da República a Exposição de Motivos nº 277, de 3 de junho de 2011, na qual se afirma que o acordo internacional em tela “semelhante aos assinados com mais de cinquenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes de missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional”. A Presidente da República, por sua vez, encaminhou o Acordo ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 336, de 2011, sem considerações de mérito.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, o Acordo é de todo oportuno e conveniente por minimizar o sacrifício pessoal a que os familiares dos servidores estrangeiros são submetidos. A medida promove a harmonia familiar,

uma vez que favorece a conjunção de interesses entre seus componentes. Serve ainda, em alguns casos, como medida de justiça econômica e estímulo às relações bilaterais, uma vez que alguns países encontram dificuldades em manter representações permanentes em razão, entre outros elementos, dos altos salários que devem oferecer aos seus agentes diplomáticos e consulares para que mantenham a si e a todos os seus familiares em condições condignas no exterior.

O Voto, Sr. Presidente.

À luz do que exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, coloco em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Último item, extraordinário.

Informo às Sras. e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu no dia 10 de julho o Requerimento nº 659, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

O Ato nº 5, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, disciplinou a inclusão de requerimento para representar o Senado em missão no exterior. Seu primeiro artigo inclui o parágrafo único no art. 3º do Ato nº 2, de 2011, da Comissão. O referido parágrafo único tem a seguinte redação:

Art. 3º

Parágrafo único. Poderão constar da pauta os requerimentos ou propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior recebidos na Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião.”

Recebido no dia 10 de julho, sua inserção na pauta está em conformidade com os autos que regem o funcionamento da Comissão. Assim, comunico a inclusão em pauta do Requerimento nº 659, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 659, DE 2012

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da

Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Peço ao Senador Sérgio Souza para dar sua opinião como Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (...)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sérgio Souza, desculpe. Sérgio Silva é um grande amigo – conhece ele? – um economista de Campinas.

Senador Sérgio Souza, por favor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 659, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento”.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no período de 25 a 28 de julho de 2012 dos trabalhos no Senado Federal, para o desempenho da referida missão.

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento Nº 659, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão o relatório.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas acrescentar, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, agradecendo o parecer do Senador Sérgio Souza.

Trata-se de um convite especial para apresentar no Parlatino uma proposta que poderia servir a todos os países da América Latina e do Caribe para, eventualmente, seguirem o exemplo do Brasil de instituírem, por etapas, uma renda básica de cidadania, e para discussão em cada um dos respectivos países. Isso muito me honra.

Agradeço essa indicação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente, se puder ser feito em requerimento de urgência, para apreciação, porque existe a hipótese de, eventualmente, hoje ser a última sessão deliberativa; ou terça-feira, mas o quanto antes, porque senão não haverá tempo para a providência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos providenciar, mas a viagem é durante o período de recesso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato, mas precisa haver a aprovação do Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, quem decidir viajar depois de começado o recesso...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em missão oficial.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ah, em missão oficial. Está certo. Desculpe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se de uma missão representando o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Perfeito. Tem que ser realmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado ao senhor.

Antes de encerrar esta reunião, quero dizer do privilégio de estar aqui presidindo, no último instante deste semestre, que foi extremamente ativo nesta Comissão. Por isso eu agradeço, em nome do Secretário Álvaro, a todos os demais membros da Comissão, à Secretaria, aos representantes do Ministério das Relações Exteriores, à quase Embaixadora Cláudia Buzzi, e dizer que foi um período muito rico, sobretudo por causa da Rio+20, que exigiu tantas reflexões e debates aqui.

Dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia nove de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Pedro Simon** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Ana Amélia**, **Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti** e **João Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 37ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Cyro Miranda**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Sérgio Souza**, **Anibal Diniz** e **Eduardo Suplicy**. Tem início a apreciação da Pauta. Aprovada inversão de pauta, atendendo a solicitação formulada pelo Senador **Eduardo Suplicy**. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011**, de autoria do Senador **Marcelo Crivella**, que “*altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (“Dispõe sobre o Estatuto dos Militares”), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas”*”. Relator: Senador **Paulo Bauer**. Lido o relatório, pela rejeição da matéria, o Projeto é apreciado pela Comissão em decisão terminativa. **Resultado**: rejeitado o Projeto, com dez votos “NÃO”, nenhum voto “SIM” e nenhuma abstenção. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 46, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade*”. Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Souza**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 49, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embai-*

xador do Brasil junto à República Federal da Nigéria”. Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**. O Senador **Paulo Bauer** solicita abertura do processo de votação. Aprovado. Os Embaixadores **Nei Futuro Bitencourt** e **João André Pinto Dias Lima** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador **Pedro Simon**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Sérgio Souza** e **Anibal Diniz**. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e um minutos e reaberta às doze horas e vinte e dois minutos. Resultado dos itens 1 e 2: sabinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores indicados. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de registrar a presença, entre nós, de S. Exa. o Embaixador Pedro Luiz Rodrigues, que nos dá a satisfação de hoje comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Ele foi nosso embaixador na Nigéria e veio aqui para prestigiar a sabinina do indicado por Sua Excelência a Senhora Presidenta da República para ser o nosso novo embaixador naquele país africano.

Eu também gostaria de registrar a presença, agora e, a partir deste momento, sempre presente em todas as nossas reuniões, de S. Exa. o Sr. Embaixador Pedro Bório, que passa a ser, em substituição a S. Exa. o Embaixador Sérgio Danese, o novo representante ou elo de ligação entre esta Comissão e o Ministério das Relações Exteriores.

Seja V. Exa. muito bem-vindo e lhe desejo êxito na sua nova função e no trabalho que V. Exa. irá exercer com excelência, não tenho dúvida.

Muito obrigado.

Passo à leitura do Requerimento de S. Exa. o Sr. Senador Pedro Simon.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro seja convidado o Secretário da Receita Federal do Brasil, Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, para informar e discutir com os Senadores os aspectos do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007.

Justificação

O Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2010, aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos.

Em linhas gerais, esse acordo com os Estados Unidos vem no ensejo de instrumentalizar a cooperação internacional para a execução da lei americana conhecida como FATCA.

Em linhas gerais, é uma lei dos EUA que passa a vigorar em janeiro de 2013 e sua finalidade é para que as instituições financeiras forneçam informações sobre as transações de seus clientes correntistas/investidores americanos no estrangeiro.

O não cumprimento da norma sujeita a instituição financeira à retenção na fonte de imposto à alíquota de 30% e até mesmo o encerramento das transações financeiras.

Essa regra de antievasão fiscal para americanos no exterior tem impactado o sistema financeiro mundial e provocado muitas discussões.

Após a crise financeira mundial de 2008, a disposição do fisco americano para aprofundar o conhecimento da situação tributária das US Persons (cidadãos e empresas dos EUA) se estendeu para além das fronteiras.

Promulgada em 2010 e com entrada em vigor por etapas, o Fatca (Foreign Account Tax Compliance Act), prevê regras mais rigorosas para a declaração de bens dos contribuintes americanos no estrangeiro, prevenindo a evasão fiscal.

A nova regulamentação está gerando uma série de discussões multilaterais, pois envolve questões como transparência à reciprocidade na troca de informações. As instituições financeiras em todo o globo, diretamente impactadas, estudam formas de se adequar.

O Facta estabelece que todas as instituições financeiras que operem com contas detidas por ameri-

canos (dentro dos termos estabelecidos pela norma), em qualquer parte do mundo, devem repassar à Receita dos EUA (IRS, na sigla em inglês) informações sobre as transações desse público.

A instituição financeira que não aderir à determinação fica sujeita à retenção na fonte de imposto à alíquota de 30% tanto sobre rendimentos oriundos dos EUA [aliás, como já havia sido referido].

Caso o contribuinte americano se recuse a aderir, será classificado como recalcitrante e seu relacionamento com a instituição financeira pode ser prejudicado, pois ela acabará sendo responsabilizada e punida com retenção de imposto pelo fisco americano.

O Fatca gerou polêmica desde que foi editado em março de 2010. Cerca de 200 cartas de associações mundiais de bancos e de mercados de capitais chegaram ao governo americano, manifestando preocupações quanto à viabilidade das regras.

Boa parte das queixas se referia às dificuldades na compatibilização do Fatca com as regras nacionais e aspectos ligados à compliance. “No primeiro momento, o Fatca alarmou a comunidade internacional. Mas, em seguida, os EUA passaram a usá-la para abrir o diálogo sobre os tratados de troca de informações entre países”, destaca Anna Lygia.

Essa é uma frase da Sra. Anna Lygia – aqui não diz de quem se trata exatamente a Sra. Anna Lygia. Eu pediria à Secretaria desta Comissão que procurasse saber da Sra. Anna Lygia que função ela ocupa, porque, citada aqui neste requerimento, deve ser alguma figura de proa, no objeto do tratado.

Na União Europeia, a adesão às regras do Fatca pode ser mais simples em alguns países – Alemanha, Inglaterra, Espanha e França –, que já têm intensa troca de informações com os EUA.

As autoridades americanas argumentam que o Fatca trará benefícios ao sistema financeiro, pois agregará mais transparência e reciprocidade às operações.

Outro aspecto envolvendo o Fatca é a reciprocidade. Ao mesmo tempo em que solicita informações às instituições estrangeiras, o governo americano se mostra aberto a retribuir com outros dados.

Entretanto, no Brasil, o Fatca entra em conflito com alguns aspectos constitucionais e legais próprios. Embora seja possível aplicar uma lei estrangeira no País, desde que não afete a ordem pública e a soberania, o Fatca tem gerado discussões em relação ao direito de privacidade.

Quando um banco diz que vai fechar uma conta corrente porque o cliente não quis fornecer informações que são exigidas por lei no Brasil, surgem dificuldades no âmbito do direito à privacidade, que é constitucional e inviolável.

A dificuldade de repasse dos custos das instituições financeiras para cumprir as exigências do Fatca e o eventual descumprimento de normas locais para atendimento a uma norma estrangeira são dois dos pontos que ainda precisam ser debatidos em profundidade no País.

Para o Governo brasileiro, o ideal seria a ratificação do PDS 30/2010, pois haveria uma triangulação de informações entre bancos, o IRS americano e a Receita Federal do Brasil, evitando ações unilaterais. Registre-se, ainda, que, após a recém-aprovada nova lei para o combate à lavagem de dinheiro, esse acordo vem ao encontro do esforço de cercar e inibir os desvios e evasões de divisas.

Contudo, face às dúvidas quanto à constitucionalidade do alcance das disposições previstas no acordo, acredito ser [diz o Senador Pedro Simon, autor do requerimento] imprescindível o comparecimento do Secretário da Receita Federal do Brasil – representante da autoridade nacional que chancelou os termos acordados – para os devidos esclarecimentos, para o correto provimento e instrução da matéria.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2012.

Esse requerimento entrará na pauta das nossas próximas reuniões, e o quanto antes, claro.

Informo também às Sras. e aos Srs. Senadores que, tendo sido designado membro desta Comissão pelo Exmo. Sr. Senador José Sarney, o Senador Tomás Correia participará dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valdir Raupp, conforme Ofício do Gabinete da Liderança do PMDB nº 181/2012, de autoria de S. Exa. o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB nesta Casa.

Aproveito a oportunidade para designar o Exmo. Senador Tomás Correia como membro titular da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e desejo, em nome de todos os integrantes desta Comissão, boas-vindas e todo o êxito a S. Exa. no exercício de suas novas funções.

Notas do Ministério da Defesa:

O Ministério da Defesa vai criar um novo setor para coordenar as atividades de logística e mobilização em operações conjuntas e em missões de paz, com apoio logístico para os comandos operacionais, contingentes brasileiros no exterior e forças singulares, auxiliares e entidades civis.

S. Exa. o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, esteve em visita ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo no Rio de Janeiro, quando lhe foi apresentado o futuro Sistema de Gestão do Fluxo de Tráfego Aéreo, o chamado Sigma. A apresentação

foi na última segunda-feira, e esse sistema visa possibilitar ganhos na gestão das informações de tráfego aéreo e de planos de voos, bem como melhor uso da capacidade instalada de aerovias e aeroportos.

A expectativa é de que o Sigma, que disponibiliza suas informações pela Internet, ajude a reduzir atrasos, minimizar penalidades e melhorar o atendimento das companhias aéreas com reflexos positivos no serviço prestado aos usuários. Essa tecnologia deverá estar disponível para uso a partir de janeiro do ano que vem e poderá ser colocada em teste já na próxima edição da Copa das Confederações, em junho de 2013.

S. Exa. o Embaixador Celso Amorim, Ministro da Defesa, abriu o I Encontro Sul-Americano de Defesa, realizado no Memorial da América Latina, no último dia 6, em São Paulo.

Diz ele que a nova estrutura internacional do Brasil no século XXI requer Forças Armadas continuamente preparadas e modernizadas para a proteção de nosso patrimônio e de nossos interesses. Ele defendeu a aquisição de novas capacidades para a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, tal como previsto no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa, como forma de aumentar a dimensão preventiva do poder militar brasileiro. Amorim voltou a afirmar que o País precisa de capacidade dissuasória crível que o deixe preparado para eventuais ameaças externas.

O Exército Brasileiro e a Iveco assinaram – esta é uma boa notícia; as outras também o são, mas esta, em função do investimento realizado, me parece bem relevante –, na última terça-feira, o contrato para aquisição de 86 viaturas blindadas de transporte de tropas sobre rodas, o VBTP-MR Guarani, conhecidas como blindados Guarani. A cerimônia aconteceu no Salão de Honra do Ministério da Defesa.

A assinatura do contrato acontece quatro dias depois da publicação, no Diário Oficial da União, da autorização para a fabricação do lote de experimentação doutrinária dos novos blindados, que chegam para promover a reestruturação das forças mecanizadas do Exército brasileiro. O valor global do lote é de aproximadamente R\$240 milhões.

As 86 unidades representam o início da produção, pela Iveco, da encomenda prévia de 2.044 unidades do blindado para o Exército. As viaturas serão utilizadas pela Infantaria e Cavalaria da força terrestre, que farão uma experimentação operacional do produto. A expectativa é de que sejam entregues ao Exército cerca de 100 unidades por ano nos próximos anos.

E há aqui também uma nota importante que chama a atenção pelo inusitado.

A mobilização das tropas militares nas regiões de fronteira sul e oeste do Brasil resultou na apreensão

de 11.764 quilos de explosivos [ou seja, onze toneladas de explosivos foram apreendidas pelo Exército nas regiões da fronteira sul e oeste do Brasil, especificamente] no Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A maior carga foi localizada em Itiquira, região de Rondonópolis (MT) estocada num caminhão que transportava o produto para pedreiras da região, sem autorização. Somente no veículo, os militares encontraram 11.614 quilos – somente nesse veículo quase doze toneladas de explosivos, de dinamite.

Na segunda-feira última, soldados do Exército com apoio de agentes da Polícia Federal apreenderam 150 kg de dinamite nos Municípios gaúchos de Ametista do Sul e Frederico Westphalen.

Esses são os primeiros resultados da operação Ágata 5, deflagrada no início da semana numa área de 3,9 mil quilômetros de fronteiras com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Nas últimas horas, a participação de tropas se intensificou e chegam a 17 mil militares no patrulhamento nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Isso representa aumento de 70% do contingente militar e civil na fronteira.

Estranho essa presença. Nós estávamos acostumados até então e ouvíamos falar da apreensão de armas, de drogas, enfim, contrabando de produtos vários, mas nunca apreensão de explosivos, de dinamites. Quase doze toneladas em duas localidades específicas no Rio Grande do Sul, na fronteira entre Rio Grande do Sul e Mato Grosso!

Então, acredito que seja necessário se aprofundar para saber não somente a origem, mas quais os objetivos que aqueles que patrocinaram esse contrabando de explosivos tinham para cometer esse ato, tendo em vista que o Brasil será palco de grandes eventos: Copa das Confederações; a Jornada da Juventude, com a presença de Sua Santidade o Papa Bento XVI; depois, a Copa do Mundo, enfim. Mas temos confiança de que as autoridades militares, com o apoio da Polícia Federal e dentro do âmbito da Operação Ágata poderão detectar isso com presteza e elucidar para a tranquilidade da sociedade brasileira.

Outra nota:

Partiu do porto de Plymouth, na Inglaterra, nesta quarta-feira, o primeiro dos três novos navios-patrolha oceânicos de 2 mil toneladas [cada] comprados pela Marinha do Brasil, em dezembro de 2011 [...]. O destino é o Rio de Janeiro, onde a embarcação, nomeada “Amazonas”, integrará oficialmente a frota da Marinha.

Os novos navios-patrolha serão responsáveis pela fiscalização e proteção das águas jurisdicionais brasileiras. Em tempos de paz, eles ajudarão a resguardar os recursos do mar territorial [o que é muito importante

em função da descoberta dessas reservas de óleo na área chamada de pré-sal], reprimir atividades ilícitas (pesca ilegal, contrabando, narcotráfico e poluição do meio ambiente marinho) e contribuir para a segurança de instalações costeiras e plataformas marítimas contra ações de sabotagem.

Outro comunicado com relação à Síria:

A questão na Síria, como todos nós temos acompanhado, torna-se cada dia mais grave. O país vive uma situação de guerra civil e os combates se dão nas principais cidades.

Nem mesmo Damasco, a capital, está imune à escalada da violência, o que obrigou o Governo brasileiro a retirar os diplomatas e funcionários de nossa embaixada e abrigá-los, provisoriamente, em Beirute.

Os esforços das Nações Unidas têm se mostrado inócuos, principalmente em função da profunda divisão de opiniões entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Com isso, a missão do enviado especial conjunto das Nações Unidas e da Liga Árabe para a crise síria, o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, chegou a termo por decisão dele próprio, porque ele não encontrou as condições necessárias para uma mobilização diplomática internacional que pudesse evitar a deflagração de um conflito civil, assim como a encontrar solução negociada para Síria, plenamente respaldada pelo sistema multilateral.

Verificou, igualmente, que as partes em conflito não têm compromisso com a paz negociada e estão decididas a intensificar os combates, que já custaram milhares de vidas.

A inação da comunidade internacional reflete-se num impasse político interno na Síria. Há evidências de que elementos vinculados a movimentos jihadistas estão crescentemente envolvidos no conflito e há grande preocupação quanto à segurança dos estoques de armas químicas e biológicas em poder do governo sírio.

O Sr. Kofi Annan, em matéria assinada, publicada no jornal *Financial Times*, afirma que:

Medidas militares, por si só, não serão capazes de solucionar o conflito. [Acho que todos nós concordamos.] Igualmente, uma agenda política, que não é nem inclusiva nem abrangente, também tenderá a falhar. A distribuição de forças e as divisões da sociedade síria são de tal ordem que somente uma transição política negociada com seriedade pode ter a esperança de dar fim ao regime repressor do passado e evitar um futuro torvelinho de guerra vingativa e sectária.

Fecho aspas para essa declaração do Sr. Kofi Annan, em matéria publicada no *Financial Times*.

E continuo agora.

Existe um claro interesse entre as potências internacionais e, também, as potências regionais em que se alcance uma transição política negociada. Uma conflagração total da região trará consequências para todo o mundo. Isso significa, nas palavras de Kofi Annan, que países como a Rússia, a China e o Irã devem enviar esforços num processo de transição política, reconhecendo que o atual governo perdeu toda a legitimidade.

Para os Estados Unidos, Reino Unido, França, Turquia, Arábia Saudita e Qatar, significa pressionar a oposição e aceitar um processo político verdadeiramente inclusivo, que deverá contar com comunidades e instituições associadas ao atual governo.

Trata-se de um acordo nacional abrangente, generoso e com visão de futuro, mas exigirá o engajamento sério e honesto da comunidade internacional. Não haverá paz na Síria se as potências mais diretamente ligadas ao conflito insistirem em temerários exercícios de geopolítica, reminiscências da Guerra Fria que ainda insiste em se fazer lembrar.

A chamada Primavera Árabe trouxe novos arranjos políticos para toda a região do Oriente Médio e norte da África, mudanças cujo alcance e profundidade ainda não estão claros, mesmo para os mais atentos analistas. Poderá representar uma renovação das sociedades árabes, com maior respeito aos anseios de suas populações, mas também pode significar a mera alternância de uma elite repressora e tacanha por outra igualmente pouco iluminada. A solução negociada, expedita e, principalmente, autóctone da crise síria é indispensável para o desenvolvimento e futuro de toda a região e, também, do resto do mundo.

Iniciando a pauta do dia de hoje...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, ouço S. Exa., a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu esperei que V. Ex^a fizesse o relatório, sobretudo essa questão da apreensão dessa carga enorme de dinamite na fronteira. Na apreensão não foi vista a procedência da verificação de origem desse arsenal de dinamite e, aparentemente, Presidente Fernando Collor, esse material explosivo é destinado a explosões de minas para efeito de exploração de pedras semipreciosas. No caso dessa cidade Ametista do Sul, no meu Estado, é um Município que tem uma grande produção de pedras semipreciosas, em minas, e para tal exploração precisa certamente de algum uso de explosivo. Não sei se é o mesmo caso de outras. É uma suposição. É uma perspectiva aparente de minha parte nesse aspecto.

Mas não houve, nessa apreensão, a identificação da origem desse material explosivo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, não houve. O material explosivo estava sem qualquer documento...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nem a procedência de país?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nem a procedência de país. Quer dizer, entendo que as Forças Armadas, juntamente com a Polícia Federal e juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, que estão juntas nessa operação Ágata, estão fazendo uma análise e estarão nos informando proximamente.

Foi muito boa a colocação de V. Exa., porque isso já nos retira um pouco a preocupação de que eventualmente possam esses explosivos estar sendo destinados a outros fins não meritórios.

Mas, no caso de Ametista do Sul, como V. Exa., agora, explica, é possível, sim, que esses explosivos estejam sendo destinados para a exploração de pedras preciosas, como também, em São Paulo, existem muito tráfego de explosivos, em função das pedreiras que ali existem.

Mas toda essa movimentação precisa estar com sua documentação, com a origem, a finalidade para a qual irá servir e a procedência, sobretudo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso reforça, apenas para concluir, Presidente Fernando Collor, a necessidade de o Brasil implementar uma política de fronteira eficaz, efetiva e eficiente também.

Nesta comissão foi aprovado um relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti, de um projeto do Deputado Marco Maia, em que sou relatora na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, que cria as chamadas lojas *free shops* em região de fronteira. São 28 cidades gêmeas nas fronteiras, do Oiapoque ao Chuí. E isso serve também de elemento de desenvolvimento e mais controle sobre mobilidade urbana, sobre área de consumo. Porque, hoje, nossa fronteira, como foi dito na Comissão de Assuntos Sociais por um delegado da Polícia Federal responsável pela área de entorpecentes, é um verdadeiro queijo suíço e que há falta de efetivo para o controle de fronteira, sobretudo no caso das drogas; se fosse aumentado, poderia duplicar ou triplicar o volume de apreensão de drogas, porque a fronteira serve muito para esse tráfico; e não só contrabando, mas tráfico de pessoas, de armas e de drogas. E que está faltando também, imagino, uma ação mais efetiva por parte do Governo brasileiro no sentido de estimular.

Esse projeto está enfrentando resistências da Receita Federal, porque tem dificuldades de imple-

mentação. Então, penso que iniciativas que venham desenvolver econômica e socialmente essas regiões, hoje todas elas deprimidas e também enfrentando uma concorrência muito desleal do lado de cá da fronteira. Isso acontece em Mato Grosso do Sul, que tem dois países de fronteira, Paraguai e Bolívia, e no meu Estado, que tem o Uruguai e a Argentina, da mesma forma. Com o estabelecimento de free shop do lado uruguaio, faz com que empresas estabelecidas do lado brasileiro, do lado do território gaúcho, como Sant'Ana do Livramento, por exemplo, onde uma rua divide o Brasil e o Uruguai, na cidade de Rivera, enfrentem uma concorrência desleal, e o comércio está fechando as portas por conta disso.

Então, já passou por esta Comissão, aprovado, e eu queria dizer apenas como referência a isso, da necessidade de o Governo brasileiro, imediatamente, ter essa iniciativa em relação à fronteira brasileira; não só nessa questão que V. Exa. trouxe à luz, como informação do Ministério do Exército ou das Forças Armadas e também da Polícia Federal.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senadora Ana Amélia.

Esta Comissão, naturalmente, já está aguardando outras informações da operação Ágata, que está, como eu disse aqui, com 17 mil homens nessa faixa de fronteira atuando já com os objetivos para que foi criada a operação Ágata e com êxito. Então, esperamos as informações precisas das Forças Armadas, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, conjunta dessas forças, trazendo à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional especificamente uma explanação sobre esses explosivos, para que se destinavam, a sua origem, por que estavam sem documento. E espero que as notícias nos tranquilizem.

Em relação ao projeto de criação desses *free shops* na fronteira, que aqui já foi objeto de deliberação e aprovação, eu acabei de ler requerimento de autoria de S. Ex.^a o Senador Pedro Simon em que ele solicita seja formulado convite ao Sr. Secretário da Receita Federal para vir aqui tratar de um tratado de bitributação com os Estados Unidos. Talvez nesse momento pudesse ser também oportunidade de nós tratarmos com ele do porquê das dificuldades. Conforme V. Ex.^a acaba de informar, a Receita Federal ou órgãos do Governo estão colocando algumas dificuldades. Qual é o receio que eles têm em relação a isso?

A SR.^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada,

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Bom dia, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom dia, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria trazer uma questão a esta Comissão e ver se nós teríamos condição, por meio dessa Presidência, de interceder ou sugerir: o fato de o Paraguai estar nos ameaçando de não nos ceder os 40% de excedente da energia. Foi comunicado agora. Nós viemos da Comissão da Agricultura com esse fato, que, para nós, é realmente muito pesado para o Brasil. É uma represália que ele está fazendo, óbvio, pela não aceitação nossa e da Argentina no Mercosul.

Vai criar um impasse, e um impasse diplomático nessa história. É evidente que uma briga não nos interessa. É inócuo o que ele quer fazer em função de ele não ter o que fazer com essa energia. Essa energia vai para ponta e vai sumir. Então, ele está nos ameaçando a nós e à Argentina.

Não sei se por meio desta Comissão, podemos sugerir uma reunião diplomática ou o que pode ser feito. Estou suscitando o assunto para que, com a experiência que o Presidente tem, ver o que nós podemos contribuir com isso, para que não haja um hiato. Mesmo que isso amanhã se resolva, pode levar muito tempo e os prejuízos para nós serão incalculáveis. E também para o Paraguai, acredito, porque ele precisa dessa receita, porque a hora em que ele, dentro do acordo, não nos repassa esse excedente, ele não tendo o que fazer, ele está alegando que ele vai aumentar o parque industrial. Ora, o Paraguai precisaria no mínimo de 10 anos, se fosse muito ativo, para poder usar esse excedente.

Então, eu deixo aqui essas considerações para que o Presidente avalie e veja se há alguma possibilidade de, por meio da Comissão e da Presidência de S. Ex^a, podermos agir nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, S. Ex^a o Senador Cyro Miranda.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é muito oportuno o tema levantado pelo Senador Cyro Miranda, porque isso é objeto realmente de preocupação. Eu mesmo fui abordado pela imprensa quando chegava aqui ao recinto da nossa Comissão sobre esse tema.

O Brasil, como todos nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é bastante dependente dos seus vizinhos em matéria energética. Claro, dependência maior com o Paraguai, razão da importância do fornecimento de Itaipu para o sistema energético brasileiro. Mas também somos dependentes da Bolívia, do gás da Bolívia. Somos dependentes também da Venezuela, importação de petróleo e fornecimento de energia elétrica para a Região Norte do País. Esse grau de dependência recomendaria uma postura de absoluto respeito à letra, ao espírito e à letra dos tratados e acordos internacionais livremente estabelecidos entre as nações.

Acontece que o Brasil vem brigando com fogo nessa matéria. A sua política externa em relação a esses países vem atendendo a interesses políticos e ideológicos que não coincidem necessariamente com o interesse nacional. Já em relação ao Paraguai, o aumento do preço da energia paga ao Paraguai, fornecida pelo Paraguai, atendeu, na minha opinião – expressei esta opinião naquele momento – a uma pressão política do ex-Presidente Lugo, e a urgência com que foi votado também atendeu ao interesse imediato da Presidente, que faria uma visita àquele país. Essa concessão se deu após várias concessões de aumento desse multiplicador do preço da energia durante o governo do Presidente Lula.

Em relação à Bolívia, o Brasil também não reagiu à altura quando houve agressão da Bolívia contra um patrimônio brasileiro.

A admissão da Venezuela no Mercosul e, anteriormente, a “suspensão” – entre aspas – do Paraguai do bloco também atenderam a interesses políticos. Eu não diria ideológico porque eu realmente não sei, Sr. Presidente, o que significa esse tal de bolivarianismo. Realmente, eu não tenho condições de entender o que significa isso. Acho que ninguém tem. Mas existe um negócio aí, esse negócio de bolivarianismo, que é uma besteira. Estão arruinando a Venezuela. Mas, enfim, o fato é que, quando se confunde o interesse nacional com o interesse político e ideológico de quem está no governo, especialmente levando em conta a fragilidade institucional, que ainda é uma marca da América Latina, nós estaremos brincando com fogo. E o resultado é esse.

Eu penso que essa ameaça não vai se efetivar, e até mesmo o Presidente já teria enfim dito, deixado o dito pelo não dito. Mas sempre paira isso no ar. E essa instabilidade se deve, no meu entender, a esse jogo político malfeito, canhestro que seguramente não atende mesmo às tradições de qualidade da diplomacia brasileira.

Convidamos aqui o Ministro de Relações Exteriores que, no meu entender, demorou em atender ao convite e, quando veio, blindou-se dentro de um mantra que repetiu até o fim da reunião, sem dar explicações convincentes, sem se aprofundar nas raízes das explicações da atitude do Brasil nesse episódio do Paraguai.

É essa observação que eu queria fazer a V. Exa., com tristeza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelas suas colocações, e também a S. Exa., Senador Cyro Miranda.

Eu gostaria de, até onde vai o meu conhecimento, prestar esclarecimentos sobre essa questão da declaração de um alto funcionário do governo paraguaio sobre o não fornecimento dos 40% de energia excedente de Itaipu que o Brasil consome. Essa notícia não foi confirmada oficialmente e o Itamaraty não tem nenhuma informação oficial sobre isso. As notícias que nós temos dos fatos, de que temos conhecimento são de que o Brasil vem financiando a construção de uma linha de transmissão que vai, com a energia de Itaipu, até a capital Assunción, porque as condições atuais das linhas de transmissão paraguaias não suportam a energia que tem geração em Itaipu para fazê-la chegar até a capital Assunción.

Há também um desejo do governo paraguaio de fazer a utilização de parcela dessa energia para financiar, para ajudar no seu processo de desenvolvimento. Para nós, brasileiros, é importante que os países nossos vizinhos estejam em condições de promover o seu próprio desenvolvimento. Porque no fundo, no fundo, nós aqui é que somos anômalos neste nosso continente, porque o Brasil é uma ilha. As nossas raízes são diferentes das raízes culturais e históricas dos países que fazem fronteira com o Brasil, os nossos heróis são outros. Por isso, como disse S. Exa. o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a questão de Bolívar está tão distante de nós quanto a questão de Tiradentes, ou Pedro Álvares Cabral, ou D. Pedro I, está distante dos outros países.

Então, esse é um movimento circunscrito a uma determinada área da América do Sul, que tem como foco a Venezuela, com a questão de Bolívar, mas, aqui no Cone Sul, já não tem o mesmo eco porque os heróis daqui, do Cone Sul, do lado de língua espanhola são San Martín e outros, diferentes dos nossos heróis.

É muito difícil para o Brasil, que fala uma língua diferente, que tem uma cultura diferente, que tem heróis diferentes e com a posição, hoje, de sexta economia do mundo, ser um país com uma responsabilidade, nessa parte do mundo, muito grande. Geopoliticamente falando, hoje, cada vez mais, é importante que

o Brasil tenha essa compreensão para com algumas bravatas que são feitas por nossos coirmãos dirigentes de outros países, como, por exemplo, a Bolívia. O que aconteceu na Bolívia é algo que poderia ter sido feito de outra maneira. É claro que nenhum de nós pode concordar com o ato em si, a maneira como ocorreu, a invasão de uma empresa brasileira do modo que foi feita, em função da questão do gás. Mas acontece que a Bolívia, se procurarmos ver outro lado, a única riqueza que ela tem é o gás. Aquilo foi uma questão de afirmação nacional. A Bolívia, por sinal...acho que são dois países do nosso entorno, Senador, que têm superávit na balança comercial; um deles é a Bolívia. Nós somos deficitários em nossas relações em função da questão do gás.

Então, se nós procurarmos fazer essa outra leitura, poderemos entender o porquê daquele movimento ali feito.

Na questão do Paraguai, dos recentes acontecimentos, realmente, eu compartilho das suas preocupações. Foi algo que fugiu um pouco da tradição diplomática do Brasil, mas existem aí interesses de dois governos e não somente do Brasil, mas também de outros países, como o da Argentina e o do Uruguai, enfim, que levaram a que esse desfecho, que não me pareceu dos mais saudáveis e positivos, fosse levado a termo.

No entanto, o que eu posso dizer, como afirmação da preocupação que aqui foi expressa, pela ordem que foi solicitada, em relação à declaração recente de que a energia de Itaipu não seria mais destinada ao Brasil, é que nós temos um contrato até 2023, quando se encerra o contrato com Itaipu. A revisão dessas tarifas, das notas reversais do Tratado de Itaipu, foi exatamente em função disso, numa manifestação de boa vontade do Brasil com o nosso vizinho, o Paraguai, e também um sinal de que a partir de 2023, quando o Paraguai ficará liberado para comercializar seu excedente de energia com quem ele quiser, que nós tenhamos preferência em relação a isso. De modo que eu acredito que essa declaração não tenha passado de uma declaração infeliz de algum alto funcionário do governo paraguaio, visto que o Itamaraty não tomou, oficialmente, conhecimento dessa declaração, nenhuma comunicação foi feita e, portanto, por notícias da imprensa somente, nós não podemos nos deixar levar. Mas, de qualquer forma, já foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores para qualquer afirmação oficial nesse sentido que esta Comissão seja imediatamente comunicada.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, ainda ontem, tivemos aqui, no Senado Federal, na Subcomissão da Água, uma visita, na verdade, uma audiência pública para expor um dos programas de sustentabilidade da Itaipu, que é o Cultivando Água Boa. Estava aqui um dos seus diretores, pela manhã toda, começou às 8 horas e foi até perto das 10 horas da manhã, e nenhuma notícia dessa nos foi dada com relação à suspensão pelo Paraguai do excedente da sua energia elétrica.

Hoje de manhã, acompanhei os telejornais e nos traz uma preocupação. Acho que esta preocupação... e é lógico o seu raciocínio, no sentido de que o prejuízo é muito mais para eles, porque eles têm no seu orçamento inserido esse valor. Haveria a quebra de um contrato, um contrato internacional, regido pelas leis internacionais, uma perda de receita considerável, fato que a Itaipu Binacional é a maior fonte de receita daquele país e não tem o que fazer com o excedente porque não tem nem mesmo linhas de transmissões, que estão sendo construídas agora numa parceria com o Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E a relação com a Argentina não é muito boa, não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É, com a Argentina também não está muito boa, tem lá outra usina no mesmo sentido.

O Paraguai, os nossos irmãos paraguaios... e aqui temos uma subcomissão que foi criada e gerada aqui dentro da Comissão de Relações Exteriores, é uma comissão externa para tratarmos da questão dos brasiguaios, não da crise política do Paraguai, mas das relações dos brasileiros e seus descendentes que vivem naquele país. Então, essa Comissão tem, realmente, se preocupado muito com o Paraguai nos últimos tempos e com essa instabilidade muito mais política que vive aquele país e as relações diplomáticas com os seus vizinho, sem apontar responsáveis ou não nesse processo todo.

Mas me preocupa também, porque veja só, hoje, temos o que é fato que o Brasil é uma das energias elétricas mais caras do mundo, que impacta diretamente dentro do custo da produção. A interrupção – mesmo que o Paraguai, de repente, por um mês, dois meses, decida fazer como se fosse uma operação padrão para mandar uma mensagem ao Brasil – da transmissão dessa energia ao Brasil, da venda desse excesso ao Brasil, pode causar transtornos realmente drásticos a nossa economia.

Então, temos que olhar isso com atenção e chamar à conversa o Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, para, realmente, vermos a que ponto vai

isso. Hoje à tarde, vou conversar com a Ministra Gleisi Hoffmann, Senadora e, hoje, Ministra, sobre esse assunto, porque é realmente preocupante e parece-me que está sendo sugestionado um início de repúdio a algo que começou, há alguns meses, quando da suspensão do Paraguai do Mercosul.

Então, acho que esta Comissão tem, sim, um papel importante nesse processo de ouvir, e de conversar, e de sugerir medidas para que isso não venha a prejudicar nem o povo brasileiro, nem o povo do Paraguai.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Fernando Collor, corroborando com as informações que V. Ex^a traz, no sentido de tranquilizar as autoridades brasileiras, ainda que a necessidade de estarmos em alerta permaneça, mas a imprensa paraguaia não dá nenhum sinal de manifestação oficial do governo paraguaio em relação a isso. Pelo contrário, o que ela vem trazendo é uma reflexão a respeito da possibilidade de o governo paraguaio enviar para o Congresso um plano no sentido de maior aproveitamento da energia para o desenvolvimento do país. E isso tem tudo a ver com esse prazo até 2023, quando está em plena vigência o acordo bilateral para utilização dessa energia, de tal maneira que eu acho que está completamente descartada a possibilidade de uma interrupção desse fornecimento de energia.

O que pode realmente estar havendo é um estudo no sentido de mandar para o Congresso e ter apreciação no longo prazo, e aí, sim, com conversações diplomáticas apropriadas para entendimentos futuros. Mas, não vejo nenhum sinal de uma atitude abrupta por parte do governo paraguaio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a., Senador Aníbal Diniz, pelas suas palavras tranquilizadoras, que serão ratificadas – eu não tenho dúvida – por uma nota do Ministério das Relações Exteriores, que eu solicitaria a S. Ex^a. o nosso Embaixador Pedro Bório que, se possível, providenciasse para que nós pudéssemos lê-la na nossa próxima reunião.

Dando início, portanto, à nossa pauta do dia de hoje: item 1. Antes disso, peço licença a V. Ex^{as}., porque, na justificação do requerimento apresentado por S. Ex^a., o Senador Pedro Simon, ele cita, em algum momento, o nome de uma Sra. Anna Lygia, atribuindo a ela uma frase, apenas corroborando o que ele aqui

solicita. Nada demais. Apenas, como não veio junto ao seu nome a sua qualificação, a sua origem, a Sra. Anna Lygia, aqui citada na justificação do requerimento apresentado por S. Exa. o Senador Pedro Simon, o nome completo dela é Anna Lygia Costa Rego, é advogada associada do escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados; ela participou do XIII Congresso de Auditoria Interna e Compliance, em São Paulo, no dia 8 de maio de 2012, congresso esse patrocinado pela Febraban, e essa frase dela, citada na justificação apresentada no requerimento do Senador Pedro Simon, foi expressa no decorrer desse congresso, que tratou, entre outras coisas, desse tratado que está sendo discutido aqui na Comissão, cujo relator é S. Exa. o Senador Ministro Francisco Dornelles, para ser oportunamente levado à deliberação de V. Exas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Exa. o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com respeito à questão do Paraguai, acredito que V. Exa. tenha já bem explicado. Na verdade, o Presidente Franco informou que iniciou um processo para o desenvolvimento de um plano estratégico que ainda será objeto de apreciação pelo Congresso paraguaio. Então, ainda não há uma definição clara.

Mas eu queria aqui dizer que estamos de acordo com o pronunciamento de V. Exa. com relação ao apelo para que, na Síria, haja a solução pacífica do conflito que lá se desenvolve e que impressiona a todos nós, inclusive a tantos brasileiros que têm origem na Síria e nos países árabes. É importante, então, o apelo de V. Exa., que tem o apoio e está condizente com a posição do Governo brasileiro no sentido de procurar colaborar em tudo para uma solução pacífica e negociada e evitar morte e ferimento de tantas pessoas, o que tem, nas últimas semanas e meses, impressionado o mundo.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy pelas suas palavras.

Recebo aqui um pedido de inversão de pauta por parte de S. Ex^a o Senador Paulo Bauer, que eu gostaria de colocar para deliberação dos Srs. Senadores.

É uma deliberação relativamente rápida. Sobre o Item nº 3, de caráter terminativo. É o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011, que altera o art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Eu coloco à deliberação das Sras. e Srs. Senadores se concordam com a alteração da nossa pauta, passando o Item nº 3 a ser o item nº 1.

As Sras. e Srs. Senadores que aceitam essa alteração permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, passamos à leitura do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011, e seu consequente relatório, que trata da alteração do art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2011

– Terminativo –

Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (“Dispõe sobre o Estatuto dos Militares”), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Paulo Bauer

O relatório é pela rejeição da matéria por inconstitucionalidade formal.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Paulo Bauer para proferir rapidamente o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Eu fui incumbido de relatar a matéria, e conforme V. Ex^a já anunciou pela leitura da ementa, eu vou ser breve na manifestação, uma vez que meu parecer é pela rejeição, embora quisesse, com muito prazer, atender ao Senador Crivella, com quem tenho excelente relacionamento, manifestando-me favoravelmente.

Mas isso não foi possível, por isso mesmo dou aqui as razões da minha manifestação contrária.

A decisão da Comissão mostra-se correta, pois a matéria abordada no projeto está inserida no rol daquelas que o legislador constitucional reservou para serem reguladas por lei de autoria do Presidente da República.

O vício de inconstitucionalidade decorrente da autoria parlamentar do PLS 128, de 2011, é incontornável. Como bem apontou o parecer da CE, o STF adota o entendimento de que sequer a sanção expressa do chefe do Poder Executivo tem o condão de sanar a inconstitucionalidade decorrente de violação de reserva de iniciativa presidencial.

Vale registrar, nesse sentido, que não existe obstáculo regimental para que qualquer comissão do Senado Federal adote parecer pela rejeição por inconstitucionalidade, e não por mérito, de uma proposição.

A atribuição, pelo Regimento Interno da Casa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de competência para opinar sobre a constitucionalidade

dos projetos que lhe forem submetidos não exclui a possibilidade de as demais Comissões emitirem juízo sobre constitucionalidade, pois a conformidade com os preceitos da Constituição é requisito essencial de validade das normas.

No caso em questão, o controle de constitucionalidade exigido pela CE, e sobretudo por esta Comissão, à qual cabe o exame terminativo da matéria, reveste-se de importância ainda maior, visto que a matéria não foi distribuída à CCJ.

A despeito do vício de constitucionalidade formal do projeto, que impede sua aprovação, devemos apontar seu mérito. O objetivo da proposição é o de fixar em lei os requisitos para ingresso nas Forças Armadas, inclusive os relativos à idade dos candidatos, atendendo à disposição expressa no art. 142, § 3º, inciso X da Constituição Federal.

É de se destacar que após a apresentação do PLS nº 128, de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, que dispõe sobre o ensino na Aeronáutica, regulando os requisitos de ingresso naquela força. Os requisitos para ingresso na Marinha e Exército, por sua vez, são objeto de regulamentação, respectivamente, dos Projetos de Lei nºs 2.843 e 2.844, de 2011, apresentados pelo Poder Executivo em 1º de dezembro daquele ano e já aprovados terminantemente pelas comissões da Câmara dos Deputados.

Fica, assim, evidenciado o mérito da proposição em análise, não obstante sejamos levados a rejeitá-la por violar a reserva de iniciativa do Presidente da República, firmada no art. 61, § 1º, inciso II, letra f, da Carta Política.

Voto.

Diante do exposto, voto é pela rejeição por inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011.

Esse era o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Paulo Bauer pela leitura de seu relatório relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011, de caráter terminativo.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto.

A votação é nominal.

S. Exªs os Srs. Senadores que votarem “sim” votam com o Relator. Vou começar a fazer a chamada por S. Exª o Senador Anibal Diniz.

Como vota V. Exª?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Não. Não ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Voto conhecido de S. Exª o Senador Paulo Bauer.

Senador Fernando Collor: com o Relator.

S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Vota “sim” quem votar com o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Pela ordem. Então, eu me enganei. Eu achava que estava votando “não” por achar que estava sendo contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Não, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Então, estou votando o parecer o relator. Então, “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Então, vou fazer a correção do voto de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Ele vota “sim”, com o parecer do Relator. E o parecer do Relator é rejeitando o projeto.

S. Exª o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – S. Exª o Senador João Ribeiro vota “sim”.

Então, o parecer de S. Exª o Senador Paulo Bauer, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, foi apro-

vado, com 11 votos dos Srs. Senadores presentes. Foi aprovado o parecer do Relator Senador Paulo Bauer, pela rejeição da matéria.

Passa-se, agora, ao item 2, caráter não terminativo.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *ad hoc*)

Relatoria ad hoc: Senador Sérgio Souza

Observação: no dia 12 de julho de 2012 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

O item 2 passa a ser o item 3 da pauta. Não terminativo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *ad hoc*)

Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Suplicy

Observação: no dia 12 de julho de 2012 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Embaixadores Nei Futuro Bitencourt, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade, e o Sr. Embaixador João André Pinto Dias Lima, indicado para a República Federal da Nigéria.

Sejam V. Exas. bem-vindos a esta Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador João André Pinto Dias Lima, indicado para a República Federal da Nigéria.

V. Exa. disporá dos 15 minutos regimentais para sua exposição; em seguida, será concedida a palavra a S. Exas. os Srs. Senadores que desejarem inquiri-lo.

Tem V. Exa. a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem ao Sr. Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu peço desculpas ao Embaixador João André por pedir a palavra pela ordem quando S. Exa. já tinha a palavra, mas tenho a preocupação quanto ao quórum para votação de outros embaixadores que precisam merecer a votação no dia de hoje, enquanto é feita a audiência com os presentes, e por isso requeiro a V. Exa. que, se possível e com a manifestação e aquiescência do plenário, nós pudéssemos iniciar a votação de forma que se um ou dois Senadores tiverem que se ausentar possam proceder e participar do processo de votação que será feito na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Coloco a deliberação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Pedido avalizado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Exa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Também eu, Sr. Presidente, pela ordem, avalizo o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Bom, eu ia colocar a deliberação do Plenário, tenho que fazê-lo, coloco a deliberação de V. Exas., a solicitação feita por S. Exa. o Senador Paulo Bauer para que seja declarado aberto o processo de votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Declaro aberto, portanto, o processo de votação, conforme o parágrafo 4º do artigo 3º do Ato nº 1 de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

S. Exas. os Srs. Senadores que desejarem fazer uso do voto poderão fazê-lo. Aberto o processo de votação para os Itens 2 e 3 da pauta, originalmente itens 1 e 2. Passou por solicitação e aprovação do Plenário o Item 3 da pauta, que passou a ser o Item nº 1, que foi agora avaliado por S. Exas.

Portanto, os que estão agora em processo de votação são os Itens renumerados 2 e 3 da pauta da reunião de hoje, que tratam da sabatina ou da inquiri-

ção desta Comissão aos Srs. Embaixadores Nei Futuro Bitencourt, indicado para a República do Cameroun e cumulativamente para o Chade, o João André Pinto Dias Lima, indicado para a República Federal da Nigéria.

O Sr. Embaixador João Andre Pinto Dias Lima tem, agora sim, a palavra para fazer a sua exposição.

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente; Srs. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Sr. Senador Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy; relator ad hoc da mensagem. Sou muito grato pela oportunidade de estar perante esta Comissão e receber a arguição de V. Exas. quando a Senhora Presidente da República me faz a honra de propor o meu nome a esta Casa para Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

É um país onde se encontram raízes fortes da nossa cultura e com o qual mantemos, desde a sua independência, relações mais do que amistosas e sempre em progresso, tanto no plano político, quanto no plano econômico e comercial e naturalmente cultural, ainda que os nossos vínculos recíprocos se tenham iniciado muito antes daquele primeiro de outubro de 1960.

Vou fazer uma apresentação razoavelmente breve, levantando apenas alguns pontos para a arguição e para a troca de ideias que poderá ocorrer a critério de V. Exas.

As perspectivas da África, em geral, neste século que se inicia, são muito promissoras, já se fala, inclusive, no renascimento africano. Vários países estão conhecendo maior estabilidade política, vários já adotam regimes democráticos, estão consolidando as suas instituições, a sua prática política. No campo econômico, a África tem crescido mais do que outras regiões do mundo: seis das dez economias que crescem mais rápido no mundo estão na África. E a população vem crescendo também. Já se fala, inclusive, que, em 2050, serão praticamente dois bilhões de pessoas na África. E como a idade média de agora de 20 anos, em comparação com 30 anos na Ásia e 40 anos na Europa, já se fala que se estará dando início, possivelmente, a um processo semelhante ao que a China passou, que a Ásia passou há 30 anos e ao que a Índia passou há 20 anos. Há, inclusive, uma expressão para representar isto: são os leões africanos, em comparação, em analogia aos tigres asiáticos.

E a Nigéria é um desses países. É o mais país populoso da África, é o 7º país mais populoso do mundo, portanto, é o maior mercado da África. Em 2050, prevê-se que poderá ser o 3º país mais populoso do mundo depois de China e Índia. A taxa do PIB tem crescido consistentemente nos últimos 10 anos, a uma média de 7% ao ano; o FMI tem dito que a economia é robusta, que as perspectivas são robustas, já é a 2ª

economia do continente africano, por enquanto. As projeções são de que, em 2025, já possa passar a África do Sul e se tornar a primeira da África.

Em 2016, prevê-se que a renda per capita deve chegar a US\$2,5 mil, portanto, estaria entrando na faixa dos países de renda média.

Falar em Nigéria é um pouco também falar no petróleo nigeriano. É o 6º maior exportador de petróleo do mundo, dos maiores produtores de petróleo do mundo, uma das maiores reservas do mundo e é responsável por cerca de 90% das receitas de exportação da Nigéria, por cerca de 80% das rendas do orçamento e as perspectivas são de que passem, inclusive, dos 3 milhões de barris diários agora para 4 milhões num futuro muito próximo.

A Nigéria, há uns anos, nesse novo governo, lançou um programa chamado Visão 2020, também de parcerias público-privadas, para incentivar, promover, voltado a desenvolver a infraestrutura do país. Por exemplo, de energia elétrica produz apenas 2,5 mil a 3 mil megawatts, enquanto que as necessidades do país chegam a 20 mil a 30 mil, e várias empresas... inclusive, eu estive, agora, conversando com o representante da Andrade Gutierrez, que me disse que a própria Andrade Gutierrez deve abrir um escritório em Abuja, nos próximos dias, para exatamente examinar esse potencial, essa possibilidade de negócios na área de infraestrutura, portos, telecomunicações. Para se ter uma ideia, hoje em dia, na Nigéria, já são 95 milhões de linhas de telefone celular. A área agrícola também é uma área que pode ser muito interessante. A agricultura ainda é um pouco incipiente, com técnicas tradicionais, ultrapassadas, com apenas 2% da produção voltados à agroindústria.

No entanto, o maior desafio, sempre, da Nigéria é como conciliar crescimento e desenvolvimento. A concentração de renda, nesse período, apesar de muito crescimento econômico, tem aumentado também. Hoje em dia, a proporção de pessoas que vivem com até US\$1,25 por dia aumentou de 56% para 61% em seis ou sete anos. A educação também... Cinquenta por cento das crianças ainda estão fora da escola.

Do ponto de vista das relações com o Brasil, o Brasil foi o único país da América do Sul convidado para participar das cerimônias da independência, em 1960. Em 1961 foram estabelecidas relações diplomáticas. Em setembro, agora, vai fazer cinquenta anos que o primeiro representante brasileiro, então encarregado de negócios, chegou. Temos mantido, durante todo esse tempo, um diálogo muito profícuo, muito presente com a Nigéria. A Nigéria é um país fundamental para o Brasil, e as perspectivas de comércio são as melhores possíveis.

A Petrobras está na Nigéria, com um escritório, com grande investimento. Hoje em dia, é da Nigéria que vêm 56%, mais da metade, do petróleo brasileiro. A Nigéria, por isso, é responsável pelo segundo déficit do comércio bilateral, do comércio do Brasil com o mundo. O primeiro déficit é com os Estados Unidos e o segundo déficit é com a Nigéria, em função exatamente dessa grande importação que nós temos do petróleo nigeriano.

São várias as oportunidades também na área de agricultura, com a Embrapa. Há programas já em desenvolvimento na área de cooperação técnica com a Embrapa.

Agora, neste momento, o governo de Lagos está querendo conversar. Já manifestou o interesse, junto com a Unicef, de desenvolver um programa. Querem ver o Brasil desenvolver o programa Bolsa Família lá, como um modelo que, depois, se der certo, irá para todo o país.

É muito importante essa, vamos dizer assim, cooperação nessa área também. A Nigéria está interessada no programa Mais Alimentos, do MDA, pelo qual se concede financiamentos para aquisição de implementos agrícolas brasileiros, maquinaria e também desenvolvimento de cooperação técnica. Portanto, são mais do que promissoras as relações do Brasil com a Nigéria.

No plano internacional, a Nigéria se coloca, se vê como a voz da África, em função do seu tamanho, em função da sua população. É um interlocutor muito importante para todos os países, vamos dizer assim. Hoje mesmo a Secretária de Estado Hillary Clinton está na Nigéria, discutindo, entre outras questões, o aumento da produção da compra de petróleo pelos Estados Unidos. A Nigéria fornece quase metade do petróleo que exporta para os Estados Unidos.

No plano interno, a Nigéria vem se mantendo estável institucionalmente, com eleições em 1999, com outras eleições gerais em 1999, com eleições em 2003. Foi a primeira vez na história, em 2003, que um presidente eleito e reeleito, no caso, consegue assumir o seu cargo. Em 2007, novas eleições. Primeira vez que um presidente passa o poder para outro presidente eleito. Houve um momento de instabilidade, quando da doença desse Presidente Yar'Adua, que assumiu em 2007. Ele ficou doente e veio a falecer, assumindo o vice-presidente, que, em 2011, acabou elegendo-se presidente, o atual Presidente Jonathan.

Há questões que vêm contribuindo para uma certa estabilidade política e até econômica da Nigéria...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – Deixo esses temas, então, talvez para o debate que imagino teremos *a posteriori*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador João André Dias Lima, indicado para a República Federal da Nigéria, pela sua exposição.

Passo a palavra, em seguida, ao Embaixador Nei Futuro Bitencourt, indicado para a República de Cameroun e, cumulativamente, com a República do Chade.

O SR. NEI FUTURO BITENCOURT – Sr. Presidente, muito agradeço a V. Exa. a palavra, a oportunidade. Cumprimento também todos os Srs. Senadores, S. Exas. presentes. Quero fazer um agradecimento especial a S. Exa. o Senador Anibal Diniz e a S. Exa. o Senador Sérgio Souza, que foram respectivamente o Relator e o Relator *ad hoc* da mensagem que me traz a esta arguição.

Vou procurar ser o mais breve possível na apresentação que pretendo fazer sobre o Cameroun, de forma a deixar espaço para as questões, para as perguntas para as quais estou aberto a responder, se for de interesse. Portanto, pretendo fazer uma breve apresentação, dividindo o que eu vou falar sobre Cameroun, como eu vejo uma missão diplomática no Cameroun, em torno de duas ideias, dois conceitos gerais: desafios e oportunidades.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Pela ordem, S. Exa. o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Eu sugeriria ao Embaixador que também pudesse dar a sua visão sobre a situação do Chade, que me parece mais preocupante e desafiadora do que a do Cameroun.

O SR. NEI FUTURO BITENCOURT – Com certeza. Não só responderei às perguntas como reservarei um espaço para falar do Chade. De fato, o Chade é um país onde há uma problemática, aliás, muito relevante no contexto todo da Primavera Árabe, de questões ideológicas e até religiosas. Eu poderei falar um pouquinho. De fato, não serei residente no Chade. A nossa presença no Chade também não é tão forte. Hoje já há uma empresa brasileira no Cameroun instalada, a Andrade Gutierrez – aliás, um representante estava aqui – de forma que evidentemente meu trabalho estará muito mais voltado para o Cameroun.

Perdão, Senador, vou tentar recuperar o tempo, ser rápido aqui.

Em termos de desafios, como vejo o Cameroun e como o Cameroun se apresenta? O Cameroun é um país que tem características comuns a todos os países africanos, que é o desafio da pobreza, o desafio do desenvolvimento.

Para dar uma ideia inicial, o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano do Cameroun, situa-o na posição nº 150 entre todos os países. Para se ter uma ideia comparativa do que isso significa, o pior IDH do mundo é o IDH 187, é o país situado no nº 187, que é a República Democrática do Congo. O nº 186 é o Níger; o nº 185, Burundi; o nº 184, Moçambique e o nº 183, o Chade. São os cinco países com o IDH mais baixo do mundo. Cameroun é o nº 150, e o Brasil, para efeito de comparação, está no nível dos países de IDH avançado, que são os cem maiores, na posição nº 84.

Com relação ainda ao Cameroun, eu mencionaria, por exemplo, os desafios na área agrícola, para dar uma ideia da dimensão desses desafios. A pobreza no Cameroun é uma pobreza também agrícola, que é uma característica da África. Você tem lá 70% da população envolvida em atividade agrícola, e a agricultura responde por apenas 19% do PIB nacional.

Quando fui ver a área irrigada do país, fiquei realmente perplexo, perdoem-me V. Exas., parece assunto de prefeitura: são 290 quilômetros quadrados, no país inteiro, de área irrigada. O total da terra arável do país é de 12,6%, e apenas 2,5% desse total estão ocupados por culturas permanentes. Então, é uma situação de indigência, que se verifica, por exemplo, vendo-se que os 10% mais pobres do país consomem 2,3% da produção nacional, e os 10% mais ricos consomem 35,4% do total da produção nacional.

Os índices de mortalidade são altíssimos, é o 30º país com maior índice de mortalidade, e a mortalidade materna, que é indicador de graves deficiências na área de saúde, deixa Cameroun na 18ª posição em nível mundial.

O acesso à eletricidade, na África Central, porque não há dados específicos sobre o Cameroun – eu não encontrei, pelo menos – é de apenas 3% da população.

Então, isso dá uma medida dos desafios e da situação desses países. É uma característica comum em todo o continente africano, com variações, naturalmente. Eu situaria o Cameroun, nesse cenário, em torno do meio. É um país com relativo equilíbrio, reconhecidamente dotado de riquezas minerais importantes. Ele tem um sistema econômico razoável, tem petróleo, está entre aqueles países africanos produtores de petróleo, e, portanto, isso deixa o governo do Cameroun com um desafio praticamente inescapável: o desafio do desenvolvimento e do combate à pobreza.

Evidentemente, nós conhecemos um pouco desse desafio, Sr. Presidente, e isso é que faz com que tantos países africanos tenham interesse pelo Brasil e vejam no Brasil um exemplo de país que conseguiu desenvolver políticas que podem ser replicadas lá. Isso nos dá uma importante alavanca política, um espaço de trabalho muito bom.

Aliás, devo dizer que estou trabalhando há três anos em Moçambique e é por isso que tenho alguma experiência de África.

Vou ganhar tempo, se me permitem V. Exas., porque grande parte do que eu ia dizer o meu colega já disse, que é sobre essa fase do renascimento africano, que é essa fase da oportunidade.

Esses governos têm um desafio, que é o desenvolvimento e o combate à pobreza. O que isso significa? É um desafio de suprir carências de infraestrutura. É um desafio de, por exemplo, aumentar a produção energética, aumentar as redes de interconexão energética.

O Cameroun responde por 50% do PIB da África Central, é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Nesse contexto, eu escolhi um tema que seria exemplar, seria emblemático das oportunidades, que é o plano que a Comunidade Econômica dos Estados da África Central lançou na área de produção e acesso à energia.

Eles lançaram um PEAC, que é o *Pool* Energético da África Central, um programa que, até 2020, pretende elevar a produção energética na África Central em torno de 3 mil megawatts, que é um número bastante pequeno, na verdade, mas que, nesses países, representará uma mudança importante, e prevê a interconexão.

Como se pode ver também, pela posição do Cameroun – ele tem fronteira com quase todos os países da África Central: com o Chade; República Centro-Africana; Gabão, ao sul; Guiné Equatorial –, como ele é o maior produtor, ele tem o maior potencial de energia na região. E, no Cameroun, apenas 2,5% do potencial energético está explorado. Então, ele certamente será um *hub* importante para a distribuição de energia em toda a África Central. Isso significa o quê? Construção de hidrelétricas, instalação de redes de transmissão. Essas são as oportunidades. Desenvolvimento, crescimento e combate à pobreza são também oportunidades de negócios.

Eu quero carregar, trazer comigo a experiência que eu tive dos meus três anos em Moçambique, que foi uma experiência muito rica. Foram três anos muito intensos, e abro essa experiência a V. Exas., se quiserem me consultar também sobre Moçambique.

O Brasil cresceu muito em Moçambique e hoje tem investimentos que, ao serem concluídos, totaliza-

rão US\$11 bilhões. Estão instaladas em Moçambique a Vale, a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa, a Odebrecht, enfim, eu quero ver se, no meu trabalho, eu consigo levar para o Cameroun um pouco dessa experiência, desenvolver oportunidades, conhecer o cenário, cumprir a minha missão, caso eu tenha a confiança desta Casa.

Vou encerrar aqui a minha exposição, prefiro deixar em aberto para perguntas.

Agradeço a V. Exas..

Muito obrigado, Sr. Presidente. Aliás, eu vejo que é o Vice-Presidente, em exercício da Presidência.

Muito obrigado, Excelência.

Agradeço a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A palavra fica à disposição dos Srs. Senadores que queiram fazer perguntas.

Com a palavra V. Exa., Senador Suplicy.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Pedro Simon, prezados Embaixadores João André Dias Lima e Nei Futuro Bitencourt, quero desejar sucesso para ambos nas suas missões, respectivamente, na Nigéria, em Cameroun e no Chade.

Gostaria de transmitir a ambos, tendo em conta que o Brasil vem realizando ações de proximidade com os países da África, tais como Nigéria, Cameroun e Chade, que é tão importante essa cooperação de instituições como a Embrapa, que acho que nesses países têm tido um papel muito importante, e também no intercâmbio, com respeito ao desenvolvimento de programas sociais.

O Embaixador João André Dias Lima mencionou que ali, na Nigéria, especialmente na região de Lagos, a ex-capital, procura-se desenvolver um programa semelhante ao Bolsa Família com a cooperação do Governo brasileiro e também com a cooperação da Unesco, conforme ontem o senhor me informou. Eu quero lhes transmitir a minha disposição em ajudar os respectivos países para onde vão e, justamente nessa área, estar colaborando.

Eu tenho estado em alguns países da África, como a África do Sul. No ano passado, estive na Namíbia, onde pude testemunhar uma experiência de três anos, já em andamento, de uma renda básica de cidadania, numa vila rural de mil habitantes. Nessa vila de Otjivero, a cem quilômetros da capital, Windhoek, há três anos, todos os mil habitantes recebem. É uma população pobre de uma área rural, uma vila rural com

casas espalhadas em torno de grandes propriedades rurais. Aquelas famílias normalmente são empregadas daquelas grandes fazendas.

Pois bem, por iniciativa do Bispo da Igreja Luterana Zephaniah Kameeta, que conseguiu recursos voluntariamente cedidos por cidadãos da Namíbia e de outros países, mas, em especial, também das igrejas alemãs com maior importância, as igrejas evangélicas, obtiveram um fundo para essa experiência segundo a qual aqueles mil habitantes passaram a receber US\$100,00 da Namíbia a cada mês, equivalentes a uma quantia modesta, mas, para eles, significativa, de R\$23,00 por mês. Graças àquela experiência, ali houve o aumento do empreendedorismo, da produção de legumes, frutas, verduras, pães, roupas, tijolos e outras coisas; e a presença das crianças na escola aumentou de tal maneira que as 350 crianças tiveram uma queda da proporção de abandono escolar de 40% para 0%. E houve diminuição da criminalidade em 42%.

Depois do diálogo que ali mantive com as famílias, visitando suas residências, e com os próprios dirigentes – eu estava acompanhado do nosso Embaixador Lessa, na Namíbia –, eis que me pediram todos que transmitisse às autoridades do governo da Namíbia quão positivo havia sido o resultado da experiência para que pudesse logo se espalhar para todo o país.

Trata-se, a Namíbia, do país com maior Coeficiente de Gini de desigualdade no mundo: 0,74. Eu, ontem, estava observando que o índice da Nigéria está em 0,48, próximo ao do Brasil, que é, portanto, bastante desigual ainda – o nosso coeficiente está em 0,52, ou seja, diminuindo, mas ainda estamos entre os mais desiguais.

Pelo que informou o Embaixador Nei Futuro Bitencourt, lá também, no Chade, no Cameroun, há problemas de desigualdade muito intensos, e com a extrema pobreza por ser erradicada. Ora, é muito relevante que possam essas experiências ser trocadas e examinadas.

Eu observo que ali, na Nigéria, pelo relato feito aqui, houve, salvo engano, no início de 2012, aumento significativo do preço dos combustíveis quando o governo resolveu eliminar os subsídios aos combustíveis. Tendo em conta os protestos havidos, o governo voltou a diminuir os preços dos combustíveis, mas o problema ainda não está completamente solucionado. De alguma maneira, leva-se isso em conta, haja vista o que está por acontecer no Brasil. Ainda ontem, o Ministro Edison Lobão observou que é possível que os preços dos combustíveis no Brasil sejam aumentados porque está havendo dificuldades nas contas da Petrobras, mas, se isso ocorrer, poderá haver uma preocupação com respeito à inflação.

Ora, o que representa o aumento no custo de vida decorrente do aumento dos preços dos combustíveis? Que experiência relevante está relacionada ao tema de que estou tratando?

Em 2010, aconteceu no Irã uma diminuição muito significativa dos combustíveis. Para compensar isso, o governo iraniano resolveu, por lei, conceder a cada um dos setenta e poucos milhões de habitantes o equivalente a US\$40,00 por mês, o que constitui uma forma de uma renda básica paga a todos. Essa experiência está-se desenvolvendo. Mais recentemente, neste ano, houve medidas no sentido de que possam os doze milhões de iranianos que estão em melhor condição socioeconômica abrir mão desse benefício. De qualquer maneira, esse procedimento fez com que, no Irã, não ocorresse o fenômeno de protestos havidos na Nigéria. Relato esse episódio, porque ele pode ser útil para o diálogo que ambos os Embaixadores terão em seus países.

Em todo o caso, eu já dei o livro *Renda Básica de Cidadania* ao Embaixador João André Dias Lima e darei um exemplar ao Embaixador Nei Futuro Bitencourt. Além disso, coloco-me à disposição inclusive para estar presente nos países. Agradeço, no caso, a ambos.

Tanto com respeito à Nigéria como a Cameroun e Chade, há um grande desequilíbrio da balança comercial, ou seja, o Brasil tem importado muito mais do que exportado. O que fico imaginando é que, para que haja um bom desenvolvimento das relações do Brasil com esses países, será importante que ambos os Embaixadores possam verificar quais são aqueles produtos que potencialmente podem interessar mais ao Brasil, a fim de que, se o País comprar mais da Nigéria, do Cameroun e do Chade, esses países possam também ter mais boa vontade, inclusive para aumentar as importações do Brasil.

Muito sucesso a ambos nas suas respectivas missões.

Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu não tenho experiência. Falam primeiro vocês e depois eles?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – É melhor?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Cada um fala, e depois eles... Para não ser repetitivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Estou apenas perguntando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acho que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Então, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Vocês respondem depois em conjunto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Embaixador João André estava para abordar um tópico, quando foi surpreendido por uma campanha que toca automaticamente. Não é uma coisa *intuitu personae*. Esse é um mecanismo que é deflagrado.

O senhor interrompeu um ponto importante a respeito de fatores de instabilidade que vê no horizonte da Nigéria. Se o senhor pudesse completar isso...

Queria também lhe fazer uma indagação a respeito das relações culturais entre Brasil e Nigéria, porque nós temos raízes. Boa parte do povo brasileiro tem raízes entre os iorubás, os haussás. Aliás, quem gosta de comida da Bahia conhece o arroz de haussá. O Embaixador Roberto Costa e Silva tem livros e artigos importantes sobre as nossas raízes africanas.

Eu gostaria de saber, nesse plano de cooperação cultural, a quantas andam as nossas relações com a Nigéria e quais são as perspectivas de desenvolvimento delas.

Para o Embaixador Nei Bitencourt, uma palavra a respeito do Chade.

Gostei muito do seu entusiasmo a respeito das perspectivas da nova missão que vai assumir. E uma pergunta de caráter bastante pessoal – e sei que é um tema que lhe interessa – a respeito de Moçambique.

Eu falei com o senhor ainda há pouco. Temos um amigo comum, Pedro Chaves, que está em Moçambique desde o tempo da Guerra da Libertação. Aliás, há uma presença de brasileiros nesse episódio que o senhor conhece. Eu gostaria que, pelo menos, o senhor esboçasse um pouco essa história, que é uma história bonita e que merece ser contada.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Quero cumprimentar o Embaixador Nei Futuro Bitencourt. Tive o privilégio de relatar *ad hoc* a sua indicação e quero desejar a V. Exa. sucesso nessa missão.

Eu sei que o Brasil está em todos os continentes, em quase todas as repúblicas, nos países. E nós percebemos que, na África, talvez, a importância de termos embaixadas brasileiras faz realmente a diferença. Eu acho que o Brasil, que pensa no desenvolvimento

igualitário social, que pensa em diminuir desigualdades sociais, deve levar isso para a África.

V. Exa., Embaixador João André Dias Lima, vai ser vizinho do Embaixador Nei Futuro. Vocês vão estar, literalmente, próximos, ali, na região mais central da África. Eu acho que V. Exas. terão oportunidade de levar àquele país um pouco da experiência brasileira no que diz respeito à diminuição da desigualdade e também em relação ao aumento da sua economia, porque as características de clima e de solo daquela região são muito parecidas com as regiões aqui do Brasil.

Sucesso a todos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dar aqui um testemunho pessoal.

De todas as atribuições que temos aqui, no Senado, eu acho que a mais prazerosa delas é aqui, na Comissão de Relações Exteriores, quando a gente faz esta sabatina, porque a gente tem tido a oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, essas sabatinas têm nos proporcionado aulas excepcionais de mundo, porque a gente tem tido a oportunidade, aqui, de sabatar os nossos diplomatas para os mais diferentes pontos do Planeta. A cada nova apresentação, a gente se sente mais gratificado pela oportunidade, pela partilha de conhecimento, de um conhecimento que nos deixa muito mais confortáveis, quando a gente tem acesso a essas culturas diferentes, a esses desafios diferentes.

Então, eu queria, primeiramente, dizer que os nossos dois Embaixadores, o Sr. João André Pinto Lima, para a Nigéria, e o Sr. Nei Futuro Bitencourt, para Cameroun e Chade, não fugiram à regra. Fizeram exposições muito precisas, dando uma demonstração inequívoca de que os senhores se aplicaram, dedicando o melhor do tempo de vocês para aprofundarem o conhecimento dessas regiões, e o que eu posso afirmar aqui é que não tenho a menor dúvida de que V. Exas. representarão muito bem a diplomacia brasileira nos países para os quais foram acertadamente designados.

Em termos de perguntas, eu fiquei curioso com a questão da lavoura cacaueteira lá em Cameroun. Parece-me que há já parcerias estabelecidas nesse sentido. A Embrapa está dando alguma assistência, e já que eles têm deficiência muito grande na parte de agricultura, imagino que eles também tenham boas perspectivas nessa área. Gostaria de ouvir um pouco mais a respeito.

Em relação ao Sr. André Pinto, a afirmação de que a Nigéria caminha para ser... Primeiro, ela já tem a maior população da África e caminha para ser uma das maiores populações do mundo por conta da sua

juventude. Como é que está sendo feito, digamos assim, o planejamento para a potencialização dessa juventude, uma vez que esse momento me parece que é muito promissor em toda a África? O senhor disse que este início de século é muito promissor. Então, pressuponho que há boas perspectivas para o aproveitamento dessa juventude num futuro próximo.

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas com que me brindam. Eu iniciaria, então, com as questões levantadas pelo Senador Suplicy.

Nós já estivemos, ontem, conversando. Estou devidamente munido de literatura sobre o Programa de Renda Mínima, fundamental. Como eu lhe disse, é um interesse muito grande agora de Lagos, que é a região mais populosa, de maior concentração de população – por acaso não está no mapa – da Nigéria. São dez milhões de habitantes ali, entre a cidade e arredores, e uma experiência bem-sucedida ali pode se expandir para todo o País e para toda a região.

Então, vai ser muito importante essa negociação do Programa Bolsa Família. Eu acho que vai ser um momento inspirador para a posição brasileira junto a esses países poder mostrar um programa tão exitoso quanto esse, agora em outro continente. E é uma coisa fundamental.

Por exemplo, eu tenho alguns dados aqui de que a Nigéria é o sétimo país ao contrário, negativo, em termos de população abaixo da linha de pobreza. Em mortalidade infantil, a Nigéria é o nono pior, sem falar na parte de saúde, em Aids, área em que a Nigéria também tem muitos problemas. Portanto, eu acho que um programa dessa natureza é fundamental para um país como a Nigéria, e o Brasil contribuir para isso eu acho que vai ser fundamental para nossa presença naquele país.

Com relação à questão levantada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, muito obrigado. De fato, hoje em dia, existe a questão de um grupo chamado Boko Haram, considerado terrorista. Boko Haram quer dizer, na língua haussá, que a educação ocidental é pecaminosa, é um pecado. Ou seja, no Norte, como o senhor sabe, são dezenove Estados do norte da Nigéria que começaram, desde 1999, a adotar a sharia, a lei muçulmana.

Esse grupo começou desde 2001, primeiro, com um pregador, vamos dizer assim, chamado Yousef, que começou a pregar contra o que ele chama de muçulmanos *light*, inclusive muçulmanos também são atacados pelos fundamentalistas do Boko Haram. Vem atacando, sobretudo, autoridades. Já fizeram um ataque em Abuja, na capital, no ano passado, na sede da

ONU, e 25 pessoas morreram. Praticamente todo dia há notícia sobre ataques do Boko Haram. Na semana passada, ou duas semanas atrás, a própria casa do Vice-Presidente foi atacada. Ele é do norte.

É uma questão que, no início... É uma questão complicada, inclusive do ponto de vista internacional. No início, as autoridades nigerianas difundiram a ideia de que eram grupos que vinham do exterior, que, na verdade, era um pouco para desviar dos problemas internos do país, mas, hoje em dia, é o contrário. Hoje, o próprio Presidente da República da Nigéria andou dando declarações de que o Boko Haram pode estar infiltrado nos governos estaduais, nos governos do norte e no seu próprio governo, no governo federal. Houve centenas de ataques de 2001 para cá. O auge ocorreu a partir de 2009. Eles atacam jornais, por exemplo, porque não estão divulgando as notícias como eles gostariam. Jornais no norte, jornais na própria capital já foram atacados pelo Boko Haram. De forma que, vamos dizer assim, é um ponto fundamental para ser resolvido para trazer um mínimo de tranquilidade.

Outro dia, o próprio Presidente da República deu declarações de que isso parecia algo como o que iniciou o processo que desembocou na guerra de Biafra, que foi uma tragédia, em que um milhão e meio de pessoas morreram, vários por inanição.

Quanto às relações culturais, é interessante porque, por coincidência, o senhor citou meu sogro, como o senhor sabe, a presença do Brasil é muito forte na Nigéria, sobretudo em Lagos, com os retornados. Hoje, praticamente, pelo que dizem, há pouquíssimas pessoas que falam Português, mas ainda há um grupo que se considera brasileiro. Foi muito interessante porque, durante a independência, inclusive em 1960, vários retornados, na hora de fazer os papéis como cidadãos nigerianos, recusaram-se e tiveram que colocar Brazilian Nigerian, uma coisa assim, tal o vínculo que eles sentiam. Eram praticamente oito mil retornados.

Portanto, essa é a base dessa relação cultural, dessa relação humana que existe entre os dois países até hoje. Eu brinco dizendo que até o representante brasileiro na Nigéria tem o melhor início de conversa quando lembra todas essas coisas. É importante também dar vazão a isso, quer dizer, apresentar iniciativas importantes como essa do Bolsa Família.

Quanto à questão levantada pelo Senador Anibal Diniz com relação à população, à juventude, de fato, é uma população extremamente jovem. A grande questão que se coloca na Nigéria é a do emprego. São milhares, a cada ano, entrando no mercado de emprego. A agricultura é um pouco a chave para absorver toda essa população. Ela absorve 70% da mão de obra. É fundamental desenvolver a agricultura para que esse

grupo não se dirija para as cidades, inchando-as. A agricultura é fundamental como manutenção da mão de obra na Nigéria.

Daí a importância da cooperação que a Embrapa tem mantido, que o Brasil tem mantido através do MDA, através da Embrapa. A maioria dos cultivos ainda é no sistema tradicional; emprega bastante mão de obra, e eu acho que esse é um ponto fundamental para a juventude nigeriana.

O SR. NEI FUTURO BITENCOURT – Primeira-mente, respondendo ou comentando as palavras de S. Exa. o Senador Suplicy sobre renda mínima, aproveito para mencionar também o que o Senador Sérgio Souza mencionou: a relevância das nossas experiências para os países africanos.

Com relação ao Cameroun, não tenho meios hoje. Faz parte do meu trabalho futuro, se eu tiver esse mandato, naturalmente, conhecer e ver a pertinência da aplicação dos nossos programas lá. Sem dúvida, eles têm relevância.

Agora, eu posso dizer que, por testes práticos, eles são fundamentais. E aí eu falo de Moçambique.

Em Moçambique, nós fomos procurados várias vezes. Nós já fizemos uma primeira tentativa de desenvolvimento do Bolsa Família, há cerca de cinco ou seis anos – eu não esta lá na ocasião. O programa não avançou por carências estruturais, de quadros e de recursos do governo moçambicano. Muitas vezes os programas são ótimos, mas não têm sustentabilidade porque o país cooperante leva o seu conhecimento e, quando ele sai, o projeto não se perpetua. É preciso criar quadros, formar pessoal, dar sustentabilidade de longo prazo, se não os problemas se perduram.

Em 2010, houve uma série de distúrbios de rua em Moçambique, nas cidades da periferia das cidades, e isso causou certa preocupação. O FMI urgiu o governo moçambicano a adotar programas de proteção social nas periferias urbanas.

Conto isso até como um episódio que eu vivi: no mesmo dia da reunião do Conselho de Ministros, o Ministro da Indústria e Comércio, Sr. Armando Inroga, passou mão no telefone, saiu da reunião, e ligou para o embaixador do Brasil. Então, o Embaixador Antonio José de Souza e Silva e falou: “Precisamos de um programa de proteção social, precisamos de um programa de renda mínima”.

Houve uma série de percalços. Acabou não sendo como eles queriam. Eles tinham uma visão equivocada. Eles confundiram programa de renda mínima com a cesta básica, que é uma referência de preços. Mandaram uma missão. É uma coisa também típica desses países. Muitas vezes eles correm com uma certa aflição esperando dos doadores uma ajuda, e muitas

vezes esses programas requerem um trabalho de mais longo prazo para que eles realmente se incorporem ao país e tenham sustento.

Mas, exemplifico com esse caso para dizer que é fato que o Brasil é modelo nessa área, e os nossos programas de renda mínima podem ser replicados e normalmente são procurados. Evidentemente, se eu tiver essa possibilidade no Cameroun, se for o caso, em estando lá a serviço, eu explorarei esse caminho.

Com relação ao Chade, o que eu teria a dizer é o seguinte: o Chade está situado exatamente naquela região da África que é fronteira entre o mundo da África negra subsaariana e o mundo do norte africano, que é o mundo islâmico, que não só viveu agora a Primavera Árabe, mas já, antes, era um espaço, por exemplo, de ampliação das atividades da Al Qaeda. A Al Qaeda tem uma atividade grande de um grupo chamado AQMI, que é Al Qaeda no Magreb, que atua em partes da Mauritânia, mais para o ocidente, e ao longo de todo o Sahel e ao sul do Saara.

Então, o Chade está justamente nessa região e ao sul da Líbia, um país que acaba de sofrer uma grande convulsão interna e que transbordou. Portanto, o Chade recebeu o transbordo dessa crise.

Há muitas suspeitas de que justamente o Chade, pela presença dessas forças, seja fornecedor de armas para grupos na Nigéria e naquela região ao norte, que, de certa maneira, atemoriza o Cameroun também, que é a região do norte.

Ao mesmo tempo, é um país que já produz petróleo, tem reservas importantes. Hoje em dia, exporta muito para os Estados Unidos, a presença mais forte, mais importante lá é da Exxon Mobil. Portanto, exporta muito para os Estados Unidos. Sofreu uma crise porque, nos últimos cinco anos, não houve investimentos para assegurar a manutenção e o crescimento da produção de petróleo. A produção caiu, a população muito pobre requer subsídios altos, elevados subsídios para consumo de combustível, sobretudo. É uma situação ingrata: é um país exportador de petróleo, que vende petróleo a preço alto, mas a população não tem recursos para pagar, e os subsídios altíssimos criam déficits importantes no orçamento do Estado.

Então, é um país que tem uma série de sinais de instabilidade e, portanto, é um país para acompanhamento, é um país para ver a dinâmica para onde caminha.

Não é um país, justamente por essas razões, onde o Governo brasileiro, até o que eu saiba, esteja disposto a se aventurar, salvo se encontrar alguma oportunidade específica.

Eu terei oportunidade, se assim for decidido, de até ir apresentar as cartas e conhecer o país, se eu tiver essa chance.

Enfim, eu resumiria a isso, a não ser detalhes muito específicos que quisessem saber.

Finalmente...

Ainda, Senador Aloysio Nunes Ferreira, com relação à participação dos brasileiros, isso foi um assunto que me deixou muito entusiasmado em Moçambique. Tive a oportunidade de perceber também o valor histórico do que acontecia naquele país, porque é uma parte da nossa história aqui. Na época não era oficial e as pessoas saíram de lá, estão começando a partir, mas muitos brasileiros estavam lá na época da luta pela independência e posteriormente, na própria construção do Estado.

Conversei muito com uma pessoa que vai seguidamente lá, que é o reitor da Unilab, a Universidade da Integração dos países lusófonos. Essa universidade foi criada no Ceará recentemente, e o Prof. Paulo Speller me conta fatos impressionantes. Ele foi um dos primeiros grupos de formadores de professores para a criação do Ministério da Educação. Estava ele trabalhando com mais dois moçambicanos quando o então Ministro falou: “Vocês vão montar o Ministério”. O Prof. Paulo Speller disse: “Sim, e cadê a equipe?” Ele falou: “Está aí, são vocês três. Vocês vão sair pelo país para criar os primeiros professores, para criar o Ministério”. Hoje, Moçambique tem 42 universidades. Eles têm carências importantes também, mas aquilo foi o começo desse caminho. E como essa história, há muitas outras desse tipo.

Então, eu propus que fosse feito um trabalho de pesquisa, uma tese de doutorado sobre a participação dos brasileiros na independência e na formação do Estado moçambicano. O próprio Prof. Speller adotou esse projeto, que começou a se desenvolver na Unilab e que provavelmente vai dar origem, um dia, quem sabe, a um livro sobre esse tema, que é de importância histórica para o Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor me permite? Permite-me, Presidente?

O SR. NEI BINTECOURT – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria dar uma pista importante – para que o senhor possa transmitir a esse professor – de uma pessoa que foi peça fundamental nessa cooperação de brasileiros com a Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique, e depois, no início da construção da independência, que é o Prof. Luiz Hildebrando Pereira da Silva.

Luiz Hildebrando era professor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Foi cassado duas vezes pelo Ato Institucional nº 1, preso no navio Raul Soares e precisou sair do Brasil. Depois, foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 e aí refugiou-se na França, onde, depois de algum tempo, tornou-se diretor de pesquisa do Instituto Pasteur. Aposentado no Pasteur, Luiz Hildebrando não se conformou com a inatividade – hoje é um homem de 83 anos – e, já há alguns anos, está Porto Velho. Criou ali um centro de pesquisas sobre moléstias tropicais e de formação de pessoas para atuar nessa área. Uma pessoa extraordinária.

Luiz Hildebrando era membro do Partido Comunista Brasileiro, dirigente o Partido Comunista Brasileiro. E havia em Alger uma representação da Frelimo. O Comandante Veloso comandava aquilo lá. E, através da ação de duas pessoas, um se chamava Maurício Saito, que era um oficial da FAB, membro também do Partido Comunista, cassado, e que foi trabalhar na Air Algerie; e o outro era um chefe do escritório do Oscar Niemeyer em, Alger, chamado Marcos Jaimovich, que, apesar do nome judeu, trabalhava ali com um passaporte falso. Ele era o *Monsieur* Curtis e dirigia o escritório do Oscar Niemeyer em Alger.

Então, aí que foi feita a ligação entre Luiz Hildebrando, que era um homem muito influente na academia, nos meios científicos – muitos deles estavam membros desse meio onde trabalhavam, estavam dispersos no exílio – e a Frelimo. E muita gente foi para lá: Pedro Chaves, que já falamos; um outro sociólogo, o Kuniu Suzuki; o ex-Deputado, cassado, aqui, Davi Lerer, que foi trabalhar como cirurgião na guerrilha.

Enfim, é uma história muito interessante. Se alguém puder contar, realmente, vale a pena. É uma história bonita. E uma figura chave, lembro, é a do Prof. Luiz Hildebrando Pereira da Silva.

Fica aqui essa sugestão.

O SR. NEI FUTURO BINTECOURT – Excelência, muito obrigado. Eu até vou transmitir para a assessora do Reitor Paulo Speller, que é a Camila – não me lembro o sobrenome dela. Vou transmitir a ela porque uma das coisas que ela me pediu é que desse uma lista de nomes, justamente. É preciso fazer entrevistas para ir descobrindo outros que estiveram e que já ninguém sabe.

Bom, enfim, era isso, Excelência, que eu teria a falar.

Por fim, a última pergunta que me resta, de S. Exa. Senador Anibal Diniz, sobre a lavoura cacauieira.

Eu sei que é um projeto importante. É um dos nossos maiores projetos no Cameroun. A Embrapa é parceira importante, tem capacitação.

Eu não conheço ainda tanto o projeto. Preciso me informar. Se o Senador realmente precisar ou quiser ter mais informações, eu me disponho a levantar na ABC e na Embrapa. O escritório da Embrapa para a África está sediado em Maputo, Moçambique, para onde eu retorno proximamente. Eu me comprometo fazer chegar a S. Exa. informações sobre a produção cacauieira.

Eu não conheço tanto porque, realmente, em Moçambique, não há produção de cacau. Essa não é uma cultura tradicional lá. O que eu sei é isto, que há uma cooperação. É, talvez, a maior na área agrícola com o Cameroun, e, evidentemente, é um vetor importante da nossa cooperação, do nosso trabalho que eu pretendo explorar sempre que eu tenha essa condição, chegada a hora, se eu tiver.

Então, é isso, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente? Eu gostaria ainda de formular uma pergunta.

Primeiro, esclarecer a ambos os Embaixadores que a proposta da renda básica de cidadania, uma vez instituída, será para os quase 170 milhões de nigerianos, quase 20 milhões de habitantes do Cameroun e para os 11,5 milhões do Chade. Essa é a proposição incondicional para todos os habitantes.

Mas eu gostaria de formular uma pergunta porque notei que os chefes de Estado dos países em que estarão estão lá alguns há muito tempo, em especial no Cameroun, onde o Presidente Paul Biya já assumiu em 1982, quando houve a renúncia do então primeiro-ministro. Desde então, ele é o presidente, reeleito em 1988, 1992, 1997, 2004 e 2011.

Que fatores têm levado uma pessoa, já nascida em 1933, a governar; um presidente por 40 anos? Do ponto de vista das instituições e da democracia no país, como é que isso se tem caracterizado?

Agradeço, se puder dar essa informação.

O SR. NEI FUTURO BINTECOURT – Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício. Excelência...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O nosso querido Senador Pedro Simon, por exemplo, foi governador, eleito outra vez e, agora, está no Senado. Pelo que conheço da sua história, dificilmente ele ia querer ficar 40 anos sempre no mesmo cargo. Mas, nesse sentido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEI FUTURO BINTECOURT – Bom, Excelência, eu diria que esse é um elemento de observação, realmente, que nos acautela.

Na eleição realizada em 2011, quando o Presidente Paul Biya teve seu mandato renovado, ele recebeu em torno de 77% dos votos. É uma votação muito

elevada, que sempre levanta, inclusive, dúvidas sobre a organização. A discussão é complexa, muito mais se você não está presente, porque ela tem elementos até sociológicos, portanto, elementos conceituais.

Fala-se muito sobre o que é a democracia africana. Esse é um debate até mais acadêmico, porque são países em que alguns – e vou citar Moçambique, porque conheço mais –, têm praticamente 30 anos de independência, pouco mais do que isso, dos quais 12 de guerra civil. Então, são países que precisaram de governos fortes, em alguns momentos, para a consolidação.

No caso de Cameroun, havia outros fatores que, nas explicações do próprio Presidente Paul Biya, justificava a existência de um governo forte e centralizador, que eram as tendências separatistas.

A República de Cameroun nasceu da fusão do Cameroun francês, que se tornou independente inicialmente e esteve separado do sul, que era um protetorado inglês, e do norte, ao longo da fronteira com a Nigéria, que também era um protetorado inglês. E havia muitos outros grupos. Há muita tendência tribal. Isso também é uma herança colonial, porque são países que tiveram sua formação, sua estrutura artificialmente montada, com fronteiras artificiais. E justificava-se, ou usou-se essa justificativa também, ou explicação, para a persistência de governos fortes.

Hoje, naturalmente, há sinais de fadiga com relação à permanência. A Primavera Árabe é sempre um fantasma para todos os países na África também, quando há governantes que se perpetuam por muitos anos.

Houve protestos em 2011, na reeleição do Presidente Paul Biya. Eu estava em Moçambique, mas acompanhei, porque eu já estava interessado no Cameroun nessa época, e houve muito distúrbio de rua. Começou-se a falar que não há legitimidade... Enfim, é um processo de erosão da legitimidade do líder.

Então, o que devo dizer? É algo a ser acompanhado. Acho que é um fator de preocupação, eu diria. A comunidade internacional está atenta; os países europeus cobram muito. Eles são importantes doadores e cobram muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – *(Fora do microfone.)* ...encerrado o processo de votação, porque já todos votaram.

Esta reunião passa a ser secreta. Peço aos amigos que se retirem para nós procedermos à apuração.

(A reunião torna-se secreta às 12 horas e 21 minutos e volta a ser pública às 12 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Anunciado o resultado: doze votantes, e os doze, por unanimidade, aprovaram os nomes dos Embaixadores Nei Futuro Bitencourt e João André Pinto Dias Lima.

Meus cumprimentos e minhas felicitações pela indicação.

No início, é assim. Até terminar, mais algum tempo, vai ser embaixador em Paris, em Roma e em Londres. Tem que começar como começaram, mas terminarão lá, se Deus quiser.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia oito de agosto de dois mil e doze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que se reúne com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Inácio Arruda, Tomás Correia, Waldemir Moka, Lobão Filho, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Sérgio Petecão**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica que, nos termos do artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designa o Senador Tomás Correia para integrar, como Suplente, a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil e também, como Suplente, a Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição. A Presidente informa o

recebimento do Aviso nº 891/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zym-ler, encaminhando cópia do Acórdão que trata de Relatório de Auditoria realizada no Ministério de Minas e Energia, na Agência Nacional de Energia Elétrica e na Eletrobrás, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da Reserva Global de Reversão (RGR) pela Aneel, a gestão do fundo pela Eletrobrás e a sustentabilidade relacionada aos fins que se destina. A Presidente comunica que foi recebido o Ofício Circular nº 0043/2012, da Diretora Presidenta do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Valdelice Teodoro, sobre inspeção de bagagens nos aeroportos brasileiros/Riscos à segurança nacional/Possibilidade do desenvolvimento de doenças decorrentes da radiação ionizante em passageiros e operadores de equipamentos emissores de raios X/Impossibilidade de fiscalização do exercício profissional nos terminais aeroviários. A Presidente comunica o recebimento do convite do Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Rodrigo Vilaça, para participar como palestrante do V Brasil nos Trilhos, que ocorrerá no dia 4 de setembro de 2012, às 14 horas, no *Royal Tulip* Brasília Alvorada. Tema da palestra “A visão e o papel da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal frente aos desafios e necessidades das ferrovias brasileiras”. Em seguida, dá-se início à deliberação da matéria constante da pauta. A Presidente convida a indicada para tomar assento à Mesa. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2012**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”. A Presidente concede a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Relator da Matéria em pauta. A Presidente concede a palavra à Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para fazer sua exposição. A Presidente registra a presença dos Diretores da ANP: Allan Kardec Duailibe, Hélder Queiroz e Florival Carvalho; do Ex-Diretor da ANP e Ex-Deputado Federal Haroldo Lima; e da Deputada Federal Jandira Feghali. Após a exposição, usam a palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Inácio Arruda, Lobão Filho e Sérgio Petecão. A Presidente declara aberto o processo de votação. A Presidente concede a palavra à Senhora Magda Maria de Regina Chambriard. A Presidente declara encerrado o processo de votação. A Presidente convida os Senadores Delcídio do Amaral e Cyro Miranda para serem os escrutinadores. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação da

Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, por 21 votos SIM, 1 voto NÃO e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designo o Senador Tomás Correia para integrar, como suplente, a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil e, também como suplente, a Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição.

Será enviado ofício ao Sr. Presidente do Senado Federal, comunicando a referida designação.

Recebi Aviso nº 891, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zym-ler, encaminhando cópia do acórdão que trata do relatório da auditoria realizada no Ministério de Minas e Energia, na Agência Nacional de Energia Elétrica e na Eletrobrás, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da Reserva Global de Reversão, RGR, pela Aneel e a gestão do fundo pela Eletrobrás, e a sustentabilidade relacionada aos fins a que se destina.

Recebi Ofício Circular nº 0043, de 2002, da Diretora Presidenta do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Valdelice Teodoro, sobre inspeção de bagagens nos aeroportos brasileiros, riscos à segurança nacional, possibilidade de desenvolvimento de doenças decorrentes de radiação ionizante em passageiros e operadores de equipamentos emissores de raio-X, impossibilidade de fiscalização do exercício profissional nos terminais aeroviários.

Os referidos documentos encontram-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Convite do Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Rodrigo Vilaça, para participar como palestrante do V Brasil nos Trilhos, que

ocorrerá no dia 04 de setembro de 2012, às 14 horas, no Royal Tulip Brasília Alvorada.

Tema da palestra: A Visão e o Papel da Comissão de Infraestrutura no Senado Federal Frente aos Desafios e Necessidades das Ferrovias Brasileiras.

Caso algum dos Srs. Senadores ou Senadoras se interesse em participar dos eventos citados, queira entrar em contato com a Secretaria desta Comissão.

Passemos, agora, à pauta.

Antes, convido a Sr^a Magda Maria de Regina Chambriard para que tome assento à mesa.

Mais uma vez, cumprimento a todos.

Quero cumprimentar a Sr^a Magda Maria e falar da nossa satisfação em recebê-la aqui, nesta Comissão.

Sras. e Srs. Senadores, esta reunião de hoje tem por finalidade realizar a sabatina da Sr^a Magda Maria Chambriard, indicada pela Presidente Dilma Rousseff para assumir a Diretoria-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP.

Creio que esses momentos em que temos ocasião de ouvir e questionar as autoridades indicadas para assumir cargos estratégicos para o Estado brasileiro, as quais têm, por sua vez, a oportunidade de se dar a conhecer e de afirmar seus compromissos públicos, longe de serem uma mera formalidade, estão entre os mais ricos de nossas atividades regulares aqui, no Senado Federal.

A Sra. Magda Chambriard tem uma longa experiência profissional na Petrobras e, desde 2008, é Diretora da ANP.

Em abril deste ano, como sabemos, foi escolhida para assumir a Diretoria-Geral, em substituição ao Sr. Haroldo Lima, nosso colega, que nós dá a honra de estar presente nesta Comissão, cujo mandato se encerrara em novembro do ano passado.

Se comparecimento hoje, aqui, coincide com o anúncio recente do prejuízo registrado pela Petrobras no segundo trimestre deste ano, o primeiro prejuízo da empresa desde 1999. A perda de mais de R\$1,3 bilhões contrasta fortemente com o lucro de quase 11 bilhões obtido no mesmo período do ano passado.

O comunicado da empresa atribui o mau resultado financeiro à desvalorização da moeda brasileira, que levou a uma depreciação cambial da ordem de 10,9% sobre o endividamento e a uma redução do lucro operacional, em função, segundo a empresa, da queda dos preços internacionais, o que gerou perdas nos estoques das refinarias no exterior, mas não podemos deixar de nos questionar, Sras. e Srs. Senadores, se esse resultado negativo, o primeiro em 13 anos, não seria, também, sinal de problemas na governança da empresa.

Em particular, devemos nos perguntar se a eficiência econômica não estaria, finalmente, sendo afetada em função do uso da companhia como coadjuvante na consecução de outras metas da política econômica, como o estímulo à produção industrial e o controle da inflação, ou como trunfo em negociações políticas, como no caso da construção das refinarias no exterior.

É inevitável que a questão do preço dos combustíveis, após esse anúncio do prejuízo, volte à baila.

A Presidente da Petrobras, Sra. Graça Foster, tem reiterado que vem se empenhando, desde que assumiu, há cinco meses, em manter a paridade dos preços de combustível no Brasil com os praticados internacionalmente, mas essa decisão, afinal, não depende apenas da empresa. Em junho, já houve um reajuste dos preços, cujos efeitos positivos, segundo Graça Foster, serão sentidos ao longo deste trimestre, mas outros ajustes talvez sejam necessários.

É compreensível, dado o impacto dos preços dos combustíveis na inflação e no equilíbrio macroeconômico, que o Governo veja com maus olhos um aumento, mas não é razoável sacrificar a eficiência econômica de uma empresa como a Petrobras em nome de objetivos da política econômica que poderiam e deveriam ser perseguidos de outras formas.

O salto de produção que representa o pré-sal é, ainda, largamente, apenas uma promessa. Até que a promessa se cumpra, é preciso ter prudência e não pôr em risco a saúde financeira dessa companhia, a Petrobras, que é, na realidade, bem mais do que apenas mais uma empresa.

Para concluir, quero saudar a Sra. Magda Chambriard, parabenizando-a, desde já, pela indicação do seu nome para a Diretoria-Geral da ANP, o que confirma e reforça o destaque que o atual Governo tem dado às mulheres, que vêm ocupando cada vez mais postos de relevância, corrigindo distorções históricas e dando às mulheres o espaço que desde sempre mereceram ter na vida pública nacional.

Portanto, seja bem-vinda, Dra. Graça.

Passo a palavra, para ler a mensagem, ao Senador Delcídio do Amaral, que é o Relator dessa matéria.

Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse fazer a apresentação da nossa sabatinada.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Presidente, Senadora Lúcia Vânia, nossa querida Magda Chambriard, Diretora da Agência Nacional de Petróleo, Senadores e Senadoras, eu já apresentei o relatório na última reunião da Comissão de Infraestrutura, como determina o Ato nº 01 da Comissão de Infraestrutura, e o que eu poderia somente acrescentar, Senadora Lúcia Vânia, é a competência que a Sr^a Magda, sem dúvida nenhuma, tem.

Funcionária exemplar da Petrobras, 32 anos de experiência nesse setor, é engenheira química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela já é, hoje, Diretora da ANP e Diretora Geral da ANP. Sem dúvida nenhuma, é um dos melhores quadros do País nessa área de petróleo, gás e biocombustíveis.

Acho que a recondução, evidentemente, os companheiros Senadores e Senadoras vão avaliar ao longo da sabatina, não só aqui na Comissão de Infraestrutura, mas depois, na votação em plenário, mas não tenho dúvida nenhuma de que a Agência Nacional de Petróleo está em muito boas mãos.

É uma pessoa que conhece profundamente o setor, tem uma leitura clara da nossa realidade, dos nossos desafios, conhece bem o setor de petróleo no mundo, passou por áreas absolutamente importantes da Petrobras – a área de *upstream*, a área de *downstream*. Portanto, ela está absolutamente em condições de ser reconduzida à Diretoria-Geral da ANP.

Eu não tenho nenhuma dúvida nesse esforço da Presidenta Dilma, no sentido de ter muito cuidado na indicação de pessoas para trabalhar nas empresas estatais, para trabalhar nas agências reguladoras, pelo papel que as agências reguladoras detêm e porque vão ser fundamentais, especialmente numa área extremamente importante e relevante como a energia, porque talvez um dos grandes desafios do Brasil seja a energia.

Eu não tenho dúvida de que a Dra. Magda reúne todas as condições para bem desempenhar, com competência, com dignidade e com honestidade, com transparência e com espírito público, numa agência tão importante como a Agência Nacional do Petróleo.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que ela vai fazer um bom trabalho se assim entenderem os Senadores e votarem favoravelmente pela recondução dela ao comando da Agência Nacional de Petróleo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e quero dizer, Senador Delcídio, que a sua apresentação foi fundamental, porque, quando lemos o relatório de V. Exa., não tínhamos o quórum que temos hoje.

Portanto, agradeço a V. Exa. por essa apresentação.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional

do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Foi sinteticamente expresso pelo Senador neste momento.

Concedo a palavra à Sra. Magda Maria de Regina Chambriard para a sua exposição.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Exma. Sra. Senadora Lúcia Vânia, Presidenta da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Delcídio do Amaral, Relator da mensagem que me indica para a recondução como Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Exmos. Srs. Senadoras e Senadoras desta Comissão, Diretores da ANP aqui presentes, senhoras e senhores, muito bom dia.

É uma grande honra para mim, estar aqui, hoje, para ser sabatinada nesta Comissão, após ter sido indicada para a recondução como diretora pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff.

É uma grande honra para mim, também, saber que essa indicação tem o apoio do Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Antes de mais nada, eu queria agradecer as palavras do Senador Delcídio do Amaral, palavras gentis que me enchem de orgulho e que me fazem ter a certeza de que eu tenho de persistir nessa direção.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, como eu sou candidata a um segundo mandato, eu creio que a primeira coisa a fazer é prestar conta a V. Exas. do que eu fiz no meu primeiro mandato.

Quando eu fui sabatina nesta Comissão, em 2008, eu discorri sobre três assuntos que eu considere muito importantes: o pré-sal – claro, o pré-sal –; a pequena e média empresa petrolífera, e as novas fronteiras para exploração e produção de petróleo e gás no País.

Quanto ao pré-sal, em 2008, ele era apenas um sonho bom. Hoje, na área do pré-sal, nós podemos dizer que já temos duas descobertas declaradas comercial. Portanto, o pré-sal, hoje, já é uma realidade.

Estes dois campos declarados comerciais são os campos de Tupi, hoje Lula, e o campo de Sapinhoá, antes conhecido como a área de Guará.

Lembro-me de que nesta Comissão, em 2008, uma das questões que eu respondi era se o pré-sal era mesmo economicamente viável. Eu creio que hoje esta é uma questão superada. Ninguém mais tem essa dúvida.

Mas, além de regular e de fiscalizar a exploração do pré-sal, nós, na ANP, ao longo destes últimos quatro anos, também participamos do grupo interministerial

que estudou o pré-sal e que fez propostas de mudança no marco regulatório a esta Casa.

Nós providenciamos a certificação das reservas que permitiram a capitalização da Petrobras. Nós promovemos as perfurações do que terminou sendo, talvez, as duas maiores e melhores descobertas do pré-sal e do Brasil: as descobertas de Franco e Libra. Descobertas realizadas pelos poços ANP I e ANP II, e que até então estão avaliadas em cerca de cinco bilhões de barris de reservas, cada uma.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, com as descobertas que nós temos até então realizadas no pré-sal já é possível dizer que em um futuro próximo nós poderemos duplicar as reservas provadas do Brasil.

Eu tenho a satisfação de declarar a V. Exas. que a ANP teve, e que continua tendo, um papel muito ativo nessa conquista.

Passando do grande ao pequeno, durante estes últimos quatro anos, nós buscamos desenvolver o segmento da pequena empresa petrolífera.

A premissa básica era que pequenas empresas buscam pequenos negócios, adequados ao seu porte, e que pequenas empresas brasileiras podem se tornar médias, e que médias empresas podem se tornar grandes, e que pequenas, médias e grandes empresas podem e devem coexistir para fazer um Brasil melhor e mais rico.

A ANP também buscou, no âmbito dessas leis propostas a esta Casa, incluir a necessidade de uma atenção redobrada ao segmento das pequenas e médias empresas petrolíferas.

Só para ilustrar a V. Exas. o porte das atividades a que eu estou me referindo, eu digo que essas pequenas empresas petrolíferas, hoje, são em torno de 20, e que elas atuam, principalmente, no Nordeste brasileiro, em terra, e no Espírito Santo, em terra. Estas 20 empresas, juntas, chegaram a produzir, em janeiro de 2011, 3,6 mil barris de petróleo por dia. Elas chegaram a investir – vejam os senhores o porte do investimento da pequena empresa petrolífera – R\$1.6 bilhão nos últimos 10 anos. Elas chegaram a perfurar cerca de 300 poços. E mais: no final de 2011, elas eram responsáveis por aproximadamente 2,6 mil postos de trabalho, aí considerados os postos criados direta e indiretamente. Postos de trabalho que são gerados principalmente no Nordeste brasileiro: 2.600.

Eu recomendo fortemente a V. Exas. que analisem esse tema o mais possível, porque esse segmento certamente representa para o País uma importante ação no sentido da descentralização do investimento exploratório, hoje tão concentrado no Sudeste do País e tão voltado para a atividade em águas muito profundas.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, somando todas as áreas onde atuam as pequenas, médias e grandes empresas petrolíferas chega-se a menos do que 5% da nossa imensa área sedimentar brasileira, uma área que é de 7,5 milhões de Km².

Estes dados a que eu estou me referindo salientam uma enorme necessidade de expandirmos a nossa área para exploração e produção de petróleo. Para possibilitar essa expansão, a ANP, ela própria, nos 95% restantes de área sedimentar, ainda pouco explorada e conhecida, vem trabalhando muito fortemente.

Como eu disse a V. Exas., em 2008, o plano plurianual de geologia e geofísica da ANP previa investimentos exploratórios em 23 Estados brasileiros, investimentos para reduzir o risco exploratório e atrair as empresas estatais e privadas para áreas a serem licitadas pela Agência. Nós trabalhamos muito, V. Exas., tenho certeza que já conhecem bastante esse trabalho, mas hoje nós temos estudo de geociência realizados e a realizar desde o Acre, Amazonas, Roraima até o Rio Grande do Sul. São estudos e levantamentos adquiridos pelo Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Sras. e Srs. Senadores, nossos resultados tem sido encorajadores. Esses estudos, realmente, estão dando resultados esperados.

A apropriação de reservas de gás natural pela OGX, no Estado do Maranhão, a compra de toda a área disponibilizada na 10ª rodada de licitações, em 2008, no Mato Grosso, pela Petrobras, e a aquisição de áreas por médias e grandes empresas, também nessa 10ª rodada, na Bacia do São Francisco, em Minas Gerais, são exemplos inequívocos do sucesso desses estudos a que eu estou me referindo.

Até os estudos da ANP, poucos poderiam sequer pensar em explorar petróleo e gás no Mato Grosso, por exemplo, ou no Maranhão e no Piauí. Tudo isso foi possível através de um estudo e de um trabalho muito forte da Agência Nacional do Petróleo.

E é por isso que eu gosto muito de dizer em todos os espaços possíveis, que, no Brasil, as possibilidades exploratórias vão muito além do pré-sal. Mas é claro que é preciso estudar e é preciso, antes de mais nada, perfurar.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu acredito que eu cumpri com V. Exas. o compromisso que eu assumi em 2008. E é por isso que eu me sinto bastante à vontade para assumir novos compromissos, caso a minha indicação seja aprovada por esta Casa.

Caso eu seja reconduzida, irei aperfeiçoar os mecanismos de gestão da ANP e continuar a trabalhar para que esta Agência esteja entre as agências mais preeminentes do mundo; trabalhar para que ela seja

detentora de um quadro técnico altamente capacitado e em número suficiente para desempenhar as atividades previstas em lei; trabalhar para que a ANP esteja sempre pronta para enfrentar questões regulatórias sensíveis, como, por exemplo, a questão da segurança operacional marítima, que se traduz num salvo-conduto para prosseguirmos na exploração em águas cada vez mais profundas, um salvo-conduto para o que a gente precisa fazer na próxima década; irei trabalhar para a estreita sintonia entre o investimento local nos projetos de exploração e produção e o investimento em pesquisa e desenvolvimento necessário para garantir a ampliação da base tecnológica do nosso País; para uma fiscalização cada vez mais eficiente da distribuição e revenda de derivados; para mitigar uma necessidade crescente de importação de etanol e gasolina que afeta negativamente a nossa balança comercial.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, os exemplos que eu acabei de citar aqui apontam para metas que, para serem atingidas, precisam de uma grande sintonia entre os diversos entes públicos, em prol, é claro, do bem-estar da sociedade e de um ambiente estável para os investimentos.

Hoje, nós podemos dizer que já estamos trabalhando em parceria com diversos entes públicos: a Marinha, Secretarias de Fazendas estaduais, bombeiros, instituições de ensino, todos estes têm sido nossos parceiros nas ações de fiscalização.

E agora é minha convicção de que nós precisamos ampliar a comunicação com a sociedade e motivar esta sociedade a nos auxiliar a fiscalizar, apresentando à Agência suas dúvidas e denunciando possíveis desvios.

Minha meta, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é perseguir o objetivo de conquistar a sociedade para que ela perceba a ANP como uma entidade capaz de zelar pelo seu bem-estar, como uma Agência que atua em prol do desenvolvimento do País, como uma Agência com cujo custo vale a pena arcar.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vindo a ser reconduzida à Diretoria da Agência Nacional do Petróleo com a anuência de V. Exas., eu tenho a certeza de que os meus mais de 30 anos de atividades na indústria do petróleo se somarão à experiência dos demais diretores e do corpo técnico da Agência e me darão o suporte necessário para ser bem-sucedida nesses novos desafios.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Dra. Magda e a cumprimento pela sua fala.

Quero, aqui, neste momento, registrar as presenças dos Diretores da ANP: Allan Kardec Duailibe, Helder Queiroz e Florival Rodrigues de Carvalho.

Registro também as presenças do ex-Diretor da ANP e ex-Deputado Federal, Haroldo Lima e da ex-Deputada Federal Jandira Feghali, digo, Deputada Federal Jandira Feghali. *(Risos.)* Jandira, já estou lhe demitindo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sra. Presidente, agora, neste momento, vamos entrar na fase de debate, o que faz com que entremos em concorrência com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Então, como temos vários colegas nesta Comissão que também são membros da CCJ e de outras comissões, como a de Meio Ambiente, que está reunida para discutir as mudanças no Código Florestal, se fosse possível, eu sugeriria que começássemos o debate, mas que, ao mesmo tempo, V. Exa. pudesse, se houver concordância de todos, também abrir o processo de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda, em respeito à nossa convidada, eu não vou abrir a votação porque nós temos apenas quatro oradores. Eu só pediria aos oradores que fossem breves. Creio que após o terceiro orador, possamos abrir a votação, porque, ao abrir a votação, nós não poderemos aproveitar a presença da nossa Diretora, da nossa Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Delcídio, para fazer os seus questionamentos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vou ser bem objetivo, porque conheço muito bem a Dra. Magda. Apenas para fazer algumas observações.

Primeiro, Magda, ouvir um pouco de você com relação à exploração de campos. Fala-se muito em expansão, em pré-sal, mas reexploração de campos; campos que já estão em operação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não. Na verdade, é o seguinte, a pergunta que estou fazendo é por que existem campos em operação que estão perdendo produção? Então, é necessário... Como a Dra. Magda disse aqui, é preciso perfurar.

Há uma preocupação com relação à produção brasileira e, consequentemente, com a operação des-

ses campos que hoje já estão em produção. Portanto, estou fazendo uma pergunta que foge um pouco daquilo que se discute mais: o pré sal, novos campos, novos investimentos. Estou querendo tratar de investimentos que já aconteceram; e espero que continuem acontecendo com a reexploração dos campos. Todo mundo fala em expansão, mas acho que reexploração é um item importante no portfólio da Petrobras. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a opinião da Dra. Magda. Nós votamos aqui – e eu, pessoalmente, quando fui à tribuna fiz essa observação – a obrigação de a Petrobras participar em 30% de todos os consórcios do pré sal, como operadora exclusiva. Será que essa medida é boa para o País? Porque a Petrobras tem seus investimentos, tem seu plano de negócios.

Agora, se a Petrobras é obrigada a entrar como operadora exclusiva em todos os campos, com o endividamento já no limite, com ela já precisando gerar caixa, que acontece somente com o aumento do preço de combustíveis, que são absolutamente... Hoje, talvez seja o maior desafio da companhia ao longo dos próximos meses.

Dentro desse cenário, como a Dra. Magda encara essa questão dos 30%? Ou, melhor dizendo, a Petrobras como operadora exclusiva de todos os campos? Se a Petrobras não vai ao final das contas, ela tem interesse em investir naquilo que está dentro do planejamento dela.

Ela entrar em outros campos honestamente eu não compreendo isso; e acho que pode até não ser contraproducente somente para a Petrobras, mas pode ser contraproducente até para os próximos leilões a serem realizados.

Outro questionamento é com relação aos leilões. Nós praticamente paramos os leilões. Não há mais leilões. Acho que esses leilões são importantes para aumentar a produção de óleo, de gás. Há alguma previsão? Este ano teremos algum leilão, pelo menos *on-shore*? Se não vão fazer leilão *off-shore*, pelo menos que a gente faça leilão *on-shore*, como disse a Dra. Magda, que falou aqui muito rapidamente de campos no Maranhão, de campos em terra.

A outra pergunta que eu queria fazer é a seguinte: a questão de campos maduros. Será que não há espaço para a gente, até pelo fator escala da Petrobras, abrir um espaço maior para os campos maduros, para empresas médias nacionais participarem da produção? Porque acho que isso é importante, é um setor que se amplia. E no meu ponto de vista é uma iniciativa correta, mas ao longo desses últimos anos isso ficou sobrestado.

Por último, os Estados Unidos, de 2009 para cá, estão fazendo uma verdadeira revolução na área de energia; uma revolução silenciosa. Os Estados Unidos importavam 22 milhões de barris e produziam cinco. Produzem cinco, aproximadamente. E importavam 17. Consumiam 22. De 2009 para 2012 a importação passou para 12. Ou seja, os Estados Unidos comeram dois brasis de 2009 até 2012. De 2009 a 2012, dois brasis. Cinco milhões de barris. Baixou. E onde está essa redução? É um programa vigoroso de investimento em tecnologia, de investimento em inovação, de investimento em desenvolvimento não só de energias renováveis. Aí vem o Shell Gas, que vai ser uma verdadeira revolução nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos aparentemente não havia tecnologia, mas esse processo se acelerou. Então, os Estados Unidos correm rapidamente para mudar sua matriz energética, onde o gás de “pedra”, o gás de “rocha” vai ter um papel preponderante. Esse movimento pode ter reflexos inclusive geopolíticos, nesse conserto de interesses entre as nações. E o Brasil é rico nisso também.

Aí, eu pergunto: se nós começarmos a patinar muito no pré sal, será que daqui a pouco nós não perdemos a oportunidade de sentar na janela e na primeira classe? Então, essas são as perguntas que eu gostaria de fazer.

Mais uma vez, Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidenta, cumprimento a iniciativa da Presidente Dilma pela indicação da Dra. Magda Chambriard, um dos melhores quadros do País nessa área de energia. E também não poderia deixar de cumprimentar aqui o nosso ex-Presidente Haroldo Lima, bem como os diretores também presentes, dizendo da satisfação de tê-los aqui no Senado Federal.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio.

Eu vou passar, Dra. Magda, a palavra para todos os oradores e posteriormente V. Sa. pode lhes responder. Isso para agilizar o trabalho, porque temos várias atividades hoje de manhã.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vamos ser o mais objetivo possível, não é, Presidente? Vamos ser o mais objetivo possível.

Se nós pegarmos dois pronunciamentos breves, como o do nosso querido Delcídio Amaral, iremos até às 2 horas da tarde.

O SR. INÁRIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A vantagem é que ele já poupou várias perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Ele resumiu tudo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu vou tentar aqui colaborar.

Primeiro, cumprimento a nossa Presidenta Magda. E digo que faço questão não de gastar o tempo, mas de utilizar o meu tempo, Senadora Lúcia Vânia, para fazer alguns destaques que considero importantes, que talvez muitas pessoas achem que não sejam necessários. Entretanto, eu acho ser muito necessário.

Nós vivemos num País que pela primeira vez é governado por uma mulher. Nós estamos aqui, neste momento, tratando de uma área de petróleo, gás, biocombustível, que é, economicamente, talvez a área mais importante para o País. A Petrobras é a empresa mais importante.

Nós estamos tratando de um assunto e temos mulheres à frente dos principais segmentos. Presidente da Petrobras: Maria das Graças Foster; uma mulher. Diretora-Geral da ANP: Magda Chambriard; uma mulher. Ambas com muita experiência. Foi mostrado aqui no relatório que a Magda tem mais de trinta anos de experiência no setor. E se chegou aonde chegou, é pela sua capacidade de formação e também sua capacidade política de integração.

Aqui na Comissão de Infraestrutura nós temos outra mulher: Senadora Lúcia Vânia. Esse é um momento muito importante e especial para o País. É um momento muito importante, Senadora Lúcia Vânia!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se Deus quiser! Se Deus quiser! Lá também será a primeira. Lá também será a primeira, se tudo der certo. Mas, enfim, então eu quero fazer esse destaque.

Segundo, digo que ouvi com muita atenção tudo o que a Diretora Magda nos colocou em relação ao papel da ANP quanto ao pré-sal. Todos nós sabemos que à época o Diretor-Presidente era Haroldo Lima, uma das pessoas extremamente entusiastas.

A ANP me encanta— aqui cumprimento todos os diretores presentes –, Senadora Lúcia Vânia, no Colegiado, porque há uma dedicação não só para aquilo que é o maior, no caso o pré-sal – porque com o pré-sal poderíamos nos bastar nele mesmo –; mas há uma dedicação muito importante da Agência Nacional do Petróleo com o País inteiro. Isso é fundamental!

A Dra. Magda falou aqui da importância dos números, dos grandiosos números do pré sal, mas falou do quanto de emprego geram, e de investimento, as pequenas, as médias e as grandes empresas que atuam em todos os Estados brasileiros. Do desempenho e da dedicação da ANP em desenvolver esse estudo.

Eu venho lá do Amazonas. Todos sabem. Lá do Amazonas, um Estado que tem a maior reserva de gás

natural de terra firme. Nós somos responsáveis pela produção de 19% do gás brasileiro. E pelo que tudo indica, Senadora Lúcia Vânia, a reserva de gás da nossa região é maior que a reserva da Bolívia, País do qual nós importamos entre 20 a 30 milhões de metros cúbicos de gás. Nós devemos ter uma reserva maior do que a da Bolívia, lá na região. E nós temos de trabalhar a forma como explorar essa riqueza e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente. Eu penso que lá também a atuação da ANP tem sido muito importante.

Então, passarei a fazer algumas perguntas para a nossa Diretora Magda.

Nós temos uma luta muito forte, no Estado, para instalação de um pólo gás-químico na região, porque quando falamos em preservação precisamos ver o que ajuda a preservar, o que tira a pressão da floresta. Nós entendemos que um pólo gás-químico pode ajudar muito a desenvolver a região, gerar emprego, riqueza, sem que haja a pressão sobre a floresta. Então, eu pergunto à senhora, Dra. Magda, qual é a sua opinião em relação a essa questão? E quais os planos?

Nós temos a informação de que em torno de R\$ 4,5 bilhões estão sendo investidos, nesses três anos, em pesquisa, no Estado do Amazonas. Eu queria que a senhora falasse um pouco dessas perspectivas.

Há uma empresa privada lá, HRT, que busca petróleo, mas tem encontrado muito gás. Encontrou petróleo também, mas onde fura dá gás. Então, essa é a segunda questão.

A terceira é como funciona mesmo – porque eu não entendo perfeitamente – a medição das empresas que exploram petróleo, gás, no País? A senhora acha que os dispositivos técnicos de que a ANP dispõe para auferir, fazer a medição da exploração são suficientes, ou também existe a necessidade de modernizar essa parte, para que tenhamos certeza de que toda riqueza extraída, seja do mar ou da terra, tem se revertido em benefícios para o Estado brasileiro, através de *royalties* e tudo mais?

No mais, quero cumprimentá-la pela sua competência e capacidade, Dra. Magda.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Srs. Senadores e Senadoras; o Senador Delcídio do Amaral, já não presente entre nós, foi, a meu juízo, cirúrgico na afirmação da carreira exitosa, profissional da Dra. Magda, o que, seguramente pelo mérito, deu sustentação, agasalho, por parte da Presidente Dilma, para renovar a sua indicação para a Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, não apenas por sua exitosa ascensão profissional, mas também por sua integridade

física, pela forma séria, ética com que ela se conduziu ao longo desses anos todos.

Há algumas questões, Dra. Magda, que nós precisamos trazer à reflexão e observação, nesta reunião de sabatina. Em que pese pressa, nós precisamos aqui esgotar o tempo, porque essa é nossa tarefa, Presidente; em que pese estarmos ao mesmo tempo com muitos problemas hoje aqui, pois estamos elegendo a comissão que vai reestruturar o Código Penal; nós estamos com audiência pública para discutir as deficiências da telefonia celular no País, na Comissão de Ciência e Tecnologia; nós estamos com uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça; mas a pressa não pode impedir que estejamos aqui cumprindo com nossa primeira obrigação, que é sabatar uma diretoria como essa, da maior relevância e importância. Então, peço vênica a V. Exa. para que eu possa esgotar meus questionamentos, dúvidas e reflexões que gostaria de ouvir da Dra. Magda.

A lei que criou a Agência Nacional do Petróleo, em 1997, concede à Agência Nacional do Petróleo um conjunto de atribuições muito amplo, muito vasto. A realidade da produção do petróleo e do gás em 1997, em nosso País, era uma. Hoje, essa responsabilidade e essa produção ampliaram-se muito, e a expectativa é de que continue ampliando cada vez mais. Dentro desse princípio, há algumas questões que eu queria trazer à reflexão da Dra. Magda e desta Comissão.

Inclusive apresentei aqui, no Senado, o Projeto de Lei nº 668, que visa, entre outros objetivos, delegar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a devolução da competência para fiscalizar a apuração, a arrecadação, o lançamento, a cobrança administrativa e o pagamento das participações governamentais tipificadas como *royalties*, participação especial ou óleo excedente, derivadas da produção e exploração de petróleo e gás natural em regime de concessão ou de partilha de produção.

As participações governamentais devidas na exploração de petróleo e gás natural em regime de concessão costumam suscitar, no mínimo, divergências entre as partes interessadas. Existem problemas na aferição do volume de petróleo e gás natural efetivamente produzido. Com base em declarações falsas que retratam volumes menores do que aqueles, efetivamente, extraídos, as companhias petrolíferas acabam sonegando o pagamento de *royalties* e participações especiais ao Estado brasileiro, não importa se Governo Federal ou governos estaduais. E há ainda o sentimento de que a simples colocação de relógios de aferição, mesmo que homologados e aferidos, não representa medida suficiente à erradicação da inexistência dos dados que significarão bases de cálculos.

Segundo, como o cálculo do valor devido a título de participação especial permite a dedução dos custos empresariais no campo de petróleo, é comum existir divergências e a possibilidade de superfaturamento desses valores, pois isso diminui o montante dos pagamentos devidos de participações especiais.

Na prática, em diversas ocasiões, a soma dos custos declarados por empresa petrolífera, em cada campo de produção, à Agência Nacional do Petróleo costuma superar bastante o valor que a mesma companhia declara à Secretaria da Receita Federal, a título de custos incorridos para a dedução no imposto de renda.

Por sua vez, as participações governamentais devidas no regime de partilha de produção também costumam ser objeto de prática sonegadora, por meio de um conhecido mecanismo de abrangência mundial: como apenas o óleo excedente é partilhado entre a empresa exploradora e a União, há incentivos adversos para que a companhia petrolífera superfature seus custos, a fim de inflar o volume devido exclusivamente à empresa a título de óleo de custo.

A solução é propiciar o cruzamento de dados entre a Agência Nacional do Petróleo e a Secretaria da Receita Federal, a fim de coibir a sonegação no setor, bem como conferir à Secretaria da Receita Federal toda a competência para fiscalizá-lo. A estrutura de pessoal técnica, logística e de know-how da Secretaria da Receita Federal contribuirá, em meu juízo, para a erradicação da sonegação de participações governamentais no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Essa é a proposta que apresentei ao Senado da República. Ou seja, me parece que a Secretaria da Receita Federal não vem sendo demandada, não vem sendo reconhecida por parte da ANP para que possa auxiliar nesse desafio que é muito complexo. Parece-me também que a ANP, por sua jovialidade, por sua precocidade, ainda não tem estrutura adequada e suficiente para fazer todos esses cruzamentos. A todo momento, estamos convivendo com incertezas, suspeições ou conflitos nessa relação. Gostaria que V. Sa. pudesse abordar esse tema, que é de fundamental importância para o Estado brasileiro, para o Governo Federal e para os Estados federados.

Eu represento o Estado do Espírito Santo, mas aqui tenho a obrigação de olhar para o todo e não somente para a parte, porque o meu Estado vem alcançando, a cada dia, níveis superiores de produção. E há também uma reclamação em meu Estado da necessidade de uma melhor infraestrutura da ANP no Estado do Espírito Santo, por ser o segundo produtor brasileiro de petróleo, caminhando para ter uma pro-

dução *onshore* de gás muito relevante, acima de 20 milhões de metros cúbicos.

Eu gostaria que V. Sa. pudesse falar sobre essa iniciativa e como V. Sa. vê o papel da Receita Federal podendo atuar, até porque não vai faltar tarefa e responsabilidade para a ANP, sobretudo neste momento em que estamos expandindo a produção. E, na expansão da produção, vem a preocupação com as questões sociais, as questões ambientais e os seus impactos em função da expansão no pós-sal ou mesmo no pré-sal, que é ainda um desafio não conhecido, apesar do reconhecimento por parte da Petrobras de domínio tecnológico desse tema.

A outra questão, Dra. Magda, que trago aqui é a reflexão da jornalista Miriam Leitão, do jornal *O Globo* de hoje. O que diz a jornalista Miriam Leitão? Até porque essa também é uma das tarefas da ANP.

Num ano o Governo não reajusta a gasolina porque tem eleição; no seguinte, porque a inflação subiu; no terceiro ano, porque tem eleição. Como a democracia veio para ficar, e nela vota-se com frequência, o Governo deve deixar a economia fora disso. A importação de gasolina, em dólares, aumentou 374% no primeiro semestre; a Petrobras teve prejuízo; e o setor de etanol está desorganizado.

Os efeitos colaterais da decisão do Governo de manter o preço artificial da gasolina estão se acumulando. Os dados da ANP mostram que de janeiro a junho foram gastos US\$1,56 bilhão com a importação do produto, quase o mesmo valor importado em todo o ano de 2011. A exportação caiu 60% e foi de apenas US\$ 48 milhões. Veja o gráfico. Aconteceu o mesmo com o óleo diesel: as exportações caíram 50% no primeiro semestre, enquanto as importações subiram 30%. A balança comercial do produto ficou negativa em US\$ 3,5 bilhões. Em 2011, fechou no vermelho em US\$ 7 bilhões.

Os números mostram a completa falta de sentido da política de combustíveis. A Petrobras compra lá fora por um preço mais alto do que vende aqui dentro, tem prejuízo e incentiva o consumo de combustível fóssil.

O mérito da Presidente da Petrobras, Graça Foster, foi falar com sinceridade. José Sérgio Gabrielli sempre alegava que não iria repassar a volatilidade. Não era isso, tanto que os outros preços, como os de querosene de aviação e de gás para a indústria eram – e são – reajustados mensalmente.

Por aí vai, sinalizando a absoluta falta de organização e de ornamento das políticas relacionadas a esse tema, que também gostaria que V. Sa. pudesse abordar.

Não posso deixar também de questionar a matéria do jornal Folha de S. Paulo de hoje: “ANP não

investigou acesso a dado sigiloso”. Segundo o jornal Folha de S. Paulo:

Durante oito meses, mesmo depois de ter deixado a ANP (Agência Nacional do Petróleo) para ser consultor de uma empresa, o geólogo Paulo de Tarso Araripe continuou tendo acesso ao setor de informações sigilosas da Agência.

De março a novembro de 2007, ele entrou e saiu [segundo o jornal Folha de S. Paulo] 900 vezes do prédio da ANP – em média, três visitas diárias.

O destino era sempre o mesmo: a Superintendência de Definição de Blocos (SDB), onde são armazenadas informações que descrevem o potencial para exploração de petróleo e gás de todos os blocos petrolíferos do País.

As visitas cessaram uma semana antes da 9ª rodada de licitação para a concessão de áreas para a exploração de petróleo, ocorrida em 27 e 28 de novembro de 2007.

Para chegar à Superintendência de Definição de Blocos (SDB), é preciso ter autorização do responsável do setor. Na época, a SDB era de responsabilidade de Magda Chambriard, atual Diretora-Geral da Agência [...].

Relatório da assessoria de inteligência da ANP [segundo o jornal Folha de S. Paulo], encaminhado ao então Diretor-Geral da Agência, Haroldo Lima [que nos honra aqui com sua presença], afirma que a Stratageo Soluções Tecnológicas, em que Araripe trabalhou após sair da ANP, prestava serviços a empresas de consultoria na área de petróleo.

Por esses motivos, o delegado Jorge de Araújo Freitas, então chefe da assessoria de inteligência, sugeriu a Lima que fosse aberto procedimento administrativo. A investigação não teve continuidade [segundo o jornal Folha de S. Paulo].

Eu gostaria que V. Sa. pudesse esclarecer esses fatos, porque isso está noticiado no jornal Folha de S. Paulo e quero crer que este é o momento mais que tempestivo para que nós possamos fazer o enfrentamento de uma questão como essa.

Também na linha do que perguntou aqui o Senador Delcídio do Amaral, a ANP já recomendou ou pretende recomendar ao Conselho Nacional de Política Energética a contratação de áreas exploratórias do pré-sal dentro do novo regime de partilha. Quando, enfim, ocorrerá a primeira rodada de licitações no pré-sal? E quando ocorrerá a 11ª rodada de licitações no regime de concessão? A última concessão, a última rodada, salvo melhor juízo, foi em 2008, e nós estamos em 2012. Portanto, estamos com nossa produção absolutamente estagnada, produzindo uma política que patrocina a valorização da importação de petróleo, em

lugar de darmos vazão a esse potencial extraordinário do nosso País.

São as questões que trago a julgamento e reflexão de V. Sa. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

E, logo após a fala do Senador Cyro Miranda, nós vamos abrir a votação. Nós temos ainda dois oradores: os Senadores Flexa Ribeiro e Jayme Campos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar S. Exa., Dra. Magda, que tive o prazer de conhecer ontem, e dizer que o currículo de S. Exa. e sua experiência atual na ANP não deixam a menor dúvida quanto à sua recondução. Fico muito feliz. Gostaria que sempre aqui, nesta Casa, tivéssemos oportunidade de examinar, conversar com pessoas que tenham o currículo tão prestimoso como o de V. Exa.

Dra. Magda, tenho duas perguntas muito rápidas, que têm até muita relação com o nosso Estado – meu e da Senadora Lúcia Vânia. Somos um dos grandes produtores de etanol e também estamos caminhando no biodiesel com uma rapidez muito grande.

Aproveito aqui também para saudar o Sr. Juan Diego Ferrés, Presidente do Conselho da União Brasileira de Biodiesel e Bioquerosene do nosso País.

Recentemente, as atribuições e competências da ANP foram significativamente ampliadas, incorporando, entre outros elementos, a fiscalização da produção do biodiesel ao seu objeto de atuação. A biomassa de cana-de-açúcar constitui a maior matriz energética dentre as fontes renováveis brasileiras, ou seja, 15,7%, à frente até mesmo da energia elétrica, 14,7%.

O programa de desenvolvimento do etanol, da cana-de-açúcar tem se constituído em importante bandeira do Estado brasileiro nos fóruns ambientais e internacionais. Apesar de todos esses dados que reforçam a importância do nosso programa de biocombustíveis, o que se vê, na prática, é um preço ainda muito alto pago pelo consumidor, nos postos de combustíveis, pelo etanol, o que muitas vezes desencoraja seu uso em lugar da gasolina.

Frequentemente, atribuem-se os altos preços a fatores econômicos do açúcar, em momentos em que se alterna economicamente o que é mais vantajoso. Apesar de compreender tais argumentos, Dr^a Magda, inquieta-nos a falta de uma política governamental de estímulo ao consumo e à produção do etanol mais firme.

V. Ex^a teria ideia de como a ANP ou o Governo, por meio de seus órgãos, poderiam atuar com vistas a reverter esse panorama atual? E, também, a política do *biodiesel*, o setor está um pouco intranquilo. Quais as perspectivas?

Essas são as duas perguntas que tenho, bem rápidas, para contribuir também com esta reunião. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Cyro.

Vou abrir a votação. Aqueles que precisam votar agora o façam, mas pediria que o fizessem tranquilamente, em silêncio, para não atrapalhar o desenvolvimento dos trabalhos.

Aqueles que puderem ficar, gostaria que ficassem, porque a Dr^a Magda ainda não pôde responder a nenhuma pergunta. Então, gostaria de manter a reunião nesse mesmo nível em que a temos mantido até agora.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr^a Magda Chambriand, Srs. Diretores da ANP.

Dr^a Magda, Srs. Diretores da ANPA, ontem tive a alegria de recebê-la em nosso gabinete, e tivemos a oportunidade de conversar bastante. Quero parabenizá-la pelo seu currículo, pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Agência Nacional de Petróleo.

Perguntar depois de vários Senadores significa que já praticamente esgotaram a pauta – em especial, depois do Senador Delcídio, que é um experto no assunto. Ele, como disse a Senadora Vanessa, usa, inclusive, termos que têm de ser traduzidos para a linguagem dos humanos mortais; usa os termos da época em que era Ministro de Minas e Energia, em que tinha sob controle a Petrobras.

Então, ele esconde, pelos termos, a realidade que a gente precisa saber, não é Senador Delcídio? V. Ex^a, pela competência que tem, tem o respeito e a admiração de todos nós.

Mas V. Ex^a ficou...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É elogio ou (*inaudível*)?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É elogio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu quero fazer um parêntese, Senadora Lúcia, para dizer da minha satisfação de ver o Senador Lindbergh, que estava sumido. Ele estava sumido daqui. Acho que estava cuidando lá de Duque de Caxias.

Todos nós estávamos sentindo sua falta. Seja bem-vindo.

Mas vamos à questão aqui.

Dr^a Magda, quanto às perguntas que eu ia fazer, muitas delas já foram feitas, não vou repeti-las. Mas gostaria de ter sua opinião, como Presidente da ANP, da mudança que foi feita no ano passado.

O Senador Delcídio já lhe perguntou, mas quero saber a sua opinião sobre a mudança da forma de participação da Petrobras na concessão de partilha, ou melhor, da concessão para a partilha.

O que ocorreu, acho... A minha opinião é a de que houve um prejuízo para a Nação. Houve uma paralisação da produção nova de petróleo, porque, a partir daí, não sei se por falta de capacidade de investimento da Petrobras ou por qual outro motivo – aí gostaria que V. Sa. pudesse explicar a todos nós –, não mais ocorreram leilões, o que já vinha, há alguns anos anteriores, ocorrendo.

E, também, dizer o que está ocorrendo com o pré-sal. O pré-sal foi colocado de uma forma midiática para a Nação brasileira. O Brasil ia ser integrante, ia até assumir a Presidência da OPEP. De uma hora para outra, a coisa foi colocada, todo mundo colocou a mão no petróleo, colocou nas costas dos macacões, a mídia fez um estardalhaço, e o que estamos vendo, lamentavelmente... Isso será objeto, proximamente, na Comissão de Assuntos Econômicos... O Senador Delcídio já agendou para o próximo dia 28 de agosto, no próximo esforço concentrado...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É no dia 11. Dia 11.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No dia...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Onze de setembro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já mudou?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, é 11 de setembro. Eu é que me enganei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Parece nuvem. Ontem era em 28, agora já é no dia 11 de setembro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Onze.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No dia 11 de setembro, vamos ter a presença da Dr^a Graça Foster, Presidente da Petrobras, para que possa explicar como a Petrobras, que é orgulho de todos nós, está numa situação preocupante: não aumenta a produção, entra em crise financeira, em prejuízos. Quer dizer, é uma preocupação.

O Senador colocou o artigo da jornalista Miriam Leitão, que expressa a preocupação de todos nós. Então, queria saber de V. Sa. se o sistema de partilha realmente não veio prejudicar o ingresso do Brasil na OPEP.

Uma outra questão, que preocupa também e que já foi colocada aqui, é a da produção do biocombustível. O meu Estado, o Estado do Pará – não tenho dúvida

–, será o maior produtor de óleo de palma do mundo. Não é do Brasil, não: do mundo. Já poderia ter sido, se tivéssemos feito, há 15 anos, a ação em que estamos patinando agora. Mas há também um desacerto com a própria Petrobras, que está fazendo um investimento pesado na produção de óleo de palma, que é, sem sombra de dúvida, a solução para a produção de biocombustível.

Mas a indústria automobilística já está produzindo os veículos pesados, os caminhões, com motores apropriados para receber o *diesel* S-50. E esse *diesel* S-50, pelo menos na nossa região, não está disponível. Não está disponível. Então, a indústria já se antecipou, atendendo às exigências do Governo, produziu os motores, e a Petrobras não disponibiliza o combustível.

Gostaria de ter uma posição da ANP sobre de que forma isso vai ser proximamente colocado, disponibilizado no Brasil, porque o Brasil não termina aqui, no centro-sul. Ele tem uma grande... Aliás, 60% por cento do Brasil estão lá para cima, onde...

A última pergunta, a que quero que V. Sa. possa responder-nos – e ontem nós conversamos bastante sobre isto –, é para saber quando o meu Pará vai ser produtor de petróleo. Nós queremos entrar na OPEP também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Até isso? Já há a mineração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, na mineração... Não fale isso, Senador Cyro, porque o petróleo deu, no ano passado, R\$24,5 bilhões de *royalties*, e a mineração, R\$1,5 bilhão. E o lucro das mineradoras foi superior duas vezes ao lucro da Petrobras. Então, não podemos comparar.

Mas nós conversamos ontem, Dr^a Magda, e eu queria já me antecipar e pedir a V. Sa... Quanto àquela informação que me deu da questão da prospecção em áreas limítrofes com o Estado do Amazonas, conversei com o Secretário de Meio Ambiente, que me informou que já está solucionado.

Então, pediria, se possível, que a senhora mandasse um técnico da ANP, para que, juntos, fôssemos à Secretaria de Meio Ambiente e ao Ideflor, a fim de que tivéssemos, então, as condições para que a ANP fizesse a prospecção que poderia ajudar o Estado do Pará.

E, também, desejo saber quando vamos colocar em licitação os blocos da costa do Pará, que atende, inclusive, ao Pará, ao Maranhão, ao Amapá, e por aí vai. Já está feita a sondagem, com indícios de que há, como V. Sa. me informou ontem, óleo de alta qualidade, petróleo leve, que precisa ser licitado, para que possa, então, ser explorado.

Desejo sucesso a V. Sa. nesse novo mandato à frente da ANP e aos seus diretores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos; logo em seguida, o Senador Wellington Dias, último orador inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não há mais inscrição. Está encerrada a inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sra. Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Dr^a Magda; Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi; demais Senadores e Senadoras, serei rápido.

(*Inaudível*) 1% do Ricardo Ferraço na manhã de hoje. Foram muito pertinentes suas observações, suas indagações.

A minha indagação, Dr^a Magda, é em relação à perspectiva do avanço, em relação ao *biodiesel*. Paramos lá no B-5, e daí para frente isso está estagnado. Há uma perspectiva? Isso, pelo fato de que há uma preocupação de que, nesses últimos tempos, quase nada se avançou.

Então, acho que é boa a notícia que a senhora poderia dar, até alvissareira, para esse segmento, em todo o Brasil.

Por outro lado, V. Sa. aqui se referiu ao Campo Novo, que é também uma bacia do nosso Estado do Mato Grosso. Já há algum tempo, estive aqui até o ex-Presidente Haroldo Lima, que fez um breve comentário em relação a essa descoberta lá. De lá para cá, pelo que tenho conhecimento, quase nada.

Parece-me que foi licitado, não sei se foi a própria ANP, alguém comprou essa concessão. De lá para cá, nada. Gerou-se uma expectativa muito grande na região, entretanto queria indagar de V. Ex^a se, por acaso, há alguma coisa em termos de perspectiva.

Ô Flexa, você já falou para caramba. Por favor, Senador. Está de novo encabulando a mulher aqui.

O Flexa vem de encomenda. Já falou por 35 minutos e está em cima. Esse é o Flexinha Ribeiro. Esse é o Flexa Ligeiro, é bom que se esclareça. Não satisfeito, ele vem aqui incomodar a Dr^a Magda. Já foi para o Iraque, para a OPEP, volta...

Eu queria saber da senhora se de fato há alguma coisa concreta, até porque se gerou uma boa expectativa. Todos nós, mato-grossenses, tanto eu como o Blairo e os demais parlamentares, e a sociedade, de uma maneira geral, estamos no aguardo. Com certeza, seria realmente uma conquista. Nunca, jamais, em tempo algum, sonhávamos que um dia se poderia, no Campo Novo, estar produzindo gás.

De maneira que quero fazer duas indagações rapidinho: uma em relação ao avanço do *biodiesel*,

nós paramos, estagnamos no B-5; outra em relação também a esse campo de Campo Novo, na região do médio norte do nosso Estado.

Muito obrigado. Sucesso a V. Sa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias, o último orador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, primeiro quero aqui só dar um testemunho. Tive o privilégio de conviver com a Dr. Magda e com o meu querido Haroldo Lima, que tem o privilégio de estar ao seu lado, numa fase em que foi Governador do Piauí.

Nessa ocasião, tínhamos um dado, que era um estudo que estava lá nas gavetas – há muitos anos, antes da Petrobras e, depois, na Petrobras –, demonstrando a presença de gás e petróleo na Bacia do Parnaíba, pelo lado do Maranhão – está aqui meu querido Lobão Filho – e pelo lado do Piauí.

E ali, há muitos anos, não havia, inclusive, investimentos em pesquisa. Eram uma migalha os recursos que todo ano vinham no Orçamento e que sobravam para a pesquisa. Era uma dificuldade.

E quero destacar aqui o empenho tanto do então Presidente, meu querido Haroldo Lima, quanto – permita-me aqui – da Dr^a Magda, que coordenava essa área, que se dedicou e que permitiu ao Brasil descobrir uma reserva, que ainda não se sabe quantificar, mas que já é lembrada como possivelmente uma das maiores do Brasil e do mundo.

Existe a possibilidade de haver naquela região pelo menos uma meia Bolívia de gás, como alguns jornais têm noticiado. Petróleo no mar, petróleo, provavelmente gás, porque já tem a primeira revelação em Capinzal, no Maranhão, e agora as prospecções na região de Floriano, no Piauí.

Quero dizer da sensibilidade com regiões como essa. Normalmente, quando pedimos alguma coisa nova, quando é um programa já existente, quando é algo que já está nas metas do Governo, fica mais fácil; estou falando de algo novo, que depende de risco, de um investimento de que não se tem certeza. Mas eu demonstrava ali – e foi essa a sensibilidade que me tocou, que me fez dar este depoimento – regiões onde uma riqueza como essa fará a diferença. O Piauí e o Maranhão, certamente, terão outra história a partir dessas reservas de gás e petróleo. É claro, as hidrelétricas. Ainda ontem, estivemos com a Bancada com o Ministro Lobão, que tem trabalhado essa área de energias renováveis. Agora, vamos entrar em um novo leilão, hidrelétricas na bacia do Parnaíba, eólica, no sul e no norte do Estado, biomassa, um grande potencial, mais uma reserva como essa, que é importante. Acho que é essencial para o Brasil ter alguém

como ela, com essa sensibilidade de mulher, com essa capacidade técnica revelada à frente da Agência Nacional de Petróleo, substituindo, eu diria, um dos mais importantes brasileiros, que é o meu companheiro e camarada Haroldo Lima.

Então, queria dar este depoimento e dizer que, para mim, é um orgulho muito grande ter votado – estou anunciando, o voto é secreto – favoravelmente a sua aprovação.

Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Presidente, não vou fazer intervenção, mas quero parabenizar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Sr. Presidente, fui citado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– ...a Dr^a Magda pelo currículo, pela forma séria e competente com que está conduzindo a ANP. Quero estender ao nosso grande brasileiro, Haroldo Lima. Tive oportunidade de conviver com ele desde o meu tempo de juventude no movimento estudantil. Sei do seu apreço aos grandes debates nacionais. Deixaria só uma questão. Disse que não iria fazer pergunta, mas, já fazendo, sei que a ANP começou a estudar a bacia sedimentar do Piauí. O que pode surgir de novo no Brasil? Essa é a dúvida. Temos, na discussão do pré-sal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Paraná. Mas qual o nosso potencial? O que não foi estudado ainda? Eu gostaria de tentar entender isso. O Flexa Ribeiro falou sobre os potenciais do Pará. Essa é a única pergunta que deixaria para V. Sa. Muito obrigado. Parabéns.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Sra. Presidente, pedi a inscrição a V. Sa. Eu gostaria de fazer umas perguntas breves para nossa sabatinada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Seja breve mesmo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Primeiro, sobre as questões que normalmente terminam saindo em jornais, se esses articulistas se comunicam diretamente com a Diretora-Geral da Petrobras para colher informações a respeito das questões levantadas pela imprensa brasileira. Essa é a primeira pergunta.

Segunda, é possível fazer ou preparar uma nova rodada antes que a 11^a seja realizada, para atender à indagação feita pelo Senador Delcídio do Amaral sobre realizarmos uma rodada de leilões *onshore*? Isso é possível? É muito importante para nossas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, onde os estudos podem avançar e poderíamos preparar leilões. Isso é possível legalmente, já que temos uma rodada na rua?

As áreas em águas rasas, litorâneas. Normalmente, temos encontrado restrições ambientais. Tam-

bém nessa questão é possível compatibilizar as áreas litorâneas da região do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí? Elas têm mostrado índices fortes de presença de gás. No entanto, é preciso um bom acordo entre a Agência Nacional de Petróleo e o Ibama para que possamos realizar essas rodadas.

Também gostaria de uma informação a respeito das áreas que estão na fronteira com a Venezuela. São áreas que, de outro lado, temos sempre a informação de que tem muito petróleo, tem gás etc.; do nosso lado, gostaria de ter essa informação da senhora, principalmente a bacia localizada na área de Roraima. É uma região que tem potencial ou não?

Do ponto de vista da questão de tecnologia, qual é a nossa dificuldade. A Petrobras ficou notabilizada, o Brasil ficou notabilizado como um país de grande capacidade tecnológica para áreas profundas. Qual é o embaraço a que estamos assistindo nessa área? Os investimentos são pequenos? A ANP tem poucos recursos para investir em tecnologia, para investir na formação de pesquisadores, nos laboratórios de tecnologia? O que está acontecendo que está permitindo esse “atraso”, digamos assim, entre aspas? Isso é verdade? Temos potencial para buscar esse gás com tecnologia avançada como os outros países têm conseguido?

É só. Questões objetivas.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sra.

Presidente, não quero fazer nenhuma indagação, mas queria fazer um registro. Quero registrar a absoluta satisfação do Ministro Edison Lobão, falo em nome dele, na recondução da Dr^a Magda Chambriard. Ela é uma profissional de reputação ilibada, que deixou uma marca profunda quando foi uma diretora partícipe da ANP e, hoje, sendo Diretora-Geral da ANP, traz como testemunho o seu antecessor, aqui presente, nosso querido amigo Haroldo Lima, como prova maior do carinho que todo órgão tem por ela.

Era importante eu fazer esse registro, porque a ANP está umbilicalmente ligada ao Ministério das Minas e Energia. Na ausência do Ministro, faço este depoimento em favor da Dra. Magda, e meu próprio depoimento, em reconhecimento aos méritos profissionais da diretora.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Grato,

Presidente, Senadora Lúcia Vânia. Na verdade, não iria fazer uso da palavra, mas como ontem tive o prazer de receber a Dra. Magda em meu gabinete, queria parabenizá-la, desejar-lhe boa sorte. Vou dispensar elogios, porque todos já a elogiaram. Queria apenas fazer uma pergunta à Dra. Magda.

Sou do Acre. Lá, temos uma usina de álcool chamada Álcool Verde, que já vem se arrastando por muitos anos. Fui um dos que criei uma expectativa muito grande com o funcionamento dessa usina para geração de emprego. Ela fica no Município de Capixaba. Ouço também falar muito que o Governo Federal não tem interesse em produzir álcool na Amazônia. Eu queria saber o que tem de verdadeiro nisso. O Governo Federal tem ou não interesse em produzir álcool na Amazônia?

Obrigado, Dra. Magda.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Petecão.

Antes de passar a palavra à Dra. Magda, gostaria de comunicar à Comissão que hoje é a última reunião com a presença de nosso vice-presidente Blairo Maggi, que se licencia durante 120 dias. É lamentável que eu perca um grande companheiro que tem prestado um excelente trabalho no Senado da República, especialmente a nossa Comissão de Infraestrutura.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu volto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na outra legislatura, serão outros.

O SR. – Senadora Lúcia Vânia, uma questão de ordem. Eu gostaria de me antecipar – temos certeza da recondução da Dra. Magda – e pedir que, em seguida, pusesse em votação o regime de urgência para que, ainda hoje, em plenário, pudéssemos votá-lo, para apreciarmos-no no esforço concentrado. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, será atendido, Senador.

Com a palavra, a Dra. Magda.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Vou começar pelas suas respostas, Senador Delcídio.

Vou explicar para vocês o que é reexploração de campo, para depois dizer o que está acontecendo lá. Reexploração de campo nada mais é do que ajustar o projeto do campo para as realidades do momento. Às vezes, começamos a fazer um projeto e a natureza diz para gente que temos de ajustar mais adiante para melhorar essa produção. É isso que chamamos de reexploração.

O Senador Delcídio tem razão: estamos com uma produção de petróleo no Brasil que poderia ser melhor. Esse é o nosso ponto de vista. Só para terem uma ideia, a produção do Brasil de maio de 2012 foi menor do que a produção de petróleo no Brasil de maio de 2011.

Em relação ao pré-sal, desses pouco mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia que produzimos, hoje, 150 mil barris por dia vêm do pré-sal e 100 mil do Campo de Lula. Então, o pré-sal hoje representa 8% da

produção brasileira. Isso quer dizer que a maior parte do petróleo do Brasil ainda vem da Bacia de Campos e do pós-sal. Esse pós-sal ainda é responsável, na Bacia de Campos, por 85% da produção brasileira. E esses 85% da produção brasileira vêm, principalmente, de uns não mais do que 15 campos de petróleo gigantes.

O que estamos fazendo na ANP? Observando que temos, por exemplo, campos como Marlim, que já chegaram a produzir, em 2002, 600 mil barris de petróleo por dia e que hoje produzem 200. Observando que temos campo, como Albacora Leste, por exemplo, que perdeu 100 mil barris por dia em 3 anos. Então, a ANP está solicitando aos concessionários a atualização dos planos de desenvolvimento desses campos altamente produtores do Brasil, com vista exatamente, Senador Delcídio, a discutir a reexploração desses campos. Esses planos de desenvolvimento estão previstos para serem submetidos para a ANP até o dia 30 de setembro. Então, a partir daí, vamos discutir seriamente a questão da produção de petróleo do pós-sal e de que forma poderemos garantir que ela seja o maior e o melhor possível. Respondi?

A segunda questão que o Senador Delcídio nos coloca é sobre a obrigatoriedade dos 30% compulsórios para a Petrobras no pré-sal. Ele me pergunta se considero boa essa medida e se a Petrobras teria interesse nisso. Sobre o interesse da Petrobras, não vou responder, porque não me cabe, mas vou dizer para vocês o seguinte. A natureza faz coisas interessantes: ela nos dá um único Bill Gates, alguns príncipes árabes, milhões de miseráveis no mundo. A natureza, as jazidas, a produção mineral faz exatamente isso. Então, é de se esperar que tenhamos poucos campos muito grandes, alguns médios e muitos pequenos. Aí a questão é de ajustar o porte do negócio. É o meu ponto de vista que uma empresa grande deve se ater a negócios grandes e uma empresa pequena deve ajustar seu porte a negócios pequenos. Uma vez, conversando com um colega de uma grande empresa estrangeira, ele me disse o seguinte: eu caço elefantes, porque, se eu tiver de caçar coelho, vai me dar um trabalho danado administrar essa coelhada toda. Então, o porte do negócio que está sendo discutido aqui, mas acho que de uma forma lateral respondi a sua pergunta.

Quanto aos novos leilões, sugerimos ao CNPE, como nos cabe por lei uma nova rodada de licitações. Nessa nova rodada de licitações, isso foi feito lá atrás, era nossa ideia que deveríamos descentralizar o investimento exploratório. Por que isso? Porque hoje 85% da produção do Brasil vem da Bacia de Campos, litoral do Estado do Rio de Janeiro, e vem um pré-sal para o litoral do Rio de Janeiro, de São Paulo e de um pedacinho do Espírito Santo, viu Senador Ferraço?

Então, em função disso, essa concentração de riqueza no Sudeste brasileiro, com um Brasil tão grande, com uma extensão sedimentar enorme, com a maioria dos Estados brasileiros contemplados com bacias sedimentares, nós achávamos que isso era uma coisa torta, uma coisa que não podia ficar dessa maneira.

O avanço da tecnologia e o avanço no interesse do gás propiciaram a possibilidade de exploração em outras áreas do Brasil. Por exemplo: Mato Grosso, Maranhão e Piauí, litoral do Ceará, litoral do Pará, até o litoral do Amapá, enfim, está todo mundo nesse jogo. Em função disso é que nós propusemos, para uma 11ª rodada, mais áreas em terra como oportunidade de negócio para pequenas empresas e para a abertura de novas bacias sedimentares para produção no Brasil, e propusemos também essa margem equatorial brasileira, o litoral desde o Rio Grande do Norte até o Amapá.

Nessa área, nós estamos tendo um sucesso muito grande na África, que geologicamente não é igual, mas é similar. Nós temos um campo que é o primeiro, precursor, em Gana. Quer dizer, a nossa bacia do Pará-Maranhão, a nossa bacia de Barreirinhas, ela tem similaridade com o que está acontecendo em Gana, Costa do Marfim, Libéria.

Em Gana, Senador Lobão, nós estamos com o campo de Jubilee, que já está com uma plataforma instalada de 120 mil barris de petróleo por dia. Essa área é similar, por exemplo, sob o ponto de vista da ANP, ao que está acontecendo nessa recente descoberta realizada na bacia do Ceará. Nós temos, nessa mesma área – essa lógica se confirmando –, uma descoberta que foi feita na Guiana, ali pertinho da fronteira do Brasil. Então, tudo isso está nos mostrando que essa margem equatorial brasileira pode ser uma coisa boa. Mas, como eu disse antes, é preciso estudar, botar no jogo e, antes de tudo, perfurar.

Leilão. A nossa parte nós já fizemos. O que impede o leilão neste momento? É a questão dos *royalties*. Para o empresário, para o investidor, para as companhias, a principal questão é saber quanto é que ele vai pagar, para ver se o negócio dele se viabiliza ou não. Neste momento em que não temos a certeza da alíquota dos *royalties* por exemplo, nós temos os leilões absolutamente comprometidos. Então, eu espero que essa discussão dos *royalties* acabe o quanto antes para que possamos renovar a possibilidade de leilões, afinal de contas nós já vamos para o quarto ano sem leilão e, se a coisa for dessa maneira, em 2016 nós não vamos mais ter áreas exploratórias no Brasil, vamos ficar apenas com as áreas de produção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas todos afirmam que não há aumento de encargo,

o que há é um debate em torno de como os *royalties* e a participação especial será distribuída.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – É, essa discussão da alíquota dos *royalties* foi para a Câmara e, enquanto ela estiver no jogo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Não, eu digo assim...

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Deixe-me terminar, porque a coisa é longa aqui, gente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não haverá aumento de alíquota. A alíquota é a mesma...

(Intervenção fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio, vamos deixar a Dra. Magda concluir o raciocínio.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Campos maduros. Eu digo o seguinte: nós fazemos uma distinção na ANP entre campos maduros e o que chamamos de campos marginais. Campos maduros é tudo aquilo que já passou por um apogeu e está em declínio – então, hoje em dia, por exemplo, eu me considero uma mulher madura, mas não marginal!

No caso dos campos marginais, também não estamos falando de marginais dessa maneira, nós estamos falando em economicamente marginais, ou seja, aqueles campos que, para o operador da concessão, não têm mais sentido econômico e, portanto, eles teriam de ter o seu porte de negócio ajustado com um operador, muitas vezes, de menor porte.

O que vemos na ANP, tanto no caso dos campos maduros como no caso dos campos marginais, é que existe, em alguns casos, uma postergação do investimento, uma postergação do investimento que mostra para nós, no mínimo, um pouco interesse naquela concessão.

Eu vou dar dois exemplos para vocês, fugindo dos campos terrestres, tradicionais nas bacias maduras.

Nós temos, por exemplo, um campo no Amazonas, Senadora Vanessa, chamado Juruá, um campo de gás descoberto na década de 30. Esse campo teve a sua concessão assinada na fase de produção, em 1998 – já se vão aí 15 anos; restam, portanto, mais 12 anos de concessão –, e essa produção ainda não começou, está prevista para 2016. Ou seja, eu diria que essa é uma concessão que desperta, certamente, pouco interesse econômico.

Junto com isso, nós temos também... Aí, desta vez, como estou dizendo, estou fugindo de terra para evitar o debate dos marginais, mas dando exemplos, como o nosso campo de Moreia. Nosso campo de

Moreia, na Bacia de Campos, a produção já foi interrompida, se não me engano desde 1999, e ainda se prevê que a produção será retomada, talvez também por aí, em torno de 2015, 2016 – nós estamos brigando para antecipar.

Esses são exemplos de realidade – como essa, nós temos diversas – que mostram que concessões distintas despertam interesses distintos por parte do mesmo concessionário. Isso aí é regra de negócio.

Vou falar um pouquinho dos Estados Unidos porque essa discussão é muito interessante.

Nos Estados Unidos, nós tivemos uma economia de energia nos últimos anos, de consumo de energia de petróleo – aí eu digo petróleo e biocombustíveis –, de cerca de um Brasil. Além disso, nós também aumentamos a produção de etanol...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Houve queda de consumo.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Queda de consumo, economia de energia por queda de consumo de um Brasil – eficiência energética, não é, Senador?

E fizemos também, junto com isso, a inserção do etanol. O etanol hoje, nos Estados Unidos, é da ordem de quase um milhão de barris de petróleo equivalente. Então, já é mais meio Brasil.

Além de tudo, ainda temos o *shale gas*. Os Estados Unidos deixaram de ser importadores de gás e passaram a ser exportadores de gás. E nesse *shale gas*, agora, estamos indo para o *shale oil*. E nesta história do óleo de pedra, desta vez já se vai quase mais um milhão.

Então, entre economia de energia, inserção do gás e do óleo de pedra, como diz o Senador Delcídio, e mais biocombustíveis, nós temos aí, nos últimos anos, uma diferença, entre o que havia antes e o que há agora, de dois Brasis. O número é mais ou menos esse, é espetacular, mas mostra que temos de prestar muita atenção aos biocombustíveis, mostra que temos de prestar muita atenção ao nosso gás, mostra que temos de prestar muita atenção ao que temos no Brasil e disso lançar mão para a melhoria da riqueza do nosso País.

A Senadora Vanessa me pergunta o que eu acho da luta pelo Polo Gás-Químico no Amazonas, pelo investimento em pesquisa, exploração e produção e como funciona a medição fiscal.

A medição fiscal, Senadora Vanessa, é muito simples. O óleo e o gás passam pela tubulação, e nós colocamos lá um medidor que tem precisão suficiente para aquela produção, seja ela de óleo ou de gás. No caso do gás, o que nós fazemos em geral é uma pla-

ca de orifício muito bem calibrada e que nos diz com precisão quanto é de gás que está aparecendo ali.

A discussão que houve com o Estado do Amazonas não diz muito respeito à medição fiscal; ela dizia mais respeito a uma brecha na legislação da própria ANP, que considerava o gás pobre pelo mesmo preço, para efeitos fiscais, do gás rico. Ora, o próprio adjetivo do gás – um ser chamado de pobre e o outro ser chamado de rico – já mostra que há uma diferença econômica entre esses dois produtos. No Estado do Amazonas, o que nós fizemos foi acertar o nosso entendimento e a nossa regulação da ANP para contemplar essa situação, que era única no Brasil – essa produção de petróleo e gás era exclusiva do Estado do Amazonas. Acredito que essa questão também já esteja superada, acho que já foi resolvida.

Investimento em pesquisa. Certamente, o Estado do Amazonas tem potencial. O Amazonas tem um potencial grande para petróleo e gás. Quando eu digo “tem potencial”, eu quero dizer que vale a pena investir, eu não estou garantindo que haja petróleo; estou dizendo que tudo indica que haja potencial e, portanto, vale a pena prosseguir na prospecção. Mas quem acha petróleo e gás é a broca. Se nós não furarmos e constatarmos que há petróleo, não fizemos quase nada. Então, nós temos de chegar, avançar nas etapas de prospecção e chegar a furar.

O óleo do Estado do Amazonas é o melhor óleo do Brasil. O óleo da margem equatorial é esse melhor óleo do Brasil. Então, estamos falando do Estado do Amazonas e estamos falando de uma margem equatorial que pode ter óleos de 40, 42, até 44 graus API. Isso aí, gente, é Árabe Leve, não é isso, Marco Antonio? É o óleo mais caro que o Brent. Temos o Brent, que regula o preço do petróleo... Nós calibramos as nossas correntes... Por exemplo, o óleo do pré-sal é Brent, o pré-sal é Brent menos alguma coisa. No caso do óleo do Amazonas, no caso do óleo da margem equatorial, ele é Brent mais alguma coisa. Então, é algo rico para o Brasil, e o potencial existe, nós temos de ir atrás dele.

Senador Ricardo Ferraço, a Lei do Petróleo concede atribuições muito vastas para a ANP, é verdade. Depois dela ainda vieram outras quatro leis que deram mais atribuições ainda para a ANP. Já tivemos depois disso a Lei do Pré-Sal, a Lei do Etanol, a Lei do Biodiesel e a Lei do Gás. Tudo isso aumentou o espectro de atuação da ANP, mas a ANP já está bem mais estruturada – e o Governo Federal acaba de aprovar um concurso, que havíamos pedido lá atrás, para mais 156 pessoas. Então, nós vamos nos dedicar a receber essas pessoas e a ampliar as ações de fiscalização.

No caso da participação especial e do royalty, eu acredito que essa área da ANP já esteja bastante bem

estruturada. E a prova de que ela está bastante bem estruturada são os resultados que ela já está dando para a sociedade.

Lá atrás, por exemplo, nós fomos atrás de uma diferença de participação especial no campo de Albacora – não me lembro bem, mas eram algumas dezenas de milhões de reais –; no caso de Marlim, essa diferença, atrás da qual nós fomos e que foi paga, foi de R\$2 bilhões. Agora mesmo nós fomos atrás de uma diferença de participações especiais de um conjunto de campos que é da ordem da R\$700 milhões. Então, eu diria o seguinte: nós estamos fiscalizando sim, e essa fiscalização está dando retorno.

Se você me perguntar se isso foi má-fé, eu diria que eu não chamo isso de má-fé não, eu chamo de uma diferença de interpretação que precisa ser ajustada à interpretação do Estado brasileiro. É claro que, se eu for ter dúvida, eu vou ter dúvida, se eu for pagadora, para menos e, se eu for explicitar essa dúvida, é legítimo. Perguntar é legítimo, praticar da forma entendida é legítimo, mas é por isso também que a ANP fiscaliza: exatamente para perceber essas questões e para fazer jus ao que o Estado brasileiro entende que a ANP tem e à receita do Estado brasileiro. Então, nós temos ido atrás sim desses valores.

Quanto à Secretaria da Receita... A Secretaria da Receita vê uma parte das despesas, ela não vê a despesa toda. A Secretaria da Receita vê, por exemplo, quando certo equipamento é comprado ou quando certo equipamento é importado, mas a despesa envolvida numa operação de petróleo é muito maior do que essa.

A grande sutileza da questão é estarmos no dia a dia acompanhando e relacionando o investimento à atividade física e sem isso é impossível fiscalizar. De forma que acho que uma parceria com a Receita pode ser útil para nós, mas a transferência das atividades para a Receita obrigaria a Receita Federal acompanhar as atividades petrolíferas no seu dia a dia. Acho que aí é mais do que duplicar, talvez triplicar ou quadruplicar o trabalho, porque as secretarias de receita são muitas.

Os relógios de aferição não são suficientes? São. Os relógios de aferição são o que temos de mais preciso e eles são dessa maneira no mundo todo e a indústria se aprimora cada vez mais e a precisão disso é menos do que 0,5%. Um erro de 2% num campo de Marlim, por exemplo, pode significar R\$100 milhões por ano. Então, a precisão tem que ser muito pequena, a precisão não pode ser de 2%, tem que ser menor do que 0,5% e é dessa forma que ela é.

Deduções indevidas. Já falei que não acredito nessa forma mas acredito que cabe à ANP e ao Estado brasileiro explicitar o seu entendimento e ir atrás da diferença de dedução, igualzinho faz a Receita Fe-

deral, no caso do nosso Imposto de Renda. Às vezes eles dizem que a dedução que foi colocada não é mais possível ou não é possível ou é possível, dentro de um limite e o que ANP faz é igualzinho.

É verdade que a ANP é jovem, tem 15 anos, mas a ANP de agora é completamente diferente da ANP que foi criada. A ANP hoje tem 1.400 pessoas trabalhando, tem escritórios em Manaus, Brasília, Belo Horizonte, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e tem o escritório principal no Rio de Janeiro. Hoje essa ANP já está bastante consolidada e essa ANP tem um quadro de quase 50% de servidores com no mínimo pós-graduação e quando falo em pós-graduação estou falando em MBA, de mestrado, de doutorado e até de pós-doutorado.

Vamos falar um pouquinho da Miriam Leitão. A Miriam Leitão, Senador, que fala de não reajustes de gasolina e vou dizer para o senhor que essa é uma questão de política de governo e diz a lei que a ANP não faz política, ela implanta política. Então, o que posso dizer para vocês é, que no âmbito da nossa atribuição, o que fazemos é monitorar o setor e dar insumos para política, mas a política é feita pelo Governo Federal. Você pode perguntar para o Marco Antônio, que está sentado, Secretário de Petróleo e Gás, que é o responsável pela política.

Quanto à questão do etanol estar desorganizado, digo diferente. Falo que estudamos o etanol, acompanhamos a questão do etanol no Brasil e preferimos tratar essa questão do etanol como uma questão de inserção do etanol nos próximos 10 anos. Quando olhamos para o etanol como um substituto da gasolina, cada litro de etanol anidro substitui um litro de gasolina, cada litro de etanol hidratado substitui 0,7 litros de gasolina, vemos coisas extremamente interessantes. Vemos que a produção de etanol no Brasil, se fosse contabilizada em 2011 pelo preço de dezembro de 2011, teria nos auxiliado a evitar uma importação de gasolina da ordem de R\$13,5 bilhões. Então, viva o etanol!

O etanol é um produto brasileiro que, em 2011, nos evitou uma importação de gasolina da ordem de R\$13,5 bilhões. Quando a gente fala do etanol daqui para frente vemos o seguinte: o etanol é localizado no Centro-Sul do País e compreende São Paulo, Mato Grosso do Sul etc. São Paulo é o maior consumidor de veículos leves do Brasil, mais de 40% do consumo de veículos leves está em São Paulo. Isso significa que o etanol, além de ter esse papel que acabei de dizer para vocês também está extremamente bem localizado.

Se o etanol encolhe, o que vai acontecer é que vamos ter que importar uma gasolina danada, só que como os portos do Brasil estão congestionados no Sudeste essa gasolina teria que entrar talvez pelo

Nordeste, já que não vamos ter refinarias produzindo gasolina no futuro. A capacidade de refino hoje está no teto, mas estamos com novas refinarias previstas.

Isso significa que vamos precisar para trazer essa gasolina para o Centro-Sul do País de uma logística imensa, uma logística sem etanol muito maior do que a suficiente e necessária se tivermos o auxílio do etanol. Então, vou dizer para vocês o seguinte: eu não faço política, mas os meus insumos são esses, não é isso Marco Antônio?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A senhora considera viável que tendo a capacidade de refino no limite que a Petrobras flexibilize, inclusive com a participação de empresas estrangeiras?

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Isso o senhor tem que perguntar para a Petrobras. Eu respondo pela ANP.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A senhora como profissional, como técnica do ramo.

O SR. – A senhora que veio da Petrobras.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Vou me ater à minha função de reguladora, fiscalizadora, contratadora e auxiliadora da política do governo na medida em que sou obrigada a dar insumos para a política, mas fico por aí.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– O Marco Antônio depois responde isso.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Ele está ali. Deixe-me falar, Senador Ferraço, de uma coisa que soube ontem à noite 8:30 da noite. Ontem, à noite, às 8:30, o meu chefe de gabinete telefonou assustado dizendo que tinha uma jornalista da *Folha de S. Paulo* dizendo que eu era responsável pela entrada de um servidor para ver informações confidenciais da ANP, em 2007. Eu falei: já faz tanto tempo isso, por que eles não viram isso antes? 2007, há cinco anos. De qualquer forma, quando eu chegar lá vou ver o que aconteceu, porque a minha memória não é tão boa assim e cinco anos é bastante tempo e vou olhar o que aconteceu e assim que eu souber eu digo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Gostaríamos que a senhora formalmente pudesse se dirigir à Comissão de Infraestrutura e pudesse justificar esse ato acho que seria de bom tom.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Assim que eu souber o que aconteceu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Exatamente, assim que a senhora souber.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Está bem. Assim que eu souber eu digo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instante Dra. Magda. Solicitaria à Se-

cretaria que tomasse conhecimento dessa solicitação do Senador Ferraço.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Uma outra questão que o Senador Ferraço me perguntou foi sobre o a contratação sob regime de partilha e a contratação sob regime de concessão. Concessão e partilha, em termos contratuais, podem dar absolutamente o mesmo resultado econômico. Existem países que usam a partilha e existem países que usam a concessão, existem países, como a Rússia por exemplo, que usam concessão e partilha.

Então, a questão da partilha, economicamente falando, um contrato pode ser desenhado para produzir exatamente o mesmo resultado econômico com uma questão ou outra. De forma que, economicamente, para um investidor não precisa fazer muita diferença e, mais ainda, as empresas não fogem da África, por exemplo, porque a África tem contrato de partilha.

Recentemente, houve uma rodada de licitações no Uruguai sobre partilha e foi um sucesso. A partilha está aí pelo mundo, é conhecida, as empresas lidam com isso, não tem nada de ruim no contrato de partilha.

Senador Cyro Miranda, produtores de etanol e biodiesel. Competência da ANP de incorporação, de fiscalização de biocombustíveis. Ele diz que o preço ainda está alto do etanol e fatores econômicos são a causa. Quando olhamos, Senador Cyro Miranda, a evolução do preço do etanol vemos um aumento de 50% do preço do produto da época, de 2008/2009, para hoje, 50% dá mais ou menos um aumento por mês, por ano, de 14,5%, que é maior do que a inflação. Só que no açúcar, por exemplo, que vem da mesma cana de açúcar, o aumento, nesse mesmo período foi de duas vezes. Então, o açúcar rendeu mais, teve o seu preço mais majorado do que o etanol no mesmo período.

O etanol, segundo os agentes da área sucroalcooleira, o etanol vem sendo subsidiado pelo açúcar, mas o que percebemos é que essa questão parece ser mais de custo do que de preço. Segundo a UNICA, por exemplo, 70% do faturamento bruto desses produtores está envolvido no pagamento de dívidas já assumidas. Ora, se tenho que fazer produto contando apenas com 30% do faturamento bruto é claro que isso fica apertado.

Fica aí uma questão como insumo para o Marco Antônio. Como vamos fazer com essa dívida do setor sucroalcooleiro, por exemplo, porque tem que haver espaço para que ele invista, senão teremos que investir muito em logística e vamos ter que comprar muita gasolina.

Biodiesel. Quais as perspectivas. Estou falando de novo para os produtores de biodiesel assim: Marco Antônio, viu Marco Antônio. Não estamos vendo ne-

nhuma restrição, sob o ponto de vista técnico da ANP ao acréscimo, por exemplo, da mistura do biodiesel no diesel para 7%, tecnicamente não vemos nenhum empecilho.

Para cada 1% de aumento do biodiesel no diesel temos 0,6% de aumento em preço, ou seja, é um aumento muito pequeno e diria que fica diluído pela própria concorrência entre os diversos atores, quer dizer, não temos precisão na concorrência, entre os diversos atores, para 0,6% e basta olharmos o preço do produto em qualquer posto distribuidor de combustíveis.

Senador Flexa Ribeiro me pergunta sobre a minha opinião a respeito de mudança de partilha para concessão e se isso causa prejuízo para União. Estou dizendo que se um contrato de partilha pode ter economicamente o mesmo resultado para União que um contrato de concessão, onde está o prejuízo? Não vejo.

Motivo para interrupção dos leilões: já falei, alíquota dos *royalties*. Então, temos que ter certeza que as alíquotas dos *royalties* serão essas que estão em vigor, ou seja, de 5% a 10%. Se tivermos essa certeza, o investidor está preservado, o investidor tem interesse. Se não soubermos o quanto o investidor vai ter de despesa em cada contrato, fica muito difícil de licitar.

O Senador Flexa Ribeiro me perguntou o que está havendo com o pré-sal. O pré-sal, hoje, como já disse a vocês, é uma realidade. Ele já é responsável por 150 mil barris de petróleo por dia, todos os dias, no Brasil. A expectativa da sociedade em geral é que ele passasse de zero a dois milhões de barris de uma forma muito rápida, mas em águas profundas temos que perfurar poços, temos que ter sondas, plataformas, e há um tempo longo de maturação de projetos, de qualquer projeto em águas profundas, mormente de um pré-sal que está situado a 300 quilômetros da costa em lâminas d'água de cerca de dois mil metros.

O que está havendo com a Petrobras? De novo vou dizer para vocês: não sou eu que respondo isso. Até porque a Petrobras iria ficar chateada comigo.

Produção de biocombustível no Pará. Até onde eu sei, essa produção de biocombustíveis – e estou falando mais especificamente do etanol – não é viável economicamente na floresta, o que para nós, no Brasil, não atrapalha muito, porque ainda não usamos toda a área agricultável do Brasil, excetuando a floresta. Então, se ainda há espaço para aumentar a produção, ainda há espaço para plantar mais, seja etanol ou outro grão qualquer, por que não usar essa área agricultável, que é mais propícia ao etanol e nos preocuparmos com o etanol na Amazônia, que é economicamente pior?

Quanto ao Pará, o Senador Flexa Ribeiro pergunta quando o Pará vai se tornar produtor de petróleo. Vou lembrar ao Senador que já tivemos, no passado,

um poço chamado Pará Submarino nº 11. Esse Pará Submarino nº 11 produziu por seis meses um petróleo leve de 40º a 42º API. Isso prova, Senador Flexa Ribeiro, que o petróleo está na Pará, mas temos que ir atrás dele porque petróleo só sai furando.

E temos então toda essa lógica que já falei no início, ou seja, a margem equatorial brasileira que aguarda essa questão da alíquota dos *royalties* para ser deslançada, mas que traz uma fronteira absolutamente nova para a produção e para a possibilidade de exploração de petróleo no Brasil; e uma fronteira que está dando certo na África.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sra. Presidente. Perguntaria a Dra. Magda se ainda faltaria responder mais algum Senador depois do Flexa Ribeiro.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Jayme Campos, Lindbergh Farias, Inácio Arruda e Senador Petecão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu perguntaria à Presidente da Comissão se, na ausência dos Senadores que fizeram as indagações, seria mesmo necessário a resposta a esses Senadores, já que estão ausentes e não poderão ouvi-las.

Assim, no sentido de agilizar os trabalhos desta Comissão e a votação que foi realizada, perguntaria à Presidente se seria possível passarmos por cima dessas respostas, já que os Senadores não estão presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acredito, Senador Lobão, que é melhor que ela responda, uma vez que os Senadores terão oportunidade de ter acesso a essas respostas através dos jornais e das comunicações que fazemos pela Comissão.

E como faltam poucas perguntas a serem respondidas e elas são bem resumidas, isso não vai retardar tanto assim.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – O Senador Jayme Campos pergunta sobre a perspectiva do avanço em relação ao biodiesel. Acho que já respondi. E pergunta também sobre a nova área do Mato Grosso.

Tenho dito que o Mato Grosso, mais especificamente a Bacia do Parecis, tem mostrado bons indícios, principalmente para gás natural.

Como eu disse aos senhores, só achamos gás natural ou petróleo de fato quando perfuramos. E ainda não perfuramos lá porque temos uma sequência de métodos indiretos que nos incentivam a prosseguir com a prospecção.

Fizemos uma aquisição sísmica no Estado do Mato que já está concluída e que nos mostra uma Bacia do Parecis, no Estado do Mato Grosso, bastante

diferente do que vínhamos pensando que era a bacia até então.

Essa Bacia do Parecis é muito pouco explorada. Em toda a história do petróleo, essa bacia, que tem cerca 400 mil quilômetros quadrados de área, só teve dois poços perfurados no passado. Então, é uma bacia que está virgem. E ao agregarmos esse dado novo ao estudo, abre-se uma perspectiva bastante grande para essa área. E tanto abriu que já estamos estudando a contratação de mais uma aquisição sísmica. Tanto abriu que a Petrobras, como eu disse para vocês no início, comprou 30 mil quilômetros quadrados de blocos exploratórios na Bacia do Parecis na décima rodada de licitações da ANP, em 2008.

Isso significa interesse da nossa empresa estatal; isso significa interesse da ANP; isso mostra a potencialidade que essa bacia venha a ser, no futuro, alguma coisa bastante boa para o País.

Quanto ao potencial dela hoje, não sei ainda. Só sei que todas as etapas que desenhamos até agora e todas as etapas que ultrapassamos nos incentivam a perseguir essa exploração, principalmente para gás natural.

Só para que vocês tenham ideia, temos uma linha sísmica adquirida pela ANP que mostra, em um determinado ponto da bacia, uma profundidade de 11 mil metros, o que jamais pensamos. E mostra também uma bacia movimentada. E movimentada quer dizer desarrumada, como os geólogos gostam. Quanto mais desarrumação, mais chance de armazenar petróleo e gás.

Então, essa bacia está se mostrando profunda, está se mostrando diferente do que pensávamos e está se mostrando adequadamente desarrumada.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sra. Presidente, novamente me permita insistir, mas gostaria que V. Exa consultasse o Plenário desta Comissão no sentido de que a nossa Magda pudesse responder por escrito as perguntas daqueles Senadores que as fizeram e estão ausentes, respondendo apenas os que estão presentes aqui.

Ela poderia atender aos anseios desta Comissão por escrito, remetendo as respostas a todos nós. Inclusive, eu gostaria muito de vê-las. Com isso, tenho certeza de que todos os Senadores que perguntaram e saíram poderiam também ter respondidas as suas perguntas da forma literal.

Nesse sentido, se for possível, para agilizarmos os trabalhos da Comissão, pediria que se estudasse esta possibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lobão, temos como método na Comissão, assim como em todas as outras comissões,

gravar e, ao mesmo tempo, fazer a publicação das sabatinas. Acredito que é responsabilidade desta Casa, numa sabatina como esta, cumprirmos o ritual.

Já fiz uma exceção abrindo a votação para que os Senadores pudessem participar das outras atividades. No entanto, acredito que temos que nos ater à responsabilidade da Comissão numa sabatina importante como esta.

Logo em seguida estaremos publicando toda a audiência pública. Assim, gostaria que fossem gravadas como todas as outras perguntas, inclusive em respeito aos Senadores que estiveram presentes durante toda a sabatina.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Senador Lindbergh Farias: o que pode surgir de novo no Piauí, por exemplo? O que não foi estudado ainda?

Como falei aos senhores, fizemos na ANP, em 2006, e começamos a trabalhar nisso em 2007, um Plano Plurianual de Geologia e Geofísica. Nesse plano, o que fizemos foi olhar o Brasil como um todo, ver onde estava faltando investimento, o que teríamos que investir até o ponto em que essa área se tornasse atrativa para as empresas petrolíferas, fossem elas estatais ou privadas, e até o ponto em que esse investimento estaria atraindo os investidores e a atenção das companhias petrolíferas para essa área.

É um investimento, como eu falei, em 23 Estados brasileiros, um investimento da ordem de R\$1,5 bilhão a ser feito plurianualmente. Esse investimento está em curso. E, como estou falando, já temos hoje possibilidade, por exemplo, de pleitear mais áreas no Mato Grosso, já temos possibilidade de pleitear mais áreas no Maranhão, no Piauí, temos possibilidade de pleitear mais áreas na Bahia, na Bacia do São Francisco, que até agora foi olhada sob o ponto de vista mineiro, mas tem toda uma porção ao norte, baiana, que está virgem e que já podemos pleitear.

Nossos estudos estão indo na direção do Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio, na Bacia do Paraná. Então, tudo isso está na mesa, está sendo fruto da atenção da Agência Nacional de Petróleo. E o que estamos fazendo? Estamos passando este Brasil a limpo.

O Senador Inácio Arruda me pergunta se os articulistas se comunicam com a diretoria geral. Não recebi nenhum.

Ele me pergunta também se ainda é possível fazer uma nova rodada em terra antes da R11, que está na pauta. Eu diria, Senador Inácio Arruda, que vamos ter o mesmo problema. Quer dizer, se estamos discutindo a alíquota dos *royalties*, essa alíquota abrange qualquer área, seja ela de concessão ou de partilha.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o problema é na exploração da bacia do pré-sal, onde é mais disputado.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Ele me pergunta também sobre áreas em águas rasas, áreas litorâneas na margem equatorial brasileira.

Diria o seguinte: nós começamos a explorar a margem equatorial, por exemplo, por águas rasas, mas o potencial que estamos vislumbrando de maior porte... Há exemplo do que encontramos na margem equatorial africana também em águas mais profundas.

Então, essas águas de 50 ou 60 metros, além de serem complicadas sob o ponto de vista de licenciamento ambiental, não estão nos mostrando um potencial significativo para irmos atrás dessas descobertas. Mas queremos, sim, ir para águas mais profundas.

Áreas em Roraima. Em Roraima, temos aquela reserva indígena de Raposa Serra do Sol. Essa reserva se localiza exatamente em cima da porção brasileira da Bacia do Tacutu. No Plano Plurianual de Geologia e Geofísica estamos agora com um projeto de coleta de dados de solo para a análise, a fim de vermos como anda a Bacia do Tacutu na área brasileira, porque ela tem uma descoberta de petróleo do outro lado da cerca.

Seja lá como for, a reserva indígena de Raposa Serra do Sol, que recentemente, em função do Supremo Tribunal Federal, foi ampliada para que fosse a envoltória mais externa de todas as áreas indígenas daquela região, ocupa um bom espaço da Bacia do Tacutu. Numa área remota, a pior coisa é a gente ter uma descoberta só. Então, se a gente tem uma descoberta só, o que nós vamos fazer com uma descoberta só, em Roraima, exatamente do lado de uma reserva indígena, e passando para um centro consumidor pela Floresta Amazônica? Quer dizer, esse volume de petróleo, para ser viável, tem que ser grande. Ele tem que ter um mercado. E estamos ainda vendo como é que essa delimitação da reserva indígena afeta a Bacia do Tacutu, mas eu estou achando que vai afetar bastante.

O Senador Petecão é o último, gente!

Na minha primeira sabatina eu tive tão poucas perguntas que estou contente com esta.

Bom, ele diz que há, no Acre, uma usina de álcool, chamada Álcool Verde. Ele me pergunta se o Governo Federal não tem interesse em produzir álcool na Amazônia. Eu acredito que já tenha respondido a essa questão. A Amazônia não é o melhor lugar, sob o ponto de vista econômico, para se produzir etanol. E, no momento em que a gente tem tanta área agricultável ainda disponível no Brasil, não há por que ir atrás de uma área que é economicamente sofrível.

Eu acredito que respondi a todas as perguntas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o desequilíbrio tecnológico nosso?

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – O de...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Arruda, V. Exa. já fez todas as perguntas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu fiz, eu fiz a pergunta. É que nós estamos com um entrave tecnológico no Brasil...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acho que ele se entusiasmou, Dra. Magda. V. Sa. disse que nunca respondeu a tantas perguntas. Ele quer ampliar.

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Entrave tecnológico sobre... Repete.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É porque nós somos considerados os mais avançados em exploração em águas profundas. Então, o Brasil ficou um País de ponta nessa área. E, quando chegamos às áreas de terra, principalmente, há um atraso do Brasil em termos tecnológicos?

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Não. Ao contrário. A produção...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Os americanos avançaram tanto que deixaram o Brasil para trás?

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Existe essa diferença?

A SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – O que nós temos é um esforço dos Estados Unidos – até porque eles tinham pouca reserva – de ir atrás do não convencional. E nós, aqui, temos convencional, temos não convencional, temos convencional e não convencional no território, em diversas bacias; nós temos convencional em água rasa, em água profunda, no Norte, no Sul, em terra etc.. Então, a nossa questão, se comparada à dos americanos, seria responder, então, sobre a tecnologia para o não convencional.

Eu vou citar o exemplo da Bacia do São Francisco. Na Bacia do São Francisco, em Minas, todos os poços que nós perfuramos têm gás natural. Nós não perfuramos nem um poço seco. O que a gente não sabe ainda é se essa bacia vai produzir. Por quê? Porque essa produção depende de encontrar alguma coisa – aí eu já estou indo para as especificidades, e o Senador Delcídio vai gostar – que a gente chama de *sweet spot*. O *sweet spot* é um local nessa bacia onde o óleo ou o gás, na geração, está num ponto em que já está pronto para sair da rocha. E aí a gente tem que fazer um esforço muito grande para fraturar essa rocha,

para permitir a saída desse hidrocarboneto. E esse é um equipamento muito grande. É um equipamento que nós não temos no Brasil, mas que existe regularmente na indústria. Só que trazer isso para o Brasil não é vantajoso; trazer para furar e para fraturar um poço. Então, nós temos que ter um conjunto de poços para fraturar, para que se viabilize a utilização desse equipamento, que é muito grande. São diversos caminhões, bombas muito potentes, lamas específicas etc.. Portanto, para se ter tudo isso, a gente tem que ter uma sequência de poços a fraturar; e essa sequência de poços a perfurar, nós estamos providenciando ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...Delcídio do Amaral para promover a contagem de votos. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Votaram 22 Senadores, sendo que 21 votos favoráveis, um voto contra e nenhuma abstenção.

Está aprovado o nome da Dra. Magda Maria de Regina Chambriard. *(Palmas.)*

Dado o regime de urgência do projeto, ele será encaminhado ao plenário dentro de meia hora.

Comunico aos Srs. Senadores que, não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que se reúne com a presença dos Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Tomás Correia, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Jayme Campos, Gim Argello, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Alvaro Dias, Vicentinho Alves e Sérgio Peteção**. Assinou a lista de presença o Sena-

dor não membro desta Comissão **Cidinho Santos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica que foi recebido o Aviso nº 949/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando informações de novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras: – Construção de terminal portuário no município de Anori/AM; – Construção de terminal portuário no Município de Anamã/AM; e – Construção de Terminal portuário no Município de Alvarães/AM. Comunica, também, o recebimento do Aviso nº 996, do Ministro Valmir Campelo, na Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando informações de novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referente à obra: – Obras do Terminal Fluvial de Barcelos/AM. Comunica, ainda o recebimento do Ofício nº 162/2012, da Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Magda Chambriard, encaminhando relatório para se sejam elucidadas as dúvidas quanto ao questionamento do Senhor Senador Ricardo Ferraço, ocorrido na Reunião realizada dia 08/08/2012. Em seguida, passa-se à **PAUTA: 1ª PARTE – REUNIÃO DE TRABALHO**, com a finalidade de “Apreciação de Ato que estabelece procedimento a ser adotado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com referência aos Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) que encaminhem matéria atinente às competências dessa Comissão.” Usaram da palavra para discutir o Ato os Senadores Flexa Ribeiro e Wellington Dias. Aprovado o Ato com a Emenda nº 1 – CI; e **2ª PARTE: ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2008**, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências.” Foi designado Relator *ad hoc*, o Senador Flexa Ribeiro, que proferiu o Relatório. Concedida vista coletiva. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2011**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados, a autorização para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira, alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.019, de

30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda 01 – CI (Substitutivo). **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2011**, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.” Retirado de Pauta. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2012**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.” Foi designado Relator *ad hoc*, o Senador Tomás Correia, que proferiu o Relatório. Concedida vista coletiva. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012**, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.” Foi designado Relator *ad hoc*, o Senador Flexa Ribeiro, que proferiu o Relatório. Concedida vista coletiva. **ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2007**, de autoria do Deputado Vander Loubet, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.” **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2007**, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421.” Foi designado Relator *ad hoc*, o Senador Ricardo Ferraço, que proferiu o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação dos Projetos. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2009**, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz e outros, que “Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem

à BR-222.” Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC.” Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2011**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.” Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2009**, de autoria do Deputado Geraldo Pudim, que “Inclui trecho da Rodovia RJ-196, entre os Municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação.” Adiado. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 327, de 2009**, de autoria do Deputado Edinho Bez, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica (trecho de acesso ao Município de Laguna, via Balneário Praia do Sol).” Adiado. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2010**, de autoria do Deputado Afonso Hamm, que “Inclui na relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre a BR-293, Município de Santana do Livramento, à BR-290, Município de Alegrete, ambos no Estado do Rio Grande do Sul.” Adiado. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2010**, de autoria do Deputado Zonta, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.” Adiado. **ITEM 14 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2010**, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres os portos de Santo Antônio de Leverger, Barão do Melgaço e Santo Antônio de Leverger – Porto Cercado, no Estado de Mato Grosso.” Adiado. **ITEM 15 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2010**, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-445 saindo de Mauá da Serra, no entroncamento entre as rodovias

BR 272 e 376, passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo, no município de Primeiro de Maio.” Adiado. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2010**, de autoria do Deputado Edinho Bez, que “Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, para modificar a diretriz da ligação ferroviária EF-489.” Adiado. **ITEM 17 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2010**, de autoria do Deputado Alex Canziani, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia de ligação que permitirá o acesso à Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Londrina.” Adiado. **ITEM 18 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, de 2010**, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu.” Adiado. **ITEM 19 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, de 2011**, de autoria do Deputado Edinho Bez, que “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.” Adiado. **ITEM 20 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, de 2010**, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na BR -293, constante da Relação Descritiva de Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, trecho que especifica.” Adiado. **ITEM 21 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2012**, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), com as alterações realizadas pela Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho da Rodovia MT-473 situado entre o Entroncamento com a BR-174 em Pontes e Lacerda e o Entroncamento com a MT-265.” Adiado. **ITEM 22 – REQUERIMENTO Nº 28, DE 2012**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Reginaldo Almeida Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – (ABRACEEL), na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 13, de 2012 para debater sobre os encaminhamentos que estão em curso para as renovações das concessões do setor elétrico brasileiro. Acrescente-se ainda o nome do Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (ABIA-

PE), como convidado para a referida audiência pública.” Aprovado. **ITEM 23 – REQUERIMENTO Nº 29, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidada a Senhora Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa.” Aprovado. **ITEM 24 – REQUERIMENTO Nº 30, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, que a Audiência Pública com a presidente da Petrobras, Senhora Maria das Graças Foster (objeto de requerimento anterior) seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).” Aprovado. **ITEM 25 – REQUERIMENTO Nº 31, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater sobre as atuais condições da infraestrutura logística que o Brasil propicia às atividades econômicas realizadas no País. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: – Senhor Paulo Tarso Vilela de Resende – Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral; – Senhor Marcelo Perrupato e Silva – Secretário da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, do Ministério dos Transportes; – Senhor Luis Claudio Santana Montenegro – Diretor do Departamento de Sistemas de Informações Portuárias da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR; – Senhor Luis Henrique Teixeira Baldez – Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Cargas – ANUT; – Senhor Paulo Fernando Fleury – Professor titular da UFRJ e Diretor-Presidente do Instituto de Logística e Supply Chain.” Aprovado. **ITEM 26 – REQUERIMENTO Nº 32, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Nos termos regimentais, requeiro seja realizada audiência pública nesta Comissão com vistas a apresentar informações sobre a atual situação da Valec, bem como explicar a significativa queda no nível de execução orçamentária da estatal. Para tanto, indico o seguinte convidado: • Senhor José Eduardo Saboia Castello Branco, presidente da estatal ferroviária Valec;” Aprovado. **ITEM 27 – REQUERIMENTO Nº 33, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Nos termos regimentais, requeiro seja realizada audiência pública nesta Comissão com vistas a apresentar informações sobre a atual situação do Dnit, bem como ex-

plicar a significativa baixa no nível de investimentos do departamento. Para tanto, indico o seguinte convidado:

• General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).” Aprovado. **ITEM 28 – REQUERIMENTO Nº 34, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Nos termos regimentais, requeiro seja realizada audiência pública nesta Comissão com vistas a apresentar informações sobre a atual situação da telefonia móvel no país. Para tanto, indico os seguintes convidados: • Senhor João Batista Rezende – Presidente da Anatel; • Senhor Carlos Zenteno – Presidente da operadora Claro; • Senhor Andrea Mangoni – Presidente da operadora TIM Brasil; • Senhor Francisco Valim – Presidente da operadora Oi; • Senhor Antônio Carlos Valente – Presidente da operadora Vivo.” Aprovado. **ITEM 29 – REQUERIMENTO Nº , DE 2012**, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Nos termos do § 1º, do art 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidado o Senhor Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.” Adiado. **ITEM 30 – REQUERIMENTO Nº , DE 2012**, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Nos termos do § 1º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente, IZABELLA TEIXEIRA para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.” Adiado. **ITEM 31 – REQUERIMENTO Nº 35, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para obter informações sobre o planejamento da logística brasileira e debater sobre as estratégias e ações de implementação de sua infraestrutura operacional. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: – Senhor Paulo Sérgio Passos – Ministro de Estado dos Transportes; – Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor presidente da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV). – Senhor Paulo Tarso Vilela de Resende – Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral; – Senhor Fernando Saba Arbache – Professor de Logística e Sis-

temas de Informação da Fundação Getúlio Vargas e da pós-graduação do Instituto Militar de Engenharia – IME.” Aprovado. **ITEM 32 – REQUERIMENTO Nº 36, DE 2012**, de autoria do Senador Gim Argello, que “Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para instruir o PLS 365 de 2009, que “Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda”, debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados: 1 – EDSON LOBÃO – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME; 2 – NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; 3 – NELSON FONSECA LEITE – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; 4 – JULIANA PEREIRA DA SILVA – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC; 5 – JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede e 6 – ÁLVARO DIAS JÚNIOR – Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da Empresa Landis Gyr América do Sul – fabricante de equipamentos.” Usaram da palavra para discutir a matéria os Senadores Gim Argello e Walter Pinheiro. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Antes de colocar em votação, vamos aguardar mais dois Senadores para que possamos ter o quórum necessário.

Comunicados.

Aviso nº 949, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando informações de novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimento fiscalizatórios, referentes às obras: Construção do Terminal Portuário, no Município de Anori, Amazonas; Construção de Terminal Portuário, no Município de

Anamã, Amazonas; Construção do Terminal Portuário, no Município de Alvarães, Amazonas;

Aviso nº 996, do Ministro Valmir Campelo, na Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando informações de novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios, referentes a obras: Obra fluvial de Barcelos, Amazonas.

Os referidos documentos encontram-se à disposição dos Srs. e Sr^{as} Senadores na Secretaria desta Comissão.

São quatro obras com irregularidades graves no Amazonas, sendo três portos e um terminal fluvial.

Ofício nº 162, de 2012, da Diretoria-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Magda Chambriard encaminhando relatório para que sejam elucidadas dúvidas quanto ao requerimento do Sr. Senador Ricardo Ferraço, ocorrido na reunião realizada no dia 8/8/2012.

A resposta será encaminhada ao Sr. Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2008

– Não Terminativo –

Acrescenta §4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

- 1) a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.
- 2) a matéria constou na Pauta da Reunião do dia 28/06/2012 e 05/07/2012.

Solicito o Senador Flexa Ribeiro para ler o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Faço leitura como Relator *ad hoc* do parecer do Senador Inácio Arruda.

Vem a exame desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário e dá outras providências.

A proposição, como referido em sua ementa, acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

Art.23.

§4º Na Comissão Paritária cada sindicato de trabalhadores terá direito a um voto.

Na sua justificação o eminente autor sustenta que a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, instituiu uma Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra, com o intuito de solucionar litígios decorrentes de normas previstas em seus arts. 18, 19 e 21. Os dispositivos citados tratam das finalidades e da competência do referido órgão, e da possibilidade de cessão de trabalhador portuário avulso, em caráter permanente, ao operador portuário.

Argumenta, também, o autor, que segundo manifestações dos sindicatos de trabalhadores (dos conferentes, dos portuários, dos estivadores e outros) – e não sei aqui quantos sindicatos são –, o bloco representativo dos trabalhadores tem direito a apenas um voto na Comissão, enquanto os blocos dos tomadores de serviços e dos operadores portuários, etc., cada um deles possui um voto, o que fere o princípio da paridade.

Até a presente data não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 104, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura emitir parecer sobre o presente projeto de lei, que deverá seguir para análise terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Proposições destinadas à regulamentação de atividades dos profissionais portuários ainda que inseridas no campo do Direito do Trabalho, possuem correlação evidente com a regulamentação dos transportes marítimos, a ensejar a intervenção desta Comissão. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

A pretensão argüida pelo autor está concentrada no texto do § 1º do art. 24 da mesma Lei nº 8.630, de 1993, que assim dispõe:

Art. 24. O órgão de gestão de mão de obra terá, obrigatoriamente, um Conselho de Supervisão e uma Diretoria Executiva.

§1º O Conselho de Supervisão será composto por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo cada um dos seus membros e respectivos suplentes indicados por cada um

dos blocos a que se referem os incisos II a IV do art. 31 desta lei, e terá por competência:

Em complementação, para melhor compreensão, transcrevemos o art. 31, relacionando os blocos de II a IV, para melhor compreensão:

Art. 31. O Conselho de Autoridade Portuária será constituído pelos seguintes blocos de membros titulares e respectivos suplentes:

.....
II – bloco dos operadores portuários, sendo:

III – bloco da classe dos trabalhadores portuários, sendo:

.....
IV – bloco dos usuários dos serviços portuários e afins, sendo:

Analisados os argumentos, a redação e a justificação apresentada no projeto de lei, concluímos que a falta de paridade verifica-se na composição do Conselho Supervisor do órgão de gestão de mão-de-obra, onde os trabalhadores seriam minoria.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 01 – CI

A ementa do PLS nº 214, de 2008, é alterada para a seguinte redação: “Acréscima § 5º ao art. 24 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a paridade entre as categorias econômicas e de usuários, com a representação dos trabalhadores no âmbito do Conselho de Supervisão.”

Este é o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peça vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço. V. Exª pediu vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pedi vista.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista concedida. Vista coletiva.

Antes de passarmos ao item 2 da pauta, proponho a dispensa e a leitura da Ata.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham.

Aprovada.

Reunião de trabalho da Parte 1 da pauta. Minuta de Ato da Comissão de Serviços de Infraestrutura:

ATO Nº , DE 2012 – CI

Estabelece procedimento a ser adotado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com referência aos Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) que encaminhem matéria atinente às competências desta Comissão.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Leitura do objeto do Ato:

Art. 1º Os Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) recebidos na Comissão de Serviços de Infraestrutura serão despachados à Consultoria Legislativa do Senado Federal, para análise e sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão, quando cabível.

A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Essa é a parte um, não é? A reunião de trabalho?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É um ato em que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª começou pela parte dois e voltou para a parte um.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não fui para a parte dois, ainda estou na parte um. A parte um seria a leitura da ata, que nós já aprovamos, e agora este ato da Comissão Interna. Estamos recebendo os avisos do Tribunal de Contas e esses são imediatamente arquivados após a leitura. Entendi, pela gravidade dos avisos, que seria necessário que houvesse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não entrei no mérito ainda. Estou querendo só entender porque aqui...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está bom. Já que entrei no mérito, vou concluir. Acredito

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo necessidade...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª está parecida com a Presidenta!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse é o mal das mulheres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A minha mulher não tem esse gênio alterado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas as mulheres que adquiriram o direito no voto têm.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – As mulheres têm firmeza.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Voltando ao mérito da matéria, temos recebido avisos aqui com observações extremamente graves. Então, eu entendo que seria necessário que a consultoria do Senado fizesse um parecer sobre esses avisos e sugerisse alguma iniciativa para que esta Comissão pudesse adotá-las.

Portanto, está em discussão essa matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu só quero louvar, parabenizar, porque também estranho muito que às vezes chegam para nós coisas que são dos Municípios, situação meio esquisita porque diz respeito a outro nível de Governo, etc, etc. Mas compreendo que em alguns casos são necessários alguns encaminhamentos. Por essa razão eu a parabenizo. Acho que vai fazer escola em relação a outras comissões, nas quais também chegam os mesmos avisos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Depois de ter perdido a palavra na discussão da ordem das partes, pois me perdi, agora vamos ao mérito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª é inteligente suficientemente para acompanhar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Atendendo à determinação de V. Exª. Eu sou obediente às mulheres.

Quero dizer a V. Exª que, quanto ao mérito, V. Exª merece todo o apoio dos Parlamentares membros desta Comissão. V. Exª pretende, com o ato, ao receber os avisos do Tribunal de Contas, encaminhá-los à consultoria, para que a consultoria emita um parecer sobre eles.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, que ela faça alguma sugestão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso, um parecer dizendo qual a iniciativa, a providência que a Comissão deve tomar. Quando esses atos são encaminhados aos membros da Comissão para emitirem o seu relatório, já é feito. Eu gostaria de entender.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esses atos são lidos aqui e arquivados logo em seguida. São poucos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não passam... porque eu já relatei vários atos, avisos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, mas esses não passam. Eles vêm, comunicam, ficam à disposição dos Srs. Parlamentares aqui na Comissão. Em geral não é analisado, é lido imediatamente e passa. Agora, por exemplo, nós lemos quatro avisos de irregularidades graves em portos de Manaus. Está aqui à disposição dos Srs. Parlamentares para análise.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, eu gostaria, se V. Exª me permite, de acordo com a aprovação do ato, de acrescentar uma emenda: ao serem encaminhados à Comissão, que os avisos não sejam apenas informados na ocasião da reunião ordinária aos membros; que eles sejam encaminhados, não só aos membros da CI, mas a todos os Senadores, porque é de importância vital. Se o Tribunal de Contas informa à Comissão que há irregularidades, como V. Exª está dizendo e se referiu a alguns que leu na reunião de hoje – nós estamos com quórum mínimo aqui –, então, a maioria dos Senadores membros não tomaram conhecimento, os demais Senadores não membros não tomaram conhecimento.

Então, eu pediria a V. Exª que qualquer aviso que aponte qualquer tipo de irregularidade, vindo do Tribunal de Contas, seja distribuído, independente de informação, a todos os Senadores, para que não haja amanhã nenhuma justificativa: não tomei conhecimento, eu não estava na reunião, não fui informado, meu assessor não acompanhou. Eu pediria a V. Exª que incluísse também essa providência.

Estou de acordo com a aprovação e parabenizo V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria que V. Exª formalizasse, mas, antes de formalizar, vou colocar em votação. Posteriormente, V. Exª formaliza.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, até onde eu conheço as regras de todas as comissões, o Tribunal, no que tange às contas em si, é acompanhado pela Comissão de Orçamento, que acompanha também a execução orçamentária.

Do ponto de vista das irregularidades, nós temos – e aqui não tem nenhum Senador que não faça parte, aliás, a queixa é que participa de mais de uma Comissão –, então é colocado de acordo com um tema. É um tema de infraestrutura, é Porto de Manaus, para dar um exemplo? Comissão de Infraestrutura é notificada. É um tema relacionado à saúde, a Comissão de Assuntos Sociais, que trata do tema da saúde, é notificado.

Estou só colocando, na verdade, o risco de passar despercebido não há, porque ele sempre, esses avisos são atos públicos inclusive. Receio é você ter

de estar repassando um conjunto, como é que a senhora vai saber o que é irregular, o que não é, o que tem e o que não tem, vem aviso de toda ordem. Ou seja, acho que esse procedimento...

Qual é o problema? Da mesma forma que chega ao meu gabinete ou chega ao da senhora, como presidente, a senhora não tem condições de analisar e ver o que é irregular, o que é grave, o que não é, de ver cada um. Então eu acho que passar para a equipe técnica das comissões é o que vai permitir, aí sim, eu acho que o relatório, esse relatório é o que vai subsidiar, meu querido Flexa.

Se é para radicalizar e repassar é que, vamos ser sinceros aqui, quem de nós vai estar, os 81 Senadores vão estar analisando todos os avisos, de todas as áreas? É mais prudente essa medida adotada aqui onde a assessoria técnica específica de uma área, como a infraestrutura – assim como eu espero, vou até propor em outras de que faço parte também –, para garantir qual encaminhamento vai dar. Qual o tipo de irregularidade? Cabe o que mais aqui? Que tipo de ação é possível? Assim como o Executivo têm providências a tomar, o Legislativo também, certamente, pode ter medidas a tomar.

Por isso que queria ponderar, que considero racional a forma como V. Ex^a apresentou, embora compreenda o que coloca aqui o Senador Flexa Ribeiro, de poderem todos tomar conhecimento. Hoje, a rigor, teoricamente é feito isso, a gente é que não tem tempo de analisar todos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na verdade, Senador Wellington, a Comissão de Orçamento aprofunda essas questões, mas são poucos Senadores que participam da Comissão de Orçamento, então eu acho que é importante que...

É um pouco desconfortável para a gente receber esses avisos e arquivar, sem saber realmente o que se passa. Às vezes é uma coisa corriqueira, que pode ser sanada sem maiores problemas, mas podem ser também coisas mais graves.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, eu já disse que estou de acordo com o ato. O ato não discrimina qual tipo de aviso será encaminhado à consultoria, parece-me que são todos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Todos atinentes a esta Comissão, a Infraestrutura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é, todos. O que eu estou solicitando é que...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Seja comunicado aos outros Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aos Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, isso não é difícil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Fazer chegar aos gabinetes o aviso do Tribunal acusando se há irregularidade. Não me refiro a esses específicos que foram lidos hoje, não. Refiro-me aos que já passaram e aos que virão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Uma vez que haja o parecer da consultoria eu faço o encaminhamento a todos os Parlamentares. Não tem o menor problema.

Então, vamos acrescentar da sua emenda, vamos colocar em votação e pediria a v. Ex^a que formalizasse a emenda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pode ser que a emenda da autora sem problema, fico satisfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A secretaria vai fazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o ato permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Agora, o Item nº 2 da pauta, Sr. Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pauta de trabalho?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – De trabalho.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados, a autorização para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira, alterando as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do projeto, com acolhimento das emendas apresentadas perante a Comissão, nos termos do substitutivo apresentado.

Observação:

1) A matéria será apreciada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Muito obrigado Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Projeto de Lei do Senado de nº 374, de autoria da eminente Senadora Ana Amélia, compõe-se de trinta e sete artigos, que dispõem basicamente sobre os seguintes temas que passo a sintetizar:

- 1) Altera o regime jurídico de exploração dos recintos aduaneiros de zonas secundárias, popularmente conhecidas como portos secos, denominando-os “Centro Logístico e Industrial Aduaneiro”, os quais passam a depender de autorização, e não mais de concessão/permissão mediante licitação pública.
- 2) Altera as atuais exigências de requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento de recintos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação;
- 3) Dispõe sobre as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados e das garantias prestadas pelos depositários;
- 4) Dispõe sobre os procedimentos de autorização e alfandegamento para o instrumento logístico que é de sua iniciativa e ao qual denominou Centro Logístico Industrial Aduaneiro.
- 5) Altera a legislação aduaneira brasileira.

Nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura foram apresentadas duas emendas, uma modificativa e outra supressiva, ambas de autoria do Senador Gim Argello.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre matéria pertinente a transportes e assuntos correlatos.

O Projeto de Lei de nº 374, apresentado pela eminente Senadora Ana Amélia dispõe sobre movimentação e armazenagem de mercadoria importada ou despachada para exportação, as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados e a

autorização para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias.

Analisando o projeto em comento, percebe-se que a principal questão nele tratada é a atividade realizada pelos portos secos, referidos nos projetos como CLIAS, e a alteração do seu atual regime de serviço público precedido de licitação para o regime de autorização sem licitação.

O regime jurídico de serviço público, nos termos do art. 175, da Constituição da República, pressupõe a realização de procedimento licitatório para execução pela iniciativa privada de determinados dados considerados serviços públicos, como é o caso da atividade de porto seco.

É de amplo conhecimento que os portos secos, já na atualidade, são recintos alfandegados, sujeitos ao regime de concessão ou permissão, localizados no interior do País, nos quais se realizam serviços de movimentação, armazenagem e desembaraço aduaneiro de mercadorias provenientes ou destinadas ao exterior. Ou seja, assim como os portos, aeroportos e fronteiras terrestres, também os portos secos são porta de entrada de produtos vindos do exterior, uma vez que neles são realizadas diversas tarefas que possibilitam o ingresso de tais produtos em nosso País.

Tratam-se, por exemplo, de tarefas de identificação, fiscalização, inspeção e triagem, que além de assegurar o ingresso regular das mercadorias no território nacional, têm como objetivo garantir condições sanitárias adequadas, exercer o controle da regularidade fiscal e prevenir a prática de crimes, como o contrabando, descaminho, tráfico de armas e drogas.

De fato, os produtos e mercadorias vindas do exterior são recebidos nos portos, aeroportos e pontos de fronteira, podendo ser desembarcada ainda nestes locais, mas muitas vezes são encaminhados, ainda lacrados e sob fiscalização aduaneira, para os portos secos. Lá chegando, as mercadorias são submetidas ao mesmo conjunto de atividades fiscalizadoras pelas quais passariam se estivessem no porto, a beira d’água.

A natureza das tarefas executadas nos portos secos, para a liberação de mercadorias, é sim de atividades inerentemente e complementar ao complexo de atividades próprias do serviço público portuário, razão pela qual integram a noção de porto, elevada pela Constituição da República à condição de serviço público, como se verifica em seu art. 21, XII, alínea “f”.

Importante então ressaltar que, embora os portos secos se situam no interior, mais distante de cais de atracação de embarcações, que as fiscalizações neles desenvolvidas deixam de ser semelhantes e acessórias àquelas realizadas nos “portos molhados”.

Sendo assim, os portos secos são, a meu juízo, serviços públicos e a sua exploração, por força do previsto no art. 175 da Constituição da República, está submetida à prévia realização de procedimento licitatório.

Tal condição é confirmada pela legislação infra-constitucional, que determina que a sua execução por particulares seja precedida de licitação.

É necessário ressaltar que a natureza de serviço público dos portos secos não é fruto da Lei nº 9.074/95. Tal natureza decorre da ligação direta das atividades realizadas nos portos secos com os interesses da nação, quais sejam, o domínio do país sobre suas fronteiras, a segurança e saúde públicas, o combate a crimes de contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas, etc.

O Estado possui, na verdade, o dever de realização desses interesses coletivos, segundo o disposto nos arts. 21, 196 e 237 da Constituição da República.

Nesse sentido, é possível afirmar que o Poder Público não pode tomar medidas que dificultem ou impossibilitem o cumprimento desses deveres. Ao nosso ver, a Secretaria da Receita Federal do Brasil esteve atenta aos seus deveres quando editou a Instrução Normativa de nº 1.208, para estabelecer termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos, pois previu, na linha do entendimento ora exposto, que a prestação de serviços nos portos secos se submete ao regime de permissão, salvo quando o imóvel pertencer à União, hipótese na qual será adotado o regime de concessão, precedido de obra pública.

É indiscutível a relevância da atividade dos portos secos na realização do bem comum, da satisfação de interesses coletivos relativos à soberania e ao desenvolvimento do País, à saúde e à segurança pública.

Diante de tal constatação, é claramente inconstitucional e inadequado aprovar o presente projeto de lei da forma como foi apresentado, pois submete os portos secos ao regimento jurídico de mera atividade econômica explorada por meio de autorização.

E nós caminhamos aqui, Srª Presidente, em um conjunto de fundamentações nessa mesma direção.

De modo, que, em face do exposto, opinamos pela aprovação do atual projeto com o acolhimento das duas emendas apresentadas nesta Comissão, nos termos da seguinte emenda substitutiva, que passo aos seus 37 artigos.

Na prática, nós estamos mantendo o atual critério e rigor para que esse tipo de concessão continue sendo definida por parte do poder público, por concorrência pública, por entender que, através da concorrência pública, nós garantimos segurança jurídica e garantimos também igualdade de oportunidade na competição e

no acesso a esse tipo de serviço que, a meu juízo, é eminentemente público.

É como relato, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE(Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE(Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Vista concedida.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO)

– Srª Presidente, peço a palavra só para pedir que o Relator faça uma pequena correção no substitutivo. É o art. 10, que está grafado “10º”.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Art. 10?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO)

– Sim. Depois, vem o art. 12, que está grafado “12º”.

O §10 está “10º” e o art. 12 está “12º”. É só para corrigir...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Não é alteração de conteúdo, é uma alteração formal?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO)

– Só formal.

Vista coletiva, então, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Vista coletiva concedida.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, DE 2011

– Não Terminativo –

Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Lobão Filho

O Relator solicita que seja retirado de pauta.

Atendendo à solicitação do Relator, vamos retirá-lo de pauta e deixar para apreciação na próxima reunião.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2012

– Não Terminativo –

Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Tomás Correia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

A matéria constou da pauta das reuniões do dia 28/6/2012 e de 05/7/2012.

Portanto, embora o Relator tenha pedido a retirada de pauta, nós vamos colocar a matéria em discussão por um Relator *ad hoc*, uma vez que já veio a plenário por duas vezes.

Solicito ao Senador Tomás Correia para ler o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Relatório, Sr^a Presidente.

Cumpra a esta Comissão analisar o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Trata-se do PLS que destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente Ripárias. A proposição é constituída de cinco artigos, o primeiro faz com que o recurso seja destinado ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, para pagamento por serviços ambientais, para recomposição da cobertura vegetal, em Áreas de Preservação Permanente (APPs) Ripárias. Trata-se, nesse caso, da vegetação existente em áreas marginais e corpos d'água, tais como os rios e lagos, cuja denominação, em nosso idioma, provém da palavra latina ripari, que denomina os solos dessas margens. As matas ripárias – mata ciliar e mata de galerias – são áreas situadas entre dois ecossistemas, o terrestre e o aquático.

Como consequência dessa singularidade, são ambientes que exercem um importante papel no equilíbrio ecológico, tendo a função de regular a transferência de energia e de nutrientes de um ecossistema para outro. A geração de energia, por meio de usinas hidrelétricas, depende fundamentalmente da vazão afluente nos reservatórios e ao barramento do curso d'água. Nesse contexto, é essencial para o empreendedor que a qualidade ambiental da bacia hidrográfica em que se insere a hidrelétrica seja a melhor possível. Não resta dúvida de que as APPs Ripárias contribuem significativamente para a otimização do aproveitamento energético de um determinado curso d'água.

O PLS nº 155, de 2012, propõe a transferência de recursos do setor elétrico para o pagamento dos serviços ambientais e para a recomposição de co-

bertura vegetal em APPs Ripárias. Evidentemente, a tendência seria de repassar esses custos ao consumidor de energia elétrica. Nesse ponto, reside o grande mérito da proposição, pois ela inova, ao aproveitar o momento da renovação das concessões de gerações de energia elétrica. Parte-se do princípio de que, na maioria dos casos, os investimentos feitos pelas concessionárias estão praticamente amortizados ao final do período de concessão.

Assim sendo, ambas as opções, a prorrogação ou a nova licitação dessas concessões, devem implicar maior modicidade tarifária para a energia elétrica. O PLS, em análise, destina um percentual da redução desses custos para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em APPs Ripárias, sem que a iniciativa crie ainda mais mecanismos de subsídio cruzado no setor elétrico. A proposição pretende evitar a prática comum no País de fazer com que o bem-estar de parcelas da população seja obtido à custa de outras.

O princípio adotado, nesse caso, é o de que se, por um lado, o sistema interligado nacional visa a universalizar o fornecimento de energia elétrica, por outro lado, deve levar em conta o fato de os ecossistemas brasileiros serem um patrimônio da nossa sociedade.

Voto.

Diante do exposto o voto é pela aprovação do PLS nº 155, de 2012.

Sr^a Presidente, pela aprovação sem emenda.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Em discussão a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Peço vista, Sr^a Presidente

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Vista concedida, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Vista também, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Vista coletiva.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema anti-travamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Jayme Campos (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com emenda.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para proferir o relatório, como Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, é o Item nº 9?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É o item nº 5.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O parecer é do Senador Jayme Campos, do qual faço a leitura como Relator *ad hoc*.

Submete-se ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 195, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que objetiva acrescentar ao rol dos equipamentos obrigatórios dos veículos, fixado no art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro, o “sistema antitravamento das rodas”, conhecido pela sigla em inglês ABS.

Considera o autor da iniciativa que, a despeito dos esforços dos entes públicos e do crescente rigor introduzido na legislação nos últimos anos, nosso País ainda apresenta um dos maiores índices de acidentes de trânsito no mundo. Nessa área, segundo sua argumentação, mesmo pequenas ações de prevenção podem salvar inúmeras vidas, sendo o aporte tecnológico um dos mais importantes vetores de prevenção de acidentes.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre a matéria em pauta.

Trata-se de medida de largo alcance social no sentido da contribuição que aporta para a segurança do trânsito. De fato, como aponta o autor da proposição, as motocicletas constituem um modo de transporte cada vez mais relevante, tanto nas grandes cidades, como forma de atenuar os congestionamentos de trânsito, quanto nas pequenas, como forma barata de locomoção, sendo cotidianos e em número crescente os acidentes que vitimam os ocupantes dos chamados veículos de duas rodas.

Desse modo, a inclusão do ABS como item obrigatório não apenas nos automóveis, mas igualmente nas motocicletas, a exemplo do procedimento que vem sendo adotado nos países mais desenvolvidos, constituirá um passo relevante na luta para vivenciarmos, motoristas e pedestres, um trânsito mais seguro em nossas ruas e estradas.

Associo-me, portanto, aos argumentos do autor para aprovar, no mérito, sua iniciativa.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2012, com a seguinte emenda da Comissão de Infraestrutura:

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2012, e no inciso VIII, acrescido ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pelo art. 1º do projeto, a expressão “sistema antitravamento de rodas” pela expressão “sistema de frenagem antitravamento”.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, eu vou pedir vista desta matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista concedida.

O SR. TOMÁS CORREIA – (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, eu também peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2007

– Não Terminativo –

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

Autoria: Deputado Vander Loubet

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2007

– Não Terminativo –

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421.

Autoria: Deputado Eduardo Valverde

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação dos Projetos de Lei da Câmara nº 125, de 2007 e 94, de 2007.

Observação: a matéria constou da pauta da reunião de 05/07/2012.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o relatório. Senador Ricardo Ferraço, por favor, eu pediria a V. Exª que relatasse este projeto de lei como Relator *ad hoc*, relativo ao item nº 6 da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Propõe o eminente Senador Delcídio do Ama-

ral, através do PLC nº 125, a alteração da descrição da rodovia BR-421, de modo que o traçado atual, que interliga as cidades de Guajará-Mirim e Ariquemes passe a incorporar também a ligação entre esta última e Machadinho.

A proposta fundamenta-se na constatação de que a região está se desenvolvendo em direção aos Estados do Amazonas e do Mato Grosso.

Em vista do exposto, Sr^a Presidente, votamos pela aprovação da matéria.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão. Pela aprovação dos Projetos, os Projetos vão a Plenário.

Os demais itens da pauta dizem respeito ao Sistema Nacional Viário. Nós vamos colocar em votação esses Projetos após uma audiência pública com o Ex^{mo} Sr. Ministro dos Transportes, que será feita no próximo esforço concentrado.

Portanto, não havendo nada mais a tratar...

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

É só para colocar em votação, por favor, se a senhora assim achar que deve, o Item 32. É só um requerimento. O Item 32, por favor, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Há vários requerimentos que poderíamos votar. Tem um de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Eu vou colocar em votação o do Senador Ricardo Ferraço, que está presente, o do Senador Gim Argello, também presente, e também o meu, pois estou presente.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 29, DE 2012

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidada a Senhora Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa.

Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 30, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, que a Audiência Pública com a Presidente da Petrobras, Senhora Maria das Graças Foster (objeto de requerimento anterior) seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, coloco-os em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos do Senador Ricardo Ferraço.

Item 25 da pauta:

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater sobre as atuais condições da infraestrutura logística que o Brasil propicia às atividades econômicas realizadas no País.

Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto:

– Senhor Paulo Tarso Vilela de Resende – Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral;
– Senhor Marcelo Perrupato e Silva – Secretário da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, do Ministério dos Transportes;
– Senhor Luis Claudio Santana Montenegro – Diretor do Departamento de Sistemas de Informações Portuárias da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR;
– Senhor Luis Henrique Teixeira Baldez – Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Cargas – ANUT;
– Senhor Paulo Fernando Fleury – Professor titular da UFRJ e Diretor-Presidente do Instituto de Logística e Supply Chain.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Eu perguntaria ao Senador Ricardo Ferraço se a gente colocaria todos os requerimentos de autoria dele hoje ou deixaria para a próxima reunião os demais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu proponho a V. Ex^a até que eventualmente nós pudéssemos propor em bloco, porque são temas...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Correlatos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Absolutamente relacionados às prerrogativas e às atividades da Comissão. Então, se da parte de V. Ex^a não houver nenhum óbice nem da parte de nenhum dos nossos Senadores...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria a V. Ex^a, com o lançamento do pacote sobre as concessões de rodovias e ferrovias, se não seria oportuno, em primeiro lugar, a gente ouvir o Ministro sobre esse pacote que foi lançado semana passada no Palácio e, posteriormente, os demais requerimentos sobre rodovias, ferrovias e portos que V. Ex^a apresenta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que eles são complementares. Eles não são excludentes. Ou seja, nós temos um conjunto de compromissos, projetos, programas, concessões, contratos em execução, que, a meu juízo, não estão andando na velocidade que o País necessita.

Então, seria uma oportunidade para nós fazermos um balanço na prática da efetividade ou da baixa efetividade do plano de execução.

Portanto, é complementar a um debate, a uma discussão, tendo em vista esse novo projeto, esse novo programa de concessões de rodovias e ferrovias apresentado pelo Governo.

Eu acho que as coisas não são excludentes, Sr^a Presidente. Essa é a minha opinião.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Itens 26 e 27:

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 32, DE 2012

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada audiência pública nesta Comissão com vistas a apresentar informações sobre a atual situação da Valec, bem como explicar a significativa queda no nível de execução

orçamentária da estatal. Para tanto, indico o seguinte convidado:

– Senhor José Eduardo Saboia Castello Branco, presidente da estatal ferroviária Valec;

Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 33, DE 2012

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada audiência pública nesta Comissão com vistas a apresentar informações sobre a atual situação do DNIT, bem como explicar a significativa baixa no nível de investimentos do departamento. Para tanto, indico o seguinte convidado:

– General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço

Então, vamos colocar em bloco, uma vez que todos os requerimentos dizem respeito à infraestrutura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 25 foi também aprovado, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Item 28:

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 34, DE 2012

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada audiência pública nesta Comissão com vistas a apresentar informações sobre a atual situação da telefonia móvel no país. Para tanto, indico os seguintes convidados:

– Senhor João Batista Rezende – Presidente da Anatel;

– Senhor Carlos Zenteno – Presidente da operadora Claro;

– Senhor Andrea Mangoni – Presidente da operadora TIM Brasil;

– Senhor Francisco Valim – Presidente da operadora Oi;

– Senhor Antônio Carlos Valente – Presidente da operadora Vivo.

Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Mais um do Senador Ferraço.

Item 31 da pauta:

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 35, DE 2012

Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para obter informações sobre o planejamento da logística brasileira e debater sobre as estratégias e ações de implementação de sua infraestrutura operacional. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto:

– Senhor Paulo Sérgio Passos – Ministro de Estado dos Transportes;
– Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor presidente da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV).

– Senhor Paulo Tarso Vilela de Resende – Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral;
– Senhor Fernando Saba Arbache – Professor de Logística e Sistemas de Informação da Fundação Getúlio Vargas e da pós-graduação do Instituto Militar de Engenharia – IME.

Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 32 da pauta.

Requerimento de autoria do Senador Gim Argello:

ITEM 32

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 36, DE 2012

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para instruir o PLS 365, de 2009, que “Acrescenta inciso VI e §10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse

Residencial Baixa Renda”, debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados:

1 – Edson Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME;

2 – Nelson José Hubner Moreira – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

3 – Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica;

4 – Juliana Pereira da Silva – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC;

5 – Jorge Queiroz de Moraes Júnior – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; e

6 – Álvaro Dias Júnior – Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da Empresa Landis Gyr América do Sul – fabricante de equipamentos.

Autoria do Projeto: Senador Gim Argello

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar...

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Sr^a Presidente, nesse caso do requerimento do Item 32, tendo em vista que o Executivo já está adotando essa prática de energia pré-paga em nível experimental há mais de um ano, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, dentro da agenda da nossa Comissão de Infraestrutura, que, no próximo esforço concentrado, como fiz hoje na CAE, possamos realizar essa audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse sobre a energia?

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Sobre a energia, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou ver aqui com a Comissão e vou tomar as providências.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Muito obrigado, Presidente Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria aos Srs. Senadores... Parece que houve um acordo aqui. Ao invés de conceder vista coletiva ao Item 2 da pauta, cujo relatório é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, a autora do projeto, Senado-

ra Ana Amélia, e o Senador Flexa Ribeiro, que pediu vista, concordaram em deixar o projeto caminhar para, posteriormente, em outra Comissão, eles trabalharem.

Eu perguntaria ao Plenário se concordam que coloquemos em votação o item, uma vez que a autora do projeto e o autor do pedido de vista concordaram em retirar o pedido.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Sr^a Presidente, concordamos sim.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – As Sr^{as} e os Srs...

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Dentro da proposta desse esforço concentrado, quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que conversou com os dois outros Senadores, Senadora Ana Amélia e Senador Flexa, por esse trabalho e dizer que isso faz parte do nosso esforço, que justamente é um esforço concentrado. Agradeço também o relatório tão bem construído do nobre Senador Ricardo Ferraço.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria se algum Senador quer discutir a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, eu quero só agradecer à Senadora Ana Amélia, mesmo na ausência dela. Eu falei com a Senadora Ana Amélia que um dos motivos do pedido de vista foi o fato de S. Ex^a estar na Comissão que trata da Medida Provisória 571 do Código Florestal, além da impossibilidade da própria discussão da matéria.

Ela mesma compreende o esforço que vamos ter que empreender para o debate desse projeto, que ainda será discutido na Comissão de Agricultura,

na Comissão de Assuntos Econômicos, em que será avaliado, parece-me, o mérito, e também na própria Comissão de Constituição e Justiça, até para permitir, nesse esforço de tratar o tema com celeridade, que consigamos ir ao encontro inclusive do que o próprio Governo tem buscado fazer nessa área de logística, de infraestrutura. Portanto, esse debate é importante para todas as regiões, principalmente para o Centro-Oeste, para diversas regiões da Bahia também. Nós temos essa particularidade e é importante que esse projeto possa trazer não só segurança jurídica, mas também aspectos que poderíamos chamar da completa reestruturação desta malha de logística e redistribuição de produtos, cargas, enfim, do apoio à economia de nosso País.

Então, a Senadora Ana Amélia aquiesceu, avaliou que é o correto, e aí teríamos a possibilidade de, já na próxima semana de esforço concentrado, que será em meados de setembro, trabalhar com o senador Moka na comissão de agricultura.

Hoje pela manhã eu conversei com o senador Delcídio do Amaral para essa matéria na sua apreciação na comissão de assuntos econômicos.

Assim como hoje ao meio-dia, numa reunião que fizemos com o Senador Eunício, senador gim e senador Renan conversamos sobre a possibilidade de a CCJ também apresentar as suas posições. Nessas comissões inclusive o Senador Ricardo Ferraço participa como membro e daria tranquilamente a possibilidade de a gente fazer o bom debate e contribuir com essa matéria.

Então era esse o esclarecimento que eu gostaria de dar.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada ao Senador Walter Pinheiro pelo trabalho no sentido de agilizar o procedimento.

Agradeço à Senadora Ana Amélia por entender que estamos numa fase em que temos que aproveitar ao máximo o tempo e agilizar as votações.

Portanto, coloco em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço, item 2 da pauta.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº1 da Comissão de Infraestrutura. O projeto vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prosseguimento de sua tramitação.

Agora, último item da pauta, um requerimento meu:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 28, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Reginaldo Almeida Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRA-CEEL), na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 13, de 2012 para debater sobre os encaminhamentos que estão em curso para as renovações das concessões do setor elétrico brasileiro.

Autoria do Projeto: Senadora Lúcia Vânia

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze na sala de reuniões número 09, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Ana Rita, João Durval, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Eduardo Amorim, Paulo Paim, José Pimentel e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições:

ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2003, que cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia. **Autoria:** Deputado Euler Morais. **TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2007**, que transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela rejeição do PLC nº 62, de 2003, e do PLS nº 232, de 2007. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2011**, que altera o inciso III, do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para retirar a exigência de valores máximos de financiamento e de aquisição de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011**, que altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 444, de 2011, com Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, de 2011**, que dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas

de operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dá outras providências. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2012 – Complementar**, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural. **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2006**, que acrescenta parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2010**, que Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2011**, que Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CI. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, senador Cássio Cunha Lima, para reexame. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2011**, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade,

para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.

Autoria: Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Não havendo Senador no recinto para ler matéria e debater a matéria, encerro a presente reunião e convoco a próxima reunião para o próximo esforço concentrado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE AGOSTO DE 2012.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia nove de agosto de dois mil e doze, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador WALDEMIR MOKA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPPLY, ALOYSIO NUNES FERREIRA e MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Jayme Campos, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 123 dias, a partir de 29/06/2012, conforme os Requerimentos nº 609 e 610, de 2012, aprovados na Sessão de 28/06/2012. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Antonio Russo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como

aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Waldemir Moka, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: 2ª PARTE: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. A matéria constou da Pauta da 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, ocasião em que o Senador Waldemir Moka efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011, como também constou da Pauta da 19ª e 21ª Reunião Extraordinária realizadas em 28/06 e 05/07/2012. Projeto em fase de discussão. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado:** Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo – Ementa: Cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, com as Emendas nº 1 e 2. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. Na 43ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 26/10/2011, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 252/2011. 3. A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 28/06/2012, ocasião em que a Senadora Ana Amélia efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 252/2011 com as Emendas nº 1 e 2, como também constou da Pauta da 21ª Reunião Extraordinária realizada em 05/07/2012. Projeto em fase de discussão. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender Requerimento de oitiva de outra Comissão. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2011 – Terminativo – Ementa: Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate. **Autoria:** Deputado Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 85, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo re-

gimental perante a CAE. 2. A matéria foi apreciada pela CAE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). 3. Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, não houve oradores inscritos. Resultado: Leitura do Relatório realizada pela Relatora, Senadora Ana Amélia. Matéria em discussão. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2011** – Não Terminativo – Ementa: Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura. Autoria: Senador Walter Pinheiro. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a Emenda nº 1. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 21ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 05/07/2012. 3. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Relator, Senador Cyro Miranda, os Senadores Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Sérgio Souza e Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Resultado: Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Cyro Miranda, a Presidência concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011** – Não Terminativo – Ementa: Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Antonio Russo. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 626, de 2011. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 9ª Reunião Extraordinária da CRA de 26/04/2012, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 626/2011. 4. O Projeto constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA de 28/06/2012, como também constou da Pauta da 21ª Reunião Extraordinária realizada em 05/07/2012, ocasião em que o Senador Antonio Russo, Relator “ad hoc”, efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 626/2011. A Presidência encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de votação. 5. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. Resultado: Adiado. **ITEM**

6: TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2009 – Não Terminativo – Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados. Autoria: Deputado José Pimentel. - **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2007** – Não Terminativo – Ementa: Modifica o art. 55 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que dispõe sobre o prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial. Autoria: Senador João Vicente Claudino. – **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2009** – Não Terminativo – Ementa: Altera o inciso III do art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para diminuir, de oito para seis anos, o prazo mínimo para apresentação, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, de novo plano especial de recuperação judicial. Autoria: Senador Papaléo Paes. – **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2009** – Não Terminativo – Ementa: Altera o art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que as associações e as fundações possam requerer o plano especial de recuperação judicial, que abrangerá qualquer tipo de crédito e não implicará em falência do devedor em caso de seu descumprimento. Autoria: Senador Paulo Paim. – **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2009** – Não Terminativo – Ementa: Altera os arts. 54 e 68 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Autoria: Senador Gilberto Goellner. – **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2009** – Não Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Autoria: Senador Valdir Raupp. – **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2009** – Não Terminativo – Ementa: Altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação extrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte. Autoria: Senador Valdir Raupp. – **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2009** – Não Terminativo – Ementa: Acrescenta art. 3º-A e altera o caput do art. 59 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falên-

cia do empresário e da sociedade empresária, para permitir, no contrato social ou no estatuto da empresa, que se submetam a arbitragem as divergências decorrentes da aplicação da lei de recuperação de empresas, e dá outras providências. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 168, de 2007, na forma da Emenda nº 1 (substitutiva); pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009; e pela prejudicialidade dos PLS nº 163, de 2009; PLS nº 219, de 2009; PLS nº 325, de 2009; PLS nº 389, de 2009; PLS nº 390, de 2009; e PLS nº 392, de 2009. Observações: 1. As matérias serão apreciadas pela CAS, CAE e pela CCJ em decisão terminativa. Resultado: Adiado. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2011 – Não Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do PLS 438, de 2011, com as Emendas nº 1 e 2 – CAS e com a Emenda nº 3. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. 2. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CAS, e será ainda apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Relator, Senador Cyro Miranda, os Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Resultado: Leitura do Relatório realizada pelo Relator, Senador Cyro Miranda. Matéria em discussão. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 156, de 2012, com a Emenda nº 1. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Adiado. ITEM 9: AVISO Nº 37, de 2011 – Não Terminativo – Ementa: Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pelo arquivamen-

to do AVS nº 37, de 2011. Observações: 1. A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA de 28/06/2012, como também constou da Pauta da 21ª Reunião Extraordinária realizada em 05/07/2012, ocasião em que o Senador Eduardo Suplicy efetuou a leitura do relatório pelo arquivamento do AVS nº 37/2011. A Presidência encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. Matéria em fase de votação. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Adiado. ITEM 10: AVISO Nº 18, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Encaminha cópia do Acórdão nº 482, de 2012, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais (TC 022.631/2009-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 18, de 2012, e pelo oferecimento dos Requerimentos de Informações que apresenta. Observações: 1. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA: ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, de 2012 – Assunto: Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir a “Integração da Pesquisa e Extensão Rural”, com a participação dos seguintes convidados: Dr. Pedro Antônio Arraes Pereira – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Dr. Evair Vieira de Melo – Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA; Dr. Júlio Zoe – Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – AS-BRAER; Dr. Mendes Ribeiro Filho – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Dr. Pepe Vargas – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA. Autoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado com adendo da Senadora Ana Amélia, para convidar o Sr. Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil. Será cumprida a deliberação da Comissão. Às nove horas e trinta e um minutos a Senadora Ana Amélia assumiu a presidência da reunião em substituição ao Senador Waldemir Moka. A 1ª PARTE da presente Reunião, destinada à apresentação do Relatório de Atividades – Primeiro Semestre de 2012, fora anteriormente cancelada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente, em exercício, da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 23ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias. Os itens 1 e 2 já têm parecer, já tem relatório lido pela Senadora Ana Amélia. O item 3 da nossa pauta é o

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2011

– Terminativo –

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAE.
2. A matéria foi apreciada pela CAE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Autoria: Deputado Ronaldo Caiado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Waldemir Moka, em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo pela atuação nos trabalhos do Código Florestal. Estamos encaminhando positivamente. Os percalços políticos são naturais. É uma matéria muito complexa, mas, com a habilidade política de V. Exa., tendo trabalhado muito intensamente com nosso Ministro ex-Deputado Aldo Rebelo na confecção na Câmara e juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e todas as áreas envolvidas e conflitantes, está se chegando a um bom termo em relação ao código Florestal.

Espero que no dia 28 de agosto, que será o nosso próximo período de esforço concentrado, vençamos essa matéria adequadamente, até porque no dia 31, espero sinceramente vê-lo na Expointer, presidindo a

audiência pública que trata da aplicabilidade do Código Florestal. A sua presença lá será extremamente importante, V. Exa. será muito benquisto no meu Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, eu pude ver no seu Estado, Mato Grosso do Sul, o quanto o senhor é admirado pelos mato-grossenses-do-sul, especialmente pelos produtores rurais.

Então, renovo aqui o convite, meu caro Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Vamos estar presentes lá, com certeza.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que coisa boa.

Volto a esse tema. Apresentamos o relatório, e vou diretamente à análise, Sr. Presidente.

Esse projeto do Deputado Ronaldo Caiado cuida de dar aos pecuaristas uma garantia de segurança maior às informações nos aspectos relacionados aos preços dos produtos.

Eu tive a responsabilidade de relatar essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, onde apresentei um substitutivo ao aperfeiçoamento das disposições originalmente apresentadas. Agora, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, temos, em face do caráter terminativo da proposição, a incumbência e a satisfação de aprofundar análise estendendo-a aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, mais uma vez, à apreciação do PLC nº85, de 2011, no seu mérito.

No que concerne à constitucionalidade da iniciativa evidencia-se que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, estando o abastecimento alimentar e o fomento à produção agropecuária no rol das competências comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 23 da Constituição Federal.

Ademais, a proposta não invade alçada privativa do Presidente da República, conforme art. 61, § 1º, da CF, nem se encontra nela tema reservado pela Constituição Federal à lei complementar.

No tangente à juridicidade, a matéria se fortalece na escolha adequada do instrumento legislativo adotado para inovar o ordenamento jurídico de forma geral e coercitiva

Quanto à técnica legislativa, o texto se fia em técnica legislativa precisa, como preceitua a Lei Complementar nº 95, de 1998. Em relação ao mérito, torna-se importante resgatarmos o teor das alterações que promovemos na CAE, por meio de emenda substitutiva.

Primeiramente consideramos, no intuito de oferecer maior alcance às medidas propostas, que o escopo da proposição deveria ser expandido, de forma a incluir todos os frigoríficos em operação no País, e

não apenas os frigoríficos com registro junto ao órgão federal de inspeção e fiscalização sanitária de produtos de origem animal.

Em seguida, observando que os pressupostos de necessidade de controle válidos para o mercado da carne bovina também se aplicariam ao mercado de carne suína, propusemos que o mecanismo de coleta de informações deveria ser estendido, também à suinocultura.

Feitos os ajustes necessários, ampliamos o mérito da proposta, pela extensão de seus benefícios ao segmento da suinocultura, que, a exemplo da bovino-cultura de corte, necessita de maior transparência nas informações indispensáveis à tomada de decisão dos produtores rurais e outros agentes desse mercado.

Para entendermos a importância da proposta, precisamos antes reconhecer que existe uma elevada subordinação do produtor de bovinos de corte e suínos na relação econômica em suas relações comerciais com a indústria.

A proposição oferece um instrumento de orientação e proteção comercial aos produtores de bovinos de corte e suínos, que atuam geralmente em um mercado caracterizado pela presença de poucos compradores e inúmeros vendedores, situação que oferece à indústria frigorífica amplo conforto, uma vantagem competitiva, que advém, às vezes, dos preços impostos aos fornecedores da matéria-prima. Acreditamos que a maior disponibilidade de informações sobre os preços praticados intervém de forma positiva na relação entre produtores e processadores de forma justa, posto que baseada na maior transparência.

Assim, com a aprovação da matéria, damos mais um passo em direção ao fortalecimento do mercado da carne e da pecuária brasileira, pela inibição dos mecanismos anticoncorrenciais no nível da indústria que enfraquecem principalmente os nossos produtores rurais.

O meu voto, portanto, é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, com o substitutivo.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, a relatora concluiu pela aprovação do PLC nº 85, de 2011, no s termos da Emenda nº 1 da CAE, substitutiva.

Informo que esse projeto é terminativo aqui e que não temos quórum para deliberar sobre essa matéria. Vou retirá-la de pauta, mas, se alguém, antes de retirar, quiser discutir, temos quórum para discussão.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tenho a impressão de que fica a suspensão a votação, e não a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – suspensão a votação. Mas, se alguém quiser discutir o projeto, temos quórum para abrir a discussão.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Porque posso encerrar a discussão.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito, perfeito, é que V. Exa. falou em retirada de pauta, e eu havia entendido de outra forma.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A minha sugestão, Sr. Presidente, é deixar a discussão em aberto – quem quisesse poderia começar agora – porque na próxima reunião pode ser que haja alguém que queira continuar discutindo. Como ainda somos poucos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – De qualquer jeito, Senador Cyro Miranda, não vou encerrar a discussão porque tenho a mesma avaliação de V. Exa., mas, se alguém quiser discutir, está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Então, estou suspendendo a discussão e retirando o projeto de pauta.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Waldemir Moka, pela ordem. O item 2, cuja leitura já fiz, também está em caráter terminativo e trata das microdestilarias. Eu queria saber qual o destino dessa matéria, uma vez que é um projeto do Presidente desta Comissão – V. Exa. agora ocupa a Presidência, como Vice –, Senador Acir Gurgacz, e que trata da criação das microdestilarias de álcool e biocombustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Informo a V. Exa. que recebi, com Presidente interino, um ofício do Presidente do Senado, Presidente José Sarney, informando que o Senador Delcídio do Amaral solicitou, através do Ofício nº 252, de 2011, um projeto de lei, seja encaminhado ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura.

Então, não é decisão final.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ele ainda vai passar por outras Comissões.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço a V. Exa. pelo esclarecimento, Presidente.

Também pela ordem, Presidente Moka, sugeria, não sei se temos mais algum item terminativo,

mas que a gente invertesse a pauta para os assuntos não terminativos, porque teremos condição, então, de apreciá-los. Tem quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, posso até inverter, mas não temos quórum para deliberar, mesmo os não terminativos. Podemos votar requerimentos, podemos fazer a leitura de outros pareceres, mas aí não adianta...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está certo. Agradeço a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Observações: *Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.*

Com a palavra o Senador Cyro Miranda para proferir seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Moka.

Sras. e Srs. Senadores, Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nos termos do art. 1º da proposição, para determinar que os descontos nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive as cooperativas de eletrificação rural, serão concedidos ao consumo nas atividades de irrigação e aquicultura, em qualquer hora do dia.

Em face do caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Econômicos caberá a análise do PLS nº 383, de 2011.

O centro de nossa análise na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária prioriza, neste momento, o mérito da proposição, nos termos regimentais.

A esse respeito, observamos, inicialmente, que a contínua redução de custos nas atividades agropecuárias tem-se estabelecido como condição de sobrevivência das unidades econômicas que compõem o competitivo setor primário de nossa economia.

Em razão dessa busca incessante pela eficiência, a agropecuária brasileira tem-se caracterizado, ao

longo de nossa história recente, pela transferência de renda para os outros setores da economia.

Enfatizamos a importância da energia elétrica para o aumento da automação e para a redução dos custos das atividades rurais, uma vez que o insumo se mostra parte relevante do orçamento dos cultivos irrigados e da aquicultura.

Consideramos, adicionalmente, que, como acontece regularmente, a redução dos custos da produção agrícola traz como consequência direta a redução dos preços dos alimentos no mercado interno, traduzindo-se em benefícios, sobretudo, para os consumidores de menor poder aquisitivo.

Além disso, a Aneel tem interpretado restritivamente o conceito de atividade aquícola, que, no nosso entendimento seria mais apropriadamente definido em todos os seus aspectos mediante entendimento técnico entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesse sentido, apresentamos emenda ao art. 1º da proposição para dar eficácia a esse entendimento.

Finalmente, não poderíamos deixar de louvar, a conveniência e a oportunidade da iniciativa do Senador Walter Pinheiro, sempre sensível às demandas que, como esta, representada pelo PLS nº 383, de 2011, atendem às necessidades de modernização de nossa economia.

Voto.

Pelo exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº (CRA)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º – O art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 25. Os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive Cooperativas de Eletrificação Rural, serão concedidos ao consumo que se verifique, em qualquer hora do dia, nas atividades de irrigação e aquicultura, definidas por instrumento próprio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura.’”

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O relatório do Senador Cyro Miranda

conclui pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a Emenda nº 1.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o projeto do...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O projeto do Senador Walter Pinheiro é de uma importância sem discussão. Ele busca atender a eletrificação rural nas atividades de irrigação e de aquicultura, em qualquer hora do dia, com uma tarifa reduzida.

O parecer do Senador Cyro Miranda também não deixa margem à dúvida com relação à vontade do Senador Walter Pinheiro em atender essa classe tão sacrificada do agronegócio brasileiro.

Mas me preocupa, Senador Cyro Miranda, o fato de o projeto – eu acho, Presidente Waldemir Moka, que deveríamos fazer um estudo – não estabelecer quem vai bancar esse subsídio no custo da eletrificação rural. É necessário que o projeto seja claro.

O Governo Federal tem programas de subsídios na energia elétrica para baixa renda e também outros programas que dão tarifas diferenciadas.

Então, é necessário que fique bem claro aqui quem vai subsidiar isso. Eu sou a favor do projeto. Só precisamos definir quem vai subsidiar. É o distribuidor da energia que vai ter que bancar? Isso vai ser revertido na tarifa para que toda a sociedade pague? Isso será pago pelo Governo como um benefício social para esses pequenos agricultores que, merecidamente, necessitam disso para que possam exercer a sua atividade?

Eu acho que é preciso detalharmos melhor essa vontade do Senador Walter Pinheiro, com quem concordamos plenamente, mas acho que falta definir essa questão para que não haja dúvida em relação a isso.

Então, eu pediria vista para que pudéssemos conversar com o Senador Walter e com o Senador Cyro, a fim de que o Senador Cyro possa, numa emenda, completar a vontade, que é de todos nós. Eu vou votar favoravelmente. Apenas precisamos definir quem vai bancar o custo desse subsídio merecido, repito, aos agricultores na irrigação e na aquicultura.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

Está inscrito também, para discutir, o Senador Sérgio Souza.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo com o Senador Flexa Ribeiro. Só lembro que a matéria ainda vai ser distribuída para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas isso não inviabiliza que seja pedido vista.

V. Exa. realmente levantou uma questão relevante, porque não é só o Poder Público que detém a energia; também há a área privada. Como iria repassar isso? Como iria compartilhar essa diferença de tarifa? Então, V. Exa. tem toda a razão. Eu concordo, sim, com o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sra. Senadora Ana Amélia, Senador Cyro, Senador Flexa, está chegando a esta Comissão o Plano Nacional de Irrigação, que foi aprovado nesta semana na Comissão de Meio Ambiente e distribuído à Comissão de Infraestrutura e que chegará à Comissão de Agricultura nas próximas semanas, porque há a intenção de agilizarmos isso também na Comissão de Infraestrutura.

De origem do Senado, o projeto já foi à Câmara e está retornando. O processo realmente está bastante acelerado. Eu não sei até se não é o caso, de repente, de incluirmos isso lá – não sei se dá ou não dá, se está previsto ou não está previsto. Precisamos dar uma olhada nisso.

Eu percebi que o projeto é realmente inteligente. Há um excesso de energia elétrica durante o período noturno; nós sabemos disso. Então, não temos competência para impor isto aos governos estaduais, E o Governo Federal, até mesmo as companhias independentes... Porque energia é tensão, não é? Se você gera aqui uma quantidade e não gastar lá na ponta, ela se perde. Hoje, de manhã, ainda ouvimos na reportagem que parece que o Paraguai está suspendendo o fornecimento do excedente ao Brasil. É prejuízo para eles e para o Brasil. Mais para eles do que para o Brasil, porque não vão aproveitar.

E, dentro dessa questão da irrigação – eu ouvi aqui também que é para uso da aquicultura –, nós temos que melhorar as redes, porque, se nós não tivermos uma rede bifásica ali, não suportam os transformadores a energia que é levada e o cabeamento não suporta uma irrigação. Então, isso é algo em que temos que pensar, de repente, evoluirmos esse projeto, Senador

Flexa, para resolvermos esse problema também das redes de transmissão. E, aí sim, quem é que vai pagar a conta? É mais uma pergunta.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acolho com grande apoio a esse projeto relatado pelo Senador Cyro Miranda, de autoria do Senador Walter Pinheiro, na ocasião em que nós estamos debatendo aqui as questões do Código Florestal, porque tudo impacta sobre irrigação. Senador Sérgio Souza, que está lidando com a Subcomissão de Águas, de fato, essa é uma questão relevante. E para o meu Estado, que está hoje, em algumas regiões, igual ao Nordeste... A cada dez safras, quatro ou cinco se perdem por causa de seca, em regiões localizadas. E a irrigação é um fator crucial.

Claro que, como argumenta o Senador Flexa Ribeiro, é fundamental definir quem é o pagador desse benefício. E, evidentemente, isso precisa ficar claro na lei para que ela não seja apenas para efeito de papel e não tenha aplicabilidade, que é o que o nosso telespectador, o que o nosso produtor rural que está acompanhando o trabalho desta Comissão está aguardando, ou seja, que façamos de maneira rápida, porque o benefício disso, decorrente desse projeto, é muito importante para os produtores e para quem está vinculado à aquicultura, que é a produção de peixes ou de crustáceos, de um modo geral.

Então, eu apoio e entendo perfeitamente a necessidade de definir claramente a quem caberá a responsabilidade da concessão desse subsídio, porque ele será dado do ponto de vista indireto, por redução da tarifa usada. E para algumas lavouras, como a lavoura de arroz, no Rio Grande do Sul, o custo da energia para essas lavouras é muito alto exatamente porque tem que puxar a água para abastecer as lavouras na hora do plantio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A discussão está suspensa.

Concedo vista do projeto ao Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Quem pediu foi o Flexa Ribeiro. O Relator é o Cyro Miranda.

Eu percebi que V. Exa. ficou satisfeito com minha confusão do senhor com o Cyro Miranda. Eu percebi isso. O olhinho brilhou até, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – *(Fala fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não sei se ele é muito mais novo, não, porque ele engana bem.

REQUERIMENTO DE 2012

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir a “Integração da Pesquisa e Extensão Rural”, com a participação dos seguintes convidados: Dr. Pedro Antônio Arraes Pereira – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Dr. Evair Vieira de Melo – Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA; Dr. Júlio Zoe – Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER; Dr. Mendes Ribeiro Filho – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Dr. Pepe Vargas – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA

Esse Requerimento é de minha autoria. Peço licença a V. Exa. para, mesmo como Presidente, propor essa audiência pública. Aliás, em conversa com o Presidente da Embrapa, ele sugeriu, para que a gente pudesse...

Hoje, há um conceito moderno de agricultura, a chamada integração da agricultura, floresta e também pecuária. Então, essa é hoje a ideia quando se consegue fazer o consorciamento ou consórcio, ou seja, quando se tem a pecuária, você pode fazer a integração de florestas e também de agricultura.

Então, acho importante isso. Vamos trazer aqui o pessoal da extensão rural porque há um problema também nessa coisa. A Embrapa, hoje, realiza muitas pesquisas de ponta, mas, lamentavelmente, o nosso sistema de extensão rural precisa de muito apoio, e é fundamental que você gere conhecimento, mas que este possa ir lá, na ponta, através dos extensionistas rurais. E, com esse conceito mais moderno de agricultura de integração, acho que essa audiência pública renderia resultados para o País, para a sociedade, sobretudo para os produtores rurais, e poderia ter um retorno muito grande em termos de aproveitamento. Queremos organizar isso mesmo da melhor maneira junto ao Ministério de Agricultura e de Desenvolvimento Agrário.

Esse é o requerimento para cuja aprovação peço apoio.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria não só endossar essa iniciativa de V. Ex^a, mas penso que, se V. Ex^a permitir, apenas uma sugestão: convidar também para essa audiência pública o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias. E por que o Osmar Dias? Porque é o agente financeiro, e as políticas públicas de financiamento são fundamentais, discutir tecnologia nova, tudo isso é ótimo, mas também depende de mecanismos financeiros. Então, se V. Ex^a entender por bem incluir o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil poderia ser uma boa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Acho que a sugestão de V. Ex^a é muito importante, procedente, e incluo de ofício, de imediato, o convite também ao ex-Senador, hoje Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil Osmar Dias, grande representante do Estado do Paraná.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Quero aproveitar a presença do nosso Relator

ITEM 7,

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.

Autoria: Senador Humberto Costa

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CAS, e será ainda apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator Senador Cyro Miranda, para proferir seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Moka.

Sras. e Srs. Senadores, este é o Projeto PLS 438, de 2011, do Senador Humberto Costa, e, como bem disse V. Ex^a, o objetivo é de criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.

De acordo com o Projeto, insere-se na Lei 7.802, de 11 de junho de 1989, o art. 14, “a”, para tipificar como crime as condutas de produzir, exportar, importar, vender, expor à venda ou ter agrotóxico em depósito sem prévio registro junto aos órgãos competentes,

com penas previstas à reclusão de 3 a 6 anos e multa. Sujeitam-se às mesmas penalidades aquele que falsifica, mistura, dilui ou, de qualquer forma, altera, sem autorização dos órgãos competentes, a composição original do agrotóxico, com o fim de obter vantagens econômicas e também aquele que oferece agrotóxico no exercício da atividade comercial para uso diversos do previsto em seu registro, ainda que alterando sua composição.

A proposta modifica o art. 1º da Lei 8.702, de 25 de julho de 1990, para considerar hediondo o crime previsto no art. 14, “a”, *caput* do parágrafo único, 1 e 2, da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989.

Antes de ser distribuída para a CRA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a proposição foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu parecer favorável, nos termos da Relatoria da Senadora Ana Amélia, que apresentou duas emendas. Posteriormente, o projeto seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será apreciado em decisão terminativa.

No âmbito da CRA, não foram apresentadas emendas à proposta.

Análise.

A apreciação da matéria pela Comissão de Agricultura se dá em obediência ao art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece os temas sobre os quais cabe manifestação desta Comissão.

Dessa forma, estabelecer procedimentos rigorosos e punições adequadas com o objetivo de coibir a produção e o comércio ilegal de agrotóxicos é medida das mais importantes para desonerar os pesados encargos que sobrecarregam o sistema de saúde e a previdência social, em razão de intoxicações e invalidez temporária ou permanente advindas de uso inadequado de agrotóxicos.

Não podemos esquecer também do agravamento da questão ambiental decorrente do uso abusivo dos agrotóxicos, sobretudo daqueles sem especificação ou que passaram por processo de adulteração ou manipulação sem critérios técnicos definidos, tornando-se impossível definir práticas que reduzam sua persistência no solo, na água e nas cadeias alimentares.

Nesse aspecto, o assunto é tão sensível que até os agrotóxicos de uso autorizado, quando usados sem observância das técnicas recomendadas, podem levar à redução do potencial dos recursos naturais no médio e no longo prazo, podendo gerar prejuízos incommensuráveis à biodiversidade.

O ponto fundamental da discussão é que sobre os danos dos agrotóxicos de uso autorizado se faz possível o controle, para o qual as medidas de capacitação do produtor rural e as campanhas de conscientização dos

consumidores contribuem decisivamente. Entretanto, tais medidas não surtem efeito contra as substâncias de uso não autorizado. Somente a fiscalização incessante e a aplicação de penalidades rigorosas podem coibir o uso dessas substâncias e assegurar para a população os direitos ao meio ambiente equilibrado e à alimentação saudável.

Dessa forma, finalizamos nossas considerações tornando claro que as alterações aprovadas na CAS são aperfeiçoamentos relevantes, a partir dos quais imprimimos nova emenda ao texto do projeto.

Voto.

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, com as Emendas nos 1 e 2 – CAS, e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 14-A.

Parágrafo único

III – vende agrotóxico sem o receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados;

IV – fornece receituário fraudulentamente, ainda que na condição de profissional legalmente habilitado.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Cyro Miranda concluiu pela aprovação do PLS nº 438, de 2011, nos termos das Emendas de nºs 1 e 2 na Comissão de Assuntos Sociais e com a Emenda nº 3.

Em discussão o projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu acho que o projeto é louvável. Realmente nós percebemos que há um contrabando, um tráfico de países vizinhos de substâncias tóxicas para uso agrícola de forma discriminada e isso é realmente vendido no Brasil, atrapalhando a nossa indústria nacional, a geração de emprego, de renda, de impostos e assim por diante.

No entanto, eu gostaria de fazer aqui uma reflexão. Eu tenho atendido o pessoal da Andef, pois está para sair uma consulta da Anvisa e eles têm se preocupado muito com relação a isso. A principal manifestação, Presidente Moka, é que há demora para se registrar

uma nova molécula aqui no Brasil: em média, um ano e pouco na agricultura, que vê as condições para o uso agrícola; mais um ano e tanto na Anvisa, que vê a nocividade à saúde; mais um ano e tanto no Ibama, que vê a nocividade ao meio ambiente. São cinco ou seis anos para se registrar um produto desses no Brasil. Assim, quando a molécula já está sendo usada em vários continentes e países, aumentando a produtividade e trazendo mais segurança, porque cada vez se evolui mais na segurança desses remédios utilizados nas plantações, no Brasil, demora-se todo esse tempo, ou seja, nós sempre vamos estar atrasados.

Então, a reflexão é neste sentido: de que nós precisamos cobrar dos órgãos responsáveis pelo registro, Cyro Miranda, mais agilidade, porque é inadmissível. Com a burocracia no Brasil isso incorpora no custo Brasil.

O resultado da nossa falta de competitividade, às vezes, com a Argentina é muito clara, Senadora Ana Amélia. A senhora é vizinha da Argentina, eu também, ali no Paraná, nós percebemos isso. O custo da produção na Argentina é muito mais barato, muito mais barato, por conta da agilidade nos processos de autorizações como essa, nos modais de transportes, e assim por diante.

É louvável o projeto, eu acho que nós temos que punir, sim, aqueles que agem à margem da lei e causam danos à saúde dos brasileiros, no entanto nós temos que pedir ao governo e às autoridades competentes que procedam com maior agilidade no registro dessas moléculas utilizadas nas nossas lavouras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É para discutir.

Eu tive a responsabilidade de relatar esse projeto na Casa, e retirei a questão, digamos, mais aguda, que era cadeia para criminalizar, na forma da lei, com algumas penalidades, o infrator.

Como disse o Senador Sergio Souza, nós examinamos já, no âmbito da Anvisa, a demora da Anvisa para liberar: dois anos. Mas aí um projeto da Senadora Kátia Abreu determinou também... Porque há um interesse comercial, Senador Sergio Souza, nesse aspecto.

De um lado, eu creio firmemente na existência de uma burocracia muito emperrada e cara para o Brasil, cara para o custo Brasil, que tira a competitividade.

Mas, por outro lado, o interesse comercial faz com que grandes laboratórios, os fabricantes comprem a patente, registrem a patente apenas para reserva de mercado. Eles não usam, eles ficam com ela, com o

registro guardado, para não usar para que não venha outro concorrente ocupar o espaço daquela faixa de mercado daquele produto específico, seja ele de uso veterinário, seja de uso para fertilizante ou para combate às pragas, defensivo agrícola ou de qualquer outra natureza.

O projeto da Senadora Kátia foi muito feliz, porque ela limita. Passados dois anos, não aplicado aquele registro, ele caduca. Porque ele não tinha fim, ele ficaria eternamente valendo. O detentor do registro ficaria, digamos, com reserva de mercado *ad aeternum*. Não teria nenhum limite.

O projeto da Senadora, aprovado, limita em dois anos, o que foi bom para a Anvisa, porque permitiu melhora e facilitação para a concorrência no mercado interno. Algumas indústrias brasileiras poderiam se valer disso. Então, tem esse aspecto, não é só burocracia.

Mas eu penso que é preciso, sim, cuidar da forma como nós estamos trabalhando – somos caros, como o senhor falou muito. A assimetria no Mercosul não é só com a Argentina. Hoje, um rolo de arame produzido no meu Estado, no Rio Grande do Sul, é vendido por 60% menos do que o preço no Uruguai. O próprio arame fabricado ali. Uma máquina agrícola fabricada no Rio Grande do Sul vale 60% menos na Argentina.

Quer dizer, não há como você estabelecer. E meu Estado está ali do lado de dois países de fronteira, o Uruguai e a Argentina. O Senador Moka é de um Estado que também tem duas fronteiras, com Paraguai e Bolívia.

Então é impossível você não aceitar que o agricultor faça tudo para ter condição de produzir com o menor custo. Só que isso tem reflexo sobre a situação da concorrência desses produtos. E também há o risco de um produto eventualmente ser proibido no Brasil e entrar contrabandeado.

Então, a lei é para isso, mas precisamos também agilizar os mecanismos de defesa e de eficiência das deliberações das autoridades competentes para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Relator Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Eu concordo plenamente com o Senador Sergio Souza e também com a Senadora Ana Amélia. Eu acho que existe um terceiro problema também aí. É o *lobby* daquelas empresas que não querem que sejam homologados aqueles produtos. Então nós teríamos que ter uma lei obrigando a Anvisa ou os órgãos competentes a ter um prazo limite, que seja de seis a oito meses, para homologar ou não aquele produto,

porque se deixar para a boa vontade deles, aquilo vão dois anos, três anos, e o prejuízo do mercado é muito grande. Então, tem o *lobby*, tem a sua questão, tem a questão de que a Senadora falou. Acho que poderíamos completar um projeto estabelecendo prazo, e a Anvisa, então, uma vez espremida, se tem poucos funcionários, vai procurar a saída que ela acha que seja a melhor. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Abriram uma CPI na Câmara acerca das companhias de telecom. Colheram as assinaturas ontem, deram-me essa informação. Tivemos uma audiência ontem, na CCT, também sobre telefonia móvel, mas estávamos na sabatina da Presidente da ANP, e não pude participar. Eu estava ao telefone contatando o Senador para que possamos ter quórum para votar esses projetos que não são terminativos. Queremos contribuir com a competência do Senador Waldemir Moka.

O projeto relatado pelo Senador Cyro Miranda, como já foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam, é de grande importância até porque sabemos que esses produtos são necessários para a sanidade dos produtos agrícolas. O que foi falado aqui, Senador Cyro, é acerca da demora na liberação das moléculas por parte da Anvisa. Lamentavelmente, o que se vê é que o Brasil está quase parando em relação à greve dos servidores públicos federais. Hoje, a Anvisa está em greve, a Anel está em greve.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os fiscais federais agropecuários.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso, os fiscais federais agropecuários estão em greve, a Polícia Rodoviária está em greve. Não sei quem está trabalhando. Fica mais fácil, ou menos difícil, verificarmos quais são os setores que estão trabalhando.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São vinte e sete órgãos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vinte e sete órgãos, Senadora Ana Amélia. V. Exa., além de competente, é bem informada.

Senadora Ana Amélia, fazemos oposição, e oposição construtiva, como faz V. Exa., como fazemos todos nós. Lá atrás, houve as benesses do Brasil grande, do Brasil da Opep, quando as coisas eram concedidas sem uma visão de futuro, tal como a fábula da cigarra e da formiga, e hoje estamos pagando aquilo que sabíamos que iria acontecer, que foi avisado. Então, os servidores que foram iludidos – iludidos! – pela possibilidade de terem realmente esses aumentos estão cobrando hoje aquele conto de fadas que lhes foram oferecidos àquela época. V. Exa. tem razão: pior do que oferecidos,

foram prometidos, talvez em um, eu diria, “estelionato eleitoral”. Vamos colocar entre aspas e grifado! Então, Estamos discutindo o projeto, Senador Moka, isso faz parte da discussão do projeto. V. Exa., que é um líder do Governo, tem que entender que, segundo o Senador Sérgio Souza disse há pouco, devem se liberar as autorizações para a produção. Não liberam a autorização porque o órgão não consegue, está em greve.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estão em greve.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Além de estar em greve, Senadora Ana Amélia, temos outro problema.

Eles estão sem estrutura. Por quê? Porque o Governo não repassa os recursos que são devidos aos órgãos. Então, a Aneel tem... O Senador Ivo Cassol chega estafado, mas chega a tempo, esbaforido. Então, o que nós estamos sentindo hoje é morte anunciada. Lamentavelmente, porque nós não queríamos isso para o Brasil. Hoje, o Jornal Nacional mostrou, devido a greve dos policiais rodoviários, a operação-padrão na Ponte Rio-Niterói: parou o Rio de Janeiro. Vai parar o Brasil inteiro.

Então, eu não sei aonde vamos parar. Quero dizer que o projeto é importante, vamos aprová-lo, mas vamos, sem sombra de dúvida, ver de que forma.

A notícia também diz que a Ministra Miriam Belchior já seta estudando uma forma de oferecer ao servidor público um aumento, para evitar a continuação dessa greve.

As universidades federais brasileiras estão em greve há 60 dias – 60 dias! Isso não pode acontecer em um país que quer se desenvolver e quer crescer, como todos nós queremos.

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas acrescentar a esse aspecto da Anvisa que eu, por exemplo, participei de várias audiências públicas, Senador Flexa Ribeiro, e essa questão da falta de recursos da agência reguladora, no caso da Anvisa, dos próprios fiscais federais agropecuários – que eu também acompanho muito essa atividade tão importante para a agropecuária brasileira –, muitos dos servidores estão em idade para se aposentar e isso, sem fazer concurso para a Anvisa, aumenta muito a ineficiência. Então, daqui a dois anos teremos um apagão também no âmbito da agência da saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que presta um relevante serviço ao País, assim como os fiscais federais agropecuários e tantas outras.

Mas veja só, o Governo não está se preparando para exatamente preencher, digamos, esse número de pessoas, como aconteceu no Banco Central, que

estão saindo por aposentadoria, mas o Governo não está tendo agilidade para preenchimento desses cargos. E quem sofre é a população, que depende desses serviços, ou o setor produtivo, que também depende desses serviços.

Então, é o que V. Exa. diz, da falta não só da questão de cumprir acordos, porque acordos existem para ser cumpridos – ontem nós vimos na votação do Código Florestal. Acordo é uma coisa séria, não precisa assinar, não precisa escrever; a palavra tem que ser cumprida. E nesse aspecto, não só os acordos têm que ser respeitados, as condições oferecidas também aplicadas, mas também as condições de trabalho para os funcionários, os servidores, seja das agências reguladoras, seja de outros órgãos, como os fiscais federais agropecuários.

Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador e meu amigo Flexa Ribeiro, eu quero dizer a V. Exa. que o Presidente tem todo o esforço para, mas estou pedindo a assinatura. Eu não posso colocar em votação sem o quórum, até porque, amanhã ou depois, virão cobrar da Presidência. Ainda faltam mais dois Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu não posso fazer isso. Lamentavelmente, eu vou suspender a discussão, a pauta está...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nós poderíamos ficar aqui discutindo a boa performance do Governo Federal até termos voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exa. pode ficar aqui a manhã inteira, eu conheço a...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Já seguindo um pouco a sugestão do Senador Flexa, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, nesta comissão, a Comissão de Agricultura, para fazer uma fala sobre as greves que estão acontecendo nos principais órgãos de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minuto, eu quero apenas prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, está suspensa a discussão. O projeto está retirado de pauta. O projeto que está em discussão, sobre a questão dos agrotóxicos, é do Senador Humberto Costa e o relator é o Senador Cyro

Miranda. Como não há quórum para deliberação, tenho que retirá-lo da pauta. Faço isso.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, ele não é terminativo, mas, mesmo assim, há uma exigência de quórum para deliberação.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu tenho acompanhado atentamente as greves da Anvisa, agora, a dos fiscais da Receita Federal, dos fiscais agropecuários do Brasil, e estão causando um verdadeiro caos. Acompanhei hoje, pela manhã, nos telejornais, por exemplo, a Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, está fechada, navios esperando aportar para poder embarcar. A cadeia da produção está comprometida. Por exemplo, a cadeia do frango, desde o produtor rural, que tem instalada na sua propriedade uma granja de frango, ele está tendo que ficar mais tempo com esse frango na sua propriedade a um custo maior, inclusive com uma crise de alimento para esse frango, pelos altos custos e aumentos das commodities. Depois, vai ao frigorífico. O frigorífico abate, tem dificuldade na certificação, que ocorre dentro do seu frigorífico pelos fiscais agropecuários federais. Depois, no porto, está tendo dificuldade no embarque.

Há uma determinação legal, Sr^a Presidente Ana Amélia, de que as greves, nesses casos, devem ser limitadas a 70% da paralisação dos funcionários e 30% têm que continuar, para manter o fluxo. Mas as greves estão indo um pouco além. Por exemplo, no meu Estado, o Paraná, a mensagem que nos chega é de que estão certificando tão somente 30%. Os outros 70% não estão certificando. No caso do frango, dos suínos, que são produtos perecíveis, isso tem um custo agregado de energia, de estoque da produção, que vem desde a cadeia, do início.

No caso do bovino, Senador Flexa, que tem muito lá no seu Estado, ele volta e solta no pasto. Mas, e o porco? O suíno? O frango? Realmente, está causando um transtorno a todo o Brasil.

Faço um apelo ao Governo para que sente à mesa com esses reivindicadores. Acho legítima a reivindicação dos setores, tanto agropecuário quanto da Receita Federal e também da Anvisa. No entanto, não pode comprometer o andamento deste País, a vida do cidadão.

Eu vi hoje, de manhã, em um telejornal, um cidadão chorando porque o caminhão dele está parado na aduana, no porto seco de Foz de Iguaçu, há dias. Ele não ganha nada por isso e tem que pagar a escola do filho, tem que pagar o alimento, o aluguel, a prestação

do caminhão. E aí? Como é que fica tudo isso? Então, temos que ter um pouco de responsabilidade.

Eu acho legítima a greve, louvo a decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu o direito ao funcionário público de greve. No entanto, tem que haver alguma coerência, gente. Não pode prejudicar um país por inteiro, prejudicar o cidadão, que não tem, às vezes, nada a ver com isso. Na verdade, ele está lá cumprindo o seu dia a dia. É um cidadão. Ele está lá no seu dia a dia, cumprindo as suas funções para o seu sustento próprio e da sua família, e aí vem uma greve como essa, que fere de morte a estabilidade familiar ou econômica desse cidadão. Nós temos que ter responsabilidade.

Repito, não sou contra a greve. Inclusive, recebi em meu gabinete, no meu Estado, vários fiscais agropecuários, com os quais tenho boas relações. No entanto, não pode prejudicar o produtor rural, que está lá, o alojamento do frango e do suíno, e está tendo prejuízo. Os frangos estão morrendo de fome. Estão enterrando os frangos na propriedade. Na cadeia do frigorífico, se parar um frigorífico de frango...

Em média, um frigorífico emprega duas mil pessoas. Duas mil pessoas são 2 mil famílias. O meu Estado tem dezenas de abatedouros de frangos, são mais de 100 mil pessoas empregadas na cadeia do suíno e da avicultura no Paraná. Agora, imaginem: 10% disso são dezenas de milhares de pessoas que ficarão desempregadas. É o que vai acontecer se não tomarmos uma atitude.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sr. Senador Sérgio Souza, não só o Porto de Paranaguá, mas o Porto de Itajaí também está com problemas sérios em função dessa paralisação, e, além dos efeitos sobre um cidadão, que chorou pelos prejuízos que está enfrentando, de que ele não é culpado, há também compromissos internacionais, porque, na exportação, você tem prazo para entregar os contratos, e aí o País perde em credibilidade por não estar cumprindo os contratos, porque ao importador não interessa se há ou não em greve, o problema é que ele quer receber o produto na hora acordada, e está no contrato. Então, além desse aspecto individual, há o aspecto internacional da relação comercial do Brasil como, hoje, um grande *player* no mercado internacional.

Penso como o senhor: a greve é legítima. O Governo está demorando muito para negociar com os comandos grevistas. São 300 mil servidores públicos hoje paralisados, como eu disse ao Senador Flexa, de 27 categorias e de órgãos diferentes do Governo Federal. Isso desde universidades, passando por Ibama, por Anvisa, por todos os órgãos fiscais federais agro-

pecuários, policiais rodoviários, até a Polícia Federal está na iminência de uma paralisação de delegados da Polícia Federal. Então, trata-se de uma situação em que o Governo tem que agir com muita rapidez para evitar prejuízos à população brasileira, e dentro dos limites que a lei determina em relação às greves dos servidores públicos federais.

Mais algum Senador deseja discutir a matéria? Estamos discutindo o projeto relacionado à questão da venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Como não temos ainda quórum para deliberação, vamos suspender, então, a discussão para, quando houver quórum, fazer a votação dessa matéria.

Não tendo conseguido quórum e dado que outras Comissões, a Comissão de Relações Exteriores, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação, têm reunião já agendada para as 10 horas, e não tendo conseguido quórum necessário de nove assinaturas de apoio para votar e deliberar, vamos cumprir rigorosamente o que determina o Regimento, suspendendo a reunião, encerrando a reunião com essa deliberação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Aproveitando o momento, antes de encerrar a reunião, por mais que não tenha a ver com agricultura, quero só fazer uma referência para os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado quanto ao que o *Jornal do Senado* traz na página 2: “Senado assina hoje protocolo para transmitir rádio e TV em Curitiba.” Então, vamos ter uma TV Senado e uma Rádio Senado em Curitiba logo. O convênio será assinado com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná hoje, às 11 horas, na sala da Presidência, com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Miguel Kfoury, e também do Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para que haja canal aberto de TV...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Canal aberto.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Porque hoje ela está em rede de cabo, não é?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é uma coisa importante. No Rio Grande do Sul, felizmente, graças a um acordo feito com a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa, também já

está em operação o canal aberto; se não me engano, é o canal 64. Mas não houve ainda, no caso do Rio Grande do Sul, a inauguração oficial, que nós queremos fazer, bastante festiva.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E a TV Senado é muito assistida.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É importante.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu ando no interior do meu Estado, aonde chega por canal fechado, através das parabólicas, que são muito comuns no interior do Estado do Paraná, e as pessoas comentam o quanto gostam de assistir à TV Senado, o quanto ela realmente é importante na vida.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É impressionante.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É impressionante realmente.

Em Curitiba vai ser o canal 20, um canal de fácil memorização. Tenho certeza que vai dar oportunidade ao cidadão de conhecer um pouco mais os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aproveitamos também para cumprimentar todos os integrantes da TV Senado, comandados pelo Fernando Cesar Mesquita, pelo trabalho que fazem. O Rio Grande do Sul deve ser o Estado com o maior índice de audiência da TV Senado, isso pelo interesse pelo que se faz e pelos retornos. Quando fazemos audiência pública é muito intensa a participação dos telespectadores do meu Estado do Rio Grande do Sul em relação às questões não só de agricultura, mas também em relação a outros temas que a Casa define.

Dada a questão de quórum, a próxima reunião deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) será no dia 30 de agosto. Então, todas as Sras. e os Srs. Senadores estão convidados para o próximo esforço concentrado.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2012.**

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Tomás Correia, Gim Argello, Cristovam Buarque, Sérgio Souza e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Presidência, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Requerimento n.º 27, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores: Eduardo Braga, Walter Pinheiro, Gim Argello, Sérgio Souza, Tomás Correia, Rodrigo Rollemberg e Anibal Diniz que requerem “...nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CMA, para debater e apresentar informações sobre a “Situação e qualidade do Serviço Móvel Pessoal – SMP, atuação e investimentos das Operadoras de Telefonia Móvel e as medidas adotadas pela Anatel, com convites às autoridades abaixo relacionadas, além de outras oportunamente indicadas e necessárias ao debate, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna. Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil e Senhora Juliana Pereira – Secretária da SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor”. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às quinze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sras. e Srs. Senadores, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Antes de darmos

início aos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada o *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, esta Comissão reúne-se de forma extraordinária no dia de hoje com item único na pauta, tendo em vista o assunto extremamente oportuno e pertinente, a nosso juízo, que é a telefonia móvel e as operadoras que sofreram sanções por parte da Anatel.

O requerimento, de autoria deste Senador que vos fala, do Senador Walter Pinheiro e de tantos quantos queiram subscrevê-lo, tem como objetivo a realização de audiência pública por esta Comissão para debater e apresentar informações sobre a situação e a qualidade do serviço móvel pessoal – SMP, atuação e investimento das operadoras de telefonia móvel e as medidas adotadas pela Anatel, com convites às autoridades abaixo relacionadas, além de outras oportunamente indicadas e necessárias ao debate. Havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna: Exmo. Sr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações; Exmo. Sr. João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Sr. Antonio Carlos Valente, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil.

Este requerimento, Srs. Senadores, nos dará oportunidade não apenas de ouvir o Sr. Ministro das Telecomunicações, o Presidente da Anatel bem como o representante das operadoras em pauta, mas de ouvirmos, nós Senadores, e mais uma vez cobramos das autoridades e também das operadoras respostas à demanda dos consumidores, demanda que estamos ouvindo todos os dias, todos os momentos seja pelas redes sociais, seja nas nossas bases, sejam em fóruns específicos sobre essa matéria, tendo em vista que o cidadão brasileiro, o povo brasileiro – já são mais de 210 milhões de telefones móveis no Brasil –, usuário da telefonia móvel vem sofrendo.

Posso dar um testemunho do Estado do Amazonas. Naquele Estado, a qualidade do serviço de telefonia móvel é deplorável não apenas na capital, mas no interior do Estado, onde eu diria a V. Exas. que a telefonia móvel presta um grande desserviço ao consumidor e ao usuário. Vendem o serviço de 3G para o interior do Estado do Amazonas, mas esse serviço, via de regra, se transforma em serviço de GSM, que pouco ou quase nunca funciona. E, nem por causa disso, deixam de cobrar o serviço mais caro do mundo em telefonia móvel, principalmente, Senador Gim Argello, no sistema pré-pago. O sistema pré-pago, que é aquele usado por aqueles mais humildes, pelos mais pobres, é

o mais caro que temos no mundo, com uma tarifa das mais caras do mundo, mas a qualidade muito aquém.

Nossa Comissão fez várias reuniões e várias ações no ano passado, junto ao Ministério das Comunicações, junto à Anatel. Fizemos audiências públicas em diversos Estados, colhemos uma série de informações que fortaleceram ações dos Procons. A própria Anatel se reuniu e discutiu planos de investimento, mas, lamentavelmente, 90, 180 dias após a aprovação desses planos de investimento por parte da Anatel, esses investimentos não se consolidaram.

Portanto, diante de uma medida acertada – extrema, mas acertada – por parte da Anatel, por parte do Ministério Público... E aqui é preciso reconhecer o protagonismo do Procon do Estado do Rio Grande do Sul, que, por primeiro, se manifestou, como organismo de proteção ao usuário, em defesa do consumidor, suspendendo a venda de *chips* no Estado do Rio Grande do Sul, sendo, logo a seguir, secundado pela Anatel, que adotou uma medida enérgica, em nível nacional, medida esta que gerou impacto nos valores das ações das respectivas empresas na Bolsa de Valores, bem como provocou impactos dos mais distintos.

Diria até que é importante esta audiência pública para que fique claro que nós estamos vigilantes para que não haja represálias. No Estado do Amazonas, logo a seguir à decisão da Anatel, Senadores, nós passamos praticamente 12 horas sem sistema de telefonia móvel. Há quem diga que isso por uma ação clara e nítida de represália por parte da iniciativa privada, que, no entanto, na realidade, é uma concessionária de serviço público; A telefonia móvel é uma concessão de serviço público!

Então, vamos à discussão.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Sérgio Souza e, logo em seguida, ao nosso Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, que bom que este requerimento partiu do Líder do Governo no Senado e do Líder do PT no Senado, convidando o Ministro das Comunicações, que é do PT, inclusive do meu Estado, o Ministro Paulo Bernardo!

Eu gostaria de ser, com muito orgulho, um dos signatários desse requerimento, até porque, Sr. Presidente, é inadmissível que nós estejamos vivendo no Brasil um verdadeiro apagão no sistema de telefonia móvel. Cidades do Brasil realmente param por horas. Recentemente, no Paraná, em Curitiba, ficamos quase que um dia inteiro sem telefonia móvel, e algumas operadoras, uma delas, inclusive, com nome parecido

ao do Senador que se senta à Mesa ao lado de V. Exa., que não tem mais condições...

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Só parecido.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim, só parecido, Senador Gim.

De verdade, gente, hoje, a maioria dos cidadãos brasileiros depende dos *smartphones* e dos *tablets*. Eles conversam com o mundo; eles trabalham nos aeroportos, sentados trabalhando com o auxílio dessas tecnologias, baixando arquivos, enviando dados, e, muitas vezes, não conseguem fazê-lo; vivem uma verdadeira agonia.

Eu pergunto a todos aqueles que estão nos assistindo e a vocês aqui presentes: quem já não perdeu a paciência com a telefonia móvel nos últimos tempos? É uma loucura! Dá vontade de jogar fora! Eu tenho dois aparelhos e, certas horas, nenhum deles funciona! Não funciona para fazer nem para receber ligações. Cai a ligação na metade. Aqui em Brasília, andando pelas ruas, numa quadra pega e, na outra, não pega. Você tem que esperar, porque cai o sinal a zero, para conseguir... Realmente, está uma tragédia essa situação no Brasil! É inadmissível! Isso impacta, inclusive, na economia do nosso País. Impacta no custo para o cidadão, tanto se ele paga por ligação quanto se ele paga por volume de dados. E o tempo dele? E a razão que ele perde?

Então, gostaria de parabenizar V. Exa., como Líder do Governo no Senado Federal, bem como ao Senador Walter Pinheiro, Líder do PT, por essa iniciativa. De fato, esta Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem no seu bojo a competência de discutir as telecomunicações, não é o local menos apropriado, como a nossa Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, que é a Comissão de Defesa do Consumidor... E, até, de repente, nós poderíamos fazer uma reunião conjunta da Comissão de Defesa do Consumidor, pois também é um problema do consumidor. Aliás, como disse V. Exa. Sr. Presidente, parabéns ao Procon do Rio Grande do Sul! O Procon é o órgão de defesa do consumidor brasileiro. De repente poderíamos até fazer isso de forma conjunta, porque temos realmente que dar uma solução.

Vi que algumas operadoras já anunciaram planos de investimentos de milhões de reais, centenas de milhões de reais, mas quando isso vai de fato ocorrer?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Precisa de bilhões de reais.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Precisam-se bilhões e não centenas de milhões. Parece que uma delas R\$400 milhões, agora para este semestre, de investimentos. Mas, isso é o suficiente?

Estamos lançando, nas cidades sedes de copa, nas capitais, já o 4G. Nós não temos um 3G que funcione, como vai ser o 4G?

Então, mais uma vez, parabéns a V. Ex^a! Espero que tenhamos um resultado positivo desta reunião na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu quero agradecer e endossar as palavras de V. Ex^a, além de acrescentar, aditar aos argumentos expostos por V. Ex^a o seguinte: a cobertura – aí falo um pouco pelo meu conhecimento como engenheiro eletricitista que sou – depende também do posicionamento e da distância das torres e das antenas nos perímetros urbanos e nas áreas rurais. Uma das soluções que poderia, no curto prazo, resolver definitivamente isso é a portabilidade da plataforma entre as antenas. Porque permitiram a portabilidade dos números, permitiram a portabilidade do consumidor entre operadoras, no entanto, nós não temos a portabilidade do sinal entre as diversas plataformas tecnológicas. Ou seja, aqui, sem nenhuma pretensão de denegrir ou atingir quem quer que seja, não tenho como sair de uma antena da Tim e ir para uma antena da Claro porque eu tenho um bloqueio na portabilidade do meu sinal de uma antena para outra. No entanto, se eu puder ter portabilidade entre os sinais, a melhoria de cobertura no Brasil será assustadora. Essa é uma questão tecnológica e uma questão de ciência e tecnologia. E é uma questão inteligente que resolverá rapidamente a questão do usuário. A questão do usuário pode ser resolvida rapidamente. É, portanto, uma questão que precisa ser debatida com o próprio Ministério, com a Anatel, com as próprias empresas, para que se possa imaginar uma solução como esta, porque o usuário, efetivamente, não aguenta mais tantas promessas de investimentos não cumpridas na totalidade ou em parte.

Ouçamos o nosso presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, o nosso Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Quero dar as boas-vindas a todos os Senadores nesse retorno do recesso e iniciar cumprimentando V. Ex^a, Senador Eduardo Braga, e o Senador Walter Pinheiro por esta feliz iniciativa de promover essa audiência pública para debater e para conhecer quais são os efetivos planos de melhorias, de investimentos das operadoras para garantir um serviço de boa qualidade.

Isso que o Senador Sérgio Souza descreveu aqui nós vivemos com uma regularidade infeliz. Quantas

vezes nós já tivemos vontade de descartar o celular, porque quando mais precisamos dele estamos sem sinal. Aqui, aqui na capital federal, muitas vezes estamos mudos, sem conseguir nos comunicar por falta de sinal, e isso tem sido recorrente.

Cumprimentando-o, eu quero fazer uma consulta a V. Ex^a. Eu também já apresentei, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, um requerimento na Comissão – deveremos ter a nossa primeira reunião deliberativa na semana que vem – sobre o mesmo tema, do ponto de vista dos consumidores, da defesa do consumidor. Isso porque todas essas questões que V. Ex^a acabou de referir, como, por exemplo, a portabilidade das torres, o compartilhamento das torres, a decisão de compartilhar ou não vai afetar diretamente o consumidor. Então, eu gostaria de consultar se V. Ex^a considera adequado realizarmos uma audiência pública conjunta, já que grande parte dos convidados são os mesmos. Eu apenas gostaria de acrescentar ao requerimento que V. Ex^a apresentou o nome da titular da recém-criada Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor. Aliás, quero cumprimentar o Governo brasileiro, o Governo da Presidenta Dilma, pela criação da Secretaria de Defesa do Consumidor no âmbito do Ministério da Justiça, o que mostra uma preocupação cada vez maior do Governo brasileiro na proteção ao consumidor.

Eu já havia consultado a Secretária Juliana, e ela realmente considerou extremamente importante a realização dessa audiência pública, se dispôs a estar presente e relatou que as operadoras são campeãs em número de reclamações de consumidores em todo o País. Então, eu gostaria de consultar V. Ex^a, porque se V. Ex^a considerar adequada a realização de audiência pública conjunta, eu já pediria que esse requerimento fosse de uma audiência pública conjunta e nós também já apresentariamos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, como audiência pública conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Rodrigo Rollemberg, é um prazer enorme podermos fazer essa audiência pública de forma conjunta e ampliada pela presença da Secretária Juliana, representando a Secretaria Nacional do Consumidor.

Eu queria, inclusive, antes de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador e Líder Gim Argello, dizer o seguinte: em conversa com nosso Ministro Paulo Bernardo, nós havíamos estabelecido o dia 8, portanto a próxima quarta-feira, tendo em vista o esforço concentrado que teremos na próxima quarta-feira, com ampla participação das Sr^{as} e Srs. Senadores aqui em Brasília entre os dias 7 e 9, para fazermos a audiência

pública, Presidente, por quê? Porque também foi dito à Nação brasileira que a Anatel, num prazo de 15 dias – isso foi dito lá atrás –, a princípio, disponibilizaria os primeiros projetos de investimento para acompanhamento, fiscalização e controle. Esses 15 dias, teoricamente, seriam iniciados a partir do dia 10 de agosto.

Portanto, nós ponderamos ao Sr. Ministro e ao Sr. Presidente da Anatel que nós no Senado, da CCT e, com certeza, da Comissão de Fiscalização e Controle, gostaríamos de fazer esse debate antes de termos esses projetos e esses planos aprovados pela Anatel para que nós possamos sugerir, contribuir e para que não se cometa, mais uma vez, o que aconteceu no ano passado, quando a nossa Comissão acompanhou a Anatel, projetos de investimentos foram aprovados pela Anatel, e lamentavelmente não foram cumpridos pelas empresas. O que houve foram multas pecuniárias que foram ajuizadas. Veja só, Senador Rollemberg: as empresas não cumpriam os investimentos estabelecidos, eram multadas, não recolhiam a multa, judicializavam os processos, e assim os processos iam sendo judicializados, iam se amontoando, e o mutuário, o usuário, o consumidor sendo desrespeitado a cada vez.

Portanto, não há de nossa parte nenhuma objeção, muito pelo contrário. Acatamos a sugestão de V. Exa. E acho que faremos uma audiência ampliada, conjunta, CCT e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, porque uma das alegações, por exemplo, das operadoras para o não cumprimento dos planos de investimentos apresentados, Senador Cristovam Buarque, no ano passado, foi a questão ambiental, dizendo que as Secretarias de Meio Ambiente municipais não concediam licenças ambientais para implantação das torres respectivas na área da melhoria da cobertura do sinal de frequência, tanto da telefonia móvel, quanto da banda larga móvel. Portanto, acho que é absolutamente pertinente a ação conjunta e a audiência pública conjunta entre a CCT e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Presidente e Líder Eduardo Braga.

Srs. Senadores, sejam todos muito bem-vindos do nosso recesso, senhores servidores, todos sejam todos muito bem-vindos. Vamos voltar a trabalhar num tema muito atual. Parabéns porque é um tema atual e temos que... Qual de nós já não teve uma conversa interrompida e logo depois criticou: “puxa, o serviço telefônico realmente não está funcionando”.

Então, essa boa vontade que todos nós tínhamos para com essas grandes companhias nacionais e estrangeiras que fazem esse serviço no Brasil – está-se

vendo aqui – deixou de existir, porque a reclamação é o dia todo. Todos os dias todo mundo reclama desse serviço que é feito pelas companhias telefônicas.

E agora parabenizar o Senador Eduardo Braga pela nossa Comissão e o Senador Rodrigo Rollemberg por essa ação em conjunto, que vai ser muito importante colocar o direito do consumidor aqui.

Tenho a informação, Senador Sérgio Souza – eu já tinha pedido, via meu gabinete, para a Anatel – de que, das reclamações do valor da conta telefônica do Paraná, das reclamações feitas, dos valores da conta do Paraná, em 90% delas o usuário, o consumidor tinha razão, estava-se cobrando a mais. Então, isso é outro tema que vai ser colocado aqui para a gente saber se é isso mesmo. A Anatel tem como aferir cada conta telefônica. Vamos saber se isso realmente está sendo cobrado a mais por essa companhia, por aquela companhia ou por todas as companhias. Vamos saber como o consumidor pode aferir esse valor também, porque para cobrar nunca vi faltar conta do serviço telefônico. Então, está na hora, realmente de dizer um chega, um basta para essas companhias e exigir um serviço melhor.

Parabéns ao nosso Líder Eduardo Braga, ao Líder Walter Pinheiro e a todos aqueles que subscreveram esse requerimento, porque é um tema atual e é um tema propício para estas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srs. e Sras. Senadores, eu queria...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra a V. Exa, eu queria aqui cumprimentar e saudar o nosso Senador Tomás Correia, suplente do nosso Senador Valdir Raupp.

Seja muito bem-vindo à nossa Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações do Senado. Tenho certeza de que, tal qual o nosso Senador e Presidente do PMDB, Valdir Raupp, V. Exa. estará atuante e presente à nossa Comissão. Portanto, seja muito bem-vindo, nobre Senador Tomás Correia.

Passo a palavra ao nosso Senador Aníbal Diniz, lá do nosso querido Estado do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Eduardo Braga.

Quero complementar a vossa saudação ao Senador Tomás Correia dizendo que ele estreou muito bem, porque eu estava na presidência da sessão aquele dia e ele já se pronunciou, já fez aparte, já começou assim com gosto de gás, e isso é muito bom para dar uma energização aqui aos nossos Senadores, principalmente quando entram assim com essa disposição para fazer muito em pouco tempo.

Senador Eduardo Braga, eu gostaria também de cumprimentá-lo, bem como ao Senador Walter Pinheiro, que é Líder da nossa Bancada aqui no Senado, pela proposição, que acho da mais absoluta oportunidade, e gostaria também de assinar conjuntamente esse requerimento para essa audiência pública, porque eu vejo que é um assunto que envolve praticamente todas as Unidades da Federação. Lá no Estado do Acre não é diferente, o número de reclamações é muito grande. Por onde a gente passa, em todos os Municípios sempre tem alguém que nos procura para apresentar algum tipo de reclamação em relação ao serviço de telefonia. E o momento se faz absolutamente oportuno, já que se anuncia um novo plano de investimento, mas é necessário que a gente tome conhecimento de quais os passos que estão sendo desenhados e, principalmente, que a gente possa também apresentar algumas sugestões. E como há disposição do Ministro Bernardo de estar conosco, acredito que essa proposição veio num momento muito oportuno, e por isso eu o cumprimento pela sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exa, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que se encontram e que sejam favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, até pela manifestação praticamente unânime dos Srs. Senadores.

Então, aprovado o requerimento de autoria de diversos Senadores da República, entre eles o Senador Walter Pinheiro, o Senador Anibal, o Senador Sérgio, o Senador Gim Argello, o Senador Eduardo Braga, portanto a grande maioria dos Senadores aqui presentes participando desse movimento que creio seja um movimento importante de defesa do consumidor e importante de uma infraestrutura da nossa competitividade industrial e do nosso custo Brasil, num momento em que o Brasil se esforça para fazer uma reversão do quadro de investimentos públicos e privados.

Não havendo...

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, quero saudar a todos neste momento de volta aos trabalhos.

Muito rapidamente, Sr. Presidente, quero registrar a importância da aprovação deste requerimento, não só pelo fato que já é, por si só, uma manifestação das mais importantes, e creio que até o Senador Cristovam estava aqui na Casa na época, mas, desde a época do chamado “caladão”, que tivemos logo após o processo de privatização do sistema de telecomu-

nicções, o Senado teve a iniciativa do debate. Eu até participei, como deputado, de diversos painéis aqui. Naquela época, a Anatel era conduzida pelo nosso saudoso Renato Guerreiro. De lá para cá, assistimos a uma série de coisas e, ao mesmo tempo, um nível de certa distância da Anatel no que diz respeito a adentrar o assunto.

Vários pontos são importantes para serem lembrados aqui, meu caro Senador Eduardo Braga. Por isso, acho que o debate é fundamental, até porque vivemos um cenário completamente novo. Agora está na mão das pessoas. Estamos falando de 250 milhões de *smartphones* ou de aparelhos celulares. Portanto, existe uma facilidade com que as pessoas acessam, o que também leva, cada vez mais, a um processo de questionamentos.

Por outro lado, há uma fragilidade de um sistema que cresce absurdamente, mas que não oferece as condições ideais de qualidade e funcionamento. Só que parece antagônico. Nós estamos falando de um setor que se desenvolveu bastante e que presta um bom serviço, mas, ao mesmo tempo, esse bom serviço não tem uma qualidade, fruto exatamente desse congestionamento de tráfego, ou dessa incapacidade de ofertar vias de circulação da informação. Se compararmos com uma estrutura rodoviária, para ficar mais fácil na cabeça das pessoas, o grande debate é que quem é o dono da estrada não pode ser dono dos carros.

E o debate deve ser principalmente sobre a questão da rede, sobre o compartilhamento de infraestrutura, sobre a questão de plataformas, Sr. Presidente, sobre a qual tenho insistido muito. E aqui, nesta Comissão, eu já apresentei propostas, projetos, como também já os apresentei ao próprio Ministro e à Anatel. Estou apresentando de novo uma outra proposição – para a qual, inclusive, gostaria de contar com a coautoria de V. Exa. –, que é para, de uma vez por todas, acabar com uma coisa que o mundo inteiro não tem. O Ministro Paulo Bernardo disse algo ontem, num encontro de que eu até participaria também, mas não foi possível participar. Eu até fiquei feliz porque eles fizeram um encontro para comemorar uma lei que nós aprovamos e que eles xingavam muito, a Lei do Audiovisual Brasileiro. Eu tive a oportunidade de ser um dos autores dela na Câmara e ser relator no Senado. Apanhamos tanto durante tantos anos, e ontem fizeram um congresso para festejar a chegada da lei. Uma coisa boa, não é?

Mas ontem o Ministro dizia o seguinte: que quer uma qualidade europeia. Legal! Nós temos inclusive duas operadoras... Aliás, três, porque a Oi também faz parceria hoje com uma empresa europeia.

Então, na realidade, nós temos uma situação que caminha para isto: na Europa não há mais código de

operadora, Sr. Presidente! Ninguém disca mais... Lá tem Vodafone, tem a própria Vivo com outro nome, que chamam Movistar, tem a Orange, tem Tim... Ninguém precisa ligar 14, ou 31, ou 21, ou 54, ou 61, ou 63, ou 69. Não tem nada disso! Isto aqui foi montado inclusive a partir de um grande debate que é a divisão do bolo. E a divisão do bolo se dá exatamente pela questão do uso de rede. Eu trafego pela minha e alugo a minha rede. Quem quiser passar pelo que eu já construir vai ter que me pagar mais do que eu cobro para os meus usuários. Isso está literalmente interligado à questão da qualidade. Nós falamos que, hoje, nós temos 250 milhões de aparelhos, mas não temos 250 milhões de brasileiros conectados à Internet. Está na mão, mas não está tão acessível assim.

Acho que é fundamental este debate para a gente adentrar esse mundo. Hoje é em escala. Então, não tem nenhuma novidade. Um operador de telecomunicações no Brasil está operando, também, nos grandes centros. Então, eles ganham em escala. O investimento dar-se-á também em escala, só que numa escala, agora, para atender uma demanda muito maior do que só num quintal ou numa determinada área.

Acho que é fundamental fazer este debate para poder promover outro *link*, o *link* de a gente resolver o problema da qualidade, mas, principalmente, resolver o problema do acesso a essa boa ferramenta desse novo tempo. Para a gente aplicar isso, Senador Cristovam, com maestria, na educação, na agricultura, na saúde, na segurança.

Nós temos que discutir a bancarização. O Governo está anunciando que vai topar a bancarização, permitir que todo mundo, pelo celular, tenha acesso, inclusive, aos programas sociais. Aí eu pergunto: como é que nós vamos fazer isso? Volto a repetir a velha história da estrada: a estrada é a mesma. Nós vamos aumentar o número de carros. Tem hora que vai engarrafar.

Acho que é importante este debate para que a gente, mesmo na volta do recesso, volte não com todo o gás, mas, pelo menos, com toda a voz e, de preferência, com todos os dados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nobre Senador Walter Pinheiro, eu gostaria de dizer que todos estamos de acordo de que este, talvez, seja um dos gargalos que temos hoje na nossa infraestrutura no País, infraestrutura que diz respeito, como bem disse o nosso Senador Walter Pinheiro, à educação, à questão do diagnóstico na saúde, à questão, inclusive de emissão de resultados de exames via Internet e o acesso a essa Internet através de telefones, de *smartphones* etc.

Portanto, quero cumprimentar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, as senhoras e senhores

aqui presentes, nossos companheiros da Comissão, na figura da nossa secretária da Comissão, a nossa querida Égli, e a todos aqui presentes, dizendo que iniciamos bem. Iniciamos apresentando algo que está em absoluta sintonia com a demanda da população brasileira e a demanda do consumidor de um importante serviço que o Brasil hoje dispõe. É preciso fazer com que esse serviço seja de qualidade e a um custo compatível com a modernização e com a evolução da economia brasileira.

Portanto, declaro encerrada esta sessão, convocando uma nova sessão para a próxima quarta-feira, em audiência pública conjunta, sobre o tema telefonia móvel e as sanções aplicadas às operadoras.

(Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 25ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (21ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (33ª REUNIÃO) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2012.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia oito de agosto de dois mil e doze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Alfredo Nascimento, Aníbal Diniz, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, João Capiberibe, Pedro Taques, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Sérgio Souza, Tomás Correia, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores membros. Comparecem à reunião os Senadores Eduardo Suplicy e José Pimentel, não membros das comissões. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, comunica a presença do Deputado Estadual, Ernani Polo AL/RS para acompanhar a reunião. Prosseguindo a Presidência submete

à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 27 de 2012-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Anibal Diniz, Gim Argello, Sérgio Souza e Tomás Correia, que requer “... nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater e apresentar informações sobre a “Situação e Qualidade do Serviço Móvel Pessoal – SMP, Atuação e Investimentos das Operadoras de Telefonia Móvel e as medidas adotadas pela Anatel”, com convites às autoridades abaixo relacionadas, além de outras oportunamente indicadas e necessárias ao debate, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna. • Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações • Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel • Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL e Senhora Juliana Pereira, Secretária da SENACOM – Secretaria Nacional do Consumidor”, e ao **Requerimento n.º 69 de 2012-CMA**, de autoria do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg que requer “..., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater recente decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de impedir temporariamente a venda chips e habilitação de novos celulares, tendo como convidados: - Ministro de Estado das Comunicações; - Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações; - Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; e - Secretária Nacional do Consumidor”. Comparecem à reunião os Senhores Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações - MiniCom; João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Eduardo Levy, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações - TELEBRASIL. A Senhora Juliana Pereira, Secretária da SENACOM – Secretaria Nacional do Consumidor justifica a ausência. O Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, submete à apreciação do plenário a participação do Senhor Mario Girasole, Vice-Presidente da TIM, como

expositor na presente Audiência Pública, com que todos concordam. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Sérgio Souza, Tomás Correia, Ricardo Ferreira, Vital do Rêgo e Eduardo Suplicy, não membro das Comissões. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, **Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e sete minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**, lavrássemos a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática conjunta com a 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ambas do Senado Federal da República.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião conjunta, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação das atas das últimas reuniões tanto da Comissão de Ciência e Tecnologia bem como da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nosso querido Senador Rodrigo Rollemberg, e, desde já, agradecer a presença, já compondo a Mesa, do nosso Ministro Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações. Quero cumprimentar o Sr. Ministro, agradecendo sua presença nesta nossa audiência num momento extremamente oportuno para debatermos um dos temas que mais frequentam a preocupação do cidadão brasileiro, do povo brasileiro.

Quero também já cumprimentar o nosso Presidente da Anatel, agradecendo da mesma forma sua presença e sua disponibilidade na audiência de hoje,

o nosso querido João Batista de Rezende, bem como saudar e cumprimentar o Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo da Telebrasil, aqui representando as operadoras do sistema.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação das referidas atas, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e seguem para o *Diário do Senado*.

Comunicados da Presidência.

Sras. e Srs. Senadores, esta Presidência fará, antes do início dos trabalhos para a audiência pública – pelo o que peço licença ao Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA –, um comunicado da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo seu Presidente, o Exmo. Sr. Deputado Estadual Barros Munhoz, encaminhou à Presidência do Senado Federal e a esta comissão, cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar e apurar a prática de irregularidades e de má qualidade na prestação de serviços por TV de assinatura.

O referido relatório encontra-se em posse da Secretaria da Comissão e à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores.

Já houve a composição da Mesa, nós gostaríamos de justificar, nesta oportunidade, querido Senador Rodrigo Rollemberg, a audiência da Sra. Juliana Pereira, Secretária Nacional do Consumidor, que encaminhou ofício a esta Presidência, lamentando não poder comparecer em virtude de estar sendo realizada, em Belo Horizonte, neste dia, reunião já previamente agendada com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Este evento é permanente na agenda do Ministério da Justiça com os órgãos e entidades que compõem o sistema.

Como o convite à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor partiu de uma sugestão de V. Exa. e ela já havia comunicado, faço questão de justificar a sua ausência.

Composta a Mesa, preliminarmente ao início da exposição pelos convidados, fará também esta comissão uma breve apresentação do seu relatório, que já foi distribuído para os membros desta comissão.

O primeiro semestre de 2012 foi profícuo em grandes debates e eventos para a comissão, assim como para a aprovação de um grande número de proposições, tais como PDSs, PLSs e PLCs e requerimentos.

Foram, ao todo, apreciados 388 proposições, sendo 342 projetos de decreto legislativo, 16 projetos de lei do Senado e 4 projetos de lei da Câmara, além de 26 requerimentos apresentados e deliberados.

De 19 reuniões realizadas pela CCT, dez foram em caráter deliberativo e nove foram em audiências públicas, além do seminário Caminhos para a Inovação, que aconteceu no mês de junho passado.

Das audiências públicas, os temas foram os mais diversos, mas, entre eles, a sensibilidade e serviços de telecomunicações para instruir o PLS 238/2008, o programa Proantar, licitação 4G e telefonia rural, mais uma iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, sob a coordenação do Ministro Paulo Bernardo, o Plano Nacional de Banda Larga para a região Norte, qualidade dos serviços de banda larga, marco legal do setor de informática, terras raras, Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e novo Código das Ciências para instruir o PLS 619, de 2012.

Por fim, também aprovamos, no âmbito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, 15 emendas, Sr. Ministro, sendo cinco delas de meta e dez de texto para apoiar o programa do Ministério de Comunicações e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Esse é um rápido resumo das nossas atividades no semestre. É importante registrar esses dados para fins de prestação de contas e também para divulgação de compromissos da CCT com relação a alguns assuntos da sua competência perante o Senado da República e em respeito ao cidadão brasileiro.

Feita essa apresentação sobre a atual audiência pública que ora se realiza, tem esta o objetivo de debater sobre a situação e a qualidade do Serviço Móvel Pessoal, SMP, atuação e investimentos das operadoras de telefonia móvel e as medidas adotadas pela Anatel, conforme Requerimento nºs 27, de 2012, da CCT, e 69, de 2012, da CMA, que oportunamente possibilitam a discussão sobre assunto de extrema repercussão e interesse para o nosso País.

Comumente esta Comissão realiza audiências públicas sobre questões ligadas ao setor de telecomunicações, inclusive relacionadas à qualidade dos serviços e discussões sobre citações de frequências, regulamentos e outros. Mas esta acontece em momento em que a sociedade clama por uma resposta em face da crítica qualidade dos serviços prestados.

Quero aqui, Sr. Ministro, prestar, por razões de justiça, um elogio público à permanente participação de V. Ex^a e da nova direção da Anatel no sentido de darmos prontas respostas a esse questionamento do cidadão brasileiro e do consumidor brasileiro desse sistema de telefonia.

É importante destacar a presença que as operadoras em atuação no Brasil exploram a prestação de serviços de telefonia móvel sob o regime de autorização pública, que, apesar de guardar uma menor rigidez e intervenção estatal do que o regime de concessão,

em nada afasta a responsabilidade sobre a qualidade dos serviços...

Essas empresas exploram serviços públicos e, como tal, devem atender aos interesses da sociedade com qualidade, presteza e preço adequado, investindo o quanto for necessário para isso. Porém, o que estamos conhecendo nos últimos anos é justamente uma situação contrária, já que é público e notório que vários problemas chegaram a níveis críticos que acabaram levando a Anatel a implementar uma medida cautelar que suspendeu a comercialização de novos acessos até que fossem apresentados planos de melhoria.

Aqui fica, Sr. Ministro, um reconhecimento desta Comissão pela pertinência da ação feita pela Anatel com relação a esta questão. O Estado do Amazonas, que tenho a honra de representar nesta Casa, enfrenta ainda uma situação mais grave quanto ao atendimento das prestadoras. E parece que todas as medidas implementadas, inclusive com as audiências públicas que foram realizadas com a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, não surtiram os efeitos pretendidos, ou pouco foram esses efeitos. Continuamos a enfrentar apagões, Sr. Ministro, Sr. Presidente da Anatel, em diversas cidades do Estado, inclusive na capital. E é inconcebível que em pleno ano de 2012 tal situação ainda perdure.

Aqui cabe talvez uma sugestão: que esta Casa, numa parceria de diversos Senadores – e aqui cabe destacar a participação permanente do Senador Walter Pinheiro –, ver a necessidade de estabelecimento de uma nova legislação sobre as antenas, quem sabe uma nova. E aqui estamos estudando uma nova Lei Geral de Antenas, em que esteja clara a obrigatoriedade do compartilhamento da plataforma tecnológica, mesmo aqui registrando, conforme já entendimento da consultoria técnica desta Comissão, que não há nenhum impedimento de que esse compartilhamento ocorra já, por uma decisão da Anatel já, que possa responder já às necessidades do usuário, do cidadão, fazendo com que haja obrigatoriedade do compartilhamento tecnológico e do compartilhamento das antenas. E limitação do número de usuários por antena, tendo em vista que o Brasil já possui um dos maiores mercados mundiais desse setor. Estamos às portas de eventos de grande repercussão como a Copa do Mundo, e as empresas devem entender que seu papel é preponderante para a estabilidade de várias outras situações e serviços, pois em tudo a comunicação móvel hoje se aplica.

Quero aqui destacar que recentemente, durante as Olimpíadas em Londres, Sr. Ministro, mesmo com um número bem menor de usuários por antena, nós tivemos atropelos no uso da telefonia móvel, e foram necessários inúmeros apelos para que se reduzisse

a utilização dos mecanismos de rede social para que os usuários pudessem ter acesso a esse importante instrumento. Portanto, essas sugestões e recomendações iniciais parecem extremamente pertinentes diante da boa vontade e da vontade política necessária estabelecida por V. Exa., pela Anatel e pela Presidente Dilma para que esse seja um serviço de qualidade, de excelência, que atenda à demanda do usuário e do cidadão brasileiro. Não é suficiente apenas anunciar investimentos, mas fazer com que a população, os usuários e a própria Anatel percebam a boa qualidade dos serviços. Se isso não está acontecendo, como é sabido, então deve ser repensado, seja pelas operadoras, seja pela Anatel, seja pelo Senado da República.

Feitas essas considerações iniciais, agradecendo mais uma vez ao nosso ministro pela presteza no atendimento a este convite, mais uma vez reconhecendo a decisão e a vontade política do Governo da Presidente Dilma e da administração de V. Exa. e da Anatel, anuncio que a participação, meu caro Presidente Rodrigo Rollemberg, dos brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela TV Senado diretamente nesta audiência pública poderá se dar pelo telefone 0800612211, pelo Twitter @alosenado, pelo Facebook .com/agenciasenado e pelo Alô Senado www.senado.gov.br/senado/alosenado, além, obviamente, dos canais de cada Senador aqui presente.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, indago do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle se quer fazer uso da palavra. Logo a seguir, passaremos a palavra ao Sr. Ministro, depois ouviremos o Presidente da Anatel e, por fim, o Sr. Eduardo Levi, que representa aqui a Telebrasil.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Eduardo Braga, cumprimento V. Exa., cumprimento o Ministro Paulo Bernardo, o Dr. João Rezende, Presidente da Anatel, Dr. Eduardo Levi, Diretor Executivo da Telebrasil, todos os Senadores aqui presente e todos os que nos honram com as suas presenças.

Registro a importância desta audiência pública conjunta da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Este tema tem gerado um interesse muito grande da população brasileira pelo que representa hoje a utilização deste serviço de telefonia celular no dia-a-dia do brasileiro. É importante registrar a relevância da decisão tomada pela Anatel de punir operadoras de telefonia celular, ainda que provisoriamente, no sentido de que elas pudessem garantir, apresentar um plano de investimentos que possa oferecer um servi-

ço de qualidade a todos os brasileiros; é importante registrar que medidas mais duras a serem tomadas pela Anatel já estavam sendo cobradas pelo Tribunal de Contas da União em diversos acórdãos desde o ano de 2006 e, portanto, essas medidas são corretas. Nós aplaudimos essas medidas, embora consideremos que elas tenham vindo tardiamente.

Preocupa-nos, de forma especial, a notícia veiculada pela imprensa nacional - aqui é importante a presença da Anatel para esclarecer de forma cristalina isso – que uma das operadoras de telefonia celular – a TIM – estaria derrubando de forma propositada os serviços para promover um faturamento maior.

É importante registrar que esse relatório preliminar da Anatel, divulgado pelos jornais, se refere à derrubada propositada de 8 milhões de ligações em apenas um dia, o que significa um faturamento extra, irregular, ilegal, de 4,3 milhões. Nós não estamos falando de pouca coisa. Se formos colocar isso por mês, dará mais de R\$120 milhões; anualmente isso significa quase um bilhão e meio de reais sacados de forma irregular do bolso dos consumidores brasileiros.

É importante registrar que, segundo dados da união Internacional de Telecomunicações, as despesas com telefonia celular hoje já representam 8% dos gastos do brasileiro. Portanto, estamos aqui a exigir medidas severas, rigorosas. Precisamos conhecer efetivamente o que, de fato, ocorreu. A Anatel precisa dizer formalmente ao Senado Federal quais são as conclusões desse relatório, quais são as medidas que estão sendo propostas, que devem ser extremamente rigorosas, para que possamos garantir um serviço de qualidade a todos os consumidores brasileiros e, sobretudo, o cumprimento da legislação brasileira opostas.

Portanto, entendendo extremamente oportuna esta audiência pública.

Cumprimento todos os presentes, tanto os representantes da iniciativa privada como o Ministro das Comunicações, bem como o representante da agência reguladora, para que o Senado tenha todas as informações, para que possa contribuir ao seu alcance no sentido de ampliar a infraestrutura tecnológica, melhorar o marco legal. Não podemos abrir mão de uma prestação de um serviço adequado a todos os consumidores brasileiros e o rigoroso cumprimento da legislação nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso querido Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg, é importante, Sr. Ministro, destacar efetivamente o que traz a esta Comissão o nosso Presidente Rollemberg sobre

uma matéria veiculada ontem pela *Folha de S.Paulo*, contendo informações sobre o relatório preliminar da Anatel, relatório esse que foi divulgado a partir de uma ação do Ministério Público do Estado do Paraná, aqui brilhantemente representado pelos Senadores do Paraná, inclusive pelo Senador Sérgio, aqui presente.

Essa informação trazida a partir da ação do Ministério Público, baseada numa informação preliminar da Anatel, precisa, obviamente, receber esclarecimentos. Em função disso, Sr. Ministro e Srs. Senadores, chega à mesa, meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, um ofício da empresa TIM, nos seguintes termos:

Comunico a V. Exa. que me encontro presente neste plenário e me coloco à disposição dos Exmos. Srs. Senadores desta Comissão e da Comissão de Controle e Fiscalização, presentes nesta audiência pública conjunta, para prestar esclarecimentos que se façam necessários.

Portanto, informo ao Plenário e aos Srs. Senadores, que o Vice-Presidente da TIM, Sr. Mario Gira-sole, está presente à nossa audiência e se colocando à disposição.

Se os Srs. Senadores concordarem e se acharem pertinente...

Ele está se colocando à disposição para prestar esclarecimentos por parte da empresa. No entanto, tenho certeza de que tanto o Sr. Ministro quanto o Sr. Presidente da Anatel, bem como o Sr. Eduardo Levi, abordarão esse tema, que é grave e necessita, portanto, de esclarecimentos. Como disse o Presidente da nossa Comissão de Fiscalização e Controle, o Senado da República estará aguardando as informações por parte do Ministério e da Anatel, bem como das empresas e da representação das operadoras, para que, na Comissão de Fiscalização e Controle possamos tomar as medidas necessárias.

Feitos esses esclarecimentos, eu passo a palavra, para a sua apresentação inicial, ao nosso querido Ministro Paulo Bernardo, que tem, portanto, o tempo necessário para a sua apresentação sobre um tema extremamente importante. Esperamos não só os esclarecimentos apresentados, bem como, desde já, com ansiedade, uma decisão que acreditamos seja da sua vontade, que é o compartilhamento dessas antenas, o compartilhamento dessa tecnologia, que poderia dar uma resposta imediata aos nossos usuários.

Com a palavra o nosso Ministro Paulo Bernardo, para a sua apresentação.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Braga; meus cumprimentos ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; cumprimento também os Senadores presentes; os convidados,

o Presidente da Anatel, Sr. João Rezende, Presidente do SindiTeleBrasil, Eduardo Levy.

Quero dizer, Presidente, que consideramos uma obrigação estar aqui dialogando com o Senado. Ontem, houve uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, o Presidente da Anatel esteve lá, na verdade, eu não fui convidado, portanto, acompanhei a distância, mas evidente que temos interesse em discutir isso com o Congresso. Esses temas são extremamente importante e estão no centro daquilo que nós consideramos a missão do Ministério das Comunicações. Consideramos que a Anatel, como agência reguladora do setor e fiscalizadora, tem também não só a missão, mas engajamento de trabalhar nessas questões.

O principal, na nossa visão, é que temos que continuar facilitando a expansão dos serviços de telecomunicação. Hoje esses serviços são absolutamente essenciais. O celular, cada vez mais, é uma estação de trabalho, seja para altos executivos de empresas, seja para as pessoas mais simples. Você pode passar hoje na rua e encontrar lá um carrinho de alguém que trabalha com material reciclado e tem lá o número de celular dele para fazer contato. Cada vez mais as pessoas precisam desses equipamentos, desses dispositivos. Isso virou uma rotina. Então quando nós temos problemas no atendimento significa problemas que atingem a milhões de pessoas.

Hoje nós temos 256 milhões de linhas ativas de celular no País, significa aproximadamente 1,3 aparelho para cada habitante, quer dizer, temos aí, de fato, algo que merece a atenção cotidiana. A nossa visão, Presidente, é que ainda tem muito espaço para o crescimento do uso dessas tecnologias. É claro que o celular, a partir de um certo momento, vai começar a estabilizar porque muita gente usa mais de um aparelho, eu mesmo faço isso, mas a tendência é estabilizar. Mas começamos apenas, Ministro Alfredo Nascimento, Senador – satisfação! –, uma nova frente que está sendo aberta, que é a conexão entre máquinas, a chamada Internet das coisas. No ano passado, tínhamos 8 milhões de dispositivos como esse conectado no Brasil. A nossa estimativa é chegar a 2020 com aproximadamente 1 bilhão de dispositivos. Então, com certeza, ainda vai avançar muito.

A nossa visão é que nós teremos um crescente uso da Internet. No ano passado, nós tivemos um crescimento de 78% do uso de Internet no Brasil. A Internet móvel cresceu 103%, essa que a gente usa no *tablet*, no celular. A Internet fixa cresceu 21%. Nós saímos de 27% de domicílios dotados de Internet, em 2010, para 38%, em 2011. Estamos projetando atingir perto de 50% neste ano de 2012 e chegar a 70% de

domicílios com Internet em 2014. É uma meta que está programada no Plano Plurianual para 2015, mas nós a estamos reprojando, seguros de que vamos atingir essa meta ainda em 2014. Isso vai colocar para o Governo – já tenho conversado com o Senador Eduardo Braga e com outros parlamentares, como o Senador Walter Pinheiro – o desafio de traçarmos um plano para buscar a universalização do uso de Internet e das tecnologias de informação e de comunicação nos próximos anos.

Então, a questão da qualidade é absolutamente importante. Queremos aumentar a qualidade e aumentar a velocidade da Internet. Isso está acontecendo, mas achamos que é preciso ser feito mais ainda.

A Anatel, no ano passado, votou o regulamento para definir os critérios de qualidade na Internet. Isso passa a vigorar a partir do final de outubro deste ano. Portanto, a Anatel, evidentemente, está se preparando para fazer a fiscalização.

Há muitas queixas. O usuário contrata seu plano a uma velocidade x, e há uma cláusula no contrato, com letrinha pequena, dizendo que a empresa se compromete a oferecer pelo menos 10%. Isso não vai ser mais possível, porque, a partir da entrada em vigor do regulamento, a velocidade mínima pontual vai ser de 40% e, na média, de 60%, e isso é crescente nos próximos três anos. Dessa maneira, haverá uma migração, com certeza, para um serviço de maior qualidade que vai ser proposto.

Eu queria dizer, Senador, que nós também precisamos agradecer ao Congresso Nacional o apoio que nos tem dado. Este Senado, ontem, aprovou a Medida Provisória nº 563. Aprovou também a Medida Provisória nº 564, mas não havia assuntos das comunicações lá dentro. Na Medida Provisória nº 563, havia um dispositivo importantíssimo – o Senador Walter Pinheiro sabe –, que era a instituição do Regime Especial para o Plano Nacional de Banda Larga, que, na prática, tira os tributos federais para a construção de redes de telecomunicações. O objetivo é acelerar os investimentos em infraestrutura, o que considero que é o principal desafio para melhorar telefonia fixa, telefonia móvel, Internet, TV por assinatura. O Congresso aprovou isso. Até onde sei, não houve modificação, não houve emenda sobre isso. Isso foi feito nesse artigo, na instituição do Regime.

Mas, no Congresso, Câmara e Senado – não tenho aqui, de pronto, quem foram os autores das emendas –, foram incluídas emendas que também trouxeram outros benefícios. Por exemplo, a Internet e a telefonia rural – o Senador Sérgio sabe que isso é muito importante para o País –, na verdade, tiveram zerados os tributos federais. Isso é extremamente

importante. Tenho conversado com o Ministro Guido Mantega. Como essa emenda não estava no projeto original do Governo, estamos fazendo um trabalho de convencimento, no sentido de que é importante haver a sanção, para convenceremos a nossa Presidenta Dilma de que é importante sancionar com essa desoneração. Isso significa que não haverá tributos federais para a Internet e para a telefonia rural.

Da mesma forma, as conexões M2M, máquina-máquina, que estão começando – falei que, no ano passado, havia oito milhões –, tiveram a taxa de fiscalização reduzida para 33%, um terço do que paga um celular. Na prática, hoje, você põe um dispositivo conectando uma câmera de segurança ou um ônibus na pista, na cidade, na estrada, na rodovia, e se paga a mesma taxa de fiscalização que se pagaria por um celular convencional. Quer dizer, o Congresso – primeiro, a Câmara e, depois, o Senado – reduziu isso para um terço.

As emendas incluíram os *smartphones*, esses aparelhos que a gente usa para fazer conexão com a Internet, na Lei do Bem, um grande benefício. Por quê? Na verdade, um benefício para o consumidor: vai baratear o preço, assim como aconteceu com os computadores. E também os roteadores digitais, esses aparelhos que se usam para conexão doméstica, para fazer a recepção do sinal e a distribuição dentro da residência, foram incluídos na Lei do Bem. E ainda há crédito da Sistel para projetos estratégicos a serem definidos pelo Governo. Portanto, o Congresso tem dado importante colaboração, além de fiscalizar, além de cobrar, além de fazer o papel que é também inerente ao trabalho desta Casa, tem nos ajudado, assessorado, tem nos apoiado, incentivado e, com certeza, esta medida provisória vai ser um marco em termos de avanço na construção de redes.

Com relação às questões mais candentes que estamos enfrentando, a visão do Ministério das Comunicações é muito tranquila. Desde o início, nós apoiamos todas as medidas que a Anatel adotou, achamos que elas foram adequadas. Por exemplo, a questão da suspensão das vendas. Apesar de ser uma medida dura, severa, uma medida até drástica, e considero que não é uma medida para ser utilizada a todo dia, todas elas eram importantes, necessárias. Na verdade, foram adotadas depois de várias e várias tratativas da Anatel com as empresas, depois de vários alertas de fiscalização, de multas, de uma série de ações prévias. Mas se chegou a um ponto em que se avolumavam tantas ocorrências que a Anatel tinha que tomar uma providência. E considero que essa medida vai servir como um freio de arrumação, quer dizer, um marco para nós restabelecermos uma relação em que, com

certeza, teremos a Anatel muito mais presente no dia a dia. Nós estamos fazendo um trabalho para dotar de condições, para fazer fiscalização, sistema, tudo isso e, portanto, achamos que é importante.

Outra coisa que precisamos fazer, além de incentivar os investimentos, como estamos fazendo, é melhorar o ambiente regulatório. E também estamos fazendo. Como disse, fizemos a votação do regulamento de qualidade. Nós fizemos a regulação da TV por assinatura, que foi votada por este Congresso, que também vai ser importante para o avanço da banda larga; fizemos a votação de relatórios e regulamentos importantes. Agora, por exemplo, foi votado o regulamento que vai determinar regras de exploração de linhas industriais, linhas no atacado. Quer dizer, a relação entre as empresas passa a valer no próximo mês. Acho que, em setembro, passa a valer esse regulamento que foi aprovado.

Além disso, nós temos colocado para a Anatel – aí eu acho que é uma coisa que o Governo estabelece política pública – a necessidade de haver um regulamento que obrigue o compartilhamento da infraestrutura. Aquilo que disse o Senador Eduardo Braga é a forma como nós também estamos vendo. E a Anatel se prepara para votar um regulamento chamado PGMC – Plano Geral de Metas de Competição, que vai, entre outras coisas, determinar a obrigatoriedade do compartilhamento da infraestrutura.

O Brasil tem dimensões continentais e não é razoável que a competição entre as empresas obrigue a que cada uma tenha a sua rede nacional, até porque isso não vai ser feito. As empresas, normalmente, concentram os esforços nas grandes regiões metropolitanas. Em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, há vários concorrentes participando, mas, quando se vai para o interior, onde há menos gente e o poder aquisitivo é menor, nós temos grandes dificuldades. Então, deve-se fazer o compartilhamento. Isso significa uma obrigação que vai ser imposta ao setor, e nós vamos, evidentemente, a partir daí, fazer a fiscalização.

Uma coisa que nós também estamos preparando, Senador, é esta minuta de lei geral de antenas. E fui procurado pelo Senador Vital do Rêgo, que tem um anteprojeto, e hoje fiquei sabendo que V. Ex.^a também tem um anteprojeto. O que eu disse para o Senador Vital do Rêgo, e repito para V. Exa., é que o Governo não tem problema nenhum quanto a isso, nós não precisamos ser os autores, iniciadores do projeto. Se houver um projeto e nós tivermos disposição dos Senadores para discutir os termos, nós podemos apoiar o projeto de V. Exas. Parece-me que seria interessante haver um compartilhamento de autoria, senão ficará

difícil termos... O Senador Vital do Rêgo tem nossa total estima, e o Senador Eduardo Braga. Nós precisamos ter um compartilhamento dessa autoria. Mas eu acho que essa questão da lei das antenas, a lei federal, pode não resolver todas as questões, porque os Municípios têm autonomia constitucional para fazer a lei relativa ao plano diretor.

Mas, primeiro, só há 260 Municípios que têm lei de antenas, o restante não tem. De maneira que, se nós tivermos uma lei federal, com certeza, ela vai valer para essa parte que não regulamentou ainda. É bem verdade que quem tem lei são os grandes Municípios. Então, uma grande parcela da população está aí. São Paulo tem, Rio tem, e outros, Campinas, Porto Alegre. Mas eu acho que a lei federal também pode estabelecer um parâmetro de negociação, parâmetro para conversarmos com os Municípios e procurarmos aproximar as posições, e sem contar com uma coisa: no que tange a telecomunicações, a regulação, a legislação é competência da União. Portanto, se fizermos uma lei, as leis municipais que tratem desse assunto ficarão invalidadas nessa parte, não na questão do plano diretor, porque aí, de fato, a primazia é do Município. Então, acho que poderíamos tratar conjuntamente, como temos feito em parcerias sobre outras questões. Nós gostaríamos de cooperar com o Senado e com a Câmara, para avançar nisso.

Também estamos preparando um decreto que vai regular o direito de passagem. Hoje há muita dificuldade para, por exemplo, uma empresa de telecomunicações se relacionar com uma empresa do setor elétrico. Por quê? Porque as empresas que têm a infraestrutura, têm um poste, têm um duto, criam dificuldades para que as outras passem. E há, ainda por cima, tratamento muito diferenciado, muito desigual. É muito comum nós ouvirmos que uma empresa, na mesma cidade, paga R\$1,50 para passar um fio no poste e outra paga R\$12,00. Então, tem que haver uma regulação, e nós temos que envolver a Aneel nisso. O preço tem que ser isonômico. Não é razoável que uma pague oito vezes, às vezes até mais, do que a outra está pagando nesse período.

Então, de maneira geral, eu queria dizer que nós apoiamos as ações da Anatel. Nós achamos que precisamos avançar nessas questões regulatórias e vamos ter um trabalho permanente, de um lado, incentivando as empresas para que elas avancem e façam o seu trabalho; de outro lado, cobrando qualidade, cobrando melhor atendimento do usuário, do consumidor.

O setor é um setor de peso. Só na telefonia móvel, no ano passado, o faturamento foi de R\$80 bilhões. Quer dizer, não é um setor pequeno, tem uma concorrência acirrada, tem uma disputa enorme, mas é um

faturamento que cresce 10% ao ano. Estou falando só da móvel. Se for do setor inteiro, com certeza, passou de R\$200 bilhões de faturamento no ano passado.

Nós temos necessidade de investimentos maiores. A média dos investimentos, nos últimos anos, tem sido de R\$17 bilhões, mas, no ano passado, houve um avanço e tivemos R\$21,7 bilhões de investimento.

Eu acho que é um crescimento auspicioso, mas, com certeza, nós ainda precisamos avançar e temos expectativa de que, com as medidas aprovadas ontem por este Senado da República, nós temos condições de avançar muito mais no investimento. O mercado está demandando.

No ano passado, por exemplo, a telefonia móvel cresceu 19%. Para este ano, há no projeto um crescimento em torno de 15%. Portanto, desculpem-me as empresas, elas não têm razão para reclamar. Acho que nós temos que avançar, nós temos que ter qualidade, o consumidor tem que ser respeitado, tem que ser tratado como o que ele é, que é quem paga a conta; o consumidor tem que ser tratado muito bem nessa relação, e eu acho que isso é uma coisa que nós temos que cobrar sempre. Sei que o Senado é muito zeloso nisso. A Câmara dos Deputados é muito zelosa nisso e também o Ministério das Comunicações o será.

Eu encerro por aqui, Presidente, para me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecemos ao nosso querido Ministro Paulo Bernardo pela sua participação e esclarecimentos. Quero registrar a presença do Deputado Estadual Ernani Pólo, do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão da Agricultura, Pecuária e Cooperativismo e Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Telefonia. Seja muito bem-vindo!

E quero, aqui, inclusive, Ministro, prestar uma homenagem ao Procon do Rio Grande do Sul, que teve uma atitude de protagonista nessa questão.

Quero, mais uma vez, registrar aos nossos telespectadores os telefones 0800612211 para participação através dos canais de interatividade do Senado com esta audiência pública, bem como o Twitter @aloSenado e o Facebook.com/agenciasenado, para que possamos participar interativamente com a população nesta audiência pública.

Passo a palavra ao nosso Presidente da Anatel, registrando que ficamos muito felizes em ter ouvido do Sr. Ministro o que ouvimos com relação ao compartilhamento das antenas. Creio que essa obrigatoriedade, Presidente João Rezende, poderá vir a partir do que anunciou o nosso Ministro, mas, desde já, não

há impedimento para que as empresas possam iniciar esse compartilhamento.

Acredito, Sr. Levy, que seria talvez de bom alvitre a demonstração de um avanço importante: o compartilhamento, independentemente já da aprovação por parte da Anatel da obrigatoriedade. Porque nada impede, do ponto de vista legal, esse compartilhamento, que daria uma resposta importante e imediata ao consumidor. Mas as colocações aqui apresentadas pelo querido Ministro Paulo Bernardo nos animam a todos, pela vontade política e pela decisão do Governo da Presidenta Dilma de fazer o enfrentamento necessário para melhoria da qualidade desses serviços.

Com a palavra o nosso querido Presidente da Anatel, Dr. João Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Primeiramente, bom dia a todos. Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga; Senador Sérgio Souza; Eduardo Levy, do Sinditelebrasil; Ministro Paulo Bernardo.

Com prazer que voltamos a esta Casa. Estive aqui em outras oportunidades. Ontem, estive na Câmara debatendo com a Comissão de Ciência e Tecnologia. E estamos sempre à disposição do Senado e da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários em relação tanto à atuação da Agência, quanto em relação às medidas que nós estamos tomando em várias frentes no sentido de modernizar a Agência para buscar uma melhoria contínua nos serviços e que as empresas observem bastante a questão da qualidade dos serviços prestados aos usuários.

O setor de telecom que tinha até 10 anos atrás perto de três milhões de linhas de celulares, hoje tem 256 milhões *chips* sendo vendidos no mercado. Isso, evidentemente, cria um mercado de massa massificado importante. A TV por assinatura vai fechar este ano por volta de 17 milhões de novos assinantes. E a banda larga crescendo. Isso exige, de fato, uma atuação muito mais competente da Agência, uma atuação mais focada e mais direcionada para a melhoria contínua do atendimento ao usuário.

Nós, desde o último ano, de um ano para cá, vimos preocupados com a questão da qualidade; tanto que nós vimos estudando há um ano a situação das principais operadoras brasileiras no tocante ao quesito “queda de chamada” e “interrupção de chamada”. Para os senhores terem uma ideia, o *call center* da Agência recebe, anualmente, perto de seis milhões de reclamações referentes às empresas. Muitas vezes, o usuário procura o atendimento dos *call centers* das empresas e as empresas não dão o atendimento devido. E eles têm tanto a ouvidoria como o *call center* da Anatel para fazer suas reclamações. Então, nós vimos acompanhando isso e, evidentemente, é uma preocupação

constante da Agência de que as empresas procurem compatibilizar a sua expansão de venda, que é importante para o mercado consumidor, que é importante para a economia, com o crescimento também, com investimento em infraestrutura e investimento em rede.

Nós tivemos, agora em julho, uma medida que considero drástica, do ponto de vista econômico, que é uma intervenção na economia, uma intervenção no sistema de vendas, mas nós não tínhamos outras alternativas a não ser fazer essa paralisação do processo de venda das empresas. É importante dizer que o processo de multas da Anatel continua; nós abrimos processos administrativos, multamos as empresas e esse processo de paralisação de venda não é diretamente uma sanção em termos pecuniários, mas é um alerta às empresas para que cuidem da qualidade.

Como eu coloquei, nós vimos acompanhando com preocupação, nós últimos 12 meses, os indicadores do não completamento e queda de chamadas, fazendo um pente fino nesse processo, buscando evidentemente os indicadores que mostrassem o que realmente estava acontecendo em relação ao não completamento de chamada e interrupção de chamada. É muito importante dizer que nós já vínhamos trabalhando, há um ano, em cima desses dados e em cima desse relatório. E descobrimos, de fato, que se a Agência não tomasse uma providência, isso poderia tomar proporções que nós poderíamos não recuperar lá na frente. Até porque nós temos a quarta geração para entrar em vigor, que é 4G. Já há alguns investimentos programados para o ano que vem, na Copa das Confederações e, depois, na Copa do Mundo.

Então, eu acho que a Agência tomou a medida na hora certa no sentido de projetar conjuntamente com as empresas um investimento para os próximos dois anos, um investimento para que haja garantia de qualidade e os grandes eventos que teremos daqui para frente não sejam comprometidos com falta de investimento em rede.

Nesse processo da Anatel, nós pegamos a empresa com pior desempenho em todos os Estados da Federação em relação às demais e tomamos a medida de paralisação das empresas, uma por Estado. É importante dizer, pois existem até alguns questionamentos, por que não paramos todas. Porque nós deixaríamos o consumidor sem opção. Não seria uma boa medida parar todas as empresas porque não haveria opção para o consumidor. Nós preferimos adotar, inclusive, um despacho do juiz em que uma das empresas entrou com solicitação de interrupção de venda colocou que a decisão da Anatel foi acertada no sentido de parar uma empresa por Estado para não deixar o consumidor sem opção de comprar. Porque, evidentemente, se

você parasse todas seria mais fácil os consumidores quererem importar *chips* de outros países da América Latina. Então, seria ruim essa decisão de parar todas.

Eu acho que na paralisação do Procon no Rio Grande do Sul aconteceu isso, parou Porto Alegre, e as pessoas iam na cidade do lado comprar *chips* porque as pessoas querem o produto. Então, a nossa medida foi no sentido de parar uma empresa por Estado.

Aí decidimos, então, já foi divulgada essa questão. A TIM nós paralisamos em 19 Estados; a Claro em três; e a Oi, em cinco Estados – fizemos a paralisação de vendas. Sendo que a Vivo, a CTBC e Sercomtel também se comprometeram a apresentar um plano de investimento para a Agência para que nós déssemos uma retomada nesse debate e, principalmente, na discussão com as empresas dos diagnósticos e dos problemas que acho que já estão surgindo – problemas a partir desses debates.

Acho que a questão das antenas, a questão do compartilhamento são questões muito importantes e nós acreditamos que possamos resolver.

Nós pedimos às empresas que apresentassem, como exigência da Anatel, indicadores – entrou uma atualização automática aí – sobre vários pontos que nós consideramos fundamentais. Primeiro, os parâmetros de rede.

Nós estamos muito preocupados com congestionamentos de redes, com problemas de bloqueios de chamada, com congestionamentos das rotas de longa distância e, principalmente, com taxas de queda nas chamadas de vozes e conexões de dados. Quer dizer, exigimos que as empresas apresentassem um diagnóstico sobre isso e também uma proposta para a resolução dos problemas.

Mas também isso só não seria o suficiente, mexermos só com a questão da rede. Nós também queremos acompanhar como anda a taxa de reclamação nos *call centers* das prestadoras e também – aí já é um dado que a Anatel tem – a taxa de reclamação dos usuários da Anatel. Nós pedimos esses dados e queremos uma diminuição permanente das reclamações tanto dos *call centers* das empresas quanto do *site* da agência.

Também pedimos que as empresas apresentassem – e nós também temos como checar isto, estamos validando estes dados, estamos acompanhando isto – os índices de interrupção do serviço celular. Quais são os principais motivos dessas quedas, principalmente motivos relacionados à questão da rede. E pedimos também uma visão dos investimentos que as empresas vão fazer no triênio 2012 a 2014, para checarmos inclusive como estão as propostas de investimento na questão do 4G para os grandes eventos.

Então, nós estamos acompanhando essa questão. Portanto, a antecipação da exigência da Anatel em relação a esse plano é que se prevê também esse investimento para os próximos dois anos.

No tocante ao investimento – e é bom dizer isto –, que as empresas apresentem, então, quanto elas pretendem investir no próximo triênio, que vai de 2012 a 2014, perto de R\$20 bilhões.

Nós achamos que a medida cautelar da Anatel – é importante colocar isto – vai fazer com que as empresas ou façam investimentos adicionais, ou antecipem investimentos, ou façam remanejamentos, porque a agência não tem como determinar o valor de investimento das empresas. O que nós queremos é que resolvam os problemas urgentes nessa questão.

Então, nós estamos exigindo e pedimos a projeção do investimento para solucionar esses problemas que nós apontamos em relação à questão das operadoras e o investimento de rede.

O que nós vamos trabalhar a partir de agora? Vamos fazer um monitoramento trimestral em todas as unidades da Federação, Município por Município, essa situação das redes. Nós vamos acompanhar, em relação àquelas questões que nós pedimos para as empresas, taxas de acesso à rede, taxa de queda de chamada, congestionamento de longa distância, níveis de bloqueio, como anda o atendimento na taxa de reclamação das prestadoras. E evidentemente que nós vamos acompanhar trimestralmente isso. Nos Municípios maiores, com 300 mil habitantes, nós vamos fazer monitoramento antena por antena, para ver como anda a questão do atendimento ao usuário. Vamos trabalhar com os índices de interrupção, levando em consideração a sua diminuição contínua nos serviços e nos relatórios apresentados.

Então, nós vamos fazer um monitoramento trimestral, Senador, e eu gostaria, já, de deixar agendado aqui, para final de novembro, a realização de uma outra audiência, para ver como é que as empresas estão fazendo esse trabalho...

Desculpe-me, Senador, ser convidado. O Senador tem razão, porque, de fato, eu não posso marcar uma audiência pela Comissão. O Ministro aqui me alertou.

Estamos à disposição para, em novembro, caso o Senado entenda necessário, fazer uma prestação de contas. Pronto.

Eu também cometi essa falha, ontem, na Comissão da Câmara.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É porque, nós estamos, inclusive, com um debate desses aqui no Senado, que é para que os membros de agência ou de outros órgãos, que são sabatinados aqui,

possam voltar ao Senado para prestar contas, porque só aparecem aqui na sabatina. Depois, só na próxima.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Mas, aí, é só na qualidade de recondução.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Presidente, só para o senhor ter uma ideia da importância do que V. Exa. está colocando, pela interatividade nas redes sociais, Ministro, há participação já de vários Estados e de vários brasileiros. E um deles diz exatamente o que V. Exa. vem colocando: a questão da prestação de contas com relação a esse plano de investimentos. Diz assim, por exemplo: todas as empresas divulgam que estão investindo na telefonia móvel na Região Norte. Falam que existem milhares de reais a serem investidos. Não seria bom para a sociedade brasileira que esses investimentos fossem divulgados na Internet, para informação geral, para haver uma transparência nesse segmento? Romário Souza diz isso. Acho que V. Exa. pode inclusive dizer que essas informações estão à disposição na Internet.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – E eu trouxe aqui para a Comissão também. Vou deixar aqui até para que o Senado faça...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Exatamente. Essa é uma informação importante.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Está bem.

Bom, como foi, então, o desfecho desse processo de paralisação que eu coloquei, Senador? Vamos fazer uma avaliação trimestral, se colocamos à disposição para estar aqui assim que o Senado achar necessário. Estamos à disposição para fazer essa avaliação.

Não está descartada a possibilidade de novas suspensões de comercialização. Então, nós vamos fazer um acompanhamento. Isso não significa que a empresa não possa ser punida novamente. É um processo em relação ao qual vamos fazer um acompanhamento fino do que essas empresas estão propondo e das informações que a agência tem. E há outras sanções previstas inclusive no regulamento. Eu sempre disse o seguinte: eu poderia dar uma multa milionária para cada operadora, mas isso não resolveria o problema. Nós precisamos é fazer um trabalho de acompanhamento e, se necessário, vamos determinar novas suspensões, porque isso é importante. Eu acho que a Anatel entrou nessa questão. Inclusive coloquei isso para o Deputado ontem. Ele estava dizendo: “Isso pode ser só uma medida de *marketing*”. Eu disse: “Eu estou tão mais preocupado com essa medida do que o senhor, porque, se isso não acontecer, se essa curva de melhoria não acontecer, é a Anatel que vai ficar prejudicada e vai ficar na berlinda, sendo cobrada”. Porque, de fato, nós tomamos uma medida extrema, dura e uma medida que

eu considero de uma gravidade de intervenção econômica razoável. Então, agora, nós precisamos fazer o acompanhamento e cobrar melhoria da qualidade do serviço. Acho que nós não temos outro caminho, quer dizer, nós vamos ter que fazer essa cobrança e esse acompanhamento. Inclusive os servidores da agência estão comprometidos com isso, os superintendentes da área de serviço móvel sabem disso; a Letícia, que é a nossa responsável pelo *call center* sabe disso, fazendo um acompanhamento diário das reclamações, e a Anatel vai ter esse instrumento para dizer: em tal Estado, a situação não melhorou. Nós chamamos a empresa, conversamos, mas não estão descartadas novas medidas em relação a isso.

O Ministro já falou um pouco sobre o regulamento geral de qualidade da banda larga fixa e móvel que vai entrar em medição a partir de outubro, com cerca de doze mil equipamentos, no Brasil inteiro, espalhados pelo País, com equipamentos de medição de velocidade. Nós vamos acompanhar isso, e isso vai ser divulgado, inclusive; também vai servir para sanção das empresas, multas para as empresas que não estão cumprindo. Então, nós vamos fazer um trabalho também de acompanhamento dessa velocidade, cobrando das operadoras que a qualidade contratada seja entregue para o usuário. Quer dizer, nós vamos fazer esse trabalho e esse acompanhamento e também vamos colocar isso na Internet, Estado por Estado, o *ranking* das melhores prestadoras, porque eu acho que, muitas vezes, você expor a operadora, dizendo: “Aqui, neste Estado, a melhor operadora é a A; a pior é a C”. O consumidor também tem uma visão. A imagem é muito mais importante às vezes do que 100 milhões de multas numa operadora. Ou seja, a gente apostar que as operadoras também estão comprometidas com a qualidade e com a velocidade.

Bom, eu já falei dos planos de melhoria que estão publicados no *site* da agência para acompanhamento público. Eu queria entregar esses planos, Senador, para a Comissão. São os planos apresentados pelas operadoras, pelas três que foram punidas com a paralisação de vendas, mas, assim que chegar o plano da Vivo, da CTBC e da Sercomtel, nós prometemos encaminhar para cá também, porque essas empresas também têm que apresentar seus planos para a Anatel.

Só rapidamente, paralelamente a isso, como disse o Senador Rollemberg... Inclusive ele me ligou na semana passada, dizendo que vai fazer uma visita na agência, para a gente discutir melhor essa questão.

Nós dissemos que estamos modernizando também o sistema de fiscalização da agência. Nós queremos fazer uma fiscalização mais preventiva, analisando infraestrutura crítica, analisando rotas que as

empresas têm que ter no caso de queda de uma rota de longa distância. A Anatel vai buscar nesse processo de fiscalização – inclusive o novo regulamento prevê isto – um foco em qualidade de rede de infraestrutura. Eu acho que esse é o grande problema.

Uma questão em que nós achamos, Senador, que vamos precisar da ajuda deste Senado é o compartilhamento de infraestrutura, porque, muitas vezes, as empresas concorrem na infraestrutura. Eu acho que o Brasil tem que amadurecer nessa questão. Vamos disputar o cliente no varejo. Vamos debater a questão no varejo. As empresas podem muito bem disputar seus clientes no varejo, mas a infraestrutura precisa ser compartilhada porque o custo vai ficar menor para o usuário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Presidente, eu creio que, da mesma forma que a Anatel pretende estabelecer um *ranking* de qualidade por Estado, ela também pode informar ao usuário que operadoras estão dispostas a compartilhar e quais não.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Também, também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Porque o usuário terá o direito de comprar ou não aqueles que estão compartilhando. A maior sanção é essa.

Estamos recebendo aqui dezenas de participações pela Internet, interagindo com o cidadão. Todas elas clamam por uma ação que compartilhe, que estabeleça mais competitividade, que crie melhores mecanismos de controle de qualidade. Portanto, quero louvar a iniciativa da Anatel e dizer que as empresas serão pressionadas pelo mercado se a Anatel der transparência àquelas que querem sabotar o mercado e não queiram compartilhar tecnologia com o cidadão que quer ser um usuário, que quer pagar suas contas, mas não quer ser sabotado na prestação de serviço que está estabelecido pelo contrato de concessão.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Corretamente, Senador. Então, nós vamos trabalhar. Porque eu acho que inclusive a quarta geração exige um investimento em antenas, em torres, muito maior do que a existente hoje. E se as empresas não buscarem um compartilhamento, elas vão acabar não cumprindo o cronograma, o que é ruim para o Brasil, ruim para o mercado e ruim para elas. Eu acho que o compartilhamento é uma necessidade imperiosa, e a Agência sabe disso, porque isso vai baixar o custo lá na frente.

Eu queria, então, dizer que estamos preocupados com isso. Estamos deixando o plano aqui. Vamos acompanhar e exigir o cumprimento dos planos de investimento apresentados para a Agência. E estamos

à disposição do Senado para, a qualquer momento, vir aqui dar novas explicações. Mas, se possível, Senador, quando completar três meses, o senhor convocar, e nós estaremos à disposição para acompanhar a evolução desses planos apresentados pelas operadoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos a V. Exa., dizendo, desde já, que esta Comissão já está submetendo à aprovação a vinda de V. Exa. para daqui a três meses, em novembro, portanto, para a prestação de contas dessas ações.

Quero passar às mãos de V. Sa. inúmeras mensagens que estamos recebendo, seja pelo telefone 0800612211, seja pelo @AlôSenado, seja pelo facebook.com/agenciasenado, porque são testemunhais de usuários que estão, através da rede de interatividade do Senado, entrando em contato conosco, do Estado do Maranhão, do Estado do Amazonas, do Estado do Espírito Santo, do Estado do Ceará, do Estado de São Paulo, do Estado de Pernambuco, do Estado de Goiás, enfim, de todos os Estados brasileiros há manifestações com relação ao assunto, e passo às mãos do Presidente da Anatel.

Passamos a palavra ao Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo do SindiTeleBrasil, representando aqui as operadoras.

Desde já, meu caro Eduardo Levy, faço aqui um apelo a V. Exa., como representante das operadoras, no sentido de que possamos iniciar um movimento pró-ativo e positivo das operadoras, porque não há a vedação do compartilhamento, não há o impeditivo do compartilhamento da plataforma tecnológica, da antena, da torre, e que, portanto, haja um compromisso e uma ação por parte do SindiTeleBrasil, por parte das principais operadoras. Não é apenas a TIM que tem plano Infinity, existem outras, como a Claro e a Oi, que também possuem, com o mesmo questionamento. Portanto, V. Exa., neste momento, tem uma importante oportunidade para falar para o Senado e para o Brasil a respeito dessas pretensões dos nossos usuários e do direito do consumidor do sistema de telefonia móvel.

Com a palavra o representante do SindiTeleBrasil, Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Bom dia. Bom dia a todos. Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Senador Sérgio Souza, prezado Ministro, Prezado Presidente da Agência, João Rezende.

Vários assuntos foram tocados aqui antes da apresentação. Eu vou começar por um deles, a respeito da questão que foi comentada aqui pelo Senador Rodrigo Rollemberg, antes de sair, das notícias veiculadas nos

jornais ontem. Em que pese o Sindicato estar representando o conjunto das empresas, não poderia deixar de dar a resposta. O próprio representante da TIM, Mário Girasole, Vice-Presidente da empresa, está presente, à disposição, colocando de forma bastante transparente e comunicando oficialmente à Mesa, mas, ontem, a própria Anatel e a própria empresa TIM liberaram duas notas à imprensa. Eu apenas vou fazer um comentário, que a nota da Agência informa que o procedimento se encontra em uma fase de instrução e que somente após a regular tramitação do processo, com direito ao contraditório e à ampla defesa da prestadora, é que a Agência irá deliberar e se manifestar.

A TIM, da mesma forma, como não poderia deixar de ser, nega veementemente qualquer atividade e qualquer ação nesse sentido e reitera a transparência na relação com seus consumidores, com a Agência e com o Congresso Nacional, como afirma o próprio Vice-Presidente, que, pessoalmente, está aqui à disposição dos senhores.

Passando isso, Senador, eu começaria, como o Ministro Paulo Bernardo, falando a respeito da aprovação, ontem, pelo Congresso Nacional, do PL nº 563, que, para nós do setor de telecomunicações, tem um sentido extremamente importante, porque, pela primeira vez, estamos vendo a redução de um tributo aprovada, o que vai fazer com que esse setor possa crescer no serviço máquina a máquina. Hoje, talvez o serviço mais conhecido seja a máquina de cartão de crédito. A máquina dá uma informação, como a máquina do banco ou uma máquina daquela administradora, e esse valor tarifado é muito baixo. Os impostos que incidem sobre ele praticamente inviabilizam o serviço, mas, ontem, o Congresso, por meio do Senado e, depois, da Câmara, deu uma demonstração altamente positiva a respeito do assunto.

Em relação ao questionamento que o senhor faz, Senador, a respeito do compartilhamento, a notícia que posso dar a todos aqui presentes é que, desde abril deste ano, temos um grupo de trabalho instalado. E informo que toda a infraestrutura de quarta geração de telefonia celular será implantada de forma compartilhada. Atendendo, então, ao seu apelo, dei a informação de que, desde abril, temos um grupo instalado dentro do Sindicato, com representantes de todas as operadoras, e que toda a tecnologia de quarta geração será feita... *(Pausa.)*

Está certo. Dar prioridade ao Ministro. Vai ser compartilhada. Toda a implantação da quarta geração no Brasil vai ser compartilhada entre as quatro operadoras de celulares. Então, desde abril, isso já está instalado dentro do Sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu pergunto a V. Sa. por que não podemos fazer, desde já, com o 3G, que está aí, em que temos grandes dificuldades e reclamações do setor. Há posicionamentos geográficos simultâneos de torres e de antenas. Por que não estabelecer desde já o compartilhamento? Não há qualquer vedação, muito ao contrário, uma vontade política, um desejo, um clamor. Creio que seria extremamente positiva essa ação.

O Ministro pede para fazer um aparte a V. Sa.

O SR. PAULO BERNARDO – Só para dizer que eu acho louvável que as empresas tenham discutido, e sempre foi a nossa posição, essa ideia de compartilhar as torres, as antenas. No caso do 4G, faz todo sentido, vai ser necessário grande investimento, vai ser exigido grande investimento. Nós estamos dando incentivos, estamos tirando tributos, portanto, não há justificativa para não fazê-lo. Eu ainda defendo que a Anatel resolva, também no PGM, o compartilhamento do 3G e do 2G, enquanto existirem, porque eu acho que vão acabar deixando de existir, vão ser transformados em tecnologias mais novas, mas acho que tem de fazer o compartilhamento geral.

Então, eu queria dizer, Dr. Levy, que considero um avanço, mas nós pretendemos tornar obrigatório e cobrar o compartilhamento de maneira geral.

Eu até conversei com o Presidente da Anatel, ontem, e sugeri que a Anatel estudasse uma taxa diferenciada de habilitação e de fiscalização, claro que para os novos *sites*, as novas torres, do tipo: onde for compartilhado, nós vamos cobrar uma taxa “x”, ou a taxa normal, e onde não for compartilhado, nós deveríamos ter uma taxa seis, oito, dez vezes maior, porque não é possível.

De fato, tem uma carga enorme sobre as cidades, há uma resistência, uma dificuldade com a Câmara de Vereadores, planejamento urbano.

Então, eu estava falando para o Senador: você vai aqui perto do CCBB, aqui, do lado, sai ali, tem três ou quatro torres, uma do lado da outra. Quer dizer, é um monumento ao desperdício, só pode ser, porque poderia ter uma torre só e tem três, pelo menos. Não sei se são quatro, mas pelo menos três.

Aí, as pessoas passam em outro lugar e não tem, quer dizer, é muito mais racional.

Desculpe interromper.

O SR. EDUARDO LEVY – De forma alguma. Se eu puder fazer a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É claro que V. Sa. terá a palavra de volta.

Eu queria apenas colocar que o art. 73 da legislação pertinente diz o seguinte:

As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo terão direito à utilização de postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por prestadora de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

Parágrafo único. Caberá ao órgão regulador da cessão dos meios a serem utilizados definir as condições para adequado atendimento do disposto no caput.

Portanto, eu não vejo por que, Dr. Levy, sinceramente, nós não estejamos dando um passo à frente.

Eu creio que as operadoras chegaram a um tamanho, no mercado brasileiro, que essa questão do compartilhamento, o Governo vai fazer a obrigatoriedade, mas V.Sas. poderiam se antecipar, bem como na questão do número de usuários por antena.

Há uma sobrecarga do número de usuários por antena e um número de antenas excessivo, porque não há um compartilhamento.

Portanto, não é inteligente o que está acontecendo e a sociedade, o Governo, o Senado da República e todos estão clamando por uma posição por parte das operadoras, e V. Sa. tem uma grande oportunidade, no dia de hoje, de já trazer algumas informações importantes, como já colocou, mas tem algumas que eu creio que é hora de fazermos uma reengenharia e um novo posicionamento do setor com relação ao consumidor.

O SR. EDUARDO LEVY – Pois não, Senador.

Eu trouxe uma apresentação em que alguns slides vão ajudar, talvez, no entendimento da questão do compartilhamento e da quantidade de antenas como um todo.

O Brasil tem, hoje, 256 milhões; tem, hoje, uma quantidade de banda larga móvel que cresce a taxas anuais de 70%.

Um dado que eu acho que é importante se falar e um dos fatos que surgiu muito na imprensa é a respeito da questão da paralisação das vendas, com muito questionamento se não foi em função de diversos planos ofertados pelas operadoras, que fizeram com que houvesse um uso muito grande por parte dos clientes, da mesma forma como há um mito sobre o Brasil ser o País de preço mais caro de celular do mundo.

Não é, e a própria demonstração do consumo pela sociedade demonstra isso, porque até um dos argumentos utilizados para a questão do congestionamento seria a utilização excessiva por parte dos clientes, em função dos planos que a eles são ofertados, o que demonstra que os clientes, efetivamente, usam os planos e a sociedade brasileira não é, infelizmente, uma das mais ricas.

Um outro ponto que toca muito é em relação à competição que há entre as empresas. A competição é extremamente ferrenha entre as empresas.

A consequência dessa competição é que o preço, no Brasil, caiu a praticamente a metade nos últimos três anos, em que pese nós sempre falarmos que nós temos uma carga tributária excessiva no País.

Cinquenta e sete bilhões de tributos pagos pelo cidadão davam para instalar mais de dez mil antenas no País. Com 37 bilhões recolhidos pelo Fust, nós podíamos instalar 10 mil antenas aproximadamente.

Como o Ministro Paulo Bernardo comentou, nós fizemos, em 2011, um segundo maior investimento da história e, no primeiro trimestre de 2012, nós fizemos já um investimento que é mais de 30% superior ao investimento que foi feito no primeiro trimestre de 2011, o que mostra a intenção segura do setor em investir em infraestrutura.

Não existe, nessa história, nesse período, setor de infraestrutura, talvez exceto o setor de energia, que tenha feito um investimento tão forte.

A nossa mão de obra direta cresceu mais de 30% somente nos atendimentos de *call center*.

As reclamações pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) caíram em 7% e o comportamento da nossa rede não sofreu variação significativa nos últimos 18 meses. De janeiro de 2011 a maio de 2012, as reclamações sobre os sem-acessos são praticamente constantes.

Agora, existe uma demanda cada vez maior por infraestrutura. O tráfego mundial vem crescendo a taxas altíssimas.

A questão das antenas. Se hoje temos – e historicamente pode ter ocorrido isto aqui, como o próprio Ministro comentou, no CCB, por exemplo – o compartilhamento desses quatro pontos para retornar, digamos, a uma situação de ter apenas uma antena, ele pode ser simples ou não, sob o ponto de vista de se resolver a situação. O primeiro ponto a se resolver é a capacidade de um determinado local de compartilhamento físico. E o segundo ponto é que cada uma dessas antenas que estão aqui estão se comunicando para locais diferentes, onde se encontram as operadoras de telecomunicações.

Então, Senador, se houver, por exemplo, concentração dessas três antenas ou torres colocadas somente neste ponto, é possível que uma das operadoras que esteja aqui não tenha a visada ou não tenha meios para transmitir para a sua central. Daquilo que existe de infraestrutura, não é uma solução totalmente simples. Tem de se analisar caso a caso e fazer a busca do compartilhamento.

Por isso a decisão de que, como todas as empresas estão iniciando o projeto de quarta geração em conjunto, esse compartilhamento seja feito 100%.

Óbvio que há o interesse em buscar o compartilhamento também da infraestrutura já existente. Mas esse é um projeto que exige, a cada caso, uma análise técnica que envolve a questão da própria antena e a questão das antenas que estão em outros pontos, para que se possam comunicar com suas empresas respectivas, porque cada empresa está em um local diferente.

De qualquer forma, quando o senhor mesmo comenta que nós temos um número de usuários muito alto em relação a antenas, não há alternativa no País, a não ser ampliar em muito a quantidade de antenas que temos. Nós não temos como sair dessa situação.

A quarta geração de telefonia celular vai nos exigir um investimento muito grande e muito rápido em relação ao tempo. O próprio Governo Federal está ciente disso. Em uma resolução, em abril de 2012, colocou que as liberações de licenças devem ser feitas em até 60 dias pelas prefeituras.

Ao comentar a lei geral de antenas, essa lei geral pode nos trazer, extremamente, grandes benefícios na medida em que parte daquilo que é legislado hoje sobre os Municípios interfere na legislação federal em relação à potência e em relação à própria distância entre as antenas.

Para os senhores terem uma noção, hoje, nós temos, para a obtenção de licenças em vários Municípios, um tempo maior do que o tempo que vamos ter para implantar em seis cidades sede da Copa das Confederações. Seis cidades, para a Copa das Confederações, terão de estar com a infraestrutura pronta em abril de 2013. E uma boa parte dos Municípios demora mais tempo do que isso para liberar as licenças.

Em agosto de 2011, há um ano, nós já temos passado muita informação a respeito da necessidade de uma legislação federal sobre antenas.

Para os senhores terem uma ideia, em São Paulo, a lei exige uma distância mínima de 15 metros entre a base de sustentação de antena e os imóveis vizinhos. Então, para 15 metros de distância, teria de ter um terreno de pelo menos 15 x 15, para poder esse atendimento. Onde vamos encontrar, dentro do Município de São Paulo, da cidade de São Paulo, um terreno disponível, de 15 x 15, para implantar uma antena? Em Campinas, é preciso uma autorização escrita de 60% dos proprietários dos imóveis a 200 metros de onde uma antena possa ser implantada. Em Itapetininga, a distância base de sustentação da antena deve estar a 110 metros das divisas do imóvel. Isso significa que um imóvel em Itapetininga, para se ter uma antena,

precisa ter pelo menos 14 mil metros quadrados. É o que diz a lei municipal de Itapetininga.

Então, é uma questão de ser razoável, em termos mesmo de legislação de solo, que é uma atribuição constitucional do Município. Em Itapetininga, tem de ser um terreno com 14 mil metros.

Em Fortaleza, são rigorosas as restrições. Exigem licenciamento ambiental, publicação de licença e pagamento de taxa. A Anatel já concluiu que falta embasamento técnico para exigir estudo de impacto ambiental do sistema móvel. No Rio de Janeiro, o decreto veda a instalação de antenas a 50 metros de hospitais, escolas, praças e logradouros públicos, na orla, nas lagoas e em fachadas de quaisquer edificações.

A melhor solução para acabar com aquilo que é chamado de paliteiro é exatamente as antenas serem colocadas nas fachadas. Elas são cada vez menores e cada vez ficam mais disfarçadas dentro das fachadas.

E o decreto determina o enterramento de toda a rede de cabeamento aéreo no prazo de cinco anos. Os postes hoje já são todos compartilhados, e esse enterramento de toda a rede de cabeamento... Uma das grandes fontes de receita da própria Light no Rio de Janeiro é o aluguel do espaço em postes. Ela não vai conseguir colocar toda a rede subterrânea no Rio de Janeiro em cinco anos.

Em Porto Alegre, a lei estabelece limites máximos de exposição menores do que aqueles que a legislação federal; veda a instalação de antenas em prédios de apartamentos, creches, escolas, quartos de hospitais, instituições geriátricas, locais de trabalho, entre outros. Tem mais: quando permite a implantação da antena, não permite que a antena irradie na direção de prédios vizinhos. A antena tem de irradiar na direção de prédios vizinhos para fazer a cobertura. São sete tipos de licenciamento, e cada um deles demora em torno de 30 dias. Então, só em Porto Alegre, são sete meses para se conseguir uma licença na Prefeitura.

A radiação é uma questão federal. As prestadoras seguem uma lei federal de 2009, que determina a adoção, em todo o território nacional, de níveis de emissão apontados como seguros pela Organização Mundial de Saúde. A Agência Internacional para a Pesquisa sobre Câncer já informou que o cafezinho está junto com o celular no mesmo item e que a probabilidade de causar câncer dos dois é menor do que a luz solar. A Dinamarca já fez uma pesquisa mostrando que não há relação entre uso de celulares e câncer no cérebro.

O prédio da Organização Mundial de Saúde em Genebra tem antenas instaladas no alto de seu prédio, três antenas instaladas no alto do prédio. A exposição humana à faixa de frequências de rádio FM é oito vezes maior do que às antenas de telefone celular e de

nenhuma dessas antenas de rádio FM é exigido estudo de impacto ambiental, muito menos de televisão, que ainda é maior do que isso.

No Brasil, temos 56 mil antenas. Até 2017, precisamos dobrar o número de antenas. E não estamos nem falando... Mesmo que todas elas sejam compartilhadas, vamos precisar dobrar o número de antenas.

É importante também que todos tenham conhecimento de como são os compromissos que o País exige das empresas. Nós temos aqui uma área de um Município, diversas localidades, um distrito, a sede de um Município, e nós somos obrigados a cobrir 80% da área urbana do distrito sede do Município. Nós não temos a obrigação, nas outorgas, de cobrir aquilo que estiver fora desses 80% das áreas. Não há, na legislação e nas obrigações de outorga, exigência de cobertura em estradas. Então, se existir, por exemplo, uma mesma empresa que tenha uma antena cobrindo 80%, como está na outorga de Município, mais 80% do outro, mais 80% do outro, etc., esta estrada aqui... Eu sempre comento, porque as perguntas que me fazem, normalmente, são de João Pessoa para Campina Grande, de Porto Alegre para Passo Fundo. Quem se deslocar neste caminho vai encontrar buracos de cobertura porque não há exigência por parte das outorgas que foram estabelecidas quando dos leilões que foram realizados pela Anatel. Mesmo assim, apesar de termos a obrigação de implantar 928 Municípios com terceira geração, em 2013, já temos 2.960 Municípios com a cobertura.

O Governo está estudando essa lei federal, foi debatido aqui, foi falado, o Ministro falou, o Senador Eduardo Braga tem um projeto de lei para isso. Eu acho que é muito importante que possamos avançar – e não só na parte da instalação de antenas em todo o País, como na própria parte do compartilhamento. O SindiTeleBrasil tem contribuído, reiteradas vezes, com o Ministério a respeito desse decreto sobre o compartilhamento, mas há uma necessidade urgente de unificar a legislação que trata do assunto. Senão, não vamos conseguir chegar ao final da época da Copa das Confederações e da Copa do Mundo com a infraestrutura implantada. Mais do que nunca, precisamos da contribuição de todos para fazer a nossa implantação.

E nós também contratamos um estudo para mostrar como é feito em outros países do mundo. Contratamos para Barcelona, Londres, Nova York, Paris e Sydney. E há uma lei nacional, que é a prática mais usada. E, mais do que isso, existem códigos de melhores práticas e dispensa de licenciamento de estações de baixo impacto para que, por isso, possa ser acelerada a implantação. São cidades extremamente importantes no mundo, com urbanismo extremamente

histórico, importante, em que as empresas têm que ter um cuidado muito grande. E tanto em Barcelona quanto em Londres, Nova York, Paris e Sydney há um número de antenas por habitante maior do que temos no País.

A Rio+20 é um exemplo de como podemos ter uma parceria de sucesso entre o Poder Público. Em relação à preocupação que, muitas vezes, se tem sobre os eventos esportivos no Brasil, a Rio+20 é uma demonstração de que o País não precisa ter essa preocupação. Não houve nada, não apareceram reclamações na mídia. Ao contrário, nós instalamos 49 antenas novas para atender ao evento; em 178 antenas ou estações foram ampliados os canais para dar conta do volume de clientes que ali estariam; 3 milhões de chamadas foram computadas; e 157 mil celulares estrangeiros foram habilitados por nossas empresas para fazerem o serviço; e não tivemos problema algum na Rio+20. Então, nós temos demonstrado que não há necessidade de preocupação, se o Poder Público nos apoiar, seja através dos Municípios, seja através do Congresso ou do Executivo, com uma legislação que possa nos dar uniformidade.

A Anatel aprovou os planos de qualidade. O Presidente João Rezende já falou dos planos que foram aprovados. E os planos de investimento de 2014, de 20 bilhões, e devemos alcançar mais do que isso, estão trazendo uma antecipação de quatro bilhões. Essa antecipação significa fazer mais em menos tempo. Fazer mais em menos tempo significa mais rapidez na execução. E para maior rapidez na execução vamos precisar, necessariamente, de licenças mais rápidas, seja para a implantação de antenas, seja para a implantação de cabos de fibra ótica em rodovias ou dentro dos próprios Municípios.

Quanto à prestação, é preciso que exijam que tenhamos regras que incentivem a expansão dos serviços e a implantação de nova tecnologia, que sejam objetivas, previsíveis, seguras, para que possamos, com segurança, continuar investindo no volume que temos feito. E há necessidade de eventuais falhas seguirem sempre critérios bastante objetivos, de lembrar sempre que somos – as telecomunicações – essenciais para o País. Nós não temos substitutos, e toda criação de infraestrutura de telecomunicações e o crescimento dela resultam num custo menor para o País, na medida em que podemos ajudar nessa infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço a V. Exa.

Tendo concluído a participação dos senhores convidados, agora passamos à participação dos Srs. Senadores, pela ordem de autores do requerimento, bem como pela ordem de inscrição.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, como um dos autores do requerimento para esta audiência pública.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero saudar os membros da Mesa na figura do Ministro Paulo Bernardo.

É importante salientar, Sr. Presidente, o papel que o Ministério tem desempenhado nesse período em que enfrentamos – eu diria até – um dos momentos mais desafiadores para a área de telecomunicações no Brasil, a sua expansão e, ao mesmo tempo, a consolidação de um sistema, Ministro, que, a cada dia, tende a ser cobrado e que, a cada dia, ganha um outro caráter.

V. Exa., na primeira exposição, chega a afirmar, inclusive, o aspecto da economia, com a aprovação da Medida Provisória nº 563. E, conseqüentemente, ficamos felizes, porque, de uma vez por todas, o próprio segmento industrial começa a conceber o verdadeiro papel das comunicações, portanto, não mais como algo periférico à atividade econômica, mas como algo estruturante.

Acho que nessa esteira é que entra exatamente o debate sobre essa qualidade, sobre a prestação dos serviços. Estamos falando de um segmento que movimenta somas, inclusive até superiores ao que seria o orçamento nosso, da União, para investimento no ano de 2012, o que é um determinante para essa caminhada.

Parabenizamos o Presidente da Anatel, Sr. João Rezende, pelas atitudes, principalmente pela ação rápida e contundente. É bom salientar aqui uma das falas de V. Sa. no que diz respeito a olhar o papel. E é esse o objeto desta audiência. Se for só o papel de multar ou de buscar identificar prováveis erros, eles até são corrigidos, ou, de qualquer maneira, a Agência vai cumprindo um papel fiscalizador posterior. O fundamental é exatamente esse processo de antecipação, para garantir que tenhamos serviços.

Ao representante do SindiTelebrasil, o Levy, também quero salientar aqui o compromisso que, de forma muito enfática, as empresas têm assumido nesse último período, entendendo também a sua contribuição.

Mas quero, Sr. Presidente, aqui tocar em alguns aspectos desse que seria o objetivo central da nossa audiência. Primeiro, salientamos que não estamos falando de nada novo. Portanto, a partir desta audiência, não necessariamente vamos precisar construir mais um conjunto de leis. Várias das determinações contidas na Lei Geral de Telecomunicações já apontam para soluções e encaminhamentos.

O próprio Presidente da nossa Comissão citou o art. 73, que é o definidor inclusive das questões de interconexão, de infraestrutura, de tarifa. O aspecto central desse artigo é exatamente a modicidade tarifária, mas associado ao compromisso com a questão do compartilhamento da infraestrutura. Portanto, não precisamos reescrever a Lei Geral de forma nenhuma. O que precisamos é fazer com que se cumpram esses dispositivos que já estão aí apresentados até nesse novo tempo.

Aí entra uma primeira contradição, para a qual é importante chamarmos a atenção nesta audiência. A própria Anatel e o setor, esses dois segmentos, saíram agora de um importante debate, Senador Eduardo, no que diz respeito ao leilão de frequências para o novo tempo.

Ficamos falando em 4G, mas estamos ainda bastante atrasados no que diz respeito ao cumprimento de algo que é essencial para esse novo período: o cumprimento do art. 73, que estabelece um sujeito ativo, que são as empresas, e trata exatamente dessa função social. A interconexão é uma função social dessa propriedade, Senador Eduardo Braga.

Portanto, de nossa parte, acho que cumprimos. E falo isso, Ministro Paulo Bernardo, até como alguém que teve, durante o ano de 1997... Eu me recorde inclusive do início do debate dessa Lei Geral, num fatídico dia de fevereiro. Depois da sua aprovação, tivemos oportunidade de discutir, no plenário da Câmara, todos os artigos da Lei Geral de Telecomunicações. Àquele tempo, poderíamos dizer que a Lei atenderia sobejamente bem. Ao tempo de hoje, podemos dizer que a lei tem instrumentos de defasagem. Mas essa defasagem foi superada com outras iniciativas adotadas pela Anatel, que fez um regulamento compreendendo exatamente aspectos importantes para que possamos ir preenchendo de uma vez por todas essas lacunas.

Por exemplo, o art. 16 do Regulamento Geral de Interconexão fala exatamente que as empresas devem oferecer alternativas compatíveis quando houver indisponibilidade dos meios de facilidade. Portanto, está escrito. Isso é derivado da Lei Geral de Telecomunicações, que prevê isso no seu art. 73, do ponto de vista da interlocução, e que trata disso em um capítulo inteiro a partir do art. 146, e que fixa o parâmetro de forma clara, peremptória, contundente, no art. 155, Ministro Paulo Bernardo, quando diz: “deverão, nos casos e condições fixadas pela Agência, disponibilizar suas redes a outras operadoras [...]”. Quem deverão? As próprias operadoras.

Portanto, não estamos reinventando a roda nem tentando achar o caminho para o debate do famoso *unbundling*, do compartilhamento de infraestrutura, Se-

nador Eduardo, mas, sim, encontrar o caminho dessa sinergia para o cumprimento disso que está escrito e transcrito. Estamos falando de algo de 1997. Se fôssemos fazer um comparativo, Ministro Paulo Bernardo, poderíamos dizer que isso é mais velho do que qualquer outra coisa, porque é do tempo do telégrafo o compartilhamento de infraestrutura com a rede ferroviária. E é exatamente o mesmo tema que estamos tratando hoje, o mesmíssimo tema. Se não tivéssemos compartilhado infraestrutura, não teríamos tido o telégrafo.

Não quero voltar ao telégrafo, mas é preciso pelo menos usar essa tese de algo tão antigo para aplicarmos num momento em que temos tantas ferramentas de modernidade.

Uma alternativa fundamental, meu caro Eduardo Levy – e é até colocado na sua transparência –, é a utilização de fachadas, a redução das antenas, a possibilidade de atendermos, de uma vez por todas, algumas demandas e algumas pressões das cidades, como a distância de hospitais, o regulamento, a não utilização de estruturas brutais e, principalmente, o compartilhamento das outras, seja através do direito de passagem, seja através da utilização da rede de dutos ou da rede de energia.

Tivemos recentemente, Ministro, na Bahia, uma querela, uma disputa que terminou sendo resolvida na Justiça, entre uma TV a cabo e a companhia de energia elétrica da Bahia, a Coelba. A decisão terminou sendo judicial e favorável ao compartilhamento.

Esses regulamentos, ou melhor, o que seria o regulamento de interconexão por parte da Agência, na minha opinião, cobre claramente essas questões. Quando vamos para o art. 152, derivado do capítulo que trata da interconexão, ele coloca o dedo na ferida na questão da qualidade. Não está falando só em compartilhar. Deixa passar, deixa fazer, deixa acontecer. Não! É para deixar passar, é para compartilhar, mas é para ter qualidade. Está lá explícito, escrito em 1997: “atender aos requisitos de qualidade” (art. 152, da Lei Geral de Telecomunicações). O regulamento da Anatel, que é mais novo, trata da interconexão em seu art. 17: “A interconexão deve assegurar o atendimento a padrões de qualidade de serviço”. Isso não foi escrito de brincadeira ou para fazer constar.

E falo dessas questões, dessas contradições. Podemos pegar o § 1º desse mesmo art. 17, das regras gerais estabelecidas pela Anatel, que fixa o seguinte: “Permitir o cumprimento de metas de qualidade que foram estabelecidas”. Temos um conjunto de metas. As empresas disputaram recentemente outro leilão, sabendo que existe um regramento, que existe um conjunto de conduções.

Quando falamos de padrões mundiais, Ministro, vai mais uma cobrança de nossa parte às empresas, a várias empresas, ou melhor, quase a maioria aqui no Brasil, pois estamos tratando de empresas que têm operações pelo mundo afora. Essa qualidade, essa exigência do padrão – V. Exa. até tocou nisso de forma muito enfática em um evento em São Paulo, se não me falha a memória, no final do mês de julho ou no início do mês de agosto, no Congresso da ABTA – era exatamente a exigência da qualidade desses padrões a que essas empresas estão submetidas mundialmente para que sejam aplicados aqui.

Nós crescemos em escala. Por que o sistema tem tanta reclamação? Estamos falando de algo que está na mão de todo mundo. Essa é a grande proeza. Está na mão, está chegando. Obviamente, quando está chegando e com o avanço que estamos experimentando... O sistema não é só: “Alô, tudo bem?”. Não, é mais do que isso. Só que, a partir daí, essa exigência vai requerendo outros níveis de oferta de serviços. Vamos caminhando, que é uma questão fundamental.

Quero chamar atenção de que o mesmo Regulamento Geral de Interconexão, em seu art. 12, diz o seguinte: “São obrigadas”... É enfático aqui, mais incisivo. “As operadoras são obrigadas a tornar suas redes disponíveis à interconexão.” São obrigadas. Essa é a posição que assumiu, de forma muito correta, insisto, derivando da lei geral. A Anatel coloca em seu regulamento: são obrigadas. Então, temos que fazer cumprir essa parte no que diz respeito ao atendimento do serviço.

Diante disso, meu caro Presidente, acho que é fundamental estabelecermos... Uma coisa me chamou atenção, quando ouvi as falas. Nós pecamos em uma coisa, meu caro Presidente. Nós poderíamos ter chamado também o Cade para uma audiência como esta. Seria importante. Uma das questões centrais, no art. 70, é exatamente a proibição de comportamento prejudicial à competição. Na realidade, esse é um zelo que a Anatel tem de ter.

É óbvio que o papel central da Anatel aqui é a defesa dos serviços. A interconexão é uma função social da propriedade. Portanto, a agência tem obrigação de garantir essa função social para fazer os serviços chegarem a cada cidadão, mas é fundamental que tenhamos essa interface ou essa participação Anatel/Cade para que tenhamos inclusive regras claras, que não prejudiquem a competitividade, porque nessa disputa da competitividade ou nesse desequilíbrio só sobra para quem está na ponta. Ou seja, a qualidade do serviço cai, o atendimento é precário. E há outro item fundamental associado a todos estes aqui, da própria

questão da modicidade, da interconexão, que é a universalização do serviço: ele também fica prejudicado.

Há pouco, o próprio Ministro Paulo Bernardo falava: “Todos nós temos mais de um *chip*”. Aí é a chamada regra da segurança para ter o sistema funcionando.

Esta semana, Ministro Paulo Bernardo, viajei com o Governador Jacques Wagner...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador, o senhor me permite só um aparte?

Ainda há pouco, chegou, entre os companheiros brasileiros que estão participando pelo processo de interatividade, um cidadão que disse o seguinte: “Eu sou obrigado a ter um celular que possui quatro *chips*”.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Era isso que eu ia lhe dizer agora em relação ao Governador.

Todas as vezes que sai um aparelho novo, Ministro, ele pergunta: “Não tem como chegar um aparelho desses para mim, não?”. Toda vez que ele vê um aparelho, ele fica... Esta semana, ele disse: “Peguei um peba aqui...”. Eu perguntei: “O que foi?”. Ele disse: “Não, porque nesse pebinha aqui eu boto uns quatro *chips*. E este pebinha aqui é legal, porque agora eu não preciso mais ficar tira, bota, bota, tira”. Aí, eu...

O SR. PAULO BERNARDO – Eu não conheço, Senador. Qual é a marca? Peba? (*Risos*.)

É fabricado onde?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É

um pebinha, porque, por exemplo, o aparelho dele não tem a sofisticação do *smartphone*. Ele disse: “Não tem a sofisticação do *smartphone*, mas tem a garantia de que eu não vou ficar mudo”.

O SR. PAULO BERNARDO – Mas, Senador, há aí outro aspecto em relação a essa discussão que inclusive leva as pessoas a terem vários aparelhos ou um aparelho com vários *chips*: é porque há uma guerra entre as empresas. Na verdade, essa oferta para tráfego ilimitado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Na mesma operadora...

O SR. PAULO BERNARDO – Na mesma operadora.

Então, o que acontece? Em vez de termos um sistema funcionando com quatro grandes redes e outras redes menores, nós temos um sistema estanque no qual há a tendência de cada rede funcionar separadamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Exatamente.

O SR. PAULO BERNARDO – Isso leva a uma exaustão dos recursos, leva a uma dificuldade muito grande para atender toda essa demanda só dentro da rede.

E há uma coisa também: a regulação tem um defeito, porque ela, na verdade, deixa margem para as empresas fazerem isso. Quer dizer, as tarifas de interconexão entre as diversas empresas são muito altas. Então, o que acontece? Isso acaba onerando a ligação de uma empresa para outra, e eu acho que é uma coisa que nós temos, cada vez mais, de discutir. Tenho conversado sobre isso com a Anatel, porque essa é uma questão importante de política pública. Trata-se de baixar essas tarifas.

Nós já fizemos diminuição na tarifa do fixo-móvel, o chamado VUM, que teve uma redução de R\$0,45 para R\$0,31. Acho que temos de discutir também as tarifas de interconexão móvel-móvel, porque também aí temos uma coisa que gera essa distorção. Então, as pessoas andam com quatro *chips* e o que acontece? Decoram de que empresa são os números de celulares de todo o Planeta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Com o processo de migração, ou seja, minha escolha, isso fica um pouco prejudicado.

O SR. PAULO BERNARDO – Mais complicado...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Na

realidade, até há quem já tenha discutido aqui, até no Senado, Ministro, a possibilidade de ter a informação: quando o sujeito fizer uma ligação, ele receber a informação de onde ele está ligando para poder fazer a chamada escolha. Esse debate aconteceu quando da fixação – aliás, é um ponto fundamental para fixarmos aqui –, da escolha do código de operadoras, e um dos pontos levantados pela Anatel na época era este: permitir que o cidadão tenha a informação de cada operadora e qual será seu plano tarifário, para que possa fazer sua escolha. O que o Ministro levanta é correto. Agora, a ausência desse compartilhamento, Ministro Paulo Bernardo, fere, inclusive, um dos dispositivos do art. 73, que trata da modicidade. Na realidade, é o usuário que fica tentando ver que telefone ele vai usar porque para quem ele vai ligar a que operadora pertence, num processo de escolha permanente. Então, é a fixação de um único sistema e o acerto entre eles.

O SR. PAULO BERNARDO – Senador, nisso V.

Exa. tem razão. O assinante tem interesse em saber de que operadora é o celular para que ele vai ligar, para tentar economizar. Mas acho que temos de ter medidas capazes de facilitar a vida do consumidor para ligar para outros também. Por que temos que gerar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Lógico. Eliminar isso.

O SR. PAULO BERNARDO – ...quatro sistemas estanques? Então, vamos compartimentar o sistema. Aí, as pessoas têm uma facilidade de ligar dentro das mesmas redes, com essas distorções todas de que

estamos sabendo, e fica excluída a possibilidade de falar com o cliente de outra rede. Acho que temos que tentar caminhar no sentido oposto, ou seja, tornar mais parecidos ou mais isonômicos os preços de conexão, de ligação, seja dentro da rede, seja fora da rede.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Até porque a questão do preço às vezes é mais determinante do que a infraestrutura, porque o sujeito que vai pagar fica atrás do que é viável para si.

Quero concluir, Senador Eduardo Braga, com um aparte inclusive àquilo de que V. Exa. tratou no início como proposta. Há um dado interessante que é bom termos como referência, Ministro. Se pegarmos como referência o Japão – o senhor falou da quantidade de celulares por antena, ou de usuários por antena –, nós vamos encontrar uma proporção de 100 vezes mais a relação Brasil/Japão, 4.600, que é o número de linhas por antena de celular no Brasil para 400 no Japão. Então... Eu falei 100? Dez vezes mais, falei 100. Dez vezes mais. Então, na realidade, um processo extremamente delicado, que é um processo de definição desse nível de compartilhamento.

Então, isso vai interferir na qualidade, vai mudar a regra do jogo. Agora, obviamente, temos que tomar uma iniciativa aqui nesta questão da legislação de antenas, pois acho que é importante para facilitar. Acho que o Governo Federal já deu um passo significativo, mesmo no caso da Copa, mas pode ser usado adiante: o regime diferenciado, a questão da brevidade, a relação com os entes municipais, o compartilhamento da outra infraestrutura, da infraestrutura de outros atores, como de energia, de petróleo, de gás, enfim, envolver nessa rede, nessa malha, essa outra parte, que é fundamental para ampliarmos nossa capacidade de transitar e, principalmente, estabelecer isso.

Continuo preocupado, Sr. Presidente da Anatel, João Rezende, com essa questão, que eu acho fundamental. Temos que cobrar das empresas investimento, temos que usar a Lei de Acesso à Informação, para atender essa demanda, para que as pessoas que estão acompanhando a nossa audiência tenham acesso a isso, a Lei inclusive obriga a isso. Afinal de contas, esse é um serviço público, e são concessionárias as empresas. Portanto, é fundamental que se disponibilize esse plano de investimento para que a sociedade tenha a oportunidade de acessar, de acompanhar. É até uma forma, inclusive, não só de fiscalizar, como também, de certa maneira, de poder adotar sua opção de escolha. Se ele conhece de cada empresa o empenho e sua capacidade de investimento, isso melhora inclusive a interação desse consumidor com cada empresa.

Por último, quero tocar em uma questão que estamos discutindo muito aqui na Comissão de Ciência

e Tecnologia e que gostaríamos de aprofundar, para além da vinda em novembro: uma relação com a Anatel e com o Ministério para que possamos interferir nessa questão de plataforma, na questão da definição do número de operadoras. Estamos batendo nisso e não vemos mais nenhuma necessidade da continuidade dessa história da utilização de número de operadoras no Brasil. Acho que já é algo desnecessário, completamente vencido. Começo a ver aqui, Ministro, pelo erro, que o usuário da Oi, por exemplo, em Brasília, é quem termina pagando a conta. Quem viaja, quem se desloca para Brasília e é usuário da Oi é obrigado, toda vez que adentra Brasília, a mudar seu código de operadora, porque em alguns lugares ela usa 31 e em outros, 14. Aqui em Brasília, principalmente.

E isso vale para o Brasil, isso é economia. Basta vermos os dados de São Paulo. A inclusão de um único dígito em São Paulo, a inclusão de um dígito a mais para os celulares em São Paulo resultou na necessidade de um investimento de quase R\$400 milhões, de mais de R\$300 milhões em investimentos para crescer um dígito. Portanto, é importante associarmos isso à própria qualidade.

E todos sabem que em telecomunicações o tempo, apesar de hoje ser mais na base do passo a passo, que se leva para digitar um número é determinante inclusive para o acesso. É por isso que o próprio sistema foi projetado para que, quando o usuário tiver dificuldade de acessar o outro, ele saia do sistema exatamente para não se tornar um ofensor. Mas no tempo em que ele está digitando ele é um ofensor. Então, se esse tempo for reduzido com uma quantidade menor de dígitos, eu incido na qualidade. É o número de veículos transitando no mesmo horário em uma via pública.

É importante discutirmos isso e insistirmos no cumprimento dessas regras, Presidente da Anatel, no que diz respeito a esse compartilhamento. Temos de associar ao plano de investimento um plano ajustado dentre as empresas, não para a construção de nova infraestrutura, que, se for necessário, tem de ser feita, mas já é possível experimentar, nesse novo plano de investimento das empresas, certo nível de encontro entre esses planos, para que esses investimentos já possam ser acompanhados no cumprimento do disposto na lei geral e nos regulamentos da Anatel, para compartilhar infraestrutura desde o início desta jornada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro, passo a palavra a outro coautor do requerimento, o Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Sena-

dor Eduardo Braga; meu caro Ministro Paulo Bernardo, conterrâneo paraense; Sr. João Rezende, Presidente da Anatel; Sr. Eduardo Levy, que representa aqui as operadoras, penso que nunca é tarde. Esta audiência pública não vem tarde. Talvez pudéssemos tê-la feito antes, porque já era anunciado, há muitos meses, problemas na telefonia móvel. Há dados de quase 250 milhões de *chips*. Não são só dos telefones; há os *tablets* que os usam muito. Esse é resultado. Há também os aparelhos que são utilizados pelas empresas que levam a esse número. Mas acho que o principal fato de termos tantos *chips* é porque realmente nós precisamos de duas ou três operadoras para conseguir falar. Como disse o Senador Walter Pinheiro, do Governador Jacques Wagner, para não se ficar mudo. Então, isso é preciso porque você muda de cidade, está na estrada, muda de região, e determinada operadora não pega.

Mas o fato desta audiência pública de hoje está um pouco além disto: hoje, está acontecendo no Brasil, podemos dizer, um apagão na telefonia móvel, porque é insuportável o que está acontecendo hoje para o cidadão.

Observei a primeira lâmina apresentada pelo Eduardo Levy na sua explanação e vi crianças, mulheres, homens, pessoas sorrindo, alegres, falando a um telefone. Eu digo, Levy, com toda tranquilidade, que essa não é a foto da realidade. Eu vejo as pessoas irritadas, as pessoas nervosas, perdendo a paciência, jogando telefone pela janela do carro, tal o estresse que causa hoje no cidadão o fato de não conseguir falar. É um horror, é verdade. Uso telefone celular o dia todo. Ao me locomover em Brasília ou em qualquer lugar do Brasil. Passo por trás do Palácio do Planalto e não pega, indo para o aeroporto, a duas quadras daqui, e não pega, no plenário não pega, em uma comissão não pega. Está realmente um horror.

Acho que não é só o problema do alcance de uma antena. Tem muito mais do que isso. Como disse o Senador Eduardo Braga, talvez haja um congestionamento dos sinais nessas antenas.

E aí vem: foi feito o planejamento para que o Brasil chegasse a vender 250 milhões de *chips*? As operadoras visaram o quê? O lucro? Há o problema dos impostos, que agora vem numa solução apresentada pelo Governo, dentro da desoneração do programa Brasil Maior, aqui anunciado pelo Ministro Paulo Bernardo. Mas as empresas visam lucro. É fato isso, não vamos ser ignorantes nesse tema. As empresas estão pensando no seu lucro, tanto que têm dinheiro a ponto de anunciar investimentos de 20 bilhões, nos próximos meses, para tentar solucionar esse problema.

Então, audiências públicas como estas são, de fato, para evoluirmos e vermos soluções como as que

foram aqui anunciadas, tanto pelas empresas quanto pelo Governo, para termos algo que seja plausível para o cidadão e que realmente reflita aquelas fotos apresentadas na primeira lâmina: a alegria do cidadão de poder falar com o seu trabalho, com a sua mãe, com a sua filha.

Ouvi um boato, Ministro Paulo Bernardo, não sei se boato ou fato, de que um dia a Presidenta Dilma tentava falar com a sua filha e não conseguia, porque o telefone ficava desse modo que conhecemos bem. E dizem que ela ligou para o presidente de uma operadora fazendo a reclamação.

Acho que é um boato, mas...

O SR. PAULO BERNARDO – Senador, nunca ouvi essa história não, mas, na semana passada, eu estava despachando com a Presidenta Dilma e ligou para ela o ex-Presidente Lula, que estava no carro, na via Anchieta. Para minha falta de sorte, a ligação caiu três vezes durante a conversa. Então, fui duplamente admoestado severamente por causa disso. Ele dizia: “Estou na estrada”. E ela: “O Paulo Bernardo está aqui, já está tomando conhecimento e vai atrás de providências”. Isso aconteceu na semana passada.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Veja, Ministro, que isso atinge a todos, do mais humilde àquele que comanda o País, a nossa Presidente. É indiscriminado, todos estão envolvidos. Por isso a importância dessa audiência pública, que, repito, é para apresentarmos soluções.

Ouvi também que as pessoas têm por hábito reclamar. Há pouco, em uma audiência pública, Ministro Paulo Bernardo, na Comissão da Água, com o Nilton Friedrich, apresentando e cultivando a água boa, que é um programa da Itaipu Binacional, do nosso Estado do Paraná, ele dizia que as pessoas estão acostumadas a reclamar. Estou vendo aqui nós reclamarmos, mas apresentarmos soluções como as sugeridas pelo Senado Walter Pinheiro, que brilhantemente demonstra conhecimento profundo sobre a matéria, como os sugeridas pelo Senador Eduardo Braga.

Reconheço que não basta reclamar. De fato, temos de agir. E reconheço que o Governo está agindo de forma clara no que diz respeito à desoneração ou incentivos à redução dos impostos nessa área, e reconheço também que as operadoras estão fazendo o seu papel. Temos de ter como fato que isso talvez esteja vindo não tarde demais, mas poderia ter vindo antes e não precisaríamos sofrendo este “apagão” telefônico.

Fica a minha manifestação no sentido de que podemos ainda mais.

Agradeço ao João Rezende por sugerir a esta Comissão uma prestação de contas já na sequência dos resultados que pretendem apontar.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Vou pedir licença a V. Exa. e a todos, porque tenho de ir à Comissão Mista, à CPI do Sr. Cachoeira, que está acontecendo neste exato momento e que foi transformada em reunião secreta para ouvir a ex-mulher do Cachoeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Boa sorte a V. Exa. nessa sua missão.

Passo a palavra ao próximo orador, Senador Anibal Diniz, também como um dos autores do requerimento desta audiência pública. S. Exa. representa o Estado do Acre brilhantemente nesta Casa.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Cumprimento o Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo da SindiTeleBrasil; o Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel; e o Ministro das Comunicações, companheiro Paulo Bernardo.

Antes de tudo, devo ressaltar a oportunidade desta audiência pública, num momento em que o clamor em relação ao serviço de telefonia móvel acontece quase de maneira uníssona em todo o Brasil, particularmente no Estado do Acre, onde temos quase primazia absoluta dos serviços da TIM e temos nos deparado muito com essas reclamações.

Em que pese explicações dadas, há algumas situações que exigem de nós e do Poder Público uma tomada de posição. A Anatel, acertadamente, suspendeu a venda de *chips* exatamente pelo fato de as operadoras não atenderem ao que preconizam os contratos. Ao mesmo tempo, a Anatel se dispõe a liberar a venda de *chips* mediante apenas a apresentação de um plano de expansão.

Na realidade, imagino que o correto seria que a liberação de venda de *chips* só acontecesse paulatinamente, de acordo com as respostas efetivamente dadas, e não apenas com um plano de expansão. Porque, se a TIM se compromete, por exemplo, a uma redução de 3,5% das reclamações, em 2012, de 25% em 2013, e de 44% em 2014, imagino que as liberações de venda de *chips* só deveriam acontecer mediante a comprovação da eficiência na resposta ao clamor do usuário e não apenas ante a apresentação do plano de expansão.

No que diz respeito às antenas, o Senador Walter Pinheiro foi muito eloquente ao apresentar o que seria, digamos, o padrão absoluto de excelência, no caso do Japão, que tem 400 linhas por antena. Poderíamos ter um modelo considerado *standard*, como o dos Estados Unidos, que opera mil linhas por antena. No Brasil havia, há quatro anos, pouco mais de 2 mil linhas por antena; hoje, já chegamos a quase 5 mil li-

nhas por antena. Em algumas regiões metropolitanas, esse número chega a até 10 mil linhas por antena.

Então, fica absolutamente patente que as operadoras estão vendendo muito além da sua capacidade de verdadeiramente prestar os serviços. Nesse sentido, a Anatel precisa assumir seu papel constitucional de fazer valer o direito do consumidor.

Nós estamos em uma situação em que as operadoras praticam aquele crime de ludibriar o consumidor, porque vende um produto que efetivamente não entrega, e a Anatel, apesar do seu esforço, não tem feito cumprir a Constituição. No que diz respeito à defesa do consumidor, imaginamos que uma audiência pública como esta, acertadamente proposta pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Walter Pinheiro, precisava ter um poder, no sentido de construir uma mediação dessas propostas. No que diz respeito às dificuldades de instalação das antenas, as operadoras reclamam – e elas podem ter a nossa solidariedade – que há muita burocracia nas prefeituras para a autorização da construção das antenas.

Nesse sentido, precisamos ter uma contribuição maior do Senado, a fim de estudar uma legislação que permita a padronização no que diz respeito à construção das antenas. Uma legislação específica para adequar todos os Municípios a uma exigência padrão para a construção de antenas me parece algo razoável, mas, de qualquer maneira, precisamos ter o comprometimento das operadoras no sentido de acelerar esse plano de expansão.

Foi exibida uma tela que diz respeito aos grandes eventos. Grandes eventos são grandes eventos. Posso citar o Carnaval Digital, realizado em Rio Branco, em 2010. Naquele ano, conseguimos colocar tantos pontos de acesso na Arena da Floresta, que havia Internet livre para todos que quisessem enviar seus torpedos com fotos do evento, porque fomos instalamos pontos de acesso. Na medida em que não eram suficientes, nós aumentávamos, até chegar a um número de pontos de acesso para atender a todos. Mantidas as devidas proporções, foi o que aconteceu agora na Rio+20, todos foram atendidos. E é o que vai acontecer em 2014, porque, na medida em que aumenta o número de público num evento, aumenta-se também, digamos, a disponibilidade de pontos de acesso e de disponibilização de linhas.

Todavia, o problema é o dia a dia. O nosso caso é o dia a dia do consumidor, que fica sempre a exigir uma resposta das autoridades. Eu acredito que esta audiência pública cumpre imensamente o papel de chamar aqueles que têm responsabilidade a prestar os esclarecimentos e a assumir compromissos no sentido de melhorar.

Com relação à Anatel, é fundamental também que o usuário saiba qual é o número do *call center* para poder apresentar suas reclamações, porque eu acredito que, quanto mais for divulgado esse número para as reclamações, maior será a quantidade de reclamações a serem registradas pela Anatel, como aconteceu, de maneira muito competente, lá no Paraná, que registrou essa suspeita de que o TIM *Infinity* está cobrando os R\$0,25, mas está cortando a linha, e os R\$0,25 se tornam R\$0,50, R\$0,75, e, no final, chega a um preço bem maior do que nos planos normais, quando os atores globais se apresentam como uma forma de falar indefinidamente ao preço de R\$0,25, mas, pelo que vemos, não é o que está acontecendo, de maneira a mais uma vez comprovar essa política de oferecer, de vender algo para o consumidor. Na realidade, trata-se de um engodo, porque o consumidor está pagando por algo de que não está usufruindo. E a isso o Senado Federal apresenta, com certeza, seu mais absoluto protesto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Tomás Correia, para fazer uso da palavra.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Dr. João Batista de Rezende, Dr. Eduardo Levy, Srs. Senadores, ouvi a notícia de que a TIM derruba sinal de proposta, segundo a Anatel. É uma situação extremamente grave. Então, gostaria de saber efetivamente que medidas foram tomadas pela Anatel no sentido de coibir esse tipo de coisa, quais as punições neste caso.

O que me preocupou também, Sr. Presidente, foi que ouvi o Dr. João Batista Rezende dizer que, de um ano para cá, a Anatel está se preocupando com a qualidade da telefonia móvel. Está muito curto esse prazo. Temos mais de dez anos de telefone celular e só de um ano para cá é que ela está se preocupando com a questão.

A pretexto disso, estou vendo aqui um relatório do Tribunal de Contas da União que faz severas críticas à Anatel. Então, gostaria de saber a respeito desses fatos. Este relatório de monitoramento diz o seguinte na sua conclusão:

Todavia, ao julgar pela avaliação realizada neste monitoramento, nota-se que foram, de fato, na maioria, negligenciadas. Pôde-se verificar que cerca de 33% delas simplesmente não foram implementadas, aproximadamente 41% ou foram parcialmente implementadas ou se encontram em implantação, e apenas cerca de 15% das recomendações feitas pelo TCU foram efetivamente implantadas, passa-

dos vários anos, desde sua expedição, por este Tribunal.

Enfatiza que a Anatel não cumpriu a maior parte do seu próprio plano de ações, elaborado para dar cumprimento à deliberação do TCU.

Então, Sr. Presidente, na verdade, também ouvindo o Presidente da Anatel, noto que não há uma disposição de multar as empresas. Há medidas a serem tomadas, planos de aplicação das empresas, planos para que a qualidade possa ser melhorada, mas não vejo disposição de multar as empresas e de exigir que, de fato, cumpram com aquilo que é da sua obrigação com o consumidor.

Com relação a linhas por antenas, Porto Velho, capital do meu Estado, possui 10.692 linhas por antena, a segunda do País. A primeira é Teresina. Palmas, realmente, está na média nacional, que é de 4.618 linhas por antenas. Eu queria também saber se não há uma fiscalização para esse excesso de consumidores por linha, se não há uma forma de conter, de obrigar a instalar mais uma antena por cada situação que possa surgir. Quando houver concentração de linhas por antenas, obrigar a instalar mais uma antena a fim de melhorar o serviço de telefonia móvel.

Enfim, Sr. Presidente, o que eu gostaria de saber do Presidente da Anatel é se ela está, de fato, estruturada. Hoje, há 250 milhões de telefones, segundo fui informado. Se a Anatel está, de fato, estruturada para fiscalizar essas empresas, porque, a teor do que diz o Tribunal de Contas da União, ela não tem cumprido as recomendações do próprio TCU nessa parte.

Então, eu gostaria de saber que dificuldades a Anatel tem para cumprir, executar e fiscalizar, porque o consumidor está na ponta, sofrendo com a má qualidade do serviço de telefonia, e a Anatel é a representante do Governo para fiscalizar e cumprir o seu papel de não deixar o consumidor desamparado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Exa. Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador Eduardo Suplicy, e, logo em seguida, ao Senador Ricardo Ferraço, encerrando a participação dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Prezado Ministro da Comunicação, Paulo Bernardo; Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel; Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo da Telebrasil, minha primeira questão refere-se à preocupação de todos os usuários de telefone celular, cujo uso, nos últimos meses, se tornou muito difícil. Nós, Senadores, utilizamos celular cedido pela administração do Senado, mas noto que, nos últimos meses e semanas, tem havido muitas in-

terrupções das ligações. Com frequência, em meio à ligação, perdemos o contato – a voz vai sumindo – e precisamos, para cada diálogo, ligar mais de uma vez, às vezes até duas vezes.

O que é necessário fazer para que qualquer das empresas, seja a TIM, a Vivo, a Oi, a Claro ou outras – não conheço bem, mas a Sercomtel, empresa do Paraná, uma empresa pública, tem tido pela Anatel uma avaliação muito positiva –, ou o conjunto dessas empresas possa superar a problemática que está ocorrendo.

Em segundo lugar, muito interessante a observação do Ministro Paulo Bernardo, ao mencionar que, quando há duas, três, quatro antenas colocadas em situação próxima, seria de bom senso que as empresas operadoras pudessem eventualmente chegar a um entendimento. E acredito que isso possa ser feito em coordenação e colaboração com a Anatel. Mas como o Sr. Eduardo Levy aqui representa, pelo que entendo, as diversas empresas operadoras, quão próximos estamos de efetivamente realizar esse objetivo de coordenar as ações?

Fico pensando, em termos práticos, que é muito provável que as empresas que operam estão dispostas a realizar investimentos na colocação de antenas nos lugares mais estratégicos, seja das grandes regiões metropolitanas, seja de lugares mais distantes.

Na medida em que a antena da operadora A, B ou C estiver ali colocada, mais haverá interesse por parte dos usuários de telefonia móvel de utilizar aquela respectiva empresa que primeiro colocou a antena. Levando em conta o objetivo mencionado pelo Ministro Paulo Bernardo de haver maior racionalidade de todos poderem eventualmente utilizar uma antena, e daí todas as empresas poderem utilizar um número maior de antenas em todo o Brasil, será possível coordenar isso de maneira a harmonizar, ao mesmo tempo, os objetivos que todas as empresas têm de bem servir aos usuários, mas, de, ao mesmo tempo, até economizar no investimento e ter uma boa e poderosa antena, de tal forma a atender a toda aquela área e de tal forma a que as quatro, cinco, seis ou mais empresas que existem, todas poderem utilizar? É isso factível?

Gostaria também, tendo em conta que nas Olimpíadas de Londres tem havido problemas de telecomunicações, apesar da excelente infraestrutura inglesa e do preparo do Reino Unido, de saber como o Brasil está se preparando para os próximos eventos da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Estaremos, em especial, preparados para isso?

No que diz respeito à antena por número de usuários, como chegar a uma situação que possa corresponder à melhor qualidade e confiabilidade das ligações? E, tendo em conta os dados da União Internacional de

Telecomunicações, da OIT, em que se registra que a telefonia móvel no Brasil está dentre aquelas que ainda são mais das caras, e quando o preço leva em conta tanto a renda *per capita* quanto a distribuição da renda, segundo a OIT, o custo de ligações no Brasil é superado pelo de 40 países, numa lista de 161 nações. Quais seriam os passos necessários para reduzir os preços do uso dos telefones móveis, dos telefones celulares?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Exa.

Passo a palavra, como último orador inscrito, ao Senador Ricardo Ferraço, para seus questionamentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, permita-me, primeiramente, cumprimentá-lo pela iniciativa, pela oportunidade de aproveitarmos este esforço aqui no Senado para o debate de um tema muito importante para a nossa sociedade, para o Brasil. Peço também desculpas se eventualmente reiterar alguma pergunta que já tenha sido feita, porque nós estamos aqui numa quarta-feira muito intensa. Temos a sabatina da Diretora da Agência Nacional do Petróleo, temos reunião da Comissão de Constituição e Justiça, temos agora a CPI, a ex-mulher do Cachoeira resolveu falar. Então, transformaram a reunião em secreta. Está uma super quarta-feira animadíssima aqui no Senado Federal, e somos obrigados a nos desdobrar.

É a ex, não é a atual. Não consegui chegar lá ainda. (*Risos.*)

De qualquer forma, Sr. Presidente, Sr. Ministro, a quem cumprimento, Dr. João Rezende, Dr. Eduardo Levy, eu acho que estamos, na prática, diante de um bom problema, um bom problema. Temos aquele bom colesterol e o mau colesterol. Eu acho que este é um bom problema que precisamos enfrentar e acho, sinceramente, que a Agência Nacional, a Anatel, está enfrentando o problema. Mas há algumas incertezas nesse campo, Dr. João Rezende, ou seja, os planos de investimento das operadoras, na prática, não aconteceram no tempo e com a qualidade que se esperava. Por isso, a Anatel agiu, e, a meu juízo, agiu bem, com firmeza.

A pergunta que faço ao Dr. João Rezende é a seguinte: o que faz V. Sa. acreditar que a nova proposta apresentada pelas operadoras vai ser honrada? Porque até aqui não me parece que esses investimentos tenham sido honrados. Também me parece que a Anatel fará, de três em três meses, um monitoramento para acompanhar essas metas.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, acho que poderíamos, inclusive, em linha com a Anatel, programar também para que esta Comissão, de três

em três meses, pudesse receber o Dr. João Batista, para que o monitoramento que ele fizesse junto às operadoras fosse socializado, fosse compartilhado com esta Comissão, para que pudéssemos acompanhar, *pari passu*, esses novos investimentos que esperamos possam acontecer.

Na prática, no serviço móvel pessoal, não há uma obrigação de universalização porque ele é um serviço privado, mas se trata aí de uma relação com o usuário.

E nós estamos meio perdidos em relação às últimas informações. A imprensa, ontem, noticia, por um lado, que a TIM derruba sinal de propósito. Relatório da Anatel acusa a TIM de interromper de propósito chamadas feitas no Plano Infinity, no qual o usuário é cobrado por ligação e não por tempo. Mas ainda ontem, a imprensa noticia que a Anatel diz que não há conclusão sobre a queda de chamadas da TIM. O Superintendente de Serviços Privados da Anatel, Bruno Ramos, nessa terça-feira, disse que o relatório sobre a queda de ligações em linhas de clientes de TIM ainda está sob análise e, portanto, não é conclusivo. Ou seja, onde está a verdade?

Nós precisamos de uma satisfação com relação a esse tema, até porque começamos a tomar conhecimento de que, Brasil afora, no Ministério Público – isso começa no Paraná, mas temos informação de que também isso ocorre no Mato Grosso e no meu Estado –, ações civis estão sendo impetradas para que possamos eventualmente fazer essa apuração.

Eu gostaria que V. Sa. pudesse nos dizer, com muita clareza e com objetividade, o que está acontecendo, se a TIM está ou não está ludibriando o usuário em relação à qualidade desse serviço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do nosso Senador Ricardo Ferrado e passarei a palavra aos nossos convidados. Mas, antes de lhes passar a palavra, eu gostaria de dizer, já em resposta ao nosso Senador Ricardo Ferraço, que, durante a reunião desta Comissão, ficou definido que, em novembro, já contaremos com o retorno do Presidente da Anatel para a prestação de contas com relação a essa etapa dos investimentos assumidos, com relação ao plano de investimentos assumidos pelas operadoras junto à Anatel, o que possibilitou a retomada da comercialização dos *chips*.

Ao mesmo tempo, já houve nesta Comissão, por parte de vários Senadores, do Senador que vos fala, do Senador Walter Pinheiro e de outros Senadores, algumas sugestões de caráter técnico, imediato, para que nós pudéssemos melhorar a resposta da qualidade de serviço, como o compartilhamento, por exemplo, da plataforma tecnológica das antenas, o compartilha-

mento das torres, para que, portanto, pudesse haver uma melhor cobertura e uma melhor racionalidade no curto prazo.

As empresas, inclusive, através do Sindicato Te-lebrasil, já assumiram alguns compromissos, que ainda achamos tímidos diante do clamor.

Esta audiência pública contou com a participação interativa do cidadão brasileiro. Recebemos centenas de *e-mails* e de mensagens pelo Twitter, houve a participação pelo 0800 etc.

Portanto, vamos passar a palavra aos senhores.

Eu gostaria, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Eduardo Levy, de dizer que pincei poucos casos da participação do cidadão brasileiro com relação a essa questão, apenas para relatar a inquietude e a insatisfação do usuário com o sistema.

A cidadã brasileira Marta Cristina de Meneses, de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, parabeniza a iniciativa desta audiência e solicita que os parlamentares tomem uma atitude enérgica em relação aos serviços de telefonia fixa e móvel. De acordo com a cidadã, toda a população sofre com os altos preços cobrados pelas operadoras e com a baixa qualidade dos serviços.

Para isso, não precisa da Anatel, basta o usuário dizer. Não precisa de relatório, basta perguntar a qualquer um de nós que estamos aqui e que tenha um celular se o serviço é de boa qualidade ou se o serviço é de má qualidade, se o serviço está sendo ou não executado de acordo com o contrato que está sendo feito pelas operadoras.

A cidadã Solange Carvalho Moreira Rodrigues, de Ipatinga, em Minas Gerais, reclama dos serviços prestados pela operadora Claro, afirma que possui mais de 30 protocolos de reclamações, dentre eles queda de sinal, cobrança indevida, falta de atendimento no SAC repetidas vezes, o que torna as ligações cansativas, sem êxito algum. Coloca que, após todos esses episódios, optou pelo cancelamento do contrato com a operadora.

Álvaro Torres de Oliveira e Silva, de Fortaleza, no Ceará, diz o seguinte:

Olá! Há essa discussão sobre telefonia móvel e sobre os péssimos serviços ora prestados. Estou ouvindo a sessão de hoje sobre o assunto. Questiono a seguinte questão. Na TIM, não obstante as punições já sancionadas, continua a falha principal: a ligação cai com tanta frequência, que chega a ser irritante. A questão é: o que efetivamente será feito e cobrado delas? Sou usuário da TIM, da Oi e da Vivo Internet, e parece que elas estão se limitando, em especial a TIM, a soltar notas

negativas e “pt saudações”. Será que o Senado está mesmo interessado, Srs. Senadores, numa solução real? Vou esperar para ver e acompanhar.

Finalmente, o cidadão Christian Eduardo Miranda Oliveira, de Cuiabá, Mato Grosso, reclama do atendimento ao cliente das operadoras Claro e TIM, afirma que, quando precisa entrar em contato com qualquer uma das duas, passa mais de 20 minutos esperando para ser atendido e que, quando consegue fazê-lo, começam a surgir falhas na ligação, o que leva à interrupção do atendimento, obrigando-o a ligar novamente e a aguardar os mesmos 20 minutos para conseguir ser atendido. Coloca ainda que as tarifas cobradas por uma ligação para outra operadora são muito altas.

O Wagner Borges, de Itiruçu, na Bahia, em homenagem ao nosso Senador Walter Pinheiro, diz o seguinte:

Senador, bom dia! Gostaríamos de dizer a V. Exa. que estamos na mão da TIM aqui, na cidade de Itiruçu. Não dá para o senhor dar uma ajuda? [Aí eu tenho de pedir ao Ministro] Gostaríamos de contar com uma operadora a mais na cidade, pois temos só a TIM e a Oi. Não há condições de abrir o sinal em nossa cidade? O senhor já foi funcionário da Oi.

É dirigido a V. Exa. mesmo, viu, Walter!

Continua: “Dá um jeito de falar com o diretor para abrir o sinal para nós, ele e a dona da antenna local! Quem usa é a TIM. Engraçado isso. Obrigado”.

Eu queria apenas mostrar a participação da população, já que esta reunião é interativa.

E há um consenso, Senador Walter Pinheiro: a legislação está posta; precisamos fazer a legislação ser cumprida.

Passo a palavra, portanto, ao nosso querido Ministro.

Mais uma vez, Ministro, agradeço, de forma muito profunda, a atenção de V. Exa.. Há a participação imediata do nosso Ministro Paulo Bernardo nesta audiência pública, que, de forma inédita, conta com a participação do povo brasileiro, que interage com esta audiência.

Com a palavra, o nosso Ministro Paulo Bernardo, para fazer suas considerações e dar respostas às considerações dos Srs. Senadores.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão.

Quero agradecer os questionamentos, as sugestões e as críticas que foram feitas pelos Senadores aqui, na Comissão.

Começo concordando com o Senador Ferraço, que disse que estamos diante de um bom problema.

Entendo, Senador, que pode, sim, ser caracterizado como um bom problema, porque há uma crise derivada do fato de o mercado demandar, crescer. Houve, com certeza, um crescimento que superou o planejamento das empresas.

Acho que é lícito pensarmos que precisamos andar mais rápido com a fiscalização, com a regulação, com a cobrança sobre as empresas. E, claramente, as empresas não se prepararam para ter o crescimento que tiveram, eu diria, principalmente no tráfego de dados, onde se cresceu de forma quase explosiva no ano passado. Como eu disse, dobrou, houve 103% de crescimento. Então, com certeza, isso ajudou a termos esses problemas todos.

Mas o Governo está consciente de que temos esses problemas todos, e precisamos tomar todas as medidas para que, primeiro, o mercado continue crescendo – isso é uma coisa mais geral do Governo, e há a gestão da política econômica, a questão do aumento da renda da população. Temos muita convicção de que vamos continuar com esse crescimento. Mas, na área de telecomunicações, nós precisamos garantir bom atendimento, qualidade. Precisamos atender o consumidor como ele tem de ser atendido.

Questões foram levantadas pelo Senador Walter Pinheiro, e elas já tinham sido levantadas pelo Senador Eduardo Braga, como essa questão do compartilhamento, que não apenas tem toda lógica, faz todo sentido do ponto de vista econômico, do ponto de vista da racionalidade da gestão dos recursos, sejam os recursos das empresas, sejam os recursos urbanos – é a modicidade tarifária –, mas também tem de virar obrigação. Está colocado na lei que as empresas podem compartilhar a infraestrutura.

Nesse um ano e meio em que estou no Ministério das Comunicações, não vi nenhuma empresa, nem o Sindicato – perdoe-me o Dr. Levy –, chegar lá e falar: “Vocês têm razão. Temos de compartilhar mesmo”. Sempre há resistência, sempre há dificuldade. Essa é que é a verdade!

É uma grande notícia o fato de que, agora, as torres e as antenas para o 4G serão compartilhadas. Mas a Anatel tem de resolver esse problema, determinando o compartilhamento de dutos, de torres de antenas, das redes, e nós temos de fazer valer essa coisa que parece tão lógica e que, lamentavelmente, não foi transformada em realidade ainda.

Então, este é um bom momento, como disse o Senador Ferraço, porque vamos ter de atacar esses problemas e de resolvê-los. Isso é determinante para mantermos um mercado com credibilidade, com possibilidade de crescimento, com possibilidade de vender mais ainda.

Há outros desafios que precisam ser realizados. O Presidente da Anatel falou ontem, na Câmara, sobre a questão de atendermos nas estradas, e o Dr. Levy...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ministro, uma coisa que o senhor levantou no início é importante, como vender mais, por exemplo. O senhor fala do crescimento de dados, porque o que as empresas vão ter é isso. Vamos aumentar absurdamente o serviço nessa rede, inclusive, já instalada.

O SR. PAULO BERNARDO – É por aí que vai crescer. Isso é precioso para elas, com certeza.

E o Dr. Levy, ponderando sobre essa questão das estradas, falou: “Ainda não temos a obrigação de fazer, por exemplo, o atendimento ao longo das estradas”. Isso não foi colocado nos editais feitos.

Então, queremos que a Anatel, nos próximos editais – e já estamos discutindo a licitação da frequência de 700 MHz –, coloque a exigência de prestar atendimento nas estradas também e nesses distritos onde não foram colocadas as obrigações nos editais que foram feitos até agora.

Então, de fato, temos de apontar para uma saída firme nessa questão.

Eu não queria encerrar sem antes mencionar essa questão noticiada, ontem, sobre a TIM.

Acho que o João Rezende, Presidente da Anatel, pode falar com mais precisão e com mais propriedade, mas eu queria dizer que, pela manhã, ontem, quando li essa notícia, já liguei para o João Rezende e falei: “Olha, essa é uma notícia muito grave, que, com certeza, terá um impacto enorme. E precisa ser devidamente esclarecida, em parte, pela Anatel e, em parte, pela empresa; a própria TIM tem de também esclarecer essas questões”. O João me explicou que, na verdade, há um relatório que ainda é preliminar, que não foi totalmente concluído pela Agência. Há um trâmite: primeiro, passa pelo âmbito da Superintendência de Fiscalização e, depois, vai para o Conselho, para ver, comprovada a situação, quais as medidas que têm de ser adotadas.

Quero dizer que, considerando a autonomia da Agência e a prudência que um caso como esse exige, também do ponto de vista do mercado, da credibilidade do mercado, pedi para a Anatel que os resultados fossem buscados o quanto antes, porque precisamos esclarecer a opinião pública sobre essa questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Ministro?

O SR. PAULO BERNARDO – Pois não, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso vai muito além da qualidade, isso é fraude!

O SR. PAULO BERNARDO – Com certeza! V. Exa. me interrompeu no momento em que eu ia falar isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É crime! É o pior dos mundos, se isso é verdade!

O SR. PAULO BERNARDO – Daí por que acho que temos de ter prudência. Uma coisa é dizer que a qualidade está ruim, que a chamada cai, que a chamada não se completa, e outra coisa é dizer que, deliberadamente, há uma derrubada, para aumentar a receita e para lesar o consumidor. Então, com certeza, aí se foge para outro âmbito.

Por isso, acho que a Anatel precisa apressar a análise dessa situação e dar um resultado conclusivo, para ver, inclusive, quais as medidas a serem adotadas.

Concordo plenamente com V. Exa.. Uma coisa é haver dificuldades, haver falhas no atendimento, a ligação cair. Então, tem de exigir melhor atendimento. E isso que está sendo feito, na minha opinião, atende. Mas, se há uma ação intencional para lesar o consumidor, aí talvez saia do âmbito da Anatel, porque isso já vira um problema...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De polícia!

O SR. PAULO BERNARDO – Esse seria um problema de polícia, um problema criminal.

Então, temos de ter cuidado na hora de falar. Por isso é que acho que, ontem, o Presidente da Anatel foi cuidadoso. Fui procurado por jornalistas. Inclusive, pedi para o João: “Ponha os dados todos do processo, o relatório”. O que fiquei sabendo foi o seguinte: foi feita uma fiscalização, foi feito um relatório, que ainda estava no âmbito interno, e houve um pedido do Ministério Público do Paraná para que mandasse o relatório para lá. Esse relatório serviu de base para uma ação, a que se deu entrada na Justiça. Não sei por onde isso saiu para imprensa no Paraná, porque a matéria foi feita no Paraná também.

Então, temos de olhar essas coisas com o devido cuidado, o que não quer dizer que vamos falar: “Fica quieto! Vamos sentar em cima, e não vai acontecer nada”. Não! Tem de haver apuração rigorosa, mas, por outro lado, não nos podemos precipitar e acusar alguém, seja esse alguém uma pessoa física ou uma pessoa jurídica, de fazer uma fraude, sem termos condição de comprovar isso, sem termos condição de fazer a apuração.

Mas eu não podia deixar de falar, antes de sair, que defendo que haja uma completa e cabal apuração, o esclarecimento dessa situação. Isso é absolutamente vital para o bom funcionamento, para a credibilidade do sistema de telefonia no País.

Por isso, temos de dar respostas para o Senado e para a opinião pública de maneira geral. O usuário quer saber como ficou esse negócio, se é verdade ou não. Então, isso precisa ficar muito claro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Ministro, não seria o caso, diante dessa opinião muito serena de sua parte, antes de fazermos uma acusação expressa, de fazermos uma convocação igual a essa, para que as operadoras viessem aqui prestar esclarecimentos, inclusive com a presença do público?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, eu queria fazer uma consulta aos Srs. Senadores, diante do posicionamento claro do nosso Ministro Paulo Bernardo, e não poderia ser de forma diferente.

No início desta sessão, reportei-me à presença do Vice-Presidente da TIM, que se colocou à disposição da Comissão, caso a Comissão entendesse necessário, e a opinião deste Presidente é a de que isso é necessário, já que o Vice-Presidente da TIM encontrava-se na Comissão.

Pela posição do representante do SindiTelebrasil, que, aqui, ainda há pouco, manifestou que também entende que é importante que a própria empresa possa se manifestar, pergunto aos Srs. Senadores se aprovam a participação aqui do Vice-Presidente da TIM, para que ele preste esclarecimento antes da resposta do Presidente da Anatel a todos os questionamentos, inclusive o da TIM, para que fiquem transparentes, claras as duas posições, tanto a posição da empresa...

Aqui, eu queria fazer apenas um reparo, Senador Ricardo Ferraço: na realidade, foi o Ministério Público do Estado do Paraná que ingressou com uma ação em juízo, o que provocou uma informação pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Não foi a Anatel que deixou vaziar ou que apresentou um relatório, mas, sim, questionada e provocada pelo Ministério Público do Paraná, a Anatel teve de prestar informações e entregou os relatórios que estavam sendo realizados pela Anatel. E o Ministério Público, portanto, fez desse relatório embasamento de suas ações.

E isso não se dá apenas no Estado do Paraná. É preciso dizer que, no Estado do Mato Grosso, já houve, inclusive, decisão liminar de Justiça a respeito da matéria e que, em outros Estados, isso também já aconteceu.

Ouçõ os Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Abordo só uma questão de inversão. Concordo plenamente com V. Exa., mas acho que o correto seria ouvirmos o Presidente da Anatel, porque, quando o senhor fala do relatório, ocorre-me a seguinte pergunta: o relatório divulgado tem ou não tem a informação? Senão, fica parecendo que foi só o vazamento, não a questão do conteúdo.

Era importante que o Presidente da Anatel se posicionasse, porque aí, Senador Ricardo Ferraço, há duas situações criminosas que podem ser apuradas: se houve o crime cometido pela empresa ou se houve o crime cometido por alguém que aportou uma informação que não era verídica. Não é a divulgação da informação, é o que consta do relatório feito pela Agência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Concordo com V. Exa., Senador Walter Pinheiro.

Senador Eduardo Braga, o jornal *Folha de S.Paulo* de ontem afirma: “TIM derruba sinal de propósito, diz a Anatel. Relatório da Anatel acusa TIM de interromper de propósito chamadas feitas no Plano Infinity”. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, foi a Anatel que afirmou.

Então, precisamos fazer o cotejamento, o enfrentamento, para cumprirmos nossa tarefa, aqui tão bem conduzida e liderada por V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, entendo que a manifestação dos Srs. Senadores é a de que possamos ouvir o Vice-Presidente da empresa, aqui presente.

Eu gostaria de ponderar que seria importante ouvir a posição da empresa e que, logo a seguir, a Anatel, como órgão e agência reguladora, pudesse fazer os comentários em cima do que fosse dito.

As informações estabelecidas pelo Ministério Público, inclusive, foram disponibilizadas no *site* da própria Anatel. Esse relatório está disponibilizado no *site* da Anatel. Eu baixei esse relatório no dia de ontem e li o relatório que a Anatel repassou ao Ministério Público, que é um relatório ainda não concluído, é um relatório que está ainda em processo de investigação, mas é um relatório que está público.

Portanto, creio que essa seja a posição.

Mas o nosso Ministro não havia concluído. Portanto, antes de convidar o Vice-Presidente da TIM para compor a Mesa, passo a palavra ao nosso Ministro Paulo Bernardo, para que possa concluir sua exposição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero falar rapidamente.

Seria importante também que ouvíssemos da Anatel se esse indício, essa dúvida, essa incerteza é relativa somente à TIM ou é relativa também a outras empresas e se há investigação em curso para o conjunto do sistema. O que está em jogo é a reputação do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É claro!

Com a palavra, o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO – Eu já estava concluindo.

Quero dizer que pedi ao Presidente da Anatel que colocasse o relatório na Internet, o processo todo,

inclusive o pedido do Ministério Público, até porque, quanto menos informar, mais complicado fica. Entendo que, num caso como esse, vale a palavra da Anatel quando termina o processo. Se votou lá, se imputou multa e penalidade, aí é a palavra da Anatel. Muitas vezes, sai uma notícia dizendo que o TCU disse tal coisa, e aí você vê que foi um técnico do TCU quem disse. Quando você vai apurar para valer, você vai ver que o TCU ainda não se manifestou como instituição. Em vários casos, acontece isso.

O que é importante é o seguinte: a Anatel tem de ter prudência e não divulgar quando o caso ainda não estiver concluído. E não foi divulgado isso. Na verdade, veio um pedido, foi passada a informação, e a informação foi repassada para a imprensa por outro mecanismo.

São importantes essas coisas, para deixarmos claro como tudo acontece. Se vazou, só tem de se esclarecer.

Eu já estava concluindo, Sr. Presidente. Fico por aqui.

Já foi dada a decisão pela Comissão. É importante, já que o Vice-Presidente da empresa está aqui, já que ele se dispôs a vir aqui, já que V. Exa. vai abrir espaço, ouvir – não sei qual a melhor ordem, Senador Ferraço –, primeiro, talvez, a Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Creio que isso seja interessante, até para que a Anatel, depois, possa falar não só sobre a TIM, mas também sobre o sistema como um todo.

Portanto, convido-o a compor a Mesa. Inclusive, V. Sa. pode fazer uso da palavra daí ou daqui, como V. Sa. preferir.

Convido, portanto, o Vice-Presidente da TIM, Sr. Mario Girasole, para compor a Mesa, para que possa trazer os esclarecimentos da TIM a respeito da matéria em pauta, que é de suma importância. Talvez, seja um fato superveniente que aconteceu do dia de ontem para o dia de hoje, quando nós já havíamos estabelecido a audiência pública.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Mario Girasole, para que preste seus esclarecimentos. Peço apenas que tenha cuidado com o tempo.

V. Sa. terá, portanto, o prazo de cinco minutos para esclarecer a posição da TIM.

O SR. MARIO GIRASOLE – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os componentes da Mesa, o Sr. Ministro, o Sr. Presidente da Anatel, o Diretor Levy, todos os Senadores e as senhoras e os senhores aqui presentes.

Eu tinha planejado participar dessa audiência já há algum tempo, porque acredito que este seja um

marco relevante para o debate de políticas públicas e dos avanços ocorridos no País, sobretudo em decorrência dos planos que as empresas estão colocando, de forma transparente, à disposição da sociedade, mesmo com a representatividade do SindiTelebrasil, acreditando que a presença das empresas como ouvintes seja muito importante para desdobrar o sentido do debate e das conclusões e também para internalizá-los nas próprias organizações.

Ontem, Presidente Eduardo Braga, houve essa turbulência, digamos, decorrente de uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, da redação de Curitiba, com esta afirmação: “TIM derruba o sinal de propósito”, diz a Anatel”.

Aqui, temos de fazer uma distinção extremamente clara – e tenho a satisfação –, que já foi feita nas últimas intervenções.

Uma coisa é a qualidade do serviço e dos seus padrões técnicos. Isso está sendo tratado. Houve um momento de estresse, de medida extrema, que não comentamos. As medidas cautelares não se comentam, mas se cumprem. Depois, houve um plano de melhoria, foi feito um grande trabalho técnico com a área da Anatel, chegando a números de aceleração de investimentos realmente importantes.

Outra coisa é a ética do negócio, porque, como foi corretamente colocado aqui, com essa matéria, não estamos falando sobre qualidade dos serviços, mas estamos falando de um crime.

A empresa, a nossa empresa, a TIM – eu, pessoalmente, sou o primeiro a afirmar –, nós estamos em um ambiente que não é um ambiente da qualidade da telefonia móvel, mas é um ambiente de fraude e crime, e, no crime, precisa haver um respaldo técnico e documental de altíssima segurança para ser colocado nas costas de uma organização de pessoas físicas e de pessoas jurídicas. Por isso, agradeço a oportunidade de fazer esses esclarecimentos.

A TIM, como já publicamos na nossa nota, nega veementemente qualquer iniciativa ou qualquer envolvimento em quedas propositais das chamadas do Infinity, no espectro das chamadas do Infinity.

De onde decorre essa suspeita que circulou? Não há um posicionamento oficial da instituição Anatel, que nunca se posicionou sobre isso, mas se faz um relatório de fiscalização de um escritório regional, com algumas metodologias aplicadas e – posso dizer –, neste momento, claramente reconhecidas como inadequadas, erradas. Tenho dois *slides* para mostrar por que isso. Concluiu-se pela suspeita de que a TIM pudesse, deliberadamente, ter práticas criminosas, não problemas de qualidade. Isto aqui é falso, é falso no sentido de que esse relatório... A gente está tratando

na área técnica da Anatel, porque, normalmente, os relatórios de fiscalização chegam a uma análise muito mais aprimorada. E, às vezes, as conclusões – parcialmente ou significativamente, são diferentes das da mesa da Anatel, em Brasília – contêm erros básicos.

Vamos passar para o segundo *slide*.

Por quê? Porque se faz um apanhado de quedas de chamadas, considerando essas quedas de chamadas como irrelevantes para mensurar a atitude ou a qualidade mais ou menos criminosa da empresa. Nesse sentido, considera, entre as quedas de chamadas relevantes para a *performance* da TIM, quedas na rede da outra operadora, fim da bateria, deslocamento do usuário, manutenções programadas, fim do crédito, todos os eventos que, como todo mundo sabe, do ponto de vista das telecomunicações, geram, sim, queda de chamadas. Mas isso nada tem a ver com responsabilidade, tampouco com ações da empresa.

Então, qual foi o trabalho que foi feito transparentemente?

Agradeço ao Presidente da Anatel, porque, junto com esse relatório, publicou também as nossas contra argumentações, que estão sintetizadas nesses dois *slides*.

Fizemos a depuração desses dados, pegamos todos os registros de chamadas daquele dia. Estamos falando de um único dia, o dia 8 de março de 2012. Depuramos esses eventos, em que há, sim, quedas de chamadas, mas também outra origem, e chegamos aos dados, como aparecem.

Pode passar ao próximo *slide*.

Como se vê, é interessante. Dividimos, em vermelho, a queda de chamada tipo Infinity e, em azul, a queda de chamadas não Infinity. Está dividido por cem embaixo. Veja que o andamento é totalmente randômico. Por quê? Porque a rede é agnóstica, a rede não conhece qual é o plano de serviço daquele usuário. A tarifação é feita de outro lado.

Portanto, estamos falando das metas todas para aquele dia, abaixo de 2%, que é o indicador do CMPC. Há, sobretudo, uma distribuição entre vermelho e azul absolutamente randômica.

Há uma coisa interessante: em alguns CNs do Sul, o Drop-Code no Infinity resultou até maior, é aquela parte azul.

Então, isso me leva a concluir... É importante sempre o trabalho técnico da Anatel. As fiscalizações podem errar, todo mundo erra, as empresas podem errar. O que é lamentável é que o processo, a nosso ver e também, acredito, ao ver das análises que serão concluídas pela Anatel, é um processo que tem conclusões erradas, porque partem de premissas erradas. E esse vazamento virou um elemento de acusação que é

feito à reputação da empresa, à reputação dos nossos funcionários, nas questões de natureza mercadológica e concorrencial.

Aqui, não estamos dizendo que a qualidade do serviço da TIM não precisa melhorar. Fomos os mais afetados pela medida cautelar. Cumprimos a medida. Apresentamos um plano. Também no resumo feito pelo Presidente, há uma taxa de investimento até mais significativa do que a média das outras operadoras.

O que não pode acontecer é que seja afetada a reputação de onze mil funcionários, que, hoje, chegam à empresa e dizem: “Em que empresa estou trabalhando?”. E foi afetada por descuidos de natureza técnica, que, depois, vazados de forma não muito esclarecida na empresa, chegam a ser um fato, uma notícia. Para recuperar essa quebra de imagem, a gente levará, obviamente, muito tempo.

Por isso, novamente, quero dizer que uma coisa é a qualidade do negócio, e outra coisa é a ética do negócio. Sobre a qualidade do negócio, podemos conversar. Faço uma menção sobre a questão do compartilhamento da infraestrutura, que não é um futuro do setor, mas que é o único futuro possível do setor. Quando entramos na questão de ética do negócio, temos de tomar muito cuidado, porque muitos trabalhadores estão atrás disso.

Novamente, considerando esses dados... Pode passar ao próximo e último *slide*.

A análise correta desses dados mostra, muito claramente, que a queda de chamada é aleatória. Não há diferença, porque não pode existir uma diferença técnica entre as duas chamadas. Os índices de queda para aquele dia estão na média estabelecida. Sou o primeiro a dizer: não é que, todos os dias, isso seja assim. Existem dias em que a rede sofre mais, mas, naquele dia, estava abaixo de 1,8%.

Então, a gente considera simplesmente falsa qualquer afirmação de tratamento discriminatório. E me junto, obviamente, ao pedido de que esse processo de esclarecimento seja feito da forma mais rápida possível, porque, aqui, não se está decidindo se temos qualidade ou não, mas se está decidindo se uma empresa cometeu um crime ou se, talvez, o sistema tenha se aproveitado de uma produção técnica parcial e preliminar precária, para colocar em xeque a TIM, uma importante empresa para o País.

Agradeço ao Presidente e ao Ministro por me terem dado esta oportunidade de esclarecimento. Estou à disposição dos componentes da Mesa e dos Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Este é o momento de fazer algum questionamento ao Dr. Mario Girasole, ou o faremos em outra oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Creio que V. Exa. pode fazê-lo neste momento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Dr. Mario, recebemos aqui o documento da ação coletiva do Ministério Público do Paraná. Da folha 6, referente à análise do relatório, à folha 15, o Ministério Público do Estado do Paraná faz uma série de afirmações sobre irregularidade dos dados fornecidos pela TIM à agência reguladora no que diz respeito ao indicador referente à taxa de reclamação; irregularidade quanto ao indicador referente à taxa de chamadas completadas para o centro de atendimento (SMP3); irregularidade quanto ao indicador referente à taxa de atendimento pela telefonia atendente em sistema de autoatendimento (SMP4); irregularidade quanto ao indicador referente à taxa de chamadas originadas completadas (SMP5); irregularidade quanto ao indicador referente à taxa de atendimento pessoal ao usuário (SMP10).

Ao final, faz uma afirmação:

Além de não haver um controle efetivo do tempo de espera na fila para atendimento dos seus clientes, segundo este documento, a TIM orientava seus funcionários a repassarem informações inverídicas aos fiscais acerca da existência desse sistema de controle.

Ou seja, são informações que constam, salvo melhor juízo, da fiscalização da Anatel.

Portanto, Sr. Presidente, são casos absolutamente graves. É preciso que haja um enfrentamento entre a empresa e a agência reguladora que foi constituída para essa finalidade.

São esses os questionamentos que quero encaminhar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Sr. Mario, para dar sua resposta.

O SR. MARIO GIRASOLE – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Novamente, eu excluo e nego veementemente qualquer indicação ou orientação da empresa para que eventos fiscalizados praticamente todos os meses por nós sejam orientados de forma a criar visões que não correspondem à verdade.

É fato que o mecanismo de coleta dos indicadores de qualidades, histórico, precisou de uma importante revisão com a entrada em vigor do regulamento, do RG. Em síntese, isso ocorreu por quê? Porque o regulamento anterior tinha um grau de controle e de detalhe menor do que o de agora. Mas é um progresso regulatório normal.

No passado, falava-se de médias, mas todo mundo entrava coletando médias. Agora, está se falando de questões muito específicas por área de enumeração. Por isso, houve uma evolução, mas irregularidades relativas a deliberadas manipulações de dados, eu as excluo, porque novamente não estamos falando aqui, neste caso, de qualidade de negócios, mas estamos falando de ética do negócio, e sobre isso, a TIM, os nossos acionistas consideram inadmissível qualquer dúvida. Portanto, é importante uma rápida, célere e muito clara verificação seja pela Anatel, seja também pelo processo que o Ministério Público está colocando no Paraná.

O nosso receio é o de que das reconstruções se gere a notícia. Como está demonstrado no caso do relatório da fiscalização do escritório regional de São Paulo, as reconstruções são baseadas em premissas que não chegam a fatos corretos, o que não significa que a gente não se subtraia a essas considerações. Iremos trabalhar, obviamente, como trabalhamos, com todas as instruções federais, com as instruções estaduais, porque é importante que sobre essas dúvidas haja um esclarecimento, sobretudo um esclarecimento técnico-jurídico por parte da empresa em todas as suas esferas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço, portanto, a colocação de V. Sa..

Passo a palavra ao Presidente da Anatel, para fazer suas considerações a respeito não apenas desse episódio – e é preciso um esclarecimento cada vez maior e cada vez mais transparente com relação a essa questão –, mas também de todos os questionamentos aqui colocados e das proposições feitas pelos diversos Senadores a respeito da matéria.

Com a palavra, o Presidente da Anatel, o nosso querido João Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Obrigado.

Eu queria só fazer alguns comentários finais a respeito de algumas questões colocadas pelos Senadores sobre a decisão da Anatel acerca da suspensão de vendas e da retomada de vendas doze dias depois.

Primeiro, a Anatel vem trabalhando na questão do compartilhamento, da obrigação no PGMC do compartilhamento de infraestrutura. É evidente que há uma infraestrutura que não depende só da Anatel, porque envolve outras empresas que são do setor de Telecom, como as concessionárias de rodovias, que dependem da ANTT e de uma série de outras questões de energia.

Estamos trabalhando junto com a Aneel também na discussão de compartilhamento de postes. E entendemos que, num País deste tamanho, a infraestrutura duplicada é ineficiência econômica e custo para o usu-

ário. Quanto mais a infraestrutura estiver compartilhada, menos custo para o usuário final. Então, estamos trabalhando essa questão.

Na ligação fixo-móvel, como colocou o Senador Walter Pinheiro, estamos buscando uma redução. Vai cair de R\$0,45 para R\$0,31. Podemos, inclusive, já em janeiro, promover outras reduções.

Estamos estudando também uma questão muito importante, que é a questão dos clubes exclusivos de assinantes dentro da própria rede. Inclusive, ouvi uma moça dizendo, em Curitiba, que ela estava com um *chip* da TIM, que ela saiu da TIM, porque a qualidade estava muito ruim, e que foi para a Vivo, mas que a Vivo estava muito mais cara. Agora, ela vai voltar para a TIM, por achar que a TIM vai melhorar seus serviços.

Então, esse clube exclusivo de ligações dentro da própria rede pode ser – estamos analisando e vamos tomar medidas para isso – também um dos ofensores, porque o ideal seria que o preço dentro da própria rede fosse um preço muito próximo ao de fora da rede, porque você incentivaria aquele consumidor a ter mais três ou quatro operadoras para utilizar a rede.

Aqui, não quero fazer críticas à operadora TIM, mas acho que um dos ofensores, no nosso diagnóstico, da TIM são as ligações dentro da própria rede. Acho que esse é um problema que já existia na TIM. Nós estamos analisando isso. Inclusive, a nossa área passou um dado importante, Senador: de cada dez minutos de tráfego no serviço móvel, oito minutos são constatados dentro da própria rede. Isso mostra que não está havendo um balanceamento entre elas.

Vou dizer mais: a Europa passou por essa crise também. Houve intervenção do Estado para resolver essa questão. Acho que a ligação fixo-móvel, a ligação fixo-fixe e a ligação móvel-móvel têm de ter as mesmas atratividades, para que o consumidor possa falar: “Posso ligar para qualquer rede, que não vou ter custos”.

Acho que essa é uma das questões que a área está estudando, e haverá propostas sobre isso. Vamos fazer uma proposta sobre essa questão, para minimizar um pouco esse clube exclusivo dentro das próprias redes. Isso pode afetar, inclusive, a qualidade das operadoras, porque você promove uma sobrecarga da sua própria rede.

Estamos discutindo também uma diminuição nas tarifas de interconexão, que é também de telefonia fixa, que é o ILD de longa distância. Já estamos sentindo que há uma briga com quem domina a infraestrutura, porque ele não quer, de fato, compartilhar infraestrutura com outro. Mas precisamos impor essa questão.

Em relação ao número para reclamação, que o Senador pediu, o número do *call center* da Anatel é 1331. Senador, nós recebemos lá, por ano, seis milhões

de ligações. Até vou pedir, aproveitando esta oportunidade, mais recursos para o Ministro, para aumentar a capacidade do nosso *call center*. Precisamos aumentar nossa capacidade também de atendimento no *call center*. Então, estamos trabalhando nesse sentido.

Quanto à questão de que a Anatel não cuida da qualidade e não multa, que o Senador Tomás colocou, quero só dizer que, de 2006 a 2011, a Anatel aplicou multa de R\$1,27 bilhão, sendo que recebemos R\$440 milhões. E R\$1 bilhão, Senador, foi depositado judicialmente, porque a empresa tem o direito de recorrer. E esse recurso depositado é garantia, é depósito em dinheiro ou é fiança bancária. Quer dizer, a empresa está onerada. E nós sabemos que, inclusive, o Tesouro utiliza recursos que são depositados judicialmente. Então, isso gera um problema para a empresa, porque ela tem de aprovisionar isso no balanço, e isso faz com que sejam diminuídos os dividendos para os acionistas.

Então, não é verdade que não aplicamos multas para as operadoras. Mas achamos que só a multa, às vezes, não resolve o problema. Nesse caso, optamos por uma cautelar, que é uma medida mais drástica.

Em relação à questão da TIM, Senador Ricardo Ferraço, é importante dizer o seguinte: a Anatel tem 600 fiscais no Brasil inteiro. Os fiscais têm liberdade para fazer seus relatórios, para apresentar suas conclusões, para fazer suas fiscalizações. E nós é que determinamos a abertura de dois procedimentos para apurar e averiguar esta questão: por que as redes da TIM estavam derrubando chamadas constantemente? Evidentemente, o fiscal apresentou a versão dele. Mas a Agência vai dar o aspecto do contraditório para a empresa, a empresa vai se defender, e nós vamos analisar isso, porque não podemos também pegar um relatório da parte da fiscalização e já achar que é conclusivo. A área vai ter de fazer as análises todas, o contraditório da empresa.

Nós achamos que isso é muito grave, caso tenha acontecido. Não temos o julgamento final ainda, porque esse é um relatório que foi divulgado num escritório especificamente. E isso acontece na Anatel todo dia. Laca-se rádio comunitária, e o pessoal recorre; lacram-se rádios comerciais que estão fora da potência, e também as empresas recorrem. Isso faz parte do trabalho da Anatel. Nós não impedimos nenhum tipo de trabalho da fiscalização. A fiscalização é livre, é um agente do Estado. A área de fiscalização fiscaliza, forma a sua opinião, que vai para a Agência.

Agora, a empresa vai fazer o seu contraditório, e nós vamos julgar finalmente. Inclusive, é importante dizer que, na Anatel, não existe decisão monocrática. A única decisão monocrática que há na Anatel é a do Presidente em relação à matéria administrativa. As de-

mais matérias regulatórias em que se analisa a fiscalização, em que se analisam os recursos das empresas, são todas decididas pelo colegiado e pelo conselho.

É evidente que, se nós chegarmos à constatação de que houve, de fato, esse problema, vamos tomar outras medidas. Não vou poder anunciar isso, porque vou esperar, primeiro, a conclusão final, a posição da Agência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra ao Sr. Eduardo Levy, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Vital do Rêgo, que, compreensivelmente, não estava aqui no momento da fala dos Srs. Senadores, tendo em vista ser o Presidente da CPMI do Cachoeira. Inclusive, alguns Senadores se retiraram da nossa Comissão e foram para a CPMI, para ouvir o depoimento de mais uma das mulheres de Cachoeira. Talvez, essa CPMI possa ficar conhecida como a CPMI das mulheres de Cachoeira.

Mas, enfim, concedo a palavra ao nosso eminente Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente Eduardo Braga, cumprimento meu querido amigo Ministro Paulo Bernardo, esse Ministro multimídia do Governo. É um Ministro que, pela sua competência, o Governo escala sempre para fazer parte de grandes missões. E essa missão de reformatar no País as comunicações parece ser, sem dúvida alguma, uma das mais ousadas que o Executivo, que Paulo Bernardo está abraçando. É uma corrida contra o tempo, contra a tecnologia avançada, dentro de um mundo de dificuldades econômicas, financeiras e legais. Mas estamos avançando com perspectivas futuras e mesmo com desafios enormes.

Quero cumprimentar o Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel; o Sr. Eduardo Levy; e o Vice-Presidente da TIM.

Presidente Eduardo Braga, na condição de liderado, que sou, V. Exa., como Líder do Governo e membro do PMDB, representando a base, justificou-me a ausência. Efetivamente, foram V. Exa. e o Senador Renan Calheiros que me deram o presente de ser Presidente da CPMI. E estou lá, cumprindo essa missão, na qual V. Exas. me fizeram seu representante, na condição de membro do PMDB.

Por força dessa missão, não participei aqui do debate sobre um dos assuntos a que mais tenho dedicado atenção neste momento de vida parlamentar, que é esse embaraço que vive o País na qualidade dos serviços de telefonia móvel celular.

Não quero adentrar o âmago da discussão, até porque me sinto um pouco fora dela, em virtude de não

ter participado da reunião. Não vou mencionar perguntas, mas entendo que já falei com o Ministro que grande parte das nossas dificuldades, além das dificuldades estruturais, tecnológicas e contratuais, está na área legal. Não contamos com um marco regulatório que discipline o uso das nossas antenas.

Já foi falado pelo Ministro Paulo Bernardo da nossa iniciativa, do Projeto de Lei nº 293. Peço ao Senador Eduardo Braga, se tiver tempo, ou ao melhor de todos nós em termos de experiência em Telecom, que é o Senador Walter Pinheiro, sem dúvida alguma, porque é um funcionário e conhece como poucos as comunicações e as telecomunicações, para relatar um projeto que foi feito a várias mãos, dentro de uma urgência e de uma necessidade.

Este gráfico que recebi da assessoria técnica mostra que o número de antenas no Brasil por celular já supera 4,7 mil, enquanto nos Estados Unidos esse número cai de mil e, na Espanha, é de 460.

Então, muito dessa nossa infraestrutura que traz abalos na operacionalidade do sistema eu debito à falta de uma regulação, de uma norma geral que estabeleça política urbana, com proteção ao patrimônio histórico cultural, à saúde, ao meio ambiente.

Foi com esse desejo, Ministro, que, ontem, nós oferecemos à Casa um projeto de lei com a máxima observância de todos esses postulados, antes procurando assessoramento técnico no Ministério das Comunicações, procurando assessoramento técnico na Anatel, procurando ouvir todos. Espero ter entregado para a CCT – Comissão de Ciência e Tecnologia – o melhor que pude desempenhar neste momento, em que precisamos urgentemente fazer valer uma lei que possa avocar responsabilidades. Hoje, essa mixórdia de legislações municipais e estaduais, contrariando, obstruindo, engavetando, embargando o exercício da operação de comunicação no País, muito se deve a essa multiplicidade.

Sr. Ministro, nessa virada do Brasil Legal, a partir de 2000, com a criação de suas agências, acho que o Dr. João Batista colocou com muita propriedade o que já fez, mas ainda é muito pouco para o que tem de ser feito. Há uma discrepância muito grande entre o exercício de fiscalização da Anatel, não sei se por problemas operacionais no dia a dia da própria Agência, pelas dificuldades da própria Agência, que vão desde material humano, desde elementos humanos, desde orçamento...

O senhor, há pouco, pediu o orçamento para o Ministro. Não sei, por exemplo, como esses R\$400 milhões estão sendo investidos no setor. Pergunto ao senhor sobre os depósitos de multas. Como é a re-

versão dessas multas? Como são as reversões das multas para investimentos diretos no setor?

Há uma grande queixa do exercício final de fiscalização. Não por força do entendimento de V. Exas., não por força da vontade, mas, efetivamente, a gente, quando se depara com os relatórios que vêm do Tribunal de Contas da União, vê que o exercício de fiscalização ainda está muito aquém, não obstante todos os avanços que foram feitos.

Sr. Presidente, como última e derradeira observação, peço que leve como prioridade desta Comissão, em regime de urgência, a aprovação desse Projeto. O Ministro Paulo Bernardo já fez menções a ele. Quando eu chegava aqui, Paulo, na intimidade, já havia me dito isso. É importante que esse projeto ganhe celeridade, porque o Ministério das Comunicações precisa dessa norma legal que possa regular essa matéria e desembargar toda essa trava que paralisa esses serviços operacionais de telefonia no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu queria dizer ao meu querido e eminente Senador Vital do Rêgo que já nos havíamos manifestado sobre isso e que, desde ontem, alguns Senadores desta Comissão já estavam trabalhando também no projeto da Lei Geral das Antenas para o País. Tomei conhecimento da entrada do projeto de V. Exa. hoje. Foi distribuído para quatro Comissões e será terminativo na CCT.

Já pedi à assessoria que monitorasse esse projeto, porque reputo que podemos fazer um entendimento com o Presidente Sarney e com os líderes, para que possa haver um relator comum e uma tramitação concomitante nas quatro Comissões, já que a matéria é terminativa na CCT, para que possamos dar uma resposta imediata para o cidadão brasileiro, para o usuário.

Volto a dizer que não é apenas a questão do uso das antenas e do compartilhamento das antenas e das torres. Como V. Exa. mesmo disse, há uma discrepância com relação ao limite de número de usuários por antena no País, diante do gigantismo do mercado da telefonia móvel que o Brasil possui.

Ainda há pouco, o Senador Walter Pinheiro, inclusive, fazia menção à questão dos telégrafos. E mostrava o Senador as boas práticas na época do compartilhamento...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não sou do tempo do telégrafo, não, Senador. Quem andava de trem era o meu pai, que era chefe de trem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Mas V. Exa. tem o conhecimento de quem opera no sistema há muito tempo. E, como um bom baiano,

“mais do que nasce, estreia”. Portanto, V. Exa. sabe colocar com precisão essas questões.

O Ministro pede para fazer uma consideração.

O SR. PAULO BERNARDO – Rapidamente, Senador Vital do Rêgo, eu tinha falado sobre várias tratativas que fizemos. Eu não tinha a informação – depois, a minha assessoria me passou – de que V. Exa. já aperfeiçoou o projeto e o apresentou novamente ontem.

Quero dizer que nós achamos que é o momento bom para colocar essa discussão. Acho que é possível sensibilizar os membros do Senado para que façam a tramitação com razoável brevidade. É claro que sobre esse tema os Municípios terão de ser ouvidos. Parte das atribuições que estão sendo abordadas no projeto é dos Municípios; outra parte é da União. Mas acho que podemos resolver essa questão.

Eu tinha dito, antes de V. Exa. aqui chegar, que nós estamos trabalhando numa minuta no Poder Executivo, mas nós não fazemos nenhuma questão de ter a autoria do projeto.

O Senador Eduardo tinha me falado, antes da audiência, que tem interesse. Portanto, nós nos colocamos à disposição, com nossa equipe técnica, com o pessoal do Ministério – e, se for preciso, vamos pedir para a Anatel também –, para ajudar a formatar o projeto na melhor forma e fazer com que ele tramite aqui. Com certeza, poderemos ganhar tempo e mandá-lo para a Câmara com muito mais força, pelo fato de ter sido bem aprovado aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Esse é um debate importante, Ministro. Lembro-me de que, por volta de 1999, de 2000, nós chegamos a fazer esse debate na Câmara dos Deputados a partir dessa tese da questão da utilização. Aqui estamos falando de torre, mas, na época, inclusive, cheguei a escrever um artigo em que brinquei e escrevi “poste, o novo sócio”, porque o compartilhamento estava sendo cobrado.

Em relação às prefeituras, até apresentei um projeto também, que foi derrotado, que tratava de preço público. O debate que os Municípios fazem hoje, meu caro Senador Eduardo, é o de cobrar o uso do solo, além da questão ambiental. Estou separando por esse prisma. E, num desafio, eu chegava a brincar, dizendo que era o IPTU do poste ou o IPTU da infraestrutura.

Esse é um debate com que o Senador Vital do Rêgo contribuiu bastante. Mas, Senador Eduardo, acho que é importante, tanto para o Ministério quanto para a Anatel, uma coisa para a qual eu fiz até um apelo: o fato de que, nesse novo plano, meu caro Presidente João Rezende, apresentado pelas empresas, a gente já incorpore nessa proposta das empresas, a partir dessa demanda da Anatel, a questão do compartilhamento e exija que isso já seja praticado nesse novo plano.

Portanto, essa é uma forma de, enquanto anda o velho carro, fazer um ajuste, para trocar o pneu do veículo. As empresas têm condição de fazer isso. Diante dessa realidade, elas podem já projetar o que seria isso, até bebendo em experiências do passado, Senador Eduardo. Aí dá para a gente entender! Obviamente, é num novo tempo.

Paulo Bernardo, fizemos compartilhamento de infraestrutura e de tarifa quando havia um sistema diferenciado. Agora, também se pode fazer isso. Na ligação da Telebahia para a Telepar, no Paraná – inclusive, havia uma Embratel no meio –, você fazia a divisão dessa receita.

Portanto, agora, temos de aproveitar isso e pensar neste patamar: plataforma, preço e compartilhamento de infraestrutura nesse novo plano. A gente pode, inclusive, baratear. Por que o usuário do pré-pago paga mais caro que o do pós-pago, se ele antecipa o pagamento? Entendeu, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – E há mais: há limite de validade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O cara paga antes, e é mais caro o minuto. Inclusive, deveria haver o desconto da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Ele paga antes, o minuto é mais caro, e há limite de validade, porque, se ele não usar no prazo, ele perde o que ele pagou. E é o mais pobre.

Passo a palavra ao representante do SindiTelebrasil, Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Senador Vital do Rêgo, o senhor não estava presente aqui antes, e apresentei um mapa um pouco entre Campina Grande e João Pessoa. É a conversa que já tivemos no passado quando o próprio Sindicato compareceu à presença do Senador, apresentando também contribuições para a Lei Geral das Antenas.

Aqui ouvimos também possibilidades positivas no sentido de haver uma cobertura no futuro com 700 MHz, cobrindo outras regiões.

Ministro, o senhor comentou sobre a Via Anchieta. A Via Anchieta, provavelmente, não tenha cobertura.

O SR. PAULO BERNARDO – Não fui eu, mas o Presidente Lula que comentou isso. Inclusive, vou mencionar que o senhor disse isso.

O SR. EDUARDO LEVY – A rodovia Via Anchieta é extremamente sinuosa, e não há a obrigação de ser feita a cobertura. Então, infelizmente, a chamada caiu num ponto em que provavelmente não há essa obrigação. Mas a sociedade não mais aceita que não haja essa obrigação.

Em relação a linhas por antenas, não há um parâmetro técnico claro, porque depende muito do tráfego,

depende muito de uma série de questões que devem ser levadas em consideração.

De qualquer forma, como falou o Senador Walter Pinheiro, há necessidade de haver mais linhas. Se observarmos, por exemplo, o Japão, que trabalha com outras frequências, que trabalha com outro mecanismo, que trabalha com outras ações, a única questão que é clara para todos é que nós teremos de colocar muito mais antenas no País, seja pelo crescimento do tráfego, seja pelo crescimento do número de usuários, seja pelas novas frequências que nos foram outorgadas.

Então, é muito bem-vindo para o setor a chegada dessa Lei Geral das Antenas, para que possamos fazer uma infraestrutura com muito mais rapidez.

Quanto às questões que foram colocadas aqui em relação à TIM – a própria empresa está aqui, o Mario está aqui presente e já deu uma série de esclarecimento bastante firmes e claros –, é importante também os senhores entenderem que os sistemas de bilhetagem que, hoje, existem na empresa, muitas vezes, encavalam chamadas que têm uma ligação para uma mesma origem em tempos muito curtos. Apesar de haver uma queda, o próprio sistema de bilhetagem da empresa agrega essas duas chamadas numa chamada só, para que não cause prejuízo para o cliente. Já é feito isso pelas próprias empresas.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade e dizer sempre ao Senador Eduardo Braga que, em todas as vezes que fomos convocados, aqui estivemos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Nós agradecemos a participação do Sr. Eduardo Levy.

Agradecemos a participação e o pronto atendimento do Ministro Paulo Bernardo a esta audiência pública, bem como a do Presidente da Anatel, Dr. João Rezende.

Agradecemos também a presença do Sr. Mario Girasole, Vice-Presidente da TIM, dizendo que esta foi uma audiência pública inédita, com a participação interativa de centenas de cidadãos e usuários, que puderam se manifestar. Aqui, tivemos um debate importante sobre questões que dizem respeito à vida real e ao cotidiano dos brasileiros na área da telefonia móvel e na área da Banda Larga 3G.

Muito obrigado.

Vamos encerrar esta reunião.

Os Senadores que concordam com a aprovação das atas das duas sessões permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Fica convocada nova sessão para o próximo horário regimental. *(Pausa.)*

Por questões técnicas, temos de restabelecer a abertura da reunião.

Quero, portanto, declarar aberta a sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia, em sessão conjunta com a Comissão de Controle e Fiscalização, com a presença do Ministro Paulo Bernardo, do Presidente da Anatel e do Sr. Eduardo Levy, representando o SindiTeleBrasil, para debatermos a telefonia móvel de uso pessoal no País.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012.**

Às nove horas e trinta e três minutos do vinte e nove de agosto de dois mil e doze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Tomás Correia, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Lídice da Mata, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Aloysio Nunes Ferreira. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Presidência, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 23, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Índio da Costa, que “Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as Leis n.ºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências” que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o relatório é Favorável ao PLC n.º 23 de 2010, com as emendas oferecidas e pela rejeição ao PLS 146 de 2007, que tramita em conjun-

to, bem como das emendas apresentadas pelo Senador Paulo Duque. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator, para reexame. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria Deputado Arnon Bezerra, que “Altera o art. 3º da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.” O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o projeto é o parecer é pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator, para reexame. **Item 3: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara n.º 191, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei n.º 1.809, de 7 de outubro de 1980.” O relator designado, ad hoc, em é o Senador Valdir Raupp e o Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 4: Requerimento n.º 28, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Anibal Diniz, que requer “..., na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de quatro audiências públicas com o objetivo de instruir o exame, por esta Comissão, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 63, de 2011, que altera a alínea “c” e inclui a alínea “e” no art. 2º do Decreto n.º 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”, de acordo com a seguinte programação: 1. Primeira audiência pública: a) representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); b) representantes de emissoras de televisão nos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará, afiliadas a redes nacionais de televisão; c) representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); d) representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). 2. Segunda audiência pública: a) representantes das federações das indústrias e do comércio dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará; b) representante das federações de trabalhadores da indústria e do comércio dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará. 3. Terceira audiência pública: a) representantes dos sindicatos dos estabelecimentos de ensino dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará; b) representantes dos sindicatos dos professores dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará; c) representantes dos sindicatos das empresas de transporte coletivo

urbano de passageiros dos municípios de Manaus, no Estado do Amazonas, Rio Branco, no Estado do Acre, e Santarém, no Estado do Pará. 4. Quarta audiência pública: a) representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; b) representante da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); c) representante do Observatório Nacional.” O requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento nº 29, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer “..., com base no Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debater e apresentar informações sobre a nova “Política Nacional de Software e Tecnologias da Informação” do Poder Executivo, determinando-se que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades: Virgílio Almeida – Secretaria de Política de Informática (Sepin) – MCTI; Márcio Ellery Girão Barroso – FENAINFO – Federação Nacional de Informática; Gerson Schmitt – Abes – Associação Brasileira de Empresas de Software; Carlos Alberto Leitão – Gerente de Inovação e Funding da SOFTEX; Marcelo Branco – Membro do Projeto Software Livre Brasil; Mario Teza – Futura Network/Campus Party.” O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 184, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 194, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CONQUISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto**

Legislativo n.º 235, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO COMERCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 197, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DIFUSORA A VOZ DE BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 237, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE TUPANCIRETÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 238, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA VISÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à S.R.S. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina.” O

relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 226, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 175, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PARATY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 179, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 209, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO COMUNICAÇÃO FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE HORIZONTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIA-

ÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE CULTURAL ENCANTADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 248, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PÉROLA DO TURI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 173, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO METRÓPOLE DE CRISSIUMAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE CAMBÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cambé, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 181, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PARANAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA LIVRE FM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 162, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO – RS** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dezesseis de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PUBLICIDADE MAGGI – PLAN LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 263, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à MILANO FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.” O relator designado,

ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 110, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NOVA FM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arceburgo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CUIABÁ LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO DE LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jordânia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Gim Argello, e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Fica pendente a deliberação terminativa, em votação nominal, da emenda apresentada pelo relator. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 182, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTO DE CACHOEIRA DE SANTA LEOPOLDINA** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 183, de 2012**, de

caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM JESUS DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM OLIDEL E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alumínio, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 225, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAPUÃ DE PATO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 249, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RAINHA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 250, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 254, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz

e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 294, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 344, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMIGOS DA RADIODIFUSÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 352, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIOSULENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA JOVEM RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 372, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO LAGES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 404, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA VANGUARDA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SÃO FRANCISCO DE BORJA LTDA. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 210, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM STUDIO 96 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO ITAPUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E SOCIAL AURIEENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Áurea, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 164, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 167, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 168, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE GETÚLIO VARGAS – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUAÇU DE TOLEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Toledo, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 216, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PAMPEANA DO BAIRRO MARTINICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 217, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA PINHAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CAMPINAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinaçu, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por

11 (onze) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 213, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de cidade de Brasília, Distrito Federal.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 165, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PASSOFUNDENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 166, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CERROGRANDENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Grande, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 203, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ITÁLIA VIVA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 206, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE AURORA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO

COMUNITÁRIA SÃOJOANENSE CULTURAL E EDUCACIONAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 284, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE VIDIGAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cianorte – Vila Vidigal, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Tomás Correia e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Fica pendente a deliberação terminativa, em votação nominal, da emenda apresentada pelo relator. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 299, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GLOBO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Tomás Correia e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Projetos de Lei da Câmara nº 35, de 2012 e Requerimento. A inclusão como extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012 é aprovada, com o voto contrário dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Tomás Correia e a do Requerimento é aprovada. Nesse momento, o Senador Eduardo Braga passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Walter Pinheiro para relatar o próximo item. **Extrapauta, Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 35, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Teixeira e outros, que “Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Eduardo Braga. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com as Emendas nº 01 a 05-CCT. Assinam sem voto os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Tomás Correia. Discutem a matéria os Senhores Senadores Ricardo Ferraço e José Agripino. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 30, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Rodrigo Rollemberg, que “Em aditamento ao Requerimento de autoria do Senador Walter Pinheiro, em que solicita a realização de Audiência Pública “para debater e apresentar informações

sobre a nova “Política Nacional de Software e Tecnologias da Informação” do Poder Executivo” requeira seja convidado para participar dos debates o Presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO, Sr. Luis Mário Luchetta.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com as notas taquigráficas, no diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência.

Comunicado nº 01:

A Presidência comunica ao Plenário da Comissão que recebeu do Ministério das Comunicações Ofício nº 847, de 2012, apresentando à CCT cópia da Portaria nº 365, que cria o Conselho Consultivo de Rádio Digital.

O Conselho tem por objetivo assessorar o Ministro de Estado das Comunicações na implantação do rádio digital no Brasil.

Nos termos do art. 2º da mencionada portaria, que trata da composição do Conselho, o Ministério solicita a indicação, até o dia 14 de setembro, de um representante titular e um representante suplente [creio] desta Comissão.

Comunicado nº 02:

A Comissão recebeu da Câmara dos Deputados o Ofício nº 588, de 2012, dando conhecimento do Ato nº 29/2012, expedido pela Mesa Diretora daquela Casa, para regulamentar a tramitação dos comunicados de alteração de controle societário das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Comunicado nº 03:

A Diretoria da Associação Brasileira de Telecomunicações irá realizar, nos dias 29 e 30 de agosto, o 56º Painel Telebrasil. O tema do evento é o papel das telecomunicações para o desenvolvimento do País.

Esta Presidência considera oportuno, especialmente por conta dos recentes debates envolvendo a qualidade dos serviços de telefonia, inclusive com a recente realização pela CCT de audiência pública que contou com a participação do Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo, e do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende.

Os expedientes estão à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Como o nosso companheiro, Senador Cyro, não deve ter ouvido, porque eu já estava no meio da fala, vou apenas repetir que, nos dias 29 e 30 de agosto, acontecerá o 56º Painel da Telebrasil. E os membros da Comissão estão convidados para participarem desse importante evento, no momento em que estamos discutindo a qualidade da telefonia móvel e da Internet móvel no País.

Comunicado nº 04:

A Presidência comunica ao Plenário da Comissão que recebeu da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pela sua Comissão de Defesa Social, o Ofício nº 3012, que encaminha carta de referência elaborada em audiência pública que discutiu a democratização dos meios de comunicação e a necessidade de implementar políticas públicas de valorização, legalização e incentivo aos meios de comunicação comunitários.

Solicita ainda que o Senado informe à Comissão de Defesa Social as providências adotadas em relação à carta em tela, bem como perspectivas e projetos relacionados a fim de que se possa dar retorno de informações para os interessados.

Comunicado nº 05:

A Comissão recebeu do Vereador Thiago Borges, da Câmara Municipal de Edeia – GO, Ofício S/N, informando que a Presidência daquela Casa, por portaria, determinou a suspensão das transmissões das sessões da Câmara Municipal via rádio até 07 de outubro de 2012.

Complementa informando que a Lei Orgânica do Município prevê essa transmissão e invoca que tal ato configura também em quebra do direito da população à informação.

Encaminhou, por fim, cópia de mandado de segurança interposto e também de abaixo-assinado com mais de 450 assinaturas.

Meu Presidente querido, seja muito bem-vindo. Sua presença é indispensável.

Gostaria de fazer o seguinte comentário para as Sr^{as} e os Srs. Senadores no sentido de que...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Excelência, é a Câmara de Goiânia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não. É a de Edeia.

Senador Cyro Miranda, o que deve ter acontecido é o seguinte: a assessoria ou alguém deve ter orientado mal o Presidente da Câmara, e ele simplesmente tirou o programa na rádio por conta do período eleitoral. Só que não tem nada a ver uma coisa com outra.

Vou consultar o Plenário para saber se está de acordo que eu passe o processado para que V. Ex^a entre em contato com a Presidência daquela Câmara Municipal a fim de alertá-la de que isso, na realidade, é um cerceamento da informação à população. Assim, esta Comissão não tomará nenhuma medida que possa vir a prejudicar até mesmo a candidatura do próprio Presidente daquela Casa, que pode ser candidato e, de boa fé, está tomando essa atitude.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Presidente tem razão. Acho que eles confundiram como sendo uma infração à lei eleitoral divulgar os trabalhos da Casa. Ou talvez a Casa não tenha trabalho para divulgar, mas não é motivo para suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não creio. Como o povo goiano é um povo muito trabalhador, não creio que não haja trabalho para divulgar. A primeira hipótese levantada por V. Ex^a talvez seja a mais pertinente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Eduardo Braga, isso também vem a corroborar com uma tese minha.

Estou com um projeto bem polêmico na Casa sobre a suspensão da remuneração aos Vereadores em Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Na classe política esse projeto não é visto com bons olhos, mas, em termos de população, o Brasil inteiro fez uma manifestação como nunca vimos, tipo Ficha Limpa.

Para se ter uma ideia, às vezes, esses Municípios não estão nem preparados para gerir uma Câmara. Mas se isso é uma interpretação, tem que haver um advogado. Ou ainda, talvez eles prestem esse serviço à noite, uma vez por semana. Ou seja, isso vem a corroborar com uma série de coisas.

Portanto, assim que V. Ex^a me passar, vou entrar em contato com eles e dizer que eles estão inclusive sujeitos a sanções.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu já autorizei a Secretaria, que até o final da reunião irá tomar providências para que o processado chegue às mãos de V. Ex^a.

Falando sobre o projeto que apresentou, V. Ex^a tem toda a razão quanto à polêmica e quanto ao apoio popular que esse projeto pode alcançar.

Vamos dar início à leitura dos pareceres para que possamos fazer como temos feito ultimamente, desde quando chegamos à Presidência desta Comissão. Ou seja, vamos lendo os relatórios daquilo que vamos votar e, no final, colocamos em votação em bloco os referidos relatórios.

Item 1 da pauta, projeto não terminativo:

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2010

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Indio da Costa

Relator: Senador Cyro Miranda.

Passo, portanto, a palavra ao Senador Cyro Miranda.

Quero dizer também que tramita em conjunto a esse projeto de um Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos, em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências, do Senador Magno Malta, cujo Relator também o Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu estou pedindo a retirada de pauta desse projeto, em função de ter havido o PLC nº 11, que, posteriormente, já foi transformado em lei e também sancionado, para ver se não prejudica, no todo ou em parte, esse projeto. Então, eu estou pedindo a retirada de pauta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – A pedido do Sr. Relator, está retirado de pauta o item 1 da pauta.

O Senador Ricardo Ferraço, na condição de Relator, encaminhou ofício a esta Presidência, solicitando a retirada do item 2, Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2011, que altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações, de autoria do Deputado Arnon Bezerra.

Estão retirados de pauta os itens 1 e 2, a pedido dos respectivos relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2010****– Não Terminativo –**

Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Índio da Costa

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2007****– Não Terminativo –**

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável ao PLC nº 23 de 2010, com as emendas oferecidas e pela rejeição ao PLS 146 de 2007, que tramita em conjunto, bem como das emendas apresentadas pelo Senador Paulo Duque

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2011****– Não Terminativo –**

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.)

O item 3 da pauta é turno suplementar. Portanto, apenas quero ler e dar por concluído o processo regimental:

ITEM 3**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO****OFERECIDO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2010****– Terminativo –**

Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)

Relator *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp

Relatório: favorável, na forma da emenda substitutiva aprovada na CI, com a subemenda que apresenta

Observações: – *Em 04/07/2012, foi aprovado o Substitutivo ao PLC nº 191, de 2010, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.*

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos, portanto, ao item 4 da pauta.

O Senador Anibal Diniz é o autor do requerimento.

O projeto é terminativo. É não terminativo. Perdão. Aqui na minha ata, estava como terminativo. O item 5 também é não terminativo.

Ainda bem que a Evelin está aqui ao lado para me socorrer.

Passo a palavra, então, ao Senador Anibal Diniz, para defender o requerimento, que passo a ler:

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 28, DE 2012**

Requeiro, na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de quatro audiências públicas com o objetivo de instruir o exame, por esta Comissão, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 63, de 2011, que altera a alínea “c” e inclui a alínea “e” no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”, de acordo com a seguinte programação: 1. Primeira audiência pública: a) representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Tele-

visão (ABERT); b) representantes de emissoras de televisão nos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará, afiliadas a redes nacionais de televisão; c) representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); d) representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). 2. Segunda audiência pública: a) representantes das federações das indústrias e do comércio dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará; b) representante das federações de trabalhadores da indústria e do comércio dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará. 3. Terceira audiência pública: a) representantes dos sindicatos dos estabelecimentos de ensino dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará; b) representantes dos sindicatos dos professores dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará; c) representantes dos sindicatos das empresas de transporte coletivo urbano de passageiros dos municípios de Manaus, no Estado do Amazonas, Rio Branco, no Estado do Acre, e Santarém, no Estado do Pará. 4. Quarta audiência pública: a) representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; b) representante da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); c) representante do Observatório Nacional.

Autoria: Senador Anibal Diniz

V. Ex^a quer quatro audiências públicas, não é mais uma?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quatro audiências. Exatamente, Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Havia sido aprovado um requerimento de V. Ex^a para a realização de uma audiência pública ou não?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não. Na realidade, havia sido aprovado um requerimento para que o assunto tramitasse em outras comissões, como está acontecendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está bem. Então, este requerimento de V. Ex^a é para que nesta Comissão haja quatro audiências públicas.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Eduardo Braga.

O tema que é objeto do PLC nº 63, de 2011 é bastante polêmico e tem gerado grande debate entre os Estados envolvidos: o Acre, o Amazonas e o Pará.

Nos últimos tempos, a matéria sofreu uma série de idas e voltas. No dia 24 de junho de 2008, por

determinação da Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, foi alterado o horário legal dos Estados acima referidos. Posteriormente, pelo Decreto Legislativo nº 900, de 2 de dezembro de 2009, foi convocada consulta popular entre os eleitores do Acre, sobre essa alteração. A consulta teve lugar no dia 31 de outubro de 2010, e 56,87% dos eleitores daquele Estado rejeitaram a alteração.

No tocante aos outros dois Estados envolvidos, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 931, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro e de outros Senadores, que dispõe sobre a realização de referendo para decidir sobre a alteração da hora nos Estados do Pará e do Amazonas. Ao mesmo tempo, nós tivemos, aqui, a aprovação do PLS nº 91, de autoria do Senador Pedro Taques, matéria que foi vetada pela Presidenta Dilma Rousseff.

Há uma polêmica grande instalada. E exatamente por esse motivo, numa tentativa de a gente dirimir esta situação de uma vez por todas, estamos propondo uma programação de audiências públicas sobre a matéria, envolvendo, em grupos temáticos, todos os setores da sociedade civil relacionados ao tema, bem como os órgãos técnicos voltados à questão.

Eu entendo este pedido de audiência pública inteiramente justificável, uma vez que eu estou como Relator do PLC nº 63, de autoria do Deputado Pauderney Avelino. E, dessa maneira, a gente poderia coletar um pouco mais a opinião desses segmentos, para instruir a relatoria da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Coloco em votação – com o voto do Senador Alfredo Nascimento, que está chegando – o requerimento de autoria do Senador Anibal Diniz.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 5 da pauta, o requerimento de autoria do Senador Walter Pinheiro, eu retiro de pauta, em função da ausência do seu autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 29, DE 2012

Requeiro, com base no Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debater e apresentar

informações sobre a nova “Política Nacional de Software e Tecnologias da Informação” do Poder Executivo, determinando-se que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades: Virgílio Almeida – Secretaria de Política de Informática (Sepin) – MCTI; Márcio Ellery Girão Barroso – FENAINFO – Federação Nacional de Informática; Gerson Schmitt – Abes – Associação Brasileira de Empresas de Software; Carlos Alberto Leitão – Gerente de Inovação e Funding da SOFTEX; Marcelo Branco – Membro do Projeto Software Livre Brasil; Mario Teza – Futura Network/Campus Party. **Autoria do Projeto:** Senador Walter Pinheiro)

E o Senador Alfredo Nascimento chegou exatamente na hora precisa do item 6 da pauta, relatado por V. Ex^a, um projeto terminativo.

Bom dia, Senadora.

A partir do item 6 da pauta, os projetos são terminativos. Neste caso, faremos como sempre fazemos na Comissão: lemos os relatórios e, ao cabo, colocamos a votação em bloco, desta feita já com a honrosa presença do nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM)

– Espero que não seja terminativo para mim.

Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2012, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 184, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos para os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itumbiara/GO, na forma de projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto, Sr. Presidente.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 184, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradecendo a V. Ex^a.

Faço o seguinte comentário, antes de passar a palavra à ilustre Senadora Angela Portela, que já nos dá a honra da sua presença na nossa Comissão.

Srs. Senadores, para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, neste momento, estão, além dos inúmeros projetos que constam da pauta do dia de hoje – e são mais de 67 projetos –, estão aptos para entrar na próxima sessão deliberativa, que será no próximo esforço concentrado, já na Secretaria da Comissão, 83 projetos.

Bom dia, Senador Aloysio! Eu pediria a V. Ex^a que contribuísse com a sua honrosa presença, porque agora vamos entrar em terminativos.

Apenas para ilustrar, Senador Cyro Miranda, já há 151 projetos, além dos 83, nos gabinetes dos Srs. Senadores para receberem parecer. Então, diante das poucas reuniões que teremos, em função do esforço concentrado, daremos, portanto, prioridade, neste momento, às reuniões deliberativas e não a audiências públicas, pelo fato de que temos quase 250 projetos aptos à deliberação nesta Casa e que são terminativos na nossa Comissão.

Feita essa observação – porque há vários requerimentos, e acabamos de aprovar mais um com 4 audiências públicas –, e, diante dessa colocação, quero pedir perdão aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, mas, na próxima semana, haverá reunião deliberativa novamente e não, audiências públicas. E vamos ter uma pauta extensa de não menos do que 100 a 120 projetos terminativos, enfatizando bem para que não pareça que nós é que estamos na fase terminativa.

Com a palavra a nossa ilustre Senadora Angela Portela, para relatar Projetos de Lei de Decretos Legislativos nºs 194, 195 e 235, itens 7 a 9.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 194, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema Conquista de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Antônio de Leverger/MT, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 195, de 2012, não evidenciou violação de legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Radio Comunitária Clube FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Buriti do Tocantins/TO, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2012, não evidenciou violação de legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 194, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CONQUISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 195, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 235, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO COMERCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria passar a palavra ao Senador Anibal Diniz, para relatar os itens 10, 11 e 12, Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2012 e Projetos de Decreto Legislativo nºs 237 e 238, agradecendo, desde já, a palavra e o voto da Senadora Angela Portela. Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Sr. Presidente.

Item 10.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 197, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, no item 11, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Também opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 197, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DIFUSORA A VOZ DE BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 237, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE TUPANCIRETÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 238, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, passo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para relatar os itens 13 a 15, Projetos de Decretos Legislativos nºs 171, 172 e 226.

Com a palavra, o Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto de decreto legislativo teve sua tramitação absolutamente regular nesta Comissão.

Na apreciação dos documentos, não há nenhum óbice que possa contestar a sua constitucionalidade. No que diz respeito ao exame da documentação que o acompanha o PDS nº 171, de 2012, não se evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos constitucionais de juridicidade e técnica legislativa.

Opinamos, portanto, pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Visão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, Sr. Presidente, também tramitou regularmente por esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 172, nada havendo que possa obstaculizar a sua tramitação. No exame da documentação do PDS nº 172, de 2012, não evidenciamos violação da legislação pertinente. E, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à S.R.S. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E, por fim, também tramitou regularmente o Projeto de Decreto Legislativo nº 226 nesta Comissão.

Na análise da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2012, não se evidenciou a violação da legislação que disciplina a matéria. E, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Graúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esses são os votos aos três projetos de decreto legislativo.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 171, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA VISÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 172, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à S.R.S. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 226, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu peço ao Senador Cyro Miranda, com a sua conhecida eficiência e economicidade processual, que relate os itens 16 a 18, em substituição

ao Senador Cícero Lucena, porque o Senador Cícero Lucena está, neste momento, no Parlamento Latino, no Parlatino, e não pode estar presente.

Então, em substituição ao Senador Cícero Lucena, com a palavra, o Senador Cyro Miranda, para relatar os itens 16, 17 e 18 da pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente Eduardo Braga.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou, em bloco, relatar os três projetos.

O primeiro é o PDS nº 175, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Paraty para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Posteriormente, temos o PDS nº 179, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Também, o PLS nº 209, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da argumentação que acompanha esses PDS já relatados não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e, não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos três PDSs já relacionados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 175, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PARATY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 179, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 209, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO COMUNICAÇÃO FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, para relatar, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, os itens 19, 20 e 21 da pauta, Projetos de Decretos Legislativos nºs 160, 161 e 248.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, originário da Câmara, aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Horizontina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2012, também da Câmara, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Cultural Encantadense para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

E o Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2012, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pérola do Turi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão.

O exame da documentação que acompanha as proposições revela conformidade com a legislação pertinente. Não há reparos quanto à juridicidade, técnica legislativa e constitucionalidade, de modo que minha opinião é favorável a todos eles.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 160, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RADIO-DIFUSÃO ALTERNATIVA DE HORIZONTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 161, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE CULTURAL ENCANTADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 248, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PÉROLA DO TURI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para relatar os itens 22, 23, 24 e 25 da pauta.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o primeiro refere-se ao PDL nº 105, de 2012, que outorga autorização à Prefeitura Municipal de Santana do Cariri – Secretaria de Educação para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará.

Depois o item 23, é o PDL nº 173, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Metrópole de Crisciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crissiúma, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 24 é o PDL nº 177, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Cambé para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

E, por último o item 25, que é o PDL nº 181, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paranaíba, Estado do Paraná.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame dessas documentações que acompanham esses PDLs não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos eles no ato que outorga essa autorização.

Somos pela aprovação.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 105, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 173, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO METRÓPOLE DE CRIS-SIUMAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crissiúma, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 177, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE CAMBÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 181, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Alfredo Nascimento, para, na condição de Relator *ad hoc*, relatar o item 26, Projeto de Decreto Legislativo nº 192; item 27, Projeto de Decreto Legislativo nº 154, e o item 28 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 162.

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 192, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2012, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Livre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 154, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Livre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Em caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2012, que aprova o ato que outorga

autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesesseis de Novembro – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dezesesseis de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesesseis de Novembro, no Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 192, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 154, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA LIVRE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 162, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO-DIFUSÃO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dezesesseis de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a pelo relatório apresentado.

Peço ao Senador Walter Pinheiro para, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, relatar o item 29, Projeto de Decreto Legislativo nº 107; o item 30, Projeto de Decreto Legislativo nº 108, e o item 31, Projeto de Decreto Legislativo nº 263. E, em substituição ao Senador Gim Argello, relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 110, relativo ao item 32, e os itens 33, 34, 35, 36 e 37. Portanto, peço ao Senador Walter Pinheiro que relate do item 29 ao item 37 da pauta, substituindo o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Gim Argello.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, relatando o item 29, PDS nº 107, de 2012; item 30, PDS nº 108, de 2012; o item 31, PDS nº 263, de 2012; o item 32, PDS nº 110, de 2012; item 33, PDS nº 111, de 2012; item 34, PDS nº 112, de 2012; item 39, PDS nº 118, de 2012; PDS nº 182; item 36, também de 2012; e o item 37, PDS nº 183, de 2012 e não encontrando nenhum óbice em relação a todas as questões legais, tendo as condições constitucionais plenamente atendidas segundo os relatórios pelos Senadores Flexa Ribeiro e Gim Argello, somos pela aprovação desses itens.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 107, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 108, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PUBLICIDADE MAGGI – PLAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 263, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à MILANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 110, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NOVA FM para executar serviço de radiodi-

fusão comunitária na cidade de Arceburgo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 111, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 112, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CUIABÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 118, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 182, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTO DE CACHOEIRA DE SANTA LEOPOLDINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 183, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM JESUS DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Aníbal Diniz, para, em substituição ao Senador Ivo Cassol, relatar os itens 38 e 39, Projetos de Decreto Legislativo nºs 170 e 225; e, em substituição ao Senador João Capiberibe, os itens 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47.

Portanto, do item 38 ao item 47 da pauta, o Senador Aníbal Diniz vai substituir os Senadores Ivo Cassol e João Capiberibe.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Item 38, PDS nº 170/2012; item 39, PDS nº 225/2012; item 40, PDS nº 249/2011; item 41, PDS nº 250/2011; item 42, PDS nº 254/2011; item 43, PDS 294/2011; item 44, PDS nº 344/2011; item 45, PDS nº 352/2011; item 46,

PDS nº 372/2011; item 47, PDS nº 404/2011; item 48, PDS nº 153/2012.

Não havendo nenhum óbice quanto à juridicidade da matéria, opinamos pela aprovação desses atos de outorga para essas emissoras de rádio.

É o voto, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 170, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM OLIDEL E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alumínio, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 225, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAPUÃ DE PATO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 249, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RAINHA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 250, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 254, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 294, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 344, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMIGOS DA RADIODIFUSÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 45

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 352, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO-SULENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA JOVEM RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 46

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 372, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO LAGES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 404, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA VANGUARDA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 153, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SÃO FRANCISCO DE BORJA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a a proficiência do relatório.

A Senadora Lídice da Mata também não se encontra presente.

Eu peço ao Senador Cyro Miranda para, em substituição à Senadora Lídice da Mata, apresentar o relatório ao item 48, Projeto de Decreto Legislativo nº 153; ao item 49, Projeto de Decreto Legislativo nº 210; e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Itens 48 e 49?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Fiz a relatoria do item 48 também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ah, já? Desculpe-me.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Atropelei o Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O 48?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O 48 também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza, não é?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza.

Então, peço ao Senador Cyro Miranda que relate o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, e, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, dos itens 50 ao 55.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda para relator dos itens 49 ao 55, inclusive.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 210, de 2012; o PDS nº 9, de 2012; o PDS nº 48, de 2012; o PDS nº 164, de 2012; o PDS nº 167, de 2012; o PDS nº 168, de 2012; e o PDS nº 204, de 2012 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação desses PDSs.

É o relatório, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 210, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM STUDIO 96 LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 9, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO

ITAPUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 48, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E SOCIAL AURIEENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Áurea, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 164, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 167, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 168, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE GETÚLIO VARGAS – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 204, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUAÇÚ DE TOLEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, que acaba de proferir o relatório favorável, até o item 55.

Peço ao Senador Alfredo Nascimento para relatar os itens 56 e 57, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, e os itens 58, 59 e 60, em substituição ao Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Item 56, do Projeto de Decreto Legislativo nº 216; item 57, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217; item 58, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189; item 59, Projeto de Decreto Legislativo nº 190. O 60 também?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Projeto de Decreto Legislativo nº 213.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esses PDSs relatados não evidenciou violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização aos projetos citados.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 216, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA PAMPEANA DO BAIRRO MARTINICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 217, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 189, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA

PINHAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 190, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CAMPINAÇÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinaçú, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 213, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de cidade de Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu pediria a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para, em substituição ao Senador Sérgio Souza, relatar o item 61, Projeto de Decreto Legislativo nº 165; item 62, Projeto de Decreto Legislativo nº 166; item 63, Projeto de Decreto Legislativo nº 203; e item 64, Projeto de Decreto Legislativo nº 206. Portanto, dos itens 61 ao 64.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em substituição ao Senador Sérgio Souza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aprovo o ato que outorga a autorização à Associação Passofundense de Radiodifusão Comunitária para executar esse serviço na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

PDL nº 166, de 2012: aprovo o ato que outorga autorização à Associação Serrograndense de Comunicação, para executar o serviço de rádio comunitária na cidade de Serro Grande, Rio Grande do Sul.

PDL nº 203: aprovo o ato que renova a concessão outorgada do sistema de comunicação Itália Viva, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade Flores da Cunha.

PDL nº 206: aprovo o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, para executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Aurora do Tocantins – que belo nome de cidade.

O exame da documentação que instrui todas essas proposições, Sr. Presidente, revela conformidade com a legislação pertinente, e não há nenhum reparo a fazer quanto à técnica legislativa, a juridicidade e a constitucionalidade das proposições que recebe.

Portanto, a minha opinião é favorável.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 165, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PASSOFUNDENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 166, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CERROGRANDENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO para execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 203, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ITÁLIA VIVA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 64

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 206, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO E CULTURA DE AURORA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, como Relator do item 65 da pauta.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quanto ao PDS nº 240/12, por mim rela-

tado, para uma emissora de rádio na cidade de São João Nepomuceno, em Minas Gerais. Portanto, não encontramos nenhum óbice e também acreditamos, a partir da documentação enviada pelo Ministério, que a referida emissora cumpre todos os trâmites legais. Por isso, somos pela aprovação do PDS nº 240/12.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 65

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 240, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃOJOANENSE CULTURAL E EDUCACIONAL DE RÁDIO-DIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro e passo a palavra ao Senador Tomás Correia para relatar os itens 66 e 67.

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que vamos, logo a seguir, à votação nominal, são processos terminativos. Eu pediria ao Senador Aníbal Diniz que colaborasse, porque está faltando apenas um Senador para completar o quórum para a votação nominal.

Com a palavra o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é também ato de outorga à autorização à Associação Cultural e Educativa de Vidigal, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cianorte – Vila Vidigal, Estado do Paraná. O projeto preenche todos os requisitos favoráveis da tramitação, normal, e obedece às regras regimentais, e, diante do exposto acima, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 284/12, com a seguinte emenda de redação – é uma emenda só de redação:

Dê-se à emenda do Projeto de Decreto Legislativo nº 258/12 a seguinte redação, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 284/12 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural e Educativa de Vidigal para executar serviços

de radiodifusão comunitária no Distrito de Vidigal, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

É como voto, Sr. Presidente.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 284, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE VIDIGAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cianorte – Vila Vidigal, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Tomás Correia

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Com isso, concluímos a leitura dos relatórios e vamos a voto nominal das matérias terminativas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Antes, porém, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir uma autorização a V.Ex^{as}, consultado o Plenário.

Há um processo que está aqui para ser incluído extrapauta, e não quero fazê-lo sem consultar os Srs. Senadores, porque é um projeto extremamente importante, que trata da questão de crimes cometidos nos meios eletrônicos: fraudes financeiras, fraudes bancárias, bem como outros tipos de crimes que ocorrem na questão dos bens e de delitos de informática, e altera o Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que diz respeito à questão do Código Penal. Esse é um projeto que eu reputo extremamente importante. Fizemos várias consultas e várias reuniões para que pudéssemos chegar ao termo de um substitutivo apresentado.

Portanto, consulto V. Ex^{as} se colocamos esse projeto extrapauta.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a e aos Colegas para manifestar a opinião de que não me parece oportuna a votação dessa matéria, embora o texto seja um texto bastante adequado.

Acontece que nós estamos, neste momento, trabalhando num projeto de lei de autoria do Presidente Sarney, que foi preparado a partir de um anteprojeto que vem de uma comissão de juristas, exatamente para reformar o Código Penal brasileiro e para incluir na legislação penal, no mesmo corpo legislativo, uma série de leis extravagantes.

O Código Penal, que, como todos nós sabemos, na sua parte especial, que define os crimes e as penas, é de 1940, e a legislação penal brasileira de hoje está muito dispersa, com uma centena de diplomas legais, gerando problemas de incompatibilidade de penas em relação a gravidade de delitos. De modo que eu considero que essa matéria deve ser examinada no bojo da reforma do Código Penal.

Aliás, o próprio Regimento Interno disciplina essa matéria e determina que, quando estiver tramitando um projeto de Código, ele deve receber parecer de uma comissão especial, temporária, uma comissão *ad hoc* e devem ser apensadas e examinadas conjuntamente todas as matérias conexas, que digam respeito à matéria do Código.

Por isso, Sr. Presidente, penso que não seria oportuno, com todo respeito à opinião de V. Ex^a, a votação desse projeto de lei neste momento. Assim, discordo, respeitosamente, da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria ponderar a V. Ex^a o seguinte: compreendo a posição que V. Ex^a adota nesta Comissão, mas eu gostaria de alertar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o referido projeto de modificação do Código de Processo Penal encontra-se, ainda, em fase de subcomissão na Comissão de Constituição e Justiça. Aliás, a Comissão Especial, melhor dito, na Comissão de Constituição e Justiça. Após a aprovação na Comissão Especial, ele irá à Comissão de Constituição e Justiça; e após a Comissão de Constituição e Justiça, aí sim, ele irá a plenário.

Apenas para que V. Ex^{as} tenham uma ideia do volume e do montante que nós estamos falando, com relação às fraudes eletrônicas e aos crimes cometidos por esse novo mecanismo de prestação de serviços e de convivência nas redes sociais, apenas no setor financeiro há um impacto – e o Senador Agripino Maia há mais de dois meses vem trabalhando junto conosco na construção deste texto, para que nós pudéssemos enfrentar uma questão que hoje é gritante: R\$2 bilhões impactam o sistema financeiro brasileiro em fraudes por meio do Internet *banking* ou do banco via Internet e de fraudes conhecidas como chupa-cabra,

entre outros, nos caixas eletrônicos espalhados pelo País. Além, obviamente, de situações que estão acontecendo em caráter cotidiano.

Ainda ontem nós assistimos a um pai desesperado porque havia uma mudança abrupta no comportamento de uma de suas filhas, e, por meio de crime eletrônico, estavam envolvendo a filha desse cidadão em crimes hediondos, inclusive de sadomasoquismo etc. Esse é o cotidiano da vida dos brasileiros.

Portanto, eu gostaria de continuar a discussão para saber se colocamos ou não em extrapauta este processo, que eu reputo um processo importante, pertinente, em que pese reconhecer as ponderações apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Alfredo Nascimento. Em seguida, o Senador José Agripino e, depois, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – TO) – Sr. Presidente, só para esclarecer. É que na pauta falta um item, e V. Ex^a, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – TO) – Eu queria só concluir a pauta, porque aí V. Ex^a poderia passar para o próximo. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro, claro!

Então, por favor, com a palavra o Senador Tomás Correia para a leitura do relatório do item 67 da pauta deliberativa da Comissão.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – TO) – Sr. Presidente, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2012 (nº 2.785, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 299, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 299, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GLOBO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Tomás Correia

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Tomás Correia, mais uma vez pedindo escusas ao Senador pelo equívoco cometido.

Passo a palavra ao Senador Alfredo Nascimento, para discutir a questão do item 1, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012, que trata de tipificação criminal de delitos informáticos e altera o Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940.

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, pedindo vênias ao meu querido Senador Aloysio Nunes, observando a análise feita por V. Ex^a, no relatório que apresentou sobre este projeto, a observação que V. Ex^a faz registra o seguinte:

É oportuno afirmar que o anteprojeto do novo Código Penal, entregue pela Comissão de Juristas ao Presidente do Senado Federal no último dia 27 de junho, traz um Título inteiro sobre crimes de informática, regendo a matéria de forma mais completa. Provavelmente o presente projeto será anexado àquela proposição quando da formação da comissão temporária, nos termos do art. 374, do Regimento Interno.

Portanto, Sr. Presidente, eu me manifesto favorável a que esta Comissão aprecie a matéria relatada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer aqui algumas considerações e um apelo ao Senador Aloysio Nunes.

Sobre essa matéria, Senador Aloysio Nunes, eu andei conversando com os interessados. E quem são os interessados? O sistema financeiro. Em que é que isso redundará? *Spread* bancário.

Eu estou aqui defendendo o interesse da sociedade. Sabe por quê? Nas conversas que tive, eu fui

informado de um dado que a mim estremeceu. Fala-se muito, é notícia no Jornal Nacional, do Jornal da Record, a explosão de um caixa eletrônico, as notas de R\$50 manchadas de vermelho... É pela espetaculosidade do assunto, a manchete do jornal ou a notícia da imprensa é o ataque do caixa eletrônico. Sabe quanto é que o ataque ao caixa eletrônico produz de prejuízo ao sistema financeiro por ano, dados oficiais? Vinte milhões de reais. Vinte milhões de reais. Sabe V. Ex^a quanto é que, hoje, só hoje, o sistema financeiro já tem de perdas por ataque de *hackers*, sem falar na projeção do comércio eletrônico, que é galopante, que é de interesse da sociedade, que tem que ser protegida? Só em compras eletrônicas, só em ataque de *hackers* ao sistema financeiro, ao sistema bancário, por ano são perdidos R\$2 bilhões. Nós estamos em 20 milhões *versus* R\$ 2 bilhões.

Por essa razão é que a mim preocupa o assunto porque esses R\$2 bilhões não são absorvidos pelos bancos de forma cônica não; esse dinheiro é jogado no *spread* bancário, tranquilamente jogado no *spread* bancário, a menos que se coíba a prática desse roubo eletrônico.

Muito bem, esse assunto é urgente, ele se impõe? Na minha opinião, ele se impõe. Ele tem que ser votado logo. Se nós, nessa convocação extraordinária, votarmos esse assunto, que está debatido à exaustão, com um texto arredondado, prestaremos um maravilhoso serviço à sociedade, no rumo de segurar o *spread* bancário, no sentido de colocar na cadeia os ladrões eletrônicos.

Se o texto não estivesse arredondado, eu até me renderia. Nós vamos aguardar que o Código Penal fique pronto para as matérias seguirem em conjunto. Mas acho que, como o texto está pronto, ele já remete.

A minha preocupação era em colocar no texto a aplicação de pena real – pena real. Não seis meses de cadeia, porque o cara não vai para a cadeia coisa nenhuma, fica em casa e continua, pela impunidade, a praticar o crime. Agora, na hora em que eles forem condenados a seis anos de cadeia, eles vão pensar dez, quinze vezes antes de praticarem o crime eletrônico. Então, isso está contemplado no texto, ou seja, a aplicação da pena para valer para o crime eletrônico está garantida no texto, o que era a coisa mais importante.

Se o Código de Processo Penal mais na frente modificar, adapta-se o Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não há conflito entre essa matéria e uma adequação do Código Penal. Nada, não há conflito nenhum.

Então, apelando ao bom senso, evidentemente, do Senador Aloysio Nunes e com as evidências que estou procurando colocar a este Plenário, eu pediria que essa matéria fosse apreciada, discutida e votada, como uma prestação de serviço à sociedade e ao próprio sistema financeiro que, com essa regulamentação, terá condições de baixar o *spread*, que é o risco bancário.

É como se estivéssemos votando aqui a diminuição do compulsório, que possibilitaria aos bancos oferecerem recursos a uma taxa de juros menor, porque têm uma despesa menor.

Na verdade, na verdade, o que se pretendendo aqui é prestar um serviço à sociedade e coibir o malfeito por uma prática moderna que está se multiplicando de forma exponencial.

Eu, ainda ontem, via o volume de recursos de vendas pela Internet e ficava absolutamente abismado com o crescimento galopante das vendas. Isso também vem em socorro à segurança das vendas pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeitamente.

Eu consulto o Senador Aloysio Nunes Ferreira se podemos...

Pois não, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Evidentemente, Sr. Presidente.

Mas veja, eu atenderia qualquer apelo do Senador Agripino e dos meus colegas. O meu problema não é o mérito do projeto. Eu sei que crimes praticados por meios eletrônicos são graves, assim como são graves os crimes contra a vida. São graves os crimes contra o meio ambiente, contra a dignidade sexual. Todos eles são muito graves, senão não estariam no Código Penal, não estariam em leis penais.

A importância de fazer um exame conjunto, sistemático dessas matérias e englobá-las no mesmo corpo legislativo decorre do fato de que essa legislação extravagante, que se multiplica, acaba dando tratamentos penais desbalanceados em relação a delitos de gravidade semelhante.

Eu não sei, por exemplo, se a pena de falsificar documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, reclusão de um a cinco anos, como é que fica com relação à pena de extorsão mediante sequestro? É mais grave ou é menos grave? Isso tem que ser visto no conjunto, sistematicamente. E é exatamente isso que o Senado está fazendo.

O prazo de emendas está correndo. Eu sou membro desta comissão, outros Senadores aqui são membros desta comissão, e considero que seja mais con-

veniente, do ponto de vista da elaboração legislativa, que o projeto seja examinado.

Por isso, vou votar contra. Não tenho nada contra o mérito. Pelo contrário, mas eu ser contra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, por favor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, creio que a ponderação do Senador Aloysio é uma ponderação que poderíamos chamar até de pertinente. Só que nós temos um problema. Até usando das próprias palavras do Senador a respeito de, às vezes, haver comparações com outros tipos de crime, Senador Aloysio.

Mas é importante lembrar uma coisa fundamental. Toda legislação que usamos hoje para essa área da Internet ainda é com base da analogia, ou seja, até pelo próprio vácuo e pela própria novidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Olha, tem que fazer a lei.

V. Ex^a me permite?

Evidentemente tem que fazer. No projeto que estamos estudando, existe todo um capítulo de crimes cometidos pela informática.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E esse é um capítulo inteiro. Só lamento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Deixa-me fazer uma propositura, apenas pelo seguinte: os Senadores estão começando a se retirar, e nós vamos perder o quórum. Então, eu pediria ao Senador Walter Pinheiro e ao Senado que iniciemos a votação. Está certo? Logo a seguir, nós discutiremos a questão da matéria.

Pergunto aos Srs. Senadores se posso proceder dessa maneira. Então, vamos aos votos das matérias deliberativas e terminativas da pauta deliberativa da comissão.

Pergunto como vota a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vota “sim”, portanto.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto “sim”. Acompanho os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Tomás Correia?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”, com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – “Sim”, com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Ricardo Ferraço, como vota V. Ex^a?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com os Relatores.
Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, aprovados os relatórios do item 6 ao item 67 da pauta, de acordo com a votação nominal e cumprida a condição regimental do quórum necessário.

Coloco, portanto, novamente em votação a questão do PLC nº 35, de 2012. Devolvo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que fazia a discussão.

Então, em votação.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta do referido projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto a V. Ex^a se registro em ata o seu voto contrário.

Registrando em ata o voto contrário Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu também quero votar com o Senador Aloysio Ferreira nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Tomás Correia acompanha o Senador Aloysio Nunes Ferreira com relação à matéria.

Mas, por maioria absoluta dos Srs. Senadores, aprovado o item extrapauta.

Passarei a ler, portanto, o relatório do Projeto de Lei nº 35, de 2012, oriundo da Câmara, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que dispõe sobre a tipificação...

Pediria ao Senador Walter Pinheiro para assumir a presidência, para que eu possa proferir a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – **Relatório:**

Vem a esta comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012, que trata de crimes informáticos. Em síntese, o PLC promove as seguintes alterações no Código Penal:

1) Primeiramente, acrescenta o art. 154-A, para definir o crime de invasão de dispositivo informático, punível com detenção de três meses a um ano e multa. Pena aplicada também a quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde programas de computador capazes de permitir a invasão de dispositivo.

A pena é aumentada de um sexto a um terço se da invasão resulta prejuízo econômico ao ofendido. Se resultar a obtenção de informação sigilosa, comunicação eletrônica privada, segredos comerciais ou industriais ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido, a pena será de reclusão de seis meses a dois anos e multa. Essa pena poderá ser aumentada de um a dois terços se a informação sigilosa ou o segredo for divulgado, comercializado ou transmitido a terceiro, a qualquer título.

Se o crime for praticado contra os agentes políticos que relaciona o § 5º, o aumento de pena será de um terço à metade;

2) O PLC acrescenta ao Código Penal também o art. 154-B, para dispor que, no crime de invasão de dispositivo informático, a ação penal depende de representação, salvo se cometido contra a Administração Pública ou contra concessionárias de serviços públicos; 3) No mais, o projeto altera a redação dos arts. 266 e 298 do Código de Penal, o primeiro para tipificar a interrupção de serviço telemático ou de informação de utilidade pública; o segundo, no caso do crime de falsificação, para

equiparar a documento particular o cartão de crédito ou débito.

Na justificativa, os autores da proposição – e aqui quero destacar as autorias deste projeto – Deputados Federais Paulo Teixeira, Luiza Erundina, Manuela D'Ávila, João Arruda, Brizola Neto e Emiliano José, ressaltam que seu objetivo é:

Oferecer à sociedade uma alternativa equilibrada de repressão a condutas socialmente consideradas como indesejáveis, sem, no entanto, operar a criminalização excessiva e demasiado aberta, que permitiria considerar todo e qualquer cidadão como um potencial criminoso em seu uso cotidiano da rede mundial de computadores.

Não foram apresentadas emendas ao PLC, até o momento.

Análise.

A matéria trata de Direito Penal, cuja competência legislativa é da União, tendo os membros do Congresso Nacional legitimidade de iniciativa.

Não vislumbramos vícios de constitucionalidade, seja formal ou material.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna, pois a legislação penal se ressentia de normas específicas para os crimes de informática, inclusive a captura de dados de cartões de crédito ou de débito, que permitem sua falsificação.

Quero aqui, inclusive, destacar que recentemente foi desbaratada uma quadrilha que cometia essas fraudes de forma abusiva, inclusive, com relação a mortos. Eu me refiro ao Fernando Botelho, por exemplo, recentemente falecido em um acidente aéreo. Menos de um mês depois, inúmeras fraudes já haviam sido cometidas com relação ao uso de cartão de crédito pelo meio eletrônico contra o falecido cidadão e companheiro Fernando Botelho.

Da mesma forma, um crime hediondo que aconteceu na cidade de São Paulo com um dos Matsunagas, do grupo Yoki. Há uma tentativa e uma ação concreta, inclusive – e a Polícia se utilizou dessa ação – para desbaratar esta quadrilha na tentativa de implementação de cartões de crédito sem limites para que pudessem praticar fraudes financeiras, fraudes bancárias, etc. e ataques à cidadania.

Portanto, repito mais uma vez que esta matéria é absolutamente oportuna, levando em consideração diversos fatos recentemente relatados, que permitem a sua falsificação e, até mesmo, a utilização de falecidos, de mortos, para a obtenção do crime.

Não obstante, consideramos que o texto do PLC pode ser aprimorado.

No art. 154-A, sugerimos que o núcleo do delito seja invadir, em lugar de devassar, por ser mais ade-

quando às condutas que se pretende incriminar. Assim, no *caput* desse dispositivo, receamos que a finalidade de “obter vantagem ilícita” esvazia os crimes de furto (art. 155 do Código Penal) e estelionato (art. 171 do Código Penal), quando cometidos por meio informático, que passariam a ser punidos de forma mais branda, sujeitos aos Juizados Especiais Criminais.

No §1º do art. 154-A, sugerimos, portanto, equiparar a conduta de quem difunde dispositivo ou programa que permita a invasão do dispositivo.

Além disso, entendemos conveniente deslocar a hipótese de “se o fato não constitui crime mais grave” do §4º para o §3º.

Por fim, no art. 266 do CP, consideramos de boa técnica legislativa que a tipificação da interrupção do serviço telemático seja feita no *caput*, enquanto no §1º inserimos o verbo “perturbar”, além de ampliar o campo da ilicitude para as condutas que atinjam “outro serviço de utilidade pública”.

Oportuno informar que o Anteprojeto de novo Código Penal, entregue pela Comissão de Juristas ao Presidente do Senado Federal no último dia 27 de junho, traz um Título inteiro sobre crimes de informática, regendo a matéria de forma mais completa. Provavelmente, o presente projeto será anexado àquela proposição quando da formação da comissão temporária, nos termos do art. 374, inciso II do Regimento Interno.

No entanto, tendo em vista a urgência e a importância do referido tema e do referido projeto, entendemos que é hora de esta Comissão se manifestar e de as lideranças possam submeter imediatamente ao Plenário desta Casa as alterações ao Código de Processo Penal, para que os efeitos deste projeto legislativo possam alcançar a sociedade, garantindo, portanto, segurança, tranquilidade e ganhos à sociedade, como manifestado pelo ilustre Senador Agripino Maia, ainda há pouco, para a melhora da segurança da utilização do meio eletrônico, não apenas no comércio, através do meio eletrônico, mas também, das transações financeiras e das transações e das relações individuais, garantido, portanto, a inviabilidade do direito individual de cada cidadão.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, da Câmara dos Deputados, de 2012, com as emendas que apresentamos a seguir:

Dê-se ao *caput* do art. 154-A, acrescido ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, pelo Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012, a seguinte redação:

Invasão de dispositivo informático art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não a rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança

e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades:

Dê-se ao §1º do art. 154-A, acrescido ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, pelo Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012, a seguinte redação:

§ 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no *caput*.

Emenda nº 3, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Dê-se aos §§3º e 4º do art. 154-A, acrescido ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, pelo Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012, a seguinte redação:

§ 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido:

Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave .

§ 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiros, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos.

Emenda nº 4.

Dê-se ao *caput* do art. 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelo Projeto de Lei nº 35, de 2012, a seguinte redação:

Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico ou telemático.

Art. 266. Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico, telefônico ou telemático, ou impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

Emenda nº 5.

Dê-se ao §1º do art. 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelo Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012, a seguinte redação:

§ 1º Incorre na mesma pena quem interrompe ou perturba serviço de informação de utilidade

pública, ou outro serviço de utilidade pública, ou impede ou dificulta seu restabelecimento.

Cadê a outra emenda? Já está aqui?

Eu gostaria de colocar, inclusive submetendo ao debate e consultando o Senador Agripino Maia, que houve, após o fechamento do nosso relatório, uma série de debates, ainda na manhã de hoje, sobre a sugestão de um texto. Quero aqui compartilhá-lo de forma absolutamente democrática com todos, diante da importância e do reconhecimento de nossa parte, Senador Walter Pinheiro, Senador Agripino e Senador Ricardo Ferraço, de que este é um tema tão oportuno e tão importante que não caberá apenas a alguns o espírito de formar determinados conceitos.

Tenho uma proposição aqui sobre a qual eu gostaria de consultar V. Ex^{as} antes de incorporar ao relatório. Seria a colocação do §6º, a inserção do §6º, que passaria com o seguinte texto:

§ 6º Não constitui crime a prática do ato mencionado no § 1º quando a produção, oferecimento, distribuição, venda ou difusão do dispositivo ou programa de computador tiverem finalidades acadêmicas, ocorrendo o contexto de testes de segurança ou for praticada com o objetivo de permitir a adequada e legítima proteção de sistemas computacionais.

Muitos desses *softwares* precisam ser testados por segurança. Muitas vezes, é do conhecimento de todos, que os próprios prestadores de serviços acabam contratando *hackers* ou *crackers* para poderem desenvolver softwares de segurança para desenvolverem *softwares* de segurança para proteção e, para isso, ele precisa ter acesso à segurança do computador.

Obviamente eu não tenho a exclusividade de entender que isso seja algo absolutamente imperioso de se colocar no relatório. No entanto, quero aqui compartilhar e fazer a consulta: se os Senadores concordarem, incluímos, se não, deixamos fora do relatório.

Tanto para desenvolver *softwares* de segurança como para proteger, inexoravelmente, haverá, portanto, acesso ao computador e acesso à implementação de *softwares* dentro do computador. Se não houver a ressalva, pode resultar em ações até mesmo daqueles que porventura venham a praticar delitos, arguindo que, para proteger aquele determinado sistema, houve a invasão do referido computador.

Portanto, consulto os senhores. Este é o relatório, com essa condição de que se os Srs. Senadores concordarem com a proposição do texto desta emenda, que seria um §6º, ele entraria no relatório. Se os Srs. Senadores não concordarem, ele não entrará no

relatório, obviamente, e, assim, o relatório seria como lido e como apresentado originalmente por escrito.

Sr. Presidente, eram essas as ponderações.

Este é o voto com parecer favorável do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Para discutir, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Inicialmente, eu gostaria de fazer publicamente aqui o elogio ao Relator.

O Senador Eduardo Braga é um homem de reconhecido bom senso, equilíbrio e colocou em prática seu equilíbrio e seu bom senso na montagem do relatório final, com as emendas que apresentou, que foram salvaguardas ao objetivo final do projeto.

Eu acho, Sr. Presidente, que esta convocação extraordinária se justificará, por si só, com a aprovação dessa matéria. Nós estamos tratando de um assunto moderníssimo, que é o crime eletrônico, que diz muito respeito às compras eletrônicas, a cartões de crédito, a ataque a caixa eletrônico, a tudo que acontece, que é noticiado e que está por acontecer, porque tudo que usa meio eletrônico está em processo de amplificação em matéria de uso. E é como foi muito bem colocado aqui – não sei se pelo Senador Walter Pinheiro: as penas que são aplicadas o são por se assemelharem a alguma coisa, mas não apropriadamente a uma coisa com a dimensão do crime eletrônico, que é enorme e é progressivamente maior a cada dia que passa.

Então, acho que o Senador Eduardo Braga, com muito equilíbrio, produziu um texto que, se não for perfeito, está muito bem acabado. Foi objeto de consulta a muitas opiniões que têm opinião correta a dar, e o interesse que S. Ex^a levou em consideração em primeiro lugar foi o interesse da sociedade, o interesse do cidadão.

Sobre o que quero fazer como observação? É evidente que tudo que V. Ex^a quiser incluir estarei de acordo, até porque não há exagero. Tenho medo de começarmos a abrir exceções, porque *hacker* é bicho esperto e poderão pegar a deixa de uma exceção que o texto contemple e se ampararem para não ser penalizados. Minha preocupação está aí: nas exceções que a gente possa abrir e em que o *hacker* – que é esperto, tem um Q.I. acima da média – se ampare para fugir da aplicação da pena.

Eu quero fazer essa ponderação com relação à última emenda que V. Ex^a leu. Se os membros da Comissão entenderem que essa minha ponderação não

procede, eu me curvo à evidência, mas faço e registro essa observação. Eu tenho receio das exceções que deem ao *hacker* amparo para argumentação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu peço permissão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – O Relator com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– ... ao Senador Agripino.

Eu concordo com V. Ex^a, tanto é que tenho dúvidas com relação à Emenda nº 6, essa última que li. No entanto, tenho dúvidas tanto no sentido que V. Ex^a colocou quanto no outro, no sentido positivo, ou seja, de fazermos uma vedação de tal forma rigorosa que impeça a possibilidade de fazermos desenvolvimentos acadêmicos, desenvolvimentos de segurança para a própria blindagem do sistema, que, obviamente, vive sofrendo ataques de pessoas e de cidadãos que estão acima do ponto da curva. São pessoas com QI elevado que têm alto e profundo conhecimento de *software*, de formulação, produção e desenvolvimento de *software* e que, portanto, podem criar milhões de novas alternativas, mesmo diante dos bloqueios estabelecidos por essa legislação.

A única maneira de buscarmos um desenvolvimento tecnológico para fazer frente, até mesmo com a utilização de alguns desses que queiram vir para o bem, seria através do mundo acadêmico. Assim, teríamos um controle das instituições. Essa seria a única forma.

A outra questão é de caráter de segurança. Vamos dar um exemplo clássico.

Obviamente, todos estamos vendo que o comércio eletrônico explodiu no País. Um exemplo clássico é que, para fazer a compra no comércio eletrônico, você acaba oferecendo o seu cadastro pessoal. Você informa o número do seu CPF e da Carteira de Identidade, você oferece o número do seu cartão de crédito, o seu endereço, etc. Se alguém clona essa informação, amanhã poderá usa isso para fraudar uma compra da forma mais grosseira possível, tendo acesso aos dados, porque invadiu.

Desenvolver esse tipo de projeto de *software* para blindar cada vez mais significará a necessidade de quem testa esse sistema invadir para poder testar.

Compartilho com V. Ex^a de uma insegurança em relação ao texto, tanto é que não incorporei ao texto original, mas não quero cometer aqui a omissão.

Ouçõ V. Ex^a e quero ouvir o Senador Walter Pinheiro, que tem grande experiência na matéria, e o Senador Ricardo Ferraço, que está debruçado sobre este tema, para que consensualmente possamos definir se incluímos ou não no relatório.

A minha posição é de que não tenho segurança de que não devemos incluir e também não tenho a convicção de que não devemos não incluir. Portanto eu quero compartilhar essa insegurança com muita humildade e sinceridade, porque estou em dúvida se devemos ou não abrir alguma excepcionalidade ou simplesmente deixar tudo blindado e, dessa forma, não permitir nem sequer o uso acadêmico desses acessos.

Devolvo a palavra ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – O Senador Ricardo Ferraço quer usar da palavra?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga, primeiro pela tempestividade.

Em que pese a legitimidade da manifestação do nosso queridíssimo Senador Aloysio Nunes Ferreira, assim como ele eu faço parte da Comissão Especial que está dedicando atenção e energia ao Código Penal. Faço inclusive uma observação: o art. 374 do Regimento Interno não determina que a Comissão de Constituição e Justiça deva opinar sobre o Código. Ou seja, essa Comissão Especial poderia definir o seu trabalho e remetê-lo diretamente para o Plenário.

Como a Mesa entendeu que deve ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, claro está que não temos um prazo para que esse Código seja debatido aqui no Senado. Então, há tempestividade em votarmos aqui, inclusive tentar um acordo de Lideranças para que isso possa ser votado no Plenário.

Portanto, no mérito, eu me manifesto *ipsis litteris* na linha do que defendeu competentemente o Senador Eduardo Braga.

Com relação ao §6º, para mim, na vida a máxima é: na dúvida não ultrapasse. Acho que todos temos muitas dúvidas. Na dúvida, prefiro ser conservador e manter o texto blindado, assim como também se manifestou o Senador José Agripino e como V. Ex^a também, com muita sinceridade e humildade, expressou. De modo que o cumprimento.

Acho que devemos fazer todo o esforço para obter um acordo de líderes, para que possamos votar isso hoje, no Plenário, para além da Comissão de Constituição e Justiça, que pode se manifestar em Plenário, diante da necessidade urgente de definirmos, tipificarmos objetivamente, materialmente, concretamente esses delitos que estão infernizando não apenas a vida das pessoas físicas, mas também trazendo consequências e prejuízos extraordinários às relações comerciais e financeiras do País.

É como me manifesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então vamos encaminhar, pelo que estou

entendendo, nobre Relator, a votação da matéria, excluindo o que seria a Emenda nº 6.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Isso, excluindo a Emenda nº 6, exatamente, Sr. Presidente. Portanto o Relator retira a Emenda nº 6 e votamos como apresentamos o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E a Emenda nº 6 nós podemos levar para a comissão que está debruçada sobre o Código Penal, para que, com mais profundidade, tenhamos uma certeza em relação ao tema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com a vênia do Sr. Presidente, encaminho ao Senador Ricardo Ferraço a propositura da Emenda nº 6.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – É uma boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação a matéria com as emendas apresentadas aqui pelo Sr. Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria está aprovada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar o pedido de que pudéssemos levar essa matéria ainda hoje ao plenário em regime de urgência. V. Ex^a e eu assinamos o pedido e...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Já está na Mesa do Senado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Foi apresentado desde ontem o requerimento para apreciar essa matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Portanto, com a concordância de V. Ex^a, soma-se mais uma força para a apreciação dessa matéria. (É o seguinte o item apreciado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2012 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Paulo Teixeira e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.)

Ainda na pauta desta reunião há a proposta de requerimento de nossa autoria para que possamos discutir aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, principalmente a partir do programa apresentado pelo Governo no que diz respeito à área de TI, em audiência pública, a Política Nacional de Software e de Tecnologia da Informação.

Foi apresentado o requerimento com as sugestões. Há também um aditamento do Senador Rodrigo Rollemberg para que a Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação possa participar.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 30, DE 2012

Em aditamento ao Requerimento de autoria do Senador Walter Pinheiro, em que solicita a realização de Audiência Pública “para debater e apresentar informações sobre a nova “Política Nacional de Software e Tecnologias da Informação” do Poder Executivo” requeiro seja convidado para participar dos debates o Presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – AS-SESPRO, Sr. Luis Mário Luchetta.

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg)

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361**, fax:3303-1053
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 500 páginas
(OS: 14585/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

